



MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

TEXTOS SELECIONADOS

Wilson Fusco
Luana Junqueira Dias Myrrha
Jordana Cristina de Jesus

Organizadores

abep
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ESTUDOS POPULACIONAIS

ABRIL 2021



Migração, Trabalho e Gênero

Textos selecionados

Organizadores

Wilson Fusco

Luana Junqueira Dias Myrrha

Jordana Cristina de Jesus

Abril 2021



Copyright Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP

Realização GT Migração
GT População e Trabalho
GT População e Gênero

FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ADRIANA FERNANDES – CRB 6332

M488 Migração, trabalho e gênero: textos selecionados / Wilson Fusco; Luana Junqueira Dias Myrrha; Jordana Cristina de Jesus (Organizadores) – Belo Horizonte, MG: ABEP, 2021.

747p.

ISBN 978-65-991483-2-3 (*e-Book*)

1. Migração. 2. Trabalho. 3. Gênero. I. Fusco, Wilson. II. Myrrha, Luana Junqueira Dias. III. Jesus, Jordana Cristina. IV. Título.

CDD 301.326



MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

TEXTOS SELECIONADOS



Wilson Fusco
Luana Junqueira Dias Myrrha
Jordana Cristina de Jesus

Organizadores

abep
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ESTUDOS POPULACIONAIS

ABRIL 2021



AGRADECIMENTOS

Agradecemos à diretoria da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP pelo incentivo e apoio à produção deste Ebook. Agradecemos também à Adriana Fernandes pela elaboração da ficha catalográfica e revisão das referências bibliográficas. Em especial, agradecemos aos pesquisadores integrantes do nosso comitê científico, que avaliaram os trabalhos selecionados para esta coletânea de textos sobre Migração, Trabalho e Gênero.

Comitê Científico

Alberto Augusto Eichman Jakob	José Irineu Rangel Rigotti
Alisson Flávio Barbieri	Kleber Fernandes de Oliveira
Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira	Lidiane Maria Maciel
Angelita Alves de Carvalho	Luciene Longo
Cláudia Siqueira Baltar	Maira Covre-Sussai
Duval Magalhães Fernandes	Maria Alice Pestana de Aguiar Remy
Ednelson Mariano Dota	Maria de Fátima Lage Guerra
Eugenia Troncoso Leone	Morvan de Mello Moreira
Fernando Gomes Braga	Natália Belmonte Demétrio
Gilberto Marcos Antonio Rodrigues	Paula Miranda-Ribeiro
Gilvan Ramalho Guedes	Paulo de Martino Jannuzzi
Giovana Gonçalves Pereira	Raphael M. Guimarães
Glaucia dos Santos Marcondes	Raul Luís Assumpção Bastos
Glaucia de Oliveira Assis	Reinaldo Onofre dos Santos
Helcio de Medeiros Junior	Rodrigo Coelho de Carvalho
Ivan Targino Moreira	Silvana Nunes de Queiroz
Járvis Campos	



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	12
A COMPLEMENTARIDADE ENTRE A MIGRAÇÃO E A PENDULARIDADE NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, LONDRINA E MARINGÁ, NO ESTADO DO PARANÁ.....	14
CRISLAINE COLLA ALISSON FLÁVIO BARBIERI PEDRO VASCONCELOS MAIA DO AMARAL	
A ESTRATIFICAÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL METROPOLITANO: QUAL A IMPORTÂNCIA DOS ATRIBUTOS PESSOAIS?.....	29
VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES	
A FAMÍLIA NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA E DA MIGRAÇÃO.....	46
LUIZ BERTOLUCCI JÚNIOR	
A NOVA ONDA DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL: NOTAS FINAIS...63	
DUVAL FERNANDES JOÃO PEIXOTO ANDREA POLETO OLTRAMARI	
A POBREZA DE TEMPO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REVISÃO CONCEITUAL E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DE ESTUDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	77
BRUNA CAROLINA GARCIA GLAUCIA DOS SANTOS MARCONDES	
A REDISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO QUALIFICADO NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA INSERÇÃO SÓCIO LABORAL DE IMIGRANTES ALTAMENTE QUALIFICADOS NO BRASIL 2011-2019.....	86
JÓICE DE OLIVEIRA SANTOS DOMENICONI ROSANA BAENINGER	
A RELEVÂNCIA DO GÊNERO NA CONTRATAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO.....	102
TANISE BRANDÃO BUSSMANN PAULO DE ANDRADE JACINTO MARCO TÚLIO DE ANICETO FRANÇA	
A RETOMADA NEOLIBERAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO EM PARTICULAR: REFORMAS COM VISTAS À MAIOR VULNERABILIDADE.....	115
HELICIO DE MEDEIROS JUNIOR	
AS TERRITORIALIDADES DOS TRABALHADORES REFUGIADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O TRABALHO DOS VENDEDORES AMBULANTES NAS	

PRAIAS CARIOCAS E DAS COSTUREIRAS DO PROJETO “MULHERES DO SUL GLOBAL”.....130

ULISSES S. FERNANDES
EDGAR DE ALMEIDA RIOS RAMOS

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: 1993-2017.....144

RAUL LUÍS ASSUMPÇÃO BASTOS

BRASIL: MINHA ROTINA É ME DESLOCAR PARA TRABALHAR NESSE PAÍS.....158

JOÃO GOMES DA SILVA
SILVANA NUNES DE QUEIROZ
RICARDO OJIMA

DE ANTES DA GRAVIDEZ ATÉ A INFÂNCIA: TRABALHO E ESTUDO DE MÃES E PAIS NO PAINEL DA PNAD CONTÍNUA.....172

MARCOS HECKSHER
ANA LUIZA NEVES DE HOLANDA BARBOSA
JOANA SIMÕES COSTA

DESLOCAMENTOS PENDULARES NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE SOBRE A DINÂMICA DOS FLUXOS NA VIDA DISCENTE.....182

ANGELA THAÍS ARAÚJO DE ALMEIDA
ALCEBÍADES DE SOUSA FILHO
PEDRO HENRIQUES OLIVEIRA DE FREITAS
VICTOR HUGO DIAS DIÓGENES

DIFERENCIAL SALARIAL ENTRE AS MULHERES: A DUPLA PENALIDADE DAS NEGRAS.....192

LUANA PASSOS
SIMONE WAJNMAN

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO ESTADO DE MINAS GERAIS E NO BRASIL.....207

DENISE HELENA FRANÇA MARQUES
NÍCIA RAIES MOREIRA DE SOUZA

EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NO SERIDÓ POTIGUAR: PERSPECTIVAS PARA OS ANOS DE 2000 E 2010.....220

LEANDRO NAZARENO BASÍLIO JÚNIOR
WILSON FUSCO

EDUCAÇÃO INFANTIL GRATUITA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA CRECHE PÚBLICA EM 2001 E 2015 NO BRASIL.....231

AMANDA MARTINS DE ALMEIDA
DÉBORA FREIRE CARDOSO

ELEMENTOS SOBRE EL PROCESO DE CONCENTRACIÓN/DESCONCENTRACIÓN METROPOLITANA: EL CASO DE LA RM DE SÃO PAULO.....241

JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA
JORGE RODRIGUEZ VIGNOLI

**FATORES COMPORTAMENTAIS E BIOLÓGICOS ASSOCIADOS À
PREMATURIDADE: ESTUDO CASO-CONTROLE.....257**

ÉRICA CESÁRIO DEFILIPPO
LAURA OLIVEIRA CAMPOS
PAULA SILVA DE CARVALHO CHAGAS
LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO

**FORMA URBANA E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO
FASES DO CICLO VITAL. POSSÍVEIS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE
EMERGÊNCIA DE NOVAS CENTRALIDADES INTRAURBANAS E
TEMPORALIDADES SOCIAIS.....271**

VICTOR BARROSO ROSADO
TIAGO AUGUSTO DA CUNHA
CECÍLIA MIRANDA SILVA

**FRAGILIDADE OCUPACIONAL E DESIGUALDADE NO MERCADO DE
TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.....287**

PAULA GUEDES MARTINS FERREIRA

**IMIGRANTES BENGALÊSES NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA:
PRESENÇA E INSERÇÃO LABORAL NO PERÍODO RECENTE.....301**

CLÁUDIA SIQUEIRA BALTAR
RONALDO BALTAR
LUIZ AUGUSTO SILVA VENTURA DO NASCIMENTO
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**IMIGRANTES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS NO ESTADO DO PARANÁ:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO RECENTE.....312**

CLÁUDIA SIQUEIRA BALTAR
ROSANA BAENINGER
RONALDO BALTAR

**IMPACTO DAS CRISES ECONÔMICAS NA DURAÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL:
MENSURANDO VARIAÇÕES NA IDADE MÉDIA DE VIDA LIVRE DE TRABALHO
E CUIDADO.....323**

MATHEUS MENEZES DOS SANTOS
RAQUEL ZANATTA COUTINHO

**INDICADOR MULTIDIMENSIONAL DE BEM-ESTAR PARA OS IDOSOS: UMA
ANÁLISE PARA O BRASIL.....339**

LÍDIA PEREIRA RODRIGUES
MIRIAN MARTINS RIBEIRO
MARIÂNGELA FURLAN ANTIGO

**INSERÇÃO LABORAL DE TRABALHADORES NACIONAIS E IMIGRANTES
INTERNACIONAIS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: PRIMEIRAS
IMPRESSÕES.....352**

NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO
ROSANA BAENINGER

**INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO, MOBILIDADE ESTUDANTIL E DE
DOCENTES NO SERIDÓ POTIGUAR: UM OLHAR PARA O ENSINO MÉDIO – 2010
A 2017.....368**

LEANDRO NAZARENO BASÍLIO JÚNIOR
WILSON FUSCO

MIGRAÇÃO E CONDIÇÃO DE TRABALHO DOS BENGALESES NO NORTE DO PARANÁ.....377

LUIZ AUGUSTO SILVA VENTURA DO NASCIMENTO
CLÁUDIA SIQUEIRA BALTAR

MIGRAÇÃO E MOBILIDADE OCUPACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE AS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS.....384

PRISCILA DE SOUZA SILVA
LUANA JUNQUEIRA DIAS MYRRHA
SILVANA NUNES DE QUEIROZ

MIGRAÇÃO E RELIGIÃO: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE A PARTIR DE CONSIDERAÇÕES DA MIGRAÇÃO BENGALESA NO BRASIL.....397

CLÁUDIA SIQUEIRA BALTAR
ROSANA BAENINGER

MIGRAÇÃO INTERESTADUAL PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF).....409

JOÃO GOMES DA SILVA
SILVANA NUNES DE QUEIROZ

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E POLÍTICAS SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS ADMINISTRATIVOS LOCAIS.....424

ROSANA BAENINGER
NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO
JÓICE DE OLIVEIRA SANTOS DOMENICONI
SOPHIA DAMIANO ROVERE

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SÃO PAULO: MULHERES ANGOLANAS.....440

SOFIA CASELLI FURTADO

MOBILIDADE ESPACIAL: UM ENSAIO A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO E DO APLICATIVO BLABLACAR.....455

GUSTAVO HENRIQUE NAVES GIVISIEZ
ELZIRA LÚCIA DE OLIVEIRA

MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COM DADOS DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.....470

LUANA DOS SANTOS FRAGA
IZETE PENGO BAGOLIN

MUDANÇAS RECENTES NA ESCOLARIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS RENDIMENTOS DO TRABALHO POR GRUPOS OCUPACIONAIS NO BRASIL.....482

STELA RODRIGUES LOPES GOMES
MIRIAN MARTINS RIBEIRO
ANA MARIA HERMETO

MULTINACIONAIS E COLABORADORES: VALOR INTELECTUAL REFLETE NO BEM-ESTAR DO TRABALHADOR?.....497

KADNY JORDANY VILLELA DE MACÊDO
SANDRO EDUARDO MONSUETO
JAQUELINE MORAES ASSIS GOUVEIA
JORGE RICARDO NERES SARAIVA NASCIMENTO DOS SANTOS

O (DES)EQUILÍBRIO CONTÁBIL DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE 2000 A 2016.....508

STEPHANIE DUARTE SOUTO
PÂMILA CRISTINA LIMA SIVIERO

O NORDESTE NA ROTA DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....526

SILVANA NUNES DE QUEIROZ
CARLA CRAICE DA SILVA
ROSANA BAENINGER
NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO
JÓICE DOMENICONI

O PERFIL DAS MULHERES EM CARGOS DE LIDERANÇA NOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE: UMA ANÁLISE COM BASE NAS PNADS DE 2005 E 2015.....536

ROSYCLER CRISTINA SANTOS SIMÃO
ISABELA VASCONCELOS FOLHA

O POTENCIAL DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MULHERES MIGRANTES.....544

LETÍCIA ZAMPRÔNIO SALUM

O USO DE INDICADORES DA TEORIA DOS GRAFOS PARA A ANÁLISE DO ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA DO TERRITÓRIO DA SOJA NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010.....555

FELIPE FERRAZ VAZQUEZ
ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA

O USO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MEC/INEP COMO FONTE DE DADOS ALTERNATIVA PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES ESTUDANTIS.....569

MÁRCIA MARQUES DE CARVALHO
ALBERTO A.E. JAKOB

OS BRASIGUAIOS COMO EFEITO COROLÁRIO DA TRANSTERRITORIALIDADE.....580

KARLA ROSÁRIO BRUMES
SERGIO RICARDO AURÉLIO PINTO

OS DESAFIOS DA VIDA MIGRANTE E A APROPRIAÇÃO DA RMBH-MG PELA IMIGRAÇÃO BOLIVIANA.....588

JULIANA CARVALHO RIBEIRO
ROSANA BAENINGER

OS DESLOCAMENTOS PENDULARES COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS DAS CIDADES MÉDIAS.....603

ÍTALA LUZIA DE ANDRADE

PANORAMA RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CAMPINAS-SP E ESTADO DE SÃO PAULO, NO ANO DE 2010 E 2019.....615

MARIA DE LOURDES ALENCAR
GUIRLANDA MARIA MAIA DE CASTRO BENEVIDES
VINICIUS GARCIA GASPARGAR (IN MEMORIAM)

PERIFERIA, PERIFERIAS: ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS SOBRE A DIVERSIDADE ESPACIAL NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS.....626

JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA
GISELA CUNHA VIANA LEONELLI
LUIZ ANTONIO CHAVES DE FARIAS
AMANDA CARVALHO MAIA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XXI.....642

EDNELSON MARIANO DOTA
FRANCISMAR CUNHA FERREIRA

REVOLUÇÃO DE GÊNERO? PARA QUEM? ANÁLISE DOS DIFERENCIAIS SOCIOECONÔMICOS NO (DES)EQUILÍBRIO DAS CARGAS DE TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....657

JULIANA MARA DE FÁTIMA VIANA GANDRA
SIMONE WAJNMAN

SELETIVIDADE MIGRATÓRIA DE GÊNERO: AS MULHERES REFUGIADAS NO ESTADO DE MATERNIDADE.....671

GIOVANNA MIRON FERNANDES DE MOURA
ROBERTA PERES

SOLICITANTES DE REFÚGIO NO BRASIL: TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CONDIÇÃO MIGRATÓRIA, SUAS IMPLICAÇÕES E PONDERAÇÕES SOBRE O PANORAMA ATUAL.....687

ANDRESSA A. MARTINO
PAULO MORTARI A. C.

THE INEQUALITY OF OPPORTUNITIES IN THE LABOR MARKET FOR ARTS AND ENTERTAINMENT IN BRAZIL.....704

GIOVANA CAVAGGIONI BIGLIAZZI
MÔNICA YUKIE KUWAHARA
ANA LUÍSA GOUVÊA ABRAS
ANA CLAUDIA POLATO E FAVA

TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS ENTRE MÃES E FILHAS: ANÁLISE SOBRE A MOBILIDADE OCUPACIONAL DAS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, SEGUNDO GRANDES REGIÕES.....720

PRISCILA DE SOUZA SILVA
LUANA JUNQUEIRA DIAS MYRRHA
SILVANA NUNES DE QUEIROZ

UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO NO BRASIL EM 2005 E 2015: DIFERENCIAIS DE SEXO, RAÇA E IDADE.....734

LUCAS PITOMBEIRA
ANA HERMETO
SIBELLE DINIZ



PREFÁCIO

Uma das etapas mais importantes da preparação para uma nova edição do Encontro Nacional da ABEP é a discussão e construção de sua programação científica. Um trabalho coletivo que envolve muitas mentes e mãos. Desde a escolha de um tema central que possa abarcar de forma ampla as questões que nos preocupam acerca dos mais variados aspectos da dinâmica demográfica, até a seleção de trabalhos e expositores convidados que dão forma e substância ao nosso principal evento científico nacional. Trata-se de uma longa e cuidadosa preparação, em que Diretoria, Conselhos e Coordenações de GTs da ABEP discutem sobre as temáticas e problemáticas de interesse das áreas de pesquisa e atuação no campo dos estudos populacionais e que devem ser contempladas no conjunto de atividades a serem realizadas durante o evento.

Em 2019, a escolha do tema central “Brasil 2020: População e Informação em Perspectiva” foi movida pelo entendimento de que a produção de conhecimentos acerca da dinâmica demográfica brasileira avança na medida em que se investe nos meios necessários para o constante aperfeiçoamento das formas de captação, sistematização e exploração de informações sobre as várias dimensões e aspectos da vida social. Algo imprescindível tanto para orientar o planejamento governamental quanto a atuação de grupos da sociedade civil no atendimento das demandas do país.

Os processos de transformação da sociedade brasileira se caracterizam por alterações significativas em seu regime demográfico. As décadas recentes de acelerada modificação nos níveis e padrões de fecundidade e mortalidade experimentados em todas as regiões do País, assim como uma maior complexidade e diversidade na mobilidade da população, continua a nos desafiar na busca por alternativas de fontes de dados e de metodologias. Os Censos Demográficos, Contagem Populacional e Pesquisas Domiciliares permanecem como principais fontes de dados sobre a população brasileira, mas não são as únicas. Os registros administrativos igualmente se configuram como fonte importante para o tratamento de eventos com um nível de detalhamento maior e de menor temporalidade. A disponibilidade e acurácia das fontes de dados disponíveis são elementos essenciais nesse debate, pois o aprimoramento destas tem permitido também avançar nas metodologias e técnicas aplicadas e, conseqüentemente, na maior consistência e confiabilidade das análises e dos indicadores produzidos para o conhecimento das condições de vida das populações.

Ao iniciarmos a segunda década do Século XXI, esse debate ganhava contornos mais efervescentes diante da iminência de uma nova rodada do Censo Demográfico Brasileiro e de questionamentos acerca da necessidade de se repensar sua estrutura e formas complementares de captação de informações sobre os vários temas contemplados no questionário, que pudessem garantir os mesmos níveis de cobertura e qualidade censitária.

Essa discussão assume grande relevância para temáticas desenvolvidas por pesquisadores e especialistas em estudos populacionais, tais como; as condições de bem-estar da população; deslocamentos populacionais; fecundidade; comportamento sexual e reprodutivo; morbidade e mortalidade; meio ambiente, urbanização, relações de gênero, mercado de

trabalho, subsídios para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, entre outras.

Iniciamos o ano de 2020 com uma Chamada de Trabalhos para o XXII Encontro Nacional da ABEP fortemente inspirada por esse debate. Pouco tempo depois, nos deparamos com o princípio de uma crise sanitária mundial em decorrência da Pandemia por Covid-19, nos trazendo um novo conjunto de preocupações e questionamentos. Em poucos meses, a realidade que precisávamos nos debruçar era de outra ordem. Dado o conjunto de tantas incertezas sobre o futuro à curto prazo não foi possível dar continuidade ao que fora planejado para o nosso encontro nacional. Outros tipos de atividades se concretizaram. No entanto, as ideias que alimentaram a definição do nosso tema central e da nossa Chamada de Trabalhos continuavam presentes e urgentes, até mesmo diante das muitas restrições impostas pelo contexto da pandemia. As desigualdades, as precariedades, os modos de se viver, morrer e mover do antes da Pandemia ainda precisavam ser revelados, discutidos e apreendidos para que pudessemos também visualizar as possíveis consequências desses tempos pandêmicos.

Nesse sentido, a Diretoria da ABEP estimulou que coordenadoras e coordenadores de GTs e Comitês discutissem sobre a possibilidade de retomar debates que haviam sido planejados para a ocasião do XXII Encontro da ABEP. Como resposta tivemos a realização de alguns webnários e a elaboração desta publicação. Os GTs de População e Trabalho, de População e Gênero e de Migração deram continuidade ao processo de avaliação das propostas que haviam sido submetidas para a Chamada de Trabalhos, sendo encaminhadas para apreciação da comissão de pareceristas. As autoras e autores das propostas selecionadas foram convidados para compor essa publicação com seus trabalhos completos.

Migração, Trabalho e Gênero: textos selecionados reúne 55 trabalhos contemplando as seguintes temáticas: *migração interna e mobilidade pendular; migrações internacionais e refúgio; migração e trabalho; migrações, gênero e família; articulação entre trabalho e família; trabalho e gênero; desigualdades no mercado de trabalho; trabalho, educação e mobilidades*. Ao percorrer os títulos do sumário podemos perceber a presença de questões que nos são muito caras assim como de emergentes, tanto na busca de se avançar nas abordagens teóricas quanto metodológicas. Sem dúvida um bom convite para a leitura. Sem dúvida um bom convite para o debate.

Gláucia Marcondes

Abril de 2021

A COMPLEMENTARIDADE ENTRE A MIGRAÇÃO E A PENDULARIDADE NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, LONDRINA E MARINGÁ, NO ESTADO DO PARANÁ

*Crislaine Colla**

Alisson Flávio Barbieri[♦]

Pedro Vasconcelos Maia do Amaral[♥]

RESUMO

O objetivo do artigo é identificar se existe uma relação de complementaridade entre a migração e a pendularidade nas Regiões Metropolitanas de Curitiba (RMC), de Londrina (RML) e de Maringá (RMM), no estado do Paraná, entre 2000 e 2010. Uma análise descritiva e explicativa dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 mostram que a RMC apresenta uma migração muito expressiva do núcleo para os municípios do entorno e a pendularidade é muito significativa do entorno para o núcleo, demonstrando uma contrapartida entre os movimentos, o que indica uma complementaridade entre eles. Na RML e na RMM, a migração intrametropolitana se apresenta de forma mais multidirecional onde a migração do entorno para o núcleo e entre os municípios do entorno também são significativas, até mais do que o fluxo do núcleo para o entorno. No caso do fluxo pendular, o deslocamento para o trabalho do entorno para o núcleo se mostra significativo nas três RMs. Quando se analisa a complementaridade entre a migração e a pendularidade, expressa pelos percentuais dos indivíduos que migram do núcleo para o entorno e se tornam pendulares de saída, a RMC apresenta um índice mais significativo que da RML e RMM. Quando se observa o percentual dos indivíduos que migram do núcleo metropolitano para o entorno, que se tornam pendulares de saída e que trabalham na origem migratória, o valor é alto para as três regiões analisadas. No entanto, a RMC apresenta uma migração muito mais concentrada do núcleo para o entorno, além de um percentual maior de migrantes que se tornam pendulares de saída e, essa pendularidade ocorre predominantemente para a origem migratória. Isso mostra que a relação de complementaridade na RMC é muito mais expressiva do que na RML e na RMM.

Palavras-chave: Migração; Pendularidade; Complementaridade.

INTRODUÇÃO

As Regiões Metropolitanas (RMs) são consideradas os principais tipos de aglomerados urbanos e este termo é utilizado para caracterizar as porções do espaço que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de um município e isso envolve fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica (MOURA et al., 2007). As RMs apresentam uma configuração e uma dinâmica que permitem e facilitam a separação entre o local de residência e o local de trabalho. Além disso, essas RMs caracterizam-se por concentrar a população e também as atividades

* Doutora em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. Professora adjunta do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Unioeste/Campus Toledo. E-mail: crislaine.colla@unioeste.br; collacris@yahoo.com.br

♦ Doutor em City and Regional Planning pela University of North Carolina at Chapel Hill. Professor Associado do Departamento de Demografia do Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: barbieri@cedeplar.ufmg.br

♥ Ph.D. em Economia pela University of Cambridge. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas do Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: pedroamaral@cedeplar.ufmg.br.

produtivas, o que torna possível a ocorrência de vários tipos de mobilidade em seu espaço, especialmente a migração e a pendularidade.

A partir da década de 1990, um fenômeno bastante observado nos aglomerados urbanos é a tendência de maior crescimento dos municípios periféricos, ocorrendo uma evasão populacional do núcleo para o entorno metropolitano. Está ocorrendo uma maior dispersão populacional, associada às mudanças na estrutura urbana e mercado de trabalho (BRITO, 2007; SILVA, 2012). A localização das atividades também sofre transformações e certa dispersão para além dos grandes centros, caracterizando uma desconcentração concentrada, conforme mostram Diniz (1993); Azzoni (1986) e Cano (2008).

Essa redistribuição espacial das atividades econômicas (que também é uma redistribuição dos empregos) e a ação concomitante do capital imobiliário levaram a uma redistribuição espacial da população que tem se traduzido em um amplo movimento pendular e migração intrametropolitana da população (BRITO, 2007; SILVA, 2012).

Cunha (1995) pondera que existe uma relação entre a migração intrametropolitana e a mobilidade pendular que, por sua vez, estão associadas à expansão territorial das RMs. O autor ainda ressalta que os dois tipos de mobilidade estão intimamente ligados e ressalta a mobilidade pendular como uma contrapartida à expansão urbana regional, que é verificada principalmente pela migração intrametropolitana.

A relação entre a migração e a pendularidade também pode ser observada em muitos aglomerados urbanos, pois se observa uma intensificação da migração em direção ao entorno e áreas periféricas, ao mesmo tempo que ocorre um aumento da pendularidade, especialmente nos grandes aglomerados urbanos e em direção ao núcleo.

A relação entre a migração e a pendularidade pode ser de complementaridade, que ocorre quando um indivíduo realiza o movimento pendular diariamente porque migrou anteriormente e o local de trabalho é diferente do local de residência, sendo que o local de trabalho pode ser o local de residência anterior (CONGDON, 1983; RENKOW; HOOVER, 2000). A hipótese é de que os movimentos apresentem um processo significativo de complementaridade onde os indivíduos migram para o entorno e parte deles continuam trabalhando no núcleo.

Desta forma, o objetivo do artigo é identificar se existe uma relação de complementaridade entre a migração e a pendularidade ocorrida nas principais regiões metropolitanas do estado do Paraná, que são: a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), criada em 1973 e composta por 29 municípios; a Região Metropolitana de Londrina (RML), criada em 1998 e composta por 25 municípios, cujo núcleo é a cidade de Londrina e; a

Região Metropolitana de Maringá (RMM), também criada em 1998 e composta por 26 municípios sendo que Maringá é seu núcleo.

AS REGIÕES METROPOLITANAS E A RELAÇÃO ENTRE A MIGRAÇÃO E A PENDULARIDADE

Segundo Ribeiro (2007), ocorreram e ocorrem diversas transformações socioeconômicas nas RMs que são caracterizadas por um processo de absorção da população no interior dos espaços metropolitanos, onde os municípios do entorno imediato ao polo passam a absorver, desde a década de 1990, uma parcela maior do incremento populacional das RMs. Observa-se também uma tendência de desconcentração das atividades econômicas, tanto da indústria como de serviços.

Guimarães et al. (2005) ressaltam que as taxas de crescimento populacional das franjas metropolitanas têm se elevado mais do que no núcleo desde meados de 1970, o que comprova o processo de desconcentração espacial da população. Entretanto, esses resultados nem sempre são produto da desconcentração espacial das atividades e tampouco são resultado só das deseconomias de aglomeração, mas também pelos mecanismos de exclusão e segregação das RMs, associadas à demanda do mercado de trabalho e imobiliário. Cerruti e Bertoncetto (2008) e Vignoli (2008) observam que esse fenômeno ocorre em toda a América Latina e há uma crescente relevância dos movimentos populacionais intrametropolitanos, principalmente do centro para a periferia contígua.

Segundo Vignoli (2008), as maiores e mais populosas metrópoles tornaram-se menos atraentes, de modo que a migração entre as cidades pode ser uma força para a desconcentração demográfica e, em particular, para a diversificação do sistema urbano e isso ocorreu por diferentes razões como o maior custo de vida e menor qualidade de vida, descentralização da produção, disseminação de redes de serviços para o resto do sistema urbano, entre outros. Com essas mudanças, torna-se mais visível a relação entre os tipos de mobilidade, especialmente entre a migração e a pendularidade.

Dadas as condições e características das regiões metropolitanas, considera-se que existe uma relação entre a migração e a pendularidade, que pode ser de complementaridade ou de substituição. A pendularidade pode ser vista como complementar à migração quando o indivíduo migrou anteriormente tornando seu local de trabalho diferente do seu local de residência, mas ele se desloca (pendula) para o seu local de trabalho que muitas vezes é o mesmo local de origem migratória (VAN DER VEEN; EVERS, 1983; CONGDON, 1983; RENKOW; HOOVER, 2000).

Cunha (1995) pondera que a relação entre a migração intrametropolitana e a mobilidade pendular está associada à expansão territorial das RMs. Há um significativo espraiamento da população que ocorre em uma maior velocidade e com efeitos mais expressivos do que a redistribuição das atividades. Colla (2018) observou a ocorrência de um fluxo significativo de migrantes do núcleo para o entorno na Região Metropolitana de Curitiba, além de um percentual significativo de complementaridade entre a migração e a pendularidade e que este processo ocorre em decorrência principalmente de fatores relacionados à estrutura urbana e menos em decorrência de mudanças no mercado de trabalho.

Pinho e Brito (2015) relacionam migração e mobilidade pendular ressaltando que a periferia é o principal destino dos imigrantes intrametropolitanos e retrata as condições seletivas apresentadas dentro da conjuntura apresentada da distribuição da população e atividades. É na periferia que os imigrantes encontram acesso à moradia, mas as oportunidades de emprego para parte dos trabalhadores mantêm-se fora do município de residência.

Na pesquisa de Delgado et al. (2016), a grande maioria dos imigrantes intrarregionais trabalha no mesmo município de origem, atingindo a proporção de 62,4% do total dos fluxos dessa condição migratória ao se considerar o conjunto das 12 maiores RMs do Brasil. Neste caso, sugere-se que se trataria de uma complementaridade entre migração e pendularidade, pois os indivíduos precisaram ou preferiram migrar e realizam o movimento pendular, provavelmente mantendo o mesmo emprego.

Ramalho e Brito (2016) encontram resultados que corroboram com estudos nacionais e internacionais e indicam a existência de uma relação de complementaridade entre migração e mobilidade pendular. Os resultados foram obtidos para a Região Metropolitana de Recife sugerindo que trabalhadores com recente histórico de mudança de residência intrametropolitana (migrantes) são mais propensos à mobilidade pendular do que os não migrantes. Os autores encontraram que a probabilidade de mobilidade pendular é cerca de 47,6% maior para um trabalhador típico que mudou de residência entre cidades metropolitanas no quinquênio 2005-2010, quando comparado a um trabalhador nativo do município em que foi recenseado.

METODOLOGIA

Para atender ao objetivo do artigo, em um primeiro momento são identificados os fluxos migratórios e pendulares intrametropolitanos na RMC, RML e RMM e sua evolução.

São utilizados dados secundários, a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 tratados através do software SPSS e analisados por meio de métodos descritivos e explicativos.

Para quantificar os resultados e fluxos migratórios intrametropolitanos, utilizam-se as informações de migração de data-fixa e a construção da matriz origem-destino e nos fluxos pendulares intrametropolitanos para o trabalho também é possível construir uma matriz origem-destino na região metropolitana, observando os fluxos e como se distribuem entre os municípios. Os fluxos são indicados como do núcleo para o entorno, do entorno para o núcleo e entre os municípios do entorno.

Para identificar a existência de complementaridade entre a migração e a pendularidade, em primeiro lugar se verifica se os imigrantes de data-fixa são pendulares de saída. Calculando-se o percentual de imigrantes de data-fixa que são pendulares de saída em 2000 e 2010 é possível obter uma indicação da relação de complementaridade entre os tipos de movimento, diferenciados entre os municípios das RMs.

Considerando-se que Curitiba, Londrina e Maringá são os municípios que mais recebem pendulares para o trabalho e que mais destinam seus emigrantes ao entorno ou uma parte significativa, utiliza-se este fluxo como parâmetro, onde identificam-se os imigrantes de data-fixa de cada município que são provenientes de Curitiba, Londrina e Maringá. É importante ressaltar que serão considerados apenas os imigrantes ocupados, pois esta pesquisa contempla apenas a pendularidade para o trabalho. Com isso, pode-se observar o percentual dos imigrantes provenientes de Curitiba, Londrina e Maringá que são pendulares de saída, gerando uma primeira medida de complementaridade.

De forma mais específica, é possível identificar outra medida de complementaridade ao identificar aqueles indivíduos ocupados que migraram de Curitiba, Londrina e Maringá para um município do entorno, que são pendulares de saída e trabalham na origem migratória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi criada juntamente com outras RMs brasileiras, em 1973, a partir da Lei Federal 14/73, e hoje é composta por 29 municípios. Dessa forma, considera-se que a RMC foi instituída no “pacote” que instituiu as nove primeiras Regiões Metropolitanas Nacionais, mas as Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá surgem na década de 1990, inseridas em um outro contexto, que tem como base a

Constituição Brasileira de 1988, facultando aos estados federados a prerrogativa de instituírem unidades regionais (CUNHA, 2014).

A RML foi instituída pela Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998 e se destaca por ser a primeira instituída no interior do país fora das proximidades da Grande São Paulo. Destaca-se que, no mesmo mês da promulgação desta lei, foi instituída também a Região Metropolitana de Maringá. Apesar de as duas RMs terem sido instituídas no ano de 1998, nenhuma das duas se efetivou até o momento com orçamento, espaço físico próprio e corpo técnico de carreira, apesar de não ter parado o processo de inserção de novos municípios nessas institucionalidades (CUNHA, 2014). A RML é composta por 25 municípios e a RMM por 26 municípios.

As Regiões Metropolitanas de Curitiba (RMC), de Londrina (RML) e de Maringá (RMM) são as principais regiões metropolitanas do Paraná e concentram boa parte da riqueza e empregos do estado. Entretanto, a RMC é o maior aglomerado e concentrava, em 2000, 43,04% do total do valor adicionado do Paraná, elevando-se para 43,33% em 2010. Já a RML representava 7,98% do valor adicionado em 2000 e 7,83% em 2010, com uma redução pouco perceptível, enquanto a RMM aumentou sua representatividade, passando de 4,53% em 2000 para 5,03% em 2010 (IPARDES, 2020).

Quanto à estrutura produtiva e distribuição de empregos, os dados da RAIS mostram algumas mudanças dentro das RMs e há uma relativa desconcentração onde Curitiba concentrava 77,03% dos empregos formais de sua região metropolitana em 2000 e em 2010 diminuiu para 71,29%. Na RML, Londrina apresentava 59,79% do total de empregos da região em 2000 e 56,95% em 2010 e é o núcleo metropolitano que concentra o menor percentual de empregos. Já na RMM há um pequeno aumento da participação de Maringá no total de empregos, passando de 67,85% em 2000 e 68,31% em 2010 (IPARDES, 2020).

Estes resultados, embora demonstrem algumas mudanças, mostram que os municípios do núcleo metropolitano concentram parte significativa dos empregos e que não houve transformação tão significativa na estrutura produtiva dessas regiões metropolitanas.

Além de algumas diferenças na distribuição de empregos, deve-se ressaltar que a RML e RMM apresentam uma maior dispersão entre seus municípios, o que difere um pouco da RMC, onde parte dos municípios são mais próximos espacialmente, possibilitando uma maior mobilidade populacional. Além disso, Cunha (2014) destaca que as Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá ainda não atingiram um processo de

completa institucionalização e coordenação pelo qual já passou a RMC, com problemas tanto nas questões limítrofes dos municípios quanto de estrutura, o que deve impactar no fluxo de pessoas e atividades entre os municípios que compõem essas RMs.

A Tabela 1 mostra os fluxos migratórios e pendulares intrametropolitanos das principais regiões metropolitanas do estado do Paraná. Pode-se observar que o fluxo migratório do núcleo para o entorno é significativamente maior na RMC e apresenta pouca redução entre 2000 e 2010, onde 61,85% da migração ocorria do núcleo para o entorno em 2000 e passa para 59,95% em 2010. Na RML, o maior fluxo ocorre entre os municípios do entorno que era 40,48% do total do fluxo migratório em 2000 e 39,84% em 2010, seguido do fluxo do entorno para o núcleo representando 31,63% em 2000 e 30,64% em 2010 e, por último do fluxo do núcleo para o entorno com percentual de 27,89% em 2000 e 29,52% em 2010.

Na RMM, assim como na RMC, o maior fluxo é do núcleo para o entorno em 2000, mas seu percentual é muito mais baixo e representa apenas 38,73% em comparação com a RMC que era de 61,85%. O fluxo entre os municípios do entorno fica na segunda posição com um percentual de 34,27% e do entorno para o núcleo representa 27% do total do fluxo migratório intrametropolitano na RMM em 2000. Para 2010, mudam os percentuais e o maior fluxo passa a ser entre os municípios do entorno, com percentual de 34,76% e logo em seguida no fluxo do núcleo para o entorno, representando 33,92% do total. Por último o fluxo do entorno para o núcleo com 31,33% do total do fluxo migratório na RMM em 2010.

Observa-se que a migração intrametropolitana é muito mais concentrada do núcleo para o entorno na RMC enquanto na RML e RMM há uma distribuição mais homogênea em que a migração entre os municípios do entorno e do entorno para o núcleo mantém maior importância, observando-se dinâmicas diferentes.

No que se refere aos fluxos pendulares, conforme se observa na Tabela 1, ocorre predominantemente com a saída dos municípios do entorno para trabalhar no núcleo, tanto em 2000 quanto em 2010 e nas três regiões analisadas. Verifica-se que o fluxo pendular, assim como o migratório, é muito mais significativo na RMC, onde se observa que 6,07% do total da população realiza movimento pendular em 2000 e 9,35% em 2010. Na RML o fluxo pendular representa 2,83% do total da população da RML em 2000 e 4,28% em 2010. Na RMM, 4,29% do total da população da RM são pendulares em 2000 e 6,71% em 2010 (IPARDES, 2020).

Quando se trata da RMC, observa-se que 79,49% dos pendulares faziam o movimento do entorno para o núcleo em 2000, com uma redução de quase 10% e passa a representar 69,78% em 2010. Os fluxos do núcleo para o entorno e entre os municípios do entorno apresentam quase o mesmo percentual, de 10,25% e 10,26% em 2000, respectivamente. Há um aumento no percentual destes dois fluxos para 2010, onde 16,24% passam a migrar do entorno para o núcleo e 13,98% entre os municípios do entorno.

TABELA 1 – Migração e pendularidade intrametropolitanas nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, de Londrina e de Maringá, no estado do Paraná, entre 2000 e 2010

Migração							
2000							
	Total	Núcleo para o entorno	%	Entorno para o núcleo	%	Entre entorno	%
RMC	119.945	74.187	61,85%	12.339	10,29%	33.419	27,86%
RML	27.386	7.636	27,89%	8.662	31,63%	11.088	40,48%
RMM	22.137	8.572	38,73%	5.979	27,00%	7.586	34,27%
2010							
RMC	103.542	62.073	59,95%	9.448	9,12%	32.021	30,93%
RML	21.404	6.317	29,52%	6.559	30,64%	8.528	39,84%
RMM	16.887	5.727	33,92%	5.291	31,33%	5.869	34,76%
Pendularidade							
2000							
	Total	Núcleo para o entorno	%	Entorno para o núcleo	%	Entre entorno	%
RMC	170.903	17.542	10,26%	135.858	79,49%	17.503	10,25%
RML	25.475	3.225	12,66%	17.570	68,97%	4.680	18,37%
RMM	26.459	1.577	5,96%	22.593	85,39%	2.289	8,65%
2010							
RMC	301.720	48.997	16,24%	210.532	69,78%	42.191	13,98%
RML	42.900	6.670	15,55%	25.512	59,47%	10.718	24,98%
RMM	48.174	4.072	8,46%	39.529	82,05%	4.573	9,49%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados dos Censos de 2000 e 2010 (2020)

A RML também apresenta o fluxo pendular do entorno para o núcleo como mais significativo, representando 68,97% em 2000, reduzindo para 59,47% em 2010. O fluxo pendular entre os municípios do entorno representa 18,37% em 2000 e aumenta para 24,98% em 2010. O fluxo menos significativo de pendulares ocorre do núcleo para o entorno, sendo 12,66% em 2000 e 15,55% em 2010.

A RMM é a que apresenta a maior representatividade do fluxo pendular do entorno para o núcleo, que representava 85,39% do total da pendularidade em 2000 e diminui para 82,05% em 2010. Os outros fluxos são bem menos significativos e representam menos de 10% cada um nos períodos analisados.

Com estes dados, já é possível identificar que na RMC é muito mais nítida uma contrapartida entre o fluxo migratório preponderante do núcleo para o entorno e o fluxo pendular preponderante do entorno para o núcleo, mostrando uma provável relação de

complementaridade entre estes fluxos. Já para as RML e RMM essa contrapartida é menos expressiva, pois o fluxo pendular do entorno para o núcleo é muito significativo, mas o fluxo migratório do núcleo para o entorno não representa a maior parte da migração intrametropolitana, o que restringe a relação de complementaridade entre os dois tipos de movimento.

Mesmo que os fluxos migratórios do núcleo para o entorno nas RML e RMM não sejam tão expressivos quanto da RMC, é possível identificar a relação entre essa migração e a pendularidade pois, individualmente, os municípios que constituem o núcleo dessas RMs, Londrina e Maringá, são os municípios que mais se destacam na emigração para o entorno ao mesmo tempo que também são os que recebem o maior contingente de pendulares para o trabalho. Assim, analisa-se o quanto destes emigrantes que saem dos núcleos das RMs e se destinam ao entorno se tornam pendulares de saída e se eles continuam trabalhando na origem migratória, evidenciando se existe uma relação de complementaridade.

As Tabelas 2, 3 e 4 mostram os percentuais de complementaridade indicando os principais municípios do entorno que recebem migrantes dos núcleos de suas respectivas regiões metropolitanas. Além de utilizar como base de análise os imigrantes provenientes do núcleo, utiliza-se apenas os ocupados, pois a pendularidade analisada refere-se ao trabalho, que só pode ser exercida por migrantes ocupados.

A Tabela 2 mostra que em 2000, em média, 67,09% dos migrantes que saíam de Curitiba e migravam para os municípios do entorno se tornavam pendulares de saída, demonstrando um percentual significativo de complementaridade entre a migração e a pendularidade. Em 2010 esse percentual tem uma redução e passa a representar 60,97% em 2010.

Analisando-se os municípios individualmente, alguns deles apresentam uma relação de complementaridade maior. Os municípios que recebem imigrantes de Curitiba e estes se tornam pendulares de saída e que apresentam o maior percentual em 2000 são Almirante Tamandaré (80,97%), Colombo (76,48%), Pinhais (83,87%) e Piraquara (74,04%). Estes percentuais são muito altos e significativos e destes municípios, Colombo, Pinhais e Piraquara tiveram a relação de complementaridade entre migração e pendularidade em 2010 reduzida, ficando com 70,03%, 64,60% e 61,62%, sendo que Pinhais apresenta a maior redução nessa relação. São José dos Pinhais, Araucária e os “demais municípios” apresentam os menores percentuais de complementaridade entre os dois movimentos, tanto em 2000 quanto em 2010, o que indica que estes municípios são mais atrativos não somente como moradia, mas também como local de trabalho.

TABELA 2 – Imigrantes de data fixa provenientes de Curitiba, que são pendulares de saída dos municípios em que residem e que trabalham no município de origem migratória (Curitiba), na RMC, em 2000 e 2010

Município	2000					
	Imigrantes provenientes de Curitiba (IPC)	IPC ocupados	IPC que são pendulares de saída	%	IPC, que são pendulares e que trabalham em Curitiba	%
Almirante Tamandaré	6.812	3.452	2.795	80,97%	2.700	96,6%
Araucária	5.150	2.260	1.211	53,58%	1.175	97,0%
Colombo	11.073	5.141	3.932	76,48%	3.788	96,3%
Fazenda Rio Grande	10.270	4.367	2.889	66,16%	2.689	93,1%
Pinhais	7.760	4.093	3.433	83,87%	3.191	93,0%
Piraquara	7.498	3.178	2.353	74,04%	1.899	80,7%
São José dos Pinhais	12.443	6.347	3.558	56,06%	3.451	97,0%
Demais municípios	13.181	6.112	3.276	53,60%	3.016	92,1%
Total	74.187	34.950	23.447	67,09%	21.909	93,4%
Município	2010					
	Imigrantes provenientes de Curitiba (IPC)	IPC ocupados	IPC que são pendulares de saída	%	IPC, que são pendulares e que trabalham em Curitiba	%
Almirante Tamandaré	5.048	2.791	2.282	81,76%	2.166	94,9%
Araucária	4.488	2.404	1.131	47,05%	1.059	93,6%
Colombo	10.548	6.656	4.661	70,03%	4.165	89,4%
Fazenda Rio Grande	5.981	3.279	2.279	69,50%	2.020	88,6%
Pinhais	6.252	3.794	2.451	64,60%	2.240	91,4%
Piraquara	6.010	2.569	1.583	61,62%	1.228	77,6%
São José dos Pinhais	12.396	7.688	3.819	49,67%	3.612	94,6%
Demais municípios	11.350	5.967	3.223	54,01%	2.824	87,6%
Total	62.073	35.148	21.429	60,97%	19.314	90,1%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados dos Censos de 2000 e 2010.

Uma forma mais específica de demonstrar a complementaridade entre a migração e a pendularidade é identificar se os migrantes que saíram de Curitiba e se tornaram pendulares de saída, continuam trabalhando em sua origem migratória. Em 2000, quase todos os municípios do entorno apresentam uma relação de complementaridade de mais de 90%, com exceção de Piraquara que exibe um percentual de 80,7%. Destaca-se o município de São José dos Pinhais que, em 2000 apresentava um percentual de 56,06% de seus imigrantes vindos de Curitiba são pendulares de saída, dos quais 97% trabalham no município de origem migratória. Este município apresenta um valor menor para a complementaridade entre a migração do núcleo para o entorno e da pendularidade do entorno para o núcleo, mas quase todos aqueles que se tornam pendulares os fazem trabalhando na origem migratória. Araucária vive um cenário bem próximo ao de São José dos Pinhais. Já no município de Pinhais, 83,87% dos seus imigrantes provenientes de Curitiba são pendulares em 2000 e 93% deles trabalham em Curitiba, apresentando um índice mais alto de complementaridade.

TABELA 3 – Imigrantes de data fixa provenientes de Londrina, que são pendulares de saída dos municípios em que residem e que trabalham no município de origem migratória (Londrina), na RML, em 2000 e 2010

2000						
Município	Imigrantes provenientes de Londrina (IPL)	IPL ocupados	IPL que são pendulares de saída	%	IPL, que são pendulares e que trabalham em Londrina	%
Arapongas	476	162	17	10,49%	17	100,00%
Cambé	3.366	1490	1.009	67,72%	983	97,42%
Ibiporã	1.440	678	332	48,97%	332	100,00%
Rolândia	501	219	57	26,03%	45	78,95%
Demais municípios	1.853	806	157	19,48%	131	83,44%
Total	7.636	3.355	1.572	46,86%	1.508	95,93%
2010						
Município	Imigrantes provenientes de Londrina (IPL)	IPL ocupados	IPL que são pendulares de saída	%	IPL, que são pendulares e que trabalham em Londrina	%
Arapongas	555	330	14	4,24%	14	100,00%
Cambé	2.892	1.627	939	57,71%	893	95,10%
Ibiporã	800	366	261	71,31%	252	96,55%
Rolândia	299	195	25	12,82%	25	100,00%
Demais municípios	1.771	801	184	22,97%	123	66,85%
Total	6.317	3.319	1.423	42,87%	1.307	91,85%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados dos Censos de 2000 e 2010.

A Tabela 3 mostra a situação na RML e observa-se que o percentual de complementaridade é menor que o da RMC. Apenas 46,86% em 2000 e 42,87%, em média, dos migrantes que saem de Londrina e vão morar nos municípios do entorno se tornam pendulares de saída, dos quais 95,93% em 2000 e 91,85% em 2010 continuam trabalhando na origem migratória.

Considerando-se o ano de 2000, o município de Cambé é o que apresenta a maior quantidade de imigrantes provenientes de Londrina e destes, 67,72% se tornam pendulares de saída, dos quais 97,42% continuam trabalhando na origem migratória, que é Londrina. Já em Ibiporã, 48,97% de seus imigrantes provenientes de Londrina são pendulares de saída e destes, a totalidade trabalha em Londrina, mostrando que existe complementaridade entre os movimentos.

Em 2010, Cambé continua sendo o município que mais recebe migrantes de Londrina, mas diminui em 10% o percentual destes migrantes que se tornam pendulares de saída e mantém um percentual de mais de 90% destes pendulares que trabalham na origem migratória. Ibiporã aumenta o percentual de migrantes que se tornam pendulares de saída entre 2000 e 2010 e apresenta um percentual de 71,31% em 2010 e 96,55% destes pendulam para o trabalho na origem migratória.

TABELA 4 – Imigrantes de data fixa provenientes de Maringá, que são pendulares de saída dos municípios em que residem e que trabalham no município de origem migratória (Maringá), na RMM, em 2000 e 2010

2000						
Município	Imigrantes provenientes de Maringá (IPM)	IPM ocupados	IPM que são pendulares de saída	%	IPM, que são pendulares e que trabalham em Maringá	%
Mandaguaçu	496	244	89	36,48%	89	100,00%
Mandaguari	210	82	25	30,49%	25	100,00%
Marialva	266	120	21	17,50%	21	100,00%
Paiçandu	1.298	538	340	63,20%	336	98,82%
Sarandi	5.156	2.637	1.810	68,64%	1.789	98,84%
Demais municípios	1.146	528	166	31,44%	135	81,33%
Total	8.572	4.149	2.451	59,07%	2.395	97,72%
2010						
Município	Imigrantes provenientes de Maringá (IPM)	IPM ocupados	IPM que são pendulares de saída	%	IPM, que são pendulares e que trabalham em Maringá	%
Mandaguaçu	351	239	97	40,59%	90	92,78%
Mandaguari	194	113	9	7,96%	9	100,00%
marialva	289	153	63	41,18%	54	85,71%
Paiçandu	959	590	389	65,93%	379	97,43%
Sarandi	2.795	1.764	1.242	70,41%	1.227	98,79%
Demais municípios	1.139	603	173	28,69%	131	75,72%
Total	5.727	3.462	1.973	56,99%	1.890	95,79%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados dos Censos de 2000 e 2010.

Para a RMM, conforme se verifica na Tabela 4, observa-se uma complementaridade menor que da RMC, mas maior que da RML. Observa-se que, em média, 59,07% das pessoas que migram de Maringá para algum município do entorno se tornam pendulares de saída em 2000, dos quais 97,72% continuam trabalhando em Maringá. Em 2010 houve uma redução e 56,99% das pessoas que migraram de Maringá em direção ao entorno se tornam pendulares e 95,59% continuam trabalhando em Maringá.

Os municípios que apresentam os maiores percentuais de complementaridade na RMM são Paiçandu e Sarandi, tanto em 2000 quanto em 2010, além disso, são os municípios com maior número de imigrantes provenientes de Maringá. Considerando-se o ano de 2000, Sarandi apresenta o maior percentual de imigrantes provenientes de Maringá que se tornam pendulares de saída (68,64%), dos quais 98,82% continuam trabalhando em Londrina. Em 2010, 78,41% dos imigrantes que Sarandi recebe de Maringá são pendulares de saída e 98,79% deles continuam trabalhando em Maringá.

O município de Paiçandu também se destaca como receptor de imigrantes de Maringá e mais de 60% deles se tornam pendulares de saída, tanto em 2000 quanto em 2010. Destes que são pendulares de saída para o trabalho, mais de 95% trabalham na origem migratória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi identificar se existe uma relação de complementaridade entre a migração e a pendularidade ocorrida nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, de Londrina e de Maringá. Com os resultados obtidos, foi possível observar que existe essa complementaridade, ainda que ocorram com intensidades diferentes.

A Região Metropolitana de Curitiba apresenta percentuais muito mais significativos de complementaridade entre os tipos de mobilidade. Num primeiro momento, é possível observar mais nitidamente uma contrapartida muito expressiva entre a migração e a pendularidade, pois Curitiba é o município que apresenta uma emigração muito significativa para o entorno, ao mesmo tempo que é o principal receptor de pendulares destes municípios. Para a Região Metropolitana de Londrina e de Maringá, a situação se apresenta de forma diferente, pois o fluxo migratório entre o núcleo e o entorno não é tão significativo, inclusive, na RML, este é menor dos três fluxos analisados. Na RMM os fluxos apresentam uma convergência e estão próximos entre si, mas em 2010 fluxo do núcleo para o entorno se reduz e fica menor que o fluxo entre os municípios do entorno. No que se refere aos fluxos pendulares, o fluxo do entorno para o núcleo é preponderante em todas as regiões analisadas.

Quando se analisa se os emigrantes que saem de Curitiba e vão morar em municípios do entorno e se tornam pendulares de saída, observa-se um percentual muito expressivo, que era de 67,09% em 2000 e 60,97% em 2010. Para a RML o percentual é de 46,86% em 2000 e 42,87% em 2010. Já a RMM apresenta um percentual de 59,07% em 2000 e 56,99% em 2000.

No caso da RMC, o percentual de pessoas que migram no núcleo para o entorno e se tornam pendulares de saída é menor nos municípios que apresentam um percentual maior de empregos, como São José dos Pinhais e Araucária, pois estes municípios não atrairiam as pessoas somente para morar, mas também para trabalhar. No caso da RML e RMM este aspecto não é observado tão diretamente, pois o município de Sarandi, que apresenta o segundo maior percentual de empregos da RMM, apresenta um alto percentual de pessoas que migram de Maringá e se tornam pendulares de saída. Da mesma forma ocorre na RML com o município de Rolândia, que tem um percentual significativo de empregos da RML e apresenta um alto percentual de pessoas que migram para a cidade e se tornam pendulares para o trabalho. Estes resultados demonstram que as regiões metropolitanas paranaenses possuem dinâmicas diferentes, especialmente sob o aspecto da mobilidade intrametropolitana.

Quando se observa a complementaridade em sua forma mais específica, onde se verifica qual o percentual das pessoas que migraram do núcleo e se tornaram pendulares de saída para o município de origem migratória, os percentuais são muito significativos para todos os municípios das três RMs. Entretanto, deve-se ponderar que este último percentual é derivado de uma situação anterior e que observamos um fluxo migratório do núcleo para o entorno muito mais reduzido na RML e na RMM do que na RMC. Na RML e RMM observa-se uma multidirecionalidade dos fluxos e a migração não é tão concentrada do núcleo para o entorno como é na RMC. Assim, a complementaridade entre a migração e a pendularidade é muito mais expressiva dentro da Região Metropolitana de Curitiba.

Uma das razões para estes diferenciais é que, embora se trate de regiões metropolitanas de uma mesma unidade da federação, se apresentam de formas diversas tanto em sua consolidação, sua estrutura urbana e estrutura produtiva, além de outras diferenciações, que são fundamentais para a determinação da mobilidade e da distribuição populacional.

REFERÊNCIAS

- AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo, SP: Ipe/USP, 1986.
- BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York, NY: UFPA; Kluwer Academic Publishers, 1996.
- BRITO, A. L. A questão do saneamento nas regiões metropolitanas. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JR., O. A. (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Veran; Fase, 2007.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2008.
- CERRUTI, M.; BERTONCELLO, R. Urbanization and internal migration patterns in Latin America. In: CONFERENCE ON AFRICAN MIGRATION IN COMPARATIVE PERSPECTIVE, 12., 2003, Johannesburg. **Anais...** [S. l. : s. n.], 2003.
- COLLA, C. **Migração e pendularidade na Região Metropolitana de Curitiba entre 2000 e 2010: complementaridade ou substituição?** 2018. 276f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018.
- CONGDON, P. A model for the interaction of migration and commuting. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 20, n. 2, p. 185-195, 1983.
- CUNHA, F. C. A. Regiões metropolitanas paranaenses: descompasso entre espacialidade e institucionalidade e a necessidade de uma reforma institucional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, v. 35, n. 127, p. 181-203, 2014.
- CUNHA, J. M. P. Migração intrametropolitana: movimento dos pobres. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, SP, v. 12, n. 1-2, p. 59-80, 1995.

- DELGADO, P. R. et al. Mobilidade nas regiões metropolitanas brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. In: BALBIN, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Brasília, DF: Ipea/ITDP, 2016.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
- GUIMARÃES, H. A. et al. Deslocamentos motivados pelo trabalho e políticas públicas associadas à dispersão espacial da população em Belo Horizonte. In: MATOS, R. (org.). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte, MG: C/Arte, 2005.
- IPARDES. **Base de Dados do Estado (BdWeb)**. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- MOURA, R. et al. O metropolitano no urbano brasileiro. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR., O. A. (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Revan; Fase, 2007.
- PINHO, B. A. T. D.; BRITO, F. **Local de residência e local de trabalho na RMBH: uma análise comparada entre os anos de 1980 e 2010**. Belo Horizonte, MG: UFMG/CEDEPLAR, 2015. (Texto para Discussão, n. 525).
- RAMALHO, H. M. B.; BRITO, D. J. M. Migração intrametropolitana e mobilidade pendular: evidências para a Região Metropolitana de Recife. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 46, n. 4, p. 923-877, 2016.
- RENKOW, M.; HOOVER, D. Commuting, migration, and rural-urban population dynamics. **Journal of Regional Science**, Oxford, v. 40, n. 2, p. 261-287, 2000.
- RIBEIRO, L. C. Q. Metrópoles, reforma urbana e desenvolvimento nacional. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR., O. A. (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2007.
- SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2012.
- VAN DER VEEN, A.; EVERS, G. Simultaneous model for regional labor supply, incorporating labor force participation, commuting and migration. **Socio-Economic Planning Sciences**, New York, NY, v. 17, n. 5-6, p. 239-250, 1983.
- VIGNOLI, J. R. Spatial distribution, internal migration and development: in Latin America and the Caribbean. **Cepal Review**, Santiago de Chile, Chile, n. 96, p. 137-157, 2008.

A ESTRATIFICAÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL METROPOLITANO: QUAL A IMPORTÂNCIA DOS ATRIBUTOS PESSOAIS?

Vitor Matheus Oliveira de Menezes*

RESUMO

Este capítulo analisa a incidência do desemprego em diferentes grupos de trabalhadores. Para isso, faz uso de dois expedientes, direcionados ao cenário metropolitano. O primeiro possui caráter descritivo, no qual são apresentadas as taxas de desemprego e de desemprego de longa-duração por sexo, raça, escolaridade e idade. Já o segundo, de caráter inferencial, se baseia na aplicação de um modelo de regressão logística multinível em três momentos da economia brasileira, verificando a associação entre as chances de desemprego e os atributos pessoais dos trabalhadores, bem como entre as chances de desemprego e as características do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas.

Palavras-chave: Desemprego; Desigualdade; Mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

Nos países capitalistas centrais desde o início do século XX, e no Brasil a partir da década de 1980, as taxas de desemprego aberto figuram entre as estatísticas mais utilizadas em pesquisas sobre o mercado de trabalho. Por um lado, revelam a capacidade de absorção de mão de obra, servindo para mensurar os ciclos econômicos. Por outro, rotulam uma parcela da população que se encontra involuntariamente desprovida de trabalho, portanto alheia à principal fonte de recursos e de *status* em sociedades capitalistas.

As chances de experimentar o desemprego variam no interior da força de trabalho, o que também vale para seus impactos materiais e para as oportunidades de reinserção profissional. Ou seja, o desemprego é um fenômeno socialmente estratificado, considerando a associação entre os atributos pessoais (sexo, raça, escolaridade e idade) e as oportunidades no mercado de trabalho.

O presente capítulo discute se essa associação varia em diferentes conjunturas econômicas, e em caso afirmativo, qual a magnitude desse fenômeno. Para isso, se divide em mais quatro tópicos. O primeiro apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, enquanto o segundo aborda os resultados descritivos. Já o terceiro informa os resultados inferenciais, baseados no cálculo das chances de desemprego a partir de um modelo de regressão logística multinível. Finalmente, o quarto tópico interpreta os achados da pesquisa e dialoga com a literatura especializada.

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2015). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: vitormenezes@usp.br.

MÉTODOS

Este capítulo analisa os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) entre os primeiros trimestres de 2012 e 2019, período que foi marcado por três situações distintas¹: estabilidade e crescimento econômico até o primeiro trimestre de 2014; recessão econômica entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016; e uma lenta recuperação econômica entre 2017 e 2019.

As pesquisas acadêmicas tendem a investigar o desemprego a partir de duas variáveis. A taxa de desemprego é a razão entre a quantidade de desempregados e a quantidade de indivíduos que compõem a força de trabalho. Em acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os desempregados na PNAD-C são os indivíduos em idade ativa que estavam sem ocupação, disponíveis para trabalhar e ativamente procurando emprego. Já a duração do desemprego pode ser explicitada através de um número absoluto (semanas, meses ou anos) ou de uma medida sintética, como o desemprego de longa-duração (desemprego por 1 ano ou mais). Diversos estudos afirmam que o desemprego de longa-duração provoca uma deterioração da renda dos trabalhadores e de suas famílias, bem como uma piora das oportunidades econômicas futuras, devido ao enfraquecimento dos laços profissionais, estigmatização e impossibilidade de acumular experiência no mercado de trabalho (JACKMAN; LAYARD, 1991; LINDSAY, 2009). Partindo dessa literatura, adotei a taxa de desemprego de longa-duração (quantidade de desempregados por 1 ano ou mais sobre o total de desempregados) como a segunda variável dependente da pesquisa.

Por uma análise descritiva simples, o capítulo apresenta a taxa de desemprego e de desemprego de longa-duração por sexo, raça², escolaridade e idade³. No entanto, essa iniciativa possui certos limites, em especial a incapacidade de isolar o efeito de cada variável

¹ Essa classificação foi realizada pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (CODACE/FGV).

² A principal mudança foi a inclusão dos trabalhadores pretos e pardos na categoria “negros”, iniciativa que dialoga com as contribuições de Hasenbalg e Silva (1990). Os autores afirmam que pretos e pardos apresentam características socioeconômicas muito próximas, o que justifica a agregação dessas duas categorias sob a denominação “negros” ou “não brancos”. Para Cardoso (2013), isso se deve ao fato de que nas pesquisas domiciliares, como é o caso da PNAD-C, um único indivíduo informa a raça de seus parentes. Isso provoca um deslocamento não desprezível entre as classificações raciais de uma coleta a outra, o que ocorre sobretudo entre as categorias “preto” e “pardo”.

³ Este estudo exclui os indivíduos com idade entre 14 e 17 anos, que são legalmente habilitados a atuar apenas como aprendizes. A procura laboral nesse grupo, que recorrentemente possui caráter esporádico e em conciliação com os estudos, difere da que ocorre entre os trabalhadores com idade acima de 18 anos. Isso me levou a restringir a análise aos trabalhadores maiores de idade, com o objetivo de conferir uma maior unidade à amostra. Por outro lado, a taxa de participação no mercado de trabalho dos indivíduos com mais de 65 anos é muito baixa (15,1% no início de 2019, em contraste aos indivíduos com idade entre 60 e 65 anos, cuja taxa de participação era de 42,1%). Pelo mesmo motivo elencado anteriormente, optei por excluir esse grupo da amostra.

na incidência do desemprego. Para lidar com esse desafio, implemento um modelo de regressão logística multinível, com o objetivo de mensurar as chances de desemprego dos trabalhadores em três períodos diferentes: no primeiro trimestre de 2013 (antes da crise econômica), no primeiro trimestre de 2016 (durante a crise) e no primeiro trimestre de 2019 (após a crise). A abordagem longitudinal visa mensurar o efeito da conjuntura nos resultados dos testes, pois a associação entre os atributos pessoais e o fenômeno do desemprego pode variar no decurso do tempo.

No modelo de regressão, a variável dependente assume uma distribuição binomial, em que “ $Y = 0$ ” se refere aos ocupados e “ $Y = 1$ ” aos desempregados. Hox (2002) propõe iniciar os cálculos por modelos incondicionais ou “vazios”, ainda sem as variáveis explicativas. Essa iniciativa responde se o pertencimento dos indivíduos a grupos mais amplos, no caso as regiões metropolitanas, influi nos resultados dos testes. Portanto, a probabilidade esperada de um indivíduo i em uma região metropolitana j estar desempregado é dada pela equação:

$$E(Y_{ij}) = \pi_{ij} \quad (1)$$

Se π_{ij} representa a probabilidade de desemprego ($Y_{ij} = 1$), $1 - \pi_{ij}$ faz o mesmo para a probabilidade de emprego ($Y_{ij} = 0$). Devido à distribuição binomial da variável dependente, a equação utiliza a função de ligação logística, na qual a inclusão de um parâmetro de variância (μ_{0j}) sugere que o intercepto da regressão (γ_{00}) varia entre as regiões metropolitanas:

$$\log \log \left(\frac{\pi_{ij}}{1 - \pi_{ij}} \right) = \gamma_{00} + \mu_{0j} \quad (2)$$

O próximo passo é criar um modelo de regressão logística multinível, que inclui variáveis explicativas de dois níveis. O primeiro nível diz respeito aos indivíduos, estratificados por sexo, raça, escolaridade e idade a partir dos microdados da PNAD-C. No caso da escolaridade, os indivíduos com Ensino Superior completo constituem a categoria de referência; os homens desempenham o mesmo entre os sexos; os brancos entre as raças; e para a idade, contraste as demais faixas etárias com os trabalhadores com 60 a 65 anos. Já as variáveis de segundo nível, todas contínuas e disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

(CAGED), abarcam as características do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas⁴; a taxa de admissão⁵; a taxa de desligamento⁶; a porcentagem de trabalhadores no setor informal da economia com idade entre 18 e 65 anos⁷; e a porcentagem de indivíduos inativos com idade entre 18 e 65 anos⁸. As taxas de admissão e desligamento foram calculadas para os quatro trimestres anteriores, pois estas medidas traduzem o estado do mercado de trabalho em um período recente, sintetizando o cenário no qual os trabalhadores, ainda que com certa mudança, se depararam no momento da coleta da PNAD-C. Utilizar as taxas de admissão e desligamento do trimestre de coleta tornaria o indicador menos robusto, já que assim, uma taxa de admissão positiva poderia mascarar uma taxa de desligamento muito alta em todo o ano anterior. Além disso, boa parte dos trabalhadores desempregados perderam o trabalho nos trimestres anteriores, e não no período de coleta, o que também vale para a taxa de admissão, que reduz a quantidade de desempregados nos meses seguintes.

Em anexo, as tabelas A2, A3 e A4 informam a codificação das variáveis e suas estatísticas descritivas. Já a próxima equação inclui as variáveis explicativas de nível 1 e 2 no modelo “vazio”:

$$\begin{aligned} \log \log \left(\frac{s_{jt}}{1-s_{jt}} \right) &= \gamma_{00} + \gamma_{10} \text{sexo}_{it} + \gamma_{20} \text{raça}_{it} + \gamma_{30} \text{escolaridade}_{it} + \gamma_{40} \text{idade}_{it} + \gamma_{01} \text{taxa_admiss\~ao}_j + \gamma_{02} \text{taxa_desligamento}_j \\ \log \log \left(\frac{s_{jt}}{1-s_{jt}} \right) &= \gamma_{00} + \gamma_{10} \text{sexo}_{it} + \gamma_{20} \text{raça}_{it} + \gamma_{30} \text{escolaridade}_{it} + \gamma_{40} \text{idade}_{it} + \gamma_{01} \text{taxa_admiss\~ao}_j + \gamma_{02} \text{taxa_desligamento}_j + \\ &\gamma_{03} \text{propor\~c\~ao_informais}_j + \gamma_{04} \text{propor\~c\~ao_inativos}_j + \mu_{0j} \end{aligned}$$

De maneira complementar, analiso o desempenho de cada teste por meio da Curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*). Seu objetivo é verificar em que medida os modelos, a partir de suas variáveis explicativas, são capazes de prever a ocorrência do desemprego.

RESULTADOS DESCRITIVOS

A Tabela 1 apresenta a taxa de desemprego por sexo, raça, escolaridade e idade, e para neutralizar o componente sazonal do desemprego, os dados se limitam aos primeiros

⁴ Devido à ausência de informações, no CAGED e na RAIS, sobre as regiões metropolitanas de Aracaju, Vale do Rio Cuiabá e Manaus, essas localidades foram retiradas da amostra da PNAD-C.

⁵ A taxa de admissão é a razão entre o total de admissões durante o ano de referência e a média do estoque de empregos entre o início e o final da série.

⁶ Aplicando a mesma regra da taxa de admissão, a taxa de desligamento é a razão entre o total de desligamentos durante o ano de referência e a média do estoque de empregos entre o início e o final da série.

⁷ Empregados sem carteira, trabalhadores por conta-própria e trabalhadores familiares auxiliares.

⁸ Nesse grupo etário, indivíduos que não exercem uma ocupação remunerada e não procuram trabalho.

trimestres de 2012 a 2019. O desemprego é mais elevado entre as mulheres, negros, trabalhadores com escolaridade intermediária e jovens, sendo que a taxa de desemprego aumentou em todos os grupos, particularmente durante a recessão econômica.

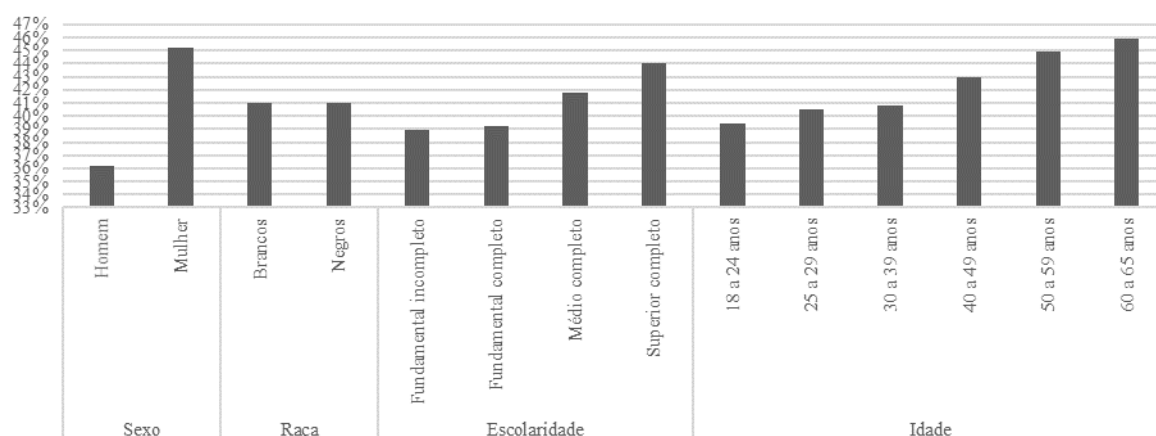
TABELA 1 – Taxa de desemprego por atributos pessoais, em % (2012-2019)

	2012.1	2013.1	2014.1	2015.1	2016.1	2017.1	2018.1	2019.1
Sexo								
Homens	7,1	7	6,8	7,4	10,5	13,5	13,2	12,4
Mulheres	10,4	10,6	9,4	10,1	13,7	16,5	16,7	16,4
Raça								
Branços	7,2	6,9	6,3	6,9	9,6	12	12	11,5
Negros	9,9	10,1	9,5	10,1	14,1	17,3	17	16,5
Escolaridade								
Ensino	7,4	7,4	7,4	7,6	10,6	14	14,4	14
Ensino	11,4	11,4	10,4	11,2	16,4	21,2	20,6	19,9
Ensino Médio	9,9	9,9	8,9	10,1	13,9	17	16,9	16,3
Ensino	4,3	4,5	4,3	4,7	6,2	7,3	7,3	7,4
Faixa etária								
18 a 24 anos	18,2	18,2	18,1	20	27,3	32,3	31,9	29,9
25 a 29 anos	9,5	10,1	9,1	10,6	14,1	17,5	17,1	17,4
30 a 39 anos	6,6	7,5	6,1	7,1	9,5	12,2	11,9	11,7
40 a 49 anos	5,3	4,6	4,7	4,7	7,3	9,5	9,6	9,3
50 a 59 anos	3,5	3,6	3,6	3,7	5,5	7,6	8,3	8,6
60 a 65 anos	2,4	3,1	3,1	3,1	4,6	5,9	7	5,6

Fonte: PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

As taxas acima decorrem do fluxo entre o emprego e o desemprego, o que podemos chamar de rotatividade; e da permanência na condição de desemprego. O Gráfico 1 se volta a esse último tema, informando as taxas de desemprego de longa-duração entre 2012 e 2019.

GRÁFICO 1 – Desemprego de longa-duração atributos pessoais (2012-2019)



Fonte: PNAD-C (2012-2019). Elaboração própria.

O índice tende a ser maior entre as mulheres do que entre os homens, além de aumentar junto com a formação educativa e a idade. Por outro lado, brancos e negros

apresentaram taxas idênticas de desemprego de longa-duração. Finalmente, apenas as mulheres combinaram taxas superiores de desemprego e de desemprego de longa-duração, enquanto nos níveis escolares e nos grupos etários, os dois indicadores caminham em direções opostas.

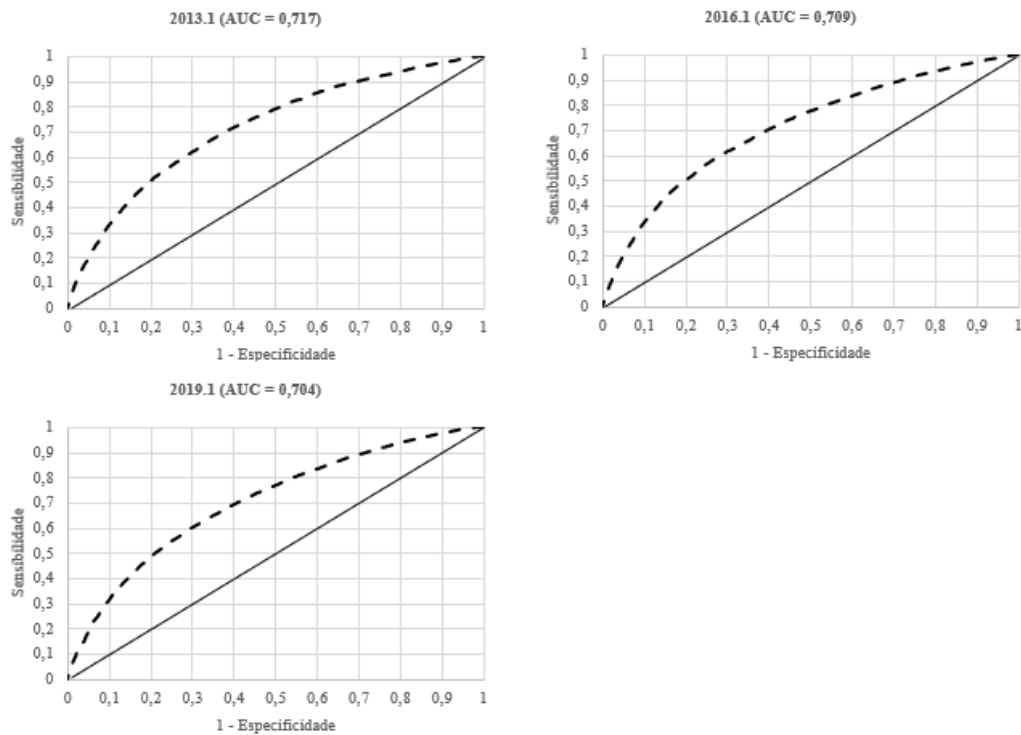
CÁLCULO DAS CHANCES DE DESEMPREGO

O modelo “vazio” apresentou significância estatística ($p < 0,01$) em cada um dos períodos selecionados, como demonstra a Tabela A1. Isso justifica a adoção de um modelo multinível, no qual os indivíduos não correspondem a observações independentes. O cálculo do coeficiente de correlação intraclasse (CCI) revela que, no primeiro trimestre de 2013, 4,25% da variância individual do desemprego era explicada pela residência em uma região metropolitana, número que caiu para 3,03% em 2016 e 2,81% em 2019. Em outras palavras, o desemprego é altamente estratificado no interior de cada região metropolitana, fenômeno que se intensificou entre 2013 e 2019. Isso faz com que a maior parte da variância decorra de aspectos ainda não incluídos no modelo, reportados aos atributos pessoais dos trabalhadores.

Lidando com os modelos logísticos completos, o Gráfico 2 informa os resultados da Curva ROC em cada período. Quanto maior a Área Sob a Curva (*Area Under the Curve*, ou AUC), que vai de 0 a 1, melhor a capacidade de predição. Os valores foram satisfatórios, sem grandes variações entre os testes⁹.

⁹ A “sensibilidade” informa a proporção de ocorrências corretamente caracterizadas como ocorrências (verdadeiros positivos), e a “especificidade” diz respeito à proporção de não ocorrências corretamente caracterizadas como não ocorrências (verdadeiros negativos). No plano cartesiano, essa última é manuseada a partir da expressão “1 – especificidade”, que informa a proporção de não ocorrências erroneamente categorizadas como ocorrências (falsos positivos).

GRÁFICO 2 – Curva ROC das chances de desemprego (2013, 2016 e 2019)



Fonte: PNAD-C (2013; 2016; 2019); CAGED (2012; 2015; 2018) e RAIS (2011-2018). Elaboração própria.

A seguir, a Tabela 2 apresenta a influência de cada variável nas chances de desemprego, enquanto as Tabelas A5, A6 e A7 informam os resultados completos. Todas as variáveis de nível 1 expressaram um valor- $p < 0,01$, com exceção dos trabalhadores com idade entre 50 e 59 anos em 2013 e 2016 ($p > 0,05$). Já as variáveis de nível 2 possuem, de maneira geral, um menor poder explicativo.

TABELA 2 – Influência nas chances de desemprego, em três períodos distintos (em %)

	2013.1	2016.1	2019.1
<i>Variáveis de nível 1</i>			
Referência: homens			
Mulheres	64,6**	43**	55,3**
Referência: brancos			
Negros	10**	20,8**	20,8**
Referência: Ensino Superior completo			
Ensino Fundamental incompleto	86,3**	83,8**	135,6**
Ensino Fundamental completo	87,2**	76,5**	112,4**
Ensino Médio completo	61,9**	60**	75,3**
Referência: 60 a 65 anos			
18 a 24 anos	542,3**	583,4**	656,6**
25 a 29 anos	240,9**	220,3**	308,8**
30 a 39 anos	145**	105,2**	151,6**
40 a 49 anos	38,6**	48,9**	84,8**
50 a 59 anos	11,9	10	66,1**
<i>Variáveis de nível 2</i>			
Taxa de admissão	-12,2*	-11,3**	-1,5
Taxa de desligamento	9,8	9,8*	-5
% de trabalhadores no setor informal	-1,5	0,6	-3,3*
% de indivíduos inativos	-1,2	-2	-1,9

Fonte: PNAD-C (2013; 2016; 2019); CAGED (2012; 2015; 2018) e RAIS (2011-2018). Elaboração própria.

* $p < 0,05$

** $p < 0,01$

Para interpretar os resultados acima, vale coadunar as chances de desemprego com a incidência do desemprego de longa-duração, verificando se a “exposição” ao desemprego decorre da rotatividade ou da duração da procura por trabalho. O próximo tópico se dedica a essa iniciativa, o que faz ao dialogar com a literatura especializada.

DISCUSSÃO

As chances de desemprego são mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens. Essa tendência se enfraqueceu em 2016 (de 64,6% para 43%), visto que ocupações com forte presença masculina foram afetadas de maneira desproporcional pela crise econômica. Os dados se aproximam dos obtidos por Sahin, Song e Hobijin (2010) nos Estados Unidos, Rica e Rebollo-Sanz (2017) na Espanha e Karamessini e Koutentakis (2014) na Grécia. Controlando os outros indicadores, os períodos recessivos tendem a diminuir a distância do desemprego entre homens e mulheres, pois os setores econômicos tradicionalmente ocupados por homens são pró-cíclicos. Também por isso, as chances relativas de desemprego feminino voltaram a subir em 2019 (55,3%), demonstrando que os homens se beneficiaram da lenta recuperação econômica iniciada em 2017.

Vimos que as mulheres tendem a enfrentar períodos mais longos sem trabalho, e assim, a reinserção profissional feminina ocorre mais lentamente do que a masculina (KOCHHAR, 2011; MONTAGNER, 2004). As evidências se assemelham às encontradas por Menezes e Dedecca (2006), mas curiosamente, se afastam dos resultados de Bivar (1993). A autora constatou que o desemprego era mais duradouro entre os homens no início dos anos 1990, já que as mulheres, em cenários desfavoráveis, migravam do desemprego para a inatividade. Contudo, viu-se nas décadas seguintes o aumento da participação econômica feminina, sendo que as mulheres, cada vez mais, assumiam o papel de desempregadas, dedicadas integralmente à procura por trabalho. Esse engajamento, quando somado às dificuldades de inserção profissional, repercutiu em altas taxas de desemprego de longa-duração entre as mulheres, como apontado na etapa descritiva.

Vale lembrar que parte significativa das mulheres assume, ainda hoje, posições auxiliares na provisão doméstica. No primeiro trimestre de 2019, 39,8% das mulheres que compunham a força de trabalho eram chefes de família, número inferior aos 48,1% observados entre os homens. Por outro lado, 30,6% das mulheres eram cônjuges dos chefes de família, contra 21% dos homens. Isso tende a distender a procura por trabalho, devido ao aumento do salário de reserva, já que o emprego almejado não constitui a fonte principal da renda domiciliar (BLAU; KAHN, 1981).

Já a análise da dimensão racial revelou que, mesmo controlando por variáveis de capital humano, a distinção entre negros e brancos é estatisticamente significativa na predição das chances de desemprego. No Brasil, poucas pesquisas analisaram a associação entre raça e desemprego, mas nesse campo de estudos, De Toni et al. (1993) e Oliveira; Scorzafave e Pazello (2009) também constataram que os trabalhadores negros estão mais expostos ao desemprego do que os trabalhadores brancos. Ademais, a influência da raça cresceu durante a crise (de 10% para 20,8%), e se manteve constante entre 2016 e 2019. Os trabalhadores negros são especialmente vulneráveis a quedas na demanda por força de trabalho, devido à participação em empregos instáveis e desprotegidos. Por esse motivo, sofrem os impactos de períodos recessivos mais intensamente do que os trabalhadores brancos (COUCH; FAIRLIE, 2010).

Porém, a taxa de desemprego de longa-duração foi idêntica entre brancos e negros. Ao contrário do observado entre as mulheres, os altos níveis de desemprego entre os trabalhadores negros decorrem de uma maior rotatividade no mercado de trabalho, e não da duração do desemprego. Os dados da PNAD-C não me permitem verificar a ocorrência de procedimentos discriminatórios no mercado de trabalho, tema que deve ser

contemplado através de outros esforços investigativos.

O nível escolar também revelou significância estatística. As maiores taxas de desemprego foram registradas entre os trabalhadores com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio completo. No entanto, por controlar a idade dos trabalhadores, o modelo de regressão merece uma atenção especial. As chances de desemprego diminuem junto com a formação escolar, com exceção de 2013, quando as chances de desemprego entre os trabalhadores com Ensino Fundamental completo eram levemente mais altas do que entre os trabalhadores sem Ensino Fundamental (respectivamente 87,2% e 85,3%, em comparação ao Ensino Superior completo). No restante da série, os trabalhadores menos escolarizados enfrentaram chances mais altas de desemprego do que suas contrapartes, assim como demonstrado pela literatura internacional (LAUER, 2005) e pelos estudos de Camargo e Mendonça (1997) e Fernandes e Picchetti (1999)¹⁰. Mais recentemente, Oliveira; Scorzafave e Pazello (2009) atestaram que as chances de desemprego eram maiores entre os trabalhadores com 10 anos de estudo, número que traduz o Ensino Fundamental completo. De fato, o início da série confirma esse padrão, mas em 2016 e 2019, o Ensino Fundamental incompleto passou a ocupar a primeira posição do *ranking*. Cada vez mais, os trabalhadores sem Ensino Fundamental passaram a enfrentar sérios obstáculos de inserção profissional, e em 2019, a distância desse nível educativo em relação ao Ensino Superior completo atingiu o maior valor na série (135,6% a mais de chances).

Um resultado chama atenção. Entre 2013 e 2016, as chances de desemprego em todos os níveis escolares se reduziram, quando em comparação ao Ensino Superior completo. Mesmo que sutil, o resultado surpreende, já que os setores ocupacionais responsáveis por absorver trabalhadores pouco escolarizados foram duramente afetados pela crise. A interpretação mais plausível é que a saída dos postos de trabalho com carteira foi balanceada pela transição para a informalidade. Contudo, pesquisas futuras devem testar essa hipótese. Já durante a recuperação econômica, o Ensino Superior completou melhorou sua posição relativa, o que significa dizer que os trabalhadores com formação universitária se beneficiaram de maneira desproporcional da geração de empregos. Em decorrência, a distância entre os níveis escolares superou a registrada em 2013.

Sobre a duração do desemprego, o capítulo reforça a ideia de que existe uma

¹⁰ Aqui, é preciso salientar uma diferença entre esses estudos e o presente capítulo. Os autores examinaram a escolaridade dos trabalhadores a partir dos anos de estudo, e não da formação escolar, o que demanda uma comparação entre os indicadores. Camargo e Mendonça (1997) identificou a prevalência das chances de desemprego entre os trabalhadores com 5 a 7 anos de estudo, enquanto Fernandes e Picchetti (1999) afirmaram que essas chances eram mais elevadas entre os trabalhadores com 6 a 7 anos de estudo. Na época, esses números representavam a formação ginasial incompleta, o que aproxima essas evidências das produzidas pelo modelo de regressão.

tendência de concentração do desemprego duradouro entre os trabalhadores escolarizados, um assunto presente na literatura internacional, mas pouco discutido no Brasil. Ou seja, as altas taxas de desemprego entre os menos escolarizados decorrem de uma maior rotatividade, e não da duração do desemprego. Isso se deve aos menores custos de contratação dos trabalhadores sem qualificação, que se mostram disponíveis e aptos a assumir um leque amplo de trabalhos elementares, ao contrário do que ocorre nos níveis educativos mais altos (NICKELL, 2002). A essa “flexibilidade”, se soma o fato de que a procura laboral entre os trabalhadores qualificados tende a se desenrolar em um cenário no qual é possível fazer planejamentos de longo-prazo, devido ao acesso à renda via familiares, poupanças e/ou seguro-desemprego. Portanto, os trabalhadores qualificados tendem a ser mais cautelosos na procura por emprego, aguardando oportunidades que mais lhes apeteçam. Em outras palavras, o salário de reserva deste grupo é maior. Já os indivíduos menos escolarizados enfrentam uma maior mobilidade entre empregos, e comumente, o desemprego é sucedido pela entrada na informalidade. Com pouca ou nenhuma proteção financeira, o mapeamento das oportunidades econômicas tende a assumir um caráter emergencial, pois a sobrevivência do grupo doméstico encontra-se em jogo.

Finalmente, as chances de desemprego crescem com a idade, o que atualiza o padrão discutido por Fernandes e Pichetti (1999) e Simões; Alves e Silva (2016). Cabe enfatizar o alto nível de desemprego entre os trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos, tanto na etapa descritiva quanto nos resultados do modelo de regressão. A associação entre juventude e chances de desemprego se agravou durante a crise (de 542,3% para 583,4%, em comparação aos trabalhadores idosos), visto que os mais jovens são mais suscetíveis a flutuações na demanda agregada (O’HIGGINS, 1997). Segundo Corseuil; Popolonsky e Franca (2018), o aumento do desemprego juvenil se deve, sobretudo, ao enfraquecimento das contratações e à transição da informalidade para o desemprego, que ganhou força durante a crise.

No período de recuperação econômica, todos os grupos se tornaram mais vulneráveis ao desemprego, em comparação aos trabalhadores com 60 a 65 anos. Em 2019, a influência do penúltimo grupo etário (50 e 59 anos) tornou-se significativa, e de maneira considerável (66,1% a mais de chances). Mas a despeito dessas mudanças circunstanciais, persistiu uma relação linear e negativa entre idade e chances de desemprego. Os trabalhadores mais velhos tendem a desfrutar de carreiras estáveis, com experiência profissional e vínculos empregatícios duradouros, e por isso, se encontram menos expostos ao desemprego. A isso se soma o fato de que o desemprego entre os trabalhadores com

idade avançada é recorrentemente substituído pela inatividade. Por sua vez, os jovens tendem a assumir empregos curtos e instáveis, experimentando uma maior rotatividade no mercado de trabalho, sendo que muitos trabalhadores estão à procura do primeiro emprego (BARANOWSKA; GEBEL, 2010; LEIGHTON; MINCER, 1982).

À brevidade dos vínculos empregatícios, deve-se acrescentar a existência de salários de reserva inferiores entre os desempregados jovens, que se encontram na transição para a vida adulta, momento em que o trabalho remunerado constitui um marcador importante dessa passagem. A pressão pelo sustento do domicílio também aumenta junto com a idade, o que possibilita, para os grupos etários iniciais, o ingresso em ocupações por experiência e afinidade, ou apenas para complementar a renda dos principais provedores. Como resultado, o desemprego de longa-duração não é tão recorrente entre os trabalhadores jovens.

As evidências dialogam com os achados de Reis (2019), segundo o qual, a saída do desemprego costuma ser menos frequente entre os trabalhadores com idade avançada, já que o salário de reserva é mais alto do que entre os trabalhadores jovens. Também é possível supor que os trabalhadores mais velhos se dedicam a construir carreiras especializadas, devido à experiência profissional, o que torna a oferta de emprego rarefeita e distende a procura por trabalho. Ter vínculos empregatícios duradouros, o que acompanha a idade, também aumenta a probabilidade de acesso às políticas de emprego, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego, que contribuem para o aumento do salário de reserva e para a formação de planejamentos de longo prazo no mercado de trabalho.

Como um modelo multinível, a regressão logística incluiu variáveis de nível 2, associadas às características do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas. Por constituírem índices agregados, não é uma surpresa que essas variáveis possuam uma influência mais tímida do que as variáveis de nível 1. Mesmo assim, alguns achados são dignos de nota. Em 2013, a taxa de admissão nas regiões metropolitanas, calculada para o ano anterior, foi responsável por diminuir as chances de desemprego (-12,2%), tendência que se manteve em 2016 (-11,3%). O fenômeno é intuitivo, já que as contratações, examinadas através de uma medida relativa, permitem a transição dos trabalhadores do desemprego para o emprego. Ainda em 2016, a taxa de desligamento, também calculada para o ano anterior, se tornou significativa, provocando a elevação das chances de desemprego (9,8%). Essa associação também é de fácil entendimento, já que os desligamentos, ao contrário das admissões, ocasionam a transição dos trabalhadores do

emprego para o desemprego.

Em 2019, as duas variáveis deixaram de ser significativas. Os atributos dos trabalhadores ganharam espaço frente aos indicadores agregados na predição das chances de desemprego. Em vez de perguntar *quantos* são admitidos e desligados, tornou-se ainda mais importante indagar *quem* são os admitidos e desligados, e qual a posição desses indivíduos na estrutura ocupacional. Por outro lado, em 2019, a proporção de trabalhadores informais está negativamente associada às chances de desemprego (-3,3%). É plausível afirmar que isso se deve à capacidade do setor informal de amortecer os desligamentos no setor formal da economia, em um cenário marcado pela desestruturação do mercado de trabalho. Novas pesquisas devem se dirigir a esse fenômeno, verificando as possíveis interfaces entre o desemprego e a informalidade no pós-crise. Finalmente, a proporção de indivíduos inativos não apresentou significância estatística em nenhum dos períodos examinados.

REFERÊNCIAS

- BLAU, F.; KAHN, L. Race and sex differences in quits by young workers. **Industrial and Labor Relations Review**, New York, NY, v. 34, n. 4, p. 563-577, 1981.
- CARDOSO, A. **Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 2013.
- CORSEUIL, C.; POPOLONSKY, K.; FRANCA, M. Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, RJ, v. 64, p. 63-72, 2018.
- COUCH, K.; FAIRLIE, R. Last hired, first fired? Black-white unemployment and the business cycle. **Demography**, New York, NY, v. 47, n. 1, p. 227-247, 2010.
- DE TONI, M. et al. O mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, RS, v. 14, n. 2, p. 601-631, 1993.
- FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Uma análise da estrutura do desemprego e da inatividade no Brasil metropolitano. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 29, n. 1, p. 87-112, 1999.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: CONGRESSO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 1998.
- HOX, J. **Multilevel analysis: techniques and applications**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.
- JACKMAN, R.; LAYARD, R. Does long-term unemployment reduce a person's chance of a job? A time-series test. **Economica**, London, v. 58, n. 229, p. 93-106, 1991.
- KARAMESSINI, M.; KOUTENTAKIS, F. Labour market flows and unemployment dynamics by sex in Greece during the crisis. **Revue de l'OFCE**, Paris, n. 133, p. 215-239, 2014.

KOCHHAR, R. **In two years of economic recovery, women lost jobs, men found them.** Washington, DC: Pew Research Center, 2011. Disponível em: <https://library.pew.gov.ph/sites/default/files/women%20lose%20jobs,%20men%20found%20them.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

LAUER, C. Education and unemployment: a French-German comparison. **ZEW Discussion Paper**, [S. l.], n. 34, p. 1-48, 2005.

LEIGHTON, L.; MINCER, J. Labor turnover and youth unemployment. In: FREEMAN, R.; WISE, D. **The youth labor market problem: its nature, causes, and consequences.** Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 235-276.

LINDSAY, C. In a lonely place? Social networks, job seeking and the experience of long-term unemployment. **Social Policy and Society**, Cambridge, v. 9, n. 1, p. 25-37, 2010.

MENEZES, W.; DEDECCA, C. Avaliação da duração do desemprego nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 1, p. 35-60, 2006.

MONTAGNER, P. A reestruturação produtiva e o desemprego da mulher. In: COSTA, A. et al. (org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo, SP: CUT Brasil, 2004. p. 71-80.

NICKELL, S. Education and life-time patterns of unemployment. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 87, n. 5, p. 117-131, 1979.

O'HIGGINS, N. The challenge of youth unemployment. **International Social Security Review**, Geneva, v. 50, n. 4, p. 63-93, 1997.

OLIVEIRA, P.; SCORZAFAVE, L.; PAZELLO, E. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: a diferença entre homens e mulheres. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 19, n. 2, p. 291-324, 2009.

REIS, M. **Como as condições do mercado de trabalho influenciam as transições do desemprego para o emprego?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2019. (Texto para Discussão, n. 2488).

RICA, S.; REBOLLO-SANZ, Y. Gender differentials in unemployment during the Great Recession in Spain. **De Economist**, [S. l.], v. 165, n. 1, p. 67-99, 2017.

SAHIN, A.; SONG, J.; HOBIJIN, B. The unemployment gender gap during the 2007 Recession. **Current Issues in Economics and Finances**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1-7, 2010.

SIMÕES, P.; ALVES, J.; SILVA, P. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 3, p. 541-566, 2016.

ANEXOS

TABELA A1 – Modelos vazios de regressão logística multinível, em três períodos diferentes

	Estimativa	Erro padrão	Z	Sig.	IC de 95%		Correlação intraclass
					Inferior	Superior	
Intercepto (2013.1)	0,146	0,052	2,815	0,005	0,073	0,294	4,25%
Intercepto (2016.1)	0,103	0,037	2,753	0,006	0,05	0,209	3,03%
Intercepto (2019.1)	0,095	0,034	2,804	0,005	0,047	0,192	2,81%

Fonte: PNAD-C (2013; 2016; 2019). Elaboração própria.

TABELA A2 – Estatísticas descritivas das variáveis do modelo de regressão (2013.1)

Nome da variável	N	Codificação	Valor	Valor	Média	Desvio-
sexo	98.699	0 = mulher	0	1	0,5393	0,4985
raça	98.699	0 = negro	0	1	0,4651	0,4988
escolaridade	98.699	1 = Fundamental incompleto	1	4	2,5866	1,0245
idade	98.699	1 = 18 a 24 anos	1	6	3,1929	1,4009
taxa_admissão	18	Variável contínua	0,2363	0,5154	0,3795	0,0993
taxa_desligamento	18	Variável contínua	0,2219	0,5019	0,3646	0,0938
proporção_informais	18	Variável contínua	0,304	0,51	0,3922	0,0706
proporção_inativos	18	Variável contínua	0,222	0,33	0,2692	0,0320

Fonte: PNAD-C (2013); CAGED (2012) e RAIS (2011; 2012). Elaboração própria.

TABELA A3 – Estatísticas descritivas das variáveis do modelo de regressão (2016.1)

Nome da variável	N	Codificação	Valor	Valor	Média	Desvio-
sexo	99.882	0 = mulher	0	1	0,5399	0,4984
raça	99.882	0 = negro	0	1	0,4639	0,4987
escolaridade	99.882	1 = Fundamental incompleto	1	4	2,6872	1,0159
idade	99.882	1 = 18 a 24 anos	1	6	3,2774	1,4043
taxa_admissão	18	Variável contínua	0,1774	0,4252	0,3067	0,0702
taxa_desligamento	18	Variável contínua	0,2166	0,4457	0,3413	0,0725
proporção_informais	18	Variável contínua	0,326	0,526	0,4054	0,0650
proporção_inativos	18	Variável contínua	0,209	0,333	0,2675	0,0351

Fonte: PNAD-C (2016); CAGED (2015) e RAIS (2014; 2015). Elaboração própria.

TABELA A4 – Estatísticas descritivas das variáveis do modelo de regressão (2019.1)

Nome da variável	N	Codificação	Valor	Valor	Média	Desvio-
sexo	100.023	0 = mulher	0	1	0,5274	0,4992
raça	100.023	0 = negro	0	1	0,4419	0,4966
escolaridade	100.023	1 = Fundamental incompleto	1	4	2,7747	0,9951
idade	100.023	1 = 18 a 24 anos	1	6	3,3129	1,4203
taxa_admissão	18	Variável contínua	0,1774	0,4252	0,3067	0,0702
taxa_desligamento	18	Variável contínua	0,2166	0,4457	0,3413	0,0725
proporção_informais	18	Variável contínua	0,326	0,526	0,4053	0,0650
proporção_inativos	18	Variável contínua	0,209	0,333	0,2675	0,0351

Fonte: PNAD-C (2019); CAGED (2018) e RAIS (2017; 2018). Elaboração própria.

TABELA A5 – Resultados da regressão para calcular as chances de desemprego em 2013.1

	Coeficiente	Erro padrão	Sig.	Exp (coeficiente)	IC de 95% para exp (coeficiente)		Influência na probabilidade (%)
					Inferior	Superior	
<i>Variáveis de nível 1</i>							
sexo							
Homens	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	,498	,0243	,000	1,646	1,570	1,727	64,6
raça							
Branços	-	-	-	-	-	-	-
Negros	,095	,0273	,000	1,1	1,043	1,160	10
escolaridade							
Ensino Superior completo	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental incompleto	,622	,0467	,000	1,863	1,7	2,042	86,3
Ensino Fundamental completo	,627	,0466	,000	1,872	1,708	2,051	87,2
Ensino Médio completo	,482	,0405	,000	1,619	1,495	1,753	61,9
idade							
60 a 65 anos	-	-	-	-	-	-	-
18 a 24 anos	1,860	,0932	,000	6,423	5,351	7,711	542,3
25 a 29 anos	1,226	,0951	,000	3,409	2,829	4,108	240,9
30 a 39 anos	,896	,0932	,000	2,450	2,041	2,941	145
40 a 49 anos	,326	,0957	,001	1,386	1,148	1,672	38,6
50 a 59 anos	,112	,0999	,260	1,119	,920	1,361	NS
<i>Variáveis de nível 2</i>							
taxa_admissão	-,130	,0606	,032	,878	,780	,989	-12,2
taxa_desligamento	,094	,0668	,160	1,098	,964	1,252	NS
proporção_informais	-,015	,0165	,359	,985	,954	1,017	NS
proporção_inativos	-,012	,0229	,612	,988	,945	1,034	NS

Fonte: PNAD-C (2013); CAGED (2012) e RAIS (2011; 2012). Elaboração própria.

TABELA A6 – Resultados da regressão para calcular as chances de desemprego, em 2016.1

	Coeficiente	Erro padrão	Sig.	Exp (coeficiente)	IC de 95% para exp (coeficiente)		Influência na probabilidade (%)
					Inferior	Superior	
<i>Variáveis de nível 1</i>							
sexo							
Homens	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	,357	,0210	,000	1,430	1,372	1,489	43
raça							
Branços	-	-	-	-	-	-	-
Negros	,189	,0236	,000	1,208	1,154	1,266	20,8
escolaridade							
Ensino Superior completo	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental incompleto	,609	,0393	,000	1,838	1,702	1,986	83,8
Ensino Fundamental completo	,568	,0391	,000	1,765	1,634	1,905	76,5
Ensino Médio completo	,470	,0329	,000	1,6	1,5	1,706	60
idade							
60 a 65 anos	-	-	-	-	-	-	-
18 a 24 anos	1,922	,0730	,000	6,834	5,924	7,885	583,4
25 a 29 anos	1,164	,0750	,000	3,203	2,765	3,710	220,3
30 a 39 anos	,719	,0731	,000	2,052	1,778	2,369	105,2
40 a 49 anos	,398	,0742	,000	1,489	1,287	1,722	48,9
50 a 59 anos	,095	,0777	,221	1,1	,944	1,28	NS
<i>Variáveis de nível 2</i>							
taxa_admissão	-,120	,0376	,001	,887	,824	,955	-11,3

taxa_desligamento	,093	,0395	,018	1,098	1,016	1,186	9,8
proporção_informais	,006	,0119	,629	1,006	,983	1,029	NS
proporção_inativos	-,02	,0157	,201	,98	,95	1,011	NS

Fonte: PNAD-C (2016); CAGED (2015) e RAIS (2014; 2015). Elaboração própria.

TABELA A7 – Resultados da regressão para calcular as chances de desemprego, em 2019.1

	Coeficiente	Erro padrão	Sig.	Exp (coeficiente)	IC de 95% para exp (coeficiente)		Influência na probabilidade (%)
					Inferior	Superior	
<i>Variáveis de nível 1</i>							
sexo							
Homens	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	,44	,0194	,000	1,553	1,495	1,613	55,3
raça							
Branços	-	-	-	-	-	-	-
Negros	,189	,0214	,000	1,208	1,158	1,260	20,8
escolaridade							
Ensino Superior completo	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental incompleto	,853	,0356	,000	2,356	2,188	2,516	135,6
Ensino Fundamental completo	,754	,0356	,000	2,124	1,981	2,278	112,4
Ensino Médio completo	,551	,0291	,000	1,753	1,639	1,837	75,3
idade							
60 a 65 anos	-	-	-	-	-	-	-
18 a 24 anos	2,024	,0661	,000	7,566	6,646	8,613	656,6
25 a 29 anos	1,408	,068	,000	4,088	3,578	4,671	308,8
30 a 39 anos	,923	,066	,000	2,516	2,211	2,863	151,6
40 a 49 anos	,614	,0668	,000	1,848	1,621	2,106	84,8
50 a 59 anos	,507	,0683	,000	1,661	1,452	1,899	66,1
<i>Variáveis de nível 2</i>							
taxa_admissão	-,015	,0747	,842	,985	,851	1,141	NS
taxa_desligamento	-,052	,0806	,520	,950	,811	1,112	NS
proporção_informais	-,034	,0156	,032	,967	,938	,997	-3,3
proporção_inativos	-,019	,0150	,204	,981	,953	1,01	NS

Fonte: PNAD-C (2019); CAGED (2018) e RAIS (2017; 2018). Elaboração própria.

A FAMÍLIA NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA E DA MIGRAÇÃO

Luiz Bertolucci Júnior *

RESUMO

A pessoa com deficiência (PcD), por experimentar impedimentos de longo prazo, compele sua família a lidar com impactos importantes na estrutura, no orçamento e no estilo de vida familiar. Daí poderá ocorrer, no caso de desvantagens, deste indivíduo e sua família utilizar, como estratégia de ajuste e sobrevivência, da migração para localidades em busca de recursos extradomiciliares. Diversas são as teorias e abordagens que buscam explicar o processo migratório, mas quase inexistentes são os estudos que se utilizam destas teorias para compreender a migração de populações com características peculiares, no caso o contingente de pessoas com deficiência. Deste modo, pretende-se, neste artigo, articular, por meio de uma revisão bibliográfica, algumas contribuições teóricas sobre a interação entre *deficiência* e *migração*, discutindo a perspectiva do migrante e da família que se move para se ajustar à situação da PcD, sintetizando, ao final, as discussões teóricas apresentadas e as possíveis deduções, que podem ser adotadas em trabalhos sobre este crescente contingente populacional.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Família; Migração.

INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência (PcD), na medida em que experimenta impedimentos de longo prazo, impeli sua família a lidar com impactos importantes na estrutura, no orçamento e no estilo de vida familiar. Daí poderá ocorrer, no caso de desvantagens, da família decidir-se, como estratégia de ajuste e sobrevivência, pela migração para localidades em que acesse recursos extradomiciliares.

Importa considerar, neste trabalho¹, que a deficiência é entendida a partir do conceito social, definido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: as PcD são as que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2010a).

Nos contextos em que as barreiras geram desvantagens, carentes de intervenções que promovam a superação delas através do acesso a diferentes áreas do ambiente (moradias, edifícios, transportes, informação e comunicação) e a serviços específicos (educação, saúde), as PcD poderão sentir-se incapazes de participar do meio social. Isto

* Pesquisador do Cepes/IERI/UFU. Economista pelo IERI/UFU. Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

¹ Parte da discussão teórica exposta na Tese de Doutorado: Pessoas com Deficiência: uma avaliação de migrantes e não-migrantes no Município de Uberlândia, Minas Gerais, nas décadas de 1990 e 2000 (BERTOLUCCI, 2013).

porque essas pessoas não serão capazes de se beneficiar plenamente com melhorias em apenas uma área, mas somente quando a acessibilidade se fizer sentir nos diferentes ambientes que as envolvem.

O reconhecimento da diversidade ambiental, reflexo da histórica assimetria socioeconômica e cultural entre as regiões, faz com que as PcD busquem garantir o direito à migração enquanto estratégia de sobrevivência em face às suas necessidades e de sua família. Tal migração significa, em última instância, deslocarem-se de ambientes (municípios) com menor nível de acessibilidade (maior número de barreiras ambientais) para localidades mais acessíveis, com facilitadores ambientais presentes (serviços de saúde especializados; vias adequadas; meio de transporte adaptado; mercado de trabalho acessível; rede de apoio visando à habilitação e reabilitação; educação especial etc.).

De igual modo, tanto para as PcD quanto para pessoas sem deficiência (Psd), a mobilidade espacial por meio da migração representa um importante processo para o desenvolvimento humano, indispensável quando os indivíduos buscam atender suas demandas específicas, não equacionadas no lugar em que vivem.

A migração, aqui considerada, é uma forma de mobilidade espacial que envolve o movimento de pessoas que fixam residência em outra localidade que não a usual ou de nascimento, em caráter permanente, e que pode ser compreendida, nos estudos e pesquisas, em três dimensões: a permanência do movimento, por meio da fixação do migrante (o que exclui turistas e grupos nômades, por exemplo, e outros deslocamentos do tipo circularidade ou pendularidade); a distância do movimento e as fronteiras ou barreiras administrativas transpostas, o que pode definir uma migração regional (interna) ou internacional; e o tempo ou período em que o movimento migratório ocorre e se define (PRESSAT, 1985).

A complexidade do fenômeno migratório faz com que diferentes teorias e abordagens procurem compreender a migração por meio de múltiplas dimensões e por meio de diversas perspectivas disciplinares e escalas de análise (MASSEY et al., 1993). Segundo esses autores, por exemplo, o fenômeno migratório pode ser iniciado por um indivíduo que tenta melhorar seu nível salarial, ao mesmo tempo em que sua família busca diminuir a vulnerabilidade de renda, sendo que o contexto socioeconômico em que essas decisões ocorrem está sendo definido por forças que atuam em nível interno, no âmbito nacional, mas também em nível internacional.

Os estudos e discussões sobre a migração podem, portanto, possibilitar que as questões colocadas por diferentes disciplinas contribuam para o conhecimento da dinâmica

populacional, inclusive de grupos específicos que, "invisíveis" quando somados no agregado populacional, podem apresentar padrões migratórios destoantes da população como um todo.

Deste modo, pretende-se, nas seções seguintes, articular contribuições teóricas sobre a interação entre *deficiência e migração*, discutindo a perspectiva do migrante e da família que se move para se ajustar à situação da PcD, sintetizando, ao final, as discussões teóricas apresentadas e possíveis deduções que podem ser adotadas em trabalhos sobre a migração desta população.

MÉTODO

O trabalho sistematiza, por meio de revisão bibliográfica, estudos de caráter demográfico, socioeconômico e biomédico que relacionam a deficiência como uma relevante variável na decisão para realizar movimentos migratórios (BEAN et al., 1994; BORGES, 2005; LESSA, 1997; CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2008; FERREIRA, 2009; TONG; PIOTROWSKI, 2011).

De igual modo, ao considerar o binômio *deficiência e migração*, o estudo registra o que ocorre com o migrante com deficiência, segundo Peñafiel (2001); Richards (2004); Baynton (2005) e Bazon et al. (2004), bem como relaciona as barreiras e dificuldades que possam levar à imobilidade, inviabilizando movimentos migratórios pelas PcD (CROCHÍK, 2001).

Incluiu-se, também, estudos que consideram a migração interna de PcD e de suas famílias devida a fatores de atração ou retenção (GRAEFE; JONG, 2006; LEME; NEDER, 2001; TONG; PIOTROWSKI, 2011); os estudos clássicos de Ravenstein (1885) e de Lee (1966); estudos recentes que analisam o movimento espacial das PcD (BOTWEY, 2008); os resultados de pesquisas especializadas como as relatadas em Borges (2005) e Ferreira (2009), e estudos que levem em conta a seletividade da migração (MASSEY, 1990; CHISWICK, 1999) e a decisão sobre migração no âmbito familiar (MINCER, 1978; HARBISON, 1981) na presença da deficiência.

MIGRAÇÃO E DEFICIÊNCIA

Estudos de caráter demográfico, socioeconômico e biomédico mostram que a deficiência de caráter congênito ou orgânico, ou adquirida por acidente ou violência, representa uma motivação que pode levar à migração intermunicipal, principalmente na direção de centros urbanos que ofereçam oportunidades de tratamento em saúde e

reabilitação, obtenção de renda por meio do mercado de trabalho, educação especializada, reinserção familiar, cuidados e um ambiente mais acessível e ameno (BEAN et al., 1994; BORGES, 2005; LESSA, 1997; CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2008; FERREIRA, 2009; TONG; PIOTROWSKI, 2011).

No entanto, apesar de sempre participarem do contexto histórico da migração, as PcD permaneciam na "invisibilidade" migratória (RICHARDS, 2004), pois agregadas ao total da população migrante ou inserida no grupo familiar extenso, tal invisibilidade impedia o conhecimento da dinâmica migratória e do perfil característico do migrante com deficiência.

A possibilidade de intensificar-se a migração interna para as PcD, certamente acompanhando ou estimulando os movimentos migratórios da família, torna-se plausível, nas décadas recentes, não somente em função do Aparato Legal consolidado pelas PcD e que lhes conferiu direitos (com efeito inclusive na derrubada e superação de barreiras ambientais), mas também pela disponibilidade de novas tecnologias assistivas, tratamentos sofisticados com possibilidade de reabilitação e recursos em saúde, além de acesso a instituições de apoio à deficiência.

Peñañiel (2001) complementa que o binômio *deficiência e migração* tornou-se factível, nos tempos atuais, devido, em grande parte, à mudança de mentalidade sobre as PcD; a fatores de expulsão como a violência, observada em diversas regiões; e, às desigualdades entre regiões ricas e pobres, o que aumenta o desejo de uma vida melhor para *além-barreiras* do cotidiano que cerceiam as pessoas, ainda que riscos e dificuldades devam ser enfrentados no processo migratório.

O migrante com deficiência e sua família, segundo Peñañiel (2001), se expõem a um maior nível de vulnerabilidade, na medida em que se localizam num contexto de histórica exclusão dos serviços sociais e de saúde, sendo mais preocupante a situação de adultos com impedimentos intelectuais ou de mulheres com deficiência quando empreendem a migração internacional (RICHARDS, 2004; BAYNTON, 2005), ou até mesmo movimento migratórios internos, para localidades com inadequada estrutura de serviços de suporte à deficiência (BAZON et al., 2004).

Apesar de reconhecer melhorias e avanços em diversos setores que podem aumentar a capacidade de mobilidade das PcD, Richards (2004) considera que, além dos riscos físicos, os riscos psicológicos podem ter um peso ainda maior para a PcD que conte com maior grau de dependência de familiares. O autor acredita que a grande fricção da distância, considerada na decisão de migrar, muda o padrão migratório em termos de

localidades de origem e destino das PcD, se comparado ao das Psd, gerando um efeito adicional na migração das PcD frente as suas dificuldades inerentes.

Outra barreira que dificulta a mobilidade das PcD e suas famílias, não somente espacial, mas também social e culturalmente, é a reação atitudinal. A PcD migrante poderá experimentar, em maior nível, as dificuldades impostas pela recorrente barreira atitudinal ao migrante, reforçada em tempos de crise socioeconômica na localidade receptora: o chamado *racismo sutil* (CROCHÍK, 2001).

Outros estudos já apontam que amenidades (fatores de atração ou retenção) ou dificuldades locacionais (fatores de expulsão ou rejeição) são consideradas pelas PcD e suas famílias na avaliação de permanecerem em seus locais de origem ou de buscarem municípios que possam permitir melhor qualidade de vida (LEME; NEDER, 2001; TONG; PIOTROWSKI, 2011).

A concepção de que a migração é relacionada a fatores de atração e expulsão parte dos estudos clássicos de Ravenstein (1885), que mostra as regularidades dos movimentos migratórios em resposta à expansão do capitalismo na Inglaterra durante o auge da Segunda Revolução Industrial, e de Lee (1966). Os autores apontaram a importância dos fatores de atração e expulsão populacional no processo migratório, destacando que a decisão de migrar será uma resultante do balanço entre fatores positivos e negativos, relacionados pelo indivíduo na localidade de origem e de destino, o que tornaria a migração um ato racional ou uma escolha racional. Tal decisão considera, para ser praticada, os obstáculos intervenientes entre as localidades (distância, barreiras físicas ou legais, custos de transporte e mudança, encargos e responsabilidades - filhos e outros dependentes).

Lee (1966) inaugurou os termos "fatores de expulsão" e "fatores de atração" que condicionam os movimentos migratórios, inclusive tornando-os resultado de um processo de decisão seletivo em que as correntes e contracorrentes migratórias se constituirão de diversos contingentes de migrantes, caracterizados pelo sexo, idade, profissão, escolaridade, condição econômica e perfil cultural.

Ainda segundo Lee (1966), a migração interna varia em resposta a diversos fatores ligados ao território em análise que poderiam ser sumarizados nos seguintes itens: grau de diversificação entre as áreas - as diferentes oportunidades; diversificação entre os povos; dificuldade de superar os obstáculos intervenientes; flutuações da economia, e o estágio de desenvolvimento de um país ou de um espaço regional. Além disso, as migrações são eminentemente seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferente aos fatores positivos e negativos prevaletentes nos locais de origem e destino, de contarem com

capacidade diferenciada frente aos fatores ou obstáculos intervenientes, e pela desigualdade dos fatores pessoais.

Esses aportes teóricos colaboram para entender alguns estudos que analisam o movimento espacial das PcD. Botwey (2008) observou que os migrantes com deficiência que empreendem o movimento migratório de localidades tipicamente rurais para as urbanas, ao chegarem às cidades, sem educação básica e qualificação para o trabalho, e devido a um conjunto de barreiras sociais, não conseguem emprego e engrossam o contingente de desempregados e de trabalhadores em atividades precárias, corroborando a hipótese de maior seletividade migratória no destino, situação experimentada pela população como um todo, conforme discutem Brito e Carvalho (2006).

Importa considerar que, se o mercado de trabalho urbano funciona como fator de atração para as PcD e suas famílias, oportunidades de educação também estimulam a migração para municípios-polo. Deficientes auditivos tendem a migrar para centros urbanos onde há escolas bilíngues, acesso à língua de sinais (Libras etc.) e escolas especiais para não ouvintes (FREIRE et al., 2009).

Borges (2005) e Ferreira (2009) mostraram que, entre os diversos motivos que levaram as PcD a migrarem para Uberlândia (MG), a busca pela rede de educação especial foi considerada, principalmente por pessoas com origem nos pequenos municípios do entorno e que desejavam qualificar-se em escolas bilíngues ou com método educacional para deficientes mentais.

Richards (2004) enfatiza que, a migração familiar refere-se a uma questão de seletividade migratória em termos econômicos (fatores de expulsão e atração), culturais (a migração como uma inovação, uma conduta desenvolvida no âmbito da comunidade) ou psicológicos (os migrantes possuem uma personalidade menos avessa a riscos e com maior independência emocional). Porém, pode-se estender o argumento de Richards para, em relação às PcD, considerar um fator bem específico de seletividade: o tipo de deficiência.

De maneira complementar, a migração das PcD pode ser pensada, também, por uma perspectiva microeconômica do capital humano. Para Massey (1990), essa abordagem considera que o indivíduo possui ampla capacidade de calcular, a partir de sua plena racionalidade, a mensuração dos custos e dos benefícios de um movimento migratório.

É importante também considerar, nessa abordagem econômica com foco no indivíduo, que a migração está intimamente ligada aos investimentos complementares no agente humano (educação, treinamento, experiência). Dessa forma, o estudo sobre esses investimentos poderá oferecer pistas para entender não somente a mobilidade, mas a

imobilidade da população, mesmo diante dos diferenciais de remuneração entre as localidades (SJAASTAD, 1962). A migração pode atuar, assim, como um forte investimento em capital humano, pois o processo da migração agrega experiência e conhecimentos similares aos adquiridos pela educação, qualificação para o trabalho, treinamentos e outros aprendizados que a pessoa adquire ao longo da vida (MASSEY, 1990).

Também em relação à migração de pessoas com deficiência, é razoável pensar que a mudança de residência para localidades com melhor infraestrutura educacional e atendimento aos deficientes possa traduzir-se em investimentos de capital humano, conforme declarado por pessoas com deficiência em pesquisas recentes (BORGES, 2005; FERREIRA, 2009).

Importa também considerar que, para a abordagem teórica da “nova economia da migração”, as decisões são feitas por grupos de pessoas, normalmente famílias ou domicílios, em que as pessoas agem coletivamente para maximizar o rendimento esperado, minimizar os riscos e diminuir as restrições associadas a diversas falhas de mercado, inclusive aquelas relativas ao mercado de trabalho (MASSEY et al., 1993).

Considerando que uma decisão sobre migração no âmbito familiar incluirá diversas racionalidades individuais, Mincer (1978) destaca que essa decisão deixa de ter um caráter independente, e passa a uma dinâmica decisória interdependente que leva em conta as avaliações de todos os membros da família. Os custos e benefícios serão considerados para todos e neste ponto, como os custos para o agrupamento familiar poderão crescer mais que para um indivíduo, as famílias tendem a mostrar uma mobilidade menor.

Assim, para a família, a migração somente irá ocorrer se houver um resultado líquido positivo entre os ganhos obtidos na origem e os esperados no destino. Neste ponto, Mincer (1978) destaca a importância de cada elemento na estrutura familiar, principalmente do chefe da família e do cônjuge. O somatório dos ganhos deles é que definirá a migração de um membro da família, uma vez que os outros elementos, como crianças e agregados, vão contribuir apenas de forma marginal. Mincer mostra que em muitas ocasiões um dos membros do casal migra apenas porque o ganho total supera a perda individual que ele terá. Assim, ele assume uma condição de migrante ligado (*tied mover*), mesmo que seja chefe da família. O autor aponta ainda situações em que a migração não ocorre, apesar de um dos membros do casal ter perspectiva de ganhos líquidos no destino. Isso porque, no resultado geral, o casal teria uma perda líquida caso a migração ocorresse. Mincer considera que, aquele com perspectivas de ganho no destino, em termos individuais, e que não migra,

poderia ser considerado um não-migrante ligado (*tied stayer*), ou seja, não migra pois depende do resultado líquido da migração para toda a família.

A partir dessas considerações, Mincer (1978) aponta que as famílias migram menos, em relação aos solteiros, por exemplo, pois as decisões serão dependentes do poder de barganha ou negociação para migrar entre o casal, principalmente no caso em que ambos trabalhem e contribuam para o orçamento doméstico.

Harbison (1981) também destaca que a decisão de migrar é mais complexa no nível familiar. A estrutura familiar funcionaria como um contexto estrutural e funcional dentro do qual a informação é recebida e interpretada; onde o capital humano através da educação e experiência é acumulado, e a partir desse conjunto de informações, as decisões são tomadas. Assim, os aspectos da estrutura familiar não levam à migração: eles provocam uma mudança na evolução da expectativa, do incentivo ou do motivo para migrar de cada membro, dificultando a tomada de decisão para migrar.

No entanto, para Harbison (1981) a família, ao agir como um grupo ou rede social coesa e mais confiável torna mais consistente a decisão migratória, pois aumenta a possibilidade de sucesso migratório de seus membros, uma vez que a rede familiar garantirá o apoio necessário no destino para que o migrante se estabeleça e consiga atingir seus propósitos na nova localidade.

Wajnman et al. (2006) destacam que a mobilidade espacial da população tem uma profunda e complexa implicação na definição dos arranjos familiares, podendo alterar o tamanho, a composição e o número de famílias. Para os autores, deve-se levar em conta a mobilidade espacial de pessoas por motivos de estudo, casamento, o que não implica migração, mas apenas saída do domicílio de origem, afetando o tamanho e a composição etária da família, de maneira similar ao efeito da morte.

Em outro sentido, parentes que ao se moverem agregam-se às famílias, promovem efeito similar ao nascimento, à entrada de uma pessoa no grupo familiar, que poderá ser uma criança, jovem ou um adulto, nem sempre gerando o rejuvenescimento da família, mas no caso da inclusão de um idoso, ocorreria o envelhecimento da estrutura etária familiar (WAJNMAN et al., 2006).

Dessa maneira, o tamanho, a composição geracional, as relações de parentesco e a condição de autonomia dos membros da família, considerando a deficiência ou a incapacidade, são fatores que influenciam na decisão e na possibilidade de movimento migratório dos indivíduos e do grupo familiar, e estão intimamente ligados ao ciclo e estilo de vida familiar.

A migração, pode ainda, além de modificar os arranjos domiciliares, promover ajustes ou comprometer o tradicional papel de cuidados da família em relação às PcD ou aos idosos com incapacidades. Exemplifica-se, nesse ponto, a influência que a emigração de jovens, principalmente de regiões mais pobres do país, exerce no enfraquecimento da família como provedora de suporte, uma vez que os arranjos de moradia partilhada diminuem. Sem o apoio do Estado, as famílias com deficientes ou idosos inativos, sem renda previdenciária ou apoio de outros benefícios sociais e que não recebam auxílio de filhos emigrantes, experimentam o agravamento da situação de pobreza, com recrudescimento das condições adversas de vida e maior frequência de doenças e dependência (CHAIMOWICZ, 1997). Esse autor mostra que o aumento da taxa de mobilidade geográfica dos jovens, atuando no mesmo sentido da queda na taxa de fecundidade, diminui o tamanho da família, além do número de pessoas que poderiam oferecer cuidados familiares às pessoas com deficiência, principalmente num contexto de crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, o que poderá levar a um aumento na demanda por serviços de suporte, induzindo à migração para outra localidade.

O cenário futuro, portanto, é de maiores dificuldades para as PcD com menor autonomia, à medida que os pais e outros membros da família que contribuem com os cuidados envelhecem e ficam mais fragilizados ou morrem. O aumento da expectativa de vida das crianças com deficiência intelectual, paralisia cerebral ou com deficiências múltiplas, por exemplo, sustentada pelos avanços médicos e em saúde, sugere que seus pais podem eventualmente ser incapazes de continuar fornecendo ajuda ao filho com deficiência, dificultando, também, o apoio devido às outras pessoas com deficiência de suas famílias, como os pais ou sogros.

Não se pode pensar, no entanto, de maneira genérica, que as PcD, inclusive as idosas, representem um fardo para suas famílias. No Brasil, as informações dos Censos Demográficos nas últimas décadas mostram que as PcD ocupam relevante papel no âmbito familiar, em proporções semelhantes às pessoas sem deficiência, ocupando a posição de responsáveis pelo domicílio, o que equivale a dizer, responsáveis pela família. Essas proporções mudam, a depender da condição de migração, mas indicam que as PcD não somente devem atuar como provedoras (CAMARANO, 2004), mas podem definir, no âmbito familiar, o processo migratório.

Deve-se, também, destacar o papel das redes sociais como promotoras da migração. A abordagem em torno do papel dessas redes aparece como resultante das condições migratórias que se colocam como causas independentes, em nível internacional,

mas que se aplicam à migração interna: a difusão e ampliação da rede de migrantes, as instituições de apoio aos que migram e as mudanças no significado social do trabalho nas sociedades receptoras (MASSEY, 1993).

Para Massey (1993) as redes de migrantes são constituídas por laços que conectam migrantes e não-migrantes nas localidades de origem e de destino por meio de laços de parentesco, amizade ou de ajuda compartilhada por pertencerem a uma mesma comunidade de origem.

Nos dias atuais, o desenvolvimento das telecomunicações e das redes de interação social pode estar atuando para estimular os movimentos migratórios em direção às localidades que ofereçam amenidades e oportunidades, e que contem com menores externalidades negativas típicas das metrópoles. As redes sociais podem ajudar a explicar, por exemplo, a razão de maiores fluxos migratórios serem direcionadas para regiões de destino específicas.

A rede familiar, nesse ponto, contaria com as conexões mais integradas dentro da rede social. No âmbito da rede familiar é que se elabora a decisão de migrar, possibilitando os arranjos que antecedem e sustentam o movimento migratório, mesmo quando toda a família se movimenta em direção à nova localidade (ASSUNÇÃO; FERREIRA, 2006). Desta maneira, a família mantém sua relevância na abordagem das redes sociais, na medida em que fornece consistência ao processo migratório (HARBISSON, 1981), como a fonte de informações com maior nível de confiança, possibilitando o acesso a recursos no destino.

Assim, as PcD que declaram migrar acompanhando suas famílias, seja na condição de responsável pela família ou de outro familiar na estrutura domiciliar (FERREIRA, 2009), encontram nelas o elemento efetivador da migração, devido aos laços de redes migratórias familiares que se estabelecem pelos parentes que os antecederam.

Espera-se, portanto, de igual modo, que as condições de saúde, incluindo a deficiência como um estilo de vida diferente (SILVA, 2002), influenciem não somente as decisões migratórias, mas determinem o espaço de vida da pessoa e de sua família, promovendo sua expansão ou contração, se considerados os diferentes momentos do ciclo de vida individual ou familiar (COURGEAU, 1988).

Recorde-se de que o conceito de espaço de vida desenvolvido por Courgeau (1988) considera o espaço em que a pessoa vive e desenvolve suas atividades e interações, e que por diversos motivos, pode se expandir e transplantar-se, através de movimentos migratórios. A família que esteja experimentando, por exemplo, um problema de saúde ou

da deficiência em um de seus membros, pode ampliar ou restringir seu espaço de vida em função do ciclo vital dessa pessoa e pelas necessidades inerentes à condição de saúde e necessidades dela.

Em outro aspecto, a chegada de uma criança com deficiência poderá levar a família a promover alterações em seu projeto de vida familiar e a expandir o espaço de vida na direção de lugares que ofereçam serviços e promovam tratamentos relativos à deficiência, podendo ocorrer o que Courgeau (1988) denominou como *deslizamento* ou *transplantação*. Observa-se o deslizamento quando a família realiza movimentos pendulares, deslocando-se periodicamente de seu município de residência na direção de outro município que lhe ofereça apoio em saúde, sem mudança de residência. Contudo, ocorrem situações em que toda a família migra, a fim de atender as necessidades de seus membros, e especificamente, aquelas inerentes à PcD, acontecendo a transplantação do espaço de vida, ou seja, a mudança de residência transfere para outra localidade os lugares em que a família e a PcD deverão vivenciar seu cotidiano, ainda que mantenham relações menos frequentes com a origem (COURGEAU, 1988).

SÍNTESE DA DISCUSSÃO E DEDUÇÕES SOBRE A MIGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As contribuições teóricas e as abordagens que tratam do fenômeno migratório, relacionadas neste artigo, se fornecem elementos para o entendimento da migração para toda a população, possibilitam, também, que sejam extraídos subsídios para compreender o movimento migratório de grupos populacionais específicos, como as pessoas com deficiência (PcD) e suas famílias.

Há que se considerar que as famílias com PcD vão lidar com fatores pessoais, sociais e ambientais determinantes para a percepção do nível de severidade ou de impedimentos vivenciados (OMS, 2004). Assim, de maneira racional, porque objetiva e subjetivamente identificam suas necessidades, todos os membros da família buscarão na localidade em que vivem ou em outros espaços urbanos, os recursos que lhes possibilitem romper com as barreiras e impedimentos a que um de seus integrantes estiver submetido. Pois é no âmbito da família que as diversas decisões, inclusive de migrar, tornam-se mais factíveis e onde se ponderam os ganhos líquidos e benefícios que a família obterá com a migração para cada um de seus membros e para o grupo como um todo.

As pessoas com deficiência no Brasil, ao contarem com um abrangente Aparato Legal que lhes garante direitos dentro de um contexto de promoção de equidade, poderão agregar à decisão de migrar ainda mais racionalidade, no sentido de buscar a concretização

de seus direitos. Ponderam, assim, os fatores de expulsão e de atração relacionados à localidade de origem e ao destino, e os custos da migração, incluindo aqueles subjetivos ou psicológicos, talvez mais onerosos às PcD, uma vez que lidam com diversos obstáculos e poucos facilitadores ambientais, intervenientes ao processo migratório.

Essas abordagens sobre a migração, que levam em conta a influência dos fatores locais sobre a decisão de migrar, sugerem para a permanência de movimentos migratórios na direção de localidades em que os migrantes, e neste caso, as PcD, terão maiores possibilidades de acesso a recursos e serviços inerentes à deficiência. O desenvolvimento de um espaço regional, oferecendo diferentes oportunidades, na medida em que se configura uma região de atração populacional, estimula a emigração de áreas estagnadas de seu entorno.

Particularmente para as PcD, em que a distância pode ter um efeito importante ainda maior que para as Psd, os fatores de atração migratória de uma localidade, como facilitadores ambientais, acessibilidade a recursos de saúde e reabilitação, entre outros, podem consolidar uma região receptora de população, em relação ao seu entorno e mesmo de regiões mais distantes.

Ainda dentro dessa perspectiva macro da dinâmica migratória, importa considerar que se todos os migrantes estão envolvidos num processo de decisão e escolha seletivo, respondendo de maneira diversa à seletividade migratória, o tipo de deficiência, caracterizado por maior ou menor severidade, também poderá atuar como outro elemento seletivo, permitindo observar padrões diferenciados de migração por atributos pessoais (sexo, idade), familiares (posição na família, tamanho da família) e socioeconômicos (educação, renda).

Desse modo, à seletividade por idade, escolaridade e outras variáveis de capital humano, deve-se agregar a influência do tipo de deficiência na análise da migração das PcD, procurando-se verificar as modificações das características demográficas e socioeconômicas relacionadas à migração, como a instrução, salário e emprego, saúde, e mesmo a aquisição de deficiência.

Sabendo que cada tipo de deficiência impacta de maneira diversa a pessoa que a experimenta, e a família que a cuida, é razoável esperar que a PcD tenha um papel importante na decisão de migrar, principalmente no âmbito da família. A perspectiva da abordagem microeconômica da migração destaca que o indivíduo age de maneira racional na decisão de migrar, considerando o custo de oportunidade da migração, sempre tendo

como objetivo atender suas necessidades e perspectivas individuais, o que deve ocorrer também para a PcD.

Assim, o estudo de possíveis padrões de migração da PcD também confirma as contribuições da nova economia da migração, na qual se enfatiza que as decisões de migrar não são tomadas de maneira independente, mas quase sempre feitas no âmbito da família, a fim de maximizar os possíveis ganhos e benefícios que a migração possa trazer, e ao mesmo tempo, diminuir os riscos que possa gerar.

Dessa maneira, quando se considera que a decisão de migrar passa a ter uma dinâmica decisória interdependente, considerando as avaliações de todos os membros da família, os efeitos do Aparato Legal voltado à PcD devem ter alterado, substancialmente, sua influência nas decisões pessoais ou familiares de migrar. Na medida em que o conjunto de políticas e ações públicas passa a garantir à PcD direitos, facultando-lhe renda por meio de transferências governamentais ou postos de trabalho, via sistema de cotas, entre outros benefícios, ela passa a contar com poder decisório intra-familiar e certamente, atua como agente estimulador da migração.

Quanto a esse ponto, destaca-se que o filho com deficiência, num contexto de baixa fecundidade, torna-se um membro com maior valor no âmbito de famílias cada vez menores, e deverá ser objeto tanto de investimentos para a sua reabilitação, quanto para a sua melhor inclusão social. Então, um filho que nasce ou adquire a deficiência, ao longo de seu ciclo de vida, pode levar a família a migrar, transplantar seu espaço de vida para localidades em que ele encontre consolidada uma rede de serviços inerentes a sua deficiência, tais como: saúde especializada, reabilitação, educação especial, tecnologia assistiva e outros.

E considerando que a população brasileira, em sua maioria, depende do sistema público de saúde, no caso brasileiro o SUS, Sistema Único de Saúde, incluindo os serviços inerentes à deficiência, a PcD defronta-se com iniquidades no acesso a serviços de saúde de média e alta complexidade, concentrados em grandes municípios e nas regiões mais desenvolvidas. Tal fato sugere que a migração em direção a esses municípios deva permanecer significativa.

Essa dinâmica migratória deve permanecer intensa entre as PcD que buscam acesso a serviços de reabilitação, às órteses e próteses, principalmente aquelas pessoas em situação de pobreza e condições de vida desfavoráveis, dependentes de benefícios sociais ou que precisam acessar os serviços de um Centro de Referência. Esses centros, localizados em municípios maiores, e que concentram os recursos destinados a prevenir e reabilitar

PcD ou com doenças incapacitantes, podem sugerir que a universalidade do SUS atingiu precária e parcialmente o grupo populacional das PcD.

No mesmo sentido, deve aumentar a probabilidade de migração na direção dos grandes municípios por pessoas e suas famílias que demandam atendimentos referentes à saúde mental. Se a política voltada à saúde mental se baseia no enfoque da abrangência populacional, e as ações e programas voltadas ao atendimento de PcD intelectual, de doentes mentais e das pessoas com autismo estão direcionadas para os municípios de grande porte, com centralidade regional, espera-se que a migração regional de PcD e suas famílias em busca de acesso à Rede de Atenção à Saúde Mental deva permanecer ou acentuar-se.

É possível que as desigualdades regionais, a concentração de recursos e serviços em grandes municípios, inclusive com a consolidação de uma rede de oportunidades sociais e de uma malha de instituições de saúde, educação e atendimentos especializados inerentes à deficiência, determinem que as redes migratórias intensifiquem os fluxos de migrantes na direção de municípios-polo.

Somada ao dinamismo regional, também a rede social, criada pelos parentes que migraram, facilita a tomada de decisão de migrar para a localidade que lhes ofereça melhores condições de vida. Certamente a interação, entre a rede familiar e social da PcD e a rede de instituições especializadas no atendimento à deficiência, estabelece uma densa rede de informações e oportunidades que pode estimular a migração de curta distância, em maior intensidade, com origem em cidades menores e com infraestrutura socioeconômica acanhada, expandindo a zona de emigração no entorno do município mais dinâmico.

Desse modo, ainda que não se possam medir as condições socioeconômicas do migrante na origem, para efeito de comparação, é razoável esperar que as PcD, ao emigrarem para os grandes municípios, sustentadas pelas redes sociais e institucionais que estimulam a migração, apresentem inserção socioeconômica precária no destino. Esta situação desfavorável ao migrante deve ter como causas prováveis o baixo nível de capital humano acumulado desde a origem, a seletividade migratória no destino e a existência de diversas barreiras em relação à deficiência, o que impede sua adequada inclusão na localidade de imigração.

Mormente nestes tempos de pandemia, há que se realizar pesquisas especializadas e estudos direcionados ao grupo populacional de PcD, possibilitando, com subsídios robustos, confirmar se as afirmações aqui relacionadas podem estar impactando de maneira ainda mais intensa sobre as famílias e seus integrantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, L. M.; FERREIRA, R. V. A rede familiar como empreendimento coletivo na estratégia de sobrevivência de uma migrante: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.
- BAYNTON, D. Slaves, immigrants, and suffragists: the uses of disability in citizenship debates. **PMLA**, New York, NY, v. 120, n. 2, p. 562-567, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25486185>. Acesso em: dez. 2011.
- BAZON, F. V. M; CAMPANELLI, E. A.; BLASCOVI-ASSIS, S. M. A importância da humanização profissional no diagnóstico das deficiências. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, SP, v. 6, n. 2, p. 89-99, 2004.
- BEAN, F. D. et al. Geographic concentration, migration, and population redistribution among the elderly. In: MARTIN, L. G.; PRESTON, S. H. (org.). **Demography of aging**. Washington, DC: The National Academic Press, 1994. Disponível em: <Http://www.nap.edu/catalog/4553.html>. Acesso em: ago. 2011.
- BERTOLUCCI, L. **Pessoas com deficiência: uma avaliação de migrantes e não-migrantes no município de Uberlândia, Minas Gerais, nas décadas de 1990 e 2000**. 2013. 315f. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em <http://cedepplar.ufmg.br/teses-e-dissertacoes/demografia/teses/category/97-2013>.
- BORGES, C. F.; BAPTISTA, T. W. F. O Modelo Assistencial em Saúde Mental no Brasil: a trajetória da construção política de 1990 a 2004. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 2, p. 456-468, 2008.
- BORGES, M. M. C. (coord.). **Levantamento de Informações Econômico-Sociais das Pessoas Portadoras de Deficiência no Município de Uberlândia-MG**. Uberlândia, MG: CEPES/IEUFU, 2005. (Relatório de Pesquisa).
- BOTWEY, D. N. **The role of district assemblies in curbing rural-urban migration of disabled persons in Ghana**. Rehabilitation Adviser, Sightsavers International, 2008. Disponível em: www.afri-can.org/Ghana/David.doc. Acesso em: fev. 2010.
- BRASIL, **Sobre os direitos das pessoas com deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das PcD**. 3. ed., rev. e atual. Brasília, DF: SDH. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da PcD, 2010a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. **Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva, Plano Nacional de Saúde (PNS)2008/2009-2011**. Brasília, DF, 2010b. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.
- CAMARANO, A. et al. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004.
- CAMPOS, M. B.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M. Uma análise demográfica e espacial das migrações de idosos no Brasil, 1980 a 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

- CASTIGLIONI, A. H. Migração: Abordagens teóricas. In: ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém, PA: NAEA/UFPA, 2009.
- CHAIMOWICZ, F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do Século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 31, n. 2, p. 184-200, 1997.
- CHISWICK, B. R. Are immigrants favorably self-selected? **American Economic Review**, US, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999.
- COURGEAU, D. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale**: migrations internes, mobilité temporaire et navettes. Paris: Éditions de L'Institut d'Études Démographiques. 1988.
- CROCHÍK, J. L. Teoria crítica da sociedade e estudos sobre o preconceito. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 67-99, 2001.
- FERREIRA, E. W. (coord.). **Levantamento de Informações Econômico-Sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG – Fase II**. Uberlândia, MG: CEPES/IEUFU, 2009. (Relatório de Pesquisa).
- FREIRE, B. D. et al. Acesso de pessoas deficientes auditivas a serviços de saúde em cidade do Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 4, p. 889-897, 2009.
- GRAEFE, D. R.; JONG, G. F. Work disability and migration in the early years of welfare reform. **Population Research Policy Review**, [S. l.], v. 25, p. 353-368, 2006.
- HARBISON, S. F. Family structure and family strategy in migration decision making. In: DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. **Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries**. New York, NY: Pergamon, 1981.
- LEE, E. S. A theory on migration. In: MOURA, H. A (coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- LEME, H. J. C.; NEDER, H. D. (coord.). **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia**. Uberlândia, MG: CEPES/UFU, 2001. (Relatório de Pesquisa).
- LESSA, C. et al. **Pobreza e política social: exclusão nos anos 90**. Praga: Hucitec, n. 3, 1997.
- MASSEY, D. S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.
- MASSEY, D. S. Social Structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, NJ, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.
- MINCER, J. Family migrations decisions. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 86, n. 5, p. 749-773, 1978.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Genebra, 2004.
- PEÑAFIEL, T. **Disability + immigration: a new planetary reality document presented at the United Nations**. Quebec, Canada: NGO, 2001. (The ONU World Conference). Disponível em: <http://74.125.113.132/search?q=cache:IVmqLozoy8J:www.un.org/esa/soc-dev/enable...> Acesso em: jun. 2009.
- PRESSAT, R. **The dictionary of demography**. Edited by Crhistopher Wilson. New York, NY: Basil Blackwell Ltd, 2981.

- RAVENSTEIN, E. G. **The laws of migration.** In: MOURA, H. A (coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- RICHARDS, P. L. Disability and the historical geography of immigration. **Disability Studies Quarterly**, [S. l.], v. 24, n. 3, 2004. Disponível em: www.dsq-sds.org. Acesso em: ago.2010.
- SILVA, I. A. **Construindo a cidadania:** Uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2002.
- SJAASTAD, L. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, n. 5, p. 80-93, 1962.
- TONG, Y.; PIOTROWSKI, M. Skill, health and selectivity disparity across migration types and life course: the case of internal migration in China. In: PAA 2011 ANNUAL MEETING, 2011, Washington, DC. **Anais...** Alexandria: PAA, 2011.
- WAJNMAN, S; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSES, G. **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília, DF: Ipea, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/-sites/.../Cap_14_EstruturaDomiciliar.pdf. Acesso em: ago. 2010.

A NOVA ONDA DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL: NOTAS FINAIS

*Duval Fernandes**
João Peixoto♦
Andrea Poletto Oltramari♥

RESUMO

O início da década de 2020 assinalava novo patamar da migração de brasileiros para Portugal. O volume e a diversidade sempre crescentes indicavam que a composição dessa nova onda migratória apresentava características distintas das precedentes. Apesar da predominância da migração laboral, novas estratégias, facilitadas por alterações na legislação migratória portuguesa, permitiam conciliar a formação acadêmica, a migração estudantil, com a busca por trabalho. Investidores e aposentados passavam também a compor o quadro dos imigrantes: os primeiros ocupando lugar de destaque dentre os imigrantes de todas as nacionalidades que obtêm o visto de residência permanente, e os últimos, pouco visíveis para as entidades que auxiliam os imigrantes e para as autoridades brasileiras em Portugal. No entanto, quase todos relatavam episódios de intolerância, alguns explícitos e outros menos evidentes. Esse processo vinha tomando fôlego depois de ultrapassada a crise financeira portuguesa de 2011-2014, beneficiando-se do crescimento gradual da economia. Ele foi, porém, fortemente impactado pela chegada da pandemia do Covid-19, que fez refluir essa nova onda pelas medidas sanitárias adotadas em um processo que, em 2020, fechou as portas à imigração e fez desaparecer a nova onda que tomava corpo. Por essa razão, em lugar de notas preliminares esse texto trata da conclusão de um processo que, ao final da pandemia poderá ser retomado.

Palavras-chave: Migração internacional; Imigrante brasileiro; Migração laboral; Estratégias migratórias; Portugal.

INTRODUÇÃO

A história das migrações entre Portugal e Brasil tem sido longa e variada. Mais de cinco séculos de relações entre os dois territórios, contextos políticos e administrativos diversos, ciclos de expansão e retração econômica sucessivos, complexas redes sociais entre os dois países, inserção num sistema mundial comum tornam os fluxos migratórios nos dois sentidos muito complexos e diversos, testemunhos de épocas históricas que se vão sucedendo. A noção de sistema migratório já foi por mais de uma vez utilizada (BAGANHA, 2009; MARQUES; GÓIS, 2011; SANTOS, 2016; PEIXOTO, 2018) para explicar a riqueza e o potencial sempre renovado dos movimentos de pessoas entre os dois países. Algumas vezes os fluxos são abundantes, outras mais reduzidos; por vezes dirigem-se mais ao Brasil, outras, a Portugal. Mas, ao longo do tempo, não desapareceram.

* Programa de Pós-graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: duval@pucminas.br

♦ Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. E-mail: jpeixoto@iseg.ulisboa.pt

♥ Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: andreaoltr@gmail.com

As últimas décadas foram uma ilustração exemplar dessa renovação e da variedade de movimentos. Tomando apenas os deslocamentos do Brasil para Portugal – os que são objeto de análise neste artigo –, há relatos de várias ondas (ou vagas) migratórias, com volume e características diversos (MACHADO, 2006; MALHEIROS, 2007; PEIXOTO et al., 2015).

Entre os anos 1970 e 1990, ocorreu uma primeira onda, associada a migrantes brasileiros qualificados, uns com motivações políticas e outros econômicas, que contribuíram para a modernização radical por que então passou a sociedade e a economia portuguesas.

A partir do final dos anos 1990 aconteceu a “segunda vaga”, muito mais abundante em número e de conteúdo social diverso: foram migrantes brasileiros menos qualificados (ou qualificados, mas com grande desqualificação no destino) que preencheram os segmentos menos privilegiados de um mercado de trabalho em expansão. Falou-se, então, pela primeira vez, de uma proletarização da imigração brasileira em Portugal.

A partir de meados da primeira década do novo século, foi referida uma terceira onda: os números continuaram a crescer, mas verificou-se uma progressiva diversificação de perfis: alguns migrantes mais qualificados e, sobretudo, muitos estudantes (IORIO, 2018) aumentaram o volume do fluxo. O crescimento econômico em Portugal nessa época, acompanhado de baixo desemprego, explicou muitos dos movimentos. Porém a crise econômica mundial, desencadeada em 2008, seguida da crise financeira brutal que assolou Portugal entre 2011 e 2014¹, quase interrompeu os fluxos – à exceção do movimento de estudantes, que manteve uma cadência assinalável. A recessão e o aumento do desemprego levaram a uma forte diminuição das entradas, em conjunto com o regresso de muitos brasileiros ao seu país de origem (FERNANDES; CASTRO, 2013; CASTRO et al., 2015; SILVA, 2016).

Os últimos anos marcaram uma nova alteração, que levou ao que já se designou como quarta onda da migração brasileira para Portugal. Ao final do período de intervenção da *troika*, em 2014, sucedeu um novo ciclo econômico e político. A partir dessa data foram crescentes os sinais de crescimento, com expansão do emprego e diminuição do desemprego. A imigração voltou a aumentar em Portugal, com claro destaque para a

¹ A crise financeira foi particularmente intensa entre 2011 e 2014, período onde esteve em vigor um programa de austeridade liderado pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional – que se designou como *troika*.

proveniente do Brasil. Os fluxos demonstraram, dessa vez, uma ainda maior diversidade do que na onda anterior.

Entretanto, no início de 2020, a chegada da pandemia do Covid-19 levou a um fim abrupto dessa onda. As medidas sanitárias adotadas, incluindo o encerramento de fronteiras, e a paralisia da economia interromperam os fluxos. Há notícia de milhares de brasileiros que procuraram o repatriamento, sem recursos para permanecer em Portugal.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise preliminar do fluxo mais recente de brasileiros para Portugal, iniciado em 2015. A escassez de dados estatísticos e a ausência de estudos aprofundados tornam difícil uma leitura extensiva e completa. Por isso, a finalidade deste texto é mobilizar e interpretar diversas fontes estatísticas, bem como divulgar os resultados de algumas entrevistas realizadas, entre agosto de 2019 e janeiro de 2020, com representantes institucionais. A conjugação da informação estatística com as entrevistas permite um primeiro retrato dos novos movimentos.

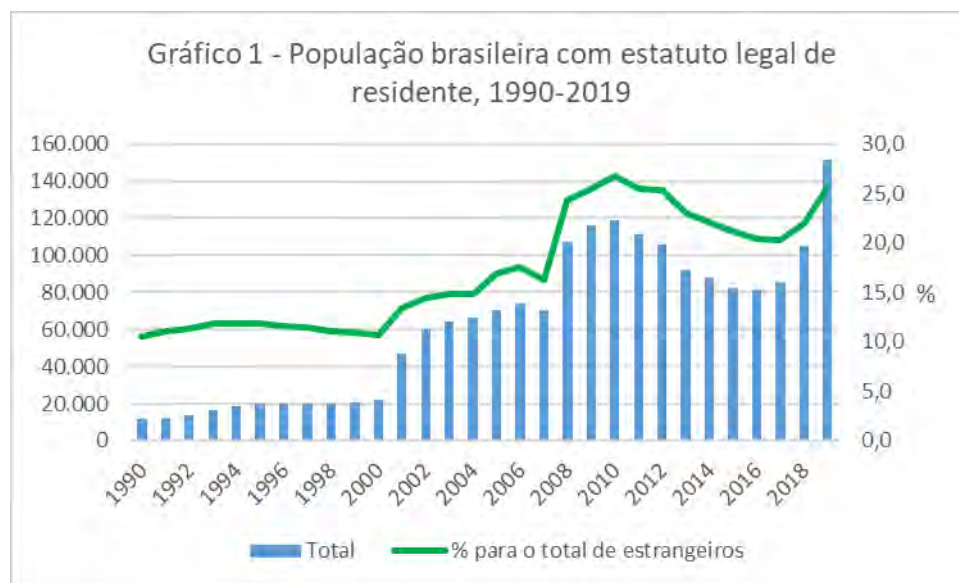
DADOS ESTATÍSTICOS

Evolução da imigração brasileira

A informação mais divulgada sobre população estrangeira em Portugal é oriunda do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A série mais longa, divulgada desde há muito pelo SEF e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), é a do *stock* de população estrangeira com estatuto de residente legal – isto é, indivíduos estrangeiros que dispõem de um título oficial que lhes garante a residência. Os valores mais frequentemente publicados dizem respeito às autorizações de residência emitidas pelo SEF, embora outros títulos legais possam ser contabilizados, como as autorizações de permanência (estatuto que foi atribuído entre 2001 e 2004, sendo depois extinto), os cartões de residência e os vistos de longa duração.

Os dados relativos aos cidadãos de nacionalidade brasileira residentes legalmente em Portugal, entre 1990 e 2019, constam do Gráfico 1. Neste gráfico estão contemplados diferentes estatutos legais, designadamente os referidos no parágrafo anterior. Os números revelam bem a sucessão das ondas (ou vagas) migratórias já referidas. Depois de um crescimento gradual, mas de montante reduzido, até meados dos anos 90 do último século, os números aceleraram bruscamente no final dos anos 90. Essa é a bem conhecida “segunda vaga” da migração brasileira para Portugal (CASA DO BRASIL DE LISBOA, 2004; MALHEIROS, 2007; GÓIS et al., 2009), com a duplicação dos números entre 2000 (cerca de 22 mil brasileiros) e 2001 (cerca de 47 mil). A concessão das primeiras

“autorizações de permanência”, em 2001, regularizando o elevado número de imigrantes irregulares existentes até à data, explica esse aumento abrupto. Durante a primeira década do novo século, o crescimento continuou ainda a ser muito forte, atingindo-se um máximo de cerca de 119 mil em 2010. É essa nova fase de crescimento que se designou como “terceira vaga” (GÓIS et al., 2009).



Fonte: INE e SEF, exceto 2000-2008. (GÓIS et al., 2009).

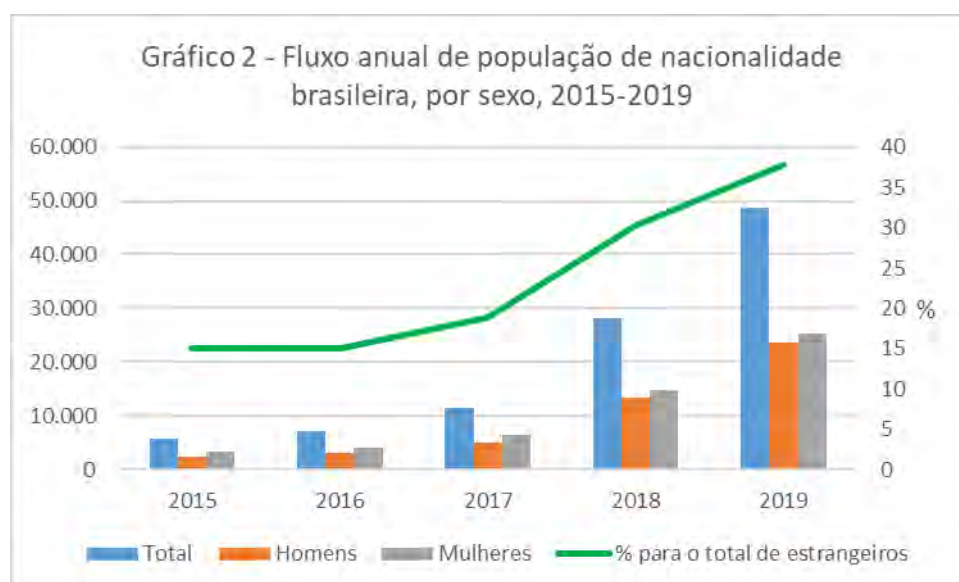
A recessão econômica mundial iniciada em 2008, que atingiu mais fortemente Portugal a partir de 2011, explicou uma progressiva redução do número de brasileiros, que atingiram um mínimo de 81 mil indivíduos em 2016. Depois disso, a subida foi muito rápida e substancial. De acordo com os últimos dados apresentados pelo SEF, o número de brasileiros com autorização de residência atingia perto de 151 mil no final de 2019. Em outras palavras, o total quase duplicou entre 2016 e 2019. É essa forte aceleração recente que se tem nomeado como “quarta onda” da migração brasileira.

É certo que o crescimento recente do número de brasileiros acompanhou o da imigração total em Portugal, dada a recuperação da economia. Mas o seu aumento relativo foi mais forte. Pela primeira vez desde 2010, a proporção de brasileiros entre o total de estrangeiros voltou a aumentar a partir de 2017, passando de 20,3% nesse ano para 25,6% em 2019 (o máximo havia sido atingido em 2010, com 26,9%). Os brasileiros voltaram a reforçar assim a sua condição habitual em Portugal – a de principal grupo de estrangeiros no país.

Fluxos recentes

O SEF publica ainda, há alguns anos, dados sobre o fluxo anual de população estrangeira. Esses números têm por base a concessão de títulos de residência em cada ano, e não as entradas reais. Ou seja, a concessão do título num dado ano não significa que a entrada tenha sucedido nesse ano. Uma vez que muitos processos de legalização ocorrem apenas algum tempo depois da entrada – assunto a que voltaremos –, o “fluxo” do SEF é muitas vezes uma imagem retardada de um fluxo anterior. É esse movimento anual que explica grande parte do aumento do *stock* visto na seção anterior – embora a variação do *stock* também se explique pelo abandono do país ou pela aquisição da nacionalidade portuguesa –, tema que também será retomado aqui.

Os dados sobre os fluxos recentes de cidadãos brasileiros estão representados no Gráfico 2. Como já se indicou na seção anterior, o crescimento nos últimos anos foi muito forte: as concessões de títulos legais aumentaram de 5.716, em 2015, para 48.796 em 2019. O número de mulheres foi sempre superior ao de homens – tendência já habitual na imigração brasileira em Portugal. Em 2019, as mulheres totalizavam cerca de 52% dos fluxos. O peso da entrada de brasileiros em toda a imigração em Portugal foi também sempre crescente: em 2019, eles garantiam 37,8% de todos os títulos legais obtidos no país, contra menos de metade desse valor em 2015.



Fonte: SEF

Nota: (*) População a quem foi concedido título de residência, por ano.

Os diferentes estatutos legais em que se inserem as entradas recentes – dados apenas disponíveis até 2018 – são apresentados no Quadro 1. Os valores são discriminados

pelas diferentes categorias previstas na Lei de Estrangeiros². Em muitos casos, verifica-se um aumento substancial na linha do forte crescimento global da imigração brasileira. Nota-se, também, uma diversificação progressiva dos perfis migratórios.

² Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros – alterada pela Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto; pela Lei n.º 56/2015, de 23 de junho; pela Lei n.º 63/2015, de 30 de junho; pela Lei n.º 59/2017, de 31 de julho; pela Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto; pela Lei n.º 26/2018, de 5 de julho; e pela Lei n.º 28/2019, de 29 de março.

Quadro 1 - Fluxo anual de população de nacionalidade brasileira, por estatuto legal e sexo, 2015-2018 (a)

	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
					%				% de mulheres			
Títulos de Residência	5 716	7 059	11 574	28 210	100	100	100	100	58,4	57,6	56,3	52,4
<i>Trabalhadores assalariados</i>												
Art. 88	717	625	956	7 665	12,5	8,9	8,3	27,2	45,6	47,7	43,9	40,8
Art. 90	541	387	449	572	9,5	5,5	3,9	2,0	48,6	49,4	38,8	20,1
Cartão Azul	0	0	4	1	0,0	0,0	0,0	0,0			25,0	0,0
<i>Empresários e investidores</i>												
Art. 89	63	144	296	648	1,1	2,0	2,6	2,3	23,8	29,2	24,3	29,3
ARI (b)	72	206	427	328	1,3	2,9	3,7	1,2	51,4	47,1	52,2	48,5
<i>Estudantes</i>												
Art. 91	756	1 119	1 537	4 427	13,2	15,9	13,3	15,7	55,6	53,1	56,9	56,0
Art. 92, 93, 94	41	15	54	153	0,7	0,2	0,5	0,5	29,3	46,7	61,1	54,2
<i>Reagrupamento familiar</i>												
Art 98	1 191	1 231	2 030	6 209	20,8	17,4	17,5	22,0	58,0	56,5	61,9	61,0
CRs (c)	1 532	2 135	2 100	5 729	26,8	30,2	18,1	20,3	72,9	69,7	64,9	65,3
<i>Outros</i>												
Art 122	655	510	692	50	11,5	7,2	6,0	0,2	58,6	62,4	57,5	58,0
Art 123	6	41	77	94	0,1	0,6	0,7	0,3	66,7	9,8	10,4	43,6
Vit. Tráfico e AIL (d)	1	1	5	6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	50,0
Outros motivos	141	645	2 947	2 328	2,5	9,1	25,5	8,3	46,1	50,7	57,5	43,9
Outros estatutos legais												
<i>Vistos para aposentados e titulares de rendimentos</i>												
Vistos D7	233	630	1 794	3 074								

Notas: (a) Os estatutos legais correspondem à Lei de Estrangeiros atualmente em vigor (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho)

(b) Autorização de residência para atividade de investimento (Art. 90 A)

(c) Cartões de Residência de familiares de cidadãos da União Europeia nacionais de Estados terceiros.

(d) Vítima de tráfico de pessoas ou de ação de auxílio à imigração ilegal

Fonte: cálculos dos autores, com base em SEF

O estatuto com maior importância em todas as datas é o do reagrupamento familiar, situação correspondente ao artigo 98 da lei¹, que prevê a atribuição de autorizações de residência ao cônjuge, aos filhos e irmãos menores dos estrangeiros, e os cartões de residência, atribuídos a familiares de cidadãos da União Europeia (provavelmente portugueses) nacionais de Estados terceiros. Em 2018, essas situações corresponderam a 22% e 20%, respectivamente, de todos os títulos de residência concedidos. Como se poderia esperar, as mulheres são majoritárias – representavam 61% e 65% daqueles títulos em 2018.

O segundo valor mais alto, em 2018, foi atingido pelos trabalhadores assalariados, que receberam autorização de residência ao abrigo do artigo 88². Nesse ano, esse estatuto correspondeu a cerca de 27% de todos os títulos de residência emitidos. Esse valor comprova o elevado peso de trabalhadores assalariados dentre todos os imigrantes, mas também o caráter retardatário dos números sobre a imigração. De fato, essa autorização de residência referida no artigo 88³ é concedida algum tempo depois da entrada no território português, após um processo, geralmente moroso, de comprovação de exercício de atividade profissional (COSTA, 2020). Considerando a distribuição por sexo, os números comprovam também a importância da imigração feminina – cerca de 41% desses títulos, em 2018, foram concedidos a mulheres.

O terceiro estatuto com maior volume de entradas é o de estudantes. As autorizações de residência concedidas tendo por base o artigo 91⁴, dedicado a estudantes do ensino superior, representou sempre um peso considerável, totalizando 15,7% do total em 2018. Esse fluxo foi um daqueles que melhor resistiu à crise (Iorio, 2018), mas integrou também o forte crescimento recente. As mulheres representam, nesse caso, uma ligeira maioria – 56% em 2018.

Embora com montantes mais reduzidos, outros estatutos legais merecem destaque. É o caso das autorizações concedidas a empresários e investidores, incluindo as muito conhecidas Autorizações de residência para atividade de investimento – ARIs, vulgarmente designadas como *Vistos Gold*. O número de títulos concedidos ao abrigo de normas legais para cidadãos brasileiros com esse perfil – artigos 89 e 90 A⁵ – passaram de pouco mais de uma centena, em 2015, para quase um milhar, em 2018.

¹ Lei 23/2007, de 4 de julho, e alterações

² Lei 23/2007, de 4 de julho, e alterações

³ Lei 23/2007, de 4 de julho, e alterações

⁴ Lei 23/2007, de 4 de julho, e alterações

⁵ Lei 23/2007, de 4 de julho, e alterações

Os vistos para aposentados e titulares de rendimentos conheceram, finalmente, um forte aumento, passando de pouco mais de 200, em 2015, para mais de 3 mil, em 2018.

No que se refere à distribuição geográfica de residência dos imigrantes recentes, os dados disponíveis – apresentados no Quadro 2 – indicam que permanece a tendência de concentração que há muito caracteriza a imigração brasileira em Portugal. Lisboa e Setúbal, os distritos que correspondem à grande região urbana de Lisboa, concentram quase metade dos brasileiros em qualquer das datas – embora tenham descido ligeiramente, de 49,5% para 47,9% do total. O distrito do Porto viu aumentar significativamente a sua importância, passando de 12,2% para 16,2%. Outras regiões de concentração significativa, também com tendência crescente, são Braga e Faro. Essas regiões correspondem às cidades de maior dimensão e dinamismo em Portugal, revelando assim a natureza urbana da migração.

Quadro 2 - População de nacionalidade brasileira, por distrito de residência, 2015-2018

	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
					%			
Total	5 716	7 059	11 574	28 210	100,0	100,0	100,0	100,0
Lisboa	2 350	2 675	4 399	11 041	41,1	37,9	38,0	39,1
Porto	698	966	1 403	4 582	12,2	13,7	12,1	16,2
Setúbal	482	525	905	2 475	8,4	7,4	7,8	8,8
Braga	331	479	925	2 360	5,8	6,8	8,0	8,4
Faro	379	600	890	2 219	6,6	8,5	7,7	7,9
Outros	1 476	1 814	3 052	5 533	25,8	25,7	26,4	19,6

Fonte: SEF

Em síntese, os números disponibilizados pelo SEF confirmam algumas das características mais marcantes da imigração brasileira recente para Portugal, com relevo para o forte aumento recente e para a grande variedade de perfis de migrantes. Como se referiu anteriormente, e agora os números revelam, a onda mais recente caracteriza-se por grande variedade e heterogeneidade – sendo certamente a mais diversa de todos os fluxos oriundos do Brasil para Portugal nas últimas décadas.

O PONTO DE VISTA DAS INSTITUIÇÕES

Os relatos indicados neste tópico são fruto de levantamento realizado em Portugal no início do ano de 2020, em instituições que estão relacionadas diretamente com a migração de brasileiros no país. O objetivo foi conhecer a visão de organizações sociais, de organismos internacionais, de representantes das autoridades portuguesas e do governo do Brasil em Portugal sobre o novo fluxo migratório de brasileiros para o país. Por conta da

limitação de tempo, um mês de trabalho de campo, não seria possível ouvir grande número de atores desse processo, e por essa razão buscou-se selecionar um número restrito de interlocutores⁶ de áreas distintas que tinham contatos com os imigrantes brasileiros. Nas entrevistas, respeitando as especificidades das atividades institucionais, foi colocado o mesmo conjunto de questões para cada interlocutor, buscando-se levantar a percepção das características do processo migratório dos brasileiros no final do ano de 2019 e as expectativas em relação ao futuro desse fluxo.

Em relação às características do fluxo migratório de brasileiros com destino a Portugal, os entrevistados indicaram que, antes da crise financeira mundial de 2008, o projeto migratório de expressivo número de imigrantes contemplava a possibilidade de retorno e tinha como referência as remessas para o Brasil, que incluíam a aquisição de uma residência, abertura de um pequeno comércio ou auxílio a familiares. Apesar de naquele momento nem todos os brasileiros em Portugal comungarem dos mesmos objetivos, a ideia da migração definitiva, pelo menos quando da chegada ao país, não era a opção para muitos. Havia o grupo que planejava um processo mais amplo, no qual Portugal seria a primeira etapa, que poderia incluir a obtenção da nacionalidade, o passaporte europeu, para facilitar o segundo movimento para outro país da Europa ou mesmo a ida para os Estados Unidos, onde o portador de documento europeu é isento de visto. O perfil do imigrante tendia ser de jovens que ingressavam no mercado de trabalho em atividades de setores que não exigiam elevada qualificação profissional. Quando casados, era usual a vinda, em primeiro lugar, do marido, que após conseguir obter uma ocupação, providenciava a vinda de esposa e filhos. Em outros arranjos, os filhos permaneciam no Brasil aos cuidados de familiares. No entanto, em comparação ao que ocorria com a migração para os Estados Unidos, a facilidade do idioma e a expectativa em relação à excelência da escola pública em Portugal tendiam a fazer com que a migração incluísse também os filhos.

Ao considerar a migração em período recente, foram indicadas duas situações que, na opinião dos interlocutores, criavam condições de “expulsão” e “atração” nesse processo. A primeira dizia respeito ao momento político e econômico vivido pelo Brasil, após o golpe de 2016, que aprofundou a crise social, ampliando o número de desempregados e disseminando o sentimento de insegurança individual diante da crescente violência nas cidades. Ao mesmo tempo, a persistente desvalorização do real em relação às moedas

⁶ Organização Internacional para as Migrações em Portugal; Alliance Migration, representante para a Península Ibérica; Associação Lusófona, Cultura e Cidadania; Conselho de Cidadãos Brasileiros do Porto; Consulado do Brasil no Porto; Consulado do Brasil em Lisboa; Casa do Brasil de Lisboa; Secretaria de Estado para a Integração e Imigração de Portugal; Observatório das Imigrações do Alto Comissariado das Migrações-ACM.

internacionais, como o euro, criava um ambiente propício para a utilização de remessas. Na outra ponta, estava a divulgação de informações que indicavam o fim da crise em Portugal, com a retomada do crescimento no país, principalmente em setores que, no passado, caracterizavam-se por forte contratação de imigrantes, especialmente nos setores ligados ao turismo. Outro fator de “atração” seriam as alterações na legislação migratória portuguesa, facilitando o acesso a determinados tipos de vistos e autorizações de residência, que se contrapunham às restrições levantadas por outros países, principalmente os Estados Unidos, outro destino privilegiado pelos brasileiros.

Esse quadro ampliou a participação de novos atores no fluxo de brasileiros para Portugal, que tinham como projeto migratório a permanência definitiva ou de larga duração. Esses grupos eram formados por aposentados, principalmente do setor público, investidores, fundamentalmente no setor imobiliário, e estudantes, especialmente no nível de pós-graduação. A migração laboral ainda era importante, mas o projeto de retorno ao Brasil não era mais prioritário e, nesses casos, segundo os interlocutores, a migração familiar passou a ter um importante papel.

Na visão dos responsáveis pelas instituições contatadas, esse processo agregou novos atores ao fluxo migratório que, em muitos casos, não tinham experiência anterior de migração nem o pleno conhecimento da situação que iriam encontrar em Portugal. Alguns se desfizeram de bens e outros ativos no Brasil e utilizaram esses recursos para a sua manutenção por um período no destino, usualmente um ano, antecipando despesas correntes, como a de aluguel. Enquanto duravam os recursos, investiam na busca de uma ocupação ou na abertura de empresas, muitas vezes voltadas para atender as demandas dos brasileiros residentes. No entanto, o planejamento do percurso e da estada nem sempre era feito com base em informações fidedignas, obtidas em órgãos oficiais, mas tinha como fonte principal as redes sociais e páginas na internet, quase sempre com informações ingênuas e ilusórias em relação ao projeto migratório. Os problemas mais frequentes que foram relatados eram o desconhecimento do valor dos salários pagos em Portugal – salário médio de, aproximadamente, € 800,00 – e os custos de manutenção, como as despesas com moradia, por exemplo – o valor do aluguel de um quarto em Lisboa é cerca de € 400,00 –, além de gastos com alimentação e transporte. Assim, após curto período, os imigrantes se viam em situação de extrema vulnerabilidade, com o fracasso do projeto migratório e a necessidade de recorrer a programa de apoio ao retorno, como o administrado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Esse programa⁷ teve, em 2019,

⁷ Programa de Apoio ao Retorno Voluntário – ARVoRE.

expressivo aumento nas solicitações de auxílio de retorno por parte de brasileiros. Em sua maioria, essas demandas foram apresentadas por pessoas com pouco tempo de residência em Portugal, não mais de um ano, e constituídas por grupos familiares. Esse perfil é distinto daqueles que procuravam a instituição no início da década de 2010, no qual predominavam pessoas solteiras, com mais de cinco anos de residência no país.

Em relação àqueles que obtiveram a autorização de residência em Portugal por serem aposentados, os representantes das entidades indicam que esse grupo não tem grande visibilidade, principalmente para as instituições que atendem os imigrantes. Como entram no país com um visto específico, não encontram dificuldades para passar pelos trâmites legais e obterem o registro de residência. Mesmos os consulados desconhecem o volume exato desse coletivo, mas indicam que não se trata de um grupo pequeno, pois, em 2019, quando estava finalizando o prazo para a prova de vida⁸ diante das autoridades previdenciárias brasileiras, o consulado do Brasil em Lisboa foi obrigado a montar um esquema especial de atendimento por conta do número de pessoas que buscaram a representação brasileira. Contudo, apesar da renda garantida pela aposentadoria, a desvalorização do real diante do euro pode levar à redução dos recursos recebidos no exterior e comprometer o projeto migratório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste texto foi a de avançar na discussão sobre a nova onda da migração brasileira para Portugal, em formação nos últimos anos da década de 2010. Dada a investigação anterior sobre o tema, essa pode ser considerada como a quarta onda recente da migração do Brasil para Portugal.

Esse processo apresenta características distintas das observadas nos outros movimentos. Toma destaque nas análises a presença de novos grupos, geralmente ligados à classe média, que consideram no projeto migratório a permanência de longa duração, que pode incluir a busca da nacionalidade portuguesa.

A chegada de aposentados brasileiros em Portugal incorporou novo grupo à comunidade de imigrantes. Esse grupo tem características particulares, que o torna pouco visível para as organizações que atendem os imigrantes, pois não buscam emprego e têm renda garantida via proventos de aposentadoria. No entanto, as contínuas desvalorizações do real diante do euro, que tanto favorecem as remessas dos imigrantes, podem afetar o projeto migratório pela redução de renda no país de destino.

⁸ Todo aposentado que recebe recurso do sistema previdenciário governamental tem de apresentar anualmente uma prova de vida para a autoridade da previdência ou no local que recebe o benefício.

A busca pelo trabalho ou por melhores condições de vida ainda continua sendo a justificativa maior para a migração. No entanto o perfil predominante, o do imigrante solteiro que vai tentar a sorte no exterior, é alterado pela presença da migração familiar, na qual o núcleo familiar toma a decisão de partir, investindo a poupança de vida na aventura da migração. Segundo os relatos levantados nas instituições de apoio aos imigrantes, a falta de informação e de conhecimento da realidade no destino transforma o sonho em pesadelo. O que poderia ser a redenção de dias melhores se torna um fardo que irá pesar na vida familiar por anos, diante de um retorno ao Brasil em situação mais vulnerável que a experimentada no momento da partida.

Em relação à situação laboral dos imigrantes, os processos observados no passado ainda estão presentes, o que indica que, apesar das sucessivas ondas, encontrar um posto de trabalho e uma remuneração condizente com as expectativas, ou mesmo com as despesas de estada, é ainda o grande desafio. Todavia novas estratégias, por exemplo, a utilização do visto de estudante como mecanismo para a busca de trabalho, permitem conhecer o mercado e avaliar as oportunidades. Mas tal opção fica restrita a um pequeno grupo, que tem condições de se manter até encontrar a ocupação desejada. Na maioria dos casos, a chegada ao destino com limitados recursos impõe urgências para reduzir as despesas, o que obriga o imigrante a aceitar o que lhe é oferecido.

Vale ressaltar que, pelos relatos de responsáveis pelas entidades que tratam com imigrantes, a questão da informação é fundamental para permitir que o processo migratório se dê com um mínimo de segurança. Dos que buscam auxílio para retorno ao Brasil, é recorrente a indicação de que a decisão de sair do país de origem foi tomada sem o real conhecimento da realidade que seria encontrada no destino.

Por fim, os achados aqui relatados podem não mais expressar a realidade que, em meados de 2020, se observa na vida dos imigrantes. A pandemia do Covid-19 ceifou vidas, mas também destruiu sonhos dos que pensavam que a migração seria a porta de saída para as dificuldades financeiras e uma forma de se afastar da crise social, política e econômica que tomou conta do Brasil desde o golpe de 2016. A migração brasileira para Portugal interrompeu-se brutalmente a partir de março de 2020. A realidade se impôs e, em lugar de notas preliminares, primeiro título deste artigo, escrevemos as notas finais dessa quarta onda migratória. Processo esse que não irá cessar, mas que estará de nova roupagem, com novos atores e desafios e, quem sabe, dando início à quinta onda.

REFERÊNCIAS

- BAGANHA, M. I. The Lusophone migratory system: patterns and trends. **International Migration**, Geneva, v. 47, n. 3, p. 5-20, 2009.
- CASA DO BRASIL DE LISBOA. **A “Segunda Vaga” de imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)**. Lisboa, 2004. (Mimeo).
- CASTRO, M. C.; BOTELHO, P.; KNUP, S. Contexto migratório de retorno: perspectiva das famílias de brasileiros retornados de Portugal. In: PEIXOTO, J. et al. (org.). **Vagas Atlânticas – Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2015. p. 159-176.
- COSTA, A. P. **Os burocratas de nível de rua e a implementação da lei de estrangeiros em Portugal**. 2020. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2020.
- FERNANDES, D. M.; CASTRO, M. C. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, Brasília, DF, v. 21, n. 41, p. 99-116, 2013.
- GÓIS, P. et al. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. **Migrações**, [S. l.], n. 5, p. 111-133, 2009.
- HEALY, C. **Cidadania Portuguesa: a Nova Lei da Nacionalidade de 2006**. Lisboa: OI/ACIDI, 2011.
- IORIO, J. **Trajетórias de mobilidade estudantil internacional: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal**. 2018. 292f. Tese (Doutorado em Migrações) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Portugal, 2018.
- MACHADO, I. J. R. (org.). **Um mar de identidades: a imigração brasileira em Portugal**. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2006.
- MALHEIROS, J. M. (org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIME/Observatório da Imigração, 2007.
- MARQUES, J. C.; GÓIS, P. A evolução do sistema migratório lusófono: uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 24, p. 213-232, 2011.
- PEIXOTO, J. Novas correntes e contracorrentes atlânticas: as migrações do Brasil para Portugal nas últimas décadas. In: BÓGUS, L.; BAENINGER, R. (org.). **A nova face da migração internacional no Brasil**. São Paulo, SP: EDUC, 2018. p. 89-106.
- PEIXOTO, J. et al. (org.). **Vagas Atlânticas – Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI**. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2015.
- SANTOS, A. L. **Sistema migratório Brasil-Portugal: hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e contrafluxos populacionais no limiar do século XXI**. 2016. 369f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.
- SILVA, R. V. **Brasileiros em Portugal: porque alguns imigrantes retornam e outros permanecem?** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

A POBREZA DE TEMPO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: REVISÃO CONCEITUAL E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DE ESTUDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

*Bruna Carolina Garcia**
*Glaucia dos Santos Marcondes**

RESUMO

O tempo é um recurso básico para criar bem-estar, que indivíduos e famílias alocam para produzir bens, obter serviços e buscar descanso e lazer. A pobreza de tempo é um conceito proposto como um complemento à pobreza de renda, mas ainda permanece uma medida relativamente desconhecida na esfera política e acadêmica. O objetivo deste trabalho é, a partir de uma revisão sistemática da literatura, compreender o conceito de pobreza do tempo, suas formas de mensuração e entender como a relação entre gênero e pobreza de tempo pode contribuir para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Uso do tempo; Pobreza de tempo; Desigualdades de gênero.

INTRODUÇÃO

O tempo é um recurso limitado, visto que um dia tem apenas 24 horas. Assim como a renda, esse recurso é alocado para criar bem-estar, ou seja, indivíduos e famílias alocam tempo para produzir bens, obter serviços e buscar descanso e lazer. A pobreza de tempo é um conceito proposto como um complemento à pobreza de renda, mas ainda permanece uma medida relativamente desconhecida na esfera política e acadêmica (VICKERY, 1977; WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Para definir a pobreza de tempo é necessário pensar na definição de pobreza. Esta pode ser definida como insegurança e condições de vida inadequadas. A pobreza usualmente se refere à falta de renda, pois, de maneira geral, a potencialidade de obter os recursos necessários para alcançar segurança, saúde, desenvolvimento etc. Pensando no velho e bem conhecido jargão “tempo é dinheiro”, podemos dizer que tempo é a moeda básica que permite as pessoas buscarem atividades que aumentam seu bem-estar: a “moeda da vida” (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Vickery (1977) foi a primeira a pensar no conceito de pobreza de tempo, integrado ao modelo econômico da família, atenta para questões de equidade decorrentes do diferencial de horas dispendidas por adultos no interior das famílias assim como para os recursos e estratégias adotadas por diferenciados tipos de famílias. No entanto, não existe

* Bacharel em Economia Empresarial e Controladoria pela Universidade de São Paulo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: b229883@dac.unicamp.br

* Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp. E-mail: gal@nepo.unicamp.br

um método ou estrutura unificada para mensurar a pobreza de tempo. A falta de um método consolidado resulta em uma variedade de medidas construídas com uma operacionalização relativamente arbitrária, dificultando a comparação entre estudos.

Mensurar objetivamente o uso e os déficits de tempo requer uma contabilidade cuidadosa e minuciosa dos tempos alocados pelos indivíduos para a realização de cada atividade diária. Diversos são os desafios encontrados para a operacionalização de uma pesquisa de usos do tempo, tais como; o controle dos vieses ou erros de mensuração por parte dos entrevistados; selecionar um método (diários de tempo ou questionários) que equilibre a melhor escala de mensuração, abarque a multiplicidade e simultaneidade das tarefas diárias e não gere fadiga aos respondentes por tal minuciosidade (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

O objetivo deste trabalho é, a partir de uma revisão sistemática da literatura, compreender o conceito de pobreza do tempo e discutir como a relação entre gênero e pobreza de tempo pode contribuir para o aprofundamento na compreensão das desigualdades entre homens e mulheres.

POBREZA DE TEMPO: O CONCEITO

Há um considerável recente aumento no interesse em estudos sobre uso do tempo, que conseqüentemente tem despertado explorações sobre uma de suas dimensões que é a pobreza de tempo também tratada por termos, como: *time stress*, *time scarcity*, *time pressure*, *time constraints* e *leisure inequality*. Dessa forma, surgem diversos estudos sobre déficits de tempo, subjetivos ou objetivos, e seus efeitos no bem-estar econômico, psicológico, social e físico dos indivíduos (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Segundo Bardasi e Wodon (2006, p. 77, tradução livre) a pobreza de tempo “[...] pode ser entendida como o fato de que alguns indivíduos não têm tempo suficiente para descanso e lazer, depois de levar em conta o tempo gasto trabalhando, seja no mercado de trabalho, no trabalho doméstico, ou em outras atividades como buscando água ou lenha”. Esses autores ainda ressaltam que a pobreza de tempo pode ser considerada como uma intensa compressão do tempo na vida dos indivíduos que pode levar a fazer difíceis escolhas entre atividades possíveis, necessárias e importantes para a vida pessoal e familiar.

Dessa forma, a maneira como alocamos o tempo tem conseqüências diretas para o bem-estar do indivíduo e a família, e o tempo alocado a uma atividade carrega os custos de oportunidade do não engajamento em outras atividades. Logo, os déficits de tempo crescem na medida em que completar um conjunto de tarefas necessárias ou desejadas

impede o engajamento em outro conjunto de atividades desejadas (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

O tempo é um recurso básico e intuitivo necessário, porém não suficiente, para escapar da pobreza e criar bem-estar. A pobreza de tempo, quando combinada à pobreza de renda, pode exacerbar o estado de privação do indivíduo, que por sua vez, pode afetar negativamente seu bem-estar, o impedindo de participar em atividades de socialização e marginalizando sua posição na sociedade. Uma mãe solo que trabalha em excesso e tem baixa renda, por exemplo, pode não conseguir participar de atividades de socialização na comunidade. Por outro lado, quantidades excessivas de tempo livre, devido a deficiências ou desemprego, pode não ser útil para criar bem-estar. De fato, a alocação de tempo envolve decisões baseadas em constrangimentos monetários, pressões sociais e normas, preferências pessoais e outros recursos disponíveis, como redes sociais (BARDASI; WODON, 2006; WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

A ausência de uma metodologia consolidada para mensurar a pobreza de tempo dificulta a comparação entre estudos. Além de medidas quantitativas e objetivas, também é necessário considerar que a pobreza de tempo pode ter medidas subjetivas, como a qualidade do tempo gasto. Segundo Williams; Masuda e Tallis (2016), a qualidade do tempo depende de (1) disponibilidade de largos blocos de tempo, (2) ter autonomia sobre a alocação do tempo, (3) ter tempo que alinha com o ritmo de tempo de outros.

O estudo de Etkin; Evangelidis e Aaker (2015) mostra que objetivos conflitantes fazem com que os indivíduos se sintam mais pressionados pelo tempo, impulsionando um aumento no estresse e ansiedade. A pressão ou estresse de tempo tem impactos negativos para o bem-estar, prejudicando a socialização, o lazer ou até necessidades mais básicas, como o sono. Assim, as pesquisas de uso do tempo dão instrumentos para pesquisar questões de saúde pública onde o tempo (ou a falta dele) são analisados a partir de sua relação com estresse, prática de exercícios físicos, problemas com sono, hábitos alimentares, entre outros (ETKIN; EVANGELIDIS; AAKER, 2015; BAUMAN; BITTMAN; GERSHUNY, 2019).

Alguns autores associam pobreza de tempo e pobreza de renda, criando medidas de pobreza de renda ajustada pelo tempo. Dessa forma, os gastos monetários das famílias poderiam ser expressos em horas (VICKERY, 1977; DOUTHITT, 2000; BARDASI; WODON, 2010; HARVEY; MUKHOPADHYAY, 2007). Por outro lado, Kalenkoski; Hamrick e Andrews (2011) e Kalenkoski e Hamrick (2013) não enxergam necessariamente uma relação com a pobreza de renda, argumentando que a pobreza de tempo é um

importante fator de risco independente da renda. No mesmo sentido, o estudo de Bittman (2002) aponta que a renda não é relevante na distribuição do tempo de lazer. Além disso, Spinney e Millward (2010) concluíram em seu estudo que a pobreza de tempo pode ser considerada uma barreira mais importante que pobreza de renda para a realização de atividades físicas. Ou seja, não há consenso na associação entre pobreza de tempo e pobreza de renda. Por um lado, enxerga-se a pobreza de tempo apenas enquanto medida complementar à pobreza de renda. Por outro, argumenta-se que a pobreza de tempo não está necessariamente associada à pobreza de renda, podendo atingir indivíduos não pobres de renda.

Para mensurar objetivamente a pobreza de tempo, alguns autores propuseram classificações de atividades. Gershuny (2011) classifica as atividades em um “triângulo de atividades diárias”: trabalho remunerado, trabalho não remunerado e lazer. A proposta de As (1978) divide as atividades em “quatro tipos de tempo”: necessário (alimentação, sono, saúde, higiene etc.); contratado (trabalho remunerado); comprometido (trabalho não remunerado) e lazer. No entanto, por mais que haja divergência na classificação das atividades, os blocos de tempo são agregados entre o que é necessário e o que é discricionário, ou seja, residual (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016).

Dessa forma, podemos mensurar a pobreza de tempo de maneira absoluta ou relativa. Harvey e Mukhopadhyay (2007) adaptaram a medida de pobreza de tempo de Vickery (1977), mas ambas consistem no mesmo princípio: partindo do total de tempo disponível (24 horas no dia ou 168 horas na semana), e descontando o tempo necessário para o trabalho remunerado, trabalho não remunerado e necessidades básicas do ser humano (comer, dormir etc.), o que sobra seria o tempo de lazer. Portanto, se o tempo que sobra para o lazer é próximo de zero, então o indivíduo é pobre de tempo.

Uma abordagem alternativa é utilizar medidas relativas que descartam pressupostos sobre as horas necessárias para manter um nível de subsistência em higiene, sono, manutenção do domicílio, as medidas relativas de pobreza de tempo. Ou seja, primeiro definem qual o tipo de tempo está interessado em medir (dentro da classificação de atividades), e então define níveis criticamente baixos baseado na distribuição desse tipo de tempo. Por exemplo, se o tempo dedicado ao lazer está em 60% abaixo da mediana do tempo discricionário, então o indivíduo é pobre de tempo (WILLIAMS; MASUDA; TALLIS, 2016). Diversos autores trabalharam com variadas medidas relativas para a pobreza de tempo, ora priorizando o tempo discricionário – ou lazer (BITTMAN, 2002; BARDASI; WODON, 2010; KALENKOSKI; HAMRICK; ANDREWS, 2011;

KALENKOSKI; HAMRICK, 2013), ora enfatizando o tempo para as demais atividades, como trabalho remunerado e não remunerado (SPINNEY; MILLWARD, 2010). As medidas de pobreza de tempo podem ser resumidas no Quadro 1:

QUADRO 1 – Síntese das medidas de pobreza de tempo

Tipo de medida	Interpretação
Medida Subjetiva	Pressão/estresse de tempo
Medida Contínua	Tempo em média gasto em várias categorias de atividades, usualmente com foco no tempo de lazer, as vezes enfatizando o tempo gasto no trabalho remunerado e não remunerado
Níveis Baixos	Escassez de tempo, também definido como níveis relativamente baixos de tempo para lazer, ou níveis relativamente altos de tempo para trabalho remunerado e /ou não remunerado
Pobreza de tempo	Quando determinada categoria de tempo (geralmente lazer) está abaixo de certo limite. O limite pode ser em termos absolutos (assumindo um mínimo de tempo necessário para realizar determinadas atividades), ou em termos relativos (por exemplo, 60% abaixo da mediana do tempo discricionário)

Fonte: Adaptado de Williams; Masuda e Tallis (2016).

Ao estudar o uso do tempo e a pobreza de tempo, quase sempre nos deparamos com questões de gênero, na medida em que socialmente as mulheres são mais impelidas a se desdobrarem para articular trabalho e família, invariavelmente com pouco tempo de sobre para se dedicarem a outras atividades, como o lazer. Dessa forma, após apresentar o conceito de pobreza de tempo e como este pode ser mensurado, buscamos entender como a pobreza de tempo se relaciona com a desigualdade de gênero.

GÊNERO E POBREZA DE TEMPO: ACHADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Superar a desigualdade de gênero é um grande desafio, pois possui diversas dimensões a serem enfrentadas. A desigualdade de renda e no controle de propriedade e recursos e o desigual acesso à direitos (civis, políticos, culturais, sociais, econômicos etc.) são questões que inerentemente possuem dimensões de gênero. Além dessas dimensões bastante conhecidas e estudadas, uma forma de desigualdade menos estudada é a diferenciação por gênero no uso do tempo (ABDOURAHMAN, 2010).

Há uma crescente preocupação com o fenômeno da pobreza de tempo, trazendo atenção à distribuição do tempo livre e sua relação com as circunstâncias familiares e estruturais (CHATZITHEOCHARI; ARBER, 2012). O trabalho de Zilanawala (2014) mostra que mulheres nunca unidas tem níveis de pobreza de tempo mais baixos do que mulheres casadas. Além disso, a autora aponta que viver com outros adultos que trabalham reduz a probabilidade de pobreza de tempo para mulheres nunca unidas.

O trabalho de Bardasi e Wodon (2010), utilizando dados da *Enquête Intégrale de Base pour l'Evaluation de la Pauvreté (EIBEP)*, realizada de 2002 a 2003 na Guinéa, conclui que a pobreza de tempo é um constrangimento ao desenvolvimento da África Subsaariana, com mulheres trabalhando longas horas, devido à falta de acesso a serviços básicos de infraestrutura, como água e eletricidade, mas também pelo papel de gênero atribuído de principais provedoras de cuidado e trabalho doméstico não remunerado. Além disso, Bardasi e Wodon (2010) apontam para dois principais determinantes da pobreza de tempo. O primeiro é que muitos indivíduos, especialmente mulheres, precisam gastar longas horas para garantir necessidades básicas, como buscar água e lenha. O segundo é que o tempo das pessoas pobres, mesmo quando gasto no trabalho remunerado, não é muito produtivo e não gera muito consumo.

Gammage (2010) examina os trabalhos remunerado e não remunerado nos domicílios da Guatemala, usando dados da *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI)* para o ano de 2000. Os resultados apontam que mulheres de 12 a 65 anos são mais propensas que os homens a experienciar pobreza de renda e de tempo. Além disso, mulheres com crianças pequenas, cujo tempo é desproporcionalmente gasto em cuidados e reprodução doméstica, são mais propensas a experienciar pobreza de tempo e de renda. A análise dos determinantes da pobreza de renda e tempo revela que a infraestrutura e eletrodomésticos que substituem o trabalho humano podem reduzir substancialmente a sobrecarga de tempo das mulheres, provavelmente por melhorar a eficiência na realização das tarefas domésticas.

O estudo de Urakawa; Wang e Alam (2020) analisa a relação da pobreza de renda e tempo com atividades relacionadas à saúde no Japão. Os resultados apontam que a pobreza de tempo é fortemente associada com a baixa frequência de sono ou poucas horas de sono. Entre as mulheres, os resultados mostram que a pobreza de renda e tempo pode estar relacionada ao consumo excessivo de álcool. Além disso, o estudo aponta que indivíduos pobres de tempo tendem a não praticar atividades físicas e a levarem estilos de vida não saudáveis. Ao analisar a pobreza de tempo no Brasil, Ribeiro (2012), utilizando os dados da PNAD de 2009, mostra que as mulheres são as mais pobres de tempo, seja na área urbana ou rural. Ribeiro (2012, p. 7) evidencia que “o perfil do pobre de tempo é de uma mulher adulta, de cor negra e com baixa escolaridade, não necessariamente pobre de renda e residente na área urbana da região nordeste, morando em domicílio com poucas pessoas e mãe de filhos com menos de 14 anos de idade.”

O trabalho de Veiga (2019), utilizando dados da PNAD 2015 e da PNAD Contínua 2017, conclui que as mulheres brasileiras são não apenas mais pobres em termos financeiros, mas também pobres de tempo, precisando trabalhar em média 60% mais horas que seus pares do sexo masculino para auferir o mesmo nível de renda. Veiga (2019), conclui então, que o “bônus” previdenciário que permitia às mulheres a se aposentarem cinco anos¹ antes dos homens, reparava apenas parcialmente o tempo extra gasto pelas mulheres com trabalho doméstico não remunerado.

Por outro lado, na ausência de estatísticas mais completas sobre uso do tempo, as pesquisas qualitativas ou aquelas com enfoque misto (qualitativo e quantitativo) podem ser de grande valia para ajudar a entender o impacto da escassez de tempo das mulheres brasileiras. Machado (2014) realizou uma pesquisa qualitativa, com aplicação de grupos focais entre homens e mulheres de 24 a 45 anos e aplicação de questionário com 800 mulheres, mostrando que a queixa sobre a escassez de tempo é comum entre as mulheres, bem como a dificuldade de articular os trabalhos produtivo e reprodutivo. Entre as principais queixas das respondentes estão a falta de tempo para cuidar de si, ficar com os filhos, lazer e descanso. Essas atividades são essenciais para manter a saúde física e mental, e a sobrecarga do trabalho reprodutivo impede que essas mulheres desfrutem plenamente desses momentos.

BREVES CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Neste trabalho, buscamos discutir o conceito de pobreza do tempo, suas formas de mensuração e entender a relação entre gênero e pobreza de tempo. Pode-se destacar que há necessidade de aprofundar no conhecimento das metodologias de mensuração, entendendo suas limitações e potencialidades para dimensionar desigualdades de gênero, como, por exemplo, para tratar adequadamente sobre a simultaneidade de tarefas, que é uma forte característica da dupla jornada de trabalho feminina.

A literatura aponta para uma forte relação entre pobreza de tempo e gênero. As mulheres ainda são as principais responsáveis pelos cuidados e tarefas domésticas, e com a entrada e maior permanência no mercado de trabalho, isso implica uma dupla jornada para as mulheres, acentuando as desigualdades no uso do tempo entre homens e mulheres. A pressão ou estresse de tempo tem impactos negativos para o bem-estar, prejudicando a socialização, o lazer, ou até necessidades mais básicas, como o sono. Dessa forma, se faz

¹ Antes da Reforma da Previdência, as mulheres se aposentavam com 60 anos e os homens com 65. Com a reforma, as mulheres passam a se aposentar com 62 anos e os homens com 65, reduzindo o bônus para três anos apenas e acentuando as desigualdades de gênero.

necessário avaliar o impacto da pobreza de tempo na saúde e bem-estar das mulheres. Com essa agenda de pesquisa, conseguiremos avançar na compreensão da relação entre gênero e pobreza de tempo, bem como ter insumos para a elaboração de políticas públicas que ofereçam serviços e infraestrutura capazes de reduzir a desigualdade de gênero no uso do tempo.

REFERÊNCIAS

- ABDOURAHMAN, O. I. Time poverty: a contributor to women's poverty? **African Statistical Journal**, [S. l.], n. 11, p. 16-36, 2010.
- AS, D. Studies of time-use: problems and prospects. **Acta Sociologica**, México, v. 21, n. 2, p. 125-141, 1978.
- BARDASI, E.; WODON, Q. Working long hours and having no choice: time poverty in Guinea. **Feminist Economics**, London, v. 16, n. 3, p. 45-78, 2010.
- BARDASI, E.; WODON, Q. Measuring time poverty and analyzing its determinants: concepts and application to Guinea. In: BLACKDEN, M. C.; WODON, Q. (ed.). **Gender, time use, and poverty in Sub-Saharan Africa**. Washington, DC: The World Bank, 2006.
- BAUMAN, A.; BITTMAN, M.; GERSHUNY, J. A short history of time use research: implications for public health. **BMC Public Health**, [S. l.], v. 19, supl. 2, 2019.
- BITTMAN, M. Social participation and family welfare: the money and time costs of leisure in Australia. **Social Policy & Administration**, Oxford, v. 36, n. 4, p. 408-425, 2002.
- CHATZITHEOCHARI, S.; ARBER, S. Class, gender and time poverty: a time-use analysis of British workers' free time resources. **The British journal of sociology**, London, v. 63, n. 3, p. 451-471, 2012.
- DOUTHITT, R. A. "Time to do the chores?" Factoring home-production needs into measures of poverty. **Journal of Family and Economic Issues**, New York, NY, v. 21, n. 1, p. 7-22, 2000.
- ETKIN, J.; EVANGELIDIS, I.; AAKER, J. Pressed for time? Goal conflict shapes how time is perceived, spent, and valued. **Journal of Marketing Research**, Chicago, v. 52, n. 3, p. 394-406, 2015.
- GAMMAGE, S. Time pressed and time poor: unpaid household work in Guatemala. **Feminist Economics**, London, v. 16, n. 3, p. 79-112, 2010.
- GERSHUNY, J. **Time-use surveys and the measurement of national well-being**. Oxford: Centre for Time Use Research; University of Oxford, 2011.
- HARVEY, A. S.; MUKHOPADHYAY, A. K. When twenty-four hours is not enough: time poverty of working parents. **Social Indicators Research**, Holanda, v. 82, n. 1, p. 57-77, 2007.
- KALENKOSKI, C. M.; HAMRICK, K. S. How does time poverty affect behavior? A look at eating and physical activity. **Applied Economic Perspectives and Policy**, Oxford, v. 35, n. 1, p. 89-105, 2013.
- KALENKOSKI, C. M.; HAMRICK, K. S.; ANDREWS, M. Time poverty thresholds and rates for the US population. **Social Indicators Research**, Holanda, v. 104, n. 1, p. 129-155, 2011.

MACHADO, M. S. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (ed.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, PE: SOS Corpo, 2014.

RIBEIRO, L. L. **Uma nova abordagem para a pobreza no Brasil**: uma medida de bem estar através da privação de tempo. 2012. 762f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2012.

SPINNEY, J.; MILLWARD, H. Time and money: a new look at poverty and the barriers to physical activity in Canada. **Social Indicators Research**, Holanda, v. 99, n. 2, p. 341-356, 2010.

URAKAWA, K.; WANG, W.; ALAM, M. Empirical analysis of time poverty and health-related activities in Japan. **Journal of Family and Economic Issues**, New York, NY, v. 41, p. 520-529, 2020.

VEIGA, R. M. **Desigualdades de gênero no trabalho doméstico não remunerado no Brasil**: um estudo sobre o uso do tempo. 2019. 98f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Centros de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

VICKERY, C. The time-poor: a new look at poverty. **Journal of human Resources**, Madson, v. 12, n. 1, p. 27-48, 1977.

WILLIAMS, J. R.; MASUDA, Y. J.; TALLIS, H. A measure whose time has come: Formalizing time poverty. **Social Indicators Research**, Holanda, v. 128, n. 1, p. 265-283, 2016.

ZILANAWALA, A. Women's time poverty and family structure: differences by parenthood and employment. **Journal of Family Issues**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 369-392, 2014.

A REDISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO QUALIFICADO NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA INSERÇÃO SÓCIO LABORAL DE IMIGRANTES ALTAMENTE QUALIFICADOS NO BRASIL 2011-2019

Jóice de Oliveira Santos Domeniconi[♥]
Rosana Baeninger^{*}

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar as novas espacialidades das migrações internacionais altamente qualificadas (DE HAAS; SILVA; VEZZOLI, 2010) no Brasil contemporâneo e suas relações com a circulação de capital internacional (SASSEN, 2002), sobretudo, daqueles que conseguiram superar diferentes mecanismos de seletividade (LEE, 1966) e se inserir no mercado de trabalho formal brasileiro. Considera-se a condição híbrida da modalidade migratória (WENDEN, 2001) tendo em vista a construção social da qualificação e do status migratório de diferentes grupos (WILLIAMS; BALÁZ, 2008). São estudadas as relações entre a circulação sócio laboral desses imigrantes no mercado de trabalho nacional na última década, seu status migratório e sua composição sociodemográfica de forma a iluminar conexões entre a dinâmica local e global no que diz respeito à redistribuição do capital humano altamente qualificado (STRAUBHAAR, 2000) entre os países do Sul global (MELDE et al., 2014; OIM, 2016). Esse trabalho contempla uma revisão bibliográfica do conceito de migração de carreira (TILLY, 1976), bem como, análises descritivas de registros administrativos produzidos pelo governo, veiculados pelo Portal de Imigração Laboral do Ministério da Justiça e Segurança Pública e diretamente relacionados à entrada, circulação e inserção sócio laboral de imigrantes no mercado formal brasileiro entre 2011-2019. Observa-se uma circulação positiva do trabalho altamente qualificado advindo do sul global na constituição do mercado laboral brasileiro, bem como, uma crescente distribuição desses profissionais em novos espaços da migração qualificada no país.

Palavras-chave: Migrações internacionais; Migrações Sul-Sul; Migrações internacionais qualificadas; Mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

O estudo da dinâmica demográfica no século XXI é permeado, entre outros processos, pela dinâmica das migrações internacionais (PATARRA, 2005). Ainda que não se trate de um fenômeno novo, esses fluxos ganham novos volumes, composições (TILLY, 1986), temporalidades (ROBERTSON, 2014), direções (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2009) e escalas (GLICK-SCHILLER, 2010) em um contexto de transformações e aumento da celeridade dos meios de comunicação, difusão da informação e acesso à meios de transporte (CASTELLS, 2018). Entre as diferentes modalidades migratórias (WENDEN, 2001) em curso, destaca-se a migração internacional de

[♥] Doutoranda em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo. Contato: joicedomeniconi@outlook.com.

^{*} Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp. Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. Contato: baeninge@unicamp.br.

profissionais altamente qualificados (GAILLARD; GAILLARD, 1997) ligada, principalmente, à um processo de mobilidade internacional de capitais, mão de obra e conhecimento (SASSEN, 2002; CASTELLS, 2018).

Esse trabalho tem por objetivo, a partir disso, apreender as novas espacialidades das migrações internacionais altamente qualificadas no Brasil contemporâneo, sobretudo, dos imigrantes que conseguiram superar múltiplos obstáculos e se inserir no mercado de trabalho formal brasileiro. Diferentemente de outros artigos já desenvolvidos, porém, o debate proposto visa analisar as conexões entre a circulação sócio laboral desses imigrantes no mercado de trabalho nacional na última década, seu status migratório e sua composição sociodemográfica. De modo a apreender como as mudanças observadas na dinâmica local dialogam com a dinâmica global em termos da redistribuição do capital humano altamente qualificado (GAILLARD; GAILLARD, 1997).

Para tanto, este artigo revisita a construção de um debate teórico-metodológico sobre a migração de carreira como apresentada por Tilly (1976), mas em contexto de mundialização da economia (CHESNAIS, 1996) com transformações no âmbito econômico, social, tecnológico, cultural e geopolítico (SCOTT, 2006). Desde essa perspectiva busca-se entender o cenário laboral brasileiro de forma a iluminar novas lógicas migratórias (DUMONT, 2006), ocupacionais (SALT, 1997) e espacialidades relacionadas a uma mobilidade internacional que é ao mesmo tempo intra, inter e extra empresas (WILLIAMS, 2006).

A metodologia desenvolvida neste trabalho envolve uma revisão bibliográfica do referencial teórico acerca das migrações qualificadas e do trabalho qualificado imigrante (TILLY, 1976) enquanto modalidade migratória (WENDEN, 2001) em um contexto de mobilidade internacional do capital e da força de trabalho (SASSEN, 2002). São realizadas ainda análises descritivas de registros administrativos produzidos pelo governo, veiculados pelo Ministério da Justiça e diretamente relacionados à entrada, circulação e inserção sócio laboral desses imigrantes no mercado formal brasileiro entre 2011-2019. Entre eles, a Coordenação Geral de Imigração (CGIL)/ Conselho Nacional de Imigração Laboral (CGIL) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS QUALIFICADAS E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE CÉREBROS NO SÉCULO XXI – DA MIGRAÇÃO DE CARREIRA À CIRCULAÇÃO SUL-SUL DO TRABALHO QUALIFICADO

Se nos estudos migratórios por muito tempo predominou a análise dicotômica de fluxos unidirecionais, permanentes e diversos em sua composição (SEYFERTH, 2002),

hoje a complexidade do fenômeno implica considerar as constantes idas e vindas, reversibilidades (DOMENACH; PICOUET, 1990) e renovações características de modalidades migratórias (WENDEN, 2001) que se sobrepõem enquanto parte de um fenômeno social, coletivo e heterogêneo mais amplo (TILLY, 1986). Como no caso das migrações internacionais de profissionais altamente qualificados (GAILLARD; GAILLARD, 1997) ligadas, principalmente, à um processo de mobilidade internacional de capitais, mão de obra e conhecimento (SASSEN, 2002; CASTELLS, 2018).

Tilly (1986) na década de 80 já apresentava a importância de se compreender as formas particulares de organização social dos movimentos migratórios. Para o autor, o fenômeno da migração internacional de profissionais com alto nível de instrução e qualificados para a atuação na gerência e tecnologia compõe uma variedade mais ampla de migrações que não devem ser resumidas a características e intenções individuais. Entre elas, seria possível observar a existência de quatro dimensões principais dos movimentos populacionais: migração local, coagida, circular, em cadeia e de carreira (TILLY, 1976; 1986). Não obstante, estas não são categorias estáticas, visto que podem se sobrepor ao longo do tempo dada a experiência do grupo social analisado e, ao mesmo tempo, não contemplam a totalidade dos processos em curso (TILLY, 1976).

Tendo em vista a categorização de Tilly (1976), seria possível compreender a migração qualificada como parte importante, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 da “migração de carreira”, composta por movimentos internacionais de profissionais de acordo com oportunidades ocupacionais entre ou dentro de instituições como empresas, Estados e setores específicos do mercado de trabalho, como o comércio, redes mercantes, exército, entre outros.

Sua diferenciação estaria, principalmente, na forma como as diferentes redes sociais mobilizadas se conectam nos espaços de origem e destino e estabelecem elementos para a existência de uma identidade étnica em meio ao processo migratório (TILLY, 1986). Nessa perspectiva, se houver um circuito favorável à migração, este não será mobilizado por laços sociais no espaço de origem, mas na lógica da estrutura corporativa em si (TILLY, 1976).

Scott (2006), por sua vez, ao analisar a migração de carreira de profissionais altamente qualificados propõe outro agrupamento. Para ele, o trabalho qualificado apresenta duas dimensões fundamentais: um aporte teórico característico dos estudos da década de 1980 e 1990 baseado em uma “elite corporativa de expatriados” (SCOTT, 2006, p. 1108, tradução nossa) capaz de se beneficiar dos processos de globalização, e operacionalmente a constituição de diferentes sistemas classificatórios.

No que tange as categorizações existentes as seguintes dimensões são descritas pelo autor a partir da literatura: geográfica (SALT, 1997); ocupacional (SALT, 1988); por nível de habilidade (AURIOL; SEXTON, 2002) e escala de tempo (SALT, 1997). Trata-se de uma sistematização abrangente, mas que ainda contempla limitações e potencialidades em sua capacidade explicativa do fenômeno analisado. Isso se deve, segundo Scott (2006), especialmente, à composição populacional dos grupos considerados nesse tipo de estudo. Segundo o debate proposto, é fundamental ter em mente a existência de uma “elite de profissionais corporativos” no estudo das comunidades de imigrantes qualificados. Porém, no contexto atual, mudanças econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e geopolíticas têm demonstrado, cada vez mais, as limitações na capacidade explicativa de um aporte teórico baseado na expatriação à medida que este distancia o profissional do processo migratório no que tange a diversidade das migrações para as cidades globais no século XXI (SASSEN, 2002). Ao mesmo tempo, analisar as causas da migração internacional qualificada levando-se em consideração apenas elementos explicativos retirados da dinâmica econômica seja ela macro ou micro seria incorrer, necessariamente, em interpretações equivocadas para muitos dos movimentos migratórios em curso (SCOTT, 2006).

O cenário atual apresenta ainda mudanças estruturais na sociedade, na economia, nas tecnologias, na cultura e na geopolítica apresentadas pelos processos de globalização e que são fundamentais à compreensão da dinâmica da migração internacional qualificada (SCOTT, 2006). Tais transformações reforçam as limitações na capacidade explicativa de um aporte teórico baseado apenas na dinâmica migratória de expatriados para o estudo da migração internacional qualificada no século XXI (SCOTT, 2006). Ademais, é fundamental considerar ainda a existência de estratégias particulares mobilizadas por diferentes grupos imigrantes, visto que, determinadas redes transnacionais de capitais, sociais, culturais e econômicas, serão colocadas em ação de acordo com as especificidades dos imigrantes em questão, sejam eles parte de uma estrutura corporativa ou não (SCOTT, 2006).

Castells (2018) pondera que a informação e o conhecimento não são elementos centrais para a consolidação de uma nova fase na economia global apenas nesse contexto histórico, mas acredita que na atualidade o conhecimento e a informação passam a ser o objeto e objetivo da produção. Assim, ainda que a maior parte da dinâmica de reprodução da economia, do trabalho e das empresas seja e permanecerá primordialmente local e regional, é fundamental apreender sua dinâmica globalizante (CASTELLS, 2018). Para o autor, esse processo seria capaz de mobilizar, de forma particular, mercados, mercadorias, conhecimento e uma mão de obra extremamente especializada (CASTELLS, 2018). Nota-se, a partir disso “uma tendência a aumentar a autonomia de tomada de decisão dos trabalhadores do conhecimento instruídos que se tornaram os ativos mais valiosos para

suas empresas” (CASTELLS, 2018, p. 17). Segundo Castells (2018), esses profissionais seriam reconhecidos enquanto “talentos”.

Como observado por Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2020), a mobilidade internacional desses imigrantes altamente qualificados responde, também, às demandas e necessidades geradas tanto nos locais de origem quanto de destino dos fluxos migratórios, visto que, o modo de produção capitalista implica na constituição de um excedente populacional disponível – e altamente rotativo - ao mercado de trabalho nos diferentes espaços da produção capitalista (SINGER, 1976) que se estabelecem, cada vez mais, em uma escala transnacional (GLICK-SCHILLER, 2010). Para Harvey (1992), ainda que com uma composição particular, essa parcela da mão de obra colocada em movimento na migração internacional faria parte de um exército industrial de reserva. De modo que, consolida-se “a importância das forças de trabalho altamente preparadas, capazes de compreender, implementar e administrar os padrões novos, mas muito mais flexíveis, de inovação tecnológica e orientação do mercado” (HARVEY, 1992, p. 175). Nesse contexto, se desenvolve “um estrato altamente privilegiado e até certo ponto poderoso da força de trabalho, à medida que o capitalismo depende cada vez mais da mobilização de forças de trabalho intelectual como veículo para mais acumulação” (HARVEY, 1992, p. 175).

É importante entender ainda os espaços de circulação da migração internacional qualificada (DE HAAS; SILVA; VEZZOLI, 2010), e das migrações como um todo, cada vez mais e simultaneamente, como espaços de origem, destino e trânsito das migrações internacionais (CASTLES; DE HAAS; MILLER., 2014), sobretudo, nas migrações sul-sul (MELDE et al., 2014; OIM, 2016). Assim, Melde et al. (2014) reforçam a importância em se (re) conhecer a emergência de novos polos regionais nos países do Sul capazes de impulsionar e reconfigurar antigas relações de poder estabelecidas com os países do Norte global.

Compreende-se, portanto, que diferentes grupos populacionais são colocados em movimento a partir das necessidades e demandas impostas pela divisão espacial internacional do trabalho e pelo lugar desses espaços na produção global (HARVEY, 1992). Tal processo compreende, ainda, uma complexa distribuição espacial dos cérebros (WILLIAMS, BALÁZ, 2005) determinada por mecanismos de seletividade (LEE, 1966) próprios aos tempos, espaços e perfis demográficos desses fluxos migratórios. Como defende Almeida (2013) essa seletividade estaria relacionada ao acesso de certos grupos imigrantes à determinadas redes, informações e capitais de acordo com características próprias, sejam elas demográficas, econômicas ou jurídicas que os definirão enquanto modalidades migratórias (ALMEIDA, 2013).

Ademais, considera-se aqui, a necessidade de se pensar a condição potencialmente híbrida da modalidade migratória analisada, ao compreender que a própria qualificação e o

status migratório do imigrante envolvem critérios socialmente construídos e politicamente negociados (WILLIAM; BALÁZ, 2008) e dificilmente quantificáveis em termos comparativos com o debate internacional (AURIOL; SEXTON, 2002).

A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO TRABALHO QUALIFICADO – UMA VISÃO CRÍTICA DAS FONTES DE DADOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A partir do debate apresentado compreende-se a importância de se pensar criticamente as categorias operacionais utilizadas na construção do corpus de análise, bem como, as espacialidades e escalas consideradas. Essa preocupação se intensifica diante da limitação de fontes de dados que pensem as migrações internacionais no século XXI em suas múltiplas temporalidades, espacialidades, composições e volumes.

Parte-se, desse modo de parâmetros internacionais estabelecidos no “Manual Canberra”¹ sobre os Recursos Humanos dedicados à Ciência e Tecnologia (RHCT). O grupo definido como RHCT caracterizaria os profissionais altamente qualificados que tenham concluído um nível terciário de educação superior em ciência e tecnologia ou não, ainda que não apresentem uma qualificação formal, atuem em ocupações voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico (IOM, 1995).

Tal documentação avança ao considerar uma definição de trabalho qualificado com base no nível de instrução e na ocupação exercida pelos profissionais (IOM, 1995). Segundo Auriol e Sexton (2002), o Manual inova ao compreender enquanto trabalho qualificado uma parcela significativa de profissionais com nível técnico e/ou que atuem na ciência e tecnologia desde um critério mais amplo, que engloba, também as ciências humanas e sociais. De modo que, em trabalhos empíricos, é comum o uso de *proxies* no estudo de variáveis relativas à educação ou à ocupação exercida pelos profissionais (AURIOL; SEXTON, 2002).

Não obstante, trata-se de uma definição que não envolve as especificidades e heterogeneidades presentes na estrutura educacional, ocupacional e de seguridade social dos diferentes países (GAILLARD; GAILLARD, 1998). Além disso, existem diferenças em relação ao termo “qualificado”, pois, no que diz respeito às disposições sobre migração internacional por parte dos Estados, esse conceito significa um processo de qualificação

¹ A formulação desse aparato conceitual-analítico sobre a migração internacional qualificada contou com a colaboração de diferentes organizações internacionais, entre elas, a OCDE, a EUROSTAT, a Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (IOM, 1995, p. 2).

formal capaz de ser equiparada segundo critérios internacionais (AURIOL; SEXTON, 2002).

Desse modo, o presente trabalho se vale de forma operacional da categorização do trabalho qualificado imigrante desenvolvida em Domeniconi (2017) a partir de um agrupamento de ocupações que definem os imigrantes trabalhadores do conhecimento enquanto profissionais com alto nível de escolaridade e relacionados às áreas de Ciência e Tecnologia desde uma perspectiva ampla, a partir dos critérios de Florida (2014) e das informações do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) de 2002.

A análise contempla os imigrantes internacionais trabalhadores do conhecimento que conseguem superar diferentes mecanismos de seletividade mediante a mobilização de canais da migração (WILLIAMS, 2006) próprios à essa modalidade migratória e se inserir no mercado de trabalho formal brasileiro. Pois, ainda que se trate de uma mão de obra considerada economicamente estratégica e diretamente conectada à processos de produção globais, ela ainda enfrenta restrições à sua circulação internacional (PEIXOTO, 1999) e está sujeita, também, às transformações no mercado global do trabalho qualificado (CZAIKA, 2018) e na economia brasileira.

Tendo em vista a temporalidade decenal do Censo Demográfico e a dinamicidade das transformações observadas nos fluxos migratórios no período intercensitário (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020), faz-se necessário a apropriação crítica de fontes alternativas, como os registros administrativos, sem desconsiderar, porém, suas limitações e potencialidades. São utilizadas, para essa análise, informações advindas do Portal de Imigração Laboral do Ministério da Justiça. São registros de uso administrativo produzidos por diferentes instâncias do poder público, tanto relacionadas à migração internacional como ao mercado de trabalho formal, que, mesmo não sendo pensadas para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em um primeiro momento, representam uma rica fonte de informações sobre o perfil demográfico das populações registradas, seu status migratório e as tendências de movimentação dos imigrantes trabalhadores do conhecimento no mercado laboral.

A (RE)DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE IMIGRANTES TRABALHADORES DO CONHECIMENTO NO MERCADO LABORAL BRASILEIRO – 2011-2019

A análise das autorizações de trabalho/residência para fins laborais advindas do Portal de Imigração Laboral permite elucidar elementos importantes do debate apresentado nesse trabalho (Tabela 1). Como a composição diversa dos fluxos em termos de formação e regime de trabalho dos imigrantes que conseguem superar barreiras burocráticas, sociais,

econômicas e políticas e buscam se inserir no mercado formal brasileiro nos anos de 2011 e 2019.

A temporalidade dessa migração internacional para o Brasil pode ser analisada desde diferentes indicadores que tratam da composição populacional do fenômeno. Entre eles, a escolaridade do/da solicitante de autorização para trabalho no país. A Tabela 1, abaixo, apresenta esse indicador segundo categoria temporal de regularização migratória solicitada, para 2011 e 2019. Cabe ressaltar que diante de mudanças na legislação, em 2011 são encontradas autorizações temporárias (até 1 ano) e permanentes (mais de um ano) e, em 2019, são encontrados casos de autorizações temporárias, permanentes, bem como, residências (solicitadas por imigrantes que não se encontrem no Brasil) e residência prévia (solicitadas por imigrantes que já estão no país) (OLIVEIRA, 2020). A informação apresentada permite apreender, inicialmente, o volume expressivo de autorizações concedidas no ano de 2011, totalizando 70.143 registros, em comparação com os 33.146 de 2019. A literatura relaciona essa diminuição expressiva às mudanças nas tendências de migração laboral para o país, mas também, há alterações no processo de regularização migratória no Brasil (OLIVEIRA, 2020). De modo que, diferentes estratégias de obtenção da documentação e permissão de trabalho formal no Brasil passaram a ser adotadas pelos contingentes de imigrantes no país.

A partir disso, ressalta-se a presença expressiva de imigrantes internacionais com escolaridade alta em 2011, com uma participação relativa superior à 50% do total (40.835 em 70.143). Essa participação mantém-se em termos relativos em 2019, onde os deferimentos de autorização para trabalho para altamente escolarizados foram 40.486 em 33.146. Não obstante, com perda em volume absoluto expressiva de praticamente metade dos registros anuais para esses grupo em específico. Cabe apontar que, no início da década, as autorizações temporárias equivaliam a 94,3% do total (66.318 em 70.143), enquanto as permanentes eram apenas 5,5% (3.825 em 70.143). Já em 2019, diante das mudanças observadas essas categorias já não são expressivas, representando apenas parcela residual de processos anteriores. Nesse ano, é possível observar que 72,2% das autorizações para fins de trabalho foram concedidas à imigrantes que já se encontravam no país, representando, potencialmente, movimentos migratórios anteriores que foram renovados ou regularizados. Enquanto 27,7% (9.193 em 33.146) são os deferimentos para residência, ou seja, para imigrantes que ainda não se encontram no país e têm intenção de realizar essa migração.

Entre os imigrantes altamente escolarizados, encontram-se os imigrantes trabalhadores do conhecimento, inseridos em ocupações específicas voltadas à criação,

inovação e desenvolvimento de novos conhecimentos, da ciência e de novas tecnologias. Compreendem-se profissionais nesse grupo enquanto a parcela mais qualificada da mão de obra migrante. Em 2011, as autorizações concedidas à imigrantes com esse perfil representaram 44,5% do total de imigrantes com escolaridade alta, o equivalente a 18.189 em 40.835 deferimentos. Essa participação, em termos relativos perdeu espaço na composição dos registros de imigrantes com alta escolaridade, passando para 22,5% do total em 2019 (7.456 em 33.146). Em termos absolutos essa queda representou aproximadamente 50% a menos de autorizações no ano, em comparação com 2011. Ademais, cabe observar, que seguindo a tendência geral, para os imigrantes trabalhadores do conhecimento, as autorizações de trabalho temporárias representaram 94,3% dos 18.189 deferimentos de 2011, indicando uma flexibilidade importante na temporalidade de permanência desses trabalhadores no país. Enquanto em 2019 as os deferimentos para residência prévia foram equivalentes a 76,9% das 7.456 autorizações registradas, em relação aos 23,1% para residência, o que indica que, ao menos nesse ano, regularizam-se mais imigrantes que já se encontravam no país, indicando uma potencial perspectiva de permanência dessa mão de obra.

TABELA 1 – Autorizações de trabalho e residência para fins laborais de imigrantes internacionais no Brasil, segundo tipo regularização migratória e escolaridade, 2011 e 2019

Escolaridade	2011			2019				
	Permanente	Temporário	Total	Permanente	Temporário	Residência	Residência Prévia	Total
Analfabeto	9	-	9	-	-	5	-	5
Escolaridade Baixa	384	385	769	-	-	246	76	322
Escolaridade Intermediária	502	23.425	23.927	-	-	3.299	7.853	11.152
Escolaridade Alta	2.254	38.581	40.835	4	4	4.462	16.016	20.486
Não Informado	453	345	798	-	-	1.181	-	1.181
Outros	223	3.582	3.805					
Total	3.825	66.318	70.143	4	4	9.193	23.945	33.146
Imig. Trab. do Conhecimento	1.030	17.159	18.189		2	1.719	5.735	7.456

Fonte: Portal de Imigração Laboral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL)/Conselho Nacional de Imigração (CNIg), OBMigra, 2011 e 2019.

Nota: Escolaridade baixa – Ensino Fundamental incompleto, Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto; Escolaridade Intermediária – Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto e Escolaridade Alta – Ensino Superior Completo ou mais.

Em termos da composição populacional do fenômeno estudado, é importante ter em mente suas conexões transnacionais, sobretudo, tendo em vista a perspectiva de fluxos intra, inter e extra companhias (WILLIAMS, 2006). Aqui apreendidos, em 2019, como

parte dos movimentos de imigrantes com contrato de trabalho (11,84% das 33.146 solicitações), sem contrato (82,6%) e aqueles definidos como casos especiais pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (5,6%) (Tabela 2). Destaque, entre os registros de imigrantes trabalhadores do conhecimento (ITC) (7.456), para a maior participação de imigrantes sem contratos de trabalho no Brasil (6.177) em 2019. Ademais, é possível observar a diversidade de origens tanto do Norte (Europa, América do Norte e Oceania) como do Sul global (América Latine e Caribe, Ásia e África) apresentadas como países de nascimento desses profissionais. Ressaltam-se no grupo de ITC os europeus (3.754), asiáticos (2.556) e da América do Norte (726) em um primeiro momento. Contudo, se considerada a série histórica (DOMENICONI, 2017), é possível notar uma diversificação importante dos países de origem desses profissionais, permeados por uma crescente participação relativa de latino-americanos (280), africanos (86) e asiáticos (2.556) nos registros deferidos para imigrantes altamente qualificados interessados em atuar no mercado formal de trabalho do país.

TABELA 2 – Autorizações de residência para fins laborais de imigrantes internacionais, segundo regiões do mundo de nacionalidade, modalidade de solicitação, Brasil, para 2019

Regiões do Mundo	Imigrantes				Imigrantes com Escolaridade Alta				Imigrantes Trabalhadores do Conhecimento		
	CNIg	Com Contrato	Sem Contrato	Total	CNIg	Com Contrato	Sem Contrato	Total	Com Contrato	Sem Contrato	Total
Am. e Caribe	28	198	1.155	1.381	-	177	699	876	89	191	280
Am. Norte	-	597	3.849	4.446	-	567	1.708	2.275	243	483	726
África	1.568	68	478	2.114	36	41	242	319	20	66	86
Ásia	246	1.483	10.049	11.778	4	1.182	7.010	8.196	364	2.192	2.556
Europa	5	1.550	11.696	13.251	-	1.324	7.378	8.702	548	3.206	3.754
Oceania	-	28	147	175	-	27	91	118	15	39	54
Outro	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.848	3.924	27.374	33.146	40	3.318	17.128	20.486	1.279	6.177	7.456

Fonte: Portal de Imigração Laboral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL)/Conselho Nacional de Imigração (CNIg), OBMigra.

A partir disso, é possível analisar as principais tendências em torno da inserção sociolaboral formal da população migrante no Brasil e de sua distribuição espacial com base nos dados Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) advindos do Ministério da Economia, condizentes com os registros de trabalho no mercado formal ativos em 31/12. De tal forma, para melhor compreensão do fenômeno social estudado, analisou-se o perfil dos imigrantes internacionais trabalhadores do conhecimento que conseguiram superar os múltiplos mecanismos de seletividade (ALMEIDA, 2013) presentes no processo migratório desde a origem até no destino e se inserir na sociedade e mercado laboral brasileiro.

Como apontado por Baeninger; Demétrio e Domeniconi, (2020), as primeiras décadas do século XXI representaram uma diversificação das origens, temporalidades e espacialidades da migração internacional no Brasil, tanto em termos de volume, como de composição dessa população em suas diferentes modalidades migratórias. A crescente presença de vínculos de trabalho ativos para trabalhadores imigrantes no mercado formal brasileiro corrobora ainda mais essa perspectiva. Segundo dados da RAIS entre 2011 e 2019, é possível apreender que ao longo da última década o país observou os registros para essa população crescerem mais de 2,5 vezes, passando de 64.711, em 2011; para 131.037, em 2015, e 165.646, em 2019, alcançando o patamar mais elevado da série histórica. Nota-se, portanto, que o crescimento no estoque de vínculos anuais foi mais intenso entre 2011 e 2015, mas essa tendência se manteve também entre 2015 e 2019.

Entre o total de vínculos de trabalho formal para imigrantes internacionais presentes no mercado brasileiro, encontram-se àqueles com escolaridade alta, ensino superior ou mais, e, ente estes, os imigrantes trabalhadores do conhecimento, inseridos em ocupações próprias à sociedade do conhecimento (CASTELLS, 2018). É possível notar, de modo geral, que em termos absolutos, mesmo variando anualmente de acordo com mudanças importantes no cenário econômico e político brasileiro e internacional (OLIVEIRA, 2020), esses dois grupos mantiveram-se consistentes em sua presença no mercado laboral brasileiro. Enquanto os imigrantes com escolaridade alta iniciaram a década com 34.429 registros, praticamente a metade do total observado, ao longo do tempo, o montante de vínculos para imigrantes internacionais distanciou-se desse grupo em termos de padrão, particularmente pela inserção de profissionais com escolaridade média e baixa, que passaram a compor de forma importante os fluxos migratórios para o Brasil e, concomitantemente, o mercado laboral do país (OLIVEIRA, 2020). Não obstante, os imigrantes com escolaridade alta, mesmo com perda relativa, apresentaram um saldo anual positivo com crescimento até 2014, com 44.355 registros, momento em que a economia brasileira passou a sofrer mais fortemente com instabilidades de cunho político e econômico. Observou-se então uma retração do mercado laboral de 2014 à 2017 e leve retomada entre 2017 e 2019, encerrando 2019 com 42.521 vínculos ativos nesse grupo em particular. Nota-se que esse “baque” foi sentido para o total de imigrantes apenas no ano seguinte, entre 2015 e 2016, mas com recuperação desde esse momento.

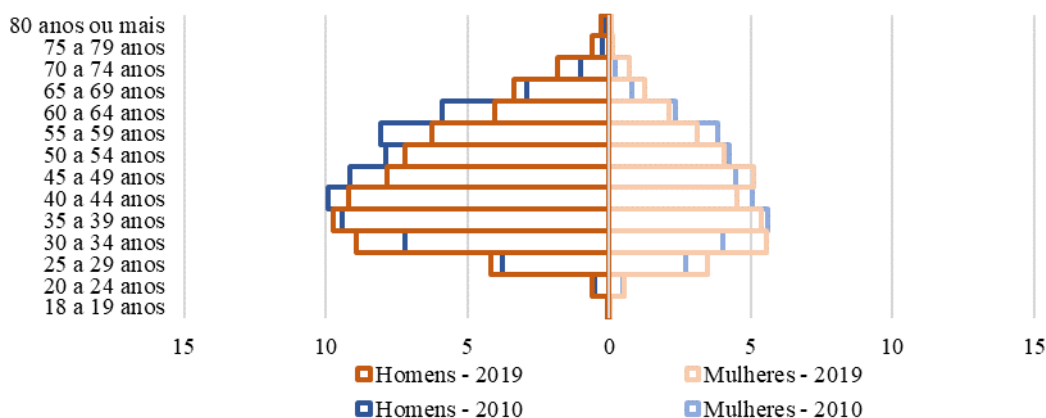
Já em relação aos vínculos de trabalho para imigrantes trabalhadores do conhecimento, observou-se uma tendência semelhante à apresentada para os imigrantes com alta escolaridade, particularmente uma tendência positiva entre 2011 (16.972) e 2014

(20.464), seguida de um processo de retração dos estoques anuais, ainda que não de forma intensa. É possível observar que os registros para esse grupo em particular não se “recuperaram” com a mesma intensidade que os demais grupos analisados. O que pode estar relacionado à diferentes questões. Entre elas, a diminuição da procura de imigrantes trabalhadores do conhecimento pela migração/inserção no mercado laboral brasileiro e a retração do mercado em torno do oferecimento de vagas e postos de trabalho para esses profissionais em condições compatíveis com sua qualificação.

O reconhecimento da qualificação e de titulações educacionais na inserção ocupacional e a oferta de vagas nesses setores são questões a serem consideradas para os três grupos apresentados. Assim, particularmente no contexto atual, é interessante apontar a diversidade de perfis e modalidades migratórias compondo os fluxos para o país, como as migrações internacionais qualificadas (DOMENICONI, 2017), ainda que estas apresentem volumes menos expressivos, são representativos dos processos sociais em curso (SINGER, 1976).

Dessa forma, o Gráfico 1 apresenta a distribuição relativa de vínculos ativos para imigrantes trabalhadores do conhecimento inseridos no mercado formal brasileiro em 2010 e 2019, segundo grupos etários quinquenais e sexo.

GRÁFICO 1 – Distribuição relativa dos vínculos ativos de trabalho formal em 31/12 para imigrantes trabalhadores do conhecimento, segundo ano de registros, 2010-2019



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Secretaria de Trabalho, Ministério da Economia brasileiro, 2010 e 2019.

Ressalta-se a presença relativamente superior de homens em relação às mulheres nos dois anos considerados (Gráfico 1). Em 2010 os homens representavam 66,1% (10.745), enquanto as mulheres eram 33,8% (5.491) dos 16.236. Essa diferença diminuiu, ainda que pouco, para 2019, onde os homens foram 64,1% (11.995) e as mulheres 35,9% (6.723) dos 18.718 registros. O que, no entanto, aponta um aumento absoluto importante para os dois grupos. Porém, há que se ponderar que mesmo diante de um aumento total, os

trabalhadores imigrantes compondo esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras não são os mesmos de 10 anos atrás.

Nota-se, tanto para homens, como para mulheres trabalhadoras do conhecimento, uma participação relativa maior de profissionais em grupos etários mais jovens, principalmente de 30 a 34 anos e de 25 a 29 anos, em contraposição à perda relativa de participação de homens entre 45 e 64 anos e de mulheres entre 50 e 64 anos, mais sutil. Por outro lado, aumentaram as participações e homens entre 65 e 79 anos e de mulheres entre 45 e 49 anos, o que pode se relacionar tanto ao envelhecimento de coortes anteriores, como à uma inserção de profissionais trabalhadores do conhecimento nessas idades.

Por fim, em relação à [re] distribuição espacial dos imigrantes trabalhadores do conhecimento, cabe apontar elementos internos e internacionais à essa dinâmica, que têm se reconfigurado nos últimos anos, particularmente no que tange a inserção laboral destes profissionais no Brasil (Tabela 3).

TABELA 3 – Vínculos ativos de trabalho formal em 31/12 para imigrantes trabalhadores do conhecimento, segundo região de nacionalidade e região do Brasil de registro, 2011-2019

Região do Mundo de Nacionalidade	2011					Total
	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	
América Latina e Caribe	780	857	5.113	1.259	598	8.607
América do Norte	21	103	762	89	90	1.065
África	5	16	132	17	14	184
Ásia	57	38	981	114	28	1.218
Europa	91	427	3.894	470	192	5.074
Outras Nacionalidades	63	50	600	74	37	824
Total	1.017	1.491	11.482	2.023	959	16.972
Região do Mundo de Nacionalidade	2019					Total
	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	
América Latina e Caribe	671	1.001	6.240	1.855	770	10.537
América do Norte	13	88	654	106	82	943
África	16	71	328	61	36	512
Ásia	48	40	1.164	142	60	1.454
Europa	127	353	3.034	435	186	4.135
Outros	44	80	743	128	142	1.137
Total	919	1.633	12.163	2.727	1.276	18.718

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Secretaria de Trabalho, Ministério da Economia brasileiro, 2011 e 2019.

Observa-se, no geral que em termos da distribuição espacial no Brasil, a região Sudeste mantém-se como um importante espaço da migração qualificada no país, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, outras regiões têm ganhado espaço

no cenário migratório do trabalho qualificado no Brasil, particularmente as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul, apontando para uma diversificação dos espaços de presença da dinâmica transnacional também, para além dos centros históricos (SEYFERTH, 2002). Além disso, nota-se, também, maior diversidade dos fluxos em termos das regiões do mundo de nacionalidade destes profissionais. Perdem participação absoluta e relativa nacionais do Norte, sobretudo, América do Norte e Europa, e ganham, em termos absolutos e relativos, nacionais do Sul Global, da América Latina e Caribe, Ásia e África, o que reforça as tendências Sul-Sul também nas migrações qualificadas para o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate proposto neste artigo e os dados acerca da entrada no país e inserção sociolaboral de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro apresentados reforçam um cenário de aumento da diversidade e complexidade dos fluxos migratórios Sul-Sul – em diálogo com a literatura (OIM, 2016). Contudo, representam, também, preocupação com a produção, sistematização e divulgação de informações que corroborem o estudo dos movimentos migratórios na atualidade desde suas múltiplas temporalidades e composições. O que exige, por vezes, o uso crítico de fontes alternativas - ressaltando-se suas potencialidades e limitações - como os registros administrativos públicos produzidos pelo governo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. R. **Au revoir, Brésil:** um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980. 2013. 437f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- AURIOL, L.; SEXTON, J. Human resources in science and technology. In: OCDE. **International mobility of the highly skilled.** Paris, 2002. p. 13-38.
- BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. (coord.). **Atlas Temático:** Observatório das Migrações em São Paulo: migrações internacionais na Macrometrópole Paulista, Regiões Metropolitanas, Regiões Administrativas. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2020.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede:** a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de: R. Majer. 19. ed, revista e ampliada. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, v. 1, 2018.
- CASTLES, S.; DE HAAS, H.; MILLER, M. **The age of migration:** international population movements in the modern world. 5. ed. New York, NY: PALGRAVE, 2014.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** Tradução de: Silvana Finzi Foá. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

- CZAIKA, M. Introduction and synopsis. In: CZAIKA, M. **High-skilled migration**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p.1-9.
- DE HAAS, H.; SILVA, C. V.; VEZZOLI, S. **Global migration futures**. Oxford: University of Oxford, 2010.
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 49, p. 49-68, 1990.
- DOMENICONI, J. O. S. **Migração internacional qualificada: trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI**. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- DUMONT, G. F. Les nouvelles logiques migratoires au XXIe siècle. **Outre-Terre**, Paris, n. 17, p. 15-25, 2006.
- FLORIDA, R. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community & everyday life**. New York, NY: Basic Books, 2014. (e-book).
- GAILLARD, A. M.; GAILLARD, J. **International migration of the highly qualified: a bibliographic and conceptual itinerary**. New York, NY: Center for Migration Studies, 1998.
- GAILLARD, J.; GAILLARD, A. M. The international mobility of brains: exodus or circulation? **Science Technology & Society**, Australia, v. 2, n. 2, p. 195-228, 1997.
- GUICK-SCHILLER, N. A global perspective on migration and development. In: GLICK-SCHILLER, N.; FAIST, T. **Migration, development, and transnationalization: a critical stance**. United States: Berghahan Books, 2010. p. 22-62.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1992.
- IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **The measurement of scientific and technological activities: manual on the measurement of human resources devoted to S&T “Canberra Manual”**. Genebra, 1995.
- LEE, E. A. A theory of migration. **Demography**, New York, NY, v. 1, n. 3, p. 47-57, 1966.
- MELDE, S. et al. Introduction: the south–south migration and development nexus. In: ANICH, R. et al. (ed.). **A new perspective on human mobility in the South**. New York, NY: Springer, 2014.
- OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. **Migración calificada y desarrollo: desafíos para América del Sur**. Genebra, 2016. (Cuadernos Migratorios, n. 7).
- OLIVEIRA, T. A. R. A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (ed.). **Imigração e refúgio no Brasil: relatório anual 2020**. Brasília, DF: OBMigra, 2020. p. 41-80. (Série Migrações).
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.
- PEIXOTO, J. **International firms, national managers: the obstacles to migration of highly skilled labour in transnational corporations**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 1999. (SOCIOUS Working Papers, 4).
- PERUFFO, M. Foreword. In: ANICH, R. et al. (ed.). **A new perspective on human mobility in the South**. New York, NY: Springer, 2014. p. v-vi.

- PORTES, A.; GUARNIZO, L.; LANDOLT, P. The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. **Ethnic and Racial Studies**, London, v. 22, n. 2, p. 217-237, 1999.
- ROBERTSON, S. **The temporalities of international migration**: implications for ethnographic research. Penrith-Aus: University of Western Sidney, 2014. (Institute for Culture and Society Occasional Paper Series).
- SALT, J. **International movements of the highly skilled**. Paris: Directorate for Education, Employment; Labour and Social Affairs; OECD, 1997. (International Migration Unit Occasional Papers, 3).
- SALT, J. Highly skilled international migrants, careers and internal labour markets. **Geoforum**, Oxford, v. 19, n. 4, p. 387-399, 1988.
- SASSEN, S. **Global networks, linked cities**. New York, NY: Routledge, 2002.
- SCOTT, S. The social morphology of skilled migration: the case of the british middle class in Paris. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, London, v. 32, n. 7, p. 1105-1129, 2006.
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 53, p. 117-149, 2002.
- SINGER, P. I. **Economia política e urbanização**. 3. ed. São Paulo, SP: CEBRAP; Brasiliense, 1976.
- STRAUBHARR, T. **International mobility of the highly skilled**: brain gain, brain drain or brain exchange. Germany: Hamburg Institute of International Economics, 2000. (Discussion Paper).
- TILLY, C. **Transplanted networks**. New York, NY: New School for Social Research, 1986. (Working Paper, n. 35).
- TILLY, C. **Migration in modern European history**. Michigan: University of Michigan, 1976.
- WENDEN, C. W. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & Migration**, Paris, n. 1233, p. 5-12, 2001.
- WILLIAMS, A. M.; BALÁZ, V. **International migration and knowledge**. Londres: Routledge, 2008. (Studies in Human Geography).
- WILLIAMS, A. M. Lost in translation? International migration, learning and knowledge. **Progress in Human Geography**, London, v. 30, n. 5, p. 588-607, 2006.
- WILLIAMS, A. M.; BALÁZ, V. What human capital, which migrants? Returned skilled migration to Slovakia from the UK. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 39, n. 2, p. 439-468, 2005.

A RELEVÂNCIA DO GÊNERO NA CONTRATAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO

Tanise Brandão Bussmann*

Paulo de Andrade Jacinto♦

Marco Túlio de Aniceto França♥

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as diferenças no acesso aos empregos de acordo com o gênero no mercado de trabalho brasileiro. A diferença remuneratória entre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma questão já bastante documentada. Este trabalho visa confirmar se os diferenciais remuneratórios existentes são devido ao acesso a posições menos privilegiadas na ocasião do ingresso do mercado de trabalho. Para este objetivo são utilizados modelos probabilísticos para mensurar a chance de contratação com os microdados da RAIS para 1985, 1995, 2005 e 2015. Os resultados indicam a existência de diferenciais de acesso no mercado de trabalho, sendo que ao longo do tempo há a redução destas diferenças, havendo uma melhoria em termos da igualdade de gênero no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Acesso ao mercado de trabalho; Diferenças remuneratórias; Modelos Probabilísticos; RAIS.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pelo diferencial de rendimentos entre homens e mulheres. Muitas vezes, homens e mulheres com as mesmas características recebem remunerações distintas, sendo este fato conhecido na literatura como discriminação de gênero. A comprovação deste acontecimento para a economia brasileira já foi realizada na literatura em diversos trabalhos. (ARAÚJO; RIBEIRO, 2002; BAPTISTA, 2000; GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005).

Apesar da comprovação da discriminação de gênero no mercado de trabalho, na maioria dos trabalhos realizados, não há informação sobre as causas dela. A atribuição pode ser realizada por dois efeitos: devido ao acesso a diferentes trajetórias no mercado de trabalho, em que há uma limitação de crescimento que impede que as mulheres ascendam ao mesmo patamar profissional de homens. Este fato é conhecido como “teto de vidro” (do inglês, *glass ceiling*), indicando uma barreira invisível devido ao fato da discriminação não necessariamente ser explícita, inclusive, não sendo na maioria dos casos. Ainda, há o denominado de “chão pegajoso” (do inglês, *sticky floor*), relacionado ao fato de mulheres

* Doutora em Economia do Desenvolvimento – PPGE/PUCRS. Professora do Magistério Superior na UNIPAMPA em atuação no CADE. E-mail: tanise.bussmann@cade.gov.br

♦ Doutor em Economia Aplicada – PPGE/UFRGS. Professor Titular na UFPR. E-mail: paulo.jacinto@ufpr.br

♥ Doutor em Desenvolvimento Econômico – PPGE/UFPR. Professor na PUCRS. E-mail: marco.franca@pucrs.br

terem mais dificuldade de ascensão nos estágios iniciais da carreira, quando comparadas aos homens (WIRTH, 2001).

O teto de vidro foi estudado para muitos setores e países, estando relacionado ao diferencial de salário e de promoções no mercado de trabalho. Para o Brasil evidências foram apresentadas nos estudos de Santos e Ribeiro (2006); Madalozzo e Martins (2007); Cambota e Pontes (2007); Garcia; Ñopo e Salardi (2009); Madalozzo (2010); Cacciamali; Tatei e Rosalino (2009) e Coelho; Veszteg e Soares (2010), entre outros.

Mais recentemente, outro fator passa a apresentar relevância: diferenças em termos do ingresso no mercado de trabalho. De acordo com os diferenciais de ingresso, um dos empecilhos para a igualdade de salários estaria relacionada à ocupação de vagas no mercado de trabalho. Tal fato já foi apontado por Madalozzo; Martins e Shiratori (2010), indicando escolhas distintas entre homens e mulheres no mercado de trabalho, sendo tal escolha, para os autores, estar relacionada ao bem estar da unidade familiar como um todo. Há também a questão da segregação, que sugere que a escolha profissional também leva em conta os estereótipos de perfil de acordo com o gênero, sendo tal elemento presente no mercado de trabalho no Brasil (OLIVEIRA, 1997; XAVIER; TOMÁS; CANDIAN, 2009; ASSIS; ALVES, 2014), em que a qualificação profissional age de forma atenuante. (ZHANG; SCHMADER; FORBES, 2009)

É possível que haja uma segmentação do mercado de trabalho, em que a alocação dos indivíduos nos postos de trabalho, e por consequência seus salários, está mais associada às características relacionadas à indústria e às instituições do que a produtividade em si. (LEONTARIDI, 1998). Logo, as mulheres teriam acesso às vagas distintas, indicando a existência de uma "porta de vidro", em que algumas vagas não estariam disponíveis para as mulheres. Um dos primeiros trabalhos a analisar a porta de vidro foi o estudo de Hassink e Russo (2010), que estimaram a probabilidade de contratação de mulheres no mercado de trabalho, para os diferentes postos de trabalho. O trabalho de Hassink e Russo (2010) indica uma possibilidade para identificar as razões da diferença salarial entre gêneros, até o momento com pouca exploração para o caso brasileiro.

O presente trabalho visa contribuir nesta análise, tendo como objetivo analisar as diferenças no acesso aos empregos de acordo com o gênero no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, são utilizados modelos probabilísticos para verificar a chance de contratação no mercado de trabalho formal brasileiro, nos anos de 1985, 1995, 2005 e 2015. Além desta seção introdutória, o trabalho conta com a seção de método, que versa

sobre a metodologia e a base de dados utilizada. Em seguida, é apresentada a seção de resultados, que expõe os principais resultados e a discussão com a literatura do tema.

MÉTODOS

O modelo teórico de Hassink e Russo (2010) visa entender a escolha de contratação de acordo com o gênero. Para tanto, Hassink e Russo (2010) partem da hipótese que as habilidades estão distribuídas igualmente entre homens e mulheres. Porém, há certas heterogeneidades de acordo com o gênero: para os autores, as mulheres têm atividades externas ao mercado de trabalho que valorizam mais. Por conta disso, a probabilidade de saída do mercado de trabalho é maior para mulheres do que para homens. Além disso, para Hassink e Russo (2010), os postos de trabalho mais elevados hierarquicamente são aqueles que apresentam um maior custo para as empresas quando não estão ocupados.

Mesmo com uma produtividade idêntica, por conta da maior probabilidade das mulheres saírem do mercado de trabalho, somente será vantajoso realizar a contratação de mulheres, caso estas tenham um nível de habilidade maior, para compensar essa maior chance de sair do mercado de trabalho (HASSINK; RUSSO, 2010). Em que pese também os custos crescentes para a reposição em posições superiores da hierarquia por conta do tempo de ociosidade, Hassink e Russo (2010) expõem que o equilíbrio será com uma menor contratação de mulheres e, também, em postos de trabalho mais baixos hierarquicamente falando. Ou seja, espera-se tanto que haja uma menor contratação de mulheres para postos superiores da hierarquia quanto que as mulheres tenham menores chances de promoção. É neste sentido a configuração de diferenciais de acesso ao mercado de trabalho para homens e mulheres, conforme Hassink e Russo (2010).

Sendo assim, a partir de Hassink e Russo (2010), a empresa decide pela contratação de acordo com um modelo que pode ser descrito por (1).

$$(1) \quad F_{ij} = \varphi W_i + \gamma X_{ij} + \delta H_{ij} + \alpha_i + \varepsilon_{ij}$$

Sendo F_{ij} a contratação pela i -ésima firma de contratar o j -ésimo empregado, W_i representa um vetor de características da firma, X_{ij} diz respeito às características do emprego. H_{ij} diz respeito à posição hierárquica da função.

Para analisar o acesso ao mercado de trabalho de acordo com o gênero no Brasil, são utilizados os microdados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS),

disponibilizada pelo Ministério da Economia (ME) dos anos 1985, 1995, 2005 e 2015. Para captar as modificações no mercado de trabalho ao longo do tempo, optou-se pela utilização de diversos anos da RAIS, com o intervalo de dez anos entre as observações utilizadas.

A base de dados da RAIS é composta pela população entre 18 e 65 anos de idade que estão atuando no mercado de trabalho formal brasileiro no ano de referência. A estratégia empírica para selecionar apenas os ingressantes no mercado de trabalho formal é a consideração de todos os indivíduos cujo tempo de emprego era menor do que o mês de desligamento, sendo estes os indivíduos que foram admitidos e desligados no mesmo ano, bem como aqueles com vínculo ativo de emprego menor ou igual a 12 meses.

Adaptando o modelo de Hassink e Russo (2010) descrito na equação (1) acima para estimação, F_{ij} passa a ser representado por uma variável *dummy* relacionada ao gênero do indivíduo contratado. As variáveis utilizadas dizem respeito ao indivíduo e ao posto de trabalho a ser ocupado e estão descritas no Quadro 1. Além disso, para a hierarquia, utilizou-se o primeiro dígito da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), desta forma, o modelo é uma aproximação daquele sugerido por Hassink e Russo (2010). Para a estimação, foi utilizado o modelo de probabilidade logístico, sendo apresentada as razões de chances por conta da maior facilidade de interpretação.

O Quadro 1 faz uma descrição das variáveis utilizadas neste estudo. Feitas estas considerações a respeito das variáveis, a Tabela 1 apresenta algumas estatísticas descritivas relacionadas aos indivíduos contratados e das empresas. Já a Tabela 2 apresenta a proporção dos indivíduos admitidos nos anos de 1985, 1995, 2005 e 2015 segundo o gênero. Foram considerados no cálculo dessa proporção apenas os indivíduos que apresentavam informações para todas as variáveis descritas no Quadro 1.

Para a mensuração da hierarquia funcional, foram considerados os grandes grupos da CBO. O Grupo 1: Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes (Grupo 1), Profissionais das Ciências e das Artes (Grupo 2), Técnicos de Nível Médio (Grupo 3), Trabalhadores de Serviços Administrativos (Grupo 4), Trabalhadores de Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados (Grupo 5), Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca (Grupo 6), Trabalhadores de Bens e Serviços Industriais e de Reparação e Manutenção (Grupo 7). Para manter a compatibilidade para os anos anteriores a 2002 foram realizadas conversões. Os membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares, que integram o grupo zero, não foram considerados na análise.

Para verificar a segregação no mercado de trabalho foi criada uma variável que mensura a proporção média de mulheres do setor CNAE 1.0 pela Unidade da Federação (UF). Para o cálculo da proporção de mulheres, é levado em conta o estoque de trabalhadores e não apenas os ingressantes no ano de referência.

QUADRO 1 – Descrição das variáveis utilizadas

Variável	Valores
Contratação do Gênero Feminino	1- Se a pessoa contratada é do gênero feminino; 1- Se a pessoa contratada é do gênero masculino;
Salário-Hora	Salário médio mensal ponderado pelo número de meses trabalhados. (Para 1985, é utilizado apenas o salário médio). Valores deflacionados com o IPCA.
Idade	Anos Completos. Em 1985 utilizou-se a faixa etária por ser a única informação disponível.
Cor ¹	1–Autodeclarado Preto; 0–Não autodeclarado preto. Disponível apenas para o ano de 2015.
Deficiência ²	1–Declarado Deficiente; 0– Não Declarado Deficiente. Disponível apenas para o ano de 2015.
Escolaridade	<i>Dummies</i> para conclusão do ensino médio e ensino superior.
Horas Contratadas ³	Número de horas do Contrato de Trabalho.
Classificação CBO	<i>Dummies</i> para a classificação CBO da ocupação; (Base- Grupo 1).
Tamanho do Estabelecimento	<i>Dummies</i> para até 9, de 10 a 99, de 100 a 499 empregados; acima de 500. (Base – até 9).
Setor CNAE	<i>Dummies</i> para a classificação CNAE do Setor de Atividade (Base- Agricultura).
Proporção de Mulheres	Proporção de mulheres no setor por Unidade da Federação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 1 apresenta algumas estatísticas descritivas relacionadas aos indivíduos contratados e das empresas. Em relação à idade dos indivíduos, observa-se que as mulheres em média são mais jovens em relação aos homens para todos os anos em análise, pelo menos em um ano de idade. O total de indivíduos, bem como as mulheres apresentam uma proporção crescente de término do ensino médio e superior durante o período analisado, sendo que a proporção é maior para as mulheres. Para o número de horas contratadas, vê-se uma queda no número de horas contratadas ao longo dos anos a partir de 1995. Ainda, os homens apresentam um maior número de horas em relação às mulheres. Sobre a cor, informação disponível apenas para 2015, observa-se que os pretos representam 43% da contratação de homens e apenas 35% das mulheres admitidas. Para os indivíduos portadores de deficiência, independente do gênero, apenas 1% do total dos indivíduos são admitidos. Ainda, a proporção de mulheres por setor foi crescente ao longo do tempo, tanto para a contratação de homens quanto de mulheres.

¹ Variável disponível apenas para 2015.

² Variável disponível apenas para 2015.

³ Variável disponível apenas a partir de 1995.

Sobre o tamanho da firma, há uma participação maior de mulheres em firmas de até dez indivíduos para os anos de 1995 e 2005 (24%) do que de homens (22%). Há uma tendência de redução da participação nas firmas com entre 10 e 99 funcionários e um aumento nas firmas de 100 a 499 ao longo do tempo.

TABELA 1 – Estatísticas Descritivas da Amostra – Admitidos no Ano

Ano	1985		1995		2005		2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade	31,54(10,06)	30,17(9,30)	30,69(9,76)	29,17(8,87)	31,21(10,11)	29,81(9,22)	32,44(10,52)	31,36(9,88)
Até 9 Empregados	0,15(0,35)	0,13(0,34)	0,21(0,41)	0,25(0,43)	0,22(0,42)	0,23(0,43)	0,23(0,42)	0,24(0,42)
De 10 a 99 Empregados	0,29(0,46)	0,27(0,45)	0,36(0,48)	0,34(0,47)	0,35(0,48)	0,31(0,46)	0,38(0,49)	0,34(0,47)
De 100 a 499 Empregados	0,36(0,48)	0,32(0,47)	0,33(0,47)	0,28(0,45)	0,30(0,46)	0,26(0,44)	0,26(0,44)	0,23(0,42)
Acima de 500 Empregados	0,20(0,40)	0,27(0,45)	0,10(0,30)	0,13(0,33)	0,13(0,33)	0,19(0,39)	0,13(0,33)	0,19(0,40)
Ensino Médio	0,18(0,39)	0,38(0,49)	0,16(0,36)	0,35(0,48)	0,39(0,49)	0,64(0,48)	0,62(0,49)	0,78(0,41)
Ensino Superior	0,06(0,24)	0,11(0,32)	0,04(0,21)	0,09(0,29)	0,06(0,23)	0,13(0,34)	0,08(0,27)	0,18(0,38)
Proporção Mulheres	0,26(0,14)	0,36(0,14)	0,28(0,15)	0,39(0,15)	0,31(0,16)	0,23(0,42)	0,34(0,17)	0,48(0,14)
Horas Contratadas	-	-	43,02(4,44)	41,36(6,83)	42,87(4,46)	40,95(6,85)	42,65(4,78)	40,56(7,10)
Pretos	-	-	-	-	-	-	0,43(0,43)	0,35(0,48)
Deficientes	-	-	-	-	-	-	0,01(0,08)	0,01(0,07)

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ME (1985; 1995; 2005 e 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, mostra-se o percentual de admitidos por ano segundo o gênero. Para o ano de 1985, observa-se que das contratações ocorridas 31,44% foram de mulheres. Ou seja, menos de um terço do total de contratações. Em 1995 esse percentual apresentou uma ligeira queda, totalizando 31,03%. A partir de 2005 nota-se que a proporção de mulheres contratadas no total de contratação superou um terço do total, alcançando 35,54%. Em 2015 o percentual de mulheres superou os 40% do total de contratações (Tabela 2).

Sendo assim, é possível visualizar que houve uma maior aproximação entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho: ao passo que em 1985 sua participação era bastante reduzida, em menos de um terço, em 2015 mais de 40% dos ingressantes eram do gênero feminino. Logo, ao longo do tempo a participação de mulheres foi crescente no mercado de trabalho.

TABELA 2 – Percentual de Admitidos no Ano segundo Gênero

Ano	1985	%	1995	%	2005	%	2015	%
Homens	14.873.511	68,56	7.540.712	68,97	10.801.511	64,46	13.583.300	59,24
Mulheres	6.821.644	31,44	3.392.150	31,03	5.955.813	35,54	9.344.928	40,76

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ME (1985; 1995; 2005 e 2015).

Conforme já apresentado acima, houve uma tendência de crescimento na contratação de mulheres, fazendo com que, a variável dependente tenha uma maior probabilidade de ocorrência. Porém, somente esta informação nada diz sobre as chances de contratação ou sobre as probabilidades em uma vaga específica, para isso, apresentamos o modelo probabilístico.

As Tabelas 3 e 4 apresentam os resultados para a probabilidade de admissão de mulheres para o *pool* de admitidos, sendo a Tabela 3 referente aos anos de 1985 e 1995, e a Tabela 4, 2005 e 2015. A variável dependente assume valor 1 se é admissão de mulher e zero caso contrário. Foram estimadas quatro especificações diferentes, (1) modelo simples, (2) modelo sem o setor, (3) modelo sem a proporção de mulheres, (4) modelo completo, que considera informações da proporção de mulheres no setor, de *dummies* para grupos de ocupação, além das características do indivíduo e de *dummies* para o tamanho da firma.

TABELA 3 – Probabilidade de Admissão de Mulheres: 1985 e 1995 (razão de chances)

Variáveis	Ano: 1985				Ano: 1995			
	(1) Modelo Simples	(2) Modelo Sem Ocupação	(3) Modelo Sem Proporção Mulheres Setor	(4) Modelo Completo	(1) Modelo Simples	(2) Modelo Sem Ocupação	(3) Modelo Sem Proporção Mulheres Setor	(4) Modelo Completo
Propmul		93,65*** (0,31)		32,22*** (0,12)		83,8*** (0,40)		27,72*** (0,14)
Idade	0,97*** (0,00)	0,98*** (0,00)	0,98*** (0,00)	0,98*** (0,00)	0,99*** (0,00)	1 (0,00)	1,01*** (0,00)	1,02*** (0,00)
Idade2	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)
Ensinome	2,72*** (0,00)	2,32*** (0,00)	1,51*** (0,00)	1,51*** (0,00)	2,88*** (0,00)	2,11*** (0,00)	1,58*** (0,00)	1,51*** (0,00)
Ensinosu	0,86*** (0,00)	0,72*** (0,00)	0,6*** (0,00)	0,62*** (0,00)	0,93*** (0,00)	0,74*** (0,00)	0,72*** (0,00)	0,72*** (0,00)
Tam99	0,96*** (0,00)	1*** (0,00)	1,04*** (0,00)	1,03*** (0,00)	0,79*** (0,00)	0,83*** (0,00)	0,84*** (0,00)	0,85*** (0,00)
Tam499	0,95*** (0,00)	0,97*** (0,00)	1,1*** (0,00)	1,07*** (0,00)	0,72*** (0,00)	0,74*** (0,00)	0,79*** (0,00)	0,79*** (0,00)
Tam500	1,34*** (0,00)	0,99*** (0,00)	1,41*** (0,00)	1,2*** (0,00)	0,98*** (0,00)	0,8*** (0,00)	0,95*** (0,00)	0,85*** (0,00)
CBO_2			3,05*** (0,01)	2,3*** (0,01)			3,27*** (0,02)	2,29*** (0,01)
CBO_3			1 (0,00)	1,14*** (0,00)			1,67*** (0,01)	1,55*** (0,01)
CBO_4			1,5*** (0,00)	1,69 (0,01)			2,34*** (0,01)	2,5 (0,01)
CBO_5			1,36*** (0,00)	1,3* (0,00)			1,64*** (0,01)	1,67* (0,01)
CBO_6			0,37*** (0,00)	0,61*** (0,00)			0,55*** (0,00)	0,87*** (0,00)
CBO_7			0,42*** (0,00)	0,62*** (0,00)			0,43*** (0,00)	0,64*** (0,00)
Constante	0,7*** (0,00)		0,69*** (0,00)	0,23*** (0,00)	0,57*** (0,00)	0,13*** (0,00)	0,42*** (0,00)	0,11*** (0,00)
N	21.695.15	21.695.15	21.695.15	21.695.15	10.932.86	10.932.86	10.932.86	10.932.86
R ²	0,0407	0,1017	0,0956	0,1231	0,0421	0,109	0,1100	0,1392

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ME (1985, 1995).

TABELA 4 – Probabilidade de Admissão de Mulheres: 2005 e 2015 (razão de chances)

Variáveis	Ano: 2005				Ano: 2015			
	(1) Modelo Simples	(2) Modelo Sem Ocupação	(3) Modelo Sem Proporção Mulheres Setor	(4) Modelo Completo	(1) Modelo Simples	(2) Modelo Sem Ocupação	(3) Modelo Sem Proporção Mulheres Setor	(4) Modelo Completo
Propmul		70,89*** (0,27)		27,53*** (0,12)		133,43*** (0,43)		29,52*** (0,10)
Idade	1,01*** (0,00)	1,02*** (0,00)	1,03*** (0,00)	1,03*** (0,00)	1*** (0,00)	1,01*** (0,00)	1*** (0,00)	1,04*** (0,00)
Idade2	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1*** (0,00)	1,19*** (0,00)	1*** (0,00)
Ensinomed	2,55*** (0,00)	1,87*** (0,00)	1,54*** (0,00)	1,47*** (0,00)	1,92*** (0,00)	1,41*** (0,00)	1,23*** (0,00)	1,12*** (0,00)
Ensinosup	1,56*** (0,00)	1,13*** (0,00)	1,08*** (0,00)	1,03*** (0,00)	1,94*** (0,00)	1,29*** (0,00)	1,71*** (0,01)	1,17*** (0,00)
Tam99	0,78*** (0,00)	0,8*** (0,00)	0,83*** (0,00)	0,85*** (0,00)	0,84*** (0,00)	0,85*** (0,00)	0,84*** (0,00)	0,85*** (0,00)
Tam499	0,73*** (0,00)	0,67*** (0,00)	0,81*** (0,00)	0,75*** (0,00)	0,84*** (0,00)	0,79*** (0,00)	1,14*** (0,00)	0,81*** (0,00)
Tam500	1,07*** (0,00)	0,83*** (0,00)	1,06*** (0,00)	0,86*** (0,00)	1,33*** (0,00)	1,01*** (0,00)	0,43*** (0,00)	0,97*** (0,00)
CBO_2			1,8*** (0,01)	1,81*** (0,01)			2,08*** (0,01)	1,48*** (0,00)
CBO_3			1,31*** (0,00)	2,99*** (0,01)			1,42*** (0,00)	1,34*** (0,00)
CBO_4			1,86*** (0,01)	2,44 (0,01)			0,29*** (0,00)	2,32 (0,01)
CBO_5			1,33*** (0,00)	3,99* (0,01)			0,21*** (0,00)	1,52* (0,00)
CBO_6			0,37*** (0,00)	2,83*** (0,00)			0,84*** (0,00)	0,68*** (0,00)
CBO_7			0,34*** (0,00)	1,61*** (0,00)			0,84*** (0,00)	0,36*** (0,00)
Constante	0,37*** (0,00)	0,1*** (0,00)	0,41*** (0,00)	0,05*** (0,00)	0,52*** (0,00)	0,07*** (0,00)	0*** (0,00)	0,09*** (0,00)
N	16.757.5324	16.757.5324	167.575.324	167.575.324	22.927.928	22.927.928	22.927.928	22.927.928
R-Quadrado	0,0544	0,1143	0,1185	0,1456	0,0373	0,1243	0,1459	0,1751

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ME (2005 e 2015).

Os coeficientes estimados apresentam significância estatística em geral. A idade apresenta uma relação positiva com a probabilidade de admissão de mulheres a partir de

1995. Para o ano de 1985 esse resultado indica uma relação inversa, em que aumentar a idade reduz a probabilidade de contratação de mulheres. Ter ensino médio aumenta a probabilidade de contratação de mulheres para todo o período de análise. Um aspecto importante diz respeito à chance de contratação diminuir nos anos mais recentes. É possível que isso esteja relacionado ao aumento escolarização no mercado de trabalho de forma geral, que é visível nas estatísticas descritivas. Ter ensino superior também aumenta a chance de contratações de mulheres, porém isso ocorre a partir de 2005 e a chance é crescente, como pode ser visto pelos coeficientes associados a essa variável (Tabelas 3 e 4).

O tamanho da empresa afeta a probabilidade de contratar uma mulher: a razão de chances mostra que empresas com até dez empregados têm uma maior chance de contratar mulheres quando comparadas com as empresas com 99, 499 e maiores do que 500. Esse é um resultado observado para todos os anos, com exceção para o ano de 1985 em que empresas com um número superior a dez funcionários apresentam uma maior razão de chances de contratar mulheres.

Uma variável importante nas especificações (2) e (4) é a proporção de mulheres no setor da UF. Ela sugere um possível comportamento de segregação nos setores, o que é condizente com os resultados já presentes na literatura (OLIVEIRA, 1997). O coeficiente estimado e o sinal dessa variável mostram que há uma relação positiva entre a proporção de mulheres e a probabilidade de contratação, o que já era visível nas estatísticas descritivas.

Observa-se que independente do ano a razão de chances apresenta um valor superior a um indicando que na medida em que o setor possui uma proporção mais elevada de mulheres há uma maior probabilidade de contratar mulheres. Ou seja, há indícios para que se corrobora a crença de existência de segregação no mercado de trabalho brasileiro, fazendo com que os setores com maior estoque de funcionários do gênero feminino tenham certa preferência pela contratação de mulheres.

Em relação à classificação CBO, o primeiro grupo (Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de empresas, Gerentes) apresenta valores menores em relação a quase todos os demais, com exceção de dois grupos. Este grupo base está relacionado, conforme sua descrição, a postos mais elevados em termos hierárquicos. Logo, há indícios de que a porta de vidro está presente na economia brasileira, sendo condizente com os resultados esperados por Hassink e Russo (2010).

Nota-se que os resultados são reduzidos ao longo do tempo: para o ano de 1985, a diferença entre os grupos em termos de seu coeficiente é bastante superior, quando

comparado ao resultado de 2015. Apesar de ainda haver a porta de vidro, seja pelo sinal dos coeficientes ou por sua magnitude, ela vem sendo reduzida ao longo do tempo.

Esses resultados estão em linha com Fernandez e Abraham (2011) que evidenciaram que há uma menor probabilidade associada à ocupação de cargos de gerência por mulheres para os EUA. No Brasil, Foguel (2016), mostrou que há segregação em nível de setor da atividade quanto em nível de firma, resultado também confirmado por Oliveira (1997) e Assis e Alves (2014).

É importante perceber que a inclusão da proporção de mulheres não modifica o sinal dos coeficientes relativos à classificação CBO, indicando que, mesmo levando em conta tal classificação CNAE, ainda há uma porta de vidro no mercado de trabalho brasileiro. Apesar disso, pode-se verificar que há uma tendência de atenuar o sinal quando há a inclusão das informações sobre a classificação CNAE.

Este artigo teve como objetivo analisar as diferenças no acesso aos empregos de acordo com o gênero no mercado de trabalho brasileiro. Houve um aumento na participação feminina em termos do total de ingressantes ao longo do período analisado. Para verificar a diferença para a seleção, foi aplicado um modelo logístico que levou em conta tanto as características individuais como também as características da firma, do setor e da ocupação.

Utilizando microdados da RAIS, foi possível observar que havia diferenciais de ingresso no mercado de trabalho para as mulheres, indicando a existência de uma porta de vidro no mercado de trabalho brasileiro. Tal fenômeno pode ser corroborado quando se observar que há uma maior chance de admissão para mulheres em cargos de acordo com o nível de escolaridade deles, porém há menor chance para os cargos gerenciais.

Além disso, é possível verificar que ao longo do tempo há uma redução de alguns fatores relacionados à contratação de mulheres, o que pode indicar uma diminuição nesta porta de vidro. Logo, há uma tendência de equalização ao longo do tempo, o que também pode ser relacionado ao aumento da escolaridade bem como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, o processo ainda está em curso, havendo ainda diferenças nas contratações devido ao gênero.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 33, n. 2, p. 1-22, 2002.

- ASSIS, R. S.; ALVES, J. S. Hiato salarial entre homens e mulheres no Brasil segundo condição migratória: o mercado de trabalho é segregado ou discrimina? **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 45, n. 1, p. 120-135, 2014.
- BAPTISTA, D. B. D. A. Diferenciais de rendimento e discriminação por sexo no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; ROSALINO, J. W. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n.33, p. 195-221, 2009.
- CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos intra-ocupações no Brasil em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 2, p. 331-350, 2007.
- COELHO, D.; VESZTEG, R.; SOARES, F. V. **Regressão quantílica com correção para seletividade amostral**: estimativa dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2010. (Texto para Discussão, n. 1483).
- FERNANDEZ, R. M.; ABRAHAM, M. B. **Glass ceilings and glass doors? Internal and External Hiring in an Organizational Hierarchy**. [S. l.], 2011. (MIT Sloan Research Paper, n. 4895).
- FOGUEL, M. N. The effects of gender segregation at the occupation, industry, establishment, and job-cell levels on the male-female wage gap. **REAP**, [S. l.], 2016. (Working Paper 91).
- GARCIA, L. M.; NÔPO, H; SALARDI, P. **Gender and racial wage gaps in Brazil 1996-2006**: evidence using a matching comparisons approach. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2009. (Working Paper n. 681).
- GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP, v. 9, n. 3, p. 369-384, 2005.
- HASSINK, W. H. J.; RUSSO, G. **The glass door**: gender composition of newly highred workers accross hierarquical job levels. Germany: IZA, 2010. (Discussion Paper, n. 4858).
- LEONTARIDI, M. R. Segmented labour markets: theory and evidence. **Journal of Economic Surveys**, Inglaterra, v. 12, n. 1, p. 63-101, 1998.
- MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP, v. 14, n. 2, p. 147-168, 2010.
- MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no Mercado de Trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 18, n. 2, p. 547-566, 2010.
- MADALOZZO, R.; MARTINS, S. G. Gender wage gaps: comparing the 80s, 90s and the 00s in Brazil. **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, SP, v. 6, n. 2, p. 141-156, 2007.
- OLIVEIRA, A. M. H. **A segregação ocupacional por sexo no Brasil**. 1997. 109f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, 1997.

SANTOS, R. V.; RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o “teto de vidro”**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2006.

XAVIER, F. P.; TOMÁS, M. C.; CANDIAN, J. F. Composição ocupacional por gênero, associação a sindicatos e desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 1, p.78-113, 2009.

WIRTH, L. **Breaking through the glass ceiling: women in management**. Geneva: International Labour Office, 2001.

ZHANG, S.; SCHMADER, T.; FORBES, T. The Effects of gender stereotypes on women's career choice: opening the glass door. In: BARRETO, M; RYAN, M. K.; SCHMITT, M. T. (Ed). **The glass ceiling in the 21st century: understanding barriers to gender equality**. Washington, DC: American Psychological Association, 2009. p. 125-150.

A RETOMADA NEOLIBERAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO EM PARTICULAR: REFORMAS COM VISTAS À MAIOR VULNERABILIDADE

*Helcio de Medeiros Junior**

RESUMO

Decorridos mais de dois anos da implementação da reforma trabalhista em 2017, observa-se que a iniciativa representou mais uma etapa do projeto neoliberal de adaptação do sistema econômico para desestruturar a relação laboral em benefício da redução dos custos empresariais, bem como com outras medidas que buscam aumentar a vulnerabilidade do trabalho e superexplorar a força de trabalho (MARINI, 2011), com formas alternativas de posição na ocupação. De outra forma, o projeto neoliberal pró-mercado se acerca do Estado cooptando-o, num primeiro momento, para posteriormente capturá-lo (DURAND, 2012; 2019), seja: a) garantindo ambiente jurídico favorável; b) por meio da política econômica *mainstream*, ou; c) auferindo rendas públicas para fins privados, prática que no território fluminense se disseminou particularmente (MEDEIROS JR., 2019b). Na medida que o projeto não entregou a recuperação econômica que prometeu desde a retomada neoliberal de 2014/2015, e não é capaz de fazê-lo por sua natureza, a atividade econômica se mantinha em 2019 aquém ao nível de antes da recessão econômica, resultando em aumento da subocupação, da desocupação, do desalento, do número de pessoas potencialmente aptas a trabalhar e da inserção ocupacional precária, com maior peso no território fluminense. Com o advento da pandemia em 2020, a tendência de redução da atividade econômica em 2019 se agravou, e as promessas de recuperação sempre presentes na narrativa governamental não se realizaram uma vez mais. Não fosse a ação política em benefício do coletivo por parte do Congresso Nacional, o auxílio emergencial não teria garantido a sobrevivência das famílias que perderam renda ou não teriam como consegui-la, mas a interrupção do pagamento pelo governo já agrava a condição social. Sem o Estado e o confronto ao projeto neoliberal brasileiro, a vulnerabilidade do trabalho será cada vez mais a expressão da indiferença social governamental.

Palavras-chave: Superexploração do trabalho; Reforma trabalhista; Vulnerabilidade do trabalho; Mercado de trabalho; Estado do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Desde o advento da transição do arranjo capitalista no último quarto do século passado para o flexível-neoliberal, as mudanças empreendidas no regime de acumulação (flexível) e no modo de regulação (neoliberal) têm demonstrado em seu conjunto o projeto de adaptação a uma nova divisão internacional do trabalho do sistema capitalista globalizado, financeirizado e informacional, disseminado impositivamente a partir dos subsistemas capitalistas (países) de centro (avançados, dominantes, difusores e/ou opressores) para que possam extrair excedentes dos subsistemas periféricos (menos avançados, dominados e/ou subdesenvolvidos) e perpetuar sua dependência de maneira

* Pós-doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano em 2019 pela Universidade Salvador. Economista aposentado do Instituto Pereira Passos e pesquisador do Grupo de estudos da economia regional e urbana do CNPq (Gerurb/Unifacs). E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com.

ampliada (MEDEIROS JR., 2019a). Para tanto, contam com uma estratégia de ação que caracteriza o projeto decorrente do novo arranjo: o tipo social capitalista (PEREIRA, 1965) que conjuga ideologia e prática a partir do centro para a periferia, e cujas resoluções mais conhecidas e em constante aprofundamento são a reestruturação produtiva (acumulação) e o Consenso de Washington (regulação), com o intento de superexplorar o trabalho e capturar o Estado em benefício do mercado.

No primeiro aspecto (acumulação), nos governos neoliberais desde fins do século XX se observaram mudanças no sistema de produção e nos processos de trabalho que procuraram dificultar a manifestação coletiva dos trabalhadores e flexibilizar a legislação trabalhista, com especial atenção às formas de contratação, à jornada de trabalho e remuneração por meio da extensão da jornada sem pagamento imediato e da terceirização (KREIN, 2007), em rodadas sucessivas até a mais recente no Brasil (de 2017). Todas essas iniciativas resultaram em maior precarização do trabalho (DRUCK, 2011) e vulnerabilidade do trabalho em benefício do empresário, reforçando o diferencial de poder negativo do trabalhador no mercado de trabalho, como Claus Offe e Karl Hinrich (1989) e Jean-Paul de Gaudemar (1977) já haviam observado, e que a teoria *mainstream* neoclássica/novo-clássica nega, por considerar o trabalho fator de produção e o trabalhador objeto de uso.

Já quanto ao segundo aspecto (regulação), com o objetivo de fragilizar o Estado, cooptá-lo e capturá-lo, às medidas do Consenso de Washington se adicionou “la influencia ideológica de las fuerzas del mercado [...] y la política económica que lo sustenta, el neoliberalismo [...]” (DURAND, 2019, p. 18). Ao favorecer as corporações transnacionais e impor sua agenda, o neoliberalismo altera a força relativa dos atores econômicos facilitando o crescimento do setor privado, reduzindo o poder estatal e dispersando/dificultando a atuação da sociedade civil. Ao mesmo tempo que influencia os *policy makers*, cria a “porta giratória” entre o setor público e o privado e abre espaço para o financiamento de campanhas políticas e o *lobby* (DURAND, 2012). Assim, para além do fato que nos fóruns internacionais (FMI, BIRD etc.) aos quais se possa recorrer em momentos de crise, não haja poder de voto (ou de veto) dos subsistemas periféricos em questões que os envolvam, na gestão interna desses subsistemas a agenda neoliberal domina as instituições responsáveis pela regulação econômica.

Os órgãos que corroboram e reverberam os interesse dos países de centro, tais como o Ministério da Economia/Fazenda, o Banco Central enquanto autoridade monetária e demais órgãos-chave da vida econômica, são geridos por simpatizantes ao credo neoliberal por terem sido formados em escolas a ele alinhadas, justificando as ações dessa

agenda por meio de narrativas ideológicas com argumentos baseados em interesses do mercado, e que são disseminadas na mídia impressa e televisiva (em linha com seu próprio interesse) por meio de espaço privilegiado (e/ou cargos diretivos), assim como através de profissionais que atuam em *think tanks* alinhados aos propósitos que orientam o projeto político-econômico neoliberal e que eventualmente assinam colunas na mídia impressa (DURAND, 2019).

Sendo a política econômica um dos meios de captura do Estado, a dependência da periferia ao centro se perpetua no Brasil na medida em que segue o tripé macroeconômico: a) meta nominal de inflação, com a demanda agregada e o produto submetidos ao controle dos preços segundo o regime de metas para inflação (RMI) e as regras de conduta do Novo Consenso Macroeconômico (NCM); b) câmbio flutuante (flutuação suja), e; c) meta de superávit primário (exclui operações financeiras de empréstimos e refinanciamentos) como referência para a política fiscal com vistas ao pagamento dos juros da dívida pública. Recentemente, inclusive, sem que tal combinação sofresse qualquer constrangimento, a captura do Estado no Brasil ganhou o reforço do teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95), que deixando livre a manipulação do orçamento público com o fim de garantir recursos para saldar os encargos da dívida pública e remunerar seus financiadores, constrangeu gastos sociais e inviabilizou o investimento público que atenderia a população em geral. Como um modo específico de captura do Estado na economia, a indiferença da política monetária a variáveis reais (produto e emprego) e a manutenção de juros elevados levam a que a política macroeconômica seja capturada por rentistas, pelo setor financeiro, pelo grande capital investido nos serviços públicos e pelas empresas multinacionais (BRESSER-PEREIRA, 2007; IANONI, 2017).

Com relação ao mercado de trabalho, por seu turno, os modelos matemáticos que instruem a manipulação da política monetária (taxa de juros) para o controle inflacionário em detrimento da demanda agregada e do produto (segundo o RMI e o NCM) contam com uma versão da Curva de Phillips que não incorpora o diferencial negativo da força de trabalho no mercado de trabalho, como Ernest Mandel (MANDEL, 1982) já havia mencionado, resultando em decisões que, ao deprimirem a demanda e o produto, mantêm o exército industrial de reserva (EIR, desocupados) em nível adequado para disciplinar os salários. Com isso, a taxa de desocupação passa a ser, em termos práticos, a variável de ajuste do sistema (MEDEIROS JR., 2019a), e a insensibilidade social dessa orientação dá origem ao EIR elevado, à maior precarização do trabalho e subutilização do trabalho (vulnerabilidade do trabalho) recorde, e à superexploração do trabalho.

A manutenção da dependência ampliada anteriormente mencionada prescinde da superexploração do trabalho, na medida em que suas ações promovem: a) a elevação da intensidade do trabalho; b) o aumento da jornada de trabalho, e; c) a redução dos salários. Estas ações, presentes nas iniciativas de desregulamentação trabalhista desde o século passado, garantem a geração dos excedentes que perpetuam a dependência da periferia ao centro (MARINI, 2011). Combinadas, as mudanças regulatórias implementadas levam a que haja maior esgotamento da força de trabalho que resultaram no seu adoecimento com maior frequência, mas a redução (expropriação) real do valor monetário percebido pelo trabalhador reprime sua capacidade de consumo, impõe limites à realização de sua sobrevivência digna e afeta sua reprodução como força de trabalho, que se dá na família, fora do mercado de trabalho (SINGER, 1977).

O conjunto das questões relatadas anteriormente configura o projeto neoliberal brasileiro, que levou no período recente iniciado em 2014 a que suas orientações legassem à economia brasileira e fluminense um longo período de recessão e crise econômica, e que conservam a atividade econômica refém do modelo de crescimento que não oferece melhoria de bem-estar à população, sendo, pois, incapaz de cumprir as promessas que a narrativa fantasiosa estruturou, e que esta investigação procurará identificar confrontando os resultados da atividade econômica e do mercado de trabalho.

MÉTODOS

Para avaliar os efeitos da agenda neoliberal no Brasil e no Rio de Janeiro, far-se-á uso de indicadores produzidos pelo Banco Central do Brasil com o intuito de analisar a evolução da atividade econômica (IBC-Br e IBCR-RJ), e quanto ao mercado de trabalho brasileiro e para as Unidades da Federação (UF's), das estimativas produzidas pelo IBGE: a) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), trimestralmente, e; b) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID19 (PNAD COVID19), mensalente, entre maio e novembro de 2020.

Quanto ao período de análise, uma vez que no ano de 2014 teve início a mais duradoura recessão econômica registrada na história brasileira, será a referência temporal para o comparativo da evolução de ambas as dimensões com 2019 (o ano fechado mais recente), que já incorpora dois anos de vigência da reforma trabalhista de 2017, e o 3º trimestre de 2020 para a observação dos efeitos da pandemia do Sars-CoV-2 (coronavírus), comparando-o ao seu homônimo de 2019 (taxa interanual).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que a economia brasileira entrou em recessão no primeiro trimestre de 2014 segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) da Fundação Getúlio Vargas, a indiferença de Paulo Levy em 2015 ao nível de emprego e ao produto que já vinham se reduzindo desde o ano anterior é uma demonstração de como se dá a captura da política econômica em benefício dos interesses do mercado.

Ao implementar a política econômica restritiva que agravou a recessão em curso seguindo as determinações do RMI e do NCM, apoiou sua argumentação para as medidas de ajuste fiscal na hipótese da contração fiscal expansionista, cuja justificativa é de que o controle das contas públicas leva à queda das taxas de juros de longo prazo, dos prêmios de risco da economia e à apreciação da taxa de câmbio, aumentando a confiança dos agentes econômicos e do setor privado com o propósito de que os empresários façam mais investimentos e as famílias consumam mais bens duráveis. Todos esses movimentos levariam a que a queda do gasto público fosse mais que compensada pelo aumento total da demanda agregada em momento posterior, expandindo a produção e o emprego.

Ocorre que a hipótese não se confirmou, a contração fiscal foi contracionista (e não expansionista) e seu resultado gerou graves problemas orçamentários para o governo federal e os entes subnacionais, devido à queda da arrecadação de impostos decorrente da redução da atividade econômica e do emprego, à redução do investimento público e o corte de gastos sociais com efeitos deletérios. Os resultados que prometeu, portanto, não aconteceram, uma vez que a inflação e o desemprego aumentaram, não houve recuperação da confiança dos agentes e o crescimento econômico não retornou.

Esse experimento de retomada neoliberal, na verdade, só se completou anos após o fim da recessão em 2016 (segundo o Codace) com a entrada em vigor do teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95) no mesmo ano e a reforma trabalhista de 2017, e em seu conjunto representou mais uma narrativa adequada aos interesses do mercado em benefício do capital, mediante a captura do Estado por intermédio da política econômica para a manutenção da dependência ampliada.

A queda da atividade econômica e a deterioração do mercado de trabalho até 2019

O experimento neoliberal levou a que os resultados dos recortes territoriais nacional e fluminense, no que se refere à atividade econômica e ao mercado de trabalho, apresentassem tendências semelhantes na maioria das estimativas, mas com grandezas diferentes (Tabela 1). Em ambos os casos a atividade econômica não se recuperou desde a

entrada na recessão em 2014, estando em 2019 abaixo do nível existente no Brasil (-5,3%) e no Rio de Janeiro (-6,7%). Em que pese o Codace ter datado o fim da recessão econômica em 2016, e em 2017 a evolução do IBC-Br ter registrado crescimento de 0,9% para o Brasil, no Rio de Janeiro os resultados negativos se estenderam até 2018, tendo em 2019 o IBCR-RJ apurado o primeiro crescimento desde 2014: +1,3% (no Brasil a atividade econômica já acumulava 3,2% de crescimento).

A evolução diferenciada foi fruto dos efeitos de cooptação e captura do Estado no território fluminense, que gerou uma crise política da qual não se tem notícia em nenhuma outra Unidade da Federação e causou a detenção de dois governadores do estado (em razão das apurações da Operação Lava-Jato), bem como afastou o atual governador do Palácio Guanabara. Em termos econômicos, causou a semi paralisação de empresas importantes (Petrobras) e de segmentos relevantes da economia fluminense (extração de petróleo e construção civil), com seus respectivos encadeamentos.

Além disso o orçamento público estadual, capturado pelas corporações transnacionais e empresas locais que se beneficiaram da porta giratória devido ao financiamento de campanhas políticas e do *lobby*, se viu inviabilizado para dar conta de obrigações constitucionais e, em decorrência dos efeitos da crise econômica que se seguiu à recessão, não pôde atuar de maneira anticíclica por meio do investimento público, graças, principalmente, à redução das receitas.

Como não poderia deixar de ser, os resultados negativos da recessão econômica impactaram os mercados de trabalho em ambos os recortes, mas as especificidades fluminenses potencializaram sua dimensão. Para piorar, o quadro que já era fortemente negativo para o emprego se exacerbou com a reforma trabalhista de fins de 2017 que deu origem a novas formas de contratação, tais como a de autônomo exclusivo (conta própria) e de trabalhador intermitente (contrato zero-hora), bem como estendeu a terceirização indistintamente para atividades meio ou fim, com o intuito de reduzir o custo variável para o empresário. No que diz respeito às condições de contratação das novas categorias, no primeiro tipo não há proteção prévia para o trabalhador, seja quanto à sua utilização, ao salário mínimo ou jornada que fará, e no segundo tipo não há renda fixada ou previsibilidade de convocação, o que torna o trabalhador refém do empregador (FILGUEIRAS; BISPO; COUTINHO, 2018). Segundo as estimativas da PNADc, o primeiro tipo se enquadra na posição na ocupação de conta própria, enquanto o segundo se caracterizaria como subocupado por insuficiência de horas trabalhadas.

Tabela 1: Número-índice de atividade econômica do Banco Central e estimativas das pessoas em idade de trabalhar, na força de trabalho e fora da força de trabalho segundo categorias, do nível da ocupação, da taxa de participação, da taxa de desocupação e da taxa de subutilização do trabalho no Brasil e no estado do Rio de Janeiro -2014/2019/2020

Indicadores	Brasil				Rio de Janeiro			
	2014	2019		2020	2014	2019		2020
		Total	3º trim.	3º trim.		Total	3º trim.	3º trim.
Atividade econômica (2003=100)	146,44	138,62	141,26	136,38	141,35	131,91	134,22	131,23
<i>Em mil pessoas</i>								
Pessoas em idade de trabalhar (a)	161.199	171.034	171.158	175.121	13.928	14.663	14.688	14.994
Força de trabalho (b)	98.336	105.964	106.315	96.556	8.025	8.864	8.863	7.914
Ocupada (c)	91.638	93.390	93.801	82.464	7.523	7.564	7.575	6.404
Subocupada (d)	4.504	6.990	7.044	6.210	95	316	350	320
Com carteira de trabalho	39.675	36.236	36.083	31.824	3.833	3.141	3.120	2.625
Sem carteira de trabalho	16.585	18.485	18.951	14.589	1.031	1.187	1.194	897
Militar e estatutário	7.825	7.912	7.839	8.407	772	818	828	888
Empregador	3.768	4.404	4.368	3.859	246	281	284	246
Conta própria	21.183	24.221	24.434	21.783	1.619	2.111	2.123	1.721
Trabalhador familiar auxiliar	2.604	2.132	2.127	2.002	23	27	25	25
Desocupada (e)	6.699	12.575	12.515	14.092	502	1.300	1.287	1.510
Fora da força de trabalho	62.863	65.070	64.843	78.565	5.904	5.800	5.825	7.079
Força de trabalho potencial (f)	4.182	8.021	7.895	12.877	103	245	259	764
Desalentada	1.509	4.750	4.703	5.866	12	116	124	232
Força de trabalho ampliada (g)	102.518	113.985	114.210	109.433	8.128	9.108	9.122	8.679
Nível da ocupação (%) (h)	56,8	54,6	54,8	47,1	54,0	51,6	51,6	42,7
Taxa de participação (%) (i)	61,0	62,0	62,1	55,1	57,6	60,4	60,3	52,8
Taxa de desocupação (%) (j)	6,8	11,9	11,8	14,6	6,3	14,7	14,5	19,1
Taxa de subutilização do trabalho (%) (k)	15,0	24,2	24,0	30,3	8,6	18,0	20,8	29,9

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Notas:

(d): a partir do 4º trimestre de 2015 houve mudança na apuração desse quesito.

(f): a Força de trabalho potencial compõe o contingente de pessoas Fora da força de trabalho.

(g) = b+f.

(h) = c/a.

(i) = b/a.

(j) = e/b.

(k) = (d+e+f)/g.

A julgar pelos resultados das estimativas constantes da Tabela 1, entre 2014 e 2019 houve piora considerável no mercado de trabalho com aumento da precarização do trabalho e da vulnerabilidade do trabalho, tendo as categorias inseridas nessas dimensões as maiores variações. O desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mão de obra devido à recessão e crise econômicas fez com que a taxa de crescimento do número de pessoas ingressantes na força de trabalho tenha se elevado no Brasil (BR) em +7,8%, mas sua absorção como ocupados foi de apenas +1,9%, enquanto no Rio de Janeiro (RJ) ingressaram mais +10,5% e se ocuparam apenas +0,5%.

Considerando-se a forma como os ocupados se inseriram no mercado de trabalho segundo a posição na ocupação em ambos os recortes geográficos, se observaram: i) queda da ocupação com carteira de trabalho (-8,7% no BR e -18,1% no RJ); ii) aumento dos sem carteira de trabalho (+11,5% no BR e +15,1% no RJ); iii) aumento dos conta própria

(+14,3% no BR e +30,4% no RJ) e; iv) aumento dos subocupados, que em razão de mudança na captação do quesito em fins de 2015, cresceram entre 2016 e 2019 +47,7% no BR e +225,8% no RJ. Percebe-se, pois, que a conjugação de recessão e crises econômica e política (esta, com maiores desdobramentos no RJ) acrescidas dos efeitos da reforma trabalhista de 2017, levou a que os demandantes de trabalho optassem pela absorção de trabalhadores em ocupações cada vez mais precárias, reduzindo a participação daqueles que contam com melhor proteção trabalhista.

O contingente de trabalhadores desocupados, que não tiveram sucesso em obter ocupação no período apesar de terem tentado, aumentou em +87,7% no BR e +159,0% no RJ, e não impressiona que em algum momento alguns dos que buscaram essa iniciativa tenham desistido, como os desalentados (fora da força de trabalho), que se elevaram em +214,8% no BR e +882,4% no RJ. Além desses, que manifestaram sua desistência em ingressar no mercado de trabalho, há os que tentaram uma ocupação mas não estavam disponíveis, ou não tentaram mas estavam disponíveis (força de trabalho potencial), contingente que cresceu +91,8% no BR e +137,6% no RJ.

Além da elevação da precariedade ocupacional já mencionada, a vulnerabilidade do trabalho expressa na taxa de subutilização do trabalho se elevou e alcançou cerca de 27,6 milhões de pessoas no BR e 1,9 milhão no RJ em 2019 (+9,2 pontos percentuais, p.p., no BR, e +9,4 p.p no RJ). Agregando subocupados, desocupados e força de trabalho potencial, o contingente de trabalhadores subutilizados que vive a incerteza da renda presente e futura, bem como a incapacidade de planejar o próprio futuro e o daqueles que deles dependem, não consegue realizar sua humanidade pelo trabalho, condição necessária ao trabalhador que não figura entre os interesses daqueles que consideram a força de trabalho objeto de uso e fator de produção.

Nesse particular, os mesmos que criaram o contrato zero-hora (trabalho intermitente) e tornaram mais explícito o diferencial negativo do trabalhador (OFFE; HINRICH, 1989) ao exporem sua condição de submissão, ainda descontentes com o alcance desse propósito tentaram flexibilizar ainda mais a legislação trabalhista sugerindo, por meio de narrativa sempre conveniente aos interesses do capital, reduzir os custos de contratação de estratos mais jovens e velhos de trabalhadores como se fosse uma iniciativa de cunho social. Batizada de Contrato Verde e Amarelo, a Medida Provisória nº 905/2019 foi editada com validade a partir de 1º de janeiro de 2020 e procurou, entre outras coisas, permitir o trabalho aos domingos, a migração entre intermitente e Verde e Amarelo, aumentar a exposição do trabalhador à periculosidade, reduzir os encargos sociais (FGTS e

sobre a folha de pagamento) e isentar de pagamento a multa por rescisão antecipada do contrato determinado.

Tendo ficado por cento e sessenta dias sob análise no Congresso Nacional, e sido aprovada apenas pela Câmara dos Deputados, foi revogada pela Medida Provisória nº 955/2020 de 20/04/2020 sob reclamações do empresariado devido à sua incapacidade de dar continuidade ao empreendimento com sustentabilidade, bem como de garantir emprego e renda num cenário de calamidade pública devido à crise do Sars-CoV-2 (coronavírus). Sempre insatisfeitos e considerando-se afrontados por seus nobres interesses para com os empregados, tiveram o apoio da área econômica do governo federal em suas reclamações por serem parceiros no projeto neoliberal brasileiro. O fato, no entanto, é que se as sugestões constantes da MP 905/19 fossem aprovadas em definitivo, ver-se-iam reduzidas as alternativas de ingresso no mercado de trabalho para os mesmos estratos etários de interesse, mesmo que ainda se mantivessem as outras possibilidades de inserção, já que o empresário as eliminaria como opção em termos práticos e substituiria os trabalhadores que estivessem nelas empregados por outros na nova modalidade, menos custosa, mais lucrativa e desrespeitosa com o trabalhador.

A pandemia iniciada em 2020 e a indiferença social

Dando sequência à desaceleração da atividade ao longo de 2019 em nível nacional, no primeiro trimestre de 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) se manteve praticamente estagnado (reduzindo-se no comparativo com seu homônimo de 2019) e a tendência sugeria que o 2º trimestre de 2020 provavelmente apresentaria resultado negativo em relação ao trimestre anterior, mas a pandemia agravou o quadro esperado. Em fins do primeiro trimestre de 2020 as informações relacionadas à infecção pelo Sars-CoV-2 (coronavírus) no Brasil mostravam o aumento da disseminação dos casos, e no começo do segundo trimestre a economia brasileira passou a registrar seus efeitos. Os indicadores de atividade econômica registraram fortes quedas e cada Unidade da Federação reagiu negativamente conforme suas estruturas econômicas particulares.

Com base nesse comportamento, esperava-se que as consequências para o mercado de trabalho seriam tão desastrosas quanto foram na atividade econômica, e com o propósito de antecipar os efeitos esperados a Organização Internacional do Trabalho (OIT) se pronunciou sobre os impactos que viriam ocorrer: a) na quantidade de emprego (tanto em matéria de desemprego como de subemprego); b) na qualidade do trabalho (com

respeito aos salários e o acesso à proteção social), e; c) nos grupos específicos mais vulneráveis frente às consequências adversas no mercado de trabalho (OIT, 2020, p. 3).

Tendo por base as experiências de países que já estavam encarando seus efeitos, a OIT (2020) sugeriu um conjunto de decisões políticas que reduziriam sua intensidade por meio de ações precedentes e supervenientes, tais como: a) em primeiro lugar, a proteção dos trabalhadores e suas famílias frente a uma possível infecção, bem como garantir a proteção das pessoas suscetíveis de perder sua renda por infecção ou redução da atividade econômica, com vistas à retomada econômica; b) posterior e imediatamente, esforços políticos coordenados em todas as instâncias para fomentar o emprego e a renda dos trabalhadores, bem como a economia em geral e a demanda de trabalho em particular no curto prazo, com o propósito de minimizar a queda no consumo e a recessão que se avizinhava; c) tempestivamente, políticas fiscais para a proteção social dos trabalhadores, apoio financeiro para setores específicos e às pequenas e médias empresas (PME's), e política monetária flexível, e; d) de maneira superveniente, planejar a continuidade e recuperação da atividade empresarial ante um ambiente incerto e desconhecido, com gestão do risco dos negócios e proteção dos empregos.

No Brasil a gestão federal, no que diz respeito às ações propostas pela OIT, não atendeu satisfatoriamente às necessidades em razão da urgência requerida, devido à incapacidade de interação harmônica com os demais níveis governamentais subnacionais (estados e municípios), ou quanto ao desenho adequado das iniciativas de apoio (às PME's, por exemplo). A proteção à renda, por outro lado, confrontou a ideologia fiscalista da equipe econômica do governo com a necessidade de cobertura às famílias visando sua sobrevivência ao longo da pandemia. Como resultado, mesmo que ao redor do mundo as decisões tenham privilegiado a vida, a preocupação com a dívida pública levou a que o valor da proposta de auxílio emergencial sugerido pela equipe econômica tivesse que ser multiplicado por três no Congresso Nacional.

Os resultados relativos à atividade econômica indicaram que a redução na produção de bens e serviços atingiu fortemente a todos os setores em abril e maio de 2020, e a retomada da produção ao nível pré-covid apresentou efeitos distintos para cada um, sendo o setor Serviços o mais penalizado em razão da maior necessidade de interação social para muitos de seus segmentos (cabeleireiros e manicures, transportes, alojamento e alimentação etc.). Para o conjunto dos setores, o comparativo entre o nível de atividade existente no 3º trimestre de 2020 e o 3º trimestre de 2019 é de queda de -3,5% no Brasil e -2,2% no Rio de Janeiro (Tabela 1). Ou seja, em razão das medidas de distanciamento e

proteção social na pandemia, a atividade em ambos os recortes territoriais não recuperou o nível médio observado no mesmo período de 2019 ou superou a média do mesmo ano e, principalmente, se encontra bem aquém do nível alcançado em 2014 que deve servir de referência, uma vez que a área econômica do governo federal prometeu a ele retroceder em termos de crescimento e empregos após a retomada neoliberal na política econômica.

Já quanto ao mercado de trabalho, o IBGE criou a pesquisa telefônica semanal PNAD COVID19 para avaliar as condições da saúde do trabalhador e do mercado de trabalho entre maio e novembro de 2020. Tal iniciativa buscou garantir maior agilidade que a PNADC para as Unidades da Federação (trimestral), uma vez que seus levantamentos eram semanais e a média mensal divulgada no último decênio do mês seguinte. Apesar da metodologia ser diferente da PNADC, tornando-as incomparáveis, a PNAD COVID19 serviu para sinalizar a tendência dos indicadores, muitos deles similares aos pesquisados pela PNADC. Assim, apesar de a PNADC do quarto trimestre de 2020 ainda não ter sido divulgada, as estimativas da PNAD COVID19 de outubro e novembro de 2020 já são conhecidas.

Como resultado do distanciamento social necessário para a preservação da vida e dos empregos, a dinâmica de entrada e saída dos trabalhadores se alterou e alguns dos indicadores tradicionalmente acompanhados para sua avaliação, tal como a taxa de desocupação, perdeu relevância num primeiro momento, dando lugar à taxa de participação em razão da esperada redução da força de trabalho. Uma vez fora do mercado de trabalho, os trabalhadores não puderam ofertar trabalho, aumentando o contingente de pessoas fora da força de trabalho, e o auxílio emergencial (AE) passou a ser pago para minimizar as condições adversas decorrentes da perda de renda dos trabalhadores com a pandemia.

Em agosto de 2020, entretanto, ao informar que reduziria ou interromperia o pagamento do AE em razão da queda do número de infecções e mortes pelo coronavírus e do maior relaxamento do distanciamento social, o governo federal fez com que a taxa de desocupação voltasse a ser um dos principais indicadores de acompanhamento das condições sociais da classe trabalhadora, uma vez que os trabalhadores voltariam a ofertar trabalho sem que a atividade econômica tivesse recuperado ao menos o ritmo pré-covid, assim como o grau de cobertura da perda de rendimentos recebidos pelos trabalhadores propiciado pelo pagamento do AE seria menor.

As taxas interanuais dos indicadores obtidas a partir das informações da PNADC relativas ao 3º trimestre de 2020 contidas na Tabela 1 sugerem que, como esperado, a força de trabalho (-9,2% no BR e -10,7% no RJ) e a ocupação (-12,1% no BR e -15,5% no RJ) se

reduziram – excetuando-se militares e estatutários –, e o número de desocupados (+12,6% no BR e +17,3% no RJ) e o contingente de pessoas fora da força de trabalho (+21,2% no BR e +21,5% no RJ) se elevaram, dando sequência ao que já se havia observado no 2º trimestre (MEDEIROS JR., 2020). Como os resultados da última divulgação da PNADC cobrem até setembro de 2020, recorreu-se às tendências dos mesmos indicadores com base na PNAD COVID19 para observar se o quadro existente ao final do 3º trimestre de 2020 se agravou, uma vez que tecnicamente não é razoável comparar dados temporais consecutivos sem que se descontem seus fatores sazonais.

Segundo consta na série de informações da PNAD COVID19 para os meses de setembro, outubro e novembro de 2020, a força de trabalho e a ocupação se elevaram mais no BR do que no RJ; o número de pessoas desocupadas aumentou em ambos os recortes em ritmos semelhantes, e o contingente de pessoas fora da força de trabalho se reduziu mais no BR do que no RJ. A julgar por essas sinalizações, os trabalhadores que estavam fora da força de trabalho reagiram ao posicionamento do governo federal ofertando trabalho e a demanda de trabalho absorveu apenas parte deles, já que o número de pessoas desocupadas aumentou. Apesar de a PNAD COVID19 não ter sido produzida no mês de dezembro de 2020, espera-se que o mercado de trabalho caminhe na mesma direção por ela sinalizada quando da divulgação da PNADC do 4º trimestre do ano passado em fins de fevereiro de 2021.

Por fim, a compensação da renda perdida com a pandemia medida pelo grau de cobertura do AE em novembro de 2020, a exemplo dos meses anteriores mais que compensou os efeitos negativos para as classes de renda mais baixa e, menos, mas não muito, para as classes mais altas, o que ocorreu em todos os meses em que foi pago (CARVALHO, 2021). A razão entre os rendimentos efetivamente e habitualmente recebidos para o Brasil e o Rio de Janeiro no mês foi, respectivamente, de 93,7% e 90,9%, representando uma perda suportável frente às condições adversas do quadro sanitário e do mercado de trabalho. Já quando considerada a porcentagem de domicílios que recebeu apenas a renda do AE, foram 4,32% no Brasil e 4,92% no Rio de Janeiro. Esses percentuais atingiram seu pico em junho de 2020 (6,57% no BR e 6,83% no RJ), e desde então foram se reduzindo em razão das mudanças implementadas pelo governo federal.

Considerando-se que os domicílios não poderão mais contar com o auxílio emergencial (muitos só com ele) e, portanto, não terão com nenhuma outra renda para compensar as perdas que tiveram, e a atividade econômica era até novembro de 2020 inferior no BR (-4,6%) e no RJ (-2,1%) segundo a taxa interanual acumulada, evidencia-se

que sem que a atividade econômica tenha sequer retornado ao nível pré-covid as oportunidades de obtenção de renda monetária com o trabalho praticamente inexistem. A reduzida demanda de trabalho (e por conseguinte, a atividade econômica) está, inclusive, evidenciada no mercado de trabalho segundo mostra o nível da ocupação, que no 3º trimestre de 2020 era -7,7 p.p. no BR e -8,9 p.p. no RJ. Assim, não faz sentido por parte do governo federal disseminar, como tem feito, a narrativa que a economia voltou à normalidade e, em razão disso, abandonar as medidas que sustentaram a renda e o emprego. Até porque, há evidências que uma segunda onda de casos e mortes está em curso.

Por outro lado, os efeitos no mercado de trabalho dos eventos iniciados com a recessão econômica instaurada em 2014, e agravadas pela pandemia de 2020, levaram a que o número de pessoas desalentadas, ou descrentes de alcançar uma ocupação no mercado de trabalho no 3º trimestre de 2020, era maior em 24,7% no BR (mais 1,2 milhão de pessoas) e 87,1% no RJ (mais 108 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2019, e a taxa de subutilização do trabalho no 3º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019 foi 6,3 p.p. maior no BR e 9,1 p.p. superior no RJ, representando um contingente de pessoas subutilizadas devido à vulnerabilidade do trabalho de 33,2 milhões de pessoas no BR e 2,6 milhões no RJ. A absorção de tamanho contingente exigirá uma recuperação que a política econômica neoliberal não ofereceu desde que o modelo de crescimento inclusivo foi abandonado no início dos anos 2010 (VERGHANINI, 2018).

As perspectivas para população trabalhadora brasileira e fluminense em particular, tendo em vista o projeto neoliberal brasileiro pró-mercado gerido pelo governo federal, já eram desanimadoras antes do advento da pandemia em 2020 e se tornaram sombrias com seu agravamento devido à segunda onda de contágio. Dedicado a exaltar a importância do capital em detrimento do trabalho com vistas a gerar os excedentes necessários para manter a dependência ampliada ao centro, o projeto neoliberal brasileiro buscará desregular sempre que possível a atividade laboral com o propósito de superexplorar a força de trabalho, inviabilizando a cada dia a realização de sua dignidade e capacidade de reprodução.

Tais tendências devem ser contrastadas por posicionamentos coletivos dos trabalhadores e/ou das forças políticas que valorizam o trabalho, com vistas à revisão da política econômica neoliberal indiferente à vida e à saúde humana na direção do que se vivenciou no Brasil nos anos 2000, bem como que impeçam a constante escalada de captura do Estado para fins privados que arruína orçamentos e deprime investimentos públicos para fins sociais. Em vista do grave contexto social existente e exposto nessa

investigação, como em 2020 cabe questionar o desinteresse do projeto neoliberal brasileiro frente à necessidade de ações em benefício do coletivo e da geração de emprego num quadro de maior dubiedade com a pandemia causada pelo coronavírus, de preferência para que as transferências de renda sejam permanentes e não sejam estranguladas por tetos de gastos que não alcançam os que são privilegiados pela remuneração de seus investimentos privados, usando recursos públicos.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Macroeconomia da estagnação**. São Paulo, SP: Editora 34, 2007.

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. **Carta de Conjuntura Ipea**, Rio de Janeiro, RJ, n. 50, 2021. (Nota da Conjuntura 2).

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 24, n. especial 1, p. 35-55, 2011.

DURAND, F. **La captura del Estado en América Latina**: reflexiones teóricas. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú; Fondo Editorial; OXFAM, 2019.

DURAND, F. El debate sobre la captura del Estado peruano. In: MEDRANO, E. T. (org.). **Perú hoy**: la grand continuidad. Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo-DESCO, 2012.

FILGUEIRAS, V.; BISPO, B.; COUTINHO, P. A reforma trabalhista como reforço a tendências recentes no mercado de trabalho. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

IANONI, M. Interesses financeiros e captura do Estado no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, v. 37, n. 2 (147), p. 324-342, 2017.

ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA. Rio de Janeiro, RJ: Banco Central do Brasil, 2003. (Mensal).

KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil**: 1990-2005. 2007. 329f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

MEDEIROS JR., H. Precariedades e riscos para o trabalhador brasileiro e fluminense com a desregulamentação neoliberal e a captura do Estado no pós-pandemia. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 9., 2020, Chile. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2020.

MEDEIROS JR., H. **Trabalho e desenvolvimento regional**: concentração e dispersão espacial na Bahia e Rio de Janeiro. Salvador, BA: Universidade Salvador – Unifacs, 2019a. (Relatório Pós-Doutorado).

MEDEIROS JR., H. (Des)envolvimento social enquanto disnomia de um subsistema politicamente cooptado: a força de trabalho no estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16., Salvador, BA. **Anais...** Uberlândia, MG: ABET, 2019b. Disponível em: [file:///C:/Users/ferna/Downloads/MEDEIROS%20JUNIOR,%20H.%20\(artigo%20para%20o%20XVI%20ENABET%202019\).pdf](file:///C:/Users/ferna/Downloads/MEDEIROS%20JUNIOR,%20H.%20(artigo%20para%20o%20XVI%20ENABET%202019).pdf).

OFFE, C.; HINRICH, K. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro, RJ: Editora Tempo Brasileiro, 1989.

OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. El COVID 19 y el mundo del trabajo: repercusiones y respuestas. **Observatorio de la OIT**, Santiago de Chile, Chile, 18/03/2020.

PEREIRA, L. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1965.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS COVID19. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020.

PNAD CONTÍNUA – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2013.

SINGER, P. **Economia política do trabalho**: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo, SP: HUCITEC, 1977. (Coleção economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas).

VERGNHANINI, R. **Do crescimento inclusivo ao círculo vicioso**: a experiência brasileira recente (2004-2015) a partir de uma abordagem integrada do desenvolvimento. 2018. 213f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

AS TERRITORIALIDADES DOS TRABALHADORES REFUGIADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O TRABALHO DOS VENDEDORES AMBULANTES NAS PRAIAS CARIOCAS E DAS COSTUREIRAS DO PROJETO “MULHERES DO SUL GLOBAL”

*Ulisses S. Fernandes**
*Edgar de Almeida Rios Ramos**

RESUMO

O artigo em tela tem por objetivo verificar a constituição de diferentes territorialidades vinculadas à presença de refugiados – e também imigrantes ilegais – de origem africana fixados na cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, buscamos demonstrar diferentes modos de inserção no mercado laboral com diferenciação de gênero: de um lado, homens jovens oriundos da África Subsaariana a trabalhar na venda de mercadorias tidas como ilegais nas praias da zona sul carioca; e de outro lado a inserção das mulheres, de mesmo perfil de origem, porém organizadas em trabalho formal cooperado. Deste modo, almejamos demonstrar não apenas as vicissitudes enfrentadas por refugiados na sua inserção social na área de sua acolhida, a cidade do Rio de Janeiro, mas também comparar formas distintas de inserção no mercado laboral, algo que pode ser vislumbrado na definição de futuras políticas públicas específicas para os sujeitos aqui retratados.

Palavras-chave: Refugiados; Territorialidade; Trabalho informal; Cooperativismo; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral verificar, com base no conceito de territorialidade e nas experiências laborais de pessoas em situação de refúgio, a inserção dessas populações na vida social da cidade (e área metropolitana) do Rio de Janeiro em seu cotidiano, fundamentalmente nos locais de sua acolhida: ruas, comunidades, bairros, condomínios etc. De princípio, procedemos a uma verificação das experiências laborais dos refugiados em duas atividades econômicas bastante significativas no mercado de trabalho carioca: o comércio varejista formal e informal de trabalhadores ambulantes nas praias; e o serviço de corte/costura nas fábricas e ateliers da cidade. Tal verificação enseja, secundariamente, sinalizar a importância de políticas públicas voltadas à melhor inserção social dos refugiados em metrópoles como o Rio de Janeiro.

Saltam aos olhos a presença do grupo social dos refugiados em ambas as realidades. No primeiro caso, majoritariamente vendendo artesanatos culturais da África, aparelhos eletrônicos diversos e óculos escuros, entre outros produtos, é marcante em toda extensão da orla da zona sul carioca, e não só desta, a presença de homens em situação de refúgio provenientes de países do continente africano e que sobrevivem a partir deste tipo

* Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IGEOG-UERJ. E-mail: usfernandes@bol.com.br.

♦ Mestre em Geografia pela Universidade de Coimbra, Portugal. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo-UERJ. E-mail: Edgar.geo@hotmail.com.

de trabalho informal. No segundo caso, parte do negócio social intitulado *Mulheres do Sul Global*, um atelier de corte/costura emprega formalmente de modo cooperativo mulheres em situação de refúgio no bairro da Glória, próximo à área central da cidade do Rio de Janeiro.

Primariamente, entender a dinâmica da condição do refúgio no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, expresso em números tabulados pelo CONARE (Conselho Nacional para os Refugiados) ou pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública) é tarefa que sustenta a análise dos dois exemplos empíricos trazidos à tela para a verificação de eventuais propostas de políticas públicas laborais voltadas a refugiados no Brasil, de um modo geral.

METODOLOGIA

A dimensão teórica do conceito de territorialidade, ancorado no pensamento de diversos autores, parte da ação de destrinchar as formas de compreensão dos territórios e suas ações mantenedoras (HAESBAERT, 2007; KAROL, 2009; SANTOS, 2009). Sendo assim, entende-se esta como uma construção social, ou seja, fruto das relações sociais formatadas espacialmente, permitindo à Geografia um entendimento de maior complexidade a respeito das relações sociais que permeiam os territórios, aqui compreendidos desde a dimensão corporal das pessoas em refúgio, até aos territórios jurídico/institucionalmente estabelecidos. Ao estudarmos as relações de trabalho e sociabilidade das pessoas deste grupo, podemos enxergar a importância de uma inclusão social que contemple todas as dimensões do vivido e do próprio acesso ao trabalho, seja ele informal ou formalizado, como instrumento importante nestas territorialidades.

Na análise dos exemplos empíricos utilizados, a metodologia consiste, para além da revisão bibliográfica, em entrevistas abertas no próprio ambiente de trabalho dos ambulantes varejistas nas praias e também no atelier das costureiras em visitas previamente estabelecidas e aceitas por ambas as partes. No caso dos trabalhadores das praias, a abordagem não é previamente estabelecida, sendo necessária, então, uma conversa inicial e apresentação por parte do pesquisador e consequente resposta positiva do trabalhador, sendo, então, continuada a conversa.

Na tensão entre os dois exemplos empíricos temos também por meta estabelecer as diferenças nos padrões de inserção destes grupos laborais de refugiados na cidade do Rio de Janeiro, bem como identificar a existência de possíveis resistências, maiores ou menores com relação à presença destes refugiados, conforme varie a situação laboral dos mesmos.

De antemão nos baseamos no pressuposto de que há uma carga psicossocial de demérito sobre o trabalho informal nas ruas, como um todo, em uma metrópole como o Rio de Janeiro, que é fruto de sua própria dinâmica socioespacial ao longo da história. Esta pré-condição pode apontar para um grau menor de assimilação daqueles trabalhadores informais africanos presentes nas praias da cidade. Pela necessidade de discorrer sobre o que remete às questões postas pela territorialidade desses sujeitos, temos: primeiramente, as institucionais, materializadas pelas legislações, construções, documentações e tudo que possa dificultar a obtenção do acesso aos direitos humanos básicos, como ao próprio trabalho; e as questões que envolvem a segurança destas populações na cidade, em seus trabalhos, locais de moradia e de vida social.

Posteriormente, observam-se as territorialidades que envolvem os simbolismos – também materiais – a respeito da vida em refúgio, como as reuniões entre seus pares e a manutenção de suas línguas originais, alimentação, práticas esportivas, datas comemorativas, questões de espiritualidade e locais de culto, que são questões que permeiam as diversas diásporas enfrentadas pelos povos em refúgio dentro de nossa cidade. Neste sentido, trazemos o conceito de refugitude – “*refugeetude*” – originalmente apresentado por Vinh Nguyen, professor da Universidade de Waterloo, que traz outras dimensões da vida em refúgio, como uma:

Premissa de que as experiências vividas em refúgio constituem uma forma de subjetividade e propõem uma expansão da categoria de refugiado para além de suas definições legais para incluir uma variedade de tempos, espaços e assuntos [...]. Conceitualizando *refugitude* como uma entrada na consciência das forças sociais, políticas e históricas que situam os sujeitos refugiados e os atos que tentam conhecer, impactar e transcender essa situação (NGUYEN, 2019, p. 109)¹.

Tais caminhos permitem o entendimento das questões propostas no início do trabalho, que tratam da compreensão da vida em refúgio na cidade do Rio de Janeiro através das experiências de trabalho em atividades econômicas específicas. Uma diferenciação ocorrida de forma espontânea, mas que serve para aferir resultados ainda mais complexos e diversos é o fato das atividades envolvidas na pesquisa serem bastante definidas pelo gênero de seus trabalhadores, como veremos a seguir.

¹ Do original “Starting with the premise that lived experiences of refuge(s) constitute a form of subjectivity, and proposing an expansion of the refugee category beyond the legal definition to include a range of times, places, and subjects [...] conceptualizes *refugeetude* as a coming into consciousness of the social, political, and historical forces that situate refugee subjects and the acts that attempt to know, impact, and transcend this situation”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, na 4ª edição de seu relatório *Refúgio em Números*, de 2019, em dezembro de 2018 havia um total de 11.231 pessoas vivendo na condição de refugiados dentro do Brasil. Desse total, três nacionalidades de origem africana e seus percentuais específicos podiam ser destacados: 15% de pessoas oriundas da República Democrática do Congo; 9% oriundas de Angola; 2% de oriundas do Mali (CONARE, 2019). Por outro lado, havia 161.057 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite nos órgãos federais competentes no Brasil. A questão é que tais números flutuam muito, haja vista que os processos de reconhecimento da condição de refúgio podem ser suspensos ou extintos por diferentes razões, sendo o reconhecimento do solicitante de refúgio como estrangeiro residente legalmente no Brasil a mais comum (CONARE, 2019).

O mesmo relatório do CONARE (2019) aponta que entre os anos de 2011 e 2018 o Brasil recebeu 206.737 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. E desse total, destacamos as seguintes nacionalidades africanas, bem como seus percentuais específicos: 5% de pedidos de pessoas oriundas do Senegal; 3% oriundas de Angola; 2% oriundas da Nigéria (CONARE, 2019). Algumas informações não específicas ao recorte espacial ditado pelo artigo em tela explicam as razões pelas quais o país passou a receber um número significativo e variável de solicitações de refúgio ao longo dos últimos oito anos. A destacar, o novo status de *refugiados* atribuído pelo atual poder executivo federal aos oriundos da Venezuela (FELIX, 2019), que inflaram o número absoluto de pedidos de refúgios e, ao mesmo tempo, passaram a constituir 52% do total das solicitações feitas no país (CONARE, 2019).

Já os dados de imigração não apontam para a presença de um quantitativo significativo de africanos residentes no Brasil em considerando dados absolutos ou relativos. Nos registros de imigrantes ativos no Brasil, no Sistema de Registro Nacional Migratório – SISMIGRA, no dia 31 mai. 2019, havia um total de 1.207.807 de residentes estrangeiros vivendo no país, mas os maiores quantitativos absolutos diziam respeito a países de antiga tradição migratória em direção ao país, como Portugal, Itália e Espanha; ou países que por razões conjunturais recentes viveram ou ainda vivem grande mobilidade migratória em direção ao Brasil, como Venezuela e Haiti (BRASIL, 2019). Já considerando os dados do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra:

Os imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil são caracterizados, na sua maioria, por serem pessoas do sexo masculino, em idade ativa e com nível de escolaridade médio e superior. No ano de 2019, em consonância com

os números dos anos da atual década, predominaram pessoas provenientes da América Latina, com um perfil heterogêneo em termos de origem nacional, inserção no mercado de trabalho e dinâmica do fluxo migratório (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 3).

Os dados do OBMigra apontam que “de 2011 a 2019 foram registrados no Brasil 1.085.673 imigrantes, considerando todos os amparos legais”, mas “entre 2010 a 2019, foram registrados 660.349 imigrantes de longo termo no Brasil”, ou seja, imigrantes que permanecem por um período superior no país (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 3). Na lista de países com maior número, destaca-se a presença de oriundos de um único país africano, o Senegal – os números apontam para uma entrada mais concentrada de senegaleses nos anos de 2013, 2014 e 2015. Observa-se a conjuntura do momento, como a maior interação e cooperação econômica entre o Brasil e diversos países da África ditada pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, bem como os investimentos de empresas brasileiras na África e a realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (ZAMBERLAM et al., 2014).

De fato, a presença africana no Brasil está muito mais marcada pela herança das migrações forçadas dos períodos Colonial e Imperial do que pelos fluxos que possam ser considerados como contemporâneos. Nos dizeres do sociólogo senegalês radicado no Brasil, Alain Pascal Kaly:

As relações entre o Brasil e boa parte da África foram estabelecidas em meio a vários processos sócio-históricos. O primeiro, que se estendeu por três séculos, foi a escravidão. O segundo começou com o retorno de alguns ex-escravos à “terra natal” ou dos antepassados – os descendentes destes são hoje encontrados com maior frequência no Benim. Depois da abolição da escravatura no Brasil, houve um hiato nas relações entre este país e a África Subsaariana (KALY, 2001, p. 111).

Em um enredo que contempla a sua própria experiência de diáspora africana, o supracitado autor vai enumerar as etapas que se sucedem no que seria o mais recente processo sócio-histórico – e socioespacial do ponto de vista da Geografia – no que diz respeito às relações entre o Brasil e a África. A partir da introdução de uma política externa mais independente, nos anos 1960, o Brasil rompe o hiato de relações com a África subsaariana e estabelece “convênios de cooperação cultural e técnica com os novos países independentes da África Negra”, o que possibilitou a “vinda de estudantes africanos para estudar em várias universidades do país” (KALY, 2001, p. 112).

Neste momento, “a ação brasileira para África e a política de solidariedade para com os povos do Terceiro Mundo, [...] estão integralmente associadas ao papel de ator protagonista pleiteado pelo Brasil na esfera internacional” (RIBEIRO, 2010, p. 56). Nos

anos 1970, findo o colonialismo português na África, o Brasil se aproxima de modo mais pragmático da África Subsaariana: através “do pragmatismo responsável, o Brasil torna-se parceiro privilegiado de países africanos, com destaque especial para a Nigéria (de quem o país compra petróleo), de países da África austral e das ex-colônias portuguesas (RIBEIRO, 2010, p. 57). Deste modo, uma gama de negócios emerge a envolver, além do comércio, a presença de grandes empresas construtoras em território africano, bem como o avanço de uma integração aérea bastante efetiva através dos chamados *voos diplomáticos* da Varig, companhia aérea brasileira que detinha o monopólio dos voos internacionais durante o chamado Período Militar.

Nos anos 1990, a crise econômica mundial e a pouca capacidade de articulação entre si dos chamados países em desenvolvimento, ditarão um arrefecimento das relações Brasil-África, embora Ribeiro (2010, p. 62) considere que “a menor importância comercial dos países africanos não chegou a eliminar as perspectivas da política externa brasileira para esse continente”. Do ponto de vista da mobilidade populacional africana, esta aproximação da diplomacia e dos negócios brasileiros com a África transformará o Brasil em suporte mitigador para instabilidades políticas, com o acolhimento de refugiados de nações africanas em conflitos internos. Também, como visto em Kaly (2001) ou em Gusmão (2011, p. 191), o Brasil receberá da África “jovens que compartilham um processo migratório com finalidade de estudos e formação e que vivem a experiência *de estar fora de lugar* em um país estrangeiro”. Também abrigará um constante ir e vir de africanos, como angolanos ou cabo-verdianos a estabelecer vínculos de pequenos comerciantes, como no caso das *rabidantes* de Cabo Verde (LOBO, 2012), haja vista as rotas aéreas estabelecidas pela Varig ou por companhias aéreas nacionais locais, como a Taag angolana ou a TACV de Cabo Verde.

Já nas primeiras décadas do Século XXI, como visto anteriormente em Zamberlam et al. (2014), a maior interação e cooperação econômica experimentada entre o Brasil e múltiplos países africanos aprofunda as relações políticas, culturais e de negócios, ampliando a presença no país de africanos de diferentes origens e por diferentes motivos. Especificamente, na tensão entre o que pode ser refúgio ou imigração por trabalho, partimos de dois exemplos empíricos para entender como se dá essa interação de africanos contemporâneos presentes em um país construído pelo trabalho forçado de seus conterrâneos do passado – e, fundamentalmente, em meio a uma sociedade que se enxerga numa democracia racial, mas que se expressa sob um ranço antigo do preconceito racial e, pior, agregando a xenofobia.

Aqui, a construção da territorialidade se dá sob múltiplos aspectos e com múltiplas variáveis, pois o *ser africano* refugiado ou imigrante no Brasil pressupõe interações que avançam sobre a condição de origem: para além de africanos, oriundos de *Estados Modernos* da África, são indivíduos que se expressam originalmente enquanto grupos étnicos e tribais, mas que construirão forçosamente, uma vez numa metrópole como o Rio de Janeiro, laços de uma homogeneidade que e eles se atribuí, quase sempre, erroneamente. Tais laços são matizados na cor da pele, na fala estranha, no modo de vida próprio, mas também extrapolam as fronteiras da África, haja vista a condição de refugiado ou imigrante os posicionar em um grupo mais diverso, no qual latino-americanos e asiáticos também fazem parte.

O trabalho informal no Rio de Janeiro, a destacar o comércio ambulante, é praticamente um constructo social advindo, em grande parte, das práticas de exploração do trabalho escravo africano secularmente aqui existente – vide o que a literatura fala sobre escravos de ganho (SOARES, 1988). Por outro lado, o trabalho cria identidade, elemento fundamental na definição da territorialidade, “se restituirmos a relação de identidade para si/identidade para o outro ao interior do processo comum que a torna possível e que constitui o processo de socialização” (DUBAR, 1997, p. 105). E foi a partir deste último autor que Joaquim Fialho depreendeu que:

O conceito de identidades e o seu processo de construção são de certa forma analisados ao abrigo da sociologia na medida em que implicam relações interpessoais, integração e adaptação em diferentes grupos, implicando, assim, um processo de socialização (FIALHO, 2017, p. 139).

De imediato, nos ocorre entender que há uma socialização forçada de trabalhadores informais que se constituem em territórios de ação locais (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014) e se identificam entre si, se respeitam mutuamente em um conjunto de regras próprias de convívio e conduta. A constituição de um território de ação depende da capacidade dos atores se engajarem em” ações coletivas, e essas ações são fruto de trabalho comum, iniciadas, decididas e pilotadas”, mesmo que o poder público não se faça presente (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014, p. 98). Tais regras, algumas invisíveis, inclusive, são derivadas da experiência direta desse convívio e dos limites estabelecidos em um território do trabalho, a praia na zona sul carioca, cujos trabalhadores informais são de múltiplas origens e se dividem em múltiplas especialidades. Assim, em considerando o comércio informal de rua, diferenças de produtos, escalas, ritmos e formas de venda, nos mais variados caminhos, rotas e passagens são postos lado a lado para que se estabeleça um *governo dos vendedores* ambulantes (HIRATA, 2015).

O fenômeno do vendedor ambulante de praia de origem africana já foi visto em alguns trabalhos acadêmicos, como em Hell (2017, p. 238): “geralmente percorrem toda a orla da praia de Copacabana e, às vezes o início das praias do Arpoador e Ipanema. Depois voltavam, no máximo completando duas voltas perfazendo cerca de vinte quilômetros”. Além disso:

Os senegaleses vendem geralmente óculos escuros, relógios e aparelhos eletrônicos, sua estratégia é andar pela praia com um tabuleiro, geralmente de isopor, onde as mercadorias são fincadas. Alguns mais sofisticados tem uma espécie de vitrine de madeira ou plástico que também levam nas mãos. São os mais visados pela fiscalização que os acusa de vender produtos piratas ou contrabandeados (SANTOS; SILVA, 2018, p. 7).

Sabedores da condição transitória de muitos desses trabalhadores refugiados e imigrantes, o trabalho de campo iniciado em 2019, antes da pandemia de Covid-19, permitiu observar o que já fora visto por outros pesquisadores do tema, mas também algumas variações, como a procedência desses trabalhadores africanos. Sendo assim, pudemos identificar que a nacionalidade mais encontrada nas areias das praias cariocas – oferecendo produtos tecnológicos e óculos escuros – são pessoas provenientes de várias regiões da República Democrática do Congo [RDC] e também do Senegal, porém podem ser encontrados mais raramente os de nacionalidades outras, como a angolana.

Os próprios entrevistados afirmam que a grande maioria é de origem da RDC e de outros países africanos falantes do francês, sendo este um fator de interação entre eles, mas também um fator que dificulta a inserção destas populações em outros trabalhos: a dificuldade da própria língua. Nas entrevistas, a falta de um tradutor foi resolvida por um dos vendedores, que já é falante do português, e se ofereceu para traduzir as demais conversas com os outros vendedores. A grande maioria dos entrevistados vive no município vizinho de Duque de Caxias, na área metropolitana do Rio de Janeiro, mas também em bairros do subúrbio da zona norte carioca, como Irajá e Brás de Pina. A presença de outros africanos nestas porções da cidade do Rio de Janeiro é o principal fator de escolha de moradia, além de serem bairros mais baratos em relação às contas e aluguéis cobrados na cidade.

A presença de populações africanas nestes segmentos específicos de venda no varejo nas praias nos faz refletir sobre a existência de uma rede de trabalho informal – e também de solidariedade (BARRICARTE, 2010) – que recruta estes homens, na maioria jovens, para este serviço específico. Não observamos a presença desta população refugiada oferecendo outros produtos nas areias das praias, como lanches, biscoitos, mate gelado etc. usualmente comercializados pelos ambulantes locais. Essa diferença de mercado faz com

que as relações entre os trabalhadores em situação de refúgio e os demais trabalhadores brasileiros não entrem em conflito por conta de possíveis disputas comerciais. Pelo contrário, o trato entre os vendedores brasileiros e estrangeiros, sejam eles os refugiados africanos em questão ou os latino-americanos – que têm a sua presença cada vez mais marcante neste mesmo espaço – se apresenta como bastante respeitoso e de mútua solidariedade, como no engajamento coletivo para novos clientes, na troca de dinheiro, na aceitação de outras formas de pagamento, como cartões de débito/crédito etc.

O cansaço, as dores corporais e a dificuldade de compreensão da língua por parte dos clientes são a queixa geral destes trabalhadores, assim como também há facilidade no tratamento com turistas estrangeiros europeus, principalmente franceses e outras nacionalidades que compreendem a língua francesa. Vale ressaltar que entre eles, em alguns casos, as línguas faladas são provenientes de regiões da RDC, do Senegal ou Angola e não são as línguas coloniais oficiais de origem europeia conhecidas globalmente.

Estes homens são em geral solteiros e, quando possuem família direta, como esposa e filhos, estas ainda se encontram em África, algo que torna como fala recorrente o desejo de trazer seus familiares também para o Brasil. Os jovens trabalhadores entrevistados ressaltaram que apesar de ser um local de difícil adaptação e com questões sociais latentes para todos que aqui vivem, é melhor comparativamente às suas realidades locais e de outros países menos negros que o Brasil, onde as tensões sociais, xenofóbicas e raciais, são ainda mais intensas.

Cabe ressaltar que não foi identificada a presença de nenhum vendedor de origem nacional ou estrangeira a oferecer os mesmos produtos vendidos pelos africanos. Por outro lado, foi possível perceber que a qualificação turística das praias cariocas e a sua condição de polo turístico internacional traz para as mesmas uma série de trabalhadores informais a vender produtos dos mais diversos, como no caso de um argentino observado a vender *empanadas*, uma iguaria tipicamente argentina. Outra verificação importante a partir das entrevistas foi a constatação da formação de uma rede de solidariedade constituída entre os africanos que aqui vivem. Este tipo de rede não foi percebido, ao menos no comércio informal nas praias cariocas, em relação a outros grupos de estrangeiros refugiados ou imigrados ilegais com uma presença muito maior na cidade, como no caso dos venezuelanos.

Se por um lado, nas areias das praias cariocas da zona sul da cidade, a totalidade dos trabalhadores é do gênero masculino, por outro, o próprio nome do negócio social a ser tratado a seguir já indica a presença exclusiva de mulheres, que são as *Mulheres do Sul*

Global (SOBRE, 2020), mesmo que na equipe do negócio existam homens, não obstante a equipe de confecção é toda formada por mulheres refugiadas. Além da diferença entre trabalho informal e trabalho formal, podemos aferir diferenciações nas questões de gênero e estas particularidades vão endossar ainda mais a complexidade da territorialidade expressa na vida em refúgio no Rio de Janeiro.

Em relação ao negócio social *Mulheres do Sul Global*, a presença de mulheres venezuelanas, maior fluxo de refugiados recentes, já é marcante na equipe, assim como a presença de mulheres também da República Democrática do Congo [RDC] e de outros países africanos como Angola, que representam os fluxos de refugiados de décadas anteriores e que são partes do projeto desde a sua fundação.

É bastante significativa a trajetória desta iniciativa, que fora idealizada e posta em prática a partir de um grupo de mulheres brasileiras voluntárias em um projeto de empreendedorismo desenvolvido pela Cáritas², seção Regional do Rio de Janeiro, que buscava preparar mulheres em situação de refúgio para a prática de atividades de costura. Tal técnica já era uma realidade na formação escolar de algumas dessas mulheres oriundas da África Subsaariana, mas a empregabilidade formal se mostrava inviável no Brasil. A partir do projeto, muitas dessas mulheres começaram a produzir de forma cooperativada, almejando a oportunidade de desenvolverem atividades produtivas para além do convencional até então, como os trabalhos de doméstica, diarista ou faxineira.

O empoderamento financeiro e social destas mulheres através do trabalho dentro do projeto *Mulheres do Sul Global* permite que o processo de recomeço destas vidas em refúgio seja menos dificultoso e com mais dignidade. Ao contrário dos homens, normalmente cabe às mulheres refugiadas o trabalho específico da criação dos filhos, o que dificulta mais ainda a sua inserção no mercado laboral. Essas mulheres invariavelmente chegam ao país de refúgio sem a família, por vezes sós, por vezes com seus companheiros. O acesso a serviços de quaisquer ordens sempre se mostra difícil a refugiados, e o acesso a creches para o acolhimento dos filhos não foge à regra. Dessa forma, um projeto que envolva costura, para além da formalidade do trabalho cooperativado também possibilita que os filhos sejam cuidados em rodízio pelas próprias costureiras.

A iniciativa – que já confeccionou vestuário para o mundo da gastronomia, como aventais, dólãs, toucas – passou a desenvolver peças do vestuário feminino expandindo suas produções e caminhando para mais espaços de intercâmbios culturais, como a feira

² A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é um órgão vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Uma das áreas de atuação prioritária da entidade é *Migração e Refúgio*, tendo, inclusive, papel fundamental delegado pelo Estado brasileiro no acolhimento de pessoas em situação de refúgio.

Chega Junto. Tal feira ocorre na cidade do Rio de Janeiro e engloba diversas produções de culinária, artesanato, produções artísticas e outras confecções têxteis de refugiados e imigrantes, recebendo um público bastante diversificado e expandindo não só as próprias produções, mas também a integração sociocultural entre estas pessoas de diversas partes do mundo e a população local. O projeto também dispõe de uma loja virtual para a venda da produção dessas mulheres cooperativadas, algo que também retroalimenta o projeto, pois possibilita que mais mulheres passem por treinamento e possam se estabelecer como costureiras, seja de modo individual, seja de modo cooperativado ou seja pela inserção como trabalhadoras celetistas.

Perceber o treinamento e a formação em corte/costura das mulheres em situação de refúgio como um potencial de empoderamento social, mas também, e acima de tudo, como ganho financeiro, e compará-lo à situação do trabalho informal dos homens refugiados nas praias cariocas, nos permite confrontar duas realidades bastante marcantes. Ambas decorrem da condição de refúgio a que é submetida uma população que se vê obrigada a deslocar-se de sua terra natal e passa a sofrer as vicissitudes desta condição, convivendo com a xenofobia, o preconceito racial, a marginalização e a dificuldade de melhor inserção social.

O trabalho informal precário, muitas das vezes ilegal pela origem dos produtos ou pela ausência de licenças de vendedor ambulante, é forma corriqueira de mobilização laboral de refugiados, principalmente os homens, e também imigrantes ilegais, o que na essência vem demonstrar a falta de uma política pública mais efetiva no sentido de qualificar refugiados de modo a distanciá-los da precariedade. Do outro lado, envolvendo mulheres costureiras em trabalho cooperado, observamos o que pode ser gérmen de uma política pública que antevêja a necessidade de atividades mais variadas a possibilitar ações de empreendedorismo individuais ou cooperadas. Um maior número de pessoas na condição de refugiados poderia recorrer a estes caminhos e seguirem suas novas caminhadas de forma digna e sem as mazelas que foram deixadas para trás, mas não esquecidas, de seus países de origem.

Por fim, dado o momento vivido, na ocorrência da pandemia de Covid-19, cabe também apontar o reflexo desta condição sobre ambas as atividades econômicas aqui retratadas. A primeira, que trata dos trabalhadores informais ambulantes das praias cariocas, foi totalmente paralisada em momento inicial devido ao isolamento dos espaços públicos, sendo orlas e praias firmemente afetadas no sentido de evitar aglomeração de pessoas. No decorrer da pandemia, com os agentes públicos apontando ações erráticas ou

controversas, a frequência às praias retomou fôlego, mas reduziu a presença de turistas estrangeiros, bem como diminuiu a presença de turistas de um modo geral. Obviamente o comércio informal nas praias subsiste, mas ao mesmo tempo reforça a condição de imprevisibilidade e precariedade decorrente de tal atividade laboral. Neste sentido, a Cáritas, seção regional do Rio de Janeiro, disponibilizou uma série de cartilhas virtuais e outros mecanismos de auxílio para que estes trabalhadores informais, de um modo geral – e estando com sua presença legalizada no país – pudessem se inteirar sobre o direito a retirar o auxílio emergencial do governo federal pago no ano de 2020.

Por outro lado, quando do início da pandemia de Covid-19, as costureiras do projeto *Mulheres do Sul Global* passaram a priorizar a confecção de máscaras de tecido reutilizáveis e que devem ser utilizadas por todas as pessoas no enfrentamento à circulação do novo coronavírus na cidade do Rio de Janeiro, uma das cidades do país mais afetadas pela pandemia. Em momento posterior, as mulheres do projeto voltaram a diversificar a produção e se engajaram na criação de novos produtos, como carteiras, pochetes, bolsinhas de mão, bolsas etc. Também se voltaram à criação de turmas de formação em costura industrial e desenvolvimento profissional de mulheres refugiadas no programa intitulado MSG LAB, que no ano de 2020 formou três turmas de mulheres, totalizando mais de 20 mulheres treinadas e formadas pelo programa *Mulheres do Sul Global*, em sua maioria, mulheres venezuelanas.

Mencionar a Covid-19 e suas consequências econômicas comparando os dois grupos de refugiados, homens e mulheres retratados no artigo, reforça a constatação de que aqueles vinculados ao trabalho informal sofrem muito mais com a decadência econômica forçada do que aquelas que obtiveram algum tipo de formação especializada e a possibilidade de inserção em trabalho cooperado formal. Sendo assim, o apelo a políticas públicas similares à implantada de modo seminal pela Cáritas mantém-se inabalável. A constituição de territorialidades ou de ações de territorialidade distintas, como se viu aqui, também é diagnóstico que antevê, por parte do Estado, ações de inserção de refugiados nas diferentes cidades do país de modo mais assertivo.

REFERÊNCIAS

BARRICARTE, J. **Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado**. Barcelona: Biblioteca Nueva, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Imigração Venezuela/Brasil: tráfego migratório**. Brasília, DF, 2019. (39 slides). Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentacao-policia-federal-ate-maio-de-2019>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil**. Brasília, DF: OBMigra; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2020. (Relatório Anual 2020 – Série Migrações).

CONARE – COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Refúgio em números**. 4. ed. Brasília, DF, 2019. (Relatório Técnico). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 31 jan. 2021.

DUBAR, Claude. **La formation professionnelle continue**. Paris: La Découverte, 1990.

FELIX, D. Brasil reconhece mais de 21 mil venezuelanos como refugiados de uma só vez. **Portal Pares Cáritas-RJ**, Rio de Janeiro, RJ, 05/12/2019. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/brasil-reconhece-mais-de-21-mil-venezuelanos-como-refugiados-de-uma-so-vez.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.

FIALHO, J. A construção da identidade social e profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. **Revista Argumentos**, Montes Claros, MG, v. 14, n. 1, p. 138-162, 2017. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/21991/1/565-2020-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GUSMÃO, N. M. “Na Terra do Outro”: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. **Dimensões**, Vitória, ES, v. 26, 2011, p. 191-204. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3724752.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 31 jan. 2021.

HELL, T. Perder, só perder: vendedores senegaleses durante os jogos olímpicos no Rio de Janeiro. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (org.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2017.

HIRATA, D. The “feirinha da madrugada”. In: MORTENBOCK, P.; MOOSHAMMER, H. (org.). **Informal market world atlas: the architecture of economic pressure**. Rotterdam: NAI010 Publishers, 2015.

KALY, A. O ser preto africano no “paraíso terrestre” brasileiro: um sociólogo senegalês no Brasil. **Lusotopie**, Paris, 2001. p. 105-121. Disponível em: <https://oestrangedotorg.files.wordpress.com/2015/01/ser-preto-kaly.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

KAROL, E. As noções de territorialidade e supraterritorialidade fragmentos de um debate. **Revista Vozes em Diálogo**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/ferna/Downloads/943-3616-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

LIMA, J. Mulheres do Sul global constrói narrativa de empoderamento a partir da costura. **Revista Modifica, Seção Moda e Sociedade**, São Paulo, SP, 21/12/2017. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/mulheres-do-sul-global-empoderamento-feminino/#.YFUtLq9KjIU>. Acesso em: 03 fev. 2020.

LOBO, A. Negociando pelo mundo: as rabidantes cabo-verdianas e suas rotas comerciais. In: TRAJANO FILHO, W. (org.). **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos**. Brasília, DF: ABA Publicações, 2012. p. 317-338.

NGUYEN, V. Refugeetude: when does a refugee stop being a refugee. **Social Text**, US, v. 37, n. 2, p. 109-131, 2019. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/social-text/article->

abstract/37/2/109/139010/RefugeetudeWhen-Does-a-Refugee-Stop-Being-a. Acesso em: 03 fev. 2020.

RIBEIRO, C. Adjustment changes: a política africana do brasil no pós-guerra fria. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, v. 18, n. 35, p. 55-79, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a05.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SANTOS, C. Território e territorialidade. **Revista Zona de Impacto**, Porto Velho, RO, v. 13, Ano 11, 2009. Disponível em: http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html. Acesso em: 03 fev. 2020.

SANTOS, M; SILVA, A. Dos Mascates ao Senegalês dos óculos: os estrangeiros no comércio de rua do Rio de Janeiro. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: ABA, 2018. Disponível em: <https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YTToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSZPIjtzOjQ6IjlyMDgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNjliMmE3Njk3MThlND E0OGNjNjFjZjQ2YjYwNWVmOTMiO30%3D>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SOARES, L. C. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do Século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, SP, v. 8, n. 16, p. 107-142, 1988. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3677. Acesso em: 31 jan. 2021.

SOBRE nós. **Portal Mulheres do Sul Global**, Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <http://www.mulheresdosulglobal.com/sobre>. Acesso em: 31 jan. 2021.

TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 1, p. 97-125, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v4n1/2238-3875-sant-04-01-0097.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ZAMBERLAM, J. et al. **Os novos rostos da imigração no Brasil: haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Solidus, 2014.

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: 1993-2017

*Raul Luís Assumpção Bastos**

RESUMO

O objetivo do estudo é o de analisar a evolução da taxa de participação na força de trabalho (TPFT) na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1993-2017. A aplicação dos filtros econométricos de Hodrick e Prescott e de Hamilton à série temporal trimestral da TPFT total revelou uma tendência menos acentuada de retração do indicador desde 2010. Para o período de análise como um todo, o filtro de Hamilton estimou maior variabilidade absoluta do componente cíclico da TPFT total, sugerindo que este teve mais relevância para a trajetória da série temporal trimestral. Em termos de segmentação por sexo, o componente cíclico evidenciou maior variabilidade entre as mulheres do que entre os homens, independentemente do filtro utilizado, indicando que os movimentos transitórios da força de trabalho feminina são mais relevantes para a evolução da sua participação no mercado de trabalho regional. A aplicação de uma técnica de decomposição às mudanças da TPFT total na série temporal com frequência anual mostrou que o componente associado às TPFT idades específicas foi o predominante na sua determinação. Não obstante, a partir do período 2003-2008, o componente demográfico aumentou a magnitude de sua contribuição, em termos absolutos, às mudanças na TPFT total. Quanto aos resultados da decomposição para os dados desagregados por sexo, no caso dos homens, o componente associado às TPFT idade específicas contribuiu sistematicamente para a queda da TPFT, e no das mulheres, para o seu aumento, até o período 2003-2008. Já o componente vinculado à mudança demográfica contribuiu para a redução da TPFT dos homens e para limitar o crescimento ou reduzir a TPFT das mulheres. À exceção do período 1993-1998, esse componente influenciou mais as mudanças da TPFT feminina do que a masculina.

Palavras-chave: Taxa de participação na força de trabalho; Tendências da força de trabalho; Filtros econométricos; Mercado de trabalho metropolitano.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é o de analisar a evolução da taxa de participação na força de trabalho (TPFT) na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no período que se estende de 1993 a 2017. Pelo fato de se dispor de uma série temporal de 25 anos na base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA), torna-se possível conhecer as tendências deste indicador e as mudanças que se processaram na sua trajetória no mercado de trabalho regional.

Deve-se ter presente que a evolução da TPFT na RMPA no período que será objeto de estudo ocorreu em diferentes conjunturas macroeconômicas. Inicialmente, a elevada inflação e a instabilidade econômica. Após, a estabilização monetária em 1994 e a expansão da atividade econômica. Um período de baixo crescimento econômico e de

* Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UFRJ. Economista do Departamento de Economia e Estatística da Seplag, Governo do Rio Grande do Sul. E-mail: raulbastos@planejamento.rs.gov.br

deterioração do mercado de trabalho, do final dos anos 1990 até 2003. O ciclo de crescimento econômico vigoroso de 2004 a 2010 – com exceção de 2009, devido aos efeitos da crise financeira internacional – e de melhora considerável do mercado de trabalho. Uma nova fase de baixo crescimento econômico (2011-2014). E a profunda crise econômica de 2015 e 2016, a deterioração do mercado de trabalho e a modesta recuperação de 2017.

Um dos aspectos que motivou a realização deste estudo está relacionado com o processo de redução da TPFT agregada na RMPA após 2008. Naquele ano, ocorreu uma elevação considerável deste indicador no mercado de trabalho regional. Todavia, a partir de 2009, a TPFT iniciou uma trajetória de queda, com uma interrupção localizada, em 2015. Em 2017, a TPFT situava-se no piso da série temporal iniciada em 1993. Neste sentido, coloca-se a questão de se esta trajetória pode ser considerada uma tendência deste indicador ou, alternativamente, se a mesma se constitui em um processo transitório ou cíclico. Em se separando o componente de tendência do transitório da série temporal da TPFT, qual a importância relativa de cada um deles no processo de redução deste indicador, após 2008?

Este trabalho também procurará contemplar a análise da TPFT na RMPA por sexo. A esse respeito, pode-se afirmar a existência de uma tendência inequívoca de aumento da participação feminina no mercado de trabalho da RMPA? Como evoluiu o hiato da TPFT entre os sexos ao longo dos 25 anos de cobertura deste estudo? O que há de semelhante na trajetória de engajamento de homens e de mulheres no mercado de trabalho regional após 2008, e o que há de distinto?

O estudo encontra-se assim organizado: após esta introdução, a segunda seção aplica filtros econométricos às séries temporais de frequência trimestral da TPFT, com o propósito de separar os componentes de tendência e ciclo e de analisar a importância relativa de cada um deles ao longo do período; e a terceira seção decompõe as mudanças na TPFT com uma série de frequência anual, de acordo com as TPFT idade específicas e a composição da população por idade, com o objetivo de revelar a importância de cada uma delas naquelas mudanças.

APLICAÇÃO DE FILTROS ECONOMETRÍCOS À TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

Filtros econométricos adotados no estudo

O objetivo desta subseção é o de apresentar de uma forma sucinta os filtros que serão adotados neste estudo para analisar os componentes de tendência e cíclico das séries

temporais trimestrais da TPFT na RMPA. O primeiro deles é o de Hodrick e Prescott (1997), o qual tem sido utilizado em estudos macroeconômicos (RAVN; UHLIG, 2002; COGLEY, 2006; KOCENDA E CERNÝ, 2015). Já o segundo foi desenvolvido recentemente por Hamilton (2017), com o propósito de superar limitações do primeiro.

O filtro de Hodrick e Prescott (1997) – doravante, filtro de HP – parte da compreensão de que as séries temporais são a soma de um componente de tendência e de um componente cíclico, ambos não observados.¹ Neste sentido, uma série temporal y_t pode ser expressa da seguinte forma²:

$$y_t = \tau_t + c_t, \quad (1)$$

em que τ_t é o componente de tendência, não estacionário, e c_t é o componente cíclico, estacionário.

O filtro concebido por Hodrick e Prescott (1997) extrai o componente de tendência da série temporal por meio da minimização da seguinte expressão:

$$\text{Min}_{(\tau_t)_{t=1}^T} [\sum_{t=1}^T (y_t - \tau_t)^2 + \lambda \sum_{t=2}^{T-1} ((\tau_{t+1} - \tau_t) - (\tau_t - \tau_{t-1}))^2]. \quad (2)$$

De acordo com Kocenda e Cerny (2015, p. 63-64), na expressão 2, no primeiro termo a penalização recai sobre a variância do componente estacionário c_t . Quanto ao segundo termo, nele o parâmetro λ do filtro de HP representa uma penalidade sobre a variabilidade da tendência τ_t ; quanto maior ele for, mais suave esta se torna (HODRICK; PRESCOTT, 1997, p. 3; KOCENDA; CERNÝ, 2015, p. 63). Hodrick e Prescott (1997) sugerem que, para dados de séries temporais trimestrais, se utilize no filtro o parâmetro λ com o valor de 1600³.

O outro filtro empregado por este trabalho para separar os componentes de tendência e cíclico das séries temporais é o de Hamilton (2017) – doravante, filtro de JH –, o qual foi concebido como uma alternativa ao filtro de HP. A motivação para a sua proposta metodológica parte da identificação de limitações do filtro de HP (HAMILTON, 2017; SCHÜLER, 2018): quando aplicado em séries temporais diferença estacionárias, o

¹ Nessa decomposição Hodrick e Prescott (1997, p. 3) assumem que a série temporal foi sazonalmente ajustada.

² Está-se utilizando as notações da apresentação do filtro de HP de Kocenda e Cerný (2015, p. 62-64).

³ Conforme Hodrick e Prescott (1997, p. 4, tradução nossa), “Nossa visão antecedente é a de que um componente cíclico de 5 por cento é moderadamente grande, como o é um oitavo de 1 por cento de mudança na taxa de crescimento em um trimestre. Isso leva-nos a selecionar $\lambda = 5/(1/8) = 40$ ou $\lambda = 1600$.” A esse respeito, ver também Ravn e Uhlig (2002), os quais sugerem a especificação do parâmetro λ para séries temporais com diferentes frequências.

filtro de HP gera ciclos espúrios; o filtro de HP depende tanto de observações passadas quanto futuras para determinar o componente cíclico; este último, extraído no período t , tem uma capacidade artificial de prever os seus valores futuros; e a definição do parâmetro de suavização $\lambda = 1600$ para séries temporais trimestrais é reconhecida como *ad hoc*⁴.

A proposta de filtro de Hamilton (2017) é a de que se estime uma previsão simples por meio de uma regressão de mínimos quadrados ordinários de y_{t+h} sobre uma constante e os quatro valores mais recentes de y na data t :

$$y_{t+h} = \beta_0 + \beta_1 y_t + \beta_2 y_{t-1} + \beta_3 y_{t-2} + \beta_4 y_{t-3} + v_{t+h} \quad (3)$$

A partir dessa expressão, Hamilton (2017) propõe que a estimativa do componente cíclico (ou estacionário) da série temporal seja obtida da seguinte forma:

$$\hat{v}_{t+h} = y_{t+h} - \hat{\beta}_0 - \hat{\beta}_1 y_t - \hat{\beta}_2 y_{t-1} - \hat{\beta}_3 y_{t-2} - \hat{\beta}_4 y_{t-3} \quad (4)$$

No que diz respeito à escolha do número de defasagens p é de períodos à frente h , Hamilton (2017) sugere que ambos sejam múltiplos do número de observações da série temporal em um ano. Assim, para séries temporais trimestrais, ele recomenda o uso de $p = 4$ e $h = 8$ ⁵.

Resultados empíricos da aplicação dos filtros econométricos à taxa de participação na força de trabalho

Esta subseção apresenta a aplicação dos filtros de HP e de JH às séries temporais trimestrais da TPFT na RMPA no período 1993-2017⁶. Inicialmente, são expostos os resultados obtidos com os filtros para a força de trabalho total e, posteriormente, para a força de trabalho desagregada por sexo.

No Gráfico 1 encontram-se os resultados da aplicação dos filtros de HP e de JH para a TPFT total⁷. No que diz respeito ao componente de tendência da TPFT total, constata-se que, em praticamente todo o período que se estende até o 2º trim./2010, o

⁴ Para uma síntese das críticas ao filtro de HP, ver Kaiser e Maravall (2001, seção 4.3).

⁵ Se o objeto de interesse são os ciclos de negócios, Hamilton (2017) faz referência, como padrão de horizonte temporal, ao período de dois anos. Assim, em se tratando de séries temporais trimestrais, $h = 8$.

⁶ Uma aplicação do filtro de JH à série temporal da TPFT nos Estados Unidos encontra-se em Van Zandweghe (2017).

⁷ O filtro de HP foi computado com o Software Gretl (Cottrell e Lucchetti, 2018). Quanto ao filtro de JH, este foi computado no Software R, com o pacote `never hp filter`. Para o conhecimento dos códigos deste pacote para o processamento do filtro de JH, ver Shea (2018).

filtro de HP estimou valores mais elevados deste do que o filtro de JH (Gráfico 1A)⁸. A partir do 3º trim./2010 a situação se modificou, uma vez que o filtro de JH estimou, via de regra, valores mais elevados para o componente de tendência da TPFT total do que o filtro de HP. Embora em ambos os filtros as estimativas do componente de tendência da TPFT total indiquem queda desta desde meados de 2010, é interessante perceber que o primeiro filtro revela um processo menos acentuado a esse respeito em comparação ao segundo. Para se ter uma noção quantitativa do que isto representa, o filtro de JH estimou o componente de tendência da TPFT total 3,1 pontos percentuais acima do filtro de HP no 4º trim./2017.

Quanto às estimativas do componente cíclico – ou transitório – da TPFT total, o que se percebe é que, em linhas gerais, o filtro de JH gera uma série temporal cujos valores têm maior magnitude em termos absolutos em comparação aos do filtro de HP (Gráfico 1B). Isto pode ser constatado, seja ao final dos anos 1990, por meio de valores positivos das estimativas do componente cíclico em ambos os filtros, seja no período posterior a 2013, no qual as estimativas desse componente são de valores negativos. Caso se divida o período de análise em duas partes iguais – 1º trim./1993 ao 2º trim./2005 e 3º trim./2005 ao 4º trim./2017⁹ –, o desvio-padrão do componente cíclico estimado com o filtro de JH manteve-se estável, em 1,7 ponto percentual, e o de HP, diminuiu, de 1,0 para 0,8 ponto percentual. Para o período como um todo, o desvio-padrão do componente cíclico estimado com o filtro de JH (1,8 ponto percentual) é o dobro daquele obtido com o filtro de HP (0,9 ponto percentual). Assumindo-se que o filtro de JH seja mais robusto que o de HP, esse resultado sugere que os movimentos transitórios da série temporal da TPFT total têm maior relevância para a compreensão do comportamento da evolução deste indicador.

⁸ Como foi utilizado o parâmetro $h = 8$ no filtro de JH e este requer as 4 observações mais recentes da série temporal, a primeira estimativa por ele proporcionada corresponde à 11ª observação.

⁹ Como descrito na nota de rodapé anterior, deve-se assinalar que a primeira estimativa obtida com o filtro de JH corresponde à 11ª observação da série temporal, ou seja, o 4º trim./1995.

Gráfico 1

Taxa de participação na força de trabalho total, estimativas dos componentes de tendência e de ciclo com os filtros de Hodrick e Prescott e de Hamilton, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1º trim./1993 - 4º trim./2017

Gráfico 1A
Estimativas do componente de tendência

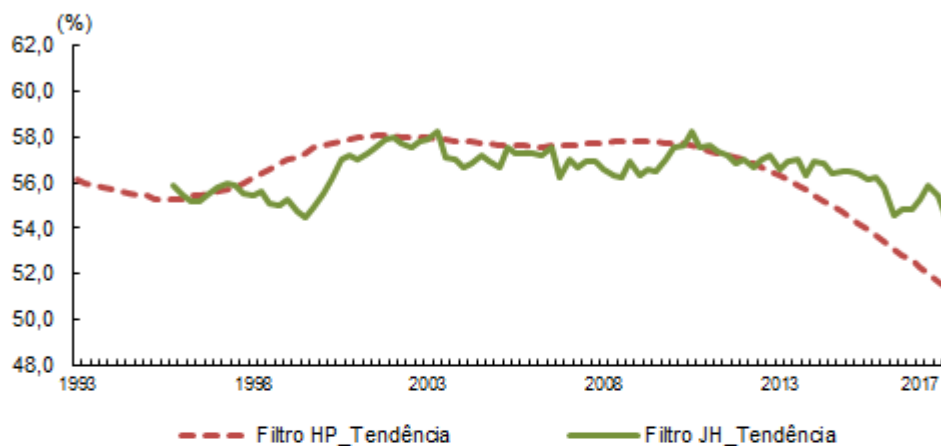
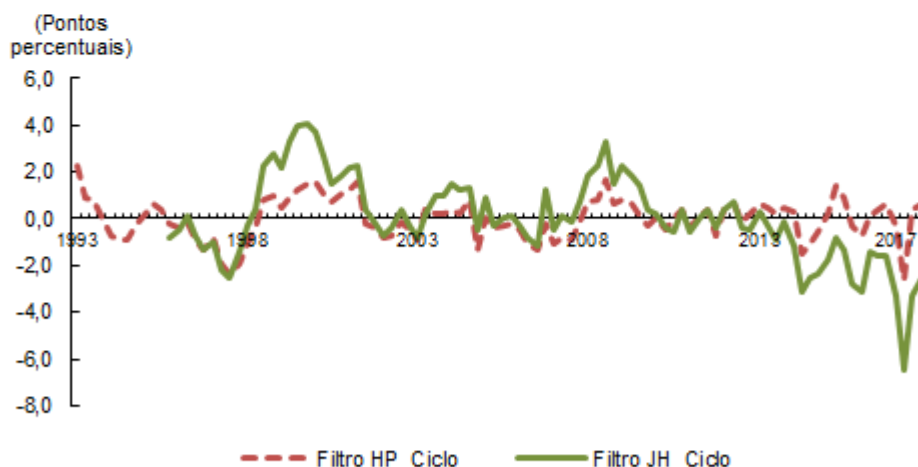


Gráfico 1B
Estimativas do componente de ciclo



Fonte de dados brutos: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Dados dessazonalizados com o programa X-13 ARIMA SEATS.

Na estimação do filtro de HP, parâmetro $\lambda = 1600$.

Na estimação do filtro de JH, parâmetro $p = 4$ e $h = 8$.

Segmentando-se a população por sexo, as estimativas do componente de tendência obtidas com os filtros de HP e de JH da série temporal da TPFT dos homens podem ser conhecidas por meio do Gráfico 2A. Não obstante ambos os filtros revelem uma tendência de queda do engajamento dos homens no mercado de trabalho regional, até o 3º trim./2012, ora um, ora outro, se alternaram com estimativas relativamente mais elevadas para este componente da TPFT. A partir do último trimestre de 2012, o filtro de

JH estimou um componente de tendência para a TPFT da população masculina sistematicamente maior do que o do filtro de HP, sugerindo um processo de retração deste indicador menos intenso.

Gráfico 2

Taxa de participação na força de trabalho dos homens, estimativas dos componentes de tendência e de ciclo com os filtros de Hodrick e Prescott e de Hamilton, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1º trim./1993 - 4º trim./2017

Gráfico 2A
Estimativas do componente de tendência

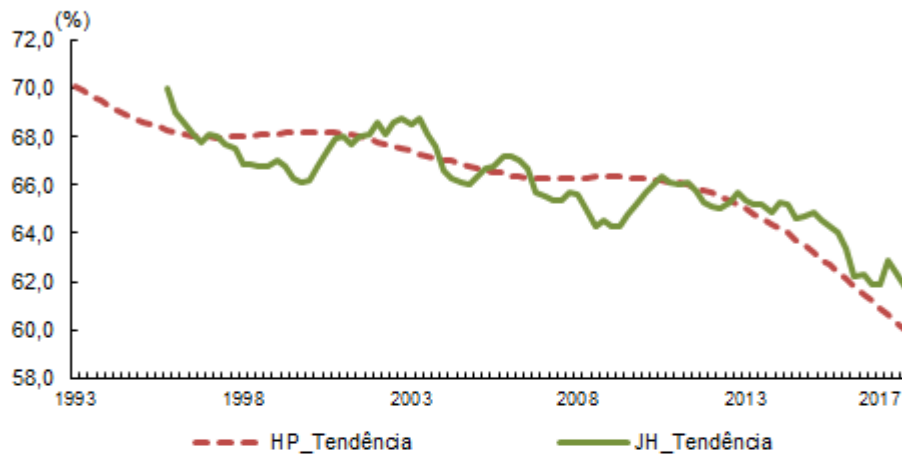
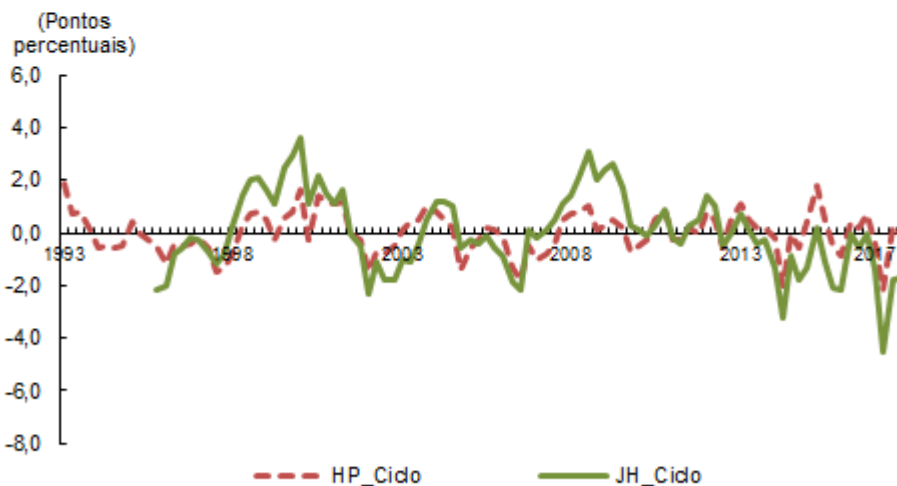


Gráfico 2B
Estimativas do componente de ciclo



Fonte de dados brutos: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Dados dessazonalizados com o programa X-13 ARIMA SEATS.

Na estimação do filtro de HP, parâmetro $\lambda = 1600$.

Na estimação do filtro de JH, parâmetro $p = 4$ e $h = 8$.

No que diz respeito às estimativas do componente cíclico da série temporal da TPFT dos homens, a inspeção visual do Gráfico 2B sugere uma maior variabilidade do

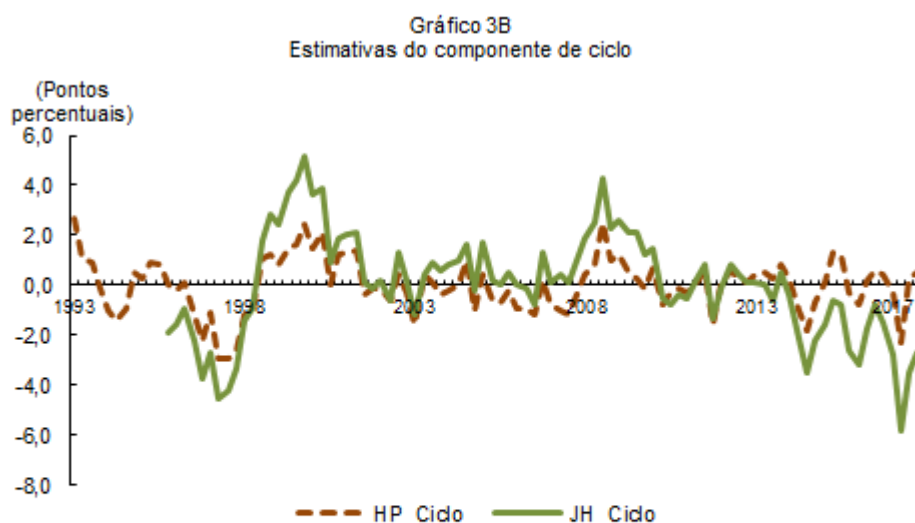
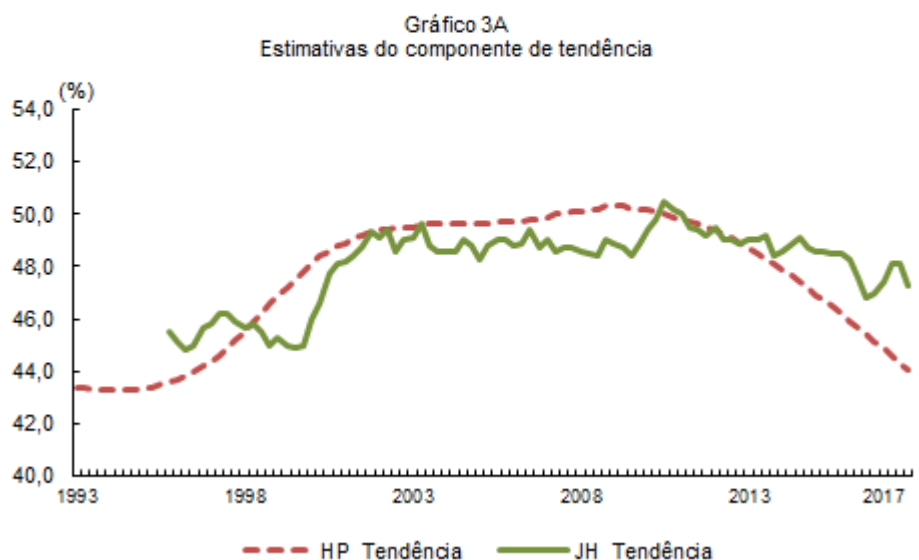
mesmo com o filtro de JH *vis-à-vis* ao de HP. Adotando-se o procedimento de divisão da série temporal em duas partes iguais, constata-se que o desvio-padrão deste componente da TPFT dos homens permaneceu estável nos dois períodos: 0,8 ponto percentual no filtro de HP e 1,5 ponto percentual no de JH. Fica claro, também, que o filtro de JH estima um componente cíclico da TPFT dos homens cuja variabilidade é praticamente o dobro daquela obtida com o filtro de HP.

As estimativas do componente de tendência com os filtros adotados para a série temporal da TPFT das mulheres encontram-se no Gráfico 3A. O filtro de HP estima valores deste componente, via de regra, mais elevados dos que os do filtro de JH no período que vai do 2º trim./1998 ao 4º trim./2012, o contrário ocorrendo nos períodos anterior e posterior a este intervalo. Especificamente neste último período, a estimativa do componente de tendência com o filtro de JH revela um processo de retração da TPFT das mulheres menos acentuado do que o obtido com o filtro de HP. Assim, o filtro de JH estimou para o período que vai do 1º trim./2013 ao 4º trim./2017 um componente de tendência da TPFT feminina, em média, 1,8 ponto percentual acima daquele gerado pelo filtro de HP.

No que se refere às estimativas do componente cíclico da TPFT das mulheres, o filtro de JH gera uma série temporal cuja variabilidade é maior em termos absolutos do que aquela obtida com o filtro de HP (Gráfico 3B). Dividindo-se a amostra em dois períodos de igual duração, a estimativa do desvio-padrão do componente cíclico da TPFT feminina com o filtro de JH passou de 2,3 pontos percentuais no primeiro período para 1,8 ponto percentual no segundo, e a do filtro de HP, de 1,3 ponto percentual para 0,9 ponto percentual. Assim, a aplicação dos filtros mostra uma redução da variabilidade do componente cíclico da TPFT feminina entre os dois períodos. É também interessante perceber, em termos comparativos, que esta variabilidade tem maior magnitude do que aquela vista acima para o mesmo componente da TPFT dos homens, o que pode sugerir que a população feminina transita com mais frequência entre atividade e inatividade econômica durante os ciclos.

Gráfico 3

Taxa de participação na força de trabalho das mulheres, estimativas dos componentes de tendência e de ciclo com os filtros de Hodrick e Prescott e de Hamilton, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1º trim./1993 - 4º trim./2017



Fonte de dados brutos: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Dados dessazonalizados com o programa X-13 ARIMA SEATS.

Na estimação do filtro de HP, parâmetro $\lambda = 1600$.

Na estimação do filtro de JH, parâmetro $p = 4$ e $h = 8$.

A decomposição das mudanças na taxa de participação na força de trabalho

Esta seção irá analisar sucintamente as mudanças na TPFT na RMPA no período 1993-2017 com uma série temporal cuja frequência é anual. Para tanto, utilizar-se-á o método de decomposição das mudanças na TPFT proposto por Hotchkiss (2009), o qual se vale da estrutura etária da população e das TPFT idades específicas. Tendo esse objetivo como referência, inicialmente serão apresentadas as mudanças na composição da população

por faixas etárias e a evolução das TPFT idade específicas. Posteriormente, os resultados da aplicação do método de decomposição da Hotchkiss (2009) às TPFT total e por sexo na RMPA.

Mudanças na composição etária da população e taxas de participação na força de trabalho idade específicas¹⁰

Para analisar as mudanças na composição da população por faixas etárias, esta foi estruturada em três grupos populacionais: o de crianças e jovens de 10 a 29 anos, o de adultos de 30 a 59 anos e o de idosos de 60 anos ou mais¹¹.

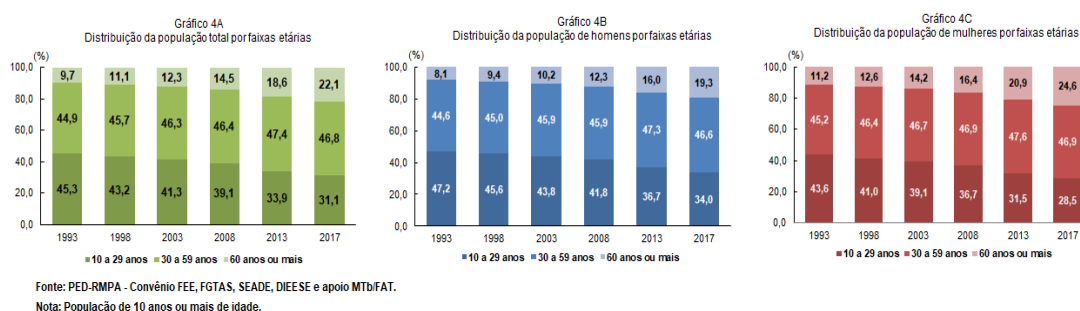
As mudanças na composição da população da RMPA de acordo com as faixas etárias acima delimitadas podem ser conhecidas por meio do Gráfico 4A. O que claramente se destaca é o aumento da parcela relativa de idosos de 60 anos ou mais na população e a redução da parcela relativa de crianças e adolescentes de 10 a 29 anos: o primeiro grupo passou de 9,7% em 1993 para 22,1% em 2017, e o último, diminuiu de 45,3% para 31,1%, na mesma referência comparativa. O grupo populacional de adultos de 30 a 59 anos, que é o de maior tamanho, aumentou de forma menos expressiva a sua parcela relativa no transcorrer do período (1,9 ponto percentual). Esta mudança na composição etária da população, no sentido do seu envelhecimento, é uma expressão do avanço do processo de transição demográfica no país e na RMPA no período (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014; KRELING, 2007; BASTOS, 2014; JARDIM; BARCELLOS, 2015; VARGAS; BRANCO; BASTOS, 2016).

Ao se desagregar a população por sexo, constata-se que o processo de mudança na sua composição por faixas etárias segue a mesma tendência em direção ao envelhecimento (Gráficos 4B e 4C). A diferença entre ambos é a de que a intensidade dessa mudança foi maior entre as mulheres em relação aos homens: entre as primeiras, o grupo populacional de idosos de 60 anos ou mais registrou um avanço de 13,4 pontos percentuais na comparação entre 1993 e 2017, e entre os últimos, de 11,2 pontos percentuais. Quanto ao grupo populacional de crianças e adolescentes, este evidenciou uma retração de 15,1 pontos percentuais entre as mulheres e de 13,2 pontos percentuais entre os homens, na comparação do início com o final do período.

¹⁰ Sempre que for feita referência à população, trata-se de indivíduos com 10 anos ou mais de idade, que é a definição de População em Idade Ativa da PED-RMPA.

¹¹ Teria sido mais adequado separar as crianças de 10 a 14 anos dos jovens de 15 a 29 anos. Todavia, em grande parte do período de cobertura deste trabalho, na base de dados da PED-RMPA, não há amostra suficiente da População Economicamente Ativa das crianças de 10 a 14 anos, o que impede que este grupo populacional possa ser tratado em separado ao dos jovens de 15 a 29 anos.

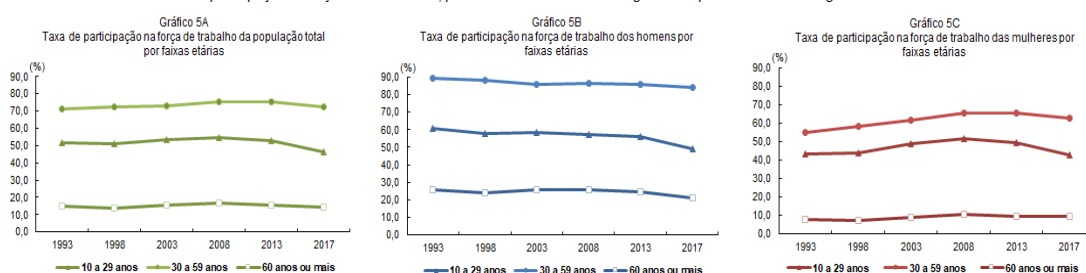
Gráfico 4
Distribuição da população total, por sexo e faixas etárias na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1993-2017



Quanto às TPFT idade específicas na RMPA no período 1993-2017, os adultos de 30 a 59 anos são o grupo populacional de maior engajamento no mercado de trabalho regional, como era esperado (Gráfico 5A). Para os anos selecionados, o nível máximo deste indicador entre os adultos ocorreu em 2008 (75,3%). Em 2017, a TPFT desse grupo populacional tinha recuado para 72,7%, patamar ainda assim superior ao de 1993. A população de 10 a 29 anos também registrou, nos anos selecionados, a sua maior TPFT em 2008 (54,5%). A retração posterior desse indicador foi mais intensa, com uma queda de 8,4 pontos percentuais na comparação de 2008 com 2017. Nesse último ano, a TPFT de crianças e jovens se situava abaixo daquela de 1993. Já os idosos de 60 anos ou mais evidenciam um nível de engajamento no mercado de trabalho muito mais baixo. Nos anos selecionados, a sua TPFT registrou o valor máximo em 2008 (16,6%). Esta havia se retraído para 14,2% em 2017, ficando aquém da verificada em 1993.

Podem-se constatar diversas diferenças entre os sexos no que se refere aos níveis e à evolução das TPFT idade específicas (Gráficos 5B e 5C). No que diz respeito aos níveis, as TPFT idade específicas dos homens são sistematicamente mais elevadas do que as das mulheres. Todavia, como esse indicador evidenciou avanços entre as mulheres até 2008 (ou 2013, no caso das adultas), o que não ocorreu entre os homens, ao final do período as desigualdades de gênero em termos de engajamento no mercado de trabalho haviam se reduzido muito: na faixa etária de 10 a 29 anos, o *gap* diminuiu de 17,5 pontos percentuais em 1993 para 6,4 pontos percentuais em 2017; na de 30 a 59 anos, de 34,6 para 21,0 pontos percentuais; e na de 60 anos ou mais, de 18,3 para 11,9 pontos percentuais. É ainda interessante chamar a atenção de que entre os adultos e os idosos, as TPFT femininas, em 2017, estavam em níveis superiores aos de 1993, o que não se verificou entre os homens.

Gráfico 5
Taxa de participação na força de trabalho total, por sexo e faixas etárias na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1993-2017



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTDFAT.

Resultados empíricos da decomposição das mudanças na taxa de participação na força de trabalho

Esta subseção irá apresentar os resultados da aplicação do método de decomposição de Hotchkiss (2009) às mudanças na TPFT agregada na RMPA.

De acordo com Hotchkiss (2009), as mudanças na TPFT agregada entre os períodos t e $t-1$ podem ser decompostas por meio da seguinte expressão:

$$TPFT_t - TPFT_{t-1} = \sum_i \{ [TPFT_t^i - TPFT_{t-1}^i] p_t^i + [p_t^i - p_{t-1}^i] TPFT_{t-1}^i \} \quad (5),$$

na qual:

$TPFT_t$: taxa de participação na força de trabalho agregada no período t ;

$TPFT_{t-1}$: taxa de participação na força de trabalho agregada no período $t-1$;

$TPFT_t^i$: taxa de participação na força de trabalho do grupo etário i no período t ;

$TPFT_{t-1}^i$: taxa de participação na força de trabalho do grupo etário i no período $t-1$;

p_t^i : parcela relativa do grupo etário i na população total no período t ;

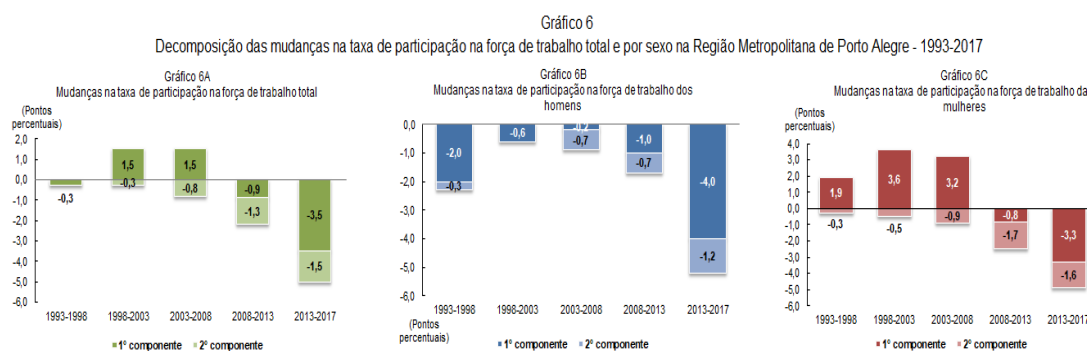
p_{t-1}^i : parcela relativa do grupo etário i na população no período $t-1$.

No lado direito da expressão acima, o 1º componente é obtido pelas mudanças nas TPFT idade específicas, ponderadas pelas parcelas relativas dos grupos etários na população total no período corrente. Já o 2º componente é determinado pelas mudanças nas parcelas relativas dos grupos etários na população total, ponderadas pelas TPFT idade específicas no período anterior. Este 2º componente deve ser reconhecido como estritamente demográfico.

Na aplicação deste procedimento de decomposição, em linha com a subseção anterior, a população e a força de trabalho foram estruturadas em três grupos etários: 10 a 29 anos, 30 a 59 anos e 60 anos ou mais. Cabe ainda assinalar que a decomposição das mudanças na TPFT irá comparar os anos de 1993, 1998, 2003, 2008, 2013 e 2017 e será aplicada tanto aos dados agregados quanto segmentados por sexo.

Os resultados da aplicação deste método de decomposição das mudanças na TPFT para os anos acima especificados encontram-se no Gráfico 6. No que diz respeito aos dados agregados, constata-se que o 1º componente domina as mudanças da TPFT, com a exceção do período 2008-2013, no qual o 2º componente teve maior relevância quantitativa (Gráfico 6A). Pode-se destacar que os aumentos da TPFT na comparação 1998-2003 e 2003-2008 são inteiramente explicados pelo 1º componente, uma vez que o 2º componente teve uma influência negativa sobre a TPFT. Já nos períodos 2008-2013 e 2013-2017, em que ocorreram reduções da TPFT, no primeiro deles o 2º componente teve uma influência maior na retração do indicador, enquanto no último, esta foi do 1º componente. Chama também a atenção que desde o período 1998-2003, o 2º componente, determinado pela mudança demográfica, teve uma influência negativa e de magnitude cada vez maior em termos absolutos sobre a TPFT agregada na RMPA.

Ao se segmentar a população por sexo, a decomposição das mudanças na TPFT evidencia muitas diferenças entre homens e mulheres (Gráficos 6B e 6C). O 1º componente, associado com as TPFT idade específicas, contribuiu para a queda da TPFT dos homens em todos os períodos; no caso das mulheres, de forma distinta, este componente contribuiu para o aumento da TPFT nos três primeiros períodos. O 2º componente, por um lado, teve um comportamento no sentido de favorecer a retração da TPFT tanto de homens quanto de mulheres, em todos os períodos¹²; e, por outro, apresentou mudanças sistemáticas de maior magnitude, em termos absolutos, entre as mulheres, com exceção do período 1993-1998.



REFERÊNCIAS

BASTOS, R. Tendências da força de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: 1993-2013. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, RS, v. 41, n. 3, p. 83-96, 2014.

¹² No período 1998-2003, o 2º componente não implicou mudança na TPFT dos homens.

- CAMARANO, A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Menos jovens e mais idosos no mercado de trabalho? In: CAMARANO, A. (org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 377-406.
- COGLEY, T. Data filters. In: DARLAUF, S.; BLUME, L. (ed.). **The new Palgrave dictionary of economics**. London: Palgrave Macmillan, 2008. p. 1266-1271.
- COTTRELL, A.; LUCCHETTI, R. **Gretl user's guide**. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://gretl.sourceforge.net/>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- HAMILTON, J. **Why you should never use the Hodrick-Prescott filter**. Cambridge: NBER, 2017. (NBER Working Paper Series, n. 23429). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w23429>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- HODRICK, R.; PRESCOTT, E. Postwar U.S. business cycles: an empirical investigation. **Journal of Money, Credit and Banking**, US, v. 29, n. 1, p. 1-16, 1997.
- HOTCHKISS, J. **Decomposing changes in the aggregate labor force participation rate**. Atlanta: Federal Reserve Bank of Atlanta, 2009. (Working Paper Series n. 6.) Disponível em: <http://aysps.gsu.edu/usery/Papers.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- JARDIM, M.; BARCELLOS, T. Características da transição demográfica na RMPA. In: FEDOZZI, L.; SOARES, P. (ed.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital e Observatório das Metrôpoles, 2015.p. 73-94.
- KAISER, R.; MARAVALL, A. **Measuring business cycles in economic time series**. New York, NY: Springer-Verlag, 2001.
- KOCENDA, E.; CERNÝ, A. **Elements of time series analysis: an applied approach**. Prague: Karolinum Press, 2015.
- KRELING, N. Trabalhadores mais maduros predominam na Região Metropolitana de Porto Alegre: formas de inserção na ocupação e desemprego. In: BASTOS, R. (coord.). **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, RS: Convênio PED-RMPA – FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; MTE/FAT e apoio PMPA, 2007. p. 193-228.
- RAVN, M.; UHLIG, H. On adjusting the Hodrick-Prescott filter for the frequency of observations. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge v. 84, n. 2, p. 371-380, 2002.
- SCHÜLER, Y. **On the cyclical properties of Hamilton's regression filter**. Frankfurt: Deutsche Bundesbank, 2018. (Discussion Paper n. 03/2018.) Disponível em: https://www.bundesbank.de/Redaktion/EN/Downloads/Publications/Discussion_Paper_1/2018/2018_02_14_dkp_03.html. Acesso em: 25 jul. 2018.
- SHEA, J. **A better alternative to the Hodrick-Prescott filter**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2018. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/neverhpfiler/index.html>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- VAN ZANDWEGHE, W. The changing cyclicalities of labor force participation. **Economic Review**, KANSAS CITY, v. 101, n. 3, p. 5-34, 2017. Disponível em: <https://www.kansascityfed.org/~media/files/publicat/econrev/econrevarchive/2017/3q17vanzandweghe.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- VARGAS, F.; BRANCO, I.; BASTOS, R. **Mudanças sociodemográficas da força de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre: 1993-2014**. Porto Alegre, RS: FEE, 2016. (Textos para Discussão FEE, n. 147.)

BRASIL: MINHA ROTINA É ME DESLOCAR PARA TRABALHAR NESSE PAÍS

*João Gomes da Silva**
*Silvana Nunes de Queiroz**
*Ricardo Ojima**

RESUMO

A mobilidade por questões de trabalho cresce de forma significativa nos diferentes espaços/escalas geográficas do mundo e do Brasil. Mas, em geral, os estudos no Brasil têm discutido esse cenário do ponto de vista dos fluxos e direcionados para áreas de concentração urbana e populacional. Entretanto, este estudo se propõe analisar os casos em que os indivíduos são encorajado ou 'obrigado' a praticar o deslocamento intermunicipal por motivo de trabalho, no ano de 2000 e 2010. Os Censos Demográficos de 2000 e 2010 são as fontes de informações. Os resultados do modelo logístico revelam que, em 2000 e 2010, o trabalhador intermunicipal apresenta características semelhantes para o sexo masculino, possui entre 25 a 34 anos, com maior chance de ser preto, solteiro, residente em zona urbana, empregado com carteira assinada, no setor de serviço. No entanto, as principais diferenças observadas no perfil entre os respectivos anos em análise, foram referentes a chance de sair do nível médio completo para o superior completo, da mobilidade acontecer na região Nordeste em relação as demais regiões, de ser em áreas não metropolitanas, e de os trabalhadores intermunicipais ganharem entre 5 a 10 salários-mínimos. Com isso, evidencia-se que essa mobilidade tem se reconfigurado, com destaque para a intensificação em áreas não metropolitanas.

Palavras-chave: Mobilidade intermunicipal; Perfil; Trabalho; Brasil.

INTRODUÇÃO

O debate sobre os deslocamentos no espaço brasileiro tem se tornado cada vez mais necessário, diante da expansão dos movimentos populacionais, sobretudo por questões de trabalho. Essa mobilidade cotidiana é mais observada em locais economicamente mais desenvolvidos, ou em fase de crescimento, com maiores oportunidades de trabalho. Mas a partir de 2003, com a criação de oportunidades de trabalho em áreas historicamente menos desenvolvidas, tem acontecido com maior intensidade de fluxos cotidianos por motivo de trabalho em todo o país, dentro ou fora do município de residência (MENEZES, 2012).

Com isso, a partir dos anos 2000, as mudanças nos tipos de deslocamentos populacionais observadas nos diferentes espaços do Brasil têm sido frequentes. Assim, é

* Doutorando em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDem/UFRN) Bolsista CAPES, Pesquisador do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC). E-mail: joaoeconomia@ymail.com

♥ Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da UFRN. Economista e Doutora em Demografia pela UNICAMP. E-mail: silvana.queiroz@urca.br

♦ Professor adjunto do Departamento de Ciências Atuariais e Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDem/UFRN). Sociólogo e Doutor em Demografia pela UNICAMP. E-mail: ricardo.ojima@gmail.com

importante saber o que influencia a mobilidade das pessoas, sobretudo a mobilidade intermunicipal. Sendo assim, de acordo com alguns apontamentos da literatura (CUNHA, 1994; MAGALHÃES; D'ÁVILA, 1996; CINTRA et al., 2009) é possível que tais fluxos ocasionem reconfigurações nos territórios metropolitanos, através de diferentes condicionantes que propiciam esse tipo de deslocamento, com distinção inclusive de grupos sociais e valorização do solo dessas áreas que em determinados espaços tem-se moradias populares em meio a condomínios de luxo (CUNHA, 1994)

Como se sabe, os deslocamentos estão associados a diversas motivações além do trabalho, como estudo, lazer, compras, tratamento de saúde, entre outros. Mas o objetivo principal deste estudo é analisar os casos em que os indivíduos são encorajado ou 'obrigado' a praticar o deslocamento intermunicipal por motivo de trabalho.

Nesse sentido, entender o cenário da mobilidade diária no território brasileiro se torna cada vez mais necessário, dado que grande parte das pesquisas sobre mobilidade intermunicipal se limitam ao estudo dos fluxos, sobretudo, em áreas metropolitanas. Com isso, o perfil das pessoas que praticam esses deslocamentos em diferentes escalas, não tem sido aprofundado. Portanto, a literatura carece de estudos que contribua com análise dos atributos pessoais dos indivíduos envolvidos nessa dinâmica, motivada por trabalho, no Brasil.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

As aplicações do modelo de regressão dizem respeito a condição em que a variável dependente (Y_i) é uma *dummy*, ou melhor, uma variável binária ou dicotômica que assume os valores 0 e 1 associada a realização de sucesso (realiza a mobilidade intermunicipal) ou fracasso (realiza a mobilidade intramunicipal) no caso deste estudo (RAMALHO; BRITO, 2016)

Essa aplicação é realizada com o modelo de regressão logística, quando a variável Y_i segue um ensaio de Bernoulli¹, apresentando a probabilidade de ocorrer o sucesso (π_i) e o fracasso quando for $1-\pi_i$. Na regressão logística a associação entre a variável Y_i e as variáveis explicativas (X) é formada por uma curva sigmoideal, onde a linearização é feita por uma função de ligação existente nesse modelo, para tal análise foi escolhida a função Logística (Logit) (REIS et al., 2010).

No que diz respeito às variáveis/características para explicar o evento de

¹ Representa um processo aleatório que diz respeito a possibilidade de acontecer somente dois resultados: 'ocorrência' e 'não ocorrência'.

ocorrência da mobilidade intermunicipal, essas são: i) sexo, ii) idade, iii) nível de instrução, iv) raça/cor, v) estado civil, vi) situação do domicílio, vii) região geográfica; viii) região metropolitana, ix) posição na ocupação; x) condição de ocupação por setor de atividade e xi) rendimento.

Para situações em que as respostas são binárias, onde o objetivo específico é averiguar a possibilidade do indivíduo realizar ou não a mobilidade intermunicipal por motivo de trabalho, entre os municípios do Brasil, pode ser usada a função de ligação logística, conforme os procedimentos seguintes:

$$Y_i = 0 \leftrightarrow P(Y_i = 0) = 1 - \pi_i \quad (1)$$

$$Y_i = 1 \leftrightarrow P(Y_i = 1) = \pi_i \quad (2)$$

Quando consideramos que a variável dependente segue uma distribuição dada mediante a expressão $Y_i = 1$, caso $P(Y_i = 1)$ seja igual ao evento acontecer a mobilidade intermunicipal (π_i) ou $Y_i = 0$ para quando ($Y_i = 0$) for a mobilidade intramunicipal ($1 - \pi_i$).

$$E(Y_i) = \pi_i = \frac{1}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_n X_{ni})} \quad (3)$$

A condição exposta pela equação (3) é a probabilidade de que o resultado dos pares observados $\beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_n X_{ni}$ seja favorável ao evento da mobilidade intermunicipal. Portanto, $E(Y_i)$ aponta a chance da i -ésima pessoa ter realizado a mobilidade intermunicipal, e X_{zi} com $z = 1, \dots, n$, é o total de variáveis explicativas observadas no modelo. Assim, quando aplicada a transformação logística na mesma temos:

$$\text{logit}(\pi_i) = \log(\pi_i / (1 - \pi_i)) = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_n X_{ni} \quad (4)$$

Na expressão da equação (4), a condição dependente das variáveis explicativas é o logaritmo natural das razões de chances, onde é estimado em quantas vezes a chance de acontecer o evento da mobilidade intermunicipal vis-à-vis a chance de não acontecer. A análise com razão de chances é mais usual nos casos com variáveis binárias/dicotômicas, como é o caso deste estudo.

QUEM SE DESLOCA POR MOTIVO DE TRABALHO NO BRASIL?

Esta seção apresenta os resultados sobre a chance dos trabalhadores estarem envolvidos na mobilidade intermunicipal, sendo influenciados por características pessoais. Para tanto, utiliza-se a regressão logística binária que têm como explicações os atributos demográficos (sexo, idade, nível de instrução, raça/cor, estado civil, situação do domicílio,

região geográfica e região metropolitana) ocupacionais (posição na ocupação e setor de atividade) e de rendimento (renda), a fim de averiguar o quanto os referidos atributos influenciam sobre a variável dependente (mobilidade intermunicipal e mobilidade intramunicipal).

A amostra é formada por 60.625.476 trabalhadores em 2000, sendo que 5.580.339 (9,20 %) praticam a mobilidade intermunicipal e 55.045.137 trabalham no município onde residem (90,80%). Por sua vez, o ano de 2010 apresenta aumento expressivo no número de trabalhadores no Brasil (74.464.721), dos quais chama atenção o aumento absoluto e relativo no contingente de pessoas que trabalham em outro município (9.759.590 ou 13,11%).

No modelo adotado, temos 0 para empregados no município de residência (intramunicipal) e 1 quando o indivíduo trabalha fora do local que reside (intermunicipal), e intervalos de confiança de 95%. Portanto, os achados da Tabela 1 evidenciam os efeitos que as variáveis explicativas exercem sobre a variável dependente. Dessa forma, para o ano 2000, a chance do trabalhador do sexo masculino se envolver na mobilidade intermunicipal é 1,38 vezes maior em relação ao sexo feminino. Quando se observa o ano de 2010, a chance de ser homem e realizar a mobilidade intermunicipal por motivo de trabalho aumenta e passa a ser 1,79 vezes maior em relação as mulheres.

No que diz respeito a maior presença de homens praticando a mobilidade intermunicipal, esses achados corroboram com os estudos da literatura internacional, como os de Carta e Philippis (2018), que mostram na Itália os homens como mais propensos a se deslocarem para locais mais distantes em relação as mulheres. Isso, possivelmente, também é devido a dificuldade que milhares de mulheres, pelo mundo, têm em trabalhar em outro município diferente do local de residência, devido ao tempo gasto de deslocamento e ao chegarem em casa terem os afazeres domésticos, cuidado dos filhos e dos idosos, que as impossibilitam de trabalhar distante do local que reside.

Com relação a idade dos trabalhadores que realizam a mobilidade intermunicipal, fez-se uma interação dos grupos etários tomando como grupo de referência, aqueles entre 25 e 34 anos, por estarem em idade que o mercado de trabalho mais demanda, bem como por terem maior disposição para se inserir em diferentes atividades (DEDECA; CUNHA, 2004). Ao comparar a chance dos trabalhadores mais jovens nas faixas de 10 a 24 anos realizar a mobilidade intermunicipal, observa-se que é menor do que se tivesse entre 25 a 34 anos. Por outro lado, para as faixas de idade acima de 34 anos a chance de praticar a mobilidade diminui em relação aqueles empregados no grupo etário mais ativo.

TABELA 1 – Estimativa da razão de chance dos trabalhadores que realizam a mobilidade intermunicipal no Brasil, segundo características demográficas – 2000 e 2010

Variáveis	2000		2010	
	Razão de chance	I.C de 95%	Razão de chance	I.C de 95%
Sexo				
Masculino	1,375	(1,372 - 1,377)	1,791	(1,789 - 1,794)
Feminino		(Ref.)		(Ref.)
Idade				
10 a 14	0,582	(0,568 - 0,597)	0,629	(0,625 - 0,643)
15 a 24	0,971	(0,969 - 0,974)	0,950	(0,948 - 0,952)
25 a 34		(Ref.)		(Ref.)
35 a 44	0,942	(0,940 - 0,944)	0,945	(0,941 - 0,947)
45 a 59	0,793	(0,791 - 0,796)	0,821	(0,819 - 0,823)
60 +	0,479	(0,476 - 0,481)	0,521	(0,519 - 0,523)
Raça/cor				
Branca		(Ref.)		(Ref.)
Preta	1,027	(1,014 - 1,040)	1,103	(1,105 - 1,115)
Amarela	0,910	(0,908 - 0,916)	1,011	(1,004 - 1,018)
Parda	0,991	(0,974 - 1,008)	1,098	(1,096 - 1,100)
Indígena	0,768	(0,755 - 0,782)	0,625	(0,417 - 0,937)
Nível de instrução				
Sem inst. e Fund. incomp.		(Ref.)		(Ref.)
Fund. comp. e Méd. incomp	1,017	(1,015 - 1,020)	1,170	(1,167 - 1,172)
Méd. comp. e Sup. incomp	1,245	(1,242 - 1,249)	1,368	(1,366 - 1,371)
Superior completo	1,124	(1,118 - 1,130)	1,558	(1,555 - 1,562)
Estado civil				
Casado		(Ref.)		(Ref.)
Separado/Divorciado/Viúvo	1,004	(0,998 - 1,010)	0,874	(0,869 - 0,887)
Solteiro	1,035	(1,033 - 1,038)	1,078	(1,046 - 1,069)
Situação do domicílio				
Urbano		(Ref.)		(Ref.)
Rural	0,420	(0,418 - 0,422)	0,559	(0,557 - 0,560)
Região Geográfica				
Norte	0,456	(0,453 - 0,459)	0,448	(0,446 - 0,450)
Nordeste		(Ref.)		(Ref.)
Sudeste	1,801	(1,796 - 1,806)	1,342	(1,340 - 1,345)
Sul	1,424	(1,420 - 1,429)	1,203	(1,201 - 1,206)
Centro Oeste	0,993	(0,988 - 0,997)	0,947	(0,945 - 0,950)
Região Metropolitana				
Região não metropolitana		(Ref.)		(Ref.)
Região metropolitana	2,296	(2,292 - 2,300)	1,523	(1,552 - 1,535)

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2000 e 2010).

Para o ano de 2010, evidencia-se a mesma tendência do comportamento observado em 2000, onde a chance dos trabalhadores realizar a mobilidade para outros

municípios, em todos as faixas de idades diminuem (Tabela 1). No tocante aos indivíduos com idade mais avançada, aqueles acima de 35 anos, a chance começa a diminuir, sendo que no grupo etário acima de 60 anos, a chance é 1,91 vezes menor (RC 1/0,521) do que os adultos na faixa etária entre 25 a 34 anos.

Essa mudança, ou melhor, aumento na faixa etária dos trabalhadores envolvidos na mobilidade intermunicipal, entre 2000 e 2010, é possível que esteja relacionado aos incentivos oferecidos aos jovens, através dos programas PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e PBF (Programa Bolsa Família), os quais têm a finalidade de qualificá-los e possibilitar que os mesmos tenham melhor inserção no mercado de trabalho, explicando, em parte, a inserção mais tardia, além das exigências por mão de obra mais qualificada e experiente, fazendo com que as pessoas/jovens dediquem mais tempo em sua qualificação (SILVA FILHO; QUEIROZ; REMY, 2011).

Sobre a característica racial, no ano 2000, os indivíduos que se autodeclararam pretos, a chance de realizar a mobilidade intermunicipal aumenta em 1,03 vezes, em relação aos brancos. Em 2010, a chance de praticarem a mobilidade intermunicipal aumenta 1,10 vezes para a raça/cor preta em relação aqueles de pele branca. Esse resultado, em parte, decorre de um lento aumento na participação de trabalhadores declarados negros, refletindo uma parcela de pessoas de pele preta e parda nas mais variadas atividades do mercado e universidades.

Contudo, ainda existem discriminação quanto ao ingresso no mercado de trabalho ou em instituições de ensino (PRONI; GOMES, 2015; CORREIA; OJIMA, 2017). Portanto, durante a década estudada, há políticas públicas, especificamente cotas raciais, que fizeram a população de trabalhadores e estudantes autodeclarada da raça/cor preta aumentar (QUEIROZ, 2013).

No tocante ao nível de instrução, os indivíduos com nível médio completo e superior incompleto têm 1,24 vezes de chance a mais de sair para trabalhar em outro município diferente de onde reside, em comparação aos sem instrução e fundamental incompleto, em 2000. Por outro lado, em 2010, os trabalhadores que realizam a mobilidade intermunicipal com nível superior completo têm 1,57 vezes mais de chance do que aqueles que não possuíam ou tinha ensino básico em andamento. Tal fato mostra que o grau de instrução dos trabalhadores envolvidos na mobilidade intermunicipal melhorou durante o período analisado, e isso se deve pela busca de melhor qualificação devido a maior exigência e seletividade do mercado de trabalho (QUEIROZ; RAMALHO, 2011).

Com relação ao estado civil, tem-se que no ano 2000, a chance de ser trabalhador que realiza a mobilidade intermunicipal e ser solteiro é 1,04 vezes maior do que em relação aos casados. Quando se observa essa dinâmica para o ano de 2010, ser solteiro e realizar a mobilidade intermunicipal passa a ser 1,08 vezes maior do que os casados. Tais resultados estão em consonância com Geslin e Ravalet (2016), que encontraram para a França que os indivíduos solteiros estão mais propensos a ‘aventurar’ maiores ganhos em locais distantes de onde residem.

Quanto a situação do domicílio, em 2000, a chance dos ocupados envolvidos na mobilidade intermunicipal residir em áreas rurais é 2,38 vezes menor (RC 1/0,420) do que aqueles residentes em áreas urbanas. Para o ano de 2010, a chance dos trabalhadores praticarem a mobilidade intermunicipal e morar na zona rural arrefece e passa a ser 1,78 vezes menor (RC 1/0,559) quando comparado com aqueles que residem no urbano. Esse fenômeno se relaciona com a modernização da malha urbana, acesso aos meios de transporte particular e melhora nos transportes públicos que propiciam o aumento da mobilidade em áreas urbanizadas (BRITO, 2006).

Estudos sobre a mobilidade intermunicipal em áreas metropolitanas (CUNHA; PESSINI, 2008; JARDIM, 2011; SILVA; QUEIROZ; SIDRIM, 2017) mostram que esse tipo de deslocamento tem sido característico de área com grandes aglomerados urbanos. Diante disso, discute-se que essa concentração e atração de população por parte dessas áreas dinamizadas em termos de investimentos, gera uma relação de dependência entre os municípios menos providos de recurso com aqueles mais desenvolvidos e possuídos de melhores oportunidades empregatícias.

No que se refere a região geográfica em que os trabalhadores estão envolvidos na mobilidade intermunicipal, é importante ressaltar que tais achados não representa uma comparação, mas apenas a chance do evento acontecer. Diante disso, em 2000, a chance de praticar esse tipo de mobilidade na região Sudeste era 1,80 vezes maior e no Sul 1,42 vezes maior do que na região Nordeste. No entanto, em 2010, constata-se diminuição na chance dos trabalhadores realizarem a mobilidade intermunicipal em todas as regiões do país, em detrimento do aumento dessa mobilidade no Nordeste. Desse modo, a mobilidade intermunicipal estaria cada vez mais presente no Nordeste, devido o processo de modernização do urbano que favoreceu a implantação e integração de diversas áreas urbana da região em anos recentes (MARANDOLA JR., 2008).

Ademais, as mudanças na estrutura econômica do país ao longo dos anos 2000, sobretudo, na desconcentração da atividade econômica para regiões menos desenvolvidas,

fez com que os grandes aglomerados urbanos, perdessem, em certa medida, sua força concentradora da produção e populacional para as cidades médias do Brasil (QUEIROZ et al., 2020).

No bojo desse processo, a região Nordeste destaca-se no crescimento do número de municípios com capacidade econômica representativa para região. Além disso, esses polos de desenvolvimento exercem um papel importante no processo dos novos tipos de mobilidade espacial. Sendo assim, fatores como a interiorização do ensino, expansão da malha urbana nas cidades de porte médio, também são as responsáveis pelo aumento da mobilidade diária no Nordeste (DOTA; QUEIROZ, 2019).

Através da variável Região Metropolitana (RM), constata-se que para o ano 2000, a chance do trabalhador que pendula residir em áreas metropolitanas é 2,29 vezes maior em relação a não residir em tais metrópoles. Contudo, em 2010, evidencia-se arrefecimento na chance dos ocupados envolvidos na mobilidade intermunicipal serem de área metropolitana, que passa a ser 1,52 vezes maior do que não morar nos aglomerados metropolitanos.

Esses achados estão em conformidade com Pisarski (2006), onde o autor aponta que nos Estados Unidos a mobilidade temporária, dentro dos aglomerados metropolitanos, estão cada vez menos notados, em detrimento do aumento desses deslocamentos em locais suburbanos e não metropolitanos. No Brasil, constata-se uma mudança no comportamento dessa mobilidade, onde essa não é característica somente de municípios integrados às regiões metropolitanas, mas é praticada, cada vez mais, em territórios não metropolitanos. Essa tendência é uma discussão que Marandola Jr. e Ojima (2014) iniciaram em suas pesquisas sobre a tendência do aumento da mobilidade intermunicipal em áreas não metropolitanas, e se constata neste estudo.

É importante destacar o crescimento de cidades médias no interior brasileiro e nordestino (QUEIROZ et al., 2020) a partir de investimentos públicos e privados, ocasionando a geração de emprego nos diversos segmentos. Com isso, os indivíduos diminuem a necessidade de realizarem movimentos espaciais de longa distância, isto é, migrar em busca de mobilidade social. Uma vez que a política de valorização do salário e de transferência de renda, é para todo o país, e condiciona a permanência desses trabalhadores nos locais de origem (DEDECA; TROVÃO; SOUZA, 2014).

Com relação as condições que caracterizam a ocupação e o rendimento dos trabalhadores que realizam a mobilidade intermunicipal no mercado de trabalho brasileiro, evidencia-se na Tabela 2, que no tocante a posição na ocupação, a maior diferença está na

condição conta própria, com chance de 1,15 vezes menor (RC 1/0,866) em comparação com os que trabalham com carteira assinada. Mas em 2010 constata-se alterações, dado que os sem carteira assinada passou a apresentar maior diferença, onde a chance é 1,43 vezes menor (RC 1/0,695) em relação aos com carteira assinada e envolvidos na mobilidade intermunicipal.

Tais mudanças decorrem do crescimento econômico favorável concomitante com o aumento de empregos formais (BALTAR et al., 2010; QUEIROZ, 2013). Desse modo, houve crescimento no número de trabalhadores com carteira assinada no país, sendo reflexo do dinamismo da economia brasileira ao longo dos anos 2000 e do papel do Estado e políticas públicas nesse processo.

No que se refere ao setor da atividade econômica, em 2000, a chance dos trabalhadores que realizam a mobilidade intermunicipal se inserirem no ramo de serviços é 1,88 vezes maior em comparação aos ocupados na agricultura, silvicultura e pesca e, em 2010, aumenta para 2,92 vezes. Esse achado se explica pelo aperfeiçoamento nos diferentes segmentos, uma vez que o setor de serviços é bastante heterogêneo e amplo, e passa ser a atividade mais destacada no país, dado que abrange diferentes ocupações em variados segmentos (QUEIROZ, 2013).

TABELA 2 – Estimativa da razão de chance dos trabalhadores que realizam a mobilidade intermunicipal no Brasil, segundo características ocupacionais e de rendimento – 2000 e 2010

Variáveis	2000		2010	
	Razão de chance	I.C de 95%	Razão de chance	I.C de 95%
Posição na ocupação				
Com carteira assinada		(Ref.)		(Ref.)
Mil. e Func. Púb. Est.	0,472	(0,184 - 0,798)	0,402	(0,401 - 0,411)
Sem carteira assinada	0,662	(0,469 - 0,881)	0,695	(0,693 - 0,696)
Conta própria	0,866	(0,765 - 0,980)	0,463	(0,460 - 0,465)
Empregador	0,797	(0,704 - 0,902)	0,372	(0,366 - 0,378)
Setor de atividade				
Agropec. Silvíc. e Pesca		(Ref.)		(Ref.)
Ind. Extrativa	0,514	(0,510 - 0,518)	0,575	(0,572 - 0,578)
Ind. Transformação	1,195	(1,178 - 1,211)	1,353	(1,338 - 1,418)
Ind. Construção	0,953	(0,946 - 0,960)	1,270	(1,267 - 1,273)
Serv. ind. de útil. púb.	1,036	(1,026 - 1,046)	1,182	(1,177 - 1,187)
Comércio	1,806	(1,796 - 1,816)	1,653	(1,647 - 1,660)
Serviço	1,878	(1,871 - 1,885)	2,917	(2,915 - 2,920)
Adm. pública	0,701	(0,695 - 0,706)	1,974	(1,971 - 1,977)
Atividade mal definida	0,534	(0,472 - 0,603)	0,616	(0,612 - 0,619)
Renda				
Até 1/2 S.M		(Ref.)		(Ref.)
Mais de 1/2 até 1 SM	1,753	(1,738 - 1,769)	2,231	(2,221 - 2,242)
Mais de 1 até 2 SM	2,712	(2,689 - 2,735)	2,972	(2,958 - 2,986)
Mais de 2 até 5 SM	3,943	(3,909 - 3,977)	4,184	(4,163 - 4,205)
Mais de 5 até 10 SM	3,867	(3,824 - 3,909)	4,978	(4,946 - 5,010)
Acima de 10 SM	2,869	(2,825 - 2,913)	3,856	(3,829 - 3,883)

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2000 e 2010).

Nota: O valor do salário mínimo utilizado na análise, foi o vigente em 2000 (R\$ 151,00) e para 2010 (R\$ 510,00)

Ao considerar as características econômicas, mediante o rendimento em salários-mínimos no trabalho principal, em 2000, a chance dos ocupados envolvidos na mobilidade intermunicipal ganhar mais de 2 até 5 salários mínimos é 3,94 vezes maior que ganhar até meio salário mínimo. Por sua vez, em 2010, esta chance aumenta para mais de 5 até 10 salários-mínimos, sendo 4,98 vezes maior do que ganhar até meio salário. Tal fenômeno se associa aos indivíduos ocupados em locais distantes de onde residem ganharem cada vez mais (DESCHSAMPS; CINTRA, 2008), sendo um estímulo para realizar cotidianamente a mobilidade intermunicipal, ratificando o que aponta a literatura internacional.

Portanto, os achados deste estudo ratificam a literatura sobre a dinâmica dos deslocamentos populacionais, os quais enfatizam que o comportamento dos indivíduos inseridos em algum tipo de mobilidade espacial, tendem a ocupar melhores postos de

trabalho quando comparado aos que permanecem no local de origem, bem como auferir os melhores rendimentos. Ademais, é importante salientar que o comportamento dos deslocamentos populacionais, em especial, os mais contemporâneos, estão em constante processos de mudanças, e ganham proporções e significados diferentes de acordo com a desconcentração e necessidade de cada território, envolvendo diferentes grupos populacionais por diversos motivos (QUEIROZ; RAMALHO, 2011; QUEIROZ, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar as características pessoais (demográfica, ocupacional e rendimento) das pessoas envolvidas na mobilidade motivada por trabalho em nível municipal, no ano 2000 e 2010, no Brasil. A princípio constatou-se que a mobilidade por motivo de trabalho, entre municípios diferentes, aumenta significativamente no país.

Associa-se esse resultado ao aumento na oferta de trabalho no Brasil, ao longo dos anos 2000, implicando na dinamização dos fluxos populacionais, onde o espaço de vida da população tem aumentado cada vez mais, a mobilidade para trabalhar fora do local de onde reside, com destaque para a intensificação desta mobilidade na região Nordeste, e concentração em espaços não metropolitanos.

Além disso, devido as políticas educacionais e de interiorização do ensino implementadas a partir dos anos 2000, constatou-se diferenças no perfil daqueles que trabalham em município diferente de onde residem, especificamente no nível de instrução e, conseqüentemente, nos rendimentos em comparação aos que trabalham no município onde residem. Isto porque, os trabalhadores praticantes da mobilidade intermunicipal, em geral, são mais qualificados e conseguem se inserir em vagas ofertadas em outros municípios. Portanto, isso faz com que as pessoas menos qualificadas permaneçam e ocupem cargos menos remunerados no local de origem, mas esse cenário tem mudado com as práticas incorporadas com as políticas de incentivo a qualificação para o trabalhador nesse período analisado.

Portanto, o perfil predominante dos trabalhadores/pendulares intermunicipais se resume em ser homem, entre 25 e 34 anos, raça/cor preta, com superior incompleto, empregado no setor de serviços e com carteira assinada os intermunicipais tiveram um impacto na renda para baixo nos respectivos anos. Entretanto, existem diferenciais positivos que prevalecem para os indivíduos que trabalham fora do local que reside, em termos de educação e rendimentos especificamente, em relação aos que não saem do município de residência.

Outra mudança que se evidenciou foi na região geográfica. Em 2000, a mobilidade intermunicipal tinha mais chance de predominar no Sudeste e Sul, enquanto em 2010 passou a ser o Nordeste. Esses achados são interessantes para mostrar o comportamento da classe trabalhadora diante da mobilidade espacial da atividade econômica e oportunidades de trabalho em outras regiões/áreas, como também para tratar da dinâmica populacional através do perfil dos indivíduos. Torna-se, portanto, cada vez mais pertinente e relevante discussões sobre mobilidade recorrente entre diferentes localidades, a fim de saber os motivos de quem pratica esse tipo de deslocamento, haja vista que essa dinâmica é a tendências dos movimentos populacionais no país em períodos mais recentes.

Essa dinâmica, de certa forma, está associada e influenciada pelas mudanças sociais, econômicas e demográficas no país, por meio do crescimento econômico, geração de postos de trabalho de maneira desconcentrada dos grandes centros e/ou metrópoles e melhora na educação do trabalhador. Com isso, os trabalhadores que, em outro contexto, poderiam ser potenciais migrantes de longa distância, passaram a se deslocar dentro do próprio estado, notadamente, entre os municípios, ao invés de migrar para outros estados/metrópoles por motivo de trabalho.

Diante dos achados deste estudo, pode-se inferir que a mobilidade intermunicipal motivada por trabalho está cada vez mais presente em áreas não metropolitanas do país, mostrando que as grandes metrópoles estão perdendo, em certa medida, o caráter atrativo e esse tipo de mobilidade não é somente típico de áreas metropolitanas, mas se espalha pelos diferentes territórios do país, atingindo cidades interioranas, metrópoles distantes da faixa litorânea e a região Nordeste.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. E. A. et al. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Berlin: Global Labour University, 2010. (Working Papers, n. 9).

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

CARTA, F; PHILIPPIS, M. You've come a long way, baby Husbands' cointramunicipaluting time and Family labour supply. **Regional Science and Urban Economics**, [S. l.], v. 69, p. 25-37, 2018.

CINTRA, A. et al. Mobilidade pendular da população na Região Sul. In: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Território coesão social e governança democrática**. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

CORREIA, I. A; OJIMA. R. Migração e seletividade no Estado do Espírito Santo e na Região Metropolitana da Grande Vitória: considerações a partir do censo demográfico de 2010. **Geografares**, Vitória, ES, n. 24, p. 40-57, 2017.

- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. 311f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.
- DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M; SOUZA, L. F. Desafios do crescimento brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, p. 23-41, 2014. (Dossiê Desenvolvimento e Inovação).
- DESCHAMPS, M. V; CINTRA, A. Mobilidade pendular para trabalho na região metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 21, n. 2, p. 415-430, 2019.
- GESLIN, S. V.; RAVALET, E. Determinants of extreme commuting: evidence from Brussels Geneva and Lyon. **Journal of Transport Geography**, London, v. 54, p. 240-247, 2016.
- JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade intermunicipal. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2011. p. 51-59.
- MAGALHÃES, D. J. A. V.; D'ÁVILA, A. E. C. Migrações dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte visando moradia próxima ao local de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.
- MARANDOLA JR, E. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. 2008. 278f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.
- MENEZES, M. A. Migrações e mobilidade: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-40.
- PISARSKI, A. E. **Cointramunicipaluting in america: the third national report on cointramunicipaluting patterns and trends**. Washington, DC: Transportation Research Board, 2006.
- PRONI, M; GOMES, D. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça”. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.
- QUEIROZ, S. N. et al. Migration in intermediary cities in the interior of the brazilian northeast: the attraction of migration as a distinctive element. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 22, p. 1-35, 2020.
- QUEIROZ, S. N. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. 2013. 251f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- QUEIROZ, S. N.; BAENINGER, R. A. Migração de retorno: o caso recente das migrações cearenses. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 44, n. 4, p. 833-850, 2013.
- QUEIROZ, V. S.; RAMALHO, H. M. B. Migração interestadual de retorno e autosseleção: evidências para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v.41, n. 3, p. 369- 396, 2011.

RAMALHO, H. M. B; BRITO, D. J. M. Migração intrametropolitana e mobilidade intermunicipal: evidências para região metropolitana de Recife. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 46, n. 4, p. 823-877, 2016.

REIS, C. P. Et al. Probabilidades de ocorrência de violência sofrida por adolescentes do Município de Parauapebas do Estado do Pará por gênero. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 19., 2010, São Pedro, SP. **Anais...** São Paulo, SP: Associação Brasileira de Estatística, 2010.

SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N.; SIDRIM, R. M. S. Movimento Pendular na Região Metropolitana do Cariri (RMC). In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 10., 2017, Natal, RN. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2017.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N.; REMY, M. A. P. A. Indústria de transformação: localização e emprego formal nos estados do Nordeste – 1998/2008. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 162-183, 2011.

DE ANTES DA GRAVIDEZ ATÉ A INFÂNCIA: TRABALHO E ESTUDO DE MÃES E PAIS NO PAINEL DA PNAD CONTÍNUA

Marcos Hecksher♥

*Ana Luíza Neves de Holanda Barbosa**

Joana Simões Costa♦

RESUMO

Dados de pesquisas que investiguem a gravidez são escassos, mas o painel rotativo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite observar a dinâmica laboral e educacional das famílias antes e depois do nascimento de bebês. Este artigo demonstra que, enquanto a probabilidade de trabalhar dos futuros pais não se altera, a das mães cai fortemente conforme o nascimento se aproxima. A proporção de mães trabalhando sem cobertura previdenciária é reduzida em quase dois terços no ano anterior ao nascimento do filho e dobra três trimestres depois. Já a proporção de mães que têm trabalho com contribuição previdenciária diminui mais suavemente até que a maioria esteja em licença maternidade, mas acelera a queda ao fim da estabilidade legal. Enquanto o percentual dos pais que não estudam nem trabalham no mercado oscila ao redor de 8,7%, o das mães sobe de 31,8% um ano antes até 54,5% três trimestres depois do nascimento, chegando a 65,5% entre as jovens de 15 a 24 anos de idade.

Palavras-chave: Gravidez; Trabalho; Educação; Desigualdade; Gênero.

INTRODUÇÃO

As trajetórias profissionais e educacionais das mulheres costumam ser as mais afetadas pela fecundidade, devido à tradicionalmente desigual divisão entre gêneros do trabalho de cuidados com os filhos. Isso resulta em altas taxas de mães que não estudam nem trabalham, o que limita suas oportunidades e o desenvolvimento ao seu redor. O painel rotativo da PNAD Contínua permite construir uma linha do tempo desde um ano antes do nascimento de um bebê, e, combinando diferentes domicílios, estendê-la para acompanhar o que acontece com mães e pais conforme seus filhos crescem.

Apesar da crescente inserção laboral das mulheres nas últimas décadas, diferenças de gênero permanecem em indicadores de produtividade e renda em diferentes setores, empregos e países. Alguns estudiosos argumentam que essas desigualdades podem ser explicadas por normas sociais de gênero nas escolhas do mercado de trabalho (BERTRAND; KAMENICA; PAN, 2015). Há evidências de que as mulheres sejam mais

♥ Doutor em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence). Assessor especializado da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). E-mail: marcos.hecksher@ipea.gov.br.

* Doutora em Economia pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE). Técnica de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea. E-mail: ana.barbosa@ipea.gov.br.

♦ Doutora em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Técnica de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea. E-mail: joana.costa@ipea.gov.br.

propensas a trocar remuneração por trabalho flexível (GOLDIN, 2014), pois enfrentam pressões sociais para dedicarem mais tempo a tarefas voltadas ao âmbito familiar. Um componente particularmente importante do trabalho não mercantil envolve cuidar de crianças. A maternidade, associada ao estado civil e à composição familiar, pode reforçar as desigualdades de gênero e gerar implicações importantes na divisão de trabalho intrafamiliar (remunerado e não remunerado), limitando as oportunidades das mulheres e o desenvolvimento do bem-estar ao seu redor.

Há evidências empíricas de que a presença de crianças no domicílio afeta negativamente os resultados femininos na educação e no mercado de trabalho (NGUYEN, 2019; KLEVEN; LANDAIS; SØGAARD, 2018; HOTZ; JOHANSSON; KARIMI, 2017; JOONA, 2017; LIM, 2017; PAL; WALDFOGEL, 2016). Em particular, a maternidade resulta em altas taxas de mães nem-nem, que nem trabalham nem estudam (NOVELLA et al., 2018; CORSEUIL; BOTELHO, 2014). Para o caso brasileiro, há também evidências de sanções à maternidade no envolvimento das mulheres no mercado de trabalho (MACHADO; PINHO NETO, 2018; PAULO, 2013; SOUZA; RIOS-NETO; QUEIROZ, 2011; PAZELLO, 2006; PAZELLO; FERNANDES, 2004). Contudo, a maioria dos estudos brasileiros sobre o tema utiliza dados transversais e investiga os efeitos da fecundidade recente, não acompanhando o período de gravidez, como aqui.

MÉTODOS

O objetivo central deste artigo é mostrar, com uma análise descritiva, como variam as frequências com que mães e pais trabalham e estudam antes e depois do nascimento de um(a) bebê. A próxima etapa do projeto de pesquisa incluirá análises sobre transições individuais e inferência de relações causais, o que ainda não é apresentado nesta versão do artigo.

Na coleta da PNAD Contínua, o IBGE busca visitar os mesmos domicílios por cinco trimestres consecutivos. Embora seus microdados trimestrais não incluam informação sobre gravidez, é possível observar o que ocorre ao longo do ano anterior ou em períodos posteriores ao nascimento de uma criança em um domicílio. O questionário inclui perguntas sobre as datas de nascimento de todos os moradores dos domicílios amostrados. Defina-se como $t = 0$ o trimestre que contém a data de nascimento de um(a) bebê da amostra. Isso permite observar, em alguns domicílios, o que ocorre desde $t = -4$.

A identificação longitudinal dos domicílios foi feita com as variáveis indicadas pelo IBGE, e, em cada um deles, a identificação de pessoas foi feita a partir do sexo e da

data de nascimento de cada morador, nos casos em que essa combinação é única. Nem todas as observações da base de dados contam com respostas relativas à data de nascimento, mas, para a análise realizada neste artigo, só foram considerados(as) bebês, mães e pais com data de nascimento informada.

Em parte dos domicílios, o IBGE não consegue realizar todas as visitas planejadas, por mudança ou indisponibilidade dos moradores. Informações do trimestre -4 só podem ser obtidas da subamostra de domicílios em que houve ao menos duas visitas afastadas em um ano, a primeira e a quinta planejadas. Para evitar comparações entre domicílios com diferentes graus de estabilidade e disponibilidade, as análises incluem apenas aqueles com duas visitas afastadas em um ano. Além disso, considera somente os que tenham pelo menos duas visitas em trimestres consecutivos. Foram utilizados os microdados trimestrais de 2012t1 a 2019t2.

Com base na primeira visita em que cada bebê aparece nos microdados, foram identificados pais e mães que, naquela ocasião, residiam em seu domicílio. No caso de bebês identificados(as) como filhos(as) dos responsáveis pelos domicílios e/ou de seus cônjuges, a identificação de mães e pais é simples e direta. Adicionalmente, foram consideradas também pessoas supostas como prováveis mães e pais de bebês reportados(as) como netos(as) dos responsáveis. Dessa forma, foram classificados(as) filhos(as), enteados(as), genros e noras dos responsáveis que fossem os únicos de seu sexo com uma dessas posições no domicílio e que tivessem, no nascimento do(a) bebê, pelo menos 10 anos de idade e, no caso das mulheres, até 54 anos de idade.

Além disso, os pais e as mães mantidos na análise são somente aqueles cujos(as) bebês sejam as únicas pessoas com até 1 ano de idade em todas as visitas ao domicílio, que apareçam pela primeira vez na pesquisa em seu primeiro ou segundo trimestre de vida e que, tendo havido visitas posteriores ao mesmo domicílio, continuem a aparecer em todas. A análise exclui, portanto, gêmeos(as) e demais irmãos(ãs) com nascimentos afastados em menos de 2 anos.

Não é possível distinguir filhos adotivos nos dados. Supondo-se que a maioria dos(as) recém-nascidos(as) tenda a morar com a mãe biológica, é possível entender que os resultados do trimestre -4 antecedem, no mais das vezes, o início de uma gravidez dessa mãe residente no mesmo domicílio. Nos trimestres -3, -2 e -1, respectivamente, torna-se possível, provável e finalmente quase certo que os pais já tenham informação sobre a suposta gravidez em curso. Os dados apresentados do trimestre 0, em que o(a) bebê nasce, agregam informações de domicílios visitados antes e depois do nascimento. Os trimestres

de 1 a 5 informam o que ocorre em domicílios com bebês de até 1 ano e 1 trimestre de vida completos.

Os resultados relativos ao provável período de gravidez devem ser, portanto, interpretados como uma aproximação, pois os dados não distinguem filhos(as) adotivos(as), e o método empregado não permite observar casos de gravidez interrompida, seja por abortos espontâneos, seja por abortos induzidos. A análise restringe-se aos domicílios selecionados, conforme o método descrito. Em especial, são considerados(as) apenas filhos(as) nascidos(as) vivos(as) e, no caso dos trimestres 1 a 5, sobreviventes a cada uma dessas idades. Além das restrições descritas, não foram feitas outras quanto à composição dos domicílios, incluindo famílias nucleares e estendidas de diversos tamanhos e tipos.

RESULTADOS

A análise concentra-se, a partir do método descrito, em 24.300 bebês da amostra. Ao aparecerem na PNAD Contínua pela primeira vez, 19.314 deles(as) moravam com mãe e pai; 3.681, com mãe e sem pai; e 1.305, com pai e sem mãe¹. As frequências relativas apresentadas a seguir são ponderadas pelos pesos com pós-estratificação da PNAD Contínua.

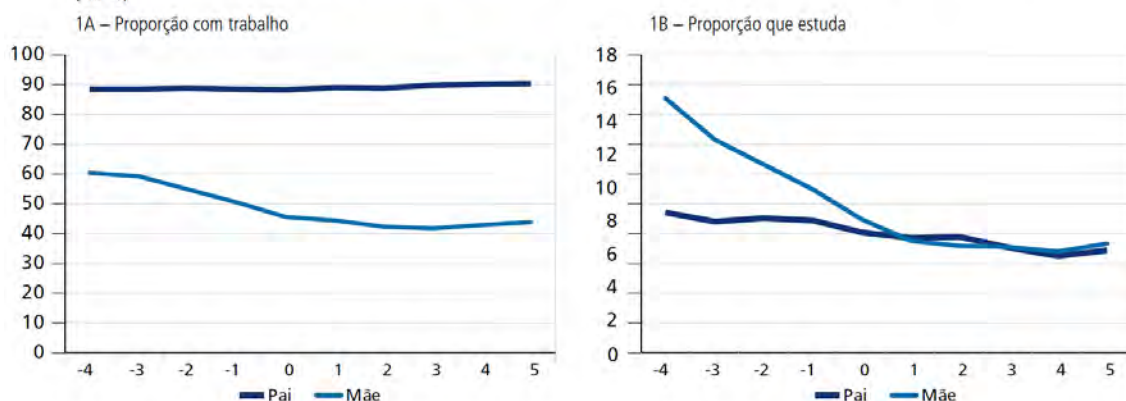
O percentual de pais que trabalham praticamente não se altera antes ou depois do nascimento (Gráfico 1A), permanecendo sempre ao redor de 89%. Já o percentual de mães que trabalham diminui fortemente durante a gravidez: parte de 60,2%, um ano antes, passa por 45,4% no trimestre de nascimento, atinge o nível mínimo de 41,6% três trimestres depois e vai a 43,7% cinco trimestres após o nascimento. Isso mostra que a discrepância entre os níveis de emprego de mães e pais é expandida ao longo da gravidez e não recua logo após o nascimento do(a) bebê.

¹ Com os critérios descritos na seção anterior, permaneceu na amostra apenas um bebê com dois pais, incluído entre os 1.305 citados. Nenhum(a) bebê com duas mães ficou na análise. Os resultados apresentados referem-se, portanto, a todas as visitas da PNAD Contínua em que aparecem 22.995 mães e 20.620 pais.

GRÁFICO 1

Trabalho e estudo de mães e pais, por trimestre referenciado ao nascimento do(a) bebê

(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2RiG38Z>>.

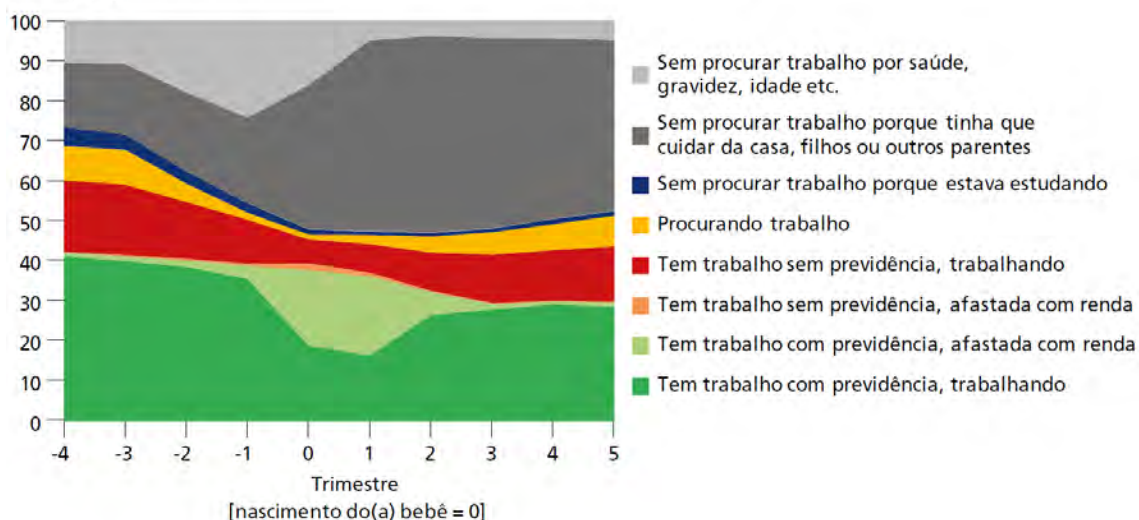
No tocante à educação, as mulheres frequentam escola, inclusive graduação e pós-graduação, em proporções superiores aos homens no Brasil. Ao longo dos trimestres de gravidez, no entanto, essa vantagem feminina cai até que as taxas de mães e pais se tornem indistintas, a partir do trimestre seguinte ao do nascimento ($t = 1$ no Gráfico 1B). Enquanto o percentual de pais que estudam declina de 8,5% a 6,9%, o das mães cai acentuadamente, de 15,4% a 6,7%, entre os trimestres -4 e 1.

O Gráfico 2 subdivide as mães com e sem trabalho em situações mais específicas, o que permite observar importantes variações que explicam a queda de seu percentual com trabalho. Durante a gravidez, cai fortemente o percentual de mães que trabalham sem contribuição previdenciária, de 17,9%, no trimestre -4, até 6,0%, no trimestre do nascimento.

GRÁFICO 2

Distribuição das mães relativamente a trabalho, previdência e afastamentos

(Em %)

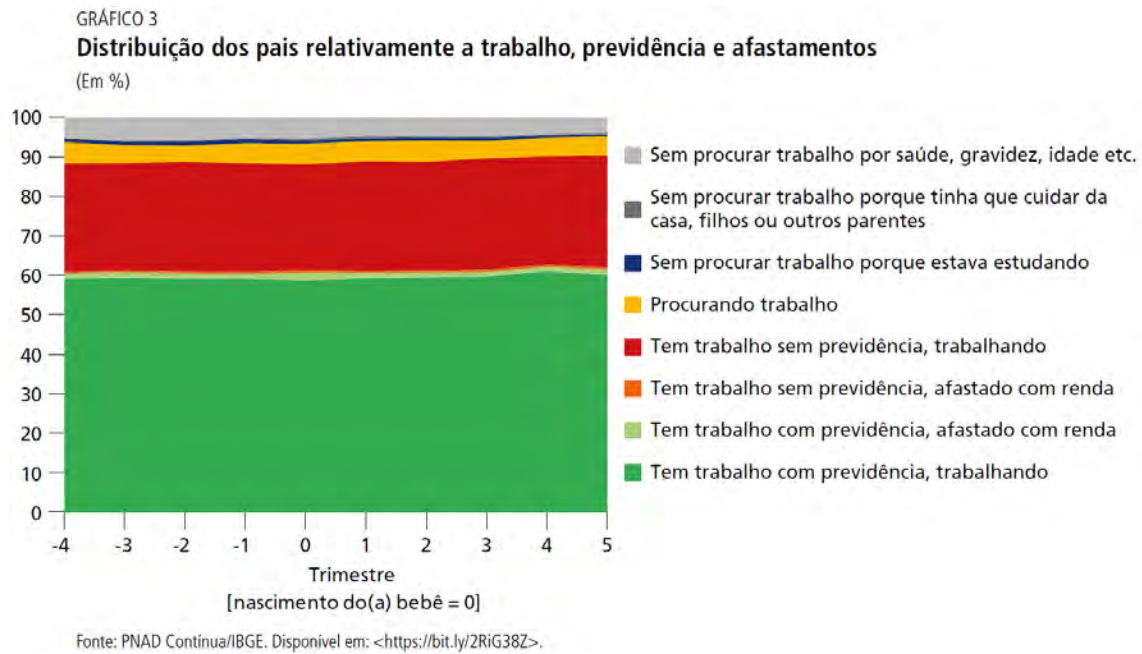
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2RiG38Z>>.

Do lado das sem trabalho, o percentual das mães que procuram trabalho (desempregadas) também cai acentuadamente, de 8,5% para 1,3%, mas é mais do que compensado pelo forte aumento das que nem trabalham nem procuram trabalho, de 31,3% para 53,3%. Esse aumento da inatividade no mercado de trabalho é explicado pelos entrevistados (nem sempre as próprias mães), inicialmente, por motivos diversos, que incluem a gravidez e, sobretudo a partir do nascimento, porque elas tinham de cuidar da casa, dos(as) filhos(as) ou outros(as) parentes. A dedicação aos estudos, por sua vez, é um motivo que perde importância entre elas, de 4,6%, um ano antes, para 1,2%, no nascimento, e 1,1%, cinco trimestres depois.

Do lado daquelas com trabalho, como foi dito, o grupo descoberto pela previdência cai em quase dois terços na gravidez, mas dobra depois do nascimento. Já o percentual daquelas que têm um trabalho com contribuição previdenciária diminui mais suavemente até que a maioria esteja afastada com licença maternidade, mas acelera a queda ao fim da estabilidade legal.

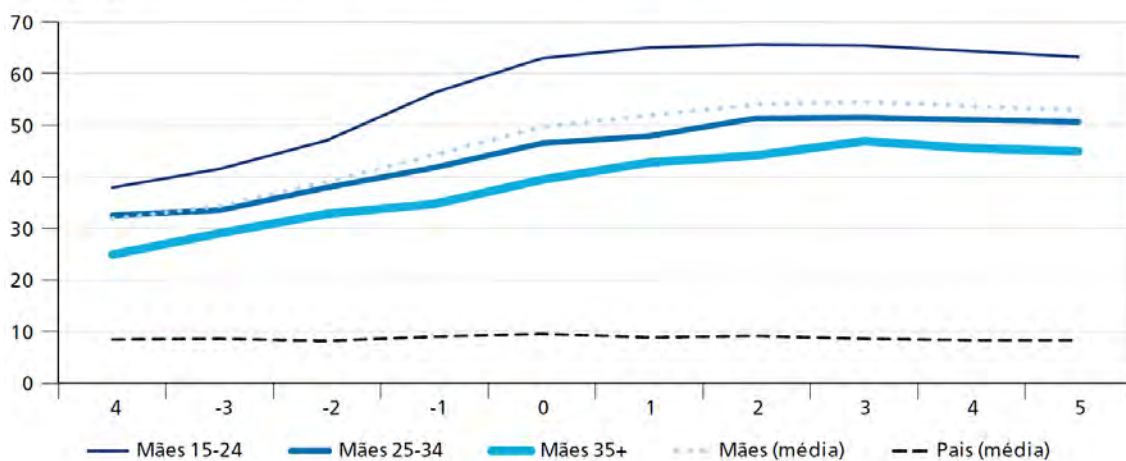
O Gráfico 3 replica para os pais o que o gráfico 2 faz para as mães. A primeira diferença que chama a atenção é a estabilidade de todos os percentuais no caso dos pais, antes, durante e depois do nascimento de seus(suas) filhos(as). Além disso, como foi visto no Gráfico 1A, o percentual com trabalho é muito mais alto que o das mães, especialmente com cobertura previdenciária. Os que nem trabalham nem procuram trabalho porque, segundo as pessoas entrevistadas, cuidam de afazeres domésticos, filhos(as) ou outros(as)

parentes nunca superam 0,5% do total de pais, enquanto, entre as mães, chegam a atingir 49,0%.



Os percentuais médios de pais e mães que nem estudam nem trabalham são mostrados no gráfico 4, que também separa as mães em três faixas etárias ao terem seus filhos. Novamente, a proporção dos pais pouco se altera antes ou depois do nascimento dos(as) bebês. As das mães, por sua vez, sobem desde o início da gravidez e permanecem em patamares bem mais altos até cinco trimestres após os(as) filhos(as) nascerem. Enquanto o percentual dos pais que nem estudam nem trabalham no mercado oscila em torno de 8,7%, o das mães sobe de 31,8%, um ano antes, até 54,5%, três trimestres depois do nascimento, chegando a 65,5% entre as jovens de 15 a 24 anos de idade.

GRÁFICO 4
Proporção de mães e pais que nem estudam nem trabalham
 Em (%)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2RiG38Z>>.
 Obs.: Faixa etária da mãe no nascimento do(a) bebê.

DISCUSSÃO

Embora dados de pesquisas que investiguem o comportamento laboral e educacional das famílias em períodos de gravidez sejam relativamente escassos, o painel rotativo da PNAD Contínua permite obter, indiretamente, informações relevantes a esse respeito. Este artigo demonstra que, enquanto a probabilidade de trabalhar dos futuros pais não se altera, a das mães cai fortemente conforme o nascimento de um(a) bebê se aproxima. As que mais deixam de trabalhar durante a gravidez são aquelas sem cobertura previdenciária. Para as que têm cobertura, a queda se intensifica após a licença maternidade, quando cessa o período de estabilidade legal. O percentual que nem estuda nem trabalha já é mais alto entre as futuras mães do que entre os futuros pais antes mesmo dos trimestres de gravidez, mas a diferença se acentua muito durante a espera e após o nascimento dos(as) filhos(as).

Os resultados apresentados neste artigo não incluem inferências causais, mas ajudam a quantificar a distribuição de mães e pais em diversas situações e iluminam hipóteses plausíveis a serem investigadas na próxima etapa do mesmo projeto de pesquisa. Os números aqui apresentados ressaltam a grande desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico e a relevância do sistema de proteção social para oferecer mais e melhores alternativas quanto a trajetórias reprodutivas, laborais e educacionais de mulheres e homens.

REFERÊNCIAS

- BERTRAND, M.; KAMENICA, E.; PAN, J. Gender identity and relative income within households. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 130, n. 2, p. 571-614, 2015.
- CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. (org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Brasília, DF: Ipea, 2014.
- COSTA, J. S. M. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. 2007. 70f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- GOLDIN, C. A grand gender convergence: its last chapter. **The American Economic Review**, US, v. 104, n. 4, p. 1091-1119, 2014.
- HOTZ, J.; JOHANSSON, P.; KARIMI, A. **Parenthood, family friendly workplaces, and the gender gaps in early work careers**. Cambridge, Massachusetts: NBER, 2017. (Working Paper, n. 24173).
- JOONA, P. A. Are mothers of young children more likely to be self-employed? The case of Sweden. **Review of Economics of the Household**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 307-333, 2017.
- KLEVEN, H.; LANDAIS, C.; SØGAARD, J. **Children and gender inequality: evidence from Denmark**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2018. (NBER Working Paper, n. 24219).
- LIM, F. Y. B. **The effects of education and fertility on female labour force participation in Malaysia**. 2017. 237f. Tese (Doutorado) – University of Wollongong, Wollongong, 2017.
- MACHADO, C.; PINHO NETO, V. **The labor market effects of maternity leave extension**. [S. l.]: SSRN – Social Science Research Network, 2018.
- NGUYEN, G. Sibling-sex composition, childbearing and female labour market outcomes in Indonesia. **Journal of Population Research**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 13-34, 2019.
- NOVELLA, R. et al. **Millennials en América Latina y el Caribe: trabajar o estudiar?** [S. l.]: BID, 2018.
- ORELLANA, V. S. Q.; ARAGÓN, J. A. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 45, n. 4, p. 787-819, 2015.
- PAL, I.; WALDFOGEL, J. The family gap in pay: new evidence for 1967 to 2013. **RSF – The Russel Sage Foundation Journal of the Social Sciences**, New York, NY, v. 2, n. 4, p. 104-127, 2016.
- PAULO, M. A. **A maternidade, o momento do nascimento do primeiro filho e a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma análise do salário e da adequação escolaridade/ ocupação por grupos socioeconômicos**. 2013. 138f. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, mg, 2013.
- PAZELLO, E. T. A maternidade afeta o engajamento da mulher no mercado de trabalho? Um estudo utilizando o nascimento de gêmeos como um experimento natural. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 36, n. 3, p. 507-538, 2006.
- PAZELLO, E. T. A.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm

filhos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa, PB. **Anais...** Niterói, RJ: ANPEC, 2004.

POSADAS, J. **Grandparents as child care providers:** factors to consider designing child care policies. Washington, DC: World Bank, 2012. (Economic Premise, n. 101).

SOUZA, L.; RIOS-NETO, E.; QUEIROZ, B. The relationship between childbirth and women's labor in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 1, p. 57-79, 2011.

DESLOCAMENTOS PENDULARES NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE SOBRE A DINÂMICA DOS FLUXOS NA VIDA DISCENTE

*Angela Thais Araujo de Almeida**

Alcebiades de Sousa Filho♣

Pedro Henriques Oliveira de Freitas♦

Victor Hugo Dias Diógenes♥

RESUMO

A relação entre demografia e urbanização demonstrou um ponto de inflexão em meados da década de 1980, quando o crescimento das cidades deixou de orientar a atração de movimentos migratórios de grandes massas populacionais. Desde então, as migrações de longa distância com destino à Região Sudeste cederam espaço para uma elevação dos movimentos intrametropolitanos e os movimentos pendulares, reflexo das mudanças na dinâmica econômica e social de cada Estado. Nesse sentido, as regiões metropolitanas são aglomerações urbanas que acontecem, com frequência, deslocamentos pendulares, com frequência diária e cujas motivações almejam diversos fins, tais como trabalho, saúde e estudo. Diante do exposto, esta pesquisa busca analisar a dinâmica do deslocamento pendular por motivo de estudo na Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP), para o ano de 2010. A metodologia consiste na utilização de microdados do Censo Demográfico 2010 e optou-se por trabalhar com estatísticas descritivas em algumas variáveis: sexo, idade, renda, local de residência e nível de instrução. Os resultados demonstraram evidências de que o município que recebe um maior contingente populacional por motivo de estudo é João Pessoa, em decorrência de sua força de polarização e pela presença de elevado número de instituições públicas e privadas de ensino. O segundo lugar, em número de destinos, foi o município de Cabedelo, tendo em vista ter sido o segundo destino mais procurado na RMJP.

Palavras-chave: Fluxo migratório; Deslocamento pendular; Motivo de estudo; Região Metropolitana de João-Pessoa; Censo Demográfico 2010.

INTRODUÇÃO

As regiões metropolitanas são grandes aglomerações urbanas que apresentam algumas diversificações no contexto sociodemográfico. É neste tipo de ambiente que acontecem, com frequência, os deslocamentos pendulares. Tais deslocamentos podem ser caracterizados como fluxos de movimentos diários que são realizados entre o local de residência e o de trabalho, estudo, saúde, lazer etc. (LIMA,2015).

Estudos sobre deslocamentos pendulares têm sido desenvolvidos em todo o território nacional, pois o entendimento acerca destes podem proporcionar uma maior

* Mestranda (graduada em Ciências Atuariais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). angelathaisaa@gmail.com

♣ Mestrando (graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). asf27@ufrn.edu.br

♦ Mestrando (graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). pedrofreitasufrn@gmail.com

♥ Doutorando (mestre em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). victordiogenes@gmail.com

compreensão do espaço urbano de uma determinada região. De acordo com Ântico (2005), deslocamentos pendulares são aspectos importantes a serem considerados na dinâmica urbana metropolitana. Segundo Ojima; Pereira e Silva (2013), existem cidades que polarizam os fluxos regionais, dado seu aspecto econômico e populacional.

Ao explorar a relação entre a demografia e a urbanização, Silva (2013) argumenta que o crescimento das cidades proporcionou movimentos migratórios que envolveram a mobilidade de grandes massas populacionais com destino à Região Sudeste. Contudo, em meados de 1980, houve no Brasil uma redução dos movimentos migratórios para essa região e tal fato só foi possível graças às mudanças na dinâmica econômica e social de cada Estado. Desta forma, a redução deste tipo de movimento de longa distância contribuiu para uma elevação dos movimentos intrametropolitanos e dos movimentos pendulares.

Para Milagres (2009), o conhecimento desses fluxos e como eles se comportam é de relevância para a criação de políticas e estratégias de localização geográfica dos diversos ramos de atividade, isso porque permite uma maior adequação no planejamento urbano de uma determinada região. Portanto, as pesquisas relacionadas ao deslocamento pendular têm por finalidade compreender as dinâmicas dos fluxos migratórios nas principais Regiões Metropolitanas do país.

Nesta perspectiva, Aranha (2005) argumenta que 7,4 milhões de brasileiros trabalhavam ou estudavam fora do seu município de residência no ano 2000. Verifica-se, através deste apontamento quantitativo, que uma parcela expressiva da população brasileira realizava com frequência o deslocamento pendular. Este tipo de deslocamento espacial, quando feito diariamente, pode gerar alguns problemas, principalmente no que diz respeito ao congestionamento das vias rodoviárias e o tempo gasto pelos indivíduos.

Diante do exposto, esta pesquisa objetiva analisar a dinâmica do deslocamento pendular por motivo de estudo na Região Metropolitana de João Pessoa, identificando os seus principais fluxos e os respectivos volumes e características. Com relação ao espaço geográfico, em função dos dados coletados na pesquisa, tornou-se necessário realizar um recorte na quantidade de municípios estudados da Região Metropolitana de João Pessoa-RMJP. Devido a essa delimitação, optou-se por estudar apenas os municípios que são limítrofes à capital do Estado da Paraíba, ou seja, apenas os municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Santa Rita, devido à proximidade territorial entre estas localidades. Cumpre destacar que os movimentos pendulares abordados na pesquisa são os deslocamentos realizados pela população na RMJP, entre o município de residência e o município de estudo.

Face ao exposto, torna-se imprescindível compreender o tipo de fluxo migratório na RMJP, pois um bom entendimento acerca dos deslocamentos pendulares ajudaria o governo municipal a elaborar estratégias que podem melhorar a qualidade de vida no meio urbano, principalmente no que diz respeito à mobilidade dos indivíduos em uma dada Região Metropolitana. Além disso, os resultados obtidos a partir desta pesquisa podem contribuir na identificação dos municípios onde há maior déficit e maior oferta de escolas, possibilitando um melhor planejamento educacional por parte do poder público.

MÉTODOS

A área de estudo contempla a Região Metropolitana de João Pessoa, a qual foi criada pela Lei Complementar Estadual, no ano de 2003, e instituída pelo Decreto nº 59. A região em destaque, de acordo com o IBGE do ano de 2010, detinha uma área territorial de 2.734.371 Km² e uma população de 1.914.713 habitantes, distribuídos em 13 municípios. Os municípios que compõem esta região são: Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita. Torna-se necessário esclarecer que, no ano de 2013, o município de Mamanguape deixou de compor a RMJP. Tal exclusão se deu pelo fato da criação da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape.

Para elaboração desta pesquisa, utilizou-se como fonte os microdados da amostra do Censo Demográfico do ano de 2010, que é fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tabulação e tratamento dos microdados foram realizados mediante utilização dos programas planilhas eletrônicas, como suporte para elaboração de tabelas e gráficos. A confecção de mapas foi realizada mediante programa Qgis, versão 3.10.13.

A pesquisa conta com uma delimitação espacial referente apenas aos municípios limítrofes à capital do Estado da Paraíba (João Pessoa). Tendo em vista essas seleções, as estatísticas descritivas serão realizadas nos municípios de Bayeux, Conde, Cabedelo, João Pessoa e Santa Rita. A base do Censo demográfico do ano de 2010 trouxe as informações pertinentes à migração por motivo de estudo e trabalho de forma desagregada, diferentemente dos Censos anteriores. Devido esta separação, foi possível selecionar na base de dados a seguinte pergunta feita aos entrevistados: Município e Unidade da Federação ou país estrangeiro que frequentava escola (ou creche), tendo em vista que a presente pergunta se subdivide em três opções, a saber: 1- neste município, 2 - em outro município e 3 - em país estrangeiro.

A identificação dos indivíduos que realizam deslocamento pendular foi feita através da resposta dos estudantes que responderam que estudavam em outro município. Para identificar as características dos estudantes que realizam este tipo de deslocamento, optou-se em trabalhar com as variáveis dispostas no Quadro 1.

QUADRO 1 – Características dos estudantes que realizam deslocamento pendular na RMJP

Código Censo Demográfico	Descrição das variáveis
V0001	Unidade da Federação
V0002	Código do município
V0010	Peso amostral
V1006	Situação do domicílio
V0601	Sexo
V6036	Variável auxiliar de idade calculada em anos
V0628	Frequenta escola ou creche
V6400	Nível de instrução
V6364	Município que frequentava escola (ou creche)
V6511	Valor do rendimento bruto (ou a retirada) mensal no trabalho principal

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Elaboração própria

Verificou-se, durante o tratamento dos dados, que os municípios os quais fazem parte do estudo apresentavam dois tipos de fluxos: o primeiro representado por um volume grande de pessoas que se deslocavam para um determinado município e vários fluxos com uma baixa intensidade de pessoas se deslocando para outra localidade dentro da região em questão. Ademais, os fluxos com maior volume foram representados no Mapa 1 através de uma seta da cor preta e os deslocamentos pendulares com baixa intensidade por uma seta da cor preta com uma tonalidade mais clara.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados da estatística descritiva, identificou-se que nos municípios que fazem parte do estudo da RMJP, no ano de 2010, estavam matriculados cerca de 342.202 mil estudantes em instituições de ensino público e privado. Deste valor, apenas 19.388 mil discentes não estudavam no seu município de residência, o que representa 5,66%. Observou-se que os municípios de João Pessoa, Cabedelo e Santa Rita detinham o maior número de estudantes que, corriqueiramente, tinham que se deslocar para outro município para estudar. Em termos percentuais, cada uma dessas localidades apresentam os valores de 29,81%, 27,37% e 22,58% desses deslocamentos, respectivamente.

Com relação à situação de domicílio desses estudantes, verificou-se que 18.489 mil (95,36%) residem na área urbana, já na área rural são apenas 899 (4,64%) estudantes. Dessa

pequena parcela de alunos que residem na zona rural, 525 deles habitam no município de Santa Rita e 271 no município do Conde. Partindo da hipótese de que na área rural não se tem uma grande quantidade de instituições educacionais, os presentes alunos devem ser deslocar com mais frequência. Nos demais municípios, a população de estudantes que mora na área urbana é superior a 80%. Cumpre frisar que, de João Pessoa, apenas 41 estudantes residem na área rural.

Com relação ao nível de instrução, cerca de 6.337 estudantes que realizam deslocamento pendular estavam cursando o Ensino Médio ou possuía Ensino Superior incompleto, este valor representa 32,68%. Dos alunos que responderam essa pergunta, 1.900 estudantes eram do município de Cabedelo. Além disso, 6.364 discentes possuíam Fundamental incompleto, deste montante 25,54% eram do município de Cabedelo, 32,47% de João Pessoa e 25,87% de Santa Rita. Verifica-se, ainda, que 3.391 discentes possuíam Ensino Médio completo.

No que se refere em qual tipo de instituição esses alunos estudavam, verificou-se que, do total de 19.388 estudantes, 11.806 estudantes estudavam em instituições de ensino superior da rede pública e que 7.582 alunos estudavam em instituições privadas. Analisando os municípios de forma individual, observou-se que, dos 5.306 alunos que realizam deslocamento pendular em Cabedelo, mais de 57,41% estudam em instituições privadas.

Os dados revelaram ainda que a maior parte dos estudantes que realiza deslocamento pendular na RMJP, no período analisado, são do sexo feminino; com um percentual de 53,60%, em detrimento ao sexo masculino (46,4%). O município que mostra uma maior discrepância nos valores é Bayeux, onde a população total do sexo feminino representa 58,76% e do sexo masculino 41,24%. O município do Conde também apresenta uma diferença percentual significativa entre os sexos: percebe-se que, no respectivo município, cerca de 43,81% dos estudantes que realizam deslocamento pendular são do sexo masculino e 56,19%, do feminino.

No tocante às idades que apresentam uma maior representatividade no número de pessoas, identificou-se idades entre 15 a 19 anos (em torno de 11,21% para o sexo feminino e 10,26% para o masculino). Verifica-se, ainda, que essa faixa etária representa cerca de 4.163 estudantes. Foi verificado também que o percentual das faixas etárias que variam de 20 a 64 anos perfaz um total de 55,72% ou 10.803 mil alunos. Vale salientar que a faixa de 65 a 88 anos equivale a um percentual irrisório de 1,26% (feminino) e 0,83% (masculino), como era esperado.

Verificou-se também que, dos 19.388 estudantes que realizam deslocamento pendular, apenas 7.775 deles possuía alguma renda. Com relação à distribuição de renda dessas pessoas, percebe-se que 90,37% são de baixa renda, ou seja, enquadra-se entre a faixa de 0 a 3.000 mil reais. Apenas 59 discentes recebem rendimentos acima de 12.000 mil reais; tal valor compõe apenas 0,75%. Constatou-se, ainda, que 11.613 estudantes não possuíam nenhuma renda.

Analisou-se, de forma individual, quais eram os principais destinos desses estudantes por município. No caso do município do Conde, 582 discentes realizam deslocamento pendular, sendo que 90,54% destes se deslocavam diariamente para estudar em João Pessoa. Já em Bayeux, constatou-se que 3.338 estudantes estudavam em outra localidade.

Os municípios que receberam um maior número de estudantes de Bayeux foi João Pessoa, Mamanguape e Cabedelo. Em termos percentuais, cada um deste representa 88,80%, 1,52% e 1,37%, respectivamente. O número de estudantes que realizam esse tipo de deslocamento em Cabedelo era 5.306 alunos; destes, 89,48% estudavam em João Pessoa. A segunda localidade que recebia um maior número de estudantes proveniente de Cabedelo foi o município de Campina Grande (1,86%). A mesma análise foi realizada para o município de João Pessoa e verificou-se que as localidades que receberam um maior número de estudantes pessoenses em 2010 foram Alagoa Grande, Bananeiras, Bayeux, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Mamanguape, Patos, Rio Tinto e Sapé. Dentre esses municípios, o que mais se destacou foi Campina Grande, pois recebia cerca de 755 estudantes de João Pessoa. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Santa Rita tinha 4.377 discentes que, diariamente, deixavam seu lugar de residência para estudar em outro município do Estado da Paraíba. Deste total, 2.429 alunos estudavam em João Pessoa.

O segundo com maior representatividade é o município de Bayeux, que conta com um total de 949 estudantes. Ao analisar os destinos, ficou evidente que a maioria dos estudantes que realizam deslocamento pendular na RMJP estudam no município de João Pessoa, logo, configura-se como um polo de atração para esses estudantes, por apresentar uma das maiores malhas educacionais do Estado da Paraíba.

De acordo com os dados do INEPdata (2021), existem, no município de João Pessoa, cerca de 392 escolas que oferecem matrículas na modalidade do Ensino Fundamental e Médio que se encontram ativas nesta localidade. A cidade de Bayeux atualmente conta com aproximadamente 81 escolas em seu território, já no município de Cabedelo são apenas 39 escolas. No Conde, existem apenas 31 e em Santa Rita são

aproximadamente 128 escolas. Das 39 escolas que funcionam no município de Cabedelo, 7 delas são instituições privadas e 32 são públicas. Analisando ainda o número de escolas no município do Conde, verifica-se que apenas 22 são públicas e 9 são privadas.

Com base no número de escolas no município de Cabedelo, presume-se, então, que esse município apresenta um déficit na quantidade de instituições de ensino, por este motivo, um número expressivo de alunos costuma realizar deslocamento pendular para estudar em outro município do Estado da Paraíba, dado que em seu município de residência a quantidade de escolas não é alta o suficiente para comportar o número de alunos. Outra hipótese que poderia ser levantada para esse deslocamento expressivo em Cabedelo baseia-se nas ideias de Lima (2015), na qual os estudantes realizam esse tipo de movimento por opção própria ou quando essa decisão passa pela deliberação dos pais. A explicação mais plausível para isso ocorrer é a de que tanto os pais como os alunos estão buscando instituições que apresentam um ensino de qualidade.

Analisando os deslocamentos pendulares ocorridos nos cinco municípios da RMJP, conforme demonstrado pela Tabela 1 e pelo Mapa 1, percebe-se que João Pessoa se destaca, ou seja, seu fluxo é o mais expressivo entre os municípios da região. Sendo assim, pode-se evidenciar seguinte conclusão: o município de João Pessoa recebia diariamente cerca de 10.668 mil imigrantes por motivo de estudo.

Identificou-se, assim, que dentre os municípios mais dinâmicos da RMJP, a intensidade de deslocamentos pendulares provenientes de Bayeux, Cabedelo, Conde e Santa Rita são em direção ao município de João Pessoa. Portanto, como esperado, verifica-se que este município possui uma grande concentração de fluxos por deter um maior número instituições públicas e privadas na sua localidade. Percebe-se que esses deslocamentos pendulares em direção a João Pessoa refletem a dinâmica intramunicipal.

Quando se compara a relação dos valores absolutos das saídas e das entradas dos estudantes da RMJP, percebe-se que, dos 19.388 mil estudantes que afirmaram estudar em outro município, 11.445 mil estudam nos limites territoriais da microrregião de João Pessoa, representando um valor de 59,03%. Os 40,97% restantes estudam em outros municípios da Paraíba. É perceptível que o município de Cabedelo, depois de João Pessoa, apresenta a segunda maior saída de estudantes. Analisando o fluxo migratório de Cabedelo, constata-se que ele é negativo, totalizando 4.788 mil pessoas.

Com exceção do município de João Pessoa, os demais possuem saldos negativos. O município de Bayeux apresenta saldo negativo de 3.211 estudantes; já o do Conde, 515 pessoas, e Santa Rita, 4.318 estudantes.

TABELA 1 – Dinâmica do Fluxo migratório na RMJP

Município	Saída para estudo	Entrada para Estudo	Diferença
Bayeux	3344	133	-3211
Cabedelo	5306	518	-4788
Conde	582	67	-515
João Pessoa	5779	10668	4889
Santa Rita	4377	59	-4318

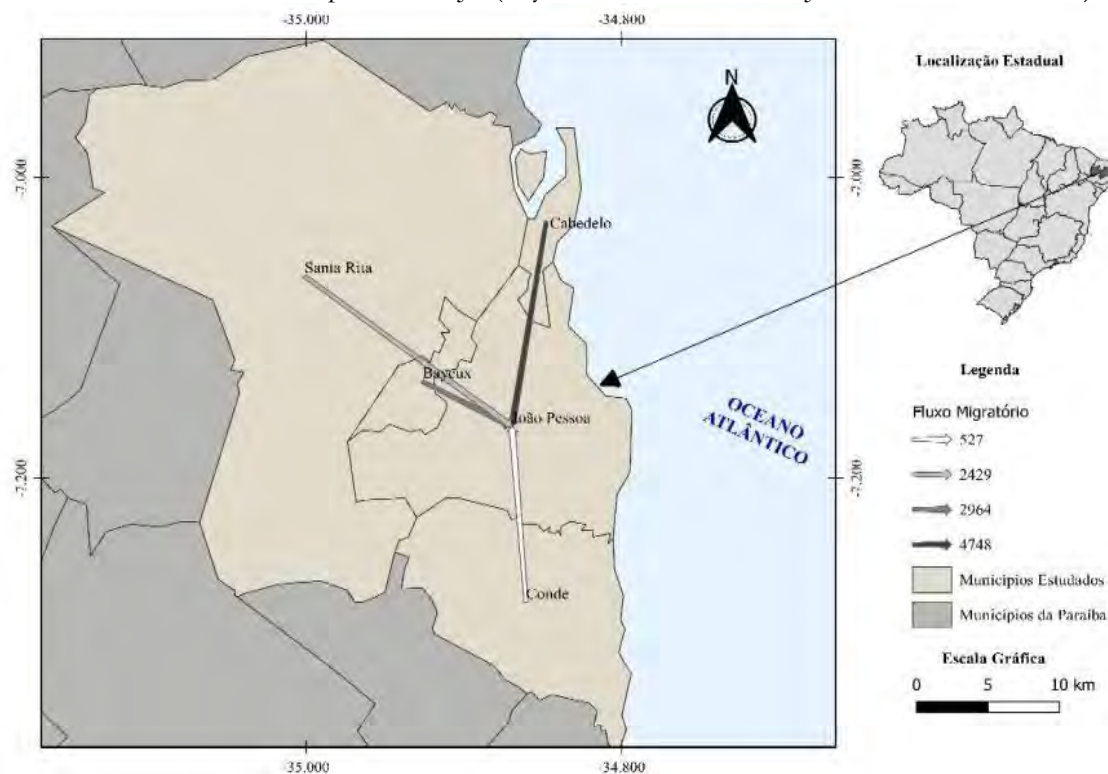
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010). Microdados.

Analisando-se a Tabela 1, percebe-se que os fluxos são mais intensos em direção à cidade de João Pessoa, e isso evidencia que o respectivo município é o polo de atração da RMJP, pois é neste contexto que ele se configura como um município receptor de estudantes. Os municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde e Santa Rita se apresentam como municípios expulsores, ou seja, devido à falta de oportunidades educacionais nestas localidades iguais a da Capital, os estudantes são levados a sair de suas residências para estudar em outro município.

Nota-se, ainda na Tabela 1, que o município de Cabedelo se constituiu como receptor, entretanto seu fluxo é muito menor quando se compara com João Pessoa. Cabedelo recebia, em 2010, cerca de 518 estudantes de outros municípios.

O Mapa 1 reflete os fluxos migratórios entre os 5 (cinco) municípios estudados e revela uma expressiva mobilidade espacial da população, representando os municípios receptores dentro de um contexto de migração intramunicipal.

MAPA 1 – Fluxo dos municípios da RMJP (Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Santa Rita)



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Verifica-se, através do Mapa 1, que existe uma centralização do serviço educacional no município de João Pessoa. Observando-se a Tabela 1 e o Mapa 1, percebe-se que há um fluxo superior a 10688 deslocamentos pendulares, por motivo de estudo, para o município de João Pessoa, uma vez que este fluxo teve origem nos municípios do Conde (527), Bayeux (2964), Cabedelo (4748) e Santa Rita (2429).

Nota-se que ocorreram fluxos intensos em direção a Cabedelo, originários de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Apesar de Cabedelo ter sido o segundo destino mais procurado na RMJP pelos estudantes, foi também o segundo município de origem da região, ou seja, 5306 pessoas se deslocavam em direção a outro município. Percebe-se ainda que o município de João Pessoa recebeu de Cabedelo cerca de 4748 estudantes.

Os resultados encontrados nesta pesquisa, portanto, evidenciam que o município que recebe um maior contingente populacional por motivo de estudo é João Pessoa. Tal situação já era esperada devido à força de polarização deste e também pelo fato de a cidade apresentar um número elevado de instituições públicas e privadas de ensino.

REFERÊNCIAS

ÂNTICO, C. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 110-120, 2005.

ARANHA, V. Mobilidade Pendular na Metrópole Paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 96-109, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Catálogo escolas, 2021**. Brasília, DF, 2021.

LIMA, W. M. **Novas mobilidades, espaço de vida e desempenho escolar: o caso dos estudantes de ensino médio no município de Natal-RN**. 2015. 106f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2015.

MILAGRES, F. C. **Movimentos migratórios e Pendulares na Região Metropolitana do Vale do Aço: período 1991-2000**. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

OJIMA, R.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1832/1791>. Acesso em: 24 mar.2020.

SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. 2012. 249f. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

DIFERENCIAL SALARIAL ENTRE AS MULHERES: A DUPLA PENALIDADE DAS NEGRAS

*Luana Passos**
Simone Wajzman♦

RESUMO

O objetivo deste artigo é averiguar o diferencial salarial entre mulheres brancas e negras, bem como seus determinantes. A pesquisa usa a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua (PNAD Contínua), para o ano de 2017, e da metodologia de decomposição salarial de Oaxaca-Blinder e de Firpo; Fortin e Lemieux (2007; 2009). Os resultados apontam desigualdades de rendimentos desfavoráveis às mulheres negras, tanto para a média como ao longo da distribuição salarial. A maior parte desse diferencial é explicada pelas distintas características produtivas, tais como setor de atividade, ocupação, educação, formalização, horas trabalhadas. Mas, parte se assenta no efeito estrutura salarial que se associa, em alguma medida, à discriminação. Assim, as mulheres negras parecem ser duplamente penalizadas, ora devido a desigualdade de oportunidades ora ao preconceito racial.

Palavras-chave: Desigualdade; Mulheres; Raça; Decomposição salarial; Penalidades.

INTRODUÇÃO

Os fatos da vida cotidiana, assim como as notícias diárias, impõem o reconhecimento de como ser mulher implica estar sujeita à violência doméstica, ao abuso sexual, a menores rendimentos laborais, à sobrecarga de trabalho reprodutivo, à menor representatividade política, só para citar algumas desvantagens inerentes à condição feminina. Esse prejuízo, historicamente resiliente, se assenta na dominância de gênero, ou seja, no patriarcado. O patriarcado, a despeito das divergências epistemológicas, é tido como um sistema sociopolítico em que os homens são detentores do poder, ditando as regras do jogo social. Essas regras mudam conforme o tempo e o espaço, mas algo é invariante, por ser constitutivo da essência do sistema: a sujeição das mulheres aos homens.

Se o sistema patriarcal subjugava as mulheres aos homens, com diversas implicações na sociabilidade das mesmas, é de se esperar uma experiência de opressão comum entre as mulheres. Essa afirmação, no entanto, é apenas parcialmente verdadeira, pois a sociedade é permeada por outros sistemas de opressão que colorem em tons distintos o ser mulher. Ser mulher é ser mulher sob o peso do patriarcado, mas também é ser mulher sob o peso do classicismo – mulher pobre – e sob o peso do racismo – mulher negra. Destarte, ser mulher dificilmente será uma experiência homogênea ou um sujeito universal.

* Doutora em economia pela Universidade Federal Fluminense. Professora na Universidade Federal do Oeste da Bahia. E-mail: luanapassos_s@hotmail.com

♦ Doutora em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora no Cedeplar/ UFMG. E-mail: simonewajzman@gmail.com

O imbricamento do patriarcalismo, do racismo e do classismo configura um sistema de vulnerabilidades complexas na vida das mulheres, sendo o posicionamento social delas delineado no cruzamento dessas vulnerabilidades. Este texto concede centralidade ao imbricamento dos dois primeiros sistemas, o que, de maneira nenhuma, é uma desconsideração da relevância do terceiro, apenas questão de escopo. Entendendo o racismo, nas palavras de Gonzalez (1984), como uma articulação ideológica e conjunto de práticas que subalterniza o povo negro e arquiteta uma divisão racial do trabalho, este capítulo se propõe a examinar o diferencial salarial entre as mulheres negras e brancas e seus determinantes em termos de características observáveis e de discriminação. Para tanto, estima-se modelos de decomposição da diferença de salários entre mulheres brancas e negras com base nos dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), para o ano de 2017.

Diversos autores adotam a estratégia empírica de tomar como referência aqueles mais bem posicionados no mercado de trabalho, os homens brancos, e a eles comparar os rendimentos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, decompondo os diferenciais salariais entre esses grupos em parcela explicada por atributos demográficos e produtivos e parcela que reflete o valor que o mercado de trabalho dá a esses atributos conforme o grupo populacional¹ (SOARES, 2000; BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004; NERI; CARVALHO; SILVA, 2006; BARTALOTTI, 2007; CACCIAMALI; TATEI; ROSALINO, 2009; SALVATO et al., 2008; MIRO; SULIANO, 2010). De modo geral, os resultados indicam que o diferencial das mulheres brancas em relação aos homens brancos deve-se ao menor valor conferido ao trabalho das mulheres, enquanto os homens negros têm seus rendimentos menores, fundamentalmente, devido a diferenças em qualificação, embora também sofram discriminação alocativa e salarial no mercado de trabalho. As mulheres negras, por sua vez combinam os efeitos deletérios de um menor valor conferido ao trabalho das mulheres, com o menor valor atribuído ao trabalho dos negros e, ainda, as profundas desvantagens de seus níveis de qualificação e formas de inserção ocupacional. Com efeito, pesquisas que se utilizam de metodologias de decomposição salarial, ao cotejar as mulheres brancas e negras, encontram desigualdades de rendimentos desfavoráveis às últimas, que se justificam, tanto devido aos atributos produtivos inferiores, como à discriminação (MATOS; MACHADO, 2006; OLIVEIRA; RIOS-NETO, 2006; FERNANDES, 2015; FIUZA-MOURA, 2015).

¹ Frequentemente essa parcela é atribuída ao comportamento discriminatório, embora alguns prefiram simplesmente denominá-la diferencial de salário puro ou parcela não explicada da diferença.

A contribuição deste trabalho a essa literatura se assenta na utilização de um modelo de decomposição salarial – Firpo; Fortin e Lemieux (2007; 2009) – que permite analisar a desigualdade entre mulheres brancas e negras, ao longo da distribuição dos salários. Para tanto, o texto encontra-se dividido em duas seções além desta introdução e das reflexões finais. Na primeira seção são apresentadas a base de dados, o método e as variáveis acessadas na investigação do diferencial salarial. Na segunda seção, de resultados, corrobora-se o que de maneira nenhuma é novidade: os menores rendimentos laborais das mulheres negras são fruto da combinação entre discriminação e da desigualdade de oportunidades.

MÉTODOS

Este trabalho acessa como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), cobrindo as áreas urbanas e rurais, para o ano de 2017². Optou-se por essa base de dados devido sua abrangência nacional, alta qualidade, periodicidade na realização, e amplo leque de informações pessoais e domiciliares dos brasileiros. A amostra deste estudo inclui mulheres negras³ e brancas, moradoras da zona urbana e rural, com idade entre 18 e 49 anos e ocupadas. Filtrou-se a amostra apenas para as ocupadas, devido a metodologia de decomposição salarial de Firpo; Fortin e Lemieux (2007; 2009) não possibilitar corrigir viés de seleção, sendo esta uma limitação do método.

Os expoentes na metodologia de decomposição salarial são Oaxaca (1973) e Blinder (1973). Esses autores propuseram um método que permite separar a desigualdade de renda em duas parcelas: uma referente à composição das características (efeito composição); e outra à forma de remuneração dos distintos atributos (efeito estrutura). O foco desses autores era averiguar como a desigualdade de renda entre grupos poderia ser proveniente de discriminação no mercado de trabalho, algo captado pelo efeito estrutura.

O método Oxaca-Blinder parte de uma equação salarial micrericiana, conforme 1:

$$Y_i = \beta_0 + \sum_{j=1}^n \beta_j X_{ji} + u_i \quad (1)$$

No qual; Y_i é o logaritmo do salário mensal; X_{ji} é o vetor de características observáveis que explica Y_i ; e u_i conjunto de fatores não observáveis. Considera-se válidas todas as hipóteses do modelo de regressão linear clássico.

² Foi utilizada a entrevista 5 devido conter informações sobre tempo de cuidado e atividades domésticas.

³ Foram considerados como negros a junção de pretos e pardos.

Como o interesse é averiguar o diferencial salarial entre dois grupos, estima-se uma equação salarial para cada grupo, que no caso desta pesquisa, refere-se às mulheres brancas e negras, como exposto em 2 e 3:

$$Y_i^{MB} = \beta_0^{MB} + \sum_{j=1}^n \beta_j^{MB} X_{ji}^{MB} + u_i^{MB} \quad (2)$$

$$Y_i^{MN} = \beta_0^{MN} + \sum_{j=1}^n \beta_j^{MN} X_{ji}^{MN} + u_i^{MN} \quad (3)$$

Onde Y_i^{MB} é o logaritmo do salário das mulheres brancas; Y_i^{MN} é o logaritmo do salário das mulheres negras; X_{ji}^{MB} representa o vetor de características observáveis das mulheres brancas; X_{ji}^{MN} representa o vetor de características observáveis das mulheres negras; u_i^{MB} e u_i^{MN} são fatores não observáveis das mulheres brancas e negras, respectivamente.

Assim, com base em (2) e (3), é possível captar a parcela do diferencial devido a diferença média das características dos grupos (\bar{X}^{MB} e \bar{X}^{MN}), e diferença nos coeficientes (β_j^{MB} e β_j^{MN}), como mostrado na equação 4:

$$\begin{aligned} \sum_i \beta_j^{MB} \bar{X}_j^{MB} - \sum_i \beta_j^{MN} \bar{X}_j^{MN} \\ = \sum_i \beta_j^{MB} (\bar{X}_j^{MB} - \bar{X}_j^{MN}) + \sum_j \bar{X}_j^{MN} (\beta_j^{MB} - \beta_j^{MN}) \end{aligned} \quad (4)$$

A primeira expressão à direita representa a parcela do diferencial salarial entre mulheres brancas e negras que é devido aos distintos atributos desses grupos. A segunda expressão à direita aponta a parte da desigualdade de rendimentos atribuída a diferença nos coeficientes.

Conforme Blinder (1973), só existe o efeito atribuído aos coeficientes porque o mercado de trabalho avalia de modo distinto conjunto similar de características de indivíduos de diferentes grupos demográficos, o que leva a inferir a presença de discriminação laboral. Mas, Oaxaca (1973) chama atenção ao fato de que se fossem controladas todas as fontes de discriminação laboral seria possível eliminar muito do fator atribuído à discriminação na explicação do diferencial salarial por sexo (ou raça). Ou seja, a escolha das variáveis de controle feita pelo pesquisador importa para a determinação do efeito composição e estrutura. Sobre isso, Galvão (2015) alerta que, no modelo de decomposição de Oaxaca-Blinder deve-se ter cautela ao considerar todo efeito estrutura salarial como discriminação, na medida em que, além da discriminação propriamente dita,

esse efeito pode captar questões de trajetórias e preferências individuais ou até mesmo problemas de especificação de modelo devido à ausência de controles necessários. Cabe sublinhar que, em suas análises, tanto Blinder (1973) como Oxaca (1973), encontram indícios de discriminação laboral, o primeiro para o grupo de negros e das mulheres, o segundo para o grupo de mulheres.

O método apresentado possibilita avaliar a diferença salarial média entre dois grupos, e como cada variável contribui na explicação da desigualdade de renda entre esses grupos. Dado a simplicidade e eficácia, o método Oxaca-Blinder é muito utilizado para investigar a desigualdade de renda geral, bem como seus determinantes entre homens e mulheres, e entre brancos e negros.

Todavia, o expressivo aumento da desigualdade de renda observado nos Estados Unidos e em vários outros países desde o final da década de 1970 embalou o aprimoramento dos métodos de decomposição (FORTIN; LEMIEUX; FIRPO, 2011). A polarização dos salários chamou atenção para o fato de que o comportamento nos extremos inferior e superior da distribuição salarial podia ter comportamento não convergente com a média. Ou seja, pode haver pequenas diferenças salariais na média, mas avolumadas diferenças entre os mais pobres e mais ricos. Considerando que a média podia escamotear o real comportamento dos diferenciais de rendimento, os métodos de decomposição foram aperfeiçoados de modo a captar a desigualdade em relação a outras estatísticas da distribuição, tais como quantis, Gini, variância.

Uma das metodologias de decomposição mais acessadas, atualmente, para avaliar desigualdade de renda é a de Firpo; Fortin e Lemieux (2007; 2009). O FFL, como é apelidado, possibilita realizar a decomposição nos efeitos composição e estrutura como Oxaca-Blinder, mas apresentando como vantagens em relação à outros métodos o fato de poder realizar a decomposição para várias estatísticas de interesse, e a decomposição detalhada ter a propriedade de ser *path independent*, ou seja, a ordem das variáveis não interfere no resultado da decomposição. Essas vantagens foram possíveis dada a utilização da função de influência recentrada (RIF) da estatística de interesse (Gini, quantil, variância) como variável dependente da regressão.

Assim, no método FFL estima-se uma regressão salarial comum, com a diferença de a variável dependente Y ser substituída pela estatística RIF de interesse, no caso dessa pesquisa os quantis do rendimento do trabalho principal habitual. O conceito da função de influência (IF), para os autores, é uma ferramenta amplamente acessada para a realização de estimativa robusta de modelos estatísticos ou econométricos, sendo que, como o nome

sugere, essa função representa a influência de uma observação individual na estatística distributiva de interesse.

A função de influência pode ser escrita como:

$$IF(y; v, F) = \lim_{\epsilon \rightarrow 0} (v F_\epsilon) - v(F) | E \quad (5), \text{ na qual}$$

$F_\epsilon(y) = (1-\epsilon)F + \epsilon \delta_y, 0 \leq \epsilon \leq 1$ (6) e δ_y é a medida de probabilidade que coloca a massa 1 no valor de y .

A função de referência recentrada (RIF) é proveniente da soma da estatística de interesse e a perturbação IF tem a seguinte especificação:

$$RIF(y; v) = v(F)IF(y; v) \quad (7)$$

Os coeficientes das estimativas indicam o efeito marginal de uma modificação da distribuição sobre a estatística de interesse, que, nesse caso, são os quantis dos rendimentos do trabalho habitual.

A distribuição quantílica incondicional deve considerar:

$$IF(Y; Q_\tau) = \frac{(\tau - 1 \{Y \leq Q_\tau\})}{f_y Q_\tau} \quad (8)$$

No qual: Q_τ representa τ -ésimo quantil incondicional da distribuição de Y ; $I\{\cdot\}$ é uma função indicadora; f_y é a densidade da distribuição marginal de Y .

Assim, para o caso dos quantis incondicionais, a função de influência recentrada pode ser representada por (9):

$$RIF(Y; Q_\tau) = \frac{(\tau - 1 \{Y \leq Q_\tau\})}{f_y Q_\tau} = c_{1,\tau} \cdot I\{y > Q_\tau\} + c_{2,\tau} \quad (9)$$

No qual: $c_{1,\tau}$ e $c_{2,\tau}$ são constantes.

O quantil incondicional para cada grupo analisado pode ser representado por (10):

$$Y_{G,\tau} = \left(\sum_{i \in G} X_i \cdot X_i^\tau \right)^{-1} \cdot \sum \widehat{RIF}(Y_{gi}; Q_{g,\tau}) \cdot X_{i,g} = MB, MN \quad (10)$$

Considerando a equação 10, pode-se obter a decomposição tradicional de Oaxaca-Blinder para qualquer quantil incondicional, como apresentado em 11:

$$\widehat{\Delta}_X^\tau = \overline{X_{MN}} (\widehat{Y_{MN,\tau}} - \widehat{Y_{MB,\tau}}) + (\overline{X_{MN}} - \overline{X_{MB}}) \widehat{Y_{MB,\tau}} \quad (11)$$

Este estudo usa a decomposição tracional de Oxaca-Blinder para avaliar a desigualdade de renda média e a FFL para observar as diferenças em três pontos da distribuição salarial (percentil 10, 50, 90).

As variáveis que compõem a decomposição detalhada foram escolhidas com base na literatura que aponta vários determinantes da diferença salarial com destaque para: escolaridade; idade; tipo de ocupação; setor de atividade econômica; e local de residência. Além dessas variáveis, essa pesquisa considera outras (as horas trabalhadas, horas de cuidados e afazeres domésticos, ter companheiro, ter crianças, e ter outros parentes no domicílio) tidas como especialmente relevantes para a explicação da assimetria salarial das mulheres com relação aos homens. No Quadro 1 são apresentadas e descritas as variáveis utilizadas nas decomposições.

QUADRO 1 – Descrições das variáveis utilizadas nas estimações

	Variável	Descrição
Dependente	Logaritmo do rendimento	Informa o salário do trabalho principal habitual dos ocupados
Explicativas	Horas trabalhadas	Informa as horas dispendidas no trabalho remunerado
	Idade	Informa a idade do indivíduo
	Idade ao quadrado	Informa a idade do indivíduo elevada ao quadrado
	Ter companheiro	Informa se o indivíduo vive com companheiro
	Escolaridade	Informa categorias de anos de estudos completos
	Setor de atividade	Informa as áreas de atividade econômica
	Ocupação	Informa os tipos de ocupações
	Formalização	Informa se o indivíduo tem carteira de trabalho assinada ou contribui para previdência
	Região	Informa as regiões do país
	Horas de cuidado e afazeres domésticos	Informa a jornada de cuidado e atividades domésticas não remuneradas
	Ter outros parentes no domicílio	Informa se residem outros parentes no domicílio
	Ter criança no domicílio de 0-3 anos	Informa se têm crianças de 0-3 anos no domicílio
	Ter criança no domicílio de 4-6 anos	Informa se têm crianças de 4-6 anos no domicílio
Ter criança no domicílio de 7-14 anos	Informa se têm crianças de 7-14 anos no domicílio	

Fonte: PNAD Contínua. Elaboração Própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os modelos aqui estimados para os dados referentes ao ano 2017 apontam diferencial salarial favorável às mulheres brancas, tanto quando se acessa a metodologia de Oaxaca-Blinder- média dos rendimentos- como a FFL -quantis do rendimento.

De modo distinto aos resultados apresentados na literatura para decomposição salarial entre homens e mulheres (PASSOS; MACHADO; KERSTENETZKY, 2019;

GALVÃO, 2015; FREITAS FILHO; SAMPAIO, 2015), em que a maior parte da desigualdade é devido ao efeito que se associa a discriminação, parcela expressiva da desigualdade de renda entre as mulheres encontra amparo nas distintas características observáveis. A Tabela 1 mostra que 72% da desigualdade de renda entre as mulheres, no ano de 2017, pode ser explicada pelo efeito composição (distintas características observáveis) e 28% pelo efeito estrutura salarial (forma distinta que se remunera as características observáveis).

TABELA 1 – Decomposição salarial médio, entre mulheres brancas e negras, Brasil, 2017

	Coeficientes	(%)
Predição Mulheres Brancas	7,32	
Predição Mulheres Negras	6,87	
Log da diferença salarial	0,45	
Efeito composição	0,32	72
Efeito estrutura	0,13	28

Fonte: Elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua de 2017.

Nota 1: Valores são significativos a 1, 5, ou 10%.

Quando se observa a diferença salarial em três pontos da distribuição (percentil 10, mediana, percentil 90), comportamento análogo ao modelo Oaxaca-Blinder desponta, com as distintas características se sobressaindo na explicação das assimetrias de renda. A Tabela 2 mostra que 83%, 75% e 66% da desigualdade de renda entre as mulheres é proveniente do efeito composição e 17%, 25% e 34% do efeito estrutura salarial, nos percentis 10, 50, e 90, respectivamente. O comportamento do diferencial salarial tem formato de U, maior nos extremos inferior e superior da distribuição, sendo mais acentuada a diferença na base. Mas, é entre as mais bem remuneradas que a parcela presumivelmente atribuída à discriminação se apresenta mais elevada, uma vez que, nesta posição, as mulheres brancas e negras tendem a ter distribuição de características mais similar.

TABELA 2 – Decomposição salarial ao longo da distribuição, entre mulheres brancas e negras, Brasil, 2017

	Percentil 10		Percentil 50		Percentil 90	
	Coeficientes	(%)	Coeficientes	(%)	Coeficientes	(%)
Predição Mulheres Brancas	6,30		7,05		8,20	
Predição Mulheres Negras	5,61		6,67		7,56	
Diferença salarial	0,68		0,38		0,64	
Efeito composição	0,56	83%	0,28	75%	0,42	66%
Efeito estrutura	0,12	17%	0,09	25%	0,22	34%

Fonte: Elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua de 2017.

Nota 1: Valores são significativos a 1, 5, ou 10%.

Há, portanto, indícios de dupla penalização das negras no mercado de trabalho, ora proveniente da desigualdade de oportunidades ora do preconceito racial. Como aponta Silva (2013), as discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados que são experimentados pelas mulheres negras, que ocupam a base da hierarquia social.

A decomposição detalhada permite inferir como cada uma das características das mulheres contribui na explicação do diferencial salarial. A Tabela 3, que descreve o efeito de composição detalhado pelo método de Oaxaca-Blinder, mostra que a jornada de trabalho, a idade, a escolaridade, o setor de atividade econômica, o tipo de ocupação, a formalização no mercado de trabalho e a região de residência são as principais variáveis na explicação do diferencial salarial médio entre as mulheres.

TABELA 3 – Efeito composição detalhado do salário médio, entre mulheres brancas e negras, Brasil, 2017

Características Observáveis	(%)	
<i>Produtivas</i>		
Horas trabalhadas	0,04	8%
Idade	0,02	3%
Idade ao quadrado	-0,01	-3%
Educação	0,04	8%
Setor de atividade econômica	0,03	6%
Tipo de ocupação	0,11	25%
Ser formalizado	0,02	5%
Região	0,08	17%
<i>Familiares</i>		
Ter companheiro	0,00	0%
Horas de cuidados e afazeres domésticos	0,00	1%
Criança de 0-3 anos no domicílio	-0,00	-0%
Criança de 4-6 anos no domicílio	-0,00	-0%
Criança de 7-14 anos no domicílio	0,00	1%
Ter parente no domicílio	0,00	0%
Total	0,32	72%

Fonte: Elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua de 2017.

Nota 1: Valores são significativos a 1, 5, ou 10%.

Os resultados sinalizam que se as mulheres negras tivessem a mesma jornada laboral, idade, escolaridade, setor de atividade econômica, ocupação, e nível de formalização e região que o das mulheres brancas, o diferencial cairia em 8%, 3%, 8%, 6%, 25%, 5% e 17%, respectivamente. A forma de inserção e atributos produtivos das mulheres, assim, explicam a maior parte do diferencial salarial, sobretudo o tipo de ocupação, que teve a contribuição mais acentuada. Esses achados mostram como as mulheres negras ainda são penalizadas no mercado de trabalho devido aos seus atributos

produtivos inferiores, resquícios da escravidão que o povo negro ainda não teve oportunidade de suplantar. Como aponta o feminismo negro, as mulheres negras enfrentam diversas barreiras em sua inserção laboral dado as relações assimétricas cruzadas de gênero e raça.

As características familiares têm uma contribuição de pequena monta na explicação do diferencial salarial. Contrariando os apontamentos teóricos de maior reforço dos papéis intra-domésticos para as negras, os efeitos das crianças e do tempo dispendido no cuidado e atividades domésticas foram pouco expressivos ou até mesmo não significativos. Olhando o diferencial salarial entre homens e mulheres com o mesmo método de decomposição, Passos; Machado e Kerstenetzky (2019) chegam a resultados de pequena magnitude ou não significativos do efeito das crianças. Uma provável explicação para a pouca relevância das variáveis familiares nos diferenciais salariais é que o maior peso das responsabilidades familiares para as negras reflita-se em atividades econômicas e ocupações de menor remuneração.

Quando a atenção se centra nos pontos da distribuição salarial (percentil 10, mediana, percentil 90) resultado similar ao do diferencial salarial médio se verifica, tendo relevo as características produtivas na explicação da desigualdade de renda entre as mulheres (Ver Tabela 4).

Caso as mulheres negras tivessem a mesma jornada de trabalho das mulheres brancas, o diferencial salarial cairia em 16%, 6% e 5%, respectivamente, no percentil 10, 50, e 90. A contribuição das horas trabalhadas na explicação do diferencial salarial tem destaque para as mulheres situadas entre as 10% mais pobres, grupo no qual tende a ser maior a inserção de forma parcial no mercado de trabalho. E a inserção *part-time* é mais presente na vida das mulheres mais pobres devido ao maior peso do trabalho reprodutivo e as dificuldades de articulação entre trabalho e família para essas mulheres, que não podem acessar, no mercado, os serviços de cuidados.

Concernente a educação, os resultados apontam para a queda da desigualdade de renda entre as mulheres em 8% no percentil 10, e 6% no percentil 50 e 90, caso as negras apresentassem o mesmo nível de escolaridade que as brancas. Apesar do avanço educacional da população negra no nível superior, ainda persistem lacunas que comprometem os rendimentos, sendo premente a continuidade da expansão desse nível de ensino e as ações afirmativas de modo a afiançar a equidade de oportunidades. Como aponta Ribeiro (2018), a herança escravocrata faz com que os negros ocupem posição marginalizada na sociedade, sendo, portanto, as ações afirmativas justas e necessárias para

minorar as dificuldades de mobilidade social e acesso da população negra a diversos espaços, como as universidades. As políticas afirmativas, a despeito dos problemas de fraudes, têm sido efetivas e eficazes no avanço dos indicadores educacionais para população negra, em um notório processo, ainda em curso e passível de aprimoramento, de democratização da educação superior (IPEA, 2019).

O nível educacional certamente tem reflexos na forma de inserção laboral, sendo que, caso as mulheres negras conseguissem ter empregos formais como as brancas, a assimetria salarial cairia 17% no percentil 10, 14% na mediana, e 6% no percentil 90. De modo esperado, essa variável tem menor destaque na explicação do diferencial salarial na parte superior da distribuição, onde concentram-se os empregos formais.

TABELA 4 – Efeito composição detalhado, ao longo da distribuição salarial, entre mulheres brancas e negras, Brasil, 2017

Características Observáveis	Percentil 10		Percentil 50		Percentil 90	
		(%)		(%)		(%)
<i>Produtivas</i>						
Horas trabalhadas	0,11	16%	0,02	6%	0,03	5%
Idade	0,03	4%	0,02	5%	0,02	3%
Idade ao quadrado	-0,02	-3%	-0,02	-5%	-0,01	-2%
Educação	0,06	8%	0,02	6%	0,04	6%
Setor de atividade econômica	0,07	10%	0,01	3%	0,04	6%
Tipo de ocupação	0,06	8%	0,09	25%	0,25	38%
Ser formalizado	0,11	17%	0,05	14%	0,04	6%
Região	0,15	22%	0,08	20%	0,03	4%
<i>Familiares</i>						
Ter companheiro	0,00	0%	0,00	-1%	0,00	0%
Horas de cuidados e afazeres domésticos	0,01	2%	0,00	1%	0,01	1%
Criança de 0-3 anos no domicílio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Criança de 4-6 anos no domicílio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-1%
Criança de 7-14 anos no domicílio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Ter parente no domicílio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Total	0,56	83%	0,28	75%	0,42	66%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua de 2017.

Nota: Os coeficientes em itálico não são significativos, os demais têm significância de 1%, ou 5%, ou 10%.

O setor de atividade econômica (indústria; comércio; agricultura; entre outros) explica o diferencial salarial em 10%, 3%, e 6%, respectivamente, entre os 10% mais pobres, mediana, e 10% mais ricos. Para essa variável, caso as mulheres negras trabalhassem no mesmo setor econômico que as brancas, haveria queda do diferencial salarial, sobretudo para aquelas situadas no extrato inferior da distribuição.

O tipo de ocupação (dirigentes; profissionais das ciências; trabalhadores dos serviços; entre outros) se destaca na explicação da desigualdade de renda entre as mulheres, sendo que, caso as mulheres negras apresentassem a mesma ocupação das brancas, a queda do diferencial seria de 8%, 25% e 38%, nos percentis 10, 50, e 90, respectivamente. A contribuição do tipo de ocupação é acentuada entre as mulheres situadas na parte superior da distribuição, indicando a dificuldade de as mulheres negras terem melhor posição ocupacional, em especial ocupar cargos de direção e chefia, que são mais bem remunerados. A região de residência explica o diferencial de renda em 22%, 20% e 4%, respectivamente, nos percentis 10, 50 e 90, conforme esperado. A contribuição da região é menos acentuada entre as mulheres do percentil 90, no qual parece natural prevalecer a residência nas regiões mais ricas.

Em relação as características familiares cabe destacar: ter companheiro; horas de cuidado e atividades domésticas; e crianças no domicílio. Ter companheiro quase não explica a desigualdade de renda no percentil 10 e 90, mas tem contribuição de 1%, na mediana, sendo que, na mediana, caso as mulheres negras tivessem companheiros como as brancas, a desigualdade de renda aumentaria. As horas dedicadas aos cuidados e atividades domésticas apresenta contribuição de 2% para as situadas entre as 10% mais pobres, e 1% para as que se encontram na mediana e entre as 10% mais ricas, sendo que, caso as negras apresentassem a mesma jornada doméstica não remunerada que as brancas, o diferencial salarial cairia nos valores supracitados. A variável de crianças no domicílio de 0-3 anos não apresenta contribuição na explicação do diferencial salarial e a de crianças de 4-6 anos tem contribuição de 1% apenas no topo da distribuição. Já a presença de crianças de 7-14 anos não apresenta significância em nenhum ponto da distribuição.

O que os números sugerem é que as mulheres negras compõem uma categoria vulnerabilizada no mercado de trabalho, em conformidade com a experiência de uma revolução de gênero duplamente incompleta que as alijam de melhores oportunidades na sociedade. Tal cenário, no Brasil, pode estar se agravando, mediante a ameaça de avanço de uma onda conservadora, que faz o país experimentar o racismo e sexismo de modo mais explícito e violento e, concomitantemente, mitiga a atuação do Estado no enfrentamento dessas mazelas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De longa data, o patriarcalismo, o racismo, o classicismo modulam as relações sociais brasileiras, com rasos sinais de distúrbios no alicerce que os sustentam – os

privilégios de gênero, raça e classe. Os muitos avanços presenciados, sob duas décadas de gestão federal centro-esquerda, não foram capazes de assegurar maior homogeneidade na sociedade brasileira, com a hierarquia social ainda muito bem demarcada pelas mulheres negras na base.

Os resultados desta pesquisa mostram que, em 2017, as mulheres negras ainda ocupavam a franja inferior do mercado de trabalho, ganhando menos que as brancas, tanto na média como nos percentis da distribuição salarial. Os achados corroboram o que as mulheres negras sentem cotidianamente em sua trajetória laboral: uma dupla penalidade. A primeira penalidade pode ser considerada como advinda das desigualdades de oportunidades, já que o modelo estimado mostra que parte expressiva do diferencial entre as mulheres é explicado pelos distintos atributos produtivos – efeito composição. Devido a um passado escravocrata que lhes nega oportunidades, as mulheres negras ganham menos porque não conseguem alcançar a mesma escolaridade das brancas, ter a mesma jornada, ocupar cargos de direção, trabalhar em setores melhor remunerados. A segunda penalidade é percebida no efeito da estrutura salarial que, em alguma medida, pode ser considerado discriminação. As negras, sobretudo aquelas situadas no extremo superior da distribuição, têm um desconto em seus salários, que não é proveniente das distintas características observáveis, devendo se assentar em preconceito dos empregadores, conforme seu racismo velado. Assim, o que estes resultados levam a crer é que o diferencial salarial entre mulheres cairia expressivamente caso as negras alcançassem as mesmas características produtivas das brancas, ressaltando a necessidade de políticas públicas promotoras de equidade, como ações afirmativas para população negra em relação a educação e emprego. Mas, para a parte do diferencial que permaneceria mesmo que os atributos produtivos fossem equânimes - efeito discriminação - só parece haver solução em um novo marco civilizatório no qual o racismo não seja inerente à nossa socialização.

REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, O. A. **Discriminação salarial por cor e gênero revisitada: uma abordagem de decomposição contrafactual utilizando regressões quantílicas.** 2007. 87f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2007.

BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 12, n. 2, p. 177-200, 2004.

BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of Human Resources**, Madison, v. 8, n. 4, p. 436-455, 2013.

- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; ROSALINO, J. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 33, p. 195-222, 2009.
- FERNANDES, G. A. A. L. Brazilian female labor market: racial-skin color discrimination and inefficiency. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP, v. 19, n. 2, p. 241-259, 2015.
- FREITAS FILHO, P. R. S.; SAMPAIO, b. wage discrimination in brazil: inferences based on Unconditional Quantile Regressions. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2015, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Niterói, RJ: ANPEC, 2015.
- FIRPO, S. Unconditional quantile regressions. **Econometrica**, Chicago, v. 77, n. 3, p. 953-973, 2009.
- FIRPO, S.; FORTIN, N. M.; LEMIEUX, T. **Decomposing wage distributions using recentered influence function regressions**. Columbia: University of British Columbia, 2007. (Mimeo).
- FIUZA-MOURA, F. K. **Diferenciais de salário na indústria brasileira por sexo, cor e intensidade tecnológica**. 2015. 100f. (Dissertação em Economia Regional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2015.
- FORTIN, N.; LEMIEUX, T.; FIRPO, S. Decomposition methods in economics. **Handbook of Labor Economics**, [S. l.], v. 4, Part A, p. 1-102, 2011.
- GALVÃO, J. C. **O impacto da segregação de gênero nos cursos de graduação sobre o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil**. 2015. 85f. (Dissertação em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.
- GONZALEZ, L. **Mulheres negras**. Versão com algumas modificações, da comunicação “The Black Woman’s Place in the Brazilian Society”, apresentada na “1985 and Beyond: A National Conference”, promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University. Baltimore, 1984.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Igualdade racial. políticas sociais: acompanhamento e análise (BPS)**. Brasília, DF, n. 26, 2019.
- MATOS, R. S.; MACHADO, A. F. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil. **Econômica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 1, p.5-27, jun., 2006.
- MIRO, V. H.; SULIANO, D. C. Discriminação de rendimentos por gênero e raça a partir de realidades sócio-econômicas distintas. In: BARBOSA, E. (org.). **Economia do Ceará em Debate 2009**. 5. ed. Fortaleza, CE: IPECE, 2010.
- NERI, M. C.; CARVALHO, A. P.; SILVA, D. B. N. Diferenciais de salários por raça e gênero: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em Pesquisas Amostrais Complexas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.
- OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, Philadelphia, v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973.
- OLIVEIRA, A. M. H.; RIOS-NETO, E. L. Tendências da desigualdade salarial para coortes de mulheres brancas e negras no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 36, n. 2, p. 205-236, 2006.
- PASSOS, L.; MACHADO, D. C.; KERSTENETZKY, C. A. L. Diferenciais salariais de gênero no Brasil: comparando os setores público e privado. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 19. 2019, Salvador, BA. **Anais...** Uberlândia, MG: ABET, 2019.

SALVATO, M. A. et al. Mercado de trabalho em Minas Gerais e Bahia: considerações sobre uma análise da discriminação de raça e gênero. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 2008.

SILVA, T. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, M. M. et al. (org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2013.

SOARES, S. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho:** homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 0769).

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO ESTADO DE MINAS GERAIS E NO BRASIL

Denise Helena França Marques^{*}
Nícia Raies Moreira de Souza[♦]

RESUMO

A divisão sexual do trabalho permanece ainda hoje como desvantagem para a mulher alcançar sua autonomia econômica. A responsabilidade pelas tarefas de cuidado e os valores associados ao que é feminino e masculino constrói lugares distintos para homens e mulheres na sociedade que, apesar de todos avanços e conquistas das últimas décadas, parecem imutáveis. O objetivo deste trabalho é mostrar, por meio dos principais indicadores laborais, as tendências de inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil e em Minas Gerais e traçar um panorama da autonomia econômica feminina, historicamente marcada por avanços e retrocessos. Os dados, provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) para o período de 2012 a 2020, mostram o descompasso entre o aumento da participação feminina e a evolução da ocupação no país e no estado e evidenciam a manutenção das desvantagens das mulheres frente aos homens na maior parte das métricas de desigualdade. Ademais, os resultados confirmam que as possibilidades de progressão nas carreiras e o acesso irrestrito ao mundo do trabalho permanecem associadas a valores culturais, discriminações e a estratégias de subordinação.

Palavras-chave: Autonomia feminina; Mercado de trabalho; Brasil; Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da década de 1970, o ritmo da entrada das mulheres no mercado de trabalho se elevou expressivamente. A reestruturação capitalista no período pós segunda guerra e o *milagre econômico* brasileiro (1968-1973), caracterizado pelo aumento da industrialização e da urbanização, foram importantes motores para a ampliação da força de trabalho no país, sobretudo da mão de obra feminina. Guedes e Alves (2004) mostram a evolução crescente da taxa de participação das mulheres acima de 10 anos de idade no mercado de trabalho brasileiro, com base nos censos demográficos de 1970 a 2000. Segundo esses autores, a participação feminina passou de 18,5% em 1970, para 44,1% em 2000 – incremento de 138,3% em 30 anos - enquanto a participação masculina declinou de 71,8% para 69,6%, no mesmo período.

Essa mudança na composição da força de trabalho brasileira pode ser explicada por diversos fatores, a constar: i) pela reestruturação produtiva iniciada na década de 1990 que afetou o emprego industrial com demissão massiva dos homens e, em muito menor grau, das mulheres, já pouco representadas; ii) pelo incremento do setor de serviços, tradicionalmente empregador de mão de obra feminina; iii) pela substituição dos homens

^{*} Doutora em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2009. denise.maia@fjp.mg.gov.br.

[♦] Doutora em sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2018. nicia.raies@fjp.mg.gov.br

por mulheres, em trabalhos comumente pensados para eles; e iv) pelo processo de flexibilização do mercado de trabalho e precarização das relações de trabalho, com aumento da informalidade (LAVINAS, 2001; GUEDES; ALVES, 2004).

De fato, as mulheres consolidaram suas participações no mercado laboral brasileiro com a superação de diversas barreiras formais. Não obstante, em pleno século XXI ainda permanecem muros invisíveis, que são ao mesmo tempo resultantes e responsáveis pela divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, pela segregação ocupacional horizontal e vertical de gênero.

A divisão sexual do trabalho relega às mulheres tarefas e serviços mal remunerados e de menor prestígio, a partir dos estereótipos de gênero que são ainda mais reforçados pela responsabilidade com os cuidados domésticos da família imediata e estendida. De acordo com Soares (2011), para a ideologia empresarial, a responsabilidade da mulher ainda é *ajudar* a família e não provê-la, ou seja, a participação da mulher na esfera produtiva permanece nos dias de hoje como secundária e sua responsabilidade primeira é com o cuidado da casa e dos filhos.

Essa divisão constitui-se como desvantagem para a mulher alcançar autonomia econômica na medida em que há uma sobrecarga de atividades que incide diretamente na sua participação no mercado de trabalho e na forma que essa participação ocorre. A responsabilidade das mulheres pelas tarefas de cuidado juntamente com os valores associados ao que é feminino e masculino constrói lugares distintos para homens e mulheres na sociedade. Elas estão, neste sentido, menos disponíveis para o mercado de trabalho e, em muitos casos, têm grande probabilidade de vivenciar a interrupção da trajetória profissional em virtude do casamento, gravidez, doenças na família, etc. Importante ressaltar ainda que há uma inter-relação entre gênero, classe e raça na configuração desses espaços.

A necessidade de conciliar o trabalho remunerado no mercado, com o não remunerado no domicílio muitas vezes as obriga aceitar cargos que exigem pouca ou nenhuma formação e/ou qualificação profissional, mas que por permitirem tais arranjos tornam-se os mais adequados, como, por exemplo, aqueles com baixa remuneração, de curta jornada, que permitem horário flexível e não necessitam de horas extras.

Segundo Soares (2011), a autonomia pode ser física, econômica e de decisões. Para a autora, a autonomia econômica, objeto deste trabalho, caracteriza-se pela capacidade de gerar renda própria, de controlar os recursos econômicos e decidir sobre os bens

materiais e ativos familiares. É uma condição para o exercício de seu poder de decisão sobre suas vidas.

Assim sendo, o objetivo desse trabalho é retratar as tendências de inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e mineiro e traçar um panorama da autonomia econômica feminina, a partir da relação estabelecida entre trabalho remunerado e não remunerado, ou seja, relação entre o trabalho na esfera pública (mercado de trabalho) e privada (afazeres domésticos e cuidado com parentes, idosos e crianças, deficientes). Para isso, serão utilizadas as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio Contínua (PNADc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O artigo está dividido em três seções, incluindo esta introdução. Na segunda, apresentam-se as bases de dados utilizadas e alguns indicadores calculados. Na terceira, descreve-se a estrutura do mercado de trabalho, com foco na evolução da População Economicamente Ativa (PEA), das taxas de atividade, ocupação e desemprego, bem como as características da população sem rendimento no Brasil e em Minas Gerais, essas últimas desagregadas por cor/raça. Ademais, discutem-se as interfaces da autonomia econômica das mulheres e sua relação com o trabalho não remunerado e as tarefas de cuidado.

MÉTODOS

Para analisar a inserção das mulheres no mercado de trabalho do Brasil e de Minas Gerais, utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) trimestral (terceiro) para os anos de 2012 a 2020. Especificamente para a autonomia econômica, lançou-se mão da PNADc anual de 2019, uma vez que as informações relativas à ela são coletadas na 5ª visita e até o momento de elaboração deste trabalho não estavam disponíveis.

A evolução dos principais indicadores da inserção e autonomia econômica das mulheres, e sua interconexão com as atividades de cuidado e afazeres domésticos, foi interpretada à luz dos seguintes indicadores: i) PEA; ii) taxas de atividade; iii) ocupação; iv) desocupação; v) inatividade; vi) posição na ocupação; vii) rendimento; e viii) tempo dedicado aos trabalhos remunerado, doméstico e de cuidado.

INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA: UM RETRATO DO BRASIL E DE MINAS GERAIS

Pela Tabela 1 verifica-se a intensidade e o crescimento continuado da força de trabalho feminina tanto no país quanto no estado. Os dados mostram que no Brasil e em

Minas Gerais, a PEA feminina passou de 41,9 milhões e de 4,4 milhões, em 2012, para 42,6 milhões e 4,5 milhões, em 2020, nessa ordem – incremento de 1,7% e de 2,6%, respectivamente, em oito anos. A participação percentual feminina na PEA também aumentou no período, ao passo que as taxas de atividade diminuíram, o que significa que embora mais mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, um contingente menor conseguiu emprego. De fato, verifica-se crescimento acentuado em termos absolutos de mulheres desocupadas nas duas regiões em análise. No caso das desocupadas, houve acréscimo de 3,5 milhões (95%) no Brasil e de 333,1 mil (92%) em Minas Gerais no período de oito anos.

TABELA 1 – Brasil e Minas Gerais: indicadores de participação econômica das mulheres no mercado de trabalho – 2012 e 2020

Anos	Brasil								
	PEA			Ocupadas		Desocupadas		Fora da força de trabalho	
	N. Abs.	Taxa de atividade	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
2012	41.933.697	91,2	43,5	38.256.067	42,7	3.677.630	54,0	40.161.393	66,6
2020	42.675.797	83,2	44,2	35.500.522	43,0	7.175.275	50,9	50.466.428	64,2
Anos	Minas Gerais								
	PEA			Ocupadas		Desocupadas		Fora da força de trabalho	
	N. Abs.	Taxa de atividade	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
2012	4.474.936	92,0	43,4	4.116.426	42,6	358.511	54,3	3.981.015	66,3
2020	4.595.482	84,9	44,0	3.903.779	43,2	691.703	49,7	4.765.496	64,6

Fonte: IBGE (2012; 2020).

Diferentemente das mulheres, no Brasil, a PEA masculina sofreu decréscimo absoluto e relativo no período, passando de 54,5 milhões em 2012, para 53,8 milhões em 2020 – decréscimo de 1,1%. Em Minas Gerais, também houve queda e a PEA masculina passou de 56,6% para 56,0%, respectivamente – decréscimo de 0,1% no intervalo de oito anos. Não obstante, os demais indicadores masculinos seguiram a mesma direção dos femininos, com diminuição dos ocupados, aumento dos desocupados e da força de trabalho fora do mercado, mas em intensidades diferentes. Nota-se, por exemplo, que os ocupados, tanto no país quanto no estado, sofreram queda mais acentuada que as ocupadas (8,6% contra 7,2% no Brasil e 7,3% contra 5,1% em Minas Gerais, nesta ordem) e que o desemprego cresceu muito mais entre os homens do que entre as mulheres, bem como os inativos.

Nesse sentido, parece que Minas Gerais, seguindo a tendência nacional, vem consolidando-se na *revolução de gênero*, definida pela literatura como a transformação nas

relações de sexo/gênero na vida pública e privada, sobretudo com a mulher assumido novos papéis na esfera doméstica (WAJNMAN, 2016). Sintoma dessas transformações é o crescimento da PEA feminina frente ao encolhimento da masculina. Contudo, deve-se acrescentar ao termo as palavras *estagnada* ou *incompleta*, em virtude de o Brasil está “emperrado” na primeira fase da revolução, com manutenção de muitas barreiras para as mulheres acessarem o mercado de trabalho, tanto em termos de quantidade quanto em qualidade das vagas.

TABELA 2 – Brasil e Minas Gerais: indicadores de participação econômica dos homens no mercado de trabalho – 2012 e 2020

Anos	Brasil								
	PEA			Ocupados		Desocupados		Fora da força de trabalho	
	N. Abs.	Taxa de atividade	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
2012	54.520.448	94,2	56,5	51.382.771	57,3	3.137.677	46,0	20.158.289	33,4
2020	53.880.101	87,2	55,8	46.963.218	57,0	6.916.882	49,1	28.098.915	35,8

Anos	Minas Gerais								
	PEA			Ocupados		Desocupados		Fora da força de trabalho	
	N. Abs.	Taxa de atividade	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
2012	5.844.576	94,8	56,6	5.542.498	57,4	302.078	45,7	2.019.521	33,7
2020	5.837.427	88,0	56,0	5.136.971	56,8	700.455	50,3	2.608.359	35,4

Fonte: IBGE (2012; 2020).

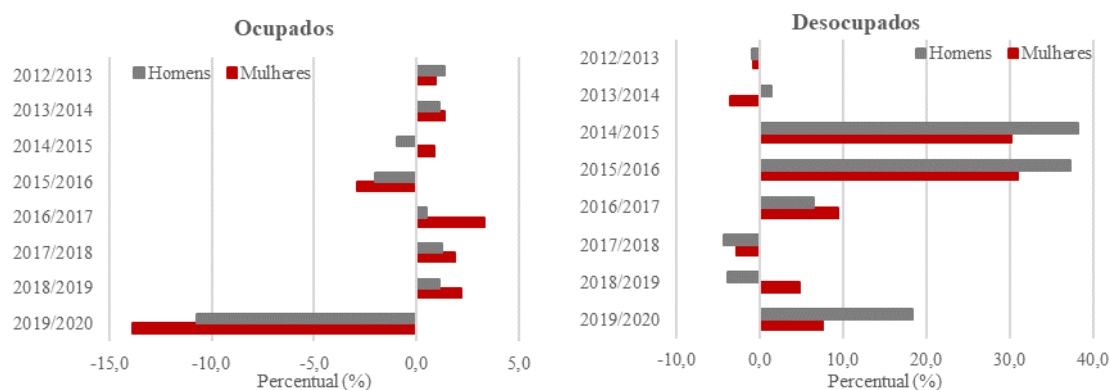
Soma-se à *revolução de gênero incompleta* a estrutura do mercado brasileiro e as sucessivas crises econômicas responsáveis pelas variações nos níveis de desemprego. No Brasil, as recorrentes crises econômicas e o contexto do desemprego têm, cada vez mais, colocado a família como centro de provisão econômica e bem estar. A transição de um modelo familiar com o homem como exclusivo provedor para um modelo de família com múltiplos ingressos tem empurrado muitas mulheres para o emprego precário. Isso sem falar naquelas responsáveis pelo domicílio que, por serem mulheres, suportam uma carga extra em relação às demais ao terem que lidar com dupla inserção nas esferas da produção e da reprodução.

Os Gráficos 1 e 2 apresentam o ritmo de expansão e contração da atividade econômica do país e do estado, respectivamente, e, por conseguinte, do funcionamento do mercado de trabalho. Os dados evidenciam a forte recessão de 2014 e a lenta recuperação nos anos seguintes, em que as taxas de desocupação sofreram incremento de quase 40,0% no caso dos homens e de 30,0% no caso das mulheres (CARLI, 2018). O contingente de ocupados também encolheu, principalmente o feminino, entre 2015 e 2016.

Destaca-se a diferença no comportamento do mercado laboral frente a pandemia da Covid-19, em relação à crise de 2014, com crescimento menor do desemprego, mas retração expressiva dos ocupados, sobretudo das mulheres. A pandemia afetou mais fortemente os trabalhadores informais que, além de predominar em setores que dependem da circulação de pessoas, tais como comércio e serviços, podem ser dispensados mais facilmente, sem custos trabalhistas. Ademais, a conjugação das medidas de isolamento social e o auxílio emergencial oferecido pelo governo federal é apontada por especialistas como causa principal do menor crescimento do desemprego, em virtude da queda na procura por trabalho. De fato, observa-se entre 2019 e 2020 massiva saída de pessoas do mercado laboral, com crescimento de 22,4% de homens fora da força de trabalho e 20,4% das mulheres - cenário muito diferente daquele da crise de 2014 quando as taxas de desemprego nos sucessivos anos bateram recordes (MATTEI; HEINEN, 2020).

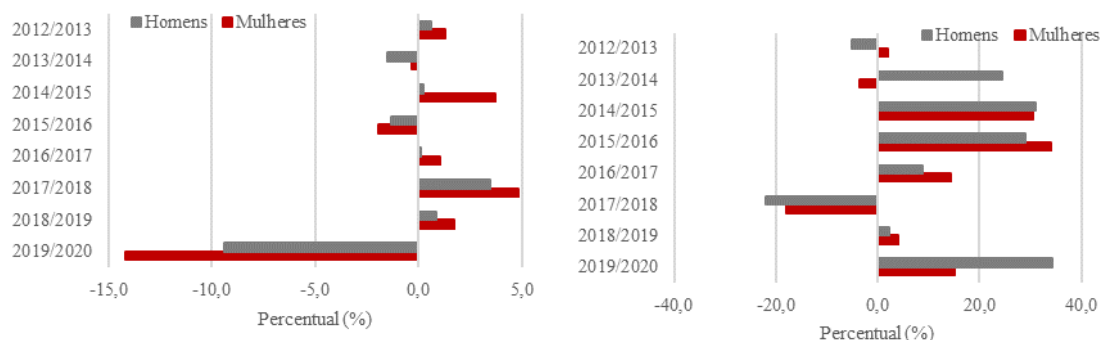
Nesse contexto, são as mulheres as mais prejudicadas, haja vista a predominância em atividades informais, principalmente trabalhos domésticos, e a pouca representatividade em vagas ligadas à produção e indústria de forma geral. De acordo com Mattei e Heinen (2020), as empregadas domésticas e diaristas foram as primeiras categorias afastadas do trabalho, sendo obrigadas a ficar em casa sem remuneração e qualquer direito trabalhista.

GRÁFICO 1 – Brasil: taxa de variação dos ocupados e desocupados, segundo sexo (%) – 2012 a 2020



Fonte: IBGE (2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020).

GRÁFICO 2 – Minas Gerais: taxa de variação dos ocupados e desocupados, segundo sexo (%) – 2012 a 2020



Fonte: IBGE (2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020).

Apesar das conquistas e avanços das mulheres nos setores produtivos, ainda na segunda metade do século XXI, suas possibilidades de progressão nas carreiras e o acesso irrestrito ao mundo do trabalho permanecem associadas a valores culturais, discriminações e a estratégias de subordinação. Soma-se a isso as dificuldades no compartilhamento das responsabilidades familiares e de cuidado, isto é, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos afazeres domésticos.

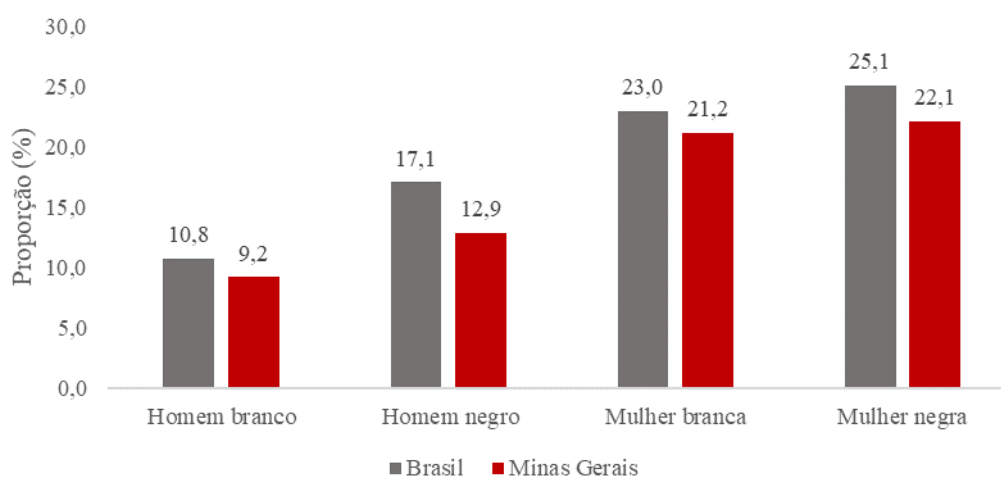
De acordo com a PNADc, em 2019, havia no Brasil 41 milhões de mulheres ocupadas, das quais 4,0% exerciam algum cargo de chefia, enquanto entre os homens, esse percentual era de 4,5%. Em Minas Gerais, havia 4,5 milhões de mulheres trabalhando e desse total 3,4% encontravam-se em posições mais elevadas na hierarquia do mercado de trabalho, ao passo que entre os homens o percentual era de 4,0%.

À primeira vista parece haver uma diferença pequena nesses grupos ocupacionais, mas a desigualdade é maior no topo do que na base da estratificação social. A título de ilustração, no cômputo geral, em 2019 as mulheres ganharam em média 21% a menos do que os homens, no país, e em Minas Gerais, 27%. No grupo ocupacional de diretores e gerentes, elas auferiram rendimentos equivalentes à 68% do rendimento mensal habitual dos homens no Brasil e a 64% em Minas Gerais. Já no grupo de ocupações elementares, a renda das mulheres correspondia a 93% da dos homens, no Brasil, e a 91% em Minas Gerais.

Mas além da segregação ocupacional e diferenciais de rendimento, as mulheres sofrem constrangimentos para a conquista da autonomia econômica que estão diretamente associados à sua capacidade de gerar recursos próprios por meio do trabalho remunerado em iguais condições aos dos homens.

Considerando as 28,4 milhões de pessoas, no Brasil, com idade superior a 14 anos, que não estudavam exclusivamente e não tinham rendimento de trabalho ou de outra fonte, 53,0% eram mulheres. No caso de Minas Gerais, eram 2,5 milhões de pessoas, das quais 52,0% também eram mulheres. Entretanto, considerando cada grupo de cor/raça e sexo/gênero, nota-se que dos homens brancos, 9,2% e 10,8%, respectivamente no Brasil e Minas Gerais, não tinham rendimento. No caso das mulheres esse percentual era o dobro, tanto para as brancas quanto para as negras (Gráfico 3).

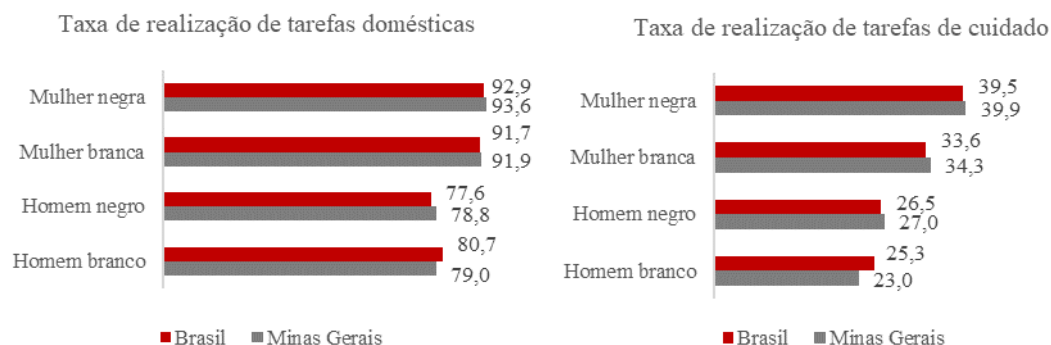
GRÁFICO 3 – Brasil e Minas Gerais: proporção da população acima de 14 anos que não recebia renda monetária individual e não estudava exclusivamente, por sexo e raça/cor (%) – 2019



Fonte: IBGE (2019a).

Os dados revelam também que, além das mulheres serem maioria dentre as pessoas sem renda monetária, no país e no estado, há um ponto de resistência na redistribuição social das tarefas de cuidado ao longo do tempo. A proporção de mulheres que realizam tarefas domésticas ou de cuidado é consideravelmente superior à dos homens e a intensidade da realização dessas tarefas também é maior para as mulheres. Nota-se um quadro com uma marcada diferença de sexo/gênero. A taxa de realização de tarefas domésticas é mais alta para as mulheres, mas a maioria dos homens também declara a realização de algum tipo de afazer doméstico. Por exemplo, 93% das mulheres negras e 91% das mulheres brancas declararam realizar alguma tarefa doméstica, contra 77,6% dos homens negros e 80,7% dos homens brancos, no Brasil. No entanto, o tipo de tarefa realizada por homens e mulheres também sofre os estereótipos de gênero, ficando para elas a limpeza geral da casa, alimentação e cuidado com outros membros do domicílio e da família e, para eles, os pequenos reparos. A taxa de realização de tarefas de cuidado também incide mais para as mulheres, especialmente as negras, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais.

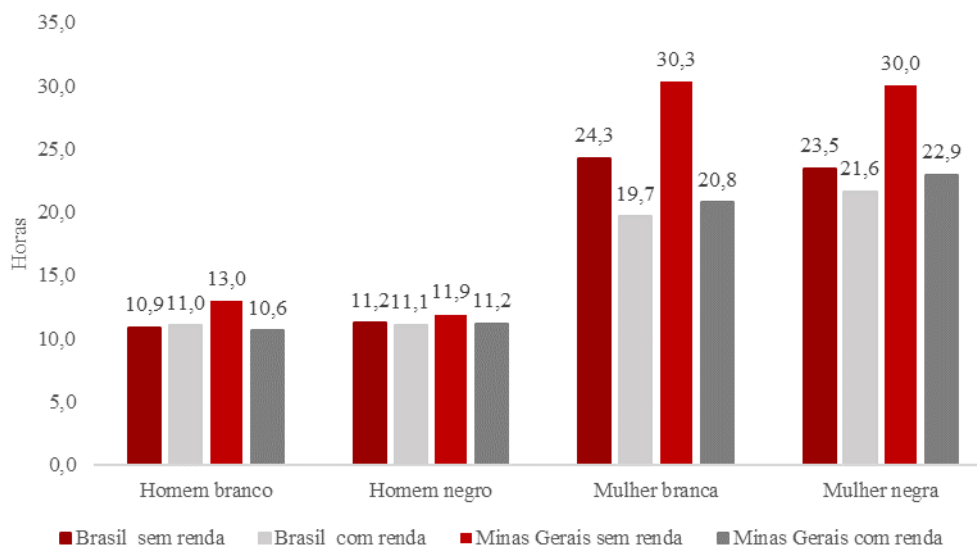
GRÁFICO 4 – Brasil e Minas Gerais: taxa de realização de trabalho doméstico e de cuidado, segundo sexo/gênero e cor/raça (%) - 2019



Fonte: IBGE (2019a).

Interessante notar que a quantidade de horas médias que os homens dedicam aos afazeres domésticos e aos cuidados com parentes e/ou familiares não se altera entre os grupos de raça/cor, nem pela ausência ou presença de renda pessoal, seja do trabalho ou de qualquer outra fonte (Gráfico 5). Constatou-se, nesse sentido, que as mulheres que auferem algum rendimento dedicavam-se menos horas aos afazeres domésticos ou às tarefas de cuidado, mas a intensidade da realização dessas tarefas pelos homens permaneceu em torno de 11 horas. A média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidado pelas mulheres que tinham alguma renda monetária, era superior à dos homens, mesmo quando eles não tinham renda. Um dos destaques mais importantes é que essa estrutura pouco se altera ao longo do tempo. A permanência dessa dinâmica ao longo do tempo, assim como as diferenças em termos de disponibilidade de renda, é um forte indicativo da importância dos valores da cultura patriarcal na divisão sexual do trabalho (BRUSCHINI, 2007).

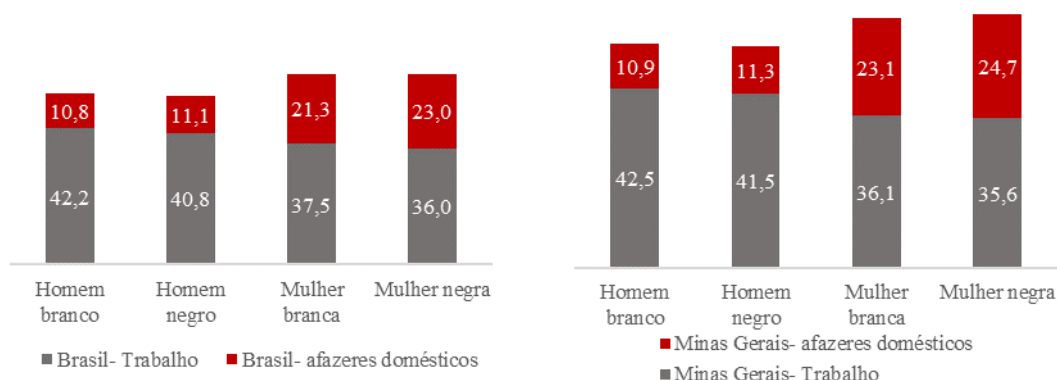
GRÁFICO 5 – Brasil e Minas Gerais: média de horas dedicadas às atividades de cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, segundo sexo/gênero e cor/raça (%) – 2019



Fonte: IBGE (2019a).

Além disso, nota-se que se as taxas parecem mais convergentes entre os sexos/gêneros, a intensidade de realização de afazeres domésticos ou de cuidado é mais do que o dobro para as mulheres (Gráfico 6). E a quantidade de tempo destinado ao trabalho doméstico parece ter um impacto sobre o tempo dedicado ao trabalho remunerado no mercado, mas muito mais em termos de carga adicional do que de redução do tempo do trabalho remunerado na mesma proporção. Ou seja, a média de horas que homens e mulheres (tanto negros quanto brancos) se dedicam ao trabalho remunerado é mais próxima do que a média de horas que se dedicam às tarefas de cuidado e afazeres domésticos. As mulheres brancas, por exemplo, tiveram uma média de horas trabalhadas no mercado 9,5% inferior à dos homens, mas a média de horas dedicadas ao trabalho não remunerado para a família foi quase o dobro. Como resultado, enquanto os homens trabalham aproximadamente 53 horas por semana, entre trabalho remunerado e não remunerado, as mulheres trabalham, aproximadamente, 59 horas.

GRÁFICO 6 – Brasil e Minas Gerais: média de horas que dedicadas às atividades ao trabalho remunerado e ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, segundo sexo/gênero e cor/raça (%) – 2019



Fonte: IBGE (2019a).

Por fim, é importante levantar alguns pontos de reflexão, mesmo que preliminarmente, sobre os impactos do Covid-19 nessas dimensões de interesse do estudo. A princípio, as restrições impostas à circulação de pessoas, bens e mercadorias, incidiram diretamente no valor de trabalhos desprezados como os das faxineiras, babás, manicures, cabeleireiras, cuidadores de idosos, assistentes sociais, enfermeiras e professores de ensino básico, todos desempenhados majoritariamente por mulheres. Nesse contexto, alguns estudiosos já reivindicam uma nova economia dos cuidados mais integrada e com alta cobertura.

De um lado, tem-se que as mulheres são essenciais na luta contra a pandemia pois têm alta representatividade nessas ocupações elencadas acima, mas, de outro, elas são desproporcionalmente afetadas pela crise (ONU, 2020) uma vez que possuem uma inserção mais frágil e precária no mercado de trabalho; famílias chefiadas por elas tendem a ser mais pobres; há uma alta concentração de mulheres ainda hoje no emprego doméstico; são mais afetadas pelo desemprego; têm menor presença sindical e se concentram em segmentos menos organizados da atividade econômica (MELO, 2005).

Os dados evidenciaram que em 2019 mais da metade das pessoas sem renda monetária no país eram mulheres, especialmente negras. Ressalta-se ainda que grande parte dessas mulheres se dedicavam integralmente às tarefas domésticas ou de cuidado e, mesmo aquelas que estavam inseridas no mercado laboral, certamente tiveram sua participação negociada com as responsabilidades domésticas.

Os dados de renda de todas as fontes ainda não estão disponíveis, assim como os mais recentes para as unidades da Federação, porém há fortes indícios de que as medidas

de contenção da crise sanitária afetaram as mulheres mais profundamente, assim como as pessoas mais velhas e de menor escolaridade.

Pela pesquisa do IBGE é possível ver a queda acentuada da ocupação como um todo e pelo o registro administrativo do Ministério da Economia (Caged) a redução desproporcional do trabalho formal das mulheres frente aos homens. A título de ilustração, no saldo de 2020, houve aumento de 230.294 empregos para os homens, ao passo que para as mulheres o saldo foi negativo em -87.604.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>. Acesso em: 30 jan. de 2021.

CARLI, F. B. F. **Análise de conjuntura econômica**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2018. Disponível em: <https://pesquisas.face.ufmg.br/gppd/wp-content/uploads/sites/24/2019/02/Relat%c3%b3rio-Conjuntura-Econ%c3%b4mica-Francesco-B.-F.-de-Carl%c3%ad.pdf>. Acesso em: 30 jan. de 2021.

GUEDES, M. C.; ALVES, J. E. D. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/carlo/Downloads/1307-3806-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**: microdados. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil**: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 826). Disponível em: https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0826.pdf. Acesso em: 17 mar. 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impacts of the COVID-19 crisis on the brazilian labor market. **Brazilian Journal of Political Economy**, Chicago, v. 40, n. 4, p. 647-68, 2020. Disponível em: <https://bjpe.org.br/rep/index.php/journal/article/view/2078>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2005.

SOARES, V. Mulher, autonomia e trabalho. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília, DF, 2011. p. 281-301. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/840-Autonomia_Economica_e_Empoderamento_da_Mulher_%C3%BB_Textos_Academicos.pdf. Acesso em: 17 mar. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WAJNMAN, S. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. In: ITABORAI, N. R.; RICOLDI, A. M. **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016. p. 45-58. Disponível em: <file:///C:/Users/ferna/Downloads/2446-7193-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NO SERIDÓ POTIGUAR: PERSPECTIVAS PARA OS ANOS DE 2000 E 2010

Leandro Nazareno Basílio Júnior[♥]
Wilson Fusco[▲]

RESUMO

Ao longo dos anos a perspectiva demográfica para temas educacionais tem deixado evidente a sua importante contribuição para a análise da sociedade, bem como para a formulação de propostas de políticas educacionais. Diante do considerável nível de investimentos observados em diversas localidades do interior do Brasil, no que tange à educação superior e à técnica de nível médio, durante a primeira década do séc. XXI, coloca-se a necessidade de se observar o panorama resultante de tais investimentos no interior nordestino no que se refere à evolução dos níveis educacionais. Nesse sentido, este trabalho tem como foco uma área que abrange duas microrregiões localizadas no interior meridional do Rio Grande do Norte, que é a Região do Seridó Potiguar. Assim, pretende-se aqui traçar um panorama da educação no Seridó Potiguar entre os anos de 2000 e 2010. As fontes de dados utilizadas foram os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos mencionados. Como resultados, pode-se destacar a melhora nos índices educacionais da região, a maior inclusão da população com renda até um salário mínimo no universo dos níveis médio e superior, entre outros que remetem às características da população estudante.

Palavras-chave: Seridó Potiguar; Educação; Políticas educacionais; População estudante.

INTRODUÇÃO

A educação possui uma relação muito próxima à demografia e aos estudos populacionais, colocando-se como uma importante variável na análise demográfica (LUTZ, 2010; LUTZ; KC, 2011). A compreensão dos aspectos sociais e econômicos em um contexto de mudanças educacionais também se faz de fundamental importância.

Apesar da grande relevância do tema educacional para a população brasileira, quando se considera, principalmente, o período que vai até a década de 1980, as políticas educacionais não tiveram uma importância acima de outras áreas, como a econômica, por exemplo. Esse fato fez com que o Brasil se atrasasse historicamente no que tange à revolução educacional, pois, diferente de outros países, até mesmo latino-americanos, a prioridade dos gastos sociais no Brasil ocorreu primeiramente em previdência social e infraestrutura, havendo uma negligência histórica quanto à educação pública (RIOS-NETO; GUIMARÃES, 2010).

[♥] Mestre em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: leandrojr7@hotmail.com

[▲] Doutor em Demografia pela Unicamp. Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e investigador colaborador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. E-mail: wilson.fusco@fundaj.gov.br

No entanto, durante a década de 1990 houve uma considerável expansão do ensino médio no país e o ensino fundamental foi praticamente universalizado. O ensino superior, entretanto, teve resultados menos significantes, exceto pelo crescimento do número de matrículas após a estagnação da década de 1980 (SCHWARTZMAN, 2005).

Apesar das conspícuas desigualdades no Brasil, entre os anos de 1994 e 2002 houve uma redução no número de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de 218 para 195 e um aumento das IES privadas de 633 para 1.442, de acordo com dados dos Censos da Educação Superior (SGUISSARDI, 2008). Dessa forma, houve um recrudescimento do “[...] processo de expansão pela via da privatização, que permanecia estável desde o final dos anos 1970” (SGUISSARDI, 2008, p. 999). Apesar disso, o número de matrículas cresceu nos dois âmbitos (SGUISSARDI, 2008).

Com a mudança de governo na esfera federal no início da década de 2000, foi dado um enfoque mais forte às políticas sociais. Segundo Sguissardi (2005), no âmbito das políticas públicas de dimensão social, no governo Lula houve um destaque nas ações para o campo da educação, principalmente no que tange ao ensino superior. A criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o fortalecimento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e, entre outros, a política de construção e interiorização de Instituições de Ensino Superior (IES) e Institutos Federais (IF) foram muito importantes para a melhoria dos índices educacionais da população brasileira, bem como para a mobilidade social e novas perspectivas de trabalho e emprego.

Essas medidas alcançaram regiões menos desenvolvidas do interior das Regiões mais necessitadas do país, como o Norte e o Nordeste. O Seridó Potiguar, localizado na parte meridional do Rio Grande do Norte (RN), foi uma das áreas que teve IES e IF construídos em seu território, bem como ampliação de vagas. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) ampliou suas vagas para graduação durante o período analisado em Caicó e Currais Novos, dois dos principais municípios da região. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi fundada na região em 2001. Os IF localizados na região foram construídos em 2006 (Currais Novos), 2007 (Caicó) e 2015 (Parelhas). Faculdades privadas também surgiram na região. Os microdados dos Censos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em especial os microdados de 2003, apontam o surgimento da primeira faculdade privada na região no mesmo ano (2003), com outras surgindo subsequentemente.

Dessa maneira, o objetivo deste estudo é a análise da evolução dos níveis educacionais, assim como do perfil da população estudantil da referida região. Como as fontes de dados são os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a análise se dará entre os anos de 2000 e 2010, anos que foram realizados os dois últimos censos. Também se objetiva uma avaliação da diminuição da desigualdade em relação ao Nordeste e ao Brasil. Como nesse período os maiores investimentos foram realizados nos níveis médio e superior, as análises terão foco nesses níveis.

MÉTODOS

Neste estudo utilizou-se como fontes os microdados dos Censos Demográficos do IBGE dos anos de 2000 e 2010. O recorte espacial compreende os 17 municípios componentes das microrregiões Seridó Ocidental e Seridó Oriental do RN¹. Tendo em vista uma melhor perspectiva analítica, serão apresentados resultados com três recortes etários, que são apresentados nas páginas seguintes, bem como suas justificativas.

Para o levantamento dos dados referentes à caracterização da educação da população seridoense foram utilizadas as variáveis para o ano 2000 (*curso que frequenta, anos de estudo, município e idade calculada em anos*) e para 2010 (*curso que frequenta, nível de instrução, município e idade calculada em anos*)².

Entre os dois períodos houve uma mudança no que concerne à variável que mede a escolaridade do residente. No ano de 2010 a variável *anos de estudo* deixou de ser utilizada, sendo substituída pela variável *nível de instrução*. Decidiu-se, assim, por se utilizar a mesma metodologia aplicada por Silva (2019), tendo como objetivo a uniformização das informações para a análise.

Na utilização das variáveis referentes às informações relacionadas aos cursos que frequentam, foram utilizadas todas as idades, de modo a se visualizar em que níveis estavam distribuídos os estudantes da região nos períodos estudados. Para a análise dos níveis de instrução, foi feito um recorte da população de 15 anos e mais de idade com o intuito de se excluir o peso que a população de crianças traria para o nível *sem instrução e fundamental incompleto* e, dessa forma, ser feita uma análise mais adequada.

Além disso, buscou-se as características da população estudante dos níveis médio e superior da região. Com esse intuito, foi realizado um recorte etário de 14 a 39 anos.

¹ Compõem as duas microrregiões os seguintes municípios: Jardim de Piranhas, Serra Negra do Norte, São Fernando, Timbaúba dos Batistas, São João do Sabugi, Ipueira, Caicó, Cruzeta, São José do Seridó, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Santana do Seridó, e Equador.

² Para mais detalhes verificar a documentação dos referidos censos.

Considerando-se os níveis mencionados, 14 anos se justifica por ser a idade adequada de entrada no nível médio, e até os 39 anos pela busca da inclusão dos estudantes que entraram nesses níveis de maneira atrasada e dos que buscaram melhoria na qualidade de vida por meio da educação.

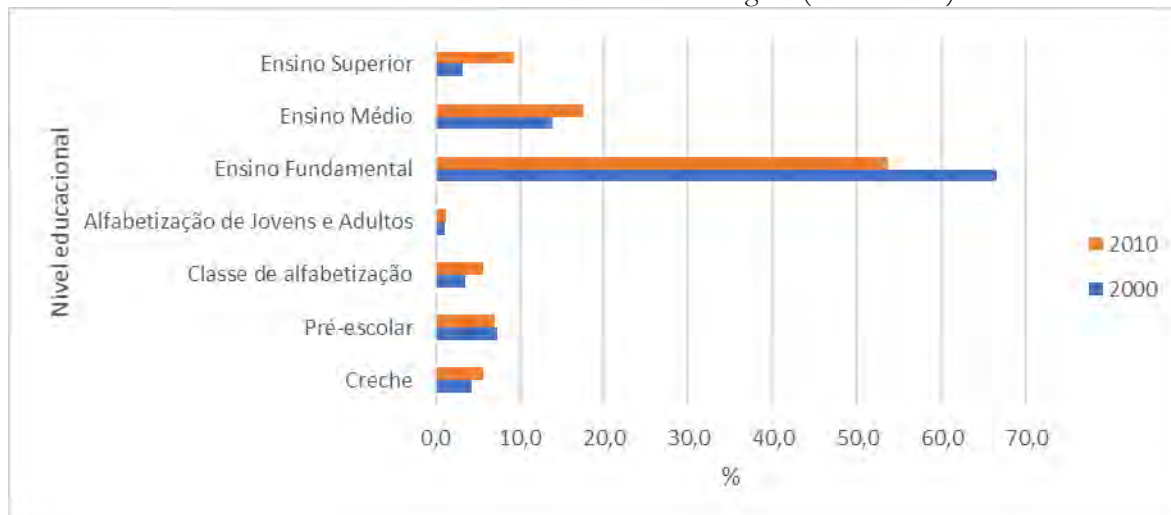
As variáveis utilizadas para obtenção do perfil dos estudantes para os dois períodos são: *município*, *sexo*, *idade calculada em anos*, *rendimento domiciliar em salários mínimos (2000)* e *rendimento domiciliar per capita em salários mínimos (2010)*.

No censo de 2000 não há uma variável similar informando a renda familiar per capita, sendo assim, optou-se por criar uma variável de rendimento domiciliar per capita para o ano 2000 a partir das variáveis *rendimento domiciliar*, *salários mínimos*, *controle* e *domicílio*. A variável foi criada por meio da agregação de dados, sendo *controle* a variável de quebra e o número máximo de pessoas do domicílio sendo identificado na variável *domicílio*. Em seguida, criou-se a variável de rendimento domiciliar per capita a partir da divisão da variável *rendimento domiciliar em salários mínimos* pelo número de residentes no domicílio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do que se observa no Gráfico 1, pode-se afirmar que a maior parte da população que frequentava a escola no ano 2000 na região Seridó estava concentrada no ensino fundamental (66,5%) por motivo de se tratar de uma população, à época, bastante jovem. Assim, tendo em vista a transição demográfica, é natural que haja uma diminuição relativa de participação no ensino fundamental e ganhos de participação no ensino médio no período mais recente. Quanto ao ensino superior, pode-se inferir que o crescimento se deu pela maior proporção de pessoas que alcançaram as idades referentes a este nível (devido ao bônus demográfico) até 2010 e à expansão da educação superior na região. O cenário no Nordeste apresentou a mesma tendência, a proporção de estudantes dos ensinos médio e superior passou de 12,1% para 16,4% e 2,9% para 8,2%, respectivamente, ao passo que no Brasil, a mudança foi de 16,4% para 17,8% no nível médio, e de 5,7% para 12% no nível superior.

GRÁFICO 1 – Níveis educacionais de estudantes no Seridó Potiguar (2000 e 2010)



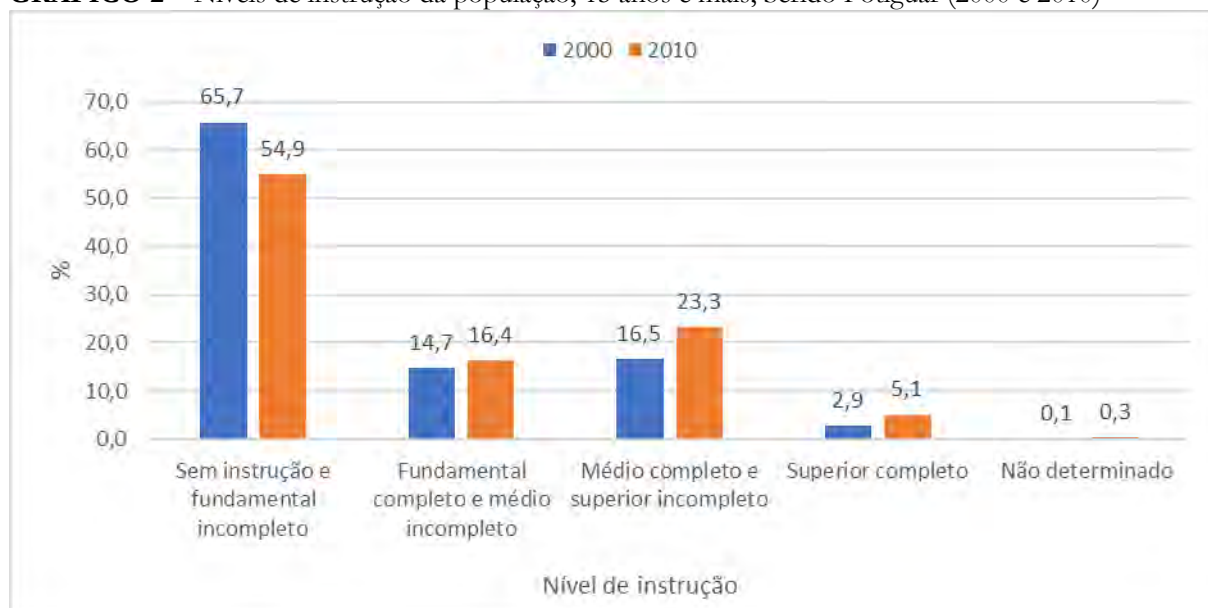
Fonte: IBGE (Microdados das Amostras dos Censos Demográficos, 2000 e 2010).

A seguir selecionou-se somente a população de 15 anos e mais com o intuito de se excluir o efeito da composição etária no nível *sem instrução e fundamental incompleto* (população total, diferentemente do Gráfico 1, que só apresenta a população que estudava). Dessa forma, o foco da análise se coloca a seguir somente para as pessoas que possuíam idade suficiente para ter a conclusão do ensino fundamental. Apesar disso, de acordo com o Gráfico 2, pode-se observar que tanto em 2000 quanto em 2010 mais da metade da população acima dos 15 anos não possuía o ensino fundamental completo.

Apesar dos altos níveis registrados em relação à população sem instrução e com o nível fundamental incompleto, observou-se uma queda nesse índice entre os anos 2000 e 2010, que pode estar relacionada à mortalidade da população em idades mais avançadas³, pois é mais comum haver analfabetos e menor instrução entre os mais antigos diante de realidades anteriores. Ademais, o Gráfico 2 apresenta crescimentos para *fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto, e superior completo*. Tendo em vista que o menor nível educacional diminuiu, é natural que os demais níveis ganhem participação.

³ Ver portal *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/analfabetismo-no-brasil-tem-taxas-maiores-entre-pessoas-com-mais-de-60-anos-22220487>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GRÁFICO 2 – Níveis de instrução da população, 15 anos e mais, Seridó Potiguar (2000 e 2010)

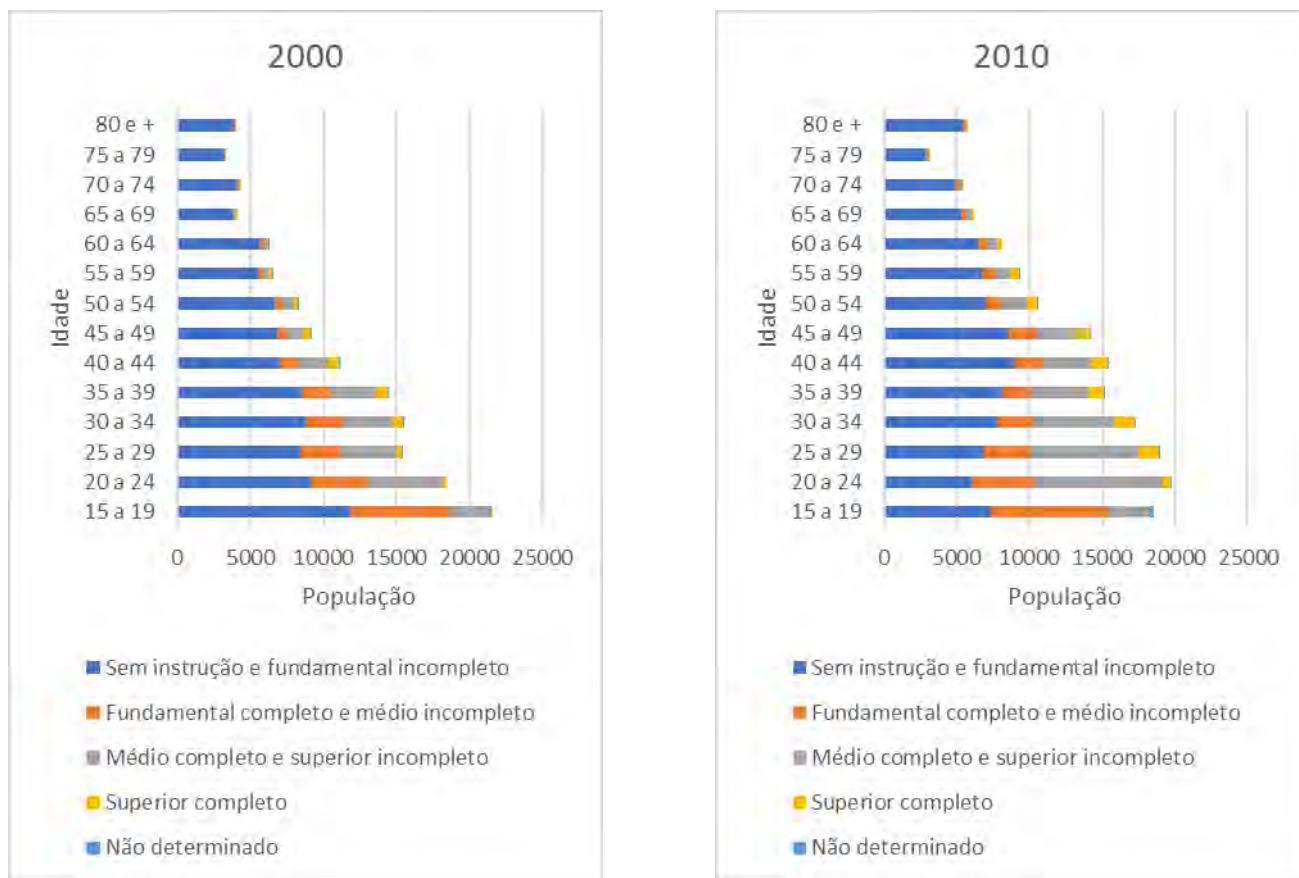


Fonte: IBGE (Microdados das Amostras dos Censos Demográficos, 2000 e 2010).

Não obstante o crescimento da educação superior na região, os índices relacionados à população que possui nível superior completo ainda são bastante tímidos, apesar do ganho de 2,2 pontos percentuais no decênio. Embora o Brasil seja um país com grandes desigualdades regionais, tais resultados mostram que a expansão e interiorização da educação superior têm contribuído para a mitigação de tais diferenças. Esses mesmos indicadores para o Brasil mostram que entre 2000 e 2010 o nível *sem instrução e fundamental incompleto* passou de 59,2% para 44,9%, o *fundamental completo e médio incompleto* teve um crescimento de 17,4% para 19%, o *médio completo e superior incompleto* de 17,6% para 26,2% e o *superior completo* de 5% para 9,3%. Para o Nordeste a mesma tendência foi observada, os respectivos valores passaram de 70% para 54,1%, de 12,6% para 16,9%, de 13,1% para 22,9%, e de 2,7% para 5,6%.

A seguir, observando-se o Gráfico 3, percebe-se que no ano 2000 mais da metade dos jovens entre 15 e 19 anos ainda não tinha concluído o ensino fundamental. Essa característica também correspondia às demais faixas etárias, contudo, também se nota que nas idades mais avançadas as pessoas que não possuíam o ensino fundamental compreendiam quase a totalidade dessa população. Quando se observa a diferença dos níveis educacionais das idades mais avançadas para as mais jovens pode-se afirmar que o crescimento dos níveis educacionais ocorreu de forma paulatina durante o passar das décadas na região, fator que contribuiu para a redução do analfabetismo e certamente em favor de indicadores de saúde e expectativa de vida.

GRÁFICO 3 – Níveis de instrução da população de 15 anos e mais por grupos etários do Seridó Potiguar, 2000 e 2010



Fonte: IBGE (Microdados das Amostras dos Censos Demográficos, 2000 e 2010).

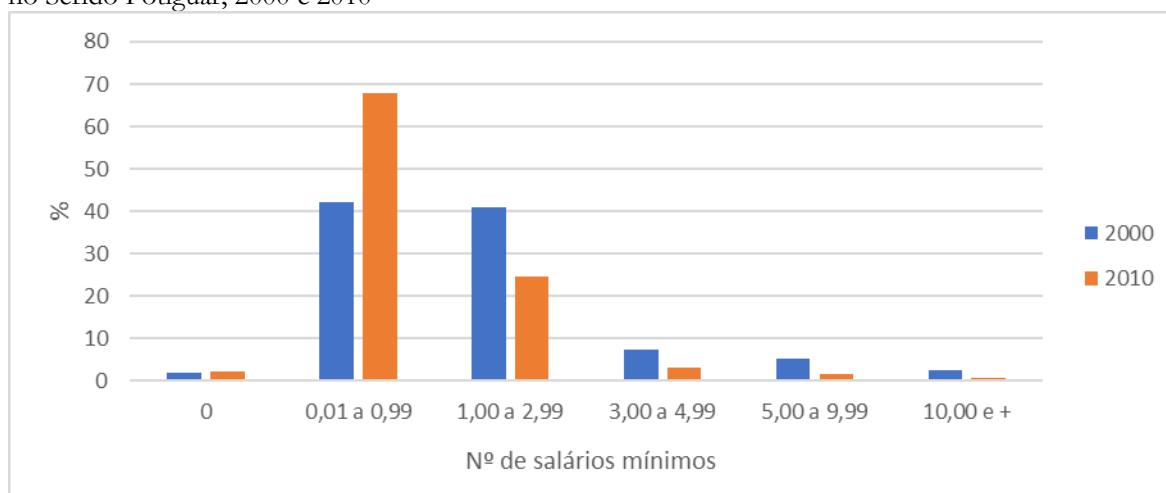
Em 2010, o Gráfico 3 revela que os altos índices de pessoas no nível *sem instrução e fundamental incompleto* continuou a diminuir, de modo que, neste ano, menos da metade da população entre 15 e 19 anos se enquadrava nesse nível. Além disso, é importante se observar que em 2010 a proporção de pessoas com nível *médio completo e superior incompleto* é consideravelmente superior aos valores de 2000, com 71,9% de variação.

Em comparação com 2000, em 2010 há mais pessoas tanto em números absolutos como relativos com ensino superior completo, um efeito da expansão dessa educação durante o decênio. As mudanças paulatinas, naturalmente, possuem efeitos sobre os componentes demográficos (fecundidade, mortalidade e migração) (LUTZ; KC, 2011). Elas também têm contribuído para as mudanças nas estruturas etárias da população resultantes da transição demográfica, tornando o Seridó uma região com tendência ao envelhecimento, pois populações urbanas e mais instruídas possuem uma propensão a uma menor fecundidade e a uma maior esperança de vida, além de se deslocarem mais no espaço (BASÍLIO JR.; FUSCO, 2019).

Em relação à caracterização da população estudante dos níveis médio e superior, os resultados mostram que a maior parte dos estudantes eram mulheres, tanto no ano 2000 (6.949 pessoas) como em 2010 (9.754 pessoas). Isso indica uma maior propensão das mulheres no que tange à educação e à maior qualificação para o mercado de trabalho. O número de homens era de 4.075 em 2000 e de 6.970 em 2010. A diferença entre os sexos diminuiu durante a passagem do decênio, o que revela um maior percentual de entrada no ensino médio e superior para a população masculina. Enquanto a população feminina cresceu 25% no período, a masculina apresentou um crescimento de 71%.

Em relação à renda familiar per capita dos estudantes seridoenses (Gráfico 4), tanto no ano 2000 como em 2010, a população estudante encontrava-se em sua maioria nas faixas que correspondem a menos de um e até três salários. Apesar do acúmulo de pessoas nessas faixas de renda, houve uma mudança significativa entre os períodos, havendo, em 2010, uma maior participação de pessoas com um número menor de salários mínimos nos níveis educacionais aqui estudados, o que evidencia uma democratização do ensino para pessoas de baixa renda. Sem embargo, é importante se mencionar que um salário mínimo em 2000 não correspondia ao mesmo valor de compra que em 2010.

GRÁFICO 4 – Rendimento familiar per capita em salários mínimos de estudantes de 14 a 39 anos no Seridó Potiguar, 2000 e 2010



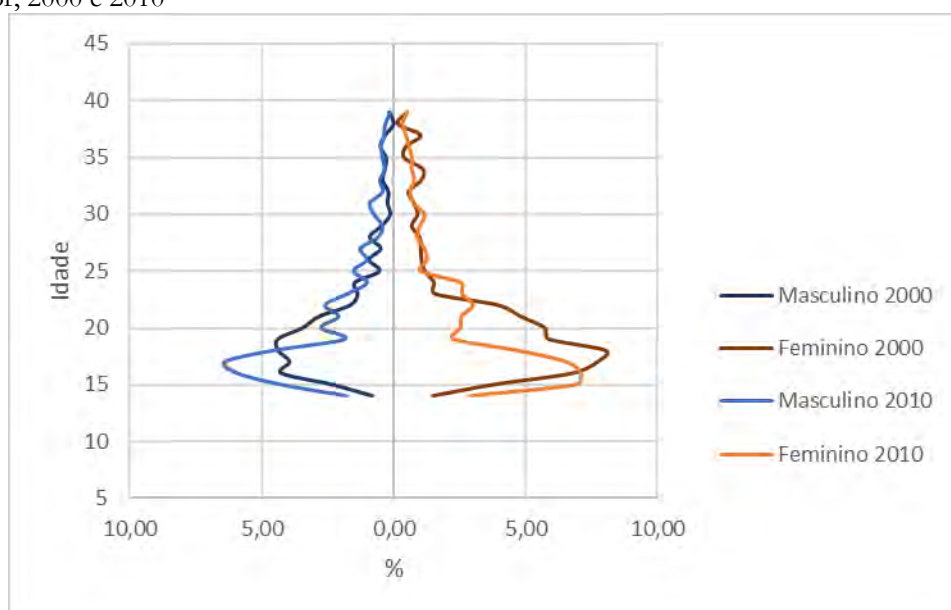
Fonte: IBGE (Microdados das Amostras dos Censos Demográficos, 2000 e 2010).

Diante de uma política de valorização do salário mínimo feita durante o decênio, pode-se afirmar que as pessoas com a mesma renda nos dois períodos, em termos de salário mínimo, passaram a ter uma melhor condição de vida. Também pode-se dizer que o maior número de estudantes com rendas familiares per capita mais baixas não significa necessariamente que a população estudante tenha ficado mais pobre, pelo contrário, houve

um maior acesso dessa população. Esta melhorou os seus rendimentos diante da valorização do salário mínimo e dos efeitos de outras políticas sociais.

No Brasil, considerando-se o mesmo recorte etário e educacional, a tendência ocorreu na mesma direção: em 2000, 21,1% dos estudantes possuíam uma renda familiar per capita de menos de um salário mínimo, passando a 48,8% em 2010; os que possuíam entre um e três compunham 39,8% em 2000, passando para 36,3 em 2010. No Nordeste as respectivas mudanças foram de 39,1% para 67,9% (menos de um salário) e 36,3% para 23,2% (entre um e três salários).

GRÁFICO 5 – População Estudante em idades simples do Seridó Potiguar, ensinos médio e superior, 2000 e 2010



Fonte: IBGE (Microdados das Amostras dos Censos Demográficos, 2000 e 2010).

Os estudantes seridoenses possuíam no ano 2000 um perfil um tanto mais envelhecido que em 2010. Percebe-se que em 2010 as idades concentravam-se principalmente entre os 15 e 19 anos. Anteriormente, a concentração se dava entre os 17 e 23 para o sexo feminino e entre os 16 e 22 para o masculino. O “rejuvenescimento” dessa população pode ser efeito de medidas para diminuição de repetição e desistência nos dois níveis. Também pode se destacar que no ano 2000 havia uma maior concentração de mulheres nas idades mais jovens. Tais fatos indicam que o crescimento observado anteriormente pode ter se dado principalmente nas idades mais jovens, entre 15 e 24 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações, pode-se afirmar que as políticas educacionais implementadas no período que abrange este trabalho contribuíram para que houvesse uma

melhoria nos índices educacionais e de inclusão na região do Seridó Potiguar. Tendo em vista tais resultados, pode-se dizer que a interiorização da educação foi essencial para o desenvolvimento local, ficando claro os benefícios e a necessidade da continuidade de investimentos para que haja uma mitigação das desigualdades no recorte analisado, assim como no país, principalmente naqueles espaços onde se encontram as populações mais necessitadas.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO JR., L. N.; FUSCO, W. A expansão do ensino técnico e superior no Seridó Potiguar e suas influências na mobilidade pendular entre 2000 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 11., 2019, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2019. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3458/3317>. Acesso em: 23 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior – 2003**. Brasília, DF, 2003.

LUTZ, W.; KC, S. Global human capital: integrating education and population. **Science**, Washington, DC, v. 333, p. 587-592, 2011. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/333/6042/587#:~:text=Better%20education%20is%20associated%20with,education%2C%20particularly%20of%20young%20women.&text=Better%20education%20also%20matters%20for,%2C%20economic%20growth%2C%20and%20democracy>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LUTZ, W. Education will be at the heart of 21st century demography. **Vienna Yearbook of Population Research**, New York, NY, v. 8, p. 9-16, 2010. Disponível em: <http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/9187/1/Education%20will%20be%20at%20the%20heart%20of%2021st%20century%20demography.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RIOS-NETO, E. L. G.; GUIMARÃES, R. R. M. The demography of education in Brazil: inequality of educational opportunities based on Grade Progression Probability (1986-2008). **Vienna Yearbook of Population Research 2010**, New York, NY, v. 8, p. 283-312, 2010. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/vidyearbk/v_3a8_3ay_3a2010_3ai_3a1_3ap_3a283-312.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 2005. p. 9-49.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SGUISSARDI, V. La universidad brasileña en tiempos de Lula. **Revista de la Educación Superior**, México, v. XXXIV, n. 134, p. 149-153, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-27602005000200149&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVA, J. G. **Características da mobilidade inter e intramunicipal por motivo de trabalho**: evidências para o Brasil. 2019. 92f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26878>. Acesso em: 26 jan. 2021.

EDUCAÇÃO INFANTIL GRATUITA E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA CRECHE PÚBLICA EM 2001 E 2015 NO BRASIL

*Amanda Martins de Almeida**

*Débora Freire Cardoso**

RESUMO

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi marcado pela maior demanda por mão de obra como resultado do processo de crescimento urbano e industrial nos anos 1970. Desde então, a participação feminina continuou a crescer de forma significativa. Entre 1950 e 2000, a taxa de atividade masculina permaneceu praticamente estável, enquanto a taxa feminina cresceu cerca de trinta pontos percentuais no mesmo período. Apesar da expansão da participação feminina no mercado de trabalho, a mulher ainda desempenha papel fundamental na família, sendo, em geral, responsável pela guarda, cuidado e educação dos filhos. Essa sobrecarga gerada pela conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo, além da insuficiência de mecanismos de apoio social, como as creches, limitam a saída da mulher para o trabalho remunerado. O objetivo deste trabalho é avaliar a relação entre a oferta de creches públicas e a ocupação feminina no mercado de trabalho. Para isso utiliza-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em um modelo Probit em dois pontos no tempo: 2001 e 2015, que mensura a probabilidade da ocupação feminina no mercado de trabalho em relação à oferta de creches públicas, utilizando-se uma série de variáveis de controle. Os resultados mostram que, tanto para 2001 quanto 2015, possuir filhos matriculados em creche pública aumenta a probabilidade da ocupação feminina no mercado de trabalho, em 19 e 13 pontos percentuais, respectivamente. Conclui-se que a oferta de creches públicas está fortemente correlacionada com a atuação econômica feminina, portanto, esta oferta deve ser foco de políticas públicas que auxiliem a entrada e a permanência da mulher no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Penalidade da maternidade; Creche; Oferta de trabalho.

INTRODUÇÃO

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi marcado pela expansão da demanda por mão de obra como resultado do processo de crescimento urbano e industrial nos anos 1970. Autores associam esse movimento a três fatores: i) à necessidade de complementação e/ou provisão da renda familiar; ii) criação de novos postos de trabalhos compatíveis com as habilidades femininas; e iii) ampliação do papel da mulher na vida social (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996; WAJNMAN; QUEIROZ; LIBERATO, 1998). Não só famílias situadas em camadas pobres contaram com a mão de obra feminina para compor a renda familiar, mas a ampliação também foi verificada em níveis mais altos de renda, sobretudo na área urbana (BRUSCHINI, 1994).

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). amandamart@cedeplar.ufmg.br

* Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. dfreire@cedeplar.ufmg.br

Apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, observa-se que os rendimentos entre homens e mulheres diferem e há barreiras para a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Santos e Ribeiro (2006), utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, mostram que, em todos os percentuais de renda, os rendimentos masculinos eram superiores aos femininos. Analisando indivíduos assalariados com rendimento positivo com idade entre 25 e 55 anos, os autores encontraram que a diferença entre os rendimentos é menor no primeiro decil, em que homens recebem 3,5% a mais que mulheres, quando comparado ao último decil, em que a diferença chega a 12,5%. Machado; Oliveira e Wajman (2005), utilizando a decomposição de Oaxaca¹ aplicada à diferenciação salarial por sexo observada a partir dos dados da PNAD de 2003, verificaram que, na ausência de fatores discriminatórios, as mulheres ganhariam 20% a mais do que os homens.

Uma das barreiras à entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho é a conciliação entre o trabalho remunerado e não remunerado. De acordo com Sorj; Fontes e Machado (2007), as transformações citadas fizeram com que a mulher pudesse dedicar maior tempo ao trabalho remunerado, contudo, não ocorre uma transferência igualitária do tempo disponibilizado pelo homem para desempenhar as atividades domésticas. Ocorreram alterações na “esfera pública”, mas que não foram seguidas de mudanças na “esfera privada”. Entre as atividades desempenhadas no domicílio, a que mais demanda tempo, por parte das mulheres, é o cuidado dos filhos. As mães dedicam quase 32 horas semanais com tais atividades, sendo que esse número é ainda maior para mães com filhos de até dois anos, as quais despendem 35 horas semanais. Comparado à média feminina, que é de 27 horas semanais, é possível identificar quão sobrecarregadas estão as mulheres que desempenham dupla jornada, principalmente as que se encontram nos primeiros anos de vida dos filhos (BRUSCHINI, 2006).

De acordo com os dados da PNAD de 1998, 2002 e 2005, estas mães apresentam taxas menores de atividade produtiva, quando comparadas à taxa de mães com filhos com idade superior a dois anos. Os valores das taxas de atividade produtiva oscilam de 60% a 70% para mães com filhos com idade superior a dois anos, enquanto para mães com filhos de até dois anos a oscilação é de 51% a 59%. De acordo com Bruschini (2007), houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho em todas as faixas que possuem filhos da educação básica ao ensino fundamental, contudo, o aumento da participação das

¹ Oaxaca (1973) propõe uma decomposição da diferença salarial entre homens e mulheres através da relação entre as equações de salários para cada um dos sexos, que pode ser organizada numa componente explicada pelos atributos produtivos e outra não explicada e assim atribuída a discriminação.

mães com filhos de dois a quatorze anos foi mais expressivo do que a faixa de mulheres com filhos até dois anos.

Assim, há necessidade de se discutir a responsabilidade estatal e social sobre a segurança e a educação dos filhos enquanto os pais trabalham. Isto porque, a dificuldade em conciliar o trabalho com o cuidado adequado dos filhos nos anos iniciais de vida da criança impacta diretamente na decisão da mulher de inserção ou não no mercado de trabalho. De outro lado, de forma geral, os homens não têm sua decisão de trabalhar fora impactada pelo nascimento dos filhos. Assim, a assimetria de gênero na tomada de decisões quanto a trabalhar fora, ou não, reflete custos relacionados à maternidade sobre a vida laboral das mulheres, e como estes custos são sustentados pela divisão sexual do trabalho (BRUSCHINI, 2007).

De acordo com Gornick e Meyers (2003), uma das políticas que favorecem a conciliação do trabalho com as atividades domésticas, estimulando a participação feminina no mercado é o acesso a creches, pré-escolas e escolas em tempo integral. Atualmente no Brasil, a educação infantil se enquadra como a primeira fase da educação básica e é garantida pelo Estado, amparada pela Constituição Federal de 1988. A obrigatoriedade da entrada de crianças a partir dos quatro anos é recente: em 2009, a Lei n.12.796 tornou obrigatória, a partir de 2013, a oferta gratuita de educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade, desde a pré-escola ao ensino médio. Por outro lado, a oferta de creches, que abriga crianças de zero a três anos, não é obrigatória por parte do Estado, configurando políticas isoladas na esfera municipal.

Tendo em vista as questões trazidas pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho e as evidências da relação negativa do nascimento dos filhos com as horas trabalhadas pela mulher, é importante entender se as ações governamentais, através do fornecimento de educação infantil básica gratuita estão auxiliando a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho. Ainda, é importante questionar se as políticas adotadas estão tendo maior efeito sobre as mulheres de classe mais baixa, que são, em termos de renda, mais vulneráveis.

Esse trabalho visa avaliar a relação entre a oferta de creches públicas e a ocupação da mulher no mercado de trabalho, haja vista que a ausência de mecanismos sociais que auxiliem a mulher no cuidado com os filhos pode impactar negativamente a ocupação da mão de obra feminina. Para isso, utiliza-se um modelo Probit em dois pontos no tempo, 2001 e 2015. Este modelo de resposta binária pretende responder qual a probabilidade da ocupação feminina no mercado de trabalho, dadas as variáveis escolhidas, entre as quais,

possuem filhos matriculados em creches públicas. Os resultados reforçam a demanda por políticas públicas para a infância, dado o potencial de ampliar a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

MÉTODOS

O presente trabalho utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2001 e 2015. Foram buscadas informações relevantes para analisar a influência de variáveis que afetam a probabilidade da ocupação feminina no mercado de trabalho para uma amostra de mulheres de 18 a 60 anos de idade de todas as regiões do Brasil. Obteve-se uma amostra de 108.686 mulheres em 2001 e 109.286 em 2015. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e seus dados são construídos a partir de uma amostra de domicílios de todas as regiões nas áreas urbana e rural do Brasil. A PNAD investiga características socioeconômicas, como educação, trabalho, migração, rendimento, habitação, entre outros. A escolha dos anos utilizados se dá a partir da alteração da idade mínima para ingresso da pré-escola, fase escolar posterior à creche, pela Lei n.12.796 de seis para quatro anos em 2013. Assim, em 2001 a creche abrangia crianças de zero a cinco anos, enquanto em 2015 essa faixa etária se altera para de zero a três anos.

O modelo probabilístico Probit é um modelo de resposta binária ou dicotômica e pode ser derivado a partir de um modelo de variável latente, que é desenvolvido a partir da função de distribuição cumulativa normal e permite a análise de uma variável binária. No modelo aplicado a este estudo, a variável dependente binária assume valor um se a mulher estiver ocupada no mercado de trabalho e zero caso contrário.

No modelo de regressão linear, os coeficientes angulares medem a variação do valor médio da variável dependente, já no modelo não linear o coeficiente angular mede a variação na probabilidade de o evento ocorrer (GUJARATI, 2011). Assim, ao utilizar o modelo Probit é necessário obter os efeitos marginais, para que seja possível interpretar o impacto de uma variação marginal da variável explicativa sobre a probabilidade da ocupação ou não no mercado de trabalho. Dessa forma, através da análise dos resultados dos efeitos marginais é possível identificar que efeitos marginais aumentam (positivos) e diminuem (negativos) a probabilidade de a mulher estar ocupada no mercado de trabalho. A análise através do modelo probabilístico Probit foi ponderada por variável de peso amostral, dado que sua utilização se faz necessária em amostras complexas, como é o caso da PNAD, para representar a população analisada.

A fim de avaliar o impacto de possuir filhos matriculados em creche pública na ocupação feminina no mercado de trabalho, foram construídos quatro modelos Probit aplicados para cada um dos anos analisados, entre 2001 e 2015. O primeiro modelo (P1), abrange variáveis relevantes, como idade, raça, escolaridade, regiões do Brasil, região metropolitana, renda familiar, tamanho da família, e se a mulher é pessoa de referência na família, para investigar os fatores que reduzem ou aumentam a probabilidade da ocupação feminina no mercado de trabalho e desconsidera a presença de filhos na unidade familiar. O objetivo desse primeiro modelo é proporcionar comparação para os demais modelos seguintes que consideram a presença de filhos e a presença de filhos matriculados em creches.

O segundo modelo (P2), abrange as mesmas variáveis consideradas no primeiro modelo acrescido de duas variáveis que contabilizam filhos em determinada faixa etária: uma para mulheres que possuem filhos de zero a seis anos de idade e outra para as que possuem filhos de sete a quatorze anos de idade. Em ambas as variáveis o filho é identificado como do cônjuge ou pessoa de referência da unidade familiar.

O terceiro modelo (P3) insere a variável creche, tanto públicas quanto privadas, identificando mulheres que possuem filhos matriculados em creche além das variáveis já selecionadas no segundo modelo. Por fim, o quarto modelo (P4) se assemelha ao terceiro modelo, contudo elimina a presença de creches privadas, considerando apenas filhos matriculados em creches públicas.

A escolha das variáveis de controle se deu a partir do conjunto de variáveis observado pela literatura, que frequentemente são utilizadas a fim de investigar os fatores que influenciam a ocupação feminina no mercado de trabalho (RAMOS; ÁGUAS; FURTADO, 2011; SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2001; PAZELLO, 2006; BARBOSA; COSTA, 2017; QUEIROZ; ARAGÓN, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos efeitos marginais, observa-se que, no primeiro modelo (P1) (Tabelas 1 e 2), em que se desconsidera a presença de filhos, as principais variáveis que apresentam efeitos marginais positivos, ou seja, que aumentam a probabilidade de a mulher estar ocupada no mercado de trabalho, tanto para 2001 quanto para 2015, são: ser pessoa de referência na unidade familiar e anos de estudos. Por outro lado, as principais variáveis que apresentam efeitos marginais negativos, ou seja, reduzem a probabilidade da ocupação

feminina no mercado de trabalho são: residir em região metropolitana e o tamanho da família.

A variável renda mensal da unidade familiar apresenta efeitos marginais positivos, ou seja, um real adicional na renda mensal familiar aumenta a probabilidade de a mulher estar presente no mercado de trabalho em 0,0015 pontos percentuais em 2001 e 0,000021 p.p em 2015. Apesar da relação positiva apresentada por essa variável, seu efeito é menor quando comparado às outras variáveis do modelo, como ser pessoa de referência por exemplo. Neste caso, seria interessante desagregar a renda mensal familiar, a fim de encontrar o diferencial entre a renda mensal da pessoa de referência e do cônjuge e analisar como esse diferencial afeta a ocupação feminina no mercado de trabalho.

A variável de raça possui efeitos marginais negativos nos dois anos analisados, 2001 e 2015, de modo que ser mulher branca reduz a probabilidade de estar inserida no mercado de trabalho, em 0,019 pontos percentuais em 2001 e em 0,023 p.p em 2015. De acordo com Babiuk (2017), entre os anos de 2003 e 2013 aumentou em 70% os domicílios chefiados por mulheres no Brasil. Um olhar sobre a diferença entre as raças mostrou que, no período de dez anos (2003-2013) aumentou em 92% os domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas, enquanto o aumento de domicílios chefiados por mulheres brancas foi de 51%. A partir desses dados é possível compreender que a probabilidade de estar ocupada no mercado de trabalho de mulheres negras é superior à de mulheres brancas, pois acompanha o aumento de domicílios chefiados por mulheres negras no Brasil.

TABELA 1 – Efeitos marginais, 2001

	P1	P2	P3	P4
Idade	0,0585697	0,0503486	0,0501531	0,0504268
Idade ao quadrado	-0,0007577	-0,0006756	-0,0006729	-0,0006766
Branco	-0,0196642	-0,0202956	-0,0202306	-0,0196772
Anos de estudo	0,015939	0,0160255	0,0155648	0,0159742
Nordeste	0,036867	0,0357359	0,0340418	0,0358661
Norte	-0,0078942	-0,0121474	-0,0111086	-0,0108596
Centro	0,0187954	0,0155827	0,0172692	0,0171013
Sul	0,0889586	0,0888145	0,0886596	0,0884998
Região Metropolitana	-0,0493312	-0,0490812	-0,0496759	-0,0484213
Tamanho da família	-0,0209561	-0,0006772	0,0003028	-0,0005209
Renda da família	2,96E-05	0,000029	0,0000285	0,0000292
Pessoa de referência	,1514222	0,1653388	0,1651058	0,1644497
Possuir filhos de 7 a 14 anos	-	-0,0180027	-0,0187012	-0,0183199
Possuir filhos de 0 a 6 anos	-	-0,0703161	-0,0806783	-0,0770294
Possuir filho matriculado na creche	-	-	0,1790155	-
Possuir filho matriculado na creche pública	-	-	-	0,1987616

Fonte: Elaboração própria. Dados: PNAD 2001 (IBGE, 2019).

Analisando os efeitos marginais do segundo modelo, (P2) (Tabelas 1 e 2), que contabiliza o número de filhos presentes na unidade familiar de zero a seis anos e de sete a quatorze anos, observa-se que, tanto em 2001 quanto em 2015, possuir filhos de zero a seis anos reduz a probabilidade da ocupação feminina no mercado de trabalho. Já a variável possuir filhos de sete a quatorze anos apresentou efeito marginal menor do que o da variável anterior para 2001, sendo inclusive positivo para o ano de 2015. Os resultados descritos são corroborados pela literatura. O estudo de Barbosa e Costa (2017) verificou que, para o Brasil, de 2001 a 2015, a presença de filhos de zero a cinco anos mostra-se um fator inibidor da entrada da mulher no mercado de trabalho. Contudo, o mesmo não é observado quando há presença de filhas adolescentes a partir de treze anos na família. Essa evidência sugere que há incentivo na ocupação da mulher no mercado de trabalho, quando esta pode transferir seu trabalho doméstico e de cuidados com os filhos a outra mulher, neste caso, a filha adolescente (BARBOSA; COSTA, 2017).

O terceiro (P3) e o quarto (P4) modelo deste trabalho inserem as dummies “possuir filhos em creche e possuir filhos em creche pública”, respectivamente. De acordo com as Tabelas 1 e 2, possuir filhos matriculados em creche, em esfera pública ou privada, aumenta em 17 pontos percentuais a probabilidade de a mulher estar ocupada no mercado de trabalho em 2001. Os efeitos marginais de possuir filho matriculado em creche é superior ao efeito de anos de estudo ou da mulher ocupar posição de pessoa de referência na condição familiar, para 2001. Em 2015, observa-se que possuir filhos matriculados em creche aumenta a probabilidade de a mulher estar ocupada no mercado de trabalho em 14 pontos percentuais. Vale ressaltar, que não se refuta a existência de endogeneidade entre a oferta de trabalho feminina e a presença de filhos matriculados em creches.

As Tabelas 1 e 2 mostram, ainda, os resultados obtidos a partir do quarto modelo Probit (P4), que considera a presença de filhos matriculados em creches públicas. Nota-se que, comparando os resultados para o ano de 2001 e 2015, o efeito marginal da presença de filhos em creche pública na probabilidade de ocupação feminina no mercado de trabalho é inferior ao de 2015. Em 2001, possuir filhos matriculados em creche pública representava um aumento de 19 pontos percentuais na probabilidade de ocupação feminina. Em 2015, o aumento é de 13 pontos percentuais. Em ambos os modelos a variável possuir filhos em creche pública é significativa.

TABELA 2 – Efeitos marginais, 2015

	P1	P2	P3	P4
Idade	0,0610847	0,0545256	0,0544106	0,0549432
Idade ao quadrado	-0,0007835	-0,0007293	-0,000727	-0,0007336
Branco	-0,023768	-0,0235508	-0,0233108	-0,0229672
Anos de estudo	0,0169636	0,0176172	0,0173997	0,0176267
Nordeste	-0,034097	-0,0360794	-0,0328691	-0,0319565
Norte	-0,0495013	-0,0519974	-0,0447534	-0,0459748
Centro	-0,0109618	-0,0117936	-0,0072288	-0,0082013
Sul	0,0358726	0,0372831	0,0374435	0,0376543
Região Metropolitana	-0,007853	-0,0085979	-0,0084585	-0,0075296
Tamanho da família	-0,0449138	-0,037926	-0,037172	-0,0380364
Renda da família	0,0000219	0,000021	0,0000208	0,0000213
Pessoa de referência	0,0882866	0,0893007	0,0891407	0,088993
Possuir filhos de 7 a 14 anos	-	0,0165358	0,0164229	0,0164377
Possuir filhos de 0 a 6 anos	-	-0,0757354	-0,1037015	-0,0929809
Possuir filho matriculado na creche	-	-	0,14721	-
Possuir filho matriculado na creche pública	-	-	-	0,1311875

Fonte: Elaboração própria. Dados: PNAD 2015 (IBGE, 2019).

Os resultados encontrados confirmam a hipótese inicial do estudo, de que há correlação entre as variáveis, mostrando que a presença de filhos matriculados em creches públicas tem efeito positivo na ocupação feminina no mercado de trabalho. Um ponto importante, é que os resultados mostram que o efeito da creche pública na ocupação feminina caiu quando se compara 2001 com 2015. A queda no efeito sugere que entre 2001 e 2015 fatores não explicados pelo modelo utilizado passaram a ganhar relevância na ocupação feminina no mercado de trabalho. Entre estes fatores não explicados, pode-se citar a crise que se iniciou em 2014 e aumentou o nível de desemprego. De acordo com o IBGE, entre 2014 e 2017, foram aproximadamente 6,5 milhões de desempregados a mais, um aumento de 96,2%. A parcela feminina da população está mais sensível a essas alterações. Como observado por Araújo e Antigo (2016), em uma análise do desemprego no Brasil entre 2002 e 2011, a razão de chance de o homem permanecer desempregado é menor do que a da mulher.

Assim, questiona-se a relação entre a proteção estatal através de políticas públicas e a responsabilidade da família com os filhos. Em 2016, foi instituído, por meio do Decreto nº9.869, o Programa Criança Feliz, que visa promover ferramentas para que as famílias possam oferecer às crianças de zero a seis anos meios para um desenvolvimento integral. A principal ação do programa é através de visitas domiciliares na residência das famílias cadastradas. De acordo com o programa estas visitas são efetivas ao fortalecer os vínculos e as competências da família para o cuidado das crianças. Nota-se o caráter de atribuição da responsabilidade do desenvolvimento infantil às famílias, indo na contramão de políticas

que atribuam ao Estado parte da responsabilidade pelo cuidado e desenvolvimento infantil, como a política de creches públicas.

Assim, os resultados apresentados neste trabalho visam contribuir com evidências empíricas que sinalizem como a ação pública no sentido de promover maior acesso às creches públicas pode influenciar de forma positiva a entrada e permanência de mulheres que possuem filhos no mercado de trabalho. Estudos como este, somados a pesquisas empíricas de cunho espacial, que mostram a localização de creches públicas, podem auxiliar políticas de expansão de vagas. Nossa conclusão é que esta é uma política pública imprescindível para promover meios de garantir o acesso de mães ao mercado de trabalho de forma contínua, auxiliar o desenvolvimento infantil e reduzir as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. P. F.; ANTIGO, M. F. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 308-335, 2016.

BABIUK, G. Famílias monoparentais femininas, raça e o programa bolsa família no Distrito Federal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 2., 2017, Londrina, PR. **Anais...** [S. l. : s. n.], 2017.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S. M. **Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, p. 23-37, 2017.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

BRUSCHINI, M. C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, p. 178-199, 1994.

GORNICK, J. C.; MEYERS, M. K. **Families that work: policies for reconciling parenthood and employment**. New York, NY: Russell Sage Foundation, 2003.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre, RS: McGrawHill/Bookman, 2011.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C; WAJNMAN, S. Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **Coletânea Gelre**, v. 1, n. 3, p. 26-32, 2005. (Série Estudos do Trabalho).

PAZELLO, E. T. A maternidade afeta o engajamento da mulher no mercado de trabalho? Um estudo utilizando o nascimento de gêmeos como um experimento natural. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 36, n. 3, p. 507-538, 2006.

QUEIROZ, V. S.; ARAGÓN, J. A. O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 45, n. 4, p. 787-819, 2015.

RAMOS, L.; AGUAS, M.; FURTADO, L. Participação feminina na força de trabalho metropolitana: o papel do status econômico das famílias. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP, v. 15, n. 4, p. 595-611, 2011.

SANTOS, R.; RIBEIRO, E. **Diferenciais de rendimento entre homens e mulheres no Brasil revisitado**: explorando o “Teto de Vidro”. [S. l. : s. n.], 2006.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. A Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 137, p. 573-594, 2007.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.; LIBERATO, V. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.

ELEMENTOS SOBRE EL PROCESO DE CONCENTRACIÓN/DESCONCENTRACIÓN METROPOLITANA: EL CASO DE LA RM DE SÃO PAULO

*José Marcos Pinto da Cunha**

*Jorge Rodríguez Vignoli**

RESUMEN

El debate sobre la existencia de un proceso de desconcentración tanto demográfica como económica en Brasil no es un tema reciente, pero gana más atención sobre todo a partir de la década de 1990 con las grandes transformaciones ocurridas en el mundo y conocida genéricamente como “reestructuración productiva”. En el seno de ese debate, particularmente respecto a las regiones metropolitanas, han surgido hipótesis de pérdida de protagonismo y procesos de “desmetropolización” o “reversión de la polarización”. En base del análisis de los datos censales de 1980 a 2010 y con foco en la Región Metropolitana de São Paulo, el argumento defendido en el presente estudio es que, aun siendo posible observar algún movimiento hacia la desconcentración demográfica (y, por tanto, migratoria) desde las tradicionales regiones metropolitana de Brasil, no hay evidencias robustas para afirmar que tal proceso sea cuantioso y que vaya a cambiar significativamente la posición de esas áreas en el contexto nacional.

Palabras clave: Desconcentración-concentrada; Urbanización; Metropolización; Región Metropolitana de São Paulo.

INTRODUCCIÓN

Hace mucho que el debate sobre la desconcentración metropolitana, “desmetropolización” o “reversión de la polarización” está presente no solamente en Brasil sino también en América Latina y en el mundo. Es posible pensar que en favor de esa hipótesis estarían las tendencias a la continua reducción del crecimiento demográfico y económico de las principales metrópolis de nuestros países, así como el incremento de las ciudades denominadas “de porte medio” por encima del promedio nacional y de sus regiones (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2017). Incluso investigadores reconocidos, como Milton Santos, ya anunciaba el proceso de desmetropolización en Brasil en uno de sus conocidos libros (SANTOS, 2005).

Sin embargo, aunque todas las evidencias consideradas sean válidas y de hecho observadas, se puede decir que ellas no son suficiente para justificar una real desconcentración de la población urbana de las grandes aglomeraciones urbanas del país, em particular de las mayores regiones metropolitanas. Si por un lado, el proceso de

* Demógrafo, Doctor em Ciências Sociais, profesor titular del Instituto de Filosofía e Ciências Humanas y investigador del Núcleo de Estudios de Población “Elza Berquó”, ambos de la Universidad Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: zemarcos@unicamp.br

* Sociólogo y Doctor en Demografía, especialista del Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (Celade)-División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal). E-mail: jorge.rodriguez@un.org

desconcentración económica está acoplado a un proceso mayor de reestructuración productiva que termina por cambiar de forma significativa las funciones de las grandes ciudades (FREY, 1987; SASSEN, 1998; DE MATTOS, 2001), por otro lado, el “movimiento” de la población hacia áreas más allá de los territorios metropolitanos parecen configurar mucho más una “difusión” del proceso de metropolización en el territorio y, por tanto, una expansión hacia zonas cercanas a las principales metrópolis (LENCIONI, 2013; FIRKOWSKI; MOURA, 2002).

En este sentido, el argumento defendido en el presente estudio es que, aun siendo posible observar algún movimiento hacia la desconcentración demográfica (y, por tanto, migratoria) desde las tradicionales regiones metropolitana de Brasil¹, no hay evidencias robustas para afirmar que tal proceso sea cuantioso y que vaya a cambiar significativamente la posición de esas áreas en el contexto nacional. Para ello, procesamos y analizamos datos de los Censos Nacionales de Población de 1991, 2000 y 2010 sobre la redistribución espacial de la población en el Estado de São Paulo utilizando un recorte espacial que permita observar los movimientos de población desde y hacia la principal región metropolitana de Estado (y del país) y su relación con regiones cercanas y lejanas.

LA CONCENTRACIÓN/DESCONCENTRACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA REDISTRIBUCIÓN ESPACIAL DE LA POBLACIÓN

Aunque la cuestión de la concentración/desconcentración en ese texto sea desarrollada teniendo como referencia apenas la población, se puede también pensar que el tema a partir de la actividad productiva, la distribución de la riqueza y del empleo² etc. De hecho, como se mostró en texto anterior (CUNHA, 2003), en Brasil, a fines de los años 1990, se hizo un gran debate respecto al proceso de desconcentración industrial (PATARRA, 2000) y no se llegó a un consenso total sobre esa cuestión. Aunque casi todas relativizaban la desconcentración, las percepciones variaban desde los que rechazaban el concepto de “reversión de la polarización” en favor de un proceso de “desconcentración concentrada” (AZZONI, 1986; LENCIONI, 1994), o reconocían la existencia de un “desarrollo poligonal” para configurar una amplia región más allá del Estado de São Paulo

¹ Actualmente, Brasil tiene más de 30 Regiones Metropolitanas (RMs) “oficiales” ya que después de la reforma de la Constitución en 1988, la creación de esas áreas es responsabilidad de los Estados y no más del gobierno federal. De todos modos, se puede decir que lo más importante, en términos de magnitud de población al menos, que pasa en el ámbito metropolitano se observa en las RMs referidas en la Tabla 1 con pocas excepciones.

² La reestructuración productiva tuvo impactos importantes sobre el empleo pues cambió su perfil por sector de actividad, brindando cada vez más peso relativo al sector de servicios, en particular, y a lo terciario, de manera general. Así aunque se haya observado desconcentración de la industria, el impacto de ese proceso no fue tan significativo como hubiese sido en el periodo de fordista de la industrialización.

capaz de abrigar el proceso de desconcentración (DINIZ, 1993), hasta autores que consideran la existencia de una relativa desconcentración, pero en función de una “fragmentación” de la economía regional que posibilita el surgimiento de “islas de prosperidad” en varias parte del país (PACHECO, 1998). Para Chile, por ejemplo, De Mattos registraba incluso un proceso de “reconcentración” en Santiago fenómeno que estaría condicionado, en gran medida, por las “tendencias de localización de muchas de las nuevas actividades productivas” como las de comando, servicios avanzados, de la industria moderna (DE MATTOS, 2001, p. 39).

A partir de una perspectiva más demográfica el trabajo de Lobo e Matos (2011) ya consideraba la cuestión que nos preocupa en este texto, analizando datos solo de las décadas de 1980 y 1990, Reconociendo la expansión de la urbanización de Brasil como efecto de la ampliación de la concentración urbana e industrial, los autores defendían que cualquier conclusión sobre un supuesta “reversión de la polarización” sería, como mínimo, prematura.

Ainda existem inúmeras incertezas acerca de determinados padrões de distribuição espacial da população brasileira. A crença na suposta reversão da polarização, ou mesmo de desconcentração espacial, como sugerida por determinados autores e proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem se mostrado inapropriada à análise do caso brasileiro (LOBO; MATOS, 2011, p. 97).

Teniendo a mano los datos del Censo 2010, queda claro, que, al menos en términos demográficos, los números siguen dejando muchas dudas sobre la existencia de una real desconcentración metropolitana. Como se observa en la Tabla 1, no hay duda sobre la reducción del crecimiento demográfico de las RMs, tendencia que se registra en todo el país. Sin embargo, el peso relativo de la población viviendo en esas áreas prácticamente no se altera, ocurriendo incluso un pequeño aumento en el siglo actual, sobre todo en función del proceso de concentración demográfica aún existente en ciertos estados brasileños como los del noreste. Más concretamente, un 29,8% de la población de Brasil residía en las 10 principales RM de país en 1980 y 30 años más tarde esa proporción se había elevado al 31,9%.

TABLA 1 – Peso relativo y tasa promedio anual de crecimiento de la población das principales regiones metropolitanas. Brasil, 1980-2010

Regiões Metropolitanas	Peso relativo en la población de Brasil (%)				Tasa de crecimiento promedio anual		
	1980	1991	2000	2010	1980/91	1991/2000	2000/2010
São Paulo	10,4	10,5	10,5	10,3	1,88	1,64	0,97
Rio de Janeiro	7,2	6,7	6,4	6,2	1,03	1,17	0,83
Belo Horizonte	2,2	2,3	2,8	2,8	2,53	3,80	1,17
Curitiba	1,2	1,4	1,6	1,7	2,95	3,21	1,53
Porto Alegre	1,9	2,1	2,2	2,1	2,58	2,04	0,79
Distrito Federal	1,3	1,5	1,7	1,9	3,03	3,52	2,33
Belém	0,8	1	1,1	1,1	2,92	2,79	1,59
Fortaleza	1,3	1,6	1,8	1,9	3,50	2,81	1,94
Recife	2	2	2	1,9	1,85	1,50	1,01
Salvador	1,5	1,7	1,8	1,9	3,19	2,14	1,69
Todas as RMs	29,8	30,7	31,9	31,9	2,05	2,03	1,17

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Por su parte, la RM de São Paulo, que con la RM de Rio de Janeiro son las dos más pobladas del país, sigue manteniendo su posición aún en un cuadro de leve reducción de su peso relativo en la población total y una clara reducción de la migración interna de carácter interestadual que, como se sabe, fue, hasta los años 1980, el principal motor de redistribución espacial da población a nivel nacional (CUNHA, 2015). Esa condición será analizada más adelante a partir de los datos sobre migración. Así, como primera observación, y en una escala espacial más amplia, ya se observa la inexistencia de fuertes indicios de desconcentración y sobre todo “desmetropolización” (CUNHA, 2016).

Sin embargo, esa mirada general para el país puede ocultar movimientos demográficos importantes para comprender la redistribución espacial de la población a una escala menor, como, por ejemplo, la regional o la estadual.

En ese sentido, teniendo la RM de São Paulo – principal metrópolis del país – como referencia se dividió el territorio del Estado de São Paulo en tres regiones: RMSP, “Región Cercana” a la RMSP y “Región lejana” a la RMSP. Cabe destacar que pese a las voces usadas (cercana y lejana), la distancia fue solo uno de los atributos usados en la definición, ya que elementos como la integración, fluidez de fronteras y complementariedades (económica, social y demográfica) fueron los decisivos. Así, se utiliza como “Región Cercana a la RMSP” el recorte territorial denominado “Macrometrópolis” y como “Región Lejana a la RMSP” o, como se pasará a nombrar, “Interior”, todos los demás municipios del el Estado de São Paulo.

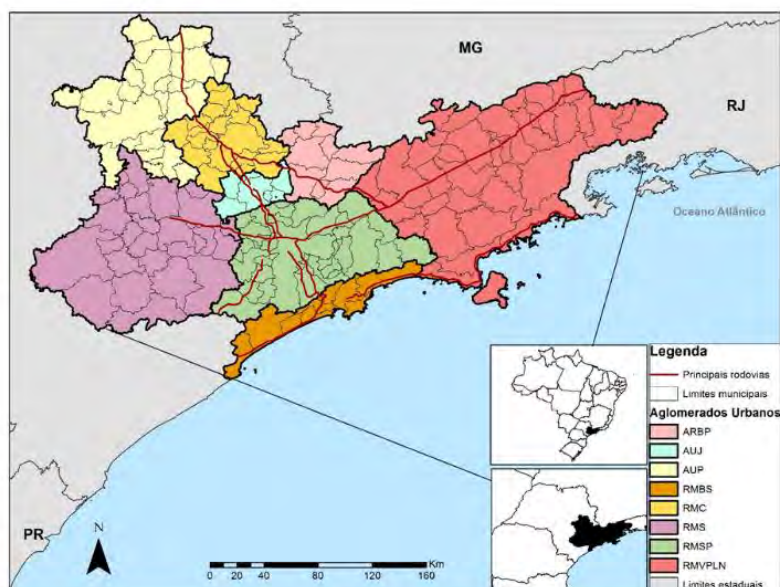
¿Pero por qué utilizar la Macrometrópolis? Porque en estudios previos se detectó la emergencia de una nueva forma urbana³ (SILVA, 2018; EMPLASA, 1999; 2011). Por sus características económicas, demográficas, y de intercambios e integración territoriales, se presenta como un proceso de extensión de la metropolización (LENCIONI, 2013), aunque no hace obsoletos los tradicionales recortes metropolitanos. Como se muestra en otro estudio (CUNHA et al., 2013) la Macrometrópolis Paulista, además de abarcar cerca del 73% de la población y 83% del PIB del Estado de São Paulo (y 28% del país):

[...] configura o sistema urbano mais importante do país. Ocupa 20% da superfície do Estado de São Paulo e concentra municípios situados em um raio aproximado de 200 quilômetros a partir da Capital. A articulação e integração são tão intensas entre as cidades desse sistema que seus principais problemas só podem ser resolvidos de maneira integrada. Trata-se do maior e mais complexo sistema de cidades do País que abrange 173 municípios, quatro regiões metropolitanas - São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte, três aglomerações urbanas - Jundiaí, Sorocaba e Piracicaba e duas microrregiões - Bragantina e São Roque (ver Mapa 1) – todas elas com elevada influência do polo principal, o Município de São Paulo.

A partir de esas consideraciones, es posible pensar que la Macrometrópolis Paulista – una zona que contempla un radio de cerca de 150 km de la capital São Paulo – (Mapa 1) sería un recorte espacial interesante para observar el fenómeno de concentración/desconcentración a partir de la hipótesis de que, si hay en el Estado de São Paulo una desconcentración demográfica y económica, esa tendría un carácter aún concentrado considerando que parte significativa de esa desconcentración estaría acotada dentro de un espacio restringido en el territorio paulista.

³ Ese término es significativo pues expresa la situación de una región que se está configurando y aunque las evidencias son muy fuertes, todavía está lejos de su consolidación y formas más definitivas.

MAPA 1 – La Macrometrópolis Paulista y sus Regiones Metropolitanas o Aglomeraciones Urbanas



Fuente: Silva (2018).

Como muestran los datos a analizados a continuación, se bien es cierto que regiones más distantes de la RM de São Paulo surgen como polos importantes tanto para el desarrollo económico, como para la migración, también es verdad que buena parte de las “pérdidas” observadas por la mayor metrópoli del país se da con su entorno más inmediato, especialmente con los municipios que componen la Macrometrópolis.

La Tabla 2 presenta los datos de población según la clasificación territorial utilizada. Se nota por esas informaciones que la RMSP pierde peso relativo a lo largo de las décadas, sin embargo, la reducción del porcentaje que representa en la población del Estado fue ínfima entre 1991 y 2010, poco más que 1 punto porcentual. Aunque se sepa que fue en los años 80 cuando la RMSP perdió más peso relativo, período que coincide con el proceso de “interiorización del desarrollo” paulista conceptualizado por algunos investigadores (CANO, 1988), aun así, esa reducción no llegó a 6 puntos porcentuales.

Por lo tanto, así como fue subrayado respecto de lo ocurrido en el país para las RMs como un todo, también en el caso de São Paulo la pérdida de peso relativo de la RMSP fue pequeña, lo que hace poner en duda la existencia de una desconcentración significativa, al menos de la población.

TABLA 2 – Participación relativa de las regiones en la población del Estado de São Paulo. 1991-2010

Región	Participación en la población del Estado		
	1991	2000	2010
Macrometropolte Total	72,9	73,5	74,0
RMSP	48,9	48,3	47,7
Macrometropole sem RMSP	24,0	25,2	26,3
Interior	27,1	26,5	26,0
Estado de São Paulo	31.436.273	36.974.378	41.223.683

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Elaboração própria, Nepo-Unicamp).

En el mismo sentido, la Tabla 2 sugiere que si acaso hubo una “desconcentración”, esta parece haberse focalizado principalmente en la cercanías de la RMSP, o sea, favorecido mucho más los municipios de la Macrometrópolis. Como se nota, la reducción del porcentaje de la RMSP se contrapone con la ganancia de esa área (“Macrometrópolis sin RMSP”). De hecho, el “interior” redujo aún más su contribución en la población del Estado.

Datos más detallados sobre la Macrometrópolis (no mostrado acá) permiten saber, por ejemplo, que la RM de Campinas, al norte de la capital, fue una de las zonas que más se beneficiaron de esa “desconcentración” de la población, aunque eso haya significado una ganancia muy pequeña en términos porcentuales.

Así, se puede pensar que la constitución de una “nueva forma urbana” en el Estado de São Paulo – la Macrometrópolis – es lo que justificaría tal “desconcentración”, particularmente a partir de los años 1990, cuando las regiones comienzan a compartir e integrarse más intensamente tanto en su infraestructura (como el agua y transporte, por ejemplo), como también en sus sistemas productivos y financieros, generando flujos de bienes y servicios y, sobre todo, de personas, ya sea las que se movilizan para vivir en otras áreas, o bien que se mueven en función del mercado de trabajo de otras regiones próximas.

LA “CONCENTRACIÓN/DESCONCENTRACIÓN” EVALUADA A PARTIR DE LA MIGRACIÓN Y SUS FLUJOS

Para tener más claridad si el proceso de desconcentración demográfica realmente se verifica más allá de las modificaciones de los pesos relativos de las regiones, sería fundamental observar la existencia (o no) de cambios importantes en los flujos migratorios. En efecto estos son, indudablemente, un buen indicio de patrones y tendencias de la concentración demográfica.

En primer lugar, es interesante analizar el resultado neto de los flujos migratorios en la redistribución espacial de la población a partir del saldo migratorio (o migración neta) registrada en cada una de las 3 regiones definidas del Estado de Sao Paulo en ese estudio.

La Tabla 3 permite no solamente observar como cada región del Estado de São Paulo se comportó frente al proceso migratorio en los diferentes quinquenios del periodo 1991/2010⁴, sino también comprender lo que se podría llamar de “naturaleza” del saldo migratorio, o sea, observarlo según las modalidades migratorias de modo a conocer si fue el resultado de los intercambios demográficos externos (de fuera del Estado de São Paulo), internos (o intraestadual), o bien de ambos.

TABLA 3 – Migración Neta por modalidad migratoria y grandes regiones (migración fecha fija). Estado de São Paulo, 1986/1991, 1995/2000 y 2002/2010

Región	Saldo migratorio	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
		Volumen	%	Volumen	%	Volumen	%
	Total	43.301	100,0	-123.096	100,0	-151.560	100,0
Región Metropolitana de São Paulo	Interestadual	291.588	673,4	173.066	-140,6	78.728	-51,9
	Intraestadual	-248.287	-573,4	-296.162	240,6	-230.288	151,9
	Total	284.000	100,0	295.397	100,0	204.221	100,0
Macrometrópolis (**)	Interestadual	140.947	49,6	109.943	37,2	67.185	32,9
	Intraestadual	143.053	50,4	185.454	62,8	137.036	67,1
	Total	274.997	100,0	186.789	100,0	203.135	100,0
Interior	Interestadual	169.763	61,7	76.081	40,7	109.883	54,1
	Intraestadual	105.234	38,3	110.708	59,3	93.252	45,9

Fuente: FIBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 y 2010 (Elaboración propia)

(*) valores no incluyen origen ignorada

(**) no incluye la RMSP

Como se aprecia, la RMSP presentó pérdidas poblacionales en los dos últimos quinquenios considerados (1995/2000 y 2005/2010). Esto no sorprende, pues incluso con el saldo migratorio positivo en la década de 1980, ya era manifiesta la reducción de las ganancias migratorias de esa región, sea por la reducción del saldo interestadual (CUNHA; BAENINGER, 2017; CUNHA, 2015), o sea por el proceso de “interiorización” de la migración que se observaba en el estado de São Paulo (BAENINGER, 2012). Sin embargo, observando el mismo dato a partir de la “naturaleza” de los flujos, es posible decir que la RMSP sigue siendo el más importante polo de atracción de la migración externa (interestadual) del Estado de São Paulo y que su saldo negativo se debe de hecho a sus “pérdidas” para otras regiones dentro del territorio paulista. Aunque los datos muestren

⁴ Es importante destacar que los datos utilizados de los Censos 1991 e 2010 no consideran las personas sin declaración de origen que, en 2010, por ejemplo, más de 1 millón de personas en el país. Sin embargo, en el Censo del 2000 se hizo una imputación automática de forma a que no existe la categoría “sin declaración”, hecho que seguramente requiere cierto cuidado con las comparaciones y sobre todo observaciones de las tendencias.

que el saldo interestadual sea mayor para el “interior”, hay que considerar que en ese caso, se está considerando un grupo de más de 500 municipios, lo que comparado con los 38 municipios de la RMSP permite imaginar la fuerza atractiva que tiene la región metropolitana. Además, como será mostrado más adelante, en términos de la llegada de migrantes interestaduales, aun en un cuadro de reducción de los contingentes en la década de 2000 la RMSP sigue siendo la que recibe más inmigrantes desde de los otros estados brasileños.

Aun no profundizando ese análisis, se sabe bien que buena parte de las pérdidas de población experimentadas por la RMSP se registra para regiones próximas, especialmente la RM de Campinas, y eso queda muy claramente expresado por la migración neta presentada por la Macrometrópolis (que, como se mostró en el Mapa 1, incluye a la RM de Campinas) que registra el mayor saldo positivo en todos los períodos tanto para el total de la migración, cuanto para la migración intraestadual.

De todos modos, llama la atención el hecho que el “Interior” (Región Lejana a la RMSP) haya aumentado su saldo migratorio en los años 2000, sobre todo en función de un incremento de la migración externa, seguramente garantizada por las estrechas y dinámicas relaciones regionalmente localizadas con áreas próximas de las fronteras del Estado de São Paulo, particularmente, Paraná y Minas Gerais que, aun registrando recuperación migratoria en la década de 1990, desde la década de 1970, se configuraban como estados de significativa evasión demográfica (CUNHA, 2015).

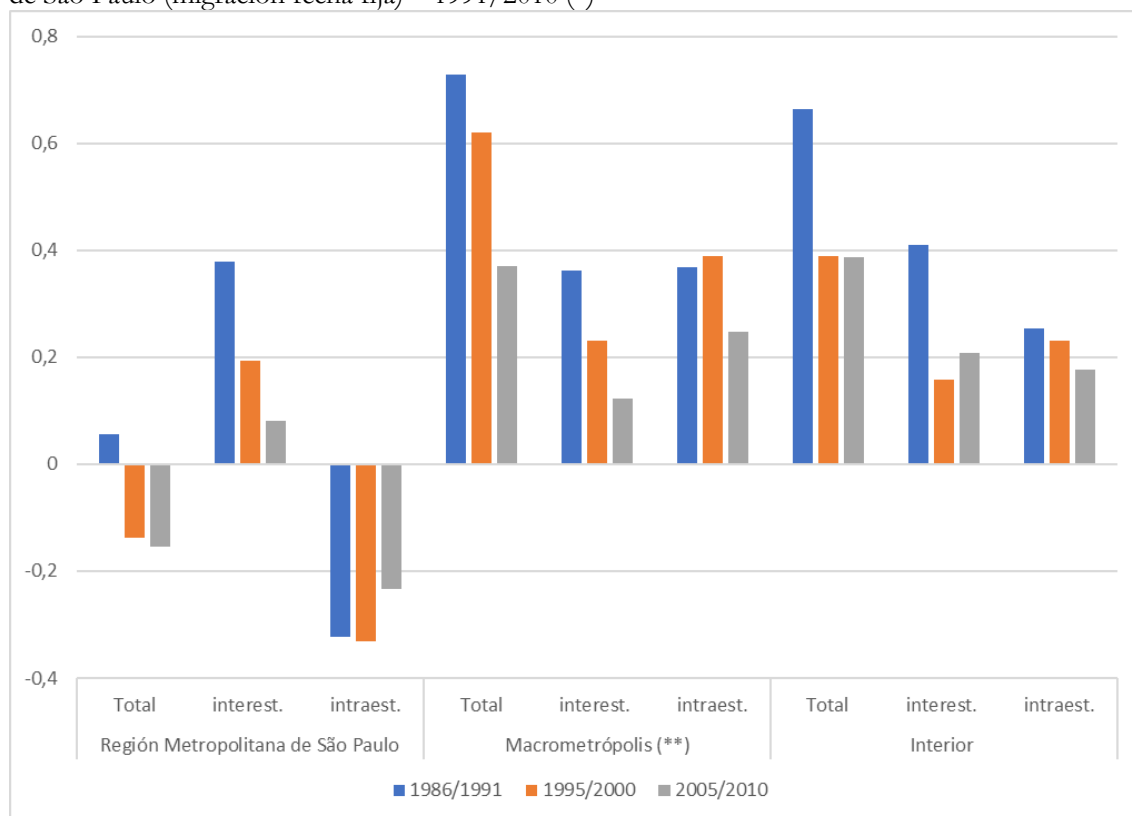
De todos modos, ese fenómeno debe ser comprendido en el contexto de volúmenes y intensidades mucho menores de migración registrados en el Estado de São Paulo, sean los relativos a los intercambios interestaduales, o bien los intraestaduales. De hecho, cuando se observan las tasas de migración neta, es evidente que la intensidad del fenómeno cayó sostenidamente a lo largo del período considerado. Vale subrayar que, como muestran los estudios de Bell y otros (varias fechas) y Rodríguez Vignoli (2017; 2019) ese fenómeno no es exclusividad de Brasil.

Como se nota en la Gráfica 1, especialmente de los años 1980 para los 1990, las tasas de migración neta cayeron significativamente en todas las regiones consideradas. Así, aunque el Interior haya presentado un pequeño “repunte” en los años 2000 en la migración de origen externa, aun en ese caso, los valores están bien por debajo de los que se observaba en los años 1980. Queda claro también que esa tendencia es mucho más fuerte para la RMSP y en la “Macrometrópolis”, sobre todo por la gran reducción de las ganancias en los intercambios demográficos con otros estados.

Aunque los datos presentados pueden dar la impresión que el “Interior” haya ganado mucha importancia en el proceso migratorio del Estado de São Paulo, como ya se mencionó, no se puede olvidar, por un lado, que la migración neta de esa “región” es el resultado de la dinámica migratoria de más de 500 municipios y que, por otro lado, juntos, estos municipios sumaban, en 2010, poco más que la cuarta parte de la población paulista.

Otra forma de analizar la cuestión de la concentración/desconcentración es a partir de los flujos (y no acumulados o stocks) de la migración, o sea, considerando cuales son las regiones más buscadas por los migrantes que salen de sus ciudades, sean ellas de fuera o de dentro del Estado de São Paulo.

GRAFICA 1 – Tasa de migración neta promedio anual por modalidad según regiones del Estado de São Paulo (migración fecha fija) – 1991/2010 (*)



Fuente: IBGE (Censos Demográficos de 1991; 2000; 2010) (Elaboración propia).

(*) Con excepción del Censo 2000, valores no incluyen origen ignorada.

(**) No incluye la RMSP.

Respecto a la inmigración, lo que se advierte en la Tabla 4 es que, en términos de números absolutos, después de mantener casi inalterado el volumen de personas registradas entre 1991 y 2000⁵, esa cifra se reduce en el Censo siguiente, alcanzando alrededor de 1,6 millones de personas, una reducción de cerca de un 20%. Respecto de la la distribución de

⁵ Por supuesto que la manutención de volumen entre los dos Censos, implica que la intensidad (la tasa) sufrió significativa reducción.

esos migrantes en las regiones consideradas, queda claro que aun perdiendo poco más que 3 puntos porcentuales en 20 años, la RMSP sigue siendo la principal área de llegada de migrantes. Sin embargo, en la misma tabla se puede nuevamente constatar que el liderazgo de la RMSP se debe sobre todo a la migración de origen externa (desde otros estados del país) ya que, en 2010, aún abrigaba más de la mitad de esos migrantes.

TABLA 4 – Distribución de la migración por modalidad según regiones del Estados de São Paulo (migración fecha fija) – 1991-2010

Modalidad	Año	Inmigración (*)				Emigración (*)			
		RMSP	Macrome tropolis (**)	Interior	Total	RMSP	Macrome tropolis (**)	Interior	Total
Total	1991	45,4	23,5	31,1	2.072.898	61,0	13,8	25,2	1.470.600
	2000	43,1	26,5	30,4	2.066.263	59,3	14,8	25,9	1.707.173
	2010	38,3	27,5	34,2	1.628.211	56,4	17,7	25,8	1.372.415
Interestaduais	1991	57,7	16,7	25,5	1.396.113	64,8	11,7	23,5	793.815
	2000	57,7	18,3	24,0	1.242.975	61,6	13,2	25,2	883.885
	2010	50,1	18,2	31,7	991.315	56,9	15,3	27,8	735.519
Intraestaduais	1991	19,9	37,5	42,6	676.785	56,6	16,4	27,1	676.785
	2000	20,9	39,0	40,1	823.288	56,9	16,4	26,7	823.288
	2010	19,8	42,0	38,2	636.896	55,5	21,1	23,4	641.606

Fuente: FIBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 y 2010
 (*) valores no incluyen origen ignorada y la migración "intrarregional"
 (**) no incluye la RMSP

El interior prácticamente mantuvo su participación relativa a lo largo de los años considerados, pero, como ya se subrayó, presentó un aumento significativo de su participación en la migración interestadual pasando de un 25,5% en 1991, para 31,7% en 2000. De nuevo se debe relativizar ese resultado ya que los volúmenes de migración externa han disminuido casi en 30% en las décadas consideradas y que parte significativa de esa reducción se debe a la reducción de la migración de estados más distantes que, históricamente, tuvieron la RMSP como principal destino (CUNHA, 2015). Además, no se puede dejar de apuntar que en términos de la inmigración intraestadual, el Interior pierde más de 4 puntos porcentuales.

Sin embargo, quizás lo que más llame la atención en estos datos, es el comportamiento de la “Macrometrópolis”, siempre recordando que en ese grupo no se está considerando la RMSP, o sea, son computados apenas los movimientos migratorios relativos a los municipios de las regiones metropolitanas o aglomeraciones urbanas “vecinas”. De hecho, esa área gana peso relativo en la inmigración registrada tanto en los movimientos originados fuera, cuanto dentro del Estado de São Paulo. Como ya

comentado, el proceso de “interiorización” tanto del desarrollo económico, cuando de población fue mucho más intenso en las regiones próximas a la RMSP, por tanto, no es sorpresa que sea esa la región que más ganancias haya presentado en términos de los intercambios internos de población.

En resumen, lo que sugieren los datos sobre la inmigración, es que la idea defendida en otros estudios (CUNHA, 2015; 2016) de que la RMSP, aun presentando pérdidas netas (como se observó principalmente con la migración intraestadual), sigue siendo la “gran puerta de entrada” de la inmigración de otros estados, especialmente las de origen no fronterizas; además, los números sugieren intenso proceso de redistribución de su población para áreas cercanas, como resultado de lo que Lencioni (2013) y Firkowski y Moura (2002) consideran ser una difusión del proceso metropolitano en el espacio. Como consecuencia, las regiones metropolitanas y aglomeraciones urbanas que componen la Macrometrópolis, en particular Campinas, tienden a ser las de mayores ganancias migratorias.

Ya en el caso de la emigración, los datos de la Tabla 4 básicamente refuerzan lo que se dijo hasta el momento sobre el proceso de dispersión de la población en el territorio paulista: la RMSP es indudablemente la zona de donde sale la mayor parte de los flujos internos y externos, posición que se mantiene en todos los años censales considerados. De nuevo llama la atención el comportamiento de la Macrometrópolis, que prácticamente no cambia su posición en el periodo y sigue con muy bajo porcentaje de la emigración registrada en el Estado.

CONSIDERACIONES FINALES

La trayectoria de la dinámica demográfica de las últimas décadas de Brasil, en general, y del Estado de São Paulo, en particular, caracterizada por la drástica caída de la fecundidad, el intenso proceso de urbanización y la reducción de la migración de más larga distancia hace un tanto obvio esperar que el proceso de concentración demográfica en las grandes ciudades deje de ser tan importante como fue en el pasado. Además de eso, las transformaciones en los procesos económicos y espaciales inducido por lo que se ha llamado de “reestructuración productiva” (HARVEY, 1999) ha implicado una ampliación del proceso de metropolización y el surgimiento de nuevas formas urbanas (LENCIONI, 2013).

Sin embargo, aun frente a tantos cambios, el análisis atento y riguroso de los datos de población y migración no permiten concluir que estemos frente a un significativo

proceso de desconcentración en Brasil, al menos en términos demográficos, como lo discutido en este estudio. Como se mostró en este estudio y otros previos (CUNHA, 2016), si acaso hubo algún proceso de desconcentración demográfica de alguna metrópolis brasileña, fue poco significativo y, de manera general, muy acotado en términos espaciales, sobre todo en el caso de la RM de São Paulo. Los datos hasta analizados no dejan margen para dudar de que, en el Estado de São Paulo, más que un proceso de desconcentración, se ha observado lo que se denomina una “desconcentración-concentrada”, porque el grueso de la redistribución espacial de la población (y también del aparato productivo como parece ser) se dio para regiones cercanas a la RMSP.

Por supuesto que ese fenómeno puede asumir distintos matices en otros países como muestra el estudio de Rodríguez y Rowe (2018) para Chile o de Chávez et al. (2020) en un estudio comparativo de países de Latino América. Sin embargo, lo que no se puede negar es que, aun existiendo algunos procesos de desconcentración, esta es muy relativa y definitivamente no implica la pérdida de importancia y protagonismo (económico, social, político e incluso demográfico) de las grandes metrópolis.

No hay duda que el desplazamiento de miles de personas en espacio paulista tuvo impacto sobre la composición socio-demográfico de las regiones involucradas. Datos no analizados en este estudio muestran que el resultado final del proceso migratorio de la RMSP tuvo como consecuencia incrementar su población joven (15-29 años) y reducir todos los demás grupos etarios. En el caso de la Macrometrópolis, en cambio, se nota para la migración total (inter y intraestadual) un perfil más próximo de lo que se observa en la migración de mediana y larga distancia. Respecto al impacto de la migración sobre el perfil educacional de la población se puede decir que la RMSP presenta pérdidas en todos los estratos de escolarización, aunque en la categoría “superior completo” es la que registra el menor saldo negativo, resultado coherente con el hecho de que la región sigue siendo la más importante del Estado y del país en términos de la concentración de actividades del sector terciario, especialmente los servicios de alta complejidad.

La verdad es que, el análisis más detenido de los movimientos desde la RMSP en dirección a otras regiones de São Paulo, de hecho sugiere que dos ideas normalmente aceptadas sean puestas en jaque: por un lado, la existencia de una desconcentración demográfica (que como se trató de defender acá parece no ser el caso); por otro que los movimientos hacia el “interior” de São Paulo, en particular Campinas y Vale do Paraíba (con fuerte presencia de migrantes sin calificación), se debiera a la migración de trabajadores calificados en razón de sus características de polos tecnológicos. Lo que si se

puede afirmar es que RM de São Paulo (ahora ampliada a una Macrometrópolis) sigue manteniendo su protagonismo y primacía en el sistema urbano brasileño.

REFERÊNCIAS

- AZZONI, C. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo, SP: IPE/USP, 1986. (Ensaio Econômico, n. 58).
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2012.
- BELL, M. et al. Internal migration and development: comparing migration intensities around the world. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 41, n. 1, p. 33-58, 2015.
- BELL, M.; MUHIDIN, S. **Cross-national comparisons of internal migration**. New York, NY: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo; Human Development Reports, 2009. (Research Paper, n. 30).
- CANO, W. (coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, v. 1-3, 1988. (Coleção Economia Paulista).
- CHÁVEZ, A. N. et al. Desconcentración concentrada y migración: una mirada desde grandes metrópolis de América Latina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 9., 2020, Rio de Janeiro, RJ. **Anais... [S. l.]: ALAP, 2020. Disponível em: <https://sis.automacaodeeventos.com.br/2020/alap/sis/inscricao/resumos/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0083-2.PDF>. Acesso em: 03 fev. 2020.**
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Migração e desenvolvimento regional no Brasil. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. p. 636-415.
- CUNHA, J. M. P. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 1, p. 99-127. 2016a.
- CUNHA, J. M. P. Population dynamics and migration: 1991-2010. In: MARQUES, E. S. L. (org.). **São Paulo in the twenty-first century: spaces, heterogeneities, inequalities**. New York, NY: Routledge, 2016b. p. 101-119.
- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da UNESP; CEM, 2015. p. 279-307.
- CUNHA, J. M. P. et al. A mobilidade pendular na macrometrópole paulista: diferenciação e complementariedade socioespacial. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.
- CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 17, n. 3-4, p. 218-233, 2003.
- DE MATTOS, C. A. Globalización y metropolización en Santiago de Chile: una historia de continuidades y cambios. In: Ministerio de Planificación; Universidad Alberto Hurtado. **Metropolización en Chile interrogantes y desafíos**. Santiago de Chile, Chile, 2001.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia – Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, MG, v. 31, n. 11, p. 35-64, 1993.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Estudos da morfologia e da hierarquia funcional da rede urbana paulista e da regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 2011.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Complexo metropolitano expandido**. São Paulo, SP, 1999. Disponível em: http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/Linha_do_Tempo/LinhadoTempo_1999.asp

FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrópoles. Reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades. **Revista RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, PR, v. 5, p. 27-46, 2002.

FREY, W. Migration and depopulation of the metropolis: regional restructuring or rural renaissance. **American Sociological Review**, US, v. 52, n. 2, p. 240-257, 1987.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1999.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. et al. (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2013. p. 17-34.

LENCIONI, S. Reestruturação industrial do Estado de São Paulo: a Região da Metrópole desconcentrada. In: SOUZA, M. A. M.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo, SP: Hucitec, 1994. p. 198-210.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998.

PATARRA, N. **Do urbano às novas territorialidades: conceitos e questões**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2000. (Relatório de Pesquisa).

RODRÍGUEZ VIGNOLI, J. **El efecto de la migración interna sobre la estructura y las disparidades etarias en las grandes ciudades de América Latina**. 2019. 249f. Tesis (Doctoral en Demografía) – Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2019.

RODRÍGUEZ VIGNOLI, J.; ROWE, F. **Efectos cambiantes de la migración sobre el crecimiento, la estructura demográfica y la segregación residencial en ciudades grandes: el caso de Santiago, Chile, 1977-2017**. Santiago de Chile: CEPAL, 2018. (Serie Población y Desarrollo, n. 125).

RODRÍGUEZ VIGNOLI, J. **Migración interna y asentamientos humanos en América Latina y el Caribe (1990-2010)**. Santiago de Chile: CEPAL, 2017. (Serie Población y Desarrollo, n. 121).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: EdUSP, 2005.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.

SILVA, K. A. A. **Novas formas urbanas e o olhar através da demografia: a estruturação da Cidade-Região Paulista**. 2018. 290f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometropole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.

FATORES COMPORTAMENTAIS E BIOLÓGICOS ASSOCIADOS À PREMATURIDADE: ESTUDO CASO-CONTROLE

*Érica Cesário Defilipo **
*Laura Oliveira Campos **
*Paula Silva de Carvalho Chagas **
*Luiz Cláudio Ribeiro **

RESUMO

Cerca de 15 milhões de recém nascidos vivos no mundo são prematuros. A prematuridade tem etiologia multifatorial, podendo envolver fatores comportamentais, como a violência contra a gestante e o uso de álcool, cigarro e outras drogas e também fatores biológicos, como as doenças durante a gestação. O objetivo deste estudo foi analisar a existência de associação entre a prematuridade e os fatores comportamentais e biológicos maternos. Trata-se de um estudo caso-controle realizado com nascidos vivos no Hospital Municipal de Governador Valadares, em Minas Gerais, no período de maio de 2017 a julho de 2018, cujas mães residiam no município de Governador Valadares ou região. Para cada caso (nascidos vivos prematuros) foram selecionados dois controles (nascidos vivos a termo e com peso adequado ao nascer), que foram pareados de acordo com o sexo e data de nascimento. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista e análise do cartão de pré-natal e prontuário da puérpera e do recém-nascido. Participaram do estudo 221 casos e 442 controles. Após a análise ajustada para os demais fatores em estudo, verificou-se que os riscos mais elevados de prematuridade estão associados à violência na gestação (RC= 2,062; IC= 1,106-3,842; p=0,023); diabetes gestacional (RC= 3,499; IC= 1,566-7,819; p=0,002); pré-eclâmpsia/eclâmpsia (RC= 10,435; IC= 4,407-24,707; p<0,001); ruptura precoce das membranas (RC= 2,661; IC= 1,212-5,841; p=0,015); sangramento vaginal no primeiro trimestre (RC= 2,347; IC= 1,495-3,683; p<0,001); e oligodrâmnio (RC= 4,347; IC= 2,020-9,353; p<0,001). A prematuridade está associada não apenas aos fatores biológicos, mas também à ocorrência de violência contra a gestante. Os resultados encontrados reforçam a necessidade da abordagem biopsicossocial durante as consultas de pré-natal, que vise identificar, além das doenças, as gestantes que podem estar sofrendo violência, reduzindo o risco de desfechos negativos para essas mulheres e para o feto.

Palavras-chave: Recém-nascido prematuro; Cuidado pré-natal; Fatores de risco; Complicações na gravidez; Violência contra a mulher.

INTRODUÇÃO

A prematuridade, que representa os nascimentos que acontecem antes de completar 37 semanas de gestação, é um dos principais problemas obstétricos e de saúde pública atual por ser a maior causa de mortalidade em crianças com menos de 5 anos (SUFF; STORY; SHENNAN, 2019). Além disso, por nascerem antes de atingir a

* Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora campus Governador Valadares. E-mail: erica.defilipo@ufjf.edu.br

* Graduada em Fisioterapia pela Universidade Federal de Juiz de Fora campus Governador Valadares. Universidade Federal de Juiz de Fora campus Governador Valadares. E-mail: lauracamp.1708@gmail.com

* Doutora em Ciências da Reabilitação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: paula.chagas@ufjf.edu.br

* Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luizclaudio@ice.ufjf.br

maturidade e desenvolvimento fetal completo, os recém nascidos prematuros apresentam maior suscetibilidade a infecções, que podem se agravar devido ao período de permanência nas unidades neonatais (SILVA et al., 2009; WHO, 2018). O avanço tecnológico têm permitido um aumento na taxa de sobrevivência de recém nascidos prematuros, principalmente de prematuros extremos, e isso está associado a morbidades nos neonatos sobreviventes, relacionadas principalmente a distúrbios respiratórios e neurológicos (ALMEIDA et al., 2012; OLIVEIRA et al., 2016).

Cerca de 15 milhões de recém nascidos vivos no mundo são prematuros, o que representa uma taxa de 11,1% dos nascidos vivos e o Brasil está entre os dez países com maior índice de prematuridade (SALGE et al., 2009; SUFF; STORY; SHENNAN, 2019). O aumento da prevalência da prematuridade é um assunto que preocupa gestores de saúde e por isso suas causas devem ser investigadas de maneira mais profunda (OLIVEIRA et al., 2016).

O nascimento prematuro é um tema complexo e difícil de eleger um só motivo para que ele aconteça. Por isso, pode-se dizer que a etiologia é multifatorial e envolve fatores ambientais, socioeconômicos, demográficos, reprodutivos, fatores relacionados à atenção à saúde materna, assistência ao pré-natal e parto, fatores comportamentais e biológicos (SILVA et al., 2009). Os fatores comportamentais, como a dependência de álcool, o uso recorrente de cigarro e outras drogas, assim como, a violência contra a mulher, principalmente durante a gestação, podem gerar um impacto negativo na saúde materna e fetal (BOTT et al., 2019; DEFILIPO; CHAGAS; RIBEIRO, 2020b). Apesar da violência contra a mulher ter aumentado nos últimos anos, inclusive em gestantes, estudos nacionais que associem esse fator ao nascimento prematuro ainda são escassos (BETTIOL; BARBIERI; SILVA, 2010). Porém, estudos internacionais já afirmaram que há um aumento do risco de nascimento prematuro quando a gestante é exposta à episódios violentos, seja por violência física, psicológica ou sexual (ALHUSEN et al., 2015; DONOVAN et al., 2016; SHAH; SHAH, 2010).

Os fatores biológicos são considerados fatores de risco por contribuírem para um ambiente intrauterino adverso, com implicações para a saúde fetal e neonatal (BROWN et al., 2015). As principais intercorrências durante a gestação relacionadas com a prematuridade, no estudo de Almeida e colaboradores (2012), foram a ruptura precoce das membranas, doenças hipertensivas específicas da gestação, sangramento vaginal e infecção do trato geniturinário (ALMEIDA et al., 2012). Já no estudo de Oliveira e colaboradores (2016) a prematuridade foi associada ao sangramento vaginal, que pode estar relacionado à

infecção do trato geniturinário e também à pré-eclâmpsia, que foi considerada a causa mais comum de indicação de cesariana (OLIVEIRA et al., 2016).

O nascimento prematuro, além de possuir etiologia multifatorial, está relacionado a um perfil de puérperas variado entre as populações. Considerando o município de Governador Valadares, Minas Gerais, no ano de 2019, 9,3% dos nascidos vivos foram prematuros. Isso representa um importante aumento quando comparado com os anos de 2010 e 2017, que tiveram 6,2% e 8,7% de nascimentos prematuros, respectivamente (BRASIL, 2021). Por esse motivo é importante conhecer os fatores associados à prematuridade, visto que a taxa de prematuridade tem aumentado no município nos últimos anos (BRASIL, 2021). Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é analisar se há associação entre a prematuridade e os fatores comportamentais e biológicos maternos em nascidos vivos no Hospital Municipal de Governador Valadares, Minas Gerais. Tendo em vista que muitas vezes esses fatores de risco podem ser evitados ou controlados, é necessário conhecê-los melhor para que possam ser elaboradas estratégias para reduzir o índice de prematuridade e proporcionar maior suporte profissional para as gestantes.

MÉTODOS

Estudo caso-controle, realizado com nascidos vivos no Hospital Municipal de Governador Valadares, no período de maio de 2017 a julho de 2018, cujas mães residiam no município de Governador Valadares ou região. Esse hospital é considerado referência para os municípios do vale do Rio Doce, por atender ao Sistema Único de Saúde e por ser o único a possuir Unidade de Terapia Intensiva Neonatal no município e região. Foram incluídos, no grupo caso, os nascidos vivos prematuros (com idade gestacional inferior a 37 semanas) e no grupo controle, os nascidos vivos a termo (com idade gestacional igual ou superior a 37 semanas e inferior a 42 semanas) e com peso adequado ao nascer (igual ou superior a 2.500 gramas). Foram excluídos os nascidos vivos com malformações congênitas, síndromes genéticas, doenças progressivas e lesões do sistema nervoso, diagnosticadas ou suspeitas ao nascimento. Para cada caso foram selecionados dois controles, pareados pelo sexo e data de nascimento. Quando não haviam dois controles, o caso não era incluído no estudo. Após a seleção dos casos e controles, as puérperas foram contatadas, ainda durante a internação hospitalar, para explicação do estudo e seus objetivos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado por aquelas puérperas que aceitaram participar da pesquisa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de

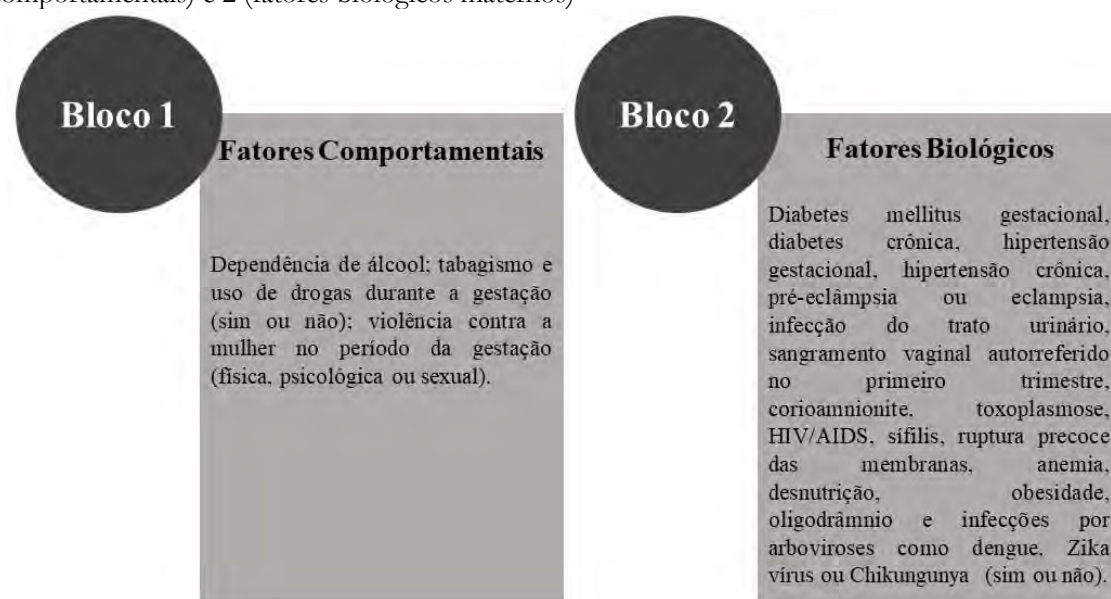
Ética e Pesquisa em Seres Humanos (CAAE: 61055716.4.0000.5147), sendo conduzido dentro dos padrões éticos exigidos.

As informações foram coletadas através de entrevista com as puérperas e por meio de análise do cartão de pré-natal e prontuário da puérpera e do recém-nascido. As variáveis estudadas foram descritas em blocos, relacionados aos fatores comportamentais e biológicos, de acordo com o modelo explicativo apresentado na Figura 1. Para identificar as gestantes que haviam sofrido algum tipo de violência, durante a entrevista, foi perguntado à puérpera se esta havia sofrido algum tipo de violência física, sexual ou psicológica durante a gestação. A pergunta foi realizada da seguinte forma: “Você sofreu violência física, sexual ou psicológica durante sua gestação? Ou seja, alguém te ameaçou, agrediu, bateu, abusou sexualmente de você, te humilhou ou falou algo que você não gostou, controlou seu comportamento ou te deixou com medo?” (DEFILIPO; CHAGAS; RIBEIRO, 2020b). Para identificar os fatores biológicos, foi questionado à puérpera se esta havia apresentado alguma intercorrência durante a gestação, sendo citada cada condição de saúde descrita na Figura 1. As informações relatadas pela puérpera foram, então, certificadas no cartão da gestante e prontuário hospitalar. A identificação das puérperas que haviam feito uso de álcool durante a gestação foi realizada através do instrumento CAGE (*cutdown, annoyes, guilty e eye-opner*), que é de fácil aplicação e validado para uso no Brasil (MAYFIELD; MCLEOD; HALL, 1974). A coleta dos dados foi realizada por cinco pesquisadores previamente treinados e teve duração de cerca de 30 minutos para cada participante (DEFILIPO et al., 2020a; DEFILIPO; CHAGAS; RIBEIRO, 2020b).

O tamanho da amostra foi calculado para permitir detectar uma razão de chance de 1,8, considerando um poder do estudo de 80%, nível de significância de 5% e uma frequência relativa de 10% de um dado fator de exposição. Considerou-se esse valor por tratar-se de um estudo em que vários fatores de exposição foram analisados. O tamanho mínimo da amostra estimado foi de 213 casos e 426 controles.

Para verificar as associações das variáveis independentes com a prematuridade foi utilizada a análise de regressão logística. Foi realizada análise multivariada das variáveis de cada bloco separadamente, retirando as que perderam a significância. Em seguida, as variáveis anteriormente selecionadas, foram submetidas à nova análise multivariada usando-se como parâmetro para permanência no modelo final o $p < 0,05$.

FIGURA 1 – Modelo explicativo das variáveis independentes divididas em blocos 1 (fatores comportamentais) e 2 (fatores biológicos maternos)



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os pesquisadores identificaram 332 nascimentos prematuros no período de coleta dos dados. No entanto, 12 puérperas receberam alta antecipada, 33 se recusaram a participar do estudo, três recém-nascidos prematuros possuíam síndromes genéticas e duas puérperas eram indígenas e não falavam a língua portuguesa, não sendo possível entrevistá-las. Foram excluídos 61 casos que não possuíram dois respectivos controles. O total de participantes pertencentes ao grupo caso foi 221, e ao grupo controle, 442 nascidos vivos.

Dentre os fatores comportamentais estudados (Bloco 1), apenas a variável ter sido vítima de violência contra a mulher durante a gestação apresentou associação estatisticamente significativa com a prematuridade ($p=0,004$), conforme pode ser observado na Tabela 1.

TABELA 1 – Número de casos e controles, razão de chances, intervalo de confiança 95% e valor de p dos fatores comportamentais

Fatores comportamentais	Casos (n=221)		Controles (n=442)		RC	IC 95%	p
	n	%	n	%			
Dependência de álcool							
<i>Não</i>	208	94,1	422	95,5	Ref	-	
<i>Sim</i>	13	5,9	20	4,5	1,319	0,643 - 2,703	0,449
Uso de cigarro							
<i>Não</i>	205	92,8	410	92,8	Ref	-	
<i>Sim</i>	16	7,2	32	7,2	1,000	0,536 - 1,865	1,000
Uso de drogas							
<i>Não</i>	217	98,2	438	99,1	Ref	-	
<i>Sim</i>	4	1,8	4	0,9	2,018	0,500 - 8,148	0,314
Vítima de violência na gestação							
<i>Não</i>	195	88,2	418	94,6	Ref	-	
<i>Sim</i>	26	11,8	24	5,4	2,322	1,300 - 4,149	0,004*

Legenda: RC= Razão de Chances; IC95%= Intervalo de Confiança de 95%; Ref= categoria de referência; *=p<0,05.

Ressalta-se a grande porcentagem de puérperas (70,9%) que relataram ter apresentado pelo menos uma doença durante a gestação. Os fatores biológicos maternos (Bloco 2) que apresentaram associação significativa com a prematuridade foram: diabetes gestacional (p<0,001), hipertensão gestacional (p=0,003), hipertensão crônica (p=0,024), pré-eclâmpsia/eclâmpsia (p<0,001), infecção do trato urinário (p=0,024), sangramento vaginal no primeiro trimestre (p<0,001), ruptura precoce das membranas (p=0,001) e oligodrâmnio (p<0,001) (Tabela 2).

As variáveis significativas de cada bloco foram, então, submetidas à nova análise multivariada. A tabela 3 descreve as variáveis que mantiveram associação significativa com a prematuridade no modelo final de regressão logística, após a análise ajustada para os demais fatores em estudo.

TABELA 2 – Número de casos e controles, razão de chances, intervalo de confiança 95% e valor de p dos fatores biológicos

Fatores Biológicos	Casos (n=221)		Controles (n=442)		RC	IC 95%	p
	n	%	n	%			
Diabetes Gestacional							
<i>Não</i>	199	90,0	431	97,5	Ref	-	
<i>Sim</i>	22	10,0	11	2,5	4,332	2,060 - 9,106	<0,001*
Hipertensão Gestacional							
<i>Não</i>	182	82,4	400	90,5	Ref	-	
<i>Sim</i>	39	17,6	42	9,5	2,041	1,276 - 3,265	0,003*
Hipertensão Crônica							
<i>Não</i>	211	95,5	435	98,4	Ref	-	
<i>Sim</i>	10	4,5	7	1,6	2,945	1,106 - 7,845	0,024*
Pré-eclâmpsia/ Eclampsia							
<i>Não</i>	191	86,4	435	98,4	Ref	-	
<i>Sim</i>	30	13,6	7	1,6	9,761	4,213 - 22,612	<0,001*
Infecção do Trato Urinário							
<i>Não</i>	124	56,1	288	65,2	Ref	-	
<i>Sim</i>	97	43,9	154	34,8	1,463	1,052 - 2,035	0,024*
Sangramento vaginal 1º trimestre							
<i>Não</i>	167	75,6	389	88,0	Ref	-	
<i>Sim</i>	54	24,4	53	12,0	2,373	1,559 - 3,612	<0,001*
Ruptura precoce das membranas							
<i>Não</i>	202	91,4	429	97,1	Ref	-	
<i>Sim</i>	19	8,6	13	2,9	3,104	1,503 - 6,409	0,001*
Obesidade							
<i>Não</i>	216	97,7	436	98,6	Ref	-	
<i>Sim</i>	5	2,3	6	1,4	1,682	0,508 - 5,573	0,520
Oligodrâmnio							
<i>Não</i>	196	88,7	431	97,5	Ref	-	
<i>Sim</i>	25	11,3	11	2,5	4,998	2,411 - 10,360	<0,001*
Arboviroses							
<i>Não</i>	211	95,5	427	96,6	Ref	-	
<i>Sim</i>	10	4,5	15	3,4	1,349	0,596 - 3,054	0,471
Sífilis							
<i>Não</i>	211	95,5	432	97,7	Ref	-	
<i>Sim</i>	10	4,5	10	2,3	2,047	0,839 - 4,995	0,108

Legenda: RC= Razão de Chances; IC95%= Intervalo de Confiança de 95%; Ref= categoria de referência; *=p<0,05.

TABELA 3 – Resultado final da regressão logística dos fatores associados à prematuridade

Variáveis	RC	IC 95%	p
Vítima de violência na gestação			
<i>Não</i>	Ref	-	
<i>Sim</i>	2,062	1,106 – 3,842	0,023*
Diabetes Gestacional			
<i>Não</i>	Ref	-	
<i>Sim</i>	3,499	1,566 – 7,819	0,002*
Pré-eclâmpsia/ Eclâmpsia			
<i>Não</i>	Ref	-	
<i>Sim</i>	10,435	4,407 – 24,707	<0,001*
Ruptura precoce das membranas			
<i>Não</i>	Ref	-	
<i>Sim</i>	2,661	1,212 – 5,841	0,015*
Sangramento vaginal 1º trimestre			
<i>Não</i>	Ref	-	
<i>Sim</i>	2,347	1,495 – 3,683	<0,001*
Oligodrâmnio			
<i>Não</i>	Ref	-	
<i>Sim</i>	4,347	2,020 – 9,353	<0,001*

Legenda: RC= Razão de Chances; IC95%= Intervalo de Confiança de 95%; Ref= categoria de referência; *=p<0,05.

O presente estudo teve o objetivo de analisar a associação entre os fatores comportamentais e biológicos maternos com a prematuridade, considerando que muitas vezes esses fatores de risco podem ser evitados ou controlados, sendo assim, importante estudá-los para que o índice de prematuridade seja reduzido no município.

Neste estudo, as puérperas que sofreram violência na gestação apresentaram duas vezes mais chance de ter um filho prematuro comparado às puérperas que não vivenciaram episódios de violência. A violência doméstica está amplamente presente no mundo todo e representa um problema de saúde pública (OKADA et al., 2015). No mundo, a prevalência de mulheres que sofreram alguma violência na gestação é em média de 2% a 13,5%. No Brasil, cerca de 14% a 17% das mulheres sofreram algum tipo de violência em qualquer fase da vida, sendo 8% na gestação (BOTT et al., 2019; DREVIES et al., 2010; GARCÍA-MORENO et al., 2005). Em Governador Valadares, no ano de 2017, a taxa de violência contra a mulher foi de 8,8%, sendo em sua maioria violência física, mas não existem dados da prevalência da violência em gestantes no município (DEFILIPO; CHAGAS; RIBEIRO, 2020b; GOVERNO DO ESTADO DE MG, 2018). No presente estudo, 7,5% das puérperas (n=50) relataram ter sofrido algum tipo de violência durante a gestação. No entanto, o número de puérperas participantes que sofreram violência pode ter sido, na realidade, maior do que o descrito, visto que essa é uma questão que gera constrangimento para ser respondida. Dentre os motivos que impedem mulheres de relatarem agressões

destacam-se a dependência afetiva relacionada ao parceiro, a dependência econômica, a falta de confiança nas instituições públicas que prestam atendimentos às vítimas e medo de retaliações e julgamentos, considerando as características patriarcais da sociedade em que vivemos que, muitas vezes, elegem a culpa da violência à própria mulher que recebe a agressão (CORDEIRO, 2018; KIND et al., 2013).

A violência gera problemas devastadores na saúde reprodutiva da mulher, assim como prejudica o estado físico, mental e de bem-estar geral, devido a ferimentos e aumento do risco de desenvolver outros problemas de saúde a longo prazo, como dores crônicas, abuso de drogas e álcool e depressão (HAISE; ELLSBERG; GOTTEMOELLER, 1999). O medo também é considerado uma forma de violência, que muitas vezes passa despercebida, e geralmente é praticada por familiares ou parceiros, podendo impactar negativamente na saúde emocional da mulher (HAMMOURY; KHAWAJA, 2007). Passar por altos níveis de estresse, como episódios de violência, durante a gestação é prejudicial ao feto, porque eventos estressantes podem elevar os níveis de cortisol, podendo causar vasoconstricções importantes que limitam o fluxo sanguíneo para o útero, reduzindo assim o suplemento sanguíneo para o feto, e ainda, pode ter como consequência a ocorrência de contrações prematuras levando ao parto prematuro (ALTARAC; STROBINO, 2002; WADHWA et al., 2011). No estudo de Pun e colaboradores (2019), não foi observado associação entre a violência contra a gestante e o nascimento de bebês com baixo peso ou por cesariana, mas foi evidenciado que há associação entre a violência e os nascimentos prematuros, com razão de chance semelhante à encontrada no presente estudo (RC= 2,33; IC95%= 1,10–4,73) (PUN et al. 2019).

Foi observado também que as puérperas que, durante a gestação, apresentaram diabetes gestacional, pré-eclâmpsia ou eclâmpsia, ruptura precoce das membranas, sangramento vaginal no primeiro trimestre e oligodrâmnio tiveram chance aumentada de ter um filho prematuro.

No estudo de Hedderson (2003) a diabetes gestacional foi associada com o nascimento prematuro espontâneo, sendo explicado pelo aumento importante dos níveis da glicemia no sangue durante a gravidez, corroborando com os resultados do presente estudo que mostrou que as gestantes que tiveram diabetes tinham até três vezes mais chance de ter um parto prematuro (HEDDERSON; FERRARA; SACKS, 2003)

O sangramento vaginal no primeiro trimestre foi fortemente associado ao nascimento prematuro neste estudo, indicando que gestantes que tiveram esse sangramento apresentaram pelo menos duas vezes mais chance de ter um parto pré-termo, o que vai ao

encontro de outros estudos, que levantam hipóteses explicativas de que a produção de trombinas induziria uma cascata proteolítica, acarretando a ruptura prematura de membranas ou parto prematuro, ou ainda, que o sangramento pode também estar associado à infecções no útero não identificadas, levando às mesmas consequências de ruptura precoce e nascimento prematuro (SILVA et al., 2009; YANG et al., 2004).

As infecções do trato geniturinário são frequentemente associadas ao nascimento prematuro, devido a processos infecciosos que ativam mecanismos imunológicos aumentando a produção de prostaglandinas, responsáveis pela contração uterina e degradação da matriz extracelular de células da membrana, induzindo a ruptura precoce das membranas e o parto prematuro (GOLDENBERG, NAGAHAWATTE, 2008; SILVA et al., 2009). No presente estudo, as infecções do trato geniturinário inicialmente se mostraram associadas ao nascimento prematuro, porém ao serem submetidas à análise multivariada, outros fatores de risco demonstraram maior associação com a prematuridade, e essa variável não permaneceu no modelo final da regressão. Em contrapartida, as gestantes que tiveram ruptura precoce das membranas apresentaram cerca de duas vezes mais chance de ter um parto prematuro.

De acordo com o estudo de Almeida et al. (2012), dentre todos os fatores biológicos maternos associados ao nascimento prematuro, a hipertensão arterial é a mais comum. A pré-eclâmpsia/eclâmpsia são as principais formas de manifestação da hipertensão arterial gestacional, porém ainda não tem sua etiologia bem definida, sendo resolvida apenas após a expulsão da placenta, induzindo muitas vezes ao parto prematuro com o objetivo de manter a integridade do feto (ALMEIDA et al., 2012; MONTENEGRO, 2008). Neste estudo, a variável que apresentou maior razão de chance foi a pré-eclâmpsia/eclâmpsia, indicando que as mulheres que apresentaram essa condição de saúde durante a gestação tinham dez vezes mais chance de parto prematuro.

Ainda, a ocorrência de oligodrâmnio, que é a caracterizado por volume deficiente de líquido amniótico podendo gerar repercussões negativas ao feto, foi associada com a prematuridade, demonstrando aproximadamente quatro vezes mais chance de acontecer um nascimento prematuro, corroborando com os resultados discutidos no estudo de Gonzaga e colaboradores, no qual foi observado que a ocorrência de oligodrâmnio foi a segunda intercorrência mais observada na população estudada, estando presente em 27,9% das mulheres que tiveram parto prematuro, demonstrando associação estatisticamente significativa ($p < 0,001$) (GONZAGA et al., 2016).

É interessante analisar também a existência de associação entre a violência contra a mulher e os fatores biológicos estudados. No estudo de Defilipo e colaboradores (2020b), foi identificado que as mulheres com diabetes gestacional apresentaram mais chance de terem sofrido algum tipo de violência (DEFILIPO; CHAGAS; RIBEIRO, 2020b). No estudo de Mason e colaboradores (2013), foi identificado que mulheres que sofrem violência física ou psicológica possuem maior risco de desenvolver diabetes do tipo 2. Além disso, mulheres que sofrem violência estão mais propensas a se tornarem obesas, fator que se associa a diabetes gestacional, e isso ocorre devido ao aumento dos níveis de hormônios estressantes desencadeados pela violência, que podem levar a resistência à insulina (MASON et al., 2013; 2016).

O presente estudo apresenta como limitação o fato da identificação das mulheres que sofreram algum tipo de violência na gestação ter sido realizada em forma de perguntas diretas às puérperas e não através de um instrumento padronizado, o que pode ter interferido na detecção da quantidade de mulheres que sofreram alguma violência, mas isso não prejudicou os resultados do estudo. Diferente da maioria dos estudos relacionados ao tema de violência, este não abordou somente a violência por parceiro íntimo, mas também a violência psicológica, física e sexual praticada por diferentes pessoas no ambiente familiar e na comunidade.

Diante disso, visto que a prematuridade está associada não apenas aos fatores biológicos, mas também à ocorrência de violência contra a gestante, se faz necessária uma abordagem mais ampla por parte dos profissionais de saúde para identificar episódios de violência, uma vez que esse assunto raramente é reportado pelas vítimas (DEFILIPO; CHAGAS; RIBEIRO, 2020b). A identificação precoce das gestantes que podem estar sofrendo violência reduz o risco para essas mulheres e para o feto, podendo resultar em um desfecho perinatal positivo (OKADA et al., 2015).

Os resultados deste estudo reforçam a necessidade da abordagem biopsicossocial, com investigações durante as consultas de pré-natal que vão além das doenças gestacionais. No estudo de Fortes e colaboradores (2008), foi proposta a criação de um instrumento de avaliação para ser utilizado em consultas de pré-natal até a fase do puerpério que aborda além da saúde da gestante, a participação da família e o bem-estar biopsicossocial, com objetivo de promover resiliência e saúde, evitando intercorrências como, por exemplo, o parto prematuro (FORTES; ANDERSON; SCHENKER, 2008). Dessa forma, destaca-se a necessidade de uma equipe interdisciplinar no acompanhamento da gestante, visando investigar todos os fatores de riscos com potencial para resultar em qualquer transtorno

físico ou psicológico à gestante e ao feto e, ainda, da abordagem psicológica no pré-natal como um fator protetivo para as gestantes (ALMEIDA; ARRAIS, 2016).

REFERÊNCIAS

ALHUSEN, J. L. et al. Intimate partner violence during pregnancy: Maternal and neonatal outcomes. **Journal of Women's Health**, Larchmont, v. 24, n. 1, p. 100-106, 2015.

ALMEIDA, A. C. D. et al. Fatores de risco maternos para prematuridade em uma maternidade pública de Imperatriz-MA. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, RS, v. 33, n. 2, p. 86-94, 2012.

ALMEIDA, N. M. C.; ARRAIS, A. R. O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 4, p. 847-863, 2016.

ALTARAC, M.; STROBINO, D. Abuse during pregnancy and stress because of abuse during pregnancy and birthweight. **JAMWA**, [S. l.], v. 57, n. 4, p. 208-214, 2002.

BETTIOL, H.; BARBIERI, M. A.; SILVA, A. A. M. Epidemiologia do nascimento pré termo: tendências atuais. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, SP, v. 32, n. 2, p. 57-60, 2010.

BOTT, S. et al. Intimate partner violence in the Americas: a systematic review and reanalysis of national prevalence estimates. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, DC, v. 43, e26, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. Datasus. **Estatísticas Vitais**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvmg.def>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BROWN, H. K. et al. Biological determinants of spontaneous late preterm and early term birth: a retrospective cohort study. **BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology**, Oxford, v. 122, n. 4, p. 491-499, 2015.

CORDEIRO, D. C. S. Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores? **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, MG, v. 1, n. 27, p. 365-383, 2018.

DEFILIPO, E. C. et al. Fatores associados ao baixo peso ao nascer: estudo caso-controle em cidade de Minas Gerais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 54, n. 71, 2020a.

DEFILIPO, E. C.; CHAGAS, P. S. C.; RIBEIRO, L. C. Violência contra a gestante e fatores associados no município de Governador Valadares. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 54, n. 135, 2020b.

DONOVAN, B. M. et al. Intimate partner violence during pregnancy and the risk for adverse infant outcomes: a systematic review and meta-analysis. **BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology**, Oxford, v. 123, n. 8, p. 1289-1299, 2016.

DREVIES, K. M. et al. Intimate partner violence during pregnancy: analysis of prevalence data from 19 countries. **Reproductive Health Matters**, London, v. 18 n. 36, p. 158-170, 2010.

FORTES, A. B.; ANDERSON, M. I. P.; SCHENKER, M. Instrumento para a atenção integral: do pré-natal ao puerpério. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 13, p. 53-60, 2008.

- GARCÍA-MORENO, C. et al. **WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses.** Geneva: World Health Organization; 2005. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/24159358X/en/>.
- GOLDENBERG, R.; NAGAHAWATTE, N. T. Poverty, maternal health and adverse pregnancy outcomes. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, NY, v. 11, n. 36, p. 80-85, 2008.
- GONZAGA, I. C. A. et al. Atenção pré-natal e fatores de risco associados à prematuridade e baixo peso ao nascer em capital do nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 6, p. 1965-1974, 2016.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Defesa Social, Centro Integrado de Informações de Defesa Social. **Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas regiões integradas de segurança pública de Minas Gerais: registros tentados e consumados.** Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível em: http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2020/Maio/Diagnosticos/final_Diagnostico%20violencia%20domstica%202015%20a%202017%20-%20MG%20e%20RISPs.pdf. Acesso em: 08 jan. 2021.
- HAMMOURY, N.; KHAWAJA, M. Screening for domestic violence during pregnancy in an antenatal clinic in Lebanon. **European Journal of Public Health**, Prague, v. 17, n. 6, p. 605-606, 2007.
- HEDDERSON, M. M.; FERRARA, A.; SACKS, D. A. Gestational diabetes mellitus and lesser degrees of pregnancy hyperglycemia: association with increased risk of spontaneous preterm birth. **Obstetrics & Gynecology**, New York, NY, v. 102, n. 4, p. 850-856, 2003.
- HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMOELLER, M. Ending violence against women. **Population Reports**, New York, NY, v. 27, n. 4, p. 1, 1999.
- KIND, L. et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013.
- MASON, S. M. et al. Abuse in childhood or adolescence and gestational diabetes: a retrospective cohort study. **American Journal of Preventive Medicine**, New York, NY, v. 50, n. 4, p. 436-444, 2016.
- MASON, S. M. et al. Intimate partner violence and incidence of type 2 diabetes in women. **Diabetes Care**, Alexandria, v. 36, n. 5, p. 1159-65, 2013.
- MAYFIELD, D.; MCLEOD, G.; HALL, P. The CAGE questionnaire: validation of a new alcoholism screening instrument. **American Journal of Psychiatry**, Washington, DC, v. 131, n. 10, p. 1121-1123, 1974.
- MONTENEGRO, R. F. **Obstetrícia fundamental.** 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008.
- OLIVEIRA, L. L. D. et al. Maternal and neonatal factors related to prematurity. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, SP, v. 50, n. 3, p. 382-389, 2016.
- OKADA, M. M. et al. Violência doméstica na gravidez. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, SP, v. 28, n. 3, p. 270-274, 2015.
- PUN, K. D. et al. Domestic violence and perinatal outcomes—a prospective cohort study from Nepal. **BMC Public Health**, [S. L.], v. 19, n. 1, p. 1-9, 2019.
- SALGE, A. K. M. et al. Fatores maternos e neonatais associados à prematuridade. **Revista**

Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, GO, v. 11, n. 3, p. 642-646, 2009.

SHAH, P.; SHAH, J. Maternal exposure to domestic violence and pregnancy and birth outcomes: a systematic review and meta-analysis. **Journal of Women's Health**, Larchmont, v. 19, n. 11, p. 2017–2031, 2010.

SILVA, A. M. R. et al. Fatores de risco para nascimentos pré-termo em Londrina, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 10, p. 2125-2138, 2009.

SUFF, N.; STORY, L.; SHENNAN, A. The prediction of preterm delivery: what is new?. **Seminars in Fetal and Neonatal Medicine**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 27-32, 2019.

WADHWA, P. D. et al. The contribution of maternal stress to preterm birth: issues and considerations. **Clinics in Perinatology**, Philadelphia, v. 38, n. 3, p. 351-384, 2011.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preterm birth**. Genebra, 2018. Disponível em: <http://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/preterm-birth>. Acesso em: 30 jan. 2021.

YANG, J. et al. Vaginal bleeding during pregnancy and preterm birth. **American Journal of Epidemiology**, US, v. 160, n. 2, p. 118-125, 2004.

FORMA URBANA E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO FASES DO CICLO VITAL. POSSÍVEIS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE EMERGÊNCIA DE NOVAS CENTRALIDADES INTRAURBANAS E TEMPORALIDADES SOCIAIS

*Victor Barroso Rosado**
*Tiago Augusto da Cunha**
*Cecília Miranda Silva**

RESUMO

Dado o inequívoco crescimento urbano e demográfico de algumas cidades interioranas, desejávamos investigar a emergência de novas centralidades intraurbanas à luz das alterações do perfil sociodemográfico da cidade de Viçosa, município da Zona da Mata mineira. De maneira a aquilatar a correlação entre os fenômenos nos valem da noção de Ciclo de Vida Familiar. Supomos que a concentração espacial de indivíduos em determinados estágios de constituição de suas famílias pode influenciar o dinamismo econômico da zona, alterando-a física e funcionalmente. Operacionalizamos o conceito de ciclo vital através de uma regressão linear logarítmica em função da idade do responsável pelo domicílio. Os dados sugerem associações entre o processo de formação de novas centralidades e as temporalidades de indivíduos, famílias e domicílios, ainda que haja certa inércia temporal entre os fenômenos. Por fim, o trabalho fornece um diagnóstico do desenvolvimento urbano e demográfico viçosense, podendo ser utilizado em futuras intervenções de planejamento urbano.

Palavras-chave: Ciclo de vida; Redistribuição espacial da população; Uso e ocupação do solo; Periferia.

INTRODUÇÃO

Parece-nos razoável afirmar que o processo de urbanização no Brasil vem passando por uma série de modificações nas últimas décadas que o tornam muito distinto ao de décadas anteriores. Transformações essas que, decerto, alteraram o padrão de redistribuição e concentração espacial da população no território (BAENINGER, 2016). O que observamos, mais recentemente, é que determinados municípios interioranos crescem, do ponto de vista demográfico e também urbano, mais aceleradamente (SPÓSITO, 2010). Nesse sentido, se antes era evidente uma rede urbana bem hierarquizada, com concentração populacional e econômica extremamente desigual no território e, logo, capitaneada pelos grandes centros, hoje, verificamos um movimento de reestruturação nas relações interurbanas onde pequenos e médios municípios paulatinamente ganham destaque (CATALAN, 2013).

* Geógrafo. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: vbrosado@gmail.com

♦ Arquiteto e urbanista. Doutor em Demografia pelo Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: tiagoac@ufv.br

♥ Arquiteta e urbanista. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ceciliams26@gmail.com

São diversas as causas para a progressiva relevância dos municípios interioranos de médio e pequeno porte. Acreditamos que a perda do poder de atração dos grandes centros urbanos seja uma das razões (CANO, 2007; BATELLA, 2019). Nesse caso, parte do crescimento demográfico dos pequenos e médios municípios interioranos é o resultado da cada vez menor emigração em direção aos polos regionais e nacionais (BAENINGER, 2016). De novo, as explicações são inúmeras e combinadas, definitivamente esta não é a única razão. Não podemos nos esquecer que a essa primeira causa há, em adição, desconcentração dos meios de produção, crises econômicas, interiorização de serviços, equipamentos e instituições (SIMÕES; AMARAL, 2011), etc..

Imaginamos, portanto, que tanto a natureza físico-formal das cidades interioranas tem se modificado ultimamente, como seu perfil populacional (ANDRADE; SERRA, 1998). Mas, desde já, queremos alertar que não é nosso objetivo analisar as correspondências entre os fenômenos neste nível escalar, isto é, a partir da rede de cidades, senão entender as mudanças espaciais intraurbanas das cidades de médio e pequeno porte à luz das alterações de tamanho, perfil e localização da população. Como dissemos até o momento, parte do crescimento demográfico de municípios dessa natureza é fruto do crescimento vegetativo que não experimenta subtrações a partir de fluxos emigratórios. Ora, é sabido que a emigração era composta, sobretudo, por indivíduos de determinadas faixas etárias, especialmente aquelas que abrangiam idades economicamente ativas (DE OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005), afinal, não podemos nos esquecer que as diferenças entre áreas de origem e destino eram ditadas por assimetrias estruturais também relativas ao mercado de trabalho. Em resumo, as médias e pequenas cidades interioranas têm experimentado a permanência de determinados grupos etários que há algumas décadas atrás as deixavam. Grupos populacionais que alteram demandas por serviços, equipamentos, comércios e habitação. Uma mudança de perfil que pode ter provocado alterações físico-funcionais do ambiente urbano.

Assim, acreditamos que os pequenos e médios municípios têm sido lócus de processos reestruturação intraurbana notáveis, posto que a chegada de novas estruturas, sobretudo, de consumo, comuns à contemporaneidade, alteraram-lhes significativamente a localização geográfica das atividades e da população em seu interior. Partimos do pressuposto que as alterações do perfil demográfico, combinadas à localização dos grupos no espaço intraurbano dialogam com iguais mudanças físicas da cidade ou, ao menos, câmbios nos padrões de uso e ocupação do solo que se manifestam na espacialização de equipamentos, serviços e atividades em geral. Assumimos, ademais, que não se trata apenas

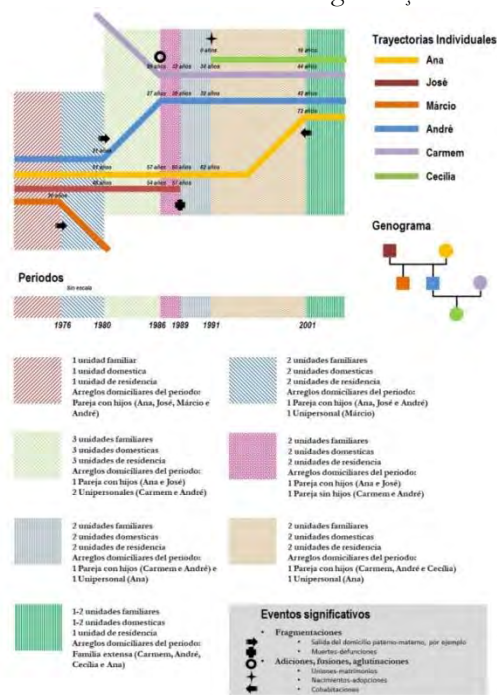
de uma correlação espacial entre características sociodemográficas e atividades, senão que as temporalidades de indivíduos e dos espaços podem, em alguma medida, dialogar e influenciarem-se: localização das atividades seguindo a demanda, bem como demanda sendo atraída pela oferta de serviços e equipamentos.

Até o momento, destacamos que a combinação entre redistribuição e concentração espacial da população podem condicionar o surgimento de centralidades intraurbanas. No entanto, não se trata exclusivamente de efeitos óbvios da alteração da balança entre demanda crescente e geograficamente localizada e oferta para suprimi-la. Em outras palavras, o tamanho populacional não é a única explicação. Advogamos que há que se ponderar também os tempos sociais em jogo.

Gurrutxaga (2020) pondera que a diminuição do número de residentes urbanos de algumas localidades espanholas não é o resultado exclusivo de movimentos emigratórios, senão o produto de transformações significativas relacionadas ao conceito de curso de vida. Segundo o mesmo autor, as mudanças no padrão do curso de vida não se limitam às consequências socioeconômicas, mas, sobretudo, afetam dinâmicas tipicamente urbanas, ecoando, inclusive, nas hierarquias da rede de cidades espanholas. Nesse caso, o tempo social dialoga com o tempo físico das cidades e, logo, com o rol que elas desempenham na rede. Ora, noutra escala de análise, é possível que o tempo das famílias também se relacione com a evolução ou o histórico de regiões no interior da cidade?

Dessa maneira, o conceito de curso de vida (BLANCO, 2011) assume que os comportamentos sociais e familiares são inúmeros segundo contextos e momentos. A partir desse ponto de vista, a história do grupo é o resultado do entrelaçamento das trajetórias individuais. Assim, não menos importantes são as noções de “transição” e “inflexão” (“turning points”) associadas a ele. As trajetórias esclarecem o processo dinâmico de transformação, as transições e modificações de papéis, enquanto que podemos circunscrever as inflexões aos eventos que desencadeiam as mudanças de status (BLANCO, 2011) (FIGURA 1).

FIGURA 1 – Trajetórias individuais e estados de organização das unidades domésticas



Fonte: Elaboração própria.

Assim, o conceito de curso de vida se sustenta sobre 5 princípios fundamentais: 1) o desenvolvimento ao longo do tempo: processo temporal estruturado, onde o presente é resultado de fatos passados, 2) tempo e lugar: importância do contexto, isto é, da lógica diacrônica entre situação, condição e história, 3) padrão de comportamentos (“timing”): a preocupação principal da noção pode ser sintetizada na pergunta, “Em que momento costuma ocorrer determinado acontecimento na vida de um indivíduo com determinadas características?”, 4) vidas interconectadas: pressuposto de interdependência nas redes de relações sociais e, por último, 5) princípio de livre arbítrio: os comportamentos individuais não são inteiramente determinados socialmente. Indivíduos também têm poder de decisão, ainda que enfrentem maiores ou menores obstáculos sociais (BLANCO, 2011). Infelizmente, fomos obrigados a simplificar boa parte dessas questões dado o limite das fontes de dados.

Após a pesquisa de várias propostas e desejando conciliar ambas as variáveis (de um lado, uso e ocupação do solo; de outro, população) no tempo de forma sintética, optamos por adotar a metodologia criada por Bussab e Wagner (1994). Os autores manejam o conceito do Ciclo de Vida, onde através de um índice matemático gerado a partir da idade dos membros do grupo familiar doméstico, calculam o estágio, fase ou etapa daquele domicílio. Adotamo-lo por compreendermos que a idade dos membros e a composição do grupo familiar doméstico podem influir nos padrões de consumo e no

acúmulo de bens, elementos que podem estar relacionados à modificação funcional do espaço urbano seja por novas demandas, como por novas ofertas de serviços. Nesse caso, os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 foram fundamentais devido ao seu nível de desagregação territorial: municípios e, quiçá, áreas de ponderação (com algumas ressalvas).

Por outro lado, objetivando mapear as mudanças no uso e ocupação do solo urbano e correlaciona-las às temporalidades das famílias, utilizamos os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) de 2010. Ademais, realizamos uma pesquisa de campo em 2018 que retratou novamente os usos e atividades de determinadas zonas de crescimento. Nela, também captamos alguns dos motivos da mobilidade residencial das famílias em Viçosa, bem como seus movimentos pendulares.

Os resultados apontam para um processo de dispersão espacial da população segundo etapas do ciclo vital familiar. Em suma, a partir dos dados, cremos que há uma correlação entre periferização geográfica e indivíduos em fases iniciais da formação de suas unidades familiares. Notamos também que há certa correspondência espacial, proporcional e positiva, entre a importância da centralidade e fases do ciclo vital familiar. Acreditamos que os resultados enriquecem a discussão sobre dinâmicas intraurbanas partindo de uma perspectiva temporal das mutações da população.

METODOLOGIA

Um primeiro desafio foi de sincronizar as unidades territoriais de análise. Como desejávamos investigar as consequências físico-espaciais da concentração de determinados coletivos segundo seus estágios do ciclo vital, era necessário subdividir o território em unidades menores do que o próprio município e que elas fossem compatíveis às fontes secundárias de dados. Havia alternativas como as áreas de ponderação¹ e os setores censitários². Não optamos por outros tipos de parcelamento territorial como loteamentos ou bairros, em geral definidos pelo poder público municipal, como já alertamos, dada a dificuldade em compatibilizá-los às fontes secundárias de dados que manejamos (Censos Demográficos 2000 e 2010). Pretendíamos utilizar as áreas de ponderação como a menor unidade de análise territorial, entretanto elas inexistem em Viçosa.

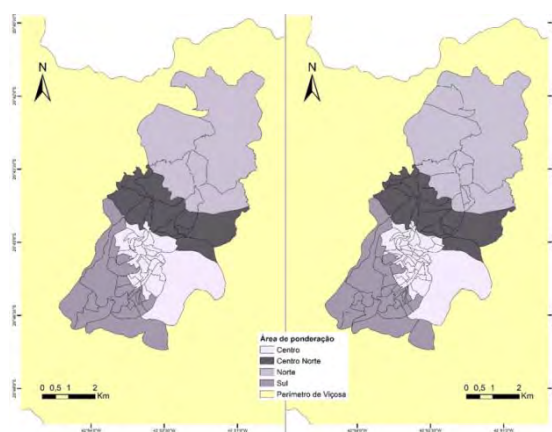
¹ Unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo • Os dados poderão ser recuperados até o nível de distrito, subdistrito ou área de ponderação desde que satisfeita a condição de possuírem na amostra pelo menos 400 domicílios particulares ocupados.

² Área percorrida por um único entrevistador e unidade territorial (cluster) usada para efeitos de amostragem. Sua delimitação é feita, em geral, com base na quantidade de domicílios (cerca de 300 no urbano e 150 no rural, com variações aceitáveis de +-50),

Outra saída seria utilizarmos os setores censitários, sobretudo, a partir dos dados do universo agregados por setor censitário divulgados pelo IBGE. No entanto, as tabelas de dados agregados por setor não dispõem de algumas informações que nos são elementares e fundamentais para o cálculo do ICV, por exemplo: idade do(a) filho(a) mais velho(a) ou idade do(a) filho(a) mais novo(a), ou ainda, a possibilidade de classificação dos arranjos domiciliares (unipessoal, casal sem filhos, casal com filhos, monoparental e famílias estendidas), pois os setores não trazem a informação sobre a relação com o responsável pelo domicílio.

Em linhas gerais, inicialmente rodamos os dados para todos os indivíduos e domicílios particulares permanentes viçosenses. Isto é, nessa etapa classificamos os arranjos domiciliares e calculamos o ICV indivíduo por indivíduo, domicílio por domicílio. Num segundo momento, a partir de uma regressão linear simples (univariada), obtivemos o ICV por setor censitário a partir das idades dos responsáveis por domicílios e das quantidades de responsáveis por domicílios por setor. Assim, sempre que possível utilizamos o setor censitário como menor unidade de interpretação do território, sobretudo, na espacialização do próprio ICV, do número de residentes, da renda média do responsável pelo domicílio e do número de estabelecimentos não residenciais. Por último, realizamos uma espécie de agrupamento de setores censitários de modo a nos aproximarmos da definição de áreas de ponderação do IBGE. Objetivávamos, assim, garantir maior confiabilidade e significância estatística aos dados. Denominamos o novo agrupamento de setores censitários de Agrupamento Setorial (AS). Como dissemos, tomamos por base algumas premissas do IBGE para suas Áreas de Ponderação (AP). Com efeito, as, aqui, denominadas áreas de Agrupamento Setorial não têm valor estatístico e não representam necessariamente amostras dos domicílios e da população nos moldes definidos pelo IBGE, são apenas uma aproximação em relação a estas. Por último, tratava-se de uma solução prática aos desafios da pesquisa de campo. Afinal, seria praticamente impossível geral uma matriz de mobilidade residencial segundo motivos – nos moldes de uma matriz migratória clássica – entre todos os setores censitários de Viçosa. Dessa forma, no total, criamos quatro AS, a saber: 1) AS CENTRO, 2) AS CENTRO-NORTE, 3) AS NORTE e 4) AS SUL. Os critérios utilizados para a definição dos limites de cada AS foram de base empírica segundo semelhança e proximidade geográfica dos setores censitários (FIGURA 2).

FIGURA 2 – Setores Censitários segundo Agrupamentos Setoriais, Viçosa, 2000, 2010



Fonte: IBGE. Bases digitais dos setores censitários 2000 e 2010. Sistemas de Coordenadas: Sirgas 2000 e 2010. Sistema de Projeção: UTM. Elaboração própria.

Limitamos nosso período de pesquisa à década 2000-2010 justamente devido a disponibilidade de bases digitais de setores censitários. Ainda assim, realizamos uma pesquisa de campo em 2018 para verificar a acurácia das fontes secundárias e, quando possível, atualizá-las segundo os objetivos de pesquisa. Estamos conscientes de que o intervalo talvez não seja suficiente para analisarmos o que pretendíamos: o surgimento de centralidades intraurbanas e suas relações com o estágio do ciclo vital familiar da população. Somos sensíveis também ao fato de que novas atividades, especialmente segundo seu porte, talvez tomassem mais tempo para se manifestarem do que a década 2000-2010 ou todo o intervalo 2000-2018.

Definidas as regiões de estudo, as fontes primárias e o intervalo, outro desafio foi a operacionalização do conceito de ciclo de vida. Optamos por aplicar a proposta de Bussab e Wagner (1994). Nela, são utilizadas as seguintes variáveis: a) idade média dos cônjuges; b) idade média dos filhos; c) diferença de idade entre o cônjuge mais novo e o filho mais velho. São incorporadas à equação 1, ainda, as médias da população de cada variável citada, fazendo com que o ICV familiar seja o resultado de comportamentos individuais e da influência do contexto social onde indivíduos e famílias estão inseridos.

$$ICV = LOG \left[\frac{IDMC}{MÉDIA (IDMC)} \times \frac{IDMF}{MÉDIA (IDMF)} \times \frac{DCNFV}{MÉDIA (DCNFV)} \right]$$

Onde:

ICV = indicador do ciclo de vida;

IDMC = idade média dos cônjuges;

IDMF = idade média dos filhos;

DCNFV = diferença entre a idade do cônjuge mais novo e a idade do filho mais velho;

MÉDIA (IDMC) = média das idades médias dos cônjuges de todas as famílias;

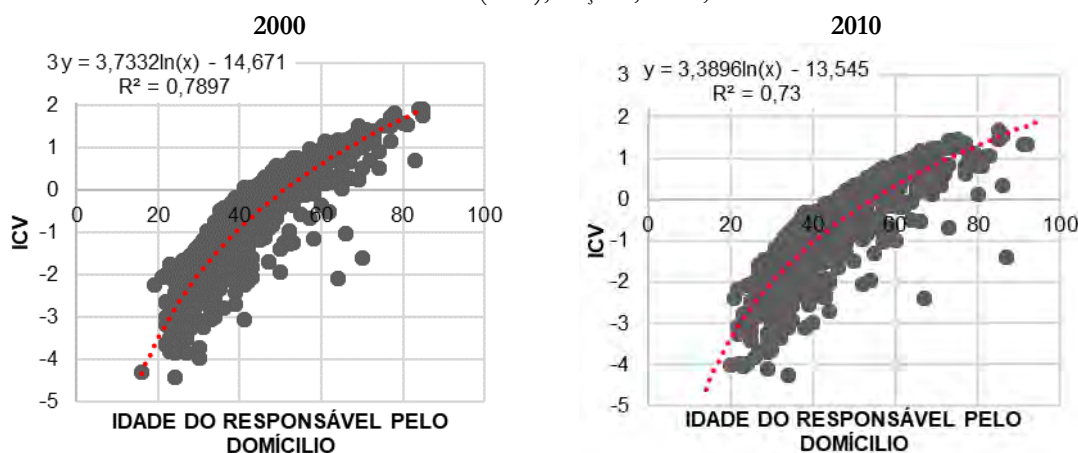
MÉDIA (IDMF) = média das idades médias dos filhos de todas as famílias;

MÉDIA (DCNFV) = média da diferença entre as idades do cônjuge mais novo e do filho mais velho, de todas as famílias.

A técnica de Bussab e Wagner (1994) é vantajosa em diversos sentidos. Primeiro, as variáveis são comuns, é dizer, de fácil obtenção. Segundo, o resultado é um valor discreto, facilitando análises estatísticas descritivas e de correlação entre o ICV e outros fatores, no nosso caso, em relação à idade do responsável do domicílio.

Antes de calculá-lo, porém, era necessário classificar a maneira como os grupos domésticos familiares se organizavam dentro da unidade de residência, no caso, do domicílio. Afinal, como podemos notar, os componentes da equação do ICV partem da premissa de que há, dentro de um determinado domicílio, ao menos: chefes, cônjuges e filhos(as). E, talvez, essa seja a maior desvantagem do procedimento. Ou seja, o ICV foi inicialmente calculado apenas para casais com filhos e posteriormente imputado aos demais arranjos domiciliares onde um desses indivíduos não os compunham. Em resumo, não negamos que há uma espécie de padronização dos ICV às demais famílias de acordo com o comportamento e as temporalidades dos casais com filhos. Como dito anteriormente, posteriormente calculamos o ICV para os demais arranjos a partir de uma regressão logarítmica a partir da idade do responsável do domicílio, a este o denominamos ICV padronizado (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Indicador de Ciclo de Vida (ICV), Viçosa, 2000, 2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000 e 2010). Microdados da amostra. Arquivo pessoas. Elaboração própria.

No entanto, antes de calculá-lo era necessário classificar os arranjos domiciliares. Criamos, para tanto, cinco categorias: 1) unipessoal, 2) casal sem filhos, 3) casal com filhos, 4) monoparental e 5) família estendida. Realizamos a tarefa processando algumas sintaxes no programa Statistical Package for Social Science (SPSS). Catalogar os arranjos domiciliares facilitou, inclusive, a seleção e, logo, a aplicação da fórmula do ICV.

Uma vez categorizados os arranjos e calculado individualmente o ICV padronizado, foi necessário definir os limiares das fases do ciclo vital familiar. Definimos

três clusters, sendo cada um deles representativo de um estágio da formação do grupo (TABELA 1). Para assegurar a comparabilidade, utilizamos os resultados dos conglomerados do ICV em 2000 como limiares categóricos, aplicando-os ao ICV de 2010.

TABELA 1 – Classificação das Etapas do Índice de Ciclo de Vida, Viçosa, 2000, 2010

CLASSIFICAÇÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
FORMAÇÃO	-4,32	-2,10	-3,21	-0,43
CONSOLIDAÇÃO	-2,00	-0,30	-1,15	-0,46
DECONSTRUÇÃO/REAGRUPAMENTO	-0,29	2,48	1,10	-0,57

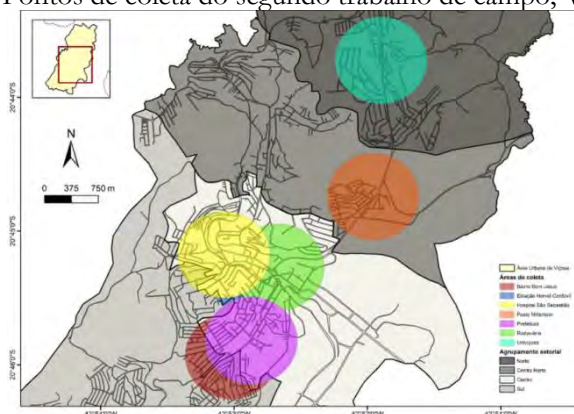
Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000 e 2010). Microdados da amostra. Arquivo pessoas. Elaboração própria.

Por fim, como já dissemos, computamos o ICV padronizado aos setores censitários – e, logo, aos Agrupamentos Setoriais - a partir das quantidades e idades dos responsáveis pelos domicílios de cada setor.

Todos esses expedientes completam uma primeira seção da técnica responsável em descrever as fases do ciclo de vida dos arranjos domiciliares e espacializá-las no território. Nos próximos parágrafos, esclarecemos os procedimentos para mapear os usos do solo urbano.

Para retratá-los, realizamos uma breve pesquisa de campo (FIGURA 3). Aliás, algumas informações só poderiam ser coletadas por meio dela, afinal se tratam de processos muito particulares e dinâmicos, que escapam à periodicidade das fontes de dados secundárias investigadas.

FIGURA 3 – Pontos de coleta do segundo trabalho de campo, Viçosa, 2018.



Fonte: Trabalho de campo (aprovado pelo Comitê de Ética da UFV). Malha digital: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Bases digitais dos setores censitários 2010. Sistemas de Coordenadas: Sirgas 2010. Sistema de Projeção: UTM. Elaboração própria.

Aplicamos o questionário aos proprietários de estabelecimentos na cidade. Entrevistamos ao todo 54 proprietários-“estabelecimentos” localizados num raio de 600 metros de pontos que são comumente considerados pelos cidadãos como centralidades dos

Agrupamentos Setoriais como havíamos definido. Na falta de uma série temporal detalhada e bem alimentada, na pesquisa abordávamos quesitos retrospectivos, como o ano de inauguração do estabelecimento. Além disso, retratamos a natureza do estabelecimento, o local de residência do proprietário e as razões para inaugurá-lo naquele lugar. Outra fonte de dados que utilizamos para comparar as transformações do uso e ocupação do solo urbano foi o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), mas o único levantamento disponível para Viçosa era de 2010. Embora precisos e desagregados por rua, supúnhamos que os dados estariam defasados, justificando assim a necessidade de realizarmos o campo.

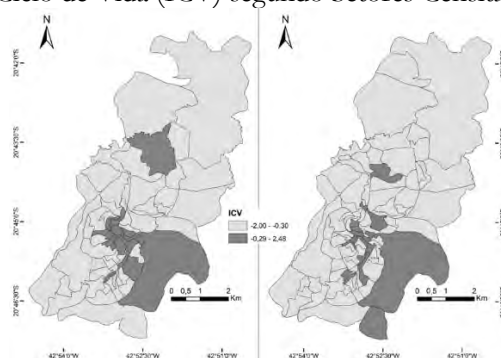
Por último, parte da pesquisa era aplicada à população e não a caracterização dos estabelecimentos. Optamos por uma amostra da população adulta (indivíduos com idade superior a 18 anos). Esperávamos com isso eliminar a influência dos dependentes em relação a perguntas sobre migração, por exemplo. Não utilizamos uma amostra ideal estatisticamente, uma vez que seu tamanho foi definido empiricamente dentro dos limites e possibilidades da pesquisa, chegando ao número de 207 pessoas entrevistadas. Ainda assim o consideramos relevante para os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Possíveis diálogos entre tempos sociais e expansão urbana

Parcela considerável dos setores censitários de Viçosa são caracterizados pela maior predominância de domicílios em estado de consolidação das famílias (FIGURA 4).

FIGURA 4 – Indicador de Ciclo de Vida (ICV) segundo Setores Censitários, Viçosa, 2000, 2010



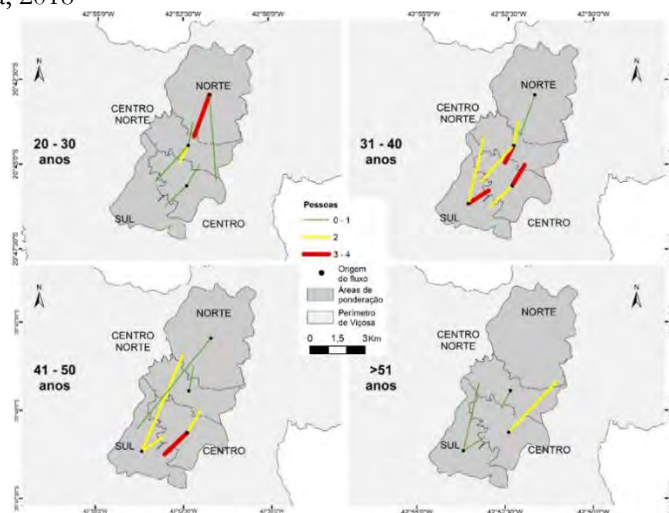
Fonte: IBGE. Bases digitais dos setores censitários 2000 e 2010. Sistemas de Coordenadas: Sirgas 2000 e 2010. Sistema de Projeção: UTM. Elaboração própria.

Em realidade, acreditamos que o mapeamento do ICV segundo setores é resultado da queda da fecundidade, efeitos de composição, influência de coortes, envelhecimento populacional e evolução da mancha urbana. É verdade, no entanto, que não conseguimos, no presente estudo, averiguar os pesos de cada uma dessas causas

separadamente. Ainda assim, não nos parece casual que os valores mais elevados de ICV, que indicam estágios mais avançados do ciclo vital familiar, coincidam com regiões onde há maior concentração de residentes idosos, ou ainda, coincida com as primeiras áreas urbanas do município.

A maneira como analisamos os dados até o momento considera que as áreas são estanques. É dizer, que não há mobilidade residencial entre as zonas, logo, que os resultados do ICV são o produto do crescimento populacional dentro de cada uma delas, o que é irreal dadas as pressões por crescimento físico da mancha urbana. Como já afirmamos, supomos que há considerável correspondência entre as “idades” dos loteamentos e as idades dos indivíduos e famílias. Uma forma, então, de compreendermos a espacialização do ICV é através dos deslocamentos ocasionais segundo motivos familiares, que podem indiciar processos de mobilidade residencial da população viçosense (FIGURA 5). Presumimos que os deslocamentos por motivos familiares insinuam o processo fragmentação dos grupos domésticos ou das famílias domiciliares e, logo, das unidades residenciais, indicando os novos locais de residência das famílias recém constituídas e suas regiões de origem (ou os domicílios com quem mantêm algum grau de parentesco e/ou consanguinidade).

FIGURA 5 – Deslocamentos semanais segundo causas (motivos familiares) e idade do entrevistado, Viçosa, 2018



Fonte: Trabalho de campo (aprovado pelo Comitê de Ética da UFV). Malha digital: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Bases digitais dos setores censitários 2000 e 2010. Sistemas de Coordenadas: Sirgas 2000 e 2010. Sistema de Projeção: UTM. Elaboração própria.

Antes de mais nada, alguns esclarecimentos sobre como interpretar os gráficos. As espessuras e cores das linhas indicam a quantidade média dos deslocamentos realizados por todos os entrevistados durante a semana segundo determinada causa. Outro ponto, os segmentos de reta se originam nos centroides dos Agrupamentos Setoriais (AS) e se

destinam a outros AS; apontam, então, a direção dos deslocamentos “de”→”para” ou, em outros termos, a origem→o destino.

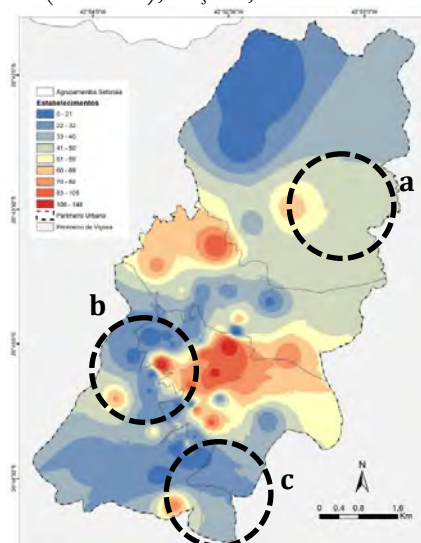
Nas últimas décadas, observamos que o padrão da mobilidade residencial (mudança de residência, porém dentro do mesmo município) é a saída do centro em virtude de fatores impeditivos (CUNHA, 2005). Esses obstáculos são sentidos, sobretudo, pela população mais jovem, pois o acúmulo de recursos é efeito também do maior período em armazená-los (RODRÍGUEZ-POSE; STORPER, 2020). Percebemos, através dos gráficos, quais AS mantêm maior relação entre si. Notamos, portanto, que os deslocamentos por motivos familiares (visitas eventuais ou cuidados, por exemplo) são relativamente circunscritos espacialmente. Em outras palavras, parte considerável dos respondentes do AS NORTE se desloca não para o AS CENTRO, senão para o AS CENTRO-NORTE limítrofe e vizinho. Pensamos que a mobilidade residencial é, portanto, espacialmente limitada e concêntrica, sugerindo um desbordamento da população em direção às novas fronteiras de expansão urbana e, logo, a contínuos novos anéis periféricos, consolidando antigas periferias ao seu passo, mas guardando certo localismo. É dizer, as novas unidades familiares não se mudam para qualquer periferia, senão para a relativamente próxima.

Não podemos nos esquecer que os gráficos são apresentados segundo grandes grupos etários. Assim, a população do AS CENTRO, mais envelhecida, pouco se move em direção aos demais AS. O surgimento de novos condomínios no AS NORTE pode explicar o fluxo entre ambas as regiões. Entretanto, à medida que as idades dos entrevistados diminuem, notamos que os deslocamentos predominam entre AS vizinhos. Esse processo de espraiamento contíguo dos residentes pode indicar que indivíduos ao deixarem a casa paterna-materna constituem novos domicílios em regiões relativamente próximas ao domicílio de origem. Insufla a ruptura das unidades familiares e unidades residenciais segundo critérios de proximidade espacial, provocando expansão urbana ou espraiamento urbano segundo os tempos individuais e sociais da população. Resta à população mais jovem e provavelmente em estágios mais iniciais do ciclo vital familiar a periferia contígua, como nos aponta os dados para o grupo etário 20-30 anos (SALVATI; CARLUCCI, 2016). Infelizmente não caracterizamos a população entrevistada segundo sua renda. Nesse sentido, nos parece temerário afirmar, a partir dos dados que dispomos atualmente, que a periferização geográfica dos jovens e das famílias em formação coincida com a periferização social das famílias mais carentes e em fases iniciais do ciclo vital.

Prováveis consequências físico-funcionais na cidade

Do mesmo modo que os dados sugerem que a localização das famílias se dá conforme raios concêntricos onde a distância física em relação ao centro é inversamente proporcional aos estágios do ciclo vital, notamos o surgimento – embora incipiente – de novas atividades urbanas em regiões da cidade onde, até então, elas não se faziam presentes (FIGURA 6).

FIGURA 6 – Concentração espacial de estabelecimentos comerciais segundo o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), Viçosa, 2010



Fonte: IBGE. Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), 2010. Malha digital: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Bases digitais dos setores censitários 2000 e 2010. Sistemas de Coordenadas: Sirgas 2000 e 2010. Sistema de Projeção: UTM. Elaboração própria.

Estamos cientes que a aparição ou a chegada de novas funções urbanas para além da residencial não é o resultado exclusivo da presença de população, tampouco da concentração de famílias segundo suas fases do ciclo vital.

Feito o alerta sobre a dificuldade de isolarmos o fator que provocou a refuncionalização do espaço para além dos usos residenciais, parece-nos que há certa correspondência espacial entre a concentração de outras atividades urbanas – tomadas aqui como indícios do surgimento de novas centralidades intraurbanas – e setores censitários caracterizados pela aglomeração de famílias em estágios mais avançados do ciclo vital (comparação entre FIGURA 4 e FIGURA 6).

Entretanto, há tendências de uso e ocupação de solo – embrionárias, é verdade – que não se encaixam perfeitamente à conjectura de associação entre sobreposição de atividades urbanas não residenciais e fases mais avançadas do ciclo vital familiar. Gostaríamos de destacar três regiões: a) o núcleo da AS NORTE, b) a região leste da AS SUL e c) o extremo sul da AS SUL (áreas destacadas na FIGURA 6). Esses três pontos de

concentração de atividades não residenciais são igualmente regiões onde as famílias se encontram em momentos iniciais do ciclo vital. Desse modo, é necessário que sejamos mais precisos quanto nossa afirmação anterior sobre a associação entre as prováveis centralidades intraurbanas e fases do ciclo vital. Reformulando-a: parece-nos que há gradientes de centralidades e que eles dialogam com as concentrações das famílias segundo as classes/fases do ciclo vital, sendo que há provavelmente uma correspondência positiva e razoavelmente proporcional entre ambos os fatores. Em outras palavras, o “tamanho” da centralidade (número e natureza dos estabelecimentos) dialoga com as fases do ciclo vital familiar. Centralidades menores (ou periféricas) coincidem com fases iniciais do ciclo vital familiar, enquanto centralidades maiores (de maior importância), com momentos avançados do ciclo vital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que uma das qualidades do presente estudo é o esforço em utilizarmos métodos mistos de análise, sobretudo, territorial, para investigar as relações entre os fenômenos. No entanto, somos conscientes das simplificações envolvidas nas técnicas. Supúnhamos que o surgimento de centralidades intraurbanas – especialmente as incipientes e periféricas – deriva de temporalidades sociais e físico-espaciais do ambiente. Não queremos com isso afirmar que os fenômenos se articulam de modo unidirecional ou causal.

Ao interpretamos a disposição territorial do ICV segundo a movimentação ocasional dos residentes em função de razões familiares, os dados parecem indicar um processo de redistribuição e concentração espacial da população através do seu desbordamento em direção às novas fronteiras de expansão urbana e, logo, a contínuos novos anéis periféricos, consolidando antigas periferias ao seu passo. Famílias em formação e consolidação movem-se ou provocam a expansão urbana de novas áreas ao se concentram nelas ou, desde outro prisma, ao demandarem-nas. A fratura dos grupos familiares domiciliares em diferentes unidades de residência parece ser um dos motores do espraiamento da mancha urbana, da maior interação entre regiões vizinhas e, logo, de certo localismo das relações sociais. Nesse sentido, com nuances, é claro, ousamos afirmar que a distância física em relação ao centro é inversamente proporcional à evolução dos estágios do ciclo vital.

Ademais, ventilamos que os gradientes de centralidades dialogam com as particularidades das concentrações das famílias segundo as classes/fases do ciclo vital,

sendo que há provavelmente uma correspondência positiva e razoavelmente proporcional entre as singularidades de ambos os fatores. Nesse contexto, o ciclo vital é um fator explicativo adicional às alterações funcionais do solo urbano segundo atividades não residenciais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, n. 0554).

BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016a.

BAENINGER, R. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016b

BATELLA, W. Cidades médias: da multiplicidade de definições à busca de seus limiares. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, MG, v. 20, n. 70, p. 196-215, 2019.

BLANCO, M. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 5-31, 2011.

BUSSAB, W. O.; WAGNER, E. S. Indicador de ciclo de vida familiar: uma construção alternativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, p. 92-97, 1994.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo, SP: s. n. 2007.

CATALAN, M. J. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescales e cidades médias**. São Paulo, SP: UNESP, 2013.

CUNHA, J. M. P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 3-20, 2005.

GURRUTXAGA, M. Incorporating the life-course approach into shrinking cities assessment: the uneven geographies of urban population decline. **European Planning Studies**, Inglaterra, v. 28, n. 4, p. 732-748, 2020.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. D. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; STORPER, M. Housing, urban growth and inequalities: the limits to deregulation and upzoning in reducing economic and spatial inequality. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 57, n. 2, p. 223-248, 2020.

SALVATI, L.; CARLUCCI, M. In-between stability and subtle changes: urban growth, population structure, and the city life cycle in Rome. **Population, Space and Place**, Inglaterra, v. 22, n. 3, p. 216-227, 2016.

SIMÕES, R.; AMARAL, P. V. M. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. **Economia**, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 553-579, 2011.

SPÓSITO, M. E. B.; SPÓSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

FRAGILIDADE OCUPACIONAL E DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

*Paula Guedes Martins Ferreira**

RESUMO

Este trabalho busca discutir as relações entre a precarização do trabalho, a partir da definição de fragilidade ocupacional, e do território, apresentando as discussões teóricas sobre o tema e realizando análises descritivas de forma a avaliar as desigualdades no acesso aos empregos de mais qualidade. Foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 e a PNAD Contínua de 2018 para a região metropolitana do Rio de Janeiro, buscando avaliar essas relações em conjunturas diferentes mas recentes, em que a conformação do espaço social da cidade não sofreu grandes alterações. Entre os principais resultados estão a percepção da situação da fragilidade ocupacional como uma questão relevante, representando entre um terço e metade da população ocupada da região no período e que existe uma reprodução das desigualdades presentes na sociedade brasileira, com taxas de fragilidade ocupacional e concentrações superiores entre as mulheres, a população negra e os menos escolarizados. Além disso, se verificou piores condições de trabalho e pior remuneração, o que aponta para a dificuldade da superação dessas situações, em um ciclo de manutenção dessas desigualdades. Já no que diz respeito a relação das conexões entre as questões do mundo de trabalho e as questões urbanas, se vê que existe a repetição do padrão núcleo-periferia, com os trabalhadores em situação de fragilidade ocupacional concentrados nas regiões mais distantes do núcleo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Fragilidade ocupacional; Precarização do trabalho; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem sofrendo grandes transformações e diversos estudos têm buscado compreender essas transformações a partir de uma perspectiva que reflita sobre as mudanças no capitalismo e as novas formas de exploração do trabalho diante de uma reestruturação produtiva que busca criar novos regimes de acumulação. Assim, tem surgido o debate a respeito do aumento da precariedade em diversos setores de leva a piora nas condições de vida dos trabalhadores na medida que exige o consumo destes serviços no mercado privado.

O retorno às situações de precariedade no trabalho se relaciona com os avanços do pensamento neoliberal na medida em que este implica desregulação, privatização e remoção de proteções sociais na perspectiva de intensificação da exploração da força de trabalho de forma a permitir a acumulação nessa nova fase flexível. Além disso, a própria redução do investimento produtivo, devido ao processo de financeirização, somada à crise de 2008, ainda não totalmente solucionada, amplia esse processo de precarização quando se

* Mestre em Planejamento Urbano e Regional em 2020 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Rio de Janeiro. E-mail: paulaguedes@poli.ufrj.br

aumenta o contingente de desempregados e a redução do mercado de trabalho formal (ALVES, 2009; HIRATA, 2011).

O processo de precarização do trabalho, porém, não é algo completamente definido na medida que diz respeito a inúmeros elementos, desde às diversas dimensões de insegurança relacionadas a perda da cidadania industrial (ILO, 2004; STANDING, 2013) até a criação de novas legislações de trabalho que permitem contratos flexíveis e o aumento do trabalho informal, como empregado ou trabalhador por conta própria (ANTUNES, 2011). Mesmo o trabalho formal, quando marcado pela rotatividade ou baixa qualificação também faz parte desse cenário de precariedade (KALLEBERG, 2009).

Esses processos tem levado a um aumento das desigualdades na medida que aumenta-se a divisão entre dois pólos, um cada vez mais reduzido de trabalho estável e altamente qualificado e outro, que se amplia, de trabalhadores instáveis e em situação de precarização ou desempregados, que não são incorporados nem nesse mercado precário de trabalho (ANTUNES, 2011).

Este estudo busca relacionar as desigualdades do mundo do trabalho e o espaço urbano, tanto no que diz respeito à desigual distribuição dos trabalhadores no espaço da cidade como também as formas através das quais a precarização e a desigualdade nas relações de trabalho interferem no acesso à moradia, a serviços públicos e transporte. As relações de trabalho, que apontam para a perda ou inexistência de garantias trabalhistas.

Essas garantias trabalhistas foram um marco da chamada sociedade salarial, descrita por Castel (1998) em que a combinação entre crescimento econômico e estado de bem estar-social promoveu uma série de direitos sociais e formas de cidadania ligadas ao trabalho industrial. No Brasil, de forma diferente dos países centrais, a sociedade salarial nunca se conformou de forma completa, e apesar das garantias da Constituição Federal de 1988 e da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, o acesso aos direitos sociais e trabalhistas foi muito mais restrito a determinadas parcelas dos trabalhadores.

A partir da década de 1970, com o fim da sociedade salarial nos países centrais e o processo de reestruturação produtiva, voltam a surgir nestes países formas precárias de emprego, em um processo de busca por flexibilização, que atinge fortemente o mundo do trabalho. No Brasil, onde a informalidade e a precariedade sempre foram marcas da organização do trabalho, esse fenômeno também tem seus impactos, com a redução de postos nos setores públicos e aumento dos postos informais, principalmente na década de 1990 (POCHMANN, 2012).

Entre 2003 e 2014, com o crescimento econômico e a adoção de medidas anticíclicas pelo governo federal, se registra um aumento da formalização, ainda que ela se dê a baixos salários. As taxas de informalidades decrescentes no período se invertem a partir da crise econômica iniciada em 2014 e da implantação de um modelo neoliberal no governo federal na gestão de Michel Temer, em 2016.

O aumento do desemprego fortalece as formas precárias e informais de trabalho e com a aprovação da reforma trabalhista, em 2017, são retiradas garantias do trabalho formal incentivando novas formas de precarização como a jornada intermitente e o incentivo às práticas individuais de negociação.

Nesse sentido, a chegada do projeto ultraneoliberal do governo Bolsonaro e Paulo Guedes ao poder representa um aprofundamento das desregulações no mercado de trabalho e uma redução dos direitos e garantias dos trabalhadores. Embora não tenham sido aprovadas ainda, o governo federal anuncia cotidianamente a necessidade de uma nova reforma trabalhista, com a proposta da carteira verde e amarela, um aprofundamento da reforma da previdência e uma reforma administrativa, visando a redução dos direitos do funcionalismo público. A redução e o subfinanciamento dos serviços públicos também entre o mundo do trabalho e as questões urbanas se dão desde o processo de conformação das cidades e ficam claramente marcadas no rápido e intenso processo de urbanização brasileiro. Entre os diversos elementos sociológicos e econômicos que caracterizam a urbanização, Francisco de Oliveira (1982) destaca sua relação intrínseca com o processo de industrialização, que torna a cidade o centro produtivo do país, e não mais apenas o ponto de saída internacional da produção agrícola.

A transferência desse centro produtivo combinado com a posse restrita da terra no meio rural, intensifica o processo de migração para as cidades na medida em que reduz a demanda por trabalho no campo. Dessa forma, a população das cidades torna-se composta não só por aqueles que são absorvidos pelo processo de industrialização mas também por uma grande massa que encontra espaço no trabalho informal, na provisão de serviços e na circulação de mercadorias, que embora essenciais na cidades em expansão a periferia se dá quando se percebe que no núcleo se concentra a maior parte da infraestrutura urbana, dos postos de trabalho, das oportunidades educacionais e essas áreas são ocupadas pela população mais rica e pelas ocupações de maior prestígio social e a partir deste núcleo se formam periferias próximas e distantes em que a distância física em relação ao núcleo se traduz também em distância social. A essa dualidade se combina a dualidade favela-bairro, em que regiões ocupadas informalmente no núcleo urbano guardam gigantescas diferenças

sociais das regiões ocupadas de maneira formal, apesar da proximidade territorial (RIBEIRO; LAGO, 2001).

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) também apresenta tais dualidades verificadas na composição de um núcleo urbano na parte sul da região metropolitana, com os bairros da região Sul e Oeste-Sul da capo, não são ofertados nem pelo poder público, nem pelo mercado formal.

Esses setores informais da economia cumprem papéis importantes na ordem social e na acumulação capitalista do período. Por um lado, eles servem para alocar a força de trabalho que não é absorvida pelo trabalho formal nas indústrias modernas e por outro, garantem a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, na medida que várias mercadorias e serviços essenciais para os trabalhadores são fornecidos através dos setores informais, e portanto, a custos inferiores (OLIVEIRA, 2015).

Um dos setores em que essa importância da informalidade se torna evidente é na habitação. Ermínia Maricato (1979) discute como em várias grandes cidades brasileiras, a habitação popular não é acessível nem através do estado e nem pelo mercado formal, tornando-se um vasto setor informal, com construções em loteamentos irregulares e através do processo de autoconstrução.

O processo de ocupação de loteamentos irregulares pelos setores populares é extremamente significativo na conformação das cidades brasileiras. Esses loteamentos irregulares muitas vezes se encontram nas periferias dos núcleos urbanos ou em regiões inadequadas destes núcleos como encostas, declives ou beiras de rios. Esse processo cria as dualidades núcleo-periferia e bairro-favela, que até hoje marcam as grandes cidades brasileiras.

A dualidade núcleo-ital é da cidade de Niterói, em que se concentram as classes mais altas da região metropolitana e onde se concentra a maior parte da infraestrutura urbana. Progressivamente mais distantes deste núcleo, se situam as classes médias e populares, ocupando em função de sua renda as periferias mais próximas ao núcleo urbano, dentro da cidade do Rio de Janeiro ou as mais distantes, no restante dos municípios da RMRJ.

A partir dessa breve discussão a respeito das questões relacionadas ao mundo do trabalho e a questões urbanas no Brasil e suas interseções, este estudo busca aprofundar a discussão sobre precarização do trabalho e sua relação com o espaço urbano. Isso será feito com a operacionalização desse processo em torno da definição de fragilidade ocupacional e de forma a estabelecer uma análise descritiva e comparativa dos trabalhadores nessas

condições, no que diz respeito a seu perfil, condições de trabalho e localização no espaço urbano da RMRJ.

A importância dessa discussão se demonstra pela relevância em que se apresenta o debate atual a respeito do mundo do trabalho e por esse fenômeno de precarização tender a se acentuar em cenários de crise como o atual e especialmente quando este cenário se combina com a adoção de políticas de neoliberalização econômica, como as implementadas pelo governo Bolsonaro.

MÉTODOS

Devido a complexidade do fenômeno da precarização do trabalho, sua operacionalização não é fácil e não ocorre de forma direta. Contudo, para possibilitar uma análise empírica, é fundamental que haja um conceito definido sobre o tema que permita trabalhar com as bases de dados existentes. Nesse sentido, esse trabalho faz uso do conceito de fragilidade ocupacional, utilizado no trabalho de Luiz César Ribeiro, Juciano Rodrigues e Filipe Correa (2016).

Esse conceito caracteriza como em situação de fragilidade ocupacional os trabalhadores inseridos em três situações ocupacionais: trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores domésticos (com ou sem carteira) e trabalhadores por conta própria sem contribuição à previdência.

Os trabalhadores sem carteira assinada são aqueles ligados ao trabalho informal e, nesse aspecto, se somam aos trabalhadores por conta própria. Contudo, entre os trabalhadores por conta própria existem aqueles profissionais que têm altos rendimentos, outras formas de garantias e altos status social e que portanto não se encontram em situação de fragilidade. Dessa forma, foram caracterizados como em situação de fragilidade apenas os trabalhadores por conta própria sem contribuição à previdência como forma de distinguir esses dois grupos.

Além desses, se somam ao conjunto também os trabalhadores domésticos, que mesmo quando em contratos formais, ainda são expostos a altos níveis de precariedade, rotatividade, assédio e acidentes de trabalho, que caracterizam esse conjunto de ocupações como em situação de fragilidade.

A partir dessa definição de fragilidade ocupacional, foram feitas análises a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, 2010 e da PNAD Contínua de 2018 a respeito das desigualdades dos grupos inseridos em situação de fragilidade ocupacional e fora dela. Essa análise foi feita a partir do questionário a respeito da posição na ocupação,

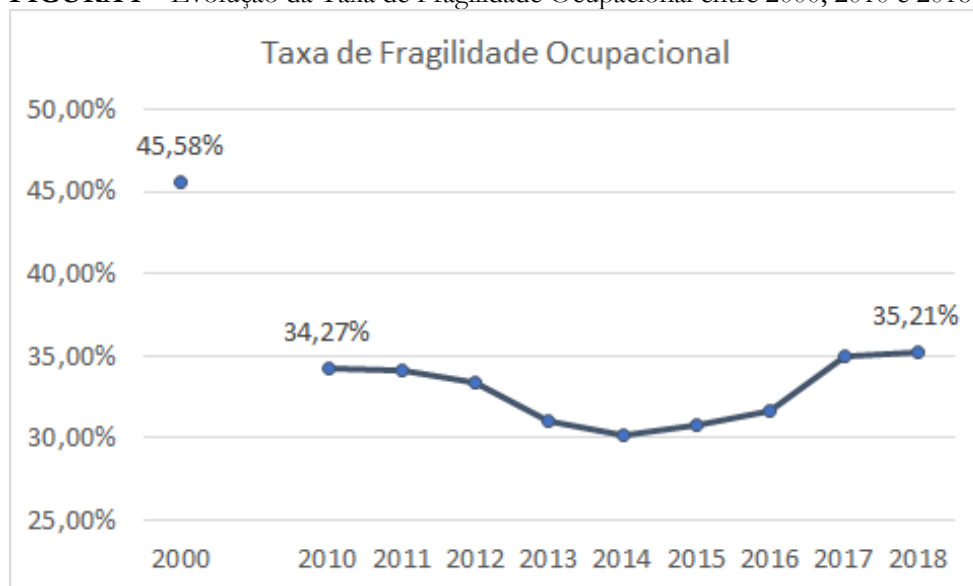
disponibilizado nos microdados das pesquisas utilizadas, e a partir dessa divisão dicotômica entre fragilidade ocupacional e não fragilidade ocupacional, analisados diversos fatores como sexo, cor ou raça, idade, escolaridade, renda do trabalho, horas trabalhadas e local de moradia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das primeiras considerações possíveis a partir dessa análise é a respeito da taxa de fragilidade ocupacional e sua variação no período. A taxa de fragilidade ocupacional é o percentual de trabalhadores em fragilidade entre os trabalhadores ocupados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A evolução dessa taxa é exposta na figura i. Na figura temos que nos anos de análise a taxa é sempre superior a 30%, chegando a quase 46% da população ocupada em 2000, demonstrando que se trata de fato de um conjunto relevante da população ocupada.

Também é possível perceber que essa evolução se relaciona com a conjuntura econômica no período: em 2000, o país passa por grande retração no mercado de trabalho, com altos níveis de desemprego que vão melhorando entre 2003 e 2014 e aí, devido a crise econômica que chega ao país, voltam a crescer, embora não alcancem ainda as taxas do ano de 2000.

FIGURA 1 – Evolução da Taxa de Fragilidade Ocupacional entre 2000, 2010 e 2018



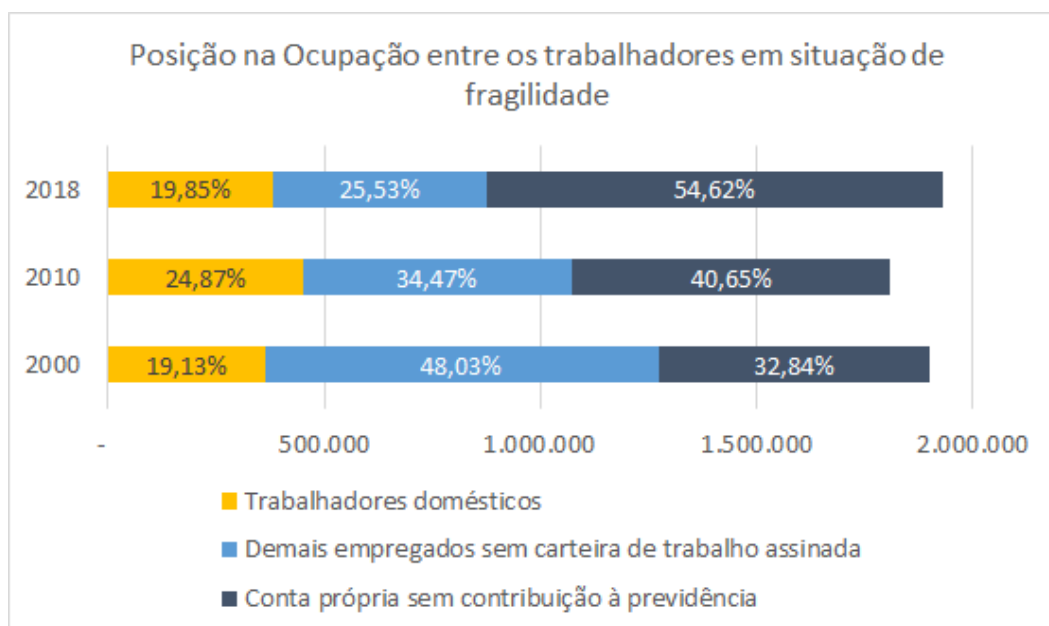
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e das PNADs Contínuas de 2011 a 2018.

Essa evolução não é relevante apenas na consideração da taxa de fragilidade ocupacional, mas também na composição do grupo em situação de fragilidade. Na figura ii,

está exposta a evolução da participação dos três grupos que compõem o conjunto de fragilidade ocupacional em cada um dos anos de análise. A partir dessa evolução é possível perceber um aumento absoluto e relativo, através dos anos, dos trabalhadores por conta própria sem contribuição à previdência assim como a redução dos empregados sem carteira de trabalho, provavelmente relacionado ao fenômeno recente do aumento no número de pessoas que, na inexistência de postos de trabalho formais ou informais, trabalha por conta própria em serviços de baixa complexidade, como a venda de artigos de alimentação, serviços de entregas, motoristas, entre outros.

Já em relação aos trabalhadores domésticos, é importante notar que este grupo se manteve relativamente estável nos três períodos de análise, com um pequeno aumento em 2010, justamente quando a conjuntura econômica é mais favorável. Embora seja necessário um aprofundamento maior, é possível que isso se relaciona ao fato de o empregador nesse caso se tratar de uma pessoa física, que possivelmente não pode se valer desse serviço em momentos de maiores dificuldades econômicas.

FIGURA 2 – Evolução da composição do grupo de trabalhadores em situação de fragilidade ocupacional



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e da PNAD Contínua de 2018.

Em relação ao perfil dos trabalhadores em situação de fragilidade ocupacional, várias análises podem ser feitas de forma a comparar a evolução entre os três períodos de análise assim como as diferenças demográficas entre o conjunto dos trabalhadores em fragilidade e o conjunto fora dessa condição. Analisando esse conjunto em relação a sexo,

cor ou raça, idade e escolaridade, se percebe a demonstração de desigualdades já expostas na literatura a respeito da precarização do trabalho: as taxas de fragilidade sendo superiores para as mulheres, pessoas negras e pessoas com menores níveis de escolaridade.

Em relação às diferenças entre os sexos vemos que a taxa de fragilidade ocupacional é 12 pontos percentuais maior para as mulheres do que para os homens em 2000 e 2010 e 6 pontos percentuais maior para as mulheres em 2018. Esse processo segue o padrão proposto na literatura em que as mulheres são maioria nos postos de trabalho mais precários e instáveis e se relaciona também ao fato das mulheres muitas vezes estarem em posições de menor responsabilidade, aumentando o risco de serem dispensadas com mais facilidade de empregos formais em momentos de retração econômica (HIRATA, 2011; KALLEBERG, 2009; STANDING, 2013).

Essa desigualdade de gênero em relação à qualidade do emprego se torna ainda mais crítica quando se considera que as mulheres no Brasil têm escolaridade média superior à dos homens (FCC, 2020) e o nível de escolaridade é um dos fatores diretamente relacionado à precarização do trabalho. É importante, contudo, destacar que essa desigualdade tem apresentado sinais de redução, com as taxas de fragilidade ocupacional se tornando mais próximas entre homens e mulheres em 2018 do que em relação aos anos anteriores.

O cenário em relação a desigualdade racial é semelhante na medida em que as taxas de fragilidade ocupacional são entre 9 e 11 pontos percentuais superiores para a população negra¹ em relação à população branca e no ano de 2018, temos que mais de 61% dos trabalhadores em situação de fragilidade são negros. Esse padrão também se relaciona com os estudos que apontam para as piores condições a que a população negra é submetida no mercado de trabalho, alocada em ocupações de pior qualidade e mais suscetíveis a processos de precarização. Além disso, é importante destacar que diferentemente do percebido em relação a desigualdade de gênero, as diferenças entre as taxas de fragilidade ocupacional entre negros e brancos não tem se reduzido através dos anos, apesar do aumento da população negra na população ocupada.

Em relação ao perfil etário, se verifica uma taxa de fragilidade ocupacional bastante superior à média entre as faixas extremas da distribuição etária: de cerca de 70% entre os trabalhadores abaixo de 18 anos, e de cerca de 50% entre os trabalhadores acima dos 60 anos. Esse fenômeno provavelmente se relaciona com a relativa valorização dos trabalhadores em idade intermediária e a dificuldade de acesso ao trabalho de maior

¹ A população negra consiste na população autodeclarada como preta ou parda.

qualidade para os jovens e para aqueles mais velhos que buscam retornar ao mercado de trabalho.

Essa tendência diverge de certa forma do padrão exposto na literatura em que a precarização se concentra entre os mais jovens, o que provavelmente se dá devido ao fato de, no Brasil, o fenômeno da precarização do trabalho não ser um fenômeno recente e nem relacionado a perdas recentes de garantias trabalhistas, e portanto restrito aos trabalhadores recém ingressos no mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante é o fato de que, embora a taxa de fragilidade ocupacional média entre a população ocupada tenha se mantido similar entre 2010 e 2018, ela teve uma elevação maior justamente entre as faixas extremas da distribuição etária. Isso indica que a desigualdade entre as diferentes faixas etárias se elevou no período, embora a média tenha se mantido estável.

Já em relação à escolaridade, se percebe uma relação bastante direta entre o aumento da escolaridade e a redução das taxas de fragilidade ocupacional: em geral, o aumento em um nível de instrução apresenta entre 8 e 16 pontos percentuais na redução desta taxa. O único ponto em que essa tendência não é registrada é em 2000, em que os trabalhadores com nível superior completo registraram taxas de fragilidade ocupacional muito próximas aos trabalhadores com nível médio completo. Isso provavelmente se dá devido às altíssimas taxas de desemprego e de fragilidade ocupacional no período, cerca de 46%, que fazia com que diversos profissionais com ensino superior tivessem que se alocar em empregos mais frágeis.

Outro ponto importante é o aumento constante, entre os períodos avaliados, da diferença entre as taxas de fragilidade ocupacional entre os níveis de escolaridade. Esse dado indica que ao longo do tempo, a escolaridade foi se tornando um fator cada vez mais relevante na superação das ocupações frágeis e que a desigualdade entre os trabalhadores com diferentes níveis de escolarização tem se elevado.

Um último aspecto a ser destacado na relação entre escolaridade e fragilidade ocupacional diz respeito ao aumento do percentual de trabalhadores em situação de fragilidade que têm nível de escolaridade superior ao médio. Embora a taxa de fragilidade ocupacional entre esses trabalhadores seja inferior aos que têm menor escolaridade, a sua parcela na composição dos trabalhadores em situação de fragilidade aumentou de 32% para 53% entre 2000 e 2018. Esse aumento se relaciona com o aumento geral dos níveis de escolaridade registrados na sociedade brasileira como um todo, mas apontam para o fato de

que as ocupações mais frágeis do mercado de trabalho não serem apenas compostas por trabalhadores com baixa escolaridade.

Além das análises acerca do perfil, foram realizadas análises acerca da distribuição ocupacional dos trabalhadores em situação de fragilidade ocupacional. A ocupação principal entre estes trabalhadores é a de serviços domésticos em geral que representa mais de 15% destes nos três momentos de análise. Além dos trabalhadores domésticos, figuram também entre as principais ocupações aquelas relacionadas ao setor de serviços, no comércio, como vendedores ambulantes, vendedores a domicílio e empregados em lojas ligadas a tratamentos de beleza, com especialistas e cabeleireiros.

Uma ocupação que se destaca pelo crescimento no período é a de condutores de veículos, que não está entre as 10 principais ocupações em 2000, mas aparece em 2010 e 2018 e quase dobra a quantidade de trabalhadores no período, chegando a 60 mil trabalhadores, a terceira principal ocupação entre os trabalhadores frágeis. Como só são considerados aqueles que são empregados sem carteira ou trabalhadores por conta própria, é provável que esse aumento se relaciona ao crescimento de serviços de transporte mediados por aplicativo. É importante ponderar que essa pesquisa só considera a ocupação principal, e que caso fosse considerado também a ocupação secundária é possível que se registrassem valores ainda maiores.

Foram analisadas também as condições de trabalho dos trabalhadores em situação de fragilidade ocupacional, em que se verificou que esses trabalhadores estão sujeitos a menores salários e que entre 17% e 20% dos trabalhadores em fragilidade ocupacional recebem menos de R\$ 800 por mês². Em comparação, entre os trabalhadores fora da situação de fragilidade, essas taxas são insignificantes. O fato desse valor ser inferior ao salário mínimo e bastante abaixo do necessário para a reprodução dos trabalhadores é um indicador da informalidade e ilegalidade a que estão submetidos os trabalhadores das ocupações mais frágeis do mercado de trabalho.

Outra análise importante diz respeito às jornadas de trabalho semanais: em 2018, entre os trabalhadores fora da situação de fragilidade ocupacional, cerca de 67% trabalham entre 36 e 45 horas semanais, caracterizando jornadas regulares de trabalho, já entre os trabalhadores em situação de fragilidade esse valor se reduz para cerca 48%. Estes trabalhadores em situação de fragilidade se concentram mais nas faixas de carga horária semanal que ou são superiores às jornadas regulares, ou bastante inferiores, mostrando um cenário ora de superexploração, ora de subutilização dessa força de trabalho.

² Em valores ajustados para 2018.

Um último fator ponderado foi a distribuição territorial do fenômeno de fragilidade ocupacional, como forma de entender as relações entre as questões do trabalho e as questões urbanas, assim como apresentado na introdução. Na figura iii está exposta a distribuição das taxas de fragilidade ocupacional no território da região metropolitana e em cada um dos distritos da RMRJ³. Nela vemos que essa distribuição repete um padrão de conformação do território urbano, onde se contrastam núcleo e periferia. No núcleo metropolitano, representado pelo centro, zona sul e parte das zonas norte e oeste da capital, se verificam menores taxas de fragilidade e quanto mais se afasta desse centro em direção às periferias metropolitanas, mais crescem essas taxas.

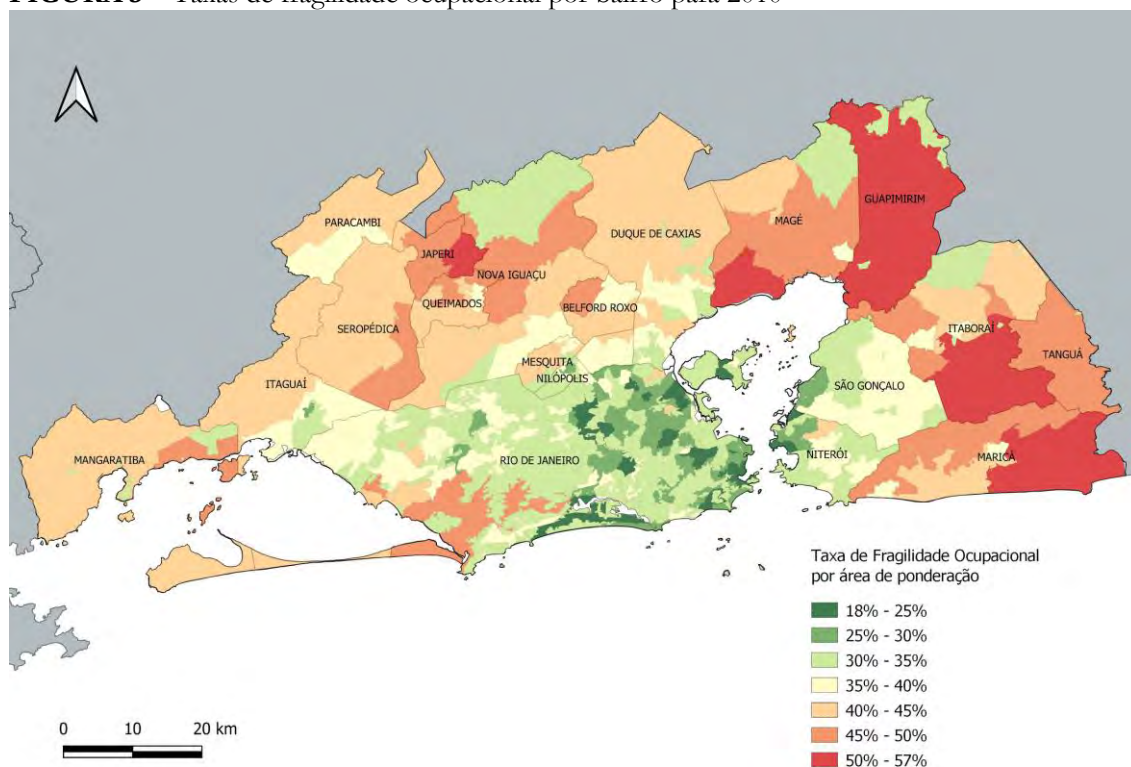
É possível também perceber a grande disparidade das taxas de fragilidade quando são comparadas os valores extremos da distribuição: a taxa de fragilidade ocupacional média na RMRJ em 2010 foi de 34%, contudo variou entre 24% no bairro de Botafogo, na zona sul da capital carioca, e 57% no bairro Rio Douro, em Japeri no norte da região metropolitana. Os 10 distritos com menores taxas de fragilidade ocupacional estão todos na capital metropolitana, próximos a zona sul, a região da Tijuca ou a Barra da Tijuca. Já os distritos com as maiores taxas de fragilidade, se encontram nos municípios da baixada fluminense, principalmente aqueles a oeste da baixada como Mangaratiba, Guapimirim e Japeri.

Essa desigualdade é perceptível também na comparação entre os municípios da RMRJ, com a taxas de fragilidade ocupacional em Niterói e Rio de Janeiro sendo de 30% e 31%, respectivamente, e as taxas de Japeri e Guapimirim sendo de 48% e 53% da população ocupada em posições frágeis no mercado de trabalho.

Essa desigualdade entre os diferentes locais da região metropolitana no que diz respeito ao mercado de trabalho aponta para a manutenção das desigualdades internas ao espaço urbano, na medida que o trabalho de qualidade, bem remunerado e com garantias sociais pode ser um importante elemento de superação das difíceis condições de vida. Contudo, se percebe que esse trabalho de qualidade se concentra nas regiões já bem estruturadas e onde já habitam as classes ricas da cidade, enquanto os trabalhadores em situação de maior fragilidade habitam as regiões mais distantes do núcleo urbano e de todas as facilidades proporcionadas por ele.

³ Os distritos são combinações das áreas de ponderação existentes no Censo de forma a compatibilizar as diferentes divisões por áreas de ponderação entre os diferentes Censos. Já as áreas de ponderação são os menores agrupamentos das pesquisas domiciliares dos quais é possível obter informações estatisticamente relevantes a respeito da ocupação. Tem área e população variáveis em função da concentração demográfica.

FIGURA 3 – Taxas de fragilidade ocupacional por bairro para 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010.

Esse trabalho buscou refletir sobre as transformações no mercado de trabalho, o processo de precarização do trabalho e sobre o fenômeno de fragilidade ocupacional e sua ocorrência nas últimas décadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram considerados anos recentes na busca de discutir a relação entre as questões de trabalho e as questões urbanas em um período em que o território urbano do Rio de Janeiro já estivesse conformado de forma semelhante.

Na busca de estabelecer essas relações, foi feita a distribuição das taxas de fragilidade ocupacional entre os bairros da metrópole, aproximados pelos distritos, e nessa distribuição se percebem grandes diferenças entre essas taxas no território. Essa diferença mostra que as desigualdades existentes nos territórios da metrópole e que são temas de diversos debates a respeito das questões urbanas influencia também a desigualdade no acesso ao emprego de qualidade e fora da situação de fragilidade ocupacional.

No perfil de distribuição territorial da fragilidade ocupacional se nota a repetição de um padrão núcleo-periferia onde as melhores condições de vida e de trabalho se concentram no núcleo metropolitano e pioram conforme se afasta desse núcleo em direção à periferia. Na metrópole do Rio de Janeiro, esse padrão geralmente se combina com o padrão favela e não-favela, em que essas desigualdades se dão em espaços reduzidos,

dentro do mesmo bairro. Esse padrão não é percebido nesta análise devido ao agrupamento, que não distingue áreas de favela de áreas de não-favela.

Outras desigualdades também se manifestam entre os dois grupos, de fragilidade e não fragilidade ocupacional, como as diferenças de perfil em que se percebe taxas de fragilidade e concentrações superiores entre as mulheres, a população negra e os menos escolarizados.

Esse padrão mostra que as desigualdades presentes na sociedade brasileira se repetem nas desigualdades em relação ao mercado de trabalho, o que, pode se supor, também garante a manutenção dessas desigualdades. Esse perfil se combina com as piores condições de trabalho e pior remuneração, o que aponta para a dificuldade da superação dessas situações, na medida que os indivíduos sujeitos a condição de fragilidade são mais explorados e pior remunerados, criando um ciclo de manutenção dessas desigualdades.

Além disso, outra questão relevante diz respeito à evolução temporal do fenômeno de fragilidade ocupacional. Primeiramente, vê-se que a questão da fragilidade se relaciona às condições gerais da economia e das movimentações do mercado de trabalho, sendo menor quando a economia está em expansão e aumentando quando a economia e o mercado de trabalho se contraem. Além disso, percebe-se que apesar das variações conjunturais, o perfil dos trabalhadores pouco se altera no período avaliado, ocorrendo mudanças somente em relação à situação na ocupação e na distribuição ocupacional, mostrando que essas desigualdades se apresentam de forma permanente no período.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. A. P. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 12, n. 2, p. 188-197, 2009.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP, n. 107, p. 405-419, 2011.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- FCC – FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. São Paulo, SP, 2020. Disponível em: www.fcc.org.br/bdmulheres/. Acesso em: 27 jan. 2021.
- HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 24, n. 1, p. 15-22, 2011.
- ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Economic security for a better world**. Geneva, 2004.

- KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 24, n. 69, p. 21-30, 2009.
- MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1979.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2015.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, SP, v. 2, n. 6, p. 36-54, 1982.
- POCHMANN, M. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2012.
- RIBEIRO, L. C. Q.; RODRIGUES, J. M.; CORREA, F. S. Território e trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 15, n. 1, p. 144-154, 2001.
- STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2013.

IMIGRANTES BENGALESES NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA: PRESENÇA E INSERÇÃO LABORAL NO PERÍODO RECENTE

*Cláudia Siqueira Baltar**

*Ronaldo Baltar**

*Luiz Augusto Silva Ventura do Nascimento**

*Fernando Henrique Cardoso**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar um quadro da migração bengalesa recente no contexto da Região Metropolitana de Londrina, considerando a inserção do país no contexto global das migrações internacionais contemporâneas. Destaca-se a importância da sua especificidade cultural, expressa pela religião muçulmana, e do funcionamento da política emigratória de Bangladesh para compreensão da inserção do Brasil no cenário migrações laborais internacionais. A pesquisa empírica se baseia nos registros administrativos do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal, e informações de entidades que atuam junto aos imigrantes, no contexto local. De forma geral, é possível visualizar a dimensão desse espaço regional na recepção da migração bengalesa, especialmente vinculada aos trabalhos nos frigoríficos, em função do corte halal.

Palavras-chave: Migração bengalesa; Região Metropolitana de Londrina; Migração laboral; Frigoríficos; Corte halal.

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é apresentar um quadro da migração bengalesa recente e sua inserção laboral, no contexto da Região Metropolitana de Londrina, no estado do Paraná, considerado como expressão da inserção do Brasil no contexto das migrações internacionais do século XXI.

Nesse sentido, destaca-se como uma das principais características da sociedade contemporânea o aprofundamento da globalização em diferentes dimensões da vida social, acompanhado do encadeamento global dos fenômenos sociais, o qual vem exercendo importante influência na complexidade das migrações internacionais contemporâneas, envolvendo um número cada vez maior de países, seja como origem, seja como destino dos fluxos migratórios (THERBORN, 2001; SASSEN, 2010).

* Doutorado em Demografia, em 2008, pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: cbaltar@uel.br

♦ Doutorado em Sociologia, em 1996, pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: baltar@uel.br

♥ Mestre em Ciências Sociais, em 2016, pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: lsventura1@hotmail.com

♣ Mestre em Ciências Sociais, em 2016, pela Universidade Estadual de Londrina. Pesquisador do Observatório das Migrações de Londrina/UEL. E-mail: fhccoink@gmail.com

Essa maior complexidade, por sua vez, representa um desafio para a governança migratória, tanto no contexto global, em função da diversidade de atores envolvidos, com seus respectivos interesses e tomadas de decisões, que atingem direta ou indiretamente os diferentes fluxos migratórios internacionais, como nos contextos subnacionais, uma vez que assistimos à simultaneidade de diferentes processos migratórios, com uma diversidade crescente de motivações, projetos migratórios, trajetórias, mobilização de recursos, seletividades e perfis de imigrantes (DE HAAS, 2008; SASSEN, 2010; BAENINGER, 2018; 2013).

A inserção do Brasil nesse contexto vai se dar, principalmente, ao longo das primeiras décadas do século XXI, quando, além de se reforçar como um país de emigração, passa a ser destino de diferentes fluxos migratórios que, embora não sejam tão expressivos numericamente, quando comparado aos países desenvolvidos, constituem uma importante diversidade social, econômica, política e cultural, especialmente aqueles com origem no Sul Global (BAENINGER, 2013; FERNANDES, 2015; BÓGUS; FABIANO, 2015; VASCONCELOS; BOTEGA, 2015).

Entre os diferentes grupos de migrantes internacionais que se dirigiram para o Brasil, no período recente, destacam-se os imigrantes bengaleses, que não possuem experiência anterior na história migratória do país e nem se situam entre os grupos mais numerosos, mas que apresentam uma especificidade cultural, por se tratar de uma população muçulmana, e vem ganhando visibilidade em diferentes localidades do país.

Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é apresentar um quadro da migração bengalesa no contexto da Região Metropolitana de Londrina-PR, uma das áreas de maior concentração dessa migração, a partir dos registros administrativos do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal. Quadro este que será complementado com experiência junto às entidades que atuam na acolhida e no atendimento a esses migrantes no contexto local.

MÉTODOS

Situado entre as maiores “economias de remessa” e principais procedências da imigração laboral do Sul Asiático, desde 1970 (OZAKI, 2012; BHAT; RATHER, 2016), Bangladesh não tinha ainda se destacado como origem de fluxos migratórios para o Brasil.

Esse cenário começa a mudar no período recente, especialmente, a partir de 2013, quando se começa a ver frequentemente noticiada a presença de migrantes bengaleses em diferentes localidades, em grande parte em municípios da Região Sul do país, vinculados à

inserção laboral em diversos frigoríficos, em função da emergência do corte halal¹ (GALÃO, 2013; LOUÇÃO, 2014; ROLLSING; TREZZI, 2014; PEREIRA, 2015; NASCIMENTO, 2017; 2018).

Se, por um lado, o Brasil representa uma novidade como destino migratório de bengaleses, por outro, a emigração laboral internacional constitui uma política de desenvolvimento adotada pelo governo de Bangladesh, desde a sua independência como Estado-nação, na década de 1970, inicialmente constituída para fornecimento de mão-de-obra temporária para países do Golfo Pérsico (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014; OZAKI, 2012; BHAT, RATHER, 2016).

Nas décadas seguintes, o governo bengali promoveu o aprimoramento da gestão da emigração bengalesa, através da institucionalização de um sistema emigratório, que incluiu capacitação de pessoal, intermediação da emigração, assistência ao trabalhador e a captação das remessas. Em termos jurídicos, destacam-se a Portaria de Emigração de 1982 e a Lei de Migração e Trabalho no Exterior de 2011, sendo esta última um marco importante para o fim da discriminação da emigração feminina (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014).

Além da gestão governamental presente desde a fase inicial, com importantes aprimoramentos jurídicos e institucionais posteriores, os processos emigratórios a partir de Bangladesh contam ainda com a atuação de setores privados (empresas e indivíduos), que, ora trabalham junto com o governo, ora disputam com ele os lucros advindos do empreendimento emigratório, representando um grande desafio para a governança das emigrações bengalesas (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014).

Diante desse quadro, de acordo com Amaral; Milesi e Munoz, (2014), destaca-se que o Brasil surge como um destino migratório da migração bengalesa, possivelmente, pela conjunção de dois conjuntos de fatores. No contexto internacional, a crise financeira de 2007-2008 que atingiu a economia dos países do Oriente Médio, afetando o mercado de trabalho tradicional dos bengaleses, e o acirramento das políticas migratórias dos países desenvolvidos contribuem para o “fechamento” de destinos preferidos da migração bengalesa.

Já, no contexto nacional, o dinamismo da economia do país no contexto pré-Copa pode ter atuado como fator de atração de uma migração laboral que vivenciava um período

¹ Segundo Amaral; Milesi e Munoz (2014, p. 75), o abate halal é um ritual de sacrifício animal para o consumo humano em conformidade com a sharia ou Lei Islâmica, a partir do qual se obtém “permissão” para o abate mediante oração em nome de *Alá* para agradecer pelo alimento e pedir perdão pelo ato do sacrifício. Devido a essas características, o corte halal só pode ser realizado por muçulmanos.

de “vácuo” de destinos do seu processo emigratório, colocando o Brasil como um destino alternativo para a migração laboral bengalesa.

No contexto brasileiro, captar essa migração e seus significados representa um desafio, tanto para o poder público como para academia. Os censos demográficos, embora constituam a principal fonte de informação sobre migração, não representam a melhor abordagem uma vez que a presença de bengaleses ganha expressividade no país em momento posterior à realização do último levantamento censitário, realizado no ano de 2010.

Diante disso, os registros administrativos vêm se constituindo numa importante alternativa para a abordagem das migrações internacionais no período intercensitário. Nesse sentido, destacam-se os registros do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal. Trata-se de uma base de dados da entrada de migrantes, na qual se obtém informações como o tipo de visto, país de nascimento, idade, sexo, entre outros, das pessoas que adentram regularmente o território nacional.

Além do SISMIGRA não ter sido concebido para captar o fenômeno migratório em si, como os censos demográficos, ele apresenta outras limitações que precisam ser consideradas, como a possibilidade de duplicidade de entrada de uma mesma pessoa no sistema, de comunicação equivocada de alguma informação solicitada e de não preenchimento de outras. Apesar dessas limitações, esses dados têm se constituído em uma importante *proxy* para o movimento migratório internacional no período recente.

Para o presente estudo, serão analisados os registros administrativos de imigrantes bengaleses, no período de 2000 a 2019, para o Brasil, estado do Paraná e municípios da Região Metropolitana de Londrina (RML).

Complementarmente a esses registros administrativos, a análise levará em conta a experiência e informações sobre a presença dos migrantes bengaleses na Região Metropolitana de Londrina (RML), obtidas junto à Caritas Arquidiocesana de Londrina, através da atuação do Grupo de Trabalho que conta com a presença de diferentes representantes do poder público e da sociedade civil organizada, cujo objetivo é debater e promover ações de integração da população imigrante residente nos municípios da região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já destacado anteriormente, a migração bengalesa para o Brasil começa a apresentar maior expressividade ao final da primeira década do século XXI, quando a crise de 2007-2008 afetou os principais destinos dessa imigração no Oriente Médio.

De acordo com os registros do SISMIGRA, da Polícia Federal, desde os primeiros anos do século XXI, verifica-se a entrada de bengaleses no Brasil, num ritmo tímido e oscilante, mas isso muda ao final da década, quando essas entradas começaram a crescer paulatinamente, entre 2008 e 2013, passando de 32 para mais de 1.200 registros – momento auge dessa migração –, declinando no ano seguinte, e apresentando uma média anual, a partir de 2014, de, aproximadamente, 200 entradas de bengaleses por ano.

Entre os anos de 2000 e 2019, conforme os dados da Tabela 1, foi registrada a entrada de 2.986 bengaleses no Brasil, dos quais, cerca de 31% (921 registros) indicaram o Paraná como Unidade de Federação de residência, fazendo deste o estado de maior concentração desta migração.

Por sua vez, já no contexto paranaense, a Região Metropolitana de Londrina (RML) concentra 10% da migração bengalesa para o país (312 registros), correspondendo a um terço dos migrantes residentes no Paraná, fazendo desta uma das regiões de maior presença de bengaleses no estado, no período recente.

TABELA 1 – Imigrantes bengaleses registrados entre 2000 e 2019*, Brasil, Paraná e Região Metropolitana de Londrina (RML)

Recorte espacial	Imigrantes bengaleses				Total	%
	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres		
RML	284	28	91,0	9,0	312	10,4
Paraná	807	114	87,6	12,4	921	30,8
Brasil	2.471	515	82,8	17,2	2.986	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

* Os dados do ano de 2019 referem-se aos meses de janeiro a agosto.

Outra informação que chama a atenção, a partir dos dados da Tabela 1, refere-se ao elevado predomínio da população masculina entre os bengaleses. Neste sentido, vale destacar que, com base em Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2019, p. 22), é possível observar que a migração internacional recente para o Brasil, na sua totalidade, conta com uma maior presença masculina, compreendendo, no período 2000-2017, segundo as autoras, 65% de homens (757.466 registros) contra 35% de mulheres (399.570 registros). Assim, é de se esperar que os diferentes grupos de imigrantes apresentem, relativamente, maior ou menor presença masculina.

No caso dos bengaleses, observa-se que o predomínio dos homens é muito maior, compreendendo quase 83% dos imigrantes que adentraram o país. Esse predomínio masculino, por sua vez, torna-se maior quando se considera o estado do Paraná, onde

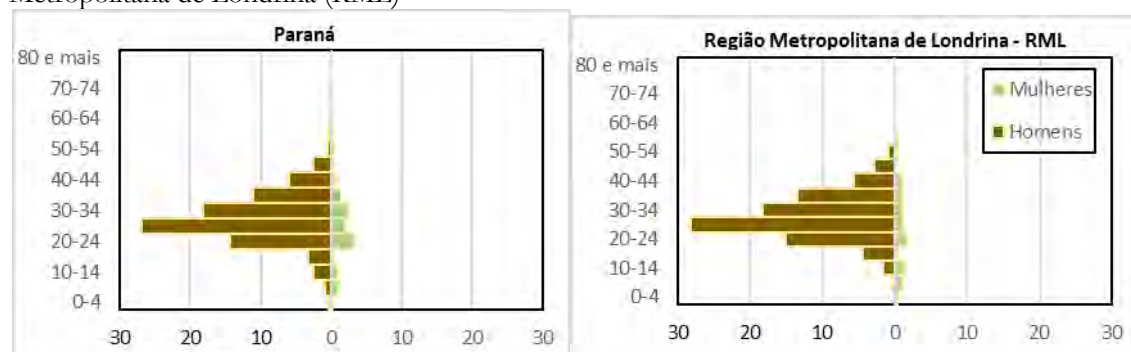
87,6% da migração bengalesa é masculina, chegando a um nível ainda maior na Região Metropolitana de Londrina, onde mais de 90% dos bengaleses é constituída por homens.

Esse aspecto da migração bengalesa, em grande parte, pode ser visto como reflexo da própria política emigratória de Bangladesh que, como apontado na seção anterior, só recentemente, na Lei Emigratória de 2011, eliminou os dispositivos que discriminavam as mulheres no processo emigratório bengalês, estimulando uma maior inserção feminina em projetos emigratórios.

As estruturas etárias dos bengaleses no Paraná e na Região Metropolitana de Londrina, apresentadas nos Gráficos 1 e 2, além de evidenciarem o elevado predomínio masculino dessa migração, revelam que se trata, em grande parte, de jovens adultos, em idade ativa, com destaque para os grupos de 25 a 29 anos, de 30 a 34 anos e de 20 a 24 anos, nas duas espacialidades.

Além disso, evidencia-se uma pequena presença de crianças, o que pode ser indicativo de que esse processo migratório pode envolver, mesmo que timidamente ainda, migração familiar. Na outra ponta, chama a atenção a ausência de população idosa nesse grupo, o que pode ser reflexo tanto da sua recentidade, como das características laborais desse fluxo migratório.

GRÁFICOS 1 E 2 – Estruturas etárias dos imigrantes bengaleses, 2000-2019. Paraná e Região Metropolitana de Londrina (RML)



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

Com relação à população feminina, os gráficos evidenciam a baixa presença das mulheres nesse grupo imigrante, como colocado anteriormente, com a diferença de que, no contexto da RML, não há um grupo etário de maior destaque como quando se considera o contexto estadual, no qual ganha relevância os grupos entre 20 e 34 anos.

Igualmente relevante para os propósitos deste trabalho é a informação dos registros referente à ocupação laboral informada pelo imigrante, embora os dados do SISMIGRA apresentem limitações e não permitam estabelecer uma conexão direta entre

essa informação e a atividade laboral, de fato, exercida pelo imigrante, sendo necessários, para tal, levantamentos específicos juntos aos imigrantes.

Com relação a essa informação, os imigrantes bengaleses estabelecidos no estado do Paraná apresentaram uma especificidade, conforme os dados da Tabela 2.

TABELA 2 – Imigrantes bengaleses registrados no Paraná e na RML, entre 2000 e 2019, segundo principal ocupação informada

PARANÁ			RML		
Ocupações	Registros	%	Ocupações	Registros	%
Padeiro ou trabalhador na produção de alimentos	291	31,6	Padeiro ou trabalhador na produção de alimentos	196	62,8
Demais ocupações	630	68,4	Demais ocupações	116	37,2
Total de registros	921	100,0	Total de registros	312	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. **Tabulações:** Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

Conforme esses registros, a ocupação laboral mais informada pelos imigrantes bengaleses é a de “padeiro ou trabalhador na produção de alimentos”², sendo que ela é muito mais expressiva no contexto da Região Metropolitana de Londrina, onde quase 63% dos bengaleses indicaram essa atividade como sua ocupação laboral.

Esse aspecto chama a atenção quando de contrasta com as informações sobre ocupação para a totalidade dos imigrantes que adentraram o país. Nesse sentido, considerando os dados de Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2019, p. 23), observa-se que essa categoria ocupou a 24^a. posição entre as ocupações indicadas pelo conjunto dos imigrantes, perfazendo um total de 6.844 registros, no período de 2000 a 2017.

Com isso, destaca-se a importância dessa ocupação laboral para os imigrantes bengaleses, especialmente quando se considera o contexto regional. A hipótese sustentada neste trabalho é que esse aspecto pode estar diretamente relacionado com as características da política emigratória de Bangladesh, que capacita sua força laboral para atender às diversas demandas de um mercado de trabalho globalizado. A outra ponta desse sistema seria constituído pelas empresas frigoríficas nacionais, cuja expansão do mercado para países muçulmanos levou à necessidade de mão-de-obra muçulmana para o corte halal.

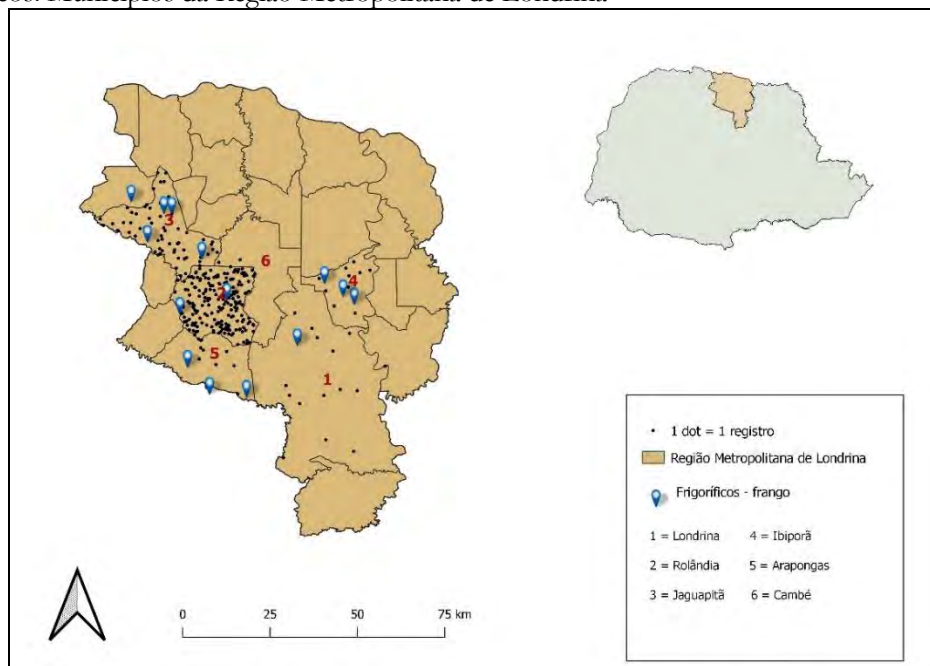
A distribuição espacial dos bengaleses por município de residência é outro aspecto distintivo da presença desses imigrantes no território paranaense. O Mapa 1 ilustra a distribuição dos bengaleses entre os municípios da Região Metropolitana de Londrina, contrastando com as unidades de frigoríficos de corte de frango.

² Na base do SISMIGRA, a categoria completa contempla as seguintes atividades: “padeiro, cervejeiro, açougueiro, trabalhador em laticínios ou outro trabalhador na produção de alimentos ou bebidas”.

Os municípios que mais concentram imigrantes bengaleses são Rolândia e Jaguapitã, onde também se situam parte dos frigoríficos da Região Metropolitana de Londrina. Embora não possamos afirmar que todos os bengaleses trabalhem na indústria frigorífica, relatos da Cáritas Arquidiocesana de Londrina e da Pastoral do Migrante, no contexto da atuação do GT Migrantes e Refugiados de Londrina e região, atestam que, desde 2015, grande parte dos bengaleses estava empregada nesses frigoríficos, em atividades do corte halal.

No entanto, tornam-se necessárias, para aprofundar essa vinculação entre a migração bengalesa e atividade econômica, por um lado, a mobilização de outros registros administrativos, como o de vínculos empregatícios da RAIS/MTE e, por outro, pesquisas qualitativas junto aos imigrantes, que explorem a inserção laboral no contexto local.

MAPA 1 – Imigrantes bengaleses por município de residência (2000-2019) e distribuição de frigoríficos. Municípios da Região Metropolitana de Londrina



Fontes: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/ Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/ OBMigra; Relação Anual de Informação Social/ Ministério da Economia. Elaboração: Observatório das Migrações de Londrina.

Complementando o Mapa 1, os dados da Tabela 3 contribuem para caracterizar a presença no contexto local da Região Metropolitana de Londrina, com dados populacionais e dos imigrantes bengaleses, nos municípios selecionados.

TABELA 3 – População censitária total, imigrantes bengaleses registrados entre 2000 e 2019, distribuição na região (%) e participação dos imigrantes (por 1.000), por municípios selecionados da RML

Municípios	População total 2010	Bengaleses 2000-2019	% bengaleses	Bengaleses/ pop total por 1.000
Rolândia	57.862	213	68,3	3,68
Jaguapitã	12.225	63	20,2	5,15
Londrina	506.701	16	5,1	0,03
Ibiporã	48.198	10	3,2	0,21
Arapongas	104.150	8	2,6	0,08
Cambé	96.733	2	0,6	0,02
Demais municípios	174.193	0	0,0	0,00
RML	1.000.062	312	100,0	0,31

Fontes: IBGE (Censo demográfico 2010).

Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.

Observa-se que os municípios de Rolândia e Jaguapitã concentram quase 89% dos bengaleses presentes na região, com destaque ao primeiro, com 68%, compreendendo 213 imigrantes – sendo o município com maior concentração, inclusive no contexto estadual.

Além disso, um aspecto importante sobre a presença imigrante no contexto local refere-se à participação desse grupo social no conjunto da população de cada município. Nesse sentido, destaca-se, primeiramente, Jaguapitã, com cerca de 12.000 habitantes, onde o peso dos bengaleses é de 5 imigrantes para cada mil habitantes, e, em segundo lugar, Rolândia, com 57 mil habitantes, onde se observa, aproximadamente, 4 bengaleses por mil habitantes, ambos municípios com peso bem acima da média estadual (0,31 bengaleses por mil habitantes).

Esta dimensão é de grande relevância quando se considera que a gestão de políticas públicas para imigrantes envolve o poder público e sociedade civil de municípios de médio e pequeno porte. Além disso, a especificidade cultural desse grupo de imigrantes, expressa pela religião muçulmana, traz elementos novos para se refletir sobre o contexto de acolhida e inserção social em municípios frutos de expansão de fronteira agrícola, envolvendo fluxos migratórios internos e internacionais, este último, em grande parte, compostos por imigrantes alemães do início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar um quadro da migração bengalesa recente, no contexto da Região Metropolitana de Londrina, considerando a inserção do

país no contexto global das migrações internacionais contemporâneas (THERBORN, 2001; DE HAAS, 2008; SASSEN, 2010; BAENINGER, 2013).

Em função da sua especificidade cultural, expressa pela religião muçulmana, e do funcionamento da política emigratória de Bangladesh, considera-se que pesquisar de forma mais detalhada esse processo migratório permitirá conhecer melhor alguns aspectos da inserção do Brasil no cenário migrações laborais internacionais, bem como as dimensões internas ao país que viabilizaram a entrada e inserção desses imigrantes nas espacialidades que se fazem presente.

Com isso, apontamos uma possível abordagem teórico-metodológica na continuidade dessa agenda de pesquisa, em conformidade com a noção de “rede de migração internacional”, proposta por Krissman (2005), cujos elementos e conceitos nos parecem afinados com os elementos mobilizados neste trabalho.

Além disso, destaca-se a importância dos dados do Sistema de Registro Nacional Migratório, utilizados para o estudo da migração recente dos bengaleses para o Brasil, sem os quais, muito provavelmente, mal dimensionaríamos esse fenômeno migratório, uma vez não foi captado pelo censo demográfico de 2010, pois lhe é posterior, e, muito provavelmente, poderá nem existir mais, quando da realização do próximo levantamento censitário.

Por fim, destaca-se que, mesmo com as limitações da base de dados utilizada aqui, muitas dimensões e aspectos precisam ser melhor explorados, como os tipos de vistos e amparos, a unidade de federação de entrada dos migrantes e os diferenciais por sexo. Destacando-se ainda, que uma única fonte de informação é insuficiente, tornando necessário o uso de outros registros, como os de vínculo empregatício da RAIS/MTE, além do necessário conhecimento qualitativo da realidade micro, com informações de entidades que atuam juntos aos imigrantes no contexto local, bem como o levantamento de informações diretamente com os imigrantes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. A.; MILESI, R.; MUNOZ, F. F. Trabalhadores bengalis em Samambaia, Distrito Federal: potencial de inserção no mercado de trabalho local. **Caderno de Debates 9 – Refúgio, Migrações e Direitos Humanos**, Brasília, DF, p. 53-81, 2014.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. (coord.). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações no Estado do Ceará – Migrações Internacionais, Região Nordeste**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2019.

- BAENINGER, R. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do sul. In: BAENINGER, R. et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século XXI. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), 2013. (Por dentro do estado de São Paulo, volume 9).
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2012.
- BHAT, M. A.; RATHER, T. A. International worker migration and remittances in South Asia: a landscape of India’s emerging scenario. **The Indian Journal of Labour Economics**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 397–417, 2016.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, SP, n. 18, p. 126-145, 2015.
- DE HAAS, H. **Migration and development: a theoretical perspective**. Oxford: International Migration Institute; University of Oxford, 2008. (Working Papers, 9).
- FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- GALÃO, F. Onda Migratória: bengaleses buscam refúgio no Norte e Noroeste do PR. **Folha de Londrina**, Londrina, PR, 25/05/2013.
- KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the “migrant networks” fails to explain international migration. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 39, n. 1, p. 4-44, 2005.
- LOUÇÃO, I. São mais de três diferentes nações de imigrantes morando em Cruzeiro. **Portal Cruzeiro**, Cruzeiro do Oeste, PR, 24/10/2014.
- NASCIMENTO, L. M. Família de Bangladesh vence barreiras e se adapta à vida em Montenegro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, RS, 06/03/2018.
- NASCIMENTO, L. M. De Bangladesh para Montenegro com toda a família. **Jornal Ibiá**, Montenegro, RS, 08/02/2017.
- OZAKI, M. **Worker migration and remittances in South Asia**. Metro Manila, Philippines: Asian Development Bank, 2012.
- PEREIRA, N. Muçulmanos se refugiam no Sudoeste. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, PR, 23/02/2015.
- ROLLSING, C.; TREZZI, H. Novos imigrantes mudam o cenário no Rio Grande do Sul. **GaúchaZH**, Porto Alegre, RS, 18/08/2014.
- SASSEN, S. A criação de migrações internacionais. In: SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2010.
- THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, n. 6, p.122-169, 2001.
- VASCONCELOS, A. M. N.; BOTEGA, T. (org.). **Política migratória e o paradoxo da globalização**. Porto Alegre, RS: EdIPUCRS; Brasília, DF: CSEM, 2015. (Série Migrações, 19).

IMIGRANTES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO PERÍODO RECENTE

*Cláudia Siqueira Baltar**

Rosana Baeninger[♦]

Ronaldo Baltar[♥]

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o papel desempenhado pelo estado do Paraná nas migrações internacionais contemporâneas, a partir de um panorama histórico e de sua distribuição espacial. As fontes de dados utilizadas são os censos demográficos nacionais e os registros de entrada de imigrantes, do sistema de registro nacional migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal. Consideramos o debate teórico que articula globalização contemporânea, complexidade das migrações internacionais e governança migratória. Com este trabalho, esperamos que os resultados contribuam para o debate e o processo de elaboração de políticas públicas voltadas para imigrantes internacionais e refugiados, no contexto estadual e local.

Palavras-chave: Imigrantes internacionais; Refugiados; Paraná; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo estado do Paraná nas migrações internacionais, no contexto nacional, a partir, de um lado, de um panorama histórico e, de outro, da distribuição espacial dos imigrantes internacionais e refugiados contemporâneos nas diferentes regiões do estado.

Partimos da consideração de que, no século XXI, o aprofundamento da globalização em diferentes dimensões da vida social, acompanhado do encadeamento global dos fenômenos sociais, vem exercendo importante influência na complexificação das migrações contemporâneas, envolvendo um número cada vez maior de países, seja como origem, seja como destino dos fluxos migratórios (THERBORN, 2001; SASSEN, 2010).

Essa maior complexidade, por sua vez, representa um desafio para os estudos migratórios, uma vez que assistimos à simultaneidade de diferentes modalidades de movimento migratório, com uma diversidade crescente de motivações, projetos migratórios, trajetórias, mobilização de recursos, seletividades e perfis de migrantes – o que vem estimulando a adoção de abordagens que remetam mais às especificidades dos

* Doutorado em Demografia, em 2008, pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: cbaltar@uel.br

♦ Doutorado em Sociologia, em 1999, pela Universidade Estadual de Campinas. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br

♥ Doutorado em Sociologia, em 1996, pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: baltar@uel.br

processos migratório para uma maior compreensão do fenômeno (DE HAAS, 2008; SASSEN, 2010; BAENINGER, 2013).

Destaca-se ainda que as implicações geopolíticas, econômicas, sociais, políticas e culturais das migrações internacionais contemporâneas para os países, de uma forma geral, têm levado Estados, organizações e entidades internacionais a construir uma ação pactuada para a governança das migrações internacionais, buscando definir uma agenda de ações, prioridades, posturas, envolvimento de atores na construção de respostas práticas à gestão migratória (UNITED NATION, 2018; BAENINGER, 2018).

Diante desse cenário, o que emerge de maior importância para nossa agenda de pesquisa refere-se ao âmbito subnacional das migrações internacionais. Ou seja, os espaços estaduais, regionais e locais nos quais os processos migratórios ganham maior visibilidade e demandam o envolvimento de diferentes atores e das esferas estaduais e locais do poder público, na elaboração de políticas públicas, voltadas para a integração e bem-estar dos imigrantes nas sociedades de recepção.

Com isso, retomamos o objetivo do nosso trabalho voltado para a análise da distribuição espacial dos imigrantes internacionais e refugiados no estado do Paraná, no período recente. A pesquisa empírica baseia-se na análise de dados secundários, provenientes dos censos demográficos e dos registros administrativos do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal.

Com esse estudo, esperamos contribuir para um maior conhecimento da participação do estado do Paraná na dinâmica das migrações internacionais contemporâneas do país e, com isso, contribuir para o debate e elaboração de políticas públicas voltadas para as diferentes demandas e necessidades dos imigrantes internacionais.

MÉTODOS

Considerando o objetivo deste trabalho, para a elaboração do panorama da participação do estado do Paraná nas migrações internacionais do país, fazemos uso de dados dos censos demográficos entre os anos de 1872 e 2010, a partir da informação referente ao país de nascimento.

Vale destacar que se, por um lado, os levantamentos censitários decenais constituem-se como as principais fontes de informação para os estudos das migrações internas e internacionais, devido, entre outras coisas, à regularidade da temática, à adequação às orientações internacionais, à possibilidade de cruzamento com outras

variáveis sociais e aos diferentes recortes espaciais (CUNHA, 2012; RIGOTTI, 1999), por outro, eles requerem cuidados que devem ser considerados na sua utilização.

Nesse sentido, destacamos, primeiramente, que os quesitos de migração possuem uma limitação intrínseca devido ao fato de comporem, desde 1960, o questionário da amostra, não sendo, portanto, levantada em todos os domicílios. Em segundo lugar, os censos demográficos fornecem a informação de “estoque” da migração, sendo captados os migrantes “sobreviventes” na data de referência dos censos e, em consequência disso, fluxos migratórios que tiveram início e fim no período intercensitário podem não ser captados pelos censos demográficos

Já a dimensão e a distribuição espacial da migração internacional contemporânea, no período posterior a 2010, serão consideradas a partir dos registros de entradas de imigrantes do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Embora esses registros administrativos, diferentemente dos censos demográficos, não tenham sido concebidos para mensurar o movimento migratório, eles vêm se constituindo numa fonte de dados bastante profícua para o estudo das migrações internacionais contemporâneas, em anos mais recentes (OLIVEIRA, 2015).

Com base em Oliveira (2015), considerando os cuidados necessários ao uso da base, como o fato de a base poder comportar mais de uma entrada por pessoa e de que as informações temporais e espaciais se refiram ao momento da entrada do imigrante no país ou no sistema, as informações do SISMIGRA podem ser tratadas como uma *proxy* do fenômeno migratório e, enquanto tal, se constituir num recurso útil na elaboração de um quadro aproximado dos fenômenos migratórios, em anos mais recentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de abordarmos a participação do estado do Paraná nas migrações internacionais contemporâneas, apresentaremos um panorama da presença dos estrangeiros no estado, desde o final do século XIX, a partir dos dados da Tabela 1.

TABELA 1 – População total e estrangeira no Brasil e Estado do Paraná, 1872-2010

UF e Brasil	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1970	1980	1991	2000	2010
PARANÁ											
Pop Total	126.722	249.491	327.136	685.711	1.236.276	2.115.547	6.997.682	7.749.752	8.443.299	9.558.454	10.444.526
Estrangeiros	3.627	5.153	39.786	62.753	66.653	76.592	80.497	42.811	30.371	29.158	28.601
Partic (%)	0,9	1,5	3,7	4,0	4,7	6,3	6,5	4,7	5,0	5,7	6,6
Estrang/Total	2,9	2,1	12,2	9,2	5,4	3,6	1,2	0,6	0,4	0,3	0,3
BRASIL											
Pop Total	9.930.478	14.333.915	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Estrangeiros	388.459	351.545	1.074.311	1.565.961	1.406.342	1.214.184	1.229.128	912.848	606.624	510.067	431.319
Partic (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estrang/Total	3,9	2,5	6,2	5,1	3,4	2,3	1,3	0,8	0,4	0,3	0,2

Fonte: Censos demográficos de 1872 a 1980, IBGE *apud* BASSANEZI (1995) – para Brasil. Censos demográficos de 1872 a 1980, IBGE *apud* Levy (1974) – para estado do Paraná. Censos demográficos de 1872 a 2010, IBGE (SIDRA).

Em estudos sobre as migrações internacionais históricas no Brasil, é unânime a consideração da importância que esses processos tiveram para a dinâmica populacional, especialmente do estado de São Paulo, a partir da última década do século XIX (LEVY, 1974; BASSANEZZI, 1995). Nesses estudos, observa-se que, ao longo de pouco mais de um século (1872-1980), a região Sudeste concentrou mais de 70% da população estrangeira do país, enquanto a região Sul ocupou a segunda posição, concentrando entre 10 e 20% dos estrangeiros.

Destaca-se que o Paraná não era o principal estado sulista em presença de estrangeiros e imigrantes, no final do século XIX e início do XX, embora tenha apresentado uma política de colonização própria, atraindo um número crescente de imigrantes (BALHANA, 1996).

A partir dos dados da tabela 1, observamos que o Paraná apresentou um crescimento contínuo, tanto da sua população estrangeira, quanto da sua participação no total de imigrantes do país, até a década de 1970, diferenciando-se do desempenho registrado para o país. É importante destacar que, embora não seja o único fator atuante, a fronteira agrícola do norte do Paraná desempenhou importante papel para o crescimento populacional entre 1940 e 1970, atraindo grande contingente populacional nacional e estrangeiro para o estado (NICHOLLS, 1971).

Destaca-se ainda que o estado registrou expressivo peso da população estrangeira no total da população estadual, especialmente na primeira metade do século XX, apresentado razões superiores às nacionais, em vários censos demográficos. Porém, nos quatro últimos censos, tanto o Paraná quanto o país assistiram à uma diminuição absoluta e relativa da população estrangeira, chegando a representar menos de 1,0% da população total, sendo que no censo demográfico de 2010, essa participação ficou abaixo de 0,5%.

Num balanço sobre o período, destacamos a importância da presença dos estrangeiros na dinâmica demográfica do Paraná, especialmente entre 1900 e 1950, e argumentamos que essa população estrangeira, seja através de políticas de colonização, seja através de estímulos à imigração, contribuiu para um acúmulo de experiências e conhecimentos, não desprovidos de conflitos, na recepção e convivência com estrangeiros e imigrantes no território paranaense, em diferentes dimensões, como econômico, social, política e cultural.

Diante disso, consideramos que, no contexto das migrações internacionais contemporâneas, especialmente quando o Brasil começa a emergir como destino e espaço de circulação migratória, a partir da segunda década do século XXI (BAENINGER, 2013),

o estado Paraná continua a exercer protagonismo, constituindo-se como importante espaço subnacional de recepção dos imigrantes internacionais que passam a adentrar o país.

Os dados da Tabela 2 trazem informações sobre a imigração internacional, no período mais recente, a partir dos registros do SISMIGRA.

TABELA 2 – Registros de imigrantes internacionais totais e imigrantes refugiados reconhecidos, residentes no Brasil e no Estado do Paraná, no período 2000-2019*

Brasil / UF	Imigrantes internacionais	Imigrantes refugiados	% Total imigrantes	% Total refugiados	% Refugiados / Total de Imigrantes
Brasil	1.391.608	9.769	100,0	100,0	0,70
Paraná	84.909	710	6,1	7,3	0,84

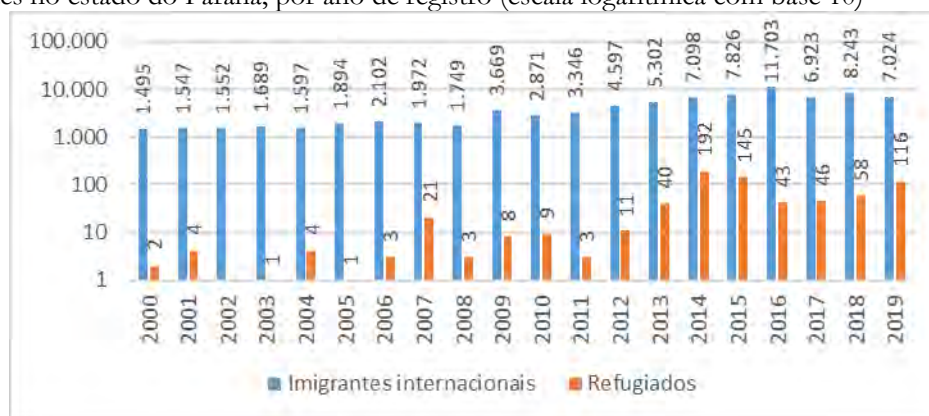
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.

(*) Dados de 2019 referem-se aos meses de janeiro a agosto.

De acordo com os dados do SISMIGRA, ao longo do período 2000-2019, São Paulo permaneceu como a principal unidade da federação (UF) de residência dos imigrantes registrados no país, concentrando cerca de 1/3 dos registros. Por sua vez, o Paraná, na maior parte do período, foi a terceira UF de residência dos imigrantes, concentrando uma média 6,0% dos registros – ou seja, o estado mantém, aproximadamente, a mesma média de participação da população estrangeira/imigrante que a registrada no período 1950-2010.

Na Tabela 2, observamos que dos quase 1,4 milhões de imigrantes registrados no período 2000-2019, o Paraná concentrou cerca de 85 mil registros, equivalendo a 6%, e dos 9.769 refugiados reconhecidos registrados no sistema, 710 (7%) declararam residência no Paraná. Por fim, nota-se ainda que, no Paraná, o peso dos refugiados no total dos imigrantes internacionais é levemente maior do que no conjunto do país.

GRÁFICO 1 – Imigrantes internacionais totais e imigrantes refugiados reconhecidos registrados, residentes no estado do Paraná, por ano de registro (escala logarítmica com base 10)



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.

Os dados do Gráfico 1 ilustram os registros anuais de imigrantes internacionais e refugiados com residência no estado do Paraná, entre 2000 e 2019. Com relação aos imigrantes internacionais, destacamos, primeiramente, que eles foram considerados em conjunto, sem distinção de origem, tipo de visto e estrutura etária, cujo aprofundamento é necessário para uma proposta como a nossa, mas aqui extrapolaria os limites deste trabalho.

Dito isso, destacamos que, no período considerado, o Paraná registrou entradas anuais superiores a 1.400 registros, sendo o ano de 2009 o primeiro momento de elevação desses registros, quando se observa 3.669 registros – mais que o dobro da média que se assistia até então –, muito provavelmente relacionado com os reflexos da crise financeira de 2007-2008.

Embora não possamos também aprofundar esse aspecto, o que podemos afirmar, a partir dos registros do SISMIGRA, é que o estado do Paraná registrou um aumento no número de entradas provenientes de todos os continentes, entre os anos de 2008 e 2009, com uma significativa emergência do continente asiático, ultrapassando a Europa, que vinha ocupando a posição de segundo principal continente de origem das entradas.

Em termos de países de nascimento, registrados no Sistema, podemos destacar o Paraguai, Líbano, China, Japão, Bangladesh e Síria entre aqueles que aumentaram sua presença no estado do Paraná, entre 2008 e 2009.

Um segundo período de emergência das entradas no estado compreende os anos de 2011 a 2016, tendo este último compreendido mais de 11 mil registros. Neste momento, o estado assiste ao aumento da presença de imigrantes de diferentes origens, entre os quais destacamos haitianos, sírios, angolanos, congolezes e bengaleses. Por sua vez, nos anos de 2018 e 2019, a Venezuela figura entre os países de maior crescimento entre os registros.

Considerando os refugiados reconhecidos, observamos que, entre 2000 e 2011, os registros mantiveram-se baixos (com exceção do ano de 2007), mas é a partir de 2013 que eles começam a ter maior presença no estado do Paraná, com destaque para os anos de 2014 e 2015, com mais de 100 registros no sistema, destacando que a Síria e o Líbano concentram 70% dos registros, enquanto países de nascimento, seguidos pela República Democrática do Congo (3,7%) e Colômbia (3,0%).

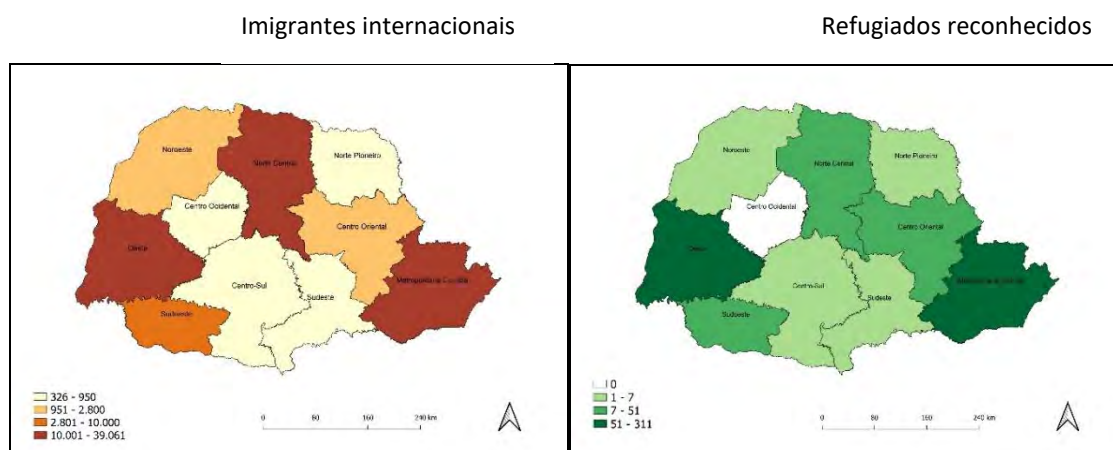
Por fim, destacamos que, após 2015, o ano de 2019 volta a apresentar registros de refugiados superiores a 100 e, considerando que, para este último ano da série, os registros cobrem até o mês de agosto e que, em dezembro de 2019, foi aprovada, pelo governo federal, a condição de refugiado a mais de 21.000 venezuelanos, o estado do Paraná, provavelmente, assistiu a um o aumento de registros de refugiados, com os venezuelanos como o principal grupo no momento.

Embora não tenhamos espaço para aprofundarmos a análise do perfil dos imigrantes registrados, vale destacar que o estado do Paraná acompanha o perfil do país, apresentando uma população imigrante predominantemente masculina, sendo que os homens correspondem a 60% dos imigrantes internacionais e a 73% dos refugiados registrados. Em termos etários, o predomínio é de jovens adultos.

Para estudos complementares, identificamos uma diversidade no perfil dos imigrantes e refugiados registrados, em função do país de nascimento, que precisa ser analisada de forma mais detalhada, pois os diferentes imigrantes e refugiados demandam necessidades, ações e serviços que precisam ser conhecidos para elaboração de políticas públicas, em nível estadual e municipal.

Por fim, os mapas 1 e 2 ilustram a distribuição regional das populações imigrantes e refugiados, para o total de registros do período 2000-2019.

MAPAS 1 E 2 – Distribuição dos imigrantes internacionais e refugiados reconhecidos no estado do Paraná, por mesorregiões, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Elaboração: Observatório das Migrações de Londrina.

O Mapa 1 ilustra a distribuição regional dos imigrantes internacionais, no qual percebemos uma presença mais expressiva nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Oeste e Norte Central – espaços que se situam em diferentes porções do território paranaense e que, por isso, apresentam dinâmicas econômicas, demográficas e migratórias diferentes, e estudos complementares sobre o fenômeno migratório contemporâneo precisam ser realizados à luz dessas especificidades.

Embora não tenhamos trazido para esse trabalho a informação a nível de municípios, é importante destacar que o município de Curitiba, diferentemente da capital paulista, que concentrou, aproximadamente, 68% dos registros de imigrantes do estado, registrou cerca de 37% dos registros no contexto paranaense, sinalizando a relevância de outras regiões do estado na recepção dos imigrantes internacionais. Assim, destacamos no Oeste, os municípios de Foz de Iguaçu (15% dos registros) e Cascavel (5,8%), e no Norte Central, os municípios de Londrina (4,4%) e Maringá (4,5%).

Com isso, reforçamos a importância de se analisar, também em agendas complementares, a especialização dos imigrantes internacionais por município, considerando sua localização, perfil econômico, porte populacional e peso da população imigrante sobre a população total – o que reconhecemos ser necessário para o debate sobre elaboração de políticas públicas.

Por sua vez, os refugiados reconhecidos são espacialmente distribuídos conforme o mapa 2, no qual observamos a maior participação das mesorregiões Metropolitana de Curitiba e do Oeste em número de registros no sistema, valendo também para esse caso, as

observações feitas anteriormente sobre a consideração de análises desagregadas a nível municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo, no presente trabalho, voltou-se para a análise da participação do estado do Paraná nas migrações internacionais contemporâneas, que se dirigiram para o país no período recente, bem como da distribuição espacial dos imigrantes internacionais e refugiados reconhecidos dentro do contexto estadual.

Para tanto, mobilizamos informações censitárias e registros do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), além de articular os resultados com o debate acadêmico que vincula o contexto da globalização contemporânea, a complexidade das migrações internacionais e necessidade de construção de uma governança migratória que articule diferentes atores e instituições, em diferentes níveis de tomadas de decisão.

A análise desenvolvida aqui, sobre a presença da migração internacional no contexto paranaense, mostrou-se importante para ser incluída no debate sobre a elaboração de políticas públicas voltadas para imigrantes internacionais, no contexto estadual e local.

O seu desenvolvimento nos permitiu, também, identificar temáticas, que não puderam ser tratadas aqui, como a análise de aspectos variados do perfil dos imigrantes (estrutura etária, sexo, país de nascimento, tipo de amparo recebido, ocupação profissional informada) e a consideração do recorte municipal, explorando a localização, porte populacional, peso da imigração na população total, atividade econômica dos municípios envolvidos no processo imigratório recente, as quais serão objeto de estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do sul. In: BAENINGER, R. et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século XXI. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2013. (Por dentro do Estado de São Paulo, v. 9).

BALHANA, A. P. Política imigratória no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 87, p. 39-50, 1996.

BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (coord). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, v. 1, 1995.

- CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana – REMHU**, Brasília, DF, v. 20, n.39, p. 29-50, 2012.
- DE HAAS, H. **Migration and development: a theoretical perspective**. Oxford: International Migration Institute; University of Oxford, 2008. (Working Papers, 9).
- LEVY, M. S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 8, supl., p.49-90, 1974.
- NICHOLLS, W. H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 4, p. 33-64, 1971.
- OLIVEIRA, A. T. R. Relacionamento e complementaridade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório. In: CAVALCANTI, L. et al. (org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OBMigra, 2015. (Relatório Anual 2015).
- RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários**: aplicações no caso de Minas Gerais e São Paulo. 1999. 142. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1999.
- SASSEN, S. A criação de migrações internacionais. In: SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2010.
- THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, n. 6, p. 122-169, 2001.
- UNITED NATION. **Global compact for safe, orderly and regular migration**. Genebra, 2018.

IMPACTO DAS CRISES ECONÔMICAS NA DURAÇÃO DA INFÂNCIA NO BRASIL: MENSURANDO VARIAÇÕES NA IDADE MÉDIA DE VIDA LIVRE DE TRABALHO E CUIDADO

*Matheus Menezes dos Santos**

*Raquel Zanatta Coutinho**

RESUMO

A transição para a vida adulta é tema em destaque nas ciências sociais há algumas décadas. Há diversas sugestões de como marcar esse importante momento do curso de vida de um indivíduo, que encerra um período de intenso desenvolvimento psicológico, físico e cognitivo. Neste artigo, trabalhamos com o conceito de Vida Livre de Trabalho e Cuidado, isto é, a ideia de que o jovem transita para a vida adulta quando assume atividades de trabalho e cuidado. A partir dessa definição, utilizamos os métodos SMAFM e Regressão Multinomial para investigar, usando a PNAD Contínua, como esse momento de transição difere entre grupos sociodemográficos e ao longo da crise econômica brasileira ocorrida entre 2012 e 2018. Nossos resultados mostram que os pretos e pardos têm uma infância mais curta em comparação a seus pares brancos. Ainda, a crise parece ter um efeito mais duradouro sobre o curso de vida dos pretos e pardos, com esse grupo assumindo status de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, em situação de desemprego ou desalento. Os brancos e os mais ricos parecem estar inseridos num contexto social mais privilegiado, no qual a norma etária para entrar no mercado de trabalho é mais velha.

Palavras-chave: Transição para a vida adulta; Mercado de trabalho; Mercado de trabalho dos jovens; SMAFM.

INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência são momentos de desenvolvimento psicológico, físico e cognitivo, os quais coincidem com um período de acumulação de capital humano, principalmente por meio da frequência escolar. Além de formar jovens para adquirir novos papéis na sociedade, como no mercado de trabalho, a escola é vista como um ambiente de acumulação de ferramentas de preparação para a vida, além do fomento do engajamento cívico. Durante esse período de vida, é comum que os indivíduos sejam financeira e emocionalmente dependentes dos seus familiares e do Estado (MADEIRA, 2006). A transição para a idade adulta é um processo complexo em que se espera que essa dependência seja reduzida e no qual se oferece aos jovens a oportunidade de explorar sua identidade nas áreas de relacionamento amoroso e trabalho (ARNETT, 2000). Por meio de um sistema bem articulado de marcadores institucionais e biográficos, compreende-se o processo pelo qual os indivíduos adquirem novos papéis sociais à medida que a educação

* Mestre em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. E-mail: matheus.menezes@hotmail.com.br

* Doutora em Sociologia pela University of North Carolina – Chapel Hill. Professora adjunta do Departamento de Demografia do Cedeplar/UFMG. E-mail: quelzanatta@cedeplar.ufmg.br

formal é concluída, que entram no mercado de trabalho e formam sua própria família (seja pela união ou por ter filhos) (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006).

Antes da idade adulta, a sobreposição do papel do aluno a outros papéis sociais (como paternidade ou trabalho) pode trazer sanções e penalidades importantes, pois compromete a aquisição de capital humano, fazendo com que indivíduos com dupla função tenham níveis de educação mais baixos e, conseqüentemente, uma vida limitada em oportunidades (EMERSON; SOUZA, 2002). No entanto, a transição para a idade adulta é altamente determinada pelo contexto social (SANTOS, 2018). Fatores culturais, institucionais e econômicos podem contribuir para atrasar ou antecipar a transição (CORIJN, 2001). Não é raro que mudanças políticas, demográficas e tecnológicas em níveis regional, nacional ou global impactem a maneira como os jovens chegam à idade adulta (COHEN et al., 2005).

Os fatores ordem, momento e a forma pela qual esse processo varia de acordo com as características sociodemográficas foram submetidos a muito investimento científico no campo internacional dos estudos de Curso de Vida (RINDFUSS; SWICEGOOD; ROSENFELD, 1987; SHANAHAN, 2000; ARNETT, 2000). Além disso, as pesquisas atuais apontam na direção da despadronização, o que significa que os indivíduos apresentam uma variabilidade crescente nos caminhos para os papéis adultos ao longo do tempo histórico (BUCHMANN, 1989).

No Brasil, a literatura sobre trabalho infantil, gravidez na adolescência, evasão escolar e o fenômeno dos jovens denominados “Nem-Nem” (Nem estudam, nem trabalham) tem mostrado como o tempo de vida que se dedica à infância e à aquisição de capital humano é diferente de acordo com a classe social, o gênero e a raça e pode contribuir para a manutenção das desigualdades sociais observadas entre gerações. Além disso, depois de uma década inteira de crescimento econômico com queda contínua na desigualdade de renda, uma forte crise econômica, impulsionada por uma crise política, fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) caísse de 2,456 trilhões em 2014 para 1,794 trilhões em 2016. No mesmo período, o desemprego dobrou de 6,2% em dezembro de 2013 para 13,7% em março de 2017 (LAMEIRAS; CORSEUIL; CARVALHO, 2020). É importante analisar o impacto dessa crise econômica na trajetória dos jovens brasileiros.

Por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), um painel longitudinal único com dados nacionais representativos, investigamos a transição para a vida adulta para jovens da faixa etária 14 a 24 no Brasil. Usando as lentes da desigualdade de gênero, raça e nível socioeconômico,

analisamos o recorte temporal recente, compreendido entre 2012 e 2018 (IBGE, 2020). Buscamos responder a quatro perguntas de pesquisa: Quem são os jovens que passam mais tempo livres de responsabilidades de trabalho ou de cuidado doméstico ou de crianças? De que forma cada grupo social entra na idade adulta? Quais são as razões mais utilizadas pelos jovens para não ingressarem no mercado de trabalho e como essas razões variam de acordo com suas características sociodemográficas? Investigamos também como as respostas a essas questões variaram ao longo dos anos no Brasil, principalmente durante a crise política e econômica de 2015, o que pode ter contribuído para o aprofundamento das desigualdades sociais.

REVISÃO DA LITERATURA

Normas sociais na transição para a vida adulta e a heterogeneidade da trajetória de vida brasileira

Cada sociedade possui um sistema de expectativas sociais em relação ao comportamento adequado para cada idade. A transição da adolescência para a idade adulta na maioria das sociedades ocidentais é marcada por cinco etapas principais, que são: deixar a escola, entrar no mercado de trabalho, sair da casa dos pais, casar e ter filhos (KERCKHOFF, 2003). Muitas vezes, os indivíduos se movem simultaneamente nessas etapas.

Em um país altamente estratificado e com pequena mobilidade social, as características da família de origem são muito importantes na definição de como o jovem transitará até a idade adulta. Isso acontece, entre outras coisas, porque a infância e a juventude são dedicadas aos investimentos em capital humano, que se estendem ao longo do tempo para que os custos com educação formal sejam transformados em ganhos futuros. No entanto, para famílias de baixo nível socioeconômico, tanto a necessidade imediata de renda, quanto os ganhos esperados futuros não são suficientes para justificar a permanência na escola, o que favorece o ingresso no mercado de trabalho de muitas crianças e jovens (GONZAGA, 2012 *apud* TILLMANN; COMIM, 2016). Assim, grupos específicos acabam por assumir trajetórias muito variadas. Nos próximos parágrafos, apresentamos brevemente alguns achados empíricos relacionados à participação escolar, à entrada no mercado de trabalho e à formação de família dos jovens brasileiros.

Participação escolar

A instituição escolar é considerada uma organização graduada por idade que estrutura o curso de vida, proporcionando ordem e regularidade. O nível de escolaridade dos pais costuma ser o principal fator associado à escolaridade dos filhos e determina a opção de permanecer na escola ao invés de abandoná-la e ingressar no mercado de trabalho (LEME; WAJNMAN, 2000). Quanto mais elevados a escolaridade e o nível socioeconômico dos pais, maior a chance de permanecerem na escola e de poderem se dedicar aos estudos de forma exclusiva. As taxas de transição escolar mostram que a proporção de jovens no ensino fundamental é de quase 97%, mas cai entre os jovens a partir de 15 anos (IBGE, 2020), especialmente entre os mais pobres. Assim, indivíduos brancos, de alta renda e urbanos tendem a progredir mais tarde para a vida adulta do que os negros, pobres e moradores da zona rural (VIEIRA, 2008).

Participação no mercado de trabalho

A maioria das pesquisas sobre o trabalho infantil no Brasil surgiu após a criação de políticas públicas com o objetivo de erradicar essa prática, como a Lei dos Direitos da Criança e do Adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, no dia 13 de julho de 1990) e as Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU (KASSOUF, 2007).

Entre os determinantes do trabalho infantil no Brasil estão: pobreza (BASU; TZANNATOS, 2003; NAGARAJ, 2002; EDMONDS, 2001; KASSOUF, 2002), educação dos pais (KASSOUF, 2002), tamanho da família e ordem de nascimento (EMERSON; SOUZA, 2002), gênero do responsável pelo domicílio (BARROS; FOX; MENDONÇA, 1997), urbanidade (KASSOUF, 2007) e gênero (TOMÁS; OLIVEIRA; RIOS-NETO 2008).

Cerca de 7,37% das crianças de 10 a 14 anos trabalhavam em 2010, proporção que era de 10,57% em 1991 (IBGE, 2010). Apesar de prevalente na infância, é na adolescência que a taxa de ocupação aumenta a níveis consideráveis. Aos 19 anos, 70% dos homens já só trabalham ou estudam e trabalham (TILLMANN; COMIM, 2016).

Tradicionalmente, a população jovem apresenta dificuldades de obtenção de postos de trabalho estáveis e bem remunerados (MENEZES-FILHO; CABANAS; KOMATSU, 2013). Assim, a participação no mercado de trabalho com baixo nível de escolaridade leva a uma ocupação de baixo status, aumentando a desvantagem nas primeiras fases da vida adulta (CAMARANO, 2006). Os jovens adultos de alta renda, por

vezes, podem contar com o apoio da família para estender o período em que procuram uma melhor inserção profissional.

Mudanças recentes nas características do mercado de trabalho (reestruturações, aumento da demanda por trabalhadores mais educados, práticas mais flexíveis de emprego e adoção de políticas sociais) diminuem ainda mais a capacidade do jovem de pouca escolaridade para encontrar uma ocupação adequada, aumentando o fluxo para a inatividade (FURLONG; CARTMEL 2007 *apud* TILLMANN; COMIM, 2016). Quando o jovem já abandonou a escola e não está inserido no mercado, ele passa a fazer parte do grupo denominado “Nem-Nem” (nem estuda, nem trabalha). Apesar de existir uma tendência acentuada de crescimento para os homens, os valores para mulheres são bem mais altos, em torno de 20% nesse mesmo período e alcançando 30% de inatividade aos 18 anos, valor que permanece ao longo da vida (TILLMANN; COMIM, 2016). A situação de jovens inativos que não estudam, nem trabalham acarreta efeitos deletérios do ponto de vista individual, já que a evasão escolar interrompe a acumulação de capital humano e não há formação de experiência profissional para garantir competição no mercado de trabalho.

Fecundidade e formação de família

Ao lado da evasão escolar e da entrada no mercado de trabalho, seguem os processos de formação de família. A taxa de gravidez na adolescência brasileira é considerada alta entre os países de baixa taxa de fecundidade total, variando largamente de acordo com o espectro social: mais alta para mulheres de baixa escolaridade, baixa renda, localidades rurais e raça/cor negra ou parda (UNFPA, 2018).

Cerca de dois terços dessa fecundidade precoce se devem às falhas contraceptivas, à falta de informação e ao uso inconsistente de método, enquanto o outro terço se explica pelo desejo pela gravidez (BERQUÓ; GARCIA, 2012). Se completar a escola não parece viável, a maternidade se torna o caminho natural, fato que está associado com baixo status socioeconômico da família de origem (KAGAWA et al., 2017), afeta a continuidade dos estudos e tem efeitos persistentes no mercado de trabalho (NARITA; DIAZ, 2016).

A divisão social do trabalho e as relações de gênero nos papéis familiares também ficam evidentes ao se analisar os jovens “Nem-Nem”. Ao mesmo tempo que metade dessas jovens já têm filhos (média de 55% chegando a 80% aos 29 anos) e se tornam cônjuges dos responsáveis pelo domicílio ainda em tenra idade (38% até 18 anos), os jovens “Nem-Nem” são, na sua maioria, filhos do responsável pelo domicílio (TILLMANN; COMIM, 2016).

METODOLOGIA

A base de dados usada neste artigo é a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2012 a 2018. A pesquisa tem representatividade nacional e uma amostra grande o suficiente para gerar estimativas robustas por idade simples, uma característica essencial para a aplicação do exercício proposto aqui. A PNAD Contínua também traz variáveis sobre mercado de trabalho necessárias para modelar a transição para a vida adulta: ter trabalhado, ter procurado por emprego, ter desistido de encontrar um emprego ou ter tido o desejo de trabalhar na semana de referência. A pesquisa também contém variáveis sociodemográficas que permitem investigar as hipóteses deste trabalho, como idade¹ (entre 14 e 24 anos), raça/cor (brancos e pretos e pardos) e quintil da renda familiar *per capita* (*proxy* para status socioeconômico).

A Tabela 1 traz a distribuição da amostra para os anos selecionados.

TABELA 1 – Descrição da população de 14 a 24 anos – Brasil

	2012		2015		2018	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade média	18,84	18,88	18,81	18,90	18,96	19,04
% de brancos	42,1%	43,9%	40,9%	42,3%	37,9%	38,9%
% no primeiro quintil	16,5%	17,3%	15,8%	16,5%	16,4%	16,6%
% no segundo quintil	21,2%	22,5%	22,9%	23,9%	24,7%	25,3%
% no terceiro quintil	22,2%	22,7%	22,0%	22,9%	22,3%	23,1%
% no quarto quintil	22,3%	20,9%	22,3%	21,0%	21,5%	20,4%
% no quinto quintil	17,8%	16,7%	16,9%	15,6%	15,2%	14,6%
n	41.982	42.851	41.110	42.969	38.119	40.324

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2012, 2015 e 2018 (IBGE, 2020).

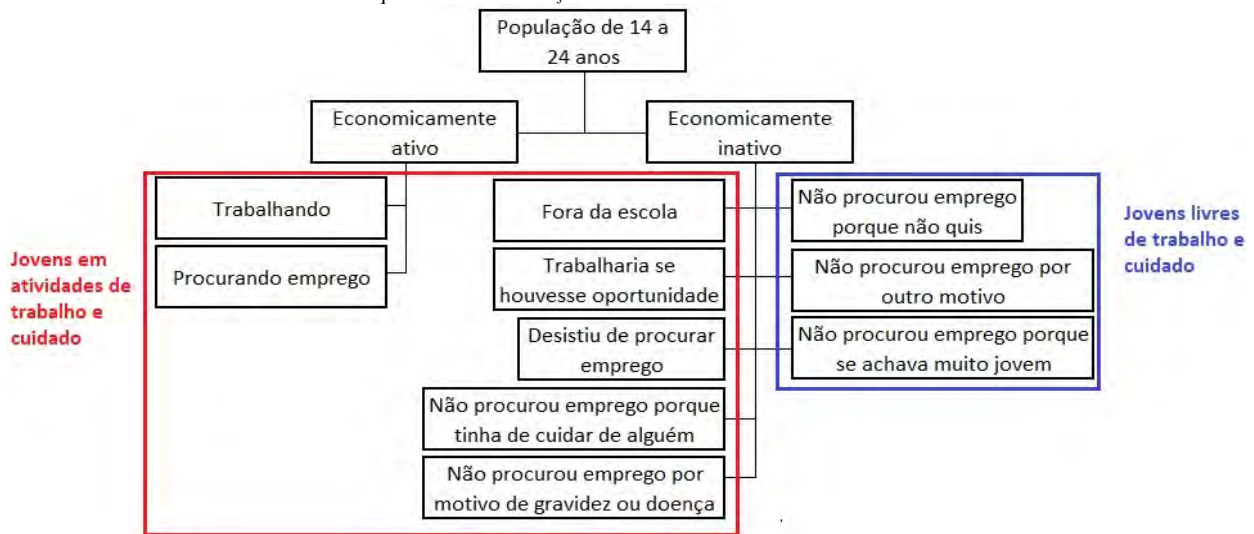
Caracterizando a vida adulta como a presença ou o desejo do exercício do trabalho, uma inovação em relação à literatura existente, consideramos adultos todos aqueles que trabalharam, desejaram trabalhar, procuraram por emprego, desistiram de procurar emprego ou disseram que queriam trabalhar na semana de referência da pesquisa. Também classificamos como adultos os menores de 18 anos que estavam fora da escola e os jovens de qualquer idade que reportaram não terem procurado trabalho por motivo de cuidado de pessoas, devido a gravidez ou doença (Figura 1). Por meio deste esquema é possível identificar os indivíduos que, no período de referência, mantiveram-se livres de

¹ Quatorze anos é a idade na qual perguntas sobre mercado de trabalho começam a ser feitas na PNAD, e pessoas com mais de 24 anos podem representar um grupo mais heterogêneo em relação às motivações para o não trabalho.

atividades de trabalho e cuidado, isto é, pessoas que ainda se encontravam na infância/juventude.

A metodologia será desenvolvida em duas etapas, de forma a responder às diferentes perguntas de pesquisa. Para fins de análise, além dos recortes sociodemográficos especificados, serão mostrados os resultados relativos aos anos de 2012, 2015 e 2018 que permitem fazer reflexões com relação ao papel da crise econômica nas transições para a vida adulta no Brasil.

FIGURA 1 – Esquema da definição do status de “livre de trabalho e cuidado”



Fonte: Elaboração dos autores a partir de variáveis da PNAD Contínua (IBGE, 2020).

Singulate Mean Age at First Marriage

A PNAD Contínua não dispõe de dados de transição para o status de “em atividade de trabalho ou cuidado”, a partir dos quais seria possível construir uma tabela de vida cuja medida final seria uma expectativa de Vida Livre de Trabalho e Cuidado (VLTC deste ponto em diante). Assim, alternativamente, para todos os grupos sociodemográficos e pontos no tempo, calculamos uma medida que utilizamos como *proxy* da idade média à transição para a vida adulta: o SMAFM (Singulate Mean Age at First Marriage). A técnica demográfica emula a construção de uma tabela de vida usando dados de proporção de indivíduos em cada grupo que transitaram para o estado de interesse por idade. Sexo e raça/cor são variáveis fundamentais no contexto brasileiro, uma vez que têm comprovado efeito sobre experiências no mercado de trabalho. Os quintis de renda familiar *per capita* funcionam aqui como uma *proxy* para classe social.

Hajnal (1953) apresentou o SMAFM para estudar a idade média ao primeiro casamento em populações europeias dos séculos 18 e 19 a partir da proporção de solteiros em cada idade. Assim, esse método é aplicável a qualquer pergunta de pesquisa que envolva a transição para um estado absorvente, ou seja, para um estado do qual não se pode retornar. Apesar de não ser um estado absorvente – teoricamente os indivíduos podem sair e voltar para este diversas vezes –, na prática, a VLTC se comporta como um estado absorvente porque as variáveis que captam a intenção de trabalho reduzem significativamente as flutuações de variáveis como “status ocupacional”. Além disso, a quantidade de pessoas deixando a VLTC é muito maior do que as que estão voltando nas idades aqui analisadas.

Os valores estimados serão utilizados para responder quem são os jovens com maior duração da infância e como esse valor foi afetado pela crise econômica.

Justificativas para não procurar emprego

Neste trabalho, também investigamos as três razões pelas quais um jovem se mantém livre de atividades de trabalho, como pode ser visto na Figura 1: o indivíduo não procurou trabalho por estar estudando, porque se considerava muito jovem para trabalhar ou porque simplesmente não queria.

Prosseguimos, então, com um modelo de Regressão Multinomial Logística. O modelo estima a chance de um indivíduo responder à opção m dadas suas características pessoais x (idade, sexo, raça/cor e quintil de renda familiar *per capita*) em comparação a outra resposta. Com regressões multinomiais, para cada ano, estimamos o efeito de ser homem, de ser branco e de pertencer a diferentes classes sociais, além de um controle por idade, sobre a chance de o indivíduo responder que não procurou trabalho por se considerar muito jovem ou por simplesmente não querer *vis-à-vis* responder que não procurou por ter de estudar, o que seria a resposta ideal. As razões de chance serão comparadas para verificar quais são as explicações mais utilizadas pelos jovens e como elas variam de acordo com suas características sociodemográficas.

Limitações

Nossa análise tem limitações. A primeira é que a mensuração do trabalho pode ser subestimada devido à forma como a questão da pesquisa é feita (semana de referência), podendo subestimar formas de trabalho temporário. A segunda limitação é que, na impossibilidade de assegurar que os jovens estão trabalhando unicamente devido à

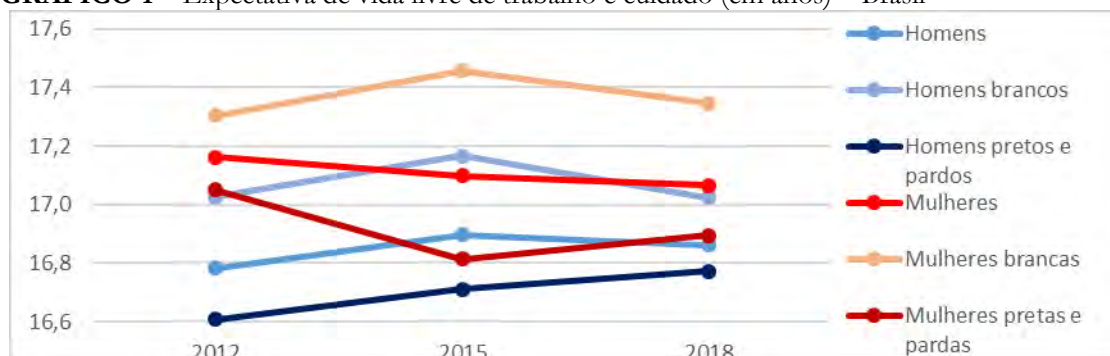
condição econômica da sua família, nossa classificação de vida adulta pode ser imprecisa porque estamos assumindo que qualquer experiência laboral na adolescência é negativa por competir com a escolarização. A literatura pontua que o trabalho na adolescência não é sempre negativo e que pode haver benefícios na entrada precoce no mercado de trabalho, especialmente para grupos de baixa escolaridade (ARAÚJO; FERREIRA, 2006). Para alguns grupos mais vulneráveis, por exemplo, o ensino médio compulsório pode acarretar consequências negativas (GOMES, 2010). Por fim, é importante ter em mente que o tipo de trabalho varia com sexo e status socioeconômico. Assim, é imprescindível que análises por tipo de ocupação sejam incorporadas em trabalhos futuros.

RESULTADOS

Quem são os jovens que passam mais tempo livres de atividades de trabalho e cuidado?

Os resultados da aplicação do método de SMAFM são uma estimativa de como a VLTC varia no tempo e entre grupos sociodemográficos. O Gráfico 1 ilustra os resultados por sexo e raça/cor. Na média, homens passam menos tempo livre de trabalho e cuidado do que as mulheres. As diferenças são de cerca de 0,4 anos em 2012 e 0,2 anos em 2015 e 2018 e podem ser explicadas pela entrada precoce e maior participação dos homens no mundo laboral. Outro fator que pode explicar esse resultado é a maior inserção feminina na educação superior, o que pode causar um desejo de adiamento do início da vida laboral.

GRÁFICO 1 – Expectativa de vida livre de trabalho e cuidado (em anos) – Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2012, 2015 e 2018 (IBGE, 2020).

Para ambos os sexos, pretos e pardos têm uma menor expectativa de vida livre de trabalho e cuidado em comparação aos brancos. A crise econômica brasileira parece ter atingido de forma diferente esses grupos no que diz respeito à duração da VLTC. O resultado para homens e mulheres brancos sugere que eles tiveram sua VLTC aumentada no eclodir da crise em 2015, e em 2018 voltaram ao patamar observado em 2012. Podemos

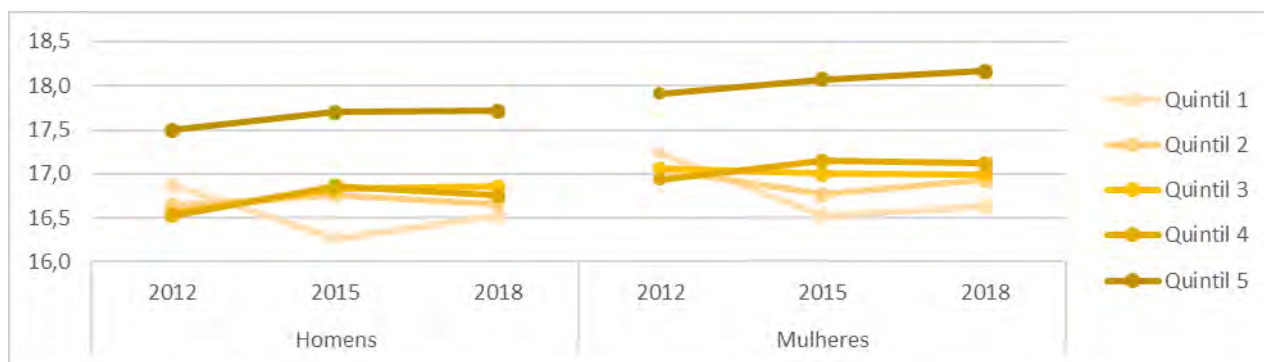
explicar essa observação a partir da percepção de que este é um grupo privilegiado dentro da sociedade brasileira, mais propenso a ser inserido num contexto econômico e familiar que o protege (em parte) de turbulências econômicas. Uma vez que as perspectivas de inserção no mercado de trabalho pioram, esse escudo social permite que eles adiem sua entrada no mundo do trabalho para um momento futuro de melhores perspectivas. Temos duas hipóteses para a recuperação em 2018: essa população branca pode ter conseguido se inserir no mercado de trabalho nesse período mais recente, ou a persistência da crise econômica brasileira (e uma consequente queda da renda das famílias) pode ter elevado a pressão para que eles entrassem no mercado de trabalho, mesmo que não fosse na condição de ocupado. A próxima parte desta seção nos ajudará a entender melhor o que aconteceu.

Entre os homens e as mulheres pretos e pardos, o resultado observado no Gráfico 1 pode ser explicado pela maior vulnerabilidade desse grupo às oscilações do mercado de trabalho. O persistente aumento da VLTC entre esses homens enquanto a crise econômica brasileira se intensificava pode ser interpretado como uma reação de permanecer fora do mercado de trabalho à medida que suas perspectivas de emprego diminuem. Além disso, mesmo com o aumento da VLTC deles no período analisado, eles ainda são o grupo sociodemográfico que passa menos tempo na infância.

As mulheres pretas e pardas chamam a atenção pelo fato de a sua trajetória no tempo ser oposta à da população branca. Entre os quatro grupos, elas talvez sejam o mais vulnerável no mercado, pois carregam a dupla penalidade da discriminação por sexo e por cor. Inseridas num contexto de maior fragilidade econômica e familiar, quando a crise econômica se intensifica e a renda familiar cai, elas são empurradas para dentro do mundo do trabalho, pago, não pago ou doméstico. Mais tarde, quando a crise persiste e as perspectivas de emprego pioram, elas podem perder espaço no mercado de trabalho e consequentemente transferir o seu tempo para os estudos.

O Gráfico 2 mostra o comportamento temporal da VLTC por quintil de renda familiar *per capita*, separadamente para homens e mulheres. Chama a atenção que os indivíduos inseridos nas famílias mais ricas passam mais tempo livres de atividades laborais e de cuidado do que o resto da população: praticamente têm um ano adicional de infância e juventude que os demais, independentemente do sexo.

GRÁFICO 2 – Expectativa de vida livre de trabalho e cuidado (em anos) – Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2012, 2015 e 2018 (IBGE, 2020).

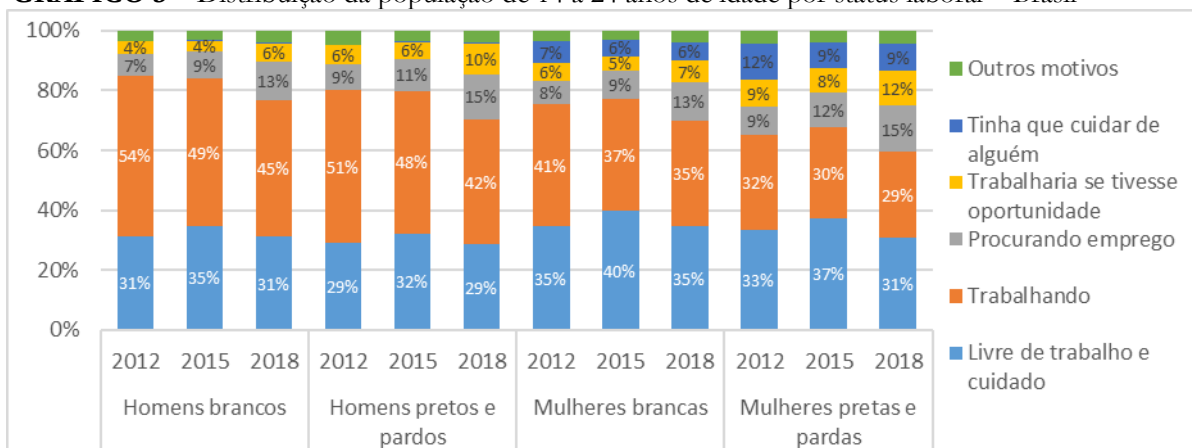
Se considerarmos os quintis intermediários como classe média, esse parece ser um grupo mais homogêneo para os homens do que para as mulheres. Essa diferença pode ser explicada pelo padrão de tempo despendido por mulheres com cuidado de outros (que é irrisória para os homens) ou a tendência delas de se escolarizar mais do que os homens, o que as leva a adiar sua entrada no mercado de trabalho, entrada essa que é diretamente relacionada com o padrão de escolaridade.

É importante verificar a evolução do tempo médio de vida livre de trabalho e cuidado entre classes sociais. Enquanto os ricos têm sua VTLC aumentando no tempo devido ao possível reflexo da proteção social que a renda da família exerce para proteger esses jovens de oscilações no mercado de trabalho (efeitos que, em menor grau, podem ser notados na classe média), entre os mais pobres a crise econômica leva a uma queda na renda da família, o que pressiona sua inserção no mercado. Com a persistência da crise, a pior perspectiva de emprego os levaria a abandonar o mundo do trabalho.

Por quais caminhos cada grupo social transita para a vida adulta?

O Gráfico 3 mostra a composição dos jovens brasileiros por status no mercado de trabalho, por sexo e raça/cor ao longo dos três anos analisados, para explorar os diferenciais na VLTC apresentados na seção anterior. Torna-se evidente que a crise econômica brasileira diminuiu a proporção de jovens que estavam trabalhando em todos os grupos sociodemográficos e aumentou a proporção de desempregados.

GRÁFICO 3 – Distribuição da população de 14 a 24 anos de idade por status laboral – Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2012, 2015 e 2018 (IBGE, 2020).

Também é possível notar que a proporção de respondentes que trabalhariam se tivessem oportunidade se manteve constante em 2012 e 2015 (uma leve queda para as mulheres) e aumentou em 2018. Durante a crise, jovens procuram por emprego e se tornam desempregados; com a persistência da crise, eles se desiludem com o mercado de trabalho e param de procurar emprego, embora declarem que gostariam de voltar a trabalhar se pudessem.

No período há, também, mudanças na proporção de mulheres que admitem estar fora do mercado de trabalho por terem de cuidar de alguém (essa resposta é ínfima entre os homens, variando em torno de 0,3%). Quando a crise se instala, há uma queda nessa proporção, o que pode ser lido como um movimento das mulheres de abandonar atividades não remuneradas e entrar no mercado de trabalho para compensar uma possível queda na renda familiar. A diferença racial observada entre mulheres pode ser explicada pelo contexto social que incentiva as brancas a entrarem no mercado de trabalho, enquanto as pretas e pardas restam papéis de formação familiar precoce, já que sua participação no mercado é penalizada com menores salários e menores chances de serem contratadas.

Quais são as justificativas mais citadas pelos jovens para procurar emprego e como elas variam de acordo com suas características socioeconômicas?

O Gráfico 4 ilustra os principais resultados das regressões multinomiais plotando os valores das razões de chance comparados com as categorias de referência de cada grupo socioeconômico. É possível perceber que, comparados às mulheres, homens têm uma menor chance de declarar que não procuraram emprego por estarem estudando: as duas outras respostas têm chance maior do que 1. Este é um resultado esperado, dada a conhecida maior escolaridade feminina.

GRÁFICO 4 – Razão de chance de justificativa para não procurar emprego (em comparação a não procurar por ter de estudar)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2012, 2015 e 2018 (IBGE, 2020).

Também é possível observar que ser branco aumenta a chance de o indivíduo responder que não procurou trabalho por se considerar muito jovem. Ao mesmo tempo, a chance de responder que não quer trabalhar, ao invés de estudar, é maior para os negros. Esses são indícios da existência de normas etárias raciais no mercado de trabalho, que penalizam pretos e pardos com uma entrada precoce no mundo dos adultos, sacrificando o processo de escolarização.

Analisando os resultados por quintil de renda, como esperado, vemos que, em comparação aos filhos das famílias mais pobres, os filhos das famílias mais ricas têm uma maior chance de se manter fora do mercado de trabalho para continuar se escolarizando.

CONCLUSÕES

A partir deste trabalho concluímos que há importantes diferenças sociais que podem ser compreendidas como normas sociais no que diz respeito ao momento e às características da transição para a vida adulta no Brasil. As trajetórias de homens e mulheres, intrinsecamente diferentes, são também moldadas pela sua raça/cor e pelo status socioeconômico da sua família. Transitam mais cedo para o mercado de trabalho os homens em comparação com as mulheres, pessoas pretas e pardas em comparação com as brancas e jovens advindos de famílias de renda mais baixa em comparação com as famílias mais abastadas. Esses achados reforçam a necessidade da implementação de estratégias de permanência no sistema escolar, conciliação de escola e mercado de trabalho ou, no caso de jovens do sexo feminino, formação de família e continuidade dos estudos. Pesquisas futuras deverão investigar o efeito de programas de transferências de renda (SANTOS, 2019) e de formação profissional (CORSEUIL; FOGUEL; GONZAGA, 2018) nas trajetórias para o mercado de trabalho e a formação de família.

A crise impactou cada grupo social de forma diferente devido a uma maior vulnerabilidade de alguns deles às oscilações do mercado de trabalho. Enquanto o quintil mais pobre foi fortemente impactado, os mais ricos tiveram sua VLTC aumentando ao longo do tempo, o que sugere uma vantagem cumulativa. Ao que tudo indica, durante a crise econômica os jovens procuram por emprego e se tornam desempregados. Com a persistência da crise, eles se desiludem com o mercado de trabalho e se retiram dele, embora declarem que gostariam de trabalhar se houvesse oportunidade. Mulheres, especialmente pretas e pardas, que têm o curso de vida marcado pelas atividades de cuidado, com o eclodir da crise tentam entrar, sem sucesso, no mercado de trabalho para compensar uma possível queda na renda familiar.

Estudos futuros deverão investigar o significado de algumas respostas, em especial para homens pretos e pardos que dizem não estar procurando trabalho porque não querem. É possível que, em altos níveis de discriminação na inserção no mercado de trabalho, esse grupo assuma uma autonomia pela falta de planos de vida. Tanto sua incrível resiliência quanto sua desolação são razões de preocupação por impactarem o desenvolvimento socioeconômico desses homens. Por fim, à medida que turbulências políticas e econômicas no Brasil progredirem, especialmente em contextos de crises sanitárias, seremos capazes de observar como essas variáveis se comportarão no futuro e quais as consequências para essa geração.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, H.; FERREIRA, H. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. In: CAMARANO, A. (ed.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006.
- ARNETT, J. Emerging adulthood: the winding road from the late teens through the twenties. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 55, n. 5, p. 469-480, 2000.
- BARROS, R.; FOX, L.; MENDONÇA, R. Female-headed households, poverty and the welfare of children in urban. **Economic Development And Cultural Change**, Chicago, v. 45, n. 2, p. 231-257, 1997.
- BASU, K.; TZANNATOS, Z. Child labor and development: an introduction. **The World Bank Economic Review**, Philadelphia, v. 17, n. 2, p. 145-146, 2003.
- BERQUÓ, E.; GARCIA, L. Youth and reproduction: demographic, behavioral and reproductive profiles in the PNDS-2006. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 46, n. 4, p. 685-693, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, DF, 2009.
- BUCHMAN, M. **The script of life in modern society: entry into adulthood in a changing world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

- CAMARANO, A. (ed.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006.
- CAMARANO, A.; MELLO, J.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. (ed.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006. P. 31-60.
- COHEN, B. et al. Conceptual framework. In: LLOYD, C. (ed.). **Growing up global: the changing transitions to adulthood in developing countries.** Washington, DC: The National Academic Press, 2005.
- CORIJN, M. Transition to adulthood: sociodemographic factors. In: CORIJN, M.; KLIJZING, E. (ed.). **Transitions to adulthood in Europe.** New York, NY: Springer, 2001.
- CORSEUIL, C.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G. **Apprenticeship as a stepping stone to better jobs: evidence from brazilian matched employer-employee data.** Rio de Janeiro, RJ: PUC Rio, 2018. (Texto para Discussão, n. 651).
- EDMONDS, E. **Will child labor decline with improvements in living standards?** Hanover: Dartmouth College, Department of Economics, 2001.
- EMERSON, P.; SOUZA, A. **Is there a child labour trap? Inter-geracional persistence of child labour in Brazil.** Nashville, TN: Vanderbilt University/Department of Economics. 2002. (Working Paper, n. 02-W14).
- FURLONG, A.; CARTMEL, F. **Young people and social change: individualisation and risk in late modernity.** Buckingham: Open University Press, 2007.
- GOMES, C. Ensino médio obrigatório: que impactos? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, SP, v. 21, n. 46, p. 319-340, 2010
- GONZAGA, G. The effects of and apprenticeship program on labor market outcomes of youths in Brazil. In: MEETING OF THE BRAZILLIAN ECONOMETRIC SOCIETY, 34., 2012, Porto de Galinhas, PE. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: SBE, 2012.
- HAJNAL, J. Age at marriage and proportions marrying. **Population Studies**, London, v. 7, n. 2, p. 111-136, 1953.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2012 a 2019.** Rio de Janeiro, RJ, 2020.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados do Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- KAGAWA, R. et al. The experience of adolescent motherhood: an exploratory mixed methods study. **Journal of Advanced Nursing**, [J. L], v. 73, n. 11, p. 2566-2576, 2017.
- KASSOUF, A. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007.
- KASSOUF, A. **Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil.** São Paulo, SP: Secretaria dos Direitos Humanos, 2002.
- KERCKHOFF, A. From student to worker. In: MORTIMER, J.; SHANAHA, M. (ed.). **Handbook of the life course.** New York, NY: Springer, 2003.
- LAMEIRAS, M.; CORSEUIL, C.; CARVALHO, S. Mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 46, 2020.

- LEME, M.; WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.
- MADEIRA, F. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. (ed.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006.
- MENEZES-FILHO, N.; CABANAS, P.; KOMATSU, B. **A Condição “Nem-nem” entre os Jovens é Permanente?** São Paulo, SP: Insper, 2013. (Policy Paper n. 7).
- NAGARAJ, K. **Female and child workers in a household industry.** Gandhinagar: Madras Institute of Development Studies, 2002.
- NARITA, R.; DIAZ, M. D. M. Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: Evidence from Brazilian data. **Economia**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 238-252, 2016.
- RINDFUSS, R.; SWICEGOOD, C.; ROSENFELD, R. Disorder in the life course: how common and does it matter? **American Sociological Review**, US, v. 52, n. 6, p. 785-801, 1987.
- SANTOS, J. **As trajetórias de jovens egressos do ensino médio de escola pública no mercado de trabalho de Salvador no período de 2011 a 2017.** 2018. 136f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA, 2018.
- SANTOS, M. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 6, p. 2233-2247, 2019.
- SHANAHAN, M. Pathways to adulthood in changing societies: variability and mechanisms in life course perspective. **Annual Review of Sociology**, US, v. 26, n. 1, p. 667-692, 2000.
- TILLMANN, E.; COMIM, F. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração Nem-Nem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 46, n. 2, p. 47-78, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7290>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.
- TOMÁS, M.; OLIVEIRA, A.; RIOS-NETO, E. Adiamento da entrada no mercado de trabalho sob um enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, SP, v. 25, n. 1, p. 91-107, 2008.
- UNFPA. **Fecundidade e dinâmica da população brasileira.** Brasília, DF, 2018. (Relatório). Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop_brasil_web.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.
- VIEIRA, J. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, SP, v. 25, n. 1, p. 27-48, 2008.

INDICADOR MULTIDIMENSIONAL DE BEM-ESTAR PARA OS IDOSOS: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL

Lídia Pereira Rodrigues¹
Mirian Martins Ribeiro²
Mariângela Furlan Antigo³

RESUMO

O envelhecimento populacional é uma das principais consequências da transição demográfica vivenciada pelo Brasil desde os anos de 1940. Em poucas décadas, a proporção da população idosa crescerá significativamente, reforçando a importância desse grupo para toda a sociedade, bem como a urgência de se pensar políticas públicas mais eficientes voltadas para ele. Além disso, não somente a proporção de idosos irá crescer, como também os anos que esses idosos viverão, ou seja, teremos uma população bem mais longeva, o que pode ser explicitado pelo aumento dos “super idosos”, os idosos que possuem 80 anos ou mais. Portanto, é importante analisar de maneira mais ampla e profunda as condições dos idosos na sociedade com o intuito de nortear a construção de políticas públicas mais eficientes. Para tanto, é proposto um índice multidimensional que busca auxiliar na caracterização do bem-estar da terceira idade no Brasil, através de seis dimensões principais: saúde, capacidade funcional, educação, inserção social, renda e condição do domicílio. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 é utilizada como fonte de dados e o método Alkire-Foster é a base para a construção do índice. Os resultados do índice mostram que há uma forte incidência de privação de bem-estar entre os idosos brasileiros, bem como uma significativa heterogeneidade entre eles. A maior desigualdade encontrada se refere ao sexo: a velhice é menos favorável às mulheres que, em todos os recortes considerados, sofrem mais privações que os homens. As regiões Norte e Nordeste, as classes econômicas mais pobres e os idosos mais velhos representam os grupos com maiores índices de privação.

Palavras-chave: Envelhecimento; Idoso; Gênero; Bem-estar; Índice.

INTRODUÇÃO

A transição demográfica trouxe profundas alterações na composição etária da população brasileira, o que modifica vários aspectos da sociedade. Com a diminuição das taxas de mortalidade e de fecundidade, a configuração da pirâmide etária tem se transformado com o passar dos anos, desenhando uma população cada vez mais madura, com redução do número de crianças e jovens relativamente ao de adultos e idosos. E o aumento do peso relativo destes últimos tem chamado a atenção tanto pela sua intensidade quanto pela velocidade com que ocorre.

O envelhecimento populacional é uma das principais consequências do processo de transição demográfica. O aumento da proporção de idosos na população modifica as demandas no sistema de saúde, na previdência social, no mercado de trabalho, na

¹ Mestre em Economia Aplicada em 2017 pela Universidade Federal de Ouro Preto. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: lidiarodrigues.bh@gmail.com

² Doutora em Demografia em 2016 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: miriannina@gmail.com

³ Doutora em Economia em 2010 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: maantigo@gmail.com

configuração familiar, na mobilidade urbana, dentre outras questões. Assim, ao mesmo tempo que os idosos modificam quantitativamente a população, já que seu número absoluto e relativo só tende a crescer com os anos, eles também modificam qualitativamente as demandas sociais, visto que suas características e necessidades são bastante específicas.

Entender a fundo as demandas específicas do grupo idoso é um fator central para que nos próximos anos a sociedade consiga atingir um desenvolvimento satisfatório, que integre as necessidades já existentes na comunidade com as novas trazidas pelo envelhecimento. Para tanto, conhecer os aspectos que mais afetam suas vidas é uma exigência urgente de uma sociedade que envelhece rapidamente e que não parece se adaptar a esta nova realidade numa velocidade compatível.

Portanto, considerando uma abordagem multidimensional e a importância dos idosos para a sociedade, o presente trabalho buscará, através da análise e da mensuração do bem-estar dos idosos, investigar as demandas e necessidades desse grupo que ganha relevância no cenário social e econômico. Tal propósito busca auxiliar na construção e implementação de melhores políticas públicas e privadas com foco na velhice – buscando torná-la mais completa e prazerosa para os cidadãos mais velhos.

Nesse sentido, os objetivos deste trabalho são: identificar os fatores mais relevantes relacionados ao bem-estar dos idosos brasileiros; conhecer, através de características sócio demográficas, quem são eles diferenciando-os por sexo, região, classe econômica e grupo etário; construir um índice multidimensional que verifique o seu bem-estar; e, por fim, apresentar e discutir os resultados obtidos com a aplicação do índice.

MÉTODOS

Para explorar o bem estar dos idosos brasileiros será utilizada a metodologia proposta por Alkire e Foster (2007), que tem por objetivo o cálculo de um índice de pobreza multidimensional. Segundo os autores, o método em questão é vantajoso visto que a mensuração da pobreza (ou do bem-estar) pode ser realizada através de dados agregados – o que é o caso do presente trabalho – e também pelo pesquisador ter a liberdade de escolher os indicadores e dimensões de acordo com a localidade ou com a população pesquisada. Além disso, como aponta Brites et al. (2017), a utilização do método AF para o Brasil é interessante, pois, é possível não somente identificar quem são os indivíduos privados de certos atributos, mas, sobretudo, verificar o quão privados eles são nas suas diferentes dimensões em cada uma das grandes regiões do país. Assim, pode-se comparar

os resultados das regiões, dado que elas são, essencialmente, muito desiguais entre si, o que auxiliará os gestores nas propostas de políticas públicas mais específicas de acordo com o perfil e as características encontradas em cada região. A partir destas considerações, a sistematização do índice é apresentada a seguir com base em Wasswa (2015).

Deixe $i = 1...n$ denotar os n indivíduos da amostra e $j = 1...d$ as d dimensões consideradas. Seja x_{ij} as realizações⁴ do indivíduo i na dimensão j , logo, x_i é um vetor $d \times 1$ das realizações do indivíduo i em todas as dimensões d e x é uma matriz $n \times d$ de realizações de todos os indivíduos. Nessa metodologia teremos dois valores de corte, que são os pontos abaixo dos quais o indivíduo é considerado como privado: o primeiro é representado por z_j , que é o ponto de corte da dimensão d , portanto, z_j é o corte de privação para a dimensão j ; o segundo é identificado por $k \in [1,d]$ e representa o limite de pobreza exigido para que um indivíduo seja considerado multidimensionalmente pobre, dito de outra forma, a pessoa tem que ser privada, ao menos, em k dimensões para que seja multidimensionalmente pobre. O vetor de pesos será denominado de w e será definido como $w_j > 0$, que representa o peso aplicado à dimensão j . Finalmente, $I(\cdot)$ representa a função do indicador, a qual assume o valor 1, se a expressão em parênteses é verdadeira e 0, caso contrário.

A soma ponderada da privação do indivíduo i pode ser expressa como na equação 1:

$$c_i = \sum_{j=1}^d w_j I(x_{ij} < z_j). \quad 1)$$

Dessa maneira, c_i fornece o número total de dimensões (ponderadas) nas quais i é privado. Então, se a pessoa i é privada em todas as dimensões, então $c_i = d$, visto que $\sum_{j=1}^d w_j = d$; mas, se i não é privado em qualquer das dimensões, então $c_i = 0$; e, se i é privado apenas na dimensão j , então $c_i = w_j$. Se $c_i \geq k$, então a pessoa i é identificada como sendo multidimensionalmente pobre.

A estatística mais básica que se pode calcular com a estrutura apresentada acima é a incidência multidimensional⁵, H , que mede a proporção de pessoas que são multidimensionalmente pobres:

$$H(x; z, k, w) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n I(c_i > k). \quad 2)$$

⁴ Tradução livre de “*achievements*”.

⁵ Tradução livre de “*the multidimensional headcount ratio*”.

Outra estatística importante é a intensidade (ou amplitude) da pobreza, A . Ela é definida como a média de privações (como um número máximo de possíveis privações) sofridas pelo indivíduo multidimensionalmente pobre:

$$A(x; z, k, w) = \frac{1}{nHd} \sum_{i=1}^n I(c_i \geq k) c_i. \quad 3)$$

Ao combinar as duas estatísticas acima, é possível obter a incidência ajustada⁶, representada por M_0 . Ela quantifica a média ponderada do número de privações (como proporção do número máximo de privações possíveis) em toda a população considerada, enquanto omite as privações daqueles considerados não pobres multidimensionalmente.

$$M_0(x; z, k, w) = \frac{1}{nd} \sum_{i=1}^n I(c_i \geq k) c_i. \quad 4)$$

É possível ver pela equação 4 que $M_0(x; z, k, w) = H(x; z, k, w) \times A(x; z, k, w)$, indicando que M_0 é sensível tanto à prevalência (H) quanto à intensidade (A) da pobreza.

Os indicadores e suas respectivas linhas de corte não terão por objetivo mensurar a pobreza, mas o nível de bem-estar dos idosos, logo, os pontos de corte de cada indicador definirão se o idoso é ou não privado de um mínimo de bem-estar naquele indicador. Os idosos serão então divididos em dois grupos: i) os que não são privados naquele indicador e, portanto, possuem um mínimo de bem-estar e ii) os que são privados naquele indicador e não possuem um mínimo de bem-estar. A definição do que seria o mínimo em cada indicador considerou as discussões teóricas e empíricas apresentadas pela literatura pertinente. O Quadro 1 apresenta as dimensões com seus respectivos indicadores e cortes.

⁶ Tradução livre de “*adjusted headcount ratio*”.

QUADRO 1 – Descrição das dimensões, indicadores e pesos do índice multidimensional de bem-estar do idoso

Descrição dos indicadores por dimensão	
A – Saúde (1/6)⁷	A.1 Saúde auto avaliada - SAA (1/24) ⁸ (0) Saúde Auto Avaliada muito boa/boa/regular (1) Saúde Auto Avaliada ruim/muito ruim A.2 Doenças crônicas (1/24) (0) Diagnóstico de até 1 doença crônica ⁹ (1) Diagnóstico de 2 ou mais doenças crônicas A.3 Limitação por Doença Crônica (1/24) (0) Nenhuma doença crônica limita as atividades habituais (1) Pelo menos uma doença crônica limita as atividades habituais A.4 Depressão (1/24) (0) Não foi diagnosticado com depressão (1) Possui diagnóstico de depressão
B – Capacidade Funcional (1/6)	B.1 Atividades de Vida Diária ¹⁰ (1/12) (0) Não tem dificuldade em realizar as atividades de vida diária (1) Tem algum grau de dificuldade em, ao menos, uma atividade de vida diária B.2 Atividades Instrumentais de Vida Diária ¹¹ (1/12) (0) Não tem dificuldade em realizar as atividades instrumentais da vida diária (1) Tem algum grau de dificuldade em, ao menos, uma atividade instrumental de vida diária
C – Educação (1/6)	C.1 Analfabetismo (1/6) (0) Sabe ler e escrever (1) Não sabe ler e escrever
D – Inserção Social (1/6)	D.1 Discriminação no serviço de saúde (1/12) (0) Não sofreu nenhum tipo de discriminação (1) Sofreu algum tipo de discriminação D.2 Participação Social (1/12) (0) Participa de atividades sociais organizadas (1) Não participa de atividades sociais organizadas
E – Renda (1/6)	E.1 Aposentadoria/Pensão (1/6) (0) Recebeu aposentadoria/pensão do INSS (1) Não recebeu aposentadoria/pensão do INSS
F – Condição do Domicílio (1/6)	F.1 Condição do domicílio e meio-ambiente (1/6) (0) Domicílio não possui nenhuma característica de “má condição” ¹² (1) Domicílio possui alguma característica de “má condição”

Fonte: Elaboração própria.

A definição dos pesos de cada dimensão seguirá a sugestão de Alkire e Foster (2007) que definiram pesos iguais para cada uma das dimensões. Essa ponderação se

⁷ Pesos das dimensões.

⁸ Peso dos indicadores.

⁹ Doenças Crônicas consideradas: hipertensão, diabetes, doença do coração, AVC, asma, artrite/reumatismo, DORT (distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho), depressão, doença no pulmão, câncer e insuficiência renal.

¹⁰ Atividades de Vida Diária: comer sozinho, ir ao banheiro sozinho, se vestir sozinho, andar em casa sozinho, deitar/levantar da cama sozinho, sentar/levantar sozinho.

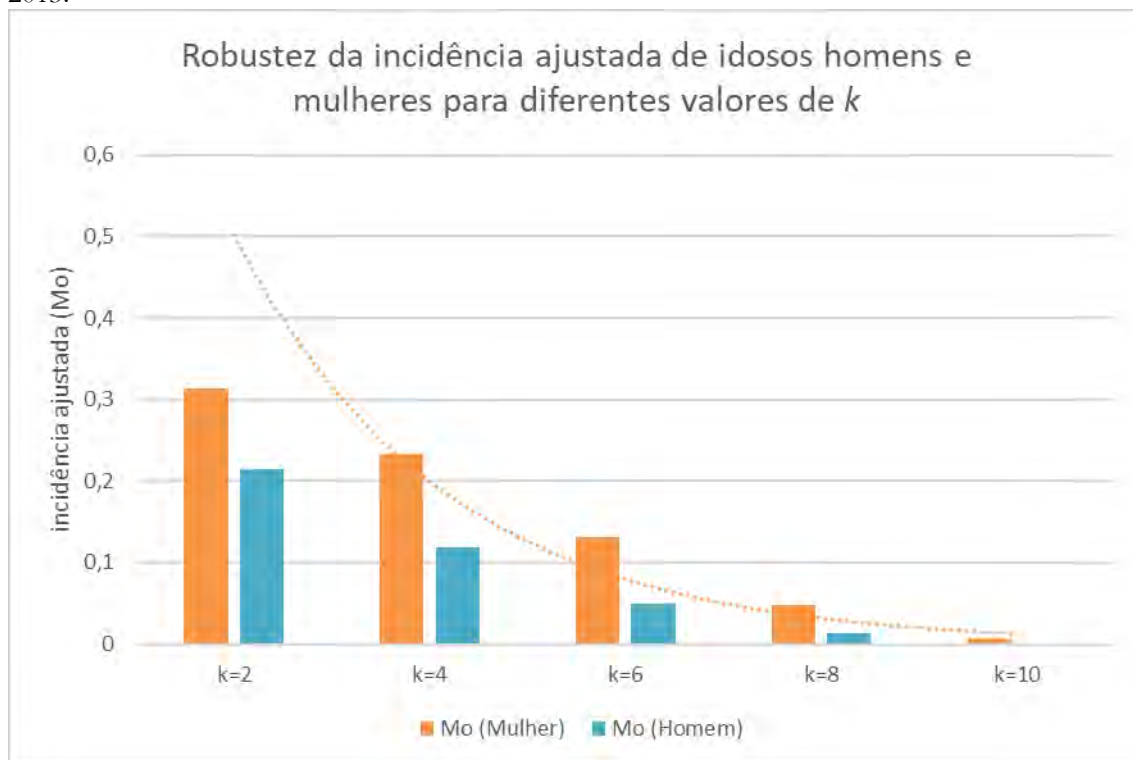
¹¹ Atividades Instrumentais de Vida Diária: fazer compras sozinho, cuidar das finanças sozinho, tomar remédio sozinho, ir ao médico sozinho, sair de casa sozinho.

¹² “Má condição”: piso de madeira aproveitada, terra ou outro material; fogão utiliza lenha, carvão, outro ou não tem fogão; abastecimento de água é feito por poço ou nascente, carro-pipa, água da chuva, rios, lagos e igarapés ou outro; escoadouro do banheiro é feito por vala, direto para rio, lago ou mar ou outra; lixo é queimado, jogado em terreno, rio, lago ou mar ou outro; paredes são de taipa, madeira aproveitada, palha ou outro; telhado é feito de zinco ou chapa metálica, madeira aproveitada, palha ou outro.

justifica pelo fato de todas as dimensões estarem inter-relacionadas e afetarem umas às outras. Assim, dadas as 6 dimensões, cada uma terá um peso de 1/6. Novamente, como sugerem os autores acima, os indicadores de cada dimensão serão igualmente ponderados, de acordo com a quantidade de indicadores que cada dimensão possuir. Por exemplo, a dimensão *saúde* possui quatro indicadores, logo, cada um receberá um peso de 1/24.

Para demonstrar a robustez dos resultados, foi utilizada a incidência ajustada (M_0) em relação aos cortes de privação de bem-estar (k). O método para tal avaliação está baseado em Santos (2014) e Alkire et al. (2015). Para avaliar a robustez é preciso lembrar que uma pessoa é considerada privada de bem-estar somente se o ϵ_i (número total de dimensões nas quais o indivíduo i é privado) for maior que o k (limite de privação exigido para que um indivíduo seja considerado multidimensionalmente privado de bem-estar). Dessa maneira, é esperado que, ao estabelecer valores elevados para k , o número de pessoas consideradas privadas de bem-estar seja menor. Ao contrário, quando o k é reduzido, o número de privações facilmente ultrapassarão os valores de k e, então, mais pessoas serão consideradas privadas de bem-estar. É possível verificar no Gráfico 1 que os dados utilizados seguem a tendência esperada: para o Brasil como um todo, tanto para homens quanto para mulheres, quanto maior o valor de k , menor foi a incidência ajustada, que tendeu para zero. Assim, tais resultados corroboram para que os valores de M_0 sejam robustos para os diferentes valores de k no período considerado: 2013.

GRÁFICO 1 – Robustez da incidência ajustada (M_0) para diferentes valores de k por sexo – Brasil, 2013.



Fonte: Elaboração própria com dados da PNS 2013.

A fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), que foi realizada somente no ano de 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em convênio com o Ministério da Saúde. Apesar do tema saúde já ter sido tratado em alguns suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 1998, 2003 e 2008, a PNS mostra-se pioneira como uma pesquisa a nível nacional que busca aprofundar nos temas relacionados a essa dimensão, tendo sido planejada para aprimorar a precisão e alcance dos dados coletados. Ao ampliar o conjunto de informações referentes às características de saúde da população brasileira, ela pretende auxiliar na elaboração, na supervisão e na avaliação das políticas públicas de saúde. Além disso, dados sobre educação, rendimentos, trabalho e habitação também são encontrados na pesquisa.

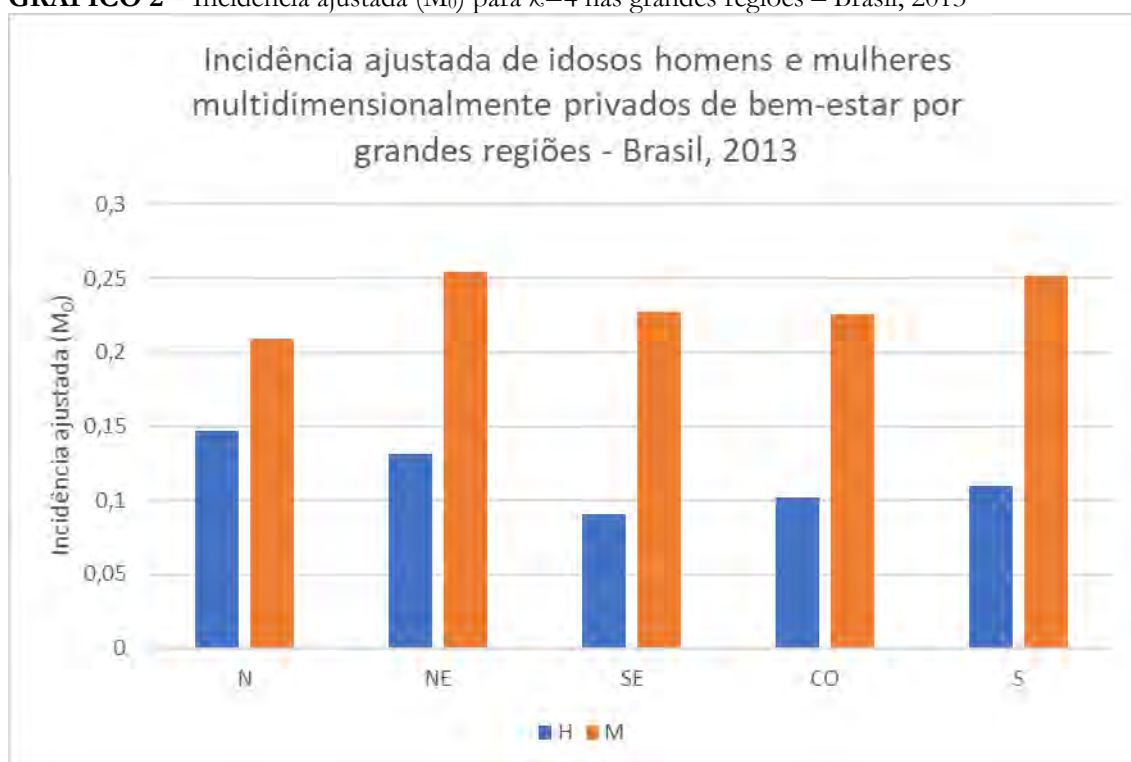
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados a seguir para as grandes regiões, para as classes econômicas e para grupos de idade, sendo permeados pelas diferenças entre os sexos – já que este período da vida reflete o acúmulo das experiências de toda uma vida baseada em desigualdades sociais e econômicas, que desfavoreceram as mulheres por muito tempo.

O Gráfico 2 mostra que as mulheres possuem altos índices de privação em todas as regiões, apresentando uma pequena diferença entre elas, ou seja, a privação entre as

idosas encontra-se num patamar maior que entre os homens e é mais uniformemente distribuída que entre eles. Já a privação masculina, apesar de ser mais desigual entre as regiões, como é o caso das regiões Norte e Sudeste, situa-se num nível inferior em relação a elas. As regiões Sudeste e Sul destacam-se pelo grande hiato de privação existente entre os sexos, ao contrário da Norte, que apresenta a menor diferença entre eles por causa de um alto índice de privação para os homens, o maior entre as regiões, e um menor índice para as mulheres, o menor entre elas.

GRÁFICO 2 – Incidência ajustada (M_0) para $k=4$ nas grandes regiões – Brasil, 2013



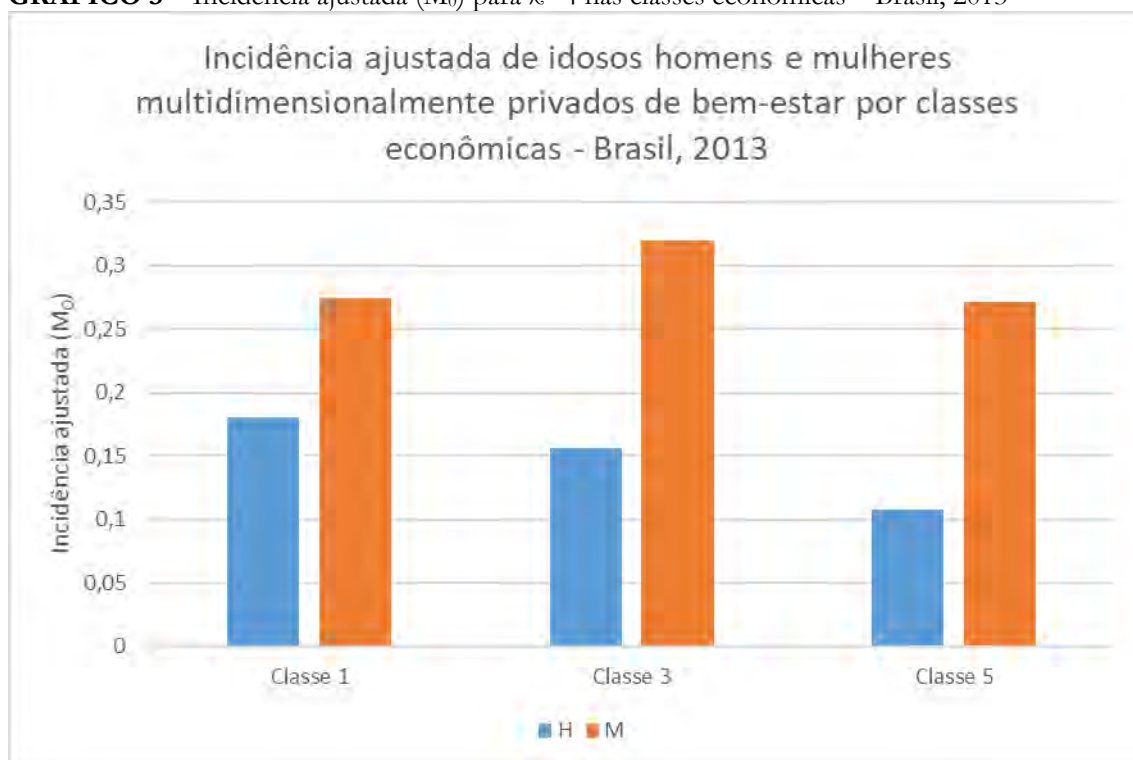
Fonte: Elaboração própria com dados da PNS 2013.

Assim, a privação entre as mulheres é mais persistente que entre os homens, já que, para elas, mesmo morando em regiões econômica e socialmente mais favoráveis, como é o caso do Sul e do Sudeste, o índice de privação continua em altos patamares. Isso pode ser visto quando compara-se o índice das mulheres entre as regiões Sul e Nordeste: apesar de serem regiões muito distintas, o índice de privação apresenta o mesmo nível. Entre os homens, o índice parece ter uma relação mais direta com a região de moradia: regiões menos favoráveis, como Norte e Nordeste, apresentam índices maiores de privação, ao contrário do que se observa em regiões mais favoráveis, como Sul e Sudeste, onde o índice se encontra em níveis menores.

O Gráfico 3 mostra os resultados em relação à classe econômica. A privação feminina encontra-se novamente num patamar superior à masculina, mas ao contrário

desta, não tem uma distribuição linear: entre os homens, quanto maior a classe econômica, menor o índice de privação – o que não é observado entre as mulheres, que apresentam valores iguais do índice para as classes 1 e 5 enquanto que a classe 3 possui o maior valor para elas. O maior hiato de privação de bem-estar entre os sexos está na classe 5, onde os homens têm o menor valor do índice de privação, ao contrário da classe 1, onde está o menor hiato – por causa do maior valor de M_0 para eles, já que para as idosas este valor permanece o mesmo da classe 5.

GRÁFICO 3 – Incidência ajustada (M_0) para $k=4$ nas classes econômicas – Brasil, 2013



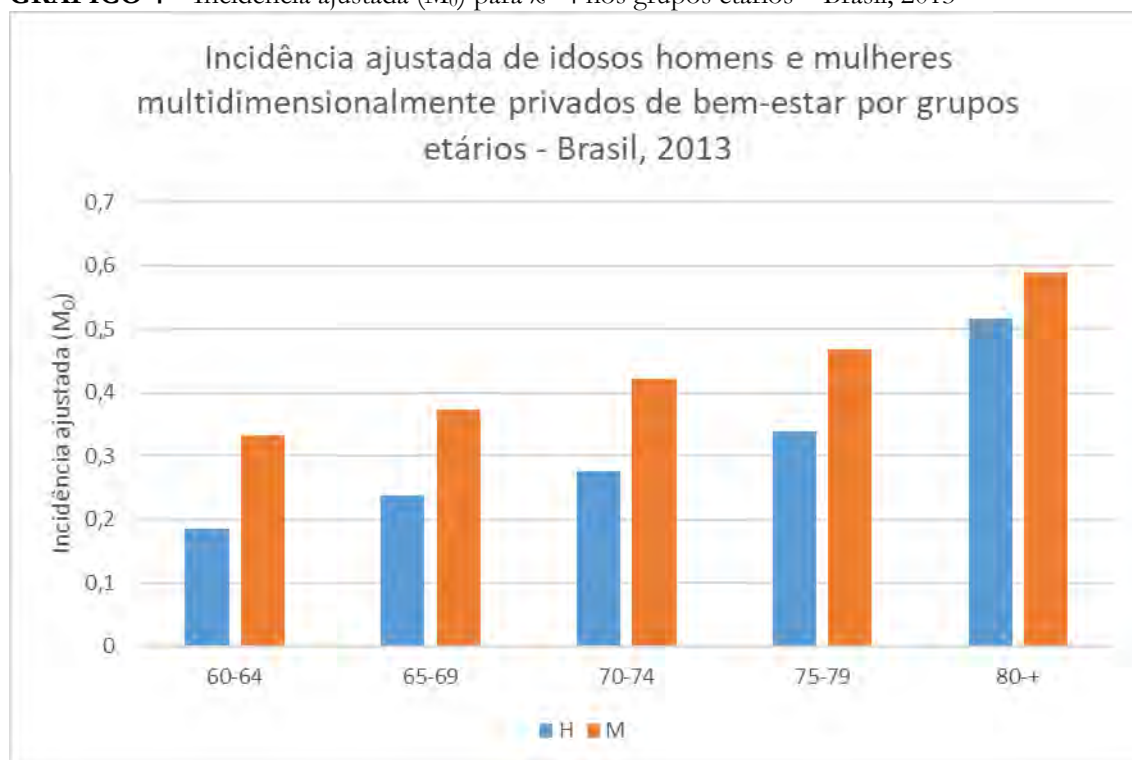
Fonte: Elaboração própria com dados da PNS 2013.

Entre os homens, observa-se uma relação entre a classe econômica e o índice de privação de bem-estar: quanto mais economicamente privilegiada é a classe em questão, menor é a incidência ajustada de privação. Contudo, tal relação não é encontrada entre as mulheres, visto que, para elas, estar em uma classe economicamente mais favorável não diminui o índice de privação, o que fica claro quando se compara o índice para as classes 1 e 5, que são as classes extremas: o índice é o mesmo para essas duas classes.

Por fim, na análise por grupos etários, ilustrada no Gráfico 4, as mulheres possuem maiores índices de privação do que os homens para todas as idades consideradas. No grupo entre 60 a 64 anos, encontra-se a maior diferença de bem-estar entre homens e mulheres, ao passo que entre os mais velhos essa diferença se reduz. Há que se considerar

também o grande salto no índice que ocorre entre os grupos de 75 a 79 anos e o de 80 anos ou mais: um grande aumento na privação ocorre tanto para homens quanto para mulheres.

GRÁFICO 4 – Incidência ajustada (M_0) para $k=4$ nos grupos etários – Brasil, 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da PNS 2013.

Ao contrário do que se observou nos últimos dois recortes, a análise por faixas etárias apresenta uma relação direta com a privação de bem-estar tanto para homens quanto para mulheres: quanto maior a idade, maior o índice de privação. Contudo, como já enunciado, entre as mulheres os índices de privação são maiores, mesmo entre as idades mais jovens, nas quais se esperava uma situação de bem-estar melhor.

Desse modo, a partir da análise dos dados, o principal resultado é a desigualdade de bem-estar existente entre os homens e mulheres idosos: a diferença entre eles é grande e persistente. As mulheres, em todos os cenários analisados, apresentam uma proporção e uma privação média consideravelmente maiores que as dos homens, caracterizando uma pior situação de bem-estar do que a deles. Ao passo que variáveis externas influenciam diretamente o bem-estar dos homens idosos, isso não se verifica para as mulheres: independentemente de fatores externos mais favoráveis, como região de moradia econômica e socialmente mais favoráveis, classe econômica mais alta ou idade mais jovem, o índice de privação de bem-estar das mulheres é mais alto que o dos homens. Essa situação é agravada pelo peso que as idosas representam no contingente de idosos: elas

correspondem a 57,82% dessa população. Portanto, mais da metade do grupo idoso é acometido com altos índices de privação.

Tais resultados mostram que há uma grande desigualdade na vivência da velhice quando se considera alguns aspectos. A principal desigualdade encontrada é a existente entre homens e mulheres. Para a maior parte dos indicadores e para todos os resultados do índice, elas apresentaram uma situação pior de bem-estar do que eles. As privações na velhice parecem ser mais intensas e duradouras para as idosas, o que pode ser explicado pelo acúmulo de desigualdades sociais e econômicas vivenciadas durante toda a vida e que culminam numa velhice bem mais desfavorável à elas.

O cenário desvantajoso encontrado pelas idosas é persistente até mesmo em situações externas mais favoráveis, o que demonstra o grande abismo existente entre homens e mulheres. Isso pode ser observado nos altos patamares do índice de privação de bem-estar entre as mulheres que possuem situações externas mais vantajosas como, por exemplo, morar nas regiões Sudeste e Sul, estarem nas classes econômicas mais abastadas e serem mais jovens. Mesmo nessas situações, o índice de privação das mulheres se compara aos índices de mulheres que vivem em situações menos favoráveis.

Esse é um dado muito relevante no atual contexto de envelhecimento, visto que este processo tem um forte componente de gênero: as mulheres são maioria absoluta nas faixas etárias posteriores a 60 anos. Considerando o aumento proporcional de idosos na população total, dentro de poucos anos, as idosas serão uma parte altamente expressiva na sociedade. Sendo assim, as privações sofridas por elas aumentarão consideravelmente e, se não forem sanadas, poderão gerar crises nos sistemas de saúde, na previdência, nas famílias e na sociedade, resultando numa geração de idosos com baixíssimos índices de bem estar.

Novamente, o componente de sexo intensifica a necessidade de ser pensar políticas públicas voltadas para este quesito: as mulheres mais idosas, que vivem nas regiões menos favorecidas de recursos e da classe mais pobre são as mais acometidas com a incapacidade. Como o contingente de idosas nessas condições só tende a crescer, aumentando consideravelmente a demanda por cuidados especializados e contínuos, a dependência funcional, se não observada desde agora e antes mesmo da chegada da velhice, poderá gerar um grave problema de saúde pública.

Então, para que a velhice possa ser vivida da melhor maneira, os desafios impostos pelo envelhecimento devem ser associados com os aspectos relacionados ao bem-estar dos idosos, o que implicará ações mais efetivas e certeiras no trato dessa parcela da população. Dada a complexidade do assunto em questão, várias devem ser as frentes de

atuação do Estado: educação, renda, composição das famílias, sistema de previdência social, legislação, ciclos econômicos, grau de urbanização, desigualdades sociais, contexto cultural, sistema de saúde e mercado de trabalho são alguns dos principais pontos que devem ser considerados na construção de uma sociedade mais receptiva ao envelhecimento.

Contudo, fica claro com as discussões apresentadas, que as políticas públicas não devem ser generalistas, mas precisam considerar as particularidades existentes dentro do grande grupo dos idosos. A começar pelo sexo, é preciso atentar às grandes diferenças existentes entre homens e mulheres na vivência da velhice. Os resultados evidenciam uma terceira idade menos favorável a elas, que enfrentam um maior número de privações que eles e que também são mais intensas. Assim, todos os aspectos relacionados ao bem-estar dos idosos são altamente sensíveis a gênero – o que deve nortear a concepção e prática das políticas (UNFPA, 2018; CAMARANO, 2003). Além disso, a região de moradia, a classe socioeconômica e a idade também devem nortear as discussões que envolvem o envelhecimento populacional.

Percebe-se a urgência de programas e políticas voltados diretamente para os idosos e que se atentem para as diferenças existentes dentro do grupo. Para tanto, duas frentes de ação devem ser pensadas: a primeira se relaciona com a vida na velhice, quando o idoso está de fato vivenciando a terceira idade. Programas de saúde que se preocupem não só em tratar doenças, mas também em manter a capacidade funcional do idoso; atividades de integração social voltadas para o incentivo de uma vida social ativa; manutenção de uma previdência social que atenda, principalmente, os idosos mais carentes; projetos de mobilidade urbana que atendam às necessidades e limitações físicas são alguns exemplos de políticas que devem pensar na vivência da velhice.

Já a segunda frente deve se preocupar com as experiências acumuladas durante toda a vida do indivíduo – experiências estas que culminarão em consequências para a velhice. Dessa maneira, o Estado deve se atentar em promover para a sociedade uma vida com saúde, educação, emprego, oportunidades iguais para todos, com o intuito de construir uma sociedade melhor preparada para o envelhecimento e longevidade.

Conclui-se, dessa maneira, que os idosos devem ser vistos como atores centrais na formulação de políticas públicas que se atentem às rápidas mudanças sócio demográficas que estão ocorrendo no país. Além disso, a visão multidimensional deve ser considerada no trato para com eles, o que demonstra o entendimento das heterogeneidades e da complexidade existente entre os indivíduos de tal grupo.

REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S. et al. **Multidimensional poverty measurement and analysis**. Oxford: OXFORD University Press, 2015.
- ALKIRE, S.; FOSTER J. **Counting and multidimensional poverty measurement**. Oxford: OPHI, 2007. (OPHI Working Paper, n. 32).
- BRITES, M. et al. Pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF). **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 81-100, 2017.
- CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 17, n. 49, p. 35-63, 2003.
- SANTOS, M. E. **Measuring multidimensional poverty in Latin America: previous experience and the way forward**. Bahía Blanca: OPHI, 2014. (Working Paper n. 66).
- UNFPA. **Una mirada sobre el envejecimiento**. ¿Dónde están varios países latinoamericanos a 15 años del Plan de Acción Internacional de Madrid? Panamá: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2018.
- WASSWA, F. **Multidimensional child poverty and its determinants: a case of Uganda**. 2015. Tese (Doutorado) – University of Canberra. 2015.

INSERÇÃO LABORAL DE TRABALHADORES NACIONAIS E IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Natália Belmonte Demétrio[♥]

Rosana Baeninger[♣]

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar as mudanças na estrutura do emprego do agronegócio brasileiro, destacando as diferentes dinâmicas de inserção laboral de trabalhadores nacionais e imigrantes internacionais. A inovação radical nos processos de gestão e produção mobilizam novas identidades profissionais (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), sobretudo entre as ocupações que envolvem alto nível de reflexividade e conhecimento, próprias da economia da informação (CASTELLS, 1999). Ao mesmo tempo, o acentuado processo de mecanização tem reduzido drasticamente os postos de trabalho de menor qualificação (BERNARDES; 2007), alavancando profundas transformações na hierarquia ocupacional. Esse fenômeno é concomitantemente à consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais (BAENINGER, 2016) e ao fortalecimento das redes de recrutamento de mão-de-obra que se apoiam no mercado de trabalho global imigrante (GUARNIZO; SMITH, 1998), especialmente entre os países do Sul Global (MANRIQUE, 2012; BAENINGER, 2017). Nesse contexto, as migrações internacionais não apenas refletem e compõem a reestruturação produtiva da atividade agropecuária, como também se reconfiguram diante das especificidades dos fluxos Sul-Sul (BAENINGER, 2017). Em termo metodológicos, o artigo apoia-se nos registros de vínculos empregatícios no mercado de trabalho formal, produzidos no âmbito da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/Ministério da Economia), entre os anos de 2006 e 2019. Com base nessa fonte de informação, a pesquisa replica o índice de polarização ocupacional desenvolvido por Canales (2017) para análise das transformações na estrutura do emprego nos Estados Unidos. Os resultados revelam as especificidades do agronegócio brasileiro, apontam tendências discrepantes entre trabalhadores nacionais e imigrantes internacionais e conduzem à reinterpretação desse indicador nesse contexto.

Palavras-chave: Agronegócio; Migração internacional; Hierarquia ocupacional.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho constitui um exercício de análise da tendência à polarização da estrutura ocupacional do agronegócio brasileiro, considerando a condição migratória dos trabalhadores inseridos nos segmentos com maior participação na pauta exportadora do país: soja, cana-de-açúcar, carne de frango, celulose, carne bovina e café. Juntos, esses produtos representam 35% do valor total das exportações brasileiras, estimada em quase US\$210 bilhões em 2020¹. A intensa participação desses segmentos no mercado global

[♥] Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp. Coordenadora Adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: ndemetri@unicamp.br

[♣] Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp. Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@unicamp.br

¹ Informação disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 26 jan. 2021.

permite considerá-los como os principais veios de expansão do agrobusiness no Brasil (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

A despeito das características específicas a cada um desses setores (CASTILLO; FREDERICO, 2010), todos eles apresentam aumento significativo dos vínculos empregatícios nas ocupações de gerência, direção, de serviços profissionais e técnicos. Esse fenômeno ocorre paralelamente aos ganhos em produtividade e à diminuição relativa dos postos de trabalho de menor qualificação (BERNARDES, 2007). A expansão do emprego no topo da pirâmide, combinada ao estreitamento da base, expressa as particularidades da tendência à polarização da estrutura do emprego no agronegócio, com aprofundamento das formas de exclusão e desigualdade social características desse modelo de produção (SASSEN, 2014; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

Essas mudanças na estrutura do emprego ocorrem simultaneamente à participação crescente de imigrantes internacionais, sobretudo nos extremos da hierarquia ocupacional. Por um lado, as migrações internacionais qualificadas, presentes desde o início do período analisado, revelam a globalização por cima engendrada pelo agronegócio (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2002; GRAZ; HERNÁNDEZ, 2013). Por outro, a presença de imigrantes internacionais na base da pirâmide ocupacional revela a consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais Sul-Sul e a emergência de novos fluxos migratórios no país (BAENIGNER, 2017).

À luz dessas questões, o artigo replica o índice de polarização ocupacional desenvolvido por Canales (2017)², para esses seis segmentos, levando-se em consideração a nacionalidade discriminada no contrato de trabalho. A análise dos resultados evidencia as particularidades da hierarquia ocupacional do agronegócio brasileiro, aponta tendências discrepantes entre trabalhadores nacionais e imigrantes internacionais, conduzindo à reinterpretção da tendência à polarização da pirâmide ocupacional nesse contexto.

AGRONEGÓCIO E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

As migrações internacionais têm uma importância histórica na reprodução do modelo agroexportador brasileiro. Já em 1550, a “necessidade de braços para a lavoura canavieira” trouxe ao país mais de 3 milhões de africanos escravizados³ (BAENINGER,

² É importante ressaltar que o trabalho segue o índice de polarização usado e citado por Canales (2017). Outros autores valem-se de outras metodologias para o cálculo de indicadores de polarização, a exemplo das pesquisas desenvolvidas por Bressan e Hermeto (2009) e Basaldi e Silva (2008).

³ Vale pontuar que, para Vainer (2001, p. 178), um escravo não é um trabalhador, “é muito menos um trabalhador migrante”, na medida em que lhe falta a condição mais primordial no exercício da mobilidade: a liberdade.

2016, p. 14). Na virada dos séculos 19 e 20, a imigração europeia de massa foi fundamental para a acumulação de capital no âmbito do complexo cafeeiro (HALL, 2003; BAENINGER, 2012). No Pós-Segunda Guerra Mundial, as migrações dirigidas encaminham ao país mão-de-obra técnica e qualificada essencial à mecanização da agricultura (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013). No momento atual, a expansão do agronegócio mescla aspectos da globalização por cima e da globalização por baixo (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003), alavancando múltiplas modalidades de deslocamento (BAENINGER, 2012) cuja análise aproxima o diálogo sobre migrações transnacionais (BAENINGER, 2016; GLICK-SCHILLER, 2009), agribusiness (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013; ELIAS, 2003) e mudanças na estrutura do emprego (SASSEN, 1998; 2010).

Em primeiro lugar, o aporte das migrações transnacionais, sobretudo em suas configurações Sul-Sul, “insere o Brasil no caminho dos periféricos na periferia” e reforça a existência de novos fluxos migratórios no país (BASSO, 2003 *apud* BAENINGER, 2016, p. 13). Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos meios de comunicação e as instabilidades do mercado de trabalho fortalece a rotatividade e circulação de migrantes, redefinindo conceitos e perspectivas teóricas (BAENINGER, 2012). Se a dicotomia origem/destino e atração/expulsão é desconstruída por processos que envolvem múltiplos destinos e um constante ir e vir (BAENINGER, 2012), as críticas ao nacionalismo metodológico reconfiguram as escalas de interpretação desses fenômenos (GLICK-SCHILLER, 2007).

Em segundo lugar, a consolidação do modelo agribusiness de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) consagra novas complementaridades sócio espaciais entre o Brasil e o resto do mundo, especialmente no âmbito das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012), fortalecendo a “exportação organizada de trabalhadores” de maneiras totalmente novas (SASSEN, 2010, p. 166). As formas específicas de internacionalização do capital no agronegócio constroem pontes, fortalecem redes e mobilizam fluxos migratórios inéditos (SASSEN, 2010), a exemplo dos bengaleses inseridos no abate halal em inúmeros frigoríficos brasileiros. Na interpretação da autora (2010, p. 125), a constituição de um mercado de trabalho transnacional cada vez mais complexo, flexível e intensivo e ciência e tecnologia condiciona processos migratório “bimodais”, nos quais a concentração de “trabalhadores de baixos salários e pouca formação educacional” contrasta-se com a crescente circulação de profissionais com elevada escolaridade. É no âmbito dessas assimetrias e desigualdades que as migrações transnacionais devem ser pensadas (SASSEN, 2010).

Por fim, é preciso considerar que as transformações na estrutura do emprego assumem dinâmicas particulares em diferentes setores, nos mais diversos países. Por um lado, no Norte Global, o deslocamento das atividades produtivas têm contribuído para a constituição de um mercado de trabalho cada vez mais segmentado entre os serviços especializados e de reprodução social (SASSEN, 1998; CANALES, 2017). Por outro, entre os países do Sul, os salários mais baixos e leis ambientais mais flexíveis favorecem a emergência de novas frentes de crescimento econômico, estruturadas por investimentos estrangeiros e especializadas no atendimento às demandas dos mercados globais (SASSEN, 1998). Nessas condições, a tendência à polarização ocupacional (CANALES, 2017) assume outros contornos, tanto entre trabalhadores nacionais, quanto entre imigrantes internacionais.

POLARIZAÇÃO DA HIERARQUIA OCUPACIONAL NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Segundo Gras e Hernández (2013), a consolidação de um modelo de produção intensivo em ciência e tecnologia, concatenado por formas de gerenciamento e controle subordinadas à valorização financeira em nível global, reconfigura todas as dimensões que perpassam a atividade agropecuária, inclusive seu mercado de trabalho. O portfólio de serviços associados ao agronegócio incorpora novas competências na área de informática, consultoria financeira e marketing. Junto à expansão das ocupações que requerem alto grau de formação educacional - definidas pelas autoras como trabalhos intelectuais - tem-se ainda um outro grupo de profissionais (tratoristas, maquinistas, pilotos de pulverizadores aéreos) para os quais também são exigidos considerável qualificação, mas que se enquadram no rol dos trabalhadores manuais. Entre essas duas categorias, encontram-se as empresas prestadoras de serviços, proprietários de terras e demais atores que assumem o comando do processo produtivo propriamente dito (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

Apesar dessa forma de classificação ser fundamental para o entendimento dos vínculos transeitoriais que configuram o agronegócio (desde a produção de bens primários até as finanças, passando pela indústria, pelos serviços e comércio), sua visualização a partir da Classificação Brasileira de Ocupações⁴ constitui um exercício demasiadamente complexo. As limitações impostas por essa fonte de informação colocam o desafio de buscar outras lógicas de estratificação.

⁴ Documento normalizador das ocupações discriminadas na Relação Anual de Informações Sociais, uma das principais fontes de informação sobre mercado de trabalho formal no país. Para maiores informações sobre a CBO, consultar: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Nessa investigação, a pesquisa desenvolvida por Canales (2017) tem muito a contribuir. Com o propósito de analisar a inserção desigual de brancos e latinos na estrutura do emprego dos Estados Unidos, o autor lança mão de um índice de polarização ocupacional como recurso metodológico que revela tanto as transformações estruturais associadas à expansão das ocupações de alto nível de reflexividade e conhecimento, como o crescimento do trabalho relativo ao cuidado e reprodução social, pressionando estratos os intermediários referentes às atividades de administração, distribuição e produção. Nessa hierarquia, os pólos extremos da pirâmide são ocupados por diferentes grupos étnicos (brancos e latinos), fortalecendo formas de desigualdade nas quais as dimensões racial e migratória despontam-se como elementos fundamentais (CANALES, 2017).

A partir desses dois trabalhos, esse artigo propõe uma análise das transformações na estrutura ocupacional do agronegócio. Nessa classificação, considera-se o caráter transetorial desse modelo de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), as características específicas de cada setor (CASTILLO; FREDERICO, 2010) e a condição migratória (CANALES, 2017). Com base nas informações publicadas pelo Ministério da Economia, no âmbito da Relação Anual de Informações Sociais⁵, os seis seguimentos de interesse foram construídos a partir das categorias discriminados pela Classificação Nacional de Atividades (Quadro 1). No tocante às ocupações, o trabalho apoiou-se nos nove grupos ocupacionais especificados pela Classificação Brasileira de Ocupação (Quadro 2).

⁵ Derivada das declarações obrigatórias que empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) fazem anualmente junto ao sistema eletrônico da Secretaria de Trabalho, essa base contempla todos os registros de trabalho no mercado formal em 31 de dezembro do ano de referência. Dentre as limitações observadas nota-se que: há possibilidade de dupla-contagem do trabalhador que apresente mais de um registro de trabalho ativo; a não abrangência do mercado de trabalho autônomo e informal e possíveis erros de preenchimento do formulário online (COSTA; GURGEL, 2017).

QUADRO 1 – Definição dos setores de atividade utilizados

Setores	Código CNAE	Subclasse de atividade
Sucroenergético	113000	Cultivo de cana-de-açúcar
	1071600	Fabricação de açúcar bruto
	1072401	Fabricação de açúcar refinado
	1931400	Fabricação de álcool
Soja	115600	Cultivo de soja
	1041400	Fabricação de óleos vegetais bruto, exceto óleo de milho
	1042200	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho
	1066000	Fabricação de alimentos para animais
Cafê	134200	Cultivo de café
	1081301	Beneficiamento de café
	1081302	Torrefação e moagem de café
	1082100	Fabricação de produtos a base de café
Celulose	1710900	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
	210101	Cultivo de eucalipto
Carne bovina	151201	Criação de bovinos para corte
	1011201	Frigorífico abate de bovinos
Carne de frango	155501	Criação de frangos para corte
	1012101	Abate de aves

Fonte: Extraído da Fundação IBGE, Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/estrutura/atividades-economicas-estrutura/cnae>. Acesso em: 31 ago. 2018. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

QUADRO 2 – Definição dos grupos ocupacionais

1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	Agrupa os empregos que compõem as profissões que estabelecem as regras e as normas de funcionamento para o país, estado e município, organismos governamentais de interesse público e de empresas, além de reunir os empregos da diplomacia
2 - Profissionais das ciências e das artes	Agrega os empregos que compõem as profissões científicas e das artes de nível superior
3 - Técnicos de nível médio	Agrega os empregos que compõem as profissões técnicas de nível médio
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	Agrega os empregos dos serviços administrativos, exceto os técnicos e o pessoal de nível superior. Trata-se de empregos cujos titulares tratam informações (em papéis ou digitalizadas, numéricas ou em textos). Está subdividido em dois subgrupos: aqueles que trabalham em rotinas e procedimentos administrativos internos e aqueles que atendem ao público (trabalham com o público, tratam informações registradas em papéis ou formas magnéticas, operam equipamentos de apoio ao trabalho, etc.)
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	Agrega os empregos que produzem serviços pessoais e à coletividade, bem como aqueles que trabalham na intermediação de vendas de bens e serviços.
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	Agrega os empregos do setor agropecuário
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	Agrega as famílias ocupacionais da indústria que desempenham trabalhos “artesanais” ¹ , entendidos como os trabalhadores que conhecem e trabalham em todas as fases do processo de produção, independentemente de usar equipamentos rudimentares ou sofisticados. Isto é, agrupa trabalhadores de sistemas de produção que tendem a ser discretos e que lidam mais com a forma do produto do que com o seu conteúdo físico-químico
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	Agrupa os trabalhadores de sistemas de produção que são ou tendem a ser contínuos (química, siderurgia, entre outros).
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	Agrega os trabalhadores de manutenção e reparação

¹ A CBO 2002 não adota o conceito de trabalho artesanal, na medida em que está cada vez mais “difícil, em um sistema de trabalho desestabilizado, fixar quais são as profissões “artesanais” no sentido de conhecer todo o processo e quais são as “profissões” parceladas” (CBO, 2010, p. 12).

Fonte: Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. Acesso em: 26 mar. 2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Na definição da hierarquia ocupacional no agronegócio, as atividades de direção, de profissionais de ensino superior e técnicos de nível médio (Grupos 1, 2 e 3) foram alocadas no topo da pirâmide ocupacional. As atividades de administração, distribuição e manutenção (Grupos 4, 5 e 9) constituíram os estratos médios. A base da pirâmide correspondeu, por sua vez, às atividades de produção (Grupos 6, 7 e 8). Com base nessa estratificação, o índice de polarização ocupacional representa o quociente entre o volume de vínculos empregatícios nos extremos alto e baixo da pirâmide ocupacional, e o volume dos vínculos empregatícios ocupados no estrato intermediário (Figura 1).

FIGURA 1 – Índice de polarização ocupacional (IPO)

$$\text{Índice de Polarização Ocupacional} = \frac{\text{Vínculos empregatícios nas atividades do topo e da base da pirâmide ocupacional (Grupos ocupacionais 1, 2, 3, 6, 7 e 8)}}{\text{Vínculos empregatícios nos estratos médios da pirâmide ocupacional (Grupos ocupacionais 4, 5 e 9)}}$$

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e Canales (2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A despeito das características específicas a cada seguimento, para todos os setores considerados o ritmo de crescimento dos vínculos empregatícios no estrato superior da pirâmide ocupacional foi mais acelerado (Tabela 1). Na soja, esse grupo cresceu a taxas de 6,8% a.a. entre 2006 e 2019, valor acima da média do setor de 5,3% a.a. No seguimento da carne de frango, os contratos de trabalho nos estratos superiores passaram de 8.139 para 22.420 (aumento de 8,1% a.a.), enquanto que os postos de trabalho na base da pirâmide saíram de 130.609, em 2006, para 195.583, em 2019: um aumento de 3,2% a.a.

Na cana, registrou-se uma diminuição de mais de 80 mil postos de trabalhos nos estratos inferiores (crescimento negativo em 1,6% a.a.), ao passo que no topo da hierarquia ocupacional foram celebrados 15.123 novos contratos (aumento de 3,9% a.a.) (Tabela 1). O café marcou tendência semelhante, com taxas negativas de crescimento dos vínculos empregatícios na base e positivas no topo: -1,7% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. No total, quase 20 mil postos de trabalho foram queimados nesse segmento (Tabela 1).

No setor da pecuária bovina, houve aumento dos postos de trabalhos em todos os grupos ocupacionais, mas principalmente nos estratos de maior qualificação, cujo crescimento de 3,2% a.a. foi quase o triplo do estimado nos estratos inferiores (1,1% a.a.). Considerando a celulose, 13 mil novos vínculos de trabalhos foram criados nos últimos 13 anos, perfazendo uma taxa de crescimento de 3,5% a.a. Embora tenha se verificado um aumento em todos os três grupos de ocupação, o topo da pirâmide apresentou ritmo mais acelerado (4,7% a.a.), seguida do estrato médio (4,4% a.a.) e da base (3% a.a.) (Tabela 1).

TABELA 1 – Evolução dos vínculos empregatícios e taxa geométrica de crescimento dos contratos de trabalho, nos segmentos considerados, segundo estratos ocupacionais. Brasil, de 2006 a 2019

Setor	Posição na hierarquia do emprego	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Taxa geométrica de crescimento (em % a.a.)
t	Topo da pirâmide	11.943	13.295	14.610	15.319	16.641	17.741	18.877	20.253	22.126	23.217	23.532	23.833	24.487	28.032	6,8
	Estratos médios	24.896	27.328	28.749	30.753	32.992	34.970	37.915	40.241	43.324	45.143	45.013	47.036	49.624	53.794	6,1
	Base da pirâmide	86.301	93.187	101.407	103.651	110.722	114.797	121.559	124.962	131.761	137.151	139.163	142.987	151.049	160.109	4,9
	Total	123.140	133.810	144.766	149.723	160.355	167.508	178.351	185.456	197.211	205.511	207.708	213.856	225.160	241.935	5,3
e	Topo da pirâmide	8.139	10.368	10.998	11.580	12.645	14.452	14.039	16.429	16.113	18.271	17.491	19.913	18.228	22.420	8,1
	Estratos médios	16.830	19.041	19.204	20.265	20.766	24.665	24.203	28.482	29.637	31.257	30.364	32.451	31.400	34.100	5,6
	Base da pirâmide	130.609	144.093	142.604	143.929	146.997	159.661	140.951	166.797	177.544	182.042	164.558	187.246	174.571	195.583	3,2
	Total	155.578	173.502	172.806	175.774	180.408	198.778	179.193	211.708	223.294	231.570	212.413	239.610	224.199	252.103	3,8
c	Topo da pirâmide	4.905	5.222	5.384	5.235	5.417	5.847	6.110	6.550	6.943	7.330	8.036	6.498	7.389	8.527	4,3
	Estratos médios	3.376	3.783	3.833	4.043	4.621	4.962	4.851	5.357	5.576	6.055	6.160	5.056	5.507	5.661	4,1
	Base da pirâmide	16.915	17.585	21.504	20.950	25.017	25.976	24.346	26.821	25.613	26.411	26.408	23.716	24.888	23.986	2,7
	Total	25.196	26.590	30.721	30.228	35.055	36.785	35.307	38.728	38.132	39.796	40.604	35.270	37.784	38.174	3,2
a	Topo da pirâmide	23.626	26.788	30.807	32.993	34.405	37.886	38.525	39.191	37.958	37.177	37.884	38.268	37.427	38.749	3,9
	Estratos médios	61.485	68.795	73.670	78.545	83.868	92.560	96.819	99.539	98.461	93.650	89.457	88.408	86.760	86.424	2,7
	Base da pirâmide	435.332	469.315	493.956	517.662	495.327	504.684	487.777	471.125	431.225	405.388	390.701	382.455	364.981	354.112	-1,6
	Total	520.443	564.898	598.433	629.200	613.600	635.130	623.121	609.855	567.644	536.215	518.042	509.131	489.168	479.285	-0,6
é	Topo da pirâmide	5.557	5.512	5.395	5.426	5.588	5.748	5.994	6.409	6.583	6.508	6.729	6.513	6.680	6.775	1,5
	Estratos médios	13.691	14.253	13.269	12.871	12.201	12.990	13.120	13.408	13.668	13.867	13.552	13.692	13.788	14.143	0,3
	Base da pirâmide	100.892	96.061	95.574	91.838	90.634	91.869	90.474	85.808	83.762	84.832	85.852	84.047	84.955	80.256	-1,7
	Total	120.140	115.826	114.238	110.135	108.423	110.607	109.588	105.625	104.013	105.207	106.133	104.252	105.423	101.174	-1,3
i	Topo da pirâmide	16.474	18.577	18.823	20.189	21.350	22.013	23.055	23.933	23.642	22.449	22.517	23.347	23.862	24.107	3,0
	Estratos médios	37.135	43.199	39.309	44.636	41.867	43.348	41.794	44.662	45.708	46.183	46.143	49.106	50.088	50.937	2,5
	Base da pirâmide	280.501	292.676	291.090	283.548	289.730	293.958	301.910	311.227	315.467	316.739	311.873	323.031	324.226	320.308	1,0
	Total	334.110	354.452	349.222	348.373	352.947	359.319	366.759	379.822	384.817	385.371	380.533	395.484	398.176	395.352	1,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério da Economia. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

* Nota: não foram contabilizados os vínculos empregatícios sem informação de ocupação/UNICAMP.

Entre os brasileiros, o crescimento significativo dos vínculos empregatícios nos estratos intermediários da pirâmide ocupacional contribuiu com a diminuição dos índices de polarização ocupacional em todos os segmentos considerados (Tabelas 2 e 3). Na soja, esse indicador passou de 3,9 para 3,5⁶. No setor de carne de frango, de 8,2 para 6,2; na celulose, de 6,5 para 5,7; na cana, de 7,5 para 4,5; no café, de 7,8 para 6,2; na pecuária bovina, de 8 para 6,8 (Tabela 2).

Se a estrutura ocupacional entre os trabalhadores nacionais não indica tendência à polarização, entre imigrantes internacionais, exceção feita à celulose e à cana, o movimento é contrário. Considerando a soja, o IPO passou de 3,7 para 4,2. No setor da produção de carne de frango, esse índice passou de 5,7 para 24,6; no café, de 4,2 para 4,9; e na pecuária bovina de 5,6 para 11. Por outro lado, na celulose, o IPO passou de 22,5 para 10 e na cana, de 3,6 para 3,2 (Tabela 2).

TABELA 2 – Índice de Polarização Ocupacional (IPO) por nacionalidade e setor. Brasil, de 2006 a 2019

Setor	Ano	soja	frango	celulose	cana	café	boi
Brasileiros natos e naturalizados	2006	3,9	8,2	6,5	7,5	7,8	8,0
	2008	4,0	8,0	7,0	7,5	7,6	7,9
	2010	3,9	7,7	6,6	6,3	7,9	7,4
	2012	3,7	6,4	6,3	5,4	7,4	7,8
	2014	3,5	6,4	5,8	4,8	6,6	7,4
	2016	3,6	5,9	5,6	4,8	6,8	7,2
	2018	3,5	6,0	5,9	4,6	6,6	6,9
	2019	3,5	6,2	5,7	4,5	6,2	6,8
Imigrantes	2006	3,7	5,7	22,5	3,6	4,2	5,6
	2008	4,1	8,2	16,0	5,4	4,0	5,0
	2010	4,5	10,1	22,5	5,3	3,3	7,3
	2012	3,5	7,3	...	4,1	6,3	8,6
	2014	6,9	17,8	19,7	3,4	5,2	14,9
	2016	6,4	14,6	13,8	2,7	8,3	11,2
	2018	3,7	20,4	31,0	3,9	5,3	10,2
	2019	4,2	24,6	10,2	3,2	4,9	11,0
Total	2006	3,9	8,2	6,5	7,5	7,8	8,0
	2008	4,0	8,0	7,0	7,1	7,6	7,9
	2010	3,9	7,7	6,6	6,3	7,9	7,4
	2012	3,7	6,4	6,3	5,4	7,4	7,8
	2014	3,6	6,5	5,8	4,8	6,6	7,4
	2016	3,6	6,0	5,6	4,8	6,8	7,2
	2018	3,5	6,1	5,9	4,6	6,6	6,9
	2019	3,5	6,4	5,7	4,5	6,2	6,8

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério da Economia. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

***Nota:** não foram contabilizados os vínculos empregatícios sem informação de ocupação

⁶ Isso significa que, em 2006, havia 3,9 vínculos nos extremos da pirâmide ocupacional para cada 10 vínculos nos estratos médios. Em 2018, essa relação diminuiu para 3,5 vínculos nos extremos para cada 10 nos estratos médios.

Essas diferentes tendências à polarização do emprego refletem as características específicas de cada setor (CASTILLO; FREDERICO, 2010), desiguais tanto em termos de seus arranjos espaciais, quanto em termos de suas dinâmicas de produção (BAENINGER; GOMES; DEMÉTRIO, 2020). Os frigoríficos, por exemplo, além de concentrados no sul do Brasil (ESPÍNDOLA, 2012), região de avançado processo de envelhecimento populacional (CGEE, 2008), destacam-se pela quantidade e precariedade dos trabalhos gerados (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNATI, 2009). Nesse contexto, a migração internacional constitui um fenômeno fundamental no provimento de toda a mão-de-obra demandada por esse setor, sobretudo na base da pirâmide ocupacional (MAGALHÃES, 2017). Como ilustrado na Tabela 3, nesse estrato, os vínculos empregatícios de não nacionais cresceram 59,2% a.a. no seguimento da carne de frango e 24% a.a. no setor de bovinos, alcançando os mais altos índices de polarização ocupacional auferidos (Tabela 2).

Já a soja, um dos mais mecanizados e tecnificados seguimentos analisados (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015), destaca-se por empregar relativamente pouca mão-de-obra (BERNARDES, 2007)⁷. Nesse setor, a presença de imigrantes é pequena (apenas 696 vínculos em 2019), embora com tendência de aumento (Tabela 3). Sobretudo em função do crescimento das ocupações nos estratos intermediários (como os serviços de manutenção e reparação de equipamentos agrícolas), elevado principalmente entre imigrantes internacionais (Tabela 3), esse setor destaca-se por apresentar um dos menores IPOs analisados (Tabelas 2).

A intensa mecanização no cultivo e colheita de café e cana-de-açúcar também está associada aos baixos indicadores de polarização ocupacional auferidos para esses setores (Tabela 2). Ademais, o caráter recente desse fenômeno explica a queima de postos de trabalhos verificada em ambos os segmentos. Ainda que a participação de imigrantes internacionais seja crescente, sobretudo nos estratos inferiores da hierarquia ocupacional (Tabela 3), é a migração interna que proporciona a maior parte dos trabalhadores rurais requeridos nos cafezais e canaviais (SILVA; MENEZES, 2006).

⁷ Em 2020, a soja representou quase 14% do valor total das exportações brasileiras (SECINT, 2021). Entre 1974 e 2017, a produção nacional deste grão aumentou em quase doze vezes, ocupando as principais áreas agricultáveis do sul e centro-oeste do país (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2004; DEMÉTRIO, 2020). A evolução do emprego no setor não acompanhou essa tendência, indicando altos ganhos em produtividade (BERNARDES, 2007).

TABELA 3 – Evolução dos vínculos empregatícios e taxa geométrica de crescimento dos contratos de trabalho, nos segmentos considerados, segundo estratos ocupacionais e condição migratória. Brasil, 2006 a 2019

Setor	Ano	Imigrantes				Brasileiros natos e naturalizados			
		Estratos superiores	Estratos médios	Estratos inferiores	Total	Estratos superiores	Estratos médios	Estratos inferiores	Total
Serviço	2006	51	20	22	93	11.892	24.876	86.279	123.047
	2008	54	19	23	96	14.556	28.730	101.384	144.670
	2010	68	22	32	122	16.573	32.970	110.690	160.233
	2012	47	37	81	165	18.830	37.878	121.478	178.186
	2014	89	47	236	372	22.037	43.277	131.525	196.839
	2016	91	65	325	481	23.441	44.948	138.838	207.227
	2018	87	117	350	554	24.400	49.507	150.699	224.606
	2019	95	135	466	696	27.937	53.659	159.643	241.239
	txt (em % a.a.)	4,90	15,82	26,47	16,75	6,79	6,09	4,85	5,32
Comércio	2006	10	6	24	40	8.129	16.824	130.585	155.538
	2008	13	6	36	55	10.985	19.198	142.568	172.751
	2010	12	16	150	178	12.633	20.750	146.847	180.230
	2012	16	50	347	413	14.023	24.153	140.604	178.780
	2014	32	280	4.963	5.275	16.081	29.357	172.581	218.019
	2016	43	363	5.272	5.678	17.448	30.001	159.286	206.735
	2018	69	412	8.327	8.808	18.159	30.988	166.244	215.391
	2019	89	416	10.163	10.668	22.331	33.684	185.420	241.435
	txt (em % a.a.)	18,3	38,6	59,2	53,7	8,1	5,5	2,7	3,4
Indústria	2006	34	2	11	47	4.871	3.374	16.904	25.149
	2008	36	3	12	51	5.348	3.830	21.492	30.670
	2010	35	2	10	47	5.382	4.619	25.007	35.008
	2012	40	0	13	53	6.070	4.851	24.333	35.254
	2014	46	3	13	62	6.897	5.573	25.600	38.070
	2016	39	8	15	62	7.997	6.152	26.393	40.542
	2018	21	10	79	110	7.368	5.497	24.809	37.674
	2019	36	10	66	112	8.491	5.651	23.920	38.062
	txt (em % a.a.)	0,4	13,2	14,8	6,9	4,4	4,0	2,7	3,2
Cultura	2006	24	9	8	41	23.602	61.476	435.324	520.402
	2008	36	8	7	51	30.771	73.662	493.949	598.382
	2010	55	17	35	107	34.350	83.851	495.292	613.493
	2012	44	15	18	77	38.481	96.804	487.759	623.044
	2014	46	24	36	106	37.912	98.437	431.189	567.538
	2016	47	33	43	123	37.837	89.424	390.658	517.919
	2018	57	34	75	166	37.370	86.726	364.906	489.002
	2019	49	36	65	150	38.700	86.388	354.047	479.135
	txt (em % a.a.)	5,6	11,3	17,5	10,5	3,9	2,7	-1,6	-0,6
Saúde	2006	13	5	8	26	5.544	13.686	100.884	120.114
	2008	15	5	5	25	5.380	13.264	95.569	114.213
	2010	16	7	7	30	5.572	12.194	90.627	108.393
	2012	10	3	9	22	5.984	13.117	90.465	109.566
	2014	14	5	12	31	6.569	13.663	83.750	103.982
	2016	14	3	11	28	6.715	13.549	85.841	106.105
	2018	18	9	30	57	6.662	13.779	84.925	105.366
	2019	15	11	39	65	6.760	14.132	80.217	101.109
	txt (em % a.a.)	1,1	6,3	13,0	7,3	1,5	0,2	-1,7	-1,3
Educação	2006	32	22	91	145	16.442	37.113	280.410	333.965
	2008	45	26	84	155	18.778	39.283	291.006	349.067
	2010	37	22	123	182	21.313	41.845	289.607	352.765
	2012	36	28	204	268	23.019	41.766	301.706	366.491
	2014	38	55	784	877	23.604	45.653	314.683	383.940
	2016	31	83	896	1.010	22.486	46.060	310.977	379.523
	2018	33	141	1.403	1.577	23.829	49.947	322.823	396.599
	2019	33	140	1.501	1.674	24.074	50.797	318.807	393.678
	txt (em % a.a.)	0,2	15,3	24,1	20,7	3,0	2,4	1,0	1,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério da Economia. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

*Nota: não foram contabilizados os vínculos empregatícios sem informação de ocupação

Por fim, na celulose, a participação reduzida de imigrantes internacionais expressa não apenas a pouca quantidade de trabalho demandada pelo setor (Tabelas 1 e 3), como também o protagonismo das multinacionais de origem estrangeira (SPEROTTO, 2012). São as alianças por cima estabelecidas entre essas empresas que explicam a maior participação da migração qualificada, especialmente no começo do período analisado, quando 34 dos 47 contratos de trabalho de imigrantes nesse setor referiam-se aos estratos superiores na hierarquia do emprego (Tabela 3; GRÁS; HERNANDEZ, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados nesse artigo apontam para as especificidades do mercado de trabalho no agronegócio brasileiro. Por um lado, a inovação tecnológica na América Latina caracteriza-se pelo seu caráter dependente e subordinado, com as relações de trabalho estabelecidas neste continente refletindo seu desenvolvimento periférico (WISE; VELTMEYER, 2018). Por outro lado, as vantagens competitivas do Brasil têm atraído vultuosos investimentos estrangeiros no setor de commodities, alavancando o modelo agribusiness de produção (BRANDÃO, 2007; GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013; ELIAS, 2003).

A despeito da capacidade de inovação tecnológica das corporações transnacionais reduzir significativamente a demanda por trabalho, são as frentes de expansão do agronegócio onde mais e mais empregos são criados (RIELLA; MASCHERONI, 2015). Os avanços da mecanização, a expansão das funções de apoio e manutenção de maquinários, bem como o crescimento mais acelerados das ocupações envolvendo alto nível de reflexividade e conhecimento conduzem à reinterpretação do indicador de polarização ocupacional nesse contexto que, sobretudo entre os nacionais, chegou mesmo a diminuir.

Entre imigrantes internacionais, no entanto, a tendência é contrária. Particularmente no setor de carnes, a dinâmica demográfica das principais regiões produtoras, as precárias condições de trabalho nos frigoríficos e a inserção global privilegiada desses capitais têm alimentado redes de recrutamento de trabalhadores que, cada vez mais, apoiam-se no mercado de trabalho global imigrante (GUARNIZO; SMITH, 1998). Nesse cenário, enquanto os assalariados do agronegócio do Sudeste associam-se à migração interna (SILVA; MENEZES, 2006), no Sul, parcela importante desses trabalhadores são imigrantes internacionais oriundos de outros países do Sul Global

(MAGALHÃES, 2017)⁸. Essa nova composição de assalariados do agronegócio no país expressa a constituição de um “exército industrial de trabalhadores, ativo e de reserva”, que se movimenta em escala global, “a busca de força de trabalho barato [e qualificado] em todos os cantos do mundo”, com a produção movimentos migratórios em todas as direções (IANNI, 2011, p. 21).

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R.; GOMES, R. A.; DEMÉTRIO, N. B. (coord.). **População e cidades: espaços regionais da agricultura globalizada: trabalhadores rurais e imigrantes internacionais no agronegócio em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2020.
- BAENINGER, R. Cenários das migrações internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.
- BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R. et al. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial: 2016.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2012.
- BASALDI, O. V.; SILVA, J. F. G. A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 17, n. 3 (34), p. 493-524, 2008.
- BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 11, n. 245 (65), 2007.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- BRESSAN, G.; HERMETO, A. Polarização do mercado de trabalho sob viés tecnológico e impactos sobre diferenciais salariais por gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Niterói, RJ: ANPEC, 2009.
- CANALES, A. Migración y trabajo en Estados Unidos. Polarización ocupacional y racialización de la desigualdad social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, Brasília, DF, v. 25, n. 49, p. 13-34, 2017.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.
- CBO – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://www.mtebo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

⁸ De acordo com a RAIS, os trabalhadores imigrantes internacionais dos frigoríficos são principalmente haitianos, paraguaios e, mais recentemente, venezuelanos.

CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/18demografia_livro_2008_6418.pdf/80852175-0ebe-4e53-a623-d7c1852a7e7d?version=1.0. Acesso em: 18 maio 2020.

COSTA, N. B. N.; GURGEL, H. C. Potencialidades e limites dos registros administrativos no estudo dos fluxos migratórios para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 12., 2017, Porto Alegre, RS. **Anais...** [S. l.]: ANPEGE, 2017.

DEMÉTRIO, N. B. Espaços regionais da agricultura globalizada e as novas migrações do agronegócio no Brasil. **Textos NEPO 89**, Campinas, SP, 2020. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/colecaoTextos.php>. Acesso 13/12/2020.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura.** São Paulo, SP: EdUSP, 2003.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, Salvador, BA, v. 11, n. 1, p. 217-238, 2015.

ESPÍNDOLA, C. J. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 27, n. 53, p. 89-113, 2012.

GLICK-SCHILLER, N. **Beyond the nation-state and its units of analysis: towards a new research agenda for migration studies – essentials of migration theory.** Bielefeld: COMCAD, 2007. (Working Papers, n. 33).

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización.** Buenos Aires: Biblos, 2013.

GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. The locations of transnationalis. In: GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. (eds.). **Transnationalism from below: comparative urban and community research.** New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

HALL, M. M.. Os fazendeiros paulistas e a imigração. In: SILVA, F. T. et al. (org.). **República, liberalismo, cidadania.** Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

IANNI, O. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti.** 2017. 355f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

MANRIQUE, L. E. El emergente eje ‘Sur-Sur’ global. **Política Exterior**, Madrid, 2012.

PHELPS, E. D. South-South migration: why it’s bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist**, [S. l.], 06/02/2014.

PORTES, A.; GUARNIZO, L.; DANDOLT, P. **La globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo.** México: FLASCO; Miguel Angel Porrúa, 2003.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. Introducción. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales em América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, Departamento de Sociología-FCS-UDELAR, 2015.

SALLES, M. D.; PAIVA, O. D.; BASTOS, S. R. Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: BAENINGER, R.; DEDECCA, C. **Processos migratórios no Estado de São Paulo: estudos temáticos.**

Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2013. p. 129-142. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecao/VOLUME_10.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

SASSEN, S. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2010.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.

SECINT – SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS. Disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília, DF, 2006.

SPEROTTO, F. Q. Um panorama da matriz produtiva de celulose no Cone Sul: caracterização, configuração e produção. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, RS, v. 39, n. 4, p. 129-144, 2012.

VAINER, C. B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, DF: CNPD, 2001.

VASCONCELOS; M. C.; PIGNATTI, M. G.; PIGNATI, W. A. Emprego e acidentes de trabalho na indústria frigorífica em áreas de expansão do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v.18, n.4, p. 662-672, 2009.

WISE, R. D.; VELTMEYER, H. Capitalist development and agrarian change on the Latin American periphery. **Review of Political Economy, London**, v. 9, n. 2, p. 221-234, 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/326960310_Capitalist_Development_and_Agrarian_Change_on_the_Latin_American_Periphery. Acesso em: jan. 2021.

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO, MOBILIDADE ESTUDANTIL E DE DOCENTES NO SERIDÓ POTIGUAR: UM OLHAR PARA O ENSINO MÉDIO – 2010 A 2017

Leandro Nazareno Basílio Júnior[♥]
Wilson Fusco^{*}

RESUMO:

Os investimentos educacionais observados nas primeiras décadas do século XXI ganharam bastante visibilidade no Brasil, principalmente no que se refere ao ensino superior. No entanto, as medidas também trouxeram resultados positivos para o nível médio, como as construções e a interiorização de diversas unidades de Institutos Federais (IF) em todo o Brasil. Tendo isso em vista, busca-se neste trabalho observar quais as mudanças que novas oportunidades educacionais trouxeram para a mobilidade populacional, em especial para estudantes e docentes do nível médio no Seridó Potiguar em tempos recentes. Para isso, como fontes de dados foram utilizados os Censos Escolares do Inep de 2010 e 2017. Os dados foram utilizados de maneira descritiva. Como resultados, pode-se observar que o fluxo de tanto estudantes do ensino médio como de docentes do mesmo nível cresceu na região, bem como as origens e destinos, o que indica que não só o ensino superior tem contribuído para a dinamização dos deslocamentos populacionais, mas também o ensino médio, sendo essa uma indicação adicional que investimentos em educação contribuem para uma dinamização regional.

Palavras-chave: Seridó Potiguar; Mobilidade estudantil; Mobilidade de docentes; Investimentos em educação.

INTRODUÇÃO

As políticas de expansão e interiorização do ensino superior e técnico, implementadas durante as primeiras décadas do século XXI no Brasil, contribuíram para que houvesse uma modificação na maneira como estudantes se deslocavam/deslocam no espaço. No país, entre 2000 e 2010, o contingente populacional que se deslocava por razão de estudo ou trabalho aumentou de 7,4 milhões para 15,4 milhões de pessoas (ARANHA, 2005; DELGADO et al., 2016). Destas, por volta de 4,3 milhões declararam motivo atinente ao estudo (IBGE, 2010).

Essas mudanças nos fluxos populacionais e o crescimento do contingente de deslocamentos estudantis ocorreram sobretudo para o nível superior, tendo-se em vista que o maior crescimento do número de vagas e investimentos foram feitos para este nível. No entanto, apesar de não ter havido uma ampliação no ensino médio tradicional, como houve com o ensino superior, houve a ampliação e interiorização dos Institutos Federais (IF), que além do ensino superior também ofertam o ensino médio integrado com o ensino técnico e

[♥] Mestre em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: leandojr7@hotmail.com

^{*} Doutor em Demografia pela Unicamp. Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e investigador colaborador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. E-mail: wilson.fusco@fundaj.gov.br

o ensino técnico subsequente. Tal ampliação seguramente trouxe mudanças e crescimento aos fluxos de estudantes de nível médio, devido às instalações dos IF em localidades estratégicas e pelo interesse da população jovem de diversos municípios pelos cursos ofertados.

Esse quadro juntamente com outras políticas públicas de cunho social e econômico – como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, bolsas de estudo como as do Programa de Formação de Recursos Humanos da Petrobras (PFRH), entre outras – contribuíram para que pessoas pudessem permanecer na escola, bem como para melhorias do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (PNUD, 2013), da renda e dos níveis educacionais da região (IBGE, 2000; IBGE, 2010). Com a transição demográfica em curso no período, o número de adolescentes também cresceu, demandando mais serviços educacionais e mais vagas tanto para o ensino médio quanto para o superior (BASÍLIO JR.; FUSCO, 2019). A tabela a seguir fornece dados sobre o crescimento da demanda para o ensino médio no país de acordo com os últimos censos realizados.

TABELA 1 – População estudantil no Brasil por nível educacional (2000 e 2010)

Nível educacional	2000	%	2010	%
Ensino Médio	8.742.645	16,4	10.599.372	17,8
Ensino Superior	3.026.558	5,7	7.119.166	12,0

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 2000 e 2010).

Tendo esses aspectos em vista, este trabalho tem como foco a Região do Seridó Potiguar¹, localizada no estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro. Como muitos lugares do interior do Nordeste, o Seridó recebeu investimentos educacionais. Entre eles pode-se citar a ampliação de vagas e criação de novos cursos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) localizada na região, além do surgimento de faculdades privadas e da construção de uma universidade estadual. Em relação ao ensino médio, foram construídos três IF na região, um no município de Caicó, um em Currais Novos e um em Parelhas, com este último fornecendo somente cursos de nível médio.

Os investimentos tanto no ensino superior como no médio técnico contribuíram para um crescimento expressivo no número de deslocamentos pendulares entre estudantes na região entre 2000 e 2010 (BASÍLIO JR.; FUSCO, 2019). Basílio Jr. e Fusco (2019)

¹ Neste estudo é considerada a Região Seridó a área que abrange as duas microrregiões norte-rio-grandenses Seridó Oriental e Seridó Ocidental, localizadas na parte meridional do estado e composta pelos municípios: Jardim de Piranhas, Serra Negra do Norte, São Fernando, Timbaúba dos Batistas, São João do Sabugi, Ipuera, Caicó, Cruzeta, São José do Seridó, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Santana do Seridó, e Equador.

utilizaram dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos anos citados para mostrar como o contingente de deslocamentos pendulares de estudantes cresceu e se diversificou na região.

Como o próximo Censo Demográfico do IBGE (2021) ainda não foi realizado, não é possível saber de que modo os fluxos pendulares de alunos de nível superior ocorreram após o ano de 2010. Todavia, há uma fonte que pode revelar os deslocamentos pendulares entre os estudantes do ensino médio, o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dessa forma, este trabalho tem como objetivo o levantamento dos deslocamentos de estudantes de ensino médio entre os anos de 2010 e 2017 no Seridó para o aporte de dados mais recentes para a região.

Como a proporção de deslocamentos diários de alunos de nível superior é muito maior entre os estudantes de modo geral, os fluxos de alunos do ensino médio podem indicar possíveis cenários de crescimento dos deslocamentos para o ensino superior. Levando-se em consideração que uma mudança no cenário educacional também traz mudanças para o do trabalho, neste estudo também são levantados os deslocamentos diários de docentes de ensino médio na região para o mesmo período.

MÉTODOS

Para o levantamento das informações, foram utilizados como fontes de dados os Censos Escolares do Inep dos anos de 2010 e 2017. O recorte espacial é o Seridó Potiguar (composto por 17 municípios). O recorte educacional é o ensino médio presencial². Para se alcançar o maior número de pessoas possível que pudessem estar frequentando algum curso de nível médio, foi realizado um recorte etário de 14 a 39 anos. 14 por ser a idade de entrada no ensino médio e 39 por nem todas as pessoas maiores de idade terem tido oportunidade de frequentar o ensino médio ou curso técnico em tempos de juventude.

Em tempos mais recentes pessoas que nunca tiveram oportunidade de estudar anteriormente e que estão no mercado de trabalho podem buscar avanços em suas carreiras através de um curso técnico ou superior. Pessoas que estão desempregadas buscam adquirir novas habilidades em vista um mercado de trabalho que está em constante mudança. Não

² Os níveis selecionados para 2010 foram: Ensino Médio (1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, 4ª Série, Não Seriada), Integrado (1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, 4ª Série, Não Seriada), Normal/Magistério (1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, 4ª Série), Educação Profissional (Concomitante e Subsequente), EJA (Presencial – Ensino Médio, e EJA – Presencial – Integrada à Ed. Profissional de Nível Médio). Os níveis selecionados para 2017 foram: Ensino Médio (1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, 4ª Série, Não Seriada), Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado – 1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, 4ª Série, Não Seriada), Normal/Magistério (1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, 4ª Série), Curso Técnico (Concomitante e Subsequente), Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível Médio, EJA – Ensino Médio, e Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada à Educação Profissional de Nível Médio).

obstante, há outras que buscam uma transição de vida e acabam entrando no ensino superior ou no técnico. Estas são pessoas que muitas vezes são pais com filhos já crescidos, ou que se divorciaram ou perderam membros familiares (JACOBY, 2015).

Assim, com esse recorte etário os dados dos deslocamentos referentes aos municípios e suas respectivas quantidades podem ser levantados com mais precisão em relação à população estudante. Além disso, há uma seletividade em relação à mobilidade para essas idades. De acordo com Vignoli (2008), jovens adultos se deslocam mais e com mais frequência no espaço.

Dessa forma, na realização dos procedimentos metodológicos, foram aplicados inicialmente os filtros que selecionaram os 17 municípios do Seridó. Após isso, foi selecionada a população referente ao ensino médio (citada na nota 2) para a obtenção das observações relativas aos estudantes de nível médio dos Censos Escolares. Com tais dados à disposição, realizou-se um cruzamento entre as variáveis *município de residência* e *município da escola*. Com essas informações, obteve-se os destinos dos estudantes seridoenses, bem como os estudantes dos demais municípios que se dirigiam a instituições de ensino situadas no Seridó.

Os Censos Escolares também fornecem dados referentes aos municípios de trabalho e de residência dos docentes do ensino básico. Para os deslocamentos dos docentes foi seguida a mesma lógica: para o ano de 2010 recodificou-se a variável *Município de Residência* em uma variável diferente, na qual foram selecionados somente os municípios seridoenses e que se chamou *Município de Endereço dos Docentes do Seridó*. Assim, foi feito o cruzamento desta com a variável *Município da Escola*. Com isso, passou-se a ter as informações relativas aos municípios onde os docentes com endereço no Seridó trabalhavam, tendo sido selecionados apenas aqueles que trabalhavam fora do município de residência.

Para se saber quais os docentes se deslocavam para o Seridó, transformou-se a variável *Município da Escola* em uma variável contendo somente os municípios do Seridó chamada *Municípios das Escolas no Seridó*. Após isso, foi realizado o cruzamento para a identificação dos municípios que fornecem mais docentes ao Seridó. Para 2017 foi realizado o mesmo processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela a seguir mostra os primeiros resultados levantados referentes aos deslocamentos pendulares de estudantes do ensino médio nos anos de 2010 e 2017.

TABELA 2 – Deslocamentos pendulares de estudantes entre 14 e 39 anos, ensino médio no Seridó Potiguar (2010 e 2017)

Local	2010				2017			
	Entradas	%	Saídas	%	Entradas	%	Saídas	%
Caicó (Polo)	408	61,6	31	4,7	501	58,7	14	1,6
Seridó Ocidental	32	4,8	308	46,5	25	2,9	284	33,3
Seridó Oriental	222	33,5	323	48,8	328	38,4	556	65,1
Total	662	100,0	662	100,0	854	100,0	854	100,0

Fonte: Inep – Microdados dos Censos Escolares de 2010 e 2017.

Quando se leva a Tabela 2 em consideração, percebe-se primeiramente que entre os períodos considerados houve um crescimento na mobilidade pendular para o ensino médio na Região Seridó de aproximadamente de 29%. Também pode-se observar que a maior parte dos fluxos da região se dirigiam para Caicó nos dois períodos. Contudo, verifica-se uma pequena perda de participação de Caicó em 2017, que se dá principalmente pela entrada de Parelhas de maneira mais incisiva diante da construção do IFRN em seu território em 2015.

No ano de 2010, depois de Caicó, Currais Novos recebia o maior número de estudantes da região com 25,8% do total, ao passo que Parelhas contabilizava 2,9%. Como já citado, em 2017, Parelhas passa a ter uma participação mais incisiva, passando a receber 13,9% de todos os deslocamentos provindos da região, um crescimento de 379,3% entre os dois períodos, onde a maior parte desse crescimento seguramente deve ter ocorrido entre 2015 e 2017.

Dos estudantes que se deslocavam em 2010, 19,2% saíam de Jardim de Piranhas com 98,4% deles se dirigindo a Caicó, os quais compunham 30,6% dos estudantes de ensino médio diários da região que Caicó recebia no período. Após Jardim de Piranhas, São João do Sabugi fornecia mais estudantes ao município, com 16,9% do total. Assim, as duas origens com maiores fluxos provinham do próprio Seridó Ocidental, enquanto que Cruzeta, que não se encaixa nesse grupo, mas que possui fronteiras com Caicó, fornecia 9,8%. Nesse mesmo período, os estudantes deslocavam-se principalmente de Acari e Jardim do Seridó para Currais Novos, com 32,2% e 21,1% respectivamente dos fluxos para este município. Após esses dois sobressaía-se Parelhas, com 19,3%.

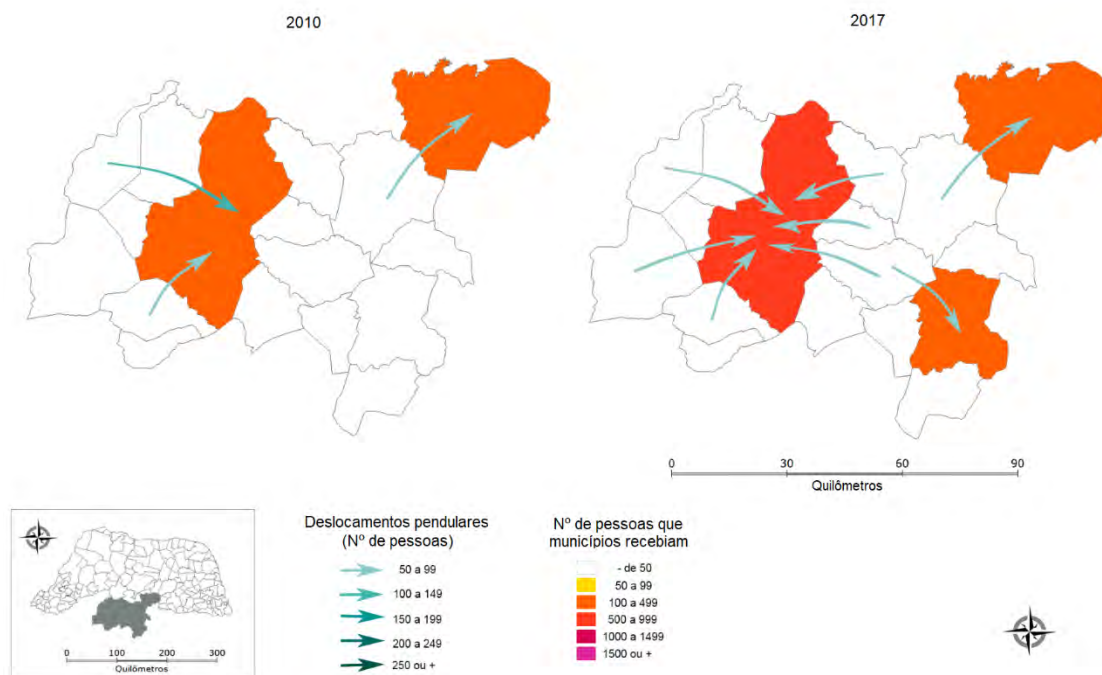
Em 2017, os fluxos de estudantes que mais se evidenciaram foram os de Jardim do Seridó (16,6% do total) em direção a Caicó e a Parelhas. De todos os deslocamentos desse município, Caicó era o destino de 41,5% deles, bem como Parelhas, com os mesmos 41,5%, ficando Currais Novos com 16,9%. Ressalta-se, dessa forma, a maior atração de

Parelhas em relação a Currais Novos, algo que acaba se tornando lógico devido à proximidade de Jardim do Seridó com Caicó e Parelhas.

Para Currais Novos, ainda em 2017, destaca-se principalmente a quantidade de pessoas proveniente de Acari. Este município configurava-se como o segundo local com mais fluxos de saída de estudantes de nível médio para a Região Seridó (somente atrás de Jardim do Seridó), possuindo 13,3% do total. Destes, 86,8% se dirigiam a Currais Novos, 9,6% a Parelhas e 3,5% a Caicó. Após Jardim de Piranhas e Acari, pode-se sublinhar as saídas de São João do Sabugi (10% do total), Cruzeta (9,3%) e Serra Negra do Norte (8,3%).

Na Figura 1, a seguir, a evolução dos principais deslocamentos de estudantes de nível médio no Seridó Potiguar entre 2010 e 2017 pode ser observada graficamente.

FIGURA 7 – Principais deslocamentos pendulares de estudantes entre 14 e 39 anos, ensino médio no Seridó Potiguar (2010 e 2017)



Fonte: Inep – Microdados dos Censos Escolares de 2010 e 2017.

Como resumo, pode-se afirmar que Caicó se coloca como a principal cidade receptora de estudantes do ensino médio. Também fica claro o crescimento nos valores e na diversidade de origens durante o período analisado. Parelhas e Currais Novos são os outros destinos que se destacavam em 2010 na recepção de estudantes de nível médio. No entanto, diferentemente de Caicó, esses municípios recebiam mais estudantes de poucas cidades. Currais Novos recebia mais população pendular de Acari e Parelhas de Jardim do Seridó.

TABELA 3 – Deslocamentos de docentes para nível médio no Seridó Potiguar (2010 e 2017)

Local	2010				2017			
	Entradas	%	Saídas	%	Entradas	%	Saídas	%
Caicó (Polo)	49	22,8	66	30,7	103	21,6	148	31,1
Seridó Ocidental	72	33,5	27	12,6	105	22,1	47	9,9
Seridó Oriental	94	43,7	122	56,7	268	56,3	281	59,0
Total	215	100,0	215	100,0	476	100,0	476	100,0

Fonte: Inep – Microdados dos Censos Escolares de 2010 e 2017.

Segundo os dados do Censo Escolar de 2010, do número total de professores do ensino básico que moravam no Seridó, 28,2% eram docentes do ensino de nível médio e, destes, 16,8% trabalhavam em outros municípios do Seridó ou de outras regiões do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Observa-se, também, que 35,7% dos que trabalhavam em outros municípios se deslocavam de modo diário dentro do Seridó em 2010, os quais estão representados na Tabela 3, ao passo que os demais se dirigiam para fora da região.

Em relação a 2017, o censo revela que houve uma variação positiva de 4% quanto aos professores de ensino básico que viviam no Seridó. Todavia, em relação aos do ensino médio a variação foi negativa (-10,4%), os quais passaram a constituir 24,3% dos professores totais do ensino básico. Apesar dessa redução, o número de docentes que passou a se deslocar aumentou. O valor cresceu em 75,1%, constituindo, assim, 32,8% do total de professores do ensino médio (ganho de 16 pontos percentuais). Além disso, como pode se observar na Tabela 3, o contingente de professores que se deslocavam dentro do Seridó aumentou (variação de 121,4%), passando a constituir 45,1% dos deslocamentos totais dos professores do nível médio que moravam na região.

Ademais, os dados dos censos apontam que os deslocamentos dos docentes de nível médio de Caicó são significativos em relação aos demais municípios da região. Não se pode fazer uma comparação individual dos municípios em relação às saídas por meio da Tabela 3, contudo, de acordo com o Censo Escolar de 2010 e como se observa na tabela, as saídas de Caicó correspondiam à maior proporção em termos individuais (30,7% do total). Após Caicó se encontravam São José do Seridó (12,1%) e Cruzeta (9,3%). Os docentes de Caicó se dirigiam principalmente para Jardim de Piranhas (22,7%) e para Serra Negra do Norte (18,2%) e os de São José do Seridó para Cruzeta (38,4%), Caicó (30,8%) e Jardim do Seridó (30,8%).

Uma informação importante a se considerar é que os censos escolares somente fornecem dados a respeito de professores do ensino básico, contudo, dentre os docentes do nível médio também há aqueles que ministram no ensino superior. Esse fato é muito

recorrente nos IF, os quais possuem cursos nos dois níveis de ensino. Outros professores também podem ministrar em IES privadas. Dessa forma, a expansão do ensino superior também causa efeitos nos deslocamentos para professores do ensino médio. Por meio da Tabela 3, percebe-se que Caicó, um dos maiores formadores de licenciados da região, aumentou os seus fluxos para os demais municípios do Seridó em 124,2%.

Consequentemente, os municípios do Seridó Oriental foram os que ganharam mais docentes em termos de deslocamentos diários. Cabe destacar que 54,4% dos que saíam de Caicó se dirigiam para o Seridó Oriental, principalmente para Cruzeta, Currais Novos e Acari, com, respectivamente, 20,3%, 9,5% e 8,8% do total, ao passo que para o Seridó Ocidental 23% se dirigiam para Jardim de Piranhas e 16,2% para Timbaúba dos Batistas. Apesar de Currais Novos estar entre os municípios de sua microrregião a receber mais docentes de Caicó, esse município fornecia 185,7% de docentes diários a mais para Caicó.

Dos professores que saíam do Seridó Oriental para os demais municípios seridoenses, 28,1% eram provenientes de Currais Novos, e após Caicó o seu principal destino era Acari e Cruzeta em 2017. Acari e Jardim do Seridó eram os municípios que forneciam mais professores do Seridó Oriental após Currais Novos, com 22,4% e 21,7% do total da microrregião, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi observado nos resultados, pode-se afirmar que em períodos recentes os movimentos pendulares continuam a crescer entre os estudantes no Seridó Potiguar. O crescimento observado para os alunos do ensino médio também podem ser um indicativo de crescimento para o ensino superior, tendo-se em vista que os deslocamentos para este nível crescem de forma mais rápida.

O maior número de deslocamentos diários de docentes também é algo a se considerar, pois pode-se inferir a partir disso que a maior dinâmica e oferta de trabalho em diferentes municípios na área educacional foram influenciadas pelos investimentos. Isso é importante no sentido de atração populacional (professores) e permanência dos profissionais que se formam na região.

REFERÊNCIAS

ARANHA, V. Mobilidade Pendular na Metrópole Paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 96-109, 2005.

BASÍLIO JR., L. N.; FUSCO, W. A expansão do ensino técnico e superior no Seridó Potiguar e suas influências na mobilidade pendular entre 2000 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 11., 2019, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2019.

DELGADO, P. R. et al. Mobilidade nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: processos migratórios e deslocamentos pendulares. In: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (org.). **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.** Brasília, DF: IPEA, 2016. p. 223-245.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000.** Rio de Janeiro, RJ, 2000.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar de 2017.** Brasília, DF, 2017.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar de 2010.** Brasília, DF, 2010.

JACOBY, B. Enhancing commuter student success: what's theory got to do with it? **New Directions for Student Services**, [S. l.], n. 150, p. 3-12, 2015.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

VIGNOLI, J. R. Migración interna de la población joven: el caso de América Latina. **Revista Latinoamericana de Población**, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 9-26, 2008.

MIGRAÇÃO E CONDIÇÃO DE TRABALHO DOS BENGALESES NO NORTE DO PARANÁ

*Luiz Augusto Silva Ventura do Nascimento**
*Cláudia Siqueira Baltar***

RESUMO

Estudos confirmam que a migração internacional sofreu considerável aumento na segunda década do século XXI. Os fluxos migratórios passam por (re)configurações na ordem global e se destinam a países da América Latina como, por exemplo, o Brasil. A partir de 2013, há evidências da presença de fluxo migratório bengalês direcionado à região norte do estado do Paraná atraído, possivelmente, pela oportunidade de trabalho em indústrias frigoríficas da região em razão da sua mão de obra especializada para o abate *halal* (técnica de corte de animais para o consumo islâmico). Assim sendo, as redes sociais migratórias bengalesas e a condição do trabalho bengalês na região metropolitana de Londrina são o objeto de estudo sociológico, observando-se os desafios, as dificuldades, as tensões e os conflitos enfrentados pelos migrantes. Além de se colherem dados em referências bibliográficas e banco de dados da RAIS e do SINCRE (fontes secundárias), também serão preenchidos formulários e entrevista individual semiestruturada, gravada com questões abertas (fontes primárias). No que tange aos procedimentos metodológicos, o estudo se caracteriza pelo paradigma de pesquisa cujo método é, predominantemente, qualitativo com fontes estatísticas secundárias. Em razão do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa social proposta, os dados serão analisados pela abordagem denominada de análise de redes sociais, noutras palavras, pelas conexões pessoais, territoriais, institucionais e laborais realizadas pelos migrantes para realizarem o processo de migração.

Palavras-chave: Migração internacional; Redes Sociais; Bengaleses; Trabalho decente.

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que, nesta segunda década do século XXI, a migração internacional – fenômeno heterogêneo caracterizado pelo movimento de pessoas que saem do seu país de nacionalidade ou origem para outro distinto; também, evolve diferentes processos sociais e grupos migrantes na busca exercício pleno dos direitos humanos, já que estão ameaçados onde estão – tem sofrido transformações, com aumento do movimento de migrantes, tanto o direcionado à América Latina e ao Caribe, quanto o proveniente de Bangladesh, do Nepal, do Paquistão, da Síria, do Líbano e do continente africano. “A Declaração de Cartagena [1984] coloca a América Latina em patamar de destaque no cenário global, o que indica que a região tem muito a contribuir com o debate do acolhimento do refúgio [modalidade de migrante¹ internacional] no mundo”

* Doutorando em Sociologia e mestre em Ciências Sociais ambos pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) E-mail: lsventura1@hotmail.com

** Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia ambos da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: claudiasbaltar@gmail.com

¹Segundo os incisos do artigo 1º da nova *Lei de Migração* brasileira, Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, o termo migrante, em sentido amplo, se refere ao imigrante, emigrante, residente fronteiriço, visitante e

(BAENINGER et al., 2018, p. 18). Nesse cenário, pesquisas sociais² informam a presença do grupo de trabalhadores bengaleses na região norte do estado do Paraná.

Além disso, desde 2013, a polícia federal tem recebido solicitações de refúgio de bengaleses, na região de Londrina, Arapongas, Rolândia, Jaguapitã e outras cidades circunjacentes.³ São migrantes que, inicialmente, acreditam na condição econômica “forte” do país⁴ e vêm para o Brasil a trabalho, onde encontram a oportunidade de emprego em frigoríficos.

Mas, como o número de trabalhadores pode ser maior do que os postos de trabalho, situação que os coloca no contingente de desempregados, (GALÃO, 2013), conseqüentemente, mais vulneráveis ao aceite de trabalho em condições precárias. São trabalhadores que, em grande parte, enfrentam a pobreza e exclusão social, tornando-se, assim, subordinados, pelo fato de serem migrantes, às condições de trabalho lhes destinadas pelo mercado brasileiro.

Os migrantes bengaleses, na busca por trabalho e pela condição de migrante legal, passam por circunstâncias laborativas difíceis nos frigoríficos. Abdul Quader “afirmou ter ouvido de alguns de seus colegas que o trabalho nos frigoríficos ‘é muito pesado’, mas que eles optam por permanecer no ramo [...]” (FOLHA DE LONDRINA, 2014, s. p.).

Convém dizer que essas informações veiculadas pela imprensa estão na esfera do senso comum, quiçá na esfera do senso comum erudito.⁵ Diante disso, parte-se do ponto de vista que tais informações são somente relatos de um problema social, uma realidade presente na sociedade brasileira, que necessita melhor coleta de dados e sistematização científica para precisamente verificar a questão da migração internacional bengalesa sob determinada perspectiva teórica: problema sociológico.

apátrida. Ainda se deve considerar o refugiado conforme expõe a *Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados*, adotada em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial, asilados e imigrantes ilegais.

² Publicação do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas. No estado do Paraná, cidades de pequeno porte incorporam hábitos religiosos dos povos árabes que para lá se dirigiram como trabalhadores em indústrias e frigoríficos da região. Há refugiados sírios entre os trabalhadores, mas também outros migrantes (cidadãos vindos do Líbano, de Bangladesh, do Egito, do Senegal e de outros países) (RODRIGUES; SALA; SIQUEIRA, 2018, p. 318).

³ “Os proprietários da empresa de alumínio afirmaram que têm que se policiar para evitar que os bengaleses ali empregados extrapolem as horas extras. ‘Nós temos uma carga horária estabelecida pelo sindicato da categoria e que é cumprida [pelos] funcionários. Mas se dependesse deles (bengaleses), ficariam trabalhando até a empresa fechar’, afirma o diretor administrativo, [...] Alguns já haviam trabalhado em frigoríficos de Arapongas, Rolândia e Jaguapitã” (FOLHA DE LONDRINA, 2014, s. p.).

⁴ “A FOLHA entrevistou um bengalês que está em um abrigo na região de Londrina desde que chegou ao norte do Paraná, na semana retrasada. Ele relata que ‘não conhecia ninguém’, mas que escolheu o Brasil em razão da ‘economia forte’” (GALÃO, 2013, s.p.).

⁵ A atualidade é marcada pelo amálgama entre o senso comum e ciências sociais. O “grande público” tem amplo acesso ao conhecimento sociológico e o utiliza, indiscriminadamente de modo a vulgarizar enunciados e conceitos sem observar o rigor metodológico necessário (CHAMPAGNE, 1996).

PESQUISA SOCIAL: OBJETO DE ESTUDO

Munidos de informações obtidas por meio de redes sociais migratórias, os bengaleses migrantes, em algum momento, tomam conhecimento da possibilidade de trabalho em frigoríficos que são certificados para o abate halal⁶ – técnica de corte de animais permitida para o consumo islâmico, que exige o conhecimento de regras religiosas e procedimentos específicos – já conhecido por eles, assim, se destinam a esse trabalho. Assim sendo, a região metropolitana de Londrina passa a ser o destino desses migrantes que conseguem permanecer no país, já que são detentores da mão de obra especializada (SEYFERTH, 2014) e necessária às indústrias abatedoras da região.

Posto dessa maneira, a investigação sociológica propõe como objeto de estudo às redes sociais da migração bengalesa para a sua caracterização e para o estudo da condição de trabalho dos bengaleses na região norte do estado do Paraná, ou seja, identificar, objetivamente, “conexões (laços ou relações) e pontos (nós ou atores) no interior de uma rede pessoal (sistema), representando padrões estruturais das relações”. Refere-se à construção teórica representante dos padrões relacionais que reconstroem os caminhos percorridos pelas pessoas em trocas espaciais, de recursos materiais e informações, gerando laços sólidos capazes de explicar origem, desenvolvimento e crescimento dos fluxos. Isso sem mencionar o fato de serem, também, relativamente, constantes ou imprevisíveis ou não-lineares (KRITZ; ZLOTNIK, 1992; FAZITO, 2002, s. p.).

TEORIAS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

A pesquisa sociológica parte de elementos teóricos extraídos, principalmente, de três teorias sociológicas sobre migração internacional cujas obras são *The age of migration: international population movements in the modern world*⁷ (2003) de Stephen Castles, Hein de Haas e Mark J. Miller; *Migrações Sul-Sul* (2018) de Rosana Baeninger e *A imigração ou os paradoxos da alteridade* de Abdelmalek Sayad (1998).

A primeira é justificada devido à concepção de migração internacional ou mobilidade humana internacional na contemporaneidade. Ela fornece suporte a investigações sobre o atual movimento migratório global, principalmente devido à concepção de que a migração internacional contemporânea, além de estar associada à

⁶ Em árabe, *halal* significa lícito e permitido. O abate *halal* é a técnica de corte de animais autorizada para o consumo islâmico de, por exemplo, bovinos, ovinos, caprinos e aves. Devem-se seguir os rituais *Zabihab* (islâmicos) fixados no Corão: animal, em condição saudável, abatido por pessoa sã, com discernimento do ato, que conheça as regras islâmicas referentes ao abate e pronuncie o nome de *Allah* (Deus) (FUSEINI et al. 2016).

⁷ Obra ainda não publicada na língua portuguesa. A tradução literal do título seria, em português, *A era da migração: movimentos internacionais de população no mundo moderno*.

noção de mobilidade humana – direito de locomoção dos indivíduos, aquilo que proporciona a mobilidade urbana, bem como o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade⁸ – é um fenômeno complexo de difícil conceituação em razão de ser caracterizada também por causas diversas associadas aos contextos específicos de sua ocorrência⁹:

[...] [para] descrever e explicar a migração internacional contemporânea. Nós nos propusemos a mostrar sua enorme complexidade e a comunicar tanto as variações quanto os fatores comuns nos movimentos populacionais internacionais, à medida que afetam cada vez mais partes do mundo (CASTLES; HASS; MILLER, 2014, p. 20, tradução nossa)¹⁰.

Além do mais, em relação à migração internacional bengalesa, essa teoria apresenta dados importantes para a construção do conhecimento sociológico como considerar o aumento global do número de países não só de origem como de destino, a influência das políticas governamentais locais voltadas à migração, a diversidade de causas e fatores migratórios (classificação) e, por fim, a politização da questão migratória.

No que tange à migração internacional bengalesa, os quatro primeiros apontamentos sobre os atuais processos migratórios globais permitem a construção do corpus teórico da pesquisa, porquanto são próprios tanto para significá-la como para constatar sua real condição de trabalho.

A segunda contribui com reflexões que debatem com perspectivas eurocêntricas para melhor perceber a realidade latino-americana, caracterizando o quadro das novas migrações para países da América-Latina. No caso do Brasil, por exemplo, o aumento de fluxos de haitianos, africanos e asiáticos, bem como o papel do país na geopolítica internacional (BAENINGER et al., 2018). Além disso, ela pondera a questão da economia política mundial do trabalho com a nova ordem internacional da divisão social do trabalho (HARVEY; SASSEN *apud* BAENINGER, 2013). É uma fase do capitalismo que revela

⁸ “A imigração é um processo constituído por seres humanos com vontade e atitude e com múltiplas identidades e trajetórias de vida além do fato de serem vistos, definidos e categorizados como imigrantes para os propósitos da política da sociedade ou da economia que os recebe” (MAHLKE, 2017, p. 63).

⁹ Definir com precisão migrante, mesmo fundamentando-se em autores, é algo extremamente complicado, posto que, sob a perspectiva de mobilidade humana, migrante é aquele que se movimenta em diferentes espaços pelas mais diversas razões, de modo legal ou ilegal, sozinho ou com ajuda externa, assumindo riscos, como fuga de um mal imediato ou iminente. Pode ser tanto uma pessoa que se movimenta de uma cidade para outra, como uma que atravessa fronteiras internacionais devido a perseguições por causa da nacionalidade; por questões políticas, religiosas ou étnico-raciais; por terrorismo; por situações de guerra com conflitos armados; por reunificação familiar; e por disputas pelo poder com violações dos direitos humanos. Existem outros migrantes que somente buscam conhecer novas culturas ou objetivam melhores oportunidades econômicas. Por fim, não se pode deixar de mencionar os que são forçados a se deslocar devido a desastre natural ou mudanças climáticas (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014).

¹⁰ “[...] to describe and explain contemporary international migration. We set out to show its enormous complexity, and to communicate both the variations and the common factors in international population movements as they affect more and more parts of the world” (CASTLES; HASS; MILLER, 2014, p. 20).

novos arranjos migratórios orientadores da reestruturação urbana, da produção e, conseqüentemente, da relação das cidades na economia internacional (BAENINGER, 2013).

De qualquer modo, essas duas teorias das migrações internacionais servem de suporte teórico para o mapeamento das conexões territoriais: origem, trânsito e destino final migratório, além de reflexões geopolíticas.

E mais, pelo fato da pesquisa estar circunscrita nas teorias das migrações internacionais – determinadas a buscar a causa e o efeito dos processos migratórios, já que não os percebe como determinados pelas vontades dos migrantes, mas como um fenômeno resultante do modo como se constitui a estrutura social seja em dimensões locais ou globais. São ambientes os quais seus traços e aspectos econômicos, políticos e jurídicos, organização dos centros de produção (divisão social trabalho) com o mercado interno e internacional estimulam, refreiam ou extinguem os fluxos migratórios (MUNCK, [2010?]; SASSEN, 2001; 2006; BAENINGER, 2013; MAHLKE, 2017).

É necessário verificar as circunstâncias causais (perspectiva de causalidade) que produzem o fenômeno da migração bengalesa, caracterizando-a e descrevendo suas conexões sociais, territoriais, institucionais e laborais, analisando-se, então, os efeitos seletivos de causas macrossociais (experiências objetivas da vida pública) na vida privada do migrante (microsociais) como, por exemplo, condição laborais precárias.

Por último, a terceira teoria emerge como ponto fundamental para desvelar alguns aspectos do processo migratório como a contradição existente entre o fato de ser um estado provisório que se prolonga indefinidamente ou se trata de um estado duradouro com sentimento de provisoriedade, sendo assim dotada de um estatuto – regra definidora sobre a condição de entrada, estadia e, principalmente, do trabalho, no caso da França – que coloca os migrantes trabalhadores em uma provisoriedade de direitos, negando-lhes direitos e garantias reais – caráter de provisoriedade – uma presença “tolerada” que pode, em alguns casos, se prolongar indeterminadamente e, sobretudo, correlacionada ao trabalho (SAYAD, 1998).

Com efeito, os migrantes bengaleses passam por grandes desafios, tensões e dificuldades sejam eles pelas condições socioeconômicas de Bangladesh, durante seu deslocamento e no trabalho quando chegam ao Brasil para conseguirem o mínimo de sobrevivência fuga de uma situação de crise que afeta a sua dignidade humana.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA DO TRABALHO

Convém registrar que o estudo científico proposto configura-se como uma investigação qualitativa empírica¹¹ com geração de dados junto ao grupo de migrantes bengalês presentes na região norte do Paraná. Em 2018, o Serviço Pastoral do Migrante de Londrina contabilizou cerca de 80 bengaleses na região. Tais dados são (CRESWELL, 2007) tanto coletados em revisão bibliografia sistematizada como gerados em resposta a entrevistas, em profundidade, presenciais e semiestruturadas, bem como a formulários sobre as condições de trabalho dos entrevistados.

Em suma, trata-se de uma pesquisa que contribui para significar o processo de migração internacional para o Brasil que passa por (re)configuração, um recente fluxo de bengaleses tem procurado o país como destino e se estabelecido em frigoríficos. Está-se diante de um objeto de estudo sociológico dotado de certa transdisciplinaridade enriquecedora da epistemologia do conhecimento. Aliás, os movimentos migratórios não são fenômenos sociais autônomos ou isolados, existem causas e, por isso, a sua intensificação, organização ou mudanças despertam o interesse das ciências sociais em razão de representarem conjunturas problemáticas à medida que refletem violações dos direitos humanos tanto por perseguições, devido à nacionalidade, a grupos étnico-raciais, políticos e religiosos quanto por situações de guerra, terrorismo, conflitos armados ou desastres ambientais e mudanças climáticas (MARTIN; WEERASINGHE; TAYLOR, 2014), tornando-se, assim, um campo de investigação científico-sociológico imprescindível.

REFERÊNCIAS

- AVANSINI, C. Terra estrangeira – interior do Paraná se consolida como destino de migrantes. **Folha de Londrina**, Londrina, PR, 16/06/2017. Disponível em: www.folhadelondrina.com.br/reportagem/terra-estrangeira---interior-do-parana-se-consolida-como-destino-de-migrantes-980334.html. Acesso em: 08 abr. 2019.
- BAENINGER, R. et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século XXI: entre o local e o global. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS, 29., 2013, Santiago de Chile, Chile. **Anais...** [S. l.]: ALAS, 2013.
- CASTLES, S.; HAAS, H.; MILLER, M. J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 5. ed. New York, NY: Guilford Press, 2014.

¹¹ “[...] refere-se à coleta de dados no mundo social para testar, gerar ou interagir com as proposições da ciência social” diferentemente de empirismo que conforme “citação de Martin Bulmer, a escola de pensamento empirista acredita os fatos falam por si mesmos e não requerem nenhuma explicação via engajamento teórico” (MAY, 2004, p. 24).

- CHAMPAGNE, P. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In: CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 171-227.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.
- FAZITO, D. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.
- FOLHA DE LONDRINA. Bengaleses são atraídos por salários. **Folha de Londrina**, Londrina, PR, 23/02/2014. Disponível em: www.folhadelondrina.com.br/geral/bengaleses-sao-atraididos-por-salarios-872831.html. Acesso em: 08 abr. 2019.
- FUSEINI, A. et al. Halal stunning and slaughter: criteria for the assessment of dead animals. **Meat Science**, Inglaterra, v. 119, p. 132-137, 2016.
- GALÃO, F. Onda migratória Bengaleses buscam refúgio no Norte e Noroeste do PR. **Folha de Londrina**, Londrina, PR, 23/05/2013. Disponível em: www.folhadelondrina.com.br/reportagem/onda-migratoria-bengaleses-buscam-refugio-no-norte-e-noroeste-do-pr-843543.html. Acesso em: 08 abr. 2019.
- KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. Global interactions: migration systems, processes and policies. In: KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H.; LIM, L. L. **International migration systems: a global approach**. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
- MAHLKE, H. **Direito internacional dos refugiados: novo paradigma jurídico**. Belo Horizonte, MG: Arraes Editores, 2017.
- MARTIN, S.; WEERASINGHE, S.; TAYLOR, A. (ed.). **Humanitarian crises and migration: causes, consequences and responses**. Londres: Routledge, 2014.
- MUNCK, R. **Trabajo, sindicatos y migraciones en el marco de la globalización neoliberal**. [S. l.]: Asociación Paz y Solidaridad Asturias, [2010?].
- RODRIGUES, G. M. A.; SALA, J. B.; SIQUEIRA, D. C. Refugiados sírios no Brasil: políticas de proteção e integração. In: BAENINGER, R. et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 309-324.
- SASSEN, S. **Sociology of globalization**. New York, NY: W W Norton, 2006.
- SASSEN, S. **The global city: New York, London, Tokyo**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SAYAD, A. O que é um imigrante? In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998. p. 45-72.
- SEYFERTH, G. O problema da migração no Brasil: continuidades e mudanças. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 8., 2014, Évora. **Anais...** Lisboa: APS: 2014.
- SEYFERTH, G. Os estudos da migração no Brasil. In: SEYFERTH, G. et al. (org.). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria, RS: UFSM, 2007.

MIGRAÇÃO E MOBILIDADE OCUPACIONAL NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE AS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS¹

*Priscila de Souza Silva**
*Luana Junqueira Dias Myrrha**
*Silvana Nunes de Queiroz**

RESUMO

O principal objetivo deste estudo é mensurar os níveis de mobilidade ocupacional intergeracional por condição de migração das filhas de trabalhadoras domésticas no Brasil, em 2014. Para tanto, o questionário principal e o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional de 2014, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são as principais fontes de informações. Quanto aos principais resultados, a grande maioria das filhas de trabalhadoras domésticas não migrantes e migrantes interestaduais logrou melhores postos de trabalho do que as suas mães. No entanto, as migrantes interestaduais alcançaram menores cifras de mobilidade ascendente e maior imobilidade, quando comparadas às filhas que não empreenderam migração. Adicionalmente, foi possível constatar que quanto maior o tempo de residência das filhas migrantes, mais elevados os níveis de ascensão ocupacional e menor a imobilidade intergeracional. Os achados deste estudo revelam informações instigantes, dado que, diante de uma série de mudanças estruturais e inclusivas no Brasil, entre 2003 e 2014, foram possíveis a ascensão intergeracional e maiores oportunidades de vida não somente para parcela expressiva das filhas de trabalhadoras domésticas que emigraram, bem como para aquelas que permaneceram no estado de nascimento ou de origem. Isto porque, em outras épocas/décadas, apesar da seletividade no mercado de trabalho no local de destino, para ter mobilidade ocupacional e social era preciso emigrar.

Palavras-chave: Migração; Mobilidade ocupacional; Filhas de trabalhadoras domésticas; Brasil.

INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios internos constituem um fenômeno social que envolve um conjunto amplo e complexo de especificidades que se manifestam nas causas, motivos e direções da mobilidade espacial (BAENINGER, 2012). Desse modo, a compreensão da dinâmica migratória interna origina-se no contexto histórico-estrutural de desequilíbrios regionais, demográficos, econômicos, políticos e sociais. A passagem de uma sociedade rural para uma de feição urbano-industrial aprofundou a concentração do desenvolvimento econômico e social e as disparidades regionais, ao passo que impulsionou

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

* Mestre em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). Pesquisadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará. E-mail: priscila.souzas@hotmail.com

* Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Professora Adjunta IV do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: luanamyrha@gmail.com

* Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

os deslocamentos migratórios em direção aos “eldorados” das oportunidades, dos empregos e da possibilidade de mobilidade social (BAENINGER, 2012; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Nesse contexto, os deslocamentos migratórios constituem importantes determinantes para a compreensão dos indicadores de mobilidade ocupacional, assim como na mobilidade ocupacional emergem explicações para os fenômenos migratórios. Seja na perspectiva histórico-estrutural, em que os fatores de expulsão em regiões menos ou mais dinâmicas atuam como causas e motivos para a migração (SINGER, 1973), ou ainda considerando as redes familiares e de sociabilidade, as diferenças no nível e qualidade dos empregos disponíveis e a direção dos fluxos migratórios, de certa maneira, estão relacionadas com as possibilidades de ascensão ocupacional na localidade de destino (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017; PASTORE, 1979).

Vale ressaltar que, no Brasil, nos anos 2000, a dinâmica das migrações internas aponta novas modalidades migratórias que sugerem a revisão da relação migração-emprego, migração-mobilidade social (BAENINGER, 2012). Os estudos evidenciam arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância, incremento da migração de retorno, intensificação dos deslocamentos intrarregionais e intraestaduais e aumento da mobilidade pendular (BAENINGER, 2011; 2012; NUNES; SILVA; QUEIROZ, 2017; QUEIROZ, 2013; QUEIROZ; SANTOS, 2011).

A explicação para os novos movimentos perpassa por fatores macrossociais e microssociais, aumento do custo de vida nos grandes centros urbanos, violência, interiorização do ensino, expansão de infraestrutura nas cidades médias, maior diversificação econômica regional, entre outras (DOTA; QUEIROZ, 2019).

Isso não quer dizer que as desigualdades regionais e, conseqüentemente, os desequilíbrios sociais, que ainda permeiam a sociedade brasileira, não impulsionam as migrações como alternativa de sobrevivência e/ou como opção para “melhorar de vida”. Entretanto, as mudanças demográficas, econômicas e as políticas públicas, a partir das duas últimas décadas do século XX, com destaque para o início do século XXI (período 2003-2014), associadas à ampliação dos meios de comunicação e transporte, e das redes de interação social, modificaram a direção dos deslocamentos migratórios. Em tempos de crise econômica e política, marcados por aumento do desemprego, subemprego, informalidade e deterioração de importantes avanços sociais, emergem modalidades migratórias em escalas geográficas menores, menos custosas em termos de recursos e de

tempo que, por vezes, deslocam a mobilidade espacial da mobilidade ocupacional/social (BRITO, 2009; DOTA; QUEIROZ, 2019).

No entanto, estudos mostram que a migração constitui importante via para a mobilidade ocupacional e social dos indivíduos, porquanto as oportunidades criadas em distintas localidades e realidades induzem os deslocamentos populacionais e as chances de ascensão ocupacional e social (PASTORE, 1979; JANNUZZI, 1999; 2004b). Segundo Jannuzzi, Montagner e Taira (2017), a emigração de indivíduos para localidades de forte dinamismo econômico possibilitou maior ascensão ocupacional para parte daqueles que a empreenderam.

Nesse ensejo, é preciso ressaltar os avanços sociais no País entre 2003 a 2014, em especial sobre as possibilidades de mobilidade intergeracional ascendente. No bojo desse processo, destacam-se a universalização e a interiorização do ensino, a criação de empregos formais, a expansão e o fortalecimento das políticas públicas que ampliaram as possibilidades para ascensão ocupacional, principalmente entre os filhos de origens menos favorecidas socioeconomicamente (IBGE, 2017; JANNUZZI, 2002; 2004b; 2018; PASTORE; VALLE SILVA, 2000; PERO, 2006) e de regiões menos desenvolvidas.

Em vista da expansão dos canais de mobilidade, associada à redução das desigualdades de oportunidades nos diferentes grupos sociais, em especial entre os menos despossuídos de privilégios de classe, chama atenção as filhas de trabalhadoras domésticas. Em geral, suas mães são mulheres migrantes, negras, com baixo poder aquisitivo e que se tornaram domésticas e/ou “mocinhas ajudantes” ainda muito jovens, em muitos casos na infância/adolescência. No contexto de desvalorização e estigmatização histórica da categoria, percebe-se que os recursos familiares, as oportunidades e as vantagens da meritocracia foram mais restritos para as filhas de trabalhadoras domésticas (FRAGA, 2010; KOERICH, 2013; MELO, 1998; SILVA, 2010; SILVA, 2018).

Considerando questões estruturais e conjunturais, além das discussões levantadas na literatura, o presente estudo tem como objetivo principal mensurar os níveis de mobilidade ocupacional intergeracional por condição de migração das filhas de trabalhadoras domésticas no Brasil, em 2014. A hipótese é que expressiva parcela das filhas de trabalhadoras domésticas que empreenderam migração logrou mobilidade intergeracional ascendente, uma vez que a mobilidade intergeracional depende tanto de características individuais, quanto da conjuntura socioeconômica, da ampliação das oportunidades ocupacionais e educacionais, e das políticas sociais inclusivas (JANNUZZI, 2004b; JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017).

O estudo está estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados para o alcance do objetivo proposto. Na segunda seção, têm-se as análises e discussões dos resultados sobre os níveis de mobilidade ocupacional intergeracional por condição de migração das filhas de trabalhadoras domésticas. E, por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O questionário principal e o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional de 2014, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são as principais fontes de informações. No questionário da pesquisa, algumas investigações são de caráter permanente, tais como: características gerais da população, trabalho, rendimento, educação e habitação, enquanto outras, com periodicidade variável, são incluídas em suplementos que anualmente abordam temas especiais, de acordo com as demandas do País. Quanto à temática de mobilidade sócio-ocupacional, essa foi investigada pela PNAD nos suplementos de 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014.

É oportuno destacar que, somente no suplemento de 2014, perguntas sobre a ocupação materna foram adicionadas ao questionário de mobilidade sócio-ocupacional, possibilitando estudos sobre as mudanças ocupacionais entre gerações de mães e filhas em âmbito nacional, sem o viés de gênero presente na literatura clássica.

Desse modo, dada a limitação quanto às variáveis sobre ocupação materna em cinco versões dos suplementos de mobilidade sócio-ocupacional, o recorte temporal desta pesquisa restringe-se ao ano de 2014. Quanto ao recorte geográfico, optou-se por mensurar os níveis de mobilidade ocupacional intergeracional por condição de migração das filhas de trabalhadoras domésticas no Brasil. O intuito é analisar a relação entre a dinâmica migratória e a mobilidade ocupacional em âmbito nacional.

CONCEITOS ADOTADOS

A amostra compreende as filhas de trabalhadoras domésticas, com idade entre 16 a 64 anos, ocupadas na semana de referência da pesquisa. Por sua vez, a categoria de trabalhadora doméstica é formada pela “pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares” (PNAD, 2014, p. 60).

Para o controle da mobilidade intergeracional de ocupação, segundo a condição de migração, foram adotadas as seguintes definições para mensurar os indicadores de mobilidade das filhas não migrantes e migrantes interestaduais, a saber:

Não Migrante – indivíduo natural de determinada Unidade da Federação que nunca morou em outro estado;

Migrante Interestadual – indivíduo (natural ou não natural) que, na data de referência da PNAD, residia em uma Unidade da Federação do Brasil, mas, em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento), morava em outro estado.

DEFINIÇÃO DAS TAXAS ABSOLUTAS DE MOBILIDADE

Para medir a mobilidade intergeracional são necessários dados sobre a ocupação dos pais, a fim de comparar com a atividade profissional do(a)s filho(a)s (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017). Assim, neste estudo, a mobilidade intergeracional de ocupação consiste na comparação entre o estrato ocupacional no trabalho atual da filha com o da sua mãe (trabalhadora doméstica), quando as filhas tinham quinze anos de idade.

Os estratos ocupacionais foram construídos a partir da escala sócio-ocupacional proposta por Jannuzzi (2004a), porquanto considera indicadores socioeconômicos e de precarização no mercado de trabalho. De posse dos indicadores fornecidos pelo autor, as ocupações foram classificadas em seis estratos: i) proprietárias e profissionais de nível alto; ii) pequenas proprietárias e profissionais de nível médio; iii) trabalhadoras do comércio, serviços e qualificadas da indústria; iv) trabalhadoras do setor tradicional; v) trabalhadoras domésticas; e vi) trabalhadoras rurais.

O Quadro 1 apresenta a média dos principais indicadores² elaborados por Jannuzzi (2004a), segundo os estratos ocupacionais utilizados nesta pesquisa. Observa-se que a média de rendimento mensal reduz drasticamente à medida que se avança para as categorias menos qualificadas, ao passo que os indicadores de precarização ocupacional se elevam.

² Os indicadores de cada uma das 510 famílias ocupacionais estão expostos em Jannuzzi (2004a, p. 80-95).

QUADRO 1 – Média dos indicadores de *status* socioeconômico (ISED e ISEP), rendimento mensal mediano, escolaridade mediana e precarização ocupacional – 2000

Estrato	ISED	ISEP	Rendimento mensal mediano (R\$)	Escolaridade mediana	Ocupados não contribuintes à Previdência (%)	Empregados sem carteira (%)
I	0,35	94,2	1.525	13	35,3	26,2
II	0,24	83,0	670	11	41,8	21,1
III	0,14	62,4	381	8	71,6	33,2
IV	0,07	37,2	271	5	81,5	47,2
V	0,04	19,8	151	4	94,3	70,2
VI	0,02	12,80	142	3	93,8	81,2

Fonte: Jannuzzi (2004a).

As principais categorias que compõem o primeiro estrato (proprietárias e profissionais de nível alto) são as de juízes e desembargadores, médicos, engenheiros, professores de Ensino Superior, advogados e militares da Aeronáutica. O segundo grupo ocupacional é composto por professores de ensino fundamental, médio e profissional, técnicos em construção civil e em eletrônica, técnicos em Contabilidade e Administração, secretários executivos, supervisores, representantes comerciais, corretores de seguros e imóveis. Já o terceiro estrato ocupacional reúne professores de ensino pré-escolar, inspetores de alunos, caixas e bilheteiros, recepcionistas, telefonistas, trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento, vigilantes e guardas de segurança, vendedores, técnicos em metalúrgica, técnicos em materiais de cerâmica e vidros, coloristas, desenhistas industriais e supervisores de montagem. No quarto estrato, as ocupações típicas são vendedores em quiosques de barracas, vendedores ambulantes, pintores, ajudantes de obras, trabalhadores de forjamento de metais, da indústria têxtil, ceramistas (preparação e fabricação), artesanais da confecção, operadores de tear e máquinas similares, operadores de acabamento de calçados, trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias, de embalagem e etiquetagem. O quinto estrato, por sua vez, é formado pelas categorias ocupacionais de arrumadeira, camareiro(a), caseiro(a), jardineiro(a), empregada doméstica, diarista, faxineiro(a), lavadeira, passadeira, lavador(a), passador de roupas, auxiliar de serviços diversos e gerais. Por fim, no último estrato (trabalhadoras rurais), tem-se como ocupações típicas os produtores agrícolas, trabalhadores na exploração agropecuária, pescadores e caçadores, extrativistas florestais, garimpeiros, confeccionistas de artefatos de madeira, condutores de veículos de tração animal e moleiros.

Adicionalmente, por meio da matriz de transição, mensuram-se os indicadores de mobilidade ocupacional: ascendente, descendente e imobilidade. Dessa maneira, considerou-se que experimentou mobilidade ascendente a proporção de filhas que estavam concentradas em ocupações melhores do que a condição materna, ou seja, nos estratos I,

II, III e IV; aquelas que estavam ocupadas no mesmo estrato das suas mães (estrato V - trabalhadoras domésticas) alcançaram imobilidade; e mobilidade descendente representa as categorias ocupacionais inferiores em relação ao estrato materno (estrato VI).

INDICADORES DE MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO CONDIÇÃO DE MIGRAÇÃO

Com relação aos indicadores de mobilidade intergeracional, segundo a condição de migração das filhas de trabalhadoras domésticas no Brasil, os resultados da Tabela 1 apontam evidências intrigantes. Enquanto 80,0% das filhas não migrantes teriam ascendido ocupacionalmente em relação às suas mães, entre aquelas migrantes interestaduais de data fixa, as cifras de mobilidade foram menores, sendo que 69,2% delas lograram, em 2014, melhores postos de trabalho. Além de maiores percentuais de mobilidade ascendente, as filhas de trabalhadoras domésticas que não haviam migrado apresentaram menor imobilidade do que as migrantes. Chama atenção que somente 17,8% das filhas não migrantes reproduziram o estrato ocupacional materno e, por sua vez, entre as migrantes interestaduais esse percentual foi de 30,8%.

Esses achados suscitam o debate migração/mobilidade ocupacional. Isso porque nem sempre os indivíduos que empreendem migração experimentam uma mobilidade bem-sucedida na região de destino. Existem inúmeros condicionantes nesse processo, tais como o cenário econômico e social das localidades de origem e de destino, as redes de sociabilidade e/ou as características individuais, familiares e culturais das pessoas que influenciam as causas, os motivos e as decisões migratórias, assim como as chances de inserção virtuosa no mercado de trabalho (JANNUZZI, 1999; BAENINGER, 2012).

TABELA 1 – Mobilidade intergeracional das filhas de trabalhadoras domésticas por condição de migração – Brasil, 2014 (%)

Segmento Populacional	Indicadores de Mobilidade		
	Ascendente	Imobilidade	Descendente
Não migrantes	80,0	17,8	2,1
Migrantes interestaduais data fixa (2009/2014)	69,2	30,8	-
Migrantes interestaduais residentes há 4 anos	79,5	20,5	-
Migrantes interestaduais residentes 5 a 9 anos	77,7	22,3	-
Migrantes interestaduais residentes 10 ou mais	80,1	18,8	1,1

Fonte: PNAD/IBGE (2014).

Na competição pelas vagas no mercado de trabalho, principalmente nas grandes metrópoles e capitais brasileiras, os migrantes encontram dificuldade para inserção e permanência nos diversos segmentos produtivos. A perversa seletividade do mercado de trabalho refuta a grande maioria dos migrantes com baixa qualificação profissional dos

segmentos com maior qualidade ocupacional, em termos de rendimento, jornada de trabalho e proteção social (QUEIROZ, 2013). Dessa forma, certamente, a seletividade migratória no mercado de trabalho pode explicar respectivas cifras de imobilidade (QUEIROZ; BAENINGER, 2015). As migrantes “menos aptas”, em termos de experiência profissional, níveis educacionais e conhecimento das oportunidades encontram maiores dificuldades para inserção virtuosa no mercado de trabalho (JANNUZZI, 1999).

Nesse contexto, o trabalho doméstico remunerado, bolsão ocupacional das mulheres pobres, migrantes e negras, ainda constitui alternativa para parcela expressiva das mulheres/mães/filhas de origens mais desfavoráveis (DEDECCA; CUNHA, 2004; MELO, 1998). Isto porque culturalmente, em grande medida, a realização das tarefas domésticas não exige qualificação, e as habilidades “natas” são repassadas das mães para as filhas. Por outro lado, também é importante considerar que muitas dessas mulheres deixam sua terra natal com empregos arranjados em casas de famílias em outras regiões, sendo essa migração – muitas vezes – uma demanda dos patrões. Por meio das redes de sociabilidade, mulheres são convidadas pelos empregadores para trabalharem como domésticas nas casas de família, em grande medida, porque representam uma mão de obra mais barata (MELO, 1998; SILVA, 2010).

Ainda assim, é oportuno ressaltar que mais da metade das filhas de trabalhadoras domésticas que empreenderam migração interestadual no Brasil lograram melhores postos de trabalho do que suas mães. Nesse ensejo, ressalta-se o papel ativo das políticas públicas inclusivas nesse processo, notadamente entre 2003-2014, ímpares na ascensão dos segmentos mais vulneráveis (DOTA; QUEIROZ, 2019; DIEESE, 2012). Dentre elas, a desconcentração industrial, a expansão e a interiorização do ensino básico, técnico e superior, a criação de empregos formais, os programas de transferência de renda e a política de valorização salarial, que possibilitaram novas oportunidades e direções para os fluxos migratórios (JANNUZZI, 2002; 2018; JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017; QUEIROZ et al., 2019), ao passo que também foram importantes na retenção de potenciais migrantes (BAENINGER, 2011; 2012).

Merece destaque o fato de que, entre 2003 a 2014, foram gerados cerca de 20 milhões de empregos formais no País, decorrentes do aumento dos investimentos públicos e privados e da expansão do funcionalismo público, sobretudo municipal. No que tange ao ensino, o número de vagas em universidades saltou de 3,4 milhões, em 2003, para 8,1 milhões, em 2015. Mais que números, são possibilidades e oportunidades mais concretas de ascensão ocupacional, principalmente para os filhos de camadas mais pobres, as quais

enfrentam maiores restrições e obstáculos no processo de mobilidade intergeracional (DAPP, 2018).

Desagregando os indicadores de mobilidade por tempo de residência das filhas migrantes interestaduais, observa-se, na Tabela 1, que aquelas residentes há 10 anos ou mais experimentam níveis de mobilidade ascendente (80,1%) mais elevados em relação às migrantes residentes há 4 anos (79,5%), e as de 5 a 9 anos (77,7%). Portanto, as migrantes interestaduais com maior tempo de residência configuram com menor imobilidade em 2014. Enquanto apenas 18,8% das migrantes residentes há 10 anos ou mais estavam concentradas no estrato materno (trabalhadoras domésticas), entre as residentes há 4 anos, e as de 5 a 9 anos, tais coeficientes de imobilidade foram discretamente mais elevados, 20,5% e 22,3%, respectivamente.

Tais achados corroboram que as possibilidades de ascensão aumentam à medida que o migrante adquire maior conhecimento acerca das oportunidades no mercado de trabalho da região de destino. Além disso, maior tempo de residência possibilita acumulação de capital, por vezes investido em qualificação e preenchimento de credenciais, o que torna possível a inserção em novas e melhores vagas ocupacionais (JANNUZZI, 1999).

Outrossim, é importante considerar que a reprodução do trabalho doméstico constitui importante porta de entrada no mercado de trabalho na região de destino, sobretudo para as mulheres/mães/filhas, em que pese a situação financeira, carência de bens e oportunidades. Para muitas mulheres, o trabalho doméstico representa um trampolim para melhores ocupações (FARIA; FERREIRA; PAULA, 2016; KOERICH, 2013). Observa-se que quanto maior o tempo de residência, maior a ascensão ocupacional, possivelmente porque as filhas migrantes interestaduais residentes há mais de 10 anos inicialmente reproduziram a profissão materna e, posteriormente, galgaram outras oportunidades.

Vale ressaltar que não se sabe se as condições laborais (renda, formalidade, jornada de trabalho) das filhas que permaneceram na ocupação de trabalhadoras domésticas são melhores ou piores do que a condição materna. Apesar da migração não ter representado ascensão intergeracional para essas filhas, em grande medida, pode ter representado mobilidade financeira. Desse modo, nas regiões mais desenvolvidas socioeconomicamente, os rendimentos do trabalho doméstico são maiores, possibilitando que elas ainda consigam enviar remessas para a família na região de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal mensurar os níveis de mobilidade ocupacional intergeracional por condição de migração das filhas de trabalhadoras domésticas no Brasil, em 2014.

Comparando os estratos ocupacionais no trabalho atual das filhas em relação à condição materna, constatou-se que mais da metade das filhas de trabalhadoras domésticas que empreenderam migração interestadual logrou mobilidade intergeracional ascendente, seja pelo aumento dos canais de mobilidade ocupacional e social, seja pelo baixo estrato materno. Dessa forma, a análise da mobilidade intergeracional de ocupação, segundo a condição de migração, ratifica a hipótese deste estudo segundo a qual expressiva parcela das filhas de trabalhadoras domésticas que empreenderam migração logrou mobilidade intergeracional ascendente.

Supõe-se que esses resultados são reflexos do fortalecimento das políticas públicas, do aumento do estoque de empregos formais, da ampliação e interiorização do ensino básico, técnico e formal, da política de valorização salarial, dos programas e ações redistributivas, compensatórias e afirmativas que possibilitaram novas oportunidades e direções para os fluxos migratórios, especialmente entre 2003 a 2014.

No entanto, nem todas as filhas que migraram alcançaram melhores postos de trabalho, dado que boa parte não foi bem-sucedida e experimentou imobilidade e/ou mobilidade descendente. Por outro lado, foi constatado que as filhas não migrantes foram as que mais lograram maior mobilidade ascendente em relação às suas mães. Isso é uma novidade/achado porque, em outras épocas/décadas, apesar da seletividade no mercado de trabalho no local de destino, para ter mobilidade ocupacional e social era preciso emigrar. Ademais, os resultados apontam que as cifras de mobilidade ocupacional ascendente aumentaram com o tempo de residência das filhas migrantes, dado que aquelas residentes há 10 anos experimentaram maior mobilidade ascendente e/ou menor imobilidade.

Esses cenários ratificam a complexidade dos fluxos migratórios e os inúmeros determinantes que influenciam o processo de mobilidade ocupacional, quais sejam: as redes de sociabilidade, a conjuntura socioeconômica das localidades, as características individuais, familiares e culturais das pessoas, a seletividade no mercado de trabalho, dentre outros.

Em suma, os resultados deste estudo evidenciam a importância das mudanças sociais e inclusivas, ao longo das últimas décadas do século XX (com destaque para o início do século XXI), sobre as possibilidades de ascensão intergeracional dos segmentos populacionais menos privilegiados socioeconomicamente, em particular as filhas de

trabalhadoras domésticas. Nesse sentido, infere-se que as transformações estruturais e conjunturais, sobretudo a partir de 2003, foram determinantes para aumentar as chances concretas de ascensão ocupacional.

Contudo, a partir de 2015, estudos recentes, com outras bases de dados e outros objetivos, evidenciam reversão desse período áureo de desenvolvimento inclusivo, com aumento da taxa de desemprego, desocupação, número de pessoas em situação de desalento, número de trabalhadores por conta própria, trabalhadores informais, quantitativo de pessoas na pobreza e extrema pobreza, associado à interrupção do crescimento dos empregos formais e estagnação dos rendimentos. Além disso, apontam para reversão da tendência histórica de redução dos serviços domésticos no total das ocupações femininas. Assim, o cenário de crise política e recessão econômica, vivenciado no Brasil a partir de 2015, coloca em xeque os ganhos em mobilidade ascendente das filhas de trabalhadoras domésticas, verificados em 2014.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2011. p. 71-94.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes.** Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 2009. (Texto para Discussão, n. 366).

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama nos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 621).

DAPP. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável: mínimos sociais dos objetivos de desenvolvimento do milênio à agenda multissetorial e integrada de desenvolvimento sustentável** Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2018. Disponível em: http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2018/02/FGV-DAPP_Desenvolvimento-Sustentavel.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 21, n.1, p. 49-66, 2004.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.html>. Acesso em: 29 jan. 2020.

- DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 21, n. 2, p. 415-430, 2019.
- FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. L. A.; PAULA, A. M. N. R. “Na casa dos outros”: mulher, doméstica e migrante? A soma das desigualdades femininas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v. 29, n. 2, p. 267-285, 2016.
- FRAGA, A. B. **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. 2010. 173f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
- JANNUZZI, P. M. Pobreza, desigualdade e mobilidade social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós Golpe de 2016. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018.
- JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P.; TAIRA, E. Migração e mobilidade social: revisitando a discussão a partir da PNAD 2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO, 10., 2017, Natal, RN. **Blucher Social Sciences Proceedings**, Belo Horizonte, MG, v. 3. p. 242-259, 2017.
- JANNUZZI, P. M. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000. **Revista da ABET**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 61-95, 2004a.
- JANNUZZI, P. M. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004b.
- JANNUZZI, P. M. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 11, n. 2 (19), p. 255-278, 2002.
- JANNUZZI, P. M. Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, DF, v. 16, n.1/2, p. 55-82, 1999.
- KOERICH, B. R. **De mãe para filha: rupturas e continuidades de trajetórias familiares em trabalho doméstico**. 2013. 73f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.
- MELO, H. P. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro, RJ, 1998. (Texto para Discussão, n. 565). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf. Acesso em: 29 mar. 2019.
- NUNES, E. S.; SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N. Migração inter-regional no Brasil: o que há de novo?. **Revista Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, v. 2, n. 37, p. 388-407, 2017.
- PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo, SP: Makron, 2000.

- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo, SP: T. A. Queiroz; EdUSP, 1979.
- PERO, V. Mobilidade social no Rio de Janeiro. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, SP, v. 4, n. 4, p. 136-153, 2006.
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Notas Metodológicas**. Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/microdados.shtm>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- QUEIROZ, S. N. et al. Cidades médias do interior do Nordeste: rumos e relevância na atração de migrantes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 18., 2019, Natal, RN. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2019.
- QUEIROZ, S. N.; BAENINGER, R. Migração, trabalho e seletividade no Estado do Ceará. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA – ALAS, 30., 2015, San José-Costa Rica. **Anais...** [S. l.]: ALAS, 2015.
- QUEIROZ, S. N. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. 2013. 251f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- QUEIROZ, S. N.; SANTOS, J. M. Saldos migratórios: uma análise por Estados e Regiões do Brasil (1996-2006). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 42, n. 2, p. 309-332, 2011.
- SILVA, A. R. M. Eu, filha de empregada doméstica: as rupturas, tensões e experiências presentes nas relações entre empregadas domésticas e suas gerações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 2018.
- SILVA, D. S. **Infância Roubada**: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. 2010. 121F. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2010.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1973.

MIGRAÇÃO E RELIGIÃO: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE A PARTIR DE CONSIDERAÇÕES DA MIGRAÇÃO BENGALESA NO BRASIL

Cláudia Siqueira Baltar[♥]

Rosana Baeninger^{*}

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo desenvolver o debate sobre a articulação entre migração internacional e religião tendo como foco a migração bengalesa recente para o Brasil. Parte-se da consideração, por um lado, da política emigratória de Bangladesh, concebida como política de desenvolvimento do país, e, por outro, da especificidade cultural dos migrantes bengaleses, expressa pela religião muçulmana. A pesquisa se baseia em levantamento de bibliografia sobre a política migratória bengalesa, na análise dos registros de entrada de migrantes no país (SISMIGRA), da Polícia Federal, em material jornalístico e informações obtidas junto a entidades filantrópicas que atuam no contexto local. Argumenta-se que há uma convergência entre processo migratório laboral bangalês, a especificidade cultural desse grupo e as demandas pelo setor produtivo nacional.

Palavras-chave: Migração bengalesa; Cultura; Religião; Atividade produtiva.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é contribuir para o debate sobre a articulação entre migração internacional e religião, a partir de considerações a respeito da migração de bengaleses para o Brasil, no período recente.

Situado entre as maiores “economias de remessa” e principais procedências da imigração laboral do Sul Asiático, desde 1970 (OZAKI, 2012; BHAT; RATHER, 2016), Bangladesh, em nenhum momento até o presente, tinha se destacado como origem de fluxos migratórios para o Brasil, nem em termos quantitativos, nem substantivos.

No entanto, esse cenário começa a mudar ao longo do século XXI, especialmente, a partir de 2011, quando se começa a ver frequentemente noticiada a presença de migrantes bengaleses em diferentes localidades do país (GALÃO, 2013; LOUÇÃO, 2014; ROLLSING; TREZZI, 2014; PEREIRA, 2015; NASCIMENTO, 2017; 2018).

Com isso, considerando a especificidade cultural dessa migração, tendo a religião muçulmana como seu caráter distintivo, e a sugestão da importância do vínculo laboral desses imigrantes a diferentes unidades frigoríficas, e, além disso, a carência de estudos sobre esse fenômeno migratório, reconhece-se, aqui, uma oportunidade para estudo inédito.

[♥] Doutorado em Demografia, em 2008, pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: cbaltar@uel.br

^{*} Doutorado em Sociologia, em 1999, pela Universidade Estadual de Campinas. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br

Nesse sentido, esse trabalho tem dois objetivos: primeiramente, pretende-se apresentar um panorama da migração recente de bengaleses no Brasil, a partir da abordagem de aspectos presentes na origem e no destino desse fluxo migratório.

Para conhecermos os dois polos do processo migratório, faremos um quadro de Bangladesh como país de emigração e outro, de entrada dos bengaleses no país. Para tanto, faremos uso de uma bibliografia selecionada (OZAKI, 2012; NEELIM; SIDDIQUI, 2015; BHAT; RATHER, 2016; AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014) e de informações dos registros de entrada de imigrantes do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Política Federal.

Uma vez elaborado esse cenário, pretende-se apresentar elementos teóricos e conceitos até então mobilizados para a construção de um debate sobre a articulação entre migração e religião, sinalizando algumas possibilidades para o aprofundamento em estudos posteriores.

MÉTODOS

O desenvolvimento do presente trabalho divide-se em duas partes: a caracterização de Bangladesh como país de emigração e a apresentação do quadro do fluxo migratório bengalês, no Brasil, no período recente.

Assim, a caracterização de Bangladesh como um país de emigração será feita a partir da sistematização de literatura especializada que aborda aspectos da dinâmica demográfica e política migratória do Sul Asiático e, principalmente, de Bangladesh.

Para a elaboração do quadro da migração recente de bengaleses para o Brasil, serão analisadas as informações de registro de imigrantes, do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), da Polícia Federal, do Ministério de Justiça e Segurança Pública. Vale destacar que essas informações se referem a registros de natureza administrativa, para fins documentais e de controle governamental, não sendo concebidos para captar o movimento migratório e todas as suas nuances, como os quesitos de migração dos censos demográficos.

Apesar dessas limitações, esses registros têm se constituindo numa importante fonte de dados para os estudos migratórios pois, por apresentar uma cobertura anual no período posterior aos últimos censos demográficos, realizado em 2010, suas informações podem ser utilizadas como uma *proxy* da migração internacional no período recente. Dito isso, passamos para a abordagem dos registros.

Essa análise dos registros administrativos será complementada com material jornalístico, sobre a presença dos imigrantes bengaleses em municípios da Região Sul do país e com informações sobre o contexto de municípios do interior do Paraná, obtidas através da atuação de entidades de acolhimento e de formação para esses imigrantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção será composta por duas subseções, visando abordar os dois polos desse processo migratório: primeiramente, será apresentado um quadro de Bangladesh como um país de emigração, a partir de elementos demográficos, perfil recente dos emigrantes aspectos políticos e sociais do país e características da política migratória, e, na segunda seção, será apresentado um panorama da migração recente de bengaleses no Brasil, a partir dos registros administrativos do SISMIGRA.

I. Bangladesh como país de emigração

A migração bengalesa para o Brasil constitui um fenômeno social e migratório relativamente novo, para o poder público, para a academia e para a sociedade em geral, sendo a produção de estudos sobre o tema bastante incipiente, destacando o estudo de Amaral; Milesi e Munoz, (2014), sobre os bengaleses no Distrito Federal.

Assim, para a compreensão do processo migratório, do qual os bengaleses fazem parte, considera-se necessário o conhecimento do contexto social, geopolítico e migratório da sociedade bengalesa, que será feito nesta seção.

Iniciando nossa apresentação, destaca-se que, situado no Sul Asiático, Bangladesh ocupa a oitava posição entre os países mais populosos do mundo, com 163 milhões de habitantes, em 2019 (UNITED NATIONS, 2019), e registra um dos maiores níveis de densidade populacional, com valor superior a 1.000 habitantes por km². Em termos confessionais, cerca de 89% da sua população é de religião muçulmana (WORLD POPULATION REVIEW, 2020).

Complementarmente, vale destacar que Bangladesh constitui uma das principais procedências da imigração laboral do Sul Asiático, desde 1970 até os dias atuais, fazendo parte do grupo de países que se situam entre as maiores “economias de remessa” (OZAKI, 2012; BHAT; RATHER, 2016).

Neste sentido, destaca-se que, de acordo com os dados do Bureau of Manpower, Employment and Training (BMET), órgão governamental de Bangladesh, apresentados em Barkat e Ahmed (2014), no período 1976-2012, cerca de 8.307.000 migrantes laborais

emigraram do país, numa média de saída de 223.270 pessoas por ano, com destaque para o período posterior a 2007, quando, em alguns anos, a emigração chegou a ultrapassar o patamar de 800.000 pessoas.

Complementarmente, quanto ao nível de qualificação profissional, os autores observam que 52% da migração bengalesa é composta por migrantes com baixa qualificação, seguidos por 32% de migrantes qualificados, 14% semi-qualificados e, por fim, 2% de migrantes profissionais, compostos por médicos, engenheiros, enfermeiras e professores (BARKAT, AHMED, 2014, p. 3).

Estudos destacam, ainda, que os países do Oriente Médio constituem os principais destinos da migração bengalesa, com destaque para os Emirados Árabes Unidos, que chegaram a concentrar, em 2010, 38% dos migrantes laborais (BARKAT, AHMED, 2014; NEELIM; SIDDIQUI, 2015; BHAT; RATHER, 2016).

Esse alto nível de emigração internacional corresponde, não por acaso, a elevados níveis de remessas para o país. É unânime entre os diferentes estudos (OZAKI, 2012; NEELIM; SIDDIQUI, 2015; BHAT; RATHER, 2016) o destaque à importância que o envio das remessas dos emigrantes representa para a economia e para as finanças públicas de Bangladesh.

Quanto à dimensão assumida pelas remessas, de acordo com os dados do Banco Mundial, referentes ao ano de 2018, Bangladesh estava entre os dez países em volume de remessas (9ª. posição), movimentando cerca de 15,5 bilhões de dólares – volume que representou 5,4% do PIB do país, no mesmo ano (WORLD BANK, 2019).

Já quanto ao cenário histórico das migrações internacionais de Bangladesh, diversos estudos (SIDDIQUI, 2010; NEELIM; SIDDIQUI, 2015; SARMA, 2015; AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014) destacam diferentes aspectos explicativos do fenômeno migratório, dentre os quais, selecionamos aqueles de maior interesse para este trabalho.

Em primeiro lugar, destacam-se as especificidades da configuração de Bangladesh como Estado independente. Nesse sentido, é necessário considerar dois contextos geopolíticos: a partilha do subcontinente indiano, em 1947, pelo governo britânico, que contribuiu para a formação da Índia como um estado de maioria Hindu, ao mesmo tempo que dividiu o território do Paquistão (*West Pakistan* and *East Pakistan*), de maioria muçulmana. Essa partilha causou conflitos e disputas entre os Estados recém-criados e entre os grupos hindus e muçulmanos, nas décadas subsequentes, levando à migração e fuga de populações entre os territórios dos dois países (BOSE, 2006).

O segundo contexto geopolítico a ser considerado refere-se à independência da porção territorial do *East Pakistan* em relação ao Paquistão, em 1970, em decorrência de divergências econômicas e culturais entre as duas porções territoriais, dando origem ao Estado de Bangladesh, de maioria muçumana (BOSE, 2006; AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014).

Como segundo elemento, destacam-se as políticas migratórias elaboradas pelo estado bengalês, que também são imprescindíveis para a compreensão do fenômeno migratório a partir de Bangladesh. Nesse sentido, de acordo com o estudo realizado em Amaral; Milesi e Munoz, (2014), é possível observar que, diferentemente do Brasil, as principais leis migratórias versaram e versam sobre a emigração de bengaleses.

De forma geral, os autores destacam que, desde a sua independência, nos anos de 1970, Bangladesh vem fazendo da migração uma política de Estado, inicialmente constituída para fornecimento de mão-de-obra temporária para países do Golfo Pérsico (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014, p. 58).

Nas décadas seguintes, observa-se um aprimoramento, por parte do governo bengalês, da gestão das emigrações bengalesas, através da institucionalização e fortalecimento de um sistema migratório de capacitação e assistência de nacionais, bem como a modernização de captação e gestão de remessas¹ (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014).

Em termos jurídicos, destacam-se a Portaria de Emigração de 1982, que teve como objetivo a melhoria do sistema de monitoramento e gestão da emigração internacional, e a Lei de Migração e Trabalho no Exterior de 2011, que, por um lado, visou o enquadramento das agências de recrutamento, buscando uma maior responsabilização e redução de fraudes e, por outro, ressaltou o direito das mulheres de participação no sistema emigratório, encerrando a exclusão feminina existente até então (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014).

Com isso, destacamos que a política emigratória de Bangladesh conta com uma sistemática atuação e gestão do Estado, com a institucionalização de diferentes etapas e atividades do processo migratório e, ao mesmo tempo, com a atuação crescente e também organizada de agências privadas de recrutamento de migrantes laborais, ora atuando junto ao governo, ora como seu concorrente.

¹ Destaca-se que o Bureau of Manpower, Employment and Training (BMET) constitui o principal órgão governamental na gestão migratória de Bangladesh.

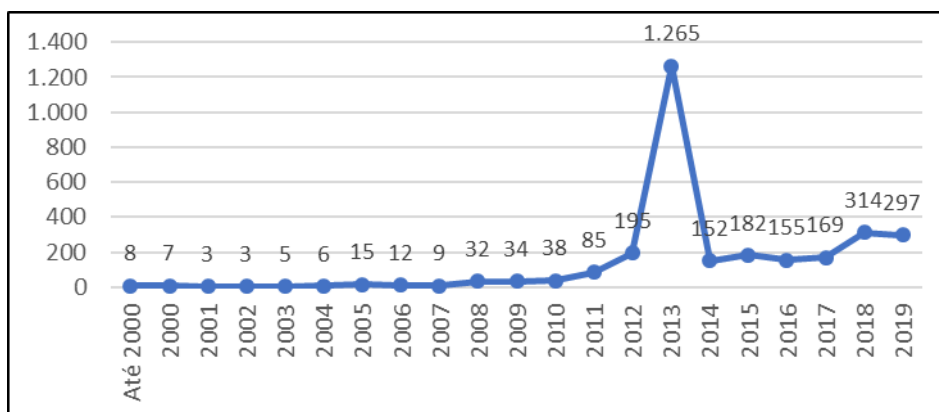
II. De Bangladesh para o Brasil: panorama do fluxo migratório recente

Nesta seção, será apresentado um quadro da migração recente de bengaleses para o Brasil, a partir das informações de registros administrativos, do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA).

Assim, considerando esses dados, observamos que o sistema apresenta um total de 2.986 migrantes bengaleses registrados no país, os quais estão distribuídos por ano de entrada, conforme o Gráfico 1.

Observamos que até 2007, a entrada de bengaleses se manteve relativamente baixa, e que, a partir de 2008, passa a apresentar um crescimento constante, sendo o momento auge o ano de 2013, quando as entradas ultrapassam 1.200 registros. Entre as hipóteses para esse desempenho entre 2008-2013, pode-se destacar a crise financeira de 2007-2008, que atingiu a economia os países do Oriente Médio, afetando os empregos dos migrantes laborais bengaleses, combinada à atração do Brasil, no contexto pré-Copa (AMARAL; MILESI; MUNOZ, 2014).

GRÁFICO 1 – Migrantes bengaleses registrados no Brasil, entre 2000 e 2019*, segundo ano de entrada



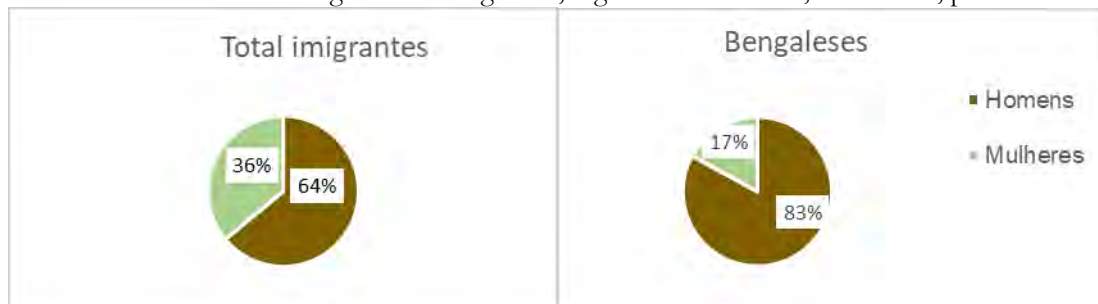
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

* Os dados do ano de 2019 referem-se aos meses de janeiro a agosto.

Posteriormente, outras 1.200 entradas de bengaleses são registradas, porém distribuídos ao longo dos seis anos seguintes, com destaque para os anos de 2018 e 2019, cujos fatores relacionados precisam de uma análise aprofundada.

Quanto ao diferencial por sexo, observa-se, a partir do Gráfico 2, que, enquanto para o total de imigrantes registrados no país há um predomínio masculino, com 64% de homens contra 36% de mulheres, entre os bengaleses, o peso da população masculina é bem maior, com 83% de homens, contra 17% das mulheres.

GRÁFICO 2 – Total de imigrantes e bengaleses, registrados no Brasil, 2000-2019, por sexo



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

Esse menor peso das mulheres nas migrações bengalesas coaduna-se com a própria política migratória de Bangladesh, que só, recentemente, regularizou e acabou com a discriminação em relação às mulheres na migração laboral regular do país – o que coloca a necessidade de estudos complementares da presença feminina por ano.

Já com relação ao local de entrada dos bengaleses, os dados do SISMIGRA apontam para uma diversificação, conforme a Tabela 1. O estado de São Paulo aparece como a principal unidade de federação de entrada, concentrando 26% dos registros (780 casos), o que sugere a chegada por via aérea.

Por sua vez, os registros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, juntos, superam os de São Paulo – 843 registros (28%) – e reforçam a hipótese de entrada pela fronteira com a Bolívia, já identificada pelo estudo de Amaral et al. (2014). Por fim, destaca-se o estado do Paraná, terceiro em registros, com 341 entradas (11%), os quais podem ter ocorrido tanto por transporte aéreo, como por terra, através da fronteira.

TABELA 1 – Imigrantes bengaleses registrados no Brasil, entre 2000 e 2019*, segundo UF de entrada

Unidades Federação	Registros	%
São Paulo	780	26,1
Mato Grosso do Sul	642	21,5
Paraná	341	11,4
Mato Grosso	201	6,7
Distrito Federal	188	6,3
Rio de Janeiro	110	3,7
Demais UFs	194	6,5
Sem informação	530	17,7
Total	2.986	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

* Os dados do ano de 2019 referem-se aos meses de janeiro a agosto.

Complementarmente a esse perfil das entradas, destacam-se os amparos legais através dos quais os bengaleses se regularizaram no país. De acordo com o Quadro 1, a

quase totalidade dos amparos (83%) se concentrou nas “situações especiais e casos omissos” e “reunião familiar”, sendo que o primeiro caso, segundo Amaral; Milesi e Munoz (2014), foi a alternativa de regularização encontrada para solicitantes de refúgio, numa ação conjunta entre o CONARE (Comitê Nacional para o Refúgio) e o CNIg (Conselho Nacional de Imigração).

Embora o dado não tenha sido discriminado no Quadro, vale destacar que, diferentemente de imigrantes de outras nacionalidades, a condição de estudante não é uma situação relevante no caso bengalês, dada a sua ínfima ocorrência, o que nos permite apontar o caráter laboral prioritário dessa migração.

QUADRO 1 – Imigrantes bengaleses registrados no Brasil, entre 2000 e 2019*, segundo situações e amparos legais

Situações amparadas	Amparo legal	Total de registros	%
Situações especiais e casos omissos	Resoluções Normativas no. 27, de 1998, do CNIg	1.448	48,5
Reunião familiar	Diferentes amparos legais	1.036	34,7
Demais situações	Diferentes amparos legais	502	16,8
Total de amparos legais		2.986	100,0

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

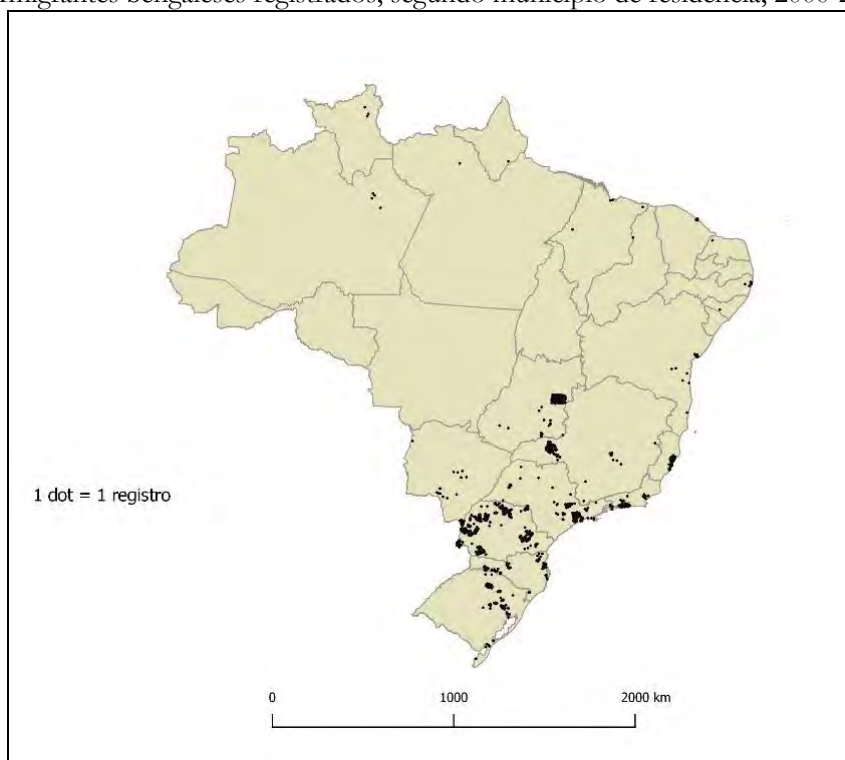
* Os dados do ano de 2019 referem-se aos meses de janeiro a agosto

Quanto a sua distribuição espacial, pode-se observar, a partir do Mapa 1, a maior presença dos bengaleses nos municípios dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, na área próxima ao município de São Paulo e no Distrito Federal.

Considerando os dados do SISMIGRA, destaca-se que a Região Sul é a de maior participação dos bengaleses, no período analisado, concentrando quase 50% dos registros (total = 1.481), sendo que, desses, só o estado do Paraná concentra cerca de 62%, num total de 971 registros.

Por sua vez, a Região Sudeste é a segunda em participação, concentrando 36% dos registros (total = 1.091), tendo no estado de São Paulo a maior presença regional, com 862 registros, dos quais 786 somente na capital paulista.

MAPA 1 – Imigrantes bengaleses registrados, segundo município de residência, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Elaboração: Observatório das Migrações de Londrina – UEL.

O aspecto dessa distribuição territorial que interessa a esse trabalho refere-se ao fato de que a maior presença dos bengaleses na região Sul ocorre em municípios do interior dos estados, particularmente em municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes, em média, nos quais a participação dessa imigração, e conseqüentemente, a sua visibilidade na sociedade local, são maiores em comparação, por exemplo, com o município de São Paulo.

Além disso, a partir de análises dos registros do SISMIGRA em andamento, complementadas com a pesquisa em material jornalístico (GALÃO, 2013; LOUÇÃO, 2014; ROLLSING; TREZZI, 2014; PEREIRA, 2015; NASCIMENTO, 2017; 2018), podemos afirmar que os migrantes bengaleses, de religião muçulmana, dirigiram-se para esses municípios em função das atividades laborais nos frigoríficos, para atender as exigências do corte halal² (corte específico para o mercado de países muçulmanos)

Não se pode afirmar que todos os migrantes bengaleses estejam inseridos em trabalhos nos frigoríficos, mas os que se encontraram ou se encontram nos municípios

² Segundo Amaral; Milesi e Munoz (2014, p. 75), o abate halal é um ritual de sacrifício animal para o consumo humano em conformidade com a sharia ou Lei Islâmica, a partir do qual se obtém “permissão” para o abate mediante oração em nome de *Alá* para agradecer pelo alimento e pedir perdão pelo ato do sacrifício. Devido a essas características, o corte halal só pode ser realizado por muçulmanos.

paranaenses e gaúchos, direta ou indiretamente, por mais ou menos tempo, se relacionam ou se relacionaram com essa demanda de mercado.

Embora Bangladesh tenha uma política de emigração e se insira, no contexto das migrações internacionais contemporâneas, entre os países de origem de migrantes laborais, principalmente para países do Oriente Médio, o Brasil surgiu como um destino migratório possível, em grande parte, motivado pela demanda laboral do corte halal, em crescimento no país.

Neste caso, a confissão religiosa, em si, não atua como um fator estimulador dos movimentos migratórios, mas a religião, tomada como uma dimensão cultural, vinculada a uma atividade econômica específica e uma rede internacional de migração, pode ser considerada como uma estratégia migratória mobilizada pelos bengaleses, num contexto no qual, por questões econômicas políticas de ordem mundial, as portas dos destinos preferenciais permaneceram fechadas para esses imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar as características e algumas especificidades da migração bengalesa para o Brasil, no período recente, a partir da elaboração, por um lado, do quadro de Bangladesh como país de emigração e, por outro, do perfil dos migrantes bengaleses que entraram no Brasil, ao longo das primeiras décadas do século XXI, através de registros administrativos.

Com isso, busca-se elencar elementos que possibilitem a construção de um debate sobre a relação entre migração e religião, agenda esta que foi motivada pela visibilidade dada pela mídia, em muitos municípios paranaenses e gaúchos, a respeito da diversidade cultural trazida pela imigração recente, expressa, entre vários aspectos, pela presença de imigrantes muçulmanos, provenientes especialmente de Bangladesh, e a sua vinculação laboral aos frigoríficos, em função do crescimento da demanda do corte halal, voltado para o mercado de países muçulmanos.

Os quadros apresentados neste trabalho sobre a migração bengalesa são provisórios, uma vez que persistem algumas lacunas e outros aspectos precisam ser aprofundados, o que não nos impede de definir alguns caminhos para a elaboração do debate teórico que se pretende construir.

Nesse sentido, tomando a migração bengalesa para o Brasil como um fenômeno social inédito na história migratória do país, consideramo-la como um fenômeno migratório característico do século XXI, marcado, segundo Therborn (2001); De Haas

(2008); Sassen (2010) e Baeninger (2013), pelo aprofundamento da globalização e a consequente complexificação das migrações internacionais – contexto no qual o Brasil insere-se no circuito da migração laboral internacional.

Complementarmente, embora reconheça-se a importância de se inserir o debate sobre o caráter transnacional das migrações internacionais (PORTES, 2004) e a questão das diásporas (SIDERI, 2008), até o momento consideramos que abordar as migrações internacional através da noção de “rede de migração internacional”, conforme colocado por Krissman (2005), jogaria luz em diferentes frentes, estimulando pesquisas posteriores como a inserção do Brasil na rede internacional de migração laboral, a atuação de diferentes agentes em diferentes pontos da rede, a gestão da própria política migratória no Brasil, seus agentes e tomadas de decisão e, por fim, poder levantar e discutir hipóteses sobre como a dimensão cultural, através da religião, atua ou é mobilizada na dinâmica do processo migratório.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, N. A.; MILESI, R.; MUNOZ, F. F. Trabalhadores bengalis em Samambaia, Distrito Federal: potencial de inserção no mercado de trabalho local. **Caderno de Debates 9 – Refúgio, Migrações e Direitos Humanos**, Brasília, DF, p. 53-81, 2014.
- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século XXI. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2013. (Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9).
- BARKAT, A.; AHMED, S. A. **Skilling the workforce: labour migration and skills recognition and certification in Bangladesh**. Dhaka: ILO, 2014.
- BHAT, M. A.; RATHER, T. A. Internatinal worker migration and remittances in South Asia: a landscape of India’s emerging scenario. **The Indian Journal of Labour Economics**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 397-417, 2016.
- BOSE, P. Dilemmas of diaspora: partition, refugees and politics of “home”. **Refuge – Canada’s Journal on Refugees**, Toronto, v. 23, n. 1, p. 58-68, 2006.
- DE HAAS, H. **Migration and development: a theoretical perspective**. Oxford: International Migration Institute; University of Oxford, 2008. (Working Papers, 9).
- GALÃO, F. Onda migratória: bengaleses buscam refúgio no Norte e Noroeste do PR. **Folha de Londrina**, Londrina, PR, 25/05/2013.
- KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the “migrant networks” fails to explain international migration. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 39, n. 1, p. 4-44, 2005.
- LOUÇÃO, I. São mais de três diferentes nações de imigrantes morando em Cruzeiro. **Portal Cruzeiro**, Cruzeiro do Oeste, PR, 24/10/2014.
- NASCIMENTO, L. M. Família de Bangladesh vence barreiras e se adapta à vida em Montenegro. **Jornal Ibiá**, Montenegro, RS, 06/03/2018.

- NASCIMENTO, L. M. De Bangladesh para Montenegro com toda a família. **Jornal Ibiá**, Montenegro, RS, 08/02/2017.
- NEELIM, A.; SIDDIQUI, T. **Situation analysis of migration context and policy framework in Bangladesh**. Bangladesh: IOM, 2015.
- OZAKI, M. **Worker migration and remittances in South Asia. Worker migration and remittances in South Asia**. Metro Manila, Philippines: Asian Development Bank, 2012.
- PEREIRA, N. Muçulmanos se refugiam no Sudoeste. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, PR, 23/02/2015.
- PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 69, p. 73-93, 2004.
- ROLLSING, C.; TREZZI, H. Novos imigrantes mudam o cenário no Rio Grande do Sul. **GaúchaZH**, Porto Alegre, RS, 18/08/2014.
- SARMA, M. **A study of migration from Bangladesh to Assam, India and its impact**. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – The University of Adelaide, Austrália, 2015.
- SASSEN, S. A criação de migrações internacionais. In: SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2010.
- SIDDIQUI, T. **Recruitment cost in Bangladesh: challenges of governing migration in the countries of origin**. Dhaka: RMMRU, 2010. (Working Paper Series, n. 25).
- SIDERI, E. The diaspora of the term diaspora: a working-paper of a definition. **Transtexts Transculture**, [S. l.], n. 4, p. 32-47, 2008.
- THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, n. 6, p. 122-169, 2001.
- UNITED NATIONS. **World population prospects 2019: highlights**. New York, NY, 2019.
- WORLD BANK. **Migration and remittances: recente developments and outlook**. Washington, DC: World Bank Group, 2019. (Migration and Development Brief 29).
- WORLD POPULATION REVIEW. **Bangladesh population 2020**. New York, NY: United States, 2020. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/bangladesh-population/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MIGRAÇÃO INTERESTADUAL PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF)

João Gomes da Silva[♦]
Silvana Nunes de Queiroz^{*}

RESUMO

Este trabalho se propõe analisar a migração interestadual para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), mediante as categorias de migrante interestadual de retorno, migrante não natural e não migrante, no quinquênio 2005/2010. A referida metrópole está entre as primeiras criadas no Brasil, em 1973, e apresenta uma dinâmica migratória intensa nos fluxos populacionais do e para o estado do Ceará. No entanto, as investigações com esse tipo de abordagem, ou melhor, categorias de migrantes são escassas. Para o alcance desse objetivo, o Censo Demográfico de 2010 é a principal fonte de informações. Os achados revelam que a RMF se destaca por atrair significativa parcela de imigrantes que se destinam para o Ceará, com destaque para o fluxo de imigrantes não naturais, que fixam residência notadamente na capital Fortaleza e nos municípios de Caucaia e Maracanaú, áreas prósperas em termos econômicos e geração de empregos, quando comparado aos demais municípios da RMF.

Palavras-chave: Migrante não natural; Migrante retornado; Não migrante; RMF.

INTRODUÇÃO

As migrações entre espaços cada vez menores tem sido a tendência observada em período mais recentes. Uma vez que a magnitude desses fluxos internos, seja interestadual ou intraestadual, estão atrelados ao processo de desenvolvimento desigual no Brasil. Fator que impulsionou os deslocamentos volumosos e de longa distância, notadamente entre 1940-1980, propiciando uma reordenação da distribuição populacional pelo país.

Os movimentos migratórios são caracterizados por momentos distintos na vida das pessoas, onde o indivíduo poderá realizar diversos tipos de deslocamentos em diferentes fases da sua vida. No caso da migração, movimento que se caracteriza pela mudança de residência, se dará por influências de caráter estrutural, econômica, social, político, climático, entre outros. Com isso, não importa o tipo de movimento em que o indivíduo venha a realizar, a migração propicia efeitos tanto no local de origem quanto no destino (BAENINGER, 2012).

Assim, esse estudo foca-se nos movimentos migratórios interestaduais, sobretudo, para a RMF, por ser a área concentradora de população no estado do Ceará. Tal

[♦] Doutorando em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDem/UFRN), Bolsista CAPES e Pesquisador do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC). E-mail: joaoeconomia@ymail.com

^{*} Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Economista e Doutora em Demografia pela UNICAMP. E-mail: silvana.queiroz@urca.br

concentração populacional, em parte, é reflexo da concentração das atividades econômicas nos municípios integrados a essa metrópole.

O trabalho está dividido em três seções além dessa introdução. A primeira aponta os procedimentos metodológicos e conceitos usados. A segunda aborda a migração interestadual para a RMF. E por último, na terceira seção, tem-se as considerações finais do estudo.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), área de estudo desse trabalho, foi criada em 1973 pela Lei Complementar de nº 14, promulgada pela União, obedecendo a Constituição Federal de 1967. A mesma contemplava quinze municípios no período, sendo: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante.

MIGRAÇÃO INTERESTADUAL PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF)

A RMF no contexto da migração interestadual

Os resultados da Tabela 1 mostram que no interregno 2005/2010, o fluxo migratório interestadual no Brasil foi de 4.643.754 milhões de pessoas, sendo que 999.658 (21,53%) eram retornados e 3.644.096 (78,47%) não natural. Em âmbito estadual, o Ceará atraiu 112.372 imigrantes, dos quais 49.003 (43,61%) são retornados e 63.369 (56,39%) não naturais. Tais resultados mostram proporção de retornados para o Ceará (43,61%) acima da média nacional (21,53%). Tal dinâmica, em parte, é influenciada pela instalação de indústrias e geração de postos de trabalhos, notadamente na indústria de transformação (setor têxtil, calçadista e alimentício), no Ceará (QUEIROZ; MOREIRA, 2008), sendo capaz de atrair retornados.

TABELA 1 – Imigrantes interestaduais, retornados e não naturais – Brasil, Ceará, RMF, RM Cariri e demais municípios cearenses – 2005/2010

Local	2005/2010				
	Total de Imigrantes (1)=(2)+(3)	Retornados (2)	Não natural (3)	Part. retornados no total de imigr. (%)	Part. não natural no total de imigr. (%)
RMF	43.966	13.741	30.225	31,25	68,75
RM Cariri	15.183	6.568	8.615	43,26	56,74
Demais municípios do CE	53.223	28.694	24.556	53,91	46,14
Total do Ceará	112.372	49.003	63.369	43,61	56,39
Brasil	4.643.754	999.658	3.644.096	21,53	78,47

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Com relação à Região Metropolitana de Fortaleza, área de estudo desse trabalho, a mesma apresenta significativo volume de imigrantes interestaduais (43.966 indivíduos), ao atrair cerca de 40% daqueles que se dirigiram para o Ceará. Quanto às categorias em análise, 13.741 são retornados e 30.225 não naturais. Portanto, em termos percentuais, a RMF recebe mais não naturais (68,75%) em comparação aos retornados (31,25%), superando a média estadual (56,39%) e da Região Metropolitana do Cariri (56,74%).

No que se refere ao fluxo de não naturais presentes na RMF, isso está associado a grande quantidade de investimentos na capital cearense, que tem impactado “favoravelmente na geração de novas oportunidades de trabalho na região, elevando inclusive o nível de formalização do mercado de trabalho” (COSTA, 2011, p. 15). Diante desse cenário, é importante frisar que, em 2010, a RMF concentrou 63% do PIB estadual,

concentrando 75,26% do emprego formal cearense (IPECE, 2012; PEREIRA; QUEIROZ, 2015).

A presença de não naturais representa a dinamização global, a qual intensificou o processo migratório da força de trabalho pelos principais polos dinâmicos do Brasil. Nesse sentido, o Ceará, precisamente a RMF, se destaca como um dos destinos de imigrantes de outras naturalidades (QUEIROZ et al., 2012; FERREIRA, 2015).

No que diz respeito ao outro polo atrativo no Ceará, a RM Cariri, formada por nove municípios, recebeu 15.183 indivíduos, dos quais 6.568 (43,26%) são retornados e 8.615 (56,74%) não naturais. Não obstante, em termos relativos, os valores relativos da RMC são próximos ao do Ceará.

Com relação aos demais municípios do Ceará (exclusive RMF e RM Cariri), receberam 53.223 imigrantes, sendo 28.694 (53,91%) retornados e 24.556 (46,14%) não natural (Tabela 1). Portanto, dentre as áreas analisadas na Tabela 1, os demais municípios, que não fazem parte das duas regiões metropolitanas do Ceará, tiveram o maior percentual de retornados em relação ao total de imigrantes recebidos. Esse fenômeno, de um lado, se relaciona, possivelmente, com uma emigração mal sucedida, e ao crescimento de áreas economicamente menos desenvolvidas no Ceará, ao longo dos anos 1990, que influenciou o retorno à terra natal (QUEIROZ; MOREIRA, 2008), ou também a uma emigração bem sucedida, e após a aposentadoria ou poupança acumulada no local de destino, após um evento planejado e/ou de sucesso, retornam para os municípios do interior cearense (QUEIROZ, 2013).

Migração na RMF

Inicialmente é importante mostrar que, em 2010, o contingente populacional do estado chegava a 8.452.381 milhões de pessoas, sendo que 3.615.767 estavam distribuídos pelos quinze municípios que compõe a RMF, o que corresponde a 42,78% da população do Ceará. Por sua vez, chama atenção os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Maranguape, que concentram 3.100.244 (85,74%) dos residentes da área metropolitana (Tabela 2).

Por outro lado, Chorozinho apresenta a menor população da RMF, com 18.915 habitantes. O baixo volume populacional se justifica por não haver integração com as atividades eleitas pelas políticas desenvolvimentistas implantadas no processo de metropolização, a saber: atividades industriais, turismo, lazer e habitação. Isso desfavoreceu os deslocamentos migratórios em direção à Chorozinho (COSTA; AMORA, 2015).

TABELA 2 – População residente, natural não migrante e natural migrante – Ceará e RMF – 2005/2010

Municípios da RMF	Pop. Residente	Pop. Natural do Mun. Não Migrante		Pop. Natural do Mun. Migrante	
		Abs.	(%)	Abs.	(%)
Aquiraz	72.628	47.617	65,56	25.011	34,44
Cascavel	66.142	46.698	70,60	19.444	29,40
Caucaia	325.441	176.330	54,18	149.111	45,82
Chorozinho	18.915	12.122	64,09	6.793	35,91
Eusébio	46.033	20.534	44,61	25.499	55,39
Fortaleza	2.452.185	1.604.438	65,43	847.747	34,57
Guaiuba	24.091	16.411	68,12	7.680	31,88
Horizonte	55.187	20.645	37,41	34.542	62,59
Itaitinga	35.817	24.506	68,42	11.311	31,58
Maracanaú	209.057	95.440	45,65	113.617	54,35
Maranguape	113.561	92.722	81,65	20.839	18,35
Pacajus	61.838	32.050	51,83	29.788	48,17
Pacatuba	72.299	42.935	59,39	29.364	40,61
Pindoretama	18.683	12.206	65,33	6.477	34,67
S. Gonç. do Amar.	43.890	28.519	64,98	15.371	35,02
RMF	3.615.767	2.273.175	62,87	1.342.592	37,13
CEARÁ	8.452.381	5.830.151	68,98	2.622.230	31,02

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

A explicação para esse fenômeno está associada às intensas transformações ocorridas no processo de metropolização dessa área, que adquiriram crescimento diferentes, propiciando o retardamento da ocupação nos municípios ao redor da metrópole. Somente com a implantação do distrito industrial, mediante incentivos fiscais da SUDENE, após os anos de 1960, e com o incremento das políticas de desenvolvimento urbano a partir de 1970, houve reestruturação no espaço metropolitano, sendo implantados conjuntos habitacionais, formando perímetros urbanos em volta do centro metropolitano de Fortaleza (PEQUENO, 2009).

No tocante a população natural não migrante, o Ceará mostra um volume de 5.830.151 indivíduos, corresponde a 68,98% da população total, em 2010. Com relação aos não migrantes da RMF, 2.273.175 pessoas estão nessa categoria, o que representa 62,87%. Em âmbito municipal, Maranguape se sobressai com maior percentual de natural não migrante (81,65%), seguido por Cascavel (70,60%) e Itaitinga (68,42%). Por sua vez, Maracanaú (45,65%), Eusébio (44,61%) e Horizonte (37,41%) apresentam menor proporção de natural não migrante.

Quanto à população natural migrante, em nível estadual, há um volume de 2.622.230 de indivíduos, correspondendo a 31,02% do total da população. Enquanto na RMF, 1.342.592 pessoas ou 37,13% são migrantes, volume superior à média estadual (31,02%). Em escala municipal chama atenção Horizonte (62,59%), Eusébio (55,39%) e

Maracanaú (54,35%), com um considerável percentual de migrantes quando comparado aos demais municípios que compõe a RMF.

Origem dos Imigrantes Interestaduais para a RMF

No que concerne a origem interestadual dos imigrantes, os achados da Tabela 3 mostram que no interregno 2005/2010, a RMF recebeu 43.966 pessoas. Em nível regional, o Nordeste se destaca ao enviar 17.397 imigrantes e o Sudeste 14.506, mostrando ao mesmo tempo a importância dos movimentos intrarregionais e inter-regionais. Em âmbito estadual, São Paulo predomina como ponto de origem dos indivíduos que chegam à RMF (9.374), seguido pelo Piauí (4.283), Pará (3.464) e Pernambuco (3.128). Esse intenso fluxo para a RMF, em parte, caracteriza o reflexo da migração de retorno, uma vez que há grande quantidade de naturais dessa área metropolitana morando em outras Unidades da Federação (QUEIROZ, 2013).

Quanto ao direcionamento do fluxo segundo município de destino, Fortaleza apresenta maior absorção (35.411), sendo que 14.734 vieram do Nordeste, seguido do Sudeste (11.113), Norte (5.075), Centro Oeste (2.479) e Sul (2.010). Isso se deve pela concentração de investimentos em Fortaleza, dado o fracasso das políticas de desconcentração da atividade econômica e do emprego para o interior cearense (SILVA FILHO; QUEIROZ, 2010).

O município de Caucaia foi o segundo destino mais procurado, com 2.665 pessoas, das quais 1.113 procederam do Sudeste, 833 partiram do Nordeste, 435 do Norte, 184 do Centro-Oeste e somente 82 do Sul. Quanto ao terceiro principal destino, Maracanaú recebeu 1.732 imigrantes, onde as quantidades de pessoas providas do Sudeste e do Nordeste foram 649, do Centro-Oeste chegaram 216 imigrantes, do Norte 116 e do Sul 102. Nesse sentido, tal dinâmica migratória está associada a influência da concentração econômica na capital do Ceará, que faz com que as pessoas decidam como destino municípios que integram a área metropolitana (FUSCO, 2012).

TABELA 3 – Volume de imigrantes interestaduais para a RMF, segundo Unidade da Federação de residência anterior - 2005/2010

UF	Aquirá	Cascav	Caucaí	Choro	Eusébi	Fortalez	Guaiub	Horizont	Itaiting	Maracana	Maran	Pacaju	Pacatub	Pindore	S. Gonç. do	Total
RO	40	45	0	0	8	238	0	10	12	9	0	51	0	0	0	413
AC	0	0	19	0	0	204	0	0	0	6	0	0	0	0	0	229
AM	0	8	87	14	0	1.085	0	13	0	16	41	0	0	23	11	1.298
RR	0	24	95	7	0	294	0	0	0	0	0	0	0	0	9	429
PA	47	21	224	42	0	2.670	0	68	35	85	11	60	16	0	185	3.464
AP	0	0	10	0	0	413	0	0	0	0	11	0	0	0	0	434
TO	0	0	0	0	0	171	0	0	0	0	0	0	5	0	0	176
NO	87	98	435	63	8	5.075	0	91	47	116	63	111	21	23	205	6.443
MA	41	0	73	0	22	2.381	0	7	38	139	57	0	12	0	41	2.811
PI	29	0	235	5	34	3.775	0	61	0	126	8	0	10	0	0	4.283
RN	10	0	70	22	120	1.725	0	89	22	104	41	29	30	0	15	2.277
PB	9	19	93	9	12	1.329	0	0	10	69	25	22	8	14	23	1.642
PE	13	0	205	0	43	2.754	0	21	0	37	36	0	0	4	15	3.128
AL	0	0	44	0	10	581	0	21	0	71	0	0	0	0	16	743
SE	9	0	0	3	0	179	0	0	0	0	0	23	0	0	0	214
BA	35	0	113	0	0	2.010	0	9	10	103	12	0	0	0	7	2.299
NE	146	19	833	39	241	14.734	0	208	80	649	179	74	60	18	117	17.397
MG	27	0	41	0	9	1.139	0	20	0	75	6	0	0	0	8	1.325
ES	0	0	32	0	0	200	0	0	0	25	0	0	0	0	0	257
RJ	16	18	296	0	8	3.074	36	16	0	33	0	22	9	0	22	3.550
SP	150	99	762	19	212	6.700	11	317	46	516	83	261	6	49	143	9.374
SE	193	117	1.131	19	229	11.113	47	353	46	649	89	283	15	49	173	14.506
PR	8	0	20	0	34	605	0	0	58	19	31	20	0	0	0	795
SC	0	0	0	0	7	430	0	0	0	0	0	0	0	0	0	437
RS	17	11	62	0	38	975	0	53	0	83	11	0	0	0	0	1.250
SUL	25	11	82	0	79	2.010	0	53	58	102	42	20	0	0	0	2.482
MS	0	0	9	0	0	87	0	0	10	9	21	0	0	0	26	162
MT	0	33	0	0	0	195	0	24	0	0	0	0	0	0	0	252
GO	24	0	133	0	0	648	0	0	0	14	0	20	6	0	0	845
DF	9	17	42	0	7	1.549	0	0	0	193	13	28	10	0	11	1.879
CO	33	50	184	0	7	2.479	0	24	10	216	34	48	16	0	37	3.138
Tota	484	295	2.665	121	564	35.411	47	729	241	1.732	407	536	112	90	532	43.966

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Quanto aos demais municípios da RMF, eles possuem baixa atratividade, a saber: Horizonte (729), Eusébio (564), Pacajus (536), São Gonçalo do Amarante (532), Aquiraz (484), Maranguape (407), Cascavel (295), Itaitinga (241), Chorozinho (121), Pacatuba (112), Pindoretama (90) e Guaiuba (47).

Origem dos Imigrantes Retornados e Não Naturais para a RMF

No que concerne ao fluxo de retornados para a RMF, no quinquênio analisado, conforme a Tabela 4, a mesma atraiu 13.741 pessoas, sendo que desse total 5.679 procederam do Sudeste e 4.058 do Nordeste. Esse resultado mostra indícios de uma nova tendência nos deslocamentos populacionais, os quais passam a serem cada vez mais de curta distância (PACHECO; PATARRA, 1998; BAENINGER, 2011). Em nível estadual, o maior volume é proveniente de São Paulo (3.830), Rio de Janeiro (1.497) e do Piauí (914). Para tanto, é importante salientar que esse fluxo se dirige preferencialmente para Fortaleza.

No tocante as regiões, Norte, Centro-Oeste e Sul, tiveram participação pouco significativa. Da região Norte, 2.092 pessoas deslocaram-se para os municípios pertencentes à RMF, 1.417 do Centro-Oeste e apenas 495 do Sul. Em parte, esse baixo fluxo de imigrantes provindos dessa última região deve-se às poucas relações migratórias com a mesma em períodos passados.

Com relação ao destino dos retornados que chegam à RMF, o município de Fortaleza se destaca como principal local de recepção, com 10.801 pessoas, dos quais 4.162 vieram do Sudeste, 3.441 do Nordeste e 1.668 do Norte. Além da capital, chama atenção os municípios de Caucaia e Maracanaú, os quais apresentaram um moderado volume de retornados, recebendo 852 e 716 indivíduos, respectivamente. No tocante ao município de Caucaia, este recebeu 495 pessoas procedentes do Sudeste, 145 do Norte, 140 do Nordeste, 37 do Sul e 35 do Centro Oeste. Quanto a Maracanaú, essa atrai 380 retornados do Sudeste, 163 do Centro Oeste, 122 do Nordeste, 41 do Norte e apenas 10 do Sul. Sendo assim, é importante enfatizar que a região Sul do país não se apresentou como local emissor desse fluxo de retorno, notadamente para os referidos municípios.

TABELA 4 – Volume de imigrantes interestaduais de retorno para a RMF, segundo Unidade da Federação de residência anterior - 2005/2010

UF	Aquiraz	Cascavel	Caucaia	Choroz.	Eusébio	Fortaleza	Guaiuba	Horizonte	Itaitinga	Maracanaú	Marang	Pacajus	Pacatuba	Pindoret.	S.	Total
RO	0	15	0	0	0	85	0	10	12	9	0	40	0	0	0	171
AC	0	0	0	0	0	56	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56
AM	0	0	65	8	0	262	0	0	0	16	10	0	0	6	0	367
RR	0	24	17	0	0	135	0	0	0	0	0	0	0	0	9	185
PA	0	0	63	11	0	906	0	15	0	16	0	31	16	0	20	1.078
AP	0	0	0	0	0	131	0	0	0	0	11	0	0	0	0	142
TO	0	0	0	0	0	93	0	0	0	0	0	0	0	0	0	93
NO	0	39	145	19	0	1.668	0	25	12	41	21	71	16	6	29	2.092
MA	33	0	20	0	13	571	0	0	28	41	20	0	8	0	0	734
PI	0	0	34	5	10	850	0	0	0	15	0	0	0	0	0	914
RN	0	0	11	9	17	447	0	42	0	20	21	18	10	0	0	595
PB	0	0	29	0	0	397	0	0	0	0	17	7	0	0	11	461
PE	0	0	23	0	9	579	0	0	0	0	36	0	0	0	0	647
AL	0	0	0	0	0	139	0	0	0	0	0	0	0	0	7	146
SE	0	0	0	0	0	45	0	0	0	0	0	13	0	0	0	58
BA	0	0	23	0	0	413	0	9	0	46	12	0	0	0	0	503
NE	33	0	140	14	49	3.441	0	51	28	122	106	38	18	0	18	4.058
MG	0	0	19	0	0	187	0	20	0	39	0	0	0	0	0	265
ES	0	0	15	0	0	72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	87
RJ	0	0	203	0	8	1.209	36	10	0	0	0	0	9	0	22	1.497
SP	77	28	258	10	19	2.694	0	205	0	341	0	130	6	20	42	3.830
SE	77	28	495	10	27	4.162	36	235	0	380	0	130	15	20	64	5.679
PR	0	0	20	0	0	162	0	0	0	10	7	0	0	0	0	199
SC	0	0	0	0	7	146	0	0	0	0	0	0	0	0	0	153
RS	17	0	17	0	0	95	0	14	0	0	0	0	0	0	0	143
SUL	17	0	37	0	7	403	0	14	0	10	7	0	0	0	0	495
MS	0	0	0	0	0	44	0	0	0	9	13	0	0	0	0	66
MT	0	0	0	0	0	128	0	12	0	0	0	0	0	0	0	140
GO	0	0	9	0	0	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	209
DF	9	0	26	0	7	755	0	0	0	154	13	28	10	0	0	1.002
CO	9	0	35	0	7	1.127	0	12	0	163	26	28	10	0	0	1.417
TOTAL	136	67	852	43	90	10.801	36	337	40	716	160	267	59	26	111	13.741

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Quanto ao fluxo de imigrantes não naturais (Tabela 5), a dinâmica é um pouco diferente da constatada para o fluxo de retornados. A RMF recebe um volume de 30.225 indivíduos naturais de outras localidades. Sendo a maioria procedentes do Nordeste (13.339). Em âmbito estadual, o Piauí se destaca como principal emissor desse fluxo na região Nordeste. No tocante ao destino em nível municipal, Fortaleza (24.610), Caucaia (1.813) e Maracanaú (1.016) se destacam.

Esse fenômeno da capital cearense se justifica, conforme Costa (2011), pela concentração de atividades econômicas nos mais variados segmentos, tornando um mercado dinamizado, o que propicia a criação de novos postos de trabalho e acaba elevando o nível de atração populacional, notadamente para os municípios da RMF.

Nesse sentido, o moderado volume de não naturais em Caucaia, possivelmente deve-se as diversas opções de se deslocar até a capital (Fortaleza), uma vez que há transporte coletivo com frequência, isso favorece ainda mais a integração com a cidade núcleo. Além disso, a comodidade de residir em municípios afastados dos grandes centros metropolitanos, com a criação de conjuntos habitacionais afastados do polo comercial da RMF, isso tem favorecido a redução do aglomerado contingencial em Fortaleza (NOGUEIRA, 2011).

No que se refere ao fluxo de não naturais em Maracanaú, em parte, se explica pela presença de diversos investimentos concentrados nesse município, o qual se destaca como polo industrial da RMF. Maracanaú foi desenvolvido no intuito de desconcentrar a concentração urbana e de investimentos na capital (Fortaleza). Como Caucaia, este também apresenta um forte grau de integração com a metrópole cearense, isso faz com que naturais de outros estados escolham esses municípios ao redor do polo metropolitano como destino, dada a dinamização econômica e estrutural que as mesmas oferecem (DIÓGENES; PAIVA, 2014). No tocante aos demais municípios, eles apresentam baixa atratividade, dado o baixo crescimento econômico e geração de empregos.

TABELA 5 – Volume de imigrantes interestaduais não naturais para a RMF, segundo Unidade da Federação de residência anterior - 2005/2010

UF	Aquiraz	Cascavel	Caucaia	Choroz.	Eusébio	Fortaleza	Guaiuba	Horizonte	Itaitinga	Maracan.	Marang.	Pacajus	Pacatuba	Pindoret.	S.	TOTAL
RO	40	30	0	0	8	153	0	0	0	0	0	11	0	0	0	242
AC	0	0	19	0	0	148	0	0	0	6	0	0	0	0	0	173
AM	0	8	22	6	0	823	0	13	0	0	31	0	0	17	11	931
RR	0	0	78	7	0	159	0	0	0	0	0	0	0	0	0	244
PA	47	21	161	31	0	1.764	0	53	35	69	11	29	0	0	165	2.386
AP	0	0	10	0	0	282	0	0	0	0	0	0	0	0	0	292
TO	0	0	0	0	0	78	0	0	0	0	0	0	5	0	0	83
NO	87	59	290	44	8	3.407	0	66	35	75	42	40	5	17	176	4.351
MA	8	0	53	0	9	1.810	0	7	10	98	37	0	4	0	41	2.077
PI	29	0	201	0	24	2.925	0	61	0	111	8	0	10	0	0	3.369
RN	10	0	59	13	103	1.278	0	47	22	84	20	11	20	0	15	1.682
PB	9	19	64	9	12	932	0	0	10	69	8	15	8	14	12	1.181
PE	13	0	182	0	34	2.175	0	21	0	37	0	0	0	4	15	2.481
AL	0	0	44	0	10	442	0	21	0	71	0	0	0	0	9	597
SE	9	0	0	3	0	134	0	0	0	0	0	10	0	0	0	156
BA	35	0	90	0	0	1.597	0	0	10	57	0	0	0	0	7	1.796
NE	113	19	693	25	192	11.293	0	157	52	527	73	36	42	18	99	13.339
MG	27	0	22	0	9	952	0	0	0	36	6	0	0	0	8	1.060
ES	0	0	17	0	0	128	0	0	0	25	0	0	0	0	0	170
RJ	16	18	93	0	0	1.865	0	6	0	33	0	22	0	0	0	2.053
SP	73	71	504	9	193	4.006	11	112	46	175	83	131	0	29	101	5.544
SE	116	89	636	9	202	6.951	11	118	46	269	89	153	0	29	109	8.827
PR	8	0	0	0	34	443	0	0	58	9	24	20	0	0	0	596
SC	0	0	0	0	0	284	0	0	0	0	0	0	0	0	0	284
RS	0	11	45	0	38	880	0	39	0	83	11	0	0	0	0	1.107
SUL	8	11	45	0	72	1.607	0	39	58	92	35	20	0	0	0	1.987
MS	0	0	9	0	0	43	0	0	10	0	8	0	0	0	26	96
MT	0	33	0	0	0	67	0	12	0	0	0	0	0	0	0	112
GO	24	0	124	0	0	448	0	0	0	14	0	20	6	0	0	636
DF	0	17	16	0	0	794	0	0	0	39	0	0	0	0	11	877
CO	24	50	149	0	0	1.352	0	12	10	53	8	20	6	0	37	1.721
TOTAL	348	228	1.813	78	474	24.610	11	392	201	1.016	247	269	53	64	421	30.225

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Os não naturais provindos do Sudeste (8.827), Fortaleza, Caucaia e Maracanaú são os principais pontos de destino. Em nível municipal, São Paulo é a UF que mais envia pessoas da região Sudeste (5.544 ou 63%). Dessa maneira, Fortaleza atrai 4.006 indivíduos, Caucaia 504 e Maracanaú 175. Por conseguinte, a atração migratória para o Ceará está condicionada ao fato de o indivíduo natural cearense construir família no local de destino, assim a presença de não naturais também é justificada por estes acompanharem o regresso do cearense ao local de nascimento (QUEIROZ, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração interestadual para a RMF, se destina notadamente para a capital Fortaleza, Caucaia e Maracanaú. Isto porque, concentram oportunidades de emprego nos mais variados segmentos.

Quanto as categorias de migrantes em análise, evidencia-se que o número de retornados é menor quando comparado aos não naturais. O significativo fluxo de não naturais para a RMF, categoria que predomina na referida área analisada, se deve a concentração dos investimentos que atrai pessoas/migrantes em direção aos municípios da região metropolitana, sobretudo a capital. Esse cenário é reflexo da dinamização do capitalismo, processo que interfere de maneira direta nos movimentos migratórios.

Quanto a origem, os indivíduos não naturais que chegam na RMF são procedentes da própria região Nordeste, especificamente do estado do Piauí. Esse fenômeno, possivelmente, é reflexo da atração econômica que a RMF exerce, com oportunidades de empregos, estudos, especialmente em Fortaleza. No tocante aos fluxos atraídos pelos demais municípios da RMF, isso se deve aos custos reduzidos com habitação e pela facilidade de se deslocar com frequência para a capital, fato cada vez mais presente nos grandes centros urbanos do país.

Em linhas gerais, a migração direcionada para a RMF, em parte, está associada com a concentração de oportunidades empregatícias na própria capital Fortaleza e no seu entorno, com destaque para os municípios Caucaia e Maracanaú. Diante disso, estudos futuros podem averiguar se esse comportamento da dinâmica migratória na RMF está presente em outras localidades, uma vez que diferentes áreas no país têm aumentado sua atratividade populacional em períodos mais recentes, notadamente de curta distância enquanto a atração de algumas metrópoles vem perdendo o ímpeto.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2012.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2011. p. 71-94.
- COSTA, M. C. L.; AMORA, Z. B. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. (ed.). **Fortaleza: transformação na ordem urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. (Estudos Comparativos – Metrôpoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática).
- COSTA, M. O. **Formalização do emprego e inserção precária: duas fases do mercado de trabalho da RMF**. Fortaleza, CE: IDT, 2011.
- DIOGENES, B. H. N.; PAIVA, R. A. O processo histórico de metropolização de Fortaleza. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, Higienópolis, SP. **Anais... [S. l.]: ANPARQ, 2014.**
- FERREIRA, E. S. Economia urbana e migração chinesa no território cearense: a diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente, SP. **Anais... [S. l.]: ANPEGE, 2015.**
- FUSCO, W. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retorno de migrantes. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, Brasília, DF, v. 20, n. 39, p. 101-116, 2012.
- IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. A evolução do PIB dos municípios cearenses no período 2002-2010. **Informe n. 49**, Fortaleza, CE, 2012.
- IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. A evolução da composição do PIB cearense na década de 2000: a importância das principais atividades. **Informe n. 5**, Fortaleza, CE, 2011.
- NOGUEIRA, C. M. L. **Expansão metropolitana e dinâmica imobiliária: o município de Eusébio no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza (RFM)**. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2011.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba, PR. **Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.**
- PEREIRA, C. R. M.; QUEIROZ, S. N. Comportamento recente do Mercado de Trabalho no estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza: 2002/2012. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14., 2015, Campinas, SP. **Anais... Uberlândia, MG: ABET, 2015.**
- PEQUENO, L. R. B. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2009. (Conjuntura Urbana, 5).

QUEIROZ, S. N. **Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense**. 2013. 251f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

QUEIROZ, S. N. et al. Investimento externo e ingresso de estrangeiros no Brasil: perfil do imigrante autorizado para trabalho e investidor individual. **Redes – Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 17, n. 3, p. 231-256, 2012.

QUEIROZ, S. N.; MOREIRA, I. T. Análise comparativa entre o perfil do migrante de retorno e o não natural do estado do Ceará. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, CE, v. 1, p. 2-17, 2008.

SILVA FILHO, L. A; QUEIROZ, S. N. Industrialização e emprego formal no Ceará: análise a partir dos dados da RAIS/TEM – 1996/2006. **Revista de Desenvolvimento do Ceará**, n. 1, p. 52-71, 2010.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E POLÍTICAS SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS ADMINISTRATIVOS LOCAIS

Rosana Baeninger[♥]

Natália Belmonte Demétrio^{*}

Jóice de Oliveira Santos Domeniconi[♦]

Sophia Damiano Rovere[♦]

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a importância dos registros administrativos locais na promoção de políticas para imigrantes internacionais, tomando como exemplo a experiência de Campinas/SP. Nesse propósito, o artigo destaca os inúmeros desafios que perpassam a construção de políticas efetivas para imigrantes e refugiados no Brasil, bem como as dificuldades de incorporação de “protocolos de observação, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas com base em indicadores sociais” (PERES, 2019, p. 121). Tais entraves da gestão pública, comuns a diversas áreas e presentes em diferentes municípios, prejudicam a produção de cadastros públicos, o que resulta em inúmeros problemas na coleta da informação (JANNUZZI, 2017). Apesar dessas questões, a exploração do registro administrativo do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas de Campinas constitui uma atividade fundamental no fortalecimento desse espaço institucional, além de indicar transformações significativas na conformação regional da imigração internacional.

Palavras-chave: Migração internacional; Políticas Públicas; Campinas.

INTRODUÇÃO

A consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais Sul-Sul (BAENINGER, 2018) direciona ao país um contingente crescente de imigrantes internacionais em situação de vulnerabilidade quanto às garantias de seus direitos fundamentais (ARAÚJO, 2018). Apesar dessa realidade e de todas as previsões da Nova Lei de Migração (ASSIS, 2018; BIANCO, 2019), ainda são incipientes os aparatos institucionais preocupados com a proteção dos direitos dessa população. Dentre os inúmeros desafios que perpassam a construção de uma política efetiva para imigrantes e refugiados, destaca-se seu caráter eminentemente transversal (LUSSI, 2015); o pacto

[♥] Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp. Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninge@unicamp.br

^{*} Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp. Coordenadora Adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: ndemetri@unicamp.br

[♦] Doutoranda em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: joicedomeniconi@outlook.com

[♦] Doutoranda em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: sophiarovere@gmail.com

federativo brasileiro (ARAÚJO, 2016; 2018; ARRETCHE, 2012); a superação dos pressupostos assimilacionistas e padronizados das políticas migratórias do passado (BAENINGER, 2015); e a precariedade dos mecanismos de participação social necessários à promoção de ações comprometidas com os princípios da governança (BERGUE, 2015; MÁRMORA, 2010).

Tendo em vista esse cenário, o presente trabalho tem por objetivo analisar os desafios associados à construção da política para imigrantes e refugiados em Campinas/SP, enfatizando a centralidade dos registros administrativos locais na produção de diagnósticos capazes de orientar a ação do poder público (JANNUZZI, 2017). Dividido em três partes principais, o artigo inicia-se pela discussão das políticas de Direitos Humanos no Brasil e as especificidades da migração internacional dentro dessa agenda. Em seguida, apresenta-se a experiência de Campinas e a parceria entre a prefeitura e o Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp), estabelecida com o propósito de modernizar a forma de produção e gestão da informação produzida pelo Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas do município. Por fim, discute-se as transformações dos fluxos de imigrantes internacionais na região de Campinas apontadas pelos registros de atendimento do referido Serviço. A título de considerações finais, retoma-se a importância da extensão universitária e do diálogo com a sociedade na implementação de uma nova estrutura de ação do poder público local.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A atuação do Estado com enfoque nos direitos humanos tem na Constituição Federal de 1988 e nos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH) pontos de partida fundamentais (MADEIRA, 2015). Por um lado, a Constituição Cidadã ampliou canais institucionais de participação social fortalecendo a produção de “novos sujeitos de direitos”, “representativos da diversidade étnico-racial, cultural, geracional, de gênero e sexualidade” (ESCRIVÃO FILHO; SOUZA JR, 2016, p. 93). Para Delgado et al. (2016), a construção dos diversos sistemas de proteção dos direitos de grupo vulneráveis (crianças, idosos, pessoas com deficiência, etc.) ou historicamente discriminados (mulheres, população negra, LGBT, indígena, quilombola, imigrante) é corolária das garantias constitucionais de respeito à diversidade e do direito à diferença. Já segundo Ciconello (2016), é o princípio da igualdade e da não discriminação – consagrado pela Declaração Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) e

endossado pelo ordenamento jurídico brasileiro – que conduz a uma nova forma de atuação do poder público.

Por outro lado, os desafios institucionais, culturais e políticos associados à promoção dessas políticas dificultam sua materialização (RUBIN, 2016). De acordo com Madeira (2015), foi apenas em 1996, oito anos após a promulgação da atual Constituição, que o governo federal criou instrumentos específicos e estabeleceu objetivos claros para condução do tema. Na interpretação da autora, desde então, os Planos Nacionais de Direitos Humanos têm se mostrados essenciais na efetivação das políticas públicas de direitos humanos, despontando-se como eixos norteadores das iniciativas adotadas por estados e municípios (MADEIRA, 2015).

No entanto, com base nas pesquisas desenvolvidas por Madeira (2015), verifica-se uma grande lacuna nas discussões capitaneadas pelos três PNDHs que o Brasil já teve: a migração internacional. Com exceção do PNDH-1, que orientou a criação do Estatuto do Refugiado, a proteção dos direitos de imigrantes internacionais não pautou nenhuma das proposições dessa política. Vale ressaltar, inclusive, a permanência do Estatuto do Estrangeiro de 1980 até 2017, Lei nº 6.815/1980 (BRASIL, 1980), mesmo diante de sua incompatibilidade fundamental com a perspectiva dos direitos humanos e da Constituição de 1988.

A despeito de todas as dificuldades de se promover localmente políticas públicas de direitos humanos (MADEIRA, 2015), sobretudo no que toca à migração internacional, Leão (2017) e Bianco (2019) relatam inúmeras iniciativas nessa direção: quase todas elas tendo como protagonista a migração haitiana que, em 2012, tencionou as estruturas estatais responsáveis pela “gestão dos fluxos migratórios” no país (ARAÚJO, 2016, p. 385). Sem dúvidas, a concentração da nova imigração internacional (BAENINGER, 2017) no município de São Paulo, a atuação da sociedade civil e o diálogo estreito entre a gestão municipal e o governo federal garantiram pioneirismo a essa localidade (LEÃO, 2017; BIANCO, 2019).

No entanto, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2018 apontou outros 62 municípios com Centros de Referência e Apoio a Migrantes e Refugiados, alavancando uma ampla agenda de pesquisa sobre os inúmeros arranjos de políticas públicas (GOMIDE; PIRES, 2014) que envolvem a estruturação desses espaços em nível local. No caso de Campinas, o diálogo com a sociedade civil leva à produção de um arranjo institucional com características específicas, no qual o diálogo com a sociedade civil e com a Universidade supre a ausência de uma legislação municipal que normatize e

consolide a forma de atuação do poder público municipal. Essa lacuna dificulta o estabelecimento de “protocolos de observação, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas com base em indicadores sociais” (PERES, 2019, p. 121) pautados em registros administrativos locais (JANNUZZI, 2017).

Com o objetivo de fortalecer a estrutura municipal de atendimento a imigrantes, a parceria entre a prefeitura de Campinas e o Observatório das Migrações em São Paulo atua em um dos pilares mais elementares na produção de políticas públicas: a necessidade de informações que subsidiem a construção de diagnósticos (JANNUZZI, 2017). Antes de passar à análise das informações produzidas a partir do registro de atendimentos do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas, o artigo apresenta as origens desse projeto, assim como, a discussão dos arranjos institucionais (GOMIDE; PIRES, 2014) que perpassam a atuação do município na questão migratória.

O SERVIÇO DE REFERÊNCIA A IMIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS DE CAMPINAS E O DIÁLOGO COM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Polo tecnológico de referência no estado de São Paulo (BAENINGER, 1996), Campinas consolida-se na rota das migrações internacionais contemporâneas pela ação da universidade, da pesquisa e das empresas transnacionais (BAENINGER; CUSTÓDIO, 2018). Essa forma peculiar de inserção global repercutiu na preponderância da migração altamente qualificada (DOMINICONI, 2017). No entanto, sobretudo a partir da segunda década do século XXI, o município tem vivenciado a diversificação de seus fluxos migratórios e a necessidade de construção de aparatos institucionais específicos a imigrantes e refugiados. Essa situação vem à tona em meados de 2012, com a chegada dos primeiros haitianos solicitantes de refúgio (posteriormente atendidos pelo visto de ajuda humanitária), e, mais recentemente, com o aumento no fluxo de venezuelanos. Nesse contexto, apesar do município se destacar como segunda cidade do estado de São Paulo que mais recebeu imigrantes internacionais entre 2000 e 2019 (BAENINGER et al., 2020), até 2016, Campinas não contava com nenhuma instituição da sociedade civil responsável por atender essa população. Por essa razão, muitos imigrantes internacionais procuravam diretamente a Prefeitura Municipal em busca de emprego, esclarecimentos jurídicos e documentação.

Inicialmente, o Posto de Atendimento do Trabalhador (PAT) foi o principal centro de referência para essas pessoas. Todavia, a necessidade de gestores com conhecimento específico fez surgir, em 2016, o Serviço de Referência ao Imigrante,

Refugiado e Apátrida, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SCATOLINI; FRANCISCO, 2018), ainda hoje não regulamentado por lei municipal. Para o gestor responsável pelo Serviço, sem amparo legal, a instituição funciona, sobretudo, a partir da militância de seus servidores. Além de garantir a permanência da política, a criação de uma legislação municipal é fundamental no provimento dos cargos que contemplem conhecimentos e habilidades específicas.

Paralelamente à organização de um espaço específico de atendimento a imigrantes, o município reforçou o diálogo com instituições da sociedade civil. Organizou, ainda em 2016, o I Fórum Municipal de Migração e Refúgio, ocasião na qual instigou a criação da RAIR (Rede de Apoio a Imigrantes e Refugiados). Articulada para atender demandas urgentes que a prefeitura não pode solucionar (arrecadação de alimentos, roupas, remédios, etc.), a criação da RAIR produziu um espaço privilegiado de discussão entre a sociedade civil e o poder público. Foi a partir dessa rede que o Observatório das Migrações em São Paulo aproximou-se do departamento de Direitos Humanos do Município, com o Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp) sendo a sede do II Fórum Municipal de Migração e Refúgio, realizado em 2017.

Ainda nesse ano, o fortalecimento da estrutura de atendimento a imigrantes internacionais em Campinas ganha novo impulso com a criação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) na Unicamp. Popularmente conhecida como Cátedra dos Refugiados, essa iniciativa – uma parceria entre diversas universidades, a agência da ONU para refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/Ministério da Justiça) – tem por objetivo promover o ensino, a pesquisa e a extensão sobre temas relacionados ao refúgio. Na Unicamp, foi a agenda de pesquisa do “Observatório das Migrações em São Paulo” (CNPq – Nepo/Unicamp) que aproximou o diálogo entre as instituições acima descritas, congregando, ainda, representantes do Governo Municipal (via Departamento de Direitos Humanos) e do Governo Estadual (via Agência Metropolitana de Campinas)¹. Outros eventos que expressam os primeiros passos na estrutura de uma política municipal para imigrantes internacionais, desde os princípios da governança (BERGUE, 2015) são: o Pacto de Educação em Direitos Humanos, a instalação do escritório da CONARE (Comitê Nacional para Refugiados/Ministério da Justiça), o I Campinas de Todos os Povos, em 2019, além das várias celebrações e rodas de conversa organizado pelas próprias comunidades migrantes com apoio da prefeitura.

¹ Foi no âmbito da Cátedra que nasceu o projeto de cooperação técnico-científica entre a Universidade e a Prefeitura Municipal

Todos esses eventos constituíram momentos fundamentais para a estruturação do convênio entre o Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas e o Observatório das Migrações em São Paulo. A princípio, a proposta restringia-se à sistematização e análise dos cadastros de atendimentos feitos em papel pelo Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas. No entanto, esse exercício deu suporte ao desenvolvimento um sistema on-line de cadastro, facilitando a produção de informações acerca da população atendida².

Esse projeto, que vem sendo implementado nos últimos dezoito meses, foi impulsionado em 2020, período no qual a paralisação dos atendimentos do Serviço por ocasião da pandemia de Covid-19 permitiu aos gestores desse órgão inserir todas as fichas preenchidas manualmente, guardadas no arquivo dessa instituição, no sistema on-line. Esse trabalho começou a ser realizado em junho de 2019, mas havia sido interrompido em função do aumento repentino na demanda por atendimentos, ocasionado sobretudo pela chegada de venezuelanos interiorizados “espontaneamente” ou pela Operação Acolhida. Dessa forma, apesar da crise sanitária comprometer o contato direto entre o Serviço e seu público-alvo, seus funcionários valeram-se dessa situação para intensificar seu trabalho interno, com a realização de um ‘mutirão de cadastramento’.

Entre 12 de junho de 2019 (dia em que o sistema on-line começou a ser utilizado) e 16 de novembro de 2020 (data do último diagnóstico produzido pela equipe do Observatório³), foram registrados 2.060 atendimentos (BAENINGER et al., 2020). A construção desse banco de dados impõe a visibilidade dessa população na agenda social do município, constituindo-se como um importante instrumento na promoção de uma política local para imigrantes internacionais em Campinas. A seguir, estão apresentados os principais indicadores construídos a partir desse registro.

O BANCO DE DADOS DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SERVIÇO DE REFERÊNCIA A IMIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS DE CAMPINAS

Desde a sua criação, em 2016, o cadastro de atendimento do Serviço tem passado por inúmeras modificações⁴. Inicialmente, o registro compunha um conjunto de 18

² Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 20340219.2.0000.8142.

³ Para acessar esse relatório, bem como todos os produtos acadêmicos desse projeto, Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/srirac.php>. Acesso em: 26 jan. 2021.

⁴ Antes da criação do Serviço, o atendimento a imigrantes e refugiados era feito no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), com registro realizado por meio de um cadastro manual, ora preenchido pelo gestor responsável, ora pelo próprio imigrante.

perguntas, sistematizadas em uma planilha do Google Sheets⁵. Em 2018, o cadastro passa a ser manual, incorporando novos quesitos⁶. A partir desse cadastro elaborou-se o atual registro do Serviço no sistema on-line, composto por 29 quesitos associados a 5 módulos temáticos: (1) identificação do registro: com perguntas relativas ao nome do(a) responsável pelo preenchimento e data do cadastro; (2) identificação do(a) imigrante: com perguntas sobre endereço, filiação, conato, sexo, estado civil, data e local de nascimento, ocupação; (3) chegada ao Brasil: com perguntas sobre contatos e redes acionadas, bem como data de chegada e percurso efetuado; (4) documentação: com questões sobre acesso ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Registro Nacional Migratório (RNM), tipo de visto e amparo legal; e (5) razões para procurar atendimento no Serviço⁶.

A não completa coincidência entre os 29 quesitos hoje presentes no registro online e todos os dados coletados nas fichas em papel agrava os problemas de coleta da informação. Como pode ser observado na Tabela 1, para algumas perguntas, o percentual de respostas válidas é bastante baixo. Levando-se em consideração a ocupação, por exemplo, quase metade das respostas estavam em branco. Ao mesmo tempo, apenas 10,5% das 2.060 pessoas com atendimento registrado no sistema responderam à pergunta sobre país de estadia antes da chegada ao Brasil. As perguntas sobre documentação também obtiveram baixas proporções de respostas válidas, assim como e-mail e as questões referentes às redes acionadas na vinda ao país (Tabela 1).

⁵ Nesse primeiro momento, o Serviço adotou o mesmo cadastro utilizado no PAT, inovando ao apresentá-lo na forma de uma planilha no *Google Sheets*, com preenchimento exclusivo do gestor. As 18 perguntas presentes no registro eram: nome, RNE, passaporte, país e cidade de origem, CPF, data de nascimento, local e data de chegada no Brasil, data de chegada em Campinas, endereço, e-mail, rede social, telefone, estado civil, presença de filhos, escolaridade e formação acadêmica, ocupação principal, idioma de origem e habilidade com a língua portuguesa.

⁶ As novas perguntas referem-se ao nome do pai e da mãe, tipo de visto, número do protocolo da solicitação de refúgio, carteira de trabalho e informações sobre o motivo da vinda ao Serviço.

⁶ Vale ressaltar que o questionário de atendimento do Serviço também sofreu inúmeras modificações desde a celebração do convênio entre a Prefeitura e o Observatório das Migrações em São Paulo. Em junho de 2019, momento em que o sistema de cadastrado online foi lançado, testou-se um instrumento de coleta de informações composto por 61 perguntas, agrupadas em 9 módulos temáticos. O período de pré-teste desse cadastro mostrou sua inviabilidade prática. Além de extenso e complexo, os desafios da língua e tempo necessário ao seu preenchimento forçaram a reestruturação do questionário, reduzindo-o para os atuais 29 quesitos.

TABELA 1 – Perguntas presentes no registro de atendimento do Serviço de Referência a Imigrantes e Refugiados da Prefeitura de Campinas, segundo percentual de respostas válidas coletadas entre 12 de junho de 2019 e 16 de novembro de 2020

	Perguntas	Respostas válidas	Respostas em branco	Total	% de respostas válidas
Identificação do registro	Reponsável pelo registro	2.044	16	2.060	99,22
	Data do registro	2.060	0	2.060	100,00
	Data do atendimento	1.813	247	2.060	88,01
Identificação do imigrante	Nome da pessoa atendida	2.044	16	2.060	99,22
	Nome do pai	1.985	75	2.060	96,36
	Nome da mãe	1.987	73	2.060	96,46
	Telefone	1.261	799	2.060	61,21
	E-mail	795	1.265	2.060	38,59
	Endereço	1.752	308	2.060	85,05
	Município de residência	1.742	318	2.060	84,56
	UF de residência	1.742	318	2.060	84,56
	Sexo	1.842	218	2.060	89,42
	Estado civil	1.660	400	2.060	80,58
	Data de nascimento	1.816	244	2.060	88,16
	Cidade de nascimento	1.541	519	2.060	74,81
	País de nascimento	1.943	117	2.060	94,32
Ocupação	1.100	960	2.060	53,40	
Chegada no Brasil	Último país de estadia antes de chegar ao Brasil	216	1.844	2.060	10,49
	Data de chegada no Brasil	1.472	588	2.060	71,46
	UF de chegada no Brasil	2.060	740	2.800	73,57
	Município de chegada no Brasil	1.298	762	2.060	63,01
	Teve contato com alguém que já residia no Brasil	155	1.905	2.060	7,52
	Se sim, de quem se tratava ¹	71	7	78	91,03
	Como chegou no Brasil	1.152	908	2.060	55,92
Documentação	Tem CPF	1.548	512	2.060	75,15
	Tem passaporte	1.314	746	2.060	63,79
	Tem RNM	724	1.336	2.060	35,15
	Tem visto	548	1.512	2.060	26,60
	Se tiver visto, é de qual tipo	422	1.638	2.060	20,49
	Qual o amparo legal ²				
	Por quê procurou o Serviço ³	91	1.969	2.060	4,42

¹ Pergunta válida apenas para os que afirmaram ter tido contato com alguém que já residia no Brasil.

² Devido aos problemas de coleta desse quesito, válido apenas para as pessoas que declararam ter visto, essa informação não será discutida nesse relatório.

³ Esse quesito apresentou erros de interpretação da pergunta original (confusão entre solicitantes de refúgio e refugiados), sofreu alterações em suas possibilidades de resposta e perdeu a comparabilidade das informações coletadas.

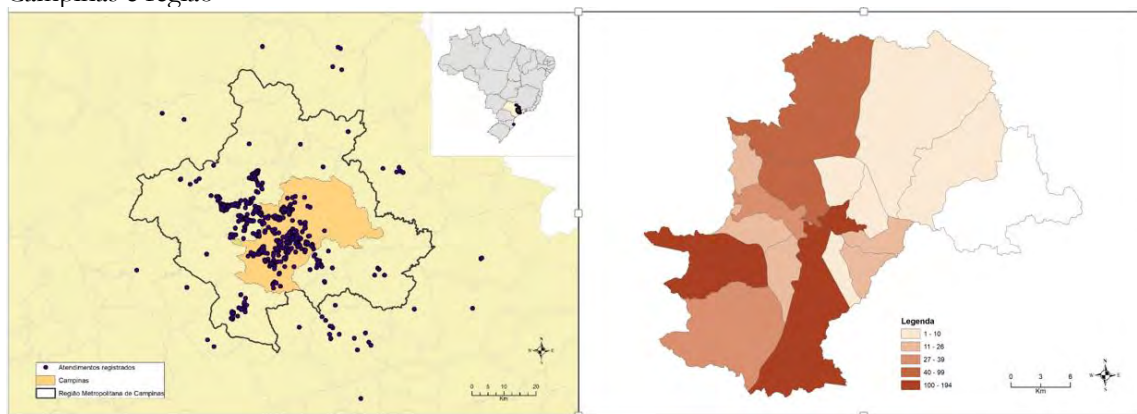
⁴ Esse quesito foi inserido entre fins de 2019 e começo de 2020. Além disso, vários cadastros elaborados originalmente em papel não contêm essa informação.

Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

No total, pessoas de 38 município diferentes procuraram o Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, reforçando a centralidade dessa instituição (Figura 1). A dinâmica regional da migração internacional em Campinas expressa fortemente os eixos de expansão dessa população dentro do próprio município-sede que, inicialmente concentrada nas áreas mais centrais da cidade, espalha-se cada vez mais para localidades ao sul do município, sobretudo na região sudoeste,

alcançando Hortolândia, Sumaré e Indaiatuba. De Barão Geraldo, essa população ramifica-se em direção à Paulínia, reforçando a dimensão metropolitana desse fenômeno (Figura 1).

FIGURA 1 – Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 12 de junho de 2019 e 16 de novembro de 2020, segundo local de moradia em Campinas e região

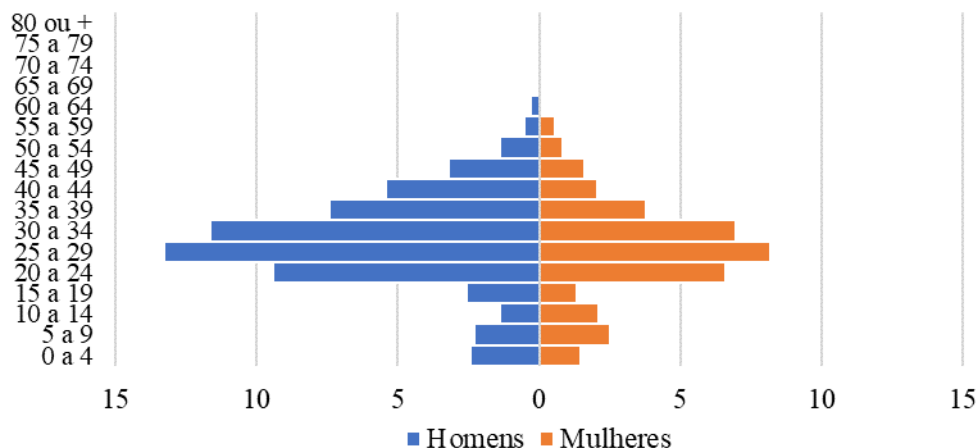


Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Homens representam 55% das pessoas atendidas e mulheres 34% (Gráfico 1). Sobressaem adultos jovens, entre 20 e 34 anos. Comparando-se com as informações sistematizadas nos primeiros diagnósticos dos atendimentos do Serviço, é importante enfatizar a presença crescente de mulheres e crianças (BAENINGER; CUSTÓDIO, 2018; 2019).

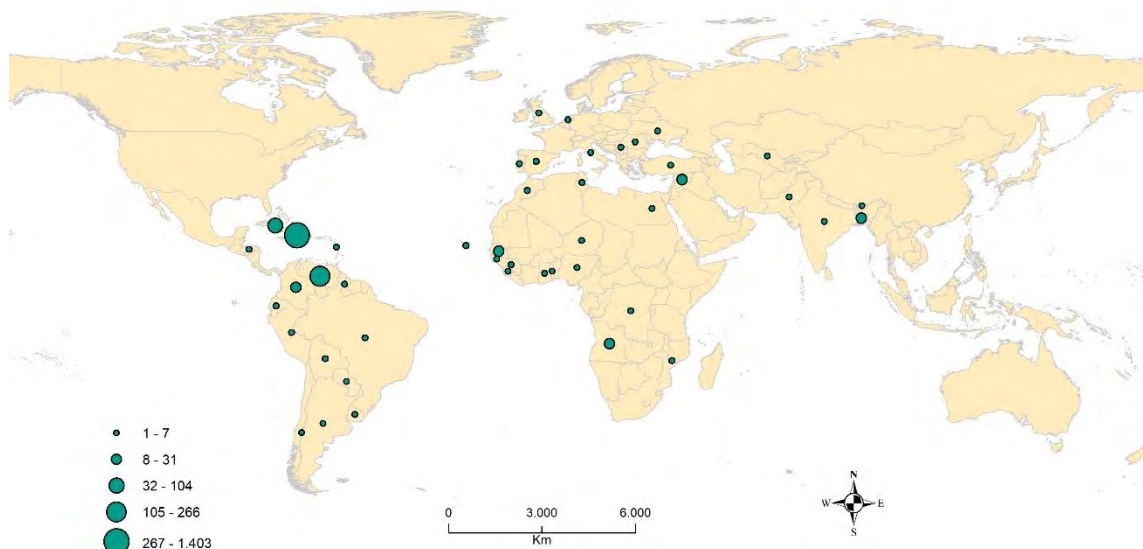
Pessoas de 46 países já passaram pelo Serviço (Mapa 1). Haitianos respondem por 72% dos registros, seguidos de venezuelanos (13,7%), cubanos (5,35%) e angolanos (1,59%). Além dessas nacionalidades, a presença de colombianos, sírios, bengaleses, senegaleses, paquistaneses e mesmo de pessoas nascidas em países do Norte Global (como Itália, Espanha e Reino Unido) reforça a extrema heterogeneidade dos fluxos migratórios recentes para a região de Campinas (Mapa 1).

GRÁFICO 1 – Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 12 de junho de 2019 e 16 de novembro de 2020, segundo idade e sexo



Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

MAPA 1 – Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 12 de junho de 2019 e 16 de novembro de 2020, segundo país de nascimento



Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Nota: O registro de pessoa nascida no Brasil refere-se a criança filha de imigrantes internacionais que procuraram o Serviço.

As informações referentes à trajetória migratória percorrida até alcançar o município de Campinas revelam uma das características mais contundentes das migrações contemporâneas: a presença de inúmeros destinos e etapas provisórias que não apenas envolvem novas rotas e dinâmicas de ingresso no país, como também mobilizam uma multiplicidade de formas de acesso à documentação (solicitação de refúgio, acolhida humanitária, acordos bilaterais, etc.) (BAENINGER, 2018). Como exemplo desse

processo, o percurso utilizado por haitianos atendidos no Serviço indica o espraiamento dessa população por quase todos os países da América do Sul, seja como local de passagem, seja como local de destino (Mapa 2). Esses dados revelam que quase metade dessas pessoas ingressou no Brasil via fronteiras terrestres, valendo-se majoritariamente da “rota amazônica”: um caminho marcado pela violação de direitos (SILVA, 2015).

MAPA 2 – Haitianos atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 12 de junho de 2019 e 16 de novembro de 2020, segundo localidades de estadia antes de chegarem em Campinas

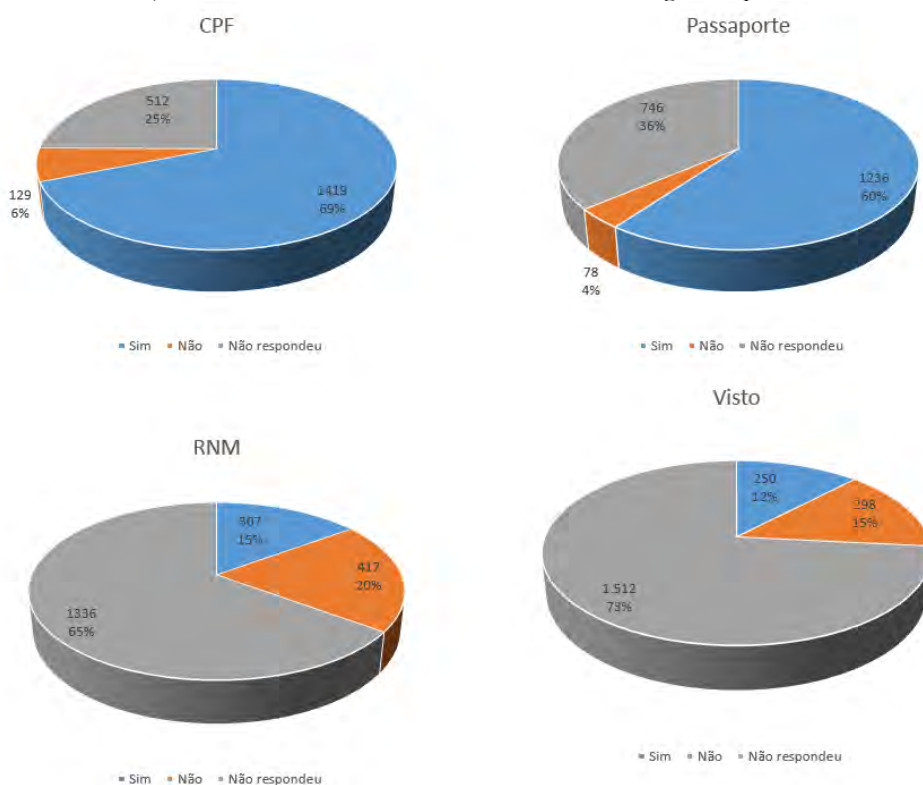


Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Quanto à documentação, verifica-se que grande parte dos imigrantes atendidos no Serviço estão documentados. Mil quatrocentos e dezenove pessoas (quase 70% dos registros), por exemplo, disseram ter CPF (Figura 2). Uma parte importante dessa população (60%) também possui passaporte. Contudo, em se tratando da posse de Registro Nacional Migratório (RNM), em 1.336 registros (65% dos casos) esse quesito está em branco (Figura 2). Entre os casos válidos, mais da metade refere-se a pessoas sem esse tipo

de documento. Essa evidência expressa a centralidade dos solicitantes de refúgio que, embora regularizados, possuem uma documentação precária, seja pela possibilidade de indeferimento do pedido, seja pelo desconhecimento do protocolo de refúgio como documento válido em diversos órgãos (CHAVES, 2020). Sem a posse de um documento definitivo que regulamente a permanência no Brasil, os solicitantes de refúgio também não possuem visto de residência no país (Figura 2).

FIGURA 2 – Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 12 de junho de 2019 e 16 de novembro de 2020, segundo posse de CPF e passaporte



Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A análise dos motivos que levaram à procura por atendimento no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas confirma os entraves no acesso à documentação. Das 91 respostas válidas para essa pergunta, 72 tinham remetiam a essa questão (Tabela 3). Esse fato mostra que, apesar de possível, a regularização migratória permanece complexa (CHAVES, 2020; FERNANDES; BAENINGER, 2020). Destaca-se ainda a busca por emprego, por acolhida humanitária, orientações para realização de cadastro no CadÚnico, procura por cesta básica, informações para obtenção do CELPE-BRAS e apoio jurídico em casos de violação de direitos trabalhistas (Tabela 3).

TABELA 3 – Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 12 de junho de 2019 e 16 de novembro de 2020, segundo razões para procurar atendimento no Serviço

Por quê procurou o Serviço?	Total
Cesta básica	2
Documentação	72
Acolhida ¹	4
Emprego	7
Cadastro Único	3
Apoio jurídico em casos de violação de direitos trabalhistas	1
Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS)	2
Total de respostas válidas	91

¹Pessoas que, no momento do atendimento, estavam alojadas no SAMIM (Setor de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante), órgão da Prefeitura responsável por acolher a população em situação de rua.

Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Firmado o propósito de informatizar a produção e armazenamento das informações geradas pelo Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas do município de Campinas, o projeto de cooperação técnico-científica entre a Prefeitura e o Observatório das Migrações em São Paulo esbarra em inúmeros desafios. Em termos conjunturais, os principais entraves relacionam-se à necessidade de treinamento para o adequado preenchimento do registro; o idioma; a disponibilidade de computadores e acesso à internet; a necessidade de uma maior divisão organizacional do trabalho dentro do Serviço e o estabelecimento de uma triagem no atendimento; a falta de espaço físico. Em termos estruturais, as dificuldades refletem a falta de normativas claras que orientem a promoção de políticas públicas de direitos humanos em nível local (DELGADO et al., 2016; MADEIRA, 2015); a superação dos pressupostos assimilacionistas e padronizados norteadores das políticas migratórias do passado (BAENINGER, 2015); e a falta de “protocolos de observação, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas com base em indicadores sociais” (PERES, 2019, p. 121). Essas questões constituem problemas metodológicos e operacionais comuns a diferentes áreas da gestão pública (PERES; ZIMMERMANN, 2010). A solução desses impasses envolve não apenas a implementação de uma nova estrutura de ação do poder público, como também o estreitamento do diálogo com sociedade civil e, em particular, com a universidade: de lado, a prefeitura com o diálogo direto com a população, seu conhecimento empírico e dificuldades em termos do planejamento e implementação das políticas; de outro, a academia com o domínio dos indicadores, da dinâmica da população e das fontes de dados que permitem o aprimoramento técnico das políticas sociais (BAENINGER, 2010).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. R. C. Migrações internacionais e o federalismo brasileiro: os venezuelanos no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 349-354.

ARAÚJO, J. R. C. Políticas públicas, estruturas estatais e migrações no Brasil. In: BAENINGER, R. et al (org.). **Migração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e descentralização no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

ASSIS, G. O. Nova Lei de Migração no Brasil: avanços e desafios. In: BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 609-623.

BAENINGER, R. et al. **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Metrôpoles – São Paulo – Migrações Internacionais na Macrometrópole Paulista/Regiões Metropolitanas/Regiões Administrativas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2020.

BAENINGER, R.; CUSTÓDIO, F. **Perfil dos atendimentos registrados pelo Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida da Prefeitura de Campinas-SP**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2019, 22p.
Disponível em:
https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/producao/Diagn%C3%B3stico%20Atendimentos%20do%20Servi%C3%A7o_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAENINGER, R. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (coord.). **Migrações fronteiriças**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 463-472.

BAENINGER, R.; CUSTÓDIO, F. **Diagnóstico do Município de Campinas-SP atendimento ao imigrante da Prefeitura Municipal de Campinas-SP: perfil de imigrantes internacionais registrados no Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, R. Cenários das migrações internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 79-86.

BAENINGER, R. **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp; Brasília, DF: Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, 2010.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista**. Campinas, SP: CMU/UNICAMP, 1996.

BERGUE, S. T. Governança e Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público. In: DEMARCO, D. J. (org.). **Gestão pública, município e federação**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 33-54.

BIANCO, B. Democracias y derechos humanos amenazados: políticas migratorias nacionales y políticas globales en Brasil, de Lula a Bolsonaro (2002-2019). **Region**, Santa Lucia, 2019. Disponível em: <https://region.org.co/index.php/publicamos/documentos/item/432-democracias-y-derechos-humanos-amenazados>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República.Governo Federal. **Lei 6.815, 19 agosto de 1980. Estatuto do Estrangeiro.** Brasília, DF, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm. Acesso em: 17 ago. 2020.

CHAVES, J. A atuação da defensoria pública da união em favor de imigrantes durante a pandemia de Covid-19: um relato de campo. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2020. p. 62-78.

CICONELLO, A. Políticas públicas de direitos humanos. In: DELGADO, A. L. M. et al. (org.). **Gestão de políticas públicas de direitos humanos:** coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2016. p. 161-187.

DELGADO, A. L. M. et al. (org.). **Gestão de políticas públicas de direitos humanos:** coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2016.

DOMENICONI, J. O. S. **Migração internacional qualificada:** trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

ESCRIVÃO FILHO, A.; SOUZA JR., J. G. S. Para um debate teórico-conceitual e político sobre direitos humanos. DELGADO, A. L. M. et al. (org.). **Gestão de políticas públicas de direitos humanos:** coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2016. p. 45-117.

FERNANDES, D. M.; BAENINGER, R. **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil:** resultados de pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2020.

GOMIDE, A.; PIRES, R. **Capacidades estatais e democracia:** arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília, DF: IPEA. 2014.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

LEÃO, A. V. **Reconhecimento legal e estima social nas políticas públicas de integração de imigrantes em nível municipal em São Paulo e Bruxelas.** 2017. 186f. Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

LUSSI, C. Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho.** Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 55-68.

MADEIRA, L. M. Federalismo e institucionalização de políticas públicas de direitos humanos no Brasil pós-democratização. In: DEMARCO, D. J. (org.). **Gestão pública, município e federação.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 75-106.

MÁRMORA, L. Modelos de gobernabilidad migratória: la perspectiva política en América del Sur. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana – REMHU**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 71-92, 2010.

PERES, R. Indicadores sociais e políticas públicas no Brasil: algumas reflexões e muitos desafios para o século 21. In: BAENINGER, R. et al. **População e cidades: subsídios para o planejamento local e regional**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2019. p. 115-123.

PERES, R.; ZIMMERMANN, G. Gestão e planejamento de cidades e políticas sociais: gestão metropolitana – possibilidades e desafios. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp; Brasília, DF: UNFPA, 2010. p. 153-161.

RUBIN, G. C. Apresentação. In: DELGADO, A. L. M. et al. **Gestão de políticas públicas de direitos humanos: Coletânea**. Brasília, DF: ENAP, 2016. p. 11-12.

SCATOLINI, M. V.; FRANCISCO, N. Relato de atividade da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania – Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida. BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 965-969.

SILVA, S. A. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para haitianos? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, Brasília, DF, v. 23, n. 44, p.119-134, 2015.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SÃO PAULO: MULHERES ANGOLANAS

*Sofia Caselli Furtado**

RESUMO

Em um cenário permeado pela mobilidade do capital e da força de trabalho (SASSEN, 1988), o Brasil se insere nas rotas das migrações internacionais contemporâneas com importantes mudanças no perfil da população imigrante do país (BAENINGER, 2017), além do surgimento de novas origens, trajetórias e modalidades migratórias (DUMONT, 2006), em uma dimensão transacional da mobilidade (GLICK-SHILLER; BASCH; SZANTON, 1992; DE HAAS, 2005). A partir desse pano de fundo, este trabalho busca compreender como as mulheres angolanas são inseridas nas rotas das migrações internacionais transacionais contemporâneas em São Paulo. Percebendo a complexidade e multiplicidade que compõe a migração angolana no Brasil, tanto pelo seu caráter de longa data, quanto pelos diversos perfis que integram estes fluxos, entende-se a migração angolana no Brasil pertencente ao grupo de fluxos mistos (OIM, 2009). Para melhor interpretar essa multiplicidade de perfis, são acionadas as noções de redes sociais (MASSEY et al., 1988), de modalidades migratórias (BAENINGER, 2012; ALMEIDA; BAENINGER, 2013). Através de trabalhos de campo realizados, foram identificados os principais perfis da migração angolana atualmente em São Paulo, sendo identificado as mulheres como parte importante deste fluxo recente. São aprofundadas as formas de configuração deste deslocamento de mulheres na região de São Paulo, principal destino da migração angolana no Brasil.

Palavras-chave: Migração; Angola; Mulheres migrantes; São Paulo (SP); Transnacionalismo.

INTRODUÇÃO

Abordar a temática das migrações contemporâneas é abordar uma componente da estruturação de uma sociedade globalizada. Nesse sentido, se torna impossível analisar isoladamente as causas e consequências do fenômeno nos locais de origem ou nos locais de destino, na forma de um dualismo metodológico, frequentemente assumido nas análises sobre o fenômeno. A migração hoje não se limita apenas ao fluxo de pessoas. Está essencialmente vinculada aos fluxos de bens materiais e simbólicos, informações, capital, valores culturais entre os territórios e tantos outros fatores que tornam a migração um fenômeno complexo. Consequentemente as redes que conectam os países se tornam cada vez mais aprofundadas e integradas, marcador do dinamismo das migrações contemporâneas e potencial gerador de mudanças estruturais tanto no país de origem, quanto no país de destino.

No fenômeno da migração, um sistema local-global é recriado, contribuindo diretamente para a globalização da sociedade contemporânea. Como recurso metodológico, o transnacionalismo é usado como fenômeno social emergente, mas também como

* Mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Analista Ambiental na AECOM do Brasil. E-mail: furtado.scaselli@gmail.com

ferramenta para interpretar as peculiaridades da migração internacional na era da globalização.

As comunidades transnacionais formadas a partir dos dinâmicos fluxos migratórios mostram que, através da migração, as sociedades, comunidades e famílias se expandem para outros territórios, sem deixar de pertencer ao território de origem, gerando uma reconfiguração das espacialidades, incorporando os lugares onde se reproduzem e transformando a sociedade de destino em um espaço desterritorializado e globalizado. Canales (2019, p. 7) afirma sobre as migrações: “Na sociedade global, sua espacialidade é apenas territorialmente restrita e delimitada pelos contornos de sua mundialização”.

A migração, nesse sentido, contribui para a estruturação e dinâmica da sociedade global através da reprodução e transformação do espaço e das relações sociais (GIDDENS, 1986; CANALES, 2019). Através do tecido social construído com base na migração, famílias e comunidades assumem um formato transnacional, onde as próprias redes familiares e redes sociais (MASSEY et al., 1998) são estrategicamente acionadas como recursos sociais para sobrevivência e permanência das comunidades e migrantes.

Tendo como pano de fundo a complexa trama da migração internacional no mundo globalizado, o Brasil se insere na dinâmica das migrações transnacionais como destino de fluxos migratórios, em especial daqueles de origem do Sul Global, como é o caso da migração angolana em São Paulo.

Angola é palco de mudanças demográficas importantes nos próximos anos: até 2100, estima-se será a 11ª nação no mundo em número de habitantes. A população hoje está em 31 milhões habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE). Projeções feitas pela ONU (UNITED NATION, 2019) estimam que em 2100, a população atingirá 188 milhões de habitantes. Em 1950, Angola tinha 4,5 milhões de habitantes, em 2000, 26,4 milhões. Associado ao aumento da densidade demográfica e à composição das dinâmicas da população, está a falta de infraestrutura básica que o país enfrenta, consequência de séculos de invasão dos portugueses no território, que deixaram marcas em forma de falta de serviços básicos de saúde e educação, bem como milícias armadas e um governo que, pela primeira vez em 2017, foi eleito via eleições, após 38 anos com o mesmo presidente no cargo. Todos esses aspectos estruturantes da história de Angola compõem parte importante da compreensão sobre migração angolana em São Paulo e estão presentes nos relatos dos imigrantes entrevistados.

As mulheres angolanas são destacadas pelas especificidades, complexidade, dificuldades e potencialidades características deste grupo. São diferentes os perfis da

migração recente de mulheres em São Paulo e, portanto, singulares os desafios enfrentados individualmente e coletivamente. No entanto, há também semelhanças nesses aspectos, que perpassam as trajetórias, tanto no sentido de suas potencialidades e objetivos, como no sentido de dificuldades enfrentadas. Em comum, essas mulheres demonstram a coragem, força e persistência, qualidades que lhes permite enfrentar obstáculos impostos ao longo de toda sua trajetória de vida e que, na migração, são evidenciados.

Este artigo, portanto, tem a proposta trazer reflexões sobre a migração angolana contemporânea, num contexto marcado pelo adensamento das conexões entre lugares, países e pessoas, sobretudo de mulheres em São Paulo, sem perder de vista a complexidade do fenômeno que vai para além das fronteiras geopolíticas e perpassa uma trama transnacional de conexões globais, que se manifestam a nível individual.

Nesta compreensão da migração enquanto fenômeno social (SASSEN, 2010), a migração angolana adquire um caráter heterogêneo e multifacetado, identificado através de entrevistas realizadas ao longo do ano de 2019 e 2020. Serão identificados e caracterizados diferentes perfis migratórios e modalidade migratórias das mulheres angolanas residentes na cidade de São Paulo, compreendendo São Paulo como rota das migrações internacionais, na construção de redes que perpassam toda a trajetória e projeto migratório.

MÉTODOS

Este artigo, fruto do trabalho de dissertação de mestrado no âmbito do estudo de migrações internacionais do Observatório das migrações de São Paulo, buscou analisar as informações sobre as migrações contemporâneas, mais especificamente, da migração internacional angolana.

Aliando a interpretação dos dados sócio demográficos de Angola, aos relatos das imigrantes entrevistadas e à leitura do contexto ao qual está inserida a migração angolana no Brasil, foram feitas análises de maneira integrativa da situação da migração angolana contemporânea, bem como as especificidades de cada grupo identificado, dentro da migração de mulheres.

Este artigo conta com três principais etapas: a primeira de discussão teórica dos preceitos dos estudos da migração internacional, com especial atenção ao eixo Brasil e Angola. A segunda etapa consiste em interpretar, com base na discussão teórica e nas informações obtidas através das análises dos dados da migração angolana, as características desse fluxo no contexto do mundo globalizado.

Por fim, a última etapa, a qual será mais explorada neste artigo, consiste na apresentação dos dados qualitativos levantados, através de metodologias como a observação participativa e 15 entrevistas semi-estruturadas¹ realizadas entre outubro de 2019 e janeiro de 2020 com imigrantes angolanas, mulheres e pessoas com algum vínculo com a migração angolana, compondo uma malha de redes que são analisadas.

Foram realizadas 15 entrevistas presenciais e por telefone, na cidade de São Paulo, sendo 7 delas com mulheres angolanas que chegaram no Brasil de 2014 em diante, 3 agentes (imigrantes e brasileiros) que trabalham em ONGs, 2 empresários brasileiros que trabalham direta e indiretamente com angolanos e 3 angolanos que são artistas e escritores, vivendo no Brasil e em Angola. Além disso, como apresentado, foram realizadas pesquisas exploratórias, que possibilitaram compreender melhor as realidades das diversas modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) dos imigrantes angolanos no Brasil.

Por se tratar de uma população dispersa e de difícil identificação e aproximação em São Paulo, os entrevistados foram identificados e localizados pelo método “bola de neve”, em que uma pessoa indica outra pessoa que, por sua vez, pode indicar outros nomes. Esta técnica possibilita que o pesquisador se aproxime de grupos específicos (MAY, 2004). O método bola neve permitiu a identificação de diferentes perfis e redes de migração, que são compreendidos através das modalidades migratórias.

Para este artigo, foram selecionadas três modalidades migratórias que apresentam a diversidade de perfis da migração angolana em São Paulo. São as modalidades de trancheiras, de saúde e de cultura. Estas, no entanto, compõem um universo maior de modalidades identificadas (de trânsito, estudantil e congolanas).

REDES E MODALIDADES MIGRATÓRIAS NA MIGRAÇÃO ANGOLANA

A migração internacional, atualmente, é um processo complexo e diverso, que envolve não apenas pessoas e trabalhadores, como também um importante fluxo de bens materiais, simbólicos, de capitais, de valores culturais e de informação, que se articulam por entre os territórios enlaçados por circuitos migratórios, conforme afirma Canales (2015). Através da migração, redes sociais, familiares e culturais são ativadas e consolidadas ao longo do tempo. As sociedades são constantemente atravessadas e permeadas por sistemas de redes e relações local-global que derivam a desterritorialização da vida social (APPADURAI, 1990).

¹ As entrevistas realizadas nesta etapa foram previamente aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, número do CAE: 17495219.2.0000.8142.

Através da migração, a sociedade de origem, as comunidades e famílias se expandem para outros territórios, reconfigurando e ampliando sua espacialidade, incorporando outros lugares onde se reproduzem (CANALES, 2015). A sociedade de destino passa a ser um espaço globalizado, permanentemente influenciado pelas migrações que reconfiguram as relações locais, através da reprodução social dos migrantes e de suas famílias (DE HAS, 2007), no que Massey (1990) chamou de *causação acumulativa*. O migrante, nesse aspecto, passa a ser agente de mudança social e produtiva (PORTES, 2007).

Canales (2015), afirma que as redes e o capital social dos migrantes são os mecanismos através dos quais se desenvolve e perpetua a migração. Massey (1990) compreende que a migração é um processo social complexo, sustentado por princípios de solidariedade e reciprocidade. As redes sociais, além de servirem como apoio, conectam os locais de origem e destino no tempo e espaço, criando uma rede que permite maior autonomia dos fluxos migratórios e que são possivelmente menos sensíveis às mudanças a curto prazo, tornando-se autossustentáveis e garantindo que os movimentos não sejam necessariamente limitados no tempo, unidirecionais ou permanentes (BOYD, 1989; FUSCO, 2002).

Redes migratórias são definidas por Massey (1988, p. 396) como “laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” Ou seja, através de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos, indivíduos se conectam, estabelecem vínculos e adquirem informações (sobre emprego, alojamento, recursos) sobre as possibilidades de migrar (TRUZZI, 2008).

Os emigrados adquirem um papel fundamental na sociedade de destino, mas também na sociedade de origem, uma vez que influenciam os projetos de vida e migrantes potenciais, estimulando ou fazendo ressalvas sobre projetos, expectativas e investimentos. Os fluxos migratórios de angolanos entre Brasil e Angola têm raízes históricas, são de longa data, ocorrendo em diversas etapas, ou seja, há diversas gerações de emigrados e retornados que permeiam o espaço entre os dois países, criando novas redes, consolidando novas redes e transformando redes já consolidadas. Uma parcela importante dessas redes consolidadas vive no Rio de Janeiro, principal destino da migração angolana até 2011. Nesse mesmo ano, São Paulo passou principal destino passou a ser o principal destino dos angolanos (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Número de imigrantes angolanos registrados, entre 2000-2017, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRES). Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/ CNPq.

O conceito de modalidades migratórias (DUMONT, 2006; WIHTOL DE WENDEN, 2001) é usado como uma ferramenta analítico-metodológica e, conforme afirma Baeninger (2012, p. 23), “A reconstrução do fenômeno migratório como tipo ou como modalidade permite desvendar as especificidades e características, contextualizando e reconceitualizando o fenômeno social”. A compreensão dos projetos e modalidades migratórias permitem analisar as diferentes dinâmicas do processo, na medida que, conforme Peña (2019) afirma, a partir de Baeninger (2012) e de Almeida (2013) “facilita a abordagem da complexidade inerente às novas lógicas migratórias contemporâneas e possibilita, por sua vez, captar sua heterogeneidade em função das características dos movimentos e dos protagonistas desta migração.”

As modalidades migratórias foram identificadas e construídas priorizando as motivações relatadas pelos imigrantes como projeto migratório e não, por exemplo, suas condições jurídicas na sociedade de destino. A situação legal do migrante é resultado de sua trajetória e não necessariamente explica os processos sociais particulares que caracterizam essas migrações (ALMEIDA; BAENINGER, 2013).

Apesar de haver sobreposição entre as modalidades identificadas, é interessante observar que elas tendem a exibir características peculiares. A modalidade de trancheiras, por exemplo, é predominantemente feminina, bem como a modalidade de mulheres grávidas que buscam acesso aos serviços de saúde, enquanto a modalidade de trânsito² é, num primeiro momento, masculina, envolvendo riscos e destinos distantes, com fronteiras

² Esta modalidade, composta por imigrantes que usam o Brasil como país de passagem, não é aprofundada neste artigo. No entanto, no campo exploratório, foram identificadas estratégias de angolanos que usam o Brasil como país de trânsito, para chegar a outros destinos, como Estados Unidos e Canadá. Estas histórias foram relatadas por imigrantes que conhecem pessoas que optaram por esta estratégia.

menos permeáveis. Mas não significa que as mulheres trancheiras não tenham em seu projeto migratório a ideia de “pegar caminho”, como mencionam. Desta forma, as modalidades se transpõem e se interseccionam, no formato de projetos, de histórias, de desejos, de confidências, de segredos, de medos e sonhos registrados ao longo desta pesquisa.

As diversas modalidades são ferramenta para compreender que a migração angolana é composta de fluxos mistos. A OIM (Organização Internacional para a Migração) define fluxos migratórios mistos como:

Movimientos de población complejos, que incluyen a refugiados, solicitantes de asilo, migrantes económicos y otros migrantes. Esencialmente, los flujos mixtos están relacionados con movimientos irregulares, en los que con frecuencia hay migración de tránsito, con personas que viajan sin la documentación necesaria, atraviesan fronteras y llegan a su destino sin autorización (OIM, 2008-2009).

Os fluxos mistos extracontinentais surgiram com as tendências migratórias atuais, do mundo globalizado, onde é comum encontrar imigrantes irregulares, não documentados, envolvidos no tráfico ilícito de pessoas. Conforme afirmam as autoras representantes da OIM, Salazar; Ramírez e Cabrera (2013, p. 24):

Existe una proporción importante de personas dentro de los flujos migratorios mixtos que viajan de una manera irregular. Sin embargo, la irregularidad no siempre define de manera apropiada cada una de las situaciones particulares, pues es necesario analizar las necesidades y derechos específicos en materia de protección y asistencia que tienen estas personas.

Por outro lado, os fluxos mistos demandaram dos países de origem e destino da migração a necessidade de busca por diversificar os termos de cooperação dos países de origem, de trânsito e de destino, em seus distintos níveis, como é o caso das relações bilaterais entre Brasil e Angola, em seus diversos marcos legais já descritos no primeiro capítulo deste trabalho. Outra resposta recorrente é o endurecimento das fronteiras para entrada de determinados tipos de imigrantes, o que gera uma busca dos imigrantes por formas de penetrar as fronteiras de maneira irregular, característica dos fluxos mistos.

Uma forma de interpretar os diversos perfis da migração angolana no Brasil, é compreendendo suas redes acionadas na origem, no destino, bem como seus projetos migratórios na origem e no destino. Ao longo das pesquisas de campo, foi possível perceber que muitos dos imigrantes angolanos que hoje vivem no Brasil reorganizaram seus projetos migratórios a partir da rede migratória acessada no destino. Portanto, compreender as modalidades migratórias se torna uma tarefa complexa: uma vez acionada

uma nova rede no destino, novos projetos se abrem e se concretizam, demonstrando desta forma a existência de modalidades migratórias mistas.

Modalidades Migratórias da Migração de Mulheres Angolana em São Paulo

Nesta seção, são apresentadas três modalidades da migração de mulheres angolanas em São Paulo: modalidade de tranceiras; modalidade de saúde (com especial atenção às mulheres migrantes solas); modalidade arte e cultura.

Modalidade de Tranceiras

Meninas com 8, 10 anos já sabem fazer trança, porque é uma coisa que você nasceu vendo sua mãe fazer. Não tem outra coisa para fazer no cabelo, é muito cultural fazer trança (MARCIA³, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

A maior parte das mulheres angolanas aprendem a fazer tranças em sua infância. Todas as entrevistadas falaram que passaram por esse aprendizado de forma leve, divertida, cotidiana, fazendo tranças em amigas na escola, aprendendo com familiares, mães, avós, tias, primas, irmãs.

O cabelo, na cultura angolana e em outras culturas africanas, tem um papel social importante, inclusive para a formação dos espaços de sociabilidade, na passagem dos conhecimentos ancestrais e na própria estética. As tranças, deixaram de ser uma forma apenas de diferenciação cultural, identificação de tribos, estado civil, entre outros usos que as tranças tinham em sociedades tradicionais. Hoje, as tranceiras criam uma narrativa e fazem uso desse saber adquirido desde a infância como uma forma de gerar valor financeiro. Torna-se então um serviço comum, feito em espaços públicos em países africanos, conforme explica Songa descreve os espaços em Angola (2017, p. 74):

No caso das *mocas das tranças*, que vendem seus serviços artísticos relacionados ao cabelo, a prática de trançar, aprendida em casa ou em lugares relacionados, e transferida para a praça, seu espaço profissional. Com presença assídua e trabalhando por conta própria, essas mulheres dedicam-se a trançar cabelos, dia após dia e, desta feita, conquistam espaço no ramo da atividade que praticam.

Conforme afirma Lemos (2019), “O uso do patrimônio material – as tranças afro – como atividade geradora de renda integra o afroempreendedorismo, que por sua vez movimenta a indústria criativa” (p. 864). Lemos afirma que as tranças afro são parte da construção da identidade da população negra, que ocupa um espaço de opressão e marginalizado na sociedade.

³ Nome fictício para preservação da identidade das entrevistadas.

O mais comum é que a trança componha parte da estratégia migratória dessas mulheres quando já estão no país de destino, uma vez que existe um mercado em expansão no Brasil. Aliando a habilidade prática à valorização de um produto, essas mulheres, que por vezes nunca trabalharam com isso em seus países de origem, passam a ofertar esse serviço na forma de produto consumido por brasileiras. Os impactos da maior circulação de mulheres imigrantes que sabem trançar são relatados por Eliana:

Com essa troca de experiências, elas (mulheres brasileiras negras) vão aprendendo a lidar melhor com seus cabelos, porque muitas mulheres negras aqui no Brasil, que têm cabelo crespo ou cacheado, têm muita dificuldade de cuidar do seu próprio cabelo. Não é só não ter imaginação de cuidar do seu próprio cabelo, é também a dificuldade de encontrar produtos para tratar do próprio cabelo. [...] Com a nossa chegada no Brasil, elas começaram a ter mais noção de como fazer com o cabelo (ELIANA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020)

Modalidade de saúde

Aqui tudo é grátis, de onde a gente vem tudo é pago. Quando você está doente, você procura um visto para vir se tratar aqui (LÚCIA, Galeria Presidente, São Paulo, 2019).

Ao longo das entrevistas, foi muito mencionada a má qualidade dos serviços de saúde em Angola, devido a todo o processo histórico de formação de uma nação que passou por séculos de guerras e exploração. Os serviços de saúde oferecidos ao longo do período colonial foram acessíveis apenas a uma minoria privilegiada e restrito aos problemas de saúde que afetava a produtividade econômica da colônia, segundo Vicente et al. (2016). Segundo este estudo feito em 2016, “apenas 30 a 40% da população angolana tem acesso aos serviços de saúde”, o que demonstra defasagem no sistema de saúde angolano. A falta de serviços de saúde em determinadas regiões desencadeia até os dias de hoje intensas redes de deslocamentos internos, conforme afirmam Lopes; Rodrigues e Simas (2013). Angola é o país lusófono com pior cobertura de serviços básicos de saúde, segundo um relatório do World Health Organization e do International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank de 2017.

O Brasil se encontra na rota de possibilidades de busca por melhores serviços de saúde dos angolanos. Bierdman (2018) afirma que a busca por hospitais brasileiros, principalmente de São Paulo, vem aumentando, sendo a recomendação “boca a boca” dos pacientes a melhor forma de divulgação dos serviços. A estimativa é que mais de 55 mil turistas de saúde procurem o Brasil para realização de tratamentos, sendo 70% com destino a São Paulo. Segundo Bierdman, não há estatísticas oficiais sobre as nacionalidades e nem

sobre a quantidade exata de pacientes, mas a autora chama a atenção para o aumento da busca de imigrantes de países lusófonos, principalmente de Angola e Moçambique.

A família na sociedade angolana assume um papel central para os valores e costumes culturais e históricos e, segundo Santos, Novaes e Chaves (2018), ter filhos na sociedade angolana acresce prestígio social a homens e mulheres, conforme a citação de Silva (2013, p. 19) apresentada pelas autoras:

No tecido social e cultural angolano a gravidez é vista como uma expressão da identidade feminina, como um elemento a partir do qual se definem os papéis de género. A gravidez é ainda socialmente percebida como o caminho para a regulação e manutenção das gerações.

Nesta modalidade, composta por mulheres de diferentes perfis, regiões, idades e projetos migratórios, foram relatadas histórias de mulheres que buscaram o Brasil para a realização de tratamentos de fertilização *in vitro*, normalmente relacionadas a melhores condições econômicas e de acesso às estruturas de saúde e de informação em ambos os países. Há também relatos de mulheres que, por estarem em uma situação de extrema vulnerabilidade, buscam o Brasil com o objetivo de garantir o direito de permanência através do princípio *ius solis*, em que o nascimento no território brasileiro garante a nacionalidade da criança, independente da origem de seus pais (SANTOS; NOVAES; CHAVES, 2019).

Modalidade de Cultura

Eu me descobri negro no Brasil, porque no meu país todo mundo é negro (ISAC, professor, escritor, pintor, gestor de projetos culturais, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020)

A modalidade de cultura surgiu a partir de conversas feitas com angolanos, homens e mulheres, que vivem no Brasil e usam a arte como trabalho e como forma de empoderar e trazer conhecimento para brasileiros e brasileiras. É um movimento que se encontra em plena expansão em São Paulo, sobretudo com a maior visibilidade da luta negra nos espaços do cotidiano. Há diversas iniciativas que se dedicam a empoderar, politizar, dialogar, discutir, trazer propostas, iniciativas e projetos para espaços que são predominantemente e estruturalmente ocupados pelos brancos.

Nas narrativas dos imigrantes entrevistados, São Paulo é considerado um espaço de troca, onde há valorização da diversidade cultural que compõe a cidade, ainda que com muitos problemas relacionados à xenofobia e ao racismo. Ao mesmo tempo, esses

imigrantes viram no território globalizado que agrega a multiplicidade cultural como uma oportunidade de permanência e viabilidade econômica para construção de suas trajetórias.

O que um angolano, como um africano, tem de cultura matriz e o que ajuda o afrodescendente no caminho de volta para casa, porque nos últimos anos a afrodescendência vem resgatando seus valores de ancestralidade. Vim trazer minha história como produto artístico, como produto de pensamento lógico para ajudar essas pessoas se resgatarem. É importante de os brancos entenderem que passa por um processo de valorização do resgate dos valores morais (ELIAS, poeta, gestor de projetos culturais, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

A cena artística em São Paulo é predominantemente ocupada por homens, conforme nota Marina: “Mulheres têm menos acesso, maiores dificuldades e desafios para adentrarem, menos acesso aos espaços e ao mercado artístico”.

Acho que São Paulo é a metrópole para as artes, apesar de ser mais aberta entre aspas. Eu também diria que é uma selva, há de se ter contatos e se formar uma rede para se conseguir acesso aos espaços. No Brasil tem maior espaço de receber e promover a arte. Infelizmente só entre São Paulo e Rio de Janeiro. Essas duas metrópoles concentram, também pelo seu poder econômico (MARINA, economista e poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

Esse espaço da cultura é acessado por imigrantes escolarizados, que já estão no Brasil há mais tempo e migraram com outros projetos migratórios, geralmente associados aos estudos de nível superior no Brasil, como é o caso dos 3 entrevistados nessa modalidade. No entanto, este espaço, que vem se consolidando na última década em São Paulo, passou a atrair imigrantes de Angola, que buscam no Brasil um espaço de promoção da arte e da cultura de seus países.

A modalidade de cultura é, portanto, uma modalidade mista, ocupada majoritariamente por homens, mas que passa por um processo de transição, em que mais mulheres africanas estão buscando ter mais espaço e representatividade.

A presença de imigrantes africanos e, mais especificamente, angolanos, em São Paulo através de conteúdos culturais imateriais e materiais corrobora com a construção de outros olhares e interpretações do continente africano, para além da herança histórica e escravocrata. São Paulo é um espaço marcado pela dinâmica global transnacional, inclusive no que diz respeito à arte, que vem sendo usada como forma de combater e ressignificar a presença do imigrante e de sua história no Brasil.

CONCLUSÃO

Procurando compreender o perfil da migração angolana no Brasil, esta pesquisa identificou diversos perfis da migração de mulheres angolanas em São Paulo. A

complexidade da migração angolana no Brasil está na visualização de uma migração de modalidade mista. A modalidade mista pode ter duas faces: por um lado, é comumente composta por imigrantes irregulares, ou seja, indocumentados no país de destino. Por outro, a migração mista guarda grande potencialidade no que diz respeito a expansão de acordos multilaterais que buscam adequar as políticas migratórias ao contexto dinâmico e múltiplo da migração. Este trabalho tem por objetivo evidenciar estas potencialidades, tanto para o Brasil, quanto para Angola. A promoção do intercâmbio através da migração pode ser um potencial gerador de mudanças importantes para um mundo globalizado.

O perfil mais comumente encontrado é o das mulheres trancheira. No Brasil, elas viram a oportunidade de tornar esta prática uma fonte de renda, fazendo trança em mulheres brasileiras, comumente negras. Esta prática se popularizou em São Paulo e, segundo os relatos, é também uma forma de empoderamento do cabelo afro, além de uma forma de intercâmbio cultural. Esta profissão, além de ser predominantemente feminina, é também caracterizada pela informalidade.

Outro perfil é a modalidade cultural. Ao chegarem no Brasil, estes imigrantes redefinem seus projetos migratórios, encontrando a arte como forma de expressão e sustento, sobretudo na metrópole paulista. Muitos começam nas ruas e hoje, através de organizações e coletivos, angolanos e africanos no geral montaram frentes de expressão de sua cultura e arte, demonstrando o grande potencial de mudança do entendimento do brasileiro sobre o que é migração africana no Brasil. Estes coletivos têm se tornado cada vez mais organizados e representativos da cultura africana, ocupando espaços para promoção de melhores informações sobre a história da África, tanto nos materiais escolares, quanto nas informações divulgadas.

Enfim a modalidade de saúde, modalidade mista, composta de mulheres de diversos perfis sociais e econômicos, mas que, em comum, tem a característica de viajarem sozinhas e depois realizar a reunião familiar. A carência de serviços de saúde acessíveis em Angola mobiliza um fluxo migratório importante, tanto em aspectos econômicos para os hospitais que recebem a demanda por serviços especializados, quanto em aspectos de dinâmica migratória nas fronteiras.

Nesta pesquisa, ficou claro que não é apenas a motivação da migração que definirá o perfil da migração. Ao longo de toda sua trajetória, o imigrante passa por mudanças, que redefinem suas rotas e expectativas temporais, se inserindo em novas redes, se adaptando às diferentes modalidades de acordo com o espaço que é aberto, suas potencialidades, profissões e possibilidades.

A presença majoritária de mulheres na maior parte das modalidades apresentadas demonstra que elas garantem grande representatividade nesse fluxo, sendo responsáveis pela mobilidade de famílias inteiras, viajando solas e passando por desafios que, nos estudos tradicionais das migrações, não seriam enfrentados por mulheres.

Compreender as mulheres angolanas no espaço de São Paulo é complexo, adquire múltiplos perfis, diversas faces, todas elas dialogando com grandes esforços feitos, que envolveram planejamentos de famílias inteiras e que fazem com que a mulher angolana tenha, em São Paulo e no Brasil, um espaço de mudança potencial de seu entorno, agregando à cultura brasileira e criando sólidas pontes entre os dois países. Estas mulheres mostram que a batalha que elas travam é pelo reconhecimento de sua contribuição e potencialidades, já que são frequentemente associadas ao trabalho informal e aos cuidados domésticos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. R. **Au revoir Brésil:** um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980. 2013. 437f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratorias internacionais: da diversidade dos fluxos as novas exigencias conceituais. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2013. p. 23-34. (Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9).
- APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. **Theory, Culture and Society**, London, v. 7, p. 295-310, 1990.
- BAENINGER, R. **Migrações transnacionais de refúgio:** a imigração Síria no Brasil no século XXI. [S. l.], 2017. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=95642085-e801-8ef2-1011-9fb8cbbc18c7&groupId=265553. Acesso em: 15 jul. 2019.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2012.
- BIDERMAN, I. São Paulo se consolida como capital da saúde e atrai pacientes latinos e africanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, SP, 15/09/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2018/09/1981726-sao-paulo-se-consolida-como-capital-da-saude-e-atrai-pacientes-latinos-e-africanos.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.
- CANALES, A. I. **Migration, reproduction and society:** economic and demographic dilemmas in global capitalism. Boston: Brill, 2019. (Critical Global Studies, v. 143).
- CANALES, A. I. **E pur si muove:** elementos para una teoria de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara; MAPorruá Editor, 2015.

DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DE HAAS, H. **Remittances, migration and social development**: a conceptual review of the literature. New York, NY: United Nations, 2007. (Social Policy and Development Programme, Paper Number 34).

DUMONT, J. C. Les migrations internationales de travailleurs qualifiés: des bénéfices à partager. In: MOUHOUD, E. M. (ed.). **Les nouvelles migrations**: un enjeu Nord-Sud de la mondialisation. Paris: Universalis, 2006. p. 79-96.

FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. **Textos NEPO 40**, Campinas, SP, 2002.

GIDDENS, A. Action, subjectivity and the constitution of meaning. **Social Research**, New York, NY, v. 53, n. 3, p. 529-545, 1986.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON, B. S. Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, NY, v. 645, 1992.

OPES, C. M.; RODRIGUES, C.; SIMAS, G. **Migração interna, urbanização e saúde em Angola**. Bruxelas: Observatorio ACP para as Migrações, 2013.

LEMOS, L. O afroempreendedorismo: saber tradicional, empoderamento e contribuição à indústria criativa. **Extraprensa**, São Paulo, SP, v. 12, n. esp., p. 861-879, 2019.

LOPES, L. R. O afroempreendedorismo: saber tradicional, empoderamento e contribuição à indústria criativa. **Extraprensa**, São Paulo, SP, v. 12, n. esp., p. 861-879, 2019.

MASSEY, D. S. et al. **Worlds in motion**: understanding international migration at the end of the millennium. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MASSEY, D. S. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, NJ, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. In: MAY, T. **Surveys sociais**: do desenho à análise. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

OIM – ORGANIZACION INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Migración irregular y flujos migratorios mixtos**: enfoque de la OIM. Ginebra, 2009.

PEÑA, D. A. **Más cerca que lejos, en un “allá” que es siempre “aquí”**: un análisis de la inmigración colombiana en Brasil en el siglo XXI. 2019. 241f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

PORTES, A. Migración y desarrollo: una revisión conceptual de la evidencia. In: CASTLES, S.; DELGADO WISE, R. (coord.). **Migración y desarrollo**: perspectivas desde el sur. Mexico: Porrúa, 2007.

SALAZAR, G.; RAMÍREZ, C.; CABRERA, D. Aproximación a la identificación de las corrientes migratorias procedentes de Asia y África en Colombia. In: OIM. **Migrantes extracontinentales em América del Sur**: estudio de casos. Buenos Aires, Argentina, 2013. (Cuadernos Migratorios, n. 5).

SANTOS, A. L.; NOVAES, D.; CHAVES, F. Mulheres angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações e maternidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, PE, v. 33, n. 2, 2018.

- SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.
- SILVA, M. E. C. **O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: estratégias, trajetórias e contextos socioprofissionais**. 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2013.
- SONGA, E. **(Re)Significações das tranças e outros penteados em Angola: as moças das tranças na “Praça Nova” da Cidade do Lubango**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.
- TRUZZI, O. M. S. Redes em processos migratórios. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. **World Population Prospects 2019: highlights**. New York, NY, 2019.
- VICENTE, M. C. T. et al. Analysis of quality indexes of the provided health services in public and private services of Angola. **Journal of Human Growth and Development**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 228-233, 2016.
- WIHTOL DE WENDEN, C. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & Migration**, [S. l.], n. 1233, p. 5-12, 2001.
- WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Tracking universal health coverage: 2017 global monitoring report**. Geneva, 2017.

MOBILIDADE ESPACIAL: UM ENSAIO A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO E DO APLICATIVO BLABLACAR

Gustavo Henrique Naves Givisiez[♦]
Elzira Lúcia de Oliveira[♦]

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre como conectar os estudos de migração e mobilidade populacional e os Big Data. Os dados empíricos originários de Censos Demográficos e Pesquisas de Origem e Destino são os tradicionalmente os mais utilizados na análise demográfica da mobilidade humana no tempo e espaço e se desenvolveram de forma paralela com as teorias acadêmicas que abordam principalmente as migrações definitivas e os movimentos pendulares. Entretanto, a natureza da mobilidade humana não se restringe aos movimentos definitivos e não são apenas motivados pelo trabalho. Nesse ponto, os Big Data têm sido referenciados como inovadores nas Ciências Sociais e outros campos de estudos e o registro de viagens por aplicativos são uma forma de captar movimentos humanos no espaço. O objetivo principal deste artigo é analisar as potencialidades e limitações desses dados, cada vez mais frequentes na atual era digital, para analisar e processar dados sobre mobilidade populacional. A abordagem empírica deste ensaio teve por objetivo apresentar reflexões de caminhos possíveis para a apropriação dos Big Data pela Ciência Demográfica e se apoia em um estudo de caso de municípios do estado do Rio de Janeiro. Dados do aplicativo BlaBlaCar e de Censos Demográficos foram analisados de forma comparativa, procurando por indicações de que o aplicativo é utilizado para movimentos casa-trabalho. Em que pese essa hipótese ter sido refutada para a Região Metropolitana, aparentemente o aplicativo é usado em traslados entre casa e trabalho na região da Bacia de Campos. Os demógrafos serão, provavelmente, usuários naturais dessas novas bases uma vez que são treinados tanto no tratamento da qualidade dos dados assim como no rigor científico das ciências sociais aplicadas.

Palavras-chave: Big Data; Mobilidade humana; Migração; Movimentos Pendulares.

INTRODUÇÃO

Um dos pontos de partida para explicar a natureza da pesquisa de mobilidade humana são, obviamente, os dados empíricos que permitem a calibração e validação de modelos (BARBOSA et al., 2018). Nesse contexto, os dados originários de Censos Demográficos e Pesquisas de Origem e Destino são tradicionalmente os mais utilizados na análise da mobilidade humana no tempo e espaço e essas bases empíricas se desenvolveram de forma paralela com as teorias acadêmicas sobre mobilidade.

Ravenstein (1889) em seu clássico “*Laws of Migration*”, com base nos dados dos Censos Demográficos ingleses do século XIX, procurou por padrões que pudessem governar os movimentos migratórios. O autor identifica o caráter seletivo da migração apontando fatores econômicos como um dos principais motivos que impulsionariam as

[♦] Doutor em Demografia em 2005 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado na Universidade Federal Fluminense. E-mail: gh_naves@id.uff.br

[♦] Doutora em Demografia em 2005 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada na Universidade Federal Fluminense. E-mail: elziralucia@id.uff.br

migrações entre as regiões do Reino Unido em seu tempo. Lee (1966), quase oito décadas após o trabalho de Ravenstein, aprofunda suas teorias identificando fatores intervenientes, de atração, e de repulsão, em geral econômicos, que afetariam as pessoas de forma distinta. Nota-se que esses dois estudos reforçam, em alguma medida a afirmação de Williams; Foord e Mooney (2012) de que a maior parte da literatura sobre mobilidade populacional aborda os movimentos permanentes, a exemplo das migrações definitivas. A Teoria da Transição da Mobilidade de Zelinsky (1978), por exemplo, trata de mudanças de longo prazo propondo um modelo ideal baseado em estágios: quando um país inicia sua transição urbana, iniciam-se com as migrações rurais-urbanas e o alto crescimento da população urbana é consequência dessa migração. Ao alcançar uma alta proporção de população urbana, os efeitos do crescimento natural nas cidades passam a ser mais relevantes para o crescimento populacional do que a migração. Robusta para o período que analisa e confirmada por abordagens empíricas a partir de dados de Censos Demográficos, a abordagem de Zelinsky (1978) parte do pressuposto de que esses estágios seriam inevitáveis em todos os países e culturas e que o principal movimento migratório seria aquele relacionado ao movimento rural urbano.

Abordagens alternativas aos movimentos permanentes são os movimentos pendulares e, em especial, para o trabalho. Spence (1982), por exemplo, considera a dinâmica funcional das regiões urbanas, e, em particular, analisa o saldo dos movimentos entre centro e periferia, especialmente as viagens entre casa trabalho, e como esses movimentos estão relacionados com a composição social das diferentes zonas urbanas. No desenvolvimento e definição das Regiões Urbanas Funcionais (*Funcional Urban Regions*) as cidades não são conceituadas em termos da morfologia urbana (área construída, densidades etc.) e suas estruturas (redes de comunicação, transporte etc.), e sim em termos de suas relações funcionais – ou mais, especificamente, pelos fluxos de pessoas. As análises são organizadas em função de um centro e um anel dependente, que podem, obviamente, mudar ao longo do tempo (BERRY; GOHEEN; GOLDSTEIN, 1969). Cheshire (1995) apresenta evidências de causas acumuladas associando o capital humano e mobilidade da força de trabalho em Regiões Urbanas Funcionais (FURs). Para este autor, as FURs são uma importante contribuição para os estudos urbanos, retirando o foco da morfologia e estrutura para os fluxos de pessoas.

Entretanto, a natureza da mobilidade humana não se restringe aos movimentos rurais-urbanos definitivos e não são unicamente motivados pelo trabalho e pela economia. Abordagens comuns à Geografia da População, por exemplo, desenvolvidas

principalmente ao longo do século XX, apontam que os movimentos humanos remontam a tempos pré-históricos e que cada corrente da mobilidade de seres humanos pelo planeta tem um padrão característico da sua era e lugar (BEAUJEU-GARNIER, 1980; GEORGE, 1967). Beaujeu-Garnier (1980, p. 191) ainda destaca que:

O homem é uma criatura móvel, capaz de investigar, suscetível à sugestão e dotada de imaginação e iniciativa. Isso explica a razão pela qual, tendo concebido a ideia de que suas necessidades podem ser satisfeitas algures, decide não só ir a esse lugar com, também, sobre os meios por que seu projeto pode ser realizado.

Nesse sentido a mobilidade da força de trabalho, seja ela definitiva ou temporária, objetiva a análise de um movimento humano específico, mas não aborda importantes cenários da vida urbana e uma vasta gama de atividades por pessoas não formalmente engajadas no mercado de trabalho. Urry (2007) classifica 12 tipos de mobilidade humana: refugiados, asilados e viagens de sem teto; viagens de negócios; viagens exploratórias, incluindo estudantes e *au pairs*; saúde; militares; aposentadoria; viagens para estudo de filhos e dependentes; diáspora; viagem para trabalho, incluindo escravos; turismo; visita a amigos e familiares; e, movimentos pendulares associadas a trabalho. As atividades não-laborais (comércio, estudo e lazer etc.) são geradoras de intensos fluxos que não são adequadamente captados pelas variáveis de migração dos Censos Demográficos. Embora esses movimentos possam ser parcialmente identificados por pesquisas de Origem Destino, a maioria dessas pesquisas estão circunscritas aos limites territoriais de municípios ou, raramente, regiões metropolitanas.

Nesse ponto, uma nova fonte de dados tem sido referenciada como inovadora nas Ciências Sociais e outros campos de estudos: as grandes bases de dados ou *Big Data*. No caso específico da mobilidade humana entre cidades ou internamente aos espaços urbanos, ela pode ser mensurada a partir do rastreamento de GPS de celulares; por meios de pagamento de sistemas de transporte públicos; e registro de viagens por aplicativos. Em que pese o grande volume de dados produzidos, eles apresentam limitações de não fornecer para pesquisadores informações sociais e demográficas de seus usuários por razões de privacidade. Mas, se por um lado não é possível segmentar os usuários segundo suas características sociodemográficas, por outro, as viagens realizadas são registradas a todo instante de forma ininterrupta. Nesses termos, há de se considerar que registram viagens que de fato ocorreram e que podem agregar informações quantitativas usualmente ignoradas por outras fontes.

O objetivo principal deste artigo é analisar as potencialidades e limitações desses dados cada vez mais frequentes na atual *era digital* (SALGANIK, 2017) para analisar e

processar dados sobre mobilidade populacional, a partir de um estudo de caso. Utiliza-se os dados do aplicativo BlaBlaCar e formula-se uma hipótese inicial de que é possível identificar um padrão de mobilidade por motivo de trabalho em uma área de estudo composta por 22 municípios das mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense¹. Essa região é fortemente impactada pela dinâmica da indústria de exploração e produção de petróleo e gás da Bacia de Campos. Essa hipótese é formulada a partir de observações e relatos informais de usuários desse aplicativo, especialmente estudantes e trabalhadores que usavam, em 2018, a plataforma de forma sistemática e crescente para se locomover entre as cidades da região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. A região metropolitana do Rio de Janeiro será utilizada como um grupo controle por se esperar que ela não apresente padrão de mobilidade similar ao verificado na área de estudo. A proposta do estudo de caso é analisar a mobilidade humana nessas duas regiões de forma comparativa a partir de dados do aplicativo e dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Este artigo está organizado em quatro seções sendo a primeira esta introdução. Na sequência é apresentada uma breve revisão de conteúdos vinculados ao termo Big Data. A seção de Procedimentos e Discussão é destinada ao estudo de caso propriamente dito, onde é apresentada a análise empírica. Por fim, algumas considerações são apresentadas na última seção.

BIG DATA

Big data é um termo que descreve um grande volume de dados, estruturados ou não. Existem várias definições para esse termo e talvez as mais consensuais sejam aquelas que consideram os “3 V’s”: variedade, volume e velocidade. Salganik (2017) sugere que esses dados seriam aqueles que são continuamente captados e associados a empresas (Twitter, Facebook, Google, Apple etc.) e fortemente vinculados às suas atividades econômicas; e pela rica e ilimitada fonte de dados mantidas por governos (dados administrativos). Nesses termos, talvez, a definição mais interessante para *Big Data* seja a ironicamente apresentada por Batty (2013, p. 1): “*any data that cannot fit into an Excel spreadsheet*”.

Segundo Salganik (2017) “The digital age is everywhere, it’s growing, and it changes what is possible for researches”. Sem dúvida o registro de atividades humanas não é novidade uma vez que, segundo alguns autores, em toda história o ser humano criou formas de registrar suas atividades de mobilidade, transporte, transações econômicas,

¹ Acrescentado dos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Cabo Frio e Armação de Búzios.

dentre outras. A inovação no conceito é a forma de processamento e análise dessas *pegadas digitais*² produzidas por milhões de indivíduos no seu cotidiano e registradas por diversos dispositivos – a exemplo de um *App* de celular. O que se nota em períodos recentes é a transição em velocidade cada vez mais rápida dos meios analógicos de registros dessas atividades para digitais, em quase todas atividades econômicas e sociais da nossa vida cotidiana. A maioria das atividades que eram analógicas há duas ou três décadas atrás, hoje são digitais: fotografia, imprensa escrita, imprensa audiovisual, transações financeiras, dentre outras. Em consequência, cada vez mais dados estão sendo captados e armazenados digitalmente e a expressão *Big Data* foi cunhada a partir da consciência das possibilidades de agregação do volume de informações desse conjunto de dados.

Salganik (2017) apresenta exemplos de aplicações que fazem uso desses dados e sugere que a maioria dos estudos científicos com essas bases podem ser subdivididos de acordo a abordagem ao problema: observação de comportamento, surveys, experimentos e colaboração em massa. De modo geral, as pesquisas foram desenvolvidas por equipes multidisciplinares e os diversos usos e abordagens vai refletir o *background* de cada pesquisador. Os profissionais das Ciências dos Dados (*Data Scientist*), por exemplo, teriam grande capacidade técnica para processamento dessas bases de dados e uma visão “otimista” sobre as potencialidades dessas. Mas, por outro lado, teriam dificuldades em apresentar perguntas pertinentes ou com o rigor científico comum às Ciências Sociais. Os Cientistas Sociais, por outro lado, seriam mais “céticos” e “pessimistas”, teriam todo o arcabouço teórico e rigor científico das Ciências Sociais à sua disposição, mas, teriam menos habilidade técnica para o processamento das bases (SALGANIK, 2017). Os demógrafos serão, provavelmente, usuários naturais dessas novas bases pois são treinados tanto no tratamento da qualidade dos dados assim como no rigor científico das ciências sociais aplicadas. É fato notório que a qualidade de uma pesquisa não está limitada à quantidade de dados e sim na forma como se avalia e analisa esses dados, ponto que é uma vantagem própria da ciência demográfica que já processa um grande volume de informações e que desenvolve técnicas específicas quanto a isso.

Em que pese a familiaridade dos demógrafos na análise e processamento de grandes volumes de informações, o Big Data ainda não ocupa local de destaque na demografia brasileira e ainda é recente na bibliografia internacional. Buscas por artigos na principal revista acadêmica de demografia no Brasil (Revista Brasileira de Estudos Populacionais – REBEP), em janeiro de 2021, com o verbete “Big Data” não retorna

²Termo apresentado por Traunmueller et al. (2018).

resultados. Da mesma forma, pesquisas em ferramentas de consulta de trabalhos acadêmicos³ com verbetes associando termos como “Big Data” “Demograp*” e “Brazil*”, também em janeiro de 2021, retorna resultados poucos relevantes, de forma direta, à demografia.

PROCEDIMENTOS E DISCUSSÕES

A economia compartilhada e o aplicativo BlaBlaCar

O aplicativo BlaBlaCar pode ser inserido no escopo econômico das empresas da economia compartilhada ou de compartilhamento (*sharing economies*) definida como um sistema econômico que é baseado em pessoas compartilhando posses e serviços gratuitamente ou mediante pagamento, usualmente utilizando a Internet para se organizar (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2020). Para Müller (2018, p. 10):

The idea of sharing economy is one of the most interesting economical topics in recent years. People share food, apartments and unused seats in their cars. Enabled by web-based services like social networks, the number of users increases every day.

O BlaBlaCar, especificamente, é uma plataforma de caronas de longa distância e tem “80 milhões de membros em 22 países e 25 milhões de viajantes por trimestre” (BLABLACAR, 2020). Seu fundador, Frédéric Mazella, teve a ideia para o aplicativo quando se viu no dilema de decidir como viajar de Paris para o interior na França para visitar a família: comprar uma passagem de trem, cara mas um transporte rápido; ir de ônibus, passagem mais barata, mas mais lento; ou ir de carro, opção intermediária mas um pouco mais lenta que o trem. E, nesse dilema, perguntou-se: por que grande parte dos carros viajavam com a maioria dos assentos desocupados se poderiam compartilhar essas viagens?

O aplicativo BlaBlaCar não é a única fonte de dados ou aplicativo de celular útil em fornecer bases de dados para análise da mobilidade humana. Existem no mercado vários outros aplicativos que podem ser usadas para aplicações similares. Além do Uber, certamente o mais mundialmente conhecido, há outras plataformas destinadas ao transporte e mobilidade humana no mercado: a 99Taxi, de origem Brasileira; a chinesa DiDi Chuxing, grande operadora na Ásia e hegemônica no mercado chinês que une transporte coletivo, taxis e compartilhamento de carros, bicicletas e motocicletas; e a MoovIt, especializada em transporte coletivo, viagens a pé ou bicicleta. Outros aplicativos de celulares podem ainda ser úteis para pesquisas sobre mobilidade, a exemplo de

³ Web of Science, Scopus e Scielo.

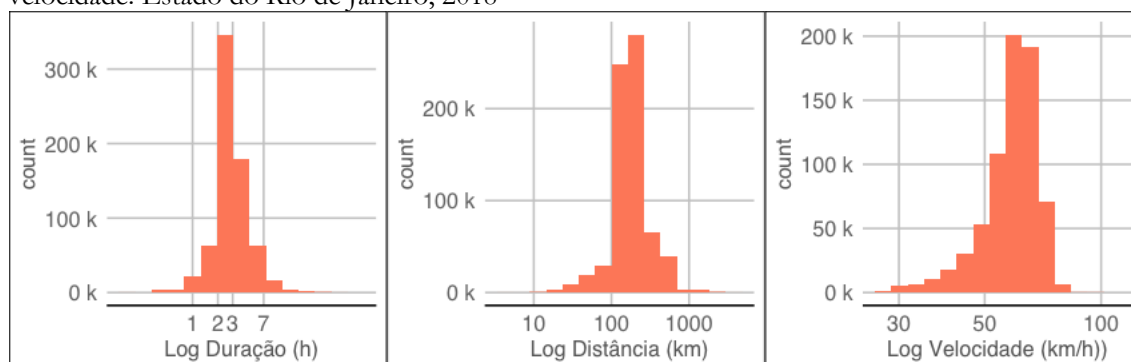
aplicativos de roteamento de transporte (Waze, Google Maps, Apple Mapas etc.) e dos registros de GPS dos próprios aparelhos celulares (Apple e Google). Outras fontes fortemente utilizadas são os meios de pagamento para transporte público, a exemplo do cartão Oyster, de Londres, que registra a entrada e sua saída do usuário; ou, com poucos estudos publicados ainda, o RioCard, que registra a entrada dos passageiros no estado do Rio de Janeiro.

O BlaBlaCar, em particular, é dedicado ao compartilhamento de viagens de longas distâncias e seu uso é muito frequente como um substituto mais barato para ônibus intermunicipal. Essa plataforma que teria um uso comparável ao Buser, que conecta empresas de turismo com passageiros com o objetivo de reduzir custos e diminuir o total de carros ociosos nas frotas. Dessa forma, diferente do Uber, nos registros de viagens do BlaBlaCar não é comum viagens de curta distância, assim como, de forma oposta ao Uber, é o proprietário do veículo – *motorista* – quem informa na plataforma a viagem que pretende fazer e oferta viagem a potenciais *passageiros*.

Descrição do banco de dados originários da plataforma BlaBlaCar

Os dados foram obtidos por meio de contato por e-mail, com a sede da empresa que disponibilizou uma base de dados com 717.993 viagens em 2018, contendo variáveis de latitude e longitude; distância percorrida; duração da viagem e data da partida; número de paradas; além da marca, modelo, ano de fabricação do veículo. Nenhuma informação adicional sobre passageiros foi disponibilizada. O arquivo original, em formato CSV, foi georreferenciado considerando o ponto de partida e de chegada, inserindo os códigos dos países e municípios de origem e destino. Um total de 69.512 viagens foram excluídas por motivos diversos, em especial: originadas ou com destino para fora do país, com destino ou originadas de fora do estado do Rio de Janeiro; registradas com tempo de duração ou distância zero. Na sequência são apresentados três histogramas com o tempo de duração, a distância percorrida e a velocidade média, indicando alguma coerência nas análises descritivas das viagens: maior frequência de viagens entre duas e três horas de duração, de distância entre 100 e 300 quilômetros, realizadas a uma velocidade de mais de cinquenta quilômetros por hora.

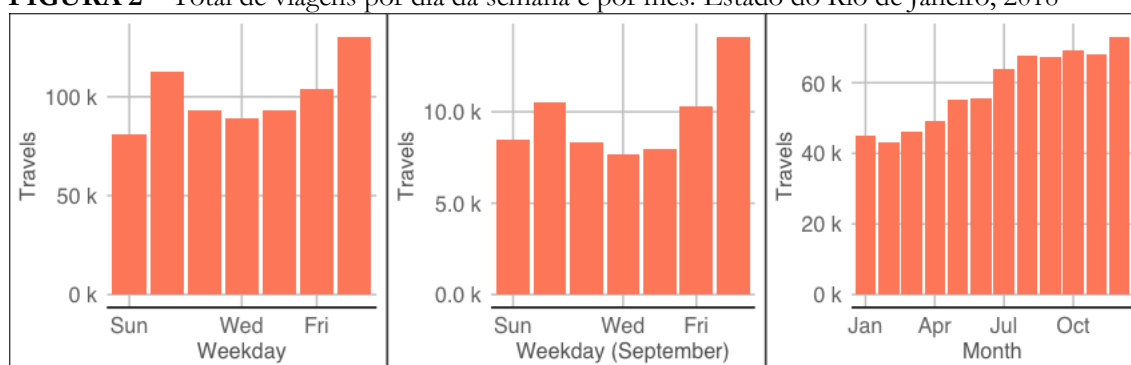
FIGURA 1 – Histogramas do total de viagens, considerando o tempo de duração, a distância e a velocidade. Estado do Rio de Janeiro, 2018



Fonte: Dados da BlaBlaCar Co., trabalhados pelos autores.

O padrão das viagens por dia da semana revela que a maioria delas ocorrem na segunda, sexta e sábado, indicando uma maior frequência relativa nos finais de semana. O total de viagens cresceu em um ritmo forte no ano de 2018, sugerindo uma progressiva adesão à plataforma, provavelmente, com a entrada de novos usuários.

FIGURA 2 – Total de viagens por dia da semana e por mês. Estado do Rio de Janeiro, 2018



Fonte: Dados da BlaBlaCar Co, trabalhados pelos autores.

Vale ressaltar que os dados oriundos de celulares e aplicativos, sejam de viagens ou outros serviços quaisquer, são demandados pelos usuários registrados. Em que pese o grande volume de dados produzidos a amostra contém um viés de seletividade transformando os dados em um tipo de pesquisa de resposta voluntária (TRIOLA, 2013). Embora tal consideração pareça óbvia, é fundamental notar que a análise deve considerar como válidos apenas para o universo dos usuários do aplicativo: mesmo partindo do pressuposto que todas as 770 mil viagens de fato ocorreram em 2018 não é possível fazer qualquer inferência dos movimentos da população no estado do Rio de Janeiro uma vez que essas viagens são uma amostra enviesada da população do estado. Desconhecer o padrão demográfico dos usuários é ainda um complicador importante: quem são os usuários? Jovens, População Economicamente Ativa ou Turistas?

Análise Comparativa

A Tabela 1 apresenta os dados de população das duas regiões selecionadas considerando os municípios centrais e a região no entorno. Nota-se uma dinâmica de crescimento lento ou quase estagnado na RM do Rio de Janeiro e um crescimento demográfico expressivo na região da Bacia de Campos, especialmente no município de Macaé, que cresceu a expressiva taxa média anual de 4,45%.

TABELA 1 – População Total, variação relativa e absoluta e taxa de crescimento média anual, segundo as regiões selecionadas. RM Rio de Janeiro e Municípios Selecionados – 2000 e 2010

	RM Rio	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA	SA without Campos	Campos	SA without Macae	Macaé
Population 2010	10.967.489	5.109.585	5.857.904	1.200.732	793.564	407.168	1.068.271	132.461
Population 2000	11.945.532	5.625.086	6.320.446	1.521.818	1.058.087	463.731	1.315.090	206.728
Population Δ 2000-2010	978.043	515.501	462.542	321.086	264.523	56.563	246.819	74.267
% Δ	8,92	10,09	7,90	26,74	33,33	13,89	23,10	56,07
Annual growth rate (%)	0,85	0,96	0,76	2,37	2,88	1,30	2,08	4,45

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000 e 2010).

Mesmo que tenha sido observado crescimento positivo da cidade do Rio na década de 2000, os dados de migração definitiva indicam uma emigração do município em direção ao Anel Metropolitano (Tabela 2). Nesse sentido, nota-se tendência de saída dos residentes da cidade do Rio em direção a municípios do entorno, fenômeno já indicado em outros trabalhos científicos (BRITO; SOUZA, 1996). Na região próxima a principal base offshore de produção de petróleo, verifica-se Campos dos Goytacazes com tendência emigratória e Macaé e os demais municípios da região com tendência de atrair imigrantes corroborando com hipótese de que o crescimento de Macaé provavelmente é consequência de movimentos migratórios (OLIVEIRA; GIVISIEZ, 2015).

TABELA 2 – Total de migrantes por data fixa segundo as regiões selecionadas. RM Rio de Janeiro e Municípios Selecionados – 2000 e 2010

2010						
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé	
Total Internal In-Migration	216.717	26.576		28.778	3.376	6.358
Total Internal Out-Migration	145.202	98.091		20.820	10.683	7.009
Total Net Internal Migration	71.515	-71.515		7.958	-7.307	-651
Total External In-Migration	310.731	539.947		18.315	2.801	18.948
Total External Out-Migration	808.574	42.104		35.588	3.768	708
Total Net External Migration	-497.843	497.843		-17.273	-967	18.240
2000						
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé	
Total Internal In-Migration	284.813	31.761		21.882	3.439	4.666
Total Internal Out-Migration	181.061	135.513		17.256	9.956	2.775
Total Net Internal Migration	103.752	-103.752		4.626	-6.517	1.891
Total External In-Migration	28.926	18.777		31.750	4.946	6.933
Total External Out-Migration	38.790	60.314		17.520	7.735	2.842
Total Net External Migration	-9.864	-41.537		14.230	-2.789	4.091

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000 e 2010).

A análise da mobilidade da força de trabalho aponta para uma dinâmica totalmente distinta. O Rio de Janeiro recebia 473 mil trabalhadores em 2000 e 559 mil em 2010 oriundos do Anel Metropolitano. Esses dados reforçam a tese de que a cidade do Rio, embora tenha perdido população para seu entorno, configurando desconcentração da população no centro, mantém centralidade em serviços, uma vez que é sede de importantes empresas nacionais.

TABELA 3 – Mobilidade Pendular segundo as regiões selecionadas. RM Rio de Janeiro e Municípios Selecionados – 2000 e 2010

2010					
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé
Total Internal In-Mobility	331.985	604.954	21.620	5.421	30.989
Total Internal Out-Mobility	890.987	45.952	47.285	9.695	1.050
Total Net Internal Mobility	-559.002	559.002	-25.665	-4.274	29.939
Total External In-Mobility	12.046	29.699	16.963	2.197	11.820
Total External Out-Mobility	20.770	10.644	8.990	1.167	707
Total Net External Mobility	-8.724	19.055	7.973	1.030	11.113
2000					
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé
Total Internal In-Mobility	250.796	501.422	13.045	4.062	7.900
Total Internal Out-Mobility	723.366	28.852	19.878	4.300	829
Total Net Internal Mobility	-472.570	472.570	-6.833	-238	7.071
Total External In-Mobility	8.785	23.165	8.947	3.003	4.927
Total External Out-Mobility	17.227	5.833	8.077	1.182	694
Total Net External Mobility	-8.442	17.332	870	1.821	4.233

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2000 e 2010).

O total de viagens pelo aplicativo em tela, por sua vez, não segue o padrão observado pela migração e mobilidade da força de trabalho. Tais diferenças sugerem movimentos entre os centros urbanos que não são captadas pelas bases de dados tradicionalmente utilizadas para analisar a mobilidade. A Tabela 4 considera, além do total de viagens, alguns filtros nos dados: viagens em dias úteis, viagens em dias úteis pela manhã (entre 4 e 9 horas) e viagens em dias úteis pela manhã no mês de setembro. A escolha dos filtros buscou por padrões que indicassem o uso do aplicativo para mobilidade para o trabalho. Nesse sentido, considera-se que as viagens entre casa e trabalho se iniciem ao amanhecer, ocorram em dias úteis e que sejam mais frequentes em meses em que é menos comum o gozo de férias.

O total de viagens ocorridas dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro (Internal In-Travels e Internal Out-Travels) é muito inferior ao total de viagens com destino e origem externos à RM (External In-Travels e External Out-Travels), em quaisquer dos três filtros adotados. Isso, de certa forma, poderia indicar que os movimentos captados pelo aplicativo nesse conjunto de municípios não estariam majoritariamente vinculados aos movimentos entre casa e trabalho. Mas, de certa forma esse é um resultado esperado: o uso do aplicativo no trajeto casa-trabalho não seria

coerente com a proposta de uma plataforma que se destina prioritariamente a viagens de longa distância e para oferecer uma opção mais barata, compartilhada e distinta de ônibus, vans e outros tipos de transporte intermunicipais. Outro ponto que refuta a hipótese de movimento casa-trabalho leva em conta a particularidade do compartilhamento de caronas entre colegas de trabalho ou vizinhos que tenderiam a não usar o aplicativo após se conhecerem e identificarem um trajeto comum: ou seja, no médio prazo, a plataforma não se prestaria à função de intermediar vizinhos de trabalho ou de moradia para os mesmos destinos. Nesse sentido, a identificação relativa de um número expressivo de viagens com direção à cidade do Rio de Janeiro, originárias de municípios fluminense externos a Região Metropolitana, indicam o uso do sistema para viagens não associadas ao trabalho. Embora não seja possível ignorar que empregos localizados dentro da RM sejam ocupados por trabalhadores residentes em municípios externos à RM, assumir que esses movimentos sejam por motivo de trabalho resultaria na ampliação da Regiões Urbanas Funcional da RM do Rio de Janeiro. Além da centralidade do trabalho, a cidade do Rio de Janeiro é um destino turístico mundialmente conhecido, o que permite especular sobre a principal motivação das viagens compartilhadas para este destino.

TABELA 4 - Total de viagens no aplicativo por data fixa segundo as regiões selecionadas. RM Rio de Janeiro e Municípios Selecionados – 2018

Total					
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé
Total Internal In-Travels	8.930	6.459	20.472	21.901	14.179
Total Internal Out-Travels	10.039	5.350	20.311	21.588	14.653
Total Net Internal Travels	-1.109	1.109	161	313	-474
Total External In-Travels	74.119	174.473	148.699	15.257	24.999
Total External Out-Travels	73.044	165.665	153.907	15.173	25.444
Total Net External Travels	1.075	8.808	-5.208	84	-445
Workday					
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé
Total Internal In-Travels	7.065	5.083	15.697	17.105	11.667
Total Internal Out-Travels	7.979	4.169	15.351	16.992	12.126
Total Net Internal Travels	-914	914	346	113	-459
Total External In-Travels	53.940	130.805	109.096	11.469	18.660
Total External Out-Travels	53.230	123.093	113.284	11.428	19.749
Total Net External Travels	710	7.712	-4.188	41	-1.089
Workday (4am-9am)					
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé
Total Internal In-Travels	2.215	2.610	5.223	5.620	7.137
Total Internal Out-Travels	3.770	1.055	6.877	8.002	3.101
Total Net Internal Travels	-1.555	1.555	-1.654	-2.382	4.036
Total External In-Travels	19.754	52.595	24.217	2.808	6.560
Total External Out-Travels	15.938	28.165	46.244	4.365	6.039
Total Net External Travels	3.816	24.430	-22.027	-1.557	521
Workday (4am-9am) - September					
	Ring RM Rio	Core RM Rio	SA without Campos & Macaé	Campos	Macaé
Total Internal In-Travels	822	961	1.676	1.851	2.430
Total Internal Out-Travels	1.377	406	2.263	2.650	1.044
Total Net Internal Travels	-555	555	-587	-799	1.386
Total External In-Travels	6.464	17.041	7.504	959	2.242
Total External Out-Travels	5.036	9.008	14.867	1.465	2.018
Total Net External Travels	1.428	8.033	-7.363	-506	224

Fonte: Dados da BlaBlaCar Co, trabalhados pelos autores.

Na região da Bacia de Campos, por sua vez, verifica-se um expressivo número de viagens internas à região (Internal In-Travels e Internal Out-Travels) com saldos muito pequenos. Note-se que quando se considera os movimentos de entrada e saída dentro da área de estudo sem considerar Campos e Macaé, principais cidades da área, verifica-se montante de viagens de ida e volta praticamente equivalentes, indicando regularidade de viagens de idas e vindas. O padrão identificado é coerente com as viagens quando se consideram as viagens semanais. A análise de Campos e Macaé pelos altos volumes e baixo saldo também indica movimento equivalente de idas e vindas. Esse padrão é coerente com a integração funcional existente na região. Existe um forte movimento por motivo de trabalho entre Macaé e os diversos municípios da área de estudos e ainda existe um movimento expressivo de estudantes com origem nos diversos municípios da área de estudos e Campos dos Goytacazes.

Nesse caso, pode-se assumir, mesmo que parcialmente, a hipótese de que esse aplicativo seja utilizado para viagens casa-trabalho nessa região circunscrita. É provável

que, por se tratar de cidades pequenas e médias com centros urbanos relativamente afastados uns dos outros, há uma demanda por este tipo de viagem. Na ausência de um transporte público eficiente entre os principais destinos da região, o compartilhamento de caronas se transforma em uma opção relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a proposta de um ensaio, foram apresentadas reflexões iniciais sobre como conectar os estudos de migração e mobilidade populacional na demografia e os Big Data, discussão ainda incipiente na área. O aplicativo BlaBlaCar aparentemente não é uma alternativa para o transporte casa-trabalho na Região Metropolitana no Rio de Janeiro, tendo em vista que a densa rede de transporte público minimiza a relevância das caronas. Por outro lado, para a região da Bacia de Campos e sugere-se o aprofundamento das análises uma vez que se observou uma alta proporção relativa de viagens realizadas internamente, indicando que o aplicativo possa ser usado para deslocamentos para trabalho. O uso de dados de outros aplicativos, assim como o rastreamento da localização de aparelhos celulares, pode ainda sugerir novas frentes de investigação que, em conjunto, podem traçar um panorama inovador para os estudos sobre mobilidade humana.

Os métodos e testes estatísticos tradicionais são, em geral, destinados ao tratamento de pequenas bases de dados. A Ciência de Dados, por outro lado, apresenta novas abordagens no tratamento e análise dessas grandes bases, cuja dimensões eram inimagináveis a poucas décadas. A própria abordagem empírica deste ensaio não pretendeu aprofundar em análise estatísticas ou em técnicas das Ciências de Dados sofisticadas e sim apresentar reflexões de caminhos possíveis para a apropriação dos Big Data pela Ciência Demográfica. Essa apropriação sugere um universo de oportunidades e desafios para o pesquisador que desejar se aprofundar nesse novo campo e, nesse contexto, Salganik (2017) sugere dez características das grandes bases de dados:

Generally helpful for research: big, always-on and nonreactive
Generally problematic for research: incomplete, inaccessible, nonrepresentative, drifting, algorithmically confounded, dirty and sensitive (p. 17).

Em referência aos dados que poderiam ser aplicados à mobilidade humana, uma das principais vantagens dos Big Data talvez seja o simples fato de serem grandes (*big*) e, não gratuitamente, a maioria das discussões sobre esse tema indica a quantidade de dados que se pretende (ou pode) analisar. Em que pese o fato de que uma grande quantidade de dados não indica melhor qualidade de uma pesquisa, esses dados são continuamente

captados (*always-on*) e permitem a análise contínua de movimentos humanos no espaço de uma forma inovadora e complexa. Entretanto a captação contínua desses dados não deve ser entendida como dados longitudinais contínuos e ininterruptos: essas bases não são estáveis por períodos muitos anos (*drifting*), característica que dificulta a construção de indicadores longitudinais que sejam compráveis por longos períodos. Embora não-representativos (*nonrepresentative*) e incompletos (*incomplete*) grande parte dos movimentos que puderem ser captados por essas fontes são movimentos que ocorreram em um dado instante e que podem, no limite, serem associados a equipamentos urbanos em uma escala intraurbana, abordagem também inovadora e complexa. Entretanto esses dados raramente são acessíveis (*inaccessible*) nos níveis de desagregação que se pretende estudar além de apresentar características que são, em grande parte, consequência dos próprios objetivos para os quais eles existem: as empresas proprietárias dessas bases os organizam a partir de um interesse comercial ou institucional (*algorithmically confounded e sensitive*) ou, por outro lado, podem apresentar sujeiras (*dirty*) em consequência do desinteresse dessas mesmas instituições proprietárias. A análise ainda pode se valer da vantagem dos Big Data serem não reativos (*nonreactive*), ou seja, de modo geral as pessoas se comportam naturalmente ao usar seus celulares ou aplicativos e uma eventual pesquisa científica com esses dados não sugere uma alteração no comportamento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, H. et al. Human mobility: models and applications. **Physics Reports**, Amsterdam, v. 734, p. 1–74, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.physrep.2018.01.001>.
- BATTY, M. Big data, smart cities and city planning. **Dialogues in Human Geography**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 274-279, 2013.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia de população**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1980.
- BERRY, B. J. L.; GOHEEN, P. G.; GOLDSTEIN, H. **Metropolitan area definition: a re-evaluation of concept and statistical practice**. [S. l.]: U.S. Bureau of the Census, 1969. (Metropolitan Area Definition: A Re-evaluation of Concept and Statistical Practice). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=g3BwugEACAAJ>.
- BLABLACAR. **BlaBlaCar**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.blablacar.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- BRITO, F.; SOUZA, J. A metropolização da pobreza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.
- CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge dictionary**. Cambridge, 2020. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/sharing-economy>. Acesso em: 17 abr. 2020.

- CHESHIRE, P. A New phase of urban development in Western Europe? The Evidence for the 1980s. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 32, n. 7, p. 1045-1063, 1995.
- GEORGE, P. **Géographie de la population**. [S. l. s. n.], 1967. (Que sais je? Le point des connaissances actuelles, n. 1187). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=3jLAXQEACAAJ>.
- LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, New York, NY, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2060063>.
- MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.
- OLIVEIRA, E. L.; GIVISIEZ, G. H. N. Mobilidade espacial, demografia e desigualdade no Norte Fluminense. **Terceiro Milênio – Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 4, n. 1, p. 65-92, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9X9d1YyT1JjT0cyYi04aU9lbFE/view>. Acesso em: 14 dez. 2019.
- RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration author (s): E. G. Ravenstein source. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 52, n. 2, p. 241-305, 1889.
- ROBSON, B. et al. **A framework for city-regions working paper 1 mapping city-regions**. London: Office of the Deputy Prime Minister, 2006.
- SALGANIK, M. J. **Bit by bit: social research in the digital age**. Princeton: Princeton University Press, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RqMnDwAAQBAJ>.
- SPENCE, N. **British cities: an analysis of urban change**. Reino Unido: Pergamon Press, 1982. (Urban and Regional Planning Series). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=L6NPAAAAMAAJ>.
- TRAUNMUELLER, M. W. et al. Digital footprints: using WiFi probe and locational data to analyze human mobility trajectories in cities. **Computers, Environment and Urban Systems**, [S. l.], v. 72, p. 4-12, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.compenvurbsys.2018.07.006>.
- TRIOLA, M. **Introdução a estatística**. Tradução de: Ana Maria Lima de Faria; Vera Regina Lima de Faria e Flores. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013.
- URRY, J. **Mobilities**. [S. l.]: Wiley, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uVwNYJlBxvgC>.
- WILLIAMS, A. M.; FOORD, J.; MOONEY, J. Human mobility in functional urban regions: understanding the diversity of mobilities. **International Review of Sociology**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 191-209, 2012.
- ZELINSKY, W. **The impasse in migration theory: a sketch map for potential escapes**. Paris: International Union for the Scientific Study of Population, 1978. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QfegGwAACAAJ>.

MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COM DADOS DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

*Luana dos Santos Fraga**

*Izete Pengo Bagolin**

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a evolução do nível de mobilidade intergeracional de educação de alunos do Ensino Superior que se formaram nos anos de 2006 e 2015 e identificar as características dos estudantes, das instituições de ensino e dos cursos que estão associadas a maiores chances de os formandos do Ensino Superior apresentarem um nível de escolaridade superior ao dos seus pais. Para a realização deste estudo, foram utilizados dados do ENADE de alunos dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas. Identificou-se que os estudantes que se formaram em 2006 e 2015, do gênero feminino, de menor renda, negros e de instituições privadas das regiões Sul e Sudeste do país apresentaram maiores chances de representar um caso de mobilidade intergeracional de educação.

Palavras-chave: Mobilidade Intergeracional; Educação; Ensino Superior; Ciências Sociais Aplicadas.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, tem ocorrido um aumento na mobilidade intergeracional de educação no Brasil, ou seja, os indivíduos mais jovens estão estudando mais que seus pais. Apesar desse aumento, o país ainda está entre aqueles com maior grau de persistência intergeracional de educação (MAHLMEISTER et al., 2019). Um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) ratifica tal situação, uma vez que verificou que descendentes de famílias brasileiras de baixa renda (entre os 10% mais pobres) podem levar até nove gerações para alcançarem a renda média do país.

Além disso, há evidências de que filhos negros de pais sem escolaridade possuem maiores chances de permanecerem no mesmo nível de educação do pai em comparação aos filhos brancos. Existem também diferenças no nível de mobilidade intergeracional de educação entre as regiões Sudeste e Nordeste do país, entre outros achados (FERREIRA; VELOSO, 2003; MAHLMEISTER et al., 2019). Para reverter essas discrepâncias, é fundamental diminuir as desvantagens de pessoas que tenham origem nos grupos menos

* Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: luana.fraga92@gmail.com

* Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da PUCRS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: izete.bagolin@pucls.br

privilegiados da sociedade, bem como promover o acesso mais universalizado ao Ensino Superior (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019).

Dessa forma, sob a premente necessidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior, tem sido empreendida uma expansão no número de instituições e de vagas oferecidas (BORGES; RIBEIRO, 2019; LOPES, 2017). Como consequência disso, o número de ingressantes no Ensino Superior vem crescendo nos últimos anos, o que tem permitido que filhos de pais sem ou com pouca escolaridade alcancem esse nível de ensino. É importante, porém, verificar se o acesso a esse nível de escolaridade tem realmente atingido os indivíduos de diferentes níveis de renda, gênero, cor e estados brasileiros e como esses dados evoluíram entre o período analisado.

Ressalta-se que, ao longo desses anos, foram implementadas e alteradas diferentes políticas públicas, como, por exemplo, a criação de bolsas parciais e integrais por intermédio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), além da ampliação do número de vagas em universidades públicas, que foi possível após o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outras. Tais políticas podem colaborar para que filhos de pais com baixa escolaridade concluam o Ensino Superior e possam quebrar a chamada “armadilha” da pobreza, uma vez que esse nível de ensino tende a elevar as chances de conseguir empregos com salários e condições de trabalho melhores (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019; SALATA, 2018; HASENBALG, 2003).

Diante do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução do nível de mobilidade intergeracional de educação de alunos do Ensino Superior que se formaram nos anos de 2006 e 2015 e identificar características que estão associadas a maiores chances de esses formandos apresentarem um nível de escolaridade maior que o dos seus pais. Mostra-se relevante essa análise porque, ao identificar o percentual de estudantes que são casos de mobilidade em relação a gênero, raça/cor, renda, regiões, organizações acadêmicas e cursos, traça-se um panorama da mobilidade educacional de indivíduos que concluem o Ensino Superior no Brasil.

Estudar e evidenciar características associadas à mobilidade intergeracional de educação ascendente contribuem para que planejadores de políticas públicas possam identificar grupos de indivíduos cujos pais possuem baixa escolaridade e focar em políticas que busquem alcançar jovens com características semelhantes.

A mobilidade intergeracional de educação é algo a ser buscado pelas famílias e pelos órgãos governamentais, pois é reconhecida como fundamental para o crescimento

econômico, a redução da pobreza e o desenvolvimento individual e social nos países em desenvolvimento, visto que gera instrumentos para o alcance de melhores ocupações e, conseqüentemente, maior renda (LI; ZHONG, 2017; TANSEL, 2002). Quanto aos cursos, é possível identificar se existem diferenças importantes no número de casos de mobilidade entre cursos de uma mesma área, no caso em estudo a de Ciências Sociais Aplicadas.

MÉTODOS

As evidências empíricas deste trabalho serão geradas com base nos microdados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) dos anos de 2006 e 2015. Para definição da mobilidade intergeracional de educação, são utilizados o grau de escolaridade do pai, da mãe e de ambos. Os níveis considerados são: nenhuma escolaridade, Ensino Fundamental (primeiras séries), Ensino Fundamental (últimas séries), Ensino Médio e Ensino Superior. Definiu-se como caso de mobilidade quando o pai e a mãe possuem escolaridade até o Ensino Médio. Desse modo, dado que os indivíduos que fazem o ENADE são aqueles que estão se formando, considerou-se que eles possuem escolaridade superior à dos seus pais, caracterizando assim casos de mobilidade intergeracional ascendente de educação.

Inicialmente, foi feita a análise descritiva com base em variáveis socioeconômicas, características da instituição de ensino (pública ou privada) e cursos. Posteriormente, realizou-se a Regressão Logística Binária Múltipla para os anos de 2006 e 2015 com as mesmas variáveis, sendo que a variável dependente é “mobilidade intergeracional de educação”, que possui como categorias: (1) sim, houve mobilidade ascendente; ou (0) não houve mobilidade ascendente. Essa regressão logística possibilita prever a probabilidade de um indivíduo superar a escolaridade ou a ocupação de sua mãe ou seu pai ($y=1$) segundo um conjunto de variáveis independentes. Pode-se prever qual das duas categorias (mobilidade ascendente/mobilidade descendente ou imobilidade) o indivíduo pertence após serem conhecidos os valores das variáveis previsoras.

RESULTADOS

Os resultados serão mostrados em tabelas. Na Tabela 1, a seguir, são apresentadas as estatísticas descritivas para os anos de 2006 e 2015.

De maneira geral, os dados evidenciam que a maioria dos indivíduos que se formaram no Ensino Superior, seja em 2006 ou 2015, tem pais que possuem escolaridade até o Ensino Médio. Quando analisada a mobilidade por gênero, renda, cor ou raça e

regiões, esse resultado se repete para a grande maioria dos grupos. As exceções são aqueles estudantes que possuem renda familiar acima de 30 salários mínimos. Nesse grupo, a grande maioria dos pais possui Ensino Superior, representando, portanto, casos de imobilidade intergeracional de educação. As mulheres representam mais casos de mobilidade do que os homens, tanto em 2006 quanto em 2015. Quanto maior a renda, menor o número de indivíduos que representam casos de mobilidade social.

TABELA 1 – Panorama da mobilidade intergeracional de educação segundo as variáveis socioeconômicas

Mobilidade geral segundo as variáveis socioeconômicas	Variáveis	2006 ¹			2015 ²		
		Número de casos de mobilidade	Percentual de casos de mobilidade em relação a todos os indivíduos	Percentual de casos de mobilidade em relação ao número total de casos de mobilidade	Número de casos de mobilidade	Percentual de casos de mobilidade em relação a todos os indivíduos	Percentual de casos de mobilidade em relação ao número total de casos de mobilidade
Mobilidade intergeracional total	–	222.065	67.75	100.00	249.200	65.53	100.00
Mobilidade por gênero	Masculino	87.574	65.14	39.44	99.141	62.85	60.22
	Feminino	134.491	69.56	60.56	150.051	67.42	39.78
Mobilidade por nível de renda	Até 3 salários mínimos	74.411	85.19	33.77	104.187	81.13	41.81
	Mais de 3 até 10 salários mínimos	111.110	71.77	50.42	127.473	65.98	51.15
	Mais de 10 até 30 salários mínimos	32.036	45.09	14.54	15.724	33.65	6.31
	Mais de 30 salários mínimos	2.811	23.81	1.28	1.814	15.16	0.73
Mobilidade por cor	Branco	146.117	64.38	65.98	137.761	60.19	67.69
	Negro	13.847	80.87	6.25	22.044	76.92	8.85
	Pardo/mulato	55.307	75.71	24.98	84.046	73.57	33.73
	Amarelo	3.785	60.29	1.71	3.843	60.97	1.54
	Indígena	2.389	70.24	1.08	1.506	67.69	0.60
	Norte	11.074	69.30	4.99	3.804	64.35	6.90
Mobilidade por regiões	Nordeste	30.177	63.12	13.59	10.507	63.13	19.05
	Sudeste	114.487	67.98	51.56	22.684	63.93	41.12
	Sul	46.677	69.37	21.02	9.834	69.86	17.83
	Centro-Oeste	19.650	69.46	8.85	8.337	67.32	15.11
Organização acadêmica	Privada ³	192.523	68.98	86.70	137.861	69.23	55.32
	Pública ⁴	29.542	60.66	13.30	111.339	61.45	44.68
Número de observações total⁵		463.142				430.294	

Fonte: As autoras (2021), com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Notas:

¹ Em 2006, o ENADE foi feito pelos formandos de Administração; Direito; Comunicação Social; Ciências Econômicas; Psicologia; Ciências Contábeis; Design; Turismo; Teatro; Música; Biomedicina; Arquivologia; Biblioteconomia; Secretariado Executivo; Normal Superior.

² Em 2015, o ENADE foi feito pelos formandos de Administração; Direito; Ciências Econômicas; Psicologia; Ciências Contábeis; Design; Turismo; Secretariado Executivo; Relações Internacionais; Administração Pública; Teologia. *Foram excluídos os dados dos formandos em cursos técnicos de 2015.

³ Em 2006, como organizações acadêmicas privadas, foram considerados: centros universitários, faculdades integradas, faculdade, institutos superiores ou escolas superiores. Em 2015, como organizações acadêmicas privadas, foram considerados: centros universitários e faculdades.

⁴ Em 2006, como organizações acadêmicas públicas, foram considerados: universidades, centros federais de educação tecnológica, institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Em 2015, como organizações acadêmicas públicas, incluíram-se: universidades, centros federais de educação tecnológica e institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

⁵ Incluindo casos de mobilidade e imobilidade. *Foram excluídos os dados dos formandos em cursos técnicos de 2015.

Identificou-se que os negros representam a maior quantidade de casos de mobilidade ascendente em relação aos pais (80.87% em 2006 e 76.92% em 2015). Tratando-se das regiões, evidencia-se que na região Nordeste ocorrem os menores percentuais, tanto em 2006 quanto em 2015, de casos de mobilidade educacional ascendente. Em relação ao percentual de casos de mobilidade segundo variáveis de características da instituição de ensino, foi possível observar que estudantes que representam casos de mobilidade ascendente são presentes em maior percentual nas instituições privadas.

Na Tabela 2, a seguir são apresentados os percentuais de mobilidade por curso, sendo estes da área de Ciências Sociais Aplicadas.

TABELA 2 – Percentuais de mobilidade por curso

Cursos*	2006	2015
	Em relação ao pai e à mãe	Em relação ao pai e à mãe
Administração	75.22	75.01
Direito	60.38	54.34
Ciências Econômicas	65.63	53.11
Psicologia	59.13	63.03
Ciências Contábeis	81.84	80.04
Design	43.40	43.84
Turismo	59.10	64.84
Secretariado Executivo	83.09	76.90

Fonte: As autoras (2021), com base nos dados do INEP.

Notas: *Foram analisados somente os cursos que existiam em 2006 e 2015.

Mais especificamente, em relação ao ano de 2006, os formandos dos cursos de Design, Turismo e Psicologia apresentavam menor percentual de casos de mobilidade ascendente. Em 2015, esses casos eram representados, principalmente, por alunos dos cursos de Design, Ciências Econômicas e Direito.

A Tabela 3, na sequência, apresenta a regressão logística para o ano de 2006 e para o ano de 2015.

TABELA 3 – Regressão logística

Variáveis		2006	2015
		Odds Ratio (Desvio padrão)	Odds Ratio (Desvio padrão)
Sexo	Masculino	0.9028*** 0.0078	0.9341*** 0.0073
	Renda 2	0.5011*** 0.0058	0.4843*** 0.0043
Renda	Renda 3	0.1865*** 0.0024	0.1516*** 0.0019
	Renda 4	0.0740*** 0.0018	0.0555*** 0.00151
Cor/raça	Negro	1.8785*** 0.04078	1.8028*** 0.0287
	Pardo/Mulato	1.5631*** 0.0174	1.5964*** 0.0145
	Amarelo	0.8708*** 0.02524	0.9430** 0.0270
	Indígena	1.3338*** 0.0556	1.3687*** 0.0679
Região	Nordeste	0.7059*** 0.01538	0.9643* 0.01799
	Sudeste	1.0586*** 0.02139	1.3114*** 0.0232
	Sul	1.1865*** 0.02557	1.6922*** 0.03202
	Centro-Oeste	1.0433* 0.0249	1.3016*** 0.0265
Organização acadêmica	Pública	0.6471*** 0.0078	0.7558*** 0.0059
	Privada	0.5753*** 0.00667	0.4524*** 0.0043
Cursos	Ciências Econômicas	0.8306*** 0.02032	0.5832*** 0.0147
	Psicologia	0.5123*** 0.0088	0.5750*** 0.0090
	Ciências Contábeis	1.3717*** 0.02198	1.2206*** 0.0157
	Design	0.3028*** 0.0077	0.3065*** 0.0084
	Turismo	0.4511*** 0.0089	0.5583*** 0.0205
	Secretariado	1.3290*** 0.06125	0.9694 0.0619
	Pseudo-R2	0.1432	0.1436
	Observações	324.170	380.300

Fonte: As autoras (2021), com base nos dados do INEP.

Notas: ***Estatisticamente significativo ao nível de 1%. **Estatisticamente significativo ao nível de 5%. *Estatisticamente significativo ao nível de 10%.

No ano de 2006, os homens tinham 9,72% de chances a menos de representar um caso de mobilidade intergeracional de educação ascendente (ter escolaridade superior à dos pais) do que as mulheres. De acordo com esse resultado, um maior número de homens, em comparação ao de mulheres, que estavam concluindo o Ensino Superior nesse ano tinha os pais com nível superior concluído. Isso indica que as mulheres, mais do que os homens, estavam buscando mais oportunidades com a conclusão do Ensino Superior, mesmo os pais tendo estudado no máximo até o Ensino Médio. Passados dez anos, os homens ainda apresentaram menor chance de representar um caso de mobilidade educacional, porém o percentual diminuiu para 6,59%.

Em relação à renda, identificou-se, em 2006 e 2015, que quanto mais recursos financeiros a família do estudante possui, menor são as chances de o indivíduo apresentar nível de escolaridade superior ao dos seus pais. Isso demonstra que quanto mais ricas as famílias, maior a possibilidade de os pais terem Ensino Superior. Em 2006, os indivíduos que tinham renda mensal familiar de 3 até 10 salários mínimos tinham 49,89% de chance a menos de possuir um nível de escolaridade maior que o dos seus pais, quando comparados com aqueles que declaravam possuir renda familiar mensal de até 3 salários mínimos. Já aqueles com renda de 30 salários mínimos ou mais tinham 92,60% a menos de chance de terem estudado mais que os seus pais, quando comparados com aqueles com renda de até 3 salários mínimos. Em 2015, para representarem um caso de mobilidade, a chance dos estudantes que tinham renda familiar acima de 30 salários mínimos era 94,45% menor do que aqueles que apresentaram renda familiar de até 1,5 salário mínimo.

Com esses resultados, é possível identificar que os indivíduos pertencentes a famílias de menor renda tiveram a oportunidade de alcançar o Ensino Superior, diferentemente dos seus pais, ou seja, entre a geração dos seus pais e a sua houve um avanço no nível de escolaridade nas famílias. Por outro lado, a grande maioria daqueles indivíduos de maior renda têm pais que já possuem Ensino Superior, indicando que a mobilidade intergeracional de educação se deu em gerações anteriores na sua família.

Cabe destacar que, quando analisados os percentuais de casos de mobilidade, apesar de resultar em um cenário muito positivo, ainda é apenas um começo do avanço educacional entre indivíduos pobres. Isso ocorre em função de o número absoluto de estudantes pertencentes a famílias de baixa renda concluindo o Ensino Superior ser menor do que o daqueles de maior renda.

Em relação à cor ou raça, nos dois anos analisados, verificou-se que tanto os negros quanto os pardos ou mulatos e indígenas apresentaram uma chance maior de

representar um caso de mobilidade intergeracional de educação do que os brancos. No entanto, após dez anos, os percentuais diminuíram, não havendo diferença significativa entre os amarelos e brancos. Em 2006, em comparação aos brancos, os estudantes negros apresentaram 87,85% de chances a mais de serem casos de mobilidade intergeracional ascendente em relação aos seus pais; os pardos ou mulatos, 56,31% a mais de chances; os amarelos, 12,92% a menos de chances; os indígenas, 33,38% a mais de chances. No ano de 2015, os negros tinham 80,28% mais chances; os pardos ou mulatos, 59,64% mais chances; e os indígenas, 33,38% mais chances que os brancos de serem casos de mobilidade intergeracional de educação ascendente em relação aos seus pais.

Tais constatações indicam que, com o passar dos anos, aumentou o percentual de indivíduos não brancos que concluem o Ensino Superior, sendo estes filhos de pais que concluíram tal etapa de ensino. Isso indica que, apesar de lentamente, estão sendo dadas oportunidades reais a esses indivíduos, que são frutos de gerações anteriores que sofreram limitações para ascender socialmente.

No que se refere às regiões brasileiras, os resultados para ambos os anos, 2006 e 2015, indicaram que quem cursou o Ensino Superior em cidades situadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam mais chances de representar um caso de mobilidade intergeracional ascendente do que aqueles que estudaram na região Norte do país. Por outro lado, aqueles da região Nordeste apresentaram 29,41% menos chances de representarem um caso de mobilidade em relação aos da região Norte em 2006 e 3,57% menos chances em 2015.

Tais percentuais evidenciam a disparidade entre os estados nas possibilidades de acesso ao Ensino Superior e o fato de que, nas regiões Nordeste e Norte, grande parte dos alunos que acessam as faculdades e universidades têm pais com alto nível de escolaridade. Isso significa que nessas regiões do país ainda prevalece a dificuldade para que filhos de pais com menor renda e menos anos de estudo consigam apresentar mobilidade em relação aos seus pais.

Quanto às organizações acadêmicas, em 2006, os indivíduos que cursaram o Ensino Superior em universidade pública apresentaram 35,29% a menos de chances de representarem um caso de mobilidade intergeracional quando comparados àqueles que cursaram em universidade privada; em 2015, esse percentual diminuiu para 24,42%. Isso demonstra que, muitas vezes, quem ingressa nas universidades públicas são aqueles indivíduos que os pais apresentam maior escolaridade e, conseqüentemente, maior nível de renda. Estes incentivam e investem mais para que os filhos cursem o nível superior,

principalmente em universidades públicas. Esses pais tendem a apresentar maior disponibilidade para investirem em boas escolas e cursos preparatórios para o vestibular, o que coloca seus filhos em melhores posições na concorrência entre as vagas nas universidades públicas, sobretudo naquelas que disponibilizam cursos muito concorridos.

Tratando-se dos formandos de diferentes cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, identificou-se que, em 2006, aqueles que cursaram Design, Turismo, Direito e Economia apresentaram, respectivamente, 69,72%, 54,89%, 42,47% e 16,94% menos chances de representarem um caso de mobilidade intergeracional de educação do que os estudantes de Administração. Por outro lado, os alunos de Ciências Contábeis e Secretariado Executivo apresentaram 37,17% e 32,90%, respectivamente, de chances a mais do que os da Administração de terem atingido um grau de escolaridade mais elevado que o de seus pais.

Em 2015, o percentual dos alunos de Direito e Economia aumentou, demonstrando que, comparados à Administração, eles têm ainda menos chances de representar um caso de mobilidade (Direito – 54,76% a menos; Economia – 41,68% a menos). Ao contrário, os percentuais de diferença entre as chances de representar um caso de mobilidade de estudantes dos cursos de Psicologia, Contábeis e Turismo diminuíram, evidenciando que esses cursos, quando comparados à Administração, aumentaram as chances de representarem casos de mobilidade em relação ao ano de 2006 (Psicologia – 42,50% a menos; Contábeis – 22,06% a mais; Turismo – 44,17% a menos). Não houve diferença significativa entre os estudantes de Secretariado Executivo e Administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, foram investigados os percentuais de concluintes do Ensino Superior que representaram nos anos de 2006 e 2015 casos de mobilidade intergeracional de educação ascendente em relação aos seus pais. Além disso, foi possível evidenciar características de estudantes, instituições de ensino e cursos que estão associadas a maiores chances de os formandos do Ensino Superior apresentarem nível de escolaridade superior ao do seus pais.

Os resultados evidenciam que, independentemente do grupo analisado, se brancos ou negros, se estudaram em instituições públicas ou privadas, se homens ou mulheres, entre outros grupos, a maioria dos casos verificados foi de mobilidade intergeracional de educação (exceto de formandos cuja renda familiar mensal era maior que 10 salários mínimos) em ambos os anos analisados. Isso revela uma conquista por parte das famílias,

pois a conclusão do Ensino Superior pode gerar oportunidades ocupacionais mais valorizadas, e das instituições públicas, que estão desenvolvendo políticas para que indivíduos de menor renda e que moram longe de capitais estaduais possam ingressar e concluir o Ensino Superior.

Destaca-se que foi possível identificar um número maior de mulheres, em comparação aos homens, concluindo o Ensino Superior, apesar de os pais terem menor escolaridade, o que reflete um avanço em termos de conquistas do gênero feminino nas últimas décadas. Quando analisada a mobilidade de acordo com o número de salários mínimos das famílias, comprovou-se que quanto maior o nível de renda das famílias, maior a possibilidade de os pais terem Ensino Superior e, conseqüentemente, menos chances de os indivíduos serem casos de mobilidade educacional.

Verificou-se que tanto os negros como pardos ou mulatos e indígenas apresentaram chances maiores de representar um caso de mobilidade intergeracional de educação do que os brancos. No entanto, após dez anos, os percentuais diminuiriam. Tal resultado indica que os indivíduos brancos estavam em maior número nas universidades quando elas iniciaram seu funcionamento no Brasil, no início do século XIX.

Em relação às regiões brasileiras, foram identificadas disparidades entre os estados nas possibilidades de acesso ao Ensino Superior, evidenciando que, no Nordeste e Norte, os concluintes do Ensino Superior têm mais chances de os pais terem também concluído o Ensino Superior em comparação às outras regiões do país.

Demonstrou-se ainda que concluintes em universidades públicas têm pais com maior escolaridade do que os concluintes de instituições privadas. Isso se deve às questões relacionadas à facilidade no ingresso em instituições privadas, assim como ao turno das aulas em instituições públicas, que dificulta a possibilidade de trabalhar enquanto se está realizando o curso, e às bolsas de estudo, como, por exemplo, o Prouni.

Por fim, observou-se que concluintes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Secretariado Executivo têm mais chances de serem casos de mobilidade ascendente de educação do que aqueles de outros cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas.

Para estudos futuros, sugere-se que sejam incluídas outras áreas do conhecimento na pesquisa, visando possibilitar a investigação de possíveis discrepâncias importantes entre elas, quando considerado o percentual de concluintes que são casos de mobilidade intergeracional de educação. Como limitação da pesquisa, tem-se o fato de que não é

possível saber se a conclusão do Ensino Superior está possibilitando, nos casos de mobilidade, empregos adequados a tal nível de ensino.

REFERÊNCIAS

- BORGES, G. F. S.; RIBEIRO, E. A. A expansão da educação superior brasileira a partir dos anos 90: democratização ou massificação? **Revista Triângulo**, Uberaba, MG, v. 12, n. 1, p. 103-118, 2019.
- CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.
- FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 3, p. 481-513, 2003.
- HASENBALG, C. A distribuição de recursos familiares. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 2003. p. 55-84.
- LI, Z.; ZHONG, H. The impact of higher education expansion on intergenerational mobility: Evidence from China. **Economics of Transition**, Oxford, v. 25, n. 4, p. 575-591, 2017.
- LOPES, A. D. Affirmative action in Brazil: how students' field of study choice reproduces social inequalities. **Studies in Higher Education**, Inglaterra, v. 42, n. 12, p. 2343-2359, 2017.
- MAHLMEISTER, R. et al. Revisitando a mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 73, n. 2, p. 159-180, 2019.
- OECD – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **A broken social elevator? How to promote social mobility**. Paris, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/social/soc/Social-mobility-2018-Overview-MainFindings.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2010.
- SALATA, A. Higher education in Brazil in the last years: reduction in inequalities of access? **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.
- TANSEL, A. Determinants of school attainment of boys and girls in Turkey: individual, household and community factors. **Economics of Education Review**, Cambridge, v. 21, n. 5, p. 455-470, 2002.

MUDANÇAS RECENTES NA ESCOLARIDADE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS RENDIMENTOS DO TRABALHO POR GRUPOS OCUPACIONAIS NO BRASIL

*Stela Rodrigues Lopes Gomes**

Mirian Martins Ribeiro♦

Ana Maria Hermeto♥

RESUMO

Observa-se no Brasil uma tendência de crescimento da escolaridade dos indivíduos, em especial a partir da década de 1990, com a universalização do ensino fundamental e médio para todo o país. Contudo, é interessante mensurar a relevância da inserção nas ocupações como mediadoras dos retornos salariais à escolaridade, uma vez que os prêmios para os acréscimos aos anos de estudo ocorrem de modo diferente entre as ocupações. Este trabalho tem como objetivo avaliar qual o efeito da escolaridade sobre a renda por grupos ocupacionais e em que medida as alterações nos salários estão relacionadas às transformações na escolaridade e/ou a modificações na composição por ocupações. Os resultados realçam que apesar do crescimento da escolaridade dos indivíduos, em maior proporção para as mulheres, estas ainda sofrem discriminação e penalização dos salários, em especial na categoria *cognitiva rotineira*, em que exibem maiores níveis de escolaridade e proporção feminina. Observa-se também queda dos retornos aos níveis mais elevados de escolaridade, de modo mais intenso nas ocupações que apresentam menores remunerações aos trabalhadores nelas empregados, que são as *manuais rotineiras* e *não rotineiras*. Assim, percebe-se que os retornos salariais reduziram no Brasil de modo diferente entre as ocupações, além de ocorrer maior perda para ocupações não intelectuais, sendo que a categoria *manual rotineira* é a que exibiu maior parcela da população, maior participação feminina e mais incremento de ensino superior. Evidenciando que mesmo com a redução da discriminação e aumento da escolaridade, as ocupações com menores remunerações continuam penalizadas nos salários.

Palavras-chave: Salários; Escolaridade; Ocupações.

INTRODUÇÃO

A universalização do acesso ao ensino fundamental e médio ocorreu apenas na década de 1990, possibilitando o aumento da escolaridade dos brasileiros (AMARAL et al., 2015). Como resultado, houve um aumento anual médio de 3,3% da população com ensino fundamental completo ou mais entre 2000 e 2010. Na primeira metade da década de 2010, esse crescimento ficou em torno de 0,8%. (ATLAS BRASIL, 2017).

Entretanto, o crescimento da escolarização se deu em maior proporção para indivíduos do sexo feminino. Quanto aos rendimentos, observa-se uma disposição de redução dos diferenciais salariais por sexo entre as décadas de 1980 e 2010. Contudo,

* Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Ouro Preto. Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: stelargomes@gmail.com

♦ Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: miriannina@gmail.com

♥ Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e do CEDEPLAR/UFMG. E-mail: ahermeto@cedeplar.ufmg.br

trabalhadores do sexo feminino usufruem em média, de menores remunerações e segregação de gênero que, em grande parte, se relacionam a composição ocupacional haja vista que os retornos salariais tendem a ser menores entre as ocupações predominantemente femininas (BLAU; KAHN, 2016; MATOS; MACHADO, 2006).

As evidências para o Brasil são de que houve redução do retorno da escolaridade ao longo das décadas de 1980 e 2010, apesar do aumento da escolaridade média da população, de modo que o crescimento da oferta de trabalhadores mais escolarizados não foi acompanhado por crescimento da demanda de indivíduos mais qualificados. Acredita-se que com o aumento da escolarização nos últimos anos, os retornos aos níveis mais altos de escolaridade diminuíram em relação aos anos em que a escolarização dos trabalhadores brasileiros era menor, o que pode ser consequência da redução da desigualdade (MORETTI, 2002; BARBOSA FILHO; PÊSSOA; VELOSO, 2010).

Diferentemente de outras economias, como nos países da Europa e nos EUA, em que o crescimento da tecnologia foi acompanhado da necessidade de indivíduos mais escolarizados, o Brasil apresentou aumento de capital humano ao longo dos últimos anos, mas os retornos salariais reduziram, evidenciando que o mercado de trabalho brasileiro ainda não acompanha as tendências das economias desenvolvidas.

Por outro lado, há muito a explorar em relação ao efeito da escolaridade sobre a renda por grupos ocupacionais. A hipótese é de que os rendimentos segundo escolaridade comportam-se de modo distinto entre as ocupações que exigem trabalhadores com maiores níveis intelectuais, devido à tecnologia empregada, e as que requerem menor intensidade tecnológica e maior força física na execução das ocupações manuais.

O período de análise é 2002 a 2015, em que observam-se mudanças e crescimento da escolarização, tanto a nível básico, quanto de ensino superior, com a expansão das Universidades Federais Institutos Federais de Ensino Técnico e financiamento (Prouni e Fies), dentre outros programas voltados para a educação. Além disso, o mercado de trabalho neste período apresentou crescimento devido ao aumento do emprego da População Economicamente Ativa – PEA e da formalidade destes através do aumento do contingente com carteira de trabalho assinada.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é identificar se ocorreram mudanças no retorno da escolaridade, entre os anos de 2002 a 2015, considerando os rendimentos do trabalho por grupos ocupacionais, mensurando em especial as mudanças que ocorreram com as mulheres dentro destes grupos, uma vez que o período é marcado pela expansão da escolarização dos indivíduos e, em média, maior crescimento do capital humano feminino.

Desse modo, pretende-se investigar: o comportamento dos rendimentos do trabalho por escolaridade; mudanças no nível de escolaridade por grupos ocupacionais no período analisado; o desempenho dos rendimentos do trabalho por escolaridade segundo grupos ocupacionais e o efeito de possíveis mudanças na composição ocupacional sobre os rendimentos do trabalho.

A tipologia empregada é a *natureza das tarefas*, que categoriza as ocupações em rotineiras versus não rotineiras, e manuais versus cognitivas, de modo que estas buscam classificar as ocupações de acordo com o tipo de mão de obra e tecnologia associada. As ocupações pertencentes à categoria manual rotineira são caracterizadas por demandarem menores qualificações intelectuais e poderem ser realizadas por meio de programação de máquinas, quando a tecnologia encontra-se disponível nos serviços prestados. De modo semelhante, as tarefas realizadas por trabalhadores nas ocupações manuais não rotineira, são reconhecidas por não necessitarem de qualificações intelectuais para execução, uma vez que precisam apenas serem realizadas manualmente, e mesmo quando possuem tecnologias de maquinários disponíveis, não podem ser totalmente realizadas por estes, necessitando de habilidades manuais e conhecimentos particulares da atividade que os trabalhadores possuem.

A categoria cognitiva rotineira é representada por requisitar indivíduos com capacidades cognitivas prévias para realização das tarefas que podem ser executadas por programação de máquinas. Os indivíduos com conhecimentos mentais, percepção e raciocínio lógico também são demandados pelo grupo de atividades denominada cognitiva não rotineira, entretanto, nestas o maquinário disponível não consegue substituir a mão de obra humana, de modo que esta pode apenas ser conciliada com a tecnologia.

No Brasil, apesar de estar ocorrendo um aumento da escolaridade, há evidências na literatura que a demanda por profissionais qualificados não está acompanhando este crescimento, e assim, postula-se que os retornos salariais para as ocupações que exigem maiores escolaridades sejam ainda pequenos em comparação com os salários dos que possuem menores escolaridades. Do mesmo modo, a redução de trabalhadores com baixa escolaridade poderia elevar os salários de ocupações manuais, e, mesmo com maiores escolaridades, a demanda por mão de obra feminina apresenta menores retornos quando comparada com indivíduos com as mesmas qualificações.

MÉTODOS

Para a avaliação do retorno salarial, foram estimadas regressões lineares para cada ano e categoria ocupacional, observando também como a segregação ocupacional de gênero se comportou no período. Portanto, é possível verificar o comportamento dos rendimentos dos trabalhadores pela escolaridade dos indivíduos e também pelas proporções de ensino médio e superior nas ocupações, evidenciando assim se apenas os atributos individuais impactam os salários ou se estes sofrem alterações de acordo com as particularidades médias de cada tipo de ocupação. As variáveis utilizadas nos Modelos estão no Quadro 1. Optou-se por empregar nas estimações apenas as proporções femininas das ocupações, considerando que é do intuito desta pesquisa a avaliação de como a participação feminina nas categorias ocupacionais escolhidas impactaram os salários dos trabalhadores.

O modelo adotado é baseado no trabalho de Brynin e Perales (2015), que emprega uma análise em painel para mensurar as alterações na estrutura ocupacional por gênero, buscando avaliar se existe relação entre a segregação ocupacional entre homens e mulheres e o hiato salarial entre estes. Destarte, o primeiro modelo empregado mensura os salários a níveis individuais, empregando a categoria *natureza das tarefas* como uma variável explicativa dos salários.

As estimações foram realizadas para os dois anos, 2002 e 2015, e possibilitou a mensuração do poder explicativo de cada variável selecionada sobre os rendimentos dos trabalhadores nos dois períodos, evidenciando, por exemplo, se ocorreram mudanças nos retornos da escolaridade por categoria ocupacional e sexo. O segundo modelo mensura os salários a níveis individuais, realizando as estimações para cada categoria ocupacional nos anos de 2002 e 2015, buscando evidenciar o papel das variáveis explicativas para os retornos salariais das ocupações *manuais* versus *cognitivas* e *rotineiras* versus *não rotineiras*.

QUADRO 1 – Descrição das variáveis selecionadas

Variáveis Ocupacionais	Descrição
Natureza das tarefas	Rotineiras <i>versus</i> Não Rotineiras
	Manuais <i>versus</i> Cognitivas
Propensmed	Proporção de indivíduos com ensino médio concluído
Propenssup	Proporção de indivíduos com ensino superior concluído (graduação ou mais)
Propfem	Proporção de indivíduos do sexo feminino
Propbrancos	Proporção de indivíduos brancos
Idademed	Média da idade dos indivíduos
Variáveis Individuais	Descrição
Lnrendatpr	<i>Log</i> da renda do trabalho principal (em R\$)
Condição no domicílio	Pessoa de referência
	Cônjuge
	Filho
	Outro
Idade	25 a 29 anos
	30 a 34 anos
	35 a 39 anos
	40 a 44 anos
	45 a 49 anos
	50 a 54 anos
	55 a 59 anos
60 a 64 anos	
Sexo	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo for do sexo masculino
Cor	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo for branco
Escolaridade	Ensino Fundamental
	Ensino Médio
	Ensino Superior ou mais
Integral	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo trabalha entre 44 e 98 horas semanais
Formal	<i>Dummy</i> igual a 1 se o indivíduo trabalha em emprego formal
Região	Norte
	Nordeste
	Sudeste
	Sul
	Centro-Oeste
Metropolitana	<i>Dummy</i> igual a 1 se a região é Metropolitana

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS

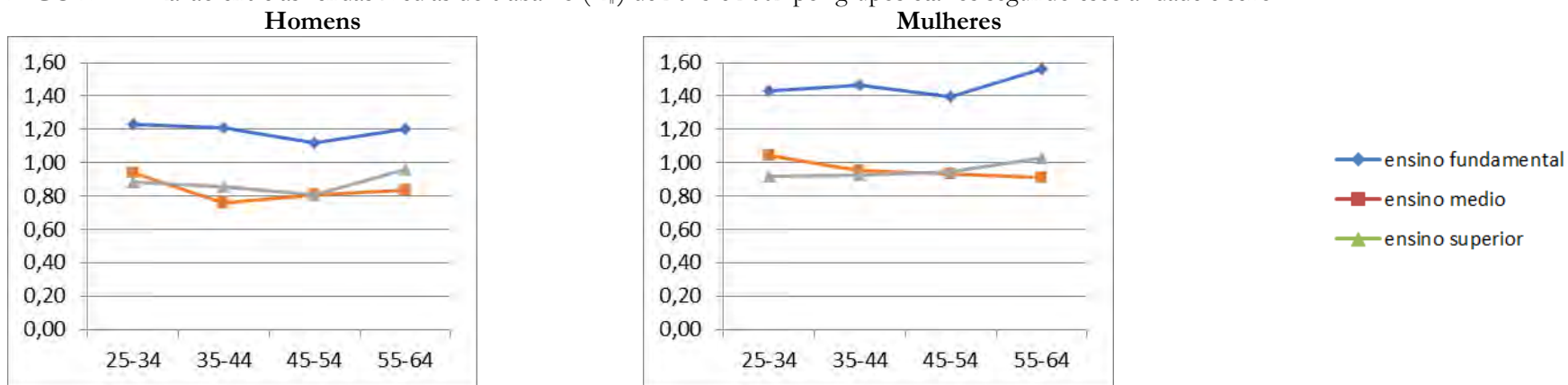
Esta seção apresenta a estatística descritiva e os resultados dos modelos estimados. A Figura 1 traz comparações entre as rendas do trabalho principal dos indivíduos nos anos 2015 e 2002, em relação à escolaridade. Entre os homens, o retorno salarial do ensino médio e superior apresentou redução para todas as idades, enquanto os salários médios para aqueles com ensino fundamental cresceram. Entre as mulheres, as

remunerações para o ensino fundamental apresentaram maiores crescimentos para todas as idades em comparação aos salários médios dos homens, e um acréscimo ainda maior para as que pertenciam ao grupo de 55 a 64 anos de idade. Outro fator interessante é que os retornos cresceram para as mulheres com ensino médio e idade de 25 a 34 anos e com ensino superior e 55 e 64 anos, enquanto para os demais grupos eles reduziram.

Assim, os dados indicam que a renda dos indivíduos de ambos os sexos apresentaram significativo crescimento para os menos escolarizados, principalmente para as mulheres no ano 2015, quando comparados com os dados de 2002. Pode-se supor que estes crescimentos mais intensivos para as mulheres sejam resultados da redução da desigualdade que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos, como evidenciado por Bressan e Oliveira (2009) e Madalozzo (2010).

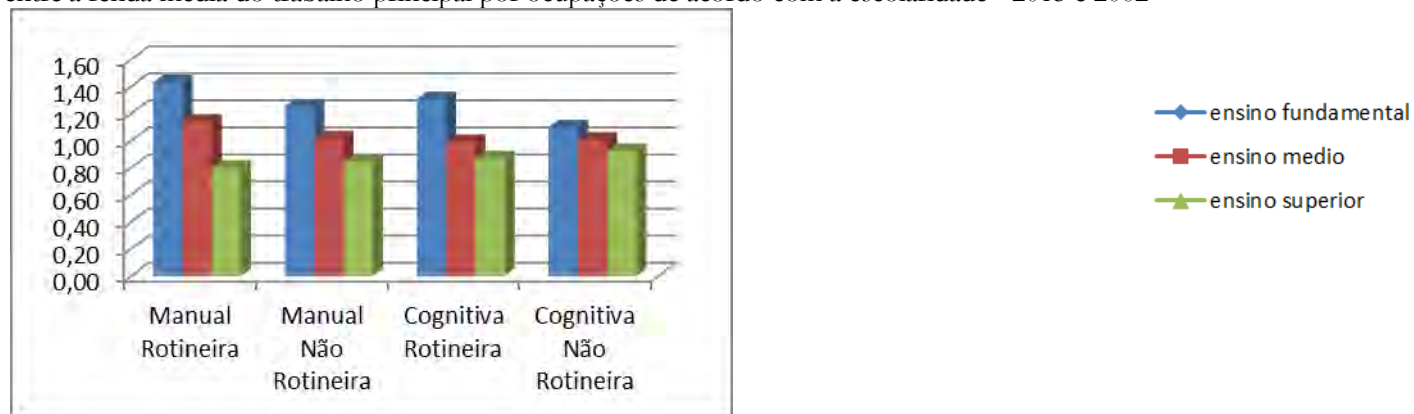
Os resultados da Tabela 1 reforçam as contribuições de Addison; Ozturk e Wang (2017), que relatam que a escolaridade das mulheres é maior em todos os grupos ocupacionais e que estas apresentam retornos inferiores apenas pela discriminação, uma vez que sua inserção no mercado de trabalho se equipara a participação masculina nas ocupações analisadas (Tabela 2). Com exceção das categorias *manualis*, todas as outras exibiram crescimento da participação feminina, entretanto, estas usufruem, em média, maiores salários apenas em ocupações intensivamente masculinas. Isso pode ser justificado por menores inserções em empregos informais e não integrais, que mais uma vez comprovam a segmentação no mercado de trabalho brasileiro, e com os resultados desta pesquisa corroboram para a conclusão de que mesmo em ocupações *rotineiras versus não rotineiras* e *cognitivas versus manuais*, esta segmentação ocorre penalizando ainda as mulheres em 2015.

FIGURA 1 – Razão entre as rendas médias do trabalho (R\$) de 2015 e 2002 por grupos etários segundo escolaridade e sexo



Fonte: Dados PNADs de 2002 e 2015.

GRÁFICO 1 – Razão entre a renda média do trabalho principal por ocupações de acordo com a escolaridade - 2015 e 2002



Fonte: Dados PNADs de 2002 e 2015.

TABELA 1 – Escolaridade média (anos de estudo) segundo ocupações por sexo nos anos de 2002 e 2015

Ocupações	Média de anos de estudo (mulheres)		Média de anos de estudo (homens)	
	2002	2015	2002	2015
Manual rotineira	5,4	7,7	5,5	7,5
Manual não rotineira	6,6	8,7	6,0	7,9
Cognitiva rotineira	8,4	10,5	6,8	9,1
Cognitiva não rotineira	12,6	13,7	11,6	12,8

Fonte: Dados PNADs de 2002 e 2015.

TABELA 2 – Participação nas categorias ocupacionais nos dois períodos (%)

Categorias Ocupacionais	Homens		Mulheres	
	2002	2015	2002	2015
Manual rotineira	27,80	28,37	36,27	35,36
Manual não rotineira	21,68	23,99	9,25	7,32
Cognitiva rotineira	31,17	27,82	30,56	31,80
Cognitiva não rotineira	19,36	19,82	23,92	25,51
Total	100	100	100	100

Fonte: Dados PNADs de 2002 e 2015.

No primeiro modelo estimado (Tabela 3), pode-se observar que o impacto da proporção de ensino médio nas ocupações reduziu em torno de 40% em 2015, enquanto a proporção de ensino superior apresentou crescimento de 16% no mesmo período, evidenciando que houve aumento do retorno às ocupações que apresentaram maiores proporções de trabalhadores graduados e redução das ocupações com indivíduos menos escolarizados. Entretanto, a diminuição da penalização para ocupações com maiores proporções femininas foi muito pequena, mostrando que ainda neste último ano as ocupações da *natureza das tarefas* que apresentaram maiores proporções de mulheres exibiram salários 35% menores que as ocupações com maiores proporções de homens. Assim, além de buscarem maiores qualificações intelectuais, para equipararem aos retornos das ocupações masculinas, as mulheres devem então migrar para estas ocupações, o que não é tão simples visto que a discriminação está reduzindo de forma lenta e apenas para os maiores extratos salariais e intelectuais.

Os retornos à escolaridade dos indivíduos exibiram queda no período observado, tanto para os trabalhadores que concluíram o ensino médio, quanto para os que concluíram o ensino superior, quando comparados com concluintes do ensino fundamental. Assim,

esses dados evidenciam a redução dos salários para a escolaridade dentro da categoria avaliada, *natureza das tarefas*, e condiz com as análises realizadas na revisão da literatura, que sugeriam redução dos retornos para elevação da escolaridade nas últimas décadas.

TABELA 3 – Equações salariais dos trabalhadores da categoria *natureza das tarefas*

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS		2002	2015
Proporção de ensino médio nas ocupações		0,5875*** (0,1227)	0,3375*** (0,1227)
Proporção de ensino superior nas ocupações		0,5195*** (0,1344)	0,6038*** (0,1228)
Proporção de mulheres nas ocupações		-0,3644*** (0,0653)	-0,3503*** (0,0493)
<i>Natureza das tarefas</i>	Manual não rotineira	-0,0896** (0,0421)	-0,1044*** (0,0331)
	Cognitiva rotineira	-0,1038** (0,0458)	-0,1002** (0,0431)
	Cognitiva não rotineira	0,0425 (0,0643)	-0,0167 (0,0670)
Sexo		0,2837*** (0,0276)	0,2587*** (0,0181)
Escolaridade	Ensino médio	0,3526*** (0,0174)	0,2083*** (0,0188)
	Ensino superior	0,8620*** (0,0254)	0,5900*** (0,0315)
Número de Observações		99.341	109.279

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2002 e 2015).

Desvio-padrão entre parênteses.

*** significativo a 1%; ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

Percebe-se que as características das ocupações exibiram maior crescimento do impacto sobre os salários destas, do que a formação dos trabalhadores sobre os respectivos salários. Esse resultado sugere que a inserção dos trabalhadores em categorias ocupacionais que valorizem a formação superior é tão importante e necessária para maiores retornos que apenas a obtenção da graduação. Do mesmo modo, observa-se uma correlação entre as variáveis que representam a escolaridade nas ocupações com a tipologia *natureza das tarefas*. Assim, a mensuração de como estas características influenciam os rendimentos para cada categoria da topologia *natureza das tarefas* torna-se mais uma vez relevante.

Observa-se através do segundo modelo (Tabelas 4 e 5), que o retorno a uma maior proporção de ocupados com nível de ensino médio reduziu para as ocupações *manuais não rotineiras* e *cognitivas rotineiras*. Para as ocupações cognitivas rotineiras constata-se um aumento do impacto nos rendimentos de maiores proporções de ocupados com ensino superior. Este crescimento pode estar relacionado ao desenvolvimento tecnológico e necessidade de mão de obra qualificada intelectualmente, e assim, a elevação dos retornos para graduados na categoria.

TABELA 4 – Equações salariais por grupos ocupações no Brasil (2002)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS		MANUAL ROTINEIRA	MANUAL NÃO ROTINEIRA	COGNITIVA ROTINEIRA	COGNITIVA NÃO ROTINEIRA
Proporção de ensino médio nas ocupações		0,3129 (0,3268)	1,2790*** (0,1533)	0,6492*** (0,1762)	0,0447 (0,328)
Proporção de ensino superior nas ocupações		2,6251 (2,3708)	-1,0443 (1,0076)	0,6426** (0,2562)	0,0467 (0,1957)
Proporção de mulheres nas ocupações		-0,2766*** (0,0886)	-0,6936*** (0,1427)	-0,2889** (0,1177)	-0,4852*** (0,0992)
Sexo		0,2327*** (0,0524)	0,2520*** (0,0676)	0,3483*** (0,0397)	0,2571*** (0,0289)
Escolaridade	Ensino médio	0,2608*** (0,0319)	0,3103*** (0,0223)	0,3868*** (0,0257)	0,4695*** (0,0196)
	Ensino superior	0,7824*** (0,0957)	0,8618*** (0,0853)	0,8795*** (0,0318)	0,9422*** (0,0263)
Número de Observações		32.055	16.639	29.015	21.632

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2002).

Desvio-padrão entre parênteses.

*** significativo a 1%; ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

Em relação a proporção de mulheres, percebe-se que nos dois períodos esta variável apresentou retornos negativos para os indivíduos, ou seja, o fato da ocupação apresentar crescimento da proporção de mulheres impacta negativamente os salários de todos os ocupados no grupo. Os resultados estão de acordo com a literatura, que enfatiza que as ocupações femininas ainda são penalizadas nos salários dos trabalhadores que estão inseridos nestas (MADALOZZO, 2010; ADDISON; OZTURK; WANG, 2017).

Entretanto, com exceção das ocupações *cognitivas rotineiras*, todas as outras demonstraram diminuição dos impactos negativos das proporções femininas nas ocupações. Este resultado é condizente com a elevação da escolaridade média dos homens, que foi maior para esta ocupação, comparando os dois períodos, e também mais extenso que o ganho de capital humano feminino nesta categoria. Todavia, mesmo nesta ocupação, as mulheres demonstram maior nível de escolaridade e ainda são penalizadas pela segregação por sexo, o que confirma que na tipologia *natureza das tarefas* o crescimento da escolaridade beneficiou as mulheres no ano de 2015, entretanto, este aumento para os homens gera maior impacto sobre os salários das ocupações em todas as categorias.

TABELA 5 – Equações salariais por grupos ocupações no Brasil (2015)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS		MANUAL ROTINEIRA	MANUAL NÃO ROTINEIRA	COGNITIVA ROTINEIRA	COGNITIVA NÃO ROTINEIRA
Proporção de ensino médio nas ocupações		0,0794 (0,280)	0,6493*** (0,1311)	0,4172** (0,1792)	-0,2897 (0,247)
Proporção de ensino superior nas ocupações		3,2744 (2,2006)	-0,9091 (1,3422)	0,9191*** (0,2888)	0,0736 (0,1624)
Proporção de mulheres nas ocupações		-0,2621*** (0,061)	-0,4623*** (0,1061)	-0,3246*** (0,0888)	-0,4147*** (0,0707)
Sexo		0,2438*** (0,0259)	0,2850*** (0,0626)	0,3066*** (0,0292)	0,2068*** (0,0251)
Escolaridade	Ensino médio	0,1497*** (0,024)	0,1821*** (0,0209)	0,2963*** (0,0218)	0,2841*** (0,0191)
	Ensino superior	0,3380*** (0,057)	0,5282*** (0,0763)	0,6623*** (0,0299)	0,6956*** (0,0376)
Número de Observações		34.926	18.261	31.520	24.572

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2015).

Desvio-padrão entre parênteses.

*** significativo a 1%; ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

Observa-se uma tendência de redução dos diferenciais de gênero para as categorias que exibem maiores salários e demandam maiores níveis de escolaridade, sugerindo então que existe uma disposição para redução da discriminação feminina nas ocupações *cognitivas rotineiras e não rotineiras*, assim como ressaltado por Bressan e Oliveira (2009). Isso também é condizente com a maior participação das mulheres e de escolaridade superior, fator que, novamente, apresenta mudança no período, mesmo que pequena e em um contexto em que todas as características beneficiam as mulheres e que os salários as penalizam pelo gênero.

Analisando os coeficientes da escolaridade em relação ao ensino fundamental, nota-se que mesmo exibindo retornos positivos para ensino médio e superior, estes apresentaram reduções grandes, principalmente para as ocupações *manuais rotineiras e não rotineiras*, respectivamente. Esse resultado é condizente com as hipóteses iniciais de que incrementos de capital humano no Brasil apenas, não são capazes de influenciar a demanda de mão de obra qualificada, como as ocupações em que os indivíduos estão inseridos apresentam também relação com os retornos à escolaridade. Como esperado, as ocupações *manuais* são as que apresentam maiores penalizações para o crescimento da oferta de indivíduos mais qualificados nas categorias avaliadas e mesmo exibindo reduções no período mensurado, a elevação do nível de escolaridade ainda representa maior vantagem para as ocupações *cognitivas*.

É relevante mensurar a comparação dos resultados dos dois modelos estimados, ressalta-se que em relação ao ensino médio e superior, os indivíduos em ocupações *manuais rotineiras* e *não rotineiras* exibiram nos dois períodos retornos salariais menores que a média dos ocupados, enquanto aqueles em ocupações *cognitivas rotineiras* e *não rotineiras* apresentaram retornos acima da média. Isso indica que, mesmo com significativa redução dos salários para concluintes do ensino médio e superior, em relação ao ensino fundamental, em todas as ocupações, as categorias *manuais* ainda exibem remunerações muito inferiores às apresentadas pelas *cognitivas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da escolaridade dos indivíduos, apesar de ocorrer de modo distinto entre as diferentes economias, esteve presente em todos os países, sendo que no Brasil essa elevação do capital humano se estendeu, para maior parte da população, através do aumento de anos de estudo no ensino fundamental e médio. Acompanhando essa tendência, também cresceu o número de indivíduos com ensino superior, de modo que, tanto para esse nível de escolaridade quanto para os demais, as mulheres representam maiores médias de formação.

Todavia, apesar do crescimento intelectual dos trabalhadores do sexo feminino e de sua inserção no mercado de trabalho, em diferentes ocupações, estas ainda apresentam penalizações nos salários, originadas apenas pela discriminação de gênero. Desse modo, tornou-se relevante a realização da mensuração do impacto do crescimento da escolaridade dos trabalhadores nos salários com ênfase na segregação ocupacional que as mulheres sofrem no mercado de trabalho brasileiro.

Como visto na literatura, o crescimento da tecnologia impulsionou também alterações na alocação e remuneração dos trabalhadores dentro das ocupações. Portanto, tornou-se interessante empregar na mensuração desta pesquisa, as transformações que ocorreram na tipologia *natureza das tarefas*, que realiza a categorização das ocupações entre manuais versus cognitivas e rotineiras versus não rotineiras.

Na descritiva dos dados confirmou-se o crescimento médio da escolaridade, em especial para os indivíduos mais novos da amostra, evidenciando que o ensino fundamental expandiu entre os trabalhadores até 44 anos, assim como o ensino médio e superior, apesar de exibirem menores parcelas em relação ao fundamental. Avaliando o crescimento dos retornos a escolaridade, constatou-se que o maior aumento ocorreu para os trabalhadores menos escolarizados, em especial as mulheres.

As categorias manual rotineira, manual não rotineira, cognitiva rotineira e cognitiva não rotineira, respectivamente, demonstram que as que exibem menores salários são também as que demonstraram menores níveis de escolaridade nos dois períodos avaliados. Entretanto, quando comparados os crescimentos destas, observa-se que os maiores crescimentos da escolaridade ocorreram também seguindo esta ordem, manual rotineira (39,45%), manual não rotineira (31,75%), cognitiva rotineira (28,95%) e cognitiva não rotineira (9,5%). Esses resultados demonstram que, houve mudança na média de anos de estudo dos trabalhadores em todas as categorias de ocupações segundo a *natureza das tarefas*, em maior proporção para as que apresentavam em 2002 e 2015 as menores médias. Contudo, estas médias ainda são baixas e não compreendem a escolaridade que define a média de formação de pelo menos ensino fundamental para as ocupações manual rotineira e não rotineira e cognitiva rotineira, quando avaliados os resultados das escolaridades médias por ocupações para todos os indivíduos.

Todavia, para indivíduos do sexo feminino em especial, apenas as categorias manuais rotineiras e não rotineiras não exibiram em 2015 a média de anos de estudos equivalentes a pelo menos o ensino fundamental completo. O que realça a discriminação de gênero também na tipologia analisada, uma vez que as mulheres exibiram maiores médias de anos de estudo para todas as ocupações e mesmo assim menores retornos salariais que os homens. Comprova-se que além de penalizadas nos salários, mesmo com maiores médias nos níveis de escolaridade, as mulheres sofrem penalizações em ocupações que representam a maioria. De modo que, na tipologia empregada, *natureza das tarefas*, os retornos salariais para os trabalhadores são maiores em todas as ocupações, para os que exibem maior proporção masculina na ocupação, seguidos de ocupações mistas e por último femininas, que são as que exibem menores remunerações.

Considerando a escolaridade e ocupação dos trabalhadores, observou-se que os rendimentos exibiram maiores aumentos para o ensino básico. Nota-se ainda que o ensino superior proporcionou maiores crescimentos dos rendimentos para as ocupações *cognitivas não rotineiras*, *cognitivas rotineiras*, *manuais não rotineiras* e *manual rotineira*, respectivamente. Nessa conformidade o ensino fundamental e médio evidenciou resultados opostos, apresentando maiores retornos para ocupações *manuais rotineiras*, *manuais não rotineiras*, *cognitivas rotineiras* e *cognitivas não rotineiras*, seguindo esta ordem. Estes efeitos são condizentes com maiores remunerações a ocupações que necessitam de habilidades intelectuais.

Confirmaram-se as hipóteses iniciais de que ocorreu queda dos retornos aos níveis mais elevados de escolaridade, que são ensino médio e superior. Entretanto, observou-se que esta redução ocorreu de forma mais intensa nas ocupações que apresentam menores remunerações aos trabalhadores nelas empregados, que são as *manuais rotineiras e não rotineiras*. Portanto, percebe-se que os retornos salariais reduziram no Brasil de modo diferente entre as ocupações e houve maior perda para ocupações não intelectuais, sendo que a categoria *manual rotineira* é a que exibiu maior parcela da população, maior participação feminina e mais incremento de ensino superior. Demonstrando que mesmo com a redução da discriminação e aumento da escolaridade, para explicação das remunerações dos indivíduos, é necessária a avaliação ocupacional.

Conclui-se a importância da mensuração das características das ocupações na avaliação dos retornos salariais, de modo que apenas as características individuais são insuficientes para explicar os bônus salariais dos trabalhadores. Observa-se que apesar de exibirem maiores níveis de educação, as mulheres são penalizadas em todas as ocupações, mesmo naquelas em que estas exibem maior participação e maiores escolaridade, como as *cognitivas rotineiras*, que demonstram que apenas a elevação dos anos de estudos não garante igualdade salarial no mercado de trabalho. Assim, percebe-se a importância da avaliação por grupos ocupacionais, que possibilitaram a mensuração de como a escolaridade tem se comportado nas ocupações empregadas pelos indivíduos, pois nota-se que existe complementaridade entre a escolaridade e a inserção ocupacional dos trabalhadores.

O tema é amplo e possibilita diferentes mensurações a respeito das mudanças na escolaridade e rendimentos, em especial para as mulheres. Contudo, ressalta-se a importância da realização de estudos que permitam avaliar como tais mudanças incidem também sobre os diferenciais de grupos etários, regionais, raciais, entre outros. Além da importância de estudar como a pandemia do Covid-19 vai impactar na escolaridade e nas tendências dos diferenciais salariais, avaliando quais grupos sócio-demográficos serão os mais afetados.

REFERÊNCIAS

- ADDISON, J. T.; OZTURK, O. D.; WANG, S. The occupational feminization of wages. **Bonn**, [S. l.], v. 71, n. 9078, p. 208-241, 2017.
- AMARAL, E. F. L. et al. Age, education, and earnings in the course of Brazilian development: does composition matter? **Demographic Research**, Rostock, v. 28, n. 20, p. 581-612, 2015.

ATLAS BRASIL. **Radar IDHM 2015**. [S. l. : s. n.], 2017. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_VERSAO_Final.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

BARBOSA FILHO, F. H.; PÊSSOA, S. A.; VELOSO, F. A. Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira com ênfase no capital humano – 1992-2007. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 64, n. 2, p. 91-113, 2010.

BLAU, F. D.; KAHN, L. M. The gender wage gap: extent, trends, and explanations. **Bonn**, [S. l.], n. 9656, 2016.

BRESSAN, G. S.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Polarização do mercado de trabalho sob viés tecnológico e impactos sobre diferenciais salariais por gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Niterói, RJ: ANPEC, 2009.

BRYNIN, M.; PERALES, F. Gender wage inequality: the de-gendering of the occupational structure. **European Sociological Review**, Oxford, v. 32, n. 1, p. 162-174, 2015.

MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP, v. 14, n. 2, p. 147-168, 2010.

MATOS, R. S.; MACHADO, A. F. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 1, p. 5-27, 2006.

MORETTI, E. Estimating the social return to higher education: evidence from longitudinal and repeated cross-sectional data. **Journal of Econometrics**, Amsterdam, v.121, n. 1-2, p. 175-212, 2004.

MULTINACIONAIS E COLABORADORES: VALOR INTELECTUAL REFLETE NO BEM-ESTAR DO TRABALHADOR?

Kadny Jordany Villela de Macêdo ♦

Sandro Eduardo Monsueto ♥

Jaqueline Moraes Assis Gouveia ♦

Jorge Ricardo Neres Saraiva Nascimento dos Santos *

RESUMO

O objetivo do presente estudo é testar se empresas com investimento em capital intelectual possuem qualidade de trabalho. Utiliza-se a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Brasil e a Econômica para empresas atuantes no Brasil, ambas do ano de 2017, para elaborar o indicador da qualidade de trabalho (IQT), Market to book ratio (MBR) e Coeficiente de Valor Adicionado Intelectual (CVAI). Logo, aplicam-se modelos de regressão linear robustos que testam a relação entre o IQT (variável dependente) e o desempenho econômico-financeiro das empresas. Os resultados demonstram que os trabalhadores do gênero masculino possuem maior qualidade do trabalho, quando comparado às mulheres. Além disso, quanto maior o grau de instrução dos funcionários, melhor as condições de trabalho. Essa situação acontece uma vez que as firmas se beneficiam das habilidades dos funcionários, como know-how, inovação e conhecimento de mercado com o intuito acumular valor para a firma.

Palavras-chave: Qualidade de trabalho; Valor adicionado intelectual; Desempenho econômico-financeiro.

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho se modificam com o passar do tempo e de acordo com a necessidade do mercado. Portanto, o empregador deve se adequar com essas novas formas de oferecer produtos/serviços e os funcionários devem se adaptar a essa organização. Contudo, as condições de trabalho devem acompanhar essas mudanças, situação que possui como foco de estudo, por exemplo, a saúde do trabalhador (DOLAN; PEASGOOD; WHITE, 2008; MARTINEZ; PARAGUAY, 2003), a satisfação no trabalho (MUÑOZ DE BUSTILLO et al., 2011; MUÑOZ DE BUSTILLO; FERNÁNDEZ-MACÍAS, 2005), as desigualdades salariais (KON, 2016; SANTERO-SANCHES et al., 2015), o capital intelectual nas organizações (DÍAZ-CHAO; FICAPAL-CUSÍ;

♦ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: kadnymacedo@gmail.com

♥ Doutor em Economia pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: monsueto@ufg.br

♦ Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas. E-mail: jaquelinemagouveia@gmail.com

* Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE). Doutorando em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE). E-mail: jorgericardoneres@yahoo.com.br

TORRENT-SELLENS, 2017; SÁENZ, 2005) e a qualidade do trabalho (MONSUETO; CARRIJO; MORAES, 2017; ROYUELA; SURIÑACH, 2013).

Entretanto, ainda existe um distanciamento entre qualidade de trabalho e trabalhadores como meio de capital intelectual. Algumas pesquisas focaram-se nas associações entre o capital intelectual e indicadores financeiros (DÍAZ-CHAO; FICAPAL-CUSÍ; TORRENT-SELLENS, 2017; SÁENZ, 2005) e outras discutem a relação entre indicadores de qualidade de trabalho e sua efetividade (MUÑOZ DE BUSTILLO; FERNÁNDEZ-MACÍAS, 2005; SANTERO-SANCHES et al., 2015). Contudo, a proximidade dos trabalhadores enquanto geradores de valor para a empresa ainda não foi estudada associando o retorno para os empregados com boas condições de trabalho.

Logo, o objetivo desse artigo é testar se as empresas que possuem capital intelectual geram empregos de qualidade. Para tanto, são relacionados o Indicador de Qualidade do Trabalho (IQT) e coeficiente de valor adicionado intelectual (CVAI), afim de responder a seguinte questão: empresas com alto desempenho econômico-financeiro possuem qualidade de trabalho? A intenção deste estudo é verificar se há equilíbrio entre a criação de valor para a companhia pela funcionário (PULIC, 2000; 2002; SÁENZ, 2005) e retorno ao trabalhador por meio de boas condições de trabalho (MONSUETO; GOUVEIA, 2019).

O diferencial deste estudo é associar a metodologia de Sáenz (2005) e a de Santero-Sanches et al. (2015) para testar a associação entre os indicadores. Essas duas estratégias de pesquisa combinadas retomam aspectos teóricos de capital intelectual (BROOKING, 1996) e Teoria da Firma (JENSEN; MECKLING, 1976). Portanto, a hipótese a ser testada é: empresas com alto valor agregado de capital humano possuem altos níveis de qualidade no trabalho. Este estudo está dividido em Métodos, Resultados e Discussão.

MÉTODOS

Nesta etapa são utilizadas uma base de dados sobre contratos de trabalho (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS) e uma base de dados sobre os aspectos financeiros das empresas de capital aberto no Brasil (Economática), ambas com informações do ano de 2017. Essa combinação de bases de dados possui finalidade de analisar a relação entre qualidade de trabalho, desempenho financeiro e capital intelectual.

Em relação ao Indicador da Qualidade do Trabalho, a amostra adotada são todas as empresas da RAIS que possuem capital aberto, tanto firmas de sociedade anônima como

economia mista, cujos trabalhadores possuem idade entre 18 a 65 anos e contratos de trabalho acima de 20 horas semanais, com vínculos ativos. Adota-se como qualidade de trabalho o trabalho decente, este tema é relevante na agenda política internacional, por levar em consideração os objetivos da Agenda 2030 (CEPAL, 2020; OIT, 2018; SAINT-MARTIN; INANC; PRINZ, 2018; CEPAL, 2020). Dessa forma, o índice é composto por aspectos ligados a produtividade (MONSUETO; GOUVEIA, 2019), saúde mental (KAMIMURA; TAVARES, 2012; MARTINEZ; PARAGUAY, 2003), rendimentos (SANTERO-SANCHES et al., 2015) e precariedade das relações contratuais (DÍAZ-CHAO; FICAPAL-CUSÍ; TORRENT-SELLENS, 2017). Portanto, para calcular o indicador de qualidade de trabalho, a partir da metodologia de Santero-Sanches et al. (2015), são consideradas as seguintes variáveis do Quadro 1:

QUADRO 1 – Variáveis para IQT

Variável	Descrição
Rendimento-hora	Rendimento hora real padronizado.
Experiência	Tempo em que se encontra no posto de trabalho, de valor 1 se o indivíduo possui mais de um ano vinculado ao mesmo posto de trabalho.
Vínculos sem garantia	Binária de valor 1 se o contrato de trabalho é temporário, jovem aprendiz, contrato por tempo determinado e diretores sem vínculo empregatício e de valor 0 em caso contrário.
Afastamentos ao longo do ano	Binária de valor 1 se o trabalhador se afastou por acidente de trabalho, doença relacionada ao trabalho ou doença não relacionada ao trabalho ¹ .

Fonte: Elaboração própria, baseado em Monsueto et al. (2017) e Monsueto e Gouveia (2019).

Conforme o Quadro 1, a fim de captar características da produtividade da ocupação do trabalhador, utiliza-se uma variável de rendimento-hora real trabalhada e o tempo deste indivíduo no posto de trabalho, o que indica o nível de experiência do trabalhador. Para o rendimento-hora é padronizado o fator de 0 a 1, tomando os valores mínimo e máximo da amostra de trabalhadores respectivamente como parâmetros. Os vínculos sem garantia são aqueles contratos de trabalho temporários, de estágio e em relação à direção das organizações. E os afastamentos ao longo do ano são indícios de insatisfação no trabalho.

¹ De acordo com Kamimura e Tavares (2012), na literatura os transtornos psicológicos são relacionados ao trabalho e podem gerar acidentes de trabalho, entretanto muitos desses episódios não são registrados como acidente e sim como doença não relacionada com o trabalho.

Logo, para elaborar o IQT utiliza-se a análise fatorial, seguindo os passos de Santero-Sanches et al. (2015), no qual quanto maior o indicador, maior a qualidade do trabalho. No caso desse estudo, os autovalores são utilizados como um dos componentes do fator de cada variável, aplicados à seguinte fórmula:

$$IQT \text{ médio} = \sum_{i=1}^P w_i PC_i \quad (1)$$

No qual, o primeiro termo é a somatória das variáveis com seus respectivos pesos médios dos “k” componentes; w_i são os pesos de cada variável, cuja valor é definido pelo percentual da variância explicada por seu componente principal PC_i^2 .

Para prospectar os aspectos financeiros da pesquisa, é utilizado a base de dados da Economatica, cuja população da pesquisa era composta de 538 empresas. Dessa população, foram retiradas as instituições financeiras, as sociedades que não eram negociadas por ações ordinárias e as organizações que não tinham informações sobre entradas e/ou saídas no exercício de 2017. Logo, a amostra final possui 219 companhias, com informações do ano fiscal de 2017.

Após essa etapa, são calculados o índice *Market-to-book* (MBR) e o Coeficiente de Valor Adicionado Intelectual (CVAI)³. Para Penman (1996), o MBR é considerado um bom indicador para medir eficiência econômico-financeira das empresas, *proxy* de riqueza, uma vez que capta a relação entre o valor contábil e o valor financeiro das empresas. Já a adição de valor pelo capital intelectual é representada pelo CVAI, indicador que mede os efeitos das estruturas de uma empresa, sendo essas tanto tangíveis quanto intangíveis. O Quadro 2 destaca as fórmulas dos indicadores econômico-financeiros:

² Para mais informações, consultar o estudo de Santero-Sanches et al. (2015), cujos autores detalham o processo de construção do peso de cada variável.

³ Tradução livre do estudo de Pulic (2000), cujo termo em inglês é Value Added Intellectual Coefficient (VAIC).

QUADRO 2 – Variáveis de desempenho econômico-financeiro

Variável	Descrição		Autor (Ano)
Market-to-Book Ratio (MBR)	$\frac{(\text{Preço da Ação}) \times (\text{Quantidade de ações})}{\text{Ativos}}$	A relação entre a agregação de riqueza por meio de investidores e os valores contábeis discriminados nos Relatórios Financeiros das empresas	(IFAC, 1998) (BASSI; VAN BUREN, 1999)
Coefficiente de Valor Adicionado Intelectual (CVAI)	$CVAC + CVACH + VAE$	Soma do Coeficiente de Valor Adicionado de Capital (CVAC), Coeficiente do Valor Adicionado do Capital Humano (CVACH) e do Valor Adicionado Estrutural (VAE) de uma empresa.	(PULIC, 2000; 2002)

Fonte: Elaboração própria.

Para manter a homogeneidade, são usadas informações apenas de empresas com mais de 50 empregados na amostra, uma vez que algumas organizações não registraram todos os seus trabalhadores na RAIS, talvez por serem registrados em outras empresas do grupo. Logo, a pesquisa discute o trabalho decente por três prismas: condições de vida do trabalhador, estrutura da firma e interesses dos investidores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar os dados, utiliza-se o software Stata 11.2, com a finalidade de elaborar os indicadores, descrever as variáveis, elaborar a correlação e demonstrar os resultados dos modelos de regressão linear. Em relação às variáveis que compõem o IQT médio, seguem-se os resultados da análise descritiva dos dados:

TABELA 1 – Análise Descritiva das Variáveis do IQT

Variáveis	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Rendimento padronizado	957.402	0,02	0,04	0,00	1,00
Experiência	957.402	0,11	0,13	0,00	1,00
Afastamento ao longo do ano	957.402	0,91	0,29	0,00	1,00
Vínculo Precário	957.402	0,00	0,06	0,00	1,00

Fonte: Elaboração Própria, com base na RAIS 2017.

Ao observar a Tabela 1, verifica-se que as variáveis que compõem o IQT são padronizadas, de 0 a 1 e, em relação à variável vínculo precário, a maioria da amostra apresenta contratos por prazo indeterminado (definido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT). Para o cálculo do IQT, utiliza-se a análise dos componentes principais

para definir os pesos médios. Os resultados do teste se mostram significativos, ao retornar 4 fatores, como observa-se na Tabela 2:

TABELA 2 – Autovalores e % de variância explicada pela análise de componentes principais

Fator	Autovalores	Diferença	% de Variância	% Acumulado	Pesos
Fator 1	1,41736	0,40768	0,3543	0,3543	2,01
Fator 2	1,00969	0,05157	0,2524	0,6068	1,02
Fator 3	0,95812	0,34329	0,2395	0,8463	0,92
Fator 4	0,61483	.	0,1537	1	0,38
Soma					4,32

Fonte: Elaboração Própria, com base na RAIS 2017.

Após encontrar os autovalores, estes são elevados à raiz quadrada, a fim de reduzir o efeito dos valores negativos dos pesos, cujos resultados estão presentes na tabela acima. Ao aplicar a raiz quadrada da soma desses pesos, o resultado é o componente fixo que será multiplicado pela soma dos fatores de cada variável. Para tanto, soma-se os fatores de cada variável pelo componente fixo, como feito por Santero-Sanches et al. (2015), para utilizar os pesos médios da variância como medida ponderadora de cada variável do IQT.

TABELA 3 – Pesos e percentual de variância explicado pela análise de componentes principais

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Soma dos Fatores	Componente Fixo	Peso pelo % variância
Rendimento padronizado	-0,03	0,98	0,01	0,19	1,15	2,08	0,55
Experiência	-0,05	0,19	-0,02	0,98	1,10	2,08	0,53
Afastamentos	1,00	-0,03	-0,01	-0,05	0,91	2,08	0,44
Vínculos Precários	-0,01	0,01	1,00	-0,02	0,98	2,08	0,47

Fonte: Elaboração Própria, com base na RAIS 2017.

Logo, o cálculo do IQT é feito pela fórmula:

$$IQT \text{ médio} = 0,55 * rendimento + 0,54 * experiência + 0,44 * afastamentos + 0,47 * precário$$

(2)

E, a análise descritiva dos indicadores é apresentada na Tabela 4:

TABELA 4 – Análise Descritiva das Variáveis

Variáveis	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IQT	957.402	14,03	15,12	5,04	211,01
MBR	957.402	1,03	1,11	0,00	6,08
CVAI	957.402	3,30	4,52	-19,52	22,42

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da RAIS e Econômica 2017.

Ao analisar o IQT, na Tabela 1, identifica-se que, em média, as empresas analisadas possuem baixa qualidade de trabalho, ao se comparar a média, desvio padrão e variação do índice. E, analisando os indicadores econômico-financeiros, verifica-se, pelo desvio-padrão do CVAI, que as empresas de capital aberto possuem desempenhos diferentes entre si⁴. Além disso, existem empresas com destruição de valor intelectual – CVAI negativo, uma vez que suas entradas são maiores que as saídas. Já o MBR, cujos dados são positivos, apresenta uma média baixa e empresas desiguais (desvio-padrão acima de 1).

Os resultados da pesquisa demonstram uma lacuna entre o potencial de desempenho dessas organizações e a falta de qualidade de trabalho para aqueles que provém tais resultados, os colaboradores. Para isso, aplica-se um modelo de regressão linear robusto, visando analisar a relação entre a qualidade do trabalho (variável dependente) e o desempenho econômico-financeiro (variáveis independentes), segundo o modelo econométrico abaixo:

$$f(IQT) = \alpha + \beta (\text{desempenho}) \quad (3)$$

No qual, α representa a constante; β representa os coeficientes angulares das variáveis independentes MBR e CVAI. As outras variáveis de controle são apresentadas na Tabela 5. Para tanto, são apresentados os modelos de regressão segundo a quantidade de funcionários apresentadas na RAIS, cujas variáveis são agrupadas para mais de 50 funcionários e, no modelo 1 são utilizadas as variáveis principais, já no modelo 2 são incluídas também as variáveis de controle contábil (ativo total e vendas por ação), apresentadas da Tabela 5:

⁴ Ressalta-se que foram analisadas todas as empresas listadas na Bovespa, com ações ON disponíveis no ano de 2017, excluindo-se as instituições financeiras.

TABELA 5 – Regressão Linear desempenho e qualidade de trabalho

	Modelo 1	Modelo 2
CVAI	0,714** (0,29)	0,273 (0,25)
MBR	0,848 (1,36)	1,386 (1,03)
Indústria	-0,061** (0,03)	-0,022 (0,03)
Serviço	0,002 (0,04)	0,001 (0,04)
Homens	0,320 (0,21)	0,285 (0,20)
Instrução	0,225* (0,06)	0,153** (0,06)
Ativo Total	-	0,031* (0,01)
Vendas por Ação	-	-0,001 (0,01)
Constante	-2,506 (5,97)	-3,596 (4,58)
R ² Ajustado	0,2951	0,4436
Número de obs.	156	156
F	11,64	7,78
Prob>F	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (RAIS e *Economática*). Nota: *** p< 0.10 ** p<0.05 *p< 0.01).

De acordo com a Tabela 5, o modelo 1 apresenta a análise para empresas com mais de 50 funcionários identificados na RAIS, cujo modelo explica 29% das variações existentes. Dessa forma, observa-se que o indicador CVAI possui significância positiva no modelo, o que representa parcialmente que quanto maior o valor adicionado pelos empregados às empresas, maior a qualidade do trabalho das mesmas; resultado diferente do encontrado por Sáenz (2005). Isso ocorre uma vez que as firmas beneficiam-se das habilidades dos funcionários, como *know-how*, inovação, conhecimento de mercado (BASSI; VAN BUREN, 1999; PULIC, 2002) com o intuito acumular valor. Já o MBR não apresentou significância no modelo 1, o que pode indicar que o desempenho financeiro das firmas não possuem relação com a qualidade do trabalho, como identificado por Sáenz (2005). Portanto, há um distanciamento entre a operação da empresa e a capacidade de investimentos que a firma pode captar no mercado.

Ainda no modelo 1, a variável indústria possui impacto negativo e significativo, o que pode indicar que os empregos gerados pelo setor industrial possuem menos aspectos de qualidade do trabalho do que o setor de comércio. Já o setor de serviços não apresenta significância no modelo, o que pode ocorrer pela pequena representatividade dessas empresas na amostra. Em relação ao gênero, no modelo 1, a variável média de homens na amostra não apresenta impacto significativo no modelo, o que pode indicar parcialmente que nesse modelo não há diferença entre os gêneros, resultado diferente do que é

encontrado no estudo de Santero-Sanches et al. (2015). E, por último, no modelo 1, a média de instrução possui impacto positivo e significativo na análise, como é esperado na literatura, no qual quanto maior a escolaridade dos trabalhadores, melhor são seus postos de trabalho.

Quando são adicionadas as variáveis de controle operacional no modelo 2 (ativo total e vendas por ação), o resultado geral apresenta-se significativo e explica 44% das variações das variáveis. Observa-se que as variáveis de desempenho financeiro (valor adicionado intelectual, MBRe vendas por ação) não apresentam significância no modelo, o que vai de encontro de Sáenz (2005). Esse resultado pode ser explicado pela falta de interação entre trabalhadores como capital intelectual e empresas, uma vez que a variável ativo total apresenta resultado significativo e positivo. Isso pode ser interpretado como companhias com grande ativo acumulado possuem capacidade de promover melhores estruturas (tangível e intangível) nas organizações, o que nem sempre retornam como qualidade nos postos de trabalho.

De forma geral, observa-se que a adição de variáveis contábeis (ativo total e vendas por ação) afeta os resultados dos modelos de regressão, ao passo que são delineados a estrutura de capital, intelectual e estrutura baseada em ativos no modelo 2. Logo, identifica-se um funcionamento complexo nos atores que compõem esse estudo, no qual a visão da organização e dos acionistas em relação ao papel dos funcionários pode gerar ruídos na qualidade de trabalho e suas questões trabalhistas.

REFERÊNCIAS

- BASSI, L. J.; VAN BUREN, M. E. Valuing investments in intellectual capital. **International Journal Technology Management**, Geneva, v. 18, n. 5-8, p. 414-433, 1999.
- BROOKING, A. **Intellectual capital: core asset for the third millenium**. London: Thomson Learning, 1996.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La Agenda 2030 para el desarrollo sostenible en el nuevo contexto mundial y regional: escenarios y proyecciones en la presente crisis**. Santiago de Chile, Chile, 2020.
- DÍAZ-CHAO, Á.; FICAPAL-CUSÍ, P.; TORRENT-SELLENS, J. Did small and medium enterprises maintain better jobs during the early years of the recession? Job quality multidimensional evidence from Spain. **European Management Journal**, London, v. 35, n. 3, p. 396-413, 2017.
- DOLAN, P.; PEASGOOD, T.; WHITE, M. Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being. **Journal of Economic Psychology**, Amsterdam, v. 29, n. 1, p. 94-122, 2008.
- IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Measurement**

and management of intellectual capital: an introduction. New York, NY, 1998.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Amsterdam, v. 3, p. 305-360, 1976.

KAMIMURA, Q. P.; TAVARES, R. S. C. R. Acidentes do trabalho relacionados a transtornos psicológicos ocupacionais. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, São Paulo, SP, v. 1, n. 2, p. 140-156, 2012.

KON, A. Segmentação ocupacional dos trabalhadores brasileiros segundo raça. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

MACHADO, D. C.; MACHADO, A. F. Um aspecto da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 31, n. 2, p. 395-430, 2010.

MARTINEZ, M. C.; PARAGUAY, A. I. B. B. Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, SP, v. 6, p. 59-78, 2003.

MATOS, R. S.; MACHADO, A. F. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). **Econômica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 1, p. 5-27, 2006.

MONSUETO, S. E.; GOUVEIA, J. M. A. **Um índice de qualidade do mercado de trabalho metropolitano brasileiro**. Goiânia, GO: UFG, 2019. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas – Textos para Discussão n. 77).

MONSUETO, S. E.; CARRIJO, B. C. P. S.; MORAES, J. Uma proposta de classificação das ocupações da PME usando indicadores de qualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 15., 2017, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Uberlândia, MG: ABET, 2017.

MUÑOZ DE BUSTILLO, R. et al. E pluribus unum? A critical survey of job quality indicators. **Socio-Economic Review**, Oxford, v. 9, n. 3, p. 447-475, 2011.

MUÑOZ DE BUSTILLO, R.; FERNÁNDEZ-MACÍAS, E. Job satisfaction as an indicator of the quality of work. **Journal of Socio-Economics**, Amsterdam, v. 34, n. 5, p. 656-673, 2005.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Futuro do trabalho no Brasil:** perspectivas e diálogos tripartites. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_626908.pdf.

PENMAN, S. H. The articulation of price-earnings ratios and market-to-book ratios and the evaluation of growth. **Journal of Accounting Research**, US, v. 34, n. 2, p. 235-259, 1996.

PULIC, A. **Measuring the performance of intellectual potential knowledge economy**. [S. l. : s. n.], 2002.

PULIC, A. VAIC: an accounting tool for IC management. **International Journal Technology Management**, Geneva, v. 20, n. 5-8, p. 702-714, 2000.

ROYUELA, V.; SURINACH, J. Quality of work and aggregate productivity. **Social Indicators Research**, Holanda, v. 113, n. 1, p. 37-66, 2013.

SÁENZ, J. Human capital indicators, business performance and market-to-book ratio. **Journal of Intellectual Capital**, United Kingdom, v. 6, n. 3, p. 374-384, 2005.

SAINT-MARTIN, A.; INANC, H.; PRINZ, C. Job quality, health and productivity: an evidence-based framework for analysis. **OECD Social, Employment, and Migration Working Papers**, [S. l.], v. 221, p. 1-64, 2018.

SANTERO-SANCHES, R. et al. Gender differences in the hospitality industry: a job quality index. **Tourism Management**, Oxford, v. 52, p. 234-246, 2015.

O (DES)EQUILÍBRIO CONTÁBIL DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE 2000 A 2016

Stephanie Duarte Souto[♦]
Pamila Cristina Lima Siviero[♥]

RESUMO

O estudo procura analisar o equacionamento do Orçamento da Seguridade Social (OSS) no Brasil, entre os anos de 2000 a 2016. É realizada uma análise a respeito dos métodos de financiamento e benefícios propostos pela Previdência Social, que permite uma compreensão sobre a contabilidade do Sistema Previdenciário, considerando um confronto de metodologias, a partir da contabilidade praticada e divulgada pelo governo, e a contabilidade conforme as diretrizes da Constituição Federal de 1988. O estudo analisa ainda, aspectos que interferem no lado das despesas do Orçamento da Seguridade Social, a partir do processo acelerado de transição demográfica que vem ocorrendo no país. E, pela ótica das receitas, observa as políticas que interferem na base de financiamento dos benefícios vinculados à seguridade, identificando os impactos da Desvinculação dos Recursos de União, a trajetória do mercado de trabalho brasileiro, com altas taxas de desemprego e de informalidade, além da política de gastos tributários que, de forma conjunta, são responsáveis pela retirada e redução das contribuições sociais, de modo a identificar os impactos dessas variáveis sobre a Previdência Social. Essa análise parte da justificativa de que há um nexo causal entre as dificuldades impostas ao Orçamento da Seguridade Social com as dificuldades econômicas presentes no país. A principal conclusão obtida pelo estudo reside no fato de as despesas crescerem em um ritmo que não é acompanhado pelas receitas, o que culmina em um cenário de déficit da previdência nos anos de 2015 e 2016. Desse modo, a contabilidade praticada pelo Estado atribui os entraves do orçamento da seguridade apenas às despesas previdenciárias, não discutindo os reais problemas em torno das receitas desse orçamento.

Palavras-chave: Previdência Social; Seguridade Social; Envelhecimento populacional; Informalidade.

INTRODUÇÃO

O Sistema Previdenciário tem sido revisitado em praticamente todo o mundo. Os meios de financiamento, o processo de transformação demográfica que vem ocorrendo na sociedade, o papel do Estado no financiamento desse seguro e o suposto *déficit* do Sistema Previdenciário brasileiro, que tem sido divulgado pelo governo, têm gerado um debate sobre a necessidade de reformas no regime previdenciário que se apresenta em um quadro desalentador quanto à sua sustentabilidade.

No Brasil, o Sistema Previdenciário consolidou-se por meio da Constituição Federal (CF) de 1988. Desde então tem sido revisto por meio de alterações e reformas na sua estrutura original. Reformas essas que ocorreram em 1998, 2003 e 2005 e em novembro de 2019 foi aprovada uma Nova Reforma por meio da EC 103/2019,

[♦] Mestra em Economia pela Universidade Federal de Alfenas-MG. E-mail: sduartesouto92@yahoo.com.br

[♥] Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. Doutora em Demografia pelo Cedeplar/UFMG. E-mail: pclsiviero@gmail.com

considerada a mais radical contra os direitos sociais conquistados com a CF de 1988, aprovada com discurso de ser imprescindível para o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência, e necessária à retomada do crescimento do país. Entretanto, é válido salientar que um dos maiores objetivos da Previdência Social é de ser um direito social básico dos cidadãos, não sendo razoável sua análise apenas do ponto de vista fiscal e contábil.

Há dois argumentos consolidados como os responsáveis pela crise da Previdência: o primeiro reside nos ditos *déficits* bilionários nas contas públicas do OSS, e o segundo compete à transição demográfica, com o envelhecimento acelerado da população. Esses fatores estão presentes no discurso da mídia e estiveram no discurso da Nova Reforma previdenciária, trazendo à sociedade a necessidade de um maior entendimento sobre o equacionamento das receitas e despesas do Sistema Previdenciário, bem como do seu objetivo como política. Além disso, é primordial que o debate seja coerente com a atual situação da previdência e de suas futuras necessidades, em razão do contexto demográfico que afeta diretamente o orçamento do sistema e das demandas da sociedade.

O presente estudo analisa os dados referentes às diferentes metodologias do equacionamento das receitas e despesas da Previdência, com argumentações sobre a existência de *déficits* e *superávits* do regime. Além disso, é importante compreender a função desse sistema, partindo do pressuposto de que a Previdência Social é pública, universal, e necessária como política social.

Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar a contabilidade do Sistema de Seguridade Social brasileiro entre os anos 2000 a 2016. De forma geral, o trabalho trata das receitas e das despesas do OSS, com um olhar para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Investiga a situação financeira desse sistema, por meio de informações disponibilizadas pelo Governo Federal, na tentativa de identificar o real equacionamento das contas da Previdência. Essa análise conta com o direcionamento proposto pela CF de 1988, o qual especifica as formas de financiamento do grupo da Seguridade Social que engloba a Previdência Social. Assim, o trabalho: Identifica os métodos de financiamento do RGPS e analisa os dados que compõem essas receitas; Identifica os benefícios do RGPS e analisa os dados que compõem essas despesas; Analisa a Desvinculação das Receitas da União (DRU) de acordo com o percentual proposto pela Emenda Constitucional – EC nº 93 de 2016; Confronta os dados da contabilidade proposta para o OSS, de acordo com a CF de 1988, com a contabilidade praticada pelo governo; e faz uma análise dos resultados à luz de fatores demográficos, mercado de trabalho e fiscais que estão diretamente relacionados ao OSS.

O estudo se justifica pela necessidade de identificação do quadro superavitário ou deficitário do Sistema de Previdência Brasileiro, mediante análise geral do Sistema da Seguridade Social. Dessa forma, a contribuição proposta pelo estudo é o de verificar a real situação da Previdência Social do país, trazendo novos argumentos e transparência sobre os dados, além de relacionar com aspectos imprescindíveis e relevantes à discussão, tais como o processo de transição demográfica; as políticas fiscais, a DRU; políticas de desonerações fiscais concedidas pelos governos; e, ainda, a relação dos resultados da previdência com o mercado de trabalho, lançando luz para os efeitos na arrecadação.

MÉTODOS

A metodologia utilizada na elaboração do estudo é uma pesquisa exploratória por meio de levantamento bibliográfico de estudos sobre o tema e da análise analítico-quantitativa dos dados disponíveis sobre a Seguridade Social, com foco para a Previdência Social, visto que a estrutura da Seguridade Social no Brasil não permite que os números da Previdência sejam analisados de forma isolada.

Os argumentos discutidos e os resultados encontrados ao longo do estudo foram baseados em fontes de informações disponibilizadas pelo Ministério da Economia (ME), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tesouro Nacional (TN), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Receita Federal (RF). A existência de diferentes argumentações sobre a situação financeira da Previdência Social decorre do fato de existirem diferentes metodologias quanto à apuração do resultado do OSS. Diante dessas abordagens que permitem encontrar resultados distintos, a metodologia utilizada neste estudo é baseada nos benefícios e contribuições expressos na CF de 1988.

Para analisar os resultados do OSS são consolidados todos os dados entre os anos de 2000 a 2016, disponibilizados pelas diferentes fontes de financiamento, conforme previsto na CF de 1988. O recorte temporal utilizado é justificado pela disponibilidade dos dados apresentados pelo Ministério da Economia, com apresentação das receitas e despesas primárias do OSS. Assim, com base nessas informações, é possível identificar a metodologia praticada pelo governo. E utilizando os mesmos dados, esse estudo procura aplicar as diretrizes da CF de 1988 com o intuito de identificar a real situação do OSS, com um olhar para a Previdência, mas sem desvinculá-la dos demais grupos que integram a Seguridade – Saúde e Assistência Social.

Destarte, os dados foram consolidados e apresentados em três cenários: O primeiro retrata a contabilidade praticada pelo governo, com a apresentação das receitas e

despesas primárias da Seguridade Social; O segundo cenário apresenta o equacionamento das receitas e das despesas da Seguridade Social, desconsiderando os números dos RPPS; O terceiro cenário, além de desconsiderar as receitas e despesas dos RPPS, também reconsidera as receitas que são desvinculadas pela DRU. Para isso são utilizados os dados reportados no Demonstrativo das Receitas da Seguridade Social Desvinculadas apresentadas pelo Tesouro Nacional Transparente e divulgados por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Dessa forma, é reincorporado o valor de 20% até o ano de 2015, e de 30% no ano de 2016, nas receitas da seguridade, correspondente ao percentual de desvinculação, com o objetivo de analisar o impacto gerado por essa política ao OSS.

Os resultados encontrados foram discutidos à luz de três dimensões importantes, na tentativa de obter conclusões sobre a situação fiscal da Previdência Social: a transição demográfica e suas consequências, tais como envelhecimento populacional e outras alterações da pirâmide etária. Essa análise recorre às informações divulgadas pelo IBGE que apresenta uma série de bases de dados, dentre as quais esse estudo utiliza: Pesquisa Mensal de Emprego (PME); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Mensal (PNADC). Para a perspectiva do mercado de trabalho, o estudo recorre aos dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional Transparente, pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). E para a análise das desvinculações fiscais, utilizam-se os dados disponibilizados pela Receita Federal que realiza a fiscalização sobre essas desvinculações. Os valores são apresentados pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos, via Dados Econômico-Tributários e Aduaneiros da Receita Federal os quais são disponibilizados nos relatórios de Demonstrativos dos Gastos Tributários.

RESULTADOS: ANÁLISE DOS DADOS CONTÁBEIS DA SEGURIDADE SOCIAL – UM OLHAR SOBRE O RGPS

O resultado primário da Seguridade Social é apresentado nas Tabelas 1, 2 e 3, organizado conforme sites de divulgação do governo, amplamente divulgado à sociedade. Os dados apresentados correspondem ao OSS, na medida em que não há discriminação geral quanto aos recursos destinados à Previdência, Assistência Social e Saúde. As fontes diretas são direcionadas exclusivamente ao RGPS. As fontes indiretas, entretanto, são destinadas aos pagamentos das despesas do OSS, não sendo possível obter um orçamento apenas para a Previdência.

Considerando as principais fontes de financiamento, as receitas do OSS englobam recursos diretos representados pela folha de salários que são vinculados apenas à Previdência; e recursos indiretos, representados pela COFINS, CSLL, CPMF (extinta em 2007), concursos de prognósticos e PIS/PASEP. Esse último tem suas receitas vinculadas ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme estabelece o Artigo 239 da CF de 1988. Já as despesas vinculadas ao OSS destinam-se à Previdência, à Saúde e à Assistência Social. O equacionamento dessas receitas e despesas pode ser identificado no Resultado Primário da Seguridade por meio dos dados apresentados na Tabela 1 a 3 que correspondem ao resultado financeiro do OSS, com financiamentos e destinações do RGPS, de 2000 a 2016.

Diante dos dados apresentados nas Tabelas 1 a 3, é possível identificar três cenários: I, II e III. De forma primária, é apresentada a metodologia adotada pelo governo, no Resultado I observa-se que o governo considera como fonte de financiamento e destinações os Regimes Próprios dos Servidores Públicos e Militares, apresentando um resultado deficitário em todo o período analisado. Tal tratamento apresenta um resultado deficitário em todo o período analisado.

A partir da realidade dos dados, o estudo procura identificar qual deveria ser o real equacionamento do OSS, contrapondo a metodologia do governo. Assim, no Resultado II foram desconsideradas as receitas e despesas do RPPS, seguindo as diretrizes do artigo 201 da CF de 1988 no qual está expresso que o OSS se destina ao RGPS não estendendo aos regimes próprios. Dessa forma, os dados apresentados no segundo cenário refletem no ano de 2009, e a partir de 2013, um resultado deficitário, mas nos demais anos o cenário é de *superávit* no OSS. O que sugere o fato de o governo considerar as fontes de financiamento do RGPS para honrar as obrigações do RPPS.

Por fim, o Resultado III propõe a reconsideração dos recursos que são desvinculados por meio da DRU, além do tratamento aplicado no Resultado II – que desconsidera as receitas e despesas dos RPPS. Essa contabilidade objetiva identificar o efeito causado pela DRU e pela vinculação dos RPPS ao RPPS. O resultado reflete que, em praticamente todo o período, com exceção do ano de 2016, o resultado da Seguridade Social é superavitário. Apenas nos anos de 2015 e 2016, encontram-se cenários deficitários no OSS, o que reflete o poder da limitação desses recursos via desvinculação.

Para corroborar com os dados contábeis do resultado primário da seguridade social apresentados nas Tabelas 1 a 3 é apresentada, a seguir, a evolução das receitas e das despesas da seguridade entre os anos de 2000 a 2016, por meio das Tabelas 4, 5 e 6.

As tabelas 4 a 6 apresentam a evolução de um ano em relação ao outro, das receitas e despesas primárias do OSS. As receitas primárias da seguridade apresentaram variações negativas e positivas nas taxas de crescimento durante todo o período analisado. A trajetória das receitas da seguridade pode estar associada a fatores internos e externos que produziram efeitos na economia do Brasil e, visto que essas receitas estão alinhadas e vulneráveis à econômica do país. O percentual de redução nas contribuições sociais no ano de 2009 pode estar associado à Crise de 2008, visto que essas receitas estão atreladas à atividade econômica do país, o que implica em interferência no lado das receitas, quanto das despesas. Como através do aumento dos percentuais de seguro-desemprego e abono salarial em 2009, que comparado a 2008 pode haver uma associação com à Crise, que produziu efeitos negativos sobre o país, aumentando o número de demissões.

TABELA 1 – Resultado Primário da Seguridade Social, entre os anos de 2000 e 2005 – R\$ milhões correntes

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
I. Receitas Primárias	117.827	127.751	148.001	170.203	207.898	241.388
<u>I.1. Contribuições sociais</u>	<u>116.616</u>	<u>126.465</u>	<u>146.139</u>	<u>168.422</u>	<u>206.197</u>	<u>239.390</u>
RGPS	55.715	62.492	71.028	80.730	93.765	108.434
CSLL	7.525	7.163	9.950	12.679	15.697	20.248
COFINS	32.830	36.303	41.730	47.590	63.566	69.856
PIS/PASEP	4.876	5.320	6.166	8.165	9.587	10.665
CPMF	12.258	11.448	12.864	14.555	16.695	18.321
CPSS ⁽¹⁾	2.886	2.786	3.495	3.451	5.500	10.435
Custeio das Pensões Militares	133	515	796	774	813	849
Concursos de Prognósticos	392	438	111	479	574	580
<u>I.2. Receitas próprias dos órgãos integrantes do orçamento da seguridade social</u>	<u>945</u>	<u>980</u>	<u>1.498</u>	<u>1.389</u>	<u>1.252</u>	<u>1.442</u>
Saúde	592	622	654	703	751	937
Previdência	124	160	284	199	220	291
Assistência	163	134	243	235	115	174
Outras Seguridades	67	63	316	251	166	40
<u>I.3. Taxas e outras receitas arrecadadas por órgãos integrantes da Seguridade Social</u>	<u>0</u>	<u>306</u>	<u>365</u>	<u>393</u>	<u>448</u>	<u>557</u>
II. Despesas Primárias	127.139	147.258	170.420	197.400	229.966	265.539
<u>II.1. Principais benefícios da seguridade social</u>	<u>99.934</u>	<u>116.062</u>	<u>135.348</u>	<u>162.411</u>	<u>188.749</u>	<u>217.528</u>
Benefícios do Regime Geral da Previdência Social	65.224	75.365	86.560	107.836	126.021	146.840
Pagamento a servidores inativos da União, Ex-Territórios e FCDF	26.444	30.612	34.740	36.295	40.059	43.588
Benefícios assistenciais LOAS/RMV	3.492	4.286	5.251	6.475	7.575	9.335
Pagamento de seguro-desemprego e abono salarial	4.774	5.799	7.108	8.449	9.473	11.378
Bolsa-Família	0	0	1.689	3.357	5.621	6.386
<u>II.2. Salários dos servidores ativos do orçamento da seguridade social ⁽¹⁾</u>	<u>3.656</u>	<u>3.657</u>	<u>4.326</u>	<u>4.571</u>	<u>4.951</u>	<u>6.259</u>
Previdência Social	1.243	1.238	1.534	1.506	1.596	2.213
Saúde	2.320	2.316	2.649	2.922	3.188	3.789
Demais	92	103	143	142	167	258
<u>II.3. Outras despesas de custeio e capital da seguridade social</u>	<u>23.549</u>	<u>27.538</u>	<u>30.746</u>	<u>30.419</u>	<u>36.266</u>	<u>41.752</u>
Cumprimento de precatórios e sentenças judiciais	161	161	168	275	277	400
Ministério da Saúde	17.423	20.701	21.971	23.140	27.993	30.833
Demais	5.174	5.756	7.593	5.862	6.718	9.149
I. Resultado (Receitas Primárias - Despesas Primárias)	-9.312	-19.507	-22.418	-27.197	-22.069	-24.151
II. Resultado da Seguridade Social (menos RPPS)	19.903	14.584	16.780	12.019	19.841	18.930
III. Resultado da Seguridade Social (menos RPPS) - DRU	33.616	29.996	39.165	35.259	47.163	50.489

Fonte: Dados disponibilizados pelo Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>.

Notas: (1) Considera a contribuição patronal paga pela União ao RPSP.

I. Resultado: Receitas primárias da Seguridade Social – Despesas primárias da Seguridade Social. II. Resultado da Seguridade Social menos RPPS: Receitas diretas e indiretas da Seguridade Social, desconsiderando as receitas do RPPS - Despesas da Seguridade Social. III. Resultado da Seguridade Social menos RPPS, menos DRU: Receitas diretas e indiretas da Seguridade Social, com a desconsideração da DRU, desconsiderando as receitas do RPPS e as contas classificadas como Demais - Despesas da Seguridade Social.

TABELA 2 – Resultado Primário da Seguridade Social, entre os anos de 2006 e 2010 – R\$ milhões correntes

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
I. Receitas Primárias	264.492	303.505	331.122	350.261	408.930	473.325
<u>I.1. Contribuições sociais</u>	<u>261.916</u>	<u>300.107</u>	<u>326.912</u>	<u>346.042</u>	<u>403.898</u>	<u>465.240</u>
RGPS	123.520	140.411	163.355	182.008	211.968	245.978
CSLL	21.798	26.864	34.002	34.873	36.603	46.065
COFINS	71.378	81.084	96.075	93.407	112.018	127.701
PIS/PASEP	11.379	12.427	14.798	14.895	19.816	19.960
CPMF	20.244	22.997	634	58	-15	14
CPSS ⁽¹⁾	11.997	15.150	16.068	18.513	20.827	22.616
Custeio das Pensões Militares	1.021	1.079	1.210	1.345	1.495	1.620
Concursos de Prognósticos	579	95	769	942	1.186	1.285
<u>I.2. Receitas próprias dos órgãos integrantes do orçamento da seguridade social</u>	<u>1.974</u>	<u>2.570</u>	<u>3.169</u>	<u>3.118</u>	<u>3.867</u>	<u>4.884</u>
Saúde	1.394	1.836	2.221	2.488	2.693	755
Previdência	214	458	506	237	141	50
Assistência	199	224	284	255	3	107235,00
Outras Seguridades	167	52	159	138	1.030	-103.156
<u>I.3. Taxas e outras receitas arrecadadas por órgãos integrantes da Seguridade Social</u>	<u>602</u>	<u>828</u>	<u>1.040</u>	<u>1.102</u>	<u>1.164</u>	<u>3.201</u>
II. Despesas Primárias	303.693	337.575	371.645	428.468	475.429	531.429
<u>II.1. Principais benefícios da seguridade social</u>	<u>248.606</u>	<u>276.044</u>	<u>307.176</u>	<u>350.538</u>	<u>393.713</u>	<u>437.880</u>
Benefícios do Regime Geral da Previdência Social	166.314	183.076	201.424	226.312	254.821	282.468
Pagamento a servidores inativos da União, Ex-Territórios e FCDF	48.173	52.788	58.894	66.534	73.702	79.133
Benefícios assistenciais LOAS/RMV	11.571	13.468	15.642	18.712	22.529	25.462
Pagamento de seguro-desemprego e abono salarial	14.910	17.957	20.694	27.135	29.204	34.173
Bolsa-Família	7.638	8.756	10.522	11.844	13.457	16.644
<u>II.2. Salários dos servidores ativos do orçamento da seguridade social ⁽¹⁾</u>	<u>7.474</u>	<u>7.742</u>	<u>8.623</u>	<u>11.862</u>	<u>12.182</u>	<u>13.515</u>
Previdência Social	2.646	2.737	2.743	3.465	3.427	3.753
Saúde	4.549	4.698	5.534	6.562	6.293	6.937
Demais	279	308	345	1.835	2.463	2.824
<u>II.3. Outras despesas de custeio e capital da seguridade social</u>	<u>47.614</u>	<u>53.788</u>	<u>55.847</u>	<u>66.068</u>	<u>69.533</u>	<u>80.034</u>
Cumprimento de precatórios e sentenças judiciais	752	425	497	908	459	371
Benefícios a servidores públicos	1.526	1.690	1.730	1.920	2.609	2.877
Ministério da Saúde	35.542	40.508	44.049	51.076	53.675	63.277
Demais	9.794	11.166	9.570	12.164	12.790	13.509
I. Resultado (Receitas Primárias - Despesas Primárias)	-39.201	-34.070	-40.524	-78.207	-66.499	-58.103
II. Resultado da Seguridade Social (menos RPPS)	7.552	15.653	12.737	-15.612	2.743	16.004
III. Resultado da Seguridade Social (menos RPPS) - DRU	41.574	54.260	52.318	23.561	49.045	66.464

Fonte: Dados disponibilizados pelo Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>.

Notas:(1) Considera a contribuição patronal paga pela União ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. I. Resultado: Receitas primárias da Seguridade Social – Despesas primárias da Seguridade Social. II. Resultado da Seguridade Social menos RPPS: Receitas diretas e indiretas da Seguridade Social, desconsiderando as receitas do RPPS – Despesas da Seguridade Social. III. Resultado da Seguridade Social menos RPPS, menos DRU: Receitas diretas e indiretas da Seguridade Social, com a desconsideração da DRU, desconsiderando as receitas do RPPS e as contas classificadas como Demais - Despesas da Seguridade Social.

TABELA 3 – Resultado Primário da Seguridade Social, entre os anos de 2011 e 2016 – R\$ milhões correntes

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
I. Receitas Primárias	522.407	576.541	607.860	627.198	613.179
<u>I.1. Contribuições sociais</u>	<u>516.264</u>	<u>569.702</u>	<u>600.445</u>	<u>618.026</u>	<u>604.066</u>
RGPS	275.765	307.147	337.503	350.272	358.137
CSLL	46.022	50.215	50.611	47.792	47.200
COFINS	145.234	159.536	156.737	160.758	141.988
PIS/PASEP	23.356	25.140	24.998	25.560	22.513
CPMF	-117	-157	3	5	1
CPSS ⁽¹⁾	22.985	24.578	26.934	29.499	30.697
Custeio das Pensões Militares	1.601	1.737	1.875	2.120	2.051
Concursos de Prognósticos	1.419	1.506	1.784	2.019	1.479
<u>I.2. Receitas próprias dos órgãos integrantes do orçamento da seguridade social</u>	<u>55.472</u>	<u>60.718</u>	<u>61.487</u>	<u>64.557</u>	<u>85.625</u>
	<u>4.993</u>	<u>586</u>	<u>605</u>	<u>1.799</u>	<u>153</u>
Saúde	3.348	151	142	139	115
Previdência	395	399	399	541	0
Assistência	21	36	64	1.119	38
Outras Seguridade	1.229	0	0	0	0
<u>I.3. Taxas e outras receitas arrecadadas por órgãos integrantes da Seguridade Social</u>	<u>1.150</u>	<u>6.253</u>	<u>6.811</u>	<u>7.373</u>	<u>8.960</u>
II. Despesas Primárias	598.505	666.609	737.940	793.705	871.843
<u>II.1. Principais benefícios da seguridade social</u>	<u>492.478</u>	<u>552.604</u>	<u>614.445</u>	<u>661.982</u>	<u>732.889</u>
Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Benefícios do Regime Geral da Previdência Social	318.830	358.579	402.087	440.085	510.089
Pagamento a servidores inativos da União, Ex-Territórios e FCDF	82.488	89.144	95.922	104.123	90.602
Benefícios assistenciais LOAS/RMV	30.679	34.323	38.447	42.678	49.003
Pagamento de seguro-desemprego e abono salarial	39.950	46.561	51.833	48.180	55.704
Bolsa-Família	20.530	23.997	26.156	26.916	27.492
<u>II.2. Salários dos servidores ativos do orçamento da seguridade social ⁽¹⁾</u>	<u>14.228</u>	<u>15.222</u>	<u>16.395</u>	<u>18.105</u>	<u>19.249</u>
Previdência Social	3.859	4.184	4.418	4.523	4.537
Saúde	7.178	7.584	7.991	8.187	8.322
Demais	3.191	3.454	3.986	5.394	6.389
<u>II.3. Outras despesas de custeio e capital da seguridade social</u>	<u>91.799</u>	<u>98.783</u>	<u>107.100</u>	<u>113.619</u>	<u>119.705</u>
Cumprimento de precatórios e sentenças judiciais	437	424	771	1.064	1.186
Benefícios a servidores públicos	3.071	5.490	5.922	6.381	7.156
Ministério da Saúde	70.766	75.627	83.935	91.727	97.604
Demais	17.526	17.241	16.473	14.446	13.759
I. Resultado (Receitas Primárias - Despesas Primárias)	-76.097	-90.068	-130.080	-166.507	-258.663
II. Resultado da Seguridade Social (menos RPPS)	5.593	-1.054	-36.584	-67.782	-173.506
III. Resultado da Seguridade Social (menos RPPS) - DRU	60.402	59.075	23.295	-7.762	-81.541

Fonte: Dados disponibilizados pelo Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>.

Notas: (1) Considera a contribuição patronal paga pela União ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. I. Resultado: Receitas primárias da Seguridade Social - Despesas primárias da Seguridade Social. II. Resultado da Seguridade Social menos RPPS: Receitas diretas e indiretas da Seguridade Social, desconsiderando as receitas do RPPS - Despesas da Seguridade Social. III. Resultado da Seguridade Social menos RPPS, menos DRU: Receitas diretas e indiretas da Seguridade Social, com a desconsideração da DRU, desconsiderando as receitas do RPPS e as contas classificadas como Demais - Despesas da Seguridade Social.

Já o caminho descendente das contribuições sociais, a partir de 2014, pode estar associado à crise econômica que se instaurou no país no segundo governo da Presidente Dilma. Assim, é possível perceber que o resultado apresentado pela previdência nos últimos anos sofreu com o impacto da Crise de 2008 e foi fortemente afetado pela crise política e econômica que se instaurou no governo Dilma e, posteriormente, no governo Temer. Ambos os governos, em diferentes medidas, adotaram cortes nos investimentos com a finalidade de manter o *superávit* primário, por meio de renúncias de contribuições sociais e de impostos, elevando a taxa de juros, reduzindo o crédito público com o câmbio elevado, o que provocou impactos consideráveis na economia, com redução no consumo das famílias, com aumento na taxa de desemprego e, por consequência, aumento da informalidade e queda real dos salários (GENTIL, 2017). Essa crise iniciada no mandato da Presidente Dilma também influenciou diretamente na arrecadação de CSLL e COFINS, na medida em que essa contribuição incide sobre o lucro e o faturamento das empresas respectivamente, visto que essas são afetadas de forma negativa pelas crises e, automaticamente, isso recairá sobre o valor arrecado.

TABELA 4 – Contabilidade da Seguridade Social – Análise da evolução das Receitas e Despesas entre o período de 2000/2001 a 2007/2008, em percentual

ANO	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
I. Receitas Primárias	8,4%	15,9%	15,0%	22,1%	16,1%	9,6%	14,7%	9,1%
I*. Receitas Primárias + DRU	8,8%	19,0%	13,5%	21,6%	16,0%	9,4%	14,6%	8,4%
I.1. Contribuições sociais	8,4%	15,6%	15,2%	22,4%	16,1%	9,4%	14,6%	8,9%
RGPS	12,2%	13,7%	13,7%	16,1%	15,6%	13,9%	13,7%	16,3%
CSLL	-4,8%	38,9%	27,4%	23,8%	29,0%	7,7%	23,2%	26,6%
COFINS	10,6%	14,9%	14,0%	33,6%	9,9%	2,2%	13,6%	18,5%
PIS/PASEP	9,1%	15,9%	32,4%	17,4%	11,2%	6,7%	9,2%	19,1%
CPMF	-6,6%	12,4%	13,1%	14,7%	9,7%	10,5%	13,6%	-97,2%
CPSS (1)	-3,5%	25,5%	-1,3%	59,4%	89,7%	15,0%	26,3%	6,1%
Custeio das Pensões Militares	285,7%	54,7%	-2,8%	5,1%	4,5%	20,3%	5,7%	12,2%
Concursos de Prognósticos	11,6%	-74,7%	331,8%	19,9%	1,0%	0,0%	-83,7%	713,3%
I.2. Receitas próprias dos órgãos integrantes do orçamento da seguridade social	3,7%	52,8%	-7,3%	-9,8%	15,1%	36,9%	30,2%	23,3%
I.3. Taxas e outras receitas arrecadadas por órgãos integrantes da Seguridade Social	-	19,0%	7,7%	14,2%	24,2%	8,2%	37,4%	25,6%
II. Despesas Primárias	15,8%	15,7%	15,8%	16,5%	15,5%	14,4%	11,2%	10,1%
II.1. Principais benefícios da seguridade social	16,1%	16,6%	20,0%	16,2%	15,2%	14,3%	11,0%	11,3%
Benefícios do Regime Geral da Previdência Social	15,5%	14,9%	24,6%	16,9%	16,5%	13,3%	10,1%	10,0%
Pagamento a servidores inativos da União, Ex-Territórios e FCDF	15,8%	13,5%	4,5%	10,4%	8,8%	10,5%	9,6%	11,6%
Benefícios assistenciais LOAS/RMV	22,7%	22,5%	23,3%	17,0%	23,2%	23,9%	16,4%	16,1%
Pagamento de seguro-desemprego e abono salarial	21,5%	22,6%	18,9%	12,1%	20,1%	31,0%	20,4%	15,2%
Bolsa-Família	-	-	98,8%	67,4%	13,6%	19,6%	14,6%	20,2%
II.2. Salários dos servidores ativos do OSS	0,0%	18,3%	5,7%	8,3%	26,4%	19,4%	3,6%	11,4%
II.3. Outras despesas de custeio e capital da seguridade social	16,9%	11,6%	-1,1%	19,2%	15,1%	14,0%	13,0%	3,8%
Cumprimento de precatórios e	0,3%	4,0%	63,9%	0,6%	44,6%	87,9%	-43,5%	17,1%

sentenças judiciais								
Benefícios a servidores públicos	16,3%	10,2%	12,6%	11,9%	7,2%	11,3%	10,8%	2,4%
Ministério da Saúde	18,8%	6,1%	5,3%	21,0%	10,1%	15,3%	14,0%	8,7%
Demais	11,2%	31,9%	-22,8%	14,6%	36,2%	7,1%	14,0%	-14,3%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: I* Acrescentado o percentual desvinculado da DRU.

Pelo lado das despesas, observa-se uma redução nas despesas com RGPS e com seguro-desemprego que pode estar relacionada com a Medida Provisória 664/2014, aprovada pela Presidente Dilma, que alterou os benefícios das aposentadorias por tempo de contribuição; pensão por morte; auxílio-acidente e seguro-desemprego. Dessa forma, à medida que a MP altera a exigibilidade para alguns benefícios previdenciários, ela pode ter sido responsável por reduzir o valor agregado dessas despesas. Mas em 2016 as despesas com seguro-desemprego voltam a crescer o que pode estar relacionado ao fato de que mesmo a partir da MP 664 – que resultou na Lei 13.135/2015, o período de recessão da economia no Brasil produziu efeitos devastadores sobre o mercado de trabalho, com um aumento considerável nas taxas de desemprego que podem ter levado os trabalhadores formais a solicitarem seu seguro-desemprego.

TABELA 5 – Contabilidade da Seguridade Social – Análise da evolução das Receitas e Despesas entre o período de 2008/2009 a 2015/2016, em percentual

ANO	2008 /09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
I. Receitas Primárias	5,8%	16,8%	15,7%	10,4%	10,4%	5,4%	3,2%	-2,2%
I*. Receitas Primárias + DRU	5,1%	16,9%	15,1%	10,2%	10,3%	4,9%	2,9%	2,6%
I.1. Contribuições sociais	5,9%	16,7%	15,2%	11,0%	10,4%	5,4%	2,9%	-2,3%
RGPS	11,4 %	16,5%	16,0%	12,1%	11,4%	9,9%	3,8%	2,2%
CSLL	2,6%	5,0%	25,9%	-0,1%	9,1%	0,8%	-5,6%	-1,2%
COFINS	-2,8%	19,9%	14,0%	13,7%	9,8%	-1,8%	2,6%	-11,7%
PIS/PASEP	0,6%	33,0%	0,7%	17,0%	7,6%	-0,6%	2,3%	-11,9%
CPMF	90,9 %	-	-	-	34,1%	-	53,6%	-73,6%
CPSS (1)	15,2 %	12,5%	8,6%	1,6%	6,9%	9,6%	9,5%	4,1%
Custeio das Pensões Militares	11,1 %	11,2%	8,4%	-1,2%	8,5%	7,9%	13,1%	-3,3%
Concursos de Prognósticos	22,5 %	25,9%	8,4%	10,4%	6,2%	18,5%	13,1%	-26,7%
I.2. Receitas próprias dos órgãos integrantes do orçamento da seguridade social	-1,6%	24,0%	26,3%	2,2%	-88,3%	3,1%	197,4%	-91,5%
I.3. Taxas e outras receitas arrecadadas por órgãos integrantes da Seguridade Social	5,9%	5,7%	175,0%	-64,1%	443%	8,9%	8,3%	21,5%
II. Despesas Primárias	15,3 %	11,0%	11,8%	12,6%	11,4%	10,7%	7,6%	9,8%
II.1. Principais benefícios da seguridade social	14,1%	12,3%	11,2%	12,5%	12,2%	11,2%	7,7%	10,7%
Benefícios do Regime Geral da Previdência Social	12,4 %	12,6%	10,8%	12,9%	12,5%	12,1%	9,5%	15,9%
Pagamento a servidores inativos da União, Ex-Territórios e FCDF	13,0 %	10,8%	7,4%	4,2%	8,1%	7,6%	8,5%	-13,0%
Benefícios assistenciais LOAS/RMV	19,6 %	20,4%	13,0%	20,5%	11,9%	12,0%	11,0%	14,8%
Pagamento de seguro-desemprego e abono salarial	31,1 %	7,6%	17,0%	16,9%	16,5%	11,3%	-7,0%	15,6%
Bolsa-Família	12,6 %	13,6%	23,7%	23,3%	16,9%	9,0%	2,9%	2,1%
II.2. Salários dos servidores ativos do OSS	37,6 %	2,7%	10,9%	5,3%	7,0%	7,7%	10,4%	6,3%
II.3. Outras despesas de custeio e capital da seguridade social	18,3 %	5,2%	15,1%	14,7%	7,6%	8,4%	6,1%	5,4%
Cumprimento de precatórios e sentenças judiciais	82,6 %	-49,4%	-19,2%	17,7%	-2,8%	81,5%	38,1%	11,5%
Benefícios a servidores públicos	10,9 %	35,9%	10,3%	6,7%	78,8%	7,9%	7,8%	12,1%
Ministério da Saúde	16,0 %	5,1%	17,9%	11,8%	6,9%	11,0%	9,3%	6,4%
Demais	27,1 %	5,1%	5,6%	29,7%	-1,6%	-4,5%	-12,3%	-4,8%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: I* Acrescentado o percentual desvinculado da DRU.

A diminuição nos percentuais de crescimento das receitas também é resultado da diminuição dos postos de trabalho formais no Brasil e do aumento dos postos informais, na medida em que essa contribuição é retida pelos empregadores sobre os salários dos trabalhadores do mercado formal e pelas contribuições realizadas pelos empregadores.

Considerando o comportamento de crescimento das receitas e despesas primárias, ao longo de 2000 a 2016, observa-se que nos anos de 2002, 2004, 2005, 2007, 2010 e 2011

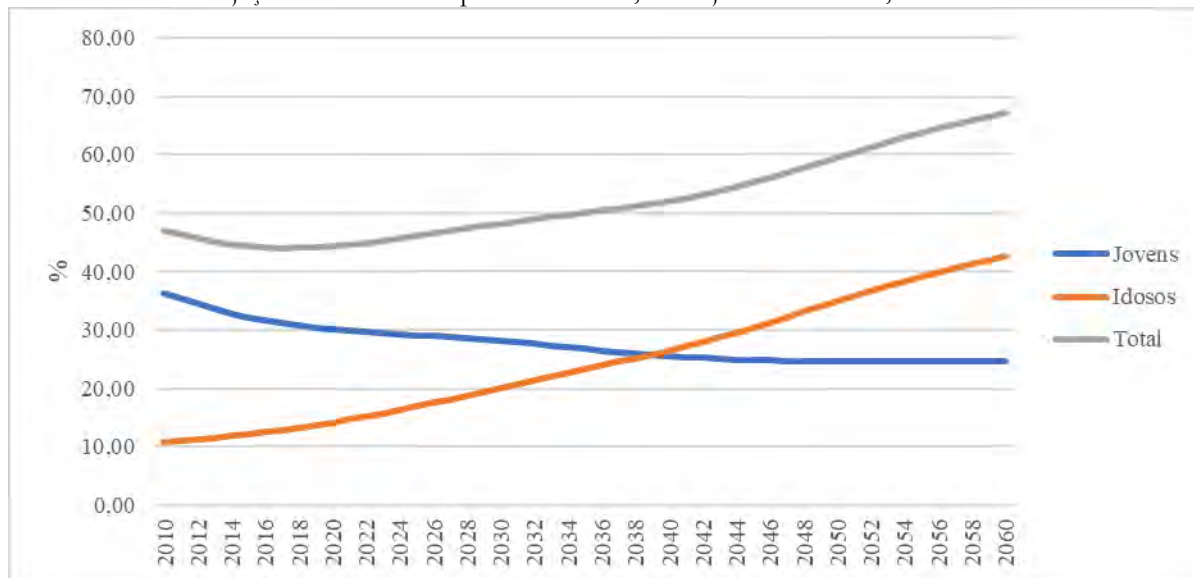
as receitas cresceram em um percentual superior às despesas primárias, o mesmo é válido quando comparado o percentual de aumento das receitas primárias acrescidas dos valores desvinculados da DRU, em comparação às despesas primárias. Já em relação à evolução das receitas e despesas diretas da previdência – RGPS, apenas nos anos de 2006 a 2008 e 2010 e 2011 há um crescimento superior das receitas comparado ao crescimento das despesas. E nos anos em que se verifica um quadro de *déficit*, em 2015 e 2016, há uma diferença importante entre os percentuais de crescimento das receitas e despesas do RGPS, com as despesas crescendo 16% em 2016, em relação ao ano de 2015, e as receitas reduzindo 2,3% em relação a 2015. Isso aponta um grande problema em relação à sustentação do OSS por parte das receitas, não sendo um problema exclusivo de um aumento contínuo das despesas, como afirmam os interessados nas reformas previdenciárias. Tal resultado reflete o poder da limitação desses recursos sobre a seguridade, e o ajuste fiscal tem implicado de forma permanente o (des)financiamento da seguridade e corroborado com o discurso dos crescentes *déficits* previdenciários como justificativa para contrarreformas do sistema de previdência (SALVADOR, 2017).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS COM UMA PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA, DO MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS DE DESONERAÇÕES FISCAIS

O propósito das discussões apresentadas nessa seção é confrontar o real papel das despesas – com o aumento dessas pelo processo de transição demográfica; e com o papel das receitas - analisando seu processo de formação, voltando para a análise do mercado de trabalho, além do processo de evasão dessas receitas provocadas tanto pela DRU, como pelas políticas de desonerações fiscais.

O incremento nas populações com idades mais avançadas é nítido na sociedade brasileira e essa transformação demográfica tem acontecido de modo acelerado no país. No processo de transição demográfica, há três períodos distintos em torno das alterações da estrutura etária da população do Brasil, as quais refletem o caminho da transição demográfica com suas alterações em termos de dependência entre a população ativa e a população assistida. Essa relação das taxas de dependência pode ser analisada no Gráfico 1 que apresenta a inversão da razão de dependência entre a população jovem (0-14 anos) sobre a população adulta (15-64 anos) e a população de idosos brasileira (65 anos ou mais) sobre a população adulta, no período de 2010 até o ano de 2060.

GRÁFICO 1 – Projeção da razão de dependência total, entre jovens e idosos, de 2010 a 2060



Fonte: Dados disponibilizados em 2018 pelo IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060. Notas: Razão de Dependência: Total: pop 0-14 anos + pop 65 anos ou mais / pop 15-64 anos; Jovens: pop 0-14 anos / pop 15-64 anos; Idosos: pop 65 anos ou mais / pop 15-64 anos.

Verifica-se, a partir do Gráfico 3, que no início dos anos da análise (2010), a relação de dependência da população jovem sobre a população total era maior do que a relação de dependência da população idosa e bem menor do que o verificado na década de 1970, quando a razão de dependência da população jovem sobre a adulta era de 80% (IBGE, 2008), e é a partir dos anos de 1970 que essa razão de dependência começa a cair. Essa razão tenderá a cair ainda mais nas próximas décadas, e se inverterá com a razão de dependência da população idosa sobre a população adulta entre os anos de 2037 a 2040, quando ocorrerá um aumento da população acima dos 65 anos sobre a população total. Isso implica na necessidade de se considerar e propor medidas referentes a essas mudanças, dado que um crescimento da população idosa aumentará o passivo previdenciário, em detrimento de menores ativos, em função de uma redução na faixa etária da população mais jovem. Bruno (2016) enfatiza que o processo de envelhecimento da população será responsável por consequências drásticas à sociedade, e mais precisamente à seguridade.

Paiva e Wajnman (2005) chamam ainda atenção para a relação demográfica e fiscal, na medida em que as alterações decorrentes do processo de alteração das relações de dependência entre as faixas ativas e assistidas modificam o equilíbrio da política fiscal, bem como das políticas públicas, lembrando da finalidade dada à seguridade social e à previdência, além da saúde, em função dos prováveis impactos com a elevação de gastos com a população em idade mais avançada.

É notório que o Brasil entrou no processo de envelhecimento populacional sem corrigir problemas básicos e persistentes de inclusão social. O *déficit* das transações correntes e o déficit público nominal, crescimento da dívida, diminuição da competitividade, baixa qualidade da educação, desequilíbrios da previdência, baixo aproveitamento da População em Idade Ativa, escândalos políticos e de corrupção sugerem uma crise estrutural no país e corroboram para um fim precoce e irreversível de um bônus demográfico. O que cria uma situação alarmante em relação ao equilíbrio financeiro da Previdência no futuro, visto que o Estado já enfrenta hoje os problemas para garantir o equilíbrio das contas (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Mesmo diante da redução da taxa de dependência demográfica, o ritmo da geração de postos de trabalho tem perdido fôlego, muito em razão do baixo desempenho da economia brasileira (ALVES; CAVENAGHI, 2016). Os dados refletem um aumento do desemprego considerando o período analisado, a redução da formalidade e o aumento da informalidade. Essa análise visa compreender a importância do trabalho formal no RGPS, na medida em que são apenas esses trabalhadores registrados que participam obrigatoriamente desse regime como contribuinte e beneficiário visto que, para os trabalhadores informais, a contribuição é facultativa (KON; LEITE; MARQUES, 2011).

A Previdência deveria assumir um papel importante frente às mazelas da sociedade, à diminuição da desigualdade, à solidariedade invertida e ao direito social de cada cidadão. E se a resposta para as questões profundas e estruturais da sociedade voltam-se para a reversão da desigualdade, é necessário encontrar nesse mercado as respostas, com a retomada do crescimento econômico, a diminuição do desemprego, o aumento da arrecadação, a filiação dos trabalhadores à previdência. “A crise econômica é que determina as alegadas dificuldades da previdência e não o contrário. A previdência depende do crescimento econômico e do mercado de trabalho” (SILVA, 2004, p.17-18).

Em continuidade à análise da economia do país, é preciso discutir sobre o processo das desonerações fiscais que comprometem de forma significativa o OSS. A Tabela 7 apresenta os números referentes às desonerações fiscais concedidas pelo governo sobre o OSS discriminando a incidência sobre as receitas diretas e indiretas desse sistema, de acordo com os dados apresentados pela RF, órgão responsável por apurar a renúncia das desonerações fiscais.

TABELA 7 – Demonstrativo das Desonerações Fiscais do Orçamento da Seguridade Social entre os anos de 2000 a 2016, em milhões

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
% do PIB	-	-	-	-	-	-	-	-	-
% da Arrecadação do RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desonerações RGPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desonerações CSLL	2241	482	549	602	726	2.022	2.535	2.958	4.525
Desonerações PIS-PASEP	136	217	283	498	1169	1.317	2.435	2.377	3.732
Desonerações Cofins	740	954	1182	2086	3270	5.410	9.810	13.351	20.058
TOTAL - Desonerações do OSS	3.117	1.653	2.014	3.186	5.165	8.749	14.780	18.686	28.315
ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
% do PIB	0,56%	0,55%	0,54%	0,54%	0,68%	1,09%	1,09%	0,87%	
% da Arrecadação do RGPS	8,64%	8,27%	8,30%	8,28%	9,86%	16,92%	17,85%	15,18%	
Desonerações RGPS	17.905	18.183	21.156	24.421	33.743	57.092	62.519	54.349	
Desonerações CSLL	6.087	8.333	5.830	6.976	8.788	9.301	10.490	11.171	
Desonerações PIS-PASEP	5.651	6.955	6.542	8.145	9.060	11.639	14.100	12.887	
Desonerações Cofins	29.418	33.883	34.618	41.376	46.142	58.510	70.538	64.558	
TOTAL - Desonerações do OSS	59.061	67.354	68.146	80.919	97.733	136.542	157.647	142.965	

Fonte: Receita Federal – Demonstrativo dos Gastos Tributário – DGT. Relatório de Bases Efetivas. Dados de 2000 a 2014: Bases efetivas. Dados de 2014 a 2016: dados estimados.

As desonerações fiscais apresentam uma trajetória crescente em relação à incidência sobre as receitas da OSS, com exceção do segundo ano analisado que apresenta uma queda em relação ao ano 2000, e o ano de 2016 que também apresenta uma inflexão sobre os valores encontrados em 2015. Esses números são representativos quando comparados aos valores arrecadados pelas receitas primárias da seguridade. Assim, o apelo da reforma da previdência se desassocia do argumento da falta de recursos, na medida em que se verificam os valores das desonerações fiscais, quando a partir de 2014 esses valores ultrapassam a casa dos 100 bilhões, o que retrata o fato de as desonerações prejudicarem o financiamento do orçamento da seguridade, representando um entrave às políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a seguridade social tenha sofrido reformas sobre o seu sistema, nenhuma dessas retirou o termo seguridade da Constituição. Segundo Vianna (2017), uma explicação sobre a manutenção da ideia da seguridade, mesmo com seu desmonte nas últimas décadas, reside no fato de que contribuições podem eventualmente serem criadas para o financiamento de áreas que tenham um apelo social maior, como é o caso da saúde – como foi feito com a criação da CPMF e, assim, a partir de mecanismo como o da DRU, novos recursos poderiam ser utilizados para outras finalidades, mantendo uma “utilidade instrumental”. É válido destacar que a Seguridade Social no Brasil é tida como um

importante mecanismo de proteção social e de desenvolvimento, por meio de transferências monetárias, via benefícios previdenciários e assistenciais e de serviços universais de saúde à população.

O presente trabalho procurou investigar a situação financeira e contábil da seguridade social, com um olhar voltado para o RGPS, entre os anos de 2000 e 2016, por meio de uma análise metodológica que considerou as diretrizes constitucionais. O estudo se fundamentou em uma investigação dos dados financeiros do resultado primário do Orçamento da Seguridade Social disponibilizados pelas fontes oficiais do governo. E além da análise financeira, investigou-se a situação da previdência social de uma forma ampla, sob as variáveis que interferem de forma direta e indireta nesse orçamento, com uma discussão desses resultados pela ótica econômica fundamentada no mercado de trabalho e em desonerações fiscais que afetam diretamente os ativos do OSS. Foi feita também uma análise sobre as mudanças demográficas que estão diretamente vinculadas ao passivo previdenciário. Essa discussão permitiu questionar a visão de que a crise previdenciária se fundamenta apenas no processo de transição demográfica do Brasil. Observar os efeitos da condução das políticas econômicas e fiscais vigentes no período de 2000 a 2016 também é fundamental para a compreensão da diminuição do tamanho das receitas da seguridade que tanto impactam as políticas sanitárias, assistenciais e previdenciárias do Brasil.

O grande problema está centralizado no fato de que as despesas crescem em um percentual que não é acompanhado pelas receitas e, talvez a solução para o problema devesse estar voltada para o fato dessas receitas não conseguirem acompanhar um ritmo de crescimento sustentável, e não apenas na apresentação óbvia fundamentada no crescimento das despesas que tendem a crescer, tanto por estarem atreladas ao salário mínimo, como também pelo processo natural da transição demográfica que demandará cada vez mais benefícios ao longo do tempo. Em vez de ampliar as receitas previdenciárias, o sistema caminha para a inviabilização do crescimento destas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. A estagnação da taxa de ocupação e o fim precoce do bônus demográfico. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO – ALAP, 7., ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, PE, v. 27, n. 2, 2012.

- BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos: conjunto de dados. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <http://www.dados.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2019.
- BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. **Estatísticas fiscais e transparência**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. **Relatório resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e outros demonstrativos**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- BRASIL. Secretaria de Políticas de Previdência Social. Orientação Normativa n. 02, de 31 de março de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31/03/2009.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 19. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2001.
- BRUNO, M. **A Previdência Social brasileira sob os impactos da financeirização e da transição demográfica**. São Paulo, SP: Plataforma Política Social. 2016.
- GENTIL, D. L. Ajuste Fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 10-31, 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível: ibge.gov.br. Acesso em: 02 out. 2019.
- INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Brasília, DF, 2019. Disponível em: inss.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2019.
- KON, A.; LEITE, M. G.; MARQUES, R. M. **Determinantes das mudanças ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro e impactos sobre o balanço previdenciário**. São Paulo, SP: PUC-SP, 2011. (Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia).
- PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 303-322, 2005.
- SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP, n. 130, p. 426-446, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.117>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- SILVA A. A. A Reforma da Previdência Social Brasileira entre o direito social e o mercado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 18, n. 3, p. 16-32, 2004.
- VIANNA, M. L. T. W. **Reforma da Previdência: contexto atual, pós-verdade e catástrofe**. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Estudos Estratégicos da Fio Cruz, 2017.

O NORDESTE NA ROTA DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

*Silvana Nunes de Queiroz**
*Carla Craice da Silva**
*Rosana Baeninger**
*Natália Belmonte Demétrio**
*Jóice Domeniconi**

RESUMO

Este trabalho analisa aspectos das migrações internacionais do Nordeste brasileiro com o objetivo de compreender a distribuição espacial dos imigrantes. A região Nordeste, que no século XX apresentou reduzido volume de imigrantes internacionais, em anos recentes teve uma crescente presença de imigrantes, mudança essa compreendida a partir do aporte teórico das migrações transnacionais, recurso analítico que articula as transformações advindas da divisão internacional do trabalho aos processos que ocorrem dentro das fronteiras nacionais. Em termos metodológicos, são utilizados registros administrativos do Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiro (SINCRE) para tal análise. No conjunto, estas fontes de informação revelam a diversidade dos fluxos migratórios em curso nas últimas décadas, bem como a importância do Nordeste como espaço da migração internacional brasileira, que se distribuiu não apenas nos grandes centros urbanos e capitais, mas também em vários municípios de pequeno e médio porte do interior nordestino.

Palavras-chave: Migrações internacionais; Nordeste; Interiorização.

INTRODUÇÃO

As desigualdades estruturadas no âmbito da divisão internacional do trabalho ganham novos contornos a partir dos anos de 1980 (HARVEY, 1992; SASSEN, 1998). Por um lado, a organização de uma cadeia transnacional de valorização financeira reitera antigas centralidades, alçando os principais centros de acumulação do mundo à condição de cidades globais, especializadas na gestão e coordenação dos investimentos (SASSEN, 1998). Por outro, a constituição de um mercado global encurtou distâncias, adensou as

* Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-graduação em Demografia da UFRN. Coordenadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC). E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

* Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Integrante do Grupo de NYEMBA e do Observatório das Migrações no Estado do Ceará. E-mail: carlacs@unilab.edu.br

* Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/NEPO/UNICAMP). Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br

* Pós-Doutoranda no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP) e coordenadora-Adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: natalia_belmontedemetrio@yahoo.com.br

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo, Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp. E-mail: natalia_belmontedemetrio@yahoo.com.br

redes de conexão entre lugares e países e fortaleceu novas frentes de crescimento econômico (HARVEY, 1992; SASSEN, 1998) que redesenharam o equilíbrio internacional de poder (MANRIQUE, 2012), de circulação de mercadorias e de pessoas.

O fechamento das fronteiras do Norte Global reforçou a constituição de novas rotas migratórias no mundo, intensificando os fluxos de circulação entre países periféricos. Baeninger (2016) analisa a consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais como país de trânsito, desde a vertente dos periféricos na periferia. Nessa nova fase da imigração internacional para o Brasil, quando os fluxos históricos são reconfigurados e há o protagonismo das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012; VISENTINI, 2010), os processos migratórios se mostram completamente novos (BAENINGER, 2017a). De acordo com Baeninger (2014, p. 1), na relação entre migração e reestruturação da produção, o imprescindível é sublinhar a “diversidade de situações migratórias locais, regionais e internacionais”, o que implica na incorporação do espaço como dimensão que ajuda na identificação das múltiplas faces das migrações internas e internacionais contemporâneas.

Em escala nacional, com a retomada do crescimento econômico pelo Brasil entre os anos de 2003 a 2014, assistiu-se a inserção de novos espaços produtivos e novas hierarquias de poder, como é o caso da região Nordeste que desponta, em anos recentes, no cenário de dispersão da atividade industrial, comercial e serviços (BACELAR, 2014; PAIXÃO, 2014). No bojo dessa transformação destaca-se a consolidação da produção de *commodities* exportáveis, em especial na área denominada Matopiba que abrange os estados do Maranhão e Bahia, e a expansão do setor energético, com álcool e petróleo (CANO, 2011). A presença de investidores estrangeiros tornou-se relevante na região, como europeus na aquisição de terras no litoral aquecendo o turismo, bem como de chineses e coreanos tanto no comércio como na construção civil (BOMTEMPO, 2019).

Diante desse cenário, o presente artigo analisa aspectos das migrações internacionais da região Nordeste com foco no porte dos municípios de destino, com o objetivo de compreender a distribuição espacial dos migrantes. Tem como hipótese que a configuração da rede de municípios é um elemento fundamental na compreensão das particularidades das migrações internacionais na região, em especial no processo de interiorização das migrações. Para tal análise, será utilizado o Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiro (SINCRE).

METODOLOGIA

Na análise quantitativa da imigração internacional para o Brasil, o envelhecimento das informações do Censo Demográfico de 2010¹ exige a exploração de fontes de informação alternativas, tais como os registros administrativos de diferentes órgãos públicos (COSTA; GURGEL, 2017). Embora esses cadastros tenham sido idealizados para o controle pelas instituições, sua apropriação pela academia e gestão pública tem avançado na produção de indicadores atualizados (mensais e anuais), fundamentais no período intercensitário (JANNUZZI, 2017).

Nesse artigo, optou-se pelo uso do Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiro (SINCRE), um registro administrativo de cadastro de imigrantes internacionais no Brasil realizado pela Polícia Federal/Ministério da Justiça. Como se trata de um banco de dados de registro oficial contínuo, guarda potencialidades e limitações quanto ao seu uso. A grande potencialidade refere-se ao fato de apresentar informações anuais sobre a imigração internacional. A principal lacuna, no entanto, refere-se aos imigrantes internacionais indocumentados. Contudo, seja em função das garantias previstas a todos os solicitantes de refúgio, seja através da promoção de acordos de residência no âmbito de planos de cooperação econômica (como o MERCOSUL), da concessão de anistias, ou mediante promulgação de resoluções normativas que disciplinam concessões especiais de vistos (como o visto humanitário) e outros casos previstos na lei, o número de indocumentados têm diminuído substancialmente no Brasil (FERNANDES et al., 2014).

A fim de analisar a migração internacional sob a perspectiva espacial, foi realizada uma classificação dos municípios considerando quatro categorias:

- a) **Metrópole Nacional:** abrangem as três Regiões Metropolitanas (RM) no Nordeste consideradas pelo IBGE como nacionais, sendo elas as RM de Fortaleza, Recife e Salvador;
- b) **Metrópole Regional:** consideradas as RM das outras capitais do Nordeste;
- c) **Cidades Médias:** municípios com mais de 100 mil até 500.000 mil habitantes que não estão nas regiões metropolitanas;
- d) **Municípios com menos de 100 mil habitantes.**

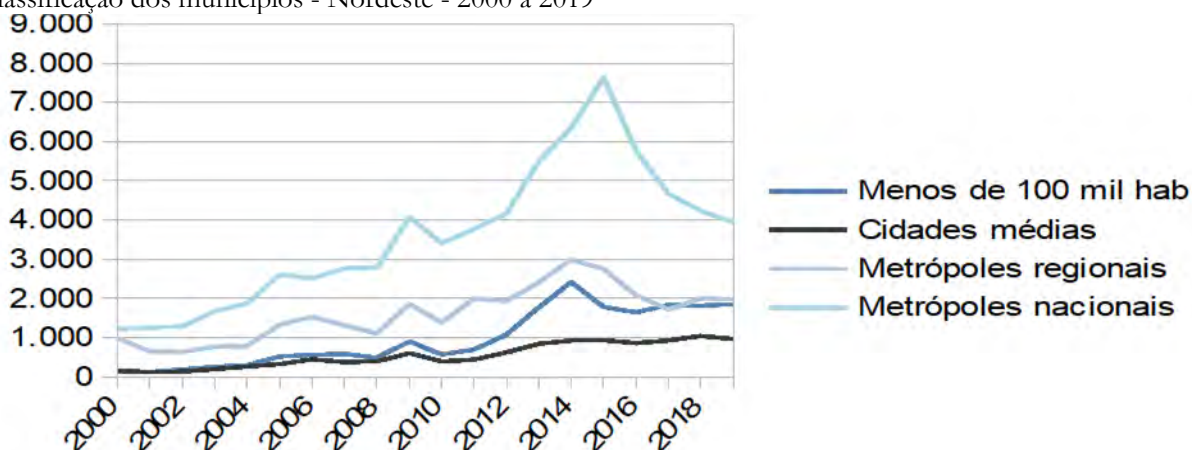
¹ As informações censitárias referentes a imigrantes internacionais no Nordeste, para o ano de 2000 e 2010, já foram amplamente exploradas por Silva e Ojima (2018).

IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO NORDESTE E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

As mudanças na inserção da região Nordeste na divisão interna e internacional do trabalho desencadeia uma nova fase da migração internacional para os estados nordestinos (SILVA; OJIMA, 2018; BOMTEMPO, 2019; FUSCO; QUEIROZ; BAENINGER, 2018). De região historicamente retratada na literatura como ‘terra de arribação’ (TARGINO, 1978) ou de grande perda populacional devido ao expressivo contingente humano que migrou para diversas partes do país, em especial o Sudeste (BRITO, 1999), a partir dos anos 2000 o Nordeste passa a receber não somente investimentos nacionais e internacionais, como também a acolher, receber e conviver com refugiados, migrantes e investidores de distintas partes do globo.

Segundo as informações do SINCRE, entre 2000 e 2019 foram registrados 134.261 imigrantes internacionais em municípios nordestinos. Ao longo do período, aconteceu um aumento gradual, sendo que em 2015 houve o maior número de registros, 13.099. Assim, na Figura 1, destaca-se o crescimento mais intenso de imigrantes nas metrópoles nacionais, que saltou de 1.218 registros em 2000 para 7.629 em 2015, mas com redução para o patamar de 3.940 em 2019. Destacam-se também os municípios com menos de 100 mil habitantes, onde foram registrados apenas 144 imigrantes em 2000, com um salto a 1.854 em 2019, superando o número de imigrantes residentes nas cidades médias.

FIGURA 1 – Imigrantes internacionais registrados (RNE/RNM), segundo ano do registro e classificação dos municípios - Nordeste - 2000 a 2019



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE)/Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA); Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.

Um dos aspectos que ajuda a compreender a presença dos imigrantes nas cidades menores consiste na migração induzida pelo Programa Mais Médicos (PMM). Criado em 2013, o PMM tem como objetivo a ampliação da atenção médica em áreas mais

vulnerabilizadas (NOGUEIRA et al., 2016), o que incluía territórios com baixa proporção desses profissionais da saúde no interior dos estados. Analisando o perfil dos médicos que aderiram ao PMM no Nordeste, Nogueira et al. (2016) destacou aspectos que corroboram para esta hipótese. Até o ano de 2014, 4.716 médicos se instalaram em municípios no Nordeste pelo PMM, sendo que 88% estavam distribuídos em municípios com até 50 mil habitantes e quase 80% era cubanos (3.735), além de nacionalidades como Argentina (19), Espanha (18), Venezuela (9), Portugal (7), Bolívia (6), Uruguai (5) entre outros países (NOGUEIRA et al., 2016). Apesar das recentes dificuldades impostas aos médicos de outros países no PMM, municípios com menos de 100 mil habitantes permanecem na rota da migração internacional, com um número de registros similar às cidades médias. Ressalta-se, ainda, que os latino-americanos compõe a maioria dos imigrantes nos municípios com até 100 mil habitantes conforme observado através da Tabela 1.

TABELA 1 – Imigrantes internacionais registrados (RNE/RNM), segundo Regiões do mundo de Nascimento e classificação dos municípios de residência – Nordeste - 2000 a 2019

Regiões do Mundo de Nascimento	Menos de 100 mil hab		Cidade média		Metrópole regional		Metrópole nacional		Total
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	
África	1.883	9,6	427	3,9	1.652	5,1	4.899	6,9	8.861
América do Norte	692	3,5	537	4,9	2.982	9,2	8.921	12,5	13.132
Am. Lat. e Caribe	8.359	42,8	4.738	43,1	7.905	24,5	14.825	20,7	35.827
Ásia	984	5,0	946	8,6	4.935	15,3	13.019	18,2	19.884
Europa	7.536	38,6	4.304	39,2	14.639	45,4	29.636	41,4	56.115
Oceania	70	0,4	31	0,3	126	0,4	207	0,3	434
Total	19.524	100,0	10.983	100,0	32.239	100,0	71.507	100,0	134.253

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRES)/Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA); Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.

Em linhas gerais, os imigrantes europeus estão mais presentes nas metrópoles nacionais, nesse caso RMF, RMR e RMS. Por sua vez, em municípios com menos de 100 mil habitantes e cidades médias, a maioria dos registros foram de latino-americanos. Ademais, a forte presença de imigrantes vindos da Europa, entre 38% e 45%, em todas as faixas de municípios, guarda relação com o aumento nos investimentos externos/aplicações financeiras individuais no país. Entre 2005-2009, a região Nordeste recebeu os maiores volumes de aplicações realizadas no Brasil, concentrados nos estados de São Paulo, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, oriundos majoritariamente da Itália, Espanha, Portugal, EUA e China. Os investidores estrangeiros (pessoa física) que aplicam recursos no Nordeste estão no setor de turismo residencial para veraneio (segunda residência). Já aqueles que alocam recursos no setor hoteleiro e de turismo (restaurantes, bares, agências de viagem, locadora de carros, ecoturismo) (FERREIRA; SILVA, 2007; QUEIROZ et al., 2012), destinam grande parte dos investimentos para zonas costeiras (BOMTEMPO, 2019). Somam-se a esse grupo os aposentados imigrantes que, como

apresentado na Tabela 2, compõe o quarto maior grupo quando se analisa a ocupação dos imigrantes.

TABELA 2 – Imigrantes internacionais registrados (RNE/RNM), segundo as 10 ocupações mais expressivas e classificação de municípios de residência – Nordeste – 2000 a 2019

Ocupações	Menos de 100 mil hab		Cidade média		Metrópole regional		Metrópole nacional		Total
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	
Estudante	3.106	15,9	1.823	16,6	5.501	17,1	15.444	21,6	25.874
Oficial, piloto, maquinista, marinheiro ou outro trabalhador na navegação marítima/fluvial	154	0,8	29	0,3	4.246	13,2	8.544	11,9	12.973
Diretor, gerente ou proprietário	1.962	10,0	1.181	10,8	3.006	9,3	5.515	7,7	11.664
Engenheiro	746	3,8	549	5,0	1.500	4,7	4.874	6,8	7.669
Aposentado, pensionista ou assemelhado	1.026	5,3	586	5,3	1.772	5,5	2.835	4,0	6.219
Sacerdote ou membro assemelhado de ordens/seitas religiosas	426	2,2	164	1,5	1.954	6,1	3.627	5,1	6.171
Vendedor, empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor a domicílio, jornalista, ou assemelhado	518	2,7	865	7,9	1.336	4,1	1.108	1,5	3.827
Professor, ou assemelhado	472	2,4	415	3,8	868	2,7	2.018	2,8	3.773
Médico, cirurgião, dentista ou assemelhado	1.682	8,6	309	2,8	314	1,0	692	1,0	2.997
Profissional liberal, técnico ou assemelhado não classificado sob outra denominação	412	2,1	293	2,7	519	1,6	1.594	2,2	2.818
Outras ocupações	6.518	33,4	3.485	31,7	8.896	27,6	19.163	26,8	38.062
Sem informação	1.834	9,4	929	8,5	1.721	5,3	4.668	6,5	9.152
Sem ocupação	672	3,4	355	3,2	606	1,9	1.429	2,0	3.062
Total	19.528	100,0	10.983	100,0	32.239	100,0	71.511	100,0	134.261

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE)/Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA); Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.

Outro destaque é o intenso fluxo de europeus vindos para o Nordeste a passeio, nos anos 1990, o que chamou atenção de grandes empresas (empreiteiras e grupos hoteleiros) europeias e, desde o início dos anos 2000, realizam grandes investimentos no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Bahia em hotéis, *resorts* e condomínios de luxo, procurando atender a demanda dos conterrâneos no Brasil (FERREIRA; SILVA, 2007). A circulação de imigrantes fomentada pelo turismo, principalmente para o litoral, tem conduzido a migração definitiva de europeus que almejam vivenciar um novo modo de vida (GONÇALVES, 2018). Esse tipo de migração, inclusive, tem forte relevância na dinâmica de municípios com menos de 100 mil habitantes, com destaque para Tibau do Sul (RN), onde se localiza a praia Pipa, Cairu (BA), Itacaré (BA) e Jijoca de Jericoacoara (CE), que tiveram mais de 500 imigrantes registrados em 2019.

O número de imigrantes asiáticos tornou-se mais intenso a partir de 2012, quando se soma ao fluxo mais antigo de japoneses e mais recentemente à vinda de chineses e sul-

coreanos (FUSCO; QUEIROZ; BAENINGER, 2018). A maior concentração de asiáticos estava nas metrópoles regional (15,31%) e nacional (18,21%). Bomtempo (2019) identifica que a política de atração do investimento do governo do Ceará despertou a vinda de empresas coreanas, como a Dongkuk, Steel e Posco, acionistas da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), e tem conduzido uma importante migração para a região desde 2012.

Dentre as ocupações mais citadas nos registros, além do caso dos médicos e aposentados já discutidos, destacam-se os fluxos de estudantes e de trabalhadores qualificados. Os estudantes representam o grupo majoritário de imigrantes em todas as faixas de município. Ojima e Fusco (2017) demonstraram a relevância desta modalidade migratória para a região Nordeste, principalmente de estudantes que chegam através do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), fomentando especialmente a relação sul-sul das migrações internacionais no Nordeste (SILVA; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2019). Isso inclui municípios fora das metrópoles, tendo em vista a política de interiorização das universidades, com destaque para o município de Redenção (CE) que registrou 1.002 imigrantes em 2019.

Já em relação àqueles que declararam exercer ocupações voltadas ao trabalho altamente qualificado - especialmente relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, inovação e criação (FLORIDA, 2014) – destacam-se na região Nordeste dois grupos principais: os engenheiros e os diretores/gerentes e proprietários. Como apontado por Sassen (1998), a circulação internacional de capital em diferentes regiões do mundo é acompanhada, também, pela migração de uma mão de obra altamente especializada. Essa análise condiz com a expressiva presença de imigrantes internacionais qualificados nas metrópoles nacionais relacionadas à instalação do capital internacional na região já discutida anteriormente. No entanto, cabe ressaltar a existência de uma diversificação dos espaços da migração qualificada na região Nordeste, com uma participação importante desse grupo nas metrópoles regionais - para os engenheiros - e em municípios com menos de 100 mil habitantes - para diretores, gerentes e proprietários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais temas da agenda de pesquisa que esse estudo abre, destaca-se: a participação importante de europeus (SILVA; OJIMA, 2018), em especial de investidores (QUEIROZ et al., 2012), aposentados e a migração induzida pelo turismo; as especificidades das migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014) na região, em especial com a vinda de médicos latino-americanos pelo PMM; a tendência crescente de interiorização desse

fenômeno (BAENINGER et al., 2018) com a crescente relevância de municípios com menos de 100 mil habitantes; o refúgio (BAENINGER, 2017b); e a importância dos estudantes na dinâmica das migrações internacionais (WENDEN, 2016).

Por meio da análise crítica dos resultados é possível iluminar a extrema diversidade dos fluxos migratórios contemporâneos para o Nordeste, suas novas tendências de redistribuição espacial (origem e destino) e suas variadas formas de inserção laboral. Se comparado ao resto do Brasil, essa região destaca-se pela maior proporção de europeus, o que exige novos olhares para as migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014) e para as particularidades quanto à inserção da região na divisão internacional do trabalho. Levanta-se, assim, os desafios quanto à construção de políticas sociais para imigrantes internacionais nos mais diferentes municípios nordestinos, da capital ao interior, do litoral ao sertão (SILVA; OJIMA, 2018).

REFERÊNCIAS

- BACELAR, T. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.
- BAENINGER, R. et al. Novos espaços das migrações internacionais no estado de São Paulo: uma análise do período recente a partir do município de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018.
- BAENINGER, R. Cenários das migrações internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017a.
- BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSSE, C. (org.). **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília, DF: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017b. p. 13-29.
- BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R. et al. (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2016.
- BAENINGER, R. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** [J. L.]: ALAP, 2014.
- BOMTEMPO, D. C. Migração internacional, economia urbana e territorialidades. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, GO, v. 39, p. 1-26, 2019.
- BRITO, F. Minas e o Nordeste, perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO, 2., 1999, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1999.
- CANO, W. **Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980**. Campinas, SP: Instituto de Economia/Unicamp, 2011. (Texto para Discussão, n. 193).

- COSTA, N. B. N.; GURGEL, H. C. Potencialidades e limites dos registros administrativos no estudo dos fluxos migratórios para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 12., 2017, Porto Alegre, RS. **Anais...** [S. l.]: ANPEGE, 2017.
- FERNANDES, D. et al. **Estudos sobre a imigração no Brasil e diálogo bilateral.** [S. l.]: Ministério do Trabalho/OIM/PUCMinas, 2014. (Relatório).
- FERREIRA, A. L. A.; SILVA, A. F. C. Perdas e ganhos na produção imobiliária: uma agenda pública para o futuro. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, v. 11, n. 245(44), 2007.
- FLORIDA, R. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community & everyday life.** New York, NY: Basic Books, 2014. (e-book).
- FUSCO, W.; QUEIROZ, S. N.; BAENINGER, R. Asiáticos no Nordeste brasileiro. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 56, 2018, Salamanca. **Anais...** [S. l.]: ICA, 2018.
- GONÇALVES, S. **Migração internacional e lazer no litoral turístico potiguar.** 2018. 221f. Tese (Doutorado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** 6. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.
- MANRIQUE, L. E. El emergente eje 'Sur-Sur' global. **Política Exterior**, Madrid, n. 146, 2012.
- NOGUEIRA, P. T. A. et al. Características da distribuição de profissionais do Programa Mais Médicos nos estados do Nordeste, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 9, p. 2889-2898, 2016.
- OJIMA, R.; FUSCO, W. (org). **Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente.** São Paulo, SP: Editora Edgard Blücher Ltda., 2017.
- PAIXÃO, M. C. S. **Investimento estrangeiro direto industrial no cenário ambiental e socioeconômico do Nordeste brasileiro.** 2014. 217f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- PHELPS, E. D. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist**, [S. l.], 06/02/2014.
- QUEIROZ, S. N. et al. Investimento externo e ingresso de estrangeiros no Brasil: perfil do imigrante autorizado para trabalho e investidor individual 2005-2009. **REDES – Revista do Desenvolvimento**, Regional, Santa Cruz do Sul, RS, v. 17, n. 3, p. 231-256, 2012.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.
- SILVA, C. C.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. Imigrantes internacionais no Ensino Superior brasileiro: o caso dos estudantes africanos. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 11., 2019, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2019.
- SILVA, M. A.; OJIMA, R. Entre o sertão e o mar: migrações internacionais contemporâneas no Nordeste brasileiro. **Novedades en Población**, Cuba, v. 14, n. 28, p. 1-12, 2018.

TARGINO, I. **Nordeste:** terra de arribação (um estudo de fatores determinantes do processo migratório no Nordeste). Recife, PE: Curso de Mestrado em Economia. CME-PIMES. Departamento de Economia da UFPE, 1978.

VISENTINI, P. G. F. Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou Imperialismo 'soft'? As relações Brasil-África do Governo Lula. **Século XXI – Revista de Relações Internacionais**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2010.

WENDEN, C. W. As novas migrações. **SUR 23**, [S. l.], v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016.

O PERFIL DAS MULHERES EM CARGOS DE LIDERANÇA NOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE: UMA ANÁLISE COM BASE NAS PNADs DE 2005 E 2015

*Rosyler Cristina Santos Simão[♦]
Isabela Vasconcelhos Folha[♥]*

RESUMO

O objetivo do artigo é traçar o perfil das mulheres ocupadas em cargos de liderança nos estados da região sudeste no período de 2005 a 2015 a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No presente trabalho, considera-se cargo de liderança aquele ocupado pelo indivíduo que terá poder e autoridade sobre os demais trabalhadores da organização, isto é, o profissional investido em cargos de gerente, supervisor e diretor. Na PNAD foram analisadas as seguintes variáveis: composição ocupacional, cor, idade e anos de estudo. Os dados utilizados classificam-se como dados secundários e foram analisados por meio de um software estatístico. Para apresentação e análise dos resultados foram utilizadas análise tabular e análise gráfica. Os resultados no período analisado mostram uma variação positiva no número de mulheres em cargos de liderança, porém, ainda a participação dos homens em cargos de liderança é bastante elevada comparativamente ao número de mulheres. Além disso, as ocupações em cargos de gerência na iniciativa privada são as maiores entre os grupos de mulheres líderes. Em relação ao perfil traçado predominam-se mulheres brancas com nível de escolaridade acima de 10 anos de estudo.

Palavras chaves: Mulheres; Cargos de liderança; Mercado de trabalho; Região Sudeste.

INTRODUÇÃO

Na literatura científica sobre o mercado de trabalho brasileiro há várias pesquisas que discutem a questão de gênero no mercado laboral, sob diferentes temáticas, entre tais temas destacam-se aqueles que discutem: a participação feminina na força de trabalho, mulheres chefes de família e mulheres em cargos de liderança.

Em relação à primeira temática cita-se o trabalho de Leone e Teixeira (2010) afirmando que a inserção da mulher na atividade econômica intensificou-se a partir da década de 1970, em um contexto de expansão da economia brasileira com acelerado processo de industrialização e crescente urbanização.

Quanto ao tópico referente a mulheres chefes de família a pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos – DIEESE (2004), mostra, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que no Brasil a chefia feminina estava presente em 19,3% dos domicílios, em 1992, e passou a ocorrer em 25,5%

[♦] Graduado em Ciências Econômicas, doutora em Desenvolvimento Econômico em 2009 pela UNICAMP. Docente do Instituto Federal de São Paulo - campus Sertãozinho. E-mail: rosyler@ifsp.edu.br

[♥] Graduanda no curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos no Instituto Federal de São Paulo – campus Sertãozinho. E-mail: isabela.vasconcelhos@aluno.ifsp.edu.br

dos lares, em 2002. Essa situação é vivenciada por mulheres pertencentes a diferentes classes sociais.

A última temática “mulheres em cargos de liderança”, escolhida para tema do presente trabalho, é discutida no trabalho de Hryniewicz e Viana (2018), mostrando tanto no Brasil, como no resto do mundo, poucas são as mulheres que ocupam a posição de CEO, que é a sigla inglesa de *Chief Executive Officer* ou Diretor Executivo.

Com base no exposto, o objetivo deste artigo é traçar o perfil das mulheres ocupantes de cargos de liderança nos estados da região sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), considerando os seguintes aspectos: cor, idade, escolaridade, posição na ocupação e chefes de família.

De acordo com Robbins (2002), liderança é a capacidade de influenciar um grupo em direção ao alcance de objetivos. Neste sentido, a liderança pode ser formal ou informal. A liderança formal é aquela vinculada a um cargo de gerência ou um cargo operacional dentro de um organograma organizacional. Assim, a pesquisa usa o conceito de liderança formal para determinar o sujeito da pesquisa, isto é, mulheres em cargos de liderança.

O presente trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução e as considerações finais, existe a segunda seção que diz respeito à base de dados utilizada e os procedimentos metodológicos e a terceira seção que é dedicada aos resultados e discussões.

MÉTODOS

Neste artigo, realiza-se apenas uma análise descritiva das variáveis que delineiam o perfil das mulheres ocupadas em cargos de liderança nos estados da região sudeste. Segundo Hoffmann (2013), a estatística descritiva consiste no uso de técnicas de organização, resumo e a representação dos dados.

Os dados utilizados nesta pesquisa são provenientes da PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tais informações estão disponíveis no formato de microdados que são um banco de dados em que os registros representam as unidades de coleta mais desagregadas, ou seja, a unidade de coleta é o indivíduo (IBGE, 2020). Foram selecionadas para apresentação dos resultados as PNADs de 2005 e 2015.

A amostra principal selecionada é constituída pelas mulheres trabalhadoras em ocupações classificadas como cargo de dirigente (considerada a variável *proxy* para o cargo de liderança), com idade de 18 a 80 anos, que receberam remuneração monetária positiva de todos os trabalhos, sendo que na amostra selecionada da PNAD de 2005, havia 94,3% mulheres líderes com apenas um emprego. As ocupações, na PNAD, são classificadas

utilizando a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO-Domiciliar), que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para as pesquisas domiciliares (IBGE, 2005).

Os procedimentos para expansão da amostra foram realizados pela ponderação das observações, usando a variável peso da pessoa no universo amostral, que é fornecido pelo IBGE. A Tabela 1 mostra o número de observações na amostra selecionada em cada estado da região sudeste.

TABELA 1 – Amostra absoluta, estados pertencentes a região sudeste, de acordo com as PNADs 2005 e 2015

Estados	2005	2015
Minas Gerais	291	287
Espírito Santo	61	61
Rio de Janeiro	216	216
Minas Gerais	416	416
Total	2.989	2.995

Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 2 apresenta a distribuição das pessoas ocupadas (homens e mulheres) em cargos de liderança nos estados da região sudeste: Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Observa-se a partir da Tabela 2 que entre 2005 e 2015 houve um aumento na participação das mulheres ocupadas em cargos de liderança em todos os estados, com destaque o Espírito Santo que teve um aumento de 74,8% neste tipo de ocupação para as mulheres. Por outro lado, no estado de São Paulo, unidade federativa mais rica do país, houve a menor variação positiva para tal tipo de ocupação.

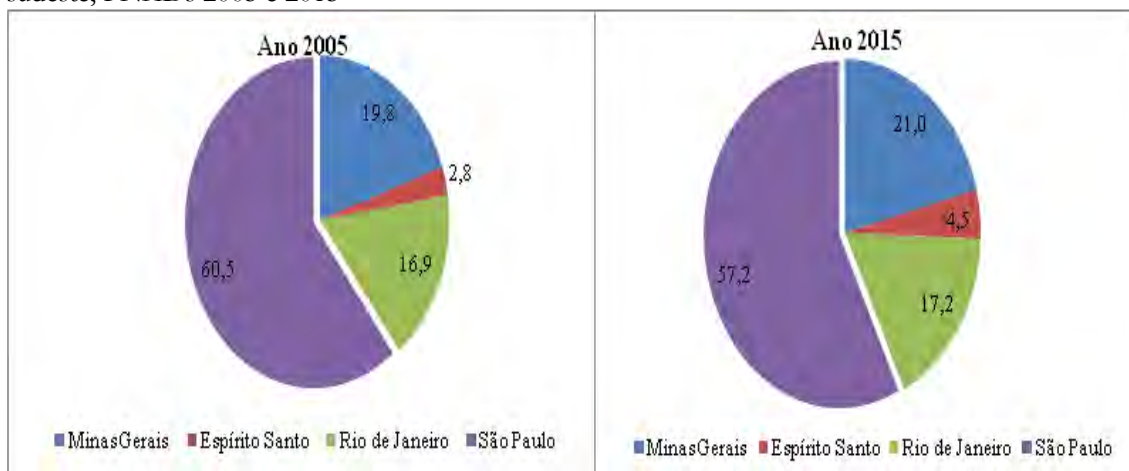
TABELA 2 – Número de homens e mulheres em cargos de liderança nos estados da Região Sudeste, PNADs 2005 e 2015

Estados	2005		2015		Variação %	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
MG	289.441	146.304	310.878	169.053	7,4%	15,5 %
ES	61.353	20.922	62.376	36.580	1,7%	74,8%
RJ	236.533	124.584	215.208	138.751	- 9,0%	11,4%
SP	804.811	447.394	791.320	46.0039	- 1,7%	2,8%
Total	1.392.138	739.204	1.379.782	804.423	- 0,9%	8,8%

Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

No Gráfico 1 é possível observar que do total de mulheres ocupantes de cargos de liderança na região sudeste, tanto em 2005 quanto em 2015, São Paulo tem a maior parcela dos cargos, superior inclusive à soma dos demais estados. Entretanto, entre os anos de 2005 e 2015 identifica-se um pequeno processo de desconcentração dos cargos de liderança das mulheres no Estado de São Paulo, uma vez que houve um aumento dos demais estados da região na participação dos cargos de liderança de mulheres em detrimento do estado paulista.

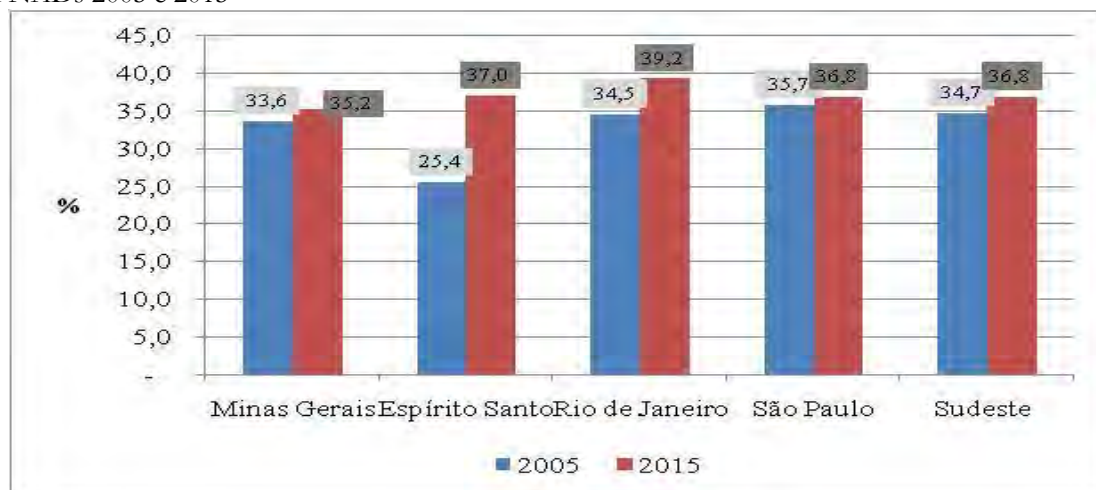
GRÁFICO 1 – Distribuição percentual dos cargos de liderança para mulheres por estados na região sudeste, PNADs 2005 e 2015



Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

O Gráfico 2 mostra a participação feminina em relação ao total de cargos de liderança em cada unidade federativa do sudeste, isto é, considerando a soma do número de homens e mulheres em cargos de liderança. De acordo com os dados, no Sudeste, 34,7% dos cargos de liderança eram ocupados por mulheres, em 2005, passando tal indicador para 36,8% em 2015. Assim, muito embora as mulheres constituem mais da metade da população da região elas estão sub representadas em cargos de direção ou gerência. Nota-se no Gráfico 1 que o Rio de Janeiro é o estado com a maior participação feminina em cargos de liderança, em 2015, apresentando uma participação de 39,2% maior que a média regional.

GRÁFICO 2 – Participação feminina nas ocupações de liderança por estados na região sudeste, PNADs 2005 e 2015



Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

A Tabela 3 apresenta os números absolutos e percentuais de mulheres em cargos de chefia segundo os grupos ocupacionais na região sudeste. As ocupações apresentadas foram encontradas no anexo no material metodológico da PNAD disponibilizado pelo IBGE. O termo líder no presente trabalho está sendo usado tanto para um gerente, um dirigente e ou diretor, uma vez que todos coordenam uma equipe.

Observa-se na Tabela 3 as distribuições de mulheres ocupadas de acordo com os grupos de ocupações da CBO. As mulheres líderes estão presentes em primeiro lugar nas ocupações de gerência de produção e operações, seguido pela gerência de áreas de apoio. Além disso, quase 95% dos cargos de liderança feminina são em organizações privadas.

TABELA 3 – Distribuição das mulheres ocupadas em cargos de liderança por grupos ocupacionais, na região sudeste, PNADs 2005 e 2015

Ocupações	2005		2015	
	Nº	%	Nº	%
Membros superiores e dirigentes do poder público	40.349	6,6	31.699	4,6
Dirigentes de empresas e organizações *				
Diretores gerais	8.155	1,1	10.480	1,3
Dirigente de empresas *	103.015	13,9	125.090	15,6
Diretores de áreas de produção e operações	45.969	6,2	33.575	4,2
Diretores de áreas de apoio	12.994	1,8	7589	0,9
Gerente de produção e operações	366.292	49,6	341.481	42,6
Gerentes de áreas de apoio	162.430	22,0	254.509	31,6
Total	739.204	100	804.423	100

Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

Nota: *empregadores com mais de 5 empregados

A Tabela 4 expõe algumas características demográficas sobre o perfil das mulheres analisadas em cargos de liderança nos estados da região sudeste. No período analisado chama atenção o fato de que as mulheres de cor branca representam a maioria das

mulheres líderes. Além disso, há um aumento na participação das mulheres líderes chefes de família, entre 2005 e 2015, em todos os estados da região sudeste, exceto no Espírito Santo.

Também se visualiza na Tabela 4 que a idade média das mulheres líderes, em todos os estados aumentou no período 2005-2015. Em relação ao rendimento de todos os trabalhos, em ambos os anos, o maior rendimento médio é do estado de São Paulo.

TABELA 4 – Perfil demográfico das mulheres ocupadas em cargos de liderança, estados da região sudeste, PNADs 2005 e 2015

Perfil	MG		ES		RJ		SP	
	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015
Idade média	39,2	42,7	38,5	44	40,2	40,6	39,3	40,9
Rendimento médio (R\$)	1.662	3.184	1.603	2.790	1.904	3.714	2.249	4.247
% brancas	75,4	63,0	72,7	50,8	73,1	64,4	84,4	77,2
% chefes de família	29,9	38,0	36,4	34,4	32,1	42,1	24,6	34,3

Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

Em relação à escolaridade, mensurada em anos de estudo, tem-se que é bem menor a proporção de mulheres líderes com menos até 10 anos de estudo e bem maior as proporções com 11 a 14 anos de estudo e com 15 ou mais, conforme ilustra a Tabela 5. Em todos os estados, entre 2005 e 2015, houve um aumento da participação de mulheres com a escolaridade com 15 anos ou mais de estudo, que representa pelo menos a conclusão do ensino superior, indicando que o mercado de trabalho exige maiores níveis educacionais das mulheres líderes. Também é importante destacar que no estado de São Paulo, mais da metade das mulheres líderes tem o curso superior concluído.

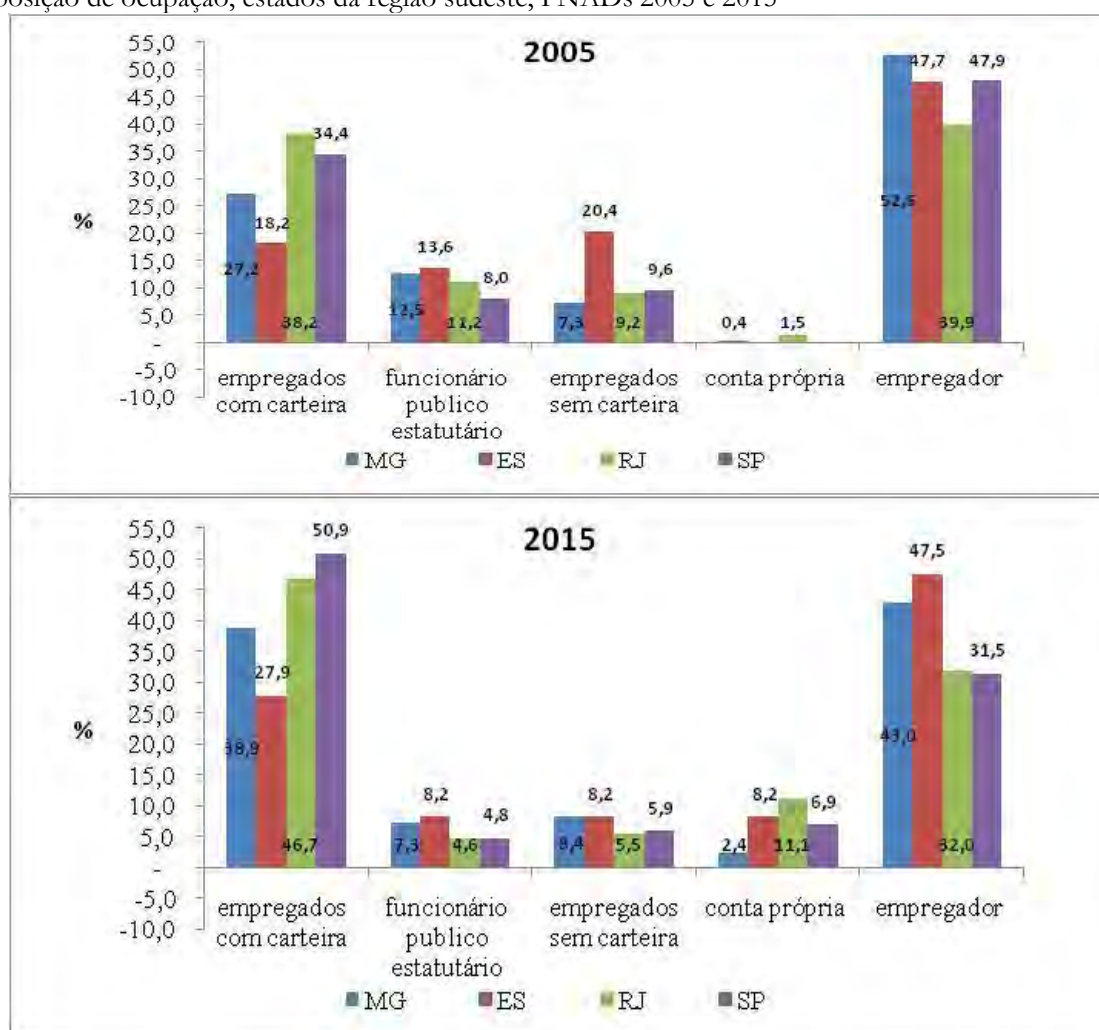
TABELA 5 – Distribuição das mulheres líderes, conforme anos de estudo, estados da região sudeste, PNADs 2005 e 2015

Anos de estudo	MG %		ES %		RJ %		SP %	
	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015
Sem instrução e menos de 1 ano	1,2	0,5	0,0	0,0	0,9	0,5	0,2	0,7
Menos de 8 anos	8,2	4,5	4,6	4,9	6,4	2,7	9,8	4,4
8 a 10 anos	10,1	7,2	2,3	13,1	9,9	3,7	7,6	5,6
11 a 14 anos	44,4	44,4	54,5	37,7	44,8	45,5	39,7	36,0
15 anos ou + anos	36,1	43,4	38,6	44,3	38,0	47,6	42,6	53,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

As mulheres líderes podem estar inseridas nas atividades econômicas como: empregadas assalariadas (com carteira assinada, sem carteira assinada e estatutário), empregadoras e autônomas (conta própria). O Gráfico 3 mostra essa distribuição das mulheres líderes nessas categorias ocupacionais. Em 2005, para todos os estados, a categoria com maior percentual de mulheres líderes é referente a empregadores. Segundo o IBGE (2005), empregador é a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Já em 2015, a trabalhadora líder com carteira assinada tem a maior participação nos estados Rio de Janeiro e São Paulo.

GRÁFICO 3 – Distribuição da taxa de mulheres ocupantes de cargos de liderança, segundo a posição de ocupação, estados da região sudeste, PNADs 2005 e 2015



Fonte: Microdados da PNADs 2005 e 2015. Elaboração própria.

No presente trabalho mostrou que a situação das mulheres em cargos de liderança nos estados da região sudeste apresentou alguns avanços de 2005 para 2015. Entretanto, os progressos foram tímidos em alguns estados, como por exemplo, o aumento no número de cargos de liderança no estado de São Paulo foi relativamente restrito em relação aos demais

estados da região. Além disso, destaca-se o fato de que a participação feminina em cargos de liderança é sub-representada, quando comparada aos homens.

Os resultados também indicam a necessidade de aumentar a participação de mulheres líderes em cargos de organizações públicas e diminuir a desigualdade racial no grupo das mulheres ocupantes de cargos de liderança. Neste sentido, infere-se, então, que o mercado de trabalho para mulheres em cargos de liderança necessita de políticas públicas e privadas no combate ao preconceito por gênero.

REFERÊNCIAS

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho.** São Paulo, SP, 2004. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas.** 4. ed. Ver. e ampl. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2013.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 3, p. 331-344, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v16n3/1679-3951-cebape-16-03-331.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comissão Nacional de Classificação – CONCLA.** Rio de Janeiro, RJ, 2019a. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/posicao-da-ocupacao/classificacao-de-posicao-na-ocupacao.html>. Disponível em: Acesso em: 14 set. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.** 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 set. 2019.

LEONE, E. T.; TEIXEIRA, M. O. As mulheres no mercado de trabalho e não organização sindical. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/2289>. Acesso em: 15 abr. 2020.

O POTENCIAL DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MULHERES MIGRANTES

Leticia Zamprônio Salum[♦]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar se há um potencial no desenvolvimento humano de mulheres que migram de um país a outro. Observa-se à luz da teoria feminista e dos estudos de gênero as dificuldades enfrentadas pelas migrantes e, com o aporte teórico de Amartya Sen acerca do desenvolvimento humano, discorre-se sobre a relação entre o desenvolvimento e fenômeno da migração internacional de mulheres. É importante neste estudo também a compreensão sobre a capacidade de agência dessas mulheres, então, dedica-se a compreender o desenvolvimento humano a partir da expansão da liberdade de agência e, por fim, analisa-se um caso específico de um fluxo migratório com observação das potencialidades de avanço nos níveis de desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano; Agência; Migrações internacionais; Migração de mulheres.

INTRODUÇÃO

As migrações internacionais são constituídas a partir de condições históricas específicas em contextos socioeconômicos particulares (MASSEY et al., 2008). Grande parte da literatura acerca do tema – tal como Massey, Sassen, De Haas, Castles e Miller – compreende que há uma relação entre os movimentos migratórios e o processo de desenvolvimento dos países, principalmente com relação aos fatores econômicos e ao mercado de trabalho, à economia mundial e aos avanços tecnológicos (MASSEY et al., 2008; DE HAAS, 2010; CASTLES; MILLER, 2009; SASSEN, 2010). A proposta deste trabalho, em outra perspectiva, é de evidenciar os avanços no desenvolvimento humano especificamente da pessoa que migra, salientando aspectos relacionados à experiência migratória da pessoa. Para isso, o aporte teórico e conceitual do desenvolvimento humano é utilizado. Textos e reflexões de Amartya Sen (1985; 1993; 2000; 2008), economista precursor do termo e que analisa como a abordagem das capacidades põe em perspectiva o ser humano nas questões relacionadas ao desenvolvimento.

Além disso, esta análise é específica sobre as mulheres que migram internacionalmente. Nesse sentido, é importante o debate dos estudos migratórios que problematizaram a visibilidade da mulher e passaram a observar como o gênero influencia nas tomadas de decisão e na migração de um modo geral. Por um lado, deve-se observar que a mulher é protagonista do ato de migrar, como Morokvasić (1984) expôs em sua

[♦] Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (2020). E-mail: leticiazsalum@gmail.com

análise. Por outro lado, as experiências das mulheres que migram têm muitas peculiaridades e se diferenciam das experiências masculinas, razão pela qual não é possível se utilizar teorias tradicionais sobre os fluxos migratórios para compreender as motivações das mulheres em migrarem (BOYD; GRIECO, 2003).

Essa perspectiva dos estudos de gênero e a proposta de se analisar a migração internacional de mulheres dá forma a um olhar sobre a questão da agência das mulheres ao migrarem. E, a partir disso, objetiva-se compreender: há um potencial de avanço no desenvolvimento humano das mulheres que migram?

MÉTODOS

O debate sobre migrações internacionais de mulheres está permeado pela questão do gênero e da posição da mulher na sociedade. Por isso, é fundamental que sejam discutidas essas questões a partir do contexto histórico e social para que a análise possa compreender as experiências migratórias de mulheres. Assim, a perspectiva feminista e os estudos de gênero se mostram como fundamentos significativos para a análise. A condição do gênero é um fator estruturante na vida das mulheres e é uma influência sobre suas decisões, sua liberdade, suas capacidades. Assim, mesmo Amartya Sen (2000) já observava que, os entraves às mulheres são muitos, porém, as mudanças proporcionadas a elas, relacionadas aos ganhos de poder e maior capacidade de agência, são transformações para toda a sociedade, um ganho positivo generalizado.

Por isso, é necessário primeiramente compreender o objeto do estudo a partir das condições que estão envolvidas: as mulheres migrantes têm suas vidas e experiências marcadas pelas desigualdades entre os gêneros em relação às oportunidades, às relações construídas, às hierarquias e papéis desempenhados. De um modo geral, todos os estágios da migração, as condições em que a migração acontece, as probabilidades e os resultados migratórios estão sendo influenciados pelas relações e hierarquias de gênero, como observam Boyd e Grieco (2003, p. 3).

Para observar essa condição na prática, um estudo de caso é realizado. Trata-se da análise do fluxo migratório de mulheres que saíram do Brasil em direção aos Estados Unidos, especificamente à cidade de Boston. Os dados desse estudo e as entrevistas foram realizadas por Soraya Fleischer (2002) durante sua pesquisa de mestrado. Apesar de não serem dados primários, é possível se compreender a partir da experiência migratória dessas brasileiras fatores que são essenciais para o avanço no desenvolvimento humano e, a partir

disso, salienta-se como a expansão das capacidades e da agência é realmente fundamental ao desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de desenvolvimento humano pode ser uma luz à compreensão de que as migrações têm potencial de melhoria do exercício de liberdade dos indivíduos e também possibilita a potencialização da capacidade dos indivíduos de engajamento em atividades sociais, políticas e econômicas (DE HAAS, 2010, p. 256).

Nesse sentido, na teoria do desenvolvimento humano de Sen (2000), o desenvolvimento não está reduzido ao fator econômico, mas sim, é muito mais amplo e está relacionado profundamente com as capacidades dos indivíduos. Essa abordagem teórica e interpretativa da realidade social desloca o foco restrito do debate de uma ótica economicista e amplia o olhar sobre a questão da redução da desigualdade e da pobreza a partir da ênfase nas necessidades das pessoas, como nos ensina o autor:

A principal preocupação é com a qualidade da vida que alguém possa ter. A necessidade de possuir mercadorias para alcançar determinadas condições de vida podem variar bastante de acordo com os aspectos fisiológicos, sociais, culturais, e outras características contingentes [...]. O valor do padrão de vida repousa no viver e não na posse de mercadorias, as quais têm relevância secundária e variável¹ (SEN, 1985, p. 34, tradução nossa).

Sen (2000) discorre que a expansão das liberdades é primordial para o processo de desenvolvimento, pois é por meio dela que o indivíduo tem condição para o “livre agir”, a autonomia, a autodeterminação e o poder de agente (PINHEIRO, 2012, p. 14). Em razão disso, o desenvolvimento humano advém da superação das “fontes de privação das liberdades dos indivíduos” (SEN, 2000, p. 33), que podem ser materiais ou econômicas, mas também podem ser políticas, sociais, ou relacionadas ao enfrentamento das mais diversas desigualdades e da pobreza (SEN, 2000, p. 34). Conforme nos explica o próprio autor:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privação de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento (SEN, 2000, p. 10).

¹ No original: “The main issue is the goodness of the life that one can lead. The needs of commodities for any specified achievement of living conditions may vary greatly with various physiological, social, cultural, and other contingent features [...]. The value of the living standard lies in the living and not in the possessing of commodities, which has derivative and varying relevance”.

As várias dimensões da desigualdade são impedimentos reais para o indivíduo exercer sua liberdade (SEN, 2000, p. 112), principalmente no que concerne à iniquidade de capacidade a qual, para o autor, pode ser percebida a partir do contexto da eficiência em disputa. É impossível que as pessoas tenham oportunidades iguais, mas não estarem devidamente capacitadas. Então, devemos buscar a igualdade de capacidades dos indivíduos ou a “eliminação das desigualdades claras nas capacidades” (SEN, 2008, p. 37).

Além disso, Pinheiro (2012) elucida que, na teoria de Amartya Sen (2000), a renda pode não ilustrar corretamente as diferenças reais entre as situações das pessoas. Nessa perspectiva, quando se pensa em desigualdade de capacidades, a renda não é unidade de medida, mas sim, um veículo para redução das desigualdades. Desse modo, não é correto afirmar que a transferência de renda, ou crescimento econômico, irá automaticamente sanar as desigualdades (PINHEIRO, 2012, p. 112). Isso ocorre, porque o fundamento teórico do desenvolvimento humano estabelece que a melhoria do desenvolvimento não está restrita ao aspecto econômico. A riqueza ou o crescimento econômico servem como um instrumento ao bem-estar social e individual, que se transforma em aumento da liberdade (MAURIEL, 2008, p. 297).

Segundo Sen (2000), a explicação está no fato de que, para promover o desenvolvimento humano e ocorrer a verdadeira superação das desigualdades e da pobreza, é necessário que exista a condição de agente da pessoa:

Embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre educação, melhores cuidados com a saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam (SEN, 2000, p. 334).

Os aspectos que influenciam as liberdades efetivas, de acordo com Sen (2001), estão relacionados à capacidade de funcionar, noção essa que tem como base a ideia de oportunidades. Ou seja, aquilo que a pessoa pode fazer por si mesma com os seus próprios recursos, oportunidades e direitos (MAURIEL, 2008, p. 299). Isto quer dizer que:

Recursos são importantes para a liberdade, e a renda é crucial para evitar a pobreza. Mas se nosso interesse diz respeito, em última instância, à liberdade, não podemos – dada a diversidade humana – tratar os recursos e a liberdade como sendo a mesma coisa (SEN, 2008, p. 175).

Assim, há uma integração entre economia, trabalho, educação, saúde, e outros âmbitos da vida social e com políticas sociais que visem a expansão da liberdade, o desenvolvimento das capacidades humanas e a efetivação da condição de agente das pessoas, pois, concebe-se que “os seres humanos não são meramente meios de produção,

mas também finalidade de todo processo” (SEN, 2000, p. 334). Além de ser centrada na pessoa, a compreensão de Sen (2000; 2008) sobre a pobreza abrange muito mais que a desigualdade de renda. Para ele, é uma “privação das capacidades básicas, e não apenas como baixa de renda” (SEN, 2000, p. 35).

Também é importante observar que o conceito de capacidade, conforme citado acima, está ligado à “oportunidade de liberdade”, enquanto, por funcionamento, Sen concebe que a vida é composta por um conjunto de atividades e modos de ser denominados efetivações, ou funcionamentos (*functionings*), relacionado à potencialização da capacidade de “funcionar ou de desempenhar funções” (SEN, 1993). Para tanto, a potencialidade da capacidade está ligada à expansão da liberdade das pessoas em exercerem suas escolhas.

Nesse sentido, a agência e a liberdade de agir é primordial para a análise. No entanto, essa capacidade está entremeadada pelas condições da pessoa. E, em se tratando de mulheres, há, então, de se refletir sobre a condição de gênero em relação à liberdade de agência. Sen (2000) destaca em sua análise:

A condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento. [...] pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres (SEN, 2000, p. 235).

Diante dessa teoria, é preciso compreender que o estudo sobre a migração de mulheres, então, deve conter a análise da condição social das mulheres. Para isso, as análises de pensadoras feministas são importantes, além de ser primordial também observar o fato que as estatísticas e dados sobre migrações não levam em consideração o gênero, causando a invisibilidade das mulheres em muitos estudos e, em muitos outros, o apagamento das mulheres como sujeitos e agentes protagonistas da migração (BOYD; GRIECO, 2003, p. 4).

Assumir que a mulher é uma dependente não ocorre somente no campo político-jurídico. Na realidade, as migrantes enfrentam dificuldades no mercado de trabalho, como por exemplo a desigualdade salarial. Isso acontece justamente por existir uma ideologia que inferioriza a posição da mulher como dependente do homem chefe de família e, por isso, estabelece que o salário de uma mulher é um complemento familiar, mesmo que essa não seja a realidade (MOROKVASIĆ, 1984, p. 889). Contudo, em muitos casos, a migrante,

além de ser sujeito ativo da migração, está na condição de chefe de família e na posição de comando do lar (PESSAR, 1984, p. 1190).

É comum que as migrantes ocupem postos de trabalhos no setor de limpeza, como faxineiras, e de cuidados com crianças, como babás. Esses postos de trabalho, inclusive, são usualmente relegados às migrantes por serem descartados pelos trabalhadores nacionais, o que contribui para a acentuar as baixas remunerações e condições precárias (BOYD; GRIECO, 2003, p. 24). A inserção das mulheres nesses setores informais da economia, como os serviços de cuidados, trabalhos domésticos e no mercado da prostituição, estão relacionadas à existência da herança cultural feminina e opressão de gênero (MOROKVASIĆ, 1984, p. 889). As relações de gênero estabelecidas a partir do ambiente familiar são ampliadas ao mercado de trabalho (MOROKVASIĆ, 1984, p. 889). Sendo assim, as tarefas e as ocupações desempenhadas pelas mulheres, que foram sexualmente definidas, afetam suas experiências de migração, suas estratégias migratórias e seu potencial no mercado de trabalho (PERES, 2014, p. 150). Nesse sentido:

É necessário pontuar, ainda, que o crescente fluxo migratório de mulheres para trabalhar como domésticas em países do Primeiro Mundo é consequência direta do desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal. Refêns da histórica dominação e exploração colonial que se perpetua através da dominação oligárquica de suas elites, as pessoas e as famílias não conseguem sobreviver em seus países. Em função dos ajustes fiscais atribuídos pelo neoliberalismo aos países do Terceiro Mundo, o Estado tem se afastado de seus compromissos, tornando-se “mínimo para o social e máximo para o capital” (LISBOA, 2007, p. 808).

Nessa perspectiva, as normas sociais que regulam a vida das mulheres, estabelecidas a partir das relações de gênero, determinam os espaços adequados para elas (e também para os homens), as atividades que eles podem ou não realizar, o controle da sexualidade feminina e, no interior da família, operacionalizam-se as obrigações familiares e as estruturas de autoridade que afetam as formas e ritmos da migração feminina (CASTRO, 2006, p. 69). Logo, se as experiências migratórias de mulheres estão profundamente marcadas pelas diferenças de gênero, então, as redes de contato, a seletividade e as estratégias migratórias também se diferenciam de acordo com o gênero (PERES, 2014, p. 152). Observa-se que, junto a esse fator condicionante, as trajetórias migratórias das mulheres também estão relacionadas ao ciclo de suas vidas, sendo que o planejamento de suas vidas (tanto individual quanto familiar), e questões como o casamento e o nascimento de filhos são aspectos que orientam sua mobilidade (PERES, 2013, p. 125). Como explica Castro quanto às desigualdades em termos de gênero:

As diferenças significativas entre os sexos são diferenças de gênero. Cada sociedade dita o que espera de cada um dos sexos. O status sexual marca a participação de homens e mulheres nas instituições sociais, na família, na escola, na política, na economia, no Estado e nas religiões, que incluem valores e expectativas do que uma sociedade espera ser feminina ou masculino² (CASTRO, 2006, p. 66-67, tradução nossa).

Desse modo, a experiência migratória feminina está entrecortada pela própria condição social do que é ser mulher – e isso resvala também na forma como os lares de migrantes se estruturam. Em razão da necessidade econômica de trabalhar, há uma mudança na atribuição tradicional dos papéis de gênero. A migrante não está restrita à esfera da vida privada, mas também participa da esfera pública como trabalhadora. Isso gera mais autoestima às mulheres, promovendo-lhes a oportunidade de participarem na tomada de decisão tanto no ambiente familiar quanto na relação conjugal (PESSAR, 1984, p. 1192).

Segundo Pessar (1984), o ambiente de trabalho se torna um recurso para as mulheres redefinirem e renegociarem as relações de gênero dentro de casa e a divisão sexual do trabalho, uma vez que a necessidade de trabalhar fora traz questionamentos sobre a dicotomia patriarcal dos papéis de homens e mulheres. Assim, é desafiado o paradigma tradicional de que o homem está para a esfera pública enquanto a mulher está para a esfera doméstica. A autora destaca que o trabalho aumenta a autoestima das mulheres, e o salário obtido com o trabalho ajuda a realizar seu papel como mãe e esposa de modo mais completo e também, ajuda-as a participar das decisões familiares em condição de igualdade com seus companheiros (PESSAR, 1984, p. 1192).

Nesse aspecto específico, podemos observar um dado interessante das entrevistas realizadas pela pesquisadora Soraya Fleischer (2002). Ao estudar as brasileiras que migraram para Boston e se inseriram no setor de faxina doméstica, Fleischer compreende que as mulheres brasileiras conquistaram vantagens a partir desse trabalho.

Como os demais migrantes, estas mulheres sabem que, nos EUA, elas vão ser responsáveis por parte do orçamento familiar. Elas têm a mesma disposição e desprendimento para o trabalho que seus parceiros [...]. Mas o trabalho de limpeza de casas tem alguns atrativos especiais para as brasileiras. Elas mesmas podem justificar sua escolha profissional. A vantagem que primeiramente é associada a este trabalho é a remuneração (FLEISCHER, 2002, p. 84).

² No original: “Las diferencias significativas entre los sexos son las diferencias de género. Cada sociedad dictamina qué espera de cada uno de los sexos. El status sexual marca la participación de hombres y mujeres en las instituciones sociales, en la familia, la escuela, la política, la economía, el Estado y en las religiones, las cuales incluyen valores y expectativas de lo que una sociedad espera del ser femenino o masculino” (CASTRO, 2006, p. 66-67).

A inserção no mercado de trabalho, obviamente, não pode ser considerada um avanço no desenvolvimento humano por si só, mas ela coopera para que as mulheres tenham mais chances de negociação no interior de suas famílias. Como grande parte dessas mulheres passam a ganhar mais que os maridos, há ali um enfrentamento entre o casal por disputas de poder e ressignificação das hierarquias de gênero a partir da conquista da independência financeira da mulher.

As *housecleaners* brasileiras muitas vezes ganham mais que seus maridos, realidade bastante diferente daquela deixada no Brasil. Pelo menos em termos financeiros, estas mulheres estão viabilizando sua emancipação através do *housecleaning* (FLEISCHER, 2002, p. 87).

Nesse sentido, a emancipação e a autonomia das mulheres se dá a partir de uma reconfiguração de seu papel familiar e da relação conjugal, passando a serem provedoras da família. Evidentemente, não podemos reduzir a autonomia à independência financeira. Entretanto, como discutido à luz da teoria seniana, a melhoria na renda provoca efeitos em sua capacidade de disputar o poder e negociar outras formas de demandar por mudanças quanto aos papéis tradicionalmente desempenhados no seio familiar e por igualdade na divisão de tarefas domésticas perante o cônjuge. Ou, até mesmo, que a divisão das tarefas parta de seus maridos, como diz esse entrevistado:

Quando o homem chega sozinho aqui não pode ter machismo, porque todo trabalho é digno, se você trabalha, você recebe. Às vezes, a pessoa chega aqui, come e não quer saber de lavar um prato. Não pode. Eu sou casado com a Leda e não posso sobrecarregar ela. Ela cozinha, lava as vasilhas, faz tudo? Eu tenho que fazer alguma coisa, dividir com ela. Se ela trabalha e ganha o que eu ganho, é digno também que eu faça o que ela faz (FLEISCHER, 2002, p. 89, entrevistado Tomás).

Fato é que as mulheres no negócio da faxina têm trabalho o ano inteiro, boas remunerações e, acima de tudo, são valorizadas por seu sucesso no negócio, advindo da criatividade e da habilidade em se vender como boa faxineira. Com isso, Fleischer ainda indica que os homens trabalhando no *housecleaning* estão juntos ou subordinados a mulheres de sua família, como sua mãe, esposa, irmã, prima, entre outros (FLEISCHER, 2002, p. 89).

Nesse sentido, podemos refletir que o trabalho no contexto da migração coopera com a mudança na divisão sexual do trabalho nos lares de migrantes e também que a realidade da migração reordena a vida familiar. Podemos, então, discutir se essa transformação possibilita a liberdade de agência dessas mulheres, expandindo sua capacidade e, a partir disso, avançando no desenvolvimento humano. Como já discutido, o

desenvolvimento humano não se reduz à melhoria de rendimentos ou à melhoria da condição financeira. Supõe ter capacidade de, a partir de uma melhoria de condição, neste caso, a financeira, gerar mudanças em outras condições, ou seja, que a renda possa ser convertida em ampliação das capacidades em outras esferas.

As negociações nas relações de poder, autodeterminação e autonomia são fundamentais ao exercício de liberdade, de acordo com a teoria de Sen. E a liberdade é exercida a partir da capacidade pessoal de conseguir a vida que se deseja. Assim sendo, a capacidade de realizar algo que se quer é indicativo de agir em liberdade de escolhas – o desenvolvimento humano existe a partir disto e para este fim: “a expansão da liberdade é vista [...] como principal fim e o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 10).

Nessa perspectiva, tanto a liberdade de escolha por migrar, como discorrido anteriormente, quanto a melhoria da renda que possibilita usufruir de mais liberdade e a capacidade de realizar algo que se deseja amplia a potência do desenvolvimento humano dessa pessoa. Isso denota um maior bem-estar e melhor qualidade de vida à migrante e, por conseguinte, sua família, que podem garantir condições de vida melhores e podem aumentar suas oportunidades e possibilidades em alcançar mais objetivos pessoais.

Assim, pode-se concluir que a migração possibilitou ganhos em questão de expansão das capacidades e de desenvolvimento humano para essas mulheres brasileiras. Ao buscarem melhores oportunidades de emprego em outros países, as migrantes se confrontaram com possibilidades de exercício de liberdade e capacidade, maior autonomia e até mesmo certa negociação com seus parceiros por maior poder na esfera doméstica.

REFERÊNCIAS

- BOYD, M.; GRIECO, E. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- CASTLES, S.; MILLER, M. Globalization, development and migration. In: CASTLES, S.; DE HAAS, H.; MILLER, M. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 4. ed. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- CASTRO, J. Y. C. **Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de gênero em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo**. 2006. 470f. Tese (Doutorado) – Universidad de Granada, Espanha, 2006.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>. Acesso em: 14 fev. 2019.

DE HAAS, H. Mobility and human development. In: PNUD-ONU. **Human development reports**. New York, NY, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/mobility-and-human-development>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FLEISCHER, S. R. **Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachussetts**. São Paulo, SP: Annablume, 2002.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 3, p. 805-821, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a17v15n3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. New York, NY: Oxford University Press, 2008.

MAURIEL, A. P. O. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. 2008. 351f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

MOROKVASIĆ, M. Birds of Passage Are Also Women... **The International Migration Review**, New York, NY, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984. Disponível em: www.jstor.org/stable/2546066. Acesso em: 15 abr. 2019.

PESSAR, P. R. The linkage between the household and workplace of Dominican women in the U.S. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 38, n. 4, p. 1188-1211, 1984. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12340234>. Acesso em: 04 abr. 2019.

PERES, R. “O que importa é o que acontece com a sua família”: um diálogo entre família e migração. **Revista PerCursos**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 28, p. 146-165, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724215282014146>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PERES, R. Mulheres na fronteira: imigração e gênero. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2013. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_09.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

PINHEIRO, M. M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2012. (Texto para Discussão 1794). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/989/1/TD_1794.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

SASSEN, S. A criação de migrações internacionais. In: SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Tradução de: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre, RS: Editora ArtMed, 2010.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de: Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, SP, n. 28-29, p. 313-334, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016. Acesso em: 20 jun. 2019.

SEN, A. **The standard of living:** the tanner lectures on human values. Clare Hall: Cambridge University, 1985. Disponível em: https://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/s/sen86.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

O USO DE INDICADORES DA TEORIA DOS GRAFOS PARA A ANÁLISE DO ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA DO TERRITÓRIO DA SOJA NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Felipe Ferraz Vazquez[♦]
Álvaro de Oliveira D'Antona^{*}

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as diferenças dos fluxos migratórios entre os municípios brasileiros com grande plantio de soja em grãos. O plantio de soja é um dos maiores representantes do agronegócio, tendo sua relação demográfica evidenciada com trabalhos que tratam de urbanização e de fechamento da fronteira agrícola. Foram selecionados os municípios de acordo com a área colhida de soja em grãos, sendo estabelecido através da autocorrelação espacial de Moran, o território da soja. Utilizando-se de métricas tradicionais da migração e da Teoria dos Grafos, a análise se dá através do Índice de Eficácia Migratória (IEM) por grupos de centralidade de autovetor e de proximidade normalizados. O IEM entre estes grupos evidenciou que os fluxos intramodulares são os maiores responsáveis pela migração no território da soja, sendo caracterizados pela rotatividade migratória (módulos de Brasília e de Londrina) e de retenção dos municípios de alta importância quando o migrante é oriundo de municípios de baixa importância (módulos de Campo Grande e de Passo Fundo). O resultado é de poucos municípios se apresentam como de retenção migratória, tornando o crescimento populacional desigual neste território.

Palavras-chave: Teoria dos grafos; Índice de eficácia migratória; Agronegócio.

INTRODUÇÃO

A produção de soja é símbolo do agronegócio. Assume-se que o agronegócio tem como principais características o crescente ganho de escala, viabilizado pelo o domínio do monocultivo, da formação de grandes propriedades e do uso elevado de insumos e de tecnologia. Ademais, a modernização do setor agrícola ganha impulso no país, gerando uma atividade com alta dependência do capital, elevada padronização e aprofundamento da intersectorialidade, além de priorizar as necessidades do consumidor global, ao invés do local (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

Os efeitos da alta produtividade do agronegócio brasileiro foram a redução dos preços das *commodities* e a elevação do valor da terra (FARIA, 2008), ao mesmo tempo em que se optou pela exclusão das pequenas propriedades de terra de obterem acesso ao crédito para se modernizarem. Os benefícios às grandes propriedades desequilibram a competição e criam uma série de dificuldades às pequenas e médias propriedades rurais de competirem com as grandes que simbolizam o “novo rural”. Demograficamente, o

[♦] Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: felipe.vazquez@unemat.br

^{*} Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas. E-mail: alvaro.dantona@fca.unicamp.br

resultado é a baixa absorção de trabalhadores e a concentração de terras e de renda no meio rural (CUNHA, 2002).

O agronegócio também é capaz de afetar o meio urbano, pois demanda mão de obra para as atividades que dão apoio à produção no campo, à comercialização das *commodities* e às atividades de industrialização. Naquelas cidades do agronegócio onde há a concentração de atividades de apoio da produção agrícola, tem-se um crescimento da população urbana, sobretudo pela migração. Hogan; Cunha e Carmo (2002) apontam que em regiões onde há a expansão da fronteira agrícola possuem alto crescimento demográfico e crescente urbanização; enquanto que há uma desaceleração econômica e demográfica para os estados onde a ocupação já estava consolidada. Cunha (2013) também analisa as regiões que constituem a fronteira agrícola e argumenta que, com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, é perceptível que a dinâmica demográfica brasileira sofreu alterações nas últimas décadas.

Além do crescimento demográfico, atribui-se à inserção de um plantio relacionado ao agronegócio, um maior grau de urbanização dos municípios, tendo sua dinâmica territorial conduzida pelos interesses das atividades do agronegócio (CÔRTEZ; D'ANTONA, 2012).

Diante desta relação entre agronegócio e dinâmicas demográficas, este trabalho observa a rede migratória de um território fortemente marcado pela produção da soja. Para tal, a análise terá como objetivo observar diferenças no fluxo migratório, sendo necessário: (i) identificar a presença de módulos migratórios e (ii) definir a importância dos municípios para a rede migratória.

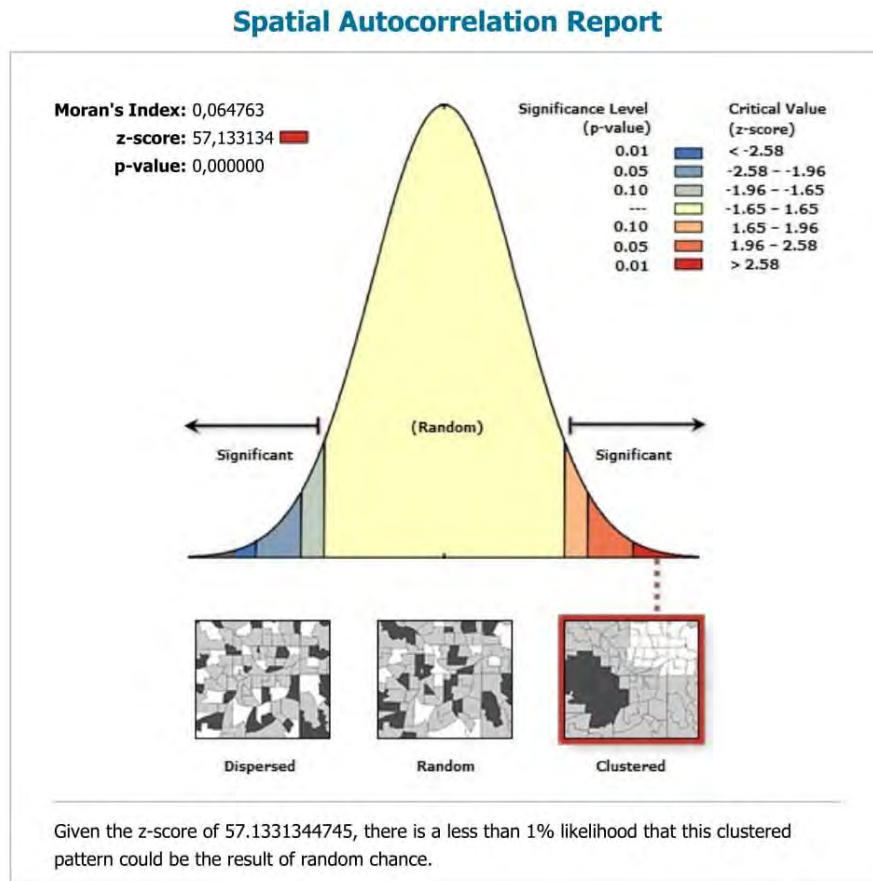
MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho se divide em três etapas. A primeira consiste em definir os municípios que compõem o território da soja; a segunda em classificar tais municípios conforme a importância para a rede migratória e a terceira em analisar o perfil do IEM gerado no território da soja.

A seleção dos municípios que compõem o território da soja se deu a partir dos dados de área colhida de soja em grãos por município no ano de 2006 (IBGE, 2006). Diante destes, para observar os municípios com mais influência das características da produção de soja em grãos, realizou-se a técnica de autocorrelação espacial (Índice Global de Moran) para mensurar a existência de aglomeração para a área colhida de soja em grãos. A hipótese de aglomeração foi validada com os seguintes indicadores: o índice I de Moran

positivo (0,064763), o z -score alto (57,133134) e o p -value igual a zero, validando a hipótese de ter aglomeração (Figura 1).

FIGURA 8 – Autocorrelação espacial de Moran dos municípios conforme a área de colheita da soja em grãos no Censo Agropecuário 2006



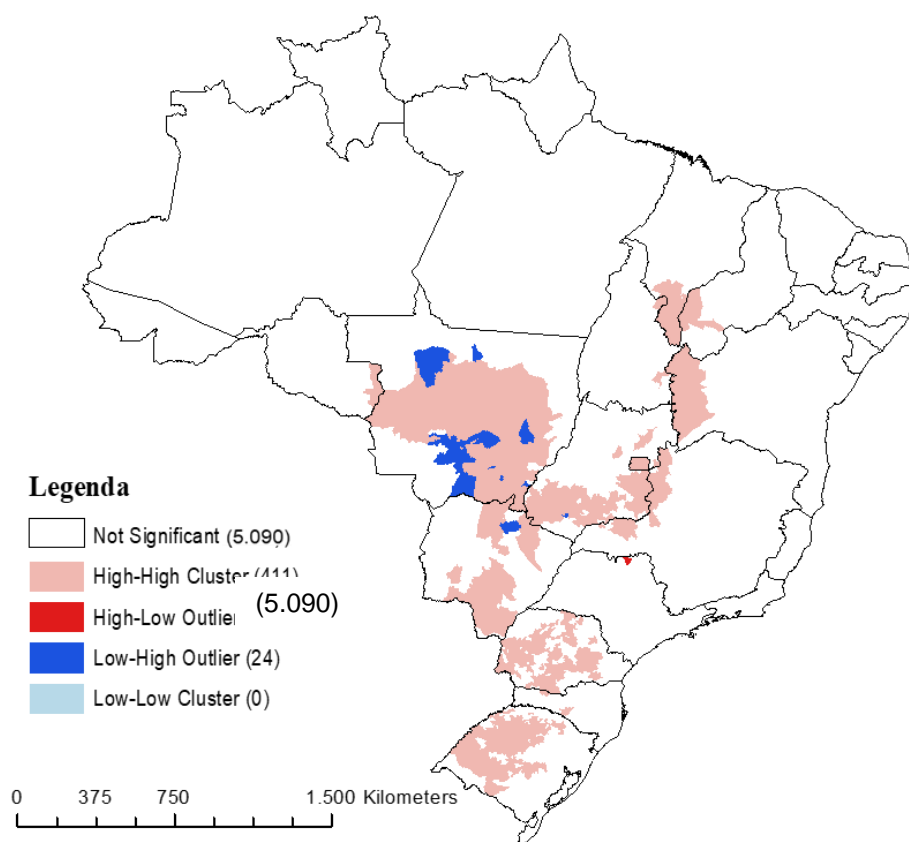
Fonte: ESRI (2011).

Uma vez que é validada a hipótese de aglomeração, é possível diferenciar os municípios conforme as características dos municípios no seu entorno. Utilizando-se da classificação proposta por Anselin; Syabri e Kho (2006), este trabalho define os aglomerados de modo “Alto-Alto” (*High-High Cluster*) como aqueles que possuem uma área colhida elevada e seus municípios vizinhos também; os de “Alto-Baixo” (*High-Low Outlier*) como os municípios com grande área de plantio, mas que possuem vizinhos com baixa área de plantio; os de “Baixo-Alto” (*Low-High Outlier*) são os municípios com baixa área de plantio, mas vizinhos daqueles com grande área; os “Baixo-Baixo” (*Low-Low Cluster*), que são aqueles municípios que estão em uma aglomeração de municípios com pequena área colhida de soja e seus vizinhos também. Quanto aos “Sem Significância” (*Not Significant*), são aqueles que não apresentaram um valor significativo de aglomeração com outros municípios quando se observa a área colhida de soja em grão, ou seja, são áreas com grande

heterogeneidade. Tais etapas foram realizadas a partir de ferramentas disponíveis no programa ArcGis/ArcMap®, versão 10.3, desenvolvido por ESRI (ESRI, 2011), tais como o I de Moran e o *Cluster and Outlier Analysis (Anselin Local Moran's I)*.

Ao aplicar os indicadores locais de aglomeração, tem-se que dos 1.834 municípios que possuíam área colhida de soja em grãos, 411 se apresentaram como Alto-Alto; 1 como Alto-Baixo; 9 com Baixo-Alto e 1.413 Sem Significância. A Figura 2 apresenta no mapa os municípios por tipo de aglomeração no ano de 2006.

FIGURA 9 – Mapeamento de cluster conforme área colhida de soja em grãos



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006).

Quanto à distribuição dos municípios por faixa de área colhida, tem-se que a aglomeração do tipo Alto-Alto possui municípios com área colhida de soja em grãos acima de 5 mil hectares, com destaque para os 55 com mais de 60 mil hectares.

TABELA 2 – Número de municípios conforme a área colhida de soja em grãos e o I de Moran – 2006

Área colhida	Alto-Alto	Alto-Baixo	Baixo-Alto	Sem Significância	Total
Não houve colheita	0	0	15	3.671	3.686
Com área colhida	411	1	9	1.416	1.837
Menos de 3 informantes	0	0	8	464	472
Até 500 ha	0	0	0	210	210
De 501 até 2.500 ha	0	0	1	318	319
De 2.501 até 5.000 ha	0	0	0	194	194
De 5.001 até 15.000 ha	150	0	0	216	366
De 15.001 até 30.000 ha	131	1	0	11	143
De 30.001 até 45.000 ha	51	0	0	1	52
De 45.001 até 60.000 ha	24	0	0	0	24
Acima de 60.001 ha	55	0	0	2	57
Total	411	1	24	5.090	5.523

Fonte: ESRI (2011).

A tabela a seguir, em conjunto com a FIGURA 9, expõem uma realidade diferenciada na forma de ocupação dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul com relação à Mato Grosso. Apesar dos dois primeiros totalizarem 248 municípios, a extensão territorial destes é menor do que a dos 56 municípios de Mato Grosso. A expansão da fronteira agrícola ao final da década de 1970 já se dá nos moldes do agronegócio, com reflexos claros na configuração política-administrativa de Mato Grosso.

TABELA 3 – Total de municípios por unidade federativa conforme categorias de aglomeração do I de Moran – 2006

UF	Alto-Alto	Alto-Baixo	Baixo-Alto	Sem Significância	Total
Paraná (PR)	129	0	0	270	399
Rio Grande do Sul (RS)	119	0	0	377	496
Mato Grosso (MT)	56	0	22	63	141
Goiás (GO)	41	0	1	204	246
Mato Grosso do Sul (MS)	35	0	1	42	78
Minas Gerais (MG)	10	0	0	839	849
Bahia (BA)	7	0	0	408	415
Maranhão (MA)	4	0	0	213	217
Piauí (PI)	4	0	0	219	223
Santa Catarina (SC)	2	0	0	291	293
Tocantins (TO)	2	0	0	137	139
Distrito Federal (DF)	1	0	0	0	1
Rondônia (RO)	1	0	0	51	52
Acre (AC)	0	0	0	22	22
Alagoas (AL)	0	0	0	102	102
Amazônia (AM)	0	0	0	62	62
Amapá (AP)	0	0	0	16	16
Ceará (CE)	0	0	0	184	184
Espírito Santo (ES)	0	0	0	78	78
Pará (PA)	0	0	0	142	142
Paraíba (PB)	0	0	0	222	222
Pernambuco (PE)	0	0	0	185	185
Rio de Janeiro (RJ)	0	0	0	89	89
Rio Grande do Norte (RN)	0	0	0	166	166
Roraima (RR)	0	0	0	15	15
Sergipe (SE)	0	0	0	75	75
São Paulo (SP)	0	1	0	615	616
Não consta no Censo de 2010	0	0	0	19	19
Total	411	1	24	5.109	5.542

Fonte: ESRI (2011).

A composição do território da soja com base no Censo Agropecuário de 2006 será o conjunto dos 411 municípios caracterizados por serem de aglomeração Alta-Alta para área colhida de soja em grãos. Por este artigo ser parte de uma pesquisa mais ampla, onde foi abordada a migração nesta área entre os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, foi feita a compatibilização para o ano de 1991. Para tal, os municípios foram classificados como:

- (i) Tipo 1: O município não sofre alteração de 1991 a 2010;
- (ii) Tipo 2: O município no ano de 2000 ou 2010 é fruto do desmembramento de um único município no ano de 1991;
- (iii) Tipo 3: O município no ano de 2000 ou 2010 é fruto do desmembramento de dois ou mais municípios de 1991.

Com a análise de setor censitário, Umbelino e Barbieri (2008) também apresentam um quarto tipo, considerando a possibilidade, cada vez mais remota, de união desta unidade de análise ao longo do tempo.

Com base no documento fornecido pelo IBGE (2010), observou-se a genealogia dos municípios selecionados nos três Censos para adequá-los aos tipos de compatibilização. O resultado da compatibilização dos 411 municípios para o ano de 1991 é de um território da soja composto por 323 municípios, ou seja, municípios com característica Alto-Alto para a aglomeração da área colhida de soja.

Uma vez que o território da soja foi estabelecido, analisou-se a questão migratória. Observou-se que as características migratórias através da modularidade dos fluxos e do grau de importância dos municípios para a formação da rede. A matriz de origem e destino foi criada com base no critério de 'data-fixa' (município de residência em 2005), sendo portanto de ordem 323 e este processamento se deu no software Gephi (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2019). Para o cálculo do número de módulos, leva-se em conta a densidade da rede migratória, ou seja, o número de conexões e de migrantes entre os municípios. Em relação aos fluxos e módulos identificados, denomina-se como migração intramodular, aquela que ocorre entre municípios de um mesmo módulo, enquanto a intermodular se dá entre municípios de módulos diferentes.

Diante desta configuração os municípios do território da soja ainda foram classificados em quatro grupos conforme o grau de importância para a rede migratória. Para tal, utilizou-se de métricas da Teoria dos Grafos na análise da migração, de modo que os migrantes são compreendidos como o fator que estabelece a relação entre os municípios. Ao se estabelecer uma rede migratória, os municípios se tornam os nós e os fluxos migratórios se tornam as arestas, que conseqüentemente serão direcionadas e com peso. O peso do fluxo migratório entre dois municípios reflete o total da população do município de origem para o de destino.

Com rede migratória definida, calculou-se duas métricas da Teoria dos Grafos: a centralidade de autovetor e a de proximidade. A centralidade de autovetor indica a dimensão das arestas que chegaram ao nó, logo determina a importância do município enquanto destino na rede migratória. Neste sentido, um valor elevado desta centralidade indica que o município recebe um número de imigrantes elevado quando comparado com os demais da rede. Por sua vez, para avaliar a importância do município enquanto local de origem dos migrantes da rede, utiliza-se a centralidade de proximidade dos nós, pois este avalia a dimensão das arestas que saem do nó avaliado.

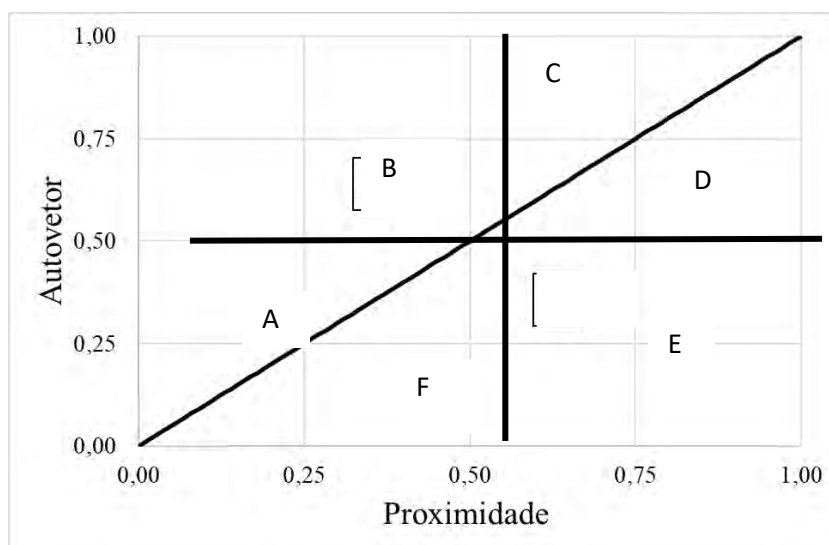
QUADRO 1 – Interpretações para a análise migratória das centralidades de autovetor e de proximidade normalizados

Métricas	Interpretação
Centralidade de Autovetor normalizado (<i>eigenvector</i>)	É a importância de determinado local para a formação da rede migratória enquanto destino dos migrantes. Com valores entre 0 e 1, o local com o grau de entrada mais elevado receberá o valor de 1, independente do grau de saída.
Centralidade de Proximidade normalizado (<i>closeness</i>)	É a importância de determinado local para a formação da rede migratória enquanto origem dos migrantes. Com valores entre 0 e 1, o local com o grau de saída mais elevado receberá o valor de 1, independente do grau de entrada.

Fonte: Elaboração própria.

Através da relação entre as centralidades de autovetor e de proximidade dos municípios do território da soja, foram construídos os grupos de centralidade. A figura abaixo apresenta duas possibilidades de avaliar a forma de inserção do município na estrutura da rede. A primeira é para determinar qual centralidade é maior: os municípios que possuem uma centralidade de autovetor maior que a de proximidade (áreas A, B e C) terão maior importância na rede como destino do que como origem dos migrantes, ou seja, a inserção do município na rede migratória se faz mais pela imigração do que pela emigração no mesmo. O inverso ocorre nas áreas D, E e F da figura, quando se verifica um valor de centralidade de proximidade maior (DEF) que o de autovetor. Conseqüentemente, quando se encontrarem ao longo da reta inclinada estarão inseridos na estrutura da rede migratória de modo que a imigração e a emigração tenham o mesmo peso para o município.

FIGURA 10 – Áreas de grupos de centralidades normalizadas de autovetor e de proximidade dos municípios



Fonte: Elaboração própria.

A segunda possibilidade de avaliação é por grupos de importância na rede. O grupo de “Alta” importância possui esta classificação por seus municípios terem valores de

graus de centralidade de autovetor e de proximidade maiores ou iguais a 0,5, refletindo ser um município importante para a rede tanto como destino como também origem dos migrantes; no de “Média (destino)”, os municípios se destacam por ter alta importância enquanto destino e baixa importância (valores menores que 0,5) enquanto origem de migrantes; o oposto ocorre no grupo “Média (origem)”, pois os municípios possuem baixa importância enquanto destino e alta enquanto origem; por fim, o grupo de municípios que possuem “Baixa” importância enquanto possuem fluxos de origem e de destino com baixos valores.

Diante destas possibilidades, este trabalho se utilizou da que trabalha com grupos de importância na rede para avaliar o Índice de Eficácia Migratória (IEM). O Índice de Eficácia Migratória (IEM) possui variação entre -1 e 1, de modo que quanto mais próximo a -1, maior a perda, e de 1, mais forte é a retenção migratória, sendo os valores próximos a zero um indicador de possível rotatividade migratória. Baeninger (2011) destaca a mudança de nomenclatura, onde áreas de perdas migratórias passam a ser denominadas de evasão; áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória e áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória. Para maior clareza do IEM, será adotado o critério apresentado pela autora para classificação do fluxo migratório:

QUADRO 2 – Classificação do fluxo migratório conforme o Índice de Eficácia Migratória

IEM	Classificação
$IEM \leq -0,12$	Evasão migratória
$-0,12 < IEM < 0,12$	Rotatividade migratória
$IEM \geq 0,12$	Retenção migratória

Fonte: Baeninger (2012).

RESULTADOS

Após a realização das etapas apresentadas anteriormente, tem-se 323 municípios que compõem o território da soja, divididos em 4 módulos de migração: Brasília, Campo Grande, Londrina e Passo Fundo. A Figura 4 representa a rede migratória no território da soja, subdividida em 4 módulos. Quanto ao grau de importância para a rede migratória tem-se 34 municípios de alta importância, 30 de média (Destino ou Origem) e 259 de baixa importância.

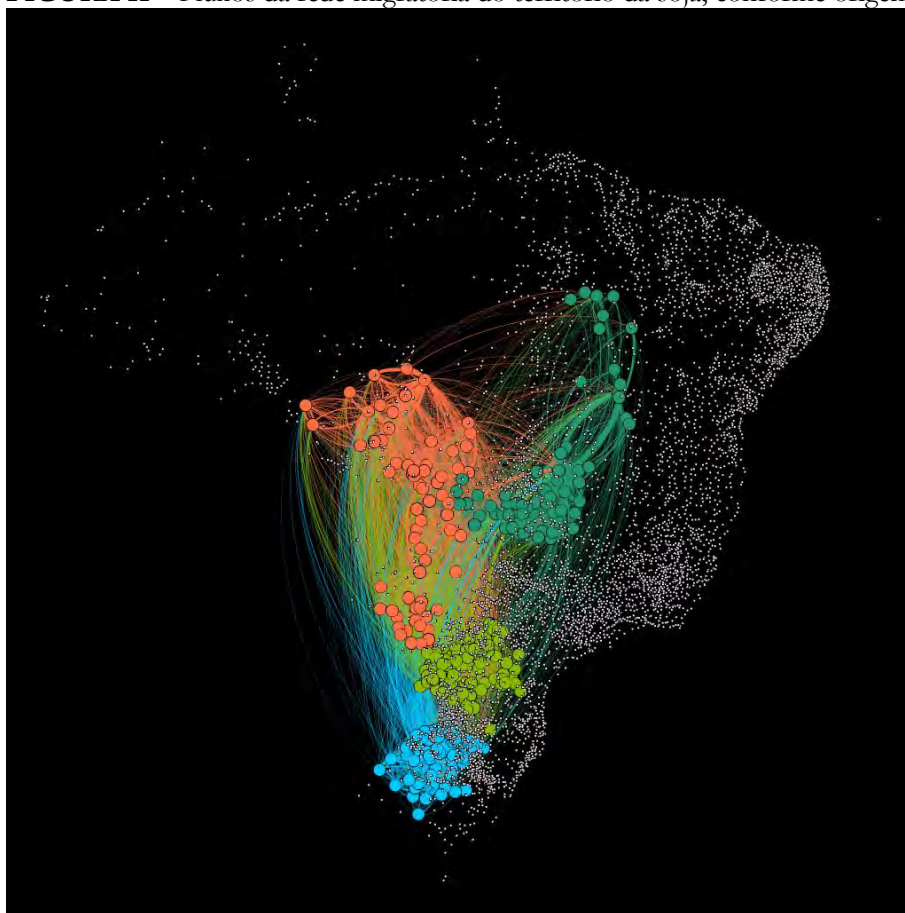
Tais módulos totalizam uma população de 14.909.562, sendo o módulo de Brasília o mais populoso, tendo a maior população na faixa acima de 500 mil habitantes e a menor na de até 20 mil.

TABELA 3 – População total e o número de municípios dos módulos por faixa populacional – 2010

Módulos		Até 20 mil	De 20 mil até 50 mil	De 50 mil até 100 mil	De 100 mil até 500 mil	Acima de 500 mil	Total
Brasília	Pop.	283.836	584.736	585.735	658.288	3.174.173	5.286.768
	Munic.	30	21	7	4	2	64
Campo Grande	Pop.	466.038	547.013	674.962	535.489	786.797	3.010.299
	Munic.	38	18	9	3	1	69
Londrina	Pop.	749.047	864.494	634.154	1.519.096	518.963	4.285.754
	Munic.	69	27	9	6	1	112
Passo Fundo	Pop.	426.151	583.513	497.105	819.972	-	2.326.741
	Munic.	49	18	7	4	-	78
Total	Pop.	1.925.072	2.579.756	2.391.956	3.532.845	3.960.970	14.909.562
	Munic.	186	84	32	17	4	323

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

FIGURA 11 – Fluxos da rede migratória do território da soja, conforme origem – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Os fluxos entre os municípios destes módulos podem ser caracterizados pelo total de arestas e pelo número de migrantes no mesmo. Os fluxos da rede migratória do território da soja no ano de 2010 possuem 8.604 arestas e 480.774 migrantes. O módulo de Londrina possui o maior número de arestas, tanto como origem (3.140) quanto destino (2.974), sendo 2.268 de característica intramodular. Quanto aos migrantes, é o módulo de Campo Grande que possui o maior volume tanto quanto origem como destino, tendo 136.709 migrantes intramodulares.

TABELA 4 – Total de arestas dos fluxos migratórios e de migrantes por módulos de origem e de destino do território da soja – 2010

ARESTAS		DESTINO										
		Brasília		Campo Grande		Londrina		Passo Fundo		Total		
ORIGEM		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
		Brasília	838	9,74	263	3,06	101	1,17	68	0,79	1.270	14,76
		Campo Grande	269	3,13	1.534	14,83	429	4,99	150	1,74	2.382	27,68
		Londrina	142	1,65	599	6,96	2.268	26,36	131	1,52	3.140	36,49
		Passo Fundo	81	0,64	217	2,52	176	2,05	1.338	15,55	1.812	21,06
	Total	1.330	15,46	2.613	30,37	2.974	34,57	1.687	19,61	8.604	100,00	

MIGRANTES		DESTINO										
		Brasília		Campo Grande		Londrina		Passo Fundo		Total		
ORIGEM		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
		Brasília	83.416	17,35	6.861	1,43	2.405	0,50	1.408	0,29	94.090	19,57
		Campo Grande	8.804	1,83	136.709	28,44	9.649	2,01	2.361	0,49	157.523	32,76
		Londrina	4.327	0,90	13.945	2,90	130.633	27,17	2.135	0,44	151.041	31,42
		Passo Fundo	2.611	0,54	4.418	0,92	3.252	0,68	67.839	14,11	78.120	16,25
	Total	99.158	20,62	162.933	33,89	145.939	30,36	73.844	15,36	480.774	100,00	

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Nota-se que para todos os módulos o maior número de arestas e de migrantes são intramodulares e, por tal motivo, quando se avaliam os IEM conforme os fluxos (Tabela 5), os maiores percentuais dos migrantes estão nos fluxos intramodulares. Tais fluxos apresentaram uma condição de rotatividade nos grupos dos módulos de Londrina e Brasília. Os migrantes com destino aos municípios dos módulos de “Alta” importância são em sua maioria oriundos dos de “Baixa” importância, gerando uma condição de rotatividade em Brasília (63,88% dos imigrantes) e Londrina (56,68% dos imigrantes) e de retenção para Campo Grande (49,20% dos imigrantes) e Passo Fundo (61,49% dos imigrantes). É interessante notar que para os módulos de Brasília e de Londrina, todos os fluxos intramodulares possuem características de rotatividade.

Quanto aos fluxos intermodulares, para o módulo de Passo Fundo, os grupos de baixa importância apresentam evasão com os grupos de alta importância dos demais grupos, enquanto o de Passo Fundo-Alta varia em sua maior parte entre evasão e rotatividade migratória. Para o módulo de Brasília, destacam-se a rotatividade com entre Brasília-Alta e Campo Grande-Alta e a retenção migratória com os demais. Por fim, os

municípios de Campo Grande-Alta apresentam retenção com os grupos de Londrina e de Passo Fundo, já os de Campo Grande-Baixa apontam rotatividade migratória com Londrina-Alta e Passo Fundo-Alta.

TABELA 5 – Perfil do Índice de Eficácia Migratória e percentual de migrantes (imigrantes e emigrantes) conforme os fluxos gerados entre grupos de importância dos módulos do território da soja – 2010

Módulos (Munic.)	DESTINO						
	Brasília (64)			Campo Grande (69)			
ORIGEM	Alta (5)	Baixa (57)	Média (Origem) (2)	Alta (17)	Baixa (46)	Média (Destino) (1)	Média (Origem) (5)
Brasília (64)							
Alta (5)	-	Rotatividade (63,82%)	Rotatividade (18,51%)	Rotatividade (6,26%)	Evasão (3,97%)	Evasão (1,87%)	Evasão (3,58%)
Baixa (57)	Rotatividade (63,88%)	-	Rotatividade (68,05%)	Evasão (2,58%)	Rotatividade (1,90%)	Retenção (1,07%)	Evasão (1,83%)
Média (Origem) (2)	Rotatividade (6,83%)	Rotatividade (25,09%)	-	Evasão (1,05%)	Evasão (0,51%)	-	Retenção (0,21%)
Campo Grande (69)							
Alta (17)	Rotatividade (10,35%)	Retenção (4,27%)	Retenção (4,71%)	-	Evasão (68,88%)	Retenção (77,98%)	Evasão (50,94%)
Baixa (46)	Retenção (4,68%)	Rotatividade (2,24%)	Retenção (1,62%)	Retenção (49,20%)	-	Retenção (6,46%)	Rotatividade (36,62%)
Média (Destino) (1)	Retenção (0,07%)	Evasão (0,04%)	-	Evasão (1,82%)	Evasão (0,21%)	-	Evasão (0,30%)
Média (Origem) (5)	Retenção (1,84%)	Retenção (0,94%)	Evasão (0,29%)	Retenção (15,89%)	Rotatividade (15,99%)	Retenção (3,97%)	-
Londrina (112)							
Alta (9)	Retenção (4,52%)	Rotatividade (0,96%)	Retenção (2,45%)	Retenção (9,99%)	Rotatividade (2,92%)	Retenção (2,90%)	Rotatividade (3,64%)
Baixa (90)	Retenção (1,81%)	Retenção (0,94%)	Retenção (1,73%)	Retenção (5,04%)	Retenção (2,24%)	Retenção (2,90%)	Rotatividade (0,99%)
Média (Origem) (13)	Retenção (0,89%)	Rotatividade (0,40%)	Retenção (1,32%)	Retenção (2,98%)	Retenção (1,24%)	Retenção (2,14%)	Evasão (0,91%)
Passo Fundo (78)							
Alta (3)	Retenção (1,99%)	Retenção (0,34%)	Evasão (0,57%)	Retenção (1,75%)	Rotatividade (0,52%)	-	Rotatividade (0,48%)
Baixa (66)	Retenção (0,99%)	Retenção (0,49%)	Evasão (0,28%)	Retenção (2,03%)	Retenção (0,26%)	-	Retenção (0,26%)
Média (Origem) (9)	Retenção (2,13%)	Retenção (0,48%)	Rotatividade (0,47%)	Retenção (1,40%)	Retenção (0,24%)	Evasão (0,71%)	Retenção (0,24%)
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

MÓDULO	DESTINO					
	Londrina (112)			Passo Fundo (78)		
ORIGEM	Alta (9)	Baixa (90)	Média (Origem) (13)	Alta (3)	Baixa (66)	Média (Origem) (9)
Brasília (64)						
Alta (5)	Evasão (3,17%)	Evasão (1,36%)	Evasão (1,21%)	Rotatividade (3,15%)	Evasão (1,34%)	Evasão (4,31%)
Baixa (57)	Rotatividade (0,67%)	Evasão (0,71%)	Rotatividade (0,54%)	Evasão (0,54%)	Evasão (0,65%)	Evasão (0,96%)
Média (Origem) (2)	Evasão (0,63%)	Evasão (0,48%)	Evasão (0,66%)	Retenção (0,33%)	Retenção (0,14%)	Rotatividade (0,35%)
Campo Grande (69)						
Alta (17)	Evasão (11,58%)	Evasão (6,26%)	Evasão (6,67%)	Evasão (4,59%)	Evasão (4,52%)	Evasão (4,70%)
Baixa (46)	Rotatividade (2,42%)	Evasão (1,99%)	Evasão (1,98%)	Rotatividade (0,97%)	Evasão (1,56%)	Evasão (1,55%)

Média (Destino) (1)	Evasão (0,08%)	Evasão (0,08%)	Evasão (0,11%)	-	-	Retenção (0,06%)
Média (Origem) (5)	Rotatividade (1,32%)	Rotatividade (0,38%)	Retenção (0,64%)	Rotatividade (0,39%)	Evasão (0,18%)	Evasão (0,25%)
Londrina (112)						
Alta (9)	-	Rotatividade (60,69%)	Rotatividade (38,47%)	Evasão (2,56%)	Evasão (2,36%)	Evasão (3,42%)
Baixa (90)	Rotatividade (56,68%)	-	Rotatividade (47,33%)	Evasão (1,88%)	Evasão (1,88%)	Rotatividade (1,15%)
Média (Origem) (13)	Rotatividade (19,90%)	Rotatividade (26,21%)	-	Retenção (1,32%)	Rotatividade (0,70%)	Evasão (0,81%)
Passo Fundo (78)						
Alta (3)	Retenção (1,13%)	Retenção (0,89%)	Evasão (1,13%)	-	Evasão (52,20%)	Evasão (29,11%)
Baixa (66)	Retenção (1,23%)	Retenção (0,52%)	Retenção (0,70%)	Retenção (61,49%)	-	Retenção (53,32%)
Média (Origem) (9)	Retenção (1,19%)	Rotatividade (0,43%)	Retenção (0,54%)	Retenção (22,79%)	Evasão (35,43%)	-
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

CONSIDERAÇÕES

O uso da teoria dos grafos para análise da rede migratória permitiu visualizar diferenças migratórias no território da soja. O uso destes indicadores na análise demográfica objetiva apresentar uma nova maneira de explorar e compreender a migração, pois alterações na estrutura da rede refletem as mudanças no processo migratório. A primeira expõe que migração é mais intensa entre determinados municípios, sendo esta característica a responsável pela formação de quatro módulos e restando aos fluxos intermodulares a soma de apenas 12,98% dos migrantes.

Outra diferença está relacionada à migração entre grupos de municípios com diferenças no nível de importância na rede migratória. Tal característica evidenciou que poucos municípios dos módulos possuem alta importância, implicando que a migração está direcionada aos mesmos. Tal direcionamento implica na evasão migratória de grande parte dos municípios analisados.

Este cenário reflete que os efeitos do agronegócio não se dão da mesma forma em todos os municípios. O propalado crescimento de algumas cidades do agronegócio é em detrimento do crescimento de muitas outras, resultando no esvaziamento de municípios menores. Através da teoria dos grafos e da análise do perfil da IEM, foi possível observar uma migração quase invisível diante dos grandes números, mas que reflete a falta de opções para migrar, uma vez que a perspectiva de crescimento urbano (e de geração de emprego) se concentra em poucos municípios.

REFERÊNCIAS

ANSELIN, L.; SYABRI, I.; KHO, Y. GeoDa: An introduction to spatial data analysis.

Geographical Analysis, US, v. 38, n. 1, p. 5-22, 2006.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2011. p. 71-93.

BASTIAN, M.; HEYMANN, S.; JACOMY, M. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. In: THIRD INTERNATIONAL CONFERENCE ON BLOGS AND SOCIAL MEDIA, 3., 2009, San Jose, California. **Anais...** Menlo Park, California: The AAAI Press, 2009.

CÔRTEZ, J. C.; D'ANTONA, Á. O. Revisitando família , casa , trabalho , e uso da terra na fronteira agrícola no estado do Pará. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 30., 2012, San Francisco, California. **Anais...** Pittsburgh, PA: LASA, 2012.

CUNHA, J. M. P. **La Amazonia Legal y el Cerrado en el contexto de la migración interna en el Brasil en el período 1995-2010**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2013.

CUNHA, J. M. P. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970/96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2002.

ESRI. **ArcGIS desktop**: release 10. Redlands, CA: Environmental Systems Research Institute, 2011.

FARIA, A. M. M. **Destramando o tecido do desenvolvimento: do campesinato a hegemonia do capital agrário na cotonicultura de Mato Grosso**. 2008. 327f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (coord.). **El agro como negócio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 17-46.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L. Uso do solo e mudança de sua cobertura no Centro-Oeste do Brasil: consequências demográficas, sociais e ambientais. In: HOGAN, D. J. et al. (org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Brasília, DF: Campinas, SP: PRONEX/NEPO-UNICAMP, 2002. p. 147–174.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, RJ, 2006.

UMBELINO, G.; BARBIERI, A. F. Metodologia para a compatibilização de setores censitários e perímetros urbanos entre os censos de 1991, 2000 e 2010. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

O USO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MEC/INEP COMO FONTE DE DADOS ALTERNATIVA PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES ESTUDANTIS

Márcia Marques de Carvalho[♦]

Alberto A.E. Jakob^{*}

RESUMO

A migração estudantil é um tema que tem sido objeto de estudo recentemente no Brasil por causa das políticas de acesso à educação instituídas a partir de 2009 como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Muitos estudos analisam a migração estudantil utilizando o banco de dados dos censos demográficos do IBGE ou informações municipais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o PIB. O objetivo desse trabalho é apresentar o Censo da Educação Superior (CES) como fonte alternativa dos estudos da mobilidade estudantil ao nível de graduação, enfatizando as suas vantagens e desvantagens, e mostrando o potencial dessa fonte de dados para análises deste tipo. Com relação à migração estudantil, o censo da educação superior permite compreender os fluxos de mobilidade intraestaduais e interestaduais, desde 2009. O CES tem periodicidade anual e os microdados mais recentes disponibilizados são os de 2019, permitindo, portanto, uma análise do fluxo migratório por uma década, até o momento.

Palavras-chave: Migração estudantil; Ensino Superior; Base de Dados.

INTRODUÇÃO

A migração estudantil de nível superior é um fenômeno antigo, observado em vários países do mundo. No Brasil, onde a primeira instituição de ensino superior foi criada, em 1808, os filhos da elite iam para a Europa estudar medicina, engenharia ou direito¹.

Com a utilização do exame de seleção unificado de ingresso nas instituições federais de ensino superior (Enem e Sisu), aumentou a mobilidade interna estudantil (LI; CHAGAS, 2016). Segundo o Ministério da Educação (MEC), antes do Sisu a percentagem de alunos que optaram por estudar fora de seu estado era de aproximadamente 1%. No primeiro ano da edição do Sisu essa porcentagem chegou a 25%, segundo dados preliminares.

A partir de 2009, o Censo da Educação Superior (CES), organizado e divulgado pelo MEC/Inep, incluiu um quesito sobre a localidade de nascimento do aluno. Apesar de

[♦] Doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente e pesquisadora do Departamento de Estatística da UFF. E-mail: marcia_carvalho@id.uff.br

^{*} Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo) e professor do Programa de Pós-Graduação em Demografia, ambos da Unicamp. E-mail: alberto@nepo.unicamp.br

¹ Reportagem recente da revista *Época* intitulada “O aluno-exportação” mostra que, dos 15 melhores colégios particulares de ensino médio de São Paulo, 9 têm programas de apoio a alunos interessados em cursar a graduação fora do Brasil (MARTINS; CORREA, 2020).

não ter a informação da localidade de residência do aluno, com a informação do local de oferta do curso, é possível mensurar indiretamente a mobilidade dos estudantes. Como o CES é anual e se trata de um censo, essa base de dados pode ser uma alternativa aos censos demográficos do IBGE, realizados a cada dez anos.

Dada a escassez de estudos que utilizam essa base de dados², o objetivo deste trabalho é apresentar o CES como fonte alternativa dos estudos da mobilidade estudantil de graduação, enfatizando as suas vantagens e desvantagens.

Estudos a respeito da migração estudantil interna são importantes por causa dos efeitos e das implicações políticas e econômicas de curto e longo prazo nos municípios de oferta dos cursos.

Existem duas teorias que explicam a decisão de migrar dos estudantes. A primeira é baseada na teoria do capital humano desenvolvida por Schultz (1962) e ampliada por Becker (1964). Segundo essa teoria, a migração dos estudantes é vista como um investimento. A decisão de migrar é tomada levando em consideração os custos e a expectativa esperada de retornos futuros. Talvez seja por esse motivo que os cursos de medicina são os que mais possuem migrantes, como observou Schwartzman (2013).

A segunda teoria leva em consideração na decisão de migrar o ambiente de destino, a qualidade de vida do município de oferta do curso. Segundo essa teoria, a migração é uma decisão de consumo e não de investimento.

Além dessa introdução, esse trabalho está organizado em mais 2 seções. A próxima seção, chamada de Métodos, contextualiza o CES, apresentando as principais variáveis sobre a mobilidade dos estudantes, a abrangência, a periodicidade da pesquisa e as formas de leitura da base de dados. A última seção inicia com os resultados das tabulações preliminares da migração interestadual dos estudantes de instituições públicas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e termina com a discussão das vantagens e as limitações do uso do CES para estudos de migração estudantil.

MÉTODOS

Esse artigo é um estudo descritivo e essa seção apresenta as principais informações sobre o banco de dados do CES, iniciando com o histórico da criação da pesquisa e terminado com a apresentação das variáveis disponíveis no banco de dados relativas à migração e movimento pendular dos universitários.

² Até o momento, os únicos trabalhos publicados que utilizaram a base de dados do CES foram os de Machado e Szerman (2015) e o de Li e Chagas (2016).

Histórico do Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior (CES) é organizado e publicado anualmente pelo Ministério da Educação (MEC) desde 1995 através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O objetivo do CES é “produzir informações que reflitam a realidade da educação superior de graduação brasileira e que possam ser usadas tanto como insumo na formulação de políticas públicas educacionais quanto pela sociedade brasileira” (BRASIL, 2019a).

A população investigada pelo CES é a instituição de ensino superior (IES) com pelo menos um curso em atividade e com pelo menos um aluno vinculado ao curso no ano de referência da pesquisa. O CES é um levantamento censitário e tem como unidades de investigação os alunos, os cursos, os docentes e a IES.

O responsável pelo preenchimento dos dados é o pesquisador institucional (PI), indicado pelo representante legal da instituição. A coleta dos dados é feita de forma descentralizada e em caráter declaratório.

A disseminação dos dados do CES é feita em 2 formatos: nos relatórios intitulados “Sinopse da Educação Superior” e nos microdados do censo. As sinopses apresentam tabelas que trazem o número de instituições, dos cursos, dos recursos humanos (pessoal docente e técnico/administrativo), dos alunos matriculados e concluintes, além de números sobre o processo seletivo (vagas, inscrições, ingressantes). Os microdados são os bancos de dados no formato CSV (Comma-Separated Value) que contém o menor nível de desagregação das unidades de investigação. Os dados referentes ao local de nascimento do aluno (país, unidade da federação e município) foram incluídos na pesquisa a partir de 2009. A pesquisa mais recente disponível é referente a 2019.

O banco de dados

Um banco de dados é uma coleção de informações que se relacionam de algum modo sobre um domínio específico. Em outras palavras, é o agrupamento de dados que tratam do mesmo assunto, armazenados e organizados para segurança ou conferência futura, permitindo extrapolação de informações sobre o tema. Com a lei de acesso à informação, as empresas que coletam e organizam esses dados deixam disponíveis na sua página da internet o banco de dados, os dicionários desses bancos de dados que descrevem as variáveis, a metodologia da coleta dos dados, o período de coleta, a abrangência geográfica, dentre outras informações.

Um banco de dados é diferente de uma base de dados. São exemplos de bases de dados: Scielo, Periódicos Capes, Repositórios institucionais das Universidades. Uma base de dados é uma coleção eletrônica que armazena grande quantidade de informações ou revistas científicas eletrônicas que disponibilizam acessos a artigos, teses, dissertações e outras produções científicas acadêmicas.

Todos os bancos de dados do CES (de 1995 a 2019) estão disponíveis na página no Inep na internet (www.inep.gov.br/microdados), sem a identificação do aluno. O documento “Leia-me.pdf” traz orientações sobre como ler os arquivos CSV nos softwares estatísticos R, SPSS e SAS, de modo didático. A abrangência territorial compreende as unidades da federação e os municípios onde são ofertados os cursos de graduação presenciais e à distância.

Os dados de 2019 são apresentados em 4 arquivos: IES (Instituição de Ensino Superior), Curso, Aluno e Local de oferta. Cada arquivo utiliza uma unidade de análise diferente, isto é, as observações do banco de dados IES se referem às instituições e assim por diante. O arquivo IES possui 48 variáveis que caracterizam a instituição, como: nome da mantenedora, categoria administrativa e organização acadêmica da IES, localização da sede, variáveis sobre os funcionários técnico-administrativos, sobre as bibliotecas e também dados financeiros (receitas, despesas, etc). O arquivo Curso possui 109 variáveis. Além das variáveis sobre código da IES, categoria administrativa e organização da IES, apresenta informações sobre todos os cursos ofertados em cada *campus* da IES como: código do curso, prazo mínimo de integralização do curso, turno de oferta, quantidade de alunos inscritos, ingressantes, matriculados e concluintes, número de vagas dentre outras.

O arquivo Aluno possui 105 variáveis, além do código da IES e do curso. Além das variáveis como sexo, idade, nacionalidade, local de nascimento (UF e município), traz informações sobre existência de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação. Traz também informações sobre a data de ingresso do aluno no curso, a forma de ingresso (livre concorrência ou reserva de vagas), se o aluno utiliza financiamento estudantil, se recebe apoio de moradia, transporte, para aquisição de material didático. Sobre o *background* dos alunos, só existe uma variável: tipo de escola que o aluno concluiu o ensino médio. Não possui informações sobre o nível de instrução dos pais e nem sobre a renda familiar. Todos os arquivos possuem a variável CO_CURSO (código do curso), que permite a união de todas as informações referentes aos alunos e o curso em um só banco de dados.

O dicionário dos dados de 2019 traz um histórico da inclusão de cada variável do banco de dados desde 2009, ano em que passou a coletar os dados por aluno, através do CPF. Por questões de privacidade, o CPF de cada aluno não aparece nos bancos de dados, ele é substituído por um código de identificação gerado pelo Inep (variável ID_ALUNO). Esse histórico permite que o usuário visualize o ano da inclusão de cada variável na pesquisa. A variável IN_INGRESSO_AVALIACAO_SERIADA, por exemplo, aparece nos bancos de dados a partir de 2013.

Segundo a cartilha de orientação do CES (BRASIL, 2019b), os dados de 2019 foram coletados entre 20 de janeiro e 24 de abril de 2020. Em seguida, os pesquisadores institucionais verificam a consistência dos dados e, no caso do CES de 2019, os ajustes foram realizados até o dia 19 de junho de 2020. O Inep analisou, consolidou e homologou os dados entre 22 de junho e 31 de julho de 2020, divulgando para comunidade em 25 de setembro de 2020.

As variáveis sobre o movimento dos estudantes

O CES não coleta informações sobre o movimento pendular diário e nem o local ou endereço de residência dos estudantes. Mas através das informações sobre a localidade do nascimento e da oferta do curso, pode-se mensurar indiretamente o movimento dos estudantes no território em termos de migração. O Quadro 1 apresenta as 5 variáveis ou quesitos coletados de 2009 até 2019 sobre a localidade. Por exemplo, se um aluno nasceu no estado de São Paulo e atualmente está matriculado em um curso de graduação ofertado presencialmente em outra unidade da federação, ele pode ser considerado um estudante migrante interestadual. Em termos da migração intraestadual e intermunicipal, dependendo da distância entre o município de nascimento e o da oferta do curso, pode-se inferir se o aluno é um migrante ou se faz o movimento pendular diário. Em suma, os dados do CES podem enriquecer o estudo dos movimentos estudantis no Brasil.

QUADRO 1 – Variáveis do banco de dados que permitem a criação da variável migrante

Banco de dados	Nome da Variável	Descrição da Variável
Aluno	CO_PAIS_ORIGEM	Código do país de nascimento ou de naturalização do aluno estrangeiro
	CO_UF_NASCIMENTO	Código do IBGE da Unidade da Federação de nascimento do aluno
	CO_MUNICÍPIO_NASCIMENTO	Código do IBGE do município de nascimento do aluno
Curso	CO_UF	Código do IBGE da Unidade da Federação do local de oferta do curso presencial
	CO_MUNICÍPIO	Código do IBGE do município do local de oferta do curso presencial

Fonte: Dicionário do CES. MEC/Inep.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise da migração estudantil universitária

Para ilustrar o uso dos dados do CES no estudo da mobilidade estudantil ao nível de graduação, essa seção traz alguns resultados da migração interestadual dos alunos nos cursos ofertados presencialmente pelas IES públicas (estaduais e federais) nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As IES federais e estaduais do estado do Rio de Janeiro concentram 29% das matrículas e as de São Paulo, 16%.

Todas as tabelas dessa seção se referem aos alunos que estão cursando disciplinas, isto é, com matrícula ativa no curso. O Inep classifica o discente de acordo com o vínculo do aluno no curso: cursando ou desvinculado. Segundo a cartilha do CES 2019, o aluno que está cursando ou matriculado é aquele que não concluiu a totalidade da carga horária exigida para a conclusão do curso, no ano de referência do Censo (no caso, 2019). Desvinculado é o aluno que, na data de referência do Censo, não possui vínculo com o curso por motivo de evasão, abandono, desligamento ou transferência para outra IES.

A Tabela 1 apresenta a unidade da federação de nascimento dos alunos matriculados nas instituições públicas do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, pode-se perceber que os percentuais de não resposta nessa pergunta correspondem a 17,8% das observações das instituições federais e 76,5% das estaduais. Nas outras perguntas como sexo e idade dos estudantes, não se observou a não resposta.

Rio de Janeiro

Com as observações válidas dos estudantes do estado do Rio de Janeiro, podemos concluir, com a Tabela 1, que apenas 12,8% dos estudantes das instituições federais de

ensino superior são migrantes, sendo 7,1% deles da região Sudeste e 5,7% de outras regiões do país. São Paulo e Minas Gerais são as unidades da federação com maior percentual de alunos migrantes. Devido ao alto percentual de não resposta da unidade de federação de nascimento dos alunos nas instituições estaduais, as análises daqui em diante serão somente com relação às matrículas nas federais no Rio de Janeiro.

TABELA 1 – Localidade de nascimento dos estudantes de graduação das IES Públicas - Estado do Rio de Janeiro – 2019

UF de Nascimento do aluno	Alunos cursando no estado do RJ			
	Federal		Estadual	
	Nº	%	Nº	%
Rio de Janeiro	75.947	87,3	6.190	94,2
Outras UF da Região Sudeste	6.147	7,1	230	3,5
São Paulo	3.064	3,5	67	1,0
Minas Gerais	2.228	2,6	111	1,7
Espírito Santo	855	1,0	52	0,8
				-
Outras Regiões	4.949	5,7	152	2,3
Norte	783	0,9	20	0,3
Nordeste	2.292	2,6	89	1,4
Sul	1.010	1,2	31	0,5
Centro-Oeste	864	1,0	12	0,2
				-
Total Brasil	87.043	100,0	6.572	100,0
Outro país	521		31	
<i>Sem informação</i>	<i>18.929</i>	<i>17,8</i>	<i>21.457</i>	<i>76,5</i>
Total	106.493		28.060	

Fonte: MEC/Inep. Censo da Educação Superior de 2019 (Microdados).

Também percebe-se uma diferença na proporção de migrantes segundo a área de conhecimento do curso de graduação, principalmente entre os cursos da área da saúde. Analisando a migração segundo o curso de graduação³, confirma-se uma proporção superior de migração interestadual nos cursos de medicina, psicologia e odontologia (Tabela 2) comparada aos outros cursos. Os cursos de enfermagem e farmácia, apesar de serem da área de saúde, possuíam menos de 10% de seus alunos como migrantes de unidade da federação. Em 2019, apenas 6,8% dos alunos de química e 7,8% dos alunos de ciências contábeis eram migrantes interestaduais.

³ Apresentamos na Tabela 2 cursos com até 10% das observações sem informação do local de residência.

TABELA 2 – Estudantes de instituições Federais segundo o curso de graduação – Estado do Rio de Janeiro – 2019

Curso de graduação selecionados	Alunos matriculados em IES federais no RJ segundo a Unidade da Federação (UF) de nascimento				% Nasceu outra Unidade da Federação
	Total	Nasceu no RJ	Outra UF	Sem Inf.	
Medicina	3.200	2.142	1001	57	31,8
Psicologia	2.597	1.895	467	235	19,8
Odontologia	897	749	129	19	14,7
Serviço social	2.066	1.728	165	173	8,7
Farmácia	2.771	2.326	208	237	8,2
Ciências Contábeis	2.192	1.831	155	206	7,8
Química	2.177	1.950	143	84	6,8
Enfermagem	1.056	981	61	14	5,9
TODOS OS CURSOS	106.493	75.947	11.096	19.450	12,7

Fonte: MEC/Inep. Censo da Educação Superior de 2019 (Microdados).

São Paulo

Enquanto no estado do Rio de Janeiro, as instituições de ensino federais concentram grande parte dos alunos, no estado de São Paulo, as instituições estaduais chamam atenção com o triplo da matrícula das federais. A Tabela 3 apresenta a unidade da federação de nascimento do aluno de graduação que está cursando presencialmente as instituições de ensino federais e estaduais do estado de São Paulo. Infelizmente não foi coletada a informação nesse quesito de 31,6% dos alunos das instituições federais e 11,5% dos alunos das instituições estaduais.

Nas instituições estaduais de São Paulo em 2019, 10,4% dos alunos matriculados nasceram em outra unidade da federação, sendo que 6,5% deles fora da região Sudeste (Tabela 3). Minas Gerais é a principal unidade da federação de origem dos alunos matriculados nas instituições estaduais de São Paulo (2,7%). Da mesma forma, Paraná é a unidade da federação de origem da maioria dos alunos oriundos da região Sul e a Bahia da região Nordeste.

TABELA 3 – Localidade de nascimento dos estudantes de graduação das IES Públicas – Estado de São Paulo – 2019

UF de Nascimento do aluno	Alunos cursando graduação no estado de SP			
	Federal		Estadual	
	Nº	%	Nº	%
São Paulo	29.600	90,3	127.988	89,6
Outras UF da Região Sudeste	1.181	3,6	5.575	3,9
Minas Gerais	783	2,4	3.851	2,7
Rio de Janeiro	286	0,9	1.407	1,0
Espírito Santo	112	0,3	317	0,2
Outras Regiões	2.014	6,1	9.221	6,5
Norte	260	0,8	661	0,5
Nordeste	949	2,9	4.185	2,9
Sul	396	1,2	2.427	1,7
Centro-Oeste	409	1,2	1.948	1,4
Total Brasil	32.795	100,0	142.784	100,0
Outro país	215		3.379	
Sem informação	15.234	31,6	19.027	11,5
Total	48.244		165.190	

Fonte: MEC/Inep. Censo da Educação Superior de 2019 (Microdados).

A Tabela 4 verifica se esse percentual de 10,4% de migrantes naturais de outra unidade da federação se mantém constante entre os cursos de graduação das instituições estaduais. Assim como observado no Rio de Janeiro, os cursos de medicina e odontologia em São Paulo possuem mais de 10% de migrantes de unidade da federação, sendo que o curso de medicina alcançava o patamar de 21,5% dos alunos nessa condição de migrante em 2019. Por outro lado, os cursos de farmácia e química possuíam menos de 7% de alunos migrantes.

TABELA 4 – Estudantes de instituições Estaduais segundo o curso de graduação – Estado de São Paulo – 2019

Cursos de graduação selecionados	Alunos matriculados em IES estaduais em SP segundo a Unidade de Federação (UF) de nascimento				% Nasceu outra Unidade da Federação
	Total	Nasceu em SP	Nasceu outra UF	Sem Inf.	
Medicina	3.356	2.281	625	450	21,5
Psicologia	909	807	76	26	8,6
Odontologia	2.513	2.028	327	158	13,9
Serviço social	297	264	24	9	8,3
Farmácia	773	706	45	22	6,0
Ciências Contábeis	687	464	40	183	7,9
Química	1.994	1.650	122	222	6,9
Enfermagem	1.635	1.343	113	179	7,8
TODOS OS CURSOS	165.190	127.988	14.796	22.406	10,4

Fonte: MEC/Inep. Censo da Educação Superior de 2019 (Microdados).

Discussão

Pode-se destacar as 2 principais vantagens e desvantagens do uso dos dados do Censo da Educação Superior (CES) para estudos de migração dos estudantes de graduação.

A primeira vantagem está relacionada aos dados geográficos ou de localização. O CES, além de usar os mesmos códigos do IBGE, organiza e divulga os dados a nível municipal, que é menor unidade territorial disponível no questionário da amostra dos censos demográficos. A segunda vantagem é temporal. Com os dados de 2019, pode-se analisar a migração estudantil anualmente na última década, pois os dados de localização de nascimento dos estudantes e de oferta dos cursos começaram a serem coletados em 2009.

Até agora, encontramos 2 desvantagens de usar o CES. A primeira diz respeito ao grande número de não respostas no quesito localidade de nascimento, observadas nos microdados dos cursos de graduação dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo na pesquisa de 2019. A segunda desvantagem do CES é a ausência de informações socioeconômicas dos alunos. Não existe informações sobre a instrução dos pais dos alunos e nem sobre a renda familiar. Essa informação é importante: Li e Chagas (2016), através da união dos arquivos do CES e do Enem de 2006 a 2014, mostraram que ter um dos pais com ensino superior completo aumenta a probabilidade do aluno ser migrante de outro estado.

Para um aprimoramento das pesquisas de mobilidade estudantil e a utilização do banco de dados do CES nessas pesquisas, é fundamental a correção dos altos índices de não resposta ou não informação sobre a localidade de nascimento do aluno, assim como seria interessante a inclusão da variável de município de residência do aluno, o que permitiria a mensuração direta da migração e da mobilidade pendular dos estudantes do

ensino superior, inclusive para orientar políticas públicas de mobilidade e de acolhimento desses alunos.

REFERÊNCIAS

- BARUFI, A. M. B. Impactos do crescimento de vagas em cursos universitários sobre a migração de estudantes: uma análise preliminar com o censo demográfico de 2010. **TD Nereus**, v. 13, p. 1-21, 2012.
- BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. New York, NY: Columbia University Press, 1964.
- BEINE, M.; NOEL, R.; RAGOT, L. Determinants of international mobility of students. **Economics of Education Review**, Cambridge, v. 41, p. 40-54, 2014. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas**. Brasília, DF, 2019a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Cartilha de orientação do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília, DF, 2019b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Manual de preenchimento do Censo da Educação Superior 2019: módulo aluno**. Brasília, DF, 2019c.
- LI, D. L.; CHAGAS, A. L. S. Efeitos do Sisu sobre a migração e a evasão estudantil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 20., 2016, Fortaleza, CE. **Anais...** Niterói, RJ: ANPEC, 2016.
- MACHADO, C.; SZERMAN, C. **The effects of a centralized college admission mechanism on migration and college enrollment: evidence from Brazil**. [*J. l. : s. n.*], 2015. (Working Paper LACEA).
- MARTINS, E.; CORREA, S. O aluno-exportação. **Revista Época**, São Paulo, SP, n. 1126, 10/02/2020.
- MCHUGH, R.; MORGAN, J. N. The determinants of interstate student migration: a place to place analysis. **Economics of Education Review**, Cambridge, v. 3, n. 4, p. 269-278, 1984.
- SCHULTZ, T. W. Investment in human beings. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, 1962.
- SCHWARTZMAN, S. Universidades: nacionais, regionais? **IETS**, 2013. (Texto para Discussão).
- TUCKMAN, H. Determinants of college student migration. **Southern Economic Journal**, US, v. 37, n. 2, p. 184-189, 1970.

OS BRASIGUAIOS COMO EFEITO COROLÁRIO DA TRANSTERRITORIALIDADE

Karla Rosário Brumes[▲]
Sergio Ricardo Aurélio Pinto[♥]

RESUMO

O presente trabalho, é resultado das pesquisas realizadas para a construção da tese de doutorado, através da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e se faz relevante ao contribuir para o debate a respeito de temas contemporâneos ao território, às migrações internacionais e à identidade. O escopo principal aqui, é apresentar a dinâmica migratória a partir de um grupo de imigrantes brasiguaios que residem no bairro Jardim Santa Felicidade, no município de Cascavel-PR e, para isso, as entrevistas e aplicações de questionários foram essenciais para identificar a transterritorialidade experimentada por esses sujeitos.

Palavras-chave: Imigração internacional, Brasiguaios; Transterritorialidade.

INTRODUÇÃO

Os estudos envolvendo os brasiguaios tem sido bastante discutido nas áreas humanas, sobretudo pela sua categoria social do trabalho, isto é: camponesa¹. No que se refere ao exposto trabalho, os brasiguaios são analisados inseridos em processo migratório.

Quanto a origem dos primeiros processos emigratórios de brasileiros para o Paraguai e que constituem a gênese do termo “brasiguai” Sprandel (1992); Zaar (2001); Souchaud (2007); Nogueira (2012); Haesbaert (2014) e Pinto (2015) ajudam a compreendê-lo a partir de uma perspectiva dialética e fenomenológica.

Souchaud (2007) esclarece que os primeiros fluxos emigratórios de brasileiros ao Paraguai estão relacionados a vinda de nordestinos da Paraíba, Pernambuco, do Sul da Bahia, bem como, um número menor de mineiros e paulistas, os quais foram atraídos entre as décadas de 1940 e 1970 para Foz do Iguaçu para a construção de obras de infraestrutura. Souchaud (2007) e Souza (2013) destacam que esses grupos foram atraídos para o Paraguai, a fim de que estes preparassem as terras para que a posteriori, o governo paraguaio as vendesse por um valor maior a outros grupos de brasileiros. Nesta mesma análise histórico-emigratória e de ocupação de brasileiros em terras paraguaias, Souza (2013) esclarece que o

[▲] Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Professora adjunta pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: kbrumes@hotmail.com

[♥] Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Professor da educação básica pela Secretaria do Estado do Paraná. E-mail: sergiollau@hotmail.com

¹ Em Ferrari (2009) os brasiguaios são diferenciados de um outro grupo de brasileiros presentes no Paraguai. Para ele, os brasiguaios são de origem camponesa, descapitalizados e se apropriaram dos aspectos sócio-representativos do Paraguai. Já os “brasileiros no Paraguai”, são latifundiários capitalizados, que negam as representações paraguaias, não vivenciam seus costumes, apenas compreendem o Paraguai a partir do princípio da reprodução capitalista.

segundo grupo a emigrar, era composto majoritariamente por sulistas brasileiros, sobretudo, como destaca Zaar (2001), por expropriados de suas terras, como consequência de uma política externa na expansão da modernização da economia brasileira, como na construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Sprandel (1992) explicou que neste processo emigratório e da construção da identidade “brasiguaiá”, esta foi compreendida tanto no Brasil como no Paraguai através de elementos negativos depreciativos a estes sujeitos. Para ela, a população paraguaia assumia as informações reproduzidas pelos grandes latifundiários daquele país e que circulavam pela imprensa em geral, cuja idealização da terminologia “brasiguaiá”, estes sujeitos eram uma ameaça ao país, responsáveis pela expropriação de camponeses paraguaios, considerando-os como sendo "imperialistas", "invasores" e outros elementos que configuravam sentimento de aversão ao brasiguai. Já no Brasil, quando estes passaram a retornar, o termo “brasiguai” é inundado de significados de depreciação, de inferioridade pela sua procedência (Paraguai).

Pinto (2015) considera que estes elementos depreciativos ao brasiguai que retorna para o Brasil, é motivado por discursos reproduzidos através dos meios de comunicação e das iconografias da Guerra do Paraguai, os quais propagam uma imagem distorcida do Paraguai, cujos valores geram sentimentos de superioridade na formação da identidade brasileira em relação ao Paraguai e, assim, de todos que de lá procedem, como os brasiguaios.

Para Nogueira (2012) os brasiguaios devem ser compreendidos em um contexto de duplo processo de expropriação, primeiramente promovido pelo Brasil e posteriormente pelo Paraguai. Nogueira (2012) e Pinto (2015) entendem que os brasiguaios são vítimas sociais em ambos os países e que os processos de expropriação da terra, afetaram sua condição e garantia de sobrevivência, os quais são responsáveis pela dinâmica migratória, isto é: primeiramente a emigração ao Paraguai e posteriormente de imigração de retorno ao Brasil.

Ao pensar os brasiguaios envolvidos em um movimento internacional imigratório de retorno, no viés estruturalista de Sayad (1998; 2000); Fazito (2008) e Botega; Cavalcanti e Oliveira (2015) o retorno é justificado também pelo apego aos familiares, amigos e a um sentimento de nostalgia ao lugar de origem. Nesta abordagem, Botega; Cavalcanti e Oliveira (2015) explica que a decisão de retornar está relacionada não só nas dificuldades encontradas no país que os recebeu, em não permitir sua ascensão social, mas também pelos enfrentamentos de conflitos por estes serem considerados estrangeiros, portadores de

uma cultura e identidade diferente. Tanto para Fazito (2008) como Botega; Cavalcanti e Oliveira (2015), mesmo com estas adversidades na sociedade que os recebem, o retorno só é admitido mediante o sentimento de segurança, o que é alimentado através da teoria das redes sociais.

Fazito (2008) explica que o movimento migratório estabelece conexões entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo migratório: os que migram, os familiares e amigos no país de origem e os amigos e contatos no lugar de destino².

Arelado a teoria sistêmica, na formação de redes sociais, Fazito (2008) esclarece que a existência de uma rede social ampla, formada e mantida de forma multidimensional, serve como apoio aos migrantes, lhes oferecendo informações de ambos os lugares, corroborando, então, para a decisão do retorno. Da mesma forma, ao tratar a respeito da formação de redes sociais estabelecidas por diferentes sujeitos envolvidos no processo migratório, Sayad (1998; 2000) mostra que os que a decisão em emigrar e de retornar, está naqueles outros sujeitos envolvidos nesta trama. Para este autor, aqueles familiares e amigos que emigraram servem como confiança em receber ajuda diante de necessidades, influenciando outros a emigrarem e, ao mesmo tempo, aqueles que permaneceram no lugar de origem, lhes servirão de apoio quando estes decidem em retornarem.

Em suma, tanto para Sayad (1998; 2000) como para Fazito (2008) as redes sociais são formadas pela conexão de pessoas e por diferentes lugares, os quais são responsáveis pela permanência do emigrar e retornar. Na verdade, o retorno nem sempre ocorre para seu lugar de origem. Muitas vezes estes retornam para lugares onde tenham pessoas de confiança que lhes servirão de acolhimento, amparo, apoio, referência e auxílio para adaptarem-se.

Logo, estas redes sociais permitem que os imigrantes sejam atores sociais em ambos os lugares, envolvendo-se em diversas relações que lhes favorecem em estratégias de sobrevivência e, assim, o fortalecendo e expandindo novos fluxos migratórios com outros que ora emigram e ora retornam.

Neste entendimento, aqui atribui-se a necessidade de considerar o brasiguaiio através não só de um contexto histórico de expropriação, migratório, mas também de desterritorialização e de negociação identitária, cuja análise está em conjunção com a

² É o que entendemos a respeito dos brasileiros que emigraram para o Paraguai, deixando familiares e amigos no país de origem. O mesmo volta a ocorrer quando estes (agora, brasiguaios) retornam para o bairro Jardim Santa Felicidade, porém mantendo relações sociais com os seus familiares e amigos que permanecem residindo no Paraguai, formando assim, redes sociais entre eles, corroborando pelo ir e vir entre os dois países.

proposta por Haesbaert (2014) na perspectiva multitemporal-multiescalar-multidimensional da re-construção da territorialidade.

Nesta compreensão, este duplo processo de expropriação agrícola e migratório, Haesbaert (2014), permite entendê-los também a partir de uma concepção sociocultural do território e, assim, da territorialidade. Cabe aqui, então, considerar o território como categoria de análise que permite alcançar as implicações da desterritorialização, reterritorialização e, ainda, na reconstrução e negociação identitária dos sujeitos nele inserido.

Conforme a perspectiva integracionista ponderada por Haesbaert (2014), a territorialidade é resultante de um "*Continuum*", isto é, da extensão, da sobreposição da dimensão político-social com a dimensão sociocultural. Conforme o autor, na territorialidade há uma dimensão política àqueles que dela se apropriam, se identificam, se fazem representar, se posicionarem em resistência contra interferência, ação, controle de uma força externa, que busca des-territorializá-los. Consequentemente, nesta perspectiva reconhece-se, aqui, a integração da dimensão simbólico-sociocultural, com a dimensão política. Ainda, nesta concepção, outro aspecto importante que Haesbaert (2014) trata é que a territorialidade não se apresenta apenas em sua materialidade física, mas também, em sua dimensão imaterial pelo aspecto simbólico-cultural dos atores socioespaciais ou grupos identitários e, junto, a classe social dominante que atua neste processo.

Quanto as dimensões do temporal e da escala, para Haesbaert (2014), assim como, a territorialidade é formada por múltiplos processos socioculturais, ela deve ser considerada a partir da apropriação e da territorialização (mesmo que de forma imaterial) das sobreposições de realidades histórico-geográficas vivenciadas pelos imigrantes. Para ele a territorialidade, também é formada pela presença de determinados grupos sociais, que utilizam suas representações simbólico-socioculturais para se representarem.

Em Haesbaert (1997; 2014) entendemos que a territorialidade é constituída por meio da materialização (sub)objetivas, (i)materiais, afetivas, simbólico-socioculturais e psicossociais, cujas considerações, ajuda a compreender que o território só existe mediante ou através das dimensões da dominância da dominação (funcional), ou da dominância da apropriação (simbólica) e, que em ambos os processos, a territorialidade é a condição existencial do território, pois sua existência depende do que lhe está intrínseco: as relações de dominância funcional ou simbólico.

Concatenado a estas reflexões trazidas por Haesbaert (1997; 2014), conforme já mencionado anteriormente, os brasiguaios aqui são entendidos inseridos em uma análise

migratória, através da perspectiva integracionista e multidimensional (política, economia e cultura) presentes nas redes sociais estabelecidas pelos imigrantes que residem no bairro Jardim Santa Felicidade³, com aqueles familiares que permaneceram no Paraguai e com aqueles que resolveram retornar ao Paraguai, permite configurar a territorialidade em ambos países, sobrepondo-as, tanto na sua funcionalidade, como simbolicamente. Na verdade, os brasiguaios é efeito corolário dessa transterritorialidade, pois é o próprio processo migratório a condição existencial destes sujeitos.

É, então, esta rede social que mantém o movimento em trânsito desses imigrantes, entre o Brasil e Paraguai, responsável, também, pela (re)construção constante das territorialidades e das identidades, cujo bojo deste processo de desterritorialização, de sobreposição de territorialidades, as relações socioculturais e identitárias estão intrínsecas na apropriação e negociação identitária. A partir das reflexões que aqui tratadas à luz do pensamento de Haesbaert (2014), podemos concluir que um dos efeitos do processo migratório, ao retornarem, estes sujeitos trazem consigo elementos socioculturais incorporados em seu âmago e que já não serão os mesmos, o que gera conflitos no processo de reconstrução identitária, tornando-os portadores de uma identidade híbrida.

Em Haesbaert (2014) é possível compreender que os brasiguaios estão expostos a um campo de forças de homogeneização, dominação e subalternização praticado pelos brasileiros. Em Elias (2000) vemos que as relações de poder exercidos pelos grupos “*insiders*”, já estabelecidos ou majoritários, manifestam atitudes de exclusão, rejeição, isolamento, silenciamento e de subordinação aos “*outsiders*”, recém-chegados e ou minoritários, que estes sujeitos e suas identidades, estão expostos.

A partir destas reflexões, Pinto (2015) descreveu os processos de dominação efetivados pelos brasileiros contra aqueles brasiguaios que retornaram para o BJSF e que acreditasse ser o fator decisivo para que estes, ou parte desta comunidade decidam retornar novamente para o Paraguai.

MÉTODOS

A partir da definição desta problemática que norteou a realização deste trabalho, pôde-se elencar os procedimentos metodológicos selecionados, que entre eles, estão:

1. Trabalhos de campos: a) Visitas em escolas e unidades básicas de saúde do BJSF, a fim de identificar dados cadastrais e, assim, constatar a presença de 284 imigrantes de origem do Paraguai, que representamos em 66 famílias; b) Uma vez localizadas, pôde-se

³ A partir deste momento, a sigla BJSF será utilizada como referência ao bairro Jardim Santa Felicidade.

organizar visitas a estas famílias brasiguaias, nas quais, realizou-se observações participantes, aplicou-se questionários e entrevistas, permitindo a coleta de dados, que foram analisados e tabulados. Essa metodologia, contribuiu para a coleta de informações do processo histórico migratório, da negociação identitária e da territorialização dos mesmos, como também, dos fatores responsáveis pelos mesmos;

2. Trabalhos de campos com observação participante nos municípios paraguaios envolvidos à dinâmica migratória, ou seja: àqueles lugares que estas famílias moravam antes de retornarem ao Brasil e nas localidades onde há a presença de seus familiares. Esta estratégia permitiu entender o comportamento migratório em trânsito e se certificar da existência do fenômeno migratório com base da trajetória destes sujeitos.

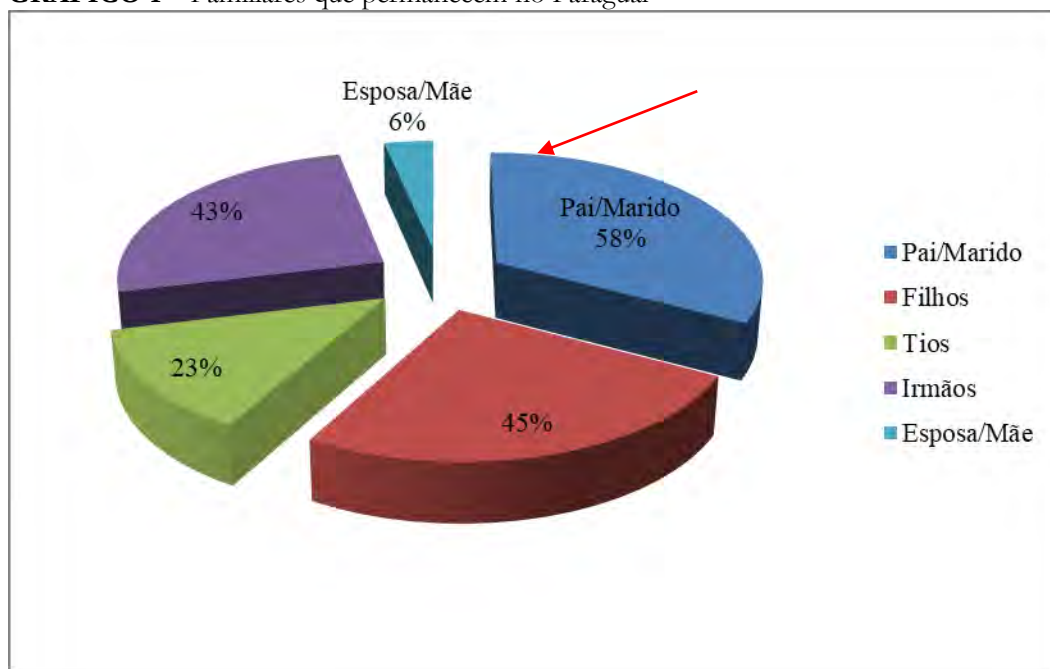
RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao identificarmos os dados que constituem a base deste trabalho, dos 66 representantes que responderam os questionários, totalizavam em um grupo formado por 284 membros que emigraram para o Paraguai e, que somando seus descendentes nascidos no Paraguai, o número subiu para 405, dos quais são no total 52 filhos, 57 netos e 12 bisnetos lá nascidos.

Dentre as 66 famílias que representam esse número de 284 membros envolvidos na pesquisa e que residem no BJSF, constatamos que eles ainda possuem familiares que permaneceram residindo no Paraguai e que possuem relações entre os que decidiram retornar, Gráfico 1⁴.

⁴ Entre os motivos que apresentaram para que seus familiares tenham permanecido no Paraguai, a) 42% dos que ficaram não quiseram imigrar porque consideravam suas condições de vida boas; b) 27% porque continuam trabalhando no Paraguai; c) Somando os membros da família (Pai/marido- 58%; irmão- 43%; /filho- 45%; tio- 23%; mãe- 6%) que permaneceram para administrar a propriedade e a produção chega a 175%, pois há mais de um membro da família que permaneceu e, por isso, a frequência ultrapassa a 100%. Precisamos lembrar, que se trata do pequeno fúndio- policultor).

GRÁFICO 1 – Familiares que permanecem no Paraguai



Fonte: Pesquisa direta (2015).

Seta em vermelho indica a proporção de permanentes no Paraguai em relação ao gênero. Nas nossas pesquisas certificamos que em relação ao sentimento de insegurança que ocorre entre os brasiguaios residindo no Paraguai, as imigrações de retorno têm se caracterizado pela vinda das mulheres (46%) e filhos com baixa faixa etária. Em poucos casos a irmã permanece no país.

Dos que retornaram para o BJSF (284 sujeitos) 83% possuíam e, destes, apenas 9% as venderam para retornar ao Brasil e o restante (74%) continuam produzindo naquele país. Estas propriedades estão sobre os cuidados ou do marido/pai (58%), ou filho/irmão⁵ (98%), ou por tios (23%) e ou pela mãe (6%)⁶. Dos 284 brasiguaios que estavam residindo no BJSF, 16% resolveram retornar ao Paraguai.

Através destes dados, constatamos que entre os sujeitos que retornaram para o BJSF e os que permaneceram no Paraguai, formou-se redes sociais que servem de apoio para que permaneça o movimento em trânsito destes entre Brasil e Paraguai. Como já debatemos a natureza multidimensional destas redes sociais, entre estes sujeitos e territorialidades, lhes permitem a externalização de seus aspectos socioculturais de ambas territorialidades que se conectam, configurando uma transterritorialidade, as quais transitam

⁵ Dos que nos responderam os questionários, constatamos que 43% irmãos e 45% filhos permaneceram no Paraguai.

⁶ A respeito de quem permaneceu morando no Paraguai para administrar a propriedade e a produção é importante frisar que existem familiares que quem permaneceu foi ou o marido na companhia de algum filho, ou o pai na companhia de algum irmão, ou a mãe (viúvas) na companhia de algum irmão, ou apenas a presença do marido, do pai, do filho, do irmão e, ainda, ou o tio. Outro fato importante é que estas famílias eram compostas pela presença de outros familiares, como irmãos e tios. Por isso, se somados, a frequência total destes ultrapassa a 100%, pois procuramos estabelecer a porcentagem conforme os dados obtidos de quem permaneceu administrando os bens no Paraguai e está permanência abrange mais de um membro da composição núcleo familiar.

entre diferentes espaços e concedendo-lhes a estes sujeitos aspectos identitários de ambas territorialidades, isto é: portadores de identidade híbrida.

REFERÊNCIAS

- BOTEGA, T.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T. (org.). **Migrações internacionais de retorno no Brasil**. Brasília, DF: CSEM, 2015. (Relatório).
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 2000.
- FAZITO, D. Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo. In: CGEE. **Populações e políticas sociais no Brasil**: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília, DF, 2008. p. 150-170.
- FERRARI, C. A. **Dinâmica territorial na (s) fronteira (s)**: um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai. 2009. 199f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados – UFDGD, Dourados, MS, 2009.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, R. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, RJ, n. 3, p. 20-32, 1997.
- NOGUEIRA, J. T. Duplo processo de expropriação camponesa: uma análise a partir da frente pioneira e frente de expansão. **Contribuciones a las ciencias sociales**, fev.. 2012.
- PINTO, S. R. A. **Um aconchego para chamar de seu**: conflitos identitários entre brasileiros e brasiguaios no bairro Jardim Santa Felicidade, Cascavel – PR. 2019. 266f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava, PR, 2019.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. especial, 2000.
- SAYAD, A. **A imigração**: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo. EDUSP, 1998.
- SOUCHAUD, S. **Geografía de la inmigración brasileña em Paraguay**. Asunción: UNFPA-ADE PO, 2007.
- SOUZA, E. R. **O conflito de terras entre brasileiros e paraguaios**: um estudo de caso sobre a violação de direitos humanos dos brasiguaios na região de fronteira. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2013.
- SPRANDEL, M. A. Brasiguayos: una identidad de frontera y sus transformaciones. In: GRIMSON, A. (org.). **Fronteras, naciones e identidades**: la periferia como centro. Buenos Aires: La Crujía, 2000. p. 299-320.
- ZAAR, M. H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 94, 2001.

OS DESAFIOS DA VIDA MIGRANTE E A APROPRIAÇÃO DA RMBH-MG PELA IMIGRAÇÃO BOLIVIANA

Juliana Carvalho Ribeiro[♦]

Rosana Baeninger[♥]

RESUMO

A inserção de localidades na divisão social e territorial do trabalho (BAENINGER, 2014) contribui — em nível nacional, regional e local — para a configuração de espaços urbanos selecionados (SASSEN, 1988). É neste contexto que Belo Horizonte-MG emerge (CASTRO; FERNANDES, 2014), contemporaneamente, como importante espaço da migração (BAENINGER, 1999) e, entre os sujeitos que chegam à sua região metropolitana — a RMBH-MG —, observa-se o recente destaque da imigração boliviana. A indústria têxtil impulsiona fluxos migratórios e mobiliza bolivianas e bolivianos à migração transnacional e, uma vez no Brasil, ocorre a migração interna. Minas Gerais e seu tradicional setor têxtil passam a contar com a presença de fluxos migratórios bolivianos, que saem de São Paulo — por questões laborais, socioeconômicas e políticas —, ou diretamente da Bolívia. Porém, dadas as condições às quais as fronteiras políticas entre os Estados Nacionais foram e são estabelecidas — para dominação e por imposição —, o direito de migrar, previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, é constantemente cerceado e são inúmeras as dificuldades enfrentadas por migrantes. Esses sujeitos têm sua realidade delineada por conflitos e explorações de toda natureza — espaciais, sociais, étnicos, laborais, econômicos, políticos, institucionais, psicológicos, emocionais — e a RMBH-MG espacializa tais conflitos. Compreender a produção de territorialidades (COSTA, 2011; SOUZA, 2005; SAQUET, 2010) por bolivianas e por bolivianos na RMBH-MG permite compreender melhor este novo fluxo migratório. Assim, com este estudo, busca-se compreender a mobilidade de interlocutoras e de interlocutores desta pesquisa e as territorialidades criadas por tais sujeitos para driblar as adversidades impostas à — e pela — sua realidade.

Palavras-chave: Migração internacional; Migração boliviana; RMBH-MG.

INTRODUÇÃO

Tomando como sujeitos da pesquisa a população migrante boliviana na RMBH-MG, investigou-se seus processos de apropriação de territórios da cidade e os consequentes desdobramentos. Partiu-se da hipótese de que a migração sul-sul boliviana configura novos espaços que se apresentam como territórios circulatórios (TARRIUS, 2009; 2002; 1993), nos quais conectam-se diferentes dimensões locais, regionais e globais, vinculadas ao setor da costura (WALDINGER, 1994), e permitem a produção de territorialidades por bolivianas e por bolivianos. Pensando no recorte espacial desta pesquisa, a hipótese

[♦] Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob orientação da professora doutora Rosana Baeninger. Bolsista CAPES e membro da equipe do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: jcrgeo@yahoo.com.br.

[♥] Pós-doutora (Estágio Sênior) na Universidade da Califórnia, Davis (2014-2015). Bolsista Produtividade PQ 1A/CNPq. Atualmente é Professora Aposentada-Colaboradora do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO/UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Demografia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (2009-2022). E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

sustenta que a RMBH-MG, a partir da inserção no nicho da costura, passa a atrair bolivianas e bolivianos e a revelar territorialidades produzidas por esses sujeitos, processos alimentados (também) pelo vínculo entre o local e o global.

A *territorialidade* configura-se como a melhor categoria socioespacial para auxiliar na compreensão da presença boliviana na RMBH-MG, já que se apresenta como alternativa à vida imposta aos migrantes. A migração é essencialmente uma questão política e produz espacialidade de disputa (SAYAD, 1998). Pela forma como são recebidos pela sociedade brasileira, bolivianas e bolivianos se territorializam buscando conquistar seu território, sempre negado pela perversidade do cotidiano em uma sociedade tão desigual e em que o abandono sócio-político é banalizado. Produzir territorialidades é uma forma dessa população se inserir no urbano, revelando-se resistência.

MÉTODOS

O estudo sobre migrações transnacionais requer um olhar transdisciplinar para que se possa apreender sua complexidade e, sobretudo, suas especificidades. Baeninger (2014, p. 8) esclarece que o desafio teórico e metodológico se impõe “[...] pela diversidade de fluxos, de situações, de permanência, de seletividade, de afinidades eletivas, da não-formação de comunidades, de idas-e-vindas, [...] que transcendem as fronteiras do Estado-Nação”. Voltando-se mais especificamente para o estudo das migrações Sul-Sul, Phelps (2014) complementa essa relevância, apontando que a falta de pesquisa e compreensão subsequente desses fluxos pode ter implicações negativas para os países e regiões em desenvolvimento.

Observando todas estas questões, a proposta desta pesquisa é compreender a presença da imigração boliviana na RMBH-MG. Para compreender um processo que não está devidamente registrado com dados coesos e precisos, por ser um evento recente e altamente dinâmico, entrevistas mostram-se imprescindíveis por constituírem-se eficiente recurso metodológico. Junto aos sujeitos da pesquisa, recorreu-se à história oral, resgatada através de entrevistas semiestruturadas (ARIZA; VELASCO, 2012), gravadas e transcritas, com roteiro previamente registrado e aprovado pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil.

Trechos destas entrevistas foram citados sem qualquer correção ortográfica ou gramatical. Desta forma, eles apresentam, muitas vezes, erros de concordância, mistura do português e do espanhol, bem como palavras criadas por bolivianas e por bolivianos para adaptar o seu idioma ao nosso, a partir da sua vivência no Brasil. A transcrição foi literal e direta, respeitando inteiramente a fala de cada pessoa entrevistada. Todos os interlocutores

receberam nomes fictícios e tiveram suas identidades preservadas. O gênero das pessoas entrevistadas também foi respeitado. Todas as informações sobre elas são fidedignas.

Entrevistas permitem compreender e desenhar a história, cumprindo o fundamental papel da ciência de dar voz aos sujeitos da pesquisa, e o contato com a população migrante boliviana, feito via observação *in loco* e entrevistas qualitativas, buscou dar outras vozes a essa população marginalizada. Fala-se em outras vozes, uma vez que eles já as têm. As entrevistas permitem que elas saiam da invisibilidade, fazendo com que possam ecoar e com que sejam ouvidas, assim como auxiliando no combate ao xenorracismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dificuldades que a realidade impõe revelam-se em todos os aspectos da vida migrante — social, laboral, cultural, espacial e temporalmente. Ao longo da travessia, paisagens mudam, relações são desconstruídas e construídas, a apropriação do espaço se realiza. Nos processos de apropriações, conflitos emergem, contribuindo para o desenho de territorialidades.

Os conflitos ganham destaque nos espaços inseridos na lógica da produção do capital — nos quais se desencadeiam novas configurações migratórias internacionais e nacionais —, e estes espaços são constituídos e utilizados como recursos para a reprodução social dos contingentes migrantes envolvidos (TARRIUS, 2002). Entre estes espaços, a RMBH-MG revela-se novo “espaço de vida” (COURGEAU, 1988) de bolivianas e de bolivianos, a partir da redefinição de seus fluxos migratórios.

Antes de nos debruçarmos sobre a importância recente da RMBH-MG para bolivianas e bolivianos, é fundamental destacar a afirmação do Brasil, nas últimas décadas, entre os nós que compõem as rotas da migração transnacional boliviana (SILVA, 1997). Os anos 1990 apresentam-se como marco para a imigração boliviana no Brasil, uma vez que o número desses migrantes tem aumentado a partir de então. Diego — interlocutor desta pesquisa na RMBH-MG, que migrou há 20 anos da Bolívia para São Paulo-SP —, comenta:

É... Na época, tinha um... Esse amigo que veio [conterrâneo que trouxe o interlocutor para o Brasil], ele já trabalhou com um rapaz que chama-se na época era dom Alejandro¹, esqueci os outros porque faz tempo, né? Então, a gente trabalhou com eles lá. Ele já veio mais antes. Era um pouco mais antigo, né? Na época [quando o interlocutor migrou para São Paulo, segundo ele, em 2000] não tinham assim bolivianos! Era pouquinhos! Né? E eu era um deles aí.

¹ Nome fictício atribuído a um boliviano mencionado pelo entrevistado.

Baeninger (2012, p. 15) analisa o cenário dos movimentos internacionais na América Latina e Caribe e, refletindo sobre a relação do Brasil com a Bolívia, a autora aponta uma “[...] recepção crescente [por parte do Brasil, de bolivianas e bolivianos], incluindo-se intensa circulação entre os espaços da migração na origem e no destino”. Debruçando-se sobre esta relação, e ressaltando a importância dos anos 1990 na análise da presença da imigração boliviana no País, Baeninger (2012, p. 15) vai além:

No caso da imigração boliviana, do estoque identificado pelo Censo Demográfico de 2000 (20.388 pessoas), apenas 10% haviam chegado antes dos anos 1960 (2.658 bolivianos e 2.594 entre 1960-1969), marcando a importância desse movimento migratório desde os anos 1970 (3.263 imigrantes entre 1970-1979), sendo que 7.700 chegaram depois de 1990.

Voltando a atenção para a origem, uma série de fatores justifica a intensificação da emigração boliviana. Destaca-se, porém, fatores econômicos — associados à (in)disponibilidade de trabalho no país de origem, bem como ao alcance e aos desdobramentos da globalização. Desta forma, pode-se dizer que a Bolívia teve o seu histórico perfil emigratório intensificado, recentemente, pela crise econômica internacional². A busca por trabalho é o gatilho migratório da quase totalidade de cidadãos e cidadãs que saem da Bolívia, e narrativas de vida de migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG revelam motivações econômicas como norte para o início dos seus processos migratórios.

A Bolívia é um país de sul-américa, né? É um país pequeno, que tem um índice muito alto de pobreza, né? [...] E como Bolívia era, ou é ainda, né? Conhecido por sair muita gente... Sai muita gente! Sai muita gente pra Europa, sai pros países mais desenvolvidos, né? Então, de muito tempo eu escutava, inclusive na rádio [...] Então, a Bolívia tem aquela coisa de sair. Porque a Bolívia é um país pobre [...], então, quando eu fui crescendo, eu fiquei nesse negócio de que não tinha serviço, de que agora já era pai de família, né? Então, o meu negócio era sair. [...] meu pai sempre quis que eu fosse longe de lá, porque lá você passa assim, umas necessidades muito... assim... muito difícil! Fome... você não conseguir dar nada para o seu menino... Você não poder comprar uma roupa para o seu menino... você não poder dar uma coisa... Falar assim: não tenho. E meu pai falava assim: aqui não é bom não. Vai pro Brasil, vai pra Europa, vai longe. Porque aqui é desse jeito (Álvaro).

Segundo relatos de migrantes entrevistados, a maior parte das entradas acontece por Corumbá-MS, respeitando os trâmites legais para transposição da fronteira da Bolívia com o Brasil. Uma minoria entre as bolivianas e os bolivianos migrantes, porém, transpõe a fronteira a partir do Paraguai, driblando a polícia federal para facilitar a sua entrada, tal como relata Martín, interlocutor desta pesquisa:

² Crise financeira global, iniciada nos Estados Unidos, em 2008. Esta crise alcançou, rapidamente, todas as economias do mundo, e foi sentida em diferentes escalas. Ela foi resultado do colapso no sistema global de especulação econômica para a obtenção de lucros. É possível entender mais sobre esta crise, lendo *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*, de David Harvey (HARVEY, 2011).

Eu entrei por Paraguai. A primeira vez, eu entrei por Paraguai. Agora, depois, que eu entrei por Corumbá mesmo. Aí, tudo legal! Eu vim antes, sem minha família e depois eu voltei para buscar a todos.

Independentemente da entrada utilizada, bolivianas e bolivianos grifam que saem do seu país em busca de trabalho, e que veem no Brasil a chance de conquistarem o que procuram. Uma questão, porém, independe do gênero. Em sua quase totalidade, logo que chegam em solos brasileiros, tais migrantes têm suas vidas entrelaçadas pelas linhas de costura. Justamente por conhecerem a demanda, algumas pessoas investem no aprendizado deste ofício antes de migrarem. Outros aprendem depois de chegarem aqui, já ocupados em alguma oficina. É relevante, pois, que nem todas as pessoas que chegam da Bolívia e que se ocupam da costura no Brasil exerciam este ofício no seu país. Ao contrário, muitos tinham outras profissões no seu país de origem e não tinham, sequer, qualquer noção têxtil, conforme a interlocutora:

Mi esposo é... Él siempre tenía esta actividad de trabajo textil, costura... numa empresa, que... na área de textil na Bolívia hay caído mucho. E a empresa fechou. Todos que eram da empresa saliram da empresa e ficaram sem trabajo. Nosotros aprendemos delante que una salida é que eu tinha que aprender a manejar la máquina. Meu esposo que me ensinou. Por causa disso eu aprendi. Entonces... a gente queria investir e fazer isso na Bolívia, mas também não podíamos, porque también necessita de dinheiro. Um capital, no? Para começar [...] Tenemos amigos que viviam aqui em São Paulo [...] Eles haviam convidado muchos años, conversando... mas era difícil porque não tenhamos dinero, porque tenhamos hijos, e también porque é algo delicado salir... Entonces... Siempre havíamos conversamos com este amigo, que se vamos para aí um dia, tenemos que ir com todos! E um dia desses teve que mi esposo resolheu venir. E entonces viemos todos para trabajar com nossos amigos... (Eva).

Conforme foi explicado por Eva, a queda da indústria têxtil na sua terra natal é apresentada como uma das motivações para a emigração dos que se ocupavam da costura na Bolívia. O alcance mundial do produto chinês também foi apontado por Eva:

Estamos aquí por causa de trabajo. No se puede esquecer totalmente que Bolivia já está em área de costura muerta, no? Porque también hay entrado mucha ropa de China. Ropa pronta. És más barato! Esse no nos dá forma de ganar... tenemos para comer! Tenemos hijos para poder estudiar... tenemos que ter nuestra casita... essas coisas... Mucho difícil para poder conseguir algo em nuestro país. Solamente entregamos a Dios... no... Mas estamos em isso. Nos deram oportunidad de un trabajo aquí.

Anita, interlocutora desta pesquisa que não se dedicava à costura na Bolívia, foi atraída para o Brasil, como muitos outros dos seus conterrâneos, para se ocupar neste ofício. No seu caso, a maior vantagem de trabalhar com costura é a possibilidade de trabalhar em casa, permanecendo mais próxima dos seus filhos, conforme relato da entrevistada:

Eu saí [da Bolívia] porque eu tenho filhos... eu tenho dois filhos... e o trabalho que eu tenho aqui, a costura... é... dá pra trabalhar em casa. Pra eu poder ficar com meus filhos, né? Porque quando eu trabalhava lá na Bolívia, eu trabalhava, mas... só que eu tinha que sair de casa para ir até o centro... aí eu ficava fora de casa o dia inteiro quase. Então, eu deixava sozinho os meus filhos, é... eu nem conhecia a professora deles, eu não via eles almoçarem... então, tava bem ruim... eu tava muito afastada deles. Por isso que eu saí. Eu via que dava para trabalhar em casa e eu trabalho agora em casa. Posso cuidar deles. E isso melhorou. Pra eu estar junto com eles (Anita).

Nas entrelinhas da sua reflexão, Anita demonstra conhecer o mercado global da costura, o que permitiu sua escolha pelo Brasil. Este conhecimento é revelado no relato da interlocutora sobre a imigração boliviana na Argentina:

[Escolbi o Brasil] Porque muitos... têm bolivianos que, naquela época, eles iam pra Argentina. Mas... é... as coisas tavam, naqueles dias [recentemente, depois de 2015, quando ela começou a pensar em migrar], bem... ruim mesmo. Lá na Argentina (Anita).

É justamente o mercado global da costura que atua na redistribuição da sua força de trabalho, e discursos ligados a ele fomentam a ilusão de emancipação financeira da classe trabalhadora migrante. Toda uma conjuntura de superexploração da força de trabalho migrante, agravada pelos desdobramentos da crise internacional — que ampliam a expulsão de bolivianas e bolivianos do seu país e fazem-se presentes também no Brasil —, impele migrantes estabelecidos em São Paulo-SP a uma migração interna. Na maior parte das vezes, esta migração ocorre, primeiro, dentro do estado de São Paulo. Americana e Nova Odessa foram as cidades que mais atraíram migrantes bolivianas e bolivianos antes na capital paulista.

A crise, porém, tal como em São Paulo-SP, é também sentida nesses lugares de trânsito. Novos lugares de trânsito apresentam-se como novos nós nas redes migratórias. Fugindo da crise econômica e buscando melhores rendimentos, os interlocutores da pesquisa são impelidos a continuarem seus processos migratórios — do interior do estado de São Paulo ou direto da capital paulista — para regiões metropolitanas de outros estados. É neste contexto que a RMBH-MG emerge como novo espaço da migração boliviana no Brasil. Belo Horizonte-MG, polo mineiro da moda, passa a atrair, neste século 21, migrantes bolivianas e bolivianos — sobretudo os que trabalham com costura —, e a intensidade do fluxo revela-se crescente:

Como eu estou aqui há dez anos [chegou na RMBH-MG em 2009, uma vez que a entrevista foi em 2019]... como eu estou há dez anos aqui, tinha pouca gente aqui... eu era a segunda pessoa... a segunda pessoa... que quando nós chegamos aqui... não... três! Três oficinas que tinha. Três... aí nós chegamos... e depois chegaram muitos outros bolivianos... mas a maioria sim, migraram para São Paulo e de São Paulo para Belo Horizonte. Mas eles não vieram assim... com propaganda para trabalhar... eles vieram porque aqui se ganha mais. Se ganha mais. Não é igual em São Paulo aqui (Miguel).

Porque a gente veio aqui [em São Paulo] em 2010, ficou aqui em Brasil, né? Ai depois a gente já está ficando aqui [em Minas Gerais]... Já tem muito tempo [segundo outros trechos da entrevista, aproximadamente sete anos na RMBH-MG] que a gente já tá ficando aqui... (Alba).

Anúncios em redes sociais já apresentam Belo Horizonte-MG como uma boa alternativa para migrantes bolivianas e bolivianos:

O amigo que trabalhava em São Paulo veio trabalhar aqui [na RMBH-MG], né? Por causa dos anúncios que eles colocam, né? Falando que tá ganhando mais aqui do que ganha lá [em São Paulo]. Tem anúncio no Facebook, nas páginas de bolivianos. Agora não sei te falar um... Mas tem muito! E foi ele que me falou de Belo Horizonte. A maioria que vem para Belo Horizonte, mora em São Paulo. Porque a informação daqui está espalhando lá no São Paulo por causa dos anúncios, né? Esses anúncios no Facebook que eu te falei (Iago).

Desta forma, em solos mineiros — vindos do estado de São Paulo, tal como a ampla maioria de migrantes, ou, em menor número e mais recentemente, diretamente da Bolívia —, migrantes bolivianas e bolivianos inserem espaços da RMBH-MG no seu espaço de vida, e compreendem o quanto a união entre eles é importante para o seu processo de territorialização:

Antigamente, era muito difícil. Tinha um grupo por aqui, outro por allá... Tem uns que moram em Metropolitano, outros em Neves, em Veneza... E não juntávamos. Era tudo boliviano, mas não juntava... Ai, conversamos... Eu sou o mais velho de tudo, aí respeito que ganhei... aí juntamos (Hugo).

A união entre esses sujeitos contribui para ampliar o seu sentimento de segurança no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999), apesar das (muitas) dificuldades continuarem presentes, permeando as suas vidas. Na vida migrante — e não só nela — não há certezas; ao longo do processo migratório, não há nem mesmo o controle do movimento, condição primeira de ser migrante.

Vivemos a Era da Mobilidade (CORTÈS; FARET, 2009) e, ao mesmo tempo — e dialeticamente —, a “Era” em que países e grupos hegemônicos buscam o avesso dessa possível mobilidade quando se trata de migrantes provenientes de países vulneráveis socioeconomicamente ou em guerra. Uma mobilidade seletiva e relativa, portanto. E, nesse contexto de dificuldade para esses grupos migrantes, que já se expressa de diferentes formas, sobretudo pelo xenorracismo e pela superexploração da força de trabalho migrante, a nova condição pandêmica exacerbou ainda mais a condição vulnerável e as dificuldades de sobrevivência e de mobilidade desses grupos de migrantes.

O cenário não mudou só para os migrantes, mas destaca-se aqui o aprofundamento dessa (antes já) vulnerável condição. Quando o mundo se viu acometido por uma pandemia, o primeiro grande impacto foi a perda de mobilidade, e ela acaba por

ser sentida de forma bastante intensa pelos sujeitos migrantes — sobretudo os transnacionais, que mantêm fortes vínculos com a origem, como revelam as bolivianas e os bolivianos que vivem na RMBH-MG:

E agora a gente no pode más ir al país. Yo fiquei em la Bolivia. Seis meses que fiquei en la Bolivia. Yo estuve noviembre, diciembre, enero, febrero, marzo. Yo fiquei con mi familia, curtindo mi familia. Yo estoy aquí hace seis años y fui a la Bolivia seis veces. Voy una vez por ano. Yo cheguei agora antes de la pandemia. A gente fica muito abalado, porque tem gente que vai pegar el coronavirus, e a gente não pode levar a doença para Bolivia. Entonces, tá complicado (Isabel).

O isolamento social foi uma das medidas adotadas em quase todo o mundo para frear o contágio da nova doença, a Covid-19. Se à vida migrante sempre se impuseram muitas dificuldades, esta realidade viu-se agravada perante o isolamento social imposto. Uma questão extremamente sensível da vivência migrante boliviana é a superexploração da sua força de trabalho. Relatos de interlocutores denunciam que esta realidade se torna ainda mais crítica com o isolamento social imposto. Redes de recrutamento já omitiam informações necessárias para que migrantes pudessem encaminhar sua regularização migratória. No contexto pandêmico, esta prática torna-se mais comum, também pelo fato de órgãos responsáveis pela acolhida de sujeitos migrantes terem sofrido, sobretudo no início da pandemia, mudanças no funcionamento de suas atividades. Fernandes et al. (2020a, p. 446) trazem como exemplo a suspensão das atividades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que:

[...] fecharam suas portas e iniciaram atendimento remoto, deixando parcela importante da população e imigrantes sem atendimento. O mesmo aconteceu com as entidades que atendem aos imigrantes levando ao aumento das situações de vulnerabilidade que geram casos de insegurança alimentar.

O Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)³, uma das principais referências para acolhida de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, manteve-se, na medida do possível, em atividade. Porém, esta instituição, por diversos motivos, não tem alcance total — seja porque são muitos os migrantes, porque os recursos são escassos, ou ainda porque muitos deles sequer têm acesso a informações acerca dos auxílios prestados e reforçados neste momento pandêmico. A maior parte desses sujeitos, dessa forma, veem-se perdidos e mais vulnerabilizados diante dos desdobramentos da pandemia do coronavírus.

Tal como acontece com os que vivem em situações análogas à condição de escravos, as consequências da pandemia para os sujeitos autônomos — aqueles que

³ O Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), antigo Centro Zanmi, tem sua sede em Belo Horizonte localizada à avenida Amazonas, número 641, 8º andar, Centro, Belo Horizonte-MG.

conseguiram romper o ciclo de superexploração e aqueles poucos que nunca se viram presos nesses ciclos — também se revelam muito preocupantes. A paralização de setores produtivos provocada pelo isolamento social impossibilitou o trabalho desses sujeitos. A maior parte deles se ocupa informalmente no setor têxtil e a inatividade das empresas que contratam seus serviços desestabiliza ainda mais a já fragilizada vida migrante.

Quando começou a pandemia, lamentavelmente, muitas pessoas em minha comunidade ficaram desempregados. E outras pessoas entregaram serviços que não foram pagos. Então, ficou muito ruim para a minha comunidade. Porque nós somos costureiros. Vivemos do dia. Se a gente no trabalha, no tem... (Jade).

Tem muitos imigrantes bolivianos também que mexem com a costura e imagina la situación deles... Eles estão parados! (Isabel).

A pandemia foi muito difícil, pegou de surpresa, e no tava no plano. Você saiu do foco pra outro lado, porque isso aqui no ficou difícil só pra mi, más para muitas otras personas. Porque fechou as empresas, e a gente, como é autónomo, depende de algumas empresas terceirizadas. Então fecharam elas e pra nós foi uma surpresa grande! Porque não tem mais o dinheiro dia-dia (Álvaro).

Fernandes et al. (2020b, p. 298) reafirmam o aprofundamento da fragilidade da vida migrante em tempos de Covid-19, apontando que:

Uma das mais avassaladoras consequências da pandemia é o desemprego. Considerando que, de forma geral, os imigrantes se encontram em posição econômica mais vulnerável que aqueles naturais do país, é de se esperar que esses sejam fortemente impactados no que se refere às atividades laborais.

Desta maneira, a repercussão do novo coronavírus — e as ações para enfrentá-lo — apesar de não ter atingido apenas os sujeitos migrantes, contribuiu para vulnerabilizar ainda mais esses sujeitos, sobretudo no caso dos sujeitos da pesquisa que, em sua grande maioria, ocupam-se no mercado de trabalho informal. As empresas que contratam bolivianas e bolivianos tiveram seu funcionamento suspenso por decreto municipal, com o fim de conter o avanço do contágio da doença. Quando voltaram a funcionar, o fizeram sob uma demanda mínima, prejudicando o faturamento de costureiras e costureiros. Como desdobramentos, a já precária qualidade de vida desses sujeitos se deteriora ainda mais, além do importante envio de remessas aos seus familiares na Bolívia ter sido afetado. Álvaro, que reside em Ribeirão das Neves-MG e se ocupa da costura, relatou a dificuldade que sua classe tem enfrentado com o fechamento — ou com a contenção da produção — das empresas que contratam bolivianas e bolivianos autônomos para costurar. Segundo o interlocutor, os serviços que têm surgido, além de serem insuficientes em termos de quantidade, estão subvalorizados — em função da drástica redução da demanda por

costura. Esses fatores, juntos, implicam em uma brusca queda da renda gerada por esses sujeitos. Jade corrobora a sua queixa.

Porque a maioria das fábricas fechou, e alguns que tá querendo recomeçar, mas... tem um pouco de serviço, mas que paga muito barato também. Então, de um lado, ou você trabalha pelo barato... e nosotros estamos trabalhando pelo barato, porque no tem outro. Piorou muito tudo. Tá bem abaixo da tabela! E nós tá praticamente obrigados a trabalhar assim... (Álvaro).

As empresas agora que a gente costura voltaram, voltaram a abrir, mas em questão de pagamento, no melhorou. Tudo, tudo, os preços están bastante altos. E de pagamentos continua do jeito que tava antes da pandemia. Pior! E as peças têm que ta num preço baixo. A que a gente costura (Jade).

Diante disso, os sujeitos da pesquisa mostram-se resilientes e se reinventam, buscando alternativas para geração de renda.

A gente vai correndo atrás, né? De um jeito ou do outro, a gente vai fazendo um biquinho de trabalho ali, aqui, mas a gente nunca deixa de correr atrás, né? Eu já fiz faxina, que eu nunca tinha feito faxina na casa dos outros na vida. Eu não tenho vergonha de trabalhar. Vergonha é roubar e matar, trabalhar não. Se for me colocar pra trabalhar na rua, varrendo rua, eu vou, eu não ligo, tenho filho pra criar, sou mãe solteira e preciso muito. Então, eu não ligo mesmo! Eu corro atrás e não tenho vergonha nenhuma de trabalhar (Miriam).

Máscaras constituem o principal equipamento de segurança nesta pandemia e seu uso se tornou obrigatório em todos os espaços públicos e estabelecimentos comerciais. Elas se tornaram fonte de renda para costureiras e costureiros migrantes, mas o valor pago é ínfimo:

Nós estamos fazendo algumas coisinhas assim, tipo mascarinhas [máscaras], algumas coisas... Mas no é a mesma coisa. No é a mesma coisa que você trabalhar naquilo que você sabe fazer. E nós tem que levar, assim, numa boa... Porque não adianta chorar, não adianta fazer nada. Eu tenho a visão, pelo menos, que até o ano que vem vai ficar assim (Álvaro).

Alguns projetos de organizações não-governamentais e da sociedade civil tentam minimizar os problemas financeiros causados a migrantes pela imposição do isolamento social. Porém, à despeito de tais projetos e do importante impacto que eles exerceram e vêm exercendo na vida de migrantes, a situação financeira de muitos desses sujeitos alcançou um estado dramático. Esta situação é ainda pior entre aqueles que não foram alcançados por projetos. Fernandes et al. (2020b, p. 305), ao citarem pesquisa⁴ desenvolvida que contou com 143 migrantes internacionais respondentes, comentam que esses migrantes

⁴ Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (JIPE-DSM) e do Grupo Distribuição Espacial da Migração (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP, maio a julho de 2020.

[...] impactados por altos índices de desemprego, [...] indicam como principal problema a insuficiência de renda para cobrir os gastos no Brasil. Dos 130 respondentes, 99 (76,2%) apontam que seus rendimentos não cobrem suas despesas, tendo 59 deles afirmado que os rendimentos são muito menores que os gastos. Apenas 10 respondentes (7,7%) afirmaram que o rendimento é maior que o seu gasto.

Há também relatos de interlocutores desta pesquisa denunciando a vulnerabilidade financeira de bolivianas e de bolivianos na RMBH-MG. Segundo eles, muitos desses sujeitos não têm conseguido sequer comprar comida e muitas famílias já estão passando fome. Álvaro explicou que sustentou a si e à sua família nos primeiros meses da pandemia com suas reservas, atribuindo à cultura boliviana de poupança a sua sobrevivência.

Ainda bem que nós tem a cultura de guardar a nossa economia. Nós tem essa cultura e é isso que ajudou um pouco e que tá ajudando ainda. Porque se não fosse isso nós já tava, tipo assim, ou voltava lá pra Bolívia ou já tava praticamente morrendo de fome. Ainda bem que a gente tem essa cultura de guardar pra mandar pros parente na Bolívia e pra ter uma coisinha. Nos foi forçado tirar daquilo pra pagar aluguel, comprar comida, e as despesas de água e luz, porque as faturas chega todo mês. Não perdoa nada. Então, a gente que tá acostumado a pagar, a gente tá pagando. Tirando daquilo que nos guarda um pouquinho. E vão indo. Agora, não sei como que nós vai enfrentar daqui pra frente. Porque aquilo também já tá acabando. No tá rendido não... (Álvaro).

Conforme relatou o interlocutor, essas reservas não são extensas, o que o leva a pensar em ter que se mudar de onde mora pela impossibilidade de continuar pagando o aluguel:

Agora, daqui pra frente, vai mudar. Pra mim mesmo já tá mudando... Porque eu tava morando aqui numa boa de aluguel, e eu tô pensando em sair daqui pra favela, entendem? Aonde no paga nada! Porque tá tudo mudando e eu vou ter que sair por isso. Porque eu pago um aluguel de que... tô pagando agora, 700 reais. É muito! Muito! E más que agora no tem emprego, já era muito! Então, eu pretendo entrar na favela, arrumo um barraco de 5 mil, de 3 mil reais pra comprar e morar lá. Porque vai ser obrigado a fazer isso. Porque, do contrário, você vai colapsar. Porque pedir esmola, no pode, né? Voltar pra Bolívia também no pode. Tem família aqui, tem filho, tem esposa. Esse negócio da pandemia só complicou pra gente! Pra maioria das pessoas, né? Então, eu falo isso porque até eu tô forçado a mudar os planos. Tá ruim pra maioria e pra mim é a mesma coisa. E lá tá igual, lá na Bolívia... Então a única coisa que tem agora é morar dentro da favela. Porque lá eu não pago nem água, nem luz, nem aluguel (Álvaro).

Políticas públicas que deveriam sustentá-los neste momento já não os alcançavam antes da pandemia. Em meio ao contexto pandêmico, porém, a omissão e a morosidade dos governos municipais, estaduais e federais tornam ainda mais fragilizada a situação desses sujeitos. Dentre as poucas ações do governo federal para enfrentar seus desdobramentos, destaca-se o auxílio-emergencial federal, mas este benefício, que poderia minimizar a vulnerabilidade financeira de migrantes, não tem os abarcado:

Lamentavelmente, a maioria de minha comunidade não conseguiu receber o auxílio-emergencial. Por causa da documentação. Estão exigindo o documento. Eles falam que conseguia tirar o dinheiro só com documento de país de origem, mas não é assim, na prática, não é assim. Não liberam. Então, foi muito difícil! Para todos nós imigrantes. Porque temos ainda as crianças. Então chegamos no desespero (Jade).

Eu moro há dez anos aqui e não tô recebendo! É uma coisa assim muito absurdo! Tudo errado! E eu fico assim, com raiva! E já mandaram a mensagem no banco que eu não conto nas pessoas que tem direito. E eu fiquei com muita raiva! E minha esposa, mesma coisa (Álvaro).

A negação do auxílio-emergencial reafirma a exclusão desses sujeitos. Cabe ainda outra crítica a este benefício, que é problemático já em sua origem, por ser um valor extremamente baixo para sustentar uma família:

Tiveram algumas famílias que tiveram ajuda de emergencial, mas ainda assim têm dívidas. Não estão conseguindo pagar assim mesmo (Jade).

A falta de informações acerca de quem tem direito ao benefício e de como se faz o cadastro para recebê-lo é uma dificuldade que, no seu limite, impede o acesso de muitos migrantes ao auxílio-emergencial. Soma-se à falta de informações, as dificuldades tecnológicas e financeiras para acesso à internet e este recurso, apesar de compor o cotidiano dos sujeitos da pesquisa, impõe, no seu uso, diversas limitações.

As vulnerabilidades dos sujeitos migrantes que, em muitos casos, não têm total domínio da língua portuguesa, são majoritariamente trabalhadores informais e têm condições financeiras instáveis e precárias, além de não disporem de informações suficientes sobre como funciona o sistema público de saúde brasileiro (SUS), contribuem para o agravamento da situação. Jade revela conhecer migrantes que foram à óbito em decorrência da Covid-19, o que sustenta a gravidade da situação na qual os sujeitos da pesquisa se encontram. A interlocutora ainda chama atenção para situações de xenorracismo vividas por estes sujeitos:

Eu conheço imigrantes que pegaram Covid. Algumas foram internadas. Em hospital de campanha que fizeram. Eu conheço gente que morreu. Imigrantes que perderam a vida graças a este Covid. E tem preconceito aos imigrantes, não só bolivianos. Os imigrantes, acho que todos passamos pela mesma situação (Jade).

Observa-se, desta forma, a ampliação do xenorracismo, que se revelou mais intenso no contexto da pandemia de Covid-19:

Inclusive falando de uma menina que estava grávida, ela ganhou bebê quatro dias atrás. E chegou a médica aqui, e mesmo elas são mulheres médicas, trataram de uma forma ruim a ela. Ela me comentou que davam risadas por causa dela. Ela não entende nada de português. Por causa da pandemia também tive que brigar com uma médica. Porque eu falei com ela. Você é médica, você é mulher. A gente tem que se unir por causa que a gente são feminino. E por que aquele trato com imigrantes? No... No! Você está tratando dela que não sabe falar português e

tem uma lei que fala que ela pode ter acompanhante. E no permitiram isso daí, por causa de, elas falaram, por causa de Covid. Eu entendi, mas se você me fala com um jeito, com respeito, com aquela humanidade que a gente tem que ter, eu vou entender. Mas se você vai gritar, vai me tratar daquele jeito, eu não vou deixar no, porque a gente tá nesse caminho da luta contra esse preconceito. E eu falei isso e eu acho que elas entenderam, que a gente tá sempre lutando por essa situação (Jade).

A distância de parentes e amigos — que ficaram na terra natal — apresenta-se como mais um problema, uma vez que essas ausências também dificultam o enfrentamento à pandemia. A doença requer cuidados e muitos dos sujeitos da pesquisa não têm uma rede de apoio para o caso de serem infectados, pela maior parte da sua família estar na Bolívia.

Outra dificuldade enfrentada por bolivianas e bolivianos na RMBH-MG refere-se à educação formal dos seus filhos. As escolas suspenderam as aulas presenciais e as crianças e os adolescentes filhos de migrantes têm apresentado dificuldades de adaptação às aulas online. Isto acaba se revelando mais uma forma de exclusão, já que muitos migrantes não têm recursos para acompanhar esta demanda, concretizando-se obstáculo ao alcance de direitos sociais. As dificuldades vão desde a falta de computadores e internet com velocidade e qualidade compatíveis às necessidades desta nova realidade, até questões psicológicas e comportamentais.

Jade acrescenta às dificuldades de adaptação ao estudo remoto, as implicações para a rotina da família, bem como para os gastos. A demanda por alimentos aumenta, uma vez que as escolas públicas, às quais as crianças migrantes frequentam, fornecem mais de uma refeição. Com a inatividade desses espaços, todas as refeições são feitas em casa, o que contribui para tornar ainda mais difícil as dificuldades financeiras.

As escolas não voltam. Está a demorar. As crianças ficam em casa, lamentavelmente. E ainda tem a comida. Porque quando as crianças estão na escola, lá tiene la comida. Mas agora no... E es más comida que precisa. Tem as dificuldades da aula por computador, e comida que tem que ter em casa (Jade).

Além disso, o universo doméstico no contexto pandêmico apresentou a ampliação da sobrecarga de mulheres com as tarefas cotidianas. O isolamento social implica em maior presença, dentro de casa, dos membros da família, exigindo uma dedicação ainda maior das mulheres. Piorando esta realidade, a violência doméstica se torna mais grave no contexto da pandemia, pelo aumento de convivência no espaço da moradia.

E pior ainda son los maridos agredindo sus mujeres na pandemia. Bastante! Aumentou bastante a violência! E era um momento pra gente tá unidos. Mas aumentou muito a violência intrafamiliar (Jade).

Apesar de — e contra — todas as dificuldades impostas à vida migrante, pôde-se concluir, com esta pesquisa, que a importância da imigração boliviana na RMBH-MG é

crecente e cada vez mais expressiva, considerando o contexto nacional. Esta realidade revela a relevância dos estudos sobre esta população, buscando compreender sua dinâmica a fim de propor políticas públicas eficientes e urgentes, que tirem esses sujeitos da invisibilidade. A possibilidade de mudança começa sempre com a reflexão.

REFERÊNCIAS

ARIZA, M.; VELASCO, L. (coord.). **Métodos qualitativos e su aplicación empírica:** por los caminos de la investigación sobre migración internacional. México: INAMY; Colegio de la Frontera Norte, 2012.

BAENINGER, R. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2014.

BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. 234f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

CASTRO, M. C. G.; FERNANDES, D. A emigração dos haitianos para cidades brasileiras: desafios para políticas públicas de integração. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2014, Goiânia, GO. **Anais...** [S. l. : s. n.], 2014.

CORTÈS, G.; FARET, L. La circulation migratoire dans l'ordre des mobilités. In: CORTÈS, G.; FARET, L. (org.). **Les circulations transnationales:** lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009. p. 7-19.

COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

COURGEAU, D. **Methodes de mesure de la mobilité spatiale:** migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Editions de l'Institut National d'Etudes Demographiques, 1988.

FERNANDES, D. et al. Migração internacional no estado de Minas Gerais em tempos de pandemia: omissões e ações no apoio aos migrantes. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2020a. p. 444-452.

FERNANDES, D. et al. Imigrantes internacionais no estado de Minas Gerais e a pandemia de Covid-19. In: FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (coord.). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil:** resultados de pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2020b. p. 288-315.

HARVEY, D. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de: João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

PHELPS, E. **South-South Migration:** why it's bigger than we think, and why we should care. [S. l.], 06/02/2014. Disponível em: <https://themigrationist.net/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/>. Acesso em: 29

ago. 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. New York, NY: Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, A. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998.

SILVA, S. A. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo, SP: Paulinas, 1997.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

TARRIUS, A. Intérêt et faisabilité de l'approche des territoires des circulations transnationales. In: CORTES, G.; FARET, L. (dir.). **Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines**. Paris: Armand Colin, 2009. p. 43-51.

TARRIUS, A. **La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine**. Paris: Éditions Balland, 2002.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. **Annales de la Recherche Urbana**, Paris, n. 59-60, p. 50-59, 1993.

WALDINGER, R. The making of an immigrant niche. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 28, n. 1, p. 3-30, 1994.

OS DESLOCAMENTOS PENDULARES COMO EXPRESSÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS DAS CIDADES MÉDIAS

Ítala Luzia de Andrade♥

RESUMO

Os deslocamentos pendulares são movimentos diários realizados pela população, os quais possuem como origem os lugares de residência e destino os locais de trabalho e/ou estudo. No caso brasileiro, esses movimentos são geralmente captados pelo censo demográfico e as variáveis geradas são amplamente utilizadas nas pesquisas de mobilidade populacional, mais especificamente no ambiente urbano metropolitano. Diante disso, observou-se a importância que esse tipo de análise pode trazer para os estudos acerca das cidades médias. Uma vez que a identificação de áreas capazes de atrair deslocamentos populacionais pode demonstrar a centralidade de um município, e, portanto, seu papel de intermediação na rede urbana, como também as desigualdades regionais que esse processo de concentração causa. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar como a mobilidade pendular pode auxiliar nos estudos acerca das cidades médias, identificando-as e revelando desigualdades regionais. Para isso utilizou-se indicadores de volume e intensidade dos deslocamentos pendulares calculados a partir dos dados disponíveis nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 e 2010. Os indivíduos ainda foram desagregados por sexo, renda e tipo de ocupação. Os municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá, localizados no estado de Minas Gerais, foram utilizados como base. Os resultados obtidos demonstraram que a mobilidade pendular é um indicador pertinente para observação dos papéis de intermediação dos municípios analisados, dada a capacidade de absorção dos fluxos de deslocamentos pendulares pelos núcleos principais. No entanto, confirmam a existência de uma expressiva desigualdade regional em função do número de indivíduos que necessitavam deslocar-se diariamente na busca de oportunidades de trabalho e/ou estudo em centros maiores. Além disso, foi possível observar que os indivíduos que realizavam deslocamentos pendulares para as cidades médias em questão obtinham majoritariamente como ocupação funções nos setores de comércio e serviço, com rendimentos no entorno de um salário mínimo.

Palavras-chave: Cidades médias, Desigualdade, Deslocamentos pendulares, Mobilidade populacional.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil foi fortemente marcado por um longo período no qual elevados contingentes populacionais viveram a necessidade da migração de longa distância como também do campo para cidade, o que favoreceu a formação de grandes aglomerações nas metrópoles brasileiras. Nesse sentido, considera-se a concentração como uma característica definidora da formação da rede urbana brasileira. Esse processo foi um desencadeamento de diversos fatores que assolaram toda América Latina após a crise de 1929.

O governo brasileiro, nesse período, voltou-se para industrialização nacional com o objetivo de substituir as importações e fomentar o mercado interno. Essas atividades

♥ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora na secretaria de educação do Estado do Espírito Santo. E-mail: italalandrade@gmail.com

concentraram-se na área mais provida de infraestrutura de transporte, na cidade de São Paulo e sua hinterlândia que herdava tal estrutura do ciclo do café. Esse fato gerou um enorme fluxo rural-urbano e inter-regional que foi intensificado ainda mais quando o governo militar tomou o poder em 1964. Pois, incentivaram fortemente o desenvolvimento da agricultura intensiva obrigando grandes contingentes mais pobres a migrarem em busca de oportunidades. Com isso, o Brasil passou de um país rural e agrícola a um país urbano e metropolitano em poucas décadas (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Essa acelerada concentração populacional em áreas urbanas levou a escassez de espaços centrais gerando uma enorme desigualdade social entre a população que vivia na metrópole. De maneira geral pode-se delimitar a emergência de dois grupos principais, aqueles que podem optar pelo auto isolamento em condomínios fechados e realizar seus deslocamentos diários em meio de transporte próprio, e a população pobre que compõe a maioria esmagadora dos que vivem na cidade. Esses residem em áreas periféricas sem qualquer infraestrutura urbana, expondo-se a extensos e desgastantes deslocamentos diários para trabalhar e/ou estudar.

Entre das décadas de 80 e 90, a concentração nas metrópoles parece ter chegado num limite. A generalizada crise econômica da década de 80 acarretou a redução de postos de trabalho e levou uma parcela da população a retornar como também buscar oportunidades em outras áreas fora das metrópoles. Nesse período parte das atividades econômicas migraram para cidades pequenas e médias em razão dos incentivos fiscais, dos investimentos realizados em infraestrutura de transporte e comunicação, porém, mantendo as atividades administrativas em São Paulo (DINIZ, 1993). Tal deslocamento de atividades econômicas para as cidades médias significou uma diversificação dos papéis na rede urbana, à medida que se tornaram cidades centrais em suas respectivas regiões (SPOSITO, 2001). A disponibilidade de postos de trabalho, de centros de ensino superior, de comércios e de serviços diversificados configura um atrativo à concentração populacional (AMORIM FILHO; SENA, 2005).

Com isso, também é possível observar nos centros urbanos intermediários a emergência de fenômenos e problemas típicos das metrópoles, como os deslocamentos pendulares. Aqueles realizados entre o local de residência e o local de trabalho e/ou estudo. Os quais não configuram mais um fenômeno restrito as regiões metropolitanas (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012; REOLON; MIYAZAKI, 2015). Por esse motivo, o presente trabalho visou observar como os deslocamentos pendulares também podem ser variáveis possíveis nos estudos das cidades médias à medida que possibilitam denotar as

desigualdades urbano regionais através da identificação de áreas de atração ou expulsão populacional. Pressupõem-se isso ao considerar que “os movimentos populacionais (pendulares ou não) acompanham o desenvolvimento da economia e da sociedade e, portanto, são expressões contemporâneas de diferentes fenômenos sociais, metropolitanos ou não” (JARDIM, 2011, p. 67), adiciona-se a essa perspectiva o fato de que a mobilidade populacional ainda é uma variável pouco utilizada nos estudos sobre cidades médias.

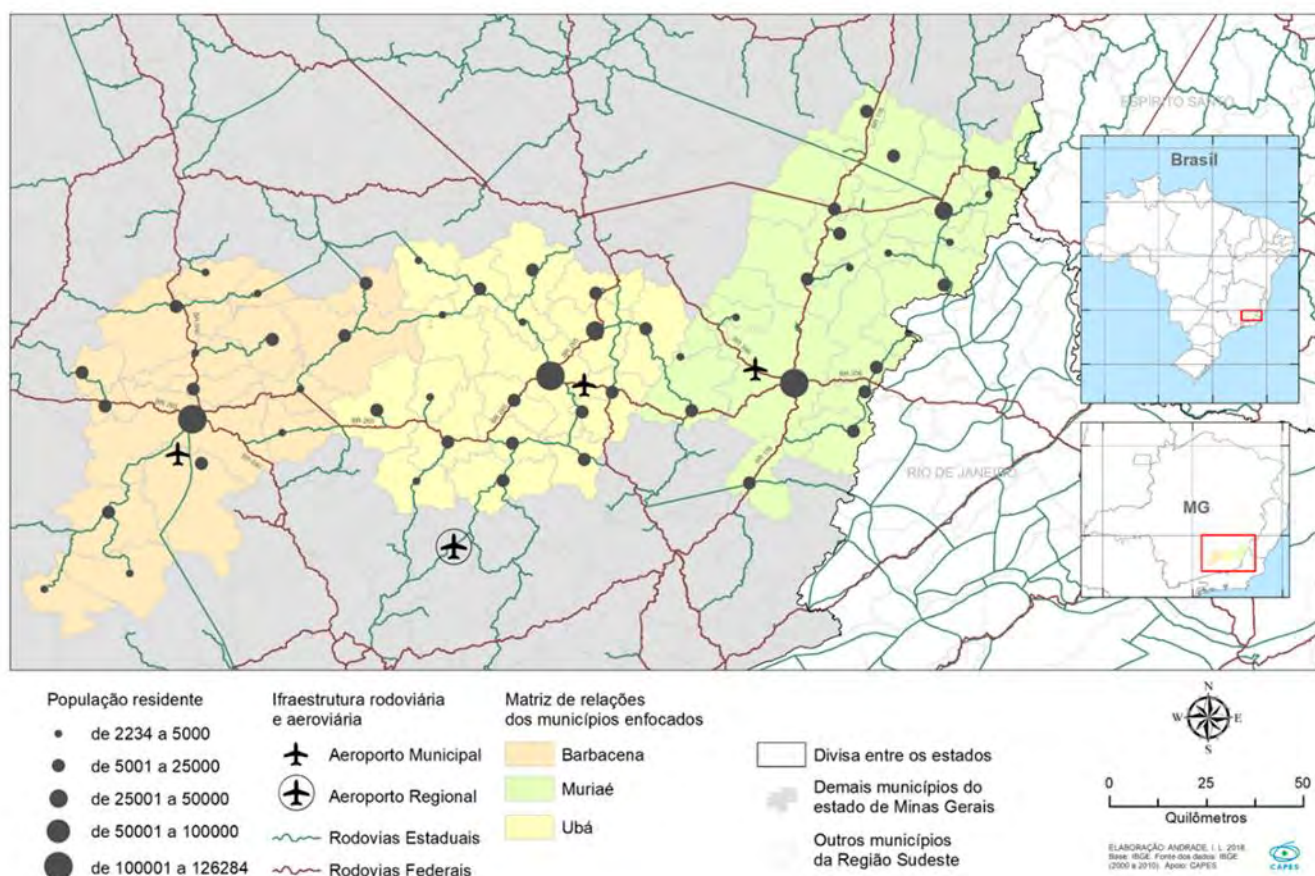
Para isso, foram escolhidos três municípios do estado de Minas Gerais como núcleos principais (NP), quais sejam, Barbacena, Muriaé e Ubá. Esse recorte espacial foi utilizado segundo três motivos principais. O primeiro pelo fato desses municípios apresentarem porte demográfico e estrutura urbana que os situam no limiar de cidades de porte médio. O segundo por serem municípios centrais em suas respectivas regiões imediatas, onde os municípios do entorno apresentam baixa densidade demográfica (Mapa 1). Ademais, esses municípios possuem atividades atrativas para população regional, como serviços e comércios diversificados de atacado e varejo, rede de eletrodomésticos nacionais, franquias alimentícias, indústrias, serviços hospitalares especializados, instituições de ensino superior e técnico, entre outros.

MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada em três etapas principais, quais sejam: delimitação das matrizes de relações (MR), levantamento de dados, variáveis e indicadores e por último tratamento e análise dos resultados obtidos. Nomeou-se matriz de relações o recorte regional composto pelos municípios que apresentaram algum tipo de ligação com os núcleos principais (NP) escolhidos, Barbacena, Muriaé e Ubá. Tal recorte foi necessário para abrangência de um número significativo de localidades que poderiam apresentar trocas de indivíduos por deslocamento pendular. Assim sendo, para composição da MR de cada núcleo principal considerou-se dois estudos de hierarquia urbana do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os municípios com os quais Barbacena, Muriaé e Ubá obtiveram saldo de deslocamentos pendular positivo e superior a 100 indivíduos no Censo Demográfico de 2010. Dessa maneira, foram incluídos nas respectivas matrizes de relações todos os municípios pertencentes a Microrregião Geográfica (IBGE, 1990), como também a Região Geográfica Imediata (IBGE, 2017). No Mapa 1 é possível observar a área de abrangência da matriz de relações de cada núcleo principal, assim como a infraestrutura rodoviária, aeroviária e as respectivas populações absolutas no censo de 2010.

A fonte de dados utilizada foram os microdados das amostras dos censos demográficos brasileiros de 2000 e 2010. Para tornar possível a comparação temporal entre os volumes dos deslocamentos apresentados nos dois últimos censos foi preciso controlar a dupla contagem de indivíduos no censo de 2010 e posteriormente agrupar os indivíduos que realizavam deslocamento pendular em apenas uma variável. Tal procedimento foi necessário, pois no censo do ano de 2010 os indivíduos que realizavam deslocamento pendular puderam classificar o motivo do deslocamento em trabalho e/ou estudo.

MAPA 1 – Localização, população, infraestrutura rodoviária e aeroviária dos municípios de Barbacena, Muriaé e Ubá e dos municípios pertencentes às respectivas matrizes de relações



Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaborado pela autora.

Os volumes dos deslocamentos pendulares foram utilizados segundo a População em Idade Ativa (PIA), ou seja, a população que se espera estar mais susceptível a realizar deslocamentos em busca de oportunidades. Em seguida três indicadores foram calculados para observação do peso e da intensidade dos deslocamentos pendulares. Observou-se a intensidade de integração entre os municípios das matrizes através da análise da razão entre os deslocamentos que se destinavam a municípios internos a matriz sobre o número de deslocamentos externos (Mobilidade (Inter/Ext)). Além disso, analisou-se a intensidade de

interação dos municípios pertencentes a cada matriz com o núcleo principal através da proporção dos indivíduos que obtinham como destino o núcleo principal (Interações com NP (Total)). Em seguida, considerou-se o peso dos deslocamentos pendulares sobre a PIA. Por último, os volumes de deslocamentos foram desagregados para identificar as características dos indivíduos que realizavam deslocamento pendular segundo sexo, renda e ocupação. Para isso, foram utilizados os *softwares* PSPP e Excel 360 no processamento das variáveis do censo demográfico e na elaboração de gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os deslocamentos pendulares são movimentos populacionais caracterizados pela circulação diária entre a residência e o local de trabalho e ou estudo. Os microdados do censo demográfico brasileiro possibilitam a identificação dos municípios de origem e destino dos indivíduos que os realizavam. Portanto, acredita-se que a utilização de tal variável é importante para identificação de áreas centrais, capazes de absorver os fluxos de pessoas podendo ser de extrema relevância para o estudo de cidades médias.

O incremento geral na circulação de indivíduos pode levantar a hipótese do aumento de atividades que geram deslocamentos, como postos de trabalho e instituições de ensino. Na Tabela 1 essa perspectiva pode ser observada, uma vez que nas três matrizes de relações o volume de pessoas que realizavam deslocamento pendular praticamente dobrou entre os anos de 2000 e 2010.

TABELA 1 – Indicadores de pendularidade: Matrizes de Relações (2000 e 2010)

Indicador	Ano	Matriz de Relações		
		Barbacena	Muriaé	Ubá
PIA	2000	176138	194302	189986
	2010	202093	220719	223125
Saídas	2000	8526	6811	7127
	2010	15476	12376	15564
Mobilidade (Int/Ext)	2000	0,55	0,44	0,87
	2010	0,55	0,66	1,30
Interações c/ NP (Total)	2000	77,21	40,62	62,82
	2010	74,85	47,87	63,51
Peso relativo (Saídas/ PIA)	2000	4,84	3,51	3,75
	2010	7,65	5,61	6,98

Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaborado pela autora.

Por outro lado, a análise do indicador de mobilidade (Int/Ext) permite observar que a interação entre os municípios internos a cada matriz é relativamente regular. Uma vez que a MR de Ubá a que apresentou maior integração entre os municípios membros,

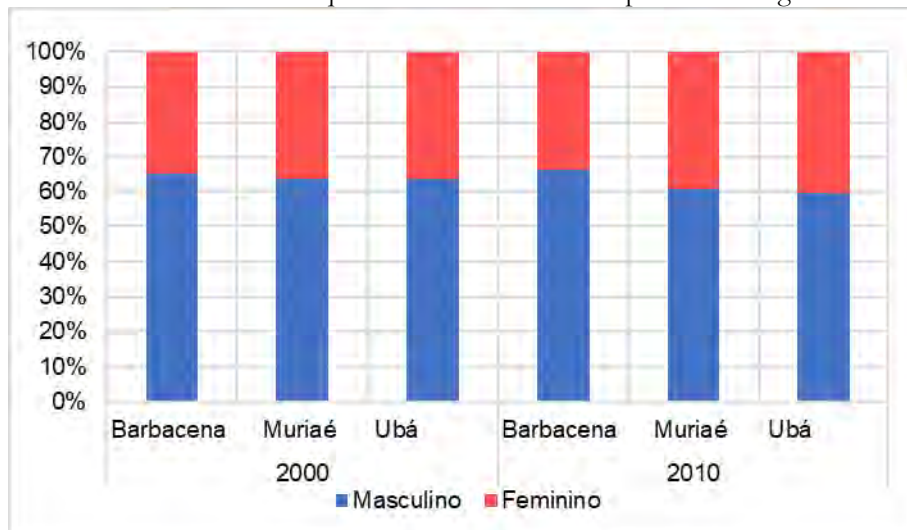
apresentando aumento entre os anos considerados. Isso significa que a maior parte dos deslocamentos com origem nessa matriz de relações obtinha como destino municípios membros no ano de 2010.

Outra importante leitura que esses indicadores viabilizam é a absorção dos deslocamentos pendulares pelo núcleo principal de cada matriz (Interações com NP). Pois, a porcentagem de pessoas que se deslocavam para os núcleos principais foi significativa, principalmente nos casos de Barbacena e Ubá. Tal resultado denota tanto o baixo desenvolvimento dos pequenos municípios adjacentes aos núcleos principais quanto a capacidade de intermediação regional dos municípios centrais. Dessa maneira, evidenciando-os como eixos de atração em decorrência do volume de indivíduos que os tinham como destino.

Por fim, observa-se que entre os anos de 2000 e 2010 há um significativo aumento do peso dos deslocamentos sobre a população em idade ativa, o que pode ocorrer em função de dois fatores, primeiro pela etapa do processo de transição demográfica na qual se encontra o Brasil, onde se espera um aumento da PIA, depois pelo aumento geral na circulação de pessoas. Nesse sentido, a análise do peso relativo dos deslocamentos pendulares sobre a PIA reforça ainda mais a situação da desigualdade regional na oferta de trabalho e/ou estudo. Uma vez que essa é a parcela da população que mais necessita de oportunidades e quando não as encontram no município de residência buscam em outros.

Quanto a desagregação dos indivíduos segundo sexo, o Gráfico 1 demonstra de maneira geral certa disparidade nessa distribuição. Em 2000, houve supremacia masculina entre a população que realizava deslocamento pendular (acima de 60% em todas as MRs). Porém, no ano de 2010, há um singelo arrefecimento no contingente do sexo masculino que se deslocava diariamente nas MRs de Muriaé e Ubá. Esse aumento no volume de indivíduos do sexo feminino que se deslocava se deu em função dos deslocamentos por motivo de estudo.

GRÁFICO 1 – Indivíduos que faziam deslocamentos pendulares segundo sexo (2000 e 2010)



Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaborado pela autora.

Tais resultados também corroboram com o exposto por McQuaid e Chen (2012). Os quais, em uma análise próxima, notaram no Reino Unido que os homens possuem maior probabilidade de viajar 30 minutos ou mais para atividades de trabalho do que as mulheres. Além disso, eles perceberam que as mulheres com filhos possuíam menor probabilidade de fazer deslocamentos. Emmel; Brandt e Johan (2015) ao observarem a mobilidade pendular na cidade de Santa Cruz do Sul¹, também constataram semelhante disparidade entre os indivíduos que se deslocavam.

A análise da renda obtida denotou, de maneira geral, significativa desigualdade social tanto entre indivíduos que se deslocavam (Tabela 2) quanto pelos que não se deslocavam (Tabela 3). Em torno de 75% dos indivíduos que se deslocavam no ano de 2000 obtinham até 3 salários mínimos como renda, dos quais a maioria recebia até 1 salário. Já no ano de 2010, há uma redução na parcela de indivíduos pendulares com melhores remunerações, ou seja, aqueles que recebiam acima de 3 salários mínimos. O ocorrido pode estar associado ao aumento no volume de pendulares, em conjunto com a ampliação das oportunidades em atividades de baixa remuneração.

Quando comparada a renda dos pendulares com a renda da população que não se deslocava nessas matrizes de relações, observou-se que os pendulares obtiveram salários melhores. Pois, em torno de 60% a 67% da população que não se deslocava recebia até 1 salário mínimo como remuneração em 2000 e esta proporção aumenta quando analisada a distribuição da renda no ano de 2010. Enquanto os indivíduos que se deslocavam chegaram a 50% nessa mesma categoria de renda.

TABELA 2 – Indivíduos que faziam deslocamento pendular segundo o número de salários mínimos (2000 e 2010)

MR	até 1 salário		1 a 3 salários		3 a 5 salários		5 e mais		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Barbacena	43,62	49,52	31,20	32,51	11,71	9,46	13,47	8,51	100,00	100,00
Muriaé	49,93	43,31	26,58	37,33	9,84	10,76	13,66	8,60	100,00	100,00
Ubá	41,14	51,52	33,72	34,47	10,64	6,75	14,50	7,25	100,00	100,00

Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaborado pela autora.

TABELA 3 – População residente nas matrizes de relações segundo o número de salários mínimos (2000 e 2010)

MR	até 1 salário		1 a 3 salários		3 a 5 salários		5 e mais		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Barbacena	67,69	70,35	19,59	21,16	5,22	4,39	7,50	4,11	100,00	100,00
Muriaé	62,99	69,07	24,79	23,63	5,67	3,83	6,55	3,46	100,00	100,00
Ubá	60,95	65,36	21,82	27,41	5,18	3,90	12,04	3,33	100,00	100,00

Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaborado pela autora.

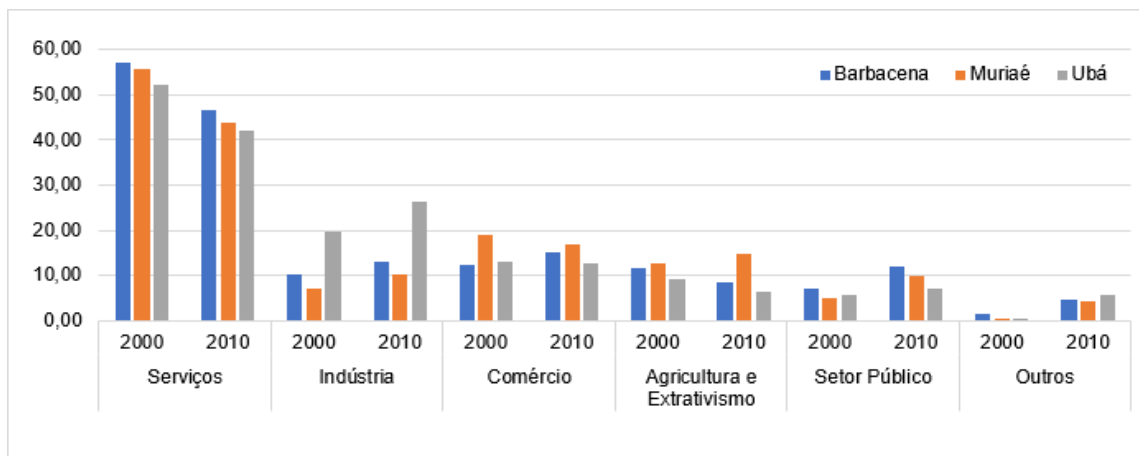
Nesse sentido, nota-se que o padrão de renda apresentado pelos indivíduos que faziam deslocamento pendular nas MRs em questão são indivíduos que não apresentavam alta renda como observado por Cunha et al. (2013), porém, é possível que não se enquadrem também no perfil de pobreza caracterizado por Brito e Souza (2005), pois há uma diferenciação que deve ser considerada sobre as condições de vida daqueles que recebem até 3 salários mínimos e residem nas metrópoles e aqueles que residem em cidades do interior.

No que tange a ocupação dos indivíduos, baseada na distribuição da população segundo grupos de atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0.). Notou-se que a maior parcela da população ocupada, tanto os que se deslocavam (Gráfico 2) quanto aqueles que não se deslocavam (Gráfico 3), desempenhavam funções no setor de comércio e serviços em 2000 e 2010. Excetuando-se a matriz de relações de Muriaé, no ano de 2000, quando a agricultura e o extrativismo era a ocupação de mais de 35% dos indivíduos. Este resultado aponta de forma evidente a diferença da ocupação dos pendulares observadas por Dota (2015) e Cunha et al. (2013), o primeiro na RM de Campinas e o segundo na “Macrometrópole Paulista”, pois ambos autores constataram que a maior parte dos pendulares encontravam-se ocupados na indústria de transformação.

Apesar de haver uma concentração geral da população trabalhando no setor de comércio e serviços, o setor industrial evidencia-se o destaque na MR de Ubá em relação às outras duas. Sendo este setor responsável por 25% da mão de obra ocupada nessa matriz de relações em 2010. Nesse setor há também destaque na parcela de indivíduos que

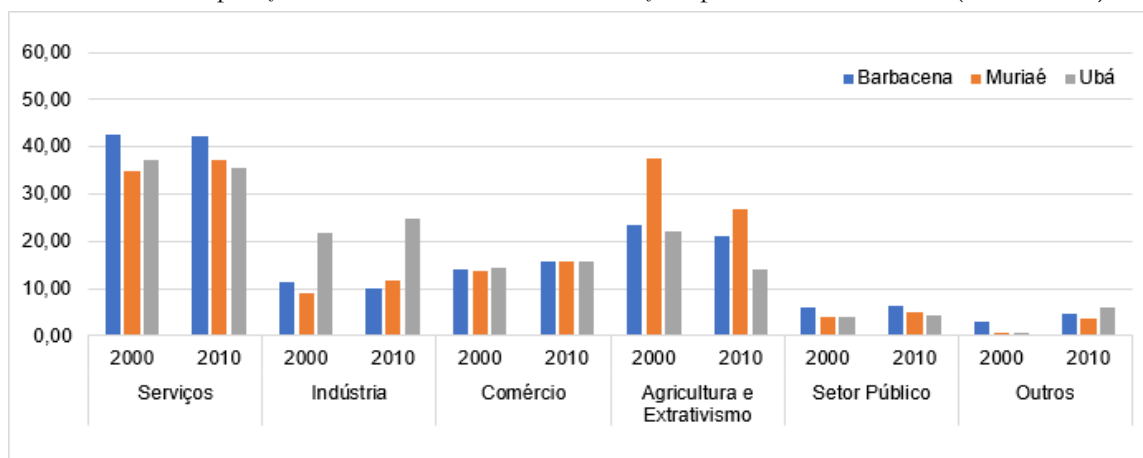
realizavam deslocamentos pendulares, com notável acréscimo da proporção entre 2000 e 2010. O que evidencia o peso desse setor na economia dessa matriz à medida que apresenta significativa demanda por mão de obra, a qual ocupa a população residente e ainda gera pendularidade.

GRÁFICO 2 – Indivíduos que faziam deslocamentos pendulares por setor de atividade (2000 e 2010)



Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaborado pela autora.

GRÁFICO 3 – População residente das matrizes de relações por setor de atividade (2000 e 2010)



Fonte: IBGE (2000; 2010). Elaborado pela autora.

Diante do exposto, é necessário voltar a atenção a parcela da população ocupada em setores caracterizados como de baixa remuneração, principalmente nas MRs de Muriaé e Barbacena, resultado que corrobora com a distribuição da população segundo a renda. Pois, apesar dos núcleos principais apresentarem papel de intermediação na rede urbana como centros fornecedores de mão de obra local, de comércios e serviços entre outras atividades diversificadas, é notável que a desigualdade se revela em várias nuances nesse ambiente urbano.

Tal concentração de atividades em municípios intermediários leva a população residente nos municípios pequenos e desprovidos de oportunidades a deslocarem-se diariamente. Uma vez que não possuem condições de residir no município central, todavia necessitam do posto de trabalho. Dessa forma, o padrão já observado e muito estudado nas grandes regiões metropolitanas brasileiras também se encontra presente em ambientes de menor escala da rede urbana brasileira com especificidades e desigualdades regionais.

Sposito (2010) considera a questão da centralidade interurbana um fator importante na intensificação dos papéis desempenhados pelas cidades médias. Segundo a autora, a relação que uma cidade média tem com as cidades pequenas é capaz de revelar “a força da cidade média”. Ela considera essa relação sendo “tanto de ordem direta como inversa” (p. 57). Em outras palavras, a relação direta se trata de um desenvolvimento regional equilibrado, onde o desenvolvimento econômico e demográfico das cidades pequenas funciona como arcabouço para o reforço e/ou ampliação dos papéis desempenhados pela cidade média. A relação de ordem inversa seriam os casos em que a cidade média se desenvolve em detrimento daquelas que lhes são tributárias.

Nesse sentido, as cidades médias se tornam centros urbanos importantes através de funções e atividades centrais diferentes daquelas desempenhadas pelas metrópoles. Logo, o incremento das cidades médias, principalmente aquelas que dependem da indústria e do setor terciário também é um reflexo do aprofundamento desigual do sistema capitalista em um nível inferior economia. Dado que a grande maioria dos indivíduos que realizavam deslocamentos pendulares, em todos os casos aqui abordados, recebia até 1 salário mínimo, sendo isso um reflexo de uma profunda desigualdade regional e o reforço do padrão de concentração urbana.

Ainda no que tange aos deslocamentos entre os pequenos e médios municípios há que se levar em conta as fragilidades da mobilidade urbana nessas áreas. Primeiro no que diz respeito a infraestrutura rodoviária e depois no acesso aos modais de transporte. As cidades pequenas e médias do interior geralmente não apresentam sistema integrado e eficiente de transporte o que dificulta e limita ainda mais o deslocamento. O ônibus e o automóvel particular são as formas de transporte “disponíveis”. Porém, a população de baixa renda, que é a maioria, depende do transporte coletivo. Dessa maneira, o ônibus intermunicipal, como a única forma de transporte coletivo, se torna a base da pendularidade para os indivíduos que realizam o deslocamento pendular nessas áreas. O qual apresenta horários restritos e transporta a população de um município ao outro com superlotação.

Por fim, entende-se que os indivíduos dispostos e/ou obrigados a realizar deslocamentos diários, muitas vezes desconfortáveis, os realizam também na busca de melhores salários ou apenas oportunidades não disponíveis em seu município de residência. Isso confirma a perspectiva de que em muitos casos os deslocamentos pendulares apresentam-se como uma necessidade dos indivíduos e não somente uma opção, principalmente quando se reside em regiões que apresentam grandes disparidades econômicas, onde há um município que concentra as oportunidades de trabalho e/ou estudo.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. B; SENA FILHO, N. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia, GO: Editora Vieira, 2005.
- BRITO, F. Expansão urbana nas grandes metrópoles, o significado da migração intrametropolitana e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 77-83, 2005.
- CUNHA, J. M. P. et al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Caderno MetrÓpole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.
- CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2011. p. 7-15.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
- DOTA, E. Dinâmica migratória recente na rm de campinas: análise dos fatores associados. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 157-172, 2015.
- EMMEL, A.; BRANDT, G.; JOHAN, E. R. A mobilidade pendular no Eixo Urbano de Santa Cruz do Sul / Vera Cruz (RS): um olhar a partir de informações censitárias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais... [J. l. : s. n.]**, 2015.
- JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2011. p. 58-70.
- LOBO, C. et al. Mobilidade pendular e a integração metropolitana: uma proposta metodológica para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG – 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 34, n. 2, p. 321-339, 2017.
- MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp; Brasília, DF: UNFPA, 2010. p. 11-24.

McQUAID, R. W.; CHEN, T. Commuting times e the role of gender, children and part-time work. **Research in Transportation Economics**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 66-73, 2012.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, BA, v. 14, n. 2, p. 103-116, 2012.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias: um viés pelos deslocamentos pendulares. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 1, p. 49-71, 2015.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2011. p. 118-141.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, SP, v. 35, n.1, p. 51-62, 2010.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001. p. 609-643.

PANORAMA RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CAMPINAS-SP E ESTADO DE SÃO PAULO, NO ANO DE 2010 e 2019

*Maria de Lourdes Alencar**
*Guirlanda Maria Maia de Castro Benevides**
*Vinicius Garcia Gaspar (in memoriam)**

RESUMO

O presente estudo, exploratório e descritivo, busca prospectar, por meio de levantamento de dados oficiais e de revisão bibliográfica, informações acerca das condições sociodemográficas e da dinâmica do emprego formal das pessoas com deficiência grave no município de Campinas e estado de São Paulo, no ano de 2010 e 2019.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Mercado de trabalho; Desigualdades sociais.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência representam 6,7% da população brasileira (IBGE/Censo Demográfico 2010/NT n° 01/2018)¹ e, por sua condição física, motora, sensorial ou cognitiva, sofrem preconceitos e discriminação de toda ordem, sendo muitas vezes, excluídas da sua dignidade e dos seus direitos como cidadãos.

A exclusão dessa população é manifestada de diversas maneiras, desde impedimentos arquitetônicos, de comunicação e atitudinais que dificultam a sua plena participação na sociedade e no acesso ao direito ao trabalho.

No Brasil foi instituída no ordenamento jurídico, em 1991, a Lei de Cotas, ou seja, o art. 93 da Lei n° 8.213/91², como principal instrumento de política pública para garantir o

* Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Graduada em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS. E-mail: malualencar65@gmail.com

♦ Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE/Unicamp). Mestra em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza. E-mail: guirlanda.castro@gmail.com

♥ Doutor e mestre em Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Graduado em Economia pela Unicamp. Pesquisador fundador do Núcleo de Pesquisas sobre Mercado de Trabalho e Pessoas com Deficiência, vinculado ao Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT/IE/Unicamp).

¹ Nota Técnica n° 01/2018 do IBGE: Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010” com o objetivo de orientar a produção nacional de estatísticas da população com deficiência para viabilizar informações padronizadas e comparáveis internacionalmente para este grupo populacional. Confira o documento da NT n° 01/2018 do Censo 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3sRVZQO>. Acesso em: janeiro de 2021.

² Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

acesso da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho. Esse dispositivo determina à empresa com 100 ou mais funcionários a obrigatoriedade de contratar pessoas com deficiência, de 2% até 5% do total dos seus funcionários.

Essa política pública tem contribuído, principalmente nos últimos 15 anos, com a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência. No entanto, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no Brasil de 2007 a 2019, apesar do aumento de vínculos formais por esse segmento populacional nesse período, a participação desse contingente populacional permanece limitada entre 0,7% a 1,0% do total dos postos de trabalho no país (BENEVIDES; ALENCAR, 2020, p. 2).

Nota-se que a inclusão das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho brasileiro ainda é pouco significativa. Mas, como isso tem acontecido na cidade de Campinas e no estado de São Paulo? Qual o número de pessoas potencialmente aptas para o trabalho? Quantas estão trabalhando? Qual a proporção dessa população empregada em relação ao número total de empregos formais? Para responder essas questões, pretende-se neste estudo apresentar e analisar a temática da deficiência no município de Campinas e estado de São Paulo, com base em estatísticas públicas disponíveis que permitam demonstrar as características gerais, projeções de população e de suas particularidades acerca da inserção no mercado de trabalho dessa população.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo apresentar e analisar os dados populacionais e do mercado de trabalho referentes à população com deficiência no município de Campinas e estado de São Paulo, com vistas a contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para o direito do trabalho desse segmento populacional.

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.5%.

V - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)

§ 1º A dispensa de pessoa com deficiência ou de beneficiário reabilitado da Previdência Social ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias e a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado somente poderão ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015).

§ 2º Ao Ministério do Trabalho e Emprego incumbe estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

§ 3º Para a reserva de cargos será considerada somente a contratação direta de pessoa com deficiência, excluído o aprendiz com deficiência de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)

MÉTODOS

A presente pesquisa tem como base as seguintes fontes oficiais: o Censo Demográfico de 2010 em harmonia com a Nota Técnica (NT) nº 01/2018/IBGE, a Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com a finalidade de fornecer os dados sobre os elementos informacionais da população e do mercado formal de trabalho acerca das pessoas com deficiência.

Com vistas a contextualização das características gerais da população, tais como sexo, idade, cor/etnia e escolaridade, os dados foram extraídos do Censo Demográfico de 2010 em consonância com a NT nº 01/2018/IBGE. Vale ressaltar que essa Nota Técnica estabeleceu uma releitura dos dados do Censo de 2010, com alterações nos critérios de identificação da pessoa com deficiência, resultando em modificações quantitativas desse contingente populacional.

Os critérios e regras utilizados pela NT nº 01/2018/IBGE têm como base o questionário³ aplicado pelo recenseador aos entrevistados (recenseados), que reflete as condições das pessoas com deficiência. Dessa forma, consideram-se pessoas com deficiência severa ou grave aquelas que não conseguem ou têm grande dificuldade para ouvir, enxergar, caminhar ou subir escadas, além daquelas com deficiência intelectual/mental. Já as pessoas com deficiência leve são aquelas que têm alguma dificuldade nas mesmas condições.

Na sequência, para estimar a população com deficiência, utilizou-se a projeção da população do ano de 2019 produzida pelo IBGE e pela Fundação Seade⁴. A ideia dessa aplicação é relacionar a estimativa de população com as informações sobre o mercado de trabalho fornecidas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁵ no período de 2019.

Em relação à projeção da população, adotou-se a estimativa referente às pessoas com deficiência grave, por idade e sexo, considerando como base os números expressos no Censo Demográfico de 2010, de acordo com orientações da NT nº 01/2018/IBGE.

Para o cálculo, considerou-se a variação percentual entre a amostra da população do Censo de 2010 e a projeção populacional para 2019, conforme estudos de projeção e

³ Censo Demográfico 2010. Questionário da Amostra. Disponível em: <https://bit.ly/2UeXqcG>. Acesso em: jan. 2021.

⁴ Órgão público estadual que dispõe de um Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3tu7NsG>. Acesso em: jan. 2021.

⁵ A RAIS é um registro administrativo criado pelo extinto Ministério do Trabalho e contém informações sobre todos os estabelecimentos formais e vínculos celetistas e estatutários no Brasil. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: jan. 2021.

estimativa da população realizados pelo IBGE e a Fundação Seade. Em seguida, aplicou-se o percentual obtido nas faixas etárias correspondentes à população com deficiência grave.

Por fim, foram extraídos os dados da RAIS de 2019 sobre os estoques totais dos vínculos de emprego das pessoas com deficiência grave, por faixa etária, relativos ao município de Campinas e ao estado de São Paulo, para fins de análise crítica e comparativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta o levantamento da população com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em harmonia com a Nota Técnica nº 001/2018 do Censo de 2010.

TABELA 1 – População declarada com e sem deficiência, Censo 2010

	Brasil		São Paulo		Campinas/SP	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Deficiência grave	12.748.663	6,7	2.449.446	5,9	60.675	5,6
Deficiência leve	32.857.385	17,2	6.894.663	16,7	171.375	15,9
Sem deficiência	145.084.975	76,1	31.890.826	77,3	845.694	78,3
Ignorado	64.775	0,0	27.265	0,1	2.368	0,2
Total	190.755.799	100,0	41.262.199	100	1.080.113	100,0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

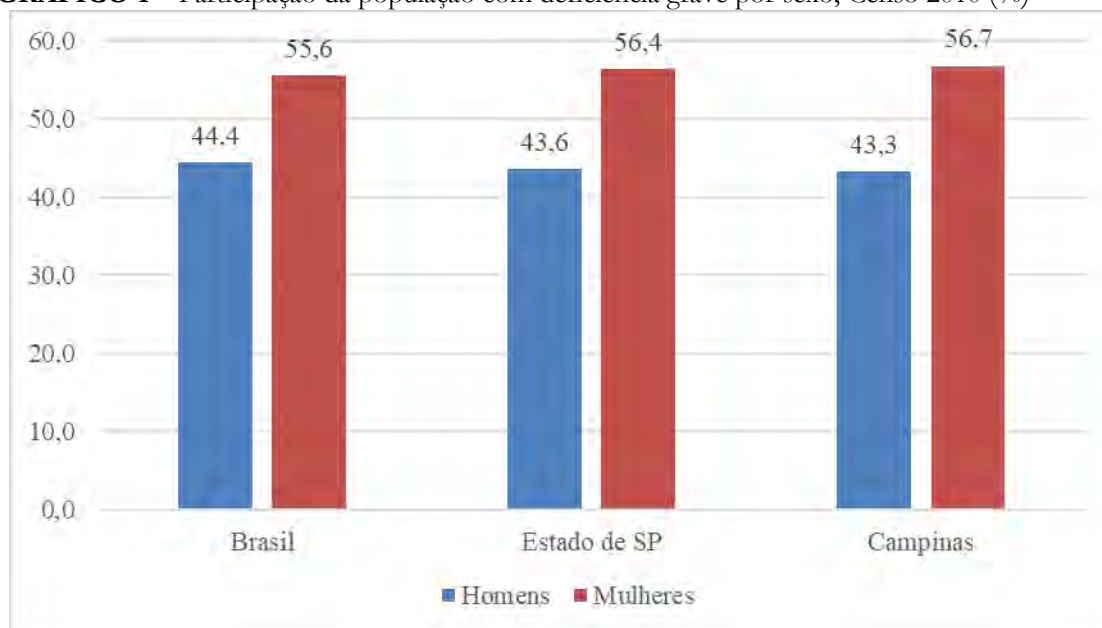
Esses dados mostram que, na população brasileira de 190,7 milhões, declararam deficiência grave cerca de 12,7 milhões de pessoas, o que representa 6,7% da população total. Ainda, 32,8 milhões de pessoas declararam deficiência leve, ou seja, cerca de 17,2%. Isso significa que há 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, perfazendo 23,9% da população total.

No estado de São Paulo, de 41,2 milhões de habitantes, há pouco mais de 2,4 milhões de pessoas com deficiência grave, equivalente a 5,9%. Outros 6,8 milhões são pessoas com deficiência leve, isto é, cerca de 16,7%. O total da população com alguma deficiência atinge 9,3 milhões ou 22,6% da população total do estado.

Em Campinas, com uma população de 1,08 milhões, há 60,6 mil pessoas com deficiência grave, as quais representam 5,6% da população da cidade. As pessoas com deficiência leve atingem 171,3 mil, ou seja, 15,9%. Isso representa um total de 232 mil pessoas com alguma deficiência, equivalente a 21,5% da população total.

Em relação à população com deficiência grave, por sexo, o Gráfico 1 apresenta proporções similares entre esses segmentos, conforme a seguir.

GRÁFICO 1 – Participação da população com deficiência grave por sexo, Censo 2010 (%)

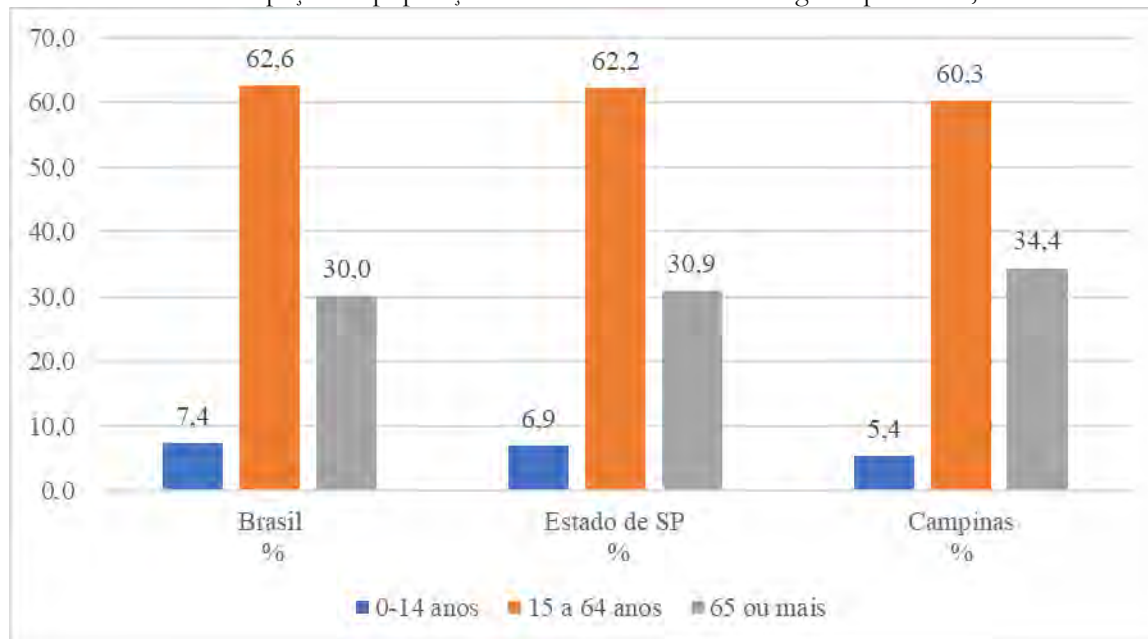


Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

No Brasil, os homens representam 44,4% e as mulheres 55,6% do total da população com deficiência grave. No estado de São Paulo, essa proporção corresponde a 43,6% de homens e 56,4% de mulheres. Em Campinas, a participação dos homens é de 43,3% e das mulheres, de 56,7%.

No que tange à população declarada nas localidades em estudo, as faixas de idade de 0-14 e 15-64, em Campinas, correspondem a 5,4% e 60,3%, respectivamente, enquanto no estado de São Paulo representam 6,9% e 62,2%, e, no total do país, atingem a maior participação, de 7,4% e 62,9%. De forma oposta, a população com 65 anos ou mais é de 34,4% em Campinas, ou seja, é maior se comparada ao estado de São Paulo (30,9%) e ao Brasil (30,0%).

GRÁFICO 2 – Participação da população declarada com deficiência grave por idade, Censo 2010



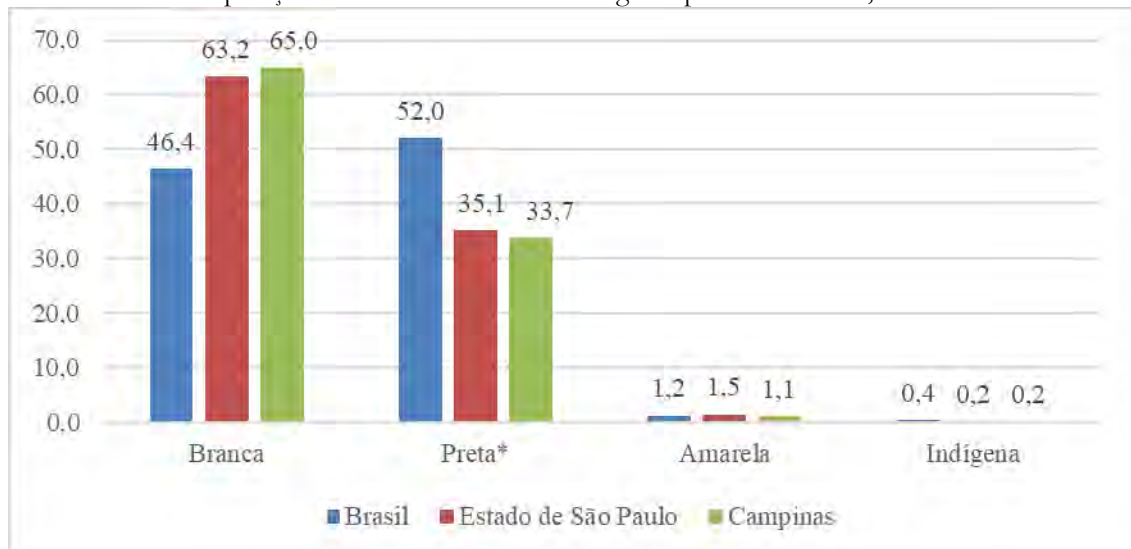
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

De acordo ainda com essas informações, destaca-se a população em idade potencialmente apta ao trabalho, de 15 a 64 anos, em Campinas, perfazendo 36,5 mil pessoas.

Na tabela de cor ou etnia, verifica-se que em Campinas prevalece a população de cor branca com deficiência grave, com 65,0% do total. No estado de São Paulo, essa proporção apresenta uma leve redução, com 63,2%. No entanto, visto no país como um todo, verifica-se menor participação dessa característica, de 46,4%.

Na sequência, a população de cor negra apresenta em Campinas a menor proporção, de 33,7%, enquanto no estado de São Paulo há 35,1% da população e, no país, 52,0%.

GRÁFICO 3 – População declarada com deficiência grave por cor ou etnia, Censo 2010

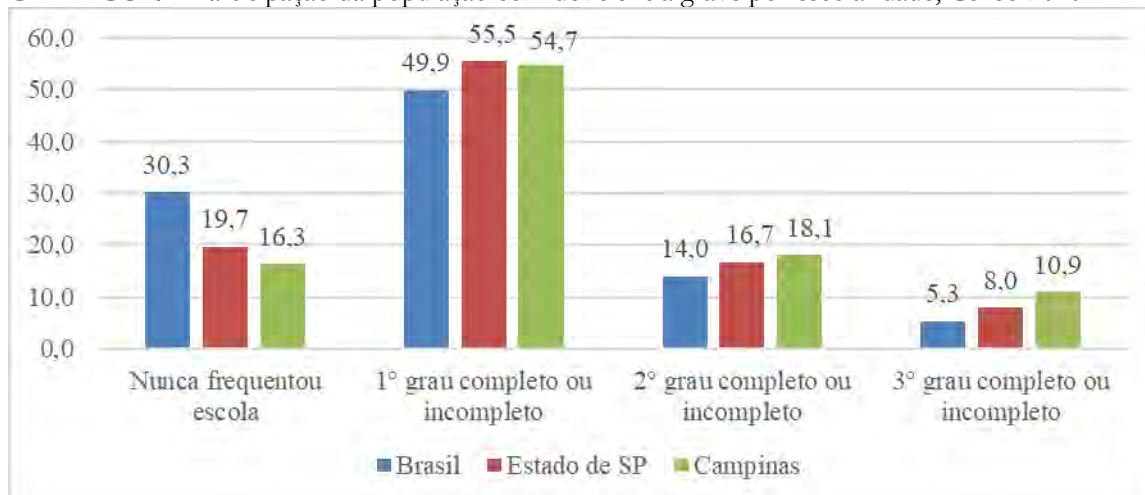


Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

* Nota: As cores preta e parda foram adicionadas para expressar a população negra, de acordo com a orientação do indicador racial previstos no Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (IPEA, 2018).

No tocante à escolaridade, de forma geral, os dados demonstram que o município de Campinas detém a melhor posição em seus percentuais quando comparado com o estado de São Paulo e o Brasil. Do total da população com deficiência grave e que nunca frequentou a escola, Campinas detém menor participação, com 16,3%, quase a metade do percentual apontado para o país (30,3%). Já nos níveis de escolaridade referentes ao 2º e ao 3º grau completo ou incompleto, esse município concentra a maior participação, conforme demonstrado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Participação da população com deficiência grave por escolaridade, Censo 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Projeção da população com deficiência grave no estado de São Paulo e Campinas

Para este estudo, realizou-se a projeção da população com deficiência (grave), por faixas de idade, com destaque ao segmento apto ao mercado de trabalho. A projeção da população com deficiência grave no estado de São Paulo totalizou 2,6 milhões de pessoas nessas condições, das quais 60,2% correspondem à faixa etária de 15 anos a 64 anos. Em Campinas, a projeção dessa população atingiu 64,1 mil, na ordem de 57,1% na faixa de 15 a 64 anos.

TABELA 2 – Projeção da população por faixa etária, estado de São Paulo e Campinas, 2019

Faixa etária	Estado de São Paulo		Campinas	
	Projeção da População	Partic. %	Projeção da População	Partic. %
0 a 14 anos	172.442	6,4	2.706	4,2
15 a 64 anos	1.617.588	60,2	36.580	57,1
65 ou mais anos	898.649	33,4	24.825	38,7
Total	2.688.679	100,0	64.111	100,0

Fonte: IBGE e Fundação SEADE (Projeção Populacional, 2019).

Vínculos de emprego das pessoas com deficiência, de acordo com a RAIS 2019

A RAIS agrega um conjunto de dados sobre os vínculos empregatícios no país, a respeito das características dos trabalhadores, assim como dos estabelecimentos dos empregadores. Em 2007, esse registro administrativo integrou em seu acervo os dados relativos aos vínculos de emprego das pessoas com deficiência, o que tem contribuído para o acompanhamento e a análise sobre essa matéria.

Neste estudo, as informações extraídas da RAIS de 2019 objetivam verificar as principais características do mercado formal de trabalho em Campinas e no estado de São Paulo, à luz da projeção da população com deficiência grave, conforme disposta na seção anterior.

TABELA 3 – Vínculos ativos de trabalhadores com e sem deficiência, estado de São Paulo e Campinas, RAIS 2019

	Pessoas sem deficiência		Pessoas com deficiência		Total
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Estado de São Paulo	13.490.899	98,8	166.232	1,2	13.657.131
Campinas	406.269	98,6	5.680	1,4	411.949

Fonte: Brasil (RAIS, 2019).

De acordo com a RAIS de 2019, o estado de São Paulo apresentou um estoque total de vínculos de emprego, em 31 de dezembro, na ordem de 13,6 milhões, dos quais 166,2 mil eram referentes às pessoas com deficiência, ou seja, 1,2% do total da população

empregada. No município de Campinas, esse estoque total de empregos contabilizou cerca de 411,9 mil, sendo 5,6 postos de trabalho ocupados por pessoas com deficiência, portanto, com representatividade desse segmento proporcionalmente maior nesse município, de 1,4%, quando comparado com o estado de São Paulo.

Nesse cenário, as pessoas com deficiência têm ínfima participação no mercado de trabalho, considerando o total de vínculos ativos de emprego no país.

A partir da perspectiva da projeção para 2019 da população com deficiência grave, na faixa etária de 15 a 64 anos de idade, ou seja, potencialmente apta ao trabalho, de acordo com a Tabela 4 dos vínculos de emprego captados pela RAIS, no mesmo período, constatou-se que:

No estado de São Paulo, do total de 1,6 milhão de pessoas com deficiência grave, 166,2 mil estavam no mercado formal de trabalho, ou seja, apenas 10,3% dessa população;

No município de Campinas, de 36,5 mil indivíduos com deficiência grave, havia somente 5,6 mil com vínculos de emprego, ou seja, uma participação em torno de 15,5%.

TABELA 4 – População com deficiência e vínculos de empregos, Projeção Populacional e RAIS 2019

Faixa etária	Estado São Paulo			Campinas		
	Projeção da população 2019	Vínculos de emprego RAIS, 2019		Projeção da população 2019	Vínculos de emprego RAIS, 2019	
	Qtd.	Qtd.	%	Qtd.	Qtd.	%
15 a 64 anos	1.617.588	166.232	10,3	36.580	5.680	15,5

Fonte: Brasil (RAIS, 2019). Projeção Populacional do IBGE e Fundação SEADE.

A Tabela 5, a seguir, permite observar para todas as faixas de idade o número e a participação dos vínculos de emprego formal acerca das pessoas com deficiência.

TABELA 5 – Vínculos de empregos de pessoas com deficiência grave, RAIS 2019

Faixa etária	Estado de São Paulo		Campinas	
	Qtd.	%	Qtd.	%
15 a 24 anos	17.372	10,5	566	10,0
25 a 29 anos	19.604	11,8	684	12,0
30 a 39 anos	50.882	30,6	1.690	29,8
40 a 49 anos	43.150	26,0	1.463	25,8
50 a 64 anos	32.079	19,3	1.179	20,8
65 anos ou mais	3.145	1,9	98	1,7
Total	166.232	100,0	5.680	100,0

Fonte: Brasil (RAIS, 2019).

A participação dos postos de trabalho por faixa etária, em termos percentuais, no estado de São Paulo e em Campinas revela certa similaridade, ou seja, para essas localidades, os dados apontam (i) maior percentual nas faixas de idade de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos; (ii) uma redução dos vínculos entre 50 e 64 anos, perfazendo 19,3% no estado de São Paulo e 20,8% em Campinas; (iii) a faixa etária composta pelos jovens, de 15 a 24 anos apresenta participação de apenas 10,4% em São Paulo e 10,0% em Campinas; e, (iv) a presença de vínculos ativos para as pessoas com deficiência e que tenham 65 anos de idade ou mais, ficou em 1,9 e 1,7, no estado de São Paulo e em Campinas, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE/NT nº 01/2018), a população com deficiência grave corresponde a (i) 12,7 milhões de pessoas, ou seja, 6,7% da população total no Brasil; (ii) no estado de São Paulo, esse segmento totaliza 2,4 milhões, equivalente a 5,9%; e, (iii) em Campinas, 60,6 mil pessoas, que representam 5,6% da população da cidade.

A partir dessas informações, adotou-se, com base nas informações do IBGE e da Fundação Seade, o estudo da projeção para 2019 da população com deficiência grave, segmentada por faixas de idade, o que permitiu a comparação com o número de vínculos de emprego, conforme dados apurados na RAIS de 2019.

Dessa forma, constatou-se que as pessoas com deficiência têm ínfima participação no mercado de trabalho. No estado de São Paulo, de acordo com a projeção da população realizada, cerca de 1,6 milhão de pessoas com deficiência grave estaria potencialmente apta para o trabalho, no entanto, o estoque de postos de trabalho desse segmento populacional, em 31 de dezembro 2019, foi de 166,2 mil, o que corresponde a 10,3% do total da população estimada. No município de Campinas, da população estimada de 36,5 mil indivíduos com deficiência grave com idade para o trabalho, havia somente 5,6 mil com vínculos de emprego, ou seja, uma participação em torno de 15,5%.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, G. M. M. C.; ALENCAR, M. L. Panorama da evolução dos vínculos formais de trabalho das pessoas com deficiência no período de 2007 a 2020. **Boletim Eletrônico do Núcleo de Pesquisas sobre Trabalho e Pessoas com Deficiência vinculado ao Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, SP, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2YJkVMB>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informação Social (RAIS):** dados nacionais 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3aAvy9T>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30/03/2009. Disponível em: <http://bit.ly/34BRHAv>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02/12/2004. Disponível em: <https://bit.ly/30Rsu5t>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20/12/1999. Disponível em: <https://bit.ly/2GzRBTg>. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 93). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24/07/1991. Disponível em: <http://bit.ly/2OEEdi5>. Acesso em: nov. de 2020.

FUNDAÇÃO SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Sistema SEADE de projeções populacionais**. São Paulo, SP, s.d. Disponível em: <https://bit.ly/3tu7NsG>. Acesso em: jan. 2021.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisas em economia**. São Paulo, SP: Editora Atlas, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/3pSxkJW>. Acesso em: jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington**. Rio de Janeiro, RJ, 2018b. (Nota Técnica nº 001/2018). Disponível em: <https://bit.ly/3sRVZQO>. Acesso em: jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: questionário da amostra**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2UeXqcG>. Acesso em: janeiro de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2oJPWy0>. Acesso em: jan. 2021.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

Este trabalho é dedicado ao Prof. Dr. Vinícius Gaspar Garcia, grande amigo, professor, pesquisador, idealizador e coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Mercado de Trabalho e Pessoas com Deficiência vinculado ao Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

PERIFERIA, PERIFERIAS: ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS SOBRE A DIVERSIDADE ESPACIAL NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS

José Marcos Pinto da Cunha *
Gisela Cunha Viana Leonelli ♦
Luiz Antonio Chaves de Farias ♥
Amanda Carvalho Maia ♣

RESUMO

O uso do modelo de estruturação urbana “centro-periferia” com o intuito de descrever a produção do espaço das metrópoles brasileiras tem sido frequentemente contestado, já que elas vêm apresentando substanciais alterações em suas configurações socioespaciais nas últimas décadas. A verdade é que a própria periferia mudou e se diversificou. Assim, reconhecer que seja imprescindível uma releitura da categoria “centro-periferia” para se dar conta da complexidade das formas que o fenômeno urbano assume nos dias atuais, não significa que tal categoria esteja totalmente obsoleta para a elucidação do que é observado nas grandes metrópoles, especialmente, nas latino-americanas. O presente estudo buscou, não apenas aprofundar a discussão teórica sobre a emergência de “novos padrões” de segregação socioespacial em grandes aglomerações urbanas (no caso a Região Metropolitana de Campinas). Além disso, prover elementos empíricos e metodológicos para esse debate levantando tanto os condicionantes sociodemográficos, com base em dados censitários, quanto aqueles relacionados à produção espacial, a partir de imagens de satélite e levantamento da legislação vigente. Enquanto principais resultados observados, destacam-se dois movimentos na estruturação socioespacial da metrópole campineira. Um deles diria respeito à tendência de heterogeneização socioespacial dos “espaços de pobreza”, e o segundo relacionado à tendência de homogeneização socioespacial dos novos “espaços de residência das elites e classes médias metropolitanas”. Entre as hipóteses que podem ser elencadas para explicar o processo em questão, citam-se: a consolidação dos espaços de assentamento; o envelhecimento da população e a consequente melhoria de vida via acumulação; e a própria renovação (ou mescla) da população, a partir da mobilidade residencial.

Palavras-chave: Periferias; Modelo centro-periferia; Região Metropolitana de Campinas.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor titular no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas e pesquisador do Núcleo de Estudos de População, ambos da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: zemarcos@nepo.unicamp.br

♦ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU USP (2010). Professora Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil e do Programa de Pós-Graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas – FEC UNICAMP. E-mail: giselacv@unicamp.br

♥ Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Analista Censitário na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E-mail: fariasax@uol.com.br

♣ Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela mesma instituição. E-mail: amandacmaia1@gmail.com

INTRODUÇÃO

A questão sobre relevância do modelo de estruturação centro-periferia em nossas metrópoles tem sido frequentemente contestada, sendo que tal diferenciação muitas vezes tem sido abandonada por ser considerada ultrapassada ou mesmo inadequada para refletir as novas tendências da expansão urbana, particularmente em nossas grandes metrópoles. De fato, no debate nacional, autores como Ribeiro e Lago (1994); Bógus (1992); Rolnik; Kowarick e Somekh (1990), entre outros, há muito tempo alertavam para a crescente dificuldade de considerar a distinção centro-periferia ou, pensado em outros termos, de levar em conta a prevalência de uma situação “dual” nas aglomerações urbanas brasileiras, já que nelas ocorreria significativa heterogeneidade da ocupação, verificando-se a presença, no mesmo espaço, de ricos e pobres, incluídos e excluídos.

Nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina, com a intensificação do processo de urbanização, da formação e consolidação de grandes cidades e das áreas metropolitanas, era evidentemente mais fácil estabelecer essa diferenciação. Certamente, nota-se que, a cada década do nosso desenvolvimento urbano, torna-se cada vez mais difícil fazer essa distinção. No entanto, considerada do ponto de vista "sociológico" é menos complexo identificar as periferias.

Para Bonduki e Rolnik (1979) o processo de periferização poderia ser expresso como a ocupação e densificação das zonas "de baixo diferencial de renda da terra", onde seria mais acessível viver e, portanto, o local típico de assentamento da população de baixa renda. Caldeira (2000) em seu livro sobre os "enclaves fortificados" distingue três momentos da periferização no Brasil sendo o último deles uma sorte de sobreposição de padrões no qual o centro-periferia ainda se mantém, não obstante se observem espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns (p. 211).

Vários estudos reforçaram a ideia da existência de espaços socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estaduais e normalmente localizados nas extremidades das áreas metropolitanas que, seguindo uma espécie de modelo radial-concêntrica (TASCHNER; BOGUS, 2000), apresentaram um padrão construtivo baseado em lotes populares e autoconstrução (TORRES, 2003), sendo o modelo que prevaleceu até pelo menos o final dos anos 1980.

Ao lado disso, deve-se considerar que, atualmente, a estrutura urbana é muito mais complexa em termos sociodemográficos ou econômicos. No entanto, o que se deve

perguntar é se tal complexidade elimina a vantagem de continuar a se trabalhar com a ideia de centro e periferia e, mais do que isso, se a diferenciação entre estas partes da estrutura urbana ainda seria observada em nossas cidades e regiões metropolitanas.

Mesmo que defendendo a existência de um padrão diferente dos anos 1990, Caldeira (2000) reconhece a manutenção relativa dessa forma de estruturação da área metropolitana: “São Paulo continua a ser altamente segregada, mas as desigualdades sociais são agora produzidas e inscritas no espaço urbano de modos diferentes. A oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas. São Paulo hoje é uma região metropolitana mais complexa...” (p. 231).

O presente estudo busca, portanto, não apenas aprofundar a discussão teórica sobre a emergência de “novos padrões” de segregação socioespacial em grandes aglomerações urbanas (no caso a RM de Campinas), mas também de prover elementos empíricos e metodológicos que, com base nos dados censitários de 2000 e 2010, algumas observações preliminares de campo, nas leis de zoneamento, levantamento de uso e ocupação do solo real, permitam a averiguação de hipóteses sobre a homogeneização de determinadas zonas das aglomerações urbanas e a progressiva heterogeneização de outras, em particular, aquelas tradicionalmente ocupadas pela população de mais baixa renda e que agora passam a ter interesse ao mercado imobiliário.

NOVOS CAMINHOS SEGUIDOS PELA PERIFERIZAÇÃO METROPOLITANA: A TENDÊNCIA DE HETEROGENEIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS “ESPAÇOS DA POBREZA” E HOMOGENEIZAÇÃO DOS “ESPAÇOS DA RIQUEZA”

A existência das “Novas periferias metropolitanas” ou “periferias elitizadas”, concomitantemente a manutenção das “periferias tradicionais”, é uma realidade que não pode ser negada no processo de periferização metropolitana vigente. No entanto, observa-se que mesmo estas últimas vivenciam transformações socioespaciais importantes nos últimos anos.

A rigor, ao menos no caso da RM de Campinas, verifica-se o curso de dois movimentos engendrados pelo processo de periferização metropolitana. Um deles diria respeito à tendência de heterogeneização socioespacial dos espaços de pobreza das metrópoles, e o segundo relacionado à tendência de homogeneização socioespacial dos

novos espaços de residência das elites e classes médias metropolitanas, incluindo aí, as próprias “periferias elitizadas” (CUNHA, 2018).

Entres as hipóteses que podem ser elencadas para explicar o processo em questão, citam-se: a consolidação dos espaços de assentamento; o envelhecimento da população e a conseqüente melhoria de vida via acumulação; e a própria renovação (ou mescla) da população, a partir da mobilidade residencial.

A consolidação dos espaços pode ser compreendida a partir de sua temporalidade. Muitas áreas de ocupação mais antigas de periferia tradicional, em seus primórdios marcados pela ausência ou deficiência de infraestrutura urbana, foram sendo providos da mesma via ação Estatal através de políticas públicas. Cabe ressaltar que esse não é um processo orgânico, que ocorreria naturalmente na medida em que a demanda aumenta. De fato, o esgarçamento da mancha urbana via loteamentos populares espaçados das áreas já consolidadas de ocupação, em realidade já pontuada por Kowarick (1979) e Bonduki e Rolnik (1979) nos anos 70, é realizado com o intuito de especulação imobiliária, considerando a necessidade futura de extensão dos sistemas de infraestrutura urbana para essas áreas, que, por isso, tenderiam a se valorizar.

A segunda hipótese, de caráter eminentemente demográfico, relaciona-se ao envelhecimento da população residente das áreas periféricas consolidadas. Isto é, o processo de envelhecimento acomete a população como um todo, incluindo nas periferias tradicionais, mesmo considerando que estas, em média, apresentam-se mais rejuvenescidas que as áreas centrais. Pode-se pensar que, paralelamente ao envelhecimento da população e o avanço das famílias para os estágios mais avançados do ciclo vital, muitas das que chegaram nas periferias metropolitanas em situação de precariedade podem haver alcançado um incremento ou melhoria de suas condições materiais de vida, seja por um avanço profissional e até mesmo a incorporação de novos membros da família no mercado de trabalho, seja pelo processo de acumulação de ativos ao longo dos anos (ALONSO, 2011), fato que tenderia a modificar as características médias da área.

Mostra-se fundamental ressaltar que esse não é um processo automático, sendo balizado pelas possibilidades ou não de acesso às estruturas de oportunidades metropolitanas, fato que muito das vezes é limitado pelas condições de segregação socioespacial das periferias. Por outro lado, incentivos, como as políticas sociais instituídas nos anos 2000, o acesso aos benefícios de prestação continuada como aposentadoria e, mesmo, as políticas de valorização do salário mínimo e acesso ao crédito, trabalharam de

alguma forma para promover o emponderamento social das famílias com o avanço de seu ciclo de vida.

Por fim, temos a possibilidade da heterogeneização socioespacial das periferias tradicionais estar associada à efetiva substituição da população residente ou mesmo à chegada de novos grupos sociais, via mobilidade residencial. Maricato (2011) corrobora essa perspectiva ao afirmar que as classes médias urbanas vêm “invadindo” os espaços que até então eram exclusivos do precariado urbano, agravando o processo de segregação residencial vivenciado pelo último grupo nas metrópoles nacionais.

Como condicionantes estruturantes do processo em questão, cita-se o próprio Estado através de legislações urbanísticas que, em muitos casos, alteram o tipo de uso e ocupação previsto para determinadas áreas, assim como, o disciplinamento urbanístico exigido. Em verdade, estes mecanismos podem inviabilizar a permanência de determinados grupos sociais que não conseguem arcar com o que é exigido por tais legislações, ou mesmo, com os preços do solo praticados, abrindo-se, portanto, a porta para a chegada de outros grupos.

Além disso, conforme já foi enunciado anteriormente, as políticas habitacionais colocadas em curso ao longo das décadas foram, em grande parte, responsáveis pela formação das periferias sociais, ao lado do binômio loteamento popular/autoconstrução. Mais recentemente, a partir de 2008, a instituição do PMCMV, – em especial nas faixas mais elevadas de renda familiar, assim como, a expansão do crédito imobiliário contribuiu decisivamente para essa mobilidade residencial destinada às periferias e para mescla social cada vez maior, nas áreas de ocupação mais antiga e consolidada.

Ademais, a difusão dos loteamentos e condomínios fechados entre as classes médias urbanas igualmente contribuiu para a migração das mesmas para as periferias tradicionais, contribuindo para sua heterogeneização. De fato, apenas nessas áreas tais grupos sociais podem arcar com o preço do solo demandado para tal tipo de habitação, já que nas “periferias elitizadas” (no caso de Campinas, no que se chamou de “cordilheira da riqueza”, CUNHA; FALCÃO, 2017) o preço da terra torna estas áreas cada vez mais exclusivas e acessíveis apenas para as classes médias altas e elites metropolitanas.

Esse último é outro movimento marcante do processo de periferização dos grupos sociais mais abastados da metrópole. Pelo menos na RMC e em várias regiões metropolitanas do país (CUNHA, 2018) as zonas das cidades onde se concentram as periferias elitizadas, apresentam tendência a se homogeneizar socialmente. Ou seja, nos primórdios de ocupação dessas áreas se observava uma mescla social, seja por conta da

ocupação rural, ou mesmo, popular remanescente. Nesse caso, as legislações urbanísticas mais restritivas quanto à ocupação, como, por exemplo, o parcelamento em lotes grandes em relação aos quais apenas grupos sociais de maior poder aquisitivo podem acessar, tendem a inviabilizar a permanência de residentes prévios menos abastados dessas áreas.

Ao lado disso, o fato das periferias tradicionais observarem uma mesclagem socioespacial em seus processos de ocupação, não quer dizer que os espaços marcados pela homogeneidade das condições de precariedade de seu ambiente construído e seus residentes deixaram de existir. As “hiperperiferias”, nos termos propostos por Torres e Marques (2001), ainda são uma triste realidade, presentes nos limites das manchas urbano-metropolitanas, só que agora mais distantes dos centros, seguindo a retórica de formação das periferias de antigamente.

Com o intuito de lastrear empiricamente o que foi apresentado e discutido, em termos teóricos, nas últimas seções deste trabalho, apresenta-se uma proposta de leitura das diversidades socioespaciais vigentes na RMC, segundo características socioeconômicas dos que ali residem. Adicionalmente, contrapõe-se tal leitura à legislação urbanística e ao uso e ocupação “real” vigentes ao longo período considerado, com intuito de se observar possíveis associações entre as mesmas e as mudanças observadas nos padrões socioespaciais de ocupação das periferias metropolitanas.

MÉTODOS

Enquanto fonte de dados utilizada como insumo principal para realizar a pesquisa, utilizou-se os dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Com o intuito de viabilizar a análise diacrônica do processo de diferenciação socioespacial da RMC, compatibilizou-se a malha de setores censitários das duas rodadas censitárias em questão, possibilitando-se, com isso, a comparação das categorias do Indicador Local de Moran que cada setor censitário se enquadrava nos dois anos considerados.

De fato, o índice local de moran é uma medida que avalia a posição de cada observação de um fenômeno analisado em relação a distribuição global do conjunto, assim como, a distribuição de seus vizinhos (ANSELIN, 1995).

No que tange à distribuição global do conjunto, o parâmetro utilizado são valores normalizados (valores de atributos subtraídos de sua média e divididos pelo desvio padrão). Quanto aos seus vizinhos, a sua posição em relação à média deles.

Com isso, a classificação relativa às categorias do moran, vincula-se aos valores da distribuição normalizados (positivos ou negativos) e sua posição (maior ou menor) em

relação à média dos vizinhos também considerada relativamente a distribuição global da variável (“média movel espacial”), que daria a condição de dependência espacial ou não.

Em termos práticos quanto ao conjunto de dados utilizados, os setores classificados como Alto-Alto na categorização do índice, são aqueles cuja renda média do responsável obteve valor positivo no conjunto da distribuição normalizada (diferença em relação à média global, dívida pelo desvio padrão médio da distribuição da renda média de todos setores censitários). Seria, pois, o primeiro “Alto” da categoria, e cuja média dos valores dos vizinhos é também positiva (a média dos valores normalizados da renda média dos responsáveis dos setores censitários vizinhos também é positiva), o que correspondente ao segundo “Alto” da categoria. No que se refere às categorias intermediárias, no caso do “Alto-Baixo”, a renda média dos setores censitários tem valores positivos quanto à sua distribuição normalizada (correspondente ao “Alto”), só que a média dos valores relativos à renda média dos responsáveis dos setores censitários vizinhos é negativa (correspondente ao “Baixo” da categoria). Por fim, para a categoria Baixo-Baixo, tanto o valor normalizado da renda média do setor censitário em sua distribuição normalizada é negativo, quanto a média de seus vizinhos também é negativa.

A categoria “Não significativo” se refere aos setores censitários cujos os valores não possuem significância estatística. Em verdade, áreas onde não se observou estacionariedade na distribuição da variável de renda média do responsável do setor, ou seja, com dinâmica espacial própria, que, por hipótese, são tão heterogêneas, tornando difícil a avaliação da existência de dependência espacial ou não.

O mapa final (Mapa 1) é resultado da combinação do mapa de categorização da distribuição da variável de renda média dos responsáveis pelos setores censitários através do indicador local de Moran, com o mapa de significância estatística, que, no caso, vira uma categoria do mapa final. Na mesma são indicados os setores censitários onde não se observou significância estatística.

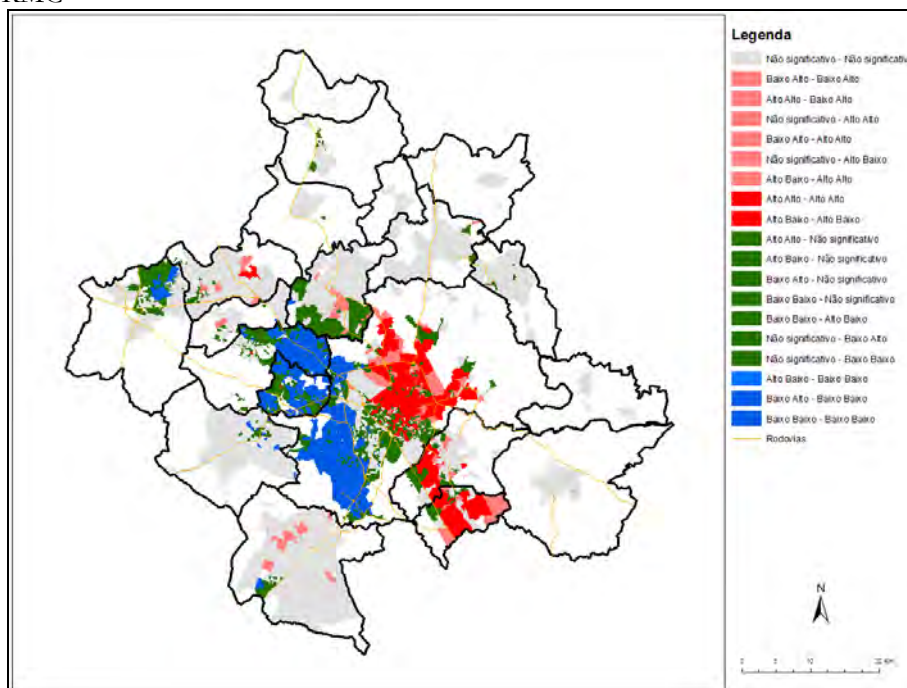
RESULTADOS E DISCUSSÃO

UM OLHAR SOBRE A DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA RM DE CAMPINAS NOS ANOS 2000

As condições socioeconômicas dos indivíduos foram analisadas através da categorização dos rendimentos médios dos responsáveis pelo domicílio dos setores censitários obtidas através da aplicação do indicador local de Moran esta variável. Sendo assim, foi possível delimitar claramente três movimentos representados pelas 4 cores

utilizadas¹ no Mapa 1. O primeiro, correspondente à cor vermelha do mapa e indica todos os setores censitários que se tornaram ou mantiveram nas categorias “alto-alto”, “alto-baixo” ou “baixo-alto”. Isto é, no período 2000/2010, continuaram ou apresentaram tendência à concentração de responsáveis pelo domicílio com altos rendimentos.

MAPA 1 – Combinação da categorização dos rendimentos médios dos responsáveis pelos setores censitários segundo o Indicador local de Moran para os anos 2000 e 2010. Setores censitários urbanos. RMC



Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010. Tabulações especiais dos autores.

Percebe-se que as áreas em questão correspondem ao eixo norte-sul da região à direita do traçado da Rodovia Anhanguera, que vai de Vinhedo até Jaguariúna, passando por Valinhos e Campinas, isto é, as periferias elitizadas da RMC, ou como foi denominada por Cunha e Falcão (2017), a "cordilheira da riqueza". Fica bem evidente, portanto, o movimento de homogeneização social vivenciado por essas áreas nos anos 2000.

A tendência representada pela cor verde no mapa 1, por sua vez, indica as áreas que se tornaram mais heterogêneas socialmente ao longo do período considerado. Em específico, para o indicador utilizado no mapa, representa aquelas onde houve mescla de responsáveis pelos domicílios com rendas mais baixas com renda mais elevada. Tal movimento é, pois, o mais ilustrativo da dinâmica de heterogeneização social das periferias tradicionais. Espacialmente, corresponde justamente às periferias mais imediatas da

¹ Tendo em vista que a combinação dos 5 agrupamentos resultantes da aplicação do índice de moran para os dois anos considerados gerou 19 classes, o que geraria um mapa muito poluído, optou-se por representá-las segundo os padrões que representam os movimentos mais gerais de homogeneização e heterogeneização social dos diversos espaços de assentamento da metrópole.

metrópole campineira, basicamente as áreas do “quadrante sudoeste” do município de Campinas, onde se localizam os bairros mais próximos ao centro da cidade até a região compreendida entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes.

Padrões semelhantes igualmente podem ser constatados para as zonas de ocupação de Santa Barbara do Oeste mais próximas de Americana, assim como aquelas mais ao sul do território de Paulínia. Tais áreas, que nos primórdios do processo de periferação e metropolização da RMC faziam parte das "periferias sociais" (ou tradicionais na nomenclatura aqui adotada), passam progressivamente por uma transformação na sua composição social.

Por fim, o que é demarcado em azul no Mapa 1, ilustra o movimento de manutenção das periferias sociais. A rigor, refere-se a todos os setores censitários que mantiveram alta concentração de responsáveis pelo domicílio com renda relativamente mais baixa (“baixo-baixo”). Espacialmente, corresponde a todos os setores censitários que se localizam entre a Rodovia dos Bandeirantes e os limites da mancha urbana no município de Campinas, estendendo-se contiguamente através dos territórios de Hortolândia e Sumaré, mais ao norte.

AS MUDANÇAS DE USO E OCUPAÇÃO “LEGAL” E “REAL” NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS PERIFERIAS METROPOLITANAS: ALGUNS EXEMPLOS NOS MUNICÍPIOS DE CAMPINAS/SP E PAULÍNIA/SP

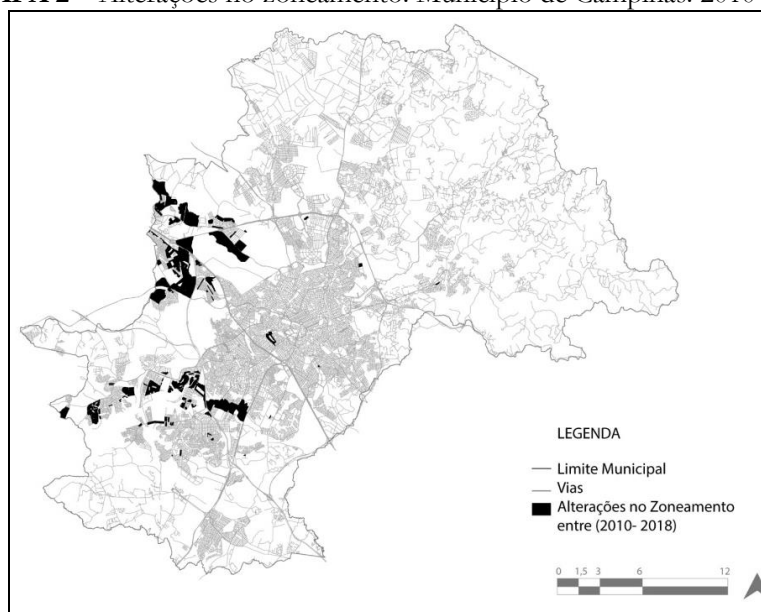
Vislumbrando a compreensão dos fatores que podem estar por trás dos movimentos de heterogeneização socioespacial das periferias tradicionais e de homogeneização das periferias elitizadas, empreende-se um exercício de análise das mudanças nas legislações urbanísticas de Campinas e Paulínia. Através de imagens de satélites, confrontam-se tais tendências com o que poder-se-ia chamar de “zoneamento real”, ilustrado através de exemplos de alguns espaços de assentamento, onde as mudanças no uso e ocupação do solo poderiam ser utilizadas como situações eloquentes sobre os fenômenos discutidos anteriormente.

Campinas, conforme bem se mostrou através dos mapas expostos anteriormente, apresenta uma zona periférica, situada na faixa entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, em franco processo de transformação da ocupação. Nessa zona o passado de precariedade vem gradativamente sendo substituído pela consolidação da ocupação e “invadido” pelas classes médias regionais. Por sua vez, Paulínia, apesar de uma das cidades mais ricas do país, até meados dos anos 90 podia ser qualificada como predominantemente composta de população de baixa renda, sendo que, a partir de então, em um processo

engendrado pelo poder público municipal através de alterações no zoneamento previsto para a porção sul de seu território, emerge com uma zona periférica de ocupação das classes médias e elites regionais.

Surpreendentemente, ao se analisar o zoneamento de Campinas entre 2000 e 2010, regido pela Lei n. 6.031 de 29 de dezembro de 1988, foram registradas 293 alterações pontuais no zoneamento, sendo que nenhuma delas se referia à ampliação do perímetro urbano na década. Todavia, na década seguinte, mais precisamente entre 2010 e 2018, quando o zoneamento era regido pela lei complementar nº 208 de 20 de dezembro de 2018, o número em questão chegou a 679 alterações. Nesse caso, observou-se um efeito sobre o processo de estruturação urbano-metropolitano, visto que, como se observa no Mapa 2, elas tendem a se concentrar justamente na zona de heterogeneização socioespacial da ocupação, indicada anteriormente no Mapa 1.

MAPA 2 – Alterações no zoneamento. Município de Campinas. 2010-2018



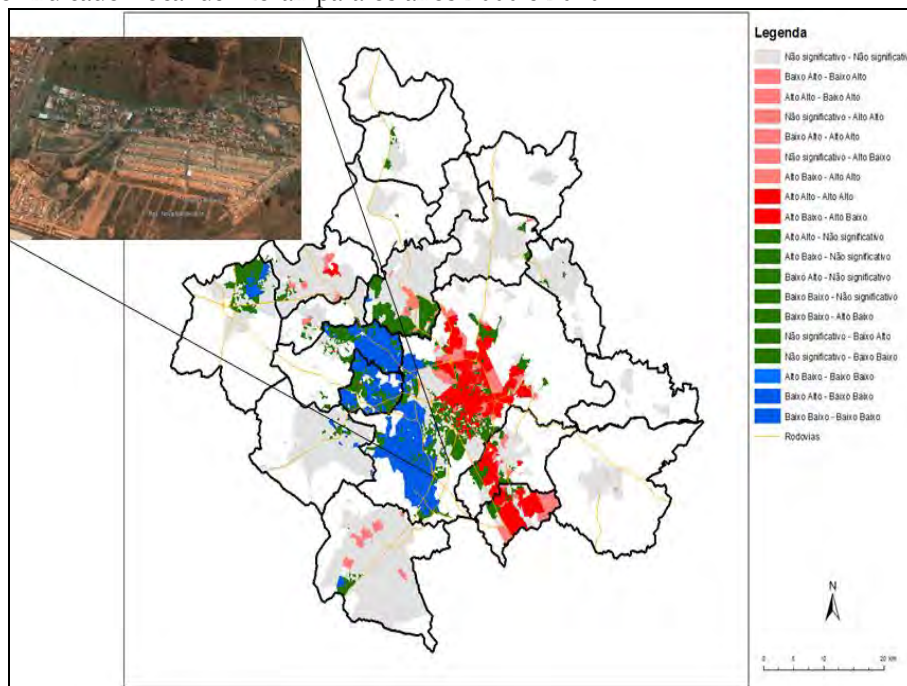
Fonte: Lei complementar nº 208, de 20 de dezembro de 2018. Tabulações especiais dos autores.

Se quanto ao âmbito do zoneamento legal, é difícil estabelecer seus vínculos com os dados de natureza demográfica, no que se refere ao “zoneamento real” os processos analisados ficam mais claros. Por exemplo, no Jardim Nova Mercedes (Campinas/SP), correspondente a um setor censitário situado nas margens da Rodovia Santos Dumont - entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes -, pode-se registrar uma mudança de “baixo-baixo” em 2000 para “não significativo”, em 2010 (Mapa 3). Traduzindo, isso significa que de uma área que, no começo da década, era marcada pela concentração de responsáveis pelo domicílio com baixos rendimentos, este setor se transformou numa zona em que a

mesclagem de níveis de rendimentos entre os responsáveis pelos domicílios foi tal que não foi possível estabelecer agrupamentos em função da concentração predominante renda.

De fato, ao se comparar as imagens de satélite entre 2002 e 2010, de alguma forma fica esclarecido porque isso ocorreu. Se, antes, o tipo de ocupação era caracterizado por um loteamento popular, sem pavimentação e onde a qualidade construtiva dos domicílios não era boa, mais recentemente fica evidente a melhora na infraestrutura do entorno e dos domicílios, remanescentes do primeiro momento. Da mesma maneira, um empreendimento do “Programa Minha Casa, Minha Vida” foi construído no local, para o qual provavelmente, migrou um grande contingente de residentes que não era nativo desse bairro. Seja por conta dos residentes mais antigos, que podem ter melhorado seus padrões de vida durante a década, seja em função dos novos residentes que vieram ocupar o empreendimento habitacional, fica ilustrado por quais vias o processo de heterogeneização socioespacial, evidenciado pelos dados de rendimentos, vem ocorrendo.

MAPA 3 – Jardim Nova Mercedes (Campinas/SP) em 2002 e seu setor censitário correspondente no mapa de categorização dos rendimentos médios dos responsáveis pelos setores censitários segundo o Indicador local de Moran para os anos 2000 e 2010



Jardim Nova Mercedes – 2010 (setor “baixo-baixo” => “não significativo”)



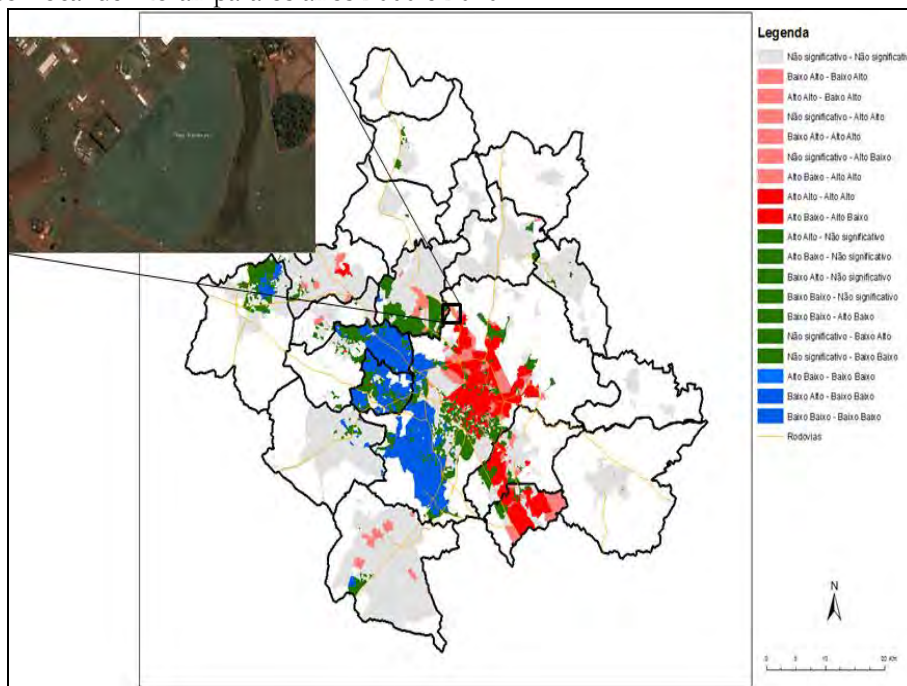
Fonte: Google Earth (2018). Tabulações especiais dos autores.

Por sua vez, em Paulínia fica ilustrado o movimento de homogeneização socioespacial e o surgimento de periferias elitizadas metropolitanas (Mapa 4). Para o caso em questão, o setor censitário, correspondente ao “Residencial Paineiras” localizado no Bairro de Betel – situado na porção sul do território municipal –, era classificado pela técnica de estatística espacial utilizada como “não significativo” (grande mesclagem

socioespacial), sendo que em uma década, passou à classe “alto-alto” (alta concentração de responsáveis pelo domicílio com altos rendimentos).

Em termos de ocupação, era uma área, em 2002, eminentemente rural e foi transformada, via alteração em legislação urbanística específica, em um loteamento fechado voltado ao público de classe média alta. Atualmente é dotado de todo tipo de infraestrutura urbana e os tamanhos dos lotes, embora não tão grandes quanto os condomínios da população de altíssima renda, certamente são suficientemente grandes e exclusivos para excluir boa parte da população de classe média e baixa.

MAPA 4 – Residencial Paineiras (Paulínia/SP) em 2002 e seu setor censitário correspondente no mapa de categorização dos rendimentos médios dos responsáveis pelos setores censitários segundo o Indicador local de Moran para os anos 2000 e 2010



Residencial Paineiras – 2010 (setor “não significativo” => “alto-alto”)



Fonte: Google Earth (2018). Tabulações especiais dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou demonstrar que ao mesmo tempo em que a periferia aqui denominada "tradicional" (produzida de forma semelhante e que apresenta características muito próximas daquelas cantadas em prosa e verso nos anos, 1960, 1970 e 1980) ainda pode ser observada como processo que estrutura parte do território

metropolitano, também, passam a fazer parte desse cenário novas formas de ocupação de áreas mais distantes ao centro "valorizado"; é o que se denominou "a nova periferia" ou "periferia elitizada".

No bojo dessas transformações nas quais, aparentemente, determinadas áreas são progressivamente destinadas (e apropriadas) a essa "nova" forma de assentamento humano (consubstanciadas nos cada vez mais desejados "loteamentos ou condomínios fechados"), a periferia tradicional, em especial aquelas mais antiga e próxima das áreas centrais, começa a ser motivo de uma "invasão" por parte das camadas médias da população metropolitana - em particular, do município central - com implicações importantes na mudança do perfil socioeconômico e demográfico.

Assim, as mudanças nestes perfis, ou seja, o que aqui se chamou de processo de heterogeneização da periferia, são fenômenos que merecem ser melhor estudados não apenas do ponto de vista demográfico (como envelhecimento e mudanças nos domicílios, etc.) e sociológico (mudanças nas redes sociais, formas de socialização, marcos normativos etc.), mas também a partir dos elementos que concorrem para as transformações nas formas de uso e ocupação do solo, como legislação e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, F. R. B. **Envelhecimento e vulnerabilidade:** a inserção do idoso na família e o sentido dos fluxos intergeracionais na geração de capital social. 2011. 221f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**, US, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.

BÓGUS, L. M. Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: BÓGUS, L. M.; WANDERLEY, L. E. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1992.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1979.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidades de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed. 34-Edusp. 2000.

CUNHA, J. M. P. (org.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano:** convergências e especificidades regionais. São Carlos, SP: UFSCAR, 2018.

CUNHA, J. M. P.; FALCÃO, C. A. (org.). **Campinas metropolitana:** diversidades socioespaciais na virada para o século XXI. Campinas, SP: Librum Editora, 2017.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo Centro/Periferia em questão**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 1994.

ROLNIK, R.; KOWARICK, L.; SOMEKH, N. **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

SOBRINO, J. Patrones de dispersión intrametropolitana em México. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, v. 22, n. 3, p. 583-617, 2007.

TASCHNER, S. P.; BOGUS, L. M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2000.

TORRES, H.; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, n.4, p. 49-70, 2001.

TORRES, H. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XXI¹

*Ednelson Mariano Dota**
*Francismar Cunha Ferreira**

RESUMO

A articulação entre reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e a migração são sempre relatadas, mas nem sempre apresentadas. Neste artigo, utilizando-se de dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 conjugados a pesquisas de campo e informações econômicas, apresentamos as inter-relações entre estes processos, especificamente como a migração e a divisão territorial do trabalho têm respondido às características da reestruturação produtiva no estado do Espírito Santo, Brasil. O Espírito Santo foi escolhido justamente por ter apresentado nas últimas décadas importantes mudanças em sua estrutura produtiva, tanto em volume quanto em localização. Os resultados apontam para uma evidente relação entre a dinâmica espacial da reestruturação produtiva e da migração, a partir das transformações na divisão territorial do trabalho, reforçando a permanência das atividades industriais enquanto elemento central neste início de século XXI.

Palavras-chave: Migração; Reestruturação produtiva; Divisão territorial do trabalho.

INTRODUÇÃO

A relação entre migração e trabalho é clássica e já foi amplamente discutida por pesquisadores das mais diversas especialidades e troncos teóricos. Grande parte desses estudos mostra a forte correlação existente entre a origem/destino dos fluxos migratórios e as diferenças estruturais entre esses lugares, em termos de oportunidades, salários médios, condições de vida, etc., mediados pela experiência, visão de mundo e as redes migratórias e sociais pré-estabelecidas.

A compreensão das transformações na forma como a riqueza é produzida e distribuída é parte substancial do debate, visto que impactam diretamente as condições de vida das pessoas, no nível individual, e a estruturação dos lugares em termos produtivos e de oportunidades, no nível estrutural. Nas últimas décadas o mercado de trabalho sofreu e segue sofrendo intensas transformações, paralelamente a processos de reestruturação,

¹ Este trabalho é resultado dos projetos de pesquisa “A geografia econômica e regional do petróleo e do gás no litoral do Espírito Santo” e “Condicionantes da dinâmica migratória no Espírito Santo pós-2000” (FAPES/CNPq 80605869, TO 129/17). As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPES e/ou do CNPq. Uma primeira versão dele foi apresentada e publicada nos anais da ALAP 2020.

* Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: ednelson.dota@ufes.br

* Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: francismar.cunha@gmail.com

como a urbana, a produtiva e todas as grandes mudanças qualitativas e quantitativas observadas no Brasil e no mundo.

O intuito deste artigo é o de analisar as mudanças na migração relacionadas aos processos de reestruturação produtiva em curso no Brasil, mais especificamente a partir da década de 2000. A análise dessas interações contribui decisivamente para a compreensão de como as mudanças observadas na divisão territorial e social do trabalho, sobretudo o aumento do setor terciário em detrimento do primário e do secundário transforma as relações sociais espacialmente estabelecidas. Parte-se do pressuposto de que, apesar do aumento do setor terciário e da importância da financeirização da economia, as atividades industriais e seus processos continuam sendo determinantes (SCOTT, 1988) para as transformações sobre o espaço, na divisão social e territorial do trabalho e na dinâmica demográfica, principalmente para os fluxos migratórios.

Tal análise utilizar-se-á do estado do Espírito Santo como estudo de caso, que ganhou destaque em nível nacional a partir da segunda metade do século XX com a instalação de grandes plantas industriais na capital, Vitória, e no seu entorno, que posteriormente veio a se conformar na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)². A partir dos anos 2000 o estado passou por uma nova onda de transformações correspondentes ao processo de reestruturação produtiva, em que passou a receber investimentos de capitais de diferentes escalas e nacionalidades representado, dentre outras coisas, pelas filiais de indústrias multinacionais, por investimentos em projetos logísticos e industriais e no setor de petróleo e gás.

Reestruturação produtiva e seus efeitos sobre a divisão territorial do trabalho

A noção de reestruturação geralmente é acompanhada de várias adjetivações como produtiva, espacial, urbana, imobiliária dentre outros. Independente do adjetivo, busca lançar luz sobre uma nova estruturação ou reorganização de uma estrutura em um determinado momento, ganhando sentido no contexto de uma análise temporal, um momento ou período em que algo novo emerge e pode alterar um determinado contexto pré-estabelecido.

É nesse sentido temporal que emerge a noção de reestruturação produtiva. No final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970 assistiu-se ao desencadeamento da crise do modelo fordista e a emergência do modo de produção flexível. Esse último, associado às novas tecnologias de comunicação e transporte, baseia-se em princípios como

² A RMGV é formada pela Capital Vitória e os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha.

produção vinculada à demanda e organização do sistema definido pelo consumo, em que a produção é pensada do fim para o começo; organização industrial “enxuta” e horizontalizada, contrária à indústria vertical fordista; flexibilização das relações entre empresas e da organização do trabalho por meio da terceirização, e, finalmente, a subordinação da produção ao movimento de acumulação de capital sob a égide financeira (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988; ANTUNES, 2018; PEREIRA JR., 2019b).

Esses princípios condicionaram e estão condicionando a tessitura de novas relações e organizações produtivas espaciais. As indústrias, em função das inovações tecnológicas, tendem a deslocar parte das suas atividades para o setor de serviços³ bem como se articulam, via terceirização, com diferentes empresas de produção e serviços, tornando assim os circuitos produtivos e os círculos de cooperação mais complexos e densos (PEREIRA JR., 2019a). Esse processo implica em duas coisas que se manifestam conjuntamente e reverberam sobre as organizações produtivas espaciais e sobre a divisão territorial do trabalho: uma primeira que consiste em impulsionar o setor de serviços e uma segunda que se refere à tendência à dispersão das plantas industriais pelo território (PEREIRA JR., 2019a; 2019b).

Além disso, outro efeito sobre a organização espacial produtiva e a divisão territorial do trabalho se refere às especializações das localidades. Tem-se, em certa medida, uma separação física entre a gestão e a produção industrial, diferenciando qualitativamente as localidades, especialmente as metrópoles, que se especializam no gerenciamento, no planejamento e nas tomadas de decisões sobre investimentos, e localidades voltadas para receber as unidades produtivas, destinadas a produção que está subordinada aos comandos das áreas de gestão, (re)criando hierarquias e conformando o desenvolvimento desigual e combinado (SANTOS, 1994; BRANDÃO, 2007).

Em resumo, no contexto da reestruturação produtiva têm-se movimentos de transformações que se manifestam e se articulam em diferentes escalas e implicam em rearranjos espaciais, produtivos, jurídicos, sociais e políticos, que se materializam em novas formas de organização espacial e produtiva da indústria, em novas configurações da divisão territorial do trabalho, em novos processos urbanos. Trata-se de um movimento que se desenvolve no contexto da globalização e do capital financeiro, que implica não só maior circulação de mercadorias, pessoas, capital, informações, etc., mas também, em uma maior integração funcional entre os lugares em meio a atividades geograficamente dispersas

³ “Enquanto que na indústria fordista 75% da produção eram realizadas no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por apenas 25%, e a terceirização/subcontratação passa a ser central na estratégia patronal” (ANTUNES, 2008, p. 155).

(OLIVEIRA, 2007). Nesse contexto, têm-se transformações que, ao mesmo tempo em que proporcionam a acumulação, modificam processos territoriais, uma vez que se (re)organizam, se desenvolvem e se articulam sobre e no território novos usos, novos agentes, novos fluxos e novos conteúdos.

Reestruturação produtiva e migração

A relação entre a dinâmica migratória e a espacial produtiva sempre teve papel de destaque nas pesquisas sobre migração no Brasil. A interação entre ambas emergiu no período em que a industrialização ganhou força e junto dela a urbanização, que se acelerou tendo como motor os fluxos migratórios campo-cidade com volumosos contingentes seguindo trajetórias delineadas pelas desigualdades regionais. Singer (1976) mostrou que as principais áreas de emigração no início da segunda metade do século XX – o norte de Minas Gerais e o Nordeste – contrastavam justamente pela estagnação vivida em comparação às áreas que recebiam esses fluxos, com destaque para São Paulo, que concentrava e estava no auge da industrialização.

A alimentação dos fluxos nesse período se dava pela inserção produtiva e havia para grande parte dos migrantes melhorias nas condições de vida se comparado àquela na área de origem (BRITO, 2009). A partir da década de 1980, observaram-se importantes mudanças nas trocas migratórias inter-regionais e interestaduais, tanto pela crise econômica atravessada pelo país como também pelas mudanças estruturais em andamento (PACHECO; PATARRA, 1998; CUNHA; BAENINGER, 2007).

Essas mudanças estruturais, que marcam o início da reestruturação produtiva no Brasil, começaram a ser observadas ainda na década de 1970 a partir da desconcentração industrial, que levou unidades produtivas para regiões até então periféricas, iniciando um processo de integração nacional e de uma nova divisão territorial do trabalho (CANO, 1997). As modificações materializadas no território, que provinham tanto das transformações do capitalismo como de políticas governamentais, integraram as regiões ao processo produtivo industrial e complexificaram as desigualdades territoriais pela inserção de novas variáveis (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

Num contexto de urbanização avançada, observada a partir dos anos 1980, os fluxos do campo perderam primazia para as trocas entre áreas urbanas e houve intensificação das modalidades intrarregional e de curta distância (CUNHA; BAENINGER, 2007), além da migração de retorno (PACHECO; PATARRA, 1998;

CUNHA, 2015), que seriam resultado da falta de inserção produtiva intensificada neste período.

As transformações atreladas à reestruturação produtiva, portanto, aparecem como importante elemento explicativo das mudanças observadas na migração interna brasileira. Autores como Pacheco e Patarra (1998); Cunha e Baeninger (2007); Baeninger (2011; 2012) e Brito (2009; 2015) reforçam essa relação considerando o papel do mercado de trabalho e das questões estruturais enquanto elemento explicativo da migração. Conforme Cunha (2015), não obstante todas mudanças estruturais observadas, as desigualdades regionais e as oportunidades socioeconômicas delas derivadas continuam como elementos importantes para a dinâmica migratória nacional.

Na dinâmica interna da migração internacional, Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2020) identificaram na Macrometrópole Paulista mudanças locais dos migrantes, apontando o importante papel do cenário produtivo em reestruturação na explicação da dinâmica recente dos fluxos de imigrantes internacionais.

As mudanças vislumbradas nas últimas décadas, portanto, não relativizaram o papel da dinâmica econômica enquanto elemento explicativo da migração, mas inseriu novos elementos. Como ressaltado por Santos e Silveira (2005), novas variáveis são incluídas pela constante transformação nas estruturas produtivas, que tornam mais complexas e efêmeras as análises.

A divisão territorial do trabalho, nesse sentido, reforça as diferenças entre as áreas de gestão e de produção, gerando desigualdades mesmo entre áreas atendidas pela estrutura produtiva, intensificando a exploração da força de trabalho a partir das terceirizações e das novas lógicas do trabalho propiciadas pelas mudanças na legislação, modificando as possibilidades, perspectivas e condições de vida da população.

MÉTODOS

Além da revisão da literatura sobre a migração interna, reestruturação produtiva e a geografia econômica, o trabalho recorre aos dados secundários do Censo Demográfico de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisando de modo mais aprofundado os dados sobre a dinâmica migratória data-fixa e sobre os setores de atividades das pessoas ocupadas no Espírito Santo. As especificidades das pesquisas, sobretudo em relação às possibilidades nas desagregações dos dados e mesmo na comparação entre elas representa também um desafio ao concatenar diferentes fontes para compreender as transformações em andamento. No contexto territorial, buscou-se

identificar as principais plantas industriais instaladas no Espírito Santo pós-2000, sendo esse trabalho realizado a partir de consulta aos anuários das maiores empresas do estado, disponibilizado pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e por trabalhos de campo, complementados por um levantamento sobre as receitas municipais a partir das publicações anuais da Equus Consultoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Industrialização e reestruturação produtiva no Espírito Santo

As transformações estruturais do campo junto aos investimentos industriais observados a partir de 1940 (ALBUQUERQUE, 2010; ROCHA; MORANDI, 2012) resultaram na acelerada urbanização do Espírito Santo, com papel decisivo da redistribuição espacial da população. Novidades apareceram nos anos 1990 em que, em função do avanço das políticas neoliberais, novas transformações foram observadas, tanto pelos processos de privatização de plantas industriais implantadas entre 1940 e 1970 como também pela própria alteração do regime de organização espacial e produtiva do capital no contexto de reestrutura produtiva.

Quantos às privatizações, destaca-se a venda da COFAVI, que atualmente pertence ao grupo mexicano SIMEC, a venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que se tornou Vale e a venda da CST que veio a se tornar a Arcelor Mittal. Esse movimento representou, dentre outras coisas, a entrada de novos capitais, internacionais principalmente, no estado.

Quanto às alterações provenientes da reestruturação produtiva, destaca-se a dispersão territorial da produção industrial⁴. Esse processo em território capixaba se configura, grosso modo, como uma nova fase da industrialização do estado, isso porque a industrialização no século XXI não mais se baseia na grande planta industrial, na indústria motriz fordista, mas se associa ao recebimento de unidades industriais filiais de outras empresas e grupos econômicos nacionais e internacionais. Como exemplo desse processo, a implantação do Estaleiro Jurong, uma multinacional do setor naval pertencente ao grupo Sembcorp Marine, com sede em Cingapura, e a Leão Alimentos e Bebidas, que é responsável pela gestão de toda a cadeia produtiva da linha nacional de bebidas sem gás, chás e energéticos do portfólio da multinacional Coca-Cola, ambas com escritórios de

⁴ Uma das formas dessa dispersão consiste no movimento de desintegração vertical das indústrias. De acordo com Lencioni (2003), essa desintegração significa, dentre outras coisas, que fases de um mesmo processo produtivo não estão mais integradas numa mesma planta produtiva. As empresas e os grupos econômicos passam a atuarem por meio de diversas unidades dispersas territorialmente e tem na direção, controle e gestão do capital o elemento integrador.

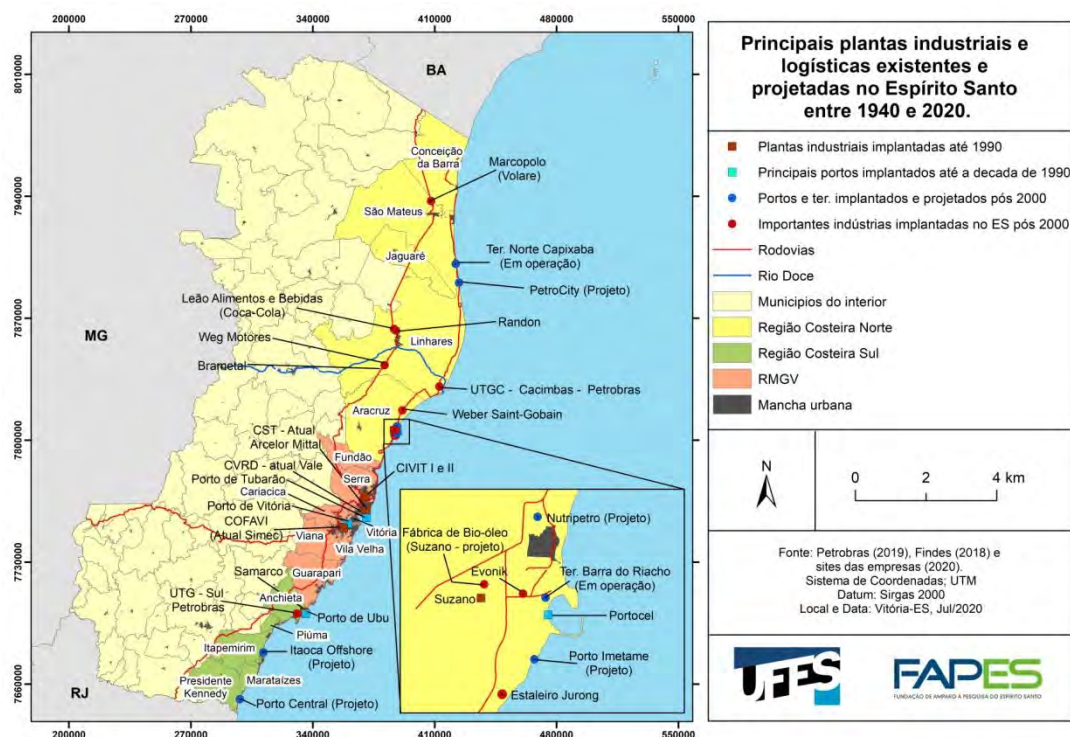
gestão no Brasil na cidade do Rio de Janeiro. A multinacional alemã Evonik, que atua no setor químico e a francesa Saint-Gobain por meio da Weber Quartzolit, que atua na produção de insumos para construção civil, ambas com escritórios de gestão na cidade de São Paulo.

Além de receber filiais de empresas multinacionais estrangeiras, o estado também vem recebendo filiais de empresas multinacionais brasileiras com ações comercializadas na bolsa de valores de São Paulo. É o caso da encarroçadora de ônibus Marcopolo, da fabricante de reboques Randon e da fabricante de motores Weg motores. As duas primeiras possuem sede em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, enquanto a última tem sua sede em Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

Esse movimento se insere concretamente no contexto de reestruturação produtiva, em que indústrias passam a implantar filiais para aumentar seus lucros e mantêm suas gestões e movimentações financeiras ligadas às metrópoles, em especial Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, esse processo implica a inserção subordinada do Espírito Santo na divisão social do trabalho no âmbito nacional e internacional, afinal o estado recebe as plantas produtivas de grandes indústrias e grupos econômicos, mas as decisões, os controles e as gestões do capital estão fora no território capixaba.

Chamam a atenção ainda no estado a grande quantidade de projetos logísticos e industriais, que articulam porto e indústria, ligados a grandes empresas nacionais e internacionais e até mesmo a fundos de investimentos. No Mapa 1 podem ser visualizadas as plantas industriais implantadas no século XX e algumas importantes plantas e projetos industriais e logísticos do século XXI.

MAPA I – Plantas industriais e logísticas segundo período de implantação ou projeto. Espírito Santo, 1940-2020



Na análise do mapa dois pontos merecem destaque: inicialmente, a evidente concentração das atividades industriais nos municípios costeiros, que se apresenta como uma continuidade histórica da industrialização do Espírito Santo, reforçando as desigualdades territoriais previamente observadas. O segundo aspecto que se destaca consiste na dispersão da indústria pós-2000 para os municípios do litoral norte, em especial, Aracruz, Linhares e São Mateus.

Diante disso, porque os municípios do litoral norte vêm concentrando essas unidades produtivas? Dois elementos que se articulam conjuntamente ajudam a entender essa dinâmica. De um lado, a presença de incentivos fiscais para instalação de unidades em municípios que compõem a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁵. No Espírito Santo, todos os municípios ao norte do rio Doce ou por ele cortados foram incluídos na SUDENE, totalizando 28 dos 78 municípios do estado.

O segundo elemento que explica o avanço das unidades produtivas para a costa norte se relaciona à distribuição territorial das condições gerais de produção. Dota e Ferreira (2020) apontam que fora da região metropolitana de Vitória, os municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus são aqueles que apresentam maior densidade de condições gerais de produção, ou seja, são municípios dotados de infraestrutura rodoviária, portuária,

⁵ Mais informações sobre a SUDENE ver <http://www.sudene.gov.br>.

dutoviária, linhas de transmissões de energia, etc. A distribuição territorial das condições gerais de produção influencia a localização de atividades produtivas, já que a dispersão territorial delas não ocorre de maneira aleatória pelo espaço (LENCIONI, 2003).

As novas dinâmicas produtivas no estado têm efeitos sobre a organização e a divisão territorial do trabalho, sendo possível observar seus resultados na estrutura de atividades. Nesse sentido, verificou-se um crescimento de 2,61% ao ano de pessoas ocupadas nos diferentes setores produtivos entre 2000 e 2010, com redução do número de trabalhadores na agricultura (-0,69% a.a.), crescimento no trabalho industrial (2,82% a.a.) e no setor terciário (3,09% a.a.). Reforçando as especificidades territoriais, esse crescimento se manifestou de maneira desigual pelo estado conforme dados do Quadro I.

QUADRO I – Pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica. Recortes selecionados do Espírito Santo, 2000 e 2010

Ano	Regiões	Agricultura	Indústria	Serviços (I)	Comércio (II)	Setor público (III)	Total terciário (I+II+III)	Outros	Total
2000	RMGV	15.807	401.795	325.875	120.733	35.084	481.692	4.741	578.160
	Costa Norte	34.363	63.808	47.529	20.037	6.926	74.492	932	126.066
	Costa Sul	16.013	64.587	46.593	20.956	5.264	72.813	1.371	108.191
	Interior	254.632	166.432	125.167	51.316	22.275	198.758	2.215	496.870
	Total	320.815	696.622	545.164	213.042	69.549	827.755	9.259	1.309.287
2010	RMGV	13.446	527.510	437.144	153.736	48.573	639.453	56.231	799.496
	Costa Norte	35.727	97.055	74.000	30.184	9.548	113.732	9.694	182.208
	Costa Sul	15.568	78.675	60.321	28.547	8.559	97.427	6.201	137.550
	Interior	234.499	216.566	167.602	74.311	29.177	271.090	20.578	575.131
	Total	299.240	919.806	739.067	286.778	95.857	1.121.702	92.704	1.694.385
Tx. Geométrica de crescimento 2000 – 2010 (% a.a.)	RMGV	-1,60	2,76	2,98	2,45	3,31	2,87	28,06	3,29
	Costa Norte	0,39	4,28	4,53	4,18	3,26	4,32	26,39	3,75
	Costa Sul	-0,28	1,99	2,62	3,14	4,98	2,95	16,29	2,43
	Interior	-0,82	2,67	2,96	3,77	2,74	3,15	24,97	1,47
	Total	-0,69	2,82	3,09	3,02	3,26	3,09	25,91	2,61

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2000 e 2010).

Observando as taxas, nota-se, com exceção do trabalho agrícola, um crescimento positivo em todos os setores de todas as regiões do estado, com destaque para a região costeira norte (Mapa 1) apresentando, em geral, as maiores taxas de crescimento.

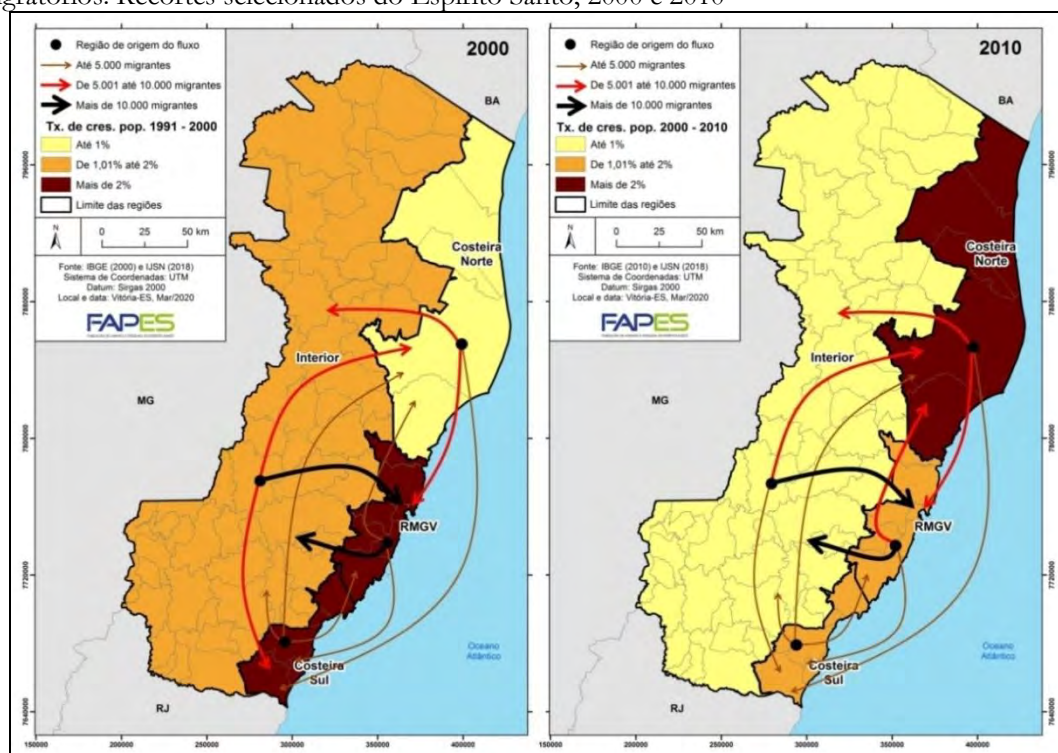
No que se refere à taxa de crescimento do trabalho na atividade industrial, a região costeira norte apresentou uma taxa de 4,28% a.a. enquanto na RMGV, que desde a segunda metade do século XX se consolidou como a região mais industrializada do Espírito Santo, a

taxa ficou em 2,76% a.a. Esse crescimento do trabalho industrial na região costeira norte confirma em relação as pessoas ocupadas o espriamento da indústria pelo estado. Por sua vez, a região costeira sul, que recebeu poucas unidades produtivas industriais, foi a que apresentou a menor taxa de crescimento de pessoas ocupadas nesse mesmo setor.

A região costeira norte também foi a que apresentou a maior taxa de crescimento de trabalhadores no setor terciário (4,32% a.a.), resultado que acompanha uma tendência contemporânea do crescimento do setor de serviços relacionado ao forte crescimento da atividade industrial, que por suas características gera demanda por serviços públicos e privados de diversas ordens. Nesse sentido, nossa hipótese é a de que a industrialização atraiu para a região costeira norte serviços de educação, saúde, hotelaria, segurança privada, comércio e outras prestações de serviços que impulsionaram o crescimento do setor terciário. Tal leitura se assenta em exemplos como a implantação dos campi dos Institutos Federais em São Mateus e Linhares respectivamente em 2007 e 2008, cujos cursos, em grande medida, são voltados para atividades técnicas e de engenharias voltadas para o trabalho industrial nas áreas de elétrica, mecânica, petrolífera etc. A presença de grandes redes de hotéis como a Ibis, pertencente a multinacional AccorHotels em Aracruz (inaugurado em 2015) e São Mateus (inaugurado em 2016) dentre outros.

Para além das transformações da organização e da divisão territorial do trabalho, tem-se ainda transformações sobre as dinâmicas migratórias no estado, conforme aponta o Mapa II.

MAPA II – Taxa de crescimento geométrica média anual da população (% a.a.) e fluxos migratórios. Recortes selecionados do Espírito Santo, 2000 e 2010



Nota-se no Espírito Santo alterações significativas quanto ao crescimento populacional regional na década de 2000. A região costeira norte passou a apresentar a maior taxa de crescimento demográfico (2,08% a.a.), resultado associado ao aumento do saldo migratório pela intensificação do fluxo originado na RMGV. Esta apresentou saldo migratório de 19,8 mil pessoas no período 2005-2010, 6,9% superior ao período anterior (1995-2000). No período 2005-2010, cerca 5,9 mil pessoas deixaram a RMGV em direção a região costeira norte, representando aproximadamente 18% dos imigrantes recebidos.

Diferentemente da década de 1990, em que apresentava forte crescimento, a região costeira sul na década de 2000 apresentou apenas a terceira taxa de crescimento demográfico entre os recortes selecionados (1,38% a.a.), pois deixou de receber migrantes do interior do estado. No período 1995-2000 a região costeira sul recebeu 6,2 mil pessoas do interior; no período seguinte (2005-2010) esse número caiu para 3,8 mil. Os fluxos migratórios do interior, no segundo período, passaram a se concentrar na RMGV, sendo que a região costeira norte não apresentou grande variação entre os períodos. A RMGV, por sua vez, manteve a segunda posição quanto ao crescimento demográfico (1,61% a.a.) e continuou como a principal região de destino dos migrantes em nível estadual. A única alteração quantitativa significativa quando comparadas as mudanças entre os dois períodos consiste exatamente no aumento do fluxo da RMGV em direção a região costeira norte.

A pergunta que se levanta diante disso se refere à quais motivos levaram a essas mudanças nos fluxos migratórios, que fizeram com que a região costeira norte passasse em uma década da menor taxa de crescimento demográfico para a maior, bem como para um importante destino de imigrantes?

A resposta a essa questão se assenta na própria dinâmica industrial e produtiva da região costeira norte, complementado pela economia dos royalties que caracteriza a região costeira sul.

Na região costeira norte assiste-se a um crescimento de unidades produtivas que se associam a maior densidade de condições gerais de produção (DOTA; FERREIRA, 2020) que, de maneira direta e/ou indireta, proporcionam um “arrasto” sobre outros setores econômicos, em especial o de serviços, conforme demonstrado. Por sua vez, a região costeira sul se apresenta como uma porção do Espírito Santo que se insere nas dinâmicas geoeconômicas da economia dos royalties (petrorentista). De acordo com Pessanha (2017), essa economia dos royalties caracteriza os territórios que são muito dependentes de receitas provenientes da exploração de petróleo, que são os royalties e as participações especiais. Além disso, esses territórios se caracterizam também por não promover o arrasto de outras atividades produtivas e por apresentar baixo dinamismo econômico, o que implica na baixa oferta de postos de trabalho nos diferentes setores (PESSANHA, 2017). Vale ressaltar que a maior parte das receitas dos municípios que compõem a região costeira sul são provenientes de royalties e participações especiais. Essa atividade responde por cerca de 40% das receitas totais (EQUUS CONSULTORIA, 2018).

Vale ressaltar que todos os municípios da região costeira norte e da RMGV também recebem royalties, entretanto, a participação destes nas receitas são menores quando comparados com os municípios da região costeira sul.

Os resultados apresentados permitem compreender as fortes inter-relações entre inúmeros processos, com destaque para a distribuição espacial da indústria, a organização e divisão territorial do trabalho e a migração, confirmando que o avançar da reestruturação produtiva inseri constantemente novos elementos a gama de relações e exige novos focos de análise para sua correta compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados permitem afirmar que a reestruturação produtiva observada nesse início de século XXI e que segue em andamento no Espírito Santo impactou consideravelmente a organização espacial e produtiva, a partir do espraiamento

das atividades industriais para além da RMGV por meio das novas plantas industriais e logísticas implantadas e projetadas nos municípios costeiros, em especial na costa ao norte da RMGV. Os fluxos migratórios também se modificaram, mostrando-se claramente articulados com a dinâmica econômica estrutural, tendo resultado em mudanças de uma década a outra no crescimento demográfico dos recortes espaciais selecionados para análise. De todo modo, para além do impacto em termos populacionais e da organização espacial produtiva, evidenciou-se que as mudanças na divisão territorial do trabalho também foram evidentes, permitindo enxergar a articulação interescalares e a imbricação de questões locais, regionais, nacionais e internacionais.

Além disso, evidencia-se um outro nível de divisão territorial do trabalho, entre o Espírito Santo e os centros de comando e gestão, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, cujas especificidades não foram aqui contempladas, mas que aprofundam as diferenças e desigualdades territoriais e sociais entre as diversas porções territoriais do Brasil.

A busca por delimitar processos como a reestruturação produtiva e a divisão territorial do trabalho têm contribuído para melhor compreender as especificidades locais, ao mesmo tempo em que permite o estabelecimento de análises comparativas de processos que tem o mesmo nome, mas se manifestam de forma completamente diferente em cada porção territorial. Nesse sentido, deve-se ter atenção no uso de conceitos como se pudessem ter aplicação universal, já que a realidade brasileira é heterogênea e exige análises específicas para cada porção territorial.

A abordagem aqui apresentada articula processos econômicos de nível macro, como a reestruturação produtiva, políticas regionais de incentivo ao investimento, como a SUDENE, e a migração, cujos elementos explicativos advêm também de elementos micro sociais, para além das associações apresentadas. Nesse ínterim, destaca-se que os resultados apresentados constituem um importante passo analítico dos processos, necessitando de investigações específicas mais profundas, sobretudo quanto às articulações interescalares e as novas faces de todos os processos analisados, em constante transformação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo, SP: Boitempo, 2018.
- BAENINGER, R.; DEMETRIO, N. B.; DOMENICONI, J. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. **Cadernos Metrôpolis**, São Paulo, SP, v. 22, n. 47, p. 17-40, 2020.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2011.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** São Paulo, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRITO, F. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil.** Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2015. (Textos para Discussão, n. 526).

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 7., 2009, Campinas, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2009.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil 1970/95. **Economia e Sociedade,** Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 101-141, 1997.

CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des) continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2015.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Comtemporáneo. **Notas de Población,** Santiago de Chile, Chile, n. 82, p. 33-67, 2007.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópolis,** São Paulo, SP, v. 22, n. 49, p. 893-912, 2020.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2003.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates,** São Paulo, SP, n. 25, p. 12-29, 1988.

OLIVEIRA, F. J. G. Restruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona, v. 11, n. 245 (65), 2007.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.

PEREIRA JR., E. A. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da geografia. **Boletim Goiano de Geografia,** Goiânia, GO, n. 39, p. 1-20, 2019a.

PEREIRA JR., E. A. Impactos da acumulação com predominância financeira sobre a nova Geografia industrial – processos produtivos, competitividade e diferenciação espacial. **Ateliê Geográfico,** Goiânia, GO, v. 13, n. 3, p. 29-45, 2019b.

PESSANHA, R. M. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades.** 2017. 560f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas e Formação Humana (PPFH), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafecultura e grande indústria:** a transição do Espírito Santo 1955 – 1985. 2. ed. Vitória, ES: Espírito Santo em Ação, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.

SCOTT, A. J. **Metropolis:** from the division of labor to urban form. Berkeley, CA: University of California Press, 1988.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento:** o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. São Paulo, SP: Hucitec, 1976.

SILVA, M. A. M. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: GIARRACCA, N. (comp.). **Una nueva ruralidade em América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 289-305.

REVOLUÇÃO DE GÊNERO? PARA QUEM? ANÁLISE DOS DIFERENCIAIS SOCIOECONÔMICOS NO (DES)EQUILÍBRIO DAS CARGAS DE TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Juliana Mara de Fátima Viana Gandra**

Simone Wajzman*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo criar e analisar indicadores de igualdade de gênero que retratem a divisão do trabalho remunerado e não remunerado entre os casais e sinalizem como estamos caminhando na Revolução de Gênero no Brasil. Verifica-se a distribuição dos trabalhos remunerado e doméstico sob diferentes aspectos socioeconômicos das mulheres cônjuges e do casal, tendo em vista as hipóteses de que (i) o avanço da revolução de gênero implicaria uma distribuição menos tradicional e mais igualitária entre homens e mulheres e que (ii) as possíveis transformações no âmbito público e privado possam estar ocorrendo de forma desigual. Os resultados indicam que os avanços em direção à igualdade de gênero ainda são muito pequenos e, quando presentes, privilegiam as mulheres com níveis mais altos de escolaridade.

Palavras-chave: Tipo de união; Estabilidade; Desigualdades Socioeconômicas; Revolução de Gênero.

INTRODUÇÃO

Uma linha mais recente de estudos na literatura tem proposto e encontrado evidências de que a forma como os casais distribuem entre si as formas de trabalho tem resultados demográficos importantes, principalmente sobre o casamento, divórcio e o comportamento reprodutivo. Essa discussão acrescenta ao aspecto econômico a importância de instituições de gênero na formação e estabilidade conjugal¹.

O aumento na realização educacional e da participação da mulher no mercado de trabalho consolidou a mudança no papel social da mulher, alterando o equilíbrio familiar até então presente sob as relações de gênero tradicionais, que tinha a figura do homem provedor (*male breadwinner*) e o consolidado papel da mulher dona de casa (*female homemaker*). A desestabilização de uniões tradicionais resultou, para muitos países, em uma queda nos casamentos e número de filhos, maior instabilidade conjugal, aumento nas taxas de divórcio e em relacionamentos que permitam aos parceiros maior liberdade e menor comprometimento, como a coabitação (ESPING-ANDERSEN, 2016).

* Doutoranda em Demografia Cedeplar/UFMG. E-mail: juliana.mfv@gmail.com

• A autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte dado na produção deste artigo.

♦ Professora Titular no Departamento de Demografia Cedeplar/UFMG. E-mail: simonewajzman@gmail.com

¹ Para uma discussão sobre os aspectos que implicam na formação, estabilidade e dissolução das uniões e famílias, ver Van Bavel; Schwartz e Esteve (2018) e Killewald (2016).

Após meio século de transformações sociais, trabalhos mais recentes, como os de Esping-Andersen e Billari (2015) e Goldscheider; Bernhardt e Lappegård (2015), dão conta de um novo fenômeno que se manifesta no novo século. Eles argumentam que as sociedades ocidentais estão entrando em uma nova fase da vida familiar, baseada em parcerias mais estáveis e mais igualitárias e recuperando a fecundidade.

O caráter transitório das mudanças sobre as famílias marca a existência de duas fases distintas nesse processo, caracterizadas por Goldscheider; Bernhardt e Lappegård (2015) e intitulada “revolução de gênero”. A primeira fase seria definida pela mudança estrutural que se observou nas relações fundamentais entre homens e mulheres. As mulheres entram na esfera pública e com o foco na carreira, ambos cônjuges experimentam falta de tempo para questões familiares. As tensões e os conflitos gerados pelo novo papel social das mulheres gerariam instabilidade conjugal e refletiriam nas menores taxas de casamento e maiores taxas de divórcio.

A reversão deste cenário estaria relacionada a uma adaptação da sociedade aos novos papéis das mulheres. Espera-se que as tensões conjugais relacionadas ao novo status econômico das mulheres diminuam quando os casais (e especialmente os homens) adotem visões mais igualitárias de gênero (ESPING-ANDERSEN, 2016). A segunda fase da revolução de gênero prevê que a entrada dos homens na esfera privada (doméstica) seguiria para uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e de cuidados das crianças, levando a uniões mais estáveis e a uma recuperação dos níveis de fecundidade (embora ainda abaixo do nível de reposição). Desta maneira, observaríamos um retorno à formação de famílias mais estáveis, à medida que o igualitarismo de gênero ganhe um status normativo cada vez mais dominante.

A articulação entre trabalho e família em um contexto de desigualdades socioeconômicas

Embora vários estudos apontem para a convergência de gênero nas preferências dos cônjuges (STANFORS; GOLDSCHIEDER, 2017 por exemplo), outros estudos sugerem que os padrões gerais ainda estariam alinhados com o modelo “*male breadwinner–female homemaker*” (VAN BAVEL; SCHWARTZ; ESTEVE, 2018). Mais ainda, que uma divisão mais igualitária dos trabalhos (remunerado e não remunerado) entre cônjuges não se dá de forma igual em todas as populações e subgrupos, sendo que, em países com marcadas desigualdades sociais, estas desigualdades seriam ainda mais fortes para determinar a formação e continuidade das famílias (CHERLIN, 2016).

A esse respeito, Cherlin (2016) faz sua crítica expondo as limitações acerca da esperada segunda fase da revolução de gênero. O autor argumenta que a transição para a vida adulta pode diferir de acordo com a quantidade de educação formal que se tem. O ganho potencial de uma mulher altamente instruída permite-lhe atrair um homem nas mesmas condições no mercado de relacionamentos permanentes. Essa mulher procura não apenas um “*steady earner*” mas também atitudes igualitárias em relação à divisão do trabalho doméstico. Uma mulher com menos instrução pode ter menos chances de encontrar um homem com poder aquisitivo adequado e, então entender que uma parceria de longo prazo com ele seria arriscada, em comparação a outras alternativas, como uma união informal de baixo comprometimento ou a maternidade solo (CHERLIN, 2016).

A partir do desenvolvimento acima e considerando o contexto de profunda desigualdade social no Brasil, a hipótese levantada é que aqui também o equilíbrio igualitário entre casais com uniões mais estáveis estaria limitado aos grupos mais privilegiados. Levando em conta a restrição de se avaliar uniões mais ou menos estáveis pela falta de disponibilidade de dados longitudinais, utiliza-se de pressupostos alicerçados pela literatura² e assume-se como proxy para a estabilidade o tipo de união do casal: casados (no civil e/ou religioso) e união informal. Assim, busca-se investigar se o tipo de união pode ser um importante preditor para o estabelecimento de parcerias mais tradicionais ou igualitárias na distribuição do trabalho remunerado e não remunerado. Em seguida, avalia-se também se mulheres de camadas mais privilegiadas, com mais escolaridade, tem mais chances de estarem em uniões mais igualitárias.

DADOS E MÉTODOS

A análise tem como foco as mulheres cônjuges ou companheiras, sendo selecionadas para compor a amostra mulheres unidas de 26 a 50 anos. Com este recorte etário, busca-se harmonizar os principais conflitos e desafios da formação de famílias, conscientes das diferenças que podem existir entre casais em que a mulher está em seus anos reprodutivos e aqueles em que elas não estão³. Soma-se a isso, o interesse em avaliar mulheres que já concluíram sua educação formal. Assim, como prática comum em diversos trabalhos, assume-se que em idades acima de 25 anos são maiores as chances do indivíduo de ter atingido a escolaridade máxima.

² As uniões informais são menos estáveis do que os casamentos, em parte porque podem ser estabelecidas com um nível de comprometimento menor do que o casamento e, em parte porque os custos de sair do relacionamento são reduzidos (CHERLIN 2016; CASTRO-MARTINS *apud* CUNHA; VERONA, 2019).

³ Estratégia utilizada por Laplante; Vieira e Barnabé (2018).

A classificação dos casais sob os diferentes níveis de tradicionalismo na divisão do trabalho é baseada em três elementos: a divisão do trabalho remunerado, a divisão dos afazeres domésticos (não remunerado) e a renda do casal. Três indicadores foram então construídos a partir das informações das esposas ou companheiras: a participação delas no mercado de trabalho, a parcela da renda familiar auferida por elas e a parcela de horas do trabalho doméstico desempenhada por elas. Neste primeiro momento, tem-se como interesse avaliar os determinantes sociodemográficos que se associam as chances de a mulher estar em categorias distintas desses três indicadores⁴.

O primeiro indicador foi subdividido em 3 categorias: (1) Não trabalha; (2) Trabalha < de 30 horas semanais (Part-time) e (3) trabalha a partir de 30 horas semanais (Full-time). O segundo indicador contém 4 categorias: (1) Parcela da renda⁵ da mulher cônjuge/companheira < 20% da renda do casal; (2) parcela da renda da mulher cônjuge/companheira está entre 20 a 40% da renda do casal; (3) parcela da renda da mulher cônjuge/companheira está entre 40 a 60% da renda do casal e (4) parcela da mulher cônjuge/companheira > 60% da renda do casal. O terceiro indicador está categorizado da seguinte forma: (1) parcela da mulher cônjuge/companheira está acima de 90% do total de horas semanais do casal dedicadas aos afazeres domésticos; (2) está entre 75 e 90%; (3) entre 50 e 75% e (4) abaixo de 50% do total de horas semanais do casal dedicadas aos afazeres domésticos.

Após a análise exploratória da amostra, segue-se a aplicação de um logit multinomial para verificar se as chances de ter uma relação mais igualitária – avaliada nos três indicadores – é sensível ao tipo de união e família. Outras relações também são testadas como, por exemplo, se mulheres com maior nível de escolaridade têm mais chances de terem uniões mais igualitárias. Variáveis de controle são devidamente adicionadas a cada modelo, levando em conta fatores que podem ter correlação com o resultado de interesse: idade, ter filhos, nível educacional e rendimento familiar.

Acredita-se que a posição da mulher, cônjuge ou companheira, em determinada categoria, passa também por um modelo de decisão coletiva, isto é, sua decisão de alocação do tempo no trabalho remunerado e não remunerado responde a um conjunto de decisões tomadas no nível familiar (e não somente individual). Para captar tal efeito, incorporam-se variáveis que possam estimar o poder de barganha dessas mulheres no comportamento familiar – que na abordagem da Economia da Família são chamadas de fatores

⁴ Os indicadores criados neste trabalho baseiam-se em uma estratégia utilizada por Zhou e Kan (2019).

⁵ Foi considerado o rendimento de todas as fontes, ou seja, não somente a renda do trabalho.

distributivos⁶. Tomando como base os fatores distributivos mais utilizados na literatura e possíveis de serem obtidos na base de dados utilizada, são incorporadas aos modelos variáveis que espelhem a posição relativa da mulher (frente ao cônjuge, companheiro) nos rendimentos, idade (diferença de idade entre o homem e a mulher) e escolaridade (hipergamia, homogamia ou hipogamia educacional).

Os dados para a construção e análise descritiva dos indicadores, bem como para as variáveis de controle, são extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. A escolha dessa base de dados respondeu aos principais interesses de análise: a existência da variável horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e a presença da variável Natureza da União.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, buscou-se explorar a amostra quanto às características sociodemográficas das mulheres unidas. Avaliou-se o tipo de união por grupos etários, arranjo familiar, nível de escolaridade e presença de filhos, a fim de se conhecer algumas características da formação de famílias das mulheres brasileiras. A Tabela 1 apresenta os principais resultados.

Pode-se observar que as mulheres unidas informalmente são mais jovens. Esta característica que se mantém quando considerado a presença de filhos (Tabela 2). O nível educacional mostrou-se um fator importante sobre o tipo de união das brasileiras. O percentual de mulheres com ensino médio e ensino superior é maior entre as casadas. Estendendo a análise ao arranjo domiciliar das brasileiras unidas, os dados mostram que o percentual de mulheres vivendo em arranjos do tipo casal sem filhos e estendida é menor entre as casadas.

A distribuição da amostra nos indicadores de interesse também traz informações importantes. Em relação à atuação no mercado de trabalho, quase metade das mulheres da amostra trabalham no mercado acima de 30 horas semanais. Dentre as casadas, 51% estão trabalhando full-time e entre as mulheres em união informal, um pouco menos, 47%. O regime part-time, que muitas vezes é pensado para facilitar o equilíbrio família-trabalho, não parece ser muito comum entre as brasileiras. Somente 15% da amostra de mulheres trabalham nesse regime, não tendo variações significativas entre casadas e em união informal.

⁶ Para detalhamento do arcabouço teórico e modelo ver Browning; Chiappori e Weiss (2014).

TABELA 1 – Distribuição percentual de características de mulheres unidas, em tipo de união

	% da Amostra	União Informal	Casadas
Grupo de Idade			
25 a 29	14.65	20%	11%
30 a 34	22.48	25%	21%
35 a 39	21.46	22%	21%
40 a 44	19.70	17%	21%
45 a 49	17.99	13%	21%
50 anos	3.73	2%	5%
Tem Filhos			
Não	18.67	21%	17%
Sim	81.33	79%	83%
Tem Filhos de 0 a 3			
Não	81.09	78%	83%
Sim	18.91	22%	17%
Escolaridade			
Primário Incompleto	31.04	39%	26%
Primário Completo	16.31	19%	15%
Secundário Completo	38.46	34%	41%
Ensino Superior Completo	14.19	8%	18%
Tipo de Família			
Casal s/ filhos	15.46	17%	14%
Casal c/ filhos	71.33	68%	74%
Estendida	13.21	15%	12%
Status de Ocupação (mercado)			
Não Trabalha	35.35	38%	34%
Part-time	15.51	16%	15%
Full-time	49.14	47%	51%
Parcela sobre o total de horas de afazeres domésticos do casal			
Acima de 90%	52.05	54%	51%
Entre 90 e 75%	19.41	18%	20%
Entre 75 e 50%	24.42	24%	25%
Abaixo de 50%	4.12	4%	4%
Parcela da renda do casal auferida pela mulher			
Abaixo de 20%	36.98	35%	38%
Entre 20 e 40%	24.80	25%	25%
Entre 40 e 60%	26.79	28%	26%
Acima de 60%	11.43	13%	11%
Média de Horas Trabalho doméstico		27.84	27.67
Média de Renda familiar		R\$ 2.772,17	R\$ 3.974,76
Porcentagem Total		39%	61%
Nº		9.431.164	14.745.708

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad 2014

No trabalho doméstico, mais da metade das mulheres assumem acima de 90% do total de horas despendido pelo casal em afazeres domésticos. Na participação sobre a renda do casal, aproximadamente 38% das mulheres contribuem de forma equilibrada no orçamento familiar. Por outro lado, para 37% das mulheres a parcela da renda não passa dos 20%.

De forma geral, observa-se uma divisão desigual entre casais nas responsabilidades familiares. Nesta avaliação preliminar, a média de horas em trabalho doméstico não apresentou diferença estatisticamente significativa entre casadas e unidas informalmente. No entanto, a renda média domiciliar é superior em R\$1202,60 para as mulheres casadas, uma diferença que, junto aos diferenciais de escolaridade, sugere uma possível associação entre tipo de união e status socioeconômico entre as mulheres brasileiras.

TABELA 2 – Distribuição percentual das mulheres com filhos por grupo etário, em cada tipo de união

	União Informal	Casadas
25 a 29	20%	10%
30 a 34	27%	21%
35 a 39	23%	23%
40 a 44	17%	22%
45 a 49	11%	20%
50 anos	2%	4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014.

As Tabelas 3, 4 e 5 apresentam os resultados da aplicação do logit multinomial para os três indicadores de igualdade de gênero considerados neste trabalho. O interesse é verificar as chances de uma esposa ou companheira estar em união mais ou menos igualitária considerando sua participação e/ou contribuição nas esferas pública (status de ocupação) e privada (parcela dos afazeres domésticos e da renda do casal). Dado o caráter do trabalho, as análises são apresentadas reduzidas aos fatores mais importantes, principalmente o tipo de união e tipo de arranjo familiar.

A Tabela 3 apresenta o resultado da primeira regressão, com a razão de chances de uma mulher unida, de 26 a 50 anos, estar ocupada part-time ou full-time frente a não estar trabalhando em 2014. O tipo de união, um dos principais resultados de interesse, não se mostrou estatisticamente significativo para determinar as chances de estar em um status de ocupação part-time ou full-time *vis-à-vis* não trabalhar. Como pode ser observado neste e nos demais resultados, levou-se em consideração uma possível heterogeneidade educacional entre as mulheres casadas. O termo interativo entre tipo de união e escolaridade buscou captar as diferenças de status socioeconômico entre as mulheres

casadas sobre a chance de estar em determinado status de ocupação. No entanto, neste primeiro modelo, não foi observado efeito da heterogeneidade educacional sobre as mulheres unidas formalmente.

TABELA 3 – Resultado do Logit Multinomial (razão de chance) para o status de ocupação das esposas ou companheiras

Variáveis	<30 horas (part-time)	>=30 horas (full-time)
	Razão de chances	Razão de chances
Idade	0.9998	0.9849***
Diferença de idade entre cônjuges	0.9948**	0.9755***
Casada (0 p/ União Informal)	1.0469	0.9587
Fundamental Incompleto (omitida)	1	1
Fundamental Completo	0.6136***	0.8799**
Ensino Médio Completo	0.5279***	0.9835
Superior Completo	0.8867	0.8137**
Casada c/ Fundamental Incompleto	1.0914	1.0829
Casada c/ Fundamental Completo	1.0052	0.9778
Casada c/ Ensino Médio Completo	1.0430	0.9197
Casada c/ Superior Completo (omitida)	1	1
Casal s/ Filho (omitida)	1	1
Casal c/ Filho	0.9946	1.0694
Estendida	0.8770	0.6691***
Hipergamia educacional (omitida)	1	1
Homogamia educacional	1.4000***	1.3966***
Hipogamia educacional	2.0591***	2.1987***
Tem filho	1.1592	0.8735
Tem filho de 0 a 3 anos	0.7700***	0.6914***
Afazer dom. (horas/semana)	0.9752***	0.9433***
Parcela de afazer dom. >90% (omitida)	1	1
Parcela de afazer dom. entre 75 e 90%	1.2459***	1.3665***
Parcela de afazer dom. entre 50 e 75%	1.4563***	2.5469***
Parcela de afazer dom. abaixo de 50%	1.0761	1.9663***
Ln renda domiciliar	1.1315***	2.7393***
Constante	0.3025***	0.0036***
Número de Observações		24,176,872
F(57, 5512)		87.17
Prob > F		0.0000

Nota: *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%
 Categoria de referência: “Não trabalha”

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014.

Ao compararmos mulheres em ocupação full-time frente àquelas que não estão trabalhando, observa-se que mulheres em arranjos familiares do tipo casal sem filhos têm mais chances de estarem trabalhando full-time comparadas àquelas nos demais tipos de arranjos. Níveis educacionais mais altos reduzem as chances de estar trabalhando full-time e part-time. Ter filho (de qualquer idade) não apresentou efeitos estatisticamente significativos sobre a chance de estar trabalhando, mas uma mulher com filho de 0 a 3 anos tem aproximadamente 0,77 a chance de uma mulher sem filho de 0 a 3 anos trabalhar part-time e 0,69 de estar trabalhando full-time.

As variáveis representativas de poder de barganha ou posição relativa da mulher frente aos seus companheiros mostraram-se ser importantes para determinar a posição da mulher unida no mercado de trabalho. Para maiores diferenças de idade (companheiros mais velhos), há uma redução nas chances de estar part-time ou full-time *vis à vis* não estar trabalhando. Mulheres com mesmo nível educacional de seu companheiro ou níveis maiores têm mais chances de estar trabalhando. E para menores parcelas de horas do trabalho doméstico não remunerado, aumenta-se as chances de estar trabalhando part-time ou full-time comparado a não estar trabalhando.

A Tabela 4 tem como categoria base maior desigualdade na distribuição dos afazeres domésticos entre o casal (parcela das mulheres acima de 90%), comparando a razão de chances de as mulheres unidas estarem em posições relativas mais igualitárias quanto às horas de trabalho doméstico. Ao nível de significância de 10%, encontrou-se efeito do tipo de união sobre as chances de fazer 50% ou menos das horas totais de trabalho doméstico dedicadas pelo casal. Estar casada reduziria as chances de mulheres terem uma divisão mais igualitária dos afazeres domésticos. A heterogeneidade dos níveis educacionais não mostrou efeitos significativos para a chance de mulheres casadas estarem em posições mais igualitárias. Por outro lado, o nível educacional, mantidas as demais características constantes, se mostrou bastante importante. Níveis mais altos de escolaridade aumentam as chances de estar em posições mais igualitárias na divisão do trabalho doméstico. Mulheres com nível superior de educação tem 1,70 mais chance que uma mulher com fundamental incompleto de ter uma parcela de trabalho doméstico igual ou menor do que seu companheiro.

Ainda sobre essa posição mais igualitária, isto é, para mulheres com uma parcela de trabalho doméstico igual ou inferior a 50%, encontraram-se resultados interessantes para as variáveis representativas do poder de barganha. A diferença de idade (companheiros mais velhos) aumenta as chances de mulheres estarem na posição mais igualitária. O diferencial educacional entre cônjuges também mostra que mulheres em posição relativa inferior aos seus companheiros (quando eles têm maior nível educacional) têm mais chances de estar nessa categoria de divisão de afazeres domésticos. Por outro lado, os resultados deixam claro que, tendo elas uma parcela maior sobre a renda total do casal, as chances de estar em uma posição mais igualitária sobre a divisão dos afazeres domésticos são maiores.

TABELA 4 – Resultado do Logit Multinomial (razão de chance) para a parcela de afazeres domésticos desempenhada pelas esposas ou companheiras

Variáveis	Entre 90 e 75%	Entre 75 e 50%	Abaixo de 50%
	Razão de Chances	Razão de Chances	Razão de Chances
Idade	0.9968	0.9889***	0.9955
Diferença de idade entre cônjuges	0.9992	0.9999	1.0137***
Casada (0 p/ União Informal)	1.2141*	1.0143	0.7966*
Fundamental Incompleto (omitida)	1	1	1
Fundamental Completo	1.1784**	1.1924***	1.2837*
Ensino Médio Completo	1.3006***	1.4984***	1.5004***
Superior Completo	1.3461***	2.0224***	2.6954***
Casada c/ Fundamental Incompleto	0.9154	0.8837	0.9846
Casada c/ Fundamental Completo	0.9628	0.9989	1.1282
Casada c/ Ensino Médio Completo	0.9226	1.0098	1.2593
Casada c/ Superior Completo (omitida)	1	1	1
Casal s/ Filho (omitida)	1	1	1
Casal c/ Filho	0.8461	0.7348***	0.8148
Estendida	0.7611***	0.6419***	0.9126
Hipergamia educacional (omitida)	1	1	1
Homogamia educacional	0.8872***	0.8649***	0.7129***
Hipogamia educacional	0.7971***	0.7182***	0.6098***
Não tem trabalho (omitida)	1	1	1
Trabalha Part-time	1.1545***	1.3570***	1.0973
Trabalha full-time	1.1538***	2.4289***	2.6356***
Tem filho	1.0134	0.7835***	0.7682
Tem filho de 0 a 3 anos	1.2024***	1.1660***	1.1239*
Ln renda domiciliar	0.98374	1.0834***	1.2116***
Parcela sobre a renda do casal (abaixo 20%)	1	1	1
Parcela sobre a renda do casal (entre 20 e 40%)	1.0823*	1.3398***	1.5212***
Parcela sobre a renda do casal (entre 40 e 60%)	1.0705	1.7464***	2.5056***
Parcela sobre a renda do casal (acima 60%)	1.0508	1.9353***	6.3832***
Constante	0.4228***	0.2269***	0.0078***
Número Observações	24,176,872		
F (63, 5506)	53.95		
Prob > F	0.0000		

Nota: *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%

Categoria de referência: "Parcela de afazeres domésticos >=90".

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014.

Por fim, a Tabela 5 mostra os resultados considerando agora a parcela de renda do casal relativo à esposa ou companheira. A categoria de comparação é aquela em que a mulher tem abaixo de 20% da renda total do casal. Estar casada não se mostrou estatisticamente significativo para efeitos sobre a posição relativa da mulher na renda. No entanto, é possível observar que a diferença educacional entre mulheres unidas formalmente é importante para as chances de estar nas categorias mais intermediárias *vis-à-vis* ter uma baixa proporção na parcela da renda.

TABELA 5 – Resultado do Logit Multinomial (razão de chance) para a parcela de renda das esposas ou companheiras

Variáveis	Entre 20 e 40%	Entre 40 e 60%	Acima de 60%
	Razão de Chances	Razão de Chances	Razão de Chances
Idade	0.9749***	0.9816***	1.0090***
Diferença de idade entre cônjuges	0.9857***	0.9662***	0.9643***
Casada (0 p/ União Informal)	1.053063	0.98052	0.9375
Fundamental Incompleto (omitida)	1	1	1
Fundamental Completo	0.6981***	0.79492***	0.7797***
Ensino Médio Completo	0.6177***	0.8199***	1.0220
Superior Completo	0.5722***	0.9455	4.0342***
Casada c/ Fundamental Incompleto	0.6782***	0.7166***	0.8099
Casada c/ Fundamental Completo	0.7901*	0.7950**	0.7875
Casada c/ Ensino Médio Completo	0.8226*	0.7609***	0.8415
Casada c/ Superior Completo (omitida)	1	1	1
Casal s/ Filho (omitida)	1	1	1
Casal c/ Filho	1.1002	0.8934	1.0233
Estendida	0.8847	0.8088**	1.3728***
Hipergamia educacional (omitida)	1	1	1
Homogamia educacional	1.4051***	1.5174***	1.7122***
Hipogamia educacional	1.6894***	2.2175***	2.3834***
Tem filho	0.9217	1.0048	1.1343
Tem filho de 0 a 3 anos	0.7436***	0.6630***	0.7659***
Parcela de afazeres dom. >90% (omitida)	1	1	1
Parcela de afazeres dom. entre 75 e 90%	1.1743***	1.1780***	1.1504***
Parcela de afazeres dom. entre 50 e 75%	2.1591***	3.1223***	3.4399***
Parcela de afazeres dom. abaixo de 50%	2.5460***	4.6813***	12.5972***
Ln renda domiciliar	1.6424***	1.4520***	0.4574***
Constante	0.0372***	0.0655***	28.6971***
Número Observações	24,176,872		
F (63, 5506)	87.17		
Prob > F	0.0000		

Nota: *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%

Categoria de referência: “Parcela renda abaixo de 20%”.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014.

Para o nível educacional, mantidas as demais características constantes, há uma heterogeneidade nos resultados encontrados. Enquanto nas categorias intermediárias de parcela da renda (entre 20 e 40% e entre 40 a 60%), maior nível educacional pode representar menor chance de estar nessas categorias, ter o nível superior completo aumenta em 3 vezes as chances de uma mulher unida ser responsável por 60% ou mais da renda do casal frente a ser responsável por 20% ou menos. A presença de filhos de 0 a 3 anos reduz para todas as categorias as chances de ter uma parcela maior da renda frente a ter somente até 20%.

A posição relativa da mulher ante seu cônjuge na idade, escolaridade e na divisão dos afazeres domésticos mostraram ser positivas para as chances de responder por parcelas maiores da renda do casal. Ter nível educacional superior ao seu companheiro aumenta as chances em 121% de ter entre 40 e 60% da renda do casal e em 138% de ser responsável por mais de 60% da renda do casal. Os resultados mostram uma forte relação entre

divisões mais igualitárias nos afazeres domésticos e ser responsável por parcelas acima de 40% da renda total do casal. As mulheres que dividem mais igualmente os afazeres domésticos com seus cônjuges têm 11 vezes mais chances de estarem entre aquelas que detêm 60% ou mais da renda do casal.

São muitos os resultados obtidos e pensar uma única direção sobre eles não se mostra uma tarefa muito fácil. Um dos interesses principais era verificar se a escolha na formação de família, aqui representada pelo tipo de união e arranjo familiar seria um fator importante para determinar características mais igualitárias na esfera privada e pública. No entanto, nesta amostra, esse efeito não foi encontrado nos mostrando que, somente o tipo de união e família não são os fatores mais importantes para a categorização de mulheres nos três indicadores selecionados.

Por outro lado, a inserção de variáveis capazes de captar o poder de barganha das mulheres nas decisões e comportamentos familiares trouxe importantes direcionamentos. Os resultados indicaram que a posição relativa da mulher frente a seu cônjuge pode influenciar uma divisão mais igualitária tanto na esfera pública quanto na esfera privada. No primeiro indicador - o status de ocupação no mercado de trabalho -, uma menor diferença de idade, maior nível educacional frente ao cônjuge e menor parcela sobre as horas totais de afazeres domésticos significaram mais chances de estarem trabalhando no mercado mais de 30 horas semanais. Resultados semelhantes foram encontrados quando o indicador era a parcela da renda dessa mulher sobre a renda total do casal.

No segundo modelo, que buscou analisar os determinantes sobre uma divisão mais ou menos igualitária nos afazeres domésticos, também se observou uma influência das variáveis de posição relativa, mas neste caso, os resultados seguiram em outra direção. Mostrou-se curioso encontrar o diferencial de idade e de nível educacional atuando na direção contrária aos demais modelos. Estes resultados levam-nos a pensar sobre uma possível convergência ao que já foi apresentado na literatura americana para as mulheres daquele país. Somados ao efeito positivo da renda domiciliar encontrado sobre a chance de estar em uma relação mais igualitária no trabalho doméstico, parece pertinente supor que as mulheres que buscam no mercado de casamentos parceiros com potenciais de ganhos mais altos (aqui sinalizados pela maior idade do cônjuge e maior escolaridade) podem contar com uma estrutura de auxílio ou até mesmo parceiros com comportamentos de gênero mais igualitários⁷. Se essa for a direção correta de interpretação, pode-se ainda acrescentar o ponto discutido por Cherlin (2016), que ressalta os diferenciais socioeconômicos,

⁷Que não são testados neste trabalho pela limitação dos dados. Não há informação sobre contratação de trabalho doméstico remunerado na Pnad.

mostrando que esta seria uma situação característica de mulheres de níveis de educação mais alto. Para uma afirmação mais precisa, esta seria uma questão a ser testada e avaliada em outro exercício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise inicial começa a fornecer elementos para que seja possível responder às perguntas do título do trabalho: Revolução de gênero? Para quem? Nesta análise preliminar observa-se que, para este conjunto de dados, se estiver acontecendo uma mudança progressiva no comportamento dos casais no sentido de uma divisão mais igualitária das obrigações familiares, há um grupo selecionado que pode estar conquistando as primeiras mudanças. Considerando somente a natureza da união (mantidas as demais variáveis constantes), não houve efeitos estatisticamente significativos sobre os indicadores observados. Ressalta-se, no entanto, a limitação da proxy escolhida para estabilidade da união. É fato notório que no Brasil, diferentemente de outros países, a união informal pode se assemelhar em efeitos culturais e jurídicos ao casamento formal. Em contrapartida, mulheres com maior nível de escolaridade, principalmente aquelas com ensino superior, apresentam as maiores chances de ter um relacionamento mais igualitário. Interessante notar que, assim como já pode ser visto em outros trabalhos da literatura⁸, mulheres com nível superior de educação parecem preferir o casamento para a formação de família.

A intenção futura e não apresentada neste trabalho é ultrapassar essa análise descritiva inicial. Entende-se que a definição de perfis mais tradicionais ou mais igualitários deve seguir uma abordagem mais abrangente, que considere a alocação de tempo dos cônjuges entre as duas esferas: pública e privada. A combinação da divisão do trabalho nestas duas esferas é mais consistente para avaliar a condição de igualdade no compartilhamento das responsabilidades domésticas e de trabalho na família e também seu efeito sobre os resultados demográficos. Especificamente, uma divisão mais tradicional de trabalho deverá refletir práticas mais tradicionais de gênero entre os cônjuges nas duas esferas, sendo o contrário válido para divisões mais igualitárias. Entre eles podem existir tipos intermediários que se comportam de maneira diferente em cada uma das esferas. Uma possível aplicação metodológica para determinar tipologias de divisão do trabalho entre casais que combine os três indicadores construídos aqui pode ser encontrada em Zhou e Kan (2019), que usam a análise de classe latente para classificar os casais em uma escala de igualitarismo de gênero. Com essa estratégia é possível determinar as tipologias de divisão

⁸ Por exemplo, Cunha e Verona (2019).

do trabalho entre casais. A aplicação do logit multinomial será ampliada para verificar se as chances de ter uma relação mais igualitária é sensível a outros fatores socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

- BROWNING, M.; CHIAPPORI, P. A.; WEISS, Y. **Economics of the family**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- CHERLIN, A. J. A happy ending to a half-century of family change? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 42, n. 1, p. 121-129, 2016.
- CUNHA, M.; VERONA, A. P. Uniões conjugais informais e escolaridade no Brasil: uma comparação entre 1980 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018.
- ESPING-ANDERSEN, G. **Families in the 21st century**. Stockholm: SNS förlag, 2016.
- ESPING-ANDERSEN, G.; BILLARI, F. C. Re-theorizing family demographics. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 41, n. 1, p. 1-31, 2015.
- GOLDSCHIEDER, F.; BERNHARDT, E.; LAPPEGÅRD, T. The gender revolution: a framework for understanding changing family and demographic behavior. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 41, n. 2, p. 207-239, 2015.
- KILLEWALD, A. Money, work, and marital stability: assessing change in the gendered determinants of divorce. **American Sociological Review**, US, v. 81, n. 4, p. 696-719, 2016.
- LAPLACE, B.; VIEIRA, J. M.; BARNABÉ, G. C. F. Consensual union and marriage in Brazil, 1970–2010. Gender equality, legal issues and social context. In: SCHOEN, R. (ed.). **Analytical family demography**. New York, NY: Springer 2018. p. 57-98. (The Springer Series on Demographic Methods and Population Analysis, n. 47).
- STANFORS, M.; GOLDSCHIEDER, F. The forest and the trees: industrialization, demographic change, and the ongoing gender revolution in Sweden and the United States, 1870-2010. **Demographic Research**, Rostock, v. 36, p. 173-226, 2017.
- VAN BAVEL, J.; SCHWARTZ, C. R.; ESTEVE, A. The reversal of the gender gap in education and its consequences for family life. **Annual Review of Sociology**, US, v. 44, p. 341-360, 2018.
- ZHOU, M.; KAN, M. A new family equilibrium? Changing dynamics between the gender division of labor and fertility in Great Britain, 1991–2017. **Demographic Research**, Rostock, v. 40, p. 1455-1500, 2019.

SELETIVIDADE MIGRATÓRIA DE GÊNERO: AS MULHERES REFUGIADAS NO ESTADO DE MATERNIDADE

Giovanna Miron Fernandes de Moura[♦]

Roberta Peres^{*}

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo investigar especificidades da migração feminina, com especial atenção às mulheres refugiadas em estado de maternidade. A partir do conceito de seletividade migratória (CAMPOS, 2015), busca-se compreender as estratégias migratórias (PERES, 2009) na modalidade migratória (WENDEN, 2001) do refúgio. Parte-se, para tanto, da construção do refúgio no Brasil contemporâneo como uma manifestação das migrações de crise (CLOCHARD, 2007; BAENINGER; PERES, 2017), marca dos deslocamentos do século XXI. A situação de crise presente na Síria redimensiona o refúgio no Brasil, com a presença, especialmente de mulheres e crianças, no panorama das migrações internacionais no país. Neste sentido, as preocupações relacionadas às migrações femininas e aos marcadores sociais da diferença, especialmente gênero, orientam este trabalho. O conceito de estratégias migratórias (PERES, 2009) define práticas, trajetórias e o uso de redes sociais a partir dos diferenciais por sexo. A hipótese é que as mulheres em estado de maternidade (grávidas ou mães de crianças pequenas) constroem trajetórias marcadas por este estado, ao mesmo tempo em que ele orienta a inserção social dessas mulheres no lugar de destino. Parte-se, então, de uma discussão teórica acerca das migrações internacionais contemporâneas no Brasil, suas especificidades principalmente relacionadas à presença de diferentes modalidades migratórias (WENDEN, 2001) e de grupos sociais migrantes que marcam a inserção do país no cenário das migrações internacionais nesta segunda década de século XXI. Para o aprofundamento das discussões sobre migrações e gênero foram realizadas entrevistas em profundidade com mulheres refugiadas sírias em situação de maternidade, buscando reconstruir suas trajetórias e captar suas estratégias migratórias.

Palavras-chave: Migração internacional; Refúgio; Gênero.

INTRODUÇÃO

O cenário das migrações internacionais nesta segunda década de século XXI no Brasil tem se apresentado de forma cada vez mais diversa e dinâmica. Diferentes grupos sociais migrantes, sem relações históricas com as migrações do passado, vêm acrescentando camadas de especificidades não somente relacionadas às nacionalidades de origem, mas também às estratégias migratórias (PERES, 2009), trajetórias e fatores de seletividade migratória (CAMPOS, 2015).

É neste cenário que este artigo pretende aprofundar o debate das migrações internacionais a partir da perspectiva de gênero. São questões centrais da discussão os fatores de seletividade migratória que configuram as trajetórias de mulheres a partir da Síria, num contexto de migrações de crise (CLOCHARD, 2007), e as especificidades das mulheres refugiadas em situação de maternidade.

[♦] Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC).

^{*} Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Docente no Bacharelado em Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC. E-mail: roberta.peres@ufabc.edu

MÉTODOS

O presente trabalho, em sua primeira etapa, foi elaborado com base em levantamento bibliográfico com exposição de conceitos e discussão teórica sobre a temática. A segunda parte desta pesquisa consiste no processo de entrevistas e coleta de dados de mulheres mães em situação de refúgio no Brasil. A coleta de relatos conta com entrevistas de três mulheres sírias refugiadas e uma mulher jordaniana imigrante no país.

A realização das entrevistas se fez necessária dada a estrutura dos deslocamentos em que se fundamenta as relações das mulheres com a maternidade e com indivíduos do sexo masculino. A migração refugiada acontece no espaço domiciliar, onde as dinâmicas das relações familiares se manifestam em uma esfera íntima. Desta maneira, a coleção de relatos é um método de obter compreensão sobre as percepções, entendimentos e experiências dos processos migratórios e a implicação das relações de gênero inseridas. Os conceitos adquiridos durante o levantamento teórico conceitual se revelam na coleção das experiências das mulheres e em sua análise.

A motivação para a realização desta pesquisa se encontra nos vínculos da pesquisadora com o Curso de Português para refugiados, portadores de visto humanitário e migrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, intitulado Nossa Casa¹. Esta pesquisa é realizada por uma das coordenadoras gerais do projeto iniciado em 2018. Atualmente trabalhando como coordenadora do curso, a pesquisadora começou seu trabalho neste projeto como professora de português para refugiados, maioria de nacionalidade síria.

Este curso contribui fortemente com a socialização no Brasil, além de ser importante instrumento para a retirada de documentos no país, validação de diplomas, inserção no mercado de trabalho e adequação para o processo de naturalização. A participação no Curso de Português envolveu a construção de sensibilidades quanto ao processo de conquista de autonomia no Brasil pela população refugiada; a importância vital da emissão de naturalização pela certificação do curso e a percepção das vulnerabilidades das mulheres mães refugiadas.

A experiência de trabalho com este projeto desde 2018 resulta na finalização de uma pesquisa direcionada a construção do entendimento da realidade dos refugiados sírios. As expectativas frente à finalização deste trabalho são direcionadas à criação de ações práticas para a inclusão da população refugiada no Brasil, e no reconhecimento das

¹ O projeto de extensão acontece todos os anos na Universidade Federal do ABC (UFABC) e conta com apoio do Grupo de Estudos em Direitos Humanos e Relações Internacionais (GEDHRI-UFABC) e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM-ACNUR).

mulheres refugiadas mães que estão no Brasil e escolheram o país como lugar de crescimento de seus filhos e sucessores.

A pesquisadora deste trabalho mantém estudos na área de pesquisa dos direitos humanos, atualmente no estudo de alteridade aplicada às migrações. O curso de português para refugiados consolida seu quarto ano, e está em planejamento para o próximo ano.

Esta segunda parte da pesquisa se ambienta temporalmente durante a pandemia do Covid-19, em condições de quarentena e distanciamento social. Portanto, o roteiro leva em consideração os aspectos unicamente concernentes a este momento histórico. Desta forma, os relatos são majoritariamente baseados nas experiências das mulheres dentro deste período, o que abarca dificuldades de acesso à rede de internet como experiências mais próximas com seus filhos.

Cada relato das entrevistas foi organizado sistematicamente em documentos que acompanhavam não somente os relatos, mas considerações da pesquisadora frente à experiência de entrevista. Também estão registradas informações que não se mostram como fins desta pesquisa de forma direta, mas contribuem na análise e abrem agenda de pesquisa sobre o tema para trabalhos futuros.

Os nomes das mulheres entrevistadas estão guardados sob sigilo. Elas serão identificadas nesta pesquisa por outros nomes e que não vinculam sua nacionalidade.

O estudo de caso das mulheres árabes sírias é consolidado através da realização das entrevistas com quatro mulheres mães em situação de refúgio. A pesquisa de campo fundamenta o levantamento conceitual da temática de migração à luz da perspectiva de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo do espaço social das migrações permite identificar os atores que influenciam a trajetória migratória ao mesmo passo em que estes são passíveis de transformações. No contexto migratório, o espaço público e o espaço privado marcam a experiência e definem o plano a estratégia dos migrantes (PERES, 2014). Especialmente dentro das relações pessoais, no domicílio, o processo decisório molda as estratégias das famílias para o deslocamento.

No espaço transnacional das migrações se conceitua o termo “migração de crise” (CLOCHARD, 2007; BAENINGER; PERES, 2017), para se referir ao campo social (Bourdieu, 1997), que envolve as duas sociedades (de origem e destino). A análise

conceitual permite considerar a conjuntura política, social e econômica que reproduz os fluxos de migração forçada.

O Brasil redefine seu papel no cenário das migrações internacionais – e de crise – no século XXI, em que passa a ser espaço migratório de diferentes e novos fluxos, como os vindos do Haiti (MAGALHÃES, 2017), Venezuela (SILVA, 2018), Congo (HAYDU, 2017), Filipinas (RIBEIRO; BAENINGER, 2019) e principalmente os refugiados sírios a partir de 2012 (FORTUNATO, 2019). O país define seu posicionamento jurídico e político frente à maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial, através da implementação da Resolução Normativa nº17/2013, que dispõe concessão de visto para deslocados forçados por conta do conflito armado na Síria (CALEGARI, 2016; MOREIRA; BORBA, 2017). Desta maneira, o Brasil passa a receber migrantes e refugiados sírios e de outras nacionalidades que também sofreram impactos de crises e conflitos.

A brutal repressão dos protestos pacíficos contra o governo sírio de Bashar al-Assad empurrou o país para uma guerra civil. O governo, os rebeldes da oposição, potências estrangeiras e militantes islâmicos são todos os arquitetos do atoleiro sírio. Esta conjuntura nacional da Síria catalisou o deslocamento interno e externo dos árabes sírios, principalmente, por todo o mundo (CALEGARI, 2016).

A crise migratória é anunciada pela guerra civil no país de origem e acompanha os refugiados sírios durante todo o trajeto nos países de trânsito e nos países de destino (FERNANDES; CASTRO, 2014).

Outra etapa da migração de crise é a resposta dos países à chegada dos fluxos de refugiados. Nos países de destino, o controle das fronteiras, o estabelecimento de instrumentos jurídicos e políticos para receber e conceder vistos a estes deslocados definem a crise migratória na nova sociedade.

Dentro deste contexto, é evidente a posição pragmática do Brasil para o atendimento a sírios que buscam refúgio no país. A desburocratização da emissão de vistos aos refugiados sírios, pelas Resoluções nº 17/2013 e nº 20/2015, expressa o compromisso humanitário do país com as vítimas desse conflito internacional. Ademais, esta decisão jurídica reflete os laços históricos no Brasil com a comunidade árabe (PEREIRA, 2000) e altera a composição nacional de pessoas em estado de refúgio.

O estudo do panorama de refúgio do século XXI possibilitou demarcar a existência de um modelo de composição migratória. Em contrapartida às literaturas que consideram as mulheres como agentes passivos durante o deslocamento e conceituam a

migração como um fenômeno essencialmente masculino, outras lutas acontecem no espaço social das migrações.

Através dos relatos das mulheres mães em estado de refúgio, é possível convergir o arcabouço teórico com as experiências das mulheres mães em estado de refúgio dentro de um contexto de migração de crise (CLOCHARD, 2007; BAENINGER; PERES, 2017), acompanhado de um projeto migratório (MA MUNG, 2009); as circunstâncias em que se estabelecem o deslocamento, pelo ciclo de vida (BECKER; BORGES, 2014); estabelecimento e manutenção de redes sociais (MASSEY et al, 1998; ASSIS, 2002) num espaço transnacional; e a seletividade migratória (CAMPOS, 2015) presente durante o deslocamento, especialmente na chegada a sociedade de destino.

Ciclo de Vida e Gênero

Nas entrevistas realizadas, as mulheres expressam os momentos na história que as fizeram migrar junto às suas famílias. A migração dessas famílias é condicionada pelo ciclo de vida da família, ou seja, a trajetória e as circunstâncias temporais da família e a disponibilidade de recursos para o planejamento e deslocamento (PERES; BAENINGER, 2012). A trajetória de Maria² e sua família foi determinada pelo favorecimento de condições materiais e de planejamento, diferentemente da experiência de outras entrevistadas, e sua família decidiu fazer o deslocamento de forma que garantisse segurança e estabilidade no país estrangeiro.

Meu marido veio em 2013 para alugar uma casa, ter trabalho. Depois de dois meses, eu cheguei no Brasil (Maria, entrevistada síria).

No contexto migratório em que a família de Maria se deslocou, 2013, o Brasil estabeleceu a Resolução Normativa nº 17/2013, que dispõe sobre a concessão de visto apropriado para pessoas deslocados pelo conflito sírio. O dado momento histórico configura parte do momento do ciclo de vida da família de Maria, e implica em um deslocamento e recepção judicializada com fins de desburocratizar e pragmatizar a entrada de muitas famílias, como a família de Maria.

Diferentemente de Maria, Angela, seus filhos e seu marido migraram da Síria em 2011, auge da crise migratória em meio à guerra civil. A falta de recursos para o deslocamento fez com que esta família se deslocasse do país através de ônibus em uma viagem de três dias de duração em direção ao país vizinho, a Turquia.

² Os nomes e identidades de todas as entrevistadas foram preservados.

Fica evidente que a motivação para o deslocamento e migração para outro país estão atreladas a circunstâncias que não dependem somente, ou muitas vezes, independente, do desejo da própria família em garantir segurança e conforto durante a trajetória.

Projeto Migratório: o papel das famílias transnacionais

A tomada de decisões é expressa pelo projeto migratório (MA MUNG, 2009), o que define a trajetória. As estratégias criadas para o processo migratório se fundam nas relações existentes na família (BJÉREN et al., 2007), assim como as redes sociais também influenciam na decisão de migrar e o lugar de destino. A família transnacional carrega a ideia de “domicílio” não só como uma unidade física, mas como um agente que independe da separação geográfica (CALEGARI, 2014).

As famílias das mulheres entrevistadas apresentam um papel fundamental no projeto migratório e nas estratégias tomadas para o deslocamento. A família de Malalarevela sua estratégia migratória com a decisão de saída da Síria em 2011 e deslocamento para o Egito, por onde permaneceu por cerca de três anos e meio, até migrar para o Brasil.

Maria e sua família se deslocaram para o Brasil, porque no país há garantias de visto para refugiados, diferentemente dos países europeus, como relata Maria. Desta maneira, o projeto migratório de sua família levou em consideração a asseguaração de direitos para refugiados e a estabilidade proveniente da legislação migratória do Brasil.

Na família de Maria, seu marido migrou para o Brasil em 2013 sem os outros membros familiares, pois tinha como objetivo estabelecer moradia e emprego no Brasil antes de levar sua esposa e seus filhos para o país. Sua família migrou diretamente da Síria para o Brasil, pois segundo Maria seria perigoso usar barco “de plástico”, ou seja, barcos clandestinos, especialmente considerando a segurança de seus filhos.

Para a família de Angela, foi decisório o deslocamento para o Brasil pelo caráter acolhedor do país em termos de dispositivos legais para a emissão de visto de refúgio. Esta família migrou da Síria para a Turquia, em 2011, e a decisão de um novo deslocamento rumo a outro continente se deu em 2013. Segundo o relato, não houve estratégias significativas para a migração para o país de trânsito, a Turquia. Contudo, houve planejamento mínimo para a escolha do Brasil como país de destino e o transporte, mas não houve planejamento referente à vida no país. A estratégia migratória desta família se baseia na possibilidade de registro formal no país, assim como relata Angela:

Trabalho na Turquia muito ruim. Brasil tem número, CPF. Turquia não tem protocolo, nada pra refúgio. A gente veio pro Brasil e consegue casa, apartamento e visto (Angela, entrevistada síria).

Pelos relatos de Angela e Malala, o projeto migratório que define a rota e as estratégias do processo de migração configuram um deslocamento de caráter emergencial. O fato de Maria e sua família terem condições para planejar a estabilidade material no Brasil se diferencia dos outros relatos, e pode-se analisar isso a partir da perspectiva histórica, já que esta família migrou da Síria dois anos após o auge da crise humanitária.

Pode-se concluir que os projetos migratórios dessas três famílias definiram rotas e estratégias distintas para a fuga da Síria. A decisão de migrar e o lugar de destino participam de um processo migratório dinâmico (ZONTINI, 2009), em que pode-se observar o deslocamento para países de trânsito e países de destino.

Considerando os novos paradigmas dos fluxos migratórios do século XXI, o processo migratório de Simone diverge dos demais por questões de nacionalidade e aspecto de refúgio presente na família de seu marido palestino. Como relata Simone, “na cultura árabe, as mulheres não transferem a nacionalidade, apenas o homem”. Dentro das relações familiares e matrimoniais dos países de maioria muçulmana o direito de passar a nacionalidade para o cônjuge é questão prioritária (MUSAWAH, 2001). Nestes países, a cidadania e a nacionalidade são transmitidas pelo pai (TABET, 2005). Ademais, crianças na Jordânia, Kuwait, Arábia Saudita e Síria só podem obter a cidadania por meio de seus pais (HERZBERG, 2013). Este componente do sistema legal no que se refere aos direitos das mulheres no Oriente Médio se expressa como fator decisório para estabelecimento de toda trajetória migratória da família de Simone.

Em 1967, a guerra árabe-israelense levou a uma vitória israelense decisiva e à ocupação da Cisjordânia, Gaza e Jerusalém, bem como as Colinas de Golã da Síria e o Sinai egípcio (MAKDISI, 2018). O conflito Israel-Palestina afetou grande parte do Oriente Médio e grande parte do mundo árabe. Muitos palestinos foram forçados a fugir e deixar a Palestina (Rached, Omar Bali, 2017), como a família do marido de Simone.

Desta maneira, a nacionalidade do marido de Simone foi negada. Frente a esta circunstância, a família decidiu migrar da Jordânia, país de origem de Simone. Houve um deslocamento para um país de trânsito, os Emirados Árabes. As inseguranças e falta de garantias da manutenção da empregabilidade no país constituem a estratégia migratória da família e sua decisão final de migrar para o Brasil, o país de destino em sua rota.

Seletividade Migratória: experiências de gênero dentro das famílias refugiadas

Dentro das dinâmicas familiares no processo migratório, a seletividade migratória (CAMPOS, 2014) impacta o processo decisório e a estratégia migratória, bem como as condições de entrada nos países de acolhimento. A vivência das mulheres entrevistadas durante o processo migratório e dentro do país de acolhimento expressa efeitos da seletividade migratória baseada em sexo e gênero.

A posição da mulher no espaço das migrações é definida por além de estratégias e planos decisórios no âmbito familiar, pois, no espaço público a migrante mulher é afetada por fatores que levam em consideração o gênero. As experiências femininas e as experiências masculinas perante as migrações refugiadas são diferentes. A ação das mulheres no espaço social (BOURDIEU, 1997) da migração retrata suas estratégias, as adversidades que as acompanham e o processo de decisão enquanto mães em um país de acolhimento.

Dentro do espaço domiciliar durante o planejamento do projeto migratório (MAMUNG, 2009) de cada família, no cerne, está o ato decisório do deslocamento: para onde migrar e como. Segundo o relato de Maria, seu marido decidiu o momento que iria se deslocar da Síria para o Brasil e junto, o planejamento da trajetória migratória de toda sua família.

Escolheu o Brasil porque não precisa como europeus usar barco, muita gente morreu. O Brasil, ele dá visto. (Maria, entrevistada síria).

Para a família de Angela, o membro familiar responsável pela migração e seu planejamento foi seu marido, semelhante ao caso de Maria. A escolha do deslocamento para o Brasil foi realizada pelo marido, tanto quanto a decisão de migrar para a Turquia, país de trânsito desta família. Angela ainda relata que não era de seu próprio interesse e vontade sair da Turquia para ter uma vida no Brasil. Para ela, estar na Turquia era uma garantia de manter proximidade com seu país de origem, a Síria. Ademais, características do país, como costumes e religião estabeleciam critérios primordiais para a escolha de Angela em manter estadia na Turquia.

No país de origem e na Turquia, o marido de Angela era o provedor financeiro da família. Segundo o relato, ele trabalhava “vendendo aparelho de canal árabe” em ambos países. Angela relata nunca ter trabalhado, seu marido ficava a cargo das responsabilidades financeiras, enquanto ela se responsabilizava pela criação e cuidado das crianças, como o gerenciamento dos assuntos caseiros. Mesmo quando chegaram ao Brasil, a dinâmica desta família se mantinha semelhante. O marido de Angela encontrou um apartamento na qual a

família moraria em um lugar a escolha do marido. Ele também foi o responsável por matricular as crianças na Escola Islâmica Brasileira. Na família de Angela, todas as questões burocráticas e práticas do cotidiano, como ir ao mercado e ao banco, eram realizadas pelo seu marido. Em todo período, Angela se mantinha em casa cuidando das crianças.

Portanto, com os relatos de Malala, Maria e Angela é possível analisar como as decisões provenientes das relações familiares definem a migração. Nas relações sociais de poder entre os agentes constituintes do núcleo familiar destas famílias está o debate do gênero, que por sua vez está enraizado na determinação de quem se movimenta, como se dão esses movimentos e quais impactos são gerados nas famílias e nas mulheres migrantes (PERES; BAENINGER, 2012).

As entrevistadas Malala, Angela e Maria realizaram seus deslocamentos migratórios de refúgio planejados por uma dinâmica familiar que prioriza as decisões vitais estritamente realizadas seguindo a lógica patriarcal de seus lugares de origem. Os maridos são componentes essenciais da trajetória de refúgio destas mulheres e de seus filhos. A escolha geográfica de residência nos países de trânsito e nos países de destino definem as primeiras relações sociais de toda a família com a nova sociedade e seus cidadãos. Um fator semelhante apresentado em todos os relatos é a escolha por uma residência localizada perto de uma mesquita. Estas decisões se deram pelos maridos, com exceção de Simone, e segundo os relatos das mulheres, esta decisão não está relacionada à busca por redes de apoio majoritariamente, mas por questões religiosas.

Não é preciso morar perto da mesquita, mas precisa vir lá todos os dias. É mais fácil quando mora pertinho, especialmente se você está novo aqui e não tem média de transporte (Simone, entrevistada jordana).

Estas decisões não só afetaram as mulheres, como afetaram as relações sociais em que seus filhos estarão expostos no Brasil. Os filhos de Angela e de Malala foram matriculados na mesma Escola Islâmica Brasileira, localizada na zona leste da cidade de São Paulo. Estas duas mulheres moram na mesma região e cada uma mora na mesma residência em que estabeleceu moradia no primeiro ano em que chegaram ao Brasil. Desde então, todas as suas conexões e contatos sociais estão enraizadas neste espaço, bem como a de seus filhos.

Redes de Apoio e a busca pela autonomia

Algo é comum a todos os processos migratórios: o estabelecimento das redes sociais, fundamental para a sustentação do fluxo migratório e necessário para a criação de vínculos durante o deslocamento e com as sociedades de destino (ASSIS, 2002).

Durante a vida no Egito, Malala conseguiu estabelecer relações sociais com os moradores de sua vizinhança, como suas vizinhas. A vida no país consistia majoritariamente em uma rotina caseira inteiramente dedicada aos cuidados da casa e dos filhos. O marido de Malala carregava a função de provedor financeiro e se mantinha ausente de casa por um grande período de tempo pelo dia. Diferentemente, no Brasil, Malala tem autonomia tanto para se responsabilizar por questões referentes à casa, quanto carrega o comprometimento da realização de atividades práticas do cotidiano mais burocráticas, como fazer uma conta bancária e gerenciá-la.

Depois de um ano no Brasil, abri conta no Banco. Não sabia nada pra português. Hoje vou pra banco. Eu conheço todo mundo no banco, sabem já o que quero quando chego. Fala 'não tem problema, vamos ajudar você' (Malala, entrevistada síria).

No Brasil, Malala tem apoio de amigos brasileiros e árabes. Contudo, Malala enfatiza que suas amigas brasileiras a impulsionaram e a motivam a resolver atividades recorrentes do cotidiano, como também buscar aprender português a fim de garantir mais autonomia. Por outro lado, o marido de Malala não mostra o mesmo entusiasmo em buscar autonomia no país. Segundo Malala, seu marido “não fala bem português”, e foi à procura de uma instituição que oferece curso de português após sua mulher já ter iniciado o aprendizado da língua. O pai das três filhas de Malala trabalha como motorista em uma empresa de carros particulares e sabe o “português de táxi”, suficiente para falar com seus passageiros.

A história da conquista da autonomia de Malala no Brasil foi motivada por um dos momentos de maior desespero no Brasil, como ela própria descreve:

Um dia, um ano no Brasil minha filha do meio pega gripe. Muito catarro, febre. Pensamo, eu, meu marido 'é a hora'. Eu chora, chora, chora. Pediu ajuda de duas amigas árabes, mas falam “o marido tá em casa e precisa fazer comida agora” e “podia ajudar em um outro dia”. Depois desse dia, chega, decide sai de casa (Malala, entrevistada síria)

Através do relato de Malala, é impossível traçar os diferentes métodos escolhidos por ela e pelo seu marido. As estratégias utilizadas por mulheres e homens se diferenciam pelas relações de poder e autoridade, que são construídas dentro do domicílio (MOROKVASIC, 2003). Nas relações da família de Malala, é possível ver autonomia na vida da mulher no Brasil, como a autonomia do homem. Ainda no Brasil, o marido de

Malala se mantém como provedor financeiro, enquanto Malala foca nos afazeres de casa e no cuidado de suas filhas. Contudo, é possível notar que não há excludentes de autonomia devido à função que a mulher e à função que o homem majoritariamente desempenham dentro da família.

Em outro cenário, há a família de Maria, na qual migração foi favorecida por um contato parentesco existente no Brasil. Segundo o relato, o tio do esposo de Maria mora no Brasil a cerca de quarenta anos. Este tio foi responsável pela conexão da família com o Brasil e tornou mais acessível a inserção do marido de Maria no mercado de trabalho no país. Ademais, Maria construiu amizades com brasileiros e árabes desde o momento em que chegou ao Brasil.

Aqui tem amigos brasileiros e árabes. Os brasileiros não têm preconceito, brasileiros são legais quando acham um estrangeiro ficam mais simpáticos (Maria, entrevistada síria).

Dois meses após seu marido estabelecer residência e emprego no Brasil, Maria com seus filhos e seu irmão migraram da Síria para o Brasil. Segundo o relato, Maria diz que seu marido planejou que sua família se deslocasse do país com a presença de um homem, por questões de segurança. Neste relato, é possível relacionar a importância da família durante o deslocamento, uma vez que esta garante a integridade dos membros (JASTRAM; NEWLAND, 2001).

As relações com a família representam vínculos essenciais que alicerçam o deslocamento e fomenta a proteção e o bem-estar dos indivíduos que migram (ACNUR, 1999), além de revelar as lógicas migratórias transnacionais (GLICK-SCHILLER; BASH; BLANC-SZANTON, 1995). As mulheres relatam a permanência do envolvimento com seus familiares, a maioria presentes em outros países.

Simone mantém vínculos com seus membros familiares residentes na Jordânia, onde sustentam uma farmácia que fornece auxílio financeiro para a família de Simone no Brasil, através dos lucros do comércio. Simone relata que ela e seu marido não estão empregados no Brasil desde que chegaram, em 2018, e relata o mercado de trabalho brasileiro como sendo uma das grandes dificuldades de se alcançar no Brasil, segundo ela, independente do gênero. Desta maneira, a ajuda financeira é possível através das remessas enviadas da família jordana.

Quando você se muda para um novo país do qual não sabe nada, especialmente seu idioma, você enfrentará muitas dificuldades para se adaptar. No nosso caso, eu e meu marido éramos graduados na universidade e tínhamos experiência de trabalho em nossas áreas, mas não podíamos exercer nossa profissão devido ao longo processo de licenciamento que leva meses e às vezes anos. Tivemos algumas economias, mas não foi o suficiente para muito tempo sem

emprego. Precisamos de um apoio financeiro familiar em algum momento, o que nos ajudou a passar por momentos difíceis (Simone, entrevistada jordana).

De outra maneira, os vínculos familiares representam não só estabilidade financeira, como também suporte emocional para as mulheres refugiadas no Brasil. Até a morte de seu marido, com três meses de estadia no Brasil, Angela não saiu de casa constantemente, já que seu comprometimento estava exclusivamente ligado aos cuidados de casa e de seus filhos. Desta maneira, não houve oportunidades de construção de vínculos com brasileiros nem com árabes moradores na região. Porém, com a morte do marido, Angela enfrentou suas primeiras dificuldades no país de acolhimento, principalmente por não ter construído conexões próprias.

Neste contexto, deve-se considerar o apoio familiar na população refugiada como um garantidor de um suporte essencial (CALEGARI, 2014). Angela chegou ao Brasil em 2013 e está há anos sem visitar seus irmãos e pais residentes da Síria, mas os laços permanecem. Ademais, Angela conta com auxílio financeiro de seus irmãos, um cidadão estadunidense e outro cidadão sírio, revelando também a rede transnacional de apoio de que dispõe. Esta família transcende as bordas transnacionais, porque mesmo separadas por longos períodos, mantêm uma “estrutura familiar” (BRYCESON; VUORELA, 2002).

A busca pela autonomia é observada em todas as famílias das mulheres entrevistadas. De acordo com o Observatório das Migrações em São Paulo (2015), os refugiados sírios afirmam que a assistência é fundamental para a conquista da autonomia no Brasil e não apenas ajuda financeira. Através dos relatos, é possível perceber que a autonomia é conquistada pelas mulheres, principalmente nas situações de emergência. Angela conseguiu seu primeiro emprego em uma fábrica de tecidos após a morte de seu marido, e passou a resolver todas as questões burocráticas, como emissão de documentos e abertura de conta bancária, mutuamente à realização das tarefas caseiras e aos cuidados dos filhos.

Considera-se importante destacar que as desvantagens socioculturais e econômicas que as viúvas enfrentam em muitas partes do mundo estão lentamente ganhando reconhecimento formal, particularmente entre agências internacionais com uma preocupação específica com questões de igualdade de gênero, como o ACNUR (2002; 2006). Enquanto dispositivos internacionais lidam de primeira mão com essa parcela social das mulheres, mães refugiadas como Angela encontram um meio de obter remuneração através da venda de comidas típicas árabes, seja em restaurantes ou por produção caseira.

Em outros cenários, as mulheres buscam autonomia da mesma forma. Malala encontrou no primeiro curso de português que participou, a oportunidade de adquirir

autonomia e confiança dentro do Brasil. Maria precisou trabalhar nos primeiros dois anos no Brasil como professora de árabe para ajudar no sustento de casa junto à remuneração de seu marido. Mesmo que depois tivesse que parar de trabalhar, Maria garantiu sua autonomia no cuidado do espaço de sua casa e de seus filhos realizando as atividades cotidianas práticas, como ir ao banco, emitir documentos, ir ao médico, dentre outras demandas. Maria relata que por muito tempo fazia todas essas atividades enquanto estava grávida de sua filha mais nova.

De acordo com os relatos, se observa que a conquista da autonomia pelas mulheres mães refugiadas é motivada por fatores de emergência, sobrevivência. Os relatos das quatro mulheres expressam a falta de ajuda significativa das redes sociais para além das familiares e principalmente religiosas, como as mesquitas. Portanto, a conquista por estabilidade material (moradia, emprego) se mostra como aspectos exclusivamente e unicamente a cargo das famílias refugiadas.

As verbalizações das mulheres mães refugiadas entrevistadas ressaltam a importância dos estudos migratórios à luz da perspectiva de gênero, principalmente alicerçadas em conceitos como seletividade migratória, estratégia migratória, projeto migratório, ciclo de vida da família e trajetória migratória. Todas essas dimensões de análise são profundamente marcadas por gênero e é a partir delas que se define as principais características dos fluxos migratórios: quem migra, para onde migra, como migra e como se insere nesse novo espaço social. Os estudos de gênero são, portanto, fundamentais para o entendimento e a interpretação dos processos migratórios deste século XXI. Se há o reconhecimento de que a migração, numa perspectiva global, tem se revelado cada vez mais complexa e dinâmica, com novas nacionalidades se deslocando, novas modalidades migratórias se consolidando, numa perspectiva nova que não atende às lógicas históricas das migrações a partir do Sul global em direção a países do norte, é necessário também avançar na construção de perspectivas teóricas que possam, de fato, revelar as dimensões que orientam os vetores de fluxos migratórios contemporâneos. Nessa perspectiva, os estudos de gênero tem alta sensibilidade – como revelam também as entrevistas que compõem essa pesquisa – para dimensões “íntimas e sutis”, que se dão no interior dos domicílios, mas que revelam o que há de mais fundamental em fluxos migratórios contemporâneos.

Assim, o olhar para as mulheres refugiadas sírias, a partir de um componente forte de seus ciclos de vida como a maternidade – que dita um papel social de gênero -, compõe a contribuição deste estudo na compreensão dessa modalidade do refúgio no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Global trends: forced displacement in 2018.** Geneva, 2019. Disponível em: https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf#_ga=2.83994777.1225343878.1560779393-685702386.1530279534. Acesso em: fev. 2020.
- ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Comitê Executivo. **Conclusão no 105 sobre mulheres e meninas em situação de risco.** Geneva, 2006. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/45339d922.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **UNHCR policy on refugee women and guidelines on their protection: an assessment of ten years of implementation.** Geneva, 2002. Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/>.
- ASSIS, G. Estar Aqui, Estar Lá ... uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos. **Textos Nepo 41**, Campinas, SP, 2002.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017.
- BILAC, E. D. Convergência e divergências nas estruturas familiares no Brasil. In: ANPOCS. **Ciências sociais hoje.** São Paulo, sp, 1991.
- BJÉREN, G. et al. **Immigration, gender, and family transitions to adulthood in Sweden.** Lanham, Maryland: University Press of America, 2007.
- BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- BRYCESON, D.; VUORELA, U. **The transnational family: New European frontiers and global networks.** Reino Unido: Berg, 2002
- CALEGARI, M. **Com lenço e com documento: condições de vida da população refugiada síria em São Paulo.** 2018. 294f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.
- CALEGARI, M. Refugiados sírios em São Paulo: o direito à integração. In: SEMINÁRIO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS, 2016, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/9_MC.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.
- CALEGARI, M. **“Felicidade Clandestina”:** refúgio e família no Brasil. 2014. 128f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279754>. Acesso em: 25 maio 2019.
- CAMPOS, M. B. Seletividade e migração. In: MIGUEL, B. **População, espaço e sustentabilidade.** Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94508.pdf>.
- CAMPOS, M. B.; MACEDO, D. R. Agrupamentos de emigração internacional no Brasil: o papel das redes sociais na formação dos espaços de emigração. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 39, n. 2, p. 257-272, 2014.

- CANALES, A. **E pur si muove:** elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara; MAPorruá Editor, 2015.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, Paris, v. 2, p. 1-11, 2007.
- DE HASS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.
- FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 19-39.
- FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. A emigração dos haitianos para os países da América do Sul: desafios de política migratória no trajeto e no destino. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE POPULAÇÃO, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2014. Disponível em: http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL208.pdf. Acesso em: mar. 2020.
- FORTUNATO, E. M. **Integração de refugiados no Brasil:** a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados sírios. 2019. 219f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASH, L.; BLANC-SZANTON, C. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, Washington, DC, v. 68, n. 1, p. 48-63, 1995.
- HAYDU, M. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo:** processo migratório e itinerários terapêuticos. 2017. 217f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.
- HERZBERG, A. **Second class rights:** how amnesty international & human rights watch fail women in the middle east. [S. l. : s. n.], 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2368117>.
- JASTRAM, K.; NEWLAND, K. **Family unity and refugee protection**. Geneva: UNCHR, 2001. Disponível em: <https://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3bd3d4a14>. Acesso em: jan. 2020.
- MA MUNG, E. Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales. In: DUREAU, F.; HILY, M. (coord.). **Les mondes de la mobilité**. Rennes, França: Presses Universitaires de Rennes, 2009.
- MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina:** perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322136>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- MAKDISI, K. **Palestine and the Arab-Israeli conflict:** 100 years of regional relevance and international failure. [S. l. : s. n.], 2018. (MENARA Working Papers, n. 27). Disponível em: http://www.menaraproject.eu/wp-content/uploads/2018/12/menara_wp_27.pdf.
- MASSEY, D. et al. **Worlds in motion:** understanding international migration at the end of the millenium. Clarendon: Oxford University Press, 1998.

- MOREIRA, J. B.; BORBA, J. Refugiados sírios em São Bernardo do Campo: interação entre entidade religiosa e poder público municipal no âmbito do processo de integração local. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 8, n. 3, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/359-1747-1-PB.pdf. Acesso em: 04 mar. 2020.
- MOROKVASIC, M. La mobilité transnationale comme ressource: le cas des migrants de l'Europe de l'Est. **Cultures et Conflits**, Paris, n. 32, p. 1-14, 2002.
- MUSAWAH. **Musawah, CEDAW and Muslim family laws: in search of common ground**. Malasia, 2011. Disponível em: https://www.musawah.org/wp-content/uploads/2018/11/CEDAW-MuslimFamilyLaws_En.pdf.
- PATARRA, N.; BAENINGER, R. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica: Brasil no Mercosul. CANALES, A. I. (ed.). **Panorama actual de las migraciones en America Latina**. México: Universidad de Guadalajara; ALAP, 2015.
- PEREIRA, J. B. B. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 46, p. 6-29, 2000.
- PERES, R. O que importa é o que acontece com a sua família: um diálogo entre família e migração. **Revista PerCursos**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 28, p. 146-165, 2014.
- PERES, R.; BAENINGER, R. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.
- PERES, R. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS**. 2009. 211f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- PHIZACKLEA, A. Transnationalism, gender and global workers. In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (ed.). **Crossing borders and shifting boundaries**. Oplanden: Gender on the move, 2003.
- PORTES, A. **Estudos sobre as migrações contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e segunda geração**. Lisboa: Fim de Século, 2006.
- RIBEIRO, E.; BAENINGER, R. Mobilidade internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: um estudo sobre domésticas filipinas em São Paulo. ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÕES, 11., 2019, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2019.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998.
- SILVA, S. A fronteira norte do Brasil: notas de pesquisa. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. I. (coord.). **Migrações fronteiriças**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” – Nepo/Unicamp, 2018. P. 300-303.
- TABET, G. **Women in personal status laws: Iraq, Jordan, Lebanon, Palestine, Syria**. Paris: SHS, 2005. (SHS Papers in Women Studies/Gender Research, n. 4).
- WENDEN, C. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & Migration**, Paris, n. 1233, p. 5-12, 2001.
- ZONTINI, E. **Transnational families, migration and gender: Moroccan and Filipino women in Bologna and Barcelona**. Oxford: Berghahn Books, 2009.

SOLICITANTES DE REFÚGIO NO BRASIL: TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CONDIÇÃO MIGRATÓRIA, SUAS IMPLICAÇÕES E PONDERAÇÕES SOBRE O PANORAMA ATUAL¹

*Andressa A. Martino**

*Paulo Mortari A. C.**

RESUMO

O solicitante de refúgio se define enquanto categoria migratória a partir do processo de elegibilidade para o reconhecimento da condição de refugiado. O que, a princípio, seria necessariamente uma etapa migratória, de caráter provisório, no entanto, costuma adquirir em muitos casos matizes de permanência, submetendo os migrantes que se encontram no trâmite do processo de elegibilidade às implicações próprias de tal categoria. O objetivo com o presente trabalho é propor, a partir da base de dados do CONARE, uma forma de se mensurar o tempo que os solicitantes de refúgio permanecem nessa condição migratória atualmente no Brasil e avaliar qualitativamente as implicações de tal cenário. Como resultados, percebe-se um aumento expressivo e contínuo no tempo de permanência na condição de solicitante de refúgio de 2014 a 2020 quando não se levam em conta os venezuelanos nos dois últimos anos, com um maior percentual de pessoas que aguardam três anos ou mais pela resposta a seu pleito. Identifica-se, como consequência, a exposição a problemas como as restrições do contato com parentes através da reunião familiar e dificuldades em fazer planos de longo prazo exequíveis em decorrência das incertezas inerentes à referida situação migratória. Propõem-se, enfim, reflexões sobre um aparente esforço de redução das solicitações pendentes, com especial atenção à realidade dos migrantes.

Palavras-chave: Solicitantes de refúgio; Processo de elegibilidade; CONARE; Brasil.

INTRODUÇÃO

O “solicitante de refúgio” se define enquanto categoria migratória a partir do processo de elegibilidade para o reconhecimento da condição de refugiado. Logo, para situar-se sobre a categoria de solicitante de refúgio é necessário, como ponto de partida, compreender como funcionam as etapas que se deve percorrer para a obtenção do *status* de refugiado no Brasil.

O processo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado (doravante, solicitação de refúgio) é administrado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) – órgão colegiado instituído pela Lei de Refúgio nº 9.474/1997 e subordinado ao atual Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – e pode ser iniciado pelo migrante² em qualquer momento de sua estada no Brasil, sem custos financeiros e

¹ Uma primeira versão deste artigo foi publicada em dezembro de 2020 no dossiê “Imigrantes e refugiados/as: olhares de dentro, olhares de fora” da Revista Ponto-e-Vírgula, edição nº 25, retroativa ao 1º semestre de 2019.

* Mestranda pelo Programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: andressamartino@gmail.com

* Doutorando em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: mortari.a.c@gmail.com

² Neste artigo, o termo “migrante” se refere exclusivamente aos migrantes internacionais.

independentemente de seu *status* migratório e/ou de como ingressou no território brasileiro. Desde setembro de 2019, aquele que deseja solicitar refúgio deve, primeiramente, acessar uma plataforma eletrônica chamada SISCONARE e preencher um formulário com seus dados pessoais, meios de contato e informações como o motivo de seu deslocamento até o Brasil e o que aconteceria caso retornasse a seu país de origem ou de antiga residência habitual. Todo esse conteúdo, então, é encaminhado à Polícia Federal (PF) e à Coordenação-Geral do CONARE, sendo a última responsável por tramitar, em seus escritórios regionais, o processo de elegibilidade, composto por uma entrevista, pesquisas sobre o país de origem e um parecer da decisão por um deferimento ou indeferimento, com base nos critérios previstos em lei. O processo é concluído em plenárias realizadas em Brasília com representantes do Estado brasileiro, da sociedade civil e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Os pleitos indeferidos ainda podem ser submetidos a apelação, que deve, por sua vez, ser julgada em segunda instância pelo ministro da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 1997).

Após a submissão do formulário de solicitação de refúgio, a pessoa recebe da PF um “Documento Provisório de Registro Nacional Migratório”, popularmente conhecido como “protocolo de solicitação de refúgio”, que serve como documento de identidade no Brasil, além de permitir o acesso a direitos e serviços básicos, como de saúde, educação e assistência social, assim como ao trabalho formal até a conclusão do processo. O CONARE, porém, não estipula um prazo para tanto, e enquanto se aguarda o final da análise da solicitação – mesmo quando o processo se estende à segunda instância –, permanece-se com o “protocolo”, que deve ser renovado anualmente, o que garante a seus portadores estar em situação regular no país.

O migrante que solicita refúgio, contudo, não se encontra meramente em uma etapa do trâmite para sua definição ou não como refugiado, já que, nesse momento, sustenta também um *status* migratório específico, que, embora, a princípio, tenha caráter provisório, pode, em muitos casos, se prolongar de modo duradouro. Poucos estudos se debruçam a respeito dessa situação migratória em particular, de modo que o objetivo deste trabalho é trazer uma contribuição quantitativa e qualitativa para sua compreensão. Para isso, dimensiona-se, a partir de dados do CONARE disponibilizados pelo MJSP, esta experiência em termos do tempo de espera, da quantidade de migrantes que a vivenciam e das principais nacionalidades envolvidas, além de se discorrer sobre algumas das implicações resultantes da condição de solicitante de refúgio. Ao final, propomos algumas

reflexões com base nos resultados expostos e em fatos recentes referentes ao sistema de refúgio brasileiro.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho se divide em duas dimensões, sendo uma quantitativa e a outra, qualitativa.

Na primeira, buscou-se mensurar o tempo que um solicitante de refúgio no Brasil permanece nessa condição migratória e quais nacionalidades correspondem atualmente ao maior número de solicitações de refúgio ativas. Para tanto, utilizou-se a base de dados do CONARE (BRASIL, 2020b; 2020c) referente ao refúgio no país, mais precisamente, os registros intitulados “Tabela com decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado – ACNUR (1993-1997) e Conare (1998 a dezembro de 2020)” e “Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 23 de novembro de 2020”.

Do primeiro registro, adotando-se o recorte de 2014 a dezembro de 2020 (data da última atualização dos dados)³, optou-se por utilizar as categorias relacionadas aos “deferimentos” e “indeferimentos” resultantes do processo de elegibilidade, realizando-se um cruzamento entre o ano da solicitação de refúgio e o ano no qual esta foi avaliada. Três motivos justificam tal escolha. Inicialmente, constata-se que as citadas categorias, juntas, corresponderam, em quase todos os anos, ao principal desfecho das solicitações de refúgio. A única exceção seria 2018, para o qual também incluímos na análise a categoria “Indeferido CONARE – Regularizado via CNIg”, que abarca a maioria das decisões proferidas naquele ano⁴. Já o segundo motivo para nos atermos aos “deferimentos” e “indeferimentos” é o entendimento de que estas são as categorias que mais chances têm de compreenderem pessoas que passaram por todo o processo de elegibilidade (ou, ao menos, a maior parte dele), desde a solicitação até a decisão em 1ª instância. Tem-se ciência, no entanto, de que nos “deferimentos” e “indeferimentos” também podem estar incluídos, por exemplo, migrantes que deixaram o país durante o processo de elegibilidade ou que

³ Essa escolha se deve ao fato de que, nos registros de 1998 a 2013, foram encontradas muitas inconsistências entre data de solicitação e ano de decisão, além de notar-se que as solicitações no Brasil passaram a ser mais volumosas nos anos subsequentes.

⁴ “Deferimentos” e “Indeferimentos” equivaleram a 96% das decisões proferidas pelo CONARE em 2014; 90% em 2015; 93% em 2016; 86% em 2017; 13% em 2018; 79% em 2019 (ou 49% quando desconsiderados os venezuelanos); e 93% em 2020 (com ou sem os venezuelanos). Em relação a 2018, o baixo percentual de casos dessas categorias se deve especialmente a um expressivo aumento no número de resoluções por outras vias, como a “regularização via CNIg” (38%) e a “extinção (sem resolução do mérito) Art. 6-B” (27%). Sobre a primeira, é importante notar que mais de 80% dos casos se refere apenas às nacionalidades senegalesa e haitiana, algo decorrente de medidas de regularização da situação migratória especificamente direcionadas a elas – a dizer, a Portaria Interministerial nº 10, de 05 de dezembro de 2019, e a Portaria Interministerial nº 12, de 20 de dezembro de 2019, respectivamente.

obtiveram autorização de residência por outras vias num período em que ainda não se anulavam as solicitações de refúgio nestes casos⁵. O terceiro motivo, finalmente, é o de que essas categorias são praticamente as únicas que constam em todos os anos analisados, permitindo-nos ter uma série histórica regular e, conseqüentemente, os devidos parâmetros de comparação conforme os propósitos do presente artigo.

Partindo-se do que se apreendeu dos “deferimentos” e “indeferimentos”, foram feitos cálculos tanto incluindo os venezuelanos como excluindo-os, considerando a particularidade do reconhecimento *prima facie*⁶ da condição de refugiado a um total de 46 mil solicitantes dessa nacionalidade de dezembro de 2019 a agosto de 2020 (ACNUR, 2020). Tal distinção nos permite tanto observar alguns dos efeitos da migração venezuelana no sistema de refúgio brasileiro como as tendências relacionadas às demais nacionalidades no que concerne ao tempo de permanência na condição de solicitante de refúgio.

Já a partir da planilha “Solicitações de reconhecimento [...]” (BRASIL, 2020c), verificamos a quantidade de solicitações de refúgio feitas ano a ano e a quais deles correspondem os maiores volumes de pendência, agrupando-se, posteriormente, as nacionalidades com os números mais elevados de solicitações ativas.

Pela perspectiva qualitativa, por fim, direcionou-se a atenção às implicações que a categoria de solicitante de refúgio pode acarretar ao migrante que nela se enquadra. Nesse sentido, utilizou-se como referência o artigo que escrevemos com contribuições empíricas que a experiência como voluntários no CONARE em 2017 nos propiciou (MARTINO; CORREA, 2018), realizando-se as devidas atualizações.

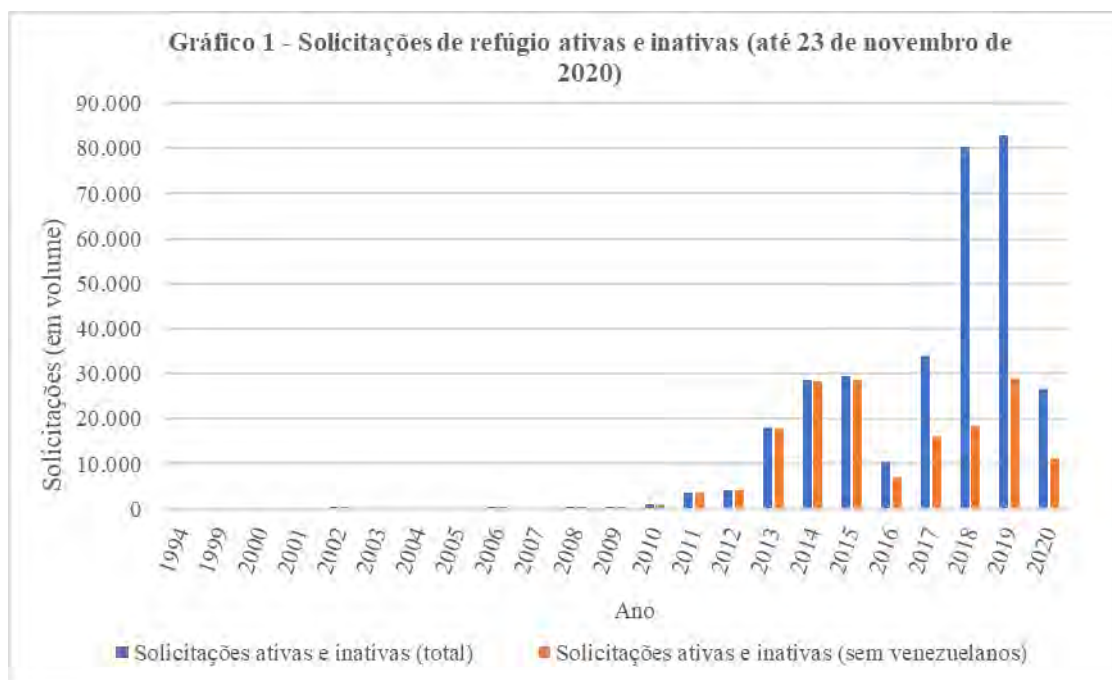
RESULTADOS QUANTITATIVOS

No decênio de 2010, houve no Brasil um aumento sem precedentes no número de migrantes que solicitam refúgio. Pelos registros do CONARE (BRASIL, 2020c), identifica-se que a quantidade de casos referentes ao ano de 2011 sozinho (3.537) praticamente se equipara àquela observada em todo o período de 1994 a 2010 (3.556). Nos demais anos, os números são ainda maiores, chegando-se, em 2019, ao zênite de 82.930 novas solicitações de refúgio no país. Ao todo, entre 2011 e 23 de novembro de 2020,

⁵ Ver, por exemplo, a Resolução Normativa nº 31 do CONARE, de 13 de novembro de 2019.

⁶ Trata-se de um procedimento de elegibilidade mais célere, que resulta no reconhecimento coletivo da condição de refugiado quando, devido à urgência da assistência, não é possível avaliar cada caso individualmente.

contabilizou-se um acumulado de 317.963 pedidos feitos, cuja distribuição segundo o ano em que foram registrados está representada no gráfico abaixo⁷:



Fonte: Brasil (2020c).

Na organização desses dados, optou-se por levar-se em consideração também um cenário sem os venezuelanos, já que a eles corresponde aproximadamente 50% do total de solicitações feitas entre 2011 e novembro de 2020. Nesse sentido, o Gráfico 1 reflete o aumento expressivo e contínuo que houve no número de pessoas vindo da Venezuela na segunda metade da década de 2010, com muitas delas recorrendo ao sistema de refúgio para a regularização de sua permanência no país. De igual modo, os venezuelanos, atualmente, são maioria entre todos os migrantes reconhecidos como refugiados desde 1997 – cerca de 80% ou, em termos absolutos, pouco mais de 46 mil pessoas (BRASIL, 2020b)⁸.

Como mencionado, vê-se, ademais, que o ano em que mais solicitações de refúgio foram feitas no Brasil foi o de 2019, com quase 83.000. Ao se desconsiderarem os venezuelanos, porém, o número cai para 28.869. De qualquer forma, independentemente do recorte que se faça, é nítido que nunca houve tantos migrantes solicitando refúgio no país como nos anos mais recentes.

⁷ É importante ter em mente que pode haver algumas imprecisões nos registros do CONARE com os quais trabalhamos. Em nossa experiência no escritório de São Paulo, vimos, por exemplo, casos de solicitantes que detinham mais de um protocolo de refúgio ativo, um problema de duplicidade de registros que se soma a outros possíveis, como erros de classificação por ano e omissões.

⁸ Deve-se ter em conta, no entanto, que o refúgio não é a única via pela qual venezuelanos têm obtido sua autorização de residência (ver, por exemplo, a Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018).

Os números vistos até aqui compreendem todas as solicitações de refúgio realizadas no Brasil de 2011 a novembro de 2020, sendo que parte delas já obteve alguma resolução, enquanto outra permanece ativa. Em nosso intuito de mensurar ou, de alguma forma, dimensionar o tempo que um migrante permanece na condição de solicitante de refúgio no país, trabalhamos com ambos os conjuntos de solicitações, embora a partir de métodos diferentes. Adotando-se como referência os casos já concluídos (ou seja, as “solicitações inativas”), ativemo-nos, conforme já exposto na seção de “Metodologia”, às categorias de “deferimento” e “indeferimento”⁹. Mais especificamente, realizou-se um cruzamento entre o ano de solicitação do refúgio e a data da decisão, gerando os resultados que podem ser conferidos na tabela e no gráfico abaixo:

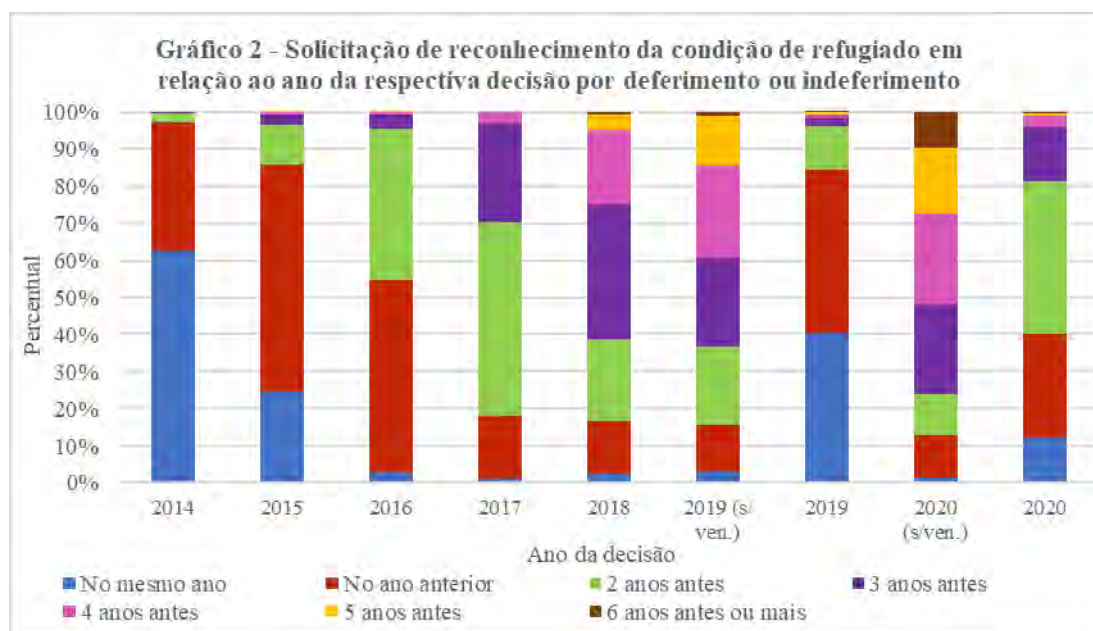
⁹ Neste ponto, verificamos novas inconsistências nos dados disponibilizados pelo MJSP. Na planilha “Solicitações de reconhecimento [...]” (BRASIL, 2020c), consta que, de 292.200 solicitações de refúgio efetuadas no Brasil especificamente entre 2014 e 23 de novembro de 2020, 108.656 já estariam inativas. Por outro lado, na “Tabela com decisões [...]” (BRASIL, 2020b), na qual estão os detalhes sobre a resolução dessas solicitações já inativas, tem-se um total de 75.322 casos para o período de 2014 a 2 de dezembro de 2020, uma diferença de mais de 30.000 em relação à primeira fonte citada. Significa dizer que, a princípio, nossas conclusões se referem à maior parte, mas não à totalidade, das solicitações de refúgio que já tiveram algum encaminhamento.

TABELA 1 – Solicitação de reconhecimento da condição de refugiado em relação ao ano da respectiva decisão por deferimento ou indeferimento

Quando se deu a solicitação ou em relação à data da decisão*	Ano da decisão																	
	2014		2015		2016		2017		2018		2019 (s/ venezuelanos)		2019		2020 (s/ venezuelanos)		2020	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
No mesmo ano	1.498	62,7	387	24,5	55	3,0	13	1,1	41	2,5	31	3,1	8.843	40,3	15	1,5	3.080	12,3
No ano anterior	819	34,3	970	61,4	941	51,7	193	17,0	239	14,4	128	12,6	9.624	43,9	116	11,5	6.987	27,9
2 anos antes	64	2,7	166	10,5	743	40,8	590	52,0	365	21,9	212	20,9	2.621	12,0	111	11,0	10.300	41,1
3 anos antes	7	0,3	44	2,8	64	3,5	301	26,5	605	36,3	243	23,9	406	1,9	243	24,1	3.649	14,6
4 anos antes	0	0,0	13	0,8	13	0,7	37	3,3	333	20,0	253	24,9	279	1,3	245	24,3	749	3,0
5 anos antes	0	0,0	1	0,1	4	0,2	0	0,0	67	4,0	136	13,4	136	0,6	177	17,6	178	0,7
6 anos antes ou mais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	0,9	12	1,2	12	0,0	100	9,9	101	0,4
Total	2.388	100	1.581	100	1.820	100	1.134	100	1.665	100	1.015	100	21.921	100	1.007	100	25.044	100

Fonte: Brasil (2020b).

* Por não constarem o mês e o dia em que se realizou cada solicitação de refúgio, não é possível saber com precisão quanto tempo cada uma levou para ser avaliada. Desse modo, decidiu-se trabalhar com os limites assinalados na tabela, de forma que uma pessoa que solicitou refúgio em um ano e recebeu o deferimento ou indeferimento no ano seguinte não necessariamente esperou um ano completo pela decisão.

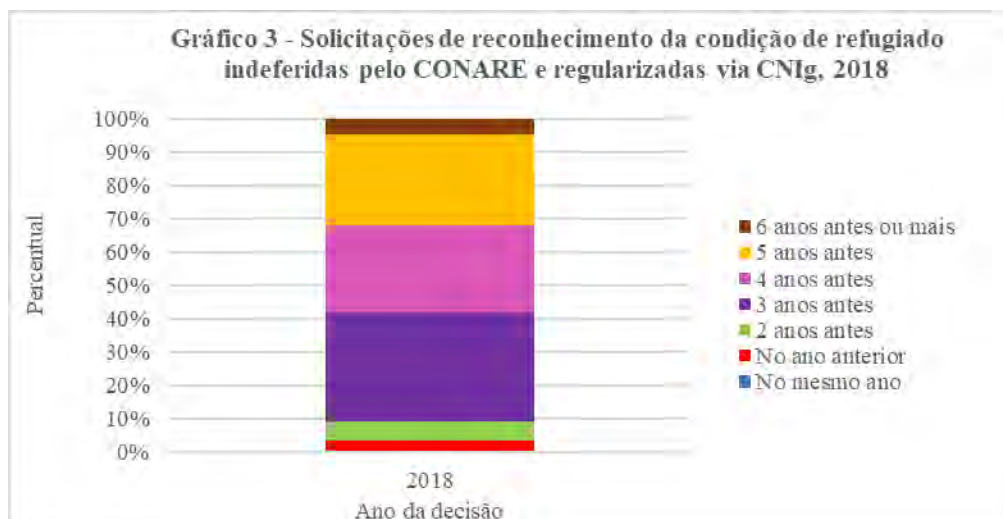


Fonte: Brasil (2020b).

Os dados mostram a intensificação da morosidade do processo de elegibilidade nos últimos anos. O percentual de decisões que foram proferidas no mesmo ano das respectivas solicitações de refúgio variou de pouco mais de 60% em 2014 para cerca de 25% em 2015, chegando a 1,1% em 2017, 2,5% em 2018, 3,1% em 2019 e 1,5% em 2020, quando desconsiderado o caso dos venezuelanos. Quando estes são incluídos, o percentual se alça a patamares mais elevados, passando dos 40 em 2019 e situando-se nos 12,3% em 2020, devido à já mencionada iniciativa de reconhecimento *prima facie*. Já as decisões proferidas no ano posterior às solicitações chegaram ao percentual de 61,4 em 2015, mas decaíram irreversivelmente nos anos subsequentes, até atingirem os 11,5% em 2020 (também desconsiderando-se os venezuelanos). As faixas correspondentes aos reconhecimentos mais tardios, por outro lado, subiram continuamente. As pessoas que obtiveram a resposta do CONARE no quarto ano após sua solicitação variaram de zero por cento em 2014 a aproximadamente 25% em 2019 e 2020, quando não contabilizados os venezuelanos. Em relação ao quinto ano após o da solicitação, a variação para o mesmo período foi de 0 a 13,4% e 17,6%. Tal cenário acarreta um maior tempo do solicitante de refúgio nessa categoria migratória¹⁰. Mesmo quando se levam em consideração os venezuelanos, os resultados de 2020 comparados com os de 2019 também indicam uma tendência de aumento no tempo de espera.

Em relação especificamente a 2018, decidiu-se aplicar a mesma forma de mensuração sobre os dados referentes à categoria de “Indeferido CONARE - Regularizado via CNIg”, já que esta compreendeu a maioria das decisões daquele ano (4.968, ou 38% do total). Como se pode verificar no Gráfico 3, a tendência observada em relação aos casos de “deferimento” e “indeferimento” é ainda mais expressiva aqui – a dizer, de maiores percentuais correspondentes a solicitações que levaram três anos ou mais para serem respondidas:

¹⁰ Pela metodologia disponibilizada na página do MJSP, não está claro se estão incluídos entre os indeferimentos os casos avaliados em 2ª instância. Supondo-se que, caso constem, correspondem a uma exígua parcela da cifra total de indeferimentos (com base no que pudemos observar como voluntários no escritório do CONARE em São Paulo), significa dizer que muitos dos casos que ali estão representados se referem a pessoas que devem apelar da decisão proferida em 1ª instância e que, assim sendo, não deixarão de sustentar o *status* de solicitantes de refúgio. Isso, por sua vez, faria com que o tempo de espera que consta nos resultados expostos pode estar subestimado no caso dessas pessoas.



Fonte: Brasil (2020b).

Também é possível obter algumas informações temporais relevantes a partir dos casos ainda pendentes.

Na Tabela 2, constam as solicitações de refúgio ativas em 23 de novembro de 2020¹¹ organizadas pelo ano em que foram submetidas e pelo quanto elas correspondem dentro do total de solicitações já feitas no Brasil (ou seja, somando-se as ativas com as inativas), em um cenário com os venezuelanos e, em outro, sem. Como se pode ver, também estão incluídas as solicitações efetuadas entre 1994 e 2012, todas já resolvidas.

TABELA 2 – Solicitações de refúgio ativas em 23 de novembro de 2020 segundo o ano em que foram feitas

Ano em que foi feita a solicitação	Com venezuelanos			Sem venezuelanos		
	Solicitações feitas	Solicitações ainda ativas		Solicitações feitas	Solicitações ainda ativas	
		Volume	Percentual		Volume	Percentual
Anterior a 2012	11.375	0	0,0	11.363	0	0,0
2013	17.944	4.437	24,7	17.888	4.396	24,6
2014	28.644	6.048	21,1	28.435	5.889	20,7
2015	29.331	10.071	34,3	28.501	9.477	33,3
2016	10.295	5.709	55,5	6.917	3.977	57,5
2017	33.983	19.905	58,6	16.136	10.494	65,0
2018	80.343	53.935	67,1	18.489	15.883	85,9
2019	82.930	64.732	78,1	28.869	27.581	95,5
2020	26.674	23.144	86,8	11.136	10.994	98,7
Total	321.519	187.981	58,5	167.734	88.691	52,9

Fonte: Brasil (2020c).

Primeiramente, nota-se que, em ambos os cenários, mais da metade das solicitações já feitas no Brasil segue pendente de análise, o que, em termos absolutos,

¹¹ Embora não conste na metodologia do MJSP, acredita-se que o número de solicitações ativas também inclua o caso de migrantes que tiveram sua solicitação de refúgio indeferida em 1ª instância e recorreram da decisão, permanecendo com o mesmo *status* migratório até que se tenha, finalmente, uma decisão em 2ª instância.

corresponde a 187.981 (com venezuelanos) ou 88.691 (sem venezuelanos). Esse, porém, não é necessariamente o número de pessoas que estão atualmente no Brasil na condição de solicitantes de refúgio. Muitos, por exemplo, podem ter reemigrado, regularizado a residência no país por outra via ou, até mesmo, falecido sem que a respectiva solicitação de refúgio tenha sido analisada, algo cuja verificação está fora do alcance dos dados disponibilizados tanto pelas fontes aqui utilizadas como por outras. Por isso, é necessário ter cautela ao se tirarem conclusões sobre os dados referentes às solicitações ativas. Tecnicamente, estes refletem a morosidade do **processo de elegibilidade** em si, levando-se em conta o tempo transcorrido entre a realização dos pedidos de refúgio ainda sem resolução e a atualidade. Cada caso, por sua vez, pode ou não corresponder a um migrante que permanece na condição de solicitante de refúgio, de modo que a morosidade apreendida a partir dos dados trabalhados deve ser considerada uma *proxy* para a mensuração do tempo que **as pessoas** estão esperando na referida categoria enquanto não há uma conclusão sobre seu processo. Por esse motivo, nossas interpretações sobre os dados da Tabela 2 se fundamentam na hipótese de que os casos ativos correspondem, em sua maioria, a pessoas que continuam sustentando o *status* de solicitantes de refúgio, o que pode se confirmar em maior ou menor medida na prática.

Nesse sentido, os dados relacionados aos deferimentos e indeferimentos, conforme expostos na Tabela 1 e no Gráfico 1, parecem se aproximar mais da realidade vivenciada pelos migrantes no processo de elegibilidade. Isso porque, ainda que também se espere haver solicitações que obtiveram uma decisão quando seu postulante já tenha reemigrado (entre outras possibilidades), tal cenário tende a ser menos comum, considerando que deferimentos e indeferimentos necessariamente pressupõem a realização de uma entrevista com o migrante antes de se concluir o caso, o que já é uma forma de se verificar se a pessoa permanece sob as normas do CONARE. Além disso, as citadas categorias dizem respeito a casos já concluídos, possibilitando-nos, portanto, ter acesso a informações relacionadas ao tempo total transcorrido desde a submissão da solicitação de refúgio até sua resposta final.

Voltando-se a atenção à Tabela 2, percebe-se que há uma alta proporção de casos abertos em anos já muito distantes no tempo e que continuam pendentes. De todas as solicitações feitas no ano de 2013, por exemplo, 25% seguem ativas, variando a 21% em 2014, 34% em 2015 e algo em torno de 55% em 2016. Desse modo, existem casos que estão há quatro, cinco, seis ou até sete anos para serem avaliados, o que significa que deve

haver muitos migrantes que permanecem na condição de solicitantes de refúgio por todo esse tempo.

Outra observação que se pode fazer é a de que a migração venezuelana exerce maior influência sobre o número de solicitações ativas sobretudo entre aquelas feitas a partir de 2017, o que se reflete nos percentuais da tabela. Enquanto 67%, 78% e 87% das solicitações submetidas respectivamente em 2018, 2019 e 2020 permanecem ativas em um cenário no qual estão incluídos os venezuelanos, quando estes são desconsiderados, os percentuais se alçam a 86%, 95% e 99%.

Vale fazer uma referência, ainda, aos números concernentes a 2020. Nota-se uma vertiginosa queda na quantidade de novas solicitações, algo sobre o qual a pandemia de Covid-19 certamente tem incidência, considerando-se fatores como o fechamento das fronteiras internacionais. Isso fica especialmente evidente no caso da migração venezuelana, cujos registros anuais caíram de 54.061 em 2019 para 15.538 em 2020¹².

No geral, os resultados contidos na Tabela 2 são uma representação quantitativa dos desafios que o sistema de refúgio brasileiro tem em relação a seu processo de elegibilidade, considerando o acúmulo de casos ainda ativos, com uma parte nada desprezível com mais de quatro anos de existência. Além disso, se considerarmos que o conjunto desses casos estaria próximo do número de migrantes que estão na condição de solicitantes de refúgio, veremos que estes superam com amplas margens aqueles reconhecidos como refugiados no Brasil. Isso porque, enquanto os últimos somam atualmente cerca de 57 mil pessoas, tem-se quase 190.000 solicitações de refúgio ativas, justificando-se a importância de mais estudos sobre o tema.

Por fim, no que tange à origem dos migrantes por trás das solicitações de refúgio ativas, identificam-se como os países mais representativos Venezuela, Haiti, Cuba, China, Senegal, Bangladesh, Angola, Nigéria, Síria e Gana, conforme consta na Tabela 3:

¹² Ao mesmo tempo que houve uma incontestável diminuição no número de solicitantes de refúgio, muitas pessoas se viram sem escolha a não ser a de buscarem rotas alternativas – e, conseqüentemente, menos seguras – para o ingresso em território brasileiro, com o agravante da vigência de restrições à regularização da residência de venezuelanos que chegaram ao país após o dia 18 de março de 2020, quando os passos fronteiriços regulares com a Venezuela foram fechados (ver a Portaria nº 120, de 17 de março de 2020, da Presidência da República/Casa Civil, a primeira das subseqüentes disposições sobre o tema).

TABELA 3 – Países de nacionalidade com maior número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas (23 de novembro de 2020)

País de Nacionalidade	Quantidade de solicitações	Percentual em relação ao total	Percentual sem venezuelanos
Venezuela	99.290	52,8	-
Haiti	34.705	18,5	39,1
Cuba	10.532	5,6	11,9
China	4.912	2,6	5,5
Senegal	4.812	2,6	5,4
Bangladesh	4.737	2,5	5,3
Angola	4.237	2,3	4,8
Nigéria	2.320	1,2	2,6
Síria	2.139	1,1	2,4
Gana	1.781	0,9	2,0
Demais (163)	18.516	9,8	20,9
Total	187.981	100,0	100,0

Fonte: Brasil (2020c).

Para além dos dez primeiros postos, contudo, é importante destacar a diversidade de origens nacionais presente entre as pessoas que solicitam refúgio no Brasil. Ainda que a Venezuela responda atualmente como a procedência de mais da metade dos solicitantes de refúgio, há outros 171 locais registrados (mais a condição de apatridia), o que se soma às justificativas para a condução de pesquisas mais minuciosas sobre as pessoas que sustentam o referido *status* migratório. Quando os venezuelanos não são contabilizados, os haitianos aparecem como o grupo mais numeroso, aos quais se atribuem quase 40% das solicitações de refúgio ativas. A situação migratória da maioria das pessoas dessa nacionalidade, todavia, tem sido regularizada por outras vias, fazendo com que os haitianos não constem nas mesmas proporções entre todos os migrantes reconhecidos como refugiados¹³, ainda que, como se pode inferir, recorrer ao sistema de refúgio esteja presente em sua trajetória de residência no Brasil.

Em suma, percebe-se que há muitas limitações para se mensurar com precisão o tempo que um migrante passa como solicitante de refúgio no Brasil. O que oferecemos nesta seção foi uma aproximação possível a partir dos dados disponibilizados pelo MJSP. Nesse esforço, consideramos como mais adequado trabalhar-se com as solicitações de refúgio para as quais o CONARE já proferiu uma decisão, em especial, quando esta consiste em um “deferimento” ou um “indeferimento”. Uma análise sobre as solicitações ainda ativas, sem embargo, também se mostra relevante principalmente para se verificar a morosidade e o acúmulo de casos sem resolução que têm marcado a dinâmica do processo de elegibilidade, o que, por sua vez, incide diretamente sobre a realidade de muitos

¹³ De 2017 a dezembro de 2020, por exemplo, das 2.848 decisões proferidas pelo CONARE em relação a solicitações de haitianos, apenas 4 (0,1%) foram de deferimento (BRASIL, 2020a).

migrantes que permanecem na condição de solicitantes de refúgio, venham estes a ser reconhecidos ou não como refugiados ao final do processo.

RESULTADOS QUALITATIVOS

Os aspectos quantitativos destacados trazem um pouco da dimensão da população migrante que está na condição de solicitante de refúgio no Brasil. Por outra perspectiva, em nossa experiência como voluntários no CONARE (MARTINO; CORREA, 2018), pudemos observar alguns dos empecilhos aos quais estão expostas essas pessoas, muitos deles relacionados a características próprias do documento de identificação que se porta.

Apesar de ter elementos que visam atestar sua autenticidade (como um código QR), o “protocolo de solicitação de refúgio” tem problemas de aceitação em diversos contextos, algo decorrente principalmente do amplo desconhecimento que há sobre sua existência e de seu aspecto pouco verossímil como documento oficial, considerando que sua emissão se dá em uma folha de papel sulfite. Exemplo disso são as dificuldades de abertura de conta bancária relatadas com alguma frequência por solicitantes de refúgio, pois, ainda que seja um direito garantido por lei, há agências que resistem a fazê-lo devido à desconfiança em relação a um documento de legitimidade pouco crível. Pelos mesmos motivos, muitos locadores, por sua vez, recusam alugar seus imóveis a solicitantes de refúgio, gerando aos últimos problemas também no âmbito da moradia (MARTINO; CORREA, 2018, p. 41-42).

Portar o “protocolo”, ademais, pode também ser um obstáculo para o ingresso em uma universidade. Além dos elementos anteriormente apontados, a vigência de um ano do documento, não rara vez, leva à rejeição da matrícula do solicitante, já que a duração dos cursos oferecidos costuma ser maior do que isso.

A inserção laboral, de igual modo, pode ser afetada, levando-se em conta a hesitação por parte de alguns empregadores a contratarem solicitantes de refúgio a vagas formais ainda que estes, por direito, portem uma Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), fator que, por conseguinte, pode se somar a outros que impelem muitas dessas pessoas a recorrer ao mercado informal. Em um contexto de pandemia, por exemplo, isso pode implicar uma maior instabilidade de renda e a suscetibilidade a ocupações em condições menos salubres, aumentando a exposição ao vírus circulante.

Para além do documento de identificação, há restrições inerentes à própria categoria de solicitante de refúgio. Uma delas é a privação do direito de se trazer familiares

para aqui se estabelecerem. Um migrante que tem reconhecida sua condição de refugiado, por exemplo, pode requerer junto às autoridades competentes que seja emitido um visto de viagem que permita que parentes residindo no exterior se juntem a ele no Brasil, possibilitando ser-lhes estendido, subseqüentemente, o mesmo *status* jurídico de “refugiado”. Esse mecanismo, comumente referido como “reunião familiar”, não está disponível aos solicitantes de refúgio, os quais tampouco gozam de muitas possibilidades para viajar ao exterior para visitar a família e amigos, tendo em vista, entre outros fatores, que a posse do “protocolo” desencoraja a saída do país ao não garantir à pessoa conseguir um visto para regressar. Há, de igual modo, o caso dos solicitantes cujo passaporte do país de origem expirou e que não conseguem renová-lo junto às autoridades consulares de seu país ou obter o passaporte brasileiro válido como autorização de viagem a migrantes, o que os deixa, na prática, impossibilitados de deixar o Brasil.

Tratando-se especificamente da reunião familiar, são muitas as possíveis consequências de não se ter acesso a tal direito. Do ponto de vista financeiro, o migrante pode ter prejuízos quando necessita realizar a remessa de recursos a parentes em outro país, já que, para tanto, incorre em elevados gastos nos trâmites bancários. Há também as implicações psicológicas que o distanciamento familiar pode trazer tanto ao migrante no Brasil como aos parentes que estão no exterior, incluindo-se o pesar por não poder acompanhar ritos fundamentais na vida de pessoas próximas, como casamentos e velórios. Em relação aos familiares, há de se levar em conta, ainda, os possíveis riscos à integridade física, caso essas pessoas, entre outras possibilidades, se encontrem em local onde temem ser perseguidas.

A condição de solicitante de refúgio pode também alimentar uma série de incertezas na vida do migrante que a sustenta. Além da exposição aos cenários apresentados nesta seção (que, vale dizer, não esgotam todas as possibilidades), incide sobre a qualidade de vida dessas pessoas o fato de muitas delas poderem passar vários anos sem saber se obterão ou não sua autorização de residência pela via do refúgio, conforme os dados com os quais trabalhamos ao longo do texto apontam. Ao desconhecerem se ficarão no país onde estão residindo (e, se sim, em que condições), torna-se difícil fazer planos de longo prazo exequíveis em relação ao futuro tanto pessoal como familiar. Em resumo, a regularização migratória influencia diretamente na forma como a pessoa se insere na sociedade de acolhida, especialmente no que se refere a fatores como o acesso a direitos e ao mercado de trabalho e a exposição a determinados comprometimentos de saúde, como

sintomas de ansiedade, depressão, dentre outros, decorrentes das incertezas próprias da condição de solicitante (DIAS; GONÇALVES, 2007).

REFLEXÕES FINAIS

Abdelmalek Sayad (1998) argumenta que há uma provisoriedade que é inerente à condição de migrante e que esta deve ser reafirmada constantemente, nunca se tornando uma permanência definitiva, mesmo em tempos nos quais a imigração é vista como vantajosa ao país de destino. Em outras palavras, a permanência de um migrante jamais é conquistada “de uma vez por todas”, de modo que o temor de retorno compulsório ao local de origem nunca cessa de forma absoluta, assim como tampouco ocorre o pleno pertencimento à sociedade na qual se está vivendo. Pensando-se na categoria da qual o presente trabalho trata, pode-se refletir se o solicitante de refúgio seria a máxima expressão da “provisoriamente permanente” abordada por Sayad, considerando-se as explícitas incertezas próprias da referida condição migratória e, no caso brasileiro, o extenso tempo que nela se costuma passar.

Tem-se visto, recentemente, medidas que parecem se direcionar justamente a uma redução no número de solicitantes de refúgio no Brasil, como é o caso do reconhecimento *prima facie* de venezuelanos e de Portarias de concessão de autorização de residência relacionadas a nacionalidades como a senegalesa (uma das mais representadas entre as solicitações de refúgio ativas), acrescentando-se às possibilidades advindas da sanção da Lei de Migração (nº 13.445/2017) e sua regulamentação. Cabe averiguar-se, no entanto, quais são, precisamente, as motivações do governo com as mencionadas iniciativas e se estas são apropriadas não só do ponto de vista institucional (no sentido de se aliviar a sobrecarga às instituições que atuam na área), mas, também (e principalmente), dos migrantes – caso da anulação do processo de elegibilidade para o refúgio quando se obtém uma autorização de residência por outra via, considerando-se que o fato de se recorrer a outras formas de regularização migratória não necessariamente significa que a pessoa não se entende como refugiada, podendo isso, na verdade, decorrer de oportunidades circunstanciais e mais céleres para se desprender da condição de solicitante de refúgio. Nesse sentido, deve-se levar em conta que a morosidade do processo de elegibilidade apreendida a partir dos dados da seção quantitativa afeta inclusive aqueles que, ao final, devem ser reconhecidos como refugiados, pois os faz passar mais tempo na condição de solicitantes de refúgio, com todas as implicações que isso pode trazer.

Por outro lado, também deve-se rechaçar qualquer interpretação que atribua responsabilidade pela sobrecarga de casos no CONARE ou, até mesmo, oportunismo aos migrantes que recorrem ao sistema de refúgio conscientes ou não de que terão suas solicitações indeferidas. Quando a busca pela permanência e por melhores condições de subsistência em um país depende da regularização migratória e, por outro lado, a burocracia não permite que se vislumbrem alternativas acessíveis para tanto, é legítimo que solicitar refúgio faça parte das estratégias de vida de uma pessoa. Nesse sentido, é necessário tanto que haja maior celeridade no processo de elegibilidade para o reconhecimento da condição de refugiado como que esta seja combinada com a adoção de procedimentos institucionais que visem orientar o migrante a outras formas de regularização de sua residência quando o refúgio não é uma opção.

Duas questões mais, por fim, devem ser levadas em conta nesse aparente esforço de “enxugamento” do sistema de refúgio, sendo elas: I) as categorias nas quais os solicitantes vão se enquadrando também apresentam suas limitações e, logo, novos desafios aos migrantes, como é o caso do próprio refúgio em relação à necessidade de obtenção de autorização expressa do CONARE para a realização de viagens internacionais e, também, das Portarias para os senegaleses e haitianos anteriormente mencionadas, já que se tratam de medidas, a princípio, temporárias; e II) haverá pessoas que continuarão como solicitantes de refúgio sem encontrar alternativas (incluindo-se muitos dos que permanecem como tais após o indeferimento de seu pleito em 1ª instância), correndo o risco de se tornarem “invisíveis” aos olhos das políticas migratórias diante da regularização da permanência de pares seus por outras vias. A situação dessas pessoas justifica não só que se busque a viabilização de novas formas de autorização de residência, como também que sejam melhores as condições experimentadas dentro da própria categoria de solicitante de refúgio.

REFERÊNCIAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados.** Geneva, 28/08/2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/CONARE. **Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio.** Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/CONARE. **Tabela com decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado:** ACNUR (1993-1997) e

Conare (1998 a dezembro de 2020). Brasília, DF, 2020b. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seusdireitos/refugio/anexos/CpiadeDeciesConarehistoricoCompletoate02122020_site2.xlsb. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/CONARE. **Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 23 de novembro de 2020**. Brasília, DF: 2020c. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/SITE.CSV>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23/12/1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

DIAS, S.; GONÇALVES, A. Migração e saúde. **Revista Migrações**, Lisboa, n. 1, p. 15-26, 2007. (Número Temático Imigração e Saúde).

MARTINO, A. A.; CORREA, P. M. A. Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e suas alternativas de permanência: percepções a partir da experiência como voluntários no Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, n. 83, p. 37-68, 2018.

SAYAD, A. O que é um imigrante?. In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, SP: EdUSP, 1998. p. 45-72.

THE INEQUALITY OF OPPORTUNITIES IN THE LABOR MARKET FOR ARTS AND ENTERTAINMENT IN BRAZIL¹

*Giovana Cavaggioni Bigliazzi**
Mônica Yukie Kuwahara♦
Ana Luísa Gouvêa Abras♥
Ana Claudia Polato e Fava♠

ABSTRACT

The importance of culture in economic development has been widely researched, but there are not so many studies about gender inequality within the arts labor market. Our main goal is to describe the inequalities of opportunities for workers in the arts and entertainment industry in Brazil. The inequality of opportunities is a driver to injustice when circumstances, factors beyond the control of individuals, contribute in achieving outcomes and performance. To investigate it we generate an inequality of opportunity indicator and analyze its composition. Descriptive statistics show that groups of non-white women receive lower average monthly earnings, although there are no physical limitations or necessary attributes to engage in activities that could favor men. Our results indicate unequal earnings associated with gender in Sao Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Rondônia, Espírito Santo, Piauí, and Alagoas; skin color in southern states and Mato Grosso do Sul, and formal labor contract occurrence in the rest of the country.

Keywords: Inequality of opportunities; Labor market; Economics of culture.

JEL: D63, O12, Z10

INTRODUCTION

The main purpose of this chapter is to estimate and describe the inequalities of opportunities in arts and entertainment in Brazil. Following John Roemer's (1998) principle of equal opportunities, there is a rich literature on the relevance of circumstances and efforts to achieve results and outcomes (ABRAS et al., 2013; ALMÁS et al., 2011; CHECCHI; PERAGINE, 2005; COGNEAU; GIGNOUX, 2005; FERREIRA; GIGNOUX, 2011; FLEURBAEY; PERAGINE, 2013; GAER; SCHOKKAERT; MARTINEZ, 2001). The importance of culture in economic development is also widely researched in different aspects, particularly in studies about the expenditure, and consumption of cultural goods and services, and funding for the cultural sector

¹ This paper is a partial result from research project supported by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) – Financing Code 001.

* MSc in Economics (Graduate Program in Economics at Federal University of ABC – PPGE- UFABC). E-mail: gii.bigliazzi@gmail.com

♦ Dr. in Communication Sciences (ECA-USP). Professor at Graduate Program in Economics (PPGE), Federal University of ABC (UFABC). E-mail: monica.kuwahara@ufabc.edu.br

♥ Ph.D. in Economics (University of Maryland College Park). Professor at Graduate Program in Economics (PPGE), Federal University of ABC (UFABC). E-mail: ana.abras@ufabc.edu.br

♠ Ph.D. in Agricultural and Consumer Economics (University of Illinois at Urbana-Champaign). Professor at Graduate Program in Economics (PPGE), Federal University of ABC (UFABC). E-mail: ana.fava@ufabc.edu.br

(FURTADO, 1984; TOLILA, 2007; TOWSE, 2006; 2010; 2015). Otherwise, there are not many studies on the cultural sector in Brazil which take the inequality in the arts and entertainment sector together, resulting in a lack of information on inequality in the arts labor market as well as of the cultural sector.

The opportunity to choose has an agency freedom aspect when it allows someone to choose a job just because of her ability to act on behalf of what matters for her. If there is gender inequality in salaries, there are disadvantages in converting income into particular functionings, hence limiting the real opportunity to achieve valued functionings. The real opportunity to select from among various good possibilities is necessary, it is capability, and it is development as freedom, including the freedom to choose to be an artist. Additionally, access to culture allows a person to expand basic functioning and could be considered a conversion factor in human development and other free choices (SEN, 1992).

We can address inequalities within a given sector by analyzing working conditions within it, in a way that the inequality existing in a given market can also be analyzed in terms of its workers' income and opportunities, as well as appreciation for their contribution. The labor market in arts and entertainment can be assessed not only from the perspective of inequality, but also by its role in generating jobs, income, and socioeconomic inclusion. Additionally, the sector's activities relate to development from both, the economic activity perspective per se, and the social aspect, as well as its human capital formation function. Activities in the cultural field generate income, employment, and well-being capable of promoting social inclusion and cohesion, especially among minority groups (GORGULHO et al., 2009).

It is both important and interesting to study the characteristics of the arts labor market and of its workers (the artists), due to its relevance for the formulation of public policies aimed at promoting socio-economic development. On the one hand, it allows us to think about how a dynamic – yet informal and undervalued – market can be important for the economy and society, contributing to a reflection on broader public policies for human development. On the other hand, it engenders reflection on the possibility of personal fulfillment through the profession of an artist. If there are barriers to entry associated with personal or market characteristics, this is evidence of deprivation in choices.

The capabilities are the manifestation of each individual's opportunities to achieve functionings inherently associated with freedom of choice to achieve well-being. If there are wage differences explained by personal attributes, there is evidence of inequality of opportunities in the sector. According to the Capabilities Approach, the inequalities are

deprivations related to the insufficiency of capability achievements (SEN, 1985; 1992; ROBEYNS, 2005).

We use data from the 2010 demographic census to describe the profile of workers in the arts sector in Brazil and to identify the most and least vulnerable socioeconomic groups. We then apply the Equality of Opportunities approach (ROEMER, 1998) in the specific field of the arts labor market. With this approach, the concept of opportunity can be expressed through the definition of its two fundamental elements: the efforts made by individuals and their innate characteristics. The latter are the circumstances surrounding these individuals, usually gender, race, and background (BOURGUIGNON; FERREIRA; MENENDEZ, 2007). The two elements are considered, respectively, as factors of responsibility and non-responsibility.

Differentiating between factors of responsibility and non-responsibility, or efforts and circumstances, is important to distinguish the two forms of income inequality identified in Roemer's approach. According to Roemer (1998), individuals who exert similar levels of effort are equally responsible for any consequence that derives from their actions, and their rewards must be equal. Consequently, not all differences in results are ethically unacceptable since there are different levels of individual effort. We can define ethically acceptable (fair) inequalities as those arising solely from effort factors or “factors of responsibility”. In the meantime, inequalities that are due only to exogenous factors (circumstances or “factors of non-responsibility”) are considered morally unacceptable, i.e., unfair (ALMÁS et al., 2011). In a context of perfect equal opportunities, circumstances should not affect individual economic results. “Opportunity inequality” is that part of the inequality that is due to circumstances beyond the control of the individual and, therefore, is the ethically offensive part of the inequality (JUÁREZ; SOLOAGA, 2014).

Greater equality of opportunity can lead to effects opposite to those of income inequality: more efficient use of human and physical capital, increased social cohesion, and more sustainable development (ROEMER, 1998). Hence, we can interpret equality of opportunity policies as responsible for “leveling” economic agents in terms of the conditions for individual action in such a way that individual achievements reflect not the initial circumstances, but the different levels of effort.

Cogneau and Gignoux (2005) researched inequality of opportunity and income in Brazil using data from the National Household Sample Survey (PNAD). They constructed two measures of inequality of opportunities for the specific group of economically active men between 40 and 49 years old. Gaer; Schokkaert and Martinez (2001) proposed an

opportunity inequality index based on the income expectancy of a person conditioned to his parents' income class and the probabilities in the transition matrix between the two generations.

Abras et al. (2013) quantified inequality of opportunities in labor market returns in Europe and Central Asia using the Human Opportunity Index (IOH) methodology structured by Barros et al. (2009). Their results suggest the existence of substantial inequality of opportunities in employment status and wide variations between countries. Also, the authors found correlations between measures and perceptions of inequality that suggest that inequality between groups, as opposed to general inequality, has a stronger association with perceptions of justice in society. Ferreira and Gignoux (2011) constructed a scalar measure of inequality of opportunity that captures inequality between groups defined exclusively based on predetermined circumstances and applied it to six countries in Latin America. The authors found that inequalities of opportunity represent a quarter to half of the total inequality.

Interested in making the distinction between just and unjust inequalities, Almas et al (2011) investigated the implications of "sensitive to responsibility" theories of justice in assessing income distribution in Norway from 1986 to 2005. The authors concluded that both distributions of pre- and post-tax income became less fair in Norway. Checchi and Peragine (2005) used data from Italy and decomposed the inequality in income and skills into two components: the first due to a single exogenous circumstance, parents' education, and the second, a residual component attributed to effort. In their later work, they provide a methodology for measuring inequality of opportunity and its breakdown into "ethically acceptable" and "ethically unacceptable" components. The authors found results that indicated that approximately 20% of income inequalities in Italy stem from inequalities of opportunity (CHECCHI; PERAGINE, 2010).

In this paper, we apply Roemer's (1998) approach to build an inequality indicator in the arts labor market in Brazil. We then decompose the indicator using the Shapley methodology, which allows us to obtain the fraction of inequality that arises from each of the circumstances. We use data from the 2010 Demographic Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).

Our research contributes to the empirical literature on cultural employment in Brazil in two ways. First, we develop an analysis focused on the arts and entertainment employment, providing new insights about this specific labor market. Second, we build upon the equality of opportunities literature and look at gender and racial differences in

income for artists over the country, identifying regional differences and tendencies, which can be important for public policy making. Our database allows the analysis of inequality up to the municipal level of disaggregation, as well as the analysis of groups according to sex, race and employment status. To the best of our knowledge, there are no studies on inequality that occupied on the labor market of this specific sector and in this disaggregation level for Brazil.

One of the limitations refers to the arbitrariness in the choice of circumstances to be considered in the analysis. In addition, the research suffers limitations due to the lack of information available in the database. Ferreira and Gignoux (2011) point out the difficulty of obtaining a data set that contains all information about circumstances that influence income, that is, there will always be omitted circumstances. This is not a factor that makes the research unfeasible, since we can still calculate a lower-bound for inequality of opportunities even with incomplete circumstances.

METHODOLOGY

We investigate the labor market in arts and entertainment in Brazil based on data from the 2010 demographic census. This segment of the sector comprises workers employed mainly as creative and interpretive artists, as defined in the IBGE's Classification of Occupations for Household Research (COD). There is a high concentration of these workers in the Southeast and Northeast regions of Brazil. The Southeast is also the region with the highest concentration of cultural facilities, suggesting the existence of a better cultural environment and greater demand for artistic products in this region.

Although our focus is not exclusively on the monetary dimension, we use income as a result variable in this analysis because of its importance as an “instrumental asset” to be converted into other goods and services such as education, health, leisure, food, and clothing, among others. These, in turn, can be important for promoting equal opportunities. We analyze the differences in the average monthly wages of the artists taking into account the circumstances of sex, skin color, and status of employment. Other works use similar circumstances in their analysis (ADAMCZYK; FOCHEZATTO, 2020, FIGUEREDO et al., 2014; BOURGUIGNON et al., 2007, FERREIRA; GIGNOUX, 2011).

We use the empirical strategy developed by Juárez and Soloaga (2014) for the analysis of inequality of opportunities using the software Stata. These authors developed the `iop` command to estimate inequality of ex-ante opportunities for different types of

variables (continuous, dichotomous, and ordered), providing standard auto-initialization errors and two decomposition methods. There are several methods for assessing ex-ante inequality of opportunities, including the regression approach. This method allows us to relate a result variable to a given set of circumstances (JUÁREZ; SOLOAGA, 2014).

Let y be the result variable and C be a matrix of individual circumstances. The regression approach relates the return to circumstances by conditional expectation:

$$\hat{y} = E[y|C] \quad (1)$$

Taking into account the variables selected for this paper, (1) takes the form:

$$\widehat{w_{artists,s}} = E[w_{artists,s} | (sex_s, color_s, emp_status_s)] \quad (2)$$

where $w_{artists}$ represents the average earnings obtained by artistic workers in Brazil in 2010; the index s indicates the state, sex is a dummy that takes the value 1 for female workers; $color$ is a dummy that takes the value 1 for nonwhite workers; and emp_status is a dummy that takes the value 1 for informal workers.

After estimating the regression of circumstances on income using OLS (FERREIRA; GIGNOUX, 2011), we calculate the inequality of opportunities using an inequality measure $I(\cdot)$ applied to the estimate of y (\hat{y}):

$$\theta_a = I(\hat{y}) \quad (3)$$

The interpretation of (3) is that all variation in the vector is due exclusively to circumstances and therefore refers to inequality of opportunities (Juárez and Soloaga 2014). In addition to this measure of absolute inequality, the method allows us to obtain a measure of relative inequality:

$$\theta_r = \frac{I(\hat{y})}{I(y)} \quad (4)$$

To analyze how each circumstance contributes to the total inequality of opportunities, we undertake the Shapley decomposition. This technique decomposes the estimation result according to the groups of circumstances, generating plots that can be interpreted as the contribution of each regressor (type of circumstance) to the estimated inequality. To calculate Shapley's decomposition using Stata's *iop* package (JUÁREZ; SOLOAGA, 2014), we first estimate the inequality for all possible permutations of the circumstance variables and then calculate the average marginal effect of each circumstance variable on the total inequality of opportunity.

RESULTS AND ANALYSIS

Table 1 summarizes the basic statistics we obtained from the Brazilian demographic census microdata (IBGE, 2012). The percentage of artists employed in the informal sector is around 89%, with higher averages in the North and Northeast of the country, and lower in the South. There is a predominance of women in the sector in all regions except for the South and Midwest. We also found important regional differences both in income and in the size of the labor market in the artistic sector, which present higher values in the Southeast, Midwest, and South of the country.

TABLE 1 – Statistics for the arts and entertainment labor market (Brazil, 2010)

PANEL A: Proportion of artistic workers per region according to individual circumstances						
Circumstance	North	Northeast	Southeast	South	Midwest	Total
<i>Sex</i>						
Male	48,50	49,54	44,64	71,26	76,40	50,94
Female	51,50	50,46	55,36	28,74	23,60	49,06
<i>Skin color</i>						
White ^(a)	23,85	33,19	62,39	72,36	47,68	48,48
Nonwhite ^(b)	76,15	66,81	37,61	27,64	52,32	51,52
<i>Employment Status</i>						
Formal ^(c)	91,58	93,54	87,62	77,01	79,12	11,23
Informal ^(d)	8,42	6,46	12,38	22,99	20,88	88,77
PANEL B: Average wages^(e) according to individual circumstances						
Circumstance	North	Northeast	Southeast	South	Midwest	Total
<i>Sex</i>						
Male	939,97	700,35	1.328,90	1.244,69	1.515,23	1.058,97
Female	478,30	375,51	719,21	825,64	1.115,19	575,63
<i>Skin color</i>						
White	967,08	651,96	1.109,63	1.296,20	1.717,55	1.035,58
Nonwhite	620,34	480,74	797,45	670,26	1.151,77	622,27
<i>Employment Status</i>						
Formal	1.424,56	1.241,95	1.812,86	1.441,94	2.271,95	1.608,54
Informal	634,91	487,67	874,37	1.029,69	1.194,48	721,72
PANEL C: Artistic workers' individual characteristics by sex and skin color groups						
Individual characteristic	Male, white	Male, nonwhite	Female, white	Female, nonwhite	Total	
Age (years, mean)	37,64	35,84	42,09	38,55	37,61	
Years of schooling (mean)	9,15	7,28	9,06	6,91	7,53	
Hours worked per week (mean)	31,61	31,13	30,05	28,85	30,54	
Married (%)	0,34	0,31	0,44	0,37	0,36	
Formal job (%)	0,20	0,15	0,09	0,05	0,11	
Metropolitan Area (%)	10,18	7,80	8,33	6,86	5,9	
Wage (mean)	1573,21	965,70	942,91	506,47	823,24	

Source: Prepared by the authors using data from the IBGE Demographic Census (2010). Notes (a) Self-declared white and yellow; (b) self-declared black, mixed-race and indigenous people; (c) employees with a formal contract, military, and statutory civil servants; (d) employees with no formal contract and on their own account; (e) values of 2010.

In Table 2, we compare the average wages of workers according to their profiles. There is evidence of the importance of circumstances (sex, skin color, and status of employment) in the differences between the wages of artists in the labor market.

TABLE 2 – Average wages^(a) of Brazilian artists according to workers' profiles^(b)

Region / State	Men				Women			
	White ^(c)		Nonwhite ^(d)		White		Nonwhite	
	Formal ^(e)	Informal ^(f)	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
North								
AC	2.428,74	915,06	1.408,38	642,91	510	789,58	473,68	467,12
AP	3.873,34	835,86	2.277,08	684,25	510	841,39	1.387,17	464,51
AM	2.493,92	1.043,94	1.594,67	1.117,60	2.222,27	1.138,84	1.583,26	499,59
PA	1.838,90	916,9	1.134,00	717,68	1.828,23	607,82	924,86	475,86
RO	1.119,83	1.717,44	1.156,67	743,18	785,17	779,36	1.199,13	467,34
RR	1.733,94	1.214,91	2.381,83	758,81	700	463,99	1.215,51	365,15
TO	2.069,20	2.053,56	859,68	1.197,88	724,29	571,51	1.150,71	388,72
Northeast								
AL	1.563,82	968,42	1.486,96	735,4	682,87	616,72	707,68	349,45
BA	2.358,68	1.231,75	1.162,25	740,75	3.065,38	588,1	1.160,00	419,05
CE	1.465,54	748,48	1.120,33	678,01	1.268,70	526,88	3.058,53	282,92
MA	2.006,12	709,24	1.525,56	594,42	3.009,25	590,71	1.578,64	306,9
PB	1.779,02	788,67	1.170,69	651,64	1.265,07	593,62	940,44	384,19
PE	1.141,17	882,78	1.339,63	749,5	1.361,80	631,04	722,11	416,7
PI	957,62	634,97	1.278,17	539,33	590,87	364,37	500,65	302,82
RN	841,61	855,17	1.505,53	730,17	1.148,79	618,74	1.200,62	406,19
SE	1.004,25	1.052,95	1.037,04	774,08	5.448,42	601,96	769,97	563,15
Midwest								
DF	7.224,43	1.861,88	2.676,24	1.263,17	4.559,40	1.089,15	4.965,15	1.284,55
GO	4.425,85	1.824,75	2.532,52	1.288,31	2.297,62	1.456,40	824,74	710,06
MT	2.040,66	1.421,68	1.364,57	988,49	990,27	1.189,02	1.801,37	818,96
MS	1.208,65	1.556,24	1.179,90	1.162,81	733,38	1.132,96	635,2	557,54
Southeast								
ES	2.705,95	1.166,55	1.123,31	1.043,48	1.703,90	810,35	928,79	599,01
MMG	1.630,91	1.105,76	1.143,16	1.046,79	1.062,51	703,96	727,75	561,12
RJ	5.075,68	2.130,27	2.731,36	1.262,65	4.330,13	1.201,14	2.137,29	648,02
SP*	1.775,90	1.444,65	1.483,11	998,9	1.311,25	720,35	1.193,34	674,33
SPMA**	3.593,06	2.852,00	1.844,62	1.465,81	2.774,64	1.753,87	1.033,27	774,21
South								
PR	2.227,41	1.457,59	1.156,39	926,62	1.645,92	1.395,51	1.191,11	286,27
RS	1.674,68	1.334,38	1.231,38	878,27	1.026,68	1.216,28	1.016,96	397,95
SC	1.654,57	1.468,75	1.338,87	986,51	1.346,69	1.250,79	1.000,01	405,13
Total	2.632,92	1.586,12	1.161,54	904,47	2.331,87	958,89	1.342,83	475,42

Source: Prepared by the authors using data from the IBGE Demographic Census (2010). Notes: (a) Values of 2010; (b) worker profiles established according to the circumstances: sex, skin color and employment status; (c) self-declared white and yellow; (d) self-declared black, mixed-race and indigenous people; (e) employees with a formal contract, military, and statutory civil servants; (f) employees with no formal contract and on their own account. *State of São Paulo without its Metropolitan Area; ** São Paulo Metropolitan Area.

We present the results of the estimation of (2) in Table 3. The regression approach is based on simple intuition: the greater the fit, the greater the inequality of opportunity.

TABLE 3 – Partial correlations of circumstances with average wages of artists in Brazil (2010)

W_artists	North							Midwest				South		
	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	DF	GO	MS	MT	PR	RS	SC
Sex	-362.5*** (117.1)	-605.4*** (201.6)	-305.6** (135.5)	-264.4*** (48.39)	-685.9*** (145.6)	-484.5*** (121.3)	-395.7** (195.8)	-302.0** (130.3)	-447.9** (182.5)	-432.4 (294.4)	-423.8 (506.1)	-375.2*** (81.32)	-312.8*** (67.57)	-274.7*** (92.33)
Color	-248.1* (144.7)	-121.1 (243.7)	-148.7 (151.4)	-229.2*** (56.81)	-535.7*** (173.9)	-426.5*** (121.6)	-413.9* (218.0)	-343.4*** (116.4)	-416.7** (162.0)	-638.7*** (234.8)	-866.6** (431.7)	-680.5*** (78.51)	-471.3*** (71.59)	-475.3*** (104.0)
Emp_Status	-831.3*** (183.7)	-1,092*** (285.6)	-1,426*** (218.0)	-608.8*** (100.9)	-268.3 (308.7)	-177.0 (170.0)	-671.8** (258.9)	-406.2*** (134.9)	158.8 (205.3)	-1,293*** (284.6)	-3,699*** (540.2)	-499.7*** (98.95)	-264.0*** (68.45)	-151.9* (88.47)
Obs	1.113	7.040	1.415	14.669	2.603	655	2.649	3.322	5.618	3.050	2.624	11.275	13.591	7.357
R ²	0.69	0.30	0.29	0.76	0.72	0.10	0.52	0.72	0.44	0.55	0.28	0.10	0.57	0.38
W_artists	Northeast							Southeast						
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP1	SPMA
Sex	-233.5*** (46.53)	-210.2*** (32.13)	-298.1*** (37.14)	-256.5*** (54.10)	-217.4*** (41.92)	-227.1*** (35.02)	-155.3 (101.8)	-321.9*** (56.96)	-321.9*** (56.96)	-421.1*** (72.02)	-398.1*** (27.74)	-668.5*** (103.9)	-963.5*** (129.8)	-612.4*** (41.22)
Color	-170.7*** (52.93)	-31.34 (36.27)	-123.3*** (38.33)	-93.90* (53.83)	-117.2*** (41.99)	-117.4*** (34.89)	-307.7*** (112.0)	-197.4*** (60.06)	-197.4*** (60.06)	-250.6*** (70.24)	-138.7*** (27.13)	-692.9*** (104.8)	-1,247*** (142.1)	-305.9*** (46.40)
Emp_status	-999.8*** (102.1)	-471.7*** (77.09)	-658.8*** (76.18)	-525.8*** (101.1)	-642.7*** (76.09)	-495.9*** (69.39)	-662.2*** (184.5)	-531.9*** (123.0)	-531.9*** (123.0)	-623.2*** (125.1)	-315.1*** (41.92)	-2,053*** (156.3)	-706.9*** (171.0)	-367.8*** (58.73)
Obs	7.242	35.098	27.638	10.241	10.271	21.740	6.635	7.706	4.593	7.745	48.042	49.945	35.897	42.836
R ²	0.29	0.10	0.63	0.68	0.94	0.52	0.52	0.11	0.11	0.87	0.60	0.81	0.60	0.85

Source: Prepared by the authors based on data from the IBGE Demographic Census (2010). Note: Standard deviations in parentheses; * significant at 10%; ** significant at 5%; *** significant at 1%

The regression of circumstances on income has a good fit, indicating a scenario of lower equality of opportunities. Also, there is a statistical significance for the coefficients associated with circumstances in the vast majority of cases, and a negative correlation between average wage and all circumstances.

Next, we estimated the index of opportunities for artists in Brazil. We obtained the values of absolute (θ_a) and relative inequalities (θ_r) estimating equations (3) and (4). We present our results in Table 4.

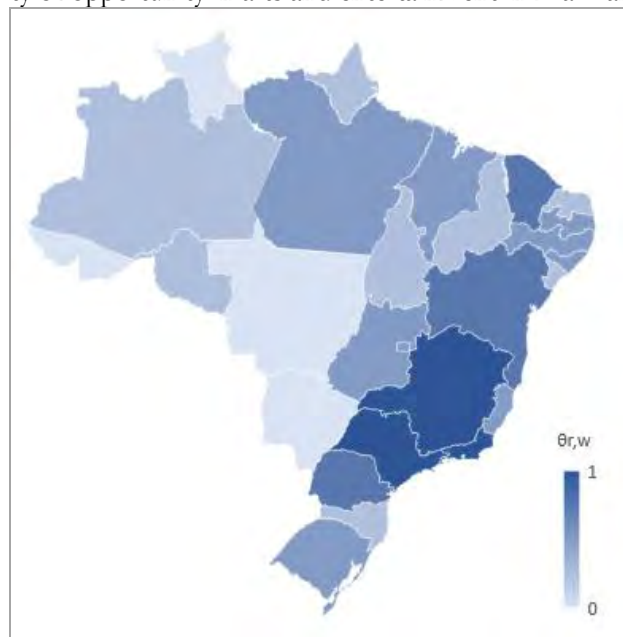
TABLE 4 – Inequality of opportunity in the arts and entertainment labor market in Brazil (2010)

Region / State ^(a)	θ_a	Standard Deviation	θ_r	Standard Deviation
North				
RR	0.213063	(0.106624)	0.523087	(0.106624)
AP	0.128872	(0.063357)	0.359326	(0.063357)
AC	0.160425	(0.149068)	0.337196	(0.149068)
TO	0.233441	(0.182608)	0.328792	(0.182608)
RO	0.096743	(0.038886)	0.232775	(0.038886)
PA	0.064422	(0.019230)	0.123888	(0.019230)
AM	0.066122	(0.023264)	0.119265	(0.023264)
Northeast				
MA	0.101918	(0.023753)	0.177836	(0.023753)
AL	0.095846	(0.021040)	0.173637	(0.021040)
BA	0.108803	(0.018770)	0.154442	(0.018770)
CE	0.123490	(0.015545)	0.142322	(0.015545)
PB	0.092370	(0.026131)	0.140549	(0.026131)
SE	0.069361	(0.040163)	0.121821	(0.040163)
PI	0.063697	(0.014109)	0.121182	(0.014109)
RN	0.055791	(0.014724)	0.097190	(0.014724)
PE	0.038207	(0.006835)	0.078676	(0.006835)
Midwest				
DF	0.222668	(0.109792)	0.375404	(0.109792)
GO	0.086606	(0.054333)	0.187526	(0.054333)
MT	0.028429	(0.013482)	0.101275	(0.013482)
MS	0.035268	(0.024937)	0.096720	(0.024937)
Southeast				
RJ	0.213854	(0.031443)	0.337740	(0.031443)
SP ^(b)	0.097140	(0.014284)	0.212906	(0.014284)
SPMA	0.113723	(0.011920)	0.195331	(0.011920)
MG	0.080664	(0.008681)	0.154339	(0.008681)
ES	0.061285	(0.016607)	0.134966	(0.016607)
South				
PR	0.133006	(0.024227)	0.238270	(0.024227)
RS	0.041965	(0.008270)	0.113818	(0.008270)
SC	0.021086	(0.007010)	0.069113	(0.007010)
Total	0.128649	(0.006683)	0.193383	(0.006683)

Source: Prepared by the authors based on data from the IBGE Demographic Census (2010). Standard error in parentheses. *Bootstrap replications*: 100. Notes: (a) States are listed by Region in decreasing order of estimated inequality (θ_r); (b) The estimated values for SP refer to the State of São Paulo, without considering the Metropolitan Area (SPMA) Notes: (a) States are listed in decreasing order of estimated inequality (θ_r); (b) The estimated values for SP1 refer to the State of São Paulo, without considering the Metropolitan Area (SPMA).

We can read the values of θ_r as the percentage of observed inequalities that can be considered as ethically unacceptable (ALMÁS et al., 2011). The estimated inequalities are around 20% for the country as a whole. The greatest inequality was found in Roraima (in the North of the country), while the lowest, of approximately 7%, was in Santa Catarina (in the South). Weighting these results by the size of the market in each of these states, we obtain the results shown in Figure 1. We note the concentration of the highest levels of inequality in the states of the Southeast and Northeast regions.

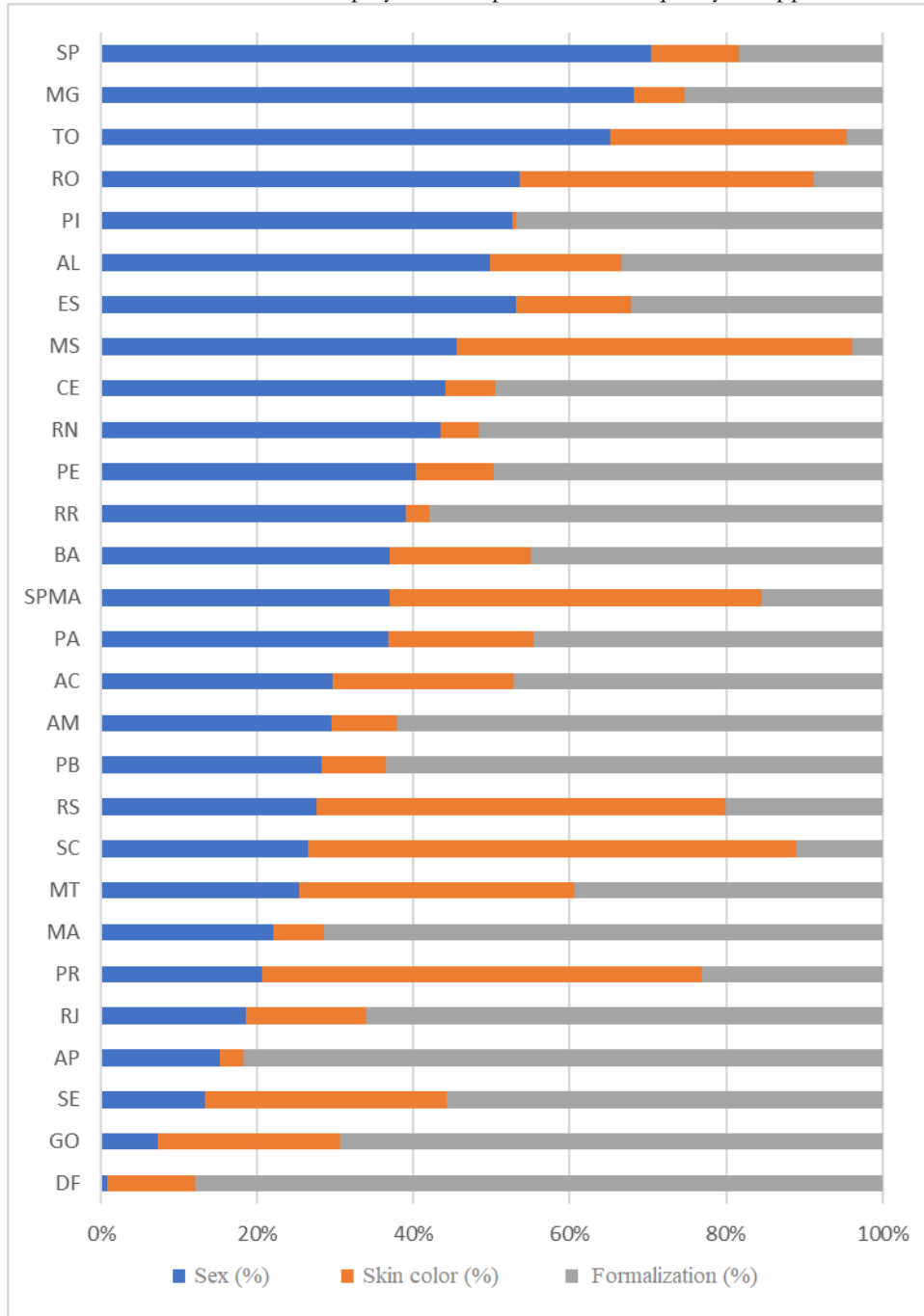
FIGURE 1 – Inequality of opportunity in arts and entertainment in Brazilian states (2010)



Source: Prepared by the authors based on data from the IBGE Demographic Census (2010).

Total inequality is decomposed according to different circumstances through Shapley's decomposition to identify how much each of the circumstances affects total inequality. These results are illustrated in Figure 2.

FIGURE 2 – Results of Shapley's decomposition of inequality of opportunities



Source: Prepared by the authors based on data from the IBGE Demographic Census (2010).

In general, we find that the status of employment is a relevant factor, given the high informality that is characteristic among artist workers. Figure 3 indicates the circumstance with the greatest relative contribution to the estimated inequality of opportunities in the arts and entertainment job market in each state of Brazil.

FIGURE 3 – The relatively most important circumstances for the inequality of opportunity in arts and entertainment in Brazil, by state (2010)



Source: Prepared by the authors based on data from the IBGE Demographic Census (2010).

We note the importance of informality's contribution to the estimated inequalities in the North, Northeast, and Midwest states of the country. In the Southeast the circumstance that contributes the most to the estimated inequality is sex, while in the South it is skin color.

Despite the difference in methods, these results are similar to Figueiredo; Silva and Rego (2012) who find the influence of skin color and country region to the IOP. Moreover, our study underwrites these influences using states instead of regions and includes sex and status of employment as components of inequality.

Our results are also in line with those of Adamczyk and Fochezatto (2020). The authors estimated inequalities of income and opportunities in Brazil on national and state levels, and decomposed these estimates to find the following circumstances weights: 58% referred to informality, 27% to skin color, and 14% to sex. When they studied the wage differences according to workers' profiles, they also found that non-white, informal female workers were the most disadvantaged group.

In this paper we have identified inequalities in opportunities for women, non-white, and informal workers in the Brazilian labor market in the arts and entertainment sector, showing that non-white women receive lower average monthly earnings, although there are no physical limitations for them to exercise such activities that favor men.

Our paper contributes to the literature in two ways. First, we identify which specific circumstances contribute to shaping the inequalities among artistic workers in each state of Brazil. Through this, in future studies, we will be able to suggest different efforts to compensate for the deprivation and enhancing the capability set. Second, we build upon the equality of opportunities literature and look at gender and racial differences in income for artists over the country, identifying regional differences and trends, which can be important for public policy making. We show that the North and Northeast regions of the country have some of the highest inequality of opportunities rates, as well as lowest income averages. But the Southeast and the South are, respectively, the regions with the greatest inequalities resulting from differences in sex and skin color.

REFERENCES

- ABRAS, A. et al. Inequality of opportunities in the labor market: evidence from life in transition surveys in Europe and Central Asia. **IZA Journal of Labor & Development**, [S. l.], v. 2, n. 7, p. 1-22, 2013).
- ADAMCZYK, W. B.; FOCHEZATTO, A. Inequality of opportunity in Brazil: decomposition of the sources of injustice between 2001 and 2014. **Journal of Economic Studies**, UK, v. 47, n. 3, p. 627-647, 2020.
- ALMÁS, I. et al. Measuring unfair (in)equality. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 95, n. 7-8, p. 488-499, 2011.
- BARROS, R. P. et al. **Medida da desigualdade de oportunidades na América Latina e no Caribe**. São Paulo, SP: Singular, 2009.
- BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; MENENDEZ, M. Inequality of Opportunity in Brazil. **Review of Income and Wealth**, UK, v. 53, n. 4, p. 585-618, 2007.
- CHECCHI, D.; PERAGINE, V. Inequality of opportunity in Italy. **The Journal of Economic Inequality**, New York, NY, v. 8, p. 429-450, 2010.
- CHECCHI, D.; PERAGINE, V. **Regional disparities and inequality of opportunity: the case of Italy**. [S. l. : s. n.], 2005. (IZA Discussion Paper, n. 1874).
- COGNEAU, D.; GIGNOUX, J. **Earnings inequalities and educational mobility in Brazil over two decades**. Washington, DC: The World Bank, 2005. (Research (IAI) Discussion Papers 121).
- FERREIRA, F. H. G.; GIGNOUX, J. The measurement of inequality of opportunity: theory and an application to Latin America. **Review of Income and Wealth**, UK, v. 57, n. 4, p. 622-657, 2011.
- FIGUEIREDO, E. A.; SILVA, C. R. F.; REGO, H. O. Desigualdade de oportunidades no Brasil: efeitos diretos e indiretos. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP, v. 16, n. 2, p. 237-254, 2012.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

- JUÁREZ, F. W. C.; SOLOAGA, I. Iop: estimating ex-ante inequality of opportunity. **The Stata Journal**, US, v. 14, n. 4, p. 830-843, 2014.
- PEACOCK, A. **Paying the piper**: culture, music, money. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1993.
- ROEMER, J. E. **Equality of opportunity**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- SEN, A. K. **Inequality re-examined**. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- SEN, A. K. Well-Being, agency and freedom: the dewey lectures 1984. **The Journal of Philosophy**, New York, NY, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.
- TOLILA, P. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pistas. São Paulo, SP: Iluminuras, 2007.
- TOWSE, R. Copyright and artists: a view from cultural economics. **Journal of Economic Surveys**, Inglaterra, v. 20, n. 4, p. 567-585, 2006.
- TOWSE, R. Creativity, copyright and the creative industries paradigm. **KYKLOS**, UK, v. 63, n. 3, p. 461-478, 2010.

TRANSFERÊNCIAS INTERGERACIONAIS ENTRE MÃES E FILHAS: ANÁLISE SOBRE A MOBILIDADE OCUPACIONAL DAS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, SEGUNDO GRANDES REGIÕES¹

*Priscila de Souza Silva**
Luana Junqueira Dias Myrrha[♦]
Silvana Nunes de Queiroz[♥]

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação atual das filhas de trabalhadoras domésticas, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho para as Grandes Regiões do Brasil, em 2014. Para tanto, a principal fonte de informações é o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. Os achados evidenciam que, nas Regiões Norte e Sul, entre as filhas que tiveram ingresso no período de 1958 a 1969, a maioria reproduziu a categoria ocupacional materna, e menos da metade experimentou mobilidade ascendente em 2014. Por sua vez, a partir da coorte de 1970-1981, pode-se verificar aumento expressivo da proporção de filhas que experimentaram mobilidade ascendente, nas respectivas regiões. No Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste foram constatadas tendências distintas em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho, pois a maioria das filhas logrou mobilidade ascendente na ocupação atual em relação às mães. Além disso, verificou-se, em todas as regiões, que as maiores cifras de mobilidade ascendente foram provenientes das filhas das coortes mais jovens (2006 a 2014). Quanto às principais diferenças entre as cinco grandes regiões do País, verificou-se que o Sudeste propiciou as maiores cifras de mobilidade ascendente, ao passo que o Norte apresentou as menores taxas em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas. Ademais, os apontamentos deste estudo sugerem que as mudanças sociais e inclusivas desencadeadas no País, a partir de 2003, foram determinantes sobre as possibilidades de ascensão intergeracional das filhas de trabalhadoras domésticas.

Palavras-chave: Mobilidade Ocupacional; Intergeracional; Coortes; Grandes Regiões.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil convive com desigualdades regionais e socioeconômicas. De um lado, configura a pobreza absoluta de muitos e, de outro, as vantagens de classe advindas da posse de capitais de um grupo restrito. Entre 2003 e 2014, mudanças sociais ocorreram no País, gerando oportunidades para os grupos mais despossuídos (IBGE, 2017) e, neste contexto, os estudos sobre mobilidade intergeracional são importantes.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Mestre em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). Pesquisadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará. E-mail: priscila.souzas@hotmail.com

♦ Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Professora Adjunta IV do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: luanamyrrha@gmail.com

♥ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Dentre os principais determinantes, destaca-se o dinamismo na criação de empregos formais; a expansão das políticas públicas e sociais dos programas e ações direcionadas para os segmentos mais vulneráveis; além da ampliação e da interiorização do ensino básico, técnico e superior (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017).

No cenário de desvantagens histórico-estruturais, chama atenção as filhas de trabalhadoras domésticas. Na grande maioria dos casos, suas mães são trabalhadoras com baixo nível de instrução e poder aquisitivo, provenientes de famílias pobres e numerosas de regiões menos desenvolvidas do Brasil, que, devido às precárias condições de vida, ingressaram nessa atividade como alternativa de sobrevivência. Durante a vida adulta, parte significativa dessas filhas dão continuidade à profissão da mãe, mesmo sob exploração e desvalorização, por ausência de oportunidades, para criar os filhos e lhes proporcionar um futuro melhor (MELO, 1998; SILVA, 2010).

Nesse contexto, é preciso atentar para a persistência das disparidades regionais nos níveis de empregos disponíveis no País, marcado por oportunidades e desigualdades sociais. Os estudos clássicos de Pastore (1979) e Pero (2006) evidenciaram relação positiva entre o grau de desenvolvimento das Grandes Regiões e as taxas de mobilidade social. Assim, considerando as discussões levantadas, o presente estudo tem como objetivo principal analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação atual das filhas de trabalhadoras domésticas em relação às suas mães, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho para as cinco Grandes Regiões do Brasil, em 2014.

Em um quadro de avanços e mudanças sociais vivenciados no País entre 2003-2014, estudos como este permitem evidenciar o quão determinante foram as forças motrizes do crescimento inclusivo na geração de oportunidades concretas para segmentos populacionais mais despossuídos de privilégios de classe, tais como as filhas de trabalhadoras domésticas.

Para tanto, o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a principal fonte de informações. Quanto à organização deste trabalho, este contempla quatro seções, contando com esta introdução. A segunda seção descreve os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. Já a terceira seção traz os resultados do estudo, a partir da análise dos indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação, segundo coortes, nas cinco regiões do Brasil. E a quarta seção, por fim, destaca as considerações finais do estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A principal fonte de informações deste estudo é o Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano de 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É oportuno destacar que a temática de mobilidade sócio-ocupacional foi adicionada à PNAD nos suplementos de 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014. No entanto, somente na edição mais recente, pela primeira vez, investigou-se a ocupação e as características do trabalho das mães quando o(a)s filho(a)s tinha(m) quinze anos de idade. Por esse motivo, as análises sobre a mobilidade das filhas de trabalhadoras domésticas são restritas ao ano de 2014.

No que tange ao recorte geográfico, as cinco Grandes Regiões do Brasil – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – compreendem a área de estudo desta pesquisa. O intuito é avaliar se existem diferenças nos indicadores de mobilidade por coortes, segundo as Grandes Regiões do País.

Neste estudo, compararam-se os estratos ocupacionais no trabalho atual das filhas, com idade entre 16 a 64 anos, em relação à condição materna (trabalhadora doméstica). Dessa forma, considerou-se trabalhadora doméstica a “pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares” (PNAD, 2014, p. 60).

Ademais, os resultados da mobilidade intergeracional foram desagregados em mobilidade ascendente, descendente e imobilidade. A mobilidade ascendente representa a proporção de filhas que ocupam uma posição ocupacional hierarquicamente superior à materna. A mobilidade descendente ocorre quando o estrato ocupacional da filha é inferior ao da mãe. E a imobilidade, por sua vez, consiste na reprodução da categoria ocupacional materna. Para classificação dessas taxas absolutas de mobilidade foram construídos estratos ocupacionais, a partir da escala sócio-ocupacional proposta por Jannuzzi (2004a), que possibilita medir o movimento dos indivíduos dentro da estrutura social². Quanto às coortes, essas foram classificadas nas seguintes categorias, conforme o ano em que a filha começou a trabalhar: i) 1958 a 1969; ii) 1970 a 1981; iii) 1982 a 1993; iv) 1994 a 2005; e v) 2006 a 2014.

INDICADORES DE MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO COORTES

No que concerne aos indicadores de mobilidade intergeracional, segundo as coortes de ingresso no mercado de trabalho, a Tabela 1 mostra os resultados das filhas de

² Para mais detalhes sobre os indicadores utilizados neste estudo, ver Jannuzzi (2004a, p. 80-95).

trabalhadoras domésticas no Brasil, em 2014. No trabalho atual das filhas em relação à condição materna, constata-se que as coortes mais jovens galgaram níveis mais elevados de mobilidade ascendente, menor imobilidade e mobilidade descendente do que as coortes mais velhas. Entre aquelas que ingressaram no mercado de trabalho, no período de 1958 a 1969, apenas 64,8% alcançaram ascensão no trabalho atual, e 30,4% reproduziram a ocupação materna. Por sua vez, entre as filhas de trabalhadoras domésticas da coorte 2006-2014, 92,3% galgaram ascensão no trabalho atual (2014) e somente 6,5%, imobilidade.

TABELA 1 - Mobilidade intergeracional de ocupação, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas – Brasil, 2014

Coortes	Ascendente	Imobilidade	Descendente
1958-1969	64,8	30,4	4,8
1970-1981	67,0	30,9	2,1
1982-1993	74,1	24,1	1,8
1994-2005	81,8	16,1	2,1
2006-2014	92,3	6,5	1,3

Fonte: PNAD (2014).

Ainda assim, verifica-se um fenômeno generalizado, independente da coorte, em que a grande maioria das filhas experimentou mobilidade ascendente no trabalho atual em relação às mães, provavelmente devido ao período de mudanças sociais no País entre 2003 a 2014.

Valendo-se de indicadores sociais e econômicos, estudos apontam para os principais vetores desse processo, com destaque para o fortalecimento das políticas públicas, os programas de transferência de renda, a política de valorização do salário mínimo, a dinâmica da criação de empregos formais, a expansão e a interiorização do sistema de ensino, além da ampliação dos mecanismos de acesso ao ensino superior (JANNUZZI, 2018; JANNUZZI; SOUSA, 2016; POCHMANN, 2010).

Quanto aos indicadores de mobilidade intergeracional, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho, segundo as Grandes Regiões do Brasil, os achados da Tabela 2 evidenciam que a maioria (70,5%) das filhas de trabalhadoras domésticas que ingressaram no mercado de trabalho no Norte, entre 1958 e 1969, reproduziu a ocupação materna, sendo que apenas 29,5% da coorte conseguiram alcançar melhor posto de trabalho do que suas mães.

Nas regiões menos desenvolvidas, a cultura do apadrinhamento e/ou das “mocinhas ajudantes”, durante décadas, foi o principal bolsão ocupacional para meninas pobres e migrantes da zona rural. Provenientes de famílias numerosas, elas eram enviadas por suas mães para casas de família ou conhecidos, em busca de uma chance de vida, abrigo e comida. Todavia, os estudos sobre o trabalho doméstico infante-juvenil

evidenciam que a trajetória dessas meninas foi marcada por exploração, servidão, opressão, ausência de direitos e de proteção (MELO, 1998; PERES; FALCO, 2006; SILVA, 2010).

TABELA 2 – Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas – Região Norte, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	29,5	70,5	-
1970-1981	73,1	22,3	4,5
1982-1993	79,3	16,5	4,2
1994-2005	81,5	18,5	-
2006-2014	88,0	12,0	-

Fonte: PNAD (2014).

Segundo Dias Jr. (2010), enquanto a Taxa de Fecundidade Total (TFI) das mulheres ocupadas no segmento técnico-administrativo era de 1,50 filho por mulher, em 2000, na de empregadas domésticas era de 2,43 e na de trabalhadoras rurais, de 3,24 filhos por mulher. Apesar da diferença entre as classes sociais, cabe destacar que a fecundidade das empregadas domésticas já se apresentava bastante reduzida nos anos 2000.

Considerando esses argumentos, ratifica-se a hipótese de que as filhas da coorte de 1958 a 1969 são provenientes de famílias numerosas que, provavelmente, não tiveram como investir em qualificação dos filhos e, por isso, a grande maioria ingressou no mercado de trabalho na mesma atividade da mãe ou em atividades precárias, em termos de rendimento, jornada de trabalho e proteção social. Essa coorte possivelmente reproduziu o histórico da mãe, tendo muitos filhos, poucos recursos para investir em capacitação pessoal e envelhecendo na mesma categoria materna.

Nas coortes de 1970 a 1981 e de 1982 a 1993, na Região Norte, um maior percentual das filhas experimentou mobilidade intergeracional ascendente, 73,1% e 79,3%, respectivamente, movendo-se para posições ocupacionais mais elevadas em 2014. Em grande medida, esses resultados podem ser decorrentes das mudanças estruturais, a partir da década de 1970, em âmbitos nacional e regional. Naturalmente, também ocorre o efeito da maturidade profissional e da conjuntura econômica recente (2003-2014), que influenciaram, em grande medida, a ascensão das filhas na ocupação atual.

Quanto às filhas que ingressaram no mercado de trabalho entre 1994 e 2014, no Norte, pode-se constatar aumento gradativo daquelas que lograram mobilidade ascendente e redução da imobilidade em sua ocupação atual. Dentre os principais mecanismos que traduzem os respectivos aumentos da mobilidade intergeracional ascendente nos anos 2000, destaca-se a criação do emprego formal. Entre 2002 a 2010, a Região Norte registrou

um aumento na taxa anual de crescimento dos empregos formais de 8,0%, sendo superior às demais regiões e, inclusive, a do País, que foi de 5,5% (ARAÚJO, 2013).

Na perspectiva demográfica, esses resultados também são fruto do crescimento do peso relativo populacional da região no conjunto do País, da redução da mortalidade e fecundidade, dos fluxos migratórios e das mudanças na composição etária que possibilitaram maior investimento em educação, infraestrutura e políticas sociais direcionadas para os segmentos mais vulneráveis (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017).

Com relação aos indicadores de mobilidade intergeracional da Região Nordeste, observa-se tendência distinta, uma vez que a maioria das filhas na ocupação atual ascenderam para melhores postos de trabalho, quando comparadas às suas mães, em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho. Na coorte de 1958 a 1969, 76,3% das filhas lograram mobilidade ascendente em relação ao estrato materno. Por sua vez, 72,3% daquelas que ingressaram no período de 1970 a 1981 alcançaram mobilidade intergeracional ascendente na ocupação que tinham no ano de 2014 (Tabela 3).

TABELA 3 – Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas – Região Nordeste, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	76,3	5,3	18,4
1970-1981	72,3	24,7	3,0
1982-1993	56,8	38,2	5,1
1994-2005	75,1	17,8	7,1
2006-2014	87,3	9,9	2,8

Fonte: PNAD (2014).

Segundo a literatura existente, as possibilidades de ascensão ocupacional refletem as etapas das mudanças estruturais. As fases de expansão e continuidade do crescimento, articulação econômica, desaceleração, crise e desenvolvimento inclusivo no cenário econômico nacional e regional refletem nas taxas de mobilidade ocupacional.

Assim, em alguma medida, o bônus do “Milagre Econômico” (1968-1973), do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), e dos investimentos estatais na integração produtiva das regiões (JANNUZZI, 2004b) pode ter influenciado a trajetória profissional das filhas que ingressaram no mercado de trabalho, entre as décadas de 1960 a 1970. Nesse período, o Nordeste recebeu investimentos em infraestrutura e empreendimentos produtivos – principalmente indústrias de transformação –, que representavam novas oportunidades de ascensão intergeracional, sobretudo quando a posição dos pais era menos privilegiada (CARVALHO, 2018).

Desse modo, a desaceleração econômica em meio às crises fiscal e financeira nacional nos anos de 1980 e 1990 (ARAÚJO, 2014), com elevadas taxas de desemprego e informalidade, possivelmente pode ter impactado nas carreiras das filhas de trabalhadoras domésticas. Principalmente considerando que, entre aquelas que ingressaram na coorte de 1982 a 1993, a maior proporção experimentou imobilidade intergeracional na ocupação atual, dado que 38,2% delas reproduziram a categoria ocupacional materna (trabalhadora doméstica). Ainda assim, mais da metade (56,8%) alcançou mobilidade ascendente em relação à condição das suas mães na ocupação atual, no Nordeste, em 2014.

Vale destacar que os indicadores de mobilidade intergeracional referem-se à ocupação atual das filhas no ano de 2014. Nesse ensejo, o crescimento inclusivo vivenciado em âmbitos nacional e regional, no período de 2003 a 2014, foi importante para as elevadas cifras de ascensão verificadas no Nordeste. Principalmente porque as regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente foram as mais influenciadas pela conjuntura econômica recente e pelas políticas públicas direcionadas para os segmentos mais vulneráveis. Tal premissa ratifica-se nas cifras de mobilidade da coorte de 2006 a 2014.

As filhas que ingressaram no mercado de trabalho entre 2006 e 2014 desfrutaram de maior mobilidade ascendente e menor mobilidade descendente. Para 87,3% das filhas de trabalhadoras domésticas na Região Nordeste, o destino ocupacional foi melhor do que o de suas mães. Os respectivos resultados, observados por Jannuzzi (2004b), pelo IBGE (2017), por Pastore e Valle Silva (2001) e Pero (2006), ratificam que as novas e melhores oportunidades criadas, assim como possibilitaram ascensão para os filhos de pais menos abastados em outras décadas, também foram ímpares para a ascensão intergeracional das filhas de trabalhadoras domésticas em 2014.

Nesse ensejo, não se pode minimizar o impacto dos programas públicos e ações direcionados para os segmentos em situação de vulnerabilidade social, tais como o Programa Bolsa Família e o Pronatec. No que diz respeito aos seus efeitos direto e indireto na redução da pobreza, extrema pobreza e oportunidades efetivas para ascensão educacional e ocupacional, o estudo de Sousa; Silva e Jannuzzi (2015) argumenta que o Pronatec proporcionou para mais de 2,8 milhões de pessoas, no ano de 2014, cursos de qualificação profissional e, conseqüentemente, melhores oportunidades no mercado de trabalho. Desse contingente, 63,1% estavam inscritos no Cadastro Único e 33,0% deles eram beneficiários do Programa Bolsa Família.

Considerando a histórica estigmatização e desvalorização das trabalhadoras domésticas, marcada por baixos rendimentos, elevada informalidade e jornada de trabalho,

acredita-se que em uma parte desse grupo estejam as filhas de trabalhadoras domésticas que, se valendo do maior desenvolvimento inclusivo, puderam escapar do ciclo estrutural da pobreza.

Na Tabela 4, constata-se que, entre as coortes de 1958 a 1969 e 1970 a 1981, houve aumento do percentual de filhas na ocupação atual que estavam concentradas no mesmo estrato materno no Sudeste. É importante ressaltar o papel das migrações internas nas cifras de imobilidade. Nas décadas de 1960 e 1970, houve transferência maciça de pessoas das áreas rurais e/ou regiões reservatórias de mão de obra para os grandes aglomerados em formação na Região Sudeste (BRITO, 2009; PATARRA, 2003). No cenário de migração associado à melhora de vida, muitas mulheres emigraram do Nordeste com empregos arranjados no Sudeste, ainda que para trabalhar como domésticas, mas auferindo mais rendimentos do que no local de origem (MELO, 1998). Desse modo, as migrações de longa distância associadas à mobilidade financeira nas regiões de destino podem ter impactado no ingresso e na trajetória das filhas no mercado de trabalho, assim como, possivelmente, na permanência na categoria de trabalhadoras domésticas.

TABELA 4 – Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas – Região Sudeste, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	69,0	28,5	2,5
1970-1981	63,3	34,8	1,9
1982-1993	76,9	22,6	0,6
1994-2005	82,0	17,2	0,8
2006-2014	93,2	5,4	1,4

Fonte: PNAD (2014).

Por conseguinte, chama atenção a coorte que ingressou no mercado de trabalho em 2006-2014, no Sudeste, dado que 93,2% das filhas de trabalhadoras domésticas lograram mobilidade ascendente no trabalho atual em relação à ocupação das mães. Os resultados sugerem que a conjuntura demográfica, econômica e social, durante o ingresso, pode ter influenciado na carreira das filhas, mas o período áureo entre 2003-2014, pautado no desenvolvimento inclusivo, foi determinante sobre os níveis de ascensão intergeracional.

No que tange à Região Sul, os resultados da Tabela 5 evidenciam que, entre as filhas provenientes da coorte de 1958 a 1969, menos da metade ascenderam (41,4%) em relação à condição materna em 2014. Quanto à imobilidade, 47,6% das filhas no emprego atual que tinham no ano de 2014 reproduziram o estrato ocupacional das suas mães e 11,1% estavam em piores ocupações. Desse modo, constata-se que mais da metade das

filhas (58,7%) estava na mesma categoria materna ou em piores ocupações no Sul, em 2014.

Apesar do aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, do aumento dos níveis de instrução das mulheres, inclusive superior aos homens, e do crescimento inclusivo a partir de 2003, a grande maioria das mulheres ainda se insere em atividades tradicionais de cuidados e limpeza (CESIT/IE, 2017; MELO, 1998), conjuntura estrutural que possivelmente explica, em 2014, a respectiva imobilidade e mobilidade descendente das filhas no Sul.

TABELA 5 – Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas – Região Sul, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	41,4	47,6	11,1
1970-1981	70,5	29,5	-
1982-1993	81,5	18,5	-
1994-2005	88,5	8,5	2,9
2006-2014	94,8	5,2	-

Fonte: PNAD (2014).

A partir da coorte de 1970-1981, ocorre aumento expressivo da proporção de filhas que experimentaram mobilidade ascendente e redução da participação daquelas que lograram imobilidade e mobilidade descendente no Sul, em 2014. Entre as filhas que ingressaram no mercado de trabalho na coorte de 2006-2014, aproximadamente 95% galgaram mobilidade ascendente no emprego atual, e somente cerca de 5% reproduziram a profissão materna.

No Sul, a proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais aumentou de 52,7%, em 2004, para 68,2%, em 2014. Quanto à educação, outra importante via para mobilidade ocupacional e social, destaca-se o aumento considerável na proporção de estudantes com 18 a 24 anos que cursaram o ensino superior na região. Em 2004, 50,5% dos alunos frequentavam esse nível; já no ano de 2014, esse indicador saltou para 72,2% (IBGE, 2015).

Com relação às filhas residentes no Centro-Oeste, os resultados da Tabela 6 mostram que a maioria alcançou mobilidade ascendente na ocupação atual, quando comparados à condição materna. Quando se analisa o maior percentual de mobilidade ascendente, chama atenção a coorte 2006-2014, dado que 98% das filhas que ingressaram no mercado de trabalho, no Centro-Oeste, em 2014, ascenderam para melhores ocupações do que suas mães.

TABELA 6 – Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação, segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas - Região Centro-Oeste, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	87,3	12,7	-
1970-1981	72,2	23,0	4,9
1982-1993	70,9	23,4	5,7
1994-2005	80,2	19,8	-
2006-2014	98,0	2,0	-

Fonte: PNAD (2014)

Desde a década de 1960, o Centro-Oeste apresentou o melhor desempenho econômico no conjunto das regiões do Brasil. As mudanças estruturais certamente foram relevantes na geração de novas vagas empregatícias e nas possibilidades de mobilidade intergeracional. Não obstante, é visível, a partir das cifras de mobilidade ascendente daquelas que ingressaram na coorte 2006-2014, que, além das *commodities* e das forças de mercado, as políticas públicas inclusivas são ímpares para que os segmentos populacionais menos privilegiados também possam desfrutar de mais e melhores oportunidades de vida (MONTAGNANI; LIMA, 2011; MIRAGAYA, 2014).

Ademais, comparando os indicadores de mobilidade entre as cinco regiões do País, constatou-se que o Sudeste propiciou as maiores cifras de mobilidade ascendente em 2014, em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas. Por outro lado, aquelas residentes no Norte apresentaram as menores proporções de mobilidade ascendente nas cinco coortes de análise, no mesmo período.

Esses resultados ratificam que, apesar do crescimento inclusivo no período 2003-2014, ainda predominam no País as desigualdades regionais, em termos demográficos, socioeconômicos, de oportunidades de emprego, níveis educacionais e rendimentos. Em larga medida, decorrentes do processo de formação histórica e econômica do Brasil, com reflexo nas atividades urbanas industriais, que concentraram o desenvolvimento no Sul e Sudeste (ARAÚJO, 2013).

Essa perspectiva aqui apresentada respalda o papel das políticas públicas de universalização e interiorização do ensino, de desconcentração das atividades produtivas e dos investimentos governamentais, das transferências de renda e da redução das desigualdades sociais, regionais, de renda e/ou de oportunidades. Por outro lado, também é importante considerar o papel das migrações internas nesse processo, pois propicia aos protagonistas novas possibilidades nas áreas de destino (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017).

Em suma, diante de tais evidências, atesta-se que, a partir da ampliação do investimento governamental em educação, saúde e políticas sociais, abertura de novas e

melhores vagas ocupacionais, oportunidades concretas foram criadas para ascensão intergeracional para parcela expressiva de um grupo que, possivelmente, cresceu em situação de maior vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação atual das filhas de trabalhadoras domésticas em relação às suas mães, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho para as Grandes Regiões do Brasil, em 2014.

A partir da comparação entre os estratos ocupacionais no trabalho atual das filhas em relação à condição materna, constatou-se maior mobilidade ascendente nas coortes mais jovens e maiores cifras de imobilidade nas coortes mais velhas no Brasil, em 2014, em grande medida, devido ao período áureo de crescimento inclusivo, entre 2003 a 2014, importante motor para ascensão intergeracional no período.

Dentre os principais vetores, destaca-se o aumento dos empregos formais, a expansão e a interiorização do ensino básico, técnico e superior, a política de valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e a intensificação das ações e políticas públicas de cunho inclusivo.

Com relação aos indicadores de mobilidade ocupacional nas cinco Grandes Regiões do País, constatou-se que, nas Regiões Norte e Sul, entre as filhas que tiveram ingresso no período de 1958 a 1969, a maioria reproduziu a categoria ocupacional materna, e menos da metade experimentou mobilidade ascendente no trabalho atual. Por sua vez, a partir da coorte de 1970-1981, pode-se verificar aumento expressivo da proporção de filhas que experimentaram mobilidade ascendente, nas respectivas regiões, em 2014.

Nas Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, constatam-se tendências distintas, pois, em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho, a maioria das filhas logrou mobilidade intergeracional ascendente no trabalho que tinham no ano de 2014. Além disso, verificou-se, em todas as regiões, que as maiores cifras de mobilidade ascendente foram provenientes das filhas das coortes mais jovens, que ingressaram no mercado de trabalho entre 2006 e 2014. Dessa forma, os respectivos resultados confirmam a hipótese de que as filhas de trabalhadoras domésticas que ingressaram durante o crescimento inclusivo dos anos 2000 alcançaram maiores cifras de mobilidade ascendente.

Quanto às principais diferenças evidenciadas nas coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas, entre as cinco Grandes Regiões, os

achados mostram que as residentes no Sudeste lograram maior ascensão intergeracional no trabalho atual, em todas as coortes. Por outro lado, aquelas residentes no Norte apresentaram as menores proporções de mobilidade ascendente nas cinco coortes em análise. Em grande medida, fruto das disparidades regionais, em termos de crescimento socioeconômico, de oportunidades de emprego, níveis educacionais e rendimentos.

Em síntese, a análise dos resultados aponta que a grande maioria das filhas de trabalhadoras domésticas logrou mobilidade intergeracional ascendente durante o período em estudo. Sem dúvida, as profundas mudanças sociais que o Brasil vivenciou, no período entre 2003-2014, foram determinantes para as possibilidades de ascensão intergeracional para parcela expressiva das filhas de trabalhadoras domésticas. No bojo desse processo, encontram-se o aumento dos níveis de instrução, a expansão do acesso e a interiorização do ensino básico, técnico e superior, associado à ampliação dos empregos formais e à política de valorização do salário mínimo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014. p. 540-562.
- ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: FLACSO Brasil, 2013. p. 157-171.
- BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte, MG: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para Discussão, n. 366).
- CARVALHO, C. P. O. O desenvolvimento da Região Nordeste nos anos Pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, v. 39, n. 134, p. 21-36, 2018.
- CESIT/IE. **Caderno 3: as mulheres e o Mercado de Trabalho**. Campinas, SP, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- DIAS JR., C. S. Diferenciais no comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras: uma análise a partir dos grupos ocupacionais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 53, n. 1, p. 233-265, 2010.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015**. Rio

de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

JANNUZZI, P. M. Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós Golpe de 2016. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. **Anais** [...]. Poços de Caldas, 2018.

JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P.; TAIRA, E. Migração e mobilidade social: revisitando a discussão a partir da PNAD 2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO, 10., 2017, Natal, RN. **Anais...** Belo Horizonte, MG: Blucher Social Sciences Proceedings, v. 3. p. 242-259, 2017.

JANNUZZI, P. M.; SOUSA, M. F. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil sem Miséria e da estratégia de desenvolvimento inclusivo. In: JANNUZZI, P. M. et al. (org.). **Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades e desafios**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, n. 25, 2016. p. 22-55.

JANNUZZI, P. M. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000. **Revista da ABET**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 61-95, 2004a.

JANNUZZI, P. M. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. In: CONGRESO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 1., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004b.

MELO, H. P. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, n. 565).

MIRAGAYA, J. F. Gameiro. O desempenho da economia na Região Centro-Oeste. In: CAVALCANTI, I. M. et al. (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste**. Rio de Janeiro, RJ: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 424-452.

MONTAGNHANI, B. A.; LIMA, J. F. Notas sobre o desenvolvimento do Centro-Oeste e a economia brasileira. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, MT, v. 13, n. 26, p. 157-173, 2011.

PASTORE, J.; SILVA, N. V. Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2001.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo, SP: T.A. Queiroz; EdUSP, 1979.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2003. (Texto para Discussão, n. 7).

PERES, A.; FALCO, A. Trabalho doméstico: o espelho das desigualdades. In: PORTO, M. (org.). **Olhares femininos: mulheres brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: X Brasil, 2006. p. 127-135.

PERO, V. Mobilidade social no Rio de Janeiro. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, SP, v. 4, n. 4, p. 136-153, 2006.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. **Notas metodológicas**. Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/microdados.shtm>. Acesso em: 04 ago. 2019.

POCHMANN, M. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, 2010.

SILVA, D. S. **Infância roubada**: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. 2010. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2010.

SOUSA, M. F.; SILVA, Y. C.; JANNUZZI, P. M. Contribuição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: bolsa formação para formalização do emprego e dos microempreendedores individuais: análise dos participantes beneficiários do bolsa família e inscritos no cadastro único. In: MONTAGNER, P.; MULLER, L. H. (org.). **Inclusão produtiva urbana**: o que fez o Pronatec/ Bolsa Formação entre 2011 e 2014. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015. p. 156-179.

UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO NO BRASIL EM 2005 E 2015: DIFERENCIAIS DE SEXO, RAÇA E IDADE¹

*Lucas Pitombeira**

*Ana Hermeto**

*Sibelle Diniz**

RESUMO

As modificações no mercado de trabalho global, nas últimas décadas, têm ocasionado processos de precarização, podendo acentuar vulnerabilidades já existentes em países com alto nível de informalidade, como o Brasil. Por outro lado, entre 2005 e 2015, diversas políticas públicas foram implementadas no país de forma a melhorar a qualidade do trabalho, como aumentos reais no salário-mínimo e formalização do trabalho doméstico. O objetivo deste estudo é discutir a qualidade do trabalho no país a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando sexo, raça e idade. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2005 e 2015, é construído um índice de sobreposição de dimensões de qualidade do trabalho e estimado um *probit* ordenado com correção de seleção amostral. Os resultados apontam que as mulheres têm menor participação no mercado de trabalho que os homens, além de apresentarem menor qualidade de trabalho, enquanto negros apresentam participação semelhante à dos brancos, mas são mais vulneráveis no mercado de trabalho. Jovens apresentam menor qualidade de postos de trabalho dentre os grupos de idade analisados, mas essa característica também é observada para os idosos. Entre os anos estudados, apesar do aumento de participação dos indivíduos com melhor qualidade de trabalho, os aspectos estruturais referentes a sexo, raça e idade permanecem.

Palavras-chave: Qualidade dos postos de trabalho; Sexo; Raça; Grupos etários.

INTRODUÇÃO

A participação no mercado de trabalho é determinante para a qualidade de vida, uma vez que os salários são a principal fonte de renda da maior parte da população. Entretanto, nas décadas recentes, alterações no mercado de trabalho estão culminando em ocupações de baixa qualidade. Horemans (2018) comenta que essas mudanças são profundas, tendo origem em um arcabouço social complexo, como a globalização, as alterações nos processos rotineiros de trabalho devido à automatização e a inserção feminina na força de trabalho no setor de serviços, que é suscetível à precarização. Tais mudanças explicam o baixo rendimento e a menor segurança dos empregos criados nos processos recentes no mercado de trabalho.

¹ Esse capítulo é um produto derivado de Pitombeira (2019)

* Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. European Doctoral School of Demography. E-mail: lucasdiogenesp@gmail.com

* Doutora em Demografia pela Universidade Federal De Minas Gerais. CEDEPLAR/UFMG E-mail: ahermeto@cedeplar.ufmg.br

* Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. CEDEPLAR/UFMG. E-mail: sibelle.diniz@gmail.com

Alguns países periféricos possuem um setor informal hipertrofiado, logo, a falta de segurança dos trabalhadores advém de um processo já existente, e não necessariamente de uma perda de direitos (KALLEBERG, 2009). Com cerca de metade dos indivíduos ocupados na informalidade, o Brasil é um candidato a ter suas condições de trabalho pioradas com os processos citados acima. Entretanto, entre 2005 e 2015 uma série de políticas públicas foram elaboradas para aumentar a qualidade do trabalho no país².

Além disso, alguns grupos populacionais historicamente relacionados à vulnerabilidade social apresentam uma sobrerrepresentação nos postos de trabalho com baixa qualidade. Neste sentido, acredita-se que características de sexo, cor/raça e idade do indivíduo são relevantes para o entendimento da qualidade de trabalho no país.

No que se refere ao sexo, a entrada da mulher no mercado de trabalho no Brasil se deu de forma dual. Enquanto parte foi resultado de uma busca de desenvolvimento e liberdades individuais, outro contingente se dá pela necessidade de complementação de renda – com a falência do sistema de provisão unicamente masculino – especialmente em ocupações manuais e no setor de serviços (MACHADO; HERMETO; WAJNMAN, 2005), esses ligados ao trabalho precário e à informalidade. Esse processo é agravado pela ausência de um estado de bem-estar social de tal forma que essa inserção precária não foi assistida com uma política social que pudesse reverter os impactos no mercado de trabalho (BILAC, 2014).

Soares (2000) comenta que existem fontes distintas de pressões no mercado de trabalho para brancos e negros no país. Para estes, existe uma significativa barreira à entrada em trabalhos não manuais com menor dinamismo econômico, devido à baixa escolaridade. O autor considera também que as mulheres exibem uma maior diferenciação nos rendimentos do trabalho em relação aos homens. Assim, as mulheres negras agregariam a diferenciação por sexo e por raça, estando em pior situação em relação aos demais grupos populacionais.

O envelhecimento populacional é uma transição que ocorre concomitantemente à perda de qualidade de trabalho. Os idosos apresentam maior vulnerabilidade por estarem em ocupações prioritariamente manuais, no setor de serviços e na informalidade, especialmente os que dependem exclusivamente da renda do trabalho (WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004). Por sua vez, os jovens apresentam inexperiência e menor estudo formal, resultando em maior preponderância a ocupações precárias (ROCHA,

² Por exemplo: Emenda Complementar (EC) nº 72 de 2013 (PEC das domésticas), a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) 128/2008 e a Lei Complementar Federal 123/2006 (Super Simples), além da política de valorização do salário-mínimo.

2008). O envelhecimento da população se sobrepõe ao processo de redução de qualidade de trabalho, podendo ter efeitos distintos para estes grupos já vulneráveis.

Entende-se que o acúmulo de vulnerabilidades é o mote principal da qualidade dos postos de trabalho. Assim, da mesma forma que gênero e raça tendem a apresentar uma sobreposição nas características de risco quanto à baixa qualidade de trabalho, o processo de precariedade também se dá por um acúmulo de características no mercado de trabalho. Desta forma, a melhor análise é elaborada a partir da discussão de multidimensionalidade, oriunda da discussão de pobreza³. Busca-se retirar o foco exclusivo da variável do salário (renda), acrescentando outras variáveis do mercado de trabalho. Este estudo, então, insere-se em um grupo que discorre sobre a multidimensionalidade dentro do mercado de trabalho – e.g. Caetano e Maas (2009) e Huneus et al. (2015).

Este capítulo se divide em 3 seções contando com esta breve introdução. A seguinte apresenta as fontes de dados e o método utilizado, enquanto a última seção apresenta os resultados e elabora uma discussão a partir dele.

MÉTODOS

Utiliza-se neste trabalho a PNAD do IBGE para os anos de 2005 e 2015. Consideramos apenas os indivíduos com as seguintes características: residentes em áreas urbanas com idade entre 18 e 70 anos completos; com renda do trabalho positiva (ou seja, excluindo trabalhadores para o próprio consumo e/ou sem remuneração); não aposentados; não estudantes; responsáveis pela família, cônjuges ou filhos.

Utiliza-se uma metodologia semelhante à de Caetano e Maas (2009) para a construção do índice de qualidade de posto de trabalho. Inicialmente, foram construídos 4 subíndices binários sobre o mercado de trabalho – Quadro 1. Os subíndices são definidos de modo que, caso o indivíduo não apresente característica de qualidade de trabalho, receba um escore 1. Caso contrário, recebe valor 0. A partir desses subíndices, forma-se o índice principal pela soma simples desses escores, podendo apresentar patamares (ou estratos) entre 0 a 4. Os indivíduos que estão no patamar 4 são os mais vulneráveis no mercado de trabalho, enquanto os que estão no estrato 0 apresentam melhor qualidade de trabalho.

³ Para uma breve discussão sobre pobreza multidimensional recomenda-se Sen (1997).

QUADRO 1 – Variáveis binárias que compõem o índice de sobreposição de dimensões de qualidade de trabalho

Subíndice	Descrição
Pobreza Monetária	Assume valor 0 para indivíduos com renda do trabalho principal maior que um salário-mínimo (salários-mínimos a preços de 2015). Caso contrário, assume valor 1.
Ausência de Seguridade Social	Composta a partir das variáveis de posição de ocupação e contribuição para previdência social. Assume valor 1 caso o indivíduo tenha um contrato de trabalho informal (excluídos profissionais de ciências e artes) ou não contribua para a previdência social e assume um valor 0 se contribuir para previdência e tiver um contrato formal.
Instabilidade	Assume valor 1 para menos de um ano no atual posto de trabalho e 0 para mais de um ano no atual posto de trabalho.
Jornada de Trabalho Reduzida Involuntariamente	Composta a partir das variáveis de horas trabalhadas na semana e se procurou trabalho naquela semana. Assume valor 1, caso apresente menos de 20 horas trabalhadas semanais ou entre 20 e 30 horas semanais e tenha procurado trabalho na semana de referência. Assume valor 0, caso declare 30 a 98 horas de trabalho semanais ou entre 20 e 30 horas semanais e não tenha procurado trabalho na semana de referência.

Fonte: Elaboração própria.

A análise econométrica busca capturar a estrutura de sobreposição do índice para a qualidade de trabalho. Escolhe-se o modelo *probit* ordenado para a análise de uma variável conceitual representada por uma outra ranqueada. Entretanto, dado o estudo ser restrito ao mercado de trabalho, as variáveis observadas são referentes aos indivíduos ocupados. Isto posto, o processo de seleção para o mercado de trabalho acontece concomitantemente à análise da qualidade de trabalho. Se o processo de seleção for desconsiderado, a estimação do *probit* ordenado poderá incorrer em um problema de seleção amostral com estimações inconsistentes.

O modelo utilizado é o *probit* ordenado com correção para seleção amostral, estimado simultaneamente por duas etapas pelo método de máxima verossimilhança: uma para a seleção no mercado de trabalho e outra para a estimação do *probit* ordenado (LUCA; PERROTI, 2011). A variável dependente do modelo é o índice elaborado a partir da sobreposição de características de qualidade de trabalho, enquanto as covariáveis são divididas em três grupos. O primeiro grupo contém variáveis individuais: sexo, cor/raça, grupos de idade e grupos de anos de estudo. O segundo grupo inclui variáveis que indicam uma associação entre os indivíduos e seus arranjos familiares: posição na família, tipo de família, presença de família(s) convivente(s) e número de filhos menores de 15 anos. O último grupo é composto pelas variáveis locais: macrorregião de residência, residência em área metropolitana e migração intermunicipal a mais de 10 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São apresentados os resultados do modelo econométrico para as três características sociodemográficas selecionadas – sexo, cor/raça e grupos de idade. A Tabela 1 exibe os resultados para a etapa de seleção, enquanto a tabela 2 apresenta os resultados para a estimação do *probit* ordenado.

TABELA 1 – Coeficientes da participação no mercado de trabalho, a partir de um modelo *probit* binário – Resultados para Sexo, Cor/Raça e Grupos Etários

Variáveis	2005	2015
Sexo	0,911*	0,814*
	-0,01	-0,011
Cor/Raça	-0,013***	-0,016
	-0,009	-0,009
<i>Grupos Etários</i>		
20-24	0,286*	0,270*
	-0,026	-0,023
25-29	0,458*	0,444*
	-0,026	-0,023
30-34	0,556*	0,566*
	-0,026	-0,024
35-39	0,613*	0,637*
	-0,026	-0,024
40-44	0,595*	0,571*
	-0,027	-0,025
45-49	0,499*	0,439*
	-0,027	-0,025
50-54	0,414*	0,301*
	-0,028	-0,027
55-59	0,231*	0,081*
	-0,029	-0,028
60-64	-0,090*	-0,261*
	-0,031	-0,032
65-69	-0,560*	-0,764*
	-0,037	-0,041
70	-1,008*	-1,013*
	-0,097	-0,097

Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADS 2005 e 2015.

Nota: * p-valor < 0,01 ** p-valor < 0,05 *** p-valor < 0,10

Nota: Categoria bases - Mulher, Negros (pretos e pardos) e 18-19 anos.

Os resultados para diferenças entre os sexos apontam uma maior probabilidade masculina para os selecionados. Entretanto, entre os dois anos se observa um decréscimo da magnitude observada. O modelo entra em consonância com os resultados observados na literatura (MACHADO; HERMETO; WAJNMAN, 2005) que discorrem sobre o aumento da participação feminina no mercado de trabalho do Brasil.

Para a cor/raça, entretanto, os resultados apresentam um baixo grau de associação com a participação no mercado de trabalho em 2005 e nenhuma diferença estatística na covariável em 2015. Assim, demonstra-se que a participação dos negros no mercado de trabalho é semelhante à dos brancos.

Nos grupos de idade, exhibe-se uma tendência de indivíduos aumentarem sua taxa de ocupação até o grupo etário de 60-64 anos que funciona como ponto de inflexão. A partir deste momento, as magnitudes decaem. Acredita-se que este decaimento esteja associado ao aspecto do envelhecimento na diminuição de contratação e ao processo de saída do mercado de trabalho.

TABELA 2 – Estimativas de sexo, cor/raça e grupos etários pelo modelo *probit* ordenado com correção de seleção para o índice de sobreposição de dimensões

Variáveis	2005	2015
Sexo	-0,314*	-0,233*
	-0,012	-0,009
Cor/Raça	-0,116*	-0,072*
	-0,008	-0,009
<i>Grupos Etários</i>		
20-24	-0,116*	-0,320*
	-0,024	-0,029
25-29	-0,576*	-0,458*
	-0,025	-0,029
30-34	-0,683*	-0,491*
	-0,025	-0,029
35-39	-0,718*	-0,572*
	-0,025	-0,029
40-44	-0,717*	-0,583*
	-0,026	-0,029
45-49	-0,757*	-0,592*
	-0,026	-0,029
50-54	-0,727*	-0,589*
	-0,027	-0,03
55-59	-0,689*	-0,553*
	-0,029	-0,031
60-64	-0,626*	-0,443*
	-0,034	-0,034
65-69	-0,631*	-0,352*
	-0,052	-0,047
70	-0,412*	-0,462*
	-0,151	-0,173
Ponto de Corte 1	-1,679*	-1,396*
	-0,033	-0,036
Ponto de Corte 2	-0,727*	-0,412*
	-0,032	-0,035
Ponto de Corte 3	0,101*	0,290*
	-0,032	-0,035
Ponto de Corte 4	1,152*	1,165*
	-0,032	-0,036
Número de Observações não censuradas	112,278	106,553
Número de Observações censuradas	47071	43893
Pseudologlikelihood	-9,69	-1,11
Wald global	14066,23	9820,79
Wald independências das equações	145,39	153,8
rho	0,1778	0,1502

Fonte: Elaboração dos autores a partir das PNADS 2005 e 2015.
Categorias bases - Mulher, Negros (pretos e pardos) e 18-19.

O teste de Wald sobre a dependência das equações do *probit* ordenado e do modelo de seleção rejeita a hipótese nula de independência de equações. Além disso, os resíduos das duas estimações apresentam correlações diferentes de 0 – 0,1778 e 0,1502 para 2005 e 2015, respectivamente. Assim, os resultados são congruentes quanto à necessidade da correção de seleção. Os pontos de corte do modelo são todos estatisticamente significantes a 1%.

Com relação à variável sexo, percebe-se que as mulheres têm menor participação no mercado de trabalho e apresentam uma tendência maior ao trabalho precário, tomando em conjunto as tabelas 1 e 2. Acredita-se que a preponderância de rendas menores em ocupações femininas no trabalho formal no Brasil e a maior precariedade destas ocupações reverberam em todas as dimensões do indicador.

As diferenças dos coeficientes da precariedade no mercado de trabalho são pequenas nos dois anos (-0,116 e -0,072) quanto à covariável de cor/raça. Com a análise das tabelas 1 e 2, observa-se que controlando pelas demais características individuais, familiares e regionais, as diferenças raciais na qualidade de trabalho permanecem – enquanto a participação dos negros é semelhante à dos brancos. Ressalta-se, dessa forma, a permanência da estrutura encontrada, apesar da melhora absoluta para os negros.

Todos os grupos etários apresentam direção contrária à precariedade de trabalho em comparação à categoria base de indivíduos com 18-19 anos. Adicionalmente, os indivíduos com 20-24 anos apresentam a segunda menor magnitude (-0,116 e -0,320). É notável que, vis-à-vis os trabalhadores mais jovens, quanto maior a idade do indivíduo, menos os indivíduos se relacionam com a precariedade. Entretanto, a partir do grupo com indivíduos com idades entre 45-49 anos (magnitudes de -0,757 e -0,592), os resultados tendem a decrescer até o último grupo, com 70 anos (-0,412 e -0,462), sendo o menor dos analisados, excetuando-se os grupos de trabalhadores mais jovens já citados. Desta forma, identifica-se a preponderância dos trabalhadores jovens e uma tendência de maior precariedade para trabalhadores mais velhos. Em 2015, a estrutura dos resultados expostos para 2005 permanece. Destaca-se que existe uma magnitude menor dos coeficientes para trabalhadores em 2015 que em 2005 para os trabalhadores em todos os grupos etários, excetuando-se o segundo grupo mais jovem (20-24). Adicionalmente, a diferença entre o grupo base e os grupos etários para trabalhadores com 60-64 e 65-69 reduz de forma acentuada entre os anos.

A partir do modelo estimado situa-se a interpretação das probabilidades preditas. O gráfico 1 apresenta os resultados das probabilidades preditas para sexo e cor/raça por patamar do índice de sobreposição de características nos anos analisados. Apresenta-se uma redução da diferença por sexo em todos os patamares de mercado de trabalho, com exceção do primeiro – que apresenta uma redução maior para os homens. Entretanto, ressalta-se que a diferença das probabilidades no patamar de ausência de dimensões de baixa qualidade de postos de trabalho permanece alta. O gráfico sinaliza que a probabilidade feminina no patamar de ausência de dimensões é inferior à masculina (0,45 e 0,53), apesar da redução entre os anos.

Esta permanência da diferença entre probabilidades no patamar de ausência de dimensões e de uma dimensão pode ser causada pela manutenção de processos de inserção feminina no mercado de trabalho em ocupações com menor qualidade de trabalho – como serviços ou no setor de cuidados. Conjectura-se que a acumulação do trabalho doméstico não remunerado e a necessidade de um trabalho pressupõe que as mulheres são mais vulneráveis a piores condições de trabalho pela combinação de necessidade da renda e menor tempo disponível. Assim, por exemplo, mães solteiras seriam sobrerrepresentadas em postos de trabalho com baixa qualidade. Desta forma, apesar de haver uma melhora da desigualdade entre sexos no período analisado, especialmente quanto aos patamares com maior acúmulo de características, a estrutura sexual do trabalho permanece a mesma – com as mulheres em ocupações de menor qualidade.

O comportamento dos dois primeiros patamares de dimensões para cor/raça é semelhante ao encontrado para sexo. Entretanto, a diferença entre probabilidades de negros e brancos nestes patamares são mais acentuadas. Acredita-se que esta semelhança e a acentuação do padrão reafirmem os resultados quanto à manutenção da estrutura sexual e racial da qualidade de trabalho, refletida por processos históricos dos dois grupos. Como discutido por Soares (2000), a forma de discriminação dos negros e mulheres são distintas. Assim, entende-se que existe um caráter de sobreposição de vulnerabilidades a partir das características raciais, afetando as mulheres negras sobremaneira.

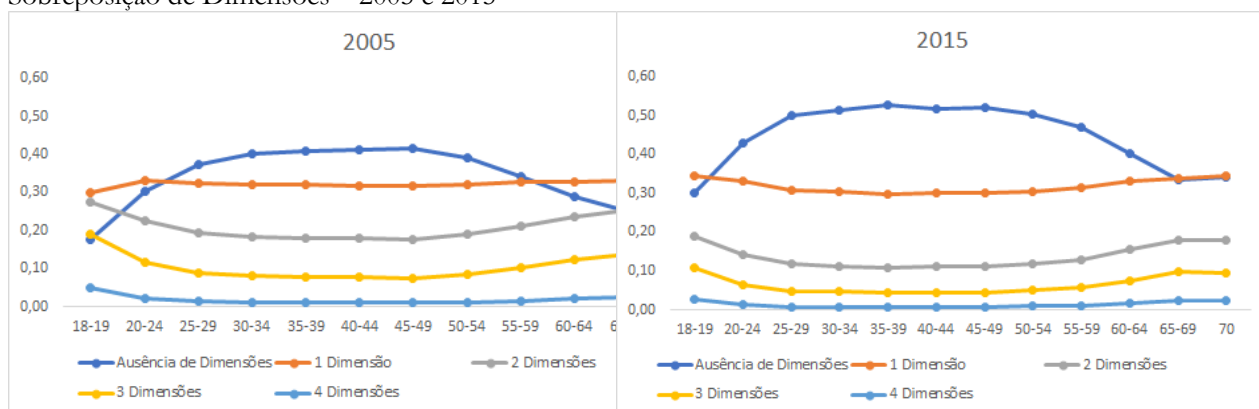
GRÁFICO 1 – Probabilidades Preditas para Sexo e Cor/Raça por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões – 2005 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados da PNAD 2005 e 2015.

As probabilidades previstas para grupos etários se alteram entre 2005 e 2015, como mostrado no Gráfico 2. Ressalta-se o formato de U invertido para maior qualidade de trabalho, apresentando menor probabilidade para jovens e idosos. Nota-se a maior inclinação nos grupos mais jovens e a inclinação mais suave nos grupos de idade mais elevada, em 2005 e 2015, para o patamar de ausência de dimensões. As outras dimensões apresentam um comportamento de U, exemplificando a maior probabilidade dos grupos de idade mais jovens e mais velhos para qualquer dimensão de precariedade. Da mesma forma que ocorre para a ausência de dimensões, um processo simétrico acontece aos grupos de idade mais jovens e mais idosos com a inclinação. Acredita-se que a menor frequência do último grupo de idade, somente 70 anos, altere o padrão de crescimento da curva.

GRÁFICO 2 – Probabilidades Preditas para Grupos de Idade por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões – 2005 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados da PNAD 2005 e 2015.

As inclinações mais elevadas nos grupos mais jovens podem estar associadas aos indivíduos que não estudam e trabalham, mesmo em uma idade que poderiam estar estudando. Assim, acredita-se que a manutenção destas inclinações se deva a um ingresso precoce no mercado de trabalho precário por necessidade de complementação de renda, estando, possivelmente, em famílias mais pobres. Supõe-se que o aumento de estruturas familiares com maior número de dependentes possa afetar a necessidade de os jovens procurarem esse complemento de renda – novamente, mães solteiras. Desta forma, estes jovens no início de suas carreiras não possuem experiência ou anos de estudo suficientes, sendo empregados em postos de trabalho com maior preponderância das vulnerabilidades de trabalho.

Por sua vez, o aumento da probabilidade predita nos grupos mais idosos pode se dever à permanência no trabalho por mais tempo – sem se aposentar – por indivíduos que não tenham contribuído para a previdência social ou que sofreram reduções significativas em sua remuneração caso se aposentassem. Adicionalmente, conjectura-se que uma possível obsolescência das habilidades dos trabalhadores dos grupos de idade mais elevada poderia aumentar a participação em ocupações mais precárias. Com o envelhecimento populacional ainda em curso e um processo internacional de precarização do trabalho concomitante – especialmente o aumento do tempo de contribuição para aposentadoria – pondera-se, por fim, sobre um incremento desses trabalhadores com menor qualidade dos postos de trabalho no futuro.

Dentre os resultados discutidos, ressaltam-se especialmente dois aspectos. Os resultados para mulheres e negros que indicam a persistência de desigualdades históricas e a possível sobreposição entre os dois grupos. Adicionalmente, os grupos de idade de jovens e

trabalhadores mais idosos estão associados a pior qualidade nos postos de trabalho em ambos os anos.

Acredita-se que a estrutura do mercado de trabalho brasileiro entre 2005 e 2015 permaneça a mesma, apesar das políticas públicas adotadas no período. Conjectura-se que, em virtude deste comportamento, choques ao mercado de trabalho – por exemplo, a crise sanitária relacionada à doença COVID-19 ou crises econômicas – tornem os trabalhadores com postos de trabalho com menor qualidade de trabalho ainda mais vulneráveis. Ressalta-se ainda que esses processos acontecem concomitantemente aos processos endógenos ao mercado de trabalho contemporâneo – polarização, flexibilização e globalização – e existe o potencial de seus efeitos se acumularem.

Por outro lado, os grupos identificados com maior precariedade nos postos de trabalho são impactados sobremaneira pelo aprofundamento das alterações nas variáveis demográficas. O envelhecimento populacional pode aumentar o contingente de trabalhadores mais velhos que estão relativamente mais associados ao trabalho precário. Conjuntamente a este processo, o aumento da expectativa de vida suscita discussões sobre a necessidade de aumento do tempo de trabalho de forma a suplantar pressões fiscais causadas pelo aumento dos gastos com aposentadoria. Desta forma, o tempo em ocupações precárias por parte de trabalhadores idosos pode aumentar e reforçar a estrutura precária do mercado de trabalho brasileiro.

O aprofundamento da inserção feminina no mercado de trabalho em aspectos precários – fatores apresentados em Machado; Hermeto e Wajnman (2005) – ocorre simultaneamente ao aumento dos tipos de estrutura familiar e do aumento feminino como principal provedor (BILAC, 2014). Esses processos combinados reforçam a vulnerabilidade feminina no mercado de trabalho e que repercute no ambiente familiar e expõem a divisão sexual do trabalho – sobreposta ainda pela característica racial.

Desta forma, as diferentes sobreposições de precariedade dos indivíduos que apresentam menor qualidade dos postos de trabalho expõem a complexidade de implementação de políticas sociais que combatam este processo. Uma forma de atuação específica, por exemplo, seria uma ampliação do sistema de creches que impactaria sobremaneira as mulheres em ocupações com menor qualidade dos postos de trabalho, especialmente as mulheres negras por terem maior sobreposição de vulnerabilidades. Por outro lado, a qualidade do trabalho brasileiro é impactada em diversas frentes, podendo ser necessária uma política transversal visando mitigar os impactos da precariedade em todos os grupos sociodemográficos.

REFERÊNCIAS

- BILAC, E. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 26, n. 1, p. 129–145, 2014.
- CAETANO, A.; MAAS, L. **Entre a família e o trabalho**: uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob uma perspectiva de gênero, 1996-2006. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 2009. (Textos para Discussão, n. 374).
- HOREMANS, J. Atypical employment and in-work poverty. In: LOHMANN, H.; MARX, I. **Handbook on in-work poverty**. Chetelham: Edward Elgar, 2018. p. 146-170.
- HUNEEUS, F. et al. A multidimensional employment quality index for Brazil, 2002-11. **International Labour Review**, UK, v. 154, n. 2, p. 195-226, 2015.
- KALLEBERG, A. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 24, n. 69, p. 21-30, 2009.
- LUCA, G.; PEROTTI, V. Estimation of ordered response models with sample selection. **The Stata Journal**, US, n. 2, p. 213-239, 2011.
- MACHADO, A. F.; HERMETO, A.; WAJNMAN, S. Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **Coletânea Gelre**, v. 1, n. 3, p. 26-32, 2005. (Série Estudos do Trabalho).
- PITOMBEIRA, L. **Uma perspectiva multidimensional para a pobreza no mercado de trabalho brasileiro em 2005 e 2015**. 2019. 90f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.
- ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 21, n. 54, p. 533-550, 2008.
- SEN, A. Distinguished guest lecture from income inequality to economic inequality. **Southern Economic Journal**, US, v. 64, n. 2, p. 383-401, 1997.
- SOARES, S. **O perfil da discriminação no Mercado de Trabalho – Homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Textos para Discussão, n. 769).
- WAJNMAN, S., OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, E. D. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004. p. 453-480.



ORGANIZADORES

Wilson Fusco

Wilson Fusco é doutor em Demografia pela Unicamp (2005), Pesquisador Titular e Professor na Fundação Joaquim Nabuco, Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Demografia na UFRN, e Investigador Colaborador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Foi coordenador do Grupo de Trabalho Migração da ABEP em 2019 e 2020.

Luana Junqueira Dias Myrrha

Luana Junqueira Dias Myrrha é doutora em Demografia pela UFMG (2014) e Professora Adjunta IV do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da UFRN, onde também atua como membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho População e Trabalho da ABEP em 2019 e 2020.

Jordana Cristina de Jesus

Jordana Cristina de Jesus é doutora em Demografia pela UFMG (2018) e Professora Adjunta do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da UFRN, onde também atua como membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho População e Gênero da ABEP em 2019 e 2020 e atualmente está na coordenação coletiva do GT.

abep

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ESTUDOS POPULACIONAIS

ISBN: 978-65-991483-2-3



9 786599 148323